ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLXII Nº 84 Brasília - DF, quinta-feira, 2 de maio de 2024 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura e Pecuária 23
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 27
Ministério das Comunicações 29
Ministério da Cultura 31
Ministério da Defesa 33
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 35
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços 36
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania 36
Ministério da Educação 36
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte 37
Ministério do Esporte 37
Ministério da Fazenda 39
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos 61
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional 62
Ministério da Justiça e Segurança Pública 66
Ministério de Minas e Energia 77
Ministério de Portos e Aeroportos 87
Ministério da Previdência Social 88
Ministério das Relações Exteriores 132
Ministério da Saúde 133
Ministério do Trabalho e Emprego 162
Ministério dos Transportes 164
Ministério Público da União 165
Tribunal de Contas da União 165
Poder Judiciário 176
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 176

..... Esta edição é composta de 178 páginas .....

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.010, DE 1º DE MAIO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024, para instituir o Comitê de Participação do Fundo para custear e gerir a Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar, no âmbito do Programa Pé-de-Meia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15-A. Fica instituído o Comitê de Participação do Fundo para custear e gerir a Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar, no âmbito do Programa Pé-de-Meia, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024." (NR)

"Art. 15-B. Ao Comitê compete:

I - examinar o estatuto do Fundo, previamente à primeira integralização de cotas pela União, e as propostas de alteração, previamente à submissão à assembleia de cotistas;

II - acompanhar o desempenho do Fundo, a partir dos relatórios elaborados por sua administradora;

III - examinar os relatórios de auditoria relacionados ao Fundo;

IV - examinar a prestação de contas, os balanços anuais e as demonstrações financeiras, a partir dos relatórios elaborados pela administradora do Fundo;

V - propor a adoção de medidas com vistas ao aperfeiçoamento da gestão do Fundo; e

VI - elaborar e aprovar o seu regimento interno." (NR)

"Art. 15-C. O Comitê de Participação do Fundo é composto por dois representantes dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Educação, um dos quais o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República; e

III - Ministério da Fazenda.

§ 1º Ato do Ministro de Estado da Educação designará os membros do Comitê, indicados pelos titulares dos órgãos referidos no **caput**.

§ 2º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 3º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada." (NR)

"Art. 15-D. O Comitê se reunirá, em caráter ordinário, anualmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Coordenador ou requerido por qualquer um de seus membros.

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de sete dias.

§ 2º O quórum de reunião e de aprovação do Comitê é de maioria absoluta.

§ 3º As reuniões do Comitê poderão ser realizadas por videoconferência." (NR)

"Art. 15-E. Ao Coordenador do Comitê compete:

I - definir a pauta a ser discutida em cada reunião;

II - aprovar a inclusão de assuntos que não constavam previamente na pauta; e

III - convidar representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal para participar de suas reuniões, sem direito a voto." (NR)

"Art. 15-F. A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pelo Ministério da Educação e terá as seguintes competências:

I - promover o apoio e disponibilizar os meios necessários à execução de suas atividades;

II - convocar e preparar as reuniões;

III - acompanhar a implementação dos assuntos discutidos no Comitê;

IV - elaborar a ata das reuniões e submeter ao Ministério da Fazenda os documentos relativos às integralizações de cotas e às recomendações do Comitê;

V - formular a proposta do regimento interno do Comitê; e

VI - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Comitê." (NR)

"Art. 15-G. O Comitê será extinto na hipótese de a União encerrar a sua participação no Fundo por meio de resgate, cessão ou transferência de cotas." (NR)

"Art. 15-H. À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional compete representar a União nas assembleias de cotistas do Fundo, que elaborará proposta de voto da União a ser submetida ao Ministro da Fazenda, ou à autoridade a quem delegar a função, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 1º O voto da União será elaborado considerando os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Fazenda.

§ 2º Os órgãos a que se refere o § 1º se manifestarão sobre as matérias de sua competência, consideradas as orientações emitidas pelo Comitê." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Camilo Sobreira de Santana

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHO

O DIRETOR DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo item 7 do anexo a Resolução nº 186, de 18 de maio de 2021- DOC ICP 09 V4.0 decide pela publicação da aplicação da penalidade de DESCREDENCIAMETNO da AR ASSESTO, vinculada a AC CERTISIGN RFB e nas demais cadeias que estiver vinculada, conforme estabelecido no item 6.1, "e)" do DOC ICP 09, combinado no item 2.8"f) do DOC-ICP-09.01, aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 15, DE 10 DE JUNHO DE 2021, conforme processo de fiscalização nº 00100.002282/2023-56.

PEDRO PINHEIRO CARDOSO

DESPACHO

O DIRETOR DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo item 7 do anexo a Resolução nº 186, de 18 de maio de 2021- DOC ICP 09 V4.0 decide pela publicação da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA para a AC CERTISIGN RFB, de acordo com o item 6.1 letra a) do DOC ICP 09, conforme processo de fiscalização nº 00100.002282/2023-56.

PEDRO PINHEIRO CARDOSO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA AGU Nº 169, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e considerando o que consta do Processo nº 00688.000750/2024-85, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Orientação Normativa nº 32/2010, de 15 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 583, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Esclarece que os conjuntos de pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, quando originárias da China, Coreia do Sul, Japão, Rússia e Tailândia, estão sujeitos à incidência dos direitos antidumping instituídos pelas Resoluções Gecex nº 176, de 2021, e nº 198, de 2021.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI, do art. 6º do Decreto nº 11.428, de 02 de março de 2023, e pelo inciso VI, do art. 2º, do Anexo IV da Resolução Gecex nº 480, de 10 de maio de 2023; bem como considerando as informações, razões e fundamentos presentes no Anexo Único da presente Resolução e no Parecer DECOM nº 1267/2024/MDIC; e o deliberado em sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 23 de abril de 2024, resolve:

AVISO

Foram publicadas em 30/4/2024 as edições extras nºs 83-A, 83-B e 83-C do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

Art. 1º Fica encerrada a avaliação de escopo com a determinação que as importações de conjunto de pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios estão sujeitas à aplicação do direito antidumping aplicado sobre as importações de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus e caminhões, originárias da China, Coreia do Sul, Rússia, Japão e Tailândia, prorrogadas por meio da Resolução Gecex nº 176, de 19 de março de 2021, publicada no D.O.U de 22 de março de 2021, e pela Resolução Gecex nº 198, de 03 de maio de 2021, publicada no D.O.U de 04 de maio de 2021.

Parágrafo único O direito antidumping em vigor deve ser aplicado apenas ao pneu que faz parte de conjunto de pneu montado em roda ou acompanhado de roda, partes ou acessórios.

Art. 2º Tornam-se públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo Único.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANEXO ÚNICO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1 Da investigação original contra a China

1. Em 16 de maio de 2008, por meio da publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Circular SECEX nº 27, de 14 de maio de 2008, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus e caminhão, doravante também denominados "pneus de carga", comumente classificadas no subitem 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), originárias da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

2. Tendo sido verificada a existência de dumping nessas exportações para o Brasil e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 33, de 9 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de junho de 2009, com a aplicação de direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica, conforme quadro a seguir:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 33, de 2009

Produtor/exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/kg)
Hangzhou Zhongce Rubber Co. Ltd.	1,12
Shanghai Tyre & Rubber Co. Ltd. (atual Double Coin Holding Ltd.)	1,12
Aeolus Tyre Co. Ltd., Chaoyang Long March Tyre Co. Ltd., Cooper Chengshan (Shandong) Tire Co., Guangming Tyre Group Co. Ltd., Jiangsu Hankook Tire Co. Ltd., Sailun Co. Ltd., Shandong Jinyu Tyre Co. Ltd., Shandong Wanda Boto Tyre Co. Ltd., Triangle Tyre Co. Ltd.	1,42
Demais	2,59

1.1.1 Da primeira revisão

3. Por meio da Circular SECEX nº 32, de 16 de junho de 2014, publicada no DOU de 17 de junho de 2014, foi iniciada a revisão de final de período do direito antidumping aplicado sobre as importações de pneus de carga originárias da China.

4. Ao final do procedimento, foi alcançada determinação positiva, tendo a revisão sido encerrada pela Resolução CAMEX nº 32, de 29 de abril de 2015, publicada no DOU de 04 de maio de 2015, com a prorrogação dos direitos antidumping definitivos, por um prazo de até 5 (cinco) anos, sob a forma de alíquota específica fixa nos montantes e para as empresas listadas abaixo:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 32, de 2015

Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/kg)
Zhongce Rubber Group Co., Ltd. Double Coin Holdings Ltd.	1,12
Giti Tire (Anhui) Co., Ltd. Giti Tire (Chongqing) Company Ltd. Giti Tire (Fujian) Company Ltd.	1,31
Aeolus Tyre Co., Ltd. Chaoyang Long March Tyre Co., Ltd. Cooper Chengshan (Shandong) Tire Company Ltd. Guangming Tyre Group Co., Ltd. Jiangsu Hankook Tire Co., Ltd.	1,42
Sailun Co., Ltd. Shandong Jinyu Tire Co., Ltd. Shandong Wanda Boto Tyre Co., Ltd. Triangle Tyre Co., Ltd.	
Shandong Bayi Tyre Manufacture Co., Ltd.	1,55
Demais empresas	2,59

1.1.2 Da segunda revisão

5. Por meio da Circular SECEX nº 31, de 30 de abril de 2020, publicada no DOU de 04 de maio de 2020, retificada em 11 de maio de 2020, foi iniciada a revisão de final de período dos direitos antidumping aplicados sobre as importações de pneus de carga, originárias da China.

6. Ao final do procedimento, foi alcançada determinação positiva, tendo a revisão sido encerrada pela Resolução GECEX nº 198, de 03 de maio de 2021, publicada no DOU de 04 de maio de 2021, com a prorrogação dos direitos antidumping definitivos, por um prazo de até 5 (cinco) anos, sob a forma de alíquota específica fixa nos montantes listados abaixo:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução GECEX nº 198, de 2021

Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/kg)
Shandong Linglong Tyre Co., Ltd.	1,05
Triangle Tyre Co., Ltd.	1,07
Zhongce Rubber Group Co., Ltd. Double Coin Holdings Ltd.	1,12
Giti Tire (Anhui) Co., Ltd. Giti Tire (Chongqing) Company Ltd. Giti Tire (Fujian) Company Ltd.	1,31
Aeolus Tyre Co., Ltd. Chaoyang Long March Tyre Co., Ltd. Cooper Chengshan (Shandong) Tire Company Ltd. Guangming Tyre Group Co., Ltd. Jiangsu Hankook Tire Co., Ltd. Michelin Shenyang Tire Co., Ltd.	1,42
Pirelli Tyre Co., Ltd. Sailun Co., Ltd. Shandong Jinyu Tire Co., Ltd. Shandong Changfeng Tyres Co., Ltd. Shandong Hengyu Rubber Co., Ltd. Shandong Longyue Rubber Co., Ltd.	
Shandong Wanda Boto Tyre Co., Ltd. Shenyang Peace Radial Tyre Manufacturing Co., Ltd Shouguang Firemax Tyre Co., Ltd Sinotyre International Group Co., Ltd Triangle Tyre Co., Ltd. Zhaoqing Junhong Co., Ltd	
Shandong Bayi Tyre Manufacture Co., Ltd.	1,55
Demais empresas	2,59

7. Na ocasião, foi destacado no art. 2º da Resolução CAMEX nº 198, de 2021 que o direito antidumping não se aplicava aos pneus de construção diagonal e aos pneus radiais com aros distintos dos aros 20", 22" e 22,5".

1.2 Da investigação original contra África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês

8. Em 10 de junho de 2013, foi publicada no DOU a Circular SECEX nº 28, de 07 de junho de 2013, que iniciou a investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de pneus de carga da África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês para o Brasil e de dano dele decorrente.

9. Tendo sido verificada a existência de dumping nessas exportações para o Brasil e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 107, de 21 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de novembro de, com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, na forma de alíquota específica, conforme quadro a seguir.

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 107, de 2014

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
África do Sul	Todas as empresas	1.751,93
Coreia do Sul	Kumho Tires Co. Inc.	317,11
	Hankook Tire Co., Ltd.	1.794,73
	Demais empresas	2.031,31
Japão	Todas as empresas, exceto Sumitomo Rubber Industries	4.058,74
Rússia	OAO Cordiant	1.097,13
	Demais empresas	2.933,96
Tailândia	Todas as empresas	550,52

10. Ainda por meio da Resolução CAMEX nº 107, de 2014, foi homologado compromisso de preços para a empresa japonesa Sumitomo Rubber Industries Ltd. (doravante também denominada "SRI"), conforme Anexo I da Resolução supramencionada.

11. Em face de decisão judicial proferida em 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº 1001606-07.2016.4.01.3400 - 2ª VF/SJDF, em relação à Circular SECEX nº 12, de 23 de fevereiro de 2016, que efetuou a primeira atualização dos preços a serem praticados no âmbito do compromisso de preços em tela, foi deferido pedido liminar apresentado pela Sumitomo para aplicação de metodologia de atualização monetária que levasse em consideração os efeitos da variação cambial.

12. Ao longo do período de vigência do compromisso de preços, foram recebidos tempestivamente relatórios de vendas do produto objeto da medida, tendo sido inclusive realizadas verificações *in loco* nas empresas SRI e Sumitomo Rubber Brasil ltd. (SRB), respectivamente, em Tóquio e em São Paulo, nos períodos de 20 a 22 de novembro e de 11 a 13 de dezembro de 2017. Dessa forma, o DECOM constatou, com base nas informações oficiais da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e nos dados fornecidos pela SRI, que o produtor/exportador japonês cumpriu o previsto no Compromisso homologado, nos termos da referida decisão judicial.

1.2.1 Da primeira revisão e do encerramento para África do Sul e Taipé Chinês

13. Em 22 de novembro de 2019, por meio da publicação no DOU da Circular SECEX nº 63, de 21 de novembro de 2019, foi iniciada revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações de pneus de carga originárias de África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês.

14. Após ter tido o prazo de conclusão suspenso por quatro meses por conta da pandemia do COVID-19, a revisão foi encerrada pela Resolução CAMEX nº 176, de 19 de março de 2021, publicada no DOU de 22 de março de 2021, com a prorrogação dos direitos antidumping definitivos, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicados às importações brasileiras de pneus de carga originárias da Coreia do Sul, Japão, Rússia e Tailândia, sob a forma de alíquota específica fixa nos montantes e para as empresas listadas abaixo:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

RUI COSTA DOS SANTOS
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

LARISSA CANDIDA COSTA
Coordenadora-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 176, de 2021

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/kg)
Coreia do Sul	Kumho Tires Co. Inc.	0,32
	Hankook Tire Co., Ltd.	0,51
	Demais empresas	1,49
Japão	Sumitomo Rubber Industries (SRI)	0,21
	Demais empresas	1,59
Rússia	OAO Cordiant	1,10
	Demais empresas	0,72
Tailândia	Zhongce Rubber Co. Ltd	0,55
	Demais empresas	0,53

15. Importante ressaltar que foi suspensa para o Japão a aplicação do direito antidumping imediatamente após a sua prorrogação, em razão da existência de dúvidas quanto à provável evolução futura das importações do produto objeto de direito antidumping, nos termos do art. 109 da Decreto nº 8.058, de 2013. Não houve renovação do Compromisso de Preços para a empresa japonesa SRI.

16. Na mesma data de publicação da referida Resolução, foi publicada a Circular SECEX nº 20, de 19 de março de 2021, que extinguiu o direito antidumping aplicado sobre as importações originárias da África do Sul e de Taipé Chinês do mesmo produto.

17. Deste modo, estão vigentes direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de pneus de carga originárias da China, Coreia do Sul, Japão (suspenso), Rússia e Tailândia.

2 DA AVALIAÇÃO DE ESCOPO
2.1 Do início da avaliação de escopo

18. Em 29 de agosto de 2023, o DECOM recebeu consulta de auditora da Receita Federal do Brasil a respeito da incidência de direito antidumping sobre as importações de pneumáticos de borracha para caminhões, ônibus e similares (pneus de carga) dos aros 20", 22" e 22,5", originárias da China, quando estes pneumáticos estivessem montados em rodas e quando essas importações fossem classificadas na NCM 8716.90.90.

19. O texto da consulta explicitou que pneus de carga objeto do direito antidumping estavam sendo importados montados em rodas e que a mercadoria estava sendo classificada no código 8716.90.90 da NCM, classificação diversa daquela indicada na Resolução GECEX nº 198, de 2021, que citava apenas o código 4011.20.90 da NCM. Na ocasião, foi questionado se o direito antidumping prorrogado pela Resolução citada também deveria ser recolhido para pneus de carga montados em rodas originários da China classificados no código 8716.90.90.

20. Diante da existência de dúvida quanto à incidência da medida antidumping sobre determinado produto, julgou-se necessário o início de avaliação de escopo de ofício, nos termos do parágrafo único do art. 146 do Decreto nº 8.058, de 2013, doravante também denominado "Regulamento Brasileiro".

21. Nesse sentido, foi elaborado o Parecer DECOM SEI nº 1.066 de 30 de novembro de 2023, propondo o início da avaliação de escopo.

22. Com base no parecer supramencionado, por meio da Circular Secex nº 49, de 1º de dezembro de 2023, publicada no D.O.U. de 4 de dezembro de 2023, foi iniciada a avaliação de escopo em tela. Destaque-se que, nos termos do parágrafo único do art. 154 do Decreto nº 8.058, de 2013, a avaliação conduzida ao amparo deste processo administrativo possui caráter interpretativo, não tendo o condão de alterar o escopo do direito antidumping vigente.

23. A referida Circular Secex nº 49/2023 indicou o cronograma que seria seguido nesta avaliação de escopo e indicou que seriam concedidos 20 dias para que as partes interessadas se habilitassem no processo e apresentassem elementos de prova acerca da matéria em destaque. Na mesma ocasião foi informado que pedidos de audiência deveriam ser apresentados em até 20 dias, contados do início da avaliação de escopo.

24. Em 27 de dezembro de 2023 foi publicada no D.O.U retificação da Circular SECEX 49, de 2023, corrigindo o prazo para que as partes interessadas, devidamente habilitadas, pudessem se manifestar por escrito ou submeter elementos de prova acerca da matéria. Este prazo foi corrigido de 20 para 30 dias, contados da data de publicação do ato que estabeleceu o início da avaliação de escopo.

2.2 Da notificação de início

25. Os governos da China, Tailândia, Coreia do Sul, Japão e Rússia foram notificados por meio dos Ofícios SEI Nº 7922, 7928, 7929, 7930 e 7031/2023/MDIC, de 11 de dezembro de 2023, acerca do início da avaliação de escopo.

2.3 Da habilitação das partes interessadas

26. Nos termos do disposto na Circular Secex nº 49, de 2023, retificada em 27 de dezembro de 2023, as partes interessadas tiveram o prazo de 20 dias para se habilitarem no processo em tela e 30 dias para se manifestarem por escrito ou submeterem elementos de prova acerca da matéria, contados da data do início da avaliação de escopo.

27. Tempestivamente, a associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários, doravante denominada ANFIR, a Associação Brasileira dos Importadores e Distribuidores de Pneus - ABIDIP, a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos - ANIP, e as empresas Sunset Tires Co. Ltd.; Sumitomo Rubber do Brasil (SRB); Librelato SA - Implementos Rodoviários; Sociedade Michelin de Participações, Indústria E Comércio Ltda (Michelin).; Prometeon Tyre Group Indústria Brasil Ltda (Prometeon); Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda (Continental); Borrachas Vipal S.A. e a empresa Massy do Brasil Comercio Exterior Ltda. solicitaram habilitação no presente processo como partes interessadas.

28. A ANFIR, a ANIP, a ABIDIP, bem como as empresas SRB, Sunset Tires, Borrachas Vipal, Continental, Michelin, Prometeon e Librelato foram consideradas partes interessadas na avaliação em questão, nos termos do artigo 275 da Portaria SECEX nº 171, de 2022.

29. A empresa Massy não apresentou justificativa para seu pedido de habilitação, conforme havia sido solicitado por meio do Ofício SEI Nº 8171/2023/MDIC, de 20 de dezembro de 2023, razão pela qual não foi habilitada.

2.4 Da realização de audiência

30. Conforme previsto na Circular SECEX 49, de 2023, e em sintonia com a previsão contida no Parágrafo Único do art. 152 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas tiveram 20 dias para solicitar audiência a fim de esclarecer aspectos relativos ao escopo da medida antidumping em vigor.

31. A empresa Sunset Tires Corporation Limited solicitou, tempestivamente, no dia 22 de dezembro de 2023, a realização de audiência com o objetivo de discutir os temas abordados no Parecer DECOM SEI nº 1.066, de 30 de novembro de 2023, e os elementos de provas apresentados pelas partes interessadas no prazo de 30 (trinta) dias contados do início desta avaliação de escopo.

32. As partes interessadas habilitadas foram convocadas para participarem da audiência, que foi, inicialmente, agendada para o dia 15 de janeiro de 2024, por meio virtual. Todavia, em virtude da expressiva demanda interna de trabalho da autoridade investigadora, e considerando o disposto no Art. 290 da Portaria SECEX nº 171, de 2022, considerou-se apropriado remarcar a data da audiência para o dia 07 de fevereiro de 2024.

33. Na data acordada, realizou-se, por meio de videoconferência, audiência para debater os temas indicados pela empresa Sunset Tires Ltd. Co. Ao final do procedimento, o termo de realização da audiência e a lista de partes interessadas foram juntados aos autos do processo. Compareceram virtualmente as empresas, Librelato, Sumitomo, Sunset, Vipal e as Associações ANIP, ABIDIP, ANFIR, bem como representantes do Governo da Rússia e do Brasil, este por meio de representantes da CAMEX, Ministério da Defesa, MGI, MPO e do DECOM.

34. Ao final da referida audiência, as partes interessadas presentes foram informadas que, nos termos do § 6º do art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, as informações apresentadas oralmente durante a audiência somente seriam consideradas pelo DECOM caso reproduzidas por escrito e protocoladas nos autos do processo em tela.

2.5 Do encerramento da fase probatória e da fase de instrução

35. Inicialmente, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 149 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram concedidos trinta dias contados da data de publicação da Circular Secex nº 49, de 2023, para que as partes interessadas pudessem se manifestar por escrito ou submeter elementos de prova. Os elementos de prova protocolados nos autos no referido prazo estão resumidos no item 5.1 deste documento.

36. Contudo, tendo em conta que a audiência foi realizada no dia 7 de fevereiro de 2024, e considerando o disposto no 6º do art. 291 da Portaria SECEX nº 171, de 2022, bem como o disposto no 6º do art. 55 do Decreto nº 8.058, de 2013, o encerramento da fase de instrução foi prorrogado de forma a coincidir com o prazo de 10 dias contados da realização da audiência para que as informações apresentadas oralmente durante a audiência fossem reproduzidas por escrito e protocoladas nos autos da presente avaliação de escopo.

37. As manifestações finais acerca dos elementos constantes dos autos estão resumidas no item 5.2 deste documento.

3 DA DEFINIÇÃO DO PRODUTO OBJETO DA MEDIDA ANTIDUMPING
3.1 Do produto objeto do direito antidumping

38. Conforme definido no art. 1º da Resolução GECEX nº 198, de 03 de maio de 2021, o produto objeto do direito antidumping consiste em pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, comumente classificados no subitem 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originários da China. Ressalte-se que, conforme apresentado no item 1.3 deste documento, há também direito antidumping aplicado por meio da pela Resolução CAMEX nº 176, de 19 de março de 2021, às importações do mesmo tipo de pneus de carga originárias da Coreia do Sul, Tailândia, Rússia e Japão, motivo pelo qual a presente avaliação de escopo aplica-se aos dois processos.

39. De acordo com os anexos das referidas resoluções, os pneus utilizados em ônibus e caminhão são classificados, quanto à estrutura, em diagonais e radiais. O pneu diagonal apresenta os cabos das lonas orientados de maneira a formar ângulos alternados, sensivelmente inferiores à 90º em relação à linha mediana da banda de rodagem. O pneu radial é constituído de uma ou mais lonas, cujos fios estão dispostos aproximadamente a 90º em relação à linha mediana da banda de rodagem, sendo essa estrutura estabilizada circunferencialmente por duas ou mais lonas essencialmente inextensíveis.

40. O pneu de construção radial é caracterizado pela aplicação de matérias-primas diferenciadas e apresenta processo produtivo mais complexo, conferindo maior qualidade e desempenho. Normalmente, o pneu de carga radial apresenta custo de produção mais elevado quando comparado aos pneus do tipo diagonal.

41. O processo de fabricação do pneu de carga pode ser dividido em três etapas: a) fabricação do composto formado por vários tipos de borracha natural e sintética, negro de fumo, aceleradores e pigmentos químicos que, quando colocados em um misturador, torna-se homogêneo. Para cada parte de um pneu há um composto específico com propriedades físicas e químicas distintas; b) construção da carcaça onde são aplicadas as lonas estabilizadoras e a banda de rodagem. Ao final dessa fase, tem-se o pneu verde; e c) vulcanização, processo que dá forma ao pneu. Após vulcanizado, o pneu passa por inspeções e testes que garantem sua consistência e confiabilidade.

42. As principais matérias-primas utilizadas na fabricação desses pneus são as seguintes: cintas de aço, borracha natural, borracha sintética, negro de fumo, poliéster, nylon, pigmento, butil e arames de aço.

3.2 Dos tipos de produtos excluídos do escopo do produto objeto do direito antidumping

43. Nos termos do art. 2º da Resolução GECEX nº 198, de 03 de maio de 2021 e do Anexo único da Resolução CAMEX nº 176, de 19 de março de 2021, os pneus de construção diagonal e os pneus radiais com aros distintos dos aros 20", 22" e 22,5" estão excluídos do escopo de aplicação do direito antidumping.

4 DO PRODUTO OBJETO DA AVALIAÇÃO DE ESCOPO
4.1 Da descrição do produto objeto da avaliação do escopo

44. De acordo com os incisos I e II do art. 147 do Decreto nº 8.058, de 2023, a avaliação de escopo deverá conter descrição detalhada do produto a ser avaliado, acompanhada dos elementos de prova pertinentes, incluindo suas características técnicas e seus usos, bem como a sua classificação tarifária na NCM, além de explicação pormenorizada das razões que levaram o DECOM a entender que o produto está, ou não, sujeito à medida antidumping.

45. O produto objeto da avaliação de escopo é o conjunto de pneu de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, montado em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, cujas importações são normalmente classificadas nos subitens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 da NCM.

46. A descrição dos pneus de carga objeto da avaliação de escopo é idêntica à dos pneus de carga sujeitos ao recolhimento do direito antidumping, não havendo, aparentemente, diferenciação quanto às características técnicas, nem quanto aos usos e aplicações. A única diferença é o fato de os pneus analisados neste procedimento serem comercializados montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios e suas importações serem usualmente classificadas nos subitens 8716.90.90 e 8708.70.10 e 8708.70.90 da NCM.

47. Destaca-se que foi apresentada manifestação questionando a viabilidade prática do eventual recolhimento do direito antidumping sobre o conjunto de pneus com rodas, conforme detalhado no item 5 deste documento. Não foi apresentado, contudo, nenhum cálculo concreto, nem metodologia acerca da melhor forma de aplicação.

4.2 Das razões que levam a entender que o produto está sujeito ao direito antidumping
4.2.1 Das investigações e revisões prévias

48. As importações de pneus de carga de construção radial de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões originárias da China são comumente classificadas na NCM 4011.20.90 e estão sujeitas à aplicação do direito antidumping nos montantes estabelecidos pelas Resoluções GECEX nº 198 e CAMEX nº 176, ambas de 2021.

49. Neste contexto, salienta-se inicialmente que o Departamento sempre considerou nas análises efetuadas no âmbito das investigações de dumping mencionadas a existência de pneus acompanhadas com rodas, e de conjuntos montados ou *sets* (conjunto montado é o pneu já montado em sua roda, e, conforme o caso, demais acessórios como câmara, protetor - flap - e válvula).

50. Dessa forma, os pneus montados ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, sempre foram considerados produto objeto da investigação, inclusive tendo sido tal questão diretamente tratada na investigação encerrada pela Resolução CAMEX nº 107, de 2014, que aplicou direito antidumping às importações de pneus de carga originárias da África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês. Durante tal investigação, o DECOM, tanto nas verificações na indústria doméstica, quanto nas verificações nos produtores/exportadores expressamente considerou como produto objeto da investigação os pneus montados ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios.

51. Como exemplo cita-se o relatório do procedimento de verificação *in loco* realizado em novembro de 2013 na empresa Sociedade Michelin de Participações Indústria e Comércio Ltda, em que o DECOM assentou que:

A empresa constatou que o filtro para a extração das informações reportadas não deu o tratamento devido para os conjuntos montados e kits. Assim sendo, a Michelin apresentou nova versão do apêndice XVI em que constassem as vendas dos pneus de fabricação nacional que faziam parte de conjuntos montados e de kits.

Na ocasião foi esclarecido que conjunto montado é o pneu já montado em sua roda, e, conforme o caso, demais acessórios como câmara, protetor (flap) e válvulas. Possui NCM distinta do Pneu separado e é tratada no sistema como um item distinto. O Kit é constituído do pneu, sua roda e demais acessórios, vendidos desmontados, mas enviados em conjunto, em uma mesma caixa. (grifo nosso)

52. Os relatórios dos procedimentos de verificação *in loco* realizados em fevereiro de 2014 na empresa Kumho Tires Co., Inc, e em junho de 2014 na empresa Hankook Tire Co. Ltd. no âmbito da mesma investigação indicaram que: "*Questionados com relação às vendas de conjuntos montados de pneus de ônibus ou caminhão, os representantes da empresa afirmaram que a empresa não vendia conjuntos montados em que houvesse o produto objeto da investigação". (grifo nosso)*

53. Na mesma toada, o relatório do procedimento de verificação in loco realizado em junho de 2014 na empresa OAO Cordiant indicou que "*Constatou-se que a empresa não vende conjuntos montados com pneu e roda (...)".*

54. Já o relatório do procedimento de verificação in loco realizado em junho de 2014 na empresa Sumitomo Rubber Industries. Ltd. indicou que:
Perguntados com relação às vendas de conjuntos montados de pneus de ônibus ou caminhão, os representantes da empresa afirmaram que a empresa não vendia conjuntos montados com rodas, mas somente conjuntos formados por pneu, câmara e protetor. Tais vendas foram devidamente reportadas pela empresa. (grifos nossos)

55. Como se observa por meio das leituras dos trechos dos relatórios dos procedimentos de verificação in loco realizados na indústria doméstica e nos exportadores, as vendas de conjuntos constituídos de pneus montados em rodas, ou de conjuntos formados por pneu, câmara e protetor, estavam refletidas nos dados da indústria doméstica, levados em consideração pra fins de análise de dano, e também no preço de exportação dos produtores investigados, de forma que estas informações foram consideradas para fins de apuração do montante do direito antidumping aplicado. Ressalte-se que, durante a referida investigação o preço dos pneus de carga montados em rodas, ou vendidos em conjuntos, foi apurado a partir dos dados de cada produtor.

56. Em suma, para o DECOM, os conjuntos montados (pneu já montado em sua roda, e, conforme o caso, demais acessórios como câmara, protetor (flap) e válvulas) e kits (pneu, roda e demais acessórios embalados conjuntamente, mas não montados) foram classificados e considerados como produto objeto da investigação.

4.2.2 Da classificação na NCM

57. Também relevante para a análise é o fato de que, consoante já mencionado no item anterior, os pneus de carga de construção radial de aros 20", 22" e 22,5" montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, que estão sendo classificados pelos importadores nas NCMs 8716.90.90 e 8708.70.10 e 8708.70.90 têm aparentemente a mesma característica dos pneus de carga de construção radial de aros 20", 22" e 22,5" cujas importações, objeto dos direitos antidumping em vigor, são normalmente classificadas no subitem 4011.20.90 da NCM.

58. Registre-se que, conforme as Resoluções GECEX nº 198 e CAMEX nº 176, ambas de 2021, e de acordo com as informações referentes ao produto objeto desta avaliação de escopo, não há qualquer indicação de que pneus de construção radial de aros 20", 22" e 22,5" montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios sejam diferentes daqueles pneus objeto do direito e cujas importações são normalmente classificadas na NCM 4011.20.90.

59. Além disso, é importante ressaltar que o conjunto constituído por pneus e rodas não é indissociável, podendo ser facilmente desmontado, permitindo a comercialização da roda e do pneu de forma avulsa. Ademais, registre-se que há importações de rodas e de pneus de carga originárias da China de modo independente em outros códigos tarifários da NCM.

60. Cumpre destacar ainda que as Resoluções GECEX nº 198 e CAMEX nº 176, ambas de 2021, indicam que os pneus de carga objeto dos direitos antidumping estão comumente classificados na NCM 4011.20.90. Nesse sentido, entende-se que que todos os pneus de carga que se enquadrem na descrição do produto objeto dos direitos antidumping, originários da China ou das demais origens, mesmo que classificados pelos importadores em códigos da NCM distintos daquele expressamente indicado nas referidas Resoluções GECEX estão sujeitos ao recolhimento do direito antidumping.

61. As exclusões do escopo de aplicação de um direito antidumping, quando existem, são destacadas no corpo da Resolução que aplica ou prorroga uma medida de defesa comercial. Tais exclusões são operacionalizadas por meio da descrição do produto excluído, de forma explícita.

62. Nesse sentido, a única característica que deve nortear a aplicação ou não aplicação do direito antidumping é a descrição da mercadoria importada da origem investigada, independentemente da classificação tarifária indicada. Esse entendimento aplica-se em especial aos códigos da NCM cuja descrição de seu subitem faz remissão a "outros", como na própria descrição do subitem 4011.20.90, conforme se observa a seguir:

Classificação Tarifária

4011	Pneumáticos novos, de borracha
4011.20	Dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões
4011.20.90	Outros

63. Verifica-se que são classificadas no subitem 4011.20.90 da NCM não só importações de pneus de carga objeto da medida de defesa comercial, mas também outros produtos alheios ao escopo de aplicação do direito antidumping. Justamente por esse motivo as importações realizadas no subitem 4011.20.90 foram depuradas quando da revisão de final de período que culminou com a prorrogação do direito antidumping em tela para a China. A depuração foi realizada com o objetivo de identificar o volume correspondente apenas à importação dos pneus de carga objeto do direito antidumping para que fossem analisados, naquela ocasião, o perfil destas importações e os efeitos de tais importações sobre a indústria doméstica.

64. Desse modo, não é porque as Resoluções mencionadas indicam que as importações do produto objeto do direito são comumente classificadas no código 4011.20.90 que todos as importações de produtos classificadas nesta NCM estão sujeitas ao direito antidumping.

65. Esclarece-se que qualquer investigação de defesa comercial é conduzida a partir da identificação precisa das características do produto a ser investigado, nos termos da normativa nacional e internacional aplicada ao tema.

66. Em relação ao subitem 8716.90.90 da NCM, observa-se, de modo similar, que nessa NCM também são classificados produtos variados:

Classificação Tarifária

8716	Reboques e semirreboques, para quaisquer veículos; outros veículos não autopropulsados; suas partes
8716.90	Partes
8716.90.90	Outros

67. Deste modo, parece restar evidenciado o entendimento, também por esta vertente, de que os pneus montados em rodas, ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, estão no escopo de aplicação do direito antidumping aplicado às importações de pneus de carga originárias da China e das demais origens.

4.2.3 Das importações do produto objeto da avaliação

68. Em que pese o caráter meramente interpretativo da avaliação de escopo, julgou-se pertinente análise da evolução das importações do produto objeto da avaliação, uma vez que estas estão sendo classificadas em códigos tarifários distintos daqueles indicados quando da aplicação das medidas de defesa comercial.

69. Com o objetivo de avaliar se haveria importações de pneus de carga de construção radial de aros 20", 22" e 22,5" montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios em outros códigos além da NCM 8716.90.90, o DECOM optou por analisar ainda as importações realizadas nos códigos 8708.70.10 e 8708.70.90, cujas descrições são apresentadas a seguir:

Classificação Tarifária

8708	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705
8708.70	Rodas, suas partes e acessórios
8708.70.10	De eixos propulsores dos veículos das subposições 8701.10, 8708.30, 8708.91 a 8701.95 ou 8704.10
8708.70.90	Outros

70. Os dados oficiais de importação para os subitens 4011.20.90, 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 foram fornecidos pela RFB e depurados pelo DECOM. Para fins desta análise, optou-se por analisar o período de setembro de 2018 a agosto de 2023, divididos em cinco períodos de 12 meses, da seguinte maneira:

P1 - setembro de 2018 a agosto de 2019
P2 - setembro de 2019 a agosto de 2020
P3 - setembro de 2020 a agosto de 2021
P4 - setembro de 2021 a agosto de 2022
P5 - setembro de 2022 a agosto de 2023

71. No que diz respeito aos subitens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90, informa-se que a depuração foi aprimorada de forma a melhor ilustrar a evolução dos volumes importados, tendo sido observado que o volume depurado de importações de pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões originárias da China acompanhados ou montados em rodas, partes ou acessórios, apresentou elevação significativa, conforme apresentado a seguir:

Importações Totais (em toneladas) do produto objeto da avaliação de escopo
[RESTRITO]

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	30	146	452	358
Total objeto da revisão	100	30	146	452	358
Estados Unidos	100				2516
Finlândia	-	-	-	-	[RESTRITO]
Bélgica	-	-	-	-	[RESTRITO]
Espanha	-	-	-	-	[RESTRITO]
Alemanha	-	-	-	-	[RESTRITO]
Demais Países*	-	-	-	-	-
Total exceto objeto da revisão	-	-	-	-	-
Total Geral	100	30	146	452	359

72. Considerando os dados analisados para fins deste documento, somente foram registradas importações em quantidades representativas de pneus de carga de aros 20", 22" e 22,5" montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios, originárias da China, e não foram localizadas importações de pneus com rodas classificadas na NCM 4011.20.90, mas apenas nas demais NCMs analisadas.

73. Importante salientar que, apesar de não terem sido identificadas importações das demais origens de pneus montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios no período analisado, o resultado da presente Avaliação de Escopo também abarcará o direito antidumping prorrogado pela Resolução CAMEX nº 176, de 19 de março de 2021.

74. A partir da tabela ilustrada, observa-se que as importações de pneus montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios, apresentaram crescimento de 258% de P1 a P5 desta avaliação de escopo (setembro de 2018 a agosto de 2023), atingindo toneladas.

75. Para fins de comparação, foram revisitados os dados de importação brasileira e do mercado brasileiro analisados quando da segunda revisão do direito antidumping aplicado às importações de pneus de carga originárias da África do Sul, Coreia do Sul, Rússia, Japão, Tailândia e Taipé Chinês, concluída por meio da Resolução CAMEX nº 176, de 2021. Esta Revisão analisou o período compreendido entre abril de 2014 a março de 2019. À época, as importações brasileiras de pneus de carga apresentaram o seguinte comportamento:

Importações Totais [RESTRITO]

Em toneladas

	P1* (Abril/2014 a Março/2015	P2* (Abr/15 a Mar/16)	P3* (Abr/16 a Mar/17)	P4* (Abr/17 a Mar/18)	P5* (Abr/18 a Mar/19)
África do Sul	[RESTRITO]	-	-	-	-
Coreia do Sul	100	60	50	46	29
Japão	100	82	56	103	105
Rússia	100	4	-	-	-
Tailândia	100	21	26	164	134
Taipé Chinês	[RESTRITO]	-	-	-	-
Total sob Análise	100	61	46	78	70
Argentina	100	64	195	213	292
Vietnã	100	208	781	1761	2496
Índia	100	71	16	80	56
Colômbia	100	17	11	78	193
Estados Unidos	100	77	5	25	185
México	100	28	27	105	76
Mianmar (Birmânia)	-	-	-	-	[RESTRITO]
Luxemburgo	100	130	403	847	721
Demais Origens*	100	24	16	25	14
Total (exceto investigadas)	100	46	46	87	110
Total Geral	100	52	46	84	95

*Períodos investigados na revisão concluída por meio da Resolução CAMEX nº 176, de 2021, cujo período compreendeu entre abril de 2014 a março de 2019.

**Demais Países: Indonésia, Alemanha, China, Espanha, Irlanda, França, Itália, Turquia, Polônia, Suécia, Belarus, Bélgica, Canadá, Chile, Egito, Equador, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Países Baixos (Holanda), Peru, Reino Unido, Romênia, Tcheca, República, Uruguai

76. Observou-se que as importações de pneus montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios, classificados nos subitens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 atingiram em P5 mais de 15% do total de pneus de carga sem rodas importados de todas as origens pelo Brasil (NCM 4011.20.90, e 53% das importações das origens com direito antidumping em vigor).

77. Ademais, importa considerar que o direito antidumping aplicado às importações originárias da China foi aplicado originalmente em 2009, tendo sido prorrogado em 2015 e em 2021. Já o direito antidumping aplicado às importações originárias África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês foi aplicado originalmente em 2014 e prorrogado para a Coreia do Sul, Japão, Rússia e Tailândia em 2021.

78. Nesse contexto, o volume de importações de pneus de carga originário das origens gravadas retrocedeu, de modo que à época da 2ª Revisão do direito antidumping aplicado às demais origens, o volume importado da China de pneus de carga não foi representativo. Consoante observado a seguir, todavia, o volume importado de pneus de carga montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios (NCMs 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90), apresentou crescimento, notadamente, de setembro de 2018 a agosto de 2023, superando o volume importado de pneus de carga desprovidos de rodas, importado por meio da NCM 4011.20.90. É muito provável que esse crescimento seja influenciado pela observada ausência de recolhimento do direito antidumping nas importações de pneus com rodas realizadas por meio das NCMs 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90.

79. De modo a conciliar com o período da presente avaliação de escopo, realizou-se ainda apuração dos volumes importados de pneus de carga desacompanhados de rodas, classificados na NCM 4011.20.90, no período de setembro de 2015 a agosto de 2023:

Importações de pneus de carga desacompanhados de rodas - NCM 4011.20.90
[RESTRITO]

	Período prévio à avaliação			Período da presente avaliação de escopo				
	P-3*	P-2*	P-1*	P1	P2	P3	P4	P5
China	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	138	2.820	26.045	12.989
Coréia do Sul	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	54	78	113	90
Japão	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	18	53	67	65
Tailândia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	71	349	258	477
Taipé Chinês	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das origens com AD	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	28	92	161	143
Argentina	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	61	25	18	11
Vietnã	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	81	143	279	596
Índia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	77	150	314	287
Colômbia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	45	7	23	53

Malásia	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	7.378	22.468	47.754	79.292
Demais Países	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	95	83	62	104
Total Demais origens	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	77	97	172	278
Total Geral	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	65	96	169	244

*Os períodos "P-1", "P-2" e "P-3" dizem respeito aos intervalos: setembro de 2017 a agosto de 2018; setembro de 2016 a agosto de 2017; setembro de 2015 a agosto de 2016.

80. Comparando-se as importações da China do produto objeto da presente avaliação de escopo (pneus montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios) e dos pneus desacompanhados de rodas, tem-se o seguinte:

Importações de pneus de carga com roda - China [RESTRITO]

	Período prévio à avaliação			Período da presente avaliação de escopo				
	P-3	P-2	P-1	P1	P2	P3	P4	P5
China - pneus acompanhados ou montados em rodas	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	30	146	452	358
China - pneus desacompanhados de rodas, peças ou aces.	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	100	138	2.820	26.045	12.989

81. Registra-se novamente que, no que diz respeito aos subitens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90, a depuração com base nos dados da RFB foi aprimorada de forma a melhor ilustrar a evolução dos volumes importados

82. Nota-se que dois anos antes do período analisado nesta avaliação de escopo, as importações de pneus montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios importados da China eram insignificantes. Essas importações da China parecem só terem efetivamente se iniciado em 2017.

83. Em todos os períodos analisados da presente avaliação, a importação de pneus de carga dos aros 20", 22" e 22,5", montados em rodas, ou acompanhados de rodas, peças ou acessórios, advindos da China superou a importação de pneus de carga dos aros 20", 22" e 22,5" desacompanhados de rodas, também de origem chinesa.

5 DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES

5.1 Das manifestações apresentadas antes da audiência

84. Em 22 de dezembro de 2023, a empresa Librelato S.A. Implementos Rodoviários defendeu haver significativa diferença entre o insumo "roda de aço montada com pneu" e o insumo "pneu" e "roda", citando a descrição do Sistema Harmonizado para a posição 8716 e para a posição 4011.

85. Apresentou cópias de Declarações de Importações e de Comprovantes de Importação realizadas na NCM 8716.90.90 em [CONFIDENCIAL] que demonstrariam que [CONFIDENCIAL].

86. Citou, a esse respeito, consultas realizadas junto à Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) e à Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), ambas da Receita Federal, e consulta junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, cuja indicação teria sido no sentido de que as partes de reboques e semi-reboques, que não os chassis, deveriam ser classificados no código 8716.90.90 como peças, partes e acessórios para veículos. Citou ainda a consulta à Coana da Receita Federal nº 82 em que a roda de aço descrita se classificaria na NCM 8716.90.90 e a consulta tributária nº 16413/2017 da SEFAZ de São Paulo que afirmaria que "partes e peças utilizadas na composição de engate para reboque e semirreboque, deveriam ser, de fato classificadas no código 8716.90.90 da NCM, informado pela consulente". Com isso, a Librelato invocou o princípio da segurança jurídica para defender que não haja mudança na classificação fiscal e aplicação do direito antidumping sobre as rodas de aço montadas com pneu.

87. Acrescentou que a interpretação da Nomenclatura deveria ser literal, sob pena de o excesso de subjetividade do classificador resultar em arbitrariedade ocasionar distinções de cunho mais ou menos protecionista, que protegeriam um setor ou empresas específicas em detrimento do prejuízo de outros setores e da economia em geral, o que poderia ainda gerar monopolização do mercado.

88. Ressaltou que o Brasil já possuiria um dos pneus mais caros do mundo, impactando em custos de logística, e encarecendo a importação, os produtos internos se tornarão opção, porém em razão do aumento da demanda, haveria um possível aumento no preço que acarretaria, consequentemente, a elevação com custos de transporte, inclusive no transporte de produtos e bens essenciais.

89. Em manifestação de 22 de dezembro de 2023, reafirmada em 29 de dezembro de 2023, a Sumitomo Rubber do Brasil Ltda. (SRB), subsidiária da Sumitomo Rubber Industries (SRI) do Japão, fabricante de pneus de passeio e de carga no Brasil, afirmou que fez investimentos desde a construção de sua fábrica no Paraná, em 2017.

90. A SRB acrescentou que embora o produto objeto da imposição dos direitos antidumping sejam comumente classificados na NCM 4011.20.90, seria notório que haveria pneus de carga, de construção radial, com aros 20", 22" e 22,5" com características semelhantes sendo classificados nas NCMs 8716.90.90 e 8708.70.10 e 8708.70.90. A diferenciação entre os produtos classificados nas diferentes NCMs residiria apenas no fato de que os pneus classificados nas NCMs 8716.90.90 e 8708.70.10 e 8708.70.90 são comercializados montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios. Segundo a empresa, no entanto, seria importante esclarecer que esses pneus, embora importados como conjunto único, podem ser segregados facilmente e comercializado de forma isolada.

91. A empresa ressaltou ainda que na investigação original sobre importações de pneus de carga encerrada pela Resolução CAMEX nº 107/2014 foram considerados os pneus montados em rodas e tiveram impacto no antidumping apurado, conforme o item 43 da Circular SECEX nº 49/2023. A SRB defendeu que o Decreto nº 8058/2013 não citaria a classificação tarifária e que a NCM não seria vinculante para a aplicação do direito sobre o produto importado. Portanto, seria devida a aplicação das medidas antidumping sobre pneus com características técnicas, de mercado, usos e aplicações semelhantes às do produto objeto dos direitos aplicados pelas Resoluções GECEX nº 198/2021 e pela Resolução GECEX nº 176/2021.

92. A SRB informou ainda que muito embora não tenha participado da investigação original, sua matriz SRI teria reportado vendas de conjuntos formados por pneu, câmara e protetor, como confirmado no seu relatório de verificação *in loco*. A prática de exportar pneus de carga acompanhados desses componentes teria cessado devido ao compromisso de preços negociado naquela época, e não teria sido retomado posteriormente.

93. Em 26 de dezembro de 2023, a Associação Brasileira dos Importadores e Distribuidores de Pneus (ABIDIP), manifestou-se pelo entendimento de que a importação de pneus com rodas seria feita com o intuito de elidir a cobrança de direitos antidumping e que tal prática atentaria contra a isonomia do mercado. Expressou-se assim, ainda que habitualmente fosse contra a aplicação de medidas de defesa comercial por entender que as empresas internacionais com fábricas no Brasil somente proporiam investigações contra origens nas quais não teriam produção própria.

94. Em 29 de dezembro de 2023, o Governo da Rússia protocolou manifestação em comentou a queda das importações pelo Brasil do produto russo e observou que não houve entre 2013 e 2022 importação pelo Brasil de pneus radiais montados em rodas da Rússia. Ressaltou que a medida antidumping atual seria proibitiva aos produtos russos e que os exportadores russos não teriam intenção de evasão da medida.

95. Observou que a exportação do produto pela Rússia para países como Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Armênia e outros países da Comunidade de Países Independentes é fundamental e central e sua expansão se dará para países como Turquia, Emirados Árabes Unidos e outros, pela proximidade e ausência de impostos de importação. Além disso, avaliou que o mercado de pneus teria crescido recentemente pelo aumento do comércio eletrônico e da necessidade de transporte de produtos. Além disso, destacou que as empresas russas continuam priorizando o mercado interno por conta desse crescimento. O governo russo defende a redução ou retirada das medidas antidumping em vigor.

96. Em manifestação de 3 de janeiro de 2024, reafirmada em 16 de fevereiro de 2024, a Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (ANFIR), esclareceu que os principais importadores e/ou destinatários das rodas equipadas com pneus de carga seriam as indústrias fabricantes de implementos rodoviários, representadas pela ANFIR. Defendeu que haveria grande distinção entre rodas e pneus e, elencando critérios da OMC para aferição de produtos similares, como características físicas e técnicas, usos e aplicações, substitutibilidade e percepção do consumidor, canais de distribuição e competição direta, concluiu que pneus isolados e pneus montados em rodas seriam produtos distintos.

97. A ANFIR alegou serem a manutenção e a estética diferentes entre o pneu e o conjunto roda-pneu, concluindo que pneu montado em roda seria mais do que apenas o pneu isolado, mas sim uma combinação complexa que influenciaria significativamente o desempenho, a estética e a manutenção do veículo. Citou a manifestante a Resolução GECEX nº 148/2021 que zerou temporariamente a alíquota do II para 5 medidas de pneumáticos classificados na NCM 4011.20.90 e não estendeu a medida para os conjuntos de rodas classificados na NCM 8716.90.90.

98. A ANFIR esclareceu que os pneus montados em rodas passariam por um processo de fabricação integrado e que não haveria sentido em desmontá-los para vender separadamente como pneus e que esse processo exigiria gastos com mão de obra e equipamentos específicos, requereria utilização de espaço maior de armazenagem, além de representar risco para a integridade do pneu. Em sua opinião, o pneu integraria outro produto, cujo componente principal é a roda.

99. Sobre o fluxo de comércio, a ANFIR afirmou que há preferência por pneus de carga fabricados no Brasil, mas que a indústria nacional não seria capaz de atender a demanda total do setor e, por isso, o volume de importados teria aumentado apesar dos direitos antidumping aplicados. Mesmo com a expansão da produção nacional no ano de 2023, isso não teria sido suficiente para evitar a retração de 2,1% do mercado total de pneumáticos por conta da demanda por insumos mais convenientes em termos de preço, disponibilidade e qualidade. Em sua opinião, a elevação das importações sob os códigos NCM 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 seria resultado de escolhas empresariais legítimas das associadas da ANFIR. Essas decisões estão alinhadas a interesses econômicos genuínos, não sendo uma estratégia intencional para evitar o pagamento de direitos antidumping.

100. A ANFIR acrescentou que a adoção de medidas antidumping ampliativas, que poderiam prejudicar as importações de produtos distintos do produto objeto das investigações antidumping constituiria uma inovação e uma alteração do escopo das medidas, incompatível com o disposto no parágrafo único do Art. 154 do Decreto nº 8.058/2013.

101. Aduziu ainda que teria havido violação a princípios da Lei nº 9.784, como legalidade, segurança jurídica, contraditório e ampla defesa e que não existiriam evidências de dumping ou práticas comerciais desleais no caso das rodas, desautorizando a aplicação de direito antidumping. Acrescentou que os as empresas associadas da ANFIR não foram chamadas aos processos anteriores, as importações de rodas não foram objeto de análise e o direito antidumping teria sido circunscrito expressamente ao produto classificado sob a NCM 4011.20.90.

102. A ANFIR pontuou ainda que os pneus montados em rodas seriam importados como um conjunto integrado, tendo o preço definido para o conjunto, não havendo a discriminação na nota de um preço pago pela roda e outro para o pneu. Tal fato, considerando que as alíquotas dos direitos antidumping vigentes, que foram estabelecidos somente com base nos preços de exportação dos pneus faria com que não fosse possível que tais direitos antidumping sejam estendidos e passem a ser aplicados para os pneus que integram um conjunto juntamente com as rodas e outros materiais, pois não haveria parâmetro de determinação de valor para incidir o direito sobre o conjunto integrado.

103. A ANFIR afirmou ainda que o produto objeto da avaliação de escopo não teria integrado o escopo das investigações e revisões antidumping e que os importadores e exportadores de rodas equipadas com pneus não teriam sido chamados a participar das investigações originais e que, caso não haja evidências de dumping ou práticas comerciais desleais, não haveria justificativa para estender o direito antidumping de pneus para rodas. A ANFIR defendeu também a irretroatividade do direito antidumping para pneus montados em rodas por não ter havido consulta ao setor e defende que não haveria parâmetro de determinação de valor para incidência sobre o conjunto integrado. Por fim, a ANFIR informou que o setor de implementos rodoviários responderia por 60 a 70% de toda a carga derivada da produção industrial brasileira e reafirmou que os pneus não seriam produtos similares às rodas equipadas com pneus dado que possuiriam características físicas e técnicas distintas com usos e aplicações diferentes, com substitutibilidade limitada, percepção do consumidor e canais de distribuição diferenciados e competição direta limitada.

104. Em sua manifestação de 03 de janeiro de 2024, a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP), , fez uma síntese dos fatos, citando a consulta solicitada pela Receita Federal ao DECOM, datada de 29 de agosto de 2023, acerca da classificação tarifária dos pneus montados em rodas, e também apresentando argumentos a favor da incidência do direito antidumping aplicado às importações de pneus de carga nos aros 20", 22" e 22,5", originárias da China, aos produtos acompanhados de rodas, importados sob o código 8716.90.90 da NCM.

105. A ANIP lembrou que as Resoluções GECEX nº 198/2021 e CAMEX nº 176/2021 citam os pneus de carga "comumente" classificados na NCM 4011.20.90 justamente por não haver uma obrigatoriedade, necessidade ou exclusividade na indicação da NCM. Afirmou que o antidumping se aplicaria à descrição do produto e não à NCM na qual o produto é classificado. A ANIP citou os casos de calçados injetados em peça única nas importações de calçados da China e os alhos frescos ou refrigerados também da China como exemplo da aplicação do direito independentemente da NCM.

106. A ANIP também apresentou dados da importação de produtos chineses sujeitos à aplicação das medidas antidumping pelas NCMs 8708.70.10 e 8708.70.90, além da 8716.90.90 concluindo pelo aumento da importação de pneus acompanhados ou montados em rodas originários da China. A ANIP comparou a participação de conjuntos montados com a importação de autopeças e concluiu que os conjuntos montados tiveram um crescimento nas importações não refletido nas autopeças, o que sugeriria que não houve crescimento do mercado, mas apenas um crescimento das importações de pneus sem incidência da medida antidumping.

107. Atribuiu que o aumento de importações de pneus acompanhados ou montados de rodas não seria justificado e demonstraria intenção de evitar o recolhimento das medidas antidumping e, consequentemente, aumentar a participação do mercado frente às vendas da indústria doméstica. Argumentou que à medida que as importações de pneus de carga aumentaram (com roda e desacompanhado de roda), as vendas das indústrias nacionais teriam sofrido redução.

108. Argumentou, com base em estatísticas extraídas da GeoAfter, que a circulação de ônibus e caminhões teria aumentado 1,5%, de P3 a P4 desta avaliação de escopo, de modo que a importação de pneus com rodas deveria permanecer sem grandes alterações, especialmente quando se fala na necessidade de reposição de rodas, já que a vida útil da roda seria significativamente mais longa que a vida útil do pneu.

109. Sobre o aumento das importações de pneus classificadas na NCM 4011.20.90, a ANIP afirmou estar relacionado à redução do imposto de importação no período analisado.

110. A ANIP também ressaltou que os componentes dos kits seriam facilmente distinguíveis, os conjuntos constituídos de rodas e pneus seriam dissociáveis, podendo ser facilmente desmontados, permitindo a comercialização das rodas e dos pneus de forma individual.

111. Em 03 de janeiro de 2024, a Librelato reiterou a diferença entre o "insumo roda de aço montado com pneu" e o pneu e roda isolados, pois o pneu seria a estrutura de borracha enquanto o segundo seria a estrutura de alumínio.

112. Sobre as classificações NCM, também reiterou a diferença entre as classificações do capítulo 40 sobre borracha e do capítulo 87 sobre veículos terrestres, partes e acessórios. Acrescentou que as investigações antidumping teriam tido como objeto as importações na NCM 4011.20.90 e que a aplicação da medida antidumping sobre os produtos classificados na NCM 8716.9090 seria uma inovação e alteração do escopo das medidas.

113. Destacou as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias aprovado pela IN nº 807/08 da Receita Federal que afirmam que as rodas providas de pneus devem ser classificadas na NCM 8716.90.90, reiterando manifestação anterior sobre o tratamento tributário e a importância desta para a decisão na importação do produto.

114. A Librelato defendeu, então, que na eventualidade de ser admitida a aplicação da medida antidumping sobre a NCM 8716.9090, que a incidência se dê somente nas importações iniciadas após a publicação dessa decisão e não afetem as importações já realizadas, sugerindo haver regras de transição para a cobrança sem prejuízo dos interesses do setor de implementos rodoviários.

115. Em 03 de janeiro de 2024, a Sunset Tires Corporation Limited (Sunset Tires), apresentou manifestação em que defende que os pneus montandos em rodas não estariam incluídos no escopo da medida em vigor. A Sunset defendeu que: i) são produtos distintos, ii) a administração pública teria confirmado que os direitos não se aplicariam sobre as rodas, iii) julga ser legítima a opção do importador por rodas montadas em lugar dos pneus, iv) entende que a extensão dos direitos antidumping seria uma inovação contrária aos princípios de legalidade, segurança jurídica, contraditório e ampla defesa.

116. A Sunset entende que o pneu montado em roda é produto distinto e aplicar medida para este produto seria inovação e a alteração de escopo, contrário ao art. 154 do Regulamento Brasileiro.

117. A fim de sustentar a distinção entre os produtos, a Sunset descreveu como se dá a interpretação de dispositivos da legislação tributária, aduaneira, etc., mencionando consultas realizadas junto à RFB.

118. No entendimento da Sunset, os produtos classificados na NCM 8716.90.90 não estão abrangidos pela Resolução nº 198, de 2021, tendo em conta a descrição do produto objeto e de sua classificação. A delimitação da aplicação do direito deve ser vinculante no entendimento da Sunset.

119. A empresa também comentou a segregação e comercialização de forma avulsa dos componentes do conjunto importado não seria possível pelas regras tributárias brasileiras. Também detalhou questões tributárias especiais entre os pneus classificados na NCM 4011.20.90 e os conjuntos classificados na NCM 8716.90.90.

120. Alegou que estes aspectos influenciariam, para além da incidência ou não de direitos antidumping, na decisão quanto à conveniência de importar um produto ou outro, e alegou que a diferença de tratamento tributário confirmaria a impossibilidade de se equiparar os dois produtos, ou partes deles, para efeitos de incidência dos direitos antidumping.

121. A Sunset argumentou ainda que, de acordo com dados da ANFIR, no acumulado de janeiro a novembro de 2023, a quantidade de emplacamentos de reboques, semirreboques e carrocerias teria sido de 137.877 unidades no mercado interno e 4.784 no mercado externo. Deste modo, argumentou que, em busca de eficiência, seria perfeitamente legítimo que as indústrias de implementos rodoviários procurassem adquirir insumos nas melhores condições possíveis. Isto incluiria a importação ou aquisição de rodas já equipadas com pneus, sempre que isto se mostrasse conveniente, como no caso de elevação dos preços ou falta de disponibilidade de rodas e/ou pneus de carga no mercado nacional. Assim, o aumento das importações sob a NCM 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90, registrado na Circular n. 49 seria provavelmente reflexo de considerações empresariais e econômicas legítimas da indústria de implementos rodoviários.

122. Argumentou ainda que mesmo com o aumento registrado durante o período investigado na importação de rodas com pneus, em P5, os pneus incorporados ao conjunto representariam apenas 6% do total de pneus de carga importados pelo Brasil 15, o que não seria percentual significativo. Além disso, em P5, teria havido queda de aproximadamente 22% em relação a P4. Isso evidenciaria que nem sempre faria sentido importar esse produto e arcar com os custos associados. Portanto, não haveria provas de que tais importações teriam o objetivo de evitar o pagamento de direitos antidumping

123. A Sunset alegou que os direitos antidumping teriam sido estabelecidos com base unicamente no valor normal e preço de exportação dos pneus classificados na NCM 4011.20.90.

124. Com relação à legitimidade da opção de importar rodas equipadas com pneus, a Sunset destacou que as indústrias de implementos rodoviários podem procurar adquirir insumos nas melhores condições possíveis.

125. A manifestante também fez menção a ação judicial julgada improcedente a respeito de pneus montados em rodas.

126. Ademais, de acordo com a Sunset, haveria uma inviabilidade prática na aplicação de tal direito tendo em vista que o preço seria estabelecido para o conjunto.

127. A empresa solicitou, diante da possibilidade de incidência do direito, que fosse esclarecido de que forma este se daria, bem como que se desse a partir da decisão em diante.

128. Em 03 de janeiro de 2024, a Borrachas Vipal S.A. (Vipal), manifestou-se afirmando que o conjunto de pneu acompanhado ou montado em roda entraria no Brasil com preços que chegariam a custar 1/3 dos preços dos conjuntos produzidos no Brasil e afirma que o objeto da avaliação de escopo não seria uma classificação ou reclassificação tarifária mas sim esclarecer se o direito antidumping deve incidir sobre pneus de carga acompanhados de ou montados em rodas. A Vipal afirmou não haver ainda no processo elementos de prova que demonstrassem diferenças entre os produtos e que apenas se pode afirmar que o crescimento de 253% de importação de P1 a P5 poderia indicar comportamento elisivo do direito antidumping. A Vipal defendeu ser a NCM meramente indicativa do produto objeto da investigação e, para isso se utilizaria a nomenclatura "comumente" o que indicaria o caráter exemplificativo e não exaustivo do produto. A Vipal afirmou, ainda, que houve consideração dos pneus de carga montados em rodas na investigação original.

129. A empresa também defendeu que a aplicação e cobrança do direito antidumping às importações de pneus acompanhadas de ou montadas em rodas respeitaria a simetria e o paralelismo com a investigação original, de modo que a Autoridade Investigadora estaria retomando os mesmos critérios que foram considerados na investigação original e em verificações *in loco* realizadas na indústria doméstica e nos exportadores e pontuou que, em caso de salvaguardas, o Órgão de Apelação da OMC já teria reconhecido a necessidade de se observar o paralelismo implícito entre o escopo da investigação em que se determinou o dano e o escopo da aplicação da medida.

5.2 Das manifestações finais

130. Em 18 de fevereiro de 2024, a ANFIR manifestou-se sobre o Ofício Circular nº 20/2024 apresentando as informações anteriormente explicitadas na audiência de 07 de fevereiro de 2024.

131. Nessa ocasião, a ANFIR informou que o setor de implementos rodoviários responderia por 60 a 70% de toda a carga derivada da produção industrial brasileira.

132. Argumentou que a própria Organização Mundial do Comércio ("OMC") estabeleceria diretrizes gerais para determinar a similaridade de produtos em casos de investigação de medidas antidumping e reafirmou que os pneus não seriam produtos similares às rodas equipadas com pneus dado que possuiriam características físicas e técnicas distintas com usos e aplicações diferentes, com substitutibilidade limitada, percepção do consumidor e canais de distribuição diferenciados e competição direta limitada. Reiterou que os pneus montados sobre rodas não teriam integrado o escopo da investigação original e revisões e que os importadores e exportadores de rodas não teriam sido chamados para participar desses processos e pleiteou a irretroatividade na aplicação dos direitos antidumping.

133. A ANFIR reafirmou que o GECEX entenderia tratar-se de produtos distintos, destarte a redução temporariamente a zero da alíquota do Imposto de Importação para 5 medidas de pneumáticos classificados na NCM 4011.20.90, que não teria sido estendida aos conjuntos de rodas classificados na NCM 8716.90.90.

134. Alegou que os conjuntos de pneus montados em rodas poderiam ter um valor agregado maior do que os pneus isolados devido à sua configuração específica, desempenho otimizado e design combinado. Vender os pneus isoladamente pode reduzir esse valor agregado. Mesmo que o pneu fosse desmontado da roda, poderia haver a necessidade de ajustes adicionais para que ele se adaptasse a diferentes tipos de rodas. Isso poderia incluir aros específicos, necessidade de balanceamento e ajustes para garantir a compatibilidade, aumentando a complexidade e os custos. O que acarretaria custos adicionais e riscos que tornariam essa prática economicamente inviável.

135. Em 19 de fevereiro de 2024, a ABIDIP reiterou sua posição contrária à imposição de barreiras comerciais tendo em vista que empresas internacionais sempre proporiam investigações contra origens nas quais não detêm fábricas, no entanto, posiciona-se favoravelmente a que os pneus acompanhados ou montados em rodas se sujeitem ao direito antidumping visto que o produto teria sido objeto das investigações anteriores.

136. Reiterou que o produto objeto da presente avaliação de escopo, histórica e materialmente, teria sido tratado pela Autoridade como produto objeto das investigações, o que, no entender da ABIDIP, encerraria qualquer margem interpretativa em sentido contrário e imporia o reconhecimento claro, expresso e inequívoco de que os pneus montados em rodas estão (e sempre estiveram) sujeitos às medidas antidumping em vigor.

137. A ABIDIP alegou que o caráter público dos atos administrativos segundo o art. 161 do Decreto nº 8058/2013 teria o condão de garantir a publicidade necessária às investigações antidumping, por meio da publicação em Diário Oficial da União, e citou o fato de que nunca teria sido notificada da abertura das investigações e revisões como parte interessada e que mesmo assim teria participado ativamente dos processos por interesse próprio.

138. Ressaltou que não procederia a concepção de certas partes interessadas no sentido de que estas teriam tido seus direitos de contraditório e ampla defesa violados, quando, em verdade, pelo rigor da lei e da publicidade dos atos da administração pública, sempre tiveram ampla oportunidade em integrar o procedimento na qualidade de "outras partes interessadas". Tampouco seria razoável assumir que importadores ou associações - que direta e diariamente lidam com implementos rodoviários, dentre os quais os pneumáticos - não teriam conhecimento das medidas de defesa comercial em questão e dos respectivos procedimentos dos quais resulta.

139. Em 19 de fevereiro de 2024, a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP), em sua manifestação pós-audiência, afirmou que o procedimento de avaliação de escopo teria caráter interpretativo e visaria esclarecer sobre a definição do produto e não alterar essa definição. A ANIP reiterou, contra os argumentos da Sunset Tires, ANFIR e Librelato, que a classificação fiscal e o tratamento tributário não interfeririam no escopo da medida antidumping e que este teria sido considerado como produto objeto na investigação original e revisão para fins de cálculo da margem de dumping.

140. A ANIP afirmou que os pneus e os pneus montados em rodas teriam as mesmas características físicas, funções e canais de distribuição e seriam substitutos diretos concorrendo nos mesmos mercados. A ANIP alegou que não foram apresentados elementos de prova para fundamentar a tese de que não haveria sentido econômico na desmontagem para utilização de pneus separadamente e afirmou que os pneus montados foram considerados para fins de cálculo da margem de dumping nas investigações originais e revisões pois esses dados constavam dos questionários apresentados.

141. Sobre a ausência de representação de importadores e exportadores de pneus montados no processo original, a ANIP argumentou que a participação seria voluntária e não dependeria de notificação por parte do DECOM.

142. Sobre as características do produto, a ANIP apresentou a seguinte tabela comparativa, concluindo que em função, usos e aplicações, características físicas, substitutibilidade, canais de distribuição, processo produtivo, matéria-prima ambos pouco diferem.

143. Sobre a consideração dos pneus montados nas investigações anteriores, a ANIP citou o Relatório de Verificação *in loco* da Sociedade Michelin no processo nº 52272.004220/2019-24, na qual há menção ao cálculo do volume considerados somente os pneus em quilos dentro dos conjuntos montados.

144. A ANIP invocou o princípio da gravitação jurídica, em que o bem acessório seguiria o bem principal, no caso, o pneu. Conforme esse princípio, o pneu acompanhado da roda deveria receber o mesmo tratamento na comercialização do pneu desacompanhado da roda. Por fim, a ANIP afirmou que não foram apresentados nos autos provas e justificativas econômicas para o crescimento acentuado na importação de pneus acompanhados ou montados em rodas, sendo que a indústria nacional respondia por 75% das vendas totais de pneus no Brasil em 2017, caindo para 54% em 2023.

145. Em 19 de fevereiro de 2024, a Librelato adicionou que não teve oportunidade, na qualidade de importadora da roda equipada com pneu, de participar das investigações originais e das revisões de direito antidumping de pneus novos radias para ônibus ou caminhão, de aros 20'', 22'' e 25'', por não "estar ligada ao produto analisado". Afirmou que a segregação dos conjuntos para venda em separado seria inviável pois exigiria mão de obra especializada, equipamento e por ser dispendioso e reiterou entendimento sobre o tratamento tributário e a necessidade de segurança jurídica para a importação e não incidência de medida antidumping sobre as importações já realizadas.

146. Em 19 de fevereiro de 2024, a Sumitomo Rubber do Brasil Ltda. (SRB), descreveu sua participação na audiência pública reiterando que o produto investigado teria sido objeto de análise durante a investigação original encerrada pela Resolução CAMEX nº 107/2014 e argumentando que o produto independentemente da NCM seria o objeto do direito antidumping.

147. Em 19 de fevereiro de 2024, a Sunset Tires apresentou manifestação pós-audiência em que reafirmou ser a roda de aço equipada com pneu um produto distinto do pneu e discordou da existência de uma nomenclatura "pneus montados em rodas". A Sunset defendeu serem os pneus componentes das rodas e não ser possível dissociar o conjunto para fazer venda do pneu de forma separada. A Sunset também reiterou que o tratamento tributário seria uma comprovação da distinção entre o pneu e a roda equipada com pneu.

148. A Sunset apontou como paradoxal que a ANIP e a ABIDIP sejam favoráveis à extensão do direito antidumping às rodas equipadas com pneus, o que comprovaria que se a importação de rodas fosse simplesmente para evitar o direito, a ABIDIP seria contra essa extensão. Isso seria explicado pelo fato de que os importadores de rodas de aço equipadas com pneus não seriam os mesmos dos importadores de pneus. A Sunset defendeu que o produto não esteve no escopo das análises anteriores, pois para fins de apuração dos valores e quantidades de pneus foram utilizados os dados de importação apenas do subitem 4011.20.90 da NCM e reiterou questionamento sobre a não extensão do benefício tributário aplicado à NCM 4011.20.90 que zerou a alíquota do II pela Resolução GECEX nº 148/2021. A Sunset reiterou ser legítimo que o setor de implementos rodoviários opte por importar rodas equipadas com pneus sem que isso signifique burla ao direito antidumping e ressaltou serem irrelevantes os dados sobre aumento das importações para a análise da avaliação de escopo.

149. A Sunset citou que a ABIDIP teria em 2019 proposto ação judicial contra a União e o IBAMA para a cobrança de direitos antidumping sobre a importação de rodas equipadas com pneus, que a demanda não teria prosperado e que essa situação alertaria para o fato de que as importações são conhecidas há anos, sendo que o tema não teria sido abordado nas revisões posteriores à ação, em novembro de 2019 e maio de 2020. A Sunset afirmou, com isso, que não se deveria inovar nos procedimentos de avaliação de escopo e que o mais apropriado seria uma revisão anticircunvenção ou que se aguardasse a próxima revisão de final de período para incorporar as rodas equipadas com pneus.

150. A Sunset, por fim, defendeu ser inviável juridicamente e também na prática a extensão da aplicação de direitos, pois não haveria parâmetros de valor normal, de preços de exportação, margem de dumping e direitos antidumping e que a aplicação de medidas a um produto distinto do que foi objeto das investigações seria incompatível com o parágrafo único do art. 154 do Decreto nº 8.058/2013.

151. Em 19 de fevereiro de 2024, a Borrachas Vipal S.A. (Vipal), manifestou-se após a audiência e comparou o produto objeto do direito antidumping com o da avaliação de escopo, concluindo que a única diferença entre os produtos seria o fato de que os pneus objeto da avaliação de escopo seriam comercializados montados em rodas, acompanhados de rodas, partes ou acessórios, classificadas nos itens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 da NCM.

152. A Vipal reiterou ser a NCM apenas indicativa do produto objeto da investigação, não restringindo o escopo de aplicação de direitos antidumping, que seria condicionado à característica do mesmo e não à sua classificação tarifária ou fiscal. A Vipal alegou também não ter havido exclusão de pneus montados em rodas nas Resoluções GECEX nº 176 e 198 de 2021.

153. A Vipal discordou do entendimento da Sunset Tires segundo o qual o fato de o governo ter zerado o imposto de importação para determinados pneus classificados no item 4011.20.90 da NCM não significaria que pneus montados em rodas não fariam parte do escopo de aplicação dos direitos. Segundo a Vipal, o tratamento fiscal se referiria ao conjunto de normas e regulamentos estabelecidos pelo governo para determinar como certas transações, atividades ou entidades serão tributadas. Já o produto descrito em uma posição tarifária (NCM) estaria sujeito ao imposto de importação daquela posição tarifária. Contudo, segundo a Vipal, isso não ocorreria com o direito antidumping, já que o produto objeto da investigação e da aplicação de medidas poderia ser encontrado em mais de uma posição tarifária ou, ainda, encontrar-se em parte - e não na totalidade - de uma posição tarifária. Ademais, as alterações do imposto de importação seriam de competência do Comitê de Alterações Tarifárias, enquanto a estimativa do montante de um direito antidumping decorreria de um procedimento de defesa comercial, que é da competência do DECOM.

154. A Vipal entendeu que os pneus montados em rodas estão incluídos no escopo da medida antidumping, pois tanto os dados da indústria nacional como os de preços de exportação de produtores/exportadores teriam sido analisados na investigação.

155. Quanto à não representação de partes interessadas envolvidas na produção/comercialização de pneus montados, a Vipal entendeu que a ANFIR não poderia alegar que não teve oportunidade de se manifestar, pois a Associação poderia ter solicitado habilitação e não o fez.

156. Em sua manifestação de 19 de fevereiro de 2024, o Governo da Rússia reafirmou os argumentos apresentados em 29 de dezembro de 2023. A Representação russa defendeu que os produtores russos não tiveram oportunidade para aumentar suas exportações para o Brasil e descreveu o crescimento do mercado doméstico russo desde 2019, que teria crescido 3,5% no fim de 2023, com o incremento de projetos de construção de rodovias e de projetos de habitação que necessitaram de frota terrestre para sua consecução, além do incremento de vendas e produção de caminhões que teria se dado com um crescimento de 71%, de 2022 a 2023.

157. Destacou também a saída da Rússia dos mercados europeu, americano e japonês e ressaltou que as exportações para Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Armênia e outros países da Comunidade de Estados Independentes foram os principais destinos das exportações russas.

158. A Representação Russa expressou preocupação em afirmar que não haveria intenção na circunvenção de medida antidumping e que a indústria russa não teria exportado pneus montados para o Brasil nos últimos 10 anos.

159. Por fim, afirmou não haver razão para a expansão do escopo da medida antidumping e confirmou interesse no suplemento de pequenas quantidades adaptadas ao mercado a preços acima do valor normal.

5.3 Do posicionamento do DECOM

160. Inicialmente, cumpre recordar que o procedimento de avaliação de escopo possui caráter interpretativo e visa a esclarecer aspectos referentes à definição do produto objeto da medida antidumping. Não consiste em finalidade do procedimento, portanto, alterar a definição do produto objeto do direito antidumping nem tampouco redefinir o escopo de aplicação da medida, nos termos do parágrafo único do art. 154 do Decreto nº 8.058, de 2013

161. Diante da existência de dúvidas quanto à incidência ou não da medida antidumping a respeito de determinado produto, a avaliação de escopo deve limitar-se a emitir conclusão de natureza declaratória, a fim de tão somente dirimir as eventuais dúvidas existentes. Nesse contexto, o parâmetro de análise deverá ser, necessariamente, a definição de produto objeto da medida antidumping delimitada por ocasião da investigação que ensejou a aplicação da medida.

162. Nesse contexto, insta mencionar que o art. 1º tanto da Resolução CAMEX nº 176, de 2021, quanto da Resolução CAMEX nº 198, de 2021, define o produto objeto da medida como pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus e caminhões. A Resolução CAMEX nº 198, de 2021 ainda destaca em seu art. 2º as exclusões do escopo da medida, que devem ser tratadas de maneira exaustiva: "O disposto no art. 1º não se aplica aos pneus de construção diagonal e aos pneus radiais com aros distintos dos aros 20", 22" e 22,5". Como se observa, o texto não fez menções aos pneus acompanhados de rodas.

163. A respeito de manifestações acerca de classificação/reclassificação tarifária dos produtos analisados, deve-se esclarecer que o objetivo da avaliação de escopo não é questionar a classificação tarifária adotada pelos importadores dos conjuntos contendo pneus acompanhados ou montado em rodas, mas tão somente dirimir dúvidas acerca da devida incidência do direito antidumping sobre esses produtos. Neste sentido, não há que se falar em reclassificação tarifária nem questionar os resultados das consultas realizadas pela empresa junto a órgão competentes, atribuição que foge da alçada do DECOM. O que se objetiva com a presente avaliação é esclarecer se o direito antidumping deve incidir sobre as importações de pneus de carga ainda que estejam montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, sem que se efetue qualquer alteração do escopo ou da definição do produto objeto dos direitos antidumping, muito menos de sua classificação tarifária.

164. Com relação a manifestações que invocaram risco à segurança jurídica, o DECOM filia-se ao entendimento da Sunset Tires de que as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, consoante disposto no art. 30 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Nesse sentido, informa-se que a presente avaliação de escopo busca exatamente reforçar esse princípio a partir do esclarecimento de dúvidas quanto à incidência do direito antidumping aos produtos analisados.

165. Com relação à aparente afronta aos princípios da legalidade, segurança jurídica, contraditório e ampla defesa alegados pela Sunset, o DECOM reforça que todos os procedimentos de defesa comercial são conduzidos norteados pelo ordenamento jurídico pátrio e pelos acordos multilaterais aos quais o Brasil tenha aderido. Consoante detalhado neste item, todos os processos relativos a medidas de defesa comercial no âmbito de investigações/revisões a respeito de pneus de carga seguiram estritamente os ditames do Regulamento Brasileiro e normas conexas.

166. Causa espécie a Sunset questionar a respeito desses princípios considerando que o grupo Sunset já sabia do procedimento de investigação original sobre a prática de dumping nas exportações de pneus de carga originários da China, nos idos de 2009, quando teve todas as oportunidades de exercer o contraditório e a ampla defesa, como o fez, e continuar fazendo nas demais revisões e na presente avaliação de escopo, não tendo sido demonstrado qualquer indício decerceamento do direito de defesa da empresa. Em todas as oportunidades em que manifestou o desejo de se manifestar, foi conferido à empresa, e a qualquer parte interessada nos processos conduzidos por este Departamento, a possibilidade de fazê-lo. Além disso, todos os argumentos apresentados pelas empresas são devidamente reproduzidos, considerados e respondidos pelo DECOM.

167. Em relação à manifestação da Librelato de que a interpretação da NCM deveria ser literal, sob pena de o excesso de subjetividade do classificador resultar distinções de cunho mais ou menos protecionista que poderiam gerar monopolização do mercado, importa ressaltar que o direito antidumping constitui instrumento previsto em Acordo Multilateral no âmbito da Organização Mundial do Comércio, devidamente internalizado no regulamento pátrio, cujo objetivo é combater uma prática desleal de comércio. Portanto, não há que se falar que se trata de instrumento de caráter protecionista. Ademais, cabe reforçar que a aplicação de direito antidumping não está vinculada à classificação do produto objeto do direito em determinado código da NCM. Ademais, reafirma-se que o objetivo da avaliação de escopo não é alterar a classificação tarifária do produto objeto da avaliação, mas tão somente analisar de tal produto está, ou não, incluído na esfera de aplicação do direito antidumping em vigor.

168. A respeito da manifestação do Governo da Rússia em defesa da diminuição ou extinção do direito antidumping em vigor, informa-se que a presente avaliação de escopo tem caráter interpretativo e visa a esclarecer aspectos referentes à definição do produto objeto da medida antidumping. Temas relativos a redução ou extinção de direto antidumping não é objeto de análise no presente pleito. Cumpre lembrar, todavia, que os produtores/exportadores russos não participaram da última revisão de final de período que prorrogou o direito vigente.

169. No que tange a manifestações que defendem que pneus montados em rodas, classificadas nas NCMs 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90, são produtos diferentes dos pneus desacompanhados de rodas, classificadas na NCM 4011.20.90, unicamente pelo fato de estarem em códigos tarifários diferentes daqueles indicados quando da aplicação das medidas antidumping, o DECOM sublinha que o conceito de produto objeto da investigação e produto similar é dado pelo Decreto nº 8.058/2013, e não se confunde com a classificação tarifária/fiscal utilizada por outros órgãos governamentais.

170. Também não se pode afirmar, como querem as manifestantes, que, do conjunto pneu montado na roda, a roda seja o principal elemento. De todo modo, esclarece-se que o objeto da presente avaliação engloba apenas o pneu que eventualmente pode ser montado em roda. Outras partes e peças que venham montadas ou acompanhadas ao pneu de carga, como roda, não faz parte da avaliação de escopo em epígrafe.

171. No que tange a questionamentos relativos à diferenciação de produtos com base no tratamento fiscal e tributário dados por órgãos governamentais, o DECOM entende que é pacífico que uma medida de defesa comercial pode ser aplicada apenas a certos produtos incluídos dentro de uma mesma NCM, como é o caso do próprio direito em vigor aplicado a pneus de carga comumente classificados na NCM 4011.20.90, cuja aplicação do direito não é devida a pneus radiais. Há também os casos em que uma mesma medida pode ser aplicada a produtos que normalmente englobam várias NCMs, como a medida compensatória aplicada a laminados de alumínio comumente classificados nos subitens 7606.11.90, 7606.12.90, 7606.91.00, 7606.92.00, 7607.11.90 e 7607.19.90 da NCM, nos termos da Resolução CAMEX n. 431, de 20 de dezembro de 2022, publicada no DOU em 21 de dezembro de 2022.

172. Novamente, destaca-se que, na descrição dos produtos investigados em sede de defesa comercial, é enfatizado que os produtos são comumente importados nas NCM(s) mencionada(s), como por exemplo no art. 1º da Resolução GECEX nº 198, de 3 de maio de 2021.

173. Outrossim, não há nenhum regulamento nacional ou multilateral que indique expressamente que a classificação tarifária/fiscal vincula a aplicação de medidas de defesa comercial. Nesse sentido, cumpre registar que a CAMEX, por meio da Resolução GECEX nº 540, de 15 de dezembro de 2023, publicou no DOU em 18 de dezembro de 2023, resolução com artigo interpretativo, confirmando que

Art. 5º A Resolução Gecex nº 176, de 19 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2021, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1-A:

Art. 1-A A medida antidumping de que trata a presente Resolução incide sobre todas as importações que correspondam à descrição do produto constante do art. 1º, não sendo vinculativa ou restrita aos subitens da NCM indicados no referido artigo."

Art. 6º A Resolução Gecex nº 198, de 03 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2021, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2-A:

"Art. 2-A A medida antidumping de que trata a presente Resolução incide sobre todas as importações que correspondam à descrição do produto constante dos arts. 1º e 2º, não sendo vinculativa ou restrita aos subitens da NCM indicados no artigo 1º."

174. Como se observa, não há que se falar que a classificação tarifária distinta, ou que regimes tributários diferenciados, excluiria os pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios do escopo de aplicação do direito antidumping, dado que a CAMEX já esclareceu que o direito antidumping se aplica a todas as importações que correspondam à descrição do produto objeto da medida, não sendo vinculativa ou restrita aos subitens da NCM indicados nas resoluções que aplicaram os direitos antidumping em comento.

175. Dessa forma, um produto não está automaticamente enquadrado, ou excluído, do escopo de uma medida antidumping apenas por ser classificado em determinado subitem da NCM, mas por apresentar características que o definam como produto similar, nos termos do artigo 9º e 10º do Decreto nº 8.058, de 2013.

176. Partes interessadas também alegaram que os pneus classificados na NCM 4011.90.90 e os pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios classificados nas NCMs 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.9090 seriam diferentes por conta do benefício tributário concedido apenas a pneus classificados na NCM 4011.90.90 por meio da Resolução GECEX nº 148/2021. A esse respeito, insta registrar que temas atinentes a benefício tributário têm foro e procedimento próprios, com órgãos governamentais específicos, cujas competências em nada se assemelham aos procedimentos de defesa comercial regidos pelo Decreto nº 8.058/2013, que instituiu o Departamento de Defesa Comercial como autoridade investigadora competente, nos termos do Art. 6º do decreto mencionado. A concessão de benefício tributário leva em consideração aspectos distintos daqueles avaliados para aplicação de um direito antidumping, tanto que são analisados com participação de órgão não afeto aos temas de defesa comercial, como mencionado. Ademais, importa reiterar que o processo de avaliação de escopo tem caráter interpretativo, não alterando a definição do produto ou o escopo dos direitos antidumping em vigor.

177. Essa abordagem parece ser compartilhada por algumas partes interessadas na presente avaliação, como a Borrachas Vipal, que sublinhou que o tratamento fiscal se refere ao conjunto de normas e regulamentos estabelecidos pelo governo para determinar como certas transações, atividades ou entidades serão tributadas. Já o produto descrito em uma posição tarifária (NCM) estaria sujeito ao imposto de importação que seria aplicado à totalidade daquela posição tarifária.

178. Assim, não há guarida para as alegações da ANFIR, Librelato e Sunset Tires, de que a classificação fiscal e o tratamento tributário limitariam o escopo do direito antidumping.

179. Outras alegações trazidas por essas mesmas partes interessadas indicariam que pneus isolados e pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios seriam produtos distintos, com usos e aplicações diferentes, com substitutibilidade limitada, percepção do consumidor e canais de distribuição diferenciados e competição direta limitada. A ANFIR também alegou que os pneus montados em rodas passariam por um processo produtivo integrado e que não seria possível dissociar os conjuntos.

180. Por outro lado, registra-se que a ANIP apresentou tabela comparativa, segundo a qual os pneus e os pneus montados em rodas teriam as mesmas características físicas, os mesmos usos e aplicações, teriam os mesmos canais de distribuição e seriam substitutos diretos concorrendo nos mesmos mercados, além de apresentarem processo produtivo e características semelhantes, com pouca variação das matérias-primas. Já a empresa SRB alegou que os pneus, mesmo importados como conjunto, seriam facilmente segregados e comercializados de forma isolada.

181. Com relação aos comentários relativos a processos produtivos, usos e aplicações, canais de distribuição etc. apresentados pela ANFIR e ANIP, informa-se que não foi apresentado demonstrativo ou comprovação de qualquer diferença existente entre os pneus comercializados isoladamente daqueles pneus comercializados acompanhados das rodas ou já acoplados às rodas. Nesse sentido as opiniões exaradas não passam de meras alegações para os fins desta avaliação.

182. Com relação à dificuldade ou facilidade em se segregar as rodas dos pneus, pode-se ter abordagem sob dois prismas: legal/jurídico e prático. Independentemente da abordagem, nenhuma parte interessada trouxe elementos de prova para sustentar as alegações feitas, incluindo a Sunset Tires, que não apresentou elementos que pudessem sustentar a opinião de que a segregação e comercialização de forma avulsa não seria possível pelas regras tributárias brasileiras. Pelo prisma prático, o bom senso e a experiência do homem médio indicariam haver certa facilidade em separar um pneu de uma roda.

183. A respeito do comentário feito pela Sunset de que o "comportamento da administração pública federal confirmou que os direitos antidumping não se aplicam a esse produto objeto da avaliação de escopo", informa-se que o Decreto n. 8.058/2013 regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping, e atribui ao DECOM a função de autoridade investigadora na condução do processo administrativo disciplinado por este Decreto, nos termos do seu Art. 6º.

184. O "comportamento" desta autoridade foi o de recomendar a aplicação de direito antidumping às importações de pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões. Tal recomendação foi acatada pela CAMEX por meio das Resoluções CAMEX nº 33, de 2009, e nº 107, de 2014.

185. O "comportamento" de qualquer outra autoridade, que não aquelas expressamente competentes nos termos da legislação vigente, não tem o condão de confirmar se um direito é devido ou não. Nesse sentido, entende-se desarrazoada a alegação da Sunset para fins de sustentação argumentativa.

186. Com relação a argumentos a respeito de legitimidade de importação de pneus montados em rodas, esclarece-se que a presente avaliação não tem por objeto atacar tal direito. As partes interessadas poderão continuar a importar os bens da forma que mais lhe convierem, nos termos da legislação vigente.

187. No que tange a comentários relativos a ação judicial, impetrada pela ABIDIP, extinta por ausência de interesse processual da ABIDIP, a respeito do não recolhimento de direito antidumping sobre conjuntos de pneus com rodas, classificando-os na NCM 8716.90.90, o DECOM compartilha do entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de que a

(...) a Autora falece de interesse processual, posto que não houve requerimento prévio, na seara administrativa, acerca do alcance da aplicação do referido direito antidumping".

[...]

No caso em apreço, sabe-se que as resoluções CAMEX, as quais formalizam a aplicação de direitos antidumping, dão publicidade às decisões do processo investigatório que concluiu pela adoção dessa medida, processo esse que, em todas as suas fases, é da competência da SECEX do Ministério da Economia, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Eventuais dúvidas dos importadores sobre o conteúdo ou alcance de tais decisões devem ser dirigidas à SECEX, a quem cabe esclarecê-las, dado envolverem, em essência, as particularidades do processo.

188. Digno de nota, também, é a opinião da PGFN de que "Autora não tem interesse processual para discutir o mérito da questão", pois "O ajuizamento não foi precedido de qualquer consulta prévia à SECEX, com o fito de obter os esclarecimentos necessários". Parece ao Departamento que nenhuma outra parte interessada sabedora dos direitos antidumping em vigor teve também o interesse em discutir o mérito da questão, inclusive aquela que consultou a RFB a respeito. Nem o Grupo Sunset, por exemplo, que já sabia da aplicação desse direito antidumping no mínimo desde 2009 e em nenhum momento teve o interesse de indagar o DECOM.

189. A fim de endereçar de forma adequada os argumentos apresentados pelas partes interessadas, procedeu-se também à interpretação teleológica e sistemática do texto das referidas resoluções e dos documentos de instrução constantes dos autos dos processos das investigações originais e revisões que culminaram com a aplicação dos direitos antidumping atualmente vigente.

190. É elementar dizer que a função primordial de qualquer pneu é servir como instrumento de locomoção de veículos. A fim de cumprir sua função precípua, todos os pneus devem, em algum momento, ser acoplados a uma roda.

191. É nesse sentido que se buscou avaliar se os pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, comumente classificados nos subitens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 da NCM não estariam sujeitos ao direito antidumping em vigor aplicado às importações de pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, comumente classificados no subitem 4011.20.90.

192. A autoridade investigadora entende que, de maneira geral, os pneus, sejam eles montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, ou não, são fabricados por meio dos mesmos processos produtivos, valendo-se das mesmas matérias-primas, e apresentando a mesma composição química e características físicas. Outra dúvida que poderia ser suscitada acerca do produto objeto da avaliação de escopo recairia sobre a presença da roda e seus efeitos sobre os usos e aplicações dos pneus, fazendo que esses pneus, pelo simples fato de estarem montados em roda, transformassem-se em outro produto, o que não parece ser o caso.

193. A ANIP, nessa linha, invocou o princípio da gravitação jurídica, em que o bem acessório seguiria o bem principal, no caso, o pneu, para defender que o pneu acompanhado da roda deveria receber o mesmo tratamento na comercialização do pneu desacompanhado da roda. O DECOM reforça, todavia, que a avaliação de escopo possui caráter interpretativo, não tendo, portanto, o condão de alterar o escopo das investigações anteriores. A conclusão deste procedimento deve estar relacionada ao esclarecimento acerca da inclusão ou não do produto analisado quando da realização da investigação/revisão e na consequente aplicação da medida.

194. Ausentes elementos probatórios em contrário nos autos da presente avaliação, a partir da vasta experiência do DECOM em investigações e revisões de pneus de carga, bem como elementos de prova publicados nas resoluções que encerraram tais processos administrativos, entende-se que, ao contrário do alegado pela ANFIR, os pneus e as rodas passam por processo de fabricação independentes, sendo acoplados um ou outro, quando aplicável, para fins de comercialização.

195. Cumpre destacar que na etapa de montagem, tanto a roda como o pneu, já constituem produtos acabados e independentes. Isso pode ser observado pelo fato de haver empresas dedicadas exclusivamente à fabricação de pneus, como a produtora/exportadora chinesa Zhongce Rubber Group Co., Ltd., que inclusive tem direito antidumping individual aplicado sobre pneus de carga, [CONFIDENCIAL]; empresas dedicadas exclusivamente à fabricação de rodas, como a empresa chinesa Xingmin Inteligent Transportation Systems (Group) Co., Ltd., [CONFIDENCIAL] , e outras que, apesar de não fabricarem pneus ou rodas, comercializam os conjuntos montados, como aparentemente é o caso da Sunset Tires.

196. Neste sentido, no entendimento do DECOM, o pneu montado em roda não deixa de ser um pneu pelo simples fato de fazer parte de um conjunto. Do mesmo modo, um pneu comercializado de modo isolado e posteriormente montado em uma roda, exerce o mesmo uso e aplicação de um conjunto comercializado montado, como pneu e roda.

197. Conforme já destacado, o pneu isolado necessariamente precisa ser montado em uma roda para que cumpra sua função. Nesse sentido, tanto os pneus isolados quanto os pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios apresentam os mesmos usos e aplicações, quais sejam equipar os veículos de transporte de carga.

198. Ademais, ao contrário do alegado pela ANFIR e pela Sunset, o conjunto pneu e roda não é indissociável. Além de a roda e o pneu serem produzidos de modo independente um do outro, a roda e o pneu possuem vida útil distinta um do outro, como afirmado pela ANIP. Neste sentido, inevitavelmente, ao longo da vida útil da roda, haverá dissociação do conjunto pneu/roda para substituição apenas do pneu, sem que isso afete a integridade do conjunto ou requeira mão de obra tão especializada que inviabilize a substituição apenas do pneu como alegado pela ANFIR.

199. Superada a discussão acerca da comparação entre os pneus com ou sem rodas, avaliou-se como foi o tratamento para os pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios nas investigações originais e nas revisões de final de período da medida antidumping sobre pneus de carga.

200. Por meio de consulta aos relatórios das verificações *in loco* realizadas na investigação original sobre prática de dumping nas exportações de pneus de carga originárias da China, observou-se que foram consideradas as vendas de pneus montados em rodas, como se observa no trecho do Relatório de Verificação realizada na empresa [CONFIDENCIAL], onde se lê:

[CONFIDENCIAL]

201. Como resumo restrito do trecho confidencial, informa-se que se trata de comentários a respeito do tratamento de pneus montados em roda, em que é explicitado que foram consideradas as vendas de pneus montados em rodas.

202. Ademais, observou-se que algumas das faturas selecionadas nesta mesma verificação *in loco* tratavam de venda de conjuntos montados, a exemplo da Fatura [CONFIDENCIAL], na qual a empresa [CONFIDENCIAL] realizou venda para a [CONFIDENCIAL], de conjuntos de roda/pneu.

203. Isto é, fica evidente que i) se houve seleção da fatura mencionada isso significa que ela fora reportada na base de dados e ii) se, fora reportada na base de dados, fica evidente que os pneus montados em rodas compuseram a base utilizada para se calcular o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno. Acrescente-se que o preço da indústria doméstica, que considerou as vendas de conjuntos montados, foi utilizada para apuração do direito antidumping para os produtores/exportadores chineses selecionados que responderam o questionário do produtor/exportador e cuja subcotação foi inferior à margem de dumping calculada para o período da investigação.

204. Também no relatório de verificação *in loco* realizada na empresa que compôs a indústria doméstica [[CONFIDENCIAL] no âmbito da Primeira Revisão do Direito Antidumping aplicado às importações de pneus de carga originárias da China há uma sessão dedicada ao preço dos pneus integrantes dos conjuntos montados. No referido trecho é possível ler que:

[CONFIDENCIAL]

205. Como resumo restrito do trecho confidencial, informa-se que se trata de comentários a respeito do tratamento de pneus montados em roda, em especial detalhando como a empresa segregou a proporção entre pneu e roda com o fito de reportar o que dizia respeito somente ao pneu.

206. Pelo excerto destacado, observa-se que os pneus comercializados montados em roda foram considerados nas bases de dados apresentadas pela empresa e, nesse sentido, também compuseram o preço da indústria doméstica do produto similar vendido no mercado interno.

207. No mesmo sentido, o relatório de verificação *in loco* realizada na empresa que compôs a indústria doméstica [CONFIDENCIAL], no âmbito da primeira Revisão do Direito Antidumping aplicado às importações de pneus de carga originárias da China indica que:

[CONFIDENCIAL].

[...]

[CONFIDENCIAL].

208. Como resumo restrito do trecho confidencial, informa-se que se trata de comentários a respeito do tratamento de pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, novamente explicando como esta outra empresa segregou as vendas de conjuntos para reportar somente o que dizia respeito ao pneu de carga.

209. Novamente, de forma clara, pode-se observar que os pneus comercializados com rodas foram considerados na base de dados apresentada pela indústria doméstica, que teve a cautela que fazer os ajustes necessários para retirar o impacto dos montantes relativos às rodas.

210. Observou-se ainda que no relatório de verificação *in loco* realizada na empresa que compôs a indústria doméstica [CONFIDENCIAL], no âmbito da segunda revisão do direito antidumping aplicado às importações de pneus de carga originárias da China, que:

[CONFIDENCIAL] [...]

[CONFIDENCIAL].

211. Como resumo restrito do trecho confidencial, informa-se que se trata de comentários a respeito do tratamento de pneus montados em roda, que foram devidamente considerados pela empresa.

212. No mesmo sentido, observou-se que no relatório de verificação *in loco* realizada na empresa da indústria doméstica [CONFIDENCIAL] no âmbito da referida segunda Revisão, indica que:

[CONFIDENCIAL].

[...]

[CONFIDENCIAL] [...]

[CONFIDENCIAL].

[...]

[CONFIDENCIAL]

213. Como resumo restrito do trecho confidencial, informa-se que se trata de comentários a respeito do tratamento de pneus montados em roda, detalhando como a empresa segregou as vendas de conjuntos para reportar ao Decom somente a venda dos pneus.

214. Cabe ressaltar ainda que nos relatórios de verificação *in loco* realizadas em 2014 nas empresas produtoras/exportadoras [CONF.] no âmbito da investigação original sobre pneus carga originários da África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Rússia, Tailândia e Taipé Chinês, os conjuntos montados foram claramente considerados como produtos objeto da investigação:

[CONFIDENCIAL] [...]

[CONFIDENCIAL] [...]

[CONFIDENCIAL] [...]

[CONFIDENCIAL]

215. Como resumo restrito do trecho confidencial, informa-se que se trata de comentários a respeito do tratamento de pneus montados em roda, sendo que, inclusive, a equipe de verificação alertou a empresa estrangeira de que não ter reportado as vendas de pneus com roda tornaria os dados incorretos e sujeitos a ajustes.

216. Ademais, conforme apontado pela SRB, sua matriz SRI no Japão teria reportado vendas de conjuntos formados por pneu, câmara e protetor em sua resposta ao questionário do produtor/exportador e que a prática de exportar pneus de carga acompanhados desses componentes ao Brasil teria cessado devido ao compromisso de preços negociado naquela época, e não teria sido retomado posteriormente.

217. Concluiu-se, com base nos dados analisados por ocasião das investigações originais e das revisões de final de período subsequentes, ser inquestionável que os pneus comercializados em rodas foram considerados desde as investigações originais que deram azo às medidas antidumping sobre pneus de carga em vigor. Portanto, a análise apresentada neste documento observou o paralelismo e a simetria com a investigação original e com as subsequentes revisões, como pontuado pela Vipal.

218. Nesse sentido, não assiste razão às empresas Sunset e ANFIR em alegar que o produto objeto da avaliação de escopo não teria sido considerado para efeitos de aplicação dos direitos antidumping. Observa-se, pelo contrário, que tanto nas investigações originais, quanto nas revisões de final de período, os conjuntos de pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios foram considerados não só na análise de dano por meio de dados reportados pela indústria doméstica, quanto no cálculo do direito antidumping não só por meio das informações fornecidas por produtores/exportadores em suas respostas aos questionários e submetidas à verificação *in loco*, mas também a partir da utilização do preço da indústria doméstica, que incluiu pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, utilizado para fins de cálculo de menor direito na investigação original de pneus de carga originários da China.

219. Conforme já exposto neste documento, extrai-se dos relatórios de verificação *in loco* de diversas partes interessadas que houve expressamente a consideração dos pneus com rodas nos cálculos, seja para contabilizá-los, seja para se certificar de que não havia vendas de pneus com rodas não reportadas. Houve produtor/exportador que foi, inclusive, advertido que teria seus dados ajustados para refletir adequadamente os preços dos pneus comercializados em conjuntos formados por pneus e rodas.

220. A ANFIR apresentou alegação no sentido de aparentemente haver preferência por pneus de carga fabricados no Brasil, mas que a indústria nacional não seria capaz de atender a demanda total do setor. Entende a ANFIR que, por isso, o volume de pneus importados teria aumentado apesar dos direitos antidumping aplicados. A esse respeito, o DECOM sublinha que são irrelevantes ao objeto da presente avaliação a preferência de importadores/adquirentes ou a alegada incapacidade da indústria doméstica de atender a demanda.

221. Há apenas, no âmbito deste processo, a constatação de que antes do período analisado nesta avaliação de escopo a importação dos pneus de carga acompanhados de roda classificados na NCM 8716.90.90 eram irrisórias, como continuam sendo para todas as origens, exceto para a China. Além disso, uma demonstração de que, considerando a dúvida sobre a incidência do direito antidumping às importações de pneus acompanhados de rodas classificas na NCM 8716.90.90, houve uma elevação desproporcional da importação desses pneus em relação à importação de pneus desprovidos de rodas classificadas na NCM 4011.90.90.

222. Ademais, a respeito da alegação da ANFIR de que com eventual aplicação do direito antidumping ao conjunto de pneus montados em roda haveria possível aumento no seu preço, o que acarretaria, consequentemente, a elevação de custos de transporte, inclusive no transporte de produtos e bens essenciais, ressalte-se tal análise foge ao objetivo de uma avaliação de escopo, que é analisar se o produto objeto da avaliação já estava inserido no escopo do direito antidumping em vigor.

223. Nesse sentido, observou-se que as importações de pneus de carga montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios realizadas nas NCMs 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 apresentaram crescimento de 258% no período compreendido entre setembro de 2018 a agosto de 2023. Já as importações de pneus realizadas na NCM 4011.20.90 exportadas pelas origens gravadas com o direito antidumping apresentaram crescimento de 43,1%, na mesma comparação.

224. Em relação à manifestação da ABIDIP de que a importação de pneus com rodas seria feita com o intuito de elidir a cobrança de direitos antidumping e que tal prática atentaria contra a isonomia do mercado, importa ressaltar que a motivo pelo qual os importadores deram preferência à aquisição de pneus montados ou acompanhados de rodas não é relevante para os fins desta avaliação de escopo, que pretende, unicamente, esclarecer se os pneus montados com rodas estão, ou não, incluídos no âmbito de aplicação dos direitos antidumping em vigor. Nesse mesmo sentido, tampouco é relevante para esta avaliação se partes interessadas entendem que seria caso de revisão de anticircunvenção. Considerando que havia dúvida acerca da incidência do direito antidumping sobre as importações do produto analisado, se iniciou uma avaliação de escopo para esclarecer essa dúvida. Caso se entendesse que os conjuntos de pneus comercializados com as rodas não estariam no escopo da investigação, então, talvez, pudesse se avaliar se esse produto, na realidade, teria passado a ser comercializado com

a finalidade de frustrar a eficácia de medidas antidumping em vigor, neste caso, em um procedimento de anticircunvenção.

225. A respeito das alegações de que os importadores e produtores/exportadores de pneus comercializados em conjunto com as rodas não teriam sido notificados do início da investigação original que aplicou o direito de pneus de carga em vigor e das revisões que prorrogaram tal direito, cabe sublinhar que todos os procedimentos foram conduzidos com base no Regulamento Brasileiro e no Acordo Antidumping da OMC.

226. Ademais, conforme apontado pela ABIDIP, todos os procedimentos conduzidos pela autoridade investigadora brasileira sobre pneus de carga, incluindo a presente avaliação de escopo, foram publicados no Diário Oficial da União, em linha com o princípio constitucional da publicidade, sendo que qualquer empresa/entidade poderia ter pedido habilitação como parte interessada, nos termos da legislação vigente, como também feito na avaliação de escopo em epígrafe. Ressalta-se que, mesmo não tendo havido notificação para esta avaliação de escopo, tal fato não impediu a ANFIR, a Sunset Tires e a Librelato de solicitarem habilitação e participarem no atual procedimento.

227. A autoridade investigadora reforça que não houve, seja nas revisões anteriores, seja nas investigações originais, restrição à participação de importadores e/ou produtores/exportadores de pneus acompanhados de rodas. Quaisquer empresas, independente de notificação, poderia ter solicitado habilitação como partes interessadas.

228. Ademais, cabe ressaltar que a prática da autoridade investigadora é identificar as partes interessadas que importaram ou exportaram o produto objeto da investigação com base no último período de análise de dumping, sendo que as associações de classe, que geralmente não são importadores, necessitariam solicitar habilitação como parte interessada nos processos caso assim desejasse ter acesso aos autos.

229. Ainda a respeito de notificação, a Librelato entendeu que a empresa não deveria ser obrigada a pagar direito antidumping pelo fato de não ter sido chamada a participar dos processos administrativos que culminaram nas Resoluções nº 176 e 198. Sobre isso, o DECOM novamente reforça que o início de tais procedimentos, assim como o da presente avaliação de escopo, foi publicado no Diário Oficinal da União. Além disso, como comentado, apenas importadores identificados são notificados. Nessa seara, registra-se que, consoante depuração de importações de pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, realizadas por meio das NCMs 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.9090 com base nos dados oficiais de importações da RFB de 2009 a 2023, a Librelato apenas passou a importar pneu montado em roda a partir de [CONFIDENCIAL]. Registra-se que a última revisão de final de período, encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 176/21, teve como P5 o intervalo de abril de 2018 a março de 2019. Ou seja, a Librelato tampouco seria identificada e notificada, já que passou a importar em período posterior.

230. Ademais, em sintonia com a manifestação da ABIDIP, não seria razoável assumir que importadores ou associações que direta e diariamente lidam com implementos rodoviários, dentre os quais os pneumáticos, não teriam conhecimento das medidas de defesa comercial e dos respectivos procedimentos que as aplicam/prorrogam. Cabe apontar que, mesmo nas investigações anteriores que instituíram/prorrogaram os direitos vigentes, houve, em no mínimo um procedimento, a participação de partes relacionadas aos agora manifestantes. Conforme Resolução CAMEX nº 32, de 2015, a empresa Sunset S. A. Comercial, Industrial y de Servicios, que aparentemente faz parte do mesmo grupo econômico da manifestante Sunset Tires Limited, participou ativamente de primeira revisão de final de período de pneus de carga. Sabe-se, desse modo, que partes interessadas na presente avaliação tomaram conhecimento das medidas de defesa comercial no âmbito das importações de pneus de carga.

231. Cita-se também como exemplo que a ANFIR, que, no ano de 2010, por meio de seu então presidente, Rafael Wolf Campos, deu entrevistas acerca do direito antidumping, demonstrando o inequívoco conhecimento da entidade acerca da medida. Considerando que, nas palavras da própria ANFIR seus membros são "os principais importadores e/ou destinatários das rodas equipadas com pneus de carga importadas", nota-se que a não participação nos processos do Departamento foi opção da entidade e suas associadas, que poderiam ter solicitado habilitação e participado, como fez a ANFIR no presente processo. A alegação da entidade está descasada com a realidade, já que a não participação da entidade nas investigações pretéritas foi opção exclusiva da própria, em claro venire contra factum proprium.

232. Outro comentário manifestado pela Sunset Tires diz respeito a ação judicial proposta pela ABIDIP em 2019 contra a União e o IBAMA para a cobrança de direitos antidumping sobre a importação de rodas equipadas com pneus. Observa-se que tal iniciativa foi proposta antes do início das mais recentes revisões de final de período dos direitos antidumping sobre pneus de carga, de modo que não poderia ser descartado que o tema fosse, eventualmente, questionado nestas revisões. Ainda assim, nem os importadores de pneus com rodas, nem suas associações de classe, solicitaram habilitação nos processos. De todo modo, a ausência de questionamentos nas revisões de final de período conduzidas não precluem a competência desta autoridade investigadora para propor o início de uma avaliação de escopo de ofício, como feito, nos termos do Regulamento Brasileiro.

233. Ademais, os importadores do produto objeto da investigação, no caso, os pneus de carga, são por definição legal partes interessadas no processo. Deste modo sequer precisam ter sua qualificação como parte interessada deferida pela autoridade investigadora para poderem intervir nos processos concernentes.

234. Em relação aos precedentes trazidos aos autos por partes interessadas, em relação às avaliações de escopo sobre calçados e alhos, é possível concluir que, apesar de tratarem de casos com características diferentes da presente avaliação de escopo, servem como exemplo de como um direito antidumping não é, necessariamente, vinculado a uma NCM específica.

235. A autoridade investigadora analisou dados de importação das NCMs 8716.90.90, NCMs 8708.70.10 e 8708.70.90 para o período compreendido entre janeiro de 2009 e agosto de 2023, a fim de entender todos os aspectos relevantes associados a tais importações, como importadores e produtores/exportadores estrangeiros envolvidos, tipo de produto importado, origem, etc.

236. De 2009 a 2016, não foram identificadas, a partir das descrições de produtos constante da base de importação da RFB, importações de pneus de carga montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, de construção radial de aros 20", 22" e 22,5", originárias da China ou das demais origens gravadas com o direito antidumping.

237. Somente a partir de 2017, identificou-se importações do produto objeto da avaliação de escopo originárias da China, com aumento das importações do produto objeto da avaliação de escopo e o destaque da China como a principal fornecedora de pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios para o Brasil. As importações originárias da China totalizaram [CONFIDENCIAL] toneladas, em termos absolutos, de 2014 a 2018. O principal produtor chinês foi a empresa [CONFIDENCIAL], responsável por 85,3% das importações totais no período de 2014 a 2018. O principal importador foi a empresa [CONFIDENCIAL], com 95,1% das importações totais do intervalo analisado.

238. De 2019 a 2023 (até agosto), observa-se consolidação nas exportações do produto objeto da avaliação de escopo, sobretudo quando originárias da China. Tais importações aumentaram [CONFIDENCIAL] toneladas ao longo do período analisado, o que correspondeu a aumento de 311,9%. As importações das demais origens permaneceram em volumes pouco representativos, de modo que a China foi responsável por 99,97% das importações brasileiras do produto objeto da avaliação de escopo. Nesse período, os principais importadores foram as empresas [CONFIDENCIAL], responsável por [[CONFIDENCIAL]% do volume total importado, seguido pela empresa [CONFIDENCIAL], com participação de [CONFIDENCIAL]% nas importações acumuladas ao longo do período analisado. Os maiores produtores que exportaram para o Brasil foram as empresas [CONFIDENCIAL], responsável por [CONFIDENCIAL] % das exportações ao Brasil, seguida pelas empresas [CONFIDENCIAL], com [CONFIDENCIAL]%, e [CONFIDENCIAL]%. Interessante observar que a empresa [CONFIDENCIAL], que possui direito individual aplicado, exportou [CONFIDENCIAL] t no último intervalo de análise. Registra-se, também, que a empresa [CONFIDENCIAL].

239. Deste modo, ao longo do período compreendido entre 2009 e 2023, observou-se, além do aumento absoluto, em termos de volume, significativa alteração no perfil das importações realizadas nas NCMs 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90, bem como concentração das vendas entre poucos produtores/exportadores chineses e poucos importadores brasileiros. Observou-se que a alteração no perfil das importações está alinhada com [CONFIDENCIAL], que indicaram a classificação tarifária para as importações de pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios.

240. Quando se compara a lista de importadores desta avaliação de escopo com a lista de partes interessadas da investigação original e das duas revisões do direito antidumping aplicados às importações de pneus de carga originários da China, tem-se:

a) Investigação original: há, ao menos, três importadores em comum, [CONFIDENCIAL]. Além disso, a empresa [CONFIDENCIAL], também participou ativamente da investigação;

b) Primeira revisão de final de período: há, ao menos, cinco importadores em comum, [CONFIDENCIAL];

c) Segunda revisão de final de período: há, ao menos, três importadores em comum: [CONFIDENCIAL].

241. Ainda sobre o tópico de empresas em comum entre os processos administrativos envolvendo pneu de carga, é relevante informar que a montadora [CONFIDENCIAL] é umas das importadoras de pneus montados em rodas classificados nas NCMs 8716.90.90, NCMs 8708.70.10 e 8708.70.90 no período de 2019 a 2023. Esta mesma montadora consta expressamente dos relatórios de verificação in loco da empresa [CONFIDENCIAL], tanto na investigação original quanto no da Primeira Revisão.

242. Quanto à alegada diferenciação entre empresas importadoras de pneus e empresas importadoras de pneus montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, além de essa diferenciação não ser absoluta como observado, reitera-se que nunca houve impedimento à participação de quaisquer empresas nos processos que culminaram na aplicação ou na prorrogação do direito antidumping em vigor, como também já comentado neste documento.

243. Em relação aos produtores/exportadores chineses, três identificados na referida segunda revisão também o foram como sendo produtores do produto objeto da avaliação de escopo, no período compreendido de 2019 a 2023 ([CONFIDENCIAL]), incluindo, como já comentado, a empresa [CONFIDENCIAL], investigada na referida revisão, possuindo direito antidumping individual.

244. Ainda que as vendas ao Brasil de pneus montados em rodas realizadas pela empresa [CONFIDENCIAL] tenham ocorrido em quantidades pouco representativas ([CONFIDENCIAL]) observou-se que esta empresa não é produtora de rodas, como pode ser observado em sua resposta ao questionário do produtor/exportador apresentado no âmbito da segunda revisão do direito antidumping aplicado às importações de pneus de carga originárias da China, no qual, a empresa lista quais são os outros produtos fabricados pela empresa:

[CONFIDENCIAL]

245. Ou seja, de acordo com a resposta da própria empresa, ela sequer produz rodas, mas, ainda assim, ao que tudo indica, adquiriu rodas de terceiros, montou-as em pneus, e exportou o conjunto para o Brasil.

246. A respeito dos principais produtores do produto objeto da avaliação de escopo, identificados no período compreendido entre 2019 e 2023, a autoridade investigadora buscou informações acerca do portfólio destas empresas. Observou-se que a empresa [CONFIDENCIAL], fabrica partes e peças de automóveis, incluindo rodas. Contudo apesar de não ser fabricante de pneus, a empresa possui uma base de montagem de pneus em rodas. Em relação à empresa [CONFIDENCIAL], observou-se que ela é produtora de rodas e também não fabrica pneus, conforme pode ser observado por meio de seu portfólio de produtos. Deste modo, reforça-se o entendimento já exposto neste documento de que, além de não haver processo de produção integrado, fica evidente que rodas e pneus são produtos distintos, de modo que a montagem de pneus em rodas não descaracteriza os pneus, razão pela qual os pneus montados em rodas foram considerados como produto objeto do direito antidumping desde as investigações originais, bem como os acompanhados de rodas, partes ou acessórios.

247. A respeito da alegação da ANFIR sobre a aparente ausência de racionalidade econômica em importar conjuntos de pneus montados em rodas para serem comercializados segregados no mercado brasileiro, cabe ressaltar que esse tipo de análise pouco agrega em uma avaliação de escopo, que se presta a interpretar se o produto sempre esteve ou não sujeito ao direito antidumping. Ainda assim, a alegação da ANFIR, desacompanhada de elementos de prova, parece fazer parte de exemplos teóricos de livro-texto de economia em que se vislumbra condições de concorrência perfeita entre os agentes econômicos e que a junção de dois produtos complementares (roda e pneu) necessariamente aumentaria seu preço, desestimulando os agentes a os segregarem. Ocorre que a realidade se mostra mais complexa, ainda mais diante dos efeitos da aplicação de um direito antidumping.

248. A respeito de comentários relativos à circunvenção, como manifestação do Governo da Rússia, cabe reforçar que o atual procedimento se refere a uma avaliação de escopo, de caráter declaratório, não tendo o objetivo de alterar o escopo, ou os montantes de um direito antidumping vigente. Tampouco tem por objetivo averiguar aspectos relacionados à prática de circunvenção, que possui rito próprio de investigação, não se confundindo com os aspectos que devem ser considerados em uma avaliação de escopo. Neste sentido, a avaliação de escopo tem o objeto de esclarecer se um determinado produto está, ou não, incluído no escopo de um direito antidumping.

249. Com relação aos comentários da Sunset e da ANFIR de que não haveria como cobrar o direito antidumping sobre o conjunto formado pelo pneu e roda, já que o direito levaria em conta o pneu sozinho, este Departamento esclarece que a medida vigente é um direito antidumping específico, em dólares estadunidenses por quilograma. Ressalte-se ainda que, nem a ANFIR, nem qualquer outra parte interessada, trouxe qualquer sugestão concreta acerca de maneiras de equalizar o tema.

250. Sublinha-se que o direito antidumping em vigor é aplicado por alíquotas específicas por kg unicamente sobre os pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, nos termos da Resolução GECEX nº 176 e nº 198, de 2021. Não inclui no cômputo, para fins de declaração do direito em epígrafe, outras partes, acessórios e peças que eventualmente acompanhe o pneu, como rodas.

251. No que diz respeito a temas relativos à cobrança do direito antidumping, informa-se que a Receita Federal do Brasil é o órgão competente para tanto, nos termos do §1º do art. 7 da Lei nº 9.019, de março de 1995.

252. Ademais, o importador é o agente mais bem posicionado para fornecer informações detalhadas da mercadoria importada, e tem pleno conhecimento do peso especificamente do pneu importado, desacompanhado de outras partes e peças.

253. Conforme instruções da Receita Federal do Brasil, caso o direito antidumping deva ser calculado com base na quantidade de mercadoria importada (alíquota específica), deve o importador: "informar a alíquota aplicável, a unidade de medida correspondente ao direito comercial instituído e a quantidade de mercadoria nessa mesma unidade de medida". Dessa forma, caberá ao importador informar o peso do pneu eventualmente acoplado à roda.

6 DA RECOMENDAÇÃO

254. Ante ao exposto, conclui-se que o produto objeto da presente avaliação de escopo, qual seja, conjunto de pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, montado em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, comumente classificados nos subitens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 das NCMs, estão inseridos no escopo da medida antidumping vigente sobre as importações de objetos de pneus de carga de construção radial de aros 20", 22" e 22,5" originárias da China, Coreia do Sul, Rússia, Japão e Tailândia, prorrogadas por meio das Resoluções GECEX nº 176 e CAMEX nº 198, de 2021. Registra-se que a o direito antidumping específico por unidade de medida deve ser aplicado apenas ao pneu e não à roda que o acompanha.

255. Assim, de modo a permitir às partes interessadas a melhor interpretação do escopo e alcance da medida antidumping aplicada às importações de pneus de carga de aros 20", 22" e 22,5", recomenda-se a publicação de Resolução esclarecendo-se que pneus de carga de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5" para uso em ônibus e caminhões, montados em rodas ou acompanhados de rodas, partes ou acessórios, comumente classificados nos subitens 8716.90.90, 8708.70.10 e 8708.70.90 das NCMs, estão inseridos no escopo da medida antidumping vigente, prorrogadas por meio das Resoluções GECEX nº 176 e nº 198, de 2021.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 584, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera o art. 1º da Resolução Gecex nº 19, de 20 de dezembro de 2019, que prorrogou o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de fios de náilon, originários da China, Coreia do Sul e Taipé Chinês.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI, do art. 6º do Decreto nº 11.428, de 02 de março de 2023, e pelo inciso VI, do art. 2º, do Anexo IV da Resolução Gecex nº 480, de 10 de maio de 2023; bem como considerando as informações, razões e fundamentos presentes no Anexo Único desta Resolução, e o deliberado em sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de alteração da razão social apresentado em nome da empresa Fujian Changle Creator Nylon Industrial Co., Ltd., que transferiu integralmente suas operações de produção e venda de fios de náilon para a empresa relacionada Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd., e teve direito antidumping individualizado no âmbito da Resolução Gecex nº 19, de 20 de dezembro de 2019, que prorrogou direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de fios têxteis de filamentos contínuos de náilon (poliamida 6, poliamida 6,6) de título inferior a 50 tex, qualquer número de filamentos, perfil ou maticidade (brilhante, opaco ou semi-opaco), lisos ou texturizados, sem torção ou com torção inferior a 50 voltas por metro, tintos, crus ou branqueados (fios de náilon), comumente classificados nos subitens 5402.31.11, 5402.31.19 e 5402.45.20 da NCM, originários da China, Coreia do Sul e Taipé Chinês.

Art. 2º Alterar o artigo 1º da Resolução Gecex nº 19, de 20 de dezembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Prorrogar a aplicação do direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, incidente sobre as importações brasileiras de fios têxteis de filamentos contínuos de náilon (poliamida 6, poliamida 6,6) de título inferior a 50 tex, qualquer número de filamentos, perfil ou maticidade (brilhante, opaco ou semi-opaco), lisos ou texturizados, sem torção ou com torção inferior a 50 voltas por metro, tintos, crus ou branqueados (fios de náilon), comumente classificados nos subitens 5402.31.11, 5402.31.19 e 5402.45.20 da NCM, originários da China, Coreia do Sul e Taipé Chinês, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica, nos montantes especificados a seguir:

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
Taipé Chinês	Acelon Chem e Fiber Corp.	172,19
Taipé Chinês	Lealea Enterprise Co., Ltd.	0,00
Taipé Chinês	Li Peng Enterprise Co. Ltd.	0,00
Taipé Chinês	Zig Sheng Industrial Co, Ltd.	388,43
China	Formosa Chemicals & Fiber Corporation; Golden Light Enterprise Co., Ltd.; Lih Shyang Industrial Co., Ltd.; Neshin Spinning Co., Ltd.	364,21
China	Demais	1.629,18
China	Yiwu Huading Nylon Co., Ltd.	0,00
China	Wenda Co., Ltd.	2.409,11
China	Zhejiang Jinshida Chemical Fiber Co. Ltd.	167,98
China	Changshu Polyamide Fiber Slice Co., Ltd.; China Resources Yantai Nylon Co., Ltd; Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd.; Fujian Dewei Polyamide Technology Co Ltd.; Guandong Kaiping Chunhui Co., Ltd.; Jinan Trustar International Co., Ltd.; Meida Nylon Company Ltd.; Prutex Nylon Co., Ltd; World Best Co., Ltd.; Xinhui Dehua Nylon Chips Co., Ltd. e Yiwu City Jingrui Knitting Co.Ltd.	475,05
China	Demais	2.409,11
Coreia do Sul	Hyosung Corporation Manufacturer Exporter & Importer	1.706,15
Coreia do Sul	Kolon Fashion Material Inc.	3.224,91
Coreia do Sul	Taekwang Industrial Co., Ltd	77,85
Coreia do Sul	Demais	3.224,91

"

Art. 3º Tornar públicos os fatos que justificaram as decisões contidas no art. 1º e no art. 2º, conforme consta do Anexo Único.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANEXO ÚNICO

No dia 9 de julho de 2012, por meio da Circular SECEX nº 32/2012, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de fios de náilon, originárias da China, da Coreia do Sul, da Tailândia e de Taipé Chinês, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. A investigação foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 124/2013, publicada em 27 de dezembro de 2013 com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, sobre as importações brasileiras de fios de náilon oriundos da China, da Coreia do Sul, da Tailândia e de Taipé Chinês.

A Circular SECEX nº 65/2018 iniciou revisão de final de período da referida medida antidumping, que posteriormente foi encerrada pela Resolução Gecex nº 19/2019, publicada em 23 de dezembro de 2019, prorrogando o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de fios de náilon, originários da China, Coreia do Sul e Taipé Chinês.

Em janeiro de 2018, a empresa chinesa Fujian Changle Creator Nylon Industrial Co., Ltd., detentora da margem individual de dumping no âmbito da Resolução Gecex nº 19/2019, foi objeto de reestruturação que culminou na transferência integral de seus negócios relativos à produção e à venda de fios de náilon para a empresa relacionada Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd. O negócio envolveu a completa transferência de ativos produtivos, ativos imóveis, produção, vendas, estoque e pessoal ligados à produção de fios de náilon.

A Fujian Changle Creator Nylon Industrial Co., Ltd. deixou de produzir o produto em questão e, posteriormente, teve sua razão social alterada para Fujian Creator Trading Co., Ltd. A nova empresa foi constituída com permissão para comercialização de produtos químicos e tecnologia. Por sua vez, a produção e a venda de fios de náilon pelo grupo empresarial em questão passaram a ser realizadas pela empresa Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd.

O representante legal das empresas Fujian Creator Trading Co., Ltd. e Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd. protocolou, em 05 de fevereiro de 2024, pedido de alteração da Resolução Gecex nº 19/2019 tendo em vista a reestruturação interna no âmbito do grupo empresarial. Solicitou-se a alteração da referida Resolução GECEX para que a empresa Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd. passe a usufruir de direito antidumping específico destinado à Fujian Changle Creator Nylon Industrial Co., Ltd.

Da análise das informações submetidas pelas empresas, foi possível verificar, por meio de documentos societários e empresariais, a transferência integral dos negócios relativos à produção e à venda de fios de náilon (transferência de ativos produtivos, ativos imóveis, produção, vendas, estoque, pessoal, entre outros ligados à produção de fios de náilon) da Fujian Changle Creator Nylon Industrial Co., Ltd. para a Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd., justificando o pleito sob análise.

Nesse sentido, recomenda-se a alteração da Resolução GECEX nº 19/2019, substituindo a razão social Fujian Changle Creator Nylon Industrial Co., Ltd. pela razão social Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd. Dessa forma, as importações brasileiras de fios de náilon fabricados pela Fujian Xinchuang Nylon Industrial Co., Ltd. passam a fazer jus ao direito antidumping aplicado especificamente à Fujian Changle Creator Nylon Industrial Co., Ltd.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 585, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera o Anexo II da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 6º, incisos IV e V, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, considerando o disposto nas Decisões nº 58/10, 11/21 e 12/23 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, e de acordo com as deliberações de sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Fica excluído do Anexo II da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, o código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANEXO ÚNICO

NCM	Descrição
5501.30.00	- Acrílicos ou modacrílicos

RESOLUÇÃO GECEX Nº 586, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Revoga Ex-tarifários para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, incisos II e IV, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Decisão 08/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e na Resolução Gecex nº 289, de 21 de dezembro de 2021, e na Resolução Gecex nº 512, de 16 de agosto de 2023, e considerando a deliberação de sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam excluídos do Anexo II da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º Ficam excluídos do Anexo II da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo IV desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANÉXO I

NCM	Relação de Ex-Tarifários
7309.00.90	Ex 023
8406.90.29	Ex 001, Ex 002
8408.10.90	Ex 101, Ex 114, Ex 115
8408.90.90	Ex 015, Ex 026
8413.40.00	Ex 001
8414.80.12	Ex 015
8414.80.19	Ex 120, Ex 129
8414.90.33	Ex 001
8416.30.00	Ex 005
8417.10.10	Ex 004
8417.10.20	Ex 001
8418.69.99	Ex 063
8419.35.00	Ex 006
8419.81.90	Ex 047, Ex 090
8421.19.90	Ex 086
8421.21.00	Ex 062, Ex 137
8421.22.00	Ex 018
8421.29.90	Ex 073
8421.39.90	Ex 111, Ex 194
8422.30.10	Ex 100
8422.30.29	Ex 101, Ex 834
8422.40.90	Ex 261, Ex 677, Ex 681, Ex 809, Ex 811, Ex 823, Ex 978
8423.30.19	Ex 011
8423.89.00	Ex 060
8423.90.29	Ex 002, Ex 003
8424.89.90	Ex 274
8424.90.90	Ex 065
8426.99.00	Ex 005
8427.10.19	Ex 014, Ex 030
8427.20.90	Ex 176
8428.39.90	Ex 285
8428.70.00	Ex 004
8428.90.90	Ex 050, Ex 366, Ex 546
8430.69.90	Ex 046
8431.20.11	Ex 020
8432.31.90	Ex 003
8434.20.90	Ex 011
8435.10.00	Ex 020
8436.80.00	Ex 085, Ex 091, Ex 101
8437.10.00	Ex 002
8439.10.30	Ex 033
8439.91.00	Ex 016
8441.30.90	Ex 081
8441.80.00	Ex 122, Ex 127, Ex 128, Ex 130, Ex 131
8443.11.90	Ex 105
8443.39.10	Ex 261
8443.91.99	Ex 076
8445.90.90	Ex 028
8451.40.29	Ex 010
8456.11.19	Ex 016
8457.10.00	Ex 383
8460.90.19	Ex 067, Ex 068
8461.50.90	Ex 004
8462.25.00	Ex 002
8462.51.00	Ex 002, Ex 029
8462.59.00	Ex 028
8462.69.00	Ex 003

8465.10.00	Ex 032
8465.20.00	Ex 013
8465.92.19	Ex 050
8465.93.90	Ex 021
8465.95.11	Ex 002
8466.91.00	Ex 001
8466.93.20	Ex 012, Ex 023
8474.10.00	Ex 004, Ex 084
8474.20.90	Ex 036, Ex 044, Ex 078, Ex 090, Ex 091, Ex 092, Ex 131, Ex 132, Ex 134, Ex 142, Ex 159, Ex 160, Ex 165
8474.80.90	Ex 181
8474.90.00	Ex 027, Ex 045
8479.82.90	Ex 170
8479.89.99	Ex 007, Ex 008, Ex 009, Ex 077, Ex 115, Ex 158, Ex 169, Ex 185, Ex 193, Ex 254, Ex 329, Ex 381, Ex 428, Ex 487, Ex 493, Ex 562, Ex 694, Ex 770, Ex 803, Ex 812, Ex 847, Ex 848, Ex 886, Ex 958
8479.90.90	Ex 292
8480.79.90	Ex 014
8481.40.00	Ex 021
8481.80.92	Ex 018
8481.80.95	Ex 002
8481.80.99	Ex 017, Ex 070
8481.90.90	Ex 017
8483.40.10	Ex 297
8483.40.90	Ex 214
8483.90.00	Ex 054
8485.20.00	Ex 003
8504.40.90	Ex 070
8514.19.00	Ex 025
8515.31.90	Ex 169
8601.20.00	Ex 002
8604.00.90	Ex 033
8709.11.00	Ex 016, Ex 023
9011.80.90	Ex 011, Ex 016
9015.80.90	Ex 033
9015.90.90	Ex 012
9018.19.80	Ex 062
9018.20.90	Ex 003
9018.50.90	Ex 045, Ex 058
9018.90.10	Ex 012
9019.20.10	Ex 020, Ex 028
9019.20.20	Ex 020, Ex 021, Ex 022
9019.20.90	Ex 033, Ex 037
9022.14.11	Ex 001, Ex 014, Ex 016
9022.14.19	Ex 001, Ex 003
9027.10.00	Ex 124, Ex 144
9027.30.20	Ex 069, Ex 072
9027.50.20	Ex 096, Ex 110
9027.81.00	Ex 024
9027.89.12	Ex 005
9027.89.99	Ex 027, Ex 028, Ex 041, Ex 044, Ex 074, Ex 173, Ex 192, Ex 209, Ex 217, Ex 220, Ex 221, Ex 225, Ex 242, Ex 324
9030.10.90	Ex 006
9031.49.90	Ex 290, Ex 413, Ex 436, Ex 489
9031.80.20	Ex 147, Ex 148, Ex 179, Ex 185, Ex 202, Ex 205, Ex 208, Ex 220, Ex 224, Ex 230
9031.80.99	Ex 002, Ex 152, Ex 153, Ex 171, Ex 860, Ex 909
9402.90.20	Ex 004

ANÉXO II

NCM	Relação de Ex Tarifários
8424.30.10	Ex 075, Ex 077, Ex 078, Ex 079, Ex 080, Ex 081, Ex 083, Ex 084

ANÉXO III

NCM	Relação de Ex Tarifários
8443.32.31	Ex 006
8443.32.99	Ex 010
8473.30.41	Ex 009
8517.62.39	Ex 004
8517.69.00	Ex 001, Ex 005
8517.79.00	Ex 045
8528.52.00	Ex 006
8530.10.10	Ex 019, Ex 035
8531.20.00	Ex 019
8541.43.00	Ex 155, Ex 156, Ex 158, Ex 159, Ex 167, Ex 180, Ex 181, Ex 188, Ex 189, Ex 211, Ex 214, Ex 229, Ex 230, Ex 241, Ex 242, Ex 262, Ex 266, Ex 289, Ex 291, Ex 294, Ex 297, Ex 300, Ex 305, Ex 335, Ex 350, Ex 365, Ex 378, Ex 379, Ex 380, Ex 385, Ex 392, Ex 393, Ex 394, Ex 398, Ex 399, Ex 402, Ex 403, Ex 404, Ex 405, Ex 413, Ex 414, Ex 415, Ex 417, Ex 418, Ex 434, Ex 437, Ex 438, Ex 439, Ex 440, Ex 441, Ex 442, Ex 443, Ex 456, Ex 457, Ex 458, Ex 461, Ex 466, Ex 468, Ex 475, Ex 477, Ex 479, Ex 482, Ex 483, Ex 485, Ex 488, Ex 489, Ex 490, Ex 491, Ex 498, Ex 499, Ex 501, Ex 509, Ex 510, Ex 511, Ex 519, Ex 530, Ex 532, Ex 533, Ex 534, Ex 535, Ex 539, Ex 540, Ex 541, Ex 543, Ex 551, Ex 552, Ex 553, Ex 563, Ex 574, Ex 582, Ex 583, Ex 584, Ex 587, Ex 588, Ex 589, Ex 591, Ex 593, Ex 594, Ex 598, Ex 614, Ex 616, Ex 617, Ex 634, Ex 636, Ex 637, Ex 638, Ex 639, Ex 642, Ex 643, Ex 645, Ex 646, Ex 651, Ex 663, Ex 675, Ex 682, Ex 684, Ex 744, Ex 745, Ex 746, Ex 747, Ex 768, Ex 772, Ex 785, Ex 786, Ex 792, Ex 800, Ex 801, Ex 814, Ex 842, Ex 843, Ex 844, Ex 862, Ex 907, Ex 916, Ex 958, Ex 960, Ex 972
8543.70.99	Ex 266, Ex 267, Ex 268, Ex 316
9030.33.19	Ex 001

ANÉXO IV

NCM	Relação de Ex Tarifários
8541.43.00	Ex 003, Ex 004, Ex 005, Ex 006, Ex 007, Ex 008, Ex 066, Ex 067, Ex 068, Ex 069, Ex 071, Ex 072, Ex 073, Ex 074, Ex 076, Ex 077, Ex 078, Ex 079, Ex 083, Ex 084, Ex 086, Ex 088, Ex 090, Ex 101, Ex 119, Ex 120, Ex 121, Ex 122, Ex 129, Ex 130, Ex 131, Ex 132, Ex 143, Ex 147, Ex 172, Ex 173, Ex 174, Ex 175, Ex 176, Ex 177, Ex 178, Ex 179, Ex 183, Ex 218, Ex 219, Ex 232, Ex 233, Ex 234, Ex 235, Ex 236, Ex 237, Ex 238, Ex 243, Ex 244, Ex 245, Ex 247, Ex 296, Ex 344, Ex 345, Ex 346, Ex 347, Ex 348, Ex 386, Ex 387, Ex 388, Ex 389, Ex 432, Ex 460, Ex 467, Ex 469, Ex 472, Ex 473, Ex 481, Ex 494, Ex 495, Ex 496, Ex 497, Ex 512, Ex 513, Ex 514, Ex 516, Ex 517, Ex 518, Ex 520, Ex 521, Ex 522, Ex 523, Ex 524, Ex 525, Ex 526, Ex 527, Ex 573, Ex 575, Ex 576, Ex 577, Ex 578, Ex 580, Ex 585, Ex 590, Ex 599, Ex 600, Ex 601, Ex 602, Ex 608, Ex 610, Ex 615, Ex 644, Ex 677, Ex 678, Ex 685, Ex 686, Ex 687, Ex 688, Ex 689, Ex 690, Ex 774, Ex 775, Ex 813, Ex 816, Ex 817, Ex 818, Ex 819, Ex 820, Ex 821, Ex 822, Ex 823, Ex 824, Ex 825, Ex 826, Ex 830, Ex 831, Ex 832, Ex 833, Ex 834, Ex 835, Ex 836, Ex 837, Ex 845, Ex 846, Ex 847, Ex 848, Ex 849, Ex 850, Ex 851, Ex 852, Ex 853, Ex 854, Ex 855, Ex 856, Ex 857, Ex 859, Ex 860, Ex 883, Ex 884, Ex 885, Ex 886, Ex 896, Ex 904, Ex 905, Ex 919, Ex 926, Ex 927, Ex 930, Ex 931, Ex 932, Ex 933, Ex 934, Ex 935, Ex 936, Ex 937, Ex 938, Ex 939, Ex 940, Ex 941, Ex 942, Ex 943, Ex 944, Ex 945, Ex 953, Ex 954, Ex 955, Ex 956, Ex 957

RESOLUÇÃO GECEX Nº 587, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera o anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, incisos II e IV, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Decisão nº 08/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e na Resolução Gecex nº 289, de 21 de dezembro de 2021, e na Resolução Gecex nº 512, de 16 de agosto de 2023, e considerando a deliberação de sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução Gecex nº 322, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor sete dias após a data de publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANEXO I

NCM	Nº Ex
8418.69.10	024
8419.35.00	019
8419.39.00	211
8422.40.90	125
8422.40.90	093
8426.41.90	102
8426.41.90	145
8427.20.90	273
8428.39.90	351
8438.20.90	087
8439.99.90	059
8441.10.90	143
8443.19.10	085
8460.31.00	185
8465.10.00	936
8477.20.10	398
8479.89.99	799
8504.90.40	021
8607.19.90	009
9027.50.90	077

ANEXO II

NCM	Nº Ex	Descrição
8207.30.00	070	Conjuntos de ferramentais intercambiáveis, próprios e exclusivos para operação em prensa rotativa para conformação e estampagem (gravação) da cabeça de estojos, e máquina de triagem, a serem utilizados em munição tipo cartucho de calibre .22WMR, compostos por ganchos, matrizes, punções inferiores e superiores, satélites rotativos, disco de transferência, conjunto de guias, porcas de punções, pinos, espaçadores, proteção, calha e rolos da máquina de triagem.
8402.19.00	009	Caldeiras elétricas de eletrodo imerso (vaso de pressão) destinadas a produção de vapor saturado (10barg (pressão de operação)), com válvula redutora de pressão (4,5barg), capacidade de produção nominal de 12.750kg/h de vapor e potência de 8.5MW, construídas em aço carbono em formato cilíndrico com diâmetro aproximado de 2.35m (incluindo isolamento), altura aproximada de 9m, peso aproximado (base seca) de 6t e montadas em base tipo "skirt", dotadas de: 2 bombas de circulação, 2 bombas de água de alimentação, 1 conjunto de dosagem químico (tanque e bomba), 1 tanque de "blowdown", 1 painel controlador lógico programável (PLC) e 4 variadores de frequência.
8414.80.11	012	Compressores de ar, estacionários, de pistão, do tipo "booster" de alta pressão com 2 estágios, pressão de entrada de 7 a 10bar, pressão de trabalho superior a 300bar ou 4.350psig, vazão entre 510 e 950L/min.
8414.80.19	171	Compressores de baixa pressão centrífugos para ar, isentos de óleo, com 1 estágio de compressão, com resfriamento do sistema de lubrificação à ar ou água, com ou sem resfriadores de ar integrados ao compressor, controle de capacidade com válvula de admissão IGV, selagem e mancais hidrodinâmicos, montados sobre "skid" com motor trifásico integrado e acessórios como filtro de ar, silenciador e juntas de expansão, com pressão de trabalho compreendida entre 1 e 2barg e vazão de ar igual ou superior a 5.000Nm³/h.
8414.80.19	172	Compressores centrífugos para ar, isentos de óleo, 3 estágios de compressão, com resfriamento à água e resfriadores de ar integrados ao compressor tipo casco-tubo, sendo tubos de cobre, controle de capacidade com válvula de admissão tipo IGV e com válvula de alívio tipo BOV acionada pneumaticamente, selagem e mancais hidrodinâmicos, com pressão de trabalho de 7barg e vazão igual ou superior a 80,95m³/min, motor elétrico de potência igual ou superior a 600HP, trifásicos.
8418.69.10	025	Combinações de máquinas para produção de sorvetes (picolés), com capacidade produtiva de 18.000 a 21.000 Picolés/h, composta por: máquina para fabricação de picolés (Picoleteira), unidade de Inserção automática de palitos (Paliteira), unidade de refrigeração, tanque de chocolate, tanque de salmoura, máquinas embaladoras de picolés, painel de controle e acessórios.
8418.69.10	026	Picoleteiras automáticas para produção automática de picolés moldados, com sistema de dosagem automática, sistema de dosagem dupla de recheios duros e macios, inserção de palitos automática e extração automática dos picolés da forma, estação dupla de cobertura permitindo até dois sabores de chocolate, adição de granulado na cobertura do picolé, controle automático de temperatura de congelamento e desmolde e sistema de movimentação automático via braço robotizado, servo acionada, 380V/60Hz, trifásico, controladas através de PLC com painel IHM e com capacidade produtiva de 10.000unid/h; Troca automática de bobina; Refrigeração com 150HP (2 x 75HP).
8419.35.00	030	Secadores montados em estrutura de alumínio com vão livre de 8,5m ou 8,2m ou 10,5m, para secagem de madeira, controlado por um CLP, com sistema (dispositivo) de recuperação de energia de perdas de transmissão nas estruturas das paredes e exaustão tipo "Ecovent", com sistema (dispositivo) de dispersão de água fria a alta pressão com HPS 100bar, com vazão de ar 360.000m³/h, com regulagem da velocidade do ar de 0 a 100% com variador de frequência, com paredes de 100mm de espessura e isolamento com lã de rocha, com portas com espessura de 200mm, com sistema de umidificação por tina para geração de vapor saturado, com medição da umidade da madeira por 8 sensores, com trocadores de calor com tubos bimetálico de aço inoxidável e aletas em alumínio com potência de 3.095kW ou 2.770kW ou 4.000kW.
8419.39.00	214	Secadores infravermelhos de tambor rotativo para cristalização, secagem e desumidificação de polímeros termoplásticos higroscópicos em processo contínuo, com capacidade de secagem entre 100 e 500PPM de umidade residual em até 15min,com capacidade de produção máxima igual ou menor que 1.200 ou 3.100kg/h, dotados de zonas de aquecimento com controle de temperatura independentes, com seleção independente de velocidade de dosagem e rotação do tambor, com estrutura metálica móvel para desacoplar o banco de aquecimento infravermelho, dotado de sistema para filtragem e remoção de pó do ar quente, com sistema de autolimpeza do filtro por ar comprimido com acumulador.
8419.39.00	215	Liofilizadores industriais farmacêuticos para produção em escala piloto de tratamento termal das amostras; prateleiras, câmara de produto e condensador em aço inoxidável SS316L; arranjos de prateleiras com kit de travamento; temperatura das prateleiras de -70 a +65 graus celsius e controle de temperatura das prateleiras de -55 a + 65 graus celsius; condensador externo; de gelo à "hot gás"; sistema de grampo para aumentar o espaço livre entre as prateleiras; sondas de temperatura; sistema de fechamentos à vácuo para frascos; porta de validação; porta de vidro no condensador; bandejas com fundo removível; bomba seca; controlador lógico programável (CLP) para controle de processo; sistema supervisório remoto para controle e registro de todos os ciclos.
8419.60.00	010	Turbinas de expansão, com potência de 690 a 360kW, com capacidade de 10.000 a 35.000Nm³/h (1 atm(a), 0 graus celsius, 0% RH), pressão de sucção de 42 a 5bar(a), pressão de descarga de 7 a 1bar(a), temperatura de sucção de 10 a -110 graus celsius, temperatura de descarga de -80 a -170 graus celsius, eficiência de 88 a 93%, sendo instaladas no mesmo de eixo de um compressor centrífugo de um estágio com potência de 675 a 345kW, capacidade de 41.000 a 51.000Nm³/h (1atm(a), 0 graus celsius, 0% RH), pressão de sucção de 19 a 30bar(a), pressão de descarga de 24 a 42bar(a), temperatura de sucção de 30 a 60 graus celsius, temperatura de descarga de 55 a 85 graus celsius e eficiência de 74 a 88%.
8419.89.99	401	Reatores de filme descendente, do tipo anular, utilizados para preparação de surfactantes através do processo de sulfonação e sulfatação de compostos orgânicos com trióxido de enxofre (SO3), volume do reator de 0,36m³, projetados em aço inox, com capacidade de produção igual ou superior a 2.600kg/h, sendo o lado do processo com temperatura de operação de 41 graus celsius, pressão de operação de 0,77kg/cm² e, camisa de agua com temperatura de operação mínima de 28 graus celsius e máxima de 35 graus celsius, pressão de operação mínima de 2,11kg/cm² e máxima de 4,22kg/cm².
8419.89.99	402	Combinações de máquinas para lavar, esterilizar e transportar frascos-ampolas de vidro com formatos variados para produtos farmacêuticos injetáveis de pequeno volume, com capacidade máxima de 24.000unid/h, compostas de: lavadora rotativa com 8 estações de lavagem, empregando ar comprimido estéril, água de recirculação e água para injetáveis, dotada ou não de sistema de pré-lavagem ultrassônica; túnel de despirogenização com 3 zonas de fluxo laminar para alimentação, aquecimento e resfriamento, qualidade do ar ISO 5; esteira de transporte com sensores de carga máxima, regulagem, registro dos parâmetros de operação da linha através de CLPs e IHMs, cartão "Ethernet" programado, comunicação remota, "software" com Assinatura Eletrônica e Registros Eletrônicos atendendo 21 CFR part 11 e NR12.
8419.90.90	029	Módulos de controle de transferência de líquidos, por método microfluídico, em biorreatores, utilizados para a alimentação e ajuste de pH em placas de 48 poços, com volume de trabalho entre 800 e 2.400 microlitros, dotados de "software" de monitoramento de dados.
8421.19.90	110	Máquinas tipo centrífugas, para fibras e fios de algodão e poliéster, capacidade: 500kg, rotação do cesto: 630rpm altura útil do cesto: 980mm altura do cone interno do cesto: 760mm, diâmetro superior do cone interno do cesto: 210mm, diâmetro inferior do tubo interno do cesto: 770mm, diâmetro total interno do cesto: 1.800mm, 380V, trifásico, com potência de 45CV e corrente nominal de 120A.
8421.21.00	276	Sistemas de controle e monitoramento avançado para sistemas de aeração, baseado em inteligência artificial, dotados de Fluxo de ar por dispersão térmica com calibração personalizada que realiza a medição do fluxo do gás normalizado diretamente conforme DIN1343), Válvulas de controle de diafragma projetadas para range de operação normal de 10 até 70% e 12 até 15mbar de queda de pressão em toda a faixa de controle com Recuperação de pressão parcial devido à efeito virtual do Venturi, válvulas de controle JET - com controle preciso e linear em toda a faixa operacional, desde o fechamento hermético até a 100% de abertura e o Controlador de Aeração Flexcontrol contendo "algoritmo Flex" com Inteligência Artificial.
8421.21.00	277	Difusores de bolha ultrafina com membrana em poliuretano em formato de tiras, tamanhos de 500 a 4.500mm, com válvula de retenção contra a entrada de água e lodo, para aplicação em estações de tratamento de efluentes industriais e municipais.
8421.21.00	278	Decantadores lamelares destinados a remoção de sólidos suspensos em salmoura, através do processo de sedimentação gravitacional, vazão máxima de 62m³/h, concentração máxima de sólidos suspensos totais de 0,3% (3.000mg/l), dotados de: tanque para mistura instantânea da salmoura e floculante, com agitador, capacidade de 140 galões; tanque para acondicionamento do floculante dentro da salmoura, com capacidade de 900 galões; tanque inclinado com estrutura dotado de placas de alimentação e distribuição da salmoura para decantar e placas verticais (lamelas) com área de clarificação de aproximadamente 167m² (1.800ft²); tanque para acondicionamento de sólidos suspensos decantado, com raspador de lama, capacidade de 7.845 galões.
8421.29.30	022	Filtros prensa vertical, automático, com área de filtração de 12m², para separação de sólido- líquido, prensagem da torta para redução de umidade, lavagem da torta para remoção de sais minerais solúveis, secagem superficial por meio de ar comprimido, descarregamento da torta automatizado, estação de compressão de água e limpeza do pano de filtração automatizado, dotado de 8 placas de dimensões 1.750 x 900mm cada, unidade hidráulica e painel de controle lógico (clp).
8421.29.90	238	Filtros de combustível em polímero resistente a gasolina, com carcaça em plástico (POM) e filtro em polietileno natural sinterizado com porosidade de 80 mícrons, devem suportar testes de estanqueidades do tipo "bubble point" a pressões maiores ou iguais a 16 ou 30mbar.
8421.39.90	234	Filtros para despoeiramento de gás, através de efeito Venturi, para emissão de gás na saída contendo carga de sólidos suspensos totais de até 30mg/Nm3, equipados com: cone de movimentação interna para regulação de pressão e jateamento de água; dispositivo anti-rotação; desembaçador de passagem de água e gás para remover gotas de água; unidade de acionamento hidráulico por bombas; tubos para alimentação hidráulica.
8422.30.10	148	Equipamentos envasadoras e dosadoras de cápsulas automática para produtos alimentícios e farmacêuticos em forma de pó ou pallets, controlador lógico programável (CLP) e interface homem máquina (IHM), capacidade de produção de 10 a 30frascos/min, com esteira transportadora de frascos vazios e cheios, sensores de posicionamento de frascos para o enchimento e liberação de frascos abastecidos, mesa giratória para armazenamento de frascos vazios, confeccionados em material SUS 304, envase de cápsulas tamanho #00 a #5, altura de frascos de 10 a 500ml redondos e quadrados, fonte de alimentação monofásico 220V 50/60Hz, potência de funcionamento 0,6kW, estrutura composta de funil de entrada de cápsulas, placas com calhas em V e vibração eletromagnética, botão de emergência, pistão pneumático para liberação de frascos vazios e cheios, ajustes de velocidades individuais de vibração de calhas alimentadoras de cápsulas, bloco magnético de vibração, sistema de identificação de falhas.
8422.30.21	123	Combinações de máquinas para envase de produtos alimentícios, lácteos e nutracêuticos em pó, em sacos/bags multicamadas, com capacidade de até 100sacos/h, trabalhando com sacos/bags de 25kg e precisão de envase de 10g e acabamento de alto nível de sanitariedade, compostas de: equipamento de envase semiautomático de sacos/bags com duplo sistema de dosagem, tomada de amostra sanitária automática, equipamento automático de compactação e pesagem, esteira de saída de sacos, sistema de limpeza da borda do saco, sistema preparação da boca do saco, seladora do saco e vedação a quente com transportador de sacos/bags tipo esteira, totalmente controlado por CLP acondicionado em uma central de controle de motores - CCM.
8422.30.29	975	Máquinas evasadoras verticais para sachês de 4 soldas, com velocidade de evasamento de até 200ciclos/min, com módulo de envase para produtos em pó sensíveis à temperatura; com 10 saídas de dosagem, dotadas de roscas auxiliares, roscas de dosagem, válvula rotativa de alimentação, funis resfriados, sensor de controle de nível e aspiração de pó, com alimentação por bobina única, contendo sistema de codificação de dados variáveis por tinta "ink jet" de 2 cabeçotes, com controle por tela tátil; com visão de controle de dados variáveis impressos dotados de 5 câmeras OCR OVC; sistema de rejeição de materiais incorretos; sistema de pré-corte para facilitação do destaque ou corte completo dos sachês.
8422.30.29	976	Máquinas automáticas para o enchimento e fechamento de ampolas de vidro com produtos farmacêuticos em área estéril, nos formatos de 2, 3, 5 e 10ml, com capacidade nominal máxima de produção de 24.000unid/h, preparadas para conexão com túnel de despirogenização, dotadas de: 8 unidades de dosagem volumétrica e "manifold" com 8 saídas, nitrogenação antes e depois do enchimento, saída das ampolas em bandeja dupla, painel elétrico separado, Sistema de RABS passivo com luvas na área de envase e fechamento, suportes para contador de partículas viáveis e não viáveis distribuídos na linha; regulagem e registro dos parâmetros de operação da linha através de CLPs e IHMs, cartão "Ethernet" programado, comunicação remota, "software" com Assinatura Eletrônica e Registros Eletrônicos atendendo 21 CFR part 11 e NR12.
8422.30.29	977	Máquinas ensacadoras rotativas automáticas, para encher e fechar produtos diversos (líquidos, pastosos, pós, granulados) em embalagens pré-formadas, com largura entre 100 e 270mm, com altura de até 350mm, com fundo chato e zíper, com 7 estações duplas para enchimento de 2 embalagens ao mesmo tempo, sendo a 1ª para carregamento das embalagens na ensacadora, a 2ª para abertura dos zíperes, a 3ª para abertura dos fundos das embalagens, a 4ª para enchimento, a 5ª para acomodação e retirada do pó, a 6ª para adição de gás nitrogênio e selagem, a 7ª para resfriamento e descarga das embalagens, com capacidade de projeto de 80 a 100ciclos/min de acordo com o produto, tipo de embalagem e condições operacionais.
8422.40.90	251	Aplicadoras automáticas de fitilhos removível em embalagens de pães de forma e panetones, alimentadas por 2 carretéis de fitilhos, com mostrador digital, com ou sem sistema de detecção de embalagem e com capacidade de produção máxima 100 embalagens/min.
8422.40.90	252	Máquinas automáticas construídas em corpo único (monobloco) para armação de caixas de papelão, carregamento de produtos e fechamento das 4 abas utilizando pinças com motores de passo e cilindros pneumáticos controlados automaticamente, trabalhando com caixas novas ou retornáveis com comprimento de 400 a 600mm, largura de 300 a 400mm e altura de 125 a 375mm, com capacidade para montar caixas e encaixotar simultaneamente até 10caixas/min com velocidade de entrada até 150bolsas/min, com armação de caixas na parte superior e preenchimento na parte inferior, fechamento por entrelaçamento de abas sem necessidade de uso de cola ou de fitas adesivas, 5 padrões de acondicionamento de produtos no interior das caixas (face maior ou menor, lado a lado, vertical lado a lado com camada adicional transversal, várias camadas verticais ou vertical com camada superior horizontal), espaço ocupado inferior a 6m² em funcionamento com as portas de segurança fechadas, dotadas de 27 ou mais motores de passo e 1 ou mais servo motores controlados por um CLP integrado com IHM para posicionamentos automáticos nos ajustes de range das caixas, tempo de troca de setup máximo de 3min, armadora de caixas na própria máquina, sistema "FeedFoward" de alimentação de pacotes perfeitamente alinhados na caixa, conjunto de esteiras para alimentação de caixas e sistema de controle com CLP e tela sensível ao toque com controle e visualização de todo equipamento.
8422.40.90	253	Máquinas automáticas horizontais para envasar produtos líquidos e pastosos em embalagens de filmes flexíveis de multicamadas laminadas termosseláveis por calor constante, tipo "formfill and seal", para formar, dosar e selar bolsas de filme flexível autossustentável (que para em pé), formando simultaneamente 2 embalagens individuais por ciclo operacional, com até 3 estações de dosagem, controle CLP e tela "touchscreen", capacidade máxima de produção de até 110embalagens/min para embalagens com largura máxima, de 140mm e altura máxima de 310mm e volume máximo de 600ml, dotadas de desbobinador com capacidade para bobinas de diâmetro externo máximo de 600mm, estação de formação da embalagem, estação de envase do produto, estação de rejeição, painel elétrico independente, lubrificação automática comandado por PLC e limpeza automatizada tipo CIP - "clean in place".
8422.40.90	254	Combinações de máquinas para distribuir e embalar "wafer" com cobertura sabor chocolate com diâmetro da base de 32mm (tolerância +/-2mm) com capacidade produtiva máxima até 1.280produtos/min, compostas de: 1 estação de distribuição, transporte e verificador de alinhamento dos produtos com transportadores, guias laterais, alinhadores de fileiras com capacidade de operar 60fileiras/min, sendo 21 produtos/fileira agrupados em fileiras duplas; 1 sistema automático de acúmulo temporário "buffer" de esteiras sobrepostas com tempo de armazenagem de até 6 minutos em parada do funcionamento; 1 sistema pivotante para desmontagem, limpeza ou substituição das esteiras e roletes; 1 estação de posicionamento, distribuição e alimentação transversal dos produtos; 1 conjunto de 4 alinhadores (chicanes) com sistema de esteiras divididas em 3 seções de recebimento, espaçamento e aceleração dos produtos, com sistema de detecção de defeitos com descarte automático; 1 detector de metais pré embaladora; 1 embaladora horizontal tipo "flowpack" com sistema de selagem da embalagem soldadas à frio, capacidade de produção máxima de 1.280produtos/min, velocidade máxima do filme de 150m/min, sistema automático de posicionamento, centralização, emenda automática do filme sem parada na troca de bobina de filme de embalagem, com sistema de detecção de defeitos por vácuo com descarte automático; e painéis elétricos integrados e controladores lógicos programáveis (CLP) em cada máquina (estação), painel de controle de operação "IHM" com tela "touchscreen".
8422.40.90	255	Máquinas automáticas para embalar bombons com base planas e lâminas de estilos variados com envoltório de papel alumínio(bunch), torção de topo e envelope para lâminas através de ferramentais dedicado para cada estilo e dimensional de bombons ou tabletes, com controle por IHM (Interface Homem-Máquina) com tela sensível ao toque, com sistema de alimentação de embalagem acionada por servo motor, com capacidade mecânica de produção de no máximo igual ou menor a 370peças/min, dependendo das dimensões dos produtos e materiais de embalagem, com controle de fotocélula para embalagem, com dispositivo de rejeição para produtos defeituosos.
8422.40.90	256	Enfardadeiras horizontais automáticas para embalagens flexíveis pré-formadas seladas, preenchidas com 0,5kg, 1,0kg, 2,0kg, 2,5kg e 3,0kg de ração para cães e gatos, com capacidade de enfardamento de até 600fardos/h, compostas de: transportadores para enfileirar as embalagens, transportadores de alimentação, sequenciador de embalagens, dobrador de aba superior da embalagem, aplicador de filme plástico termoencolhível, túnel de encolhimento, transportadores de fardo, robô para paletização, alimentador de paletes, alimentador de papelão, transportador de paletes, painel de força, controle com IHM e "software" de controle integrado e acesso remoto.
8422.90.90	027	Conjuntos (kits) de peças para pesagem de sachês de ração animal líquida/pastosa com partículas sólidas compostos de: células de envase, gabinete elétrico e interface homem-máquina (IHM).

8422.90.90	028	Conjuntos (kits) de peças para adaptação de máquinas de envase de embalagens flexíveis tipo sachê para ração animal líquida/pastosa com partículas sólidas compostos de: adaptador de carretel Gusset/No Gusset com fotocélula, sensor e cabeça videojet para ajuste de filmes, rolos de ruga, formador de sachês em triângulo, abridor de sachês por sistema de vácuo e mecanismo por cames e achatador de sachês.
8422.90.90	029	Conjuntos (kits) de peças de máquinas de envase de embalagens flexíveis tipo sachê para ração animal líquida/pastosa com partículas sólidas, compostos de: desbobinador de rolo, conjunto de seladores inferiores em alumínio, conjunto de facas em aço inoxidável, suportes para instalação de painel elétrico de vedação vertical, espaçador para desbobinador, sistema de ajuste lateral por servomotor, barras ionizadoras antiestáticas, controlador de tensão do filme, mordentes verticais com quatro mandíbulas servomotorizadas e nova placa inferior, seladoras verticais moldadas em alumínio, rolamento de pressão, painel com Controlador Lógico Programável (CLP) e sistema para atualização do desabobinador.
8422.90.90	030	Aplicadores automáticos de sacos nas estações de enchimento, composto por um braço robótico, magazine alimentador, dispositivo de abertura de válvula dos sacos, painel de comando logico programável, com capacidade máxima de aplicação de 3.000sacos/h.
8424.30.90	149	Cabeçotes de conexão e liberação rápidas, com bico de pulverização/projeção / jateamento de misturas secas ou úmidas de concreto, com ou sem dínamo integrado, controle remoto via rádio, mangueiras com diâmetros nominais de 65 e / ou 80mm, pressão hidráulica de óleo de 210 a 350bar, fluxo de óleo hidráulico de 15 a 480L/min, sistema de placa de montagem para uso com bombas de concreto, máquinas rotativas ou escavadeiras autopropulsadas.
8424.30.90	150	Máquinas para limpar cabeças de máquinas de impressão digital por jato de detergente líquido, com bomba injetora de produtos de limpeza, lavagem de resíduos de produtos base UV, solvente, óleo e água, sistema totalmente automatizado e digitalizado, com 4 modos de limpeza, com preparação de receita personalizado de acordo com cada modelo de cabeçote, com faixa de temperatura de trabalho: entre 22 e 32 graus celsius, ar comprimido máximo de 5bar, 150litros/min, potência elétrica de 1,5kW, voltagem 230V ac, 50/60Hz.
8424.90.90	152	Bocais de aspersão de água pressurizada, fabricados em plástico Politereftalato de Etileno reforçado com fibra de vidro (PET 30% GF), com vazão de água entre 4,0 e 6,0L/min a uma pressão de 80bar, diâmetro externo maior entre 12 e 20mm, diâmetro externo menor entre 5,2 e 13,2mm e comprimento entre 24 e 32mm, próprios para aplicação em lavadoras de alta pressão.
8426.20.00	007	Guindaste de torre com coroa giratória, com lança em 05 (Cinco) comprimentos diferentes com variação de 30 a 60m, capacidade na ponta de 1.150kg a 60m e carga máxima de 6.000kg até 14,7m de raio com lança completa, com operação do carro de translação da lança duplo equipado com sistema de troca automática para 02 ou 04 quedas de cabo, com 3,6kw, com mecanismo de elevação de cargas de 28,8kw e capacidade de enrolamento de 400m e mecanismo de giro com 2 mecanismos de 5,28kw cada, com controle eletrônico de torque e velocidades de 0 a 0,96rpm, potência total instalada de 47KW, célula de carga eletrônica para proteção de sobrecarga, cabine com display LCD para indicação de movimentos, cargas, calibração automática, manutenção corretiva, velocidade de vento e monitoramento do guindaste, e com sistema hidráulico de telescopagem de torres de 3 x 1,60 x 1,60m e pés chumbadores.
8426.41.90	170	Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus, para uso industrial, não rodoviário, acionados por motor diesel ou gasolina e gás (dual fuel) de 4 cilindros, com 2 eixos direcionáveis sendo 1 ou 2 eixos tracionáveis (4 x 2 ou 4 x 4) com sistema de direção independente nos eixos para modos de direção caranguejo e/ou coordenado, freios a disco hidráulicos, sistemas de operação do guindaste computadorizado com indicador gráfico do momento de carga, capacidade de içamento entre 8,1 e 22t, comprimento de lança principal estendida entre 10,1 e 21,6m, com 3 ou 4 seções de lança principal e altura máxima da lança de 14,6 até 29m.
8426.41.90	171	Guindastes hidráulicos autopropulsados sobre pneus, com chassis articulados com área de atuação de 35 ou 40 graus a direita e 35 ou 40 graus a esquerda, com capacidade de içar e transportar a carga máxima de um local a outro sem a utilização de estabilizadores, computadorizados com sistema de LMI dinâmico, acionados por motor a diesel, transmissão automática, com "joystick" eletro-proporcional, com 2 ou 3 eixos, 2 rodas direcionáveis, tração nas 4 rodas, lança telescópica principal com 3 seções, comprimento máximo da lança de 17,9 ou 18,4m ou 19,8m ou 20,83m, capacidade máxima de içamento de carga de 15t ou 17t ou 22t ou 25t ou 40t a 1,1m ou 1,4m ou 1,5m ou 1,6m de raio de operação.
8426.49.90	092	Guindastes sobre esteira com lança treliçada, com capacidade nominal de 100t, motor tier 4 a diesel com 300HP, sistema de controle operacional CCS, comprimento de lança 31m, 2 esteiras com sapatas em aço especial de 900mm de largura, mesa de giro em aço com rotação livre de 360 graus, cabine em aço galvanizado com revestimento acústico, montados no lado esquerdo da mesa de giro.
8427.10.19	174	Empilhadeiras autopropulsadas, de motor elétrico de tração de corrente alternada (AC), contrabalançadas, saída superior ou saída lateral para bateria tracionaria, capacidade máxima de carga entre 3.000 e 6.500kg, altura de elevação dos garfos entre 2.750 e 8.670mm, com ou sem garfos, com ou sem bateria, com ou sem carregador.
8427.10.19	175	Empilhadeiras autopropulsadas, de motor elétrico, alimentadas por bateria de ferro fosfato, para operação automatizada ou manual, tipo AGV (Automated Guided Vehicle), navegação por meio de refletor de comando a laser preciso e "scanner" de alta definição para identificação de obstáculos, para movimentação e empilhamento de paletes, capacidade de carga de 1.200kg, comprimento do garfo de 1.250mm, avanço do garfo de 560mm, mastro de elevação entre 1.844 e 2.364mm, carregamento lateral automático, raio de giro entre 1.261 e 1.646mm, velocidade de viagem com e sem carga de 4 e 7.2km/h, respectivamente, gerenciamento de tarefas e exibição do percurso em tempo real, diagnóstico de falhas, comunicação com interfaces de protocolo, com portas de segurança, sensores, chave fotoelétricas, elevador e braço mecânico, composta de 2 "scanners" de segurança frontais; 1 "scanner" de segurança traseiro; 2 sensores na ponta do garfo; módulo de comunicação; tela sensível ao toque de 10 polegadas; alça de controle dedicada com comutação de botão único.
8427.10.90	238	Plataformas para trabalhos aéreos, com lança telescópica sobre mesa giratória, com capacidade de rotação da base de 353 graus não contínuos, autopropulsadas sobre rodas, com tração nas 4 rodas e direção nas 2 rodas dianteiras, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias recarregáveis do próprio equipamento, contendo ou não motor/gerador de energia AC alimentado por motor diesel, controladas por painel de controle na plataforma, com altura máxima vertical da plataforma igual a 18,60m (base interna do cesto da plataforma), alcance máximo horizontal igual a 12,30m e capacidade máxima de carga sobre o cesto da plataforma igual a 300kg sem restrição de trabalho.
8428.20.90	070	Transportadores pneumáticos de ação contínua, para remoção de cereais sólidos a granel de origem vegetal de navios graneleiros, dotados de turbina de 4 estágios de pressão mínima de 0,5bar, conectada a motor de 250kW por sistema cardam, válvula rotativa de 800 l com aletas reguláveis e removíveis, filtro "Jet" de alta pressão automático e autolimpante, grupo hidráulico de 15kW, dotado de dutos tubulares telescópicos verticais de diâmetro 450 mm e horizontais de diâmetro 450mm com extensão de 30m interligados por cotovelo circular de 14 mm e suportado por treliça tubular galvanizada a fogo de 100 mícrons articulada por pistão hidráulico.
8428.33.00	106	Transportadores com dispensadores de produtos, de ação contínua, para separação de pedidos, compostos de: cinta coletora; 22 módulos tipo "A-Frame", cada módulo com 72 canais para dispensamento de produtos por meio de ejetores; ponto de enchimento de caixas; componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, estruturas e suportes para fixação e ancoragem.
8428.39.90	352	Máquinas de pré-alimentação de folhas de papelão ondulado, automáticas e contínuas, para folhas com dimensões mínimas de 600 x 300mm e com dimensões máximas de 2.400 x 1.300mm ou 2.800 x 1.600mm, com velocidade máxima de até 330 folhas/minuto, dotadas de: sistema de alimentação de pilhas de papelão ondulado com capacidade de até 3.000kg; sistema de elevação; dispositivo de fracionamento de pilhas; mesa de transferência com altura máxima de pilha de até 2.400mm; dispositivo de descarga de folha residual; sistemas elétricos e sistema de gerenciamento de dados.
8428.90.90	825	Combinações de máquinas automáticas para movimentar em fila, orientar, posicionar, descarregar pilhas de caixas de papelão ondulado com inserção de pallets em linha de processo automatizada, compostas de: estação "forklift" de descarregamento de mercadorias com roletes de aço e estrutura metálica de dimensão 1.800 x 2.080 sem motorização; 6 estações de formação de pilha para fosso com mesa de transferência esférica, dimensão máxima da pilha de 1.800 x 1.800 x 2.300mm de altura, capacidade máxima de 1.500kg, sistema de elevação da pilha e placa de apoio com acionamento hidráulico, batente motorizado, transportador de elevação com esteira plástica, com controlador lógico programável e painel de interface "touch screen"; 2 módulos de transferência a 90 graus "turn table" autônomos com roletes motorizados e estrutura metálica, 7 módulos de transferência a 90 graus autônomos com roletes motorizados e correias plásticas em um conjunto pneumático acionado automaticamente com 5 e 7 correias plásticas de largura 76mm no comprimento inteiro; 91 módulos de esteiras autônomos com roletes de aço e estrutura metálica; 1 insersor de pallet do tipo "finger" de duplo empilhamento autônomo com velocidade máxima de 140paletes/h altura máxima da pilha de 2.300mm e mínima de 500mm comprimento máximo de 1.700 x 1.700mm e mínimo de 800mm e tamanho máximo de pallet de 1.600 x 1.600mm e mínimo de 800 x 800mm, com leitor de código de barras na entrada do equipamento, envolto por grade de proteção e sensores de luz nos pontos de entradas e saídas do "Pallet Inserter"; 1 robô de paletização automático com gerenciamento de fila de paletes para seleção do pallet conforme programação, e etiquetagem; transportadores de correntes autônomo nas dimensões de 788 x 2.280mm; conjunto de suportação dos cabos de energia para o "transfer car"; 2 carros de transferência autônomos de duplo sentido composto por dupla esteira de roletes de aço nas dimensões de 5.761 x 3.614mm gerenciamento de descarga dos pedidos conforme priorização da linha de produção com 2 sensores "scanners" em cada carro de transferência para detecção e segurança; todos módulos de esteiras autônomas e módulos de transferência e transportadores de correntes autônomos acionados por motores elétricos; sensores de posição em toda linha de esteiras, tendo como função informar a posição de cada pilha para o gerenciamento da fila, paletização e priorização; velocidade de 100FPM para os "transfer car", e 60FPM para as esteiras; completos com seus sensores, cabos, controlador lógico programável (CLP) com interface entre todos os equipamentos, com seus respectivos painéis e quadros elétricos.
8428.90.90	826	Equipamentos para transporte de folhas e embalagens de papelão ondulado, dotados de: carro autônomo medindo 7.260 x 3.100 x 340mm (CxLxA), com acionamento automático guiado através de trilhos no piso, velocidade de viagem de até 180m/min e carga máxima de 3.500kgf; controlador lógico programável; rede de comunicação e gerenciamento; sistemas automáticos e instantâneos de inventário e rastreamento; sistema de alimentação de energia elétrica; painéis elétricos; painéis de operação; interfaces homem máquina distribuídos e interconectados.
8428.90.90	827	Máquinas para empilhar recipientes (totes) com altura de pilha parametrizável, para inserção automática de totes na linha de separação de pedidos, equipadas com painel "touchscreen", sensores e dispositivos eletromecânicos.
8428.90.90	828	Plataformas duplas autopropelidas, com 11km/h de velocidade máxima de deslocamento, ângulo máximo de giro de 30 graus, motor a combustão, tanque de combustível de 120 litros, para carga e descarga de pallets e containers aeronáuticos em aeronaves no solo, dotadas de 6 estabilizadores acionados hidraulicamente, capacidade de elevar cargas de até 7.000kg, as 2 plataformas têm acionamento independente sendo que a plataforma principal se eleva partindo de 480mm até altura max. de 3.700mm em relação ao solo, e uma velocidade vertical de 10,37m/min., transferindo as cargas (ULD´s) horizontalmente a 18m/min, a plataforma dianteira (Ponte) parte de uma altura mínima de 1.930mm e se eleva até 5.600mm em relação ao solo e, recebe os containers e Pallets da plataforma principal e completa o trajeto vertical até 5.600mm a uma velocidade 4m/min, transferindo a carga, para o porão da aeronave a uma velocidade horizontal de 18m/min.
8428.90.90	829	Transportadores de placas de alumínio sobre trilho, com capacidade de carga de até 24t equipados com 4 motores elétricos trifásicos com rotor de gaiola de esquilo, sendo 2 com potência de 7,5kW e 2 com potência de 3kW, projetados para suportar temperaturas de até 150 graus celsius, dotados de: veículo de movimentação longitudinal dotados de 8 rodas para trilhos, sistema de posicionamento a laser e batentes hidráulicos para amortecimento, integrado com dois carros transversais, equipados com sistema de elevação hidráulica e sistema de controle para efetuar movimento simultâneo e sincronizado.
8428.90.90	830	Máquinas automáticas para basculamento da posição vertical para a horizontal e movimentação de placas de alumínio sobre piso para cargas de até 20t, dotadas de: 1 carro basculante e de transporte automático, com controle de velocidade de deslocamento ajustável entre 0 e 0,5m/s e de basculamento entre 0 e 0,8rpm (do rotor do "bolsão de placas"), dotado de transportador de rolos; 1 carro de transferência automático com controle de velocidade de deslocamento ajustável entre 0 e 0,5m/s, dotado de transportador de rolos e sistema de medição de placas por cortinas de luz; sistema de controle inteligente por CLP embarcado para controlar e gerenciar o movimento simultâneo e sincronizado dos dois carros, bem como o movimento dos transportadores de rolos e sistema de mediação de placa.
8428.90.90	831	Armazéns verticais automatizados, em sistema fechado para bandejas, para armazenamento e movimentação de peças pequenas, com sistema de elevação por engrenagem (cremalheira e pinhão) com motor de potência de 11kW, abertura de acesso frontal posicionada ergonomicamente, capacidade máxima de armazenagem igual ou superior a 70 bandejas, sistema de medição automática de altura de produtos com ajuste automático de altura entre bandejas, altura máxima de produto a ser armazenado maior ou igual a 180mm mas menor ou igual a 225mm, Controlador Lógico Programável (CLP) e Interface Homem Máquina (IHM).
8430.10.00	059	Martelos vibratórios de momento variável para cravar ou extrair estacas-pranchas, estacas tubulares de aço ou concreto para a construção civil, com momento excêntrico de 0 a 24kgm, força centrífuga de 1.370kN, frequência máxima de 2.300rpm, amplitude de 15mm, dotados de garras hidráulicas simples ou dupla e unidade hidráulica com potência de 394kW.
8430.61.00	010	Compactadores hidráulicos à percussão, não autopropulsados, acoplados as máquinas portadoras (escavadeiras e/ou retroescavadeiras), utilizados em trabalhos de compactação de solo, dotados de: válvula bidirecional acionada pela máquina portadora, efetuando o movimento de subida do pilão para compactação por gravidade, braço adaptador, pé de aço forjado com alojamento para amortecedores de nylon para absorção do impacto, estrutura em aço carbono soldado, pistões hidráulicos para posicionamento do compactador, massa do pilão compreendida entre 9 a 16 toneladas proporcionando uma energia de impacto de compreendida entre 110 a 240kN.m, com frequência de golpes média de 35 por minuto, fluxo de óleo hidráulico de compreendido entre 160 a 250L/min e altura de elevação do pistão de compreendida entre 1,2 a 1,5metros, com controle remoto e sistema de monitoramento para montagem na cabine da escavadeira.
8431.20.11	121	Eixos diferenciais mecânicos, com funções múltiplas de transmissão, frenagem lamelar e freio estacionário; freio tipo lamelar multidiscos na cavidade externas de cada lado na saída do semieixo para as rodas; a relação de transmissão do conjunto coroa-pinhão é de 5,833, sendo o pinhão composto por 6 dentes e a coroa por 35; o conjunto interno de engrenagens contém quatro satélites com 10 dentes cada e 2 planetárias com 14 dentes cada; e largura compacta de 1.146mm, específico para empilhadeiras a combustão.
8431.20.11	122	Eixos diferenciais mecânicos, com funções múltiplas de transmissão, frenagem lamelar e freio estacionário; freio tipo lamelar multidiscos na cavidade externas de cada lado na saída do semieixo para as rodas; a relação de transmissão do conjunto coroa-pinhão é de 5,833, sendo o pinhão composto por 6 dentes e a coroa por 35; o conjunto interno de engrenagens contém 2 satélites com 10 dentes cada e duas planetárias com 16 dentes cada; e largura compacta de 1.090mm, específico para empilhadeiras a combustão.
8431.41.00	034	Adaptadores fundidos em aço especial baixa liga com dureza nominal de 200 a 311HB, com cavidade unilateral para travamento, nariz de geometria trapezoidal para encaixe de pontas com geometria correspondente. medindo de 75 a 188mm de largura máxima frontal e com peso de 3,7 a 63kg, destinados a equipar caçambas de escavadeiras, carregadeiras, e outras máquinas de operações de penetração no solo.
8433.90.90	062	Selecionadores de frutas e legumes para montagem em máquina selecionadora, dotados de: 1 câmera fotográfica para captação de imagens coloridas e/ou infravermelho capaz de captar até 500fotos/min com resolução de 2.30 megapixels; 440 transportadores com disparador para descarga da fruta ou legume; 17 válvulas solenoides; correntes, polias, piões, cabos para câmera e demais componentes e módulo de controle e acionamento de entrada e saída para controle das células de carga e acionamento das solenoides, podendo ou não conter equipamento de iluminação por luzes de led.
8436.29.00	052	Combinações de máquinas para incubatório, em linha de ovos, construídas em aço inox AISI 304, com módulos interligados por esteiras, compostas de: Empilhador de bandejas de incubação, com capacidade para 400bandejas/h; Lavadora de bandejas de incubação, com capacidade para 400bandejas/h; Sistema de detecção de ovos e rejeição de bandejas, com capacidade para 65.000ovos/h; Unidade de viragem de bandeja, com capacidade para 400bandejas/h; Sistema de detecção de ovos e rejeição de bandejas, com capacidade para 65.000 ovos/h; Módulo de detecção de ovos, com capacidade para 65.000 ovos/h; Unidade de transferência seletiva, com capacidade para 65.000 ovos/h; Unidade de vacinação, com capacidade para 65.000 ovos/h; Unidade de detecção de embriões vivos, com capacidade para 65.000 ovos/h; Descarregador de bandejas de incubação, com capacidade para 65.000 ovos/h; Sistema de empilhamento e carregamento de bandejas de nascedouro, com capacidade para 400 bandejas por hora; Sistema de descarregamento e desempilhamento de bandejas de nascedouro, com capacidade para 400 bandejas por hora; Transportador de carrinhos de nascedouro, com capacidade para 15 carrinhos por hora; Sistema de coleta de resíduos, com interligação com a linha de ovos e de pintos de 1 dia, com: tanque vertical com capacidade para 7m3 e bomba de vácuo com capacidade para 2,5m3 por hora.
8436.29.00	053	Combinações de máquinas para incubatório, em linha de pintos de um dia, construídas em aço inox AISI 304, com módulos interligados por esteiras, compostas de: Lavadora e secadora de bandejas de nascedouro, com capacidade para 645bandejas/h; Triturador de ovos reprovados, interligado com sistema de coleta de resíduos, com capacidade para 70.000ovos/h; Triturador de pintos de um dia reprovados, interligado com sistema de coleta de resíduos, com capacidade para 1.000pintos de um dia/h; Sistema de descarregamento e desempilhamento de bandejas de nascedouro, com capacidade para 400bandejas/h; Sistema de separação de pintos e cascas, com capacidade para 900bandejas/h; Linha de sexagem pelas penas, para 18 operadores, com capacidade para 45.000pintos de um dia/h; Contador de pintos machos e fêmeas, com capacidade para 60.000pintos de um dia/h.
8438.10.00	362	Combinações de máquinas para produção de pedaços de pães expandidos diretos crocantes (croutons) com estruturas em aço, com painel elétrico com Controlador Lógico Programável (CLP) e painel de comando IHM ("interface" homem-máquina), com tela sensível ao toque, com capacidade máxima de produção de 500kg/h, compostas de: extrusora de dupla rosca, unidade de secagem e Unidade de tempero, com ou sem: transportador, cortador e Alimentador de sal.

8438.10.00	363	Basculadores de tachos industriais, automáticos, com estrutura em aço inoxidável e capacidade de elevação de até 1.000Kg, operando com tachos giratórios e sistema de raspagem dos tachos, próprio para alimentação de misturadores de massa (mixer), construídos em aço inoxidável, com direção de inclinação esquerda/direita/diretamente para a esquerda/diretamente para a direita (TBD), posição de montagem e direção de inclinação selecionáveis, acionados por painel externo localizado em área de proteção, com interruptor para posição de limpeza.
8438.20.19	125	Combinações de máquinas para moldagem de chocolates, compostas de: aquecedores de moldes em linha, dosador para decoração de chocolate em 3 dimensões para realizar a pintura em diferentes direções (x/ y e z), 2 mesas vibratórias, túnel de refrigeração no modelo de escada pequeno e grande, depósito de sementes automático, dosador de moldes, fechador de moldes de chocolate no estilo "booking mould", desmoldador automático de moldes, controladas por CLP.
8438.20.19	126	Máquinas para filtragem de massa de chocolate, com capacidade de processamento máximo de 2.500kg/h construídas em aço 304 e aço inoxidável 316 nas partes em contato com o produto, dotadas de: plataforma vibratória de 900mm de diâmetro e 250mm de profundidade com peneira de malha de 2mm; motor vibratório de 0,9kW e 1.800rpm com grau de proteção IP66; junta de vedação da peneira em silicone; com ou sem funil de aço inoxidável 316 para o recolhimento da massa filtrada.
8438.20.90	108	Pré-refinadeiras automatizadas para massa de chocolate, com capacidade de refino na faixa de 3.000 a 10.000kg/h de massa com espessuras finais na faixa de 100 a 250micrometros, alimentação elétrica de 380V/60Hz, pressão de ar comprimido de 4 a 10bar e temperatura da água de refrigeração de 12 a 18 graus Celsius e dotadas de: dispositivo dosador em aço inoxidável ou aço carbono pintado, encamisado e aquecível, com capacidade maior ou igual a 2.000litros; áreas de contato com a massa fabricadas em aço inoxidável ou aço carbono; 2 cilindros de refino ocos e com temperatura controlada individualmente por injeção de água de resfriamento, com comprimento útil de 1.300mm cada e acionados por um motor principal síncrono de relutância com potência maior ou igual a 55kW, refrigerado a ar e controlado por frequência; ajuste de espaçamento entre os cilindros por meio de sistema hidráulico (ajuste por "gap" dinâmico); rosca de descarga horizontal fixa em aço inoxidável, encamisada e aquecível; rosca de descarga vertical em aço inoxidável, encamisada e aquecível; painel de controle com gabinete em aço inoxidável ou aço carbono, controlador lógico programável (CLP), painel de interface homem-máquina (IHM), programa de visualização e interface EtherNet TCP/IP para controle do sistema de troca de dados, monitoramento da energia elétrica do painel com visualização no IHM e unidade de climatização.
8438.50.00	465	Máquinas para formar "nuggets", hambúrgueres e/ou "steaks" de frango e/ou de carne através de sistema de tambor rotativo com velocidade máxima igual ou superior a 15rpm, com capacidade de processamento igual ou superior a 3.000kg/h, incluindo sistema de acionamento do tambor por servomotor, sistema mecânico de expulsão das porções por servomotor, sistema de bomba de lóbulos integrado e reservatório pivotante com caracóis de alimentação internos acionados por servomotor.
8438.80.90	137	Máquinas descascadoras reguláveis pelo tamanho das nozes, controladas por inversor de frequência, com capacidade máxima de 635kg/h, com alta porcentagem de nozes completas descascadas, com sistema de operação de limpeza com menos poeira, com núcleo de rotação que extraem/desalojam as amêndoas das nozes de suas cascas quebradas.
8439.10.30	042	Unidades de desfibramento totalmente automáticas, para a produção de microfibras de madeira com granulometria máxima ou menor a 3,6mm, controladas por um controlador lógico programável (CLP), compostas de moinho de martelos, com potência máxima ou menor à 400kW, com martelos de aço temperado dispostos em magazines, com joeira vibradora, com separador rotativo de granulometria, com câmara de moagem de largura máxima ou menor a 1.250mm, com roscas de alimentação, com eletro ventilador de extração com sistema ciclone.
8439.10.90	075	Máquinas compactas para moldagem de poupa de papel na produção de lotes pilotos e protótipos de aplicações para o desenvolvimento de recipientes descartáveis biodegradáveis, construído em aço inoxidável, com molde de 500 x 300mm, pressão de prensagem de 3t, capacidade do despolpador de 4,5kg/h, provido de refinador; tanque de celulose; tanque de água; bomba de celulose; bomba de água; estação formadora; estação de prensagem a quente; estação aparadora de amostras com placa de 600 x 450mm e pressão hidráulica de 15t; bomba de vácuo; compressor de ar e tanque de ar.
8439.30.30	018	Combinações de máquinas para fabricação de chapas de papelão ondulado, com largura máxima de trabalho igual ou inferior a 2.500mm e igual ou superior a 1.200mm, velocidade máxima operacional igual ou inferior a 370m/min, compostas de: 2 cabeçotes tipo cassete de troca rápida dos rolos corrugadores, com controle do abaulamento automatizado por abraçamento totalmente automático, sistema de vapor integrado com controle automático de pressão de alimentação de vapor para rolos corrugadores aquecidos perifericamente, pressão do rolo prensa automatizado, estação de cola com sistema de alarme, gap de cola e posicionamento dos limitadores lateral de cola automáticos, com cilindros pré-aquecedores e pré-condicionadores com abraçamento automáticos, carrinho motorizado para transporte dos cassetes, rolos corrugadores com aquecimento periférico e pressão positiva, sem cinta, com sistema de resfriamento de água em circuito fechado para manter a água fria a 18 graus Celsius, equipado com comando de controle e quadro elétrico independentes, Com 2 cabines acústicas instaladas nos cabeçotes para redução do ruído; 2 transportadores de correia inclinada para transporte da face simples de papel ondulado com ângulo reverso e tração positiva do papel no lado do revestimento e motor servo acionado independente com controle de acionamento; 2 Emendadores com controle automático de tensão através do conjunto de rolo dançarino duplo servo acionado, com velocidade de emenda até 350m/min, sistema de controle de tensão, 2 posições de emenda fixas, sistema de frenagem, 2 cabeçotes superiores de emenda, sistema de acabamento duplo com movimento horizontal duplo com controle servo motor para controle da tensão; 1 Sistema de alinhamento com correções automáticas do papelão ondulado, controle eletrônico para ajuste e configuração do sistema., conjunto de roda giratória sem esmagamento para guiar a face simples para larguras de trabalho de (máx./min.) 2.500mm/1.400mm; 1 Sistema de freios para controle de tensão automático do papelão ondulado de acordo com a gramatura do papel; sistema de medição e monitoramento de tensão com fotocélulas detectoras, sistema de controle de malha fechada, rolo de borracha por nível, cada um com 2 freios pneumáticos ventilados e painel de controle do operador; 1 estação pré aquecedora tipo "triplex" com 3 cilindros com 1.100mm de diâmetro, velocidade máxima de 450m/min e sistema automático de abraçamento do papelão ondulado; suporte modular treliçado em estrutura de aço com escadas e passarela, armários elétricos integrados, pré-cabeados com console de controle do operador, rolo de compensação e auto-alinhamento; 1 forradeira tipo "Express" velocidade máxima
		450m/min, com três seções de controle de calor independentes com mesa de aquecimento com 15 placas quentes; equipadas com bombas digitais dedicadas para o sistema de recuperação do condensado, um sistema de sapata de pressão exclusiva aplica pressão variável ao longo do comprimento da forradeira, suspende e remove a pressão automaticamente, 3 zonas de vapor independentes; sistema para zero amassamento das bordas; acionamento duplo; com sensores de indicação de temperatura instalados nos tanques de coleta de condensado, com feltro de tração superior resistente a temperaturas acima de 150 graus celsius continuamente e maiores que 200 graus celsius para períodos curtos; 1 cortadeira transversal dupla tipo "cut off knife", dotada de comando automático com eixos porta facas construídos em fibra de carbono design com rolamento hidrostático, de faca serrilhada com 2 motores de corrente alternada por nível com velocidade de até 370m/min e comprimento mínimo de corte de 500mm; com correias anti-enrosco na saída, câmara de vácuo incluída; com 1 carro de ferramentas; completa com todas as suas estruturas, mesas de transferência, sistema de vapor, sistemas de controle e gerenciamento eletrônico com controladores lógico programáveis (CLPS) e seus respectivos painéis, quadros elétricos e painéis de "interface" e interligações.
8439.30.90	066	Máquinas para rebobinamento em bobinas menores de bobinas matriz, contendo materiais gráficos, operando via sistema carrossel com 4 mandris de 25 a 152mm, corte de separação em 5 pistas, largura máxima de bobina na alimentação de 330mm, velocidade máxima igual a 150m/min.
8439.91.00	027	Camisas para contra-rolo de prensas desaguadoras de folha de celulose, fabricadas em ferro fundido ou aço inoxidável, com revestimento em borracha perfurada no padrão furo cego, com comprimento nominal igual ou superior a 9.000mm e diâmetro externo nominal igual ou superior a 1.200mm.
8441.10.90	203	Máquinas automáticas para recortar principalmente o papel, podendo também trabalhar outros materiais como o vinil, tecido, entre outros; área máxima de corte compreendida entre: 30 a 62cm de largura x 30 a 62cm de comprimento (com uma base de corte) e 29 a 62cm de largura x 2,90 a 18,5m de comprimento (com o alimentador de rolo), dotadas de 2 dispositivos de corte com força máxima de corte de 300gf com o dispositivo 1 e 5kgf com o dispositivo 2, espessura de corte máxima da mídia de 3mm, dotadas de lâmina de corte auto ajustável, alimentador de rolo, conexão USB e "bluetooth" para comunicação com máquina automática de processamento de dados.
8441.30.90	117	Combinações de máquinas para fabricação de caixa de papelão ondulado, com velocidade máxima de 21.000chapas/h, com capacidade máxima em dimensão das chapas de papelão de igual ou menor que 1.250 x 2.415mm e medidas mínimas igual ou maior que 230 x 675mm, capazes de produzir 2 caixas simultaneamente, compostas de: unidade de alimentação de chapas; 4 unidades ou mais de impressão, com sistema de recuperação de tinta tipo "superflex plus" e controlador automático de viscosidade de tinta; unidade de "slotter" tipo "dualslotter" com eixo central móvel e produção simultânea de 2 caixas; unidade de corte e vinco com sistema de equalização tipo "dicar", pinos de remoção de refiles interno ao cilindro e sistema de corte de alça da caixa sem parada tipo "on touch hande hole device"; dobradeira e coladeira com sistema de aplicação por roda ranhurada controlada por servo motor; unidade de ejeção com contagem de caixas; controlador computadorizado tipo PLC com capacidade de armazenamento de até 200.000 tipos de pedidos de produção.
8441.30.90	118	Combinações de máquinas para conversão de chapas de papelão ondulado em caixas corte e vinco, tipo RDC (Rotary Die Cutter) para a fabricação em passagem única das caixas de papelão ondulado em alta gráfica, tanto em parede simples como em dupla, impressas, cortadas e vincadas em "corte-e-vinco rotativo" para folhas de papelão ondulado com tamanho mínimo de 450 x 580mm e máximo de 1.535 x 2.800mm, velocidade máxima de 10.500caixas/h, espessura de papelão ondulado de 1,5 a 14mm, compostas de: alimentador "Lead Edge Feeder" assistido a vácuo equipado com sistema de filtragem de ar, com regulagem automática de vácuo dependendo da área da chapa, com "skip-feed", cilindros de arrastre (Inferior de aço, com tratamento de adesão especial e o superior revestido em borracha, de troca rápida), folha máxima com "skip-feed" 1.900 x 2.800mm, sistema de sucção de pó e fibra na parte traseira do alimentador; 4 unidades móveis de impressão flexográficas, com tensionamento dos clichés com sistema de travamento rápido, transferência a vácuo, com sistema de filtragem de pó, com regulação automática do fluxo e zonas de vácuo pendentes da largura da chapa, Impressão inferior, rolo "anilox" cerâmico com câmara raspadora simples angulo reverso, baseado no conceito de câmara fechada com duplo sistema de pulverização de água, um na câmara e outro ao longo do rolo "anilox", Sistema de 2 bombas de tinta tipo membrana para circulação de tinta com regulagem de pressão e fluxo, controle automático da bomba de retorno, com detectores de nível no tanque interno, controle automático de registro radial e registro axial, elevação/descida do rolo "anilox" por meio de um servomotor quando a máquina para, "anilox" servo motorizado para operação e parada da linha, controle motorizado da pressão entre o rolo "anilox" e o rolo porta-clichês e sua visualização na tela, controle automático de pressão entre o rolo porta-cliché e a unidade de transferência a vácuo, cilindro porta-clichês motorizado e registro total de 360 graus com 2 zonas de fixação para acoplamento do sistema de travamento rápido, Sistema automático de detecção de atolamento, Correção lateral do porta clichê +/-8mm, variação da espessura do cliché de impressão, troca rápida do rolo "anilox" controle de registro de impressão para impressão pontual de caixas de medidas maiores que o desenvolvimento da linha, preparadas para a integração de secadores e controles de tinta; módulo de transferência a vácuo, com sistema de filtragem de pó, com regulação automática do fluxo das zonas de vácuo pendentes da largura da chapa, movimento longitudinal motorizado; unidade de corte-e-vinco rotativa robusto composto por um cilindro porta-matriz superior e outro cilindro inferior, ambos com motorização independente e sincronizados com a velocidade da linha, sistema de compensação de velocidade de contrapartida, Sistema de insertos roscados "Interbis" no porta-matriz, controle automático de registro radial e registro axial, controle automático da espessura do papelão, eixos com motorização independente para um registro perfeito do corte, largura de corte máximo 2.800mm, curso lateral do corte 50mm, "cyclone": sistema de aspiração de pó resultante do corte e vinco, sistema de fixação rápida da matriz, controle de registro de corte e vinco para corte pontual de caixas com medidas superiores ao desenvolvimento da linha, trava-rápida da contrapartida, sistema de retifica automatizada, velocidade variável da contrapartida; motores síncronos e assíncronos com "encoder" absoluto próprio, interface homem máquina e CLP controlador lógico programável.
8441.30.90	119	Máquinas para fabricação de caixas de papelão ondulado sob demanda específica do produto a ser embalado, podendo criar caixas de diferentes tamanhos de acordo com o tamanho real dos produtos especificados para embalagem, dotadas de suporte e sistema de alimentação das chapas em "z" (tipo fan-fold) capazes de selecionar automaticamente a largura da chapa a coletar conforme catacterísticas da caixa a ser produzida, aptas para operarem com largura máxima de chapa em "z" de 2.500mm, comprimento ilimitado e espessura máxima de 10mm, com capacidade de produção máxima nominal de 400unid/h e controlador lógico programável(CLP) com capacidade para armazenar 2.000 configurações de produção.
8443.16.00	069	Máquinas de impressão rotativa flexográfica de rótulos de embalagens, por meio de cilindros ajustáveis manualmente e chapas de fotopolímero, capazes de realizar impressão em superfície plástica laminada de até 520mm de largura, com velocidade selecionável entre 15 e 200m/min, sistema de secagem híbrida com dispositivo de UV frio ou UV LED, sistema de pré-configuração de pressão de acordo com a espessura da superfície de impressão, ajustável através de interface homem-máquina, capazes de ajustar automaticamente às curvas de pressão de acordo com a velocidade selecionada, sistema de registro que possibilita a operação em Gama Expandida mantendo-se cores fixas na máquina para qualquer trabalho e troca automática de trabalho sem intervenção do operador.
8443.19.10	087	Máquinas para impressão em vidros planos com tintas cerâmicas, com até 26 cabeças de impressão duplas, com 9 canais de cores e 28.000 bicos, com acionamentos lineares eletromagnéticos com transformação de vidro com tamanho mínimo de 380mm x 380mm e máximo de 1.600mm x 2.500mm, com faixa de espessura de 2 até 19mm, com dispositivo automático de transporte de vidro.
8443.19.10	088	Combinações de máquinas para impressão serigráfica, digital e aplicação de silicone em fitas elásticas e rígidas, compostas de: 1 unidade de alimentação de fitas motorizada, da caixa ou bobina, com capacidade de alimentar até máximo 8 fitas, simultaneamente, batedor controlado por painel de controle com rotação oposta ao avanço da fita para mantê-la plana; 1 estação de impressão serigráfica a uma cor, com cilindro rotativo em contínuo, e, opcionalmente, a quadro plano, a pedido, com correia de impressão adesiva, curso de impressão gerenciado por codificador, possibilidade de ajuste da inclinação e pressão da lâmina raspadora no cilindro de impressão e opcional na unidade serigráfica, áreas de estampa 400 x 500 ou 800 x 1.000, capacidade produtiva rotativa máxima de 15mt/min e serigráfica de 6mt/h, tintas usáveis à base de água, silicone e plastisol, painel de controle com tela sensível ao toque; 1 unidade de impressão digital com 3 eixos, 4 cabeças de impressão a 4 cores, com sistema de lavagem automática da cabeça, sistema de controle da pressão positiva/negativa, tamanho máximo de impressão de 400mm, velocidade máxima de impressão: 1m/min, tintas suportadas: pigmentos, dispersas, ácidas, reativas; 1 dispositivo com 2 bicos de aplicação de silicone para listras retas ou onduladas e revestimentos planos com espessura variável, motor sem escovas para movimento do bico sincronizado com o avanço da correia de impressão, ajuste micrométrico da amplitude da curva, altura, inclinação e posição de cada bico, dotado de 1 bomba de engrenagem para mistura de silicone de dois componentes (A+B), acionadas por motores trifásicos com inversores, carregado diretamente de tambores de 20, 30 ou 200 litros, por meio de bombas pneumáticas com sensor de entrada para leitura da pressão de alimentação da bomba, regulador de pressão com manômetro e dreno condensado; 1 Forno elétrico com radiadores infravermelhos, painéis de fibra cerâmica atravessado por resistências elétricas, esteira de vidro-teflon resistente até máximo 200 graus celsius, ventilação integrada com "by-pass" que permite a entrada ou recirculação do ar no interior do forno, coifas de entrada e saída para extração de fumos.
8443.39.10	464	Unidades Funcionais para geração de hidróxido de potássio, por eletrólise de salmoura, montados em "skids", com capacidade de produção de 85,1t/dia de hidróxido de potássio (base 100%), compostas de: 2 Eletrolisadores bipolares operando por membranas, montados em "rack" (suporte), atuando a uma corrente elétrica de 14,8kA e densidade de corrente elétrica de 5,44kA/m², dotados cada por 59 células, incluindo anodo (polo positivo) em titânio e catodo (polo negativo) em níquel; Exaustores horizontais centrífugos, do sistema de abatimento de cloro de emergência, com vazão de 1.390Nm³/h; Ejetores de vapor e de hipoclorito; Trocadores de calor; Filtros verticais de salmoura, com elemento filtrante do tipo vela, Filtro vertical de ácido sulfúrico, com elemento filtrante do tipo cartucho; Misturadores estáticos; Sistema de dosagem de floculantes com capacidade de projeto de 500l/h; Unidades de refrigeração de água por compressão de vapor; Torre de desmercurização, Torres de troca iônica, Torre de secagem de cloro, Torres de absorção de cloro; Tanques verticais e horizontais; Bombas; Válvulas, tubulações, instrumentação e painéis de comando e controle.
8443.39.10	465	Mini válvulas pneumáticas não redutora de pressão de material tecnopolimero com acionamento solenoide formado por 1 ou 2 válvulas de até 5 vias e 3 posições para acionamento de circuitos pneumáticos voltagem 24Vcc e vazão de até 1.400nl/min e pressão de vácuo a 10bar utilizadas para montagem em ilhas de válvulas serie eb80 pneumático.
8443.39.10	466	Máquinas de Impressão Digitais por Jato de Tinta com cura U.V; com ou sem cabeças de impressão piezoelétrico com gotículas de 11 picolitros; com velocidade máxima de impressão igual ou superior a150m2/h; com 4 ou mais cores (CMYK, Lc, Lm e W); unidade de controle e gerenciamento interno; largura máxima de impressão para suportes rígidos e flexíveis de até 3,30m; sistema de ajuste da altura das cabeças automático sobre mídias de até 4,50cm; exclusivos sistemas de proteção das cabeças e carro de impressão; com cura LED".

8443.39.10	467	Máquinas de impressão digital por jato de tinta com cura U.V ou LED e cabeças de impressão piezoelétrico com gotículas de 7 picolitros; com velocidade máxima de impressão igual ou superior a 275m2/h, com 6 ou mais cores; resolução de impressão em alta qualidade até 1.200dpi; unidade de controle e gerenciamento interno; largura máxima de impressão de 2,54m ou superior; sistema de ajuste da altura das cabeças automático sobre mídias de até 5cm; exclusivos sistemas antiestáticos; barra de registro com acionamento automático; sistema de proteção das cabeças e carro de impressão; esteira com vácuo com controle gradual montados em uma estrutura de alumínio em forma de colmeia para transporte do substrato, com ou sem sistema alimentador de chapas semiautomático (ABF) para mídias rígidas; com ou sem empilhador de mídia com ou sem sistema alimentador para mídias flexíveis rolo a rolo com suporte para mídias de até 100kg.
8443.39.10	468	Máquinas de impressão industrial por jato de tinta tipo UV, operando com tecnologia DTF (Direct to Film) para transferência a frio ao substrato final, para 4 cores ou mais (ou verniz), com 2 ou mais cabeças de impressão, com resolução máxima de 2.880 x 720dpi, tamanho máximo do filme de 35cm de largura, velocidade máxima de 5 minutos para tamanho de impressão formato A3 e sistema de laminação incorporado.
8443.39.10	469	Máquinas de impressão digital com nove berços para impressão com ajuste automático de tamanho dos berços até 50,8 x 50,8cm ou mais, por jato de tinta em tecidos (algodão, poliéster, mesclas de algodão e poliéster, lycra, viscose, seda, linho, jeans e outros), com tintas à base d'água pigmentadas, com ou sem controle de humidade, com sistema de carregamento de camisetas semiautomático na estação do operador , com sistema automático de aplicação de pré tratamento dos tecidos, podendo conter ou não sistema de recirculação de tinta, com canais para 4 ou mais cores (+branco), área de impressão menor ou igual a 50,8 x 50,8cm ou mais, resolução de impressão de até 1.200dpi ou mais, reservatório de tintas menor ou igual a 4 litros, descarregador de camisetas automático conectado direto ao secador "smart curing" integrado ao equipamento, alimentado a gás ou energia elétrica.
8451.29.90	015	Máquinas rotativas para secagem de peças de roupas confeccionadas, meias e roupas sem costura, com cesto em aço inoxidável eletropolido, aquecimento a vapor com injeção direta e recirculação de 66% do ar aquecido, trocador de calor em aço inoxidável 316, execução do carregamento e descarregamento fixo ou basculante, equipadas com inversão de senso de rotação do tambor e instrumentos eletrônicos para controle dos tempos e temperaturas do ciclo, resfriamento final automático e dispositivo de injeção de amaciantes e produtos químicos, com possibilidade de sistema completamente automático com modelo de passagem para carregamento frontal e descarregamento posterior, volume do cesto de 420 a 6.000 litros, painel de controle completo com programador PLC "touch screen", duplo sistema de filtragem sendo um autolimpante.
8451.40.10	024	Máquinas para lavagem de tecidos, com capacidade de realizar tingimento em branco e com corantes diretos, sem necessidade de dosagem, com extrator com velocidade máxima de até 500rpm, capacidade de até 5.094L e cesto de diâmetro de até 1.878mm e profundidade de até 1.835mm, dotadas de: tambor em INOX com batedores para agilização e uniformização da lavagem; 3 pás internas para divisão; cesto em "Y" com 3 compartimentos; porta automática com abertura para amostragem; tanque para aditivos de produtos químicos, com capacidade de até 60 litros e sistema de comando e controle com Controlador Lógico Programável (CLP) e Interface Homem-Máquina (IHM).
8451.40.29	040	Unidades funcionais para tingimento continuo de tecido em "aberto", pelo processo "pad-dry-steam", com largura do tecido de até 2.200mm, velocidade de trabalho de até 70m/min, compostas de: Alimentadores munidos de bandejas acumuladoras de tecido "J-box", guias ourelas e cilindros resfriadores; 2 "Foulards" para tingimento com bombas dosadoras, tanques; 1 "Foulard" para produtos químicos; Sistema umidificador (Kiss Roll) para limpeza online do sistema; sistema de aeração; Unidade de pré-secagem por Infra vermelho; 4 Câmaras de fixação do tecido, tipo "hot-flue, através de aquecimento a gás dotados de queimadores, dispositivo de circulação de ar, sistema de injeção de vapor, exaustores e cilindro de limpeza; 1 Vaporizador com capacidade para 60m de tecido; 1 Unidade de lavagem de tecidos dotada de 2 câmaras de lavagem através de tambor com "foulard" de baixa pressão, 7 caixas de lavagens através de cilindros "stripper" e espremedores, bombas de dosagem e tanques; 1 Endireitador de tramas automático; 1 Máquina de secagem do tecido, provida de coluna com 26 cilindros secadores horizontais com acionamentos alternativos; Unidades de saída munidos de bandejas acumuladoras de tecido "J-box", guias ourelas, enroladores e enfraldadores; Instrumentações; Trocador de calor; Painel elétrico.
8451.40.29	041	Máquinas rotativas automáticas para lavagem, tingimento e centrifugação de peças confeccionadas, meias, e peças sem costura, com temperatura igual ou inferior a 110 graus celsius, construídas em aço inoxidável, com sistema de circulação de banho sem bombas e sem filtros- sistema patenteado que permite fazer o processo com muito menos agua, com capacidades de volume do cesto de 250 a 5.160L, e com velocidade de centrifuga de 40 a 600rpm controlados por inversor e controlador de velocidade com ou sem balanceamento automático, cestos de aço inoxidável corrugados ou lisos com acabamento eletropolido, contadores de volume de agua e sistema de inclinação do cesto para facilitar carga e descarga, painel de controle com "touch screen" e comandos integrados.
8453.10.90	122	Compactadores de pó de couro, por meio de um ou mais pistão, para compactar pó de couro e assim reduzir o volume 7 vezes compostos de tremonha cilíndrica, motoredutor, válvula de sobrepressão, válvula de reversão.
8454.30.90	102	Combinações de máquinas de fundição continua para fabricação de vergalhão de cobre com diâmetro de 8mm, com baixo teor de oxigênio (menor ou igual a 10ppm), com capacidade de produção de 15.000t/ano, compostas de: carregadores tipo corrente; forno de fundição seccionado em 3 zonas, sendo 2 de fusão nas laterais e 1 de espera no meio; mecanismo de puxada do material, com cristalizadores, com saída do vergalhão em movimento ascendente, em 28 vias simultâneas, com suporte de rolo guia; 14 bobinadores duplos, para bobinas de até (máximo) 4.500kg, com mesas para virar bobina; painel elétrico de controle, completos, inclusive com mesas de operação com telas sensíveis ao toque e 1 ou mais conjuntos de reguladores de velocidade.
8456.11.11	050	Máquinas para corte de chapas metálicas por laser de fibra com potência entre 15 e 30kW.
8456.11.19	055	Máquinas para corte, por feixes de laser gerados a partir de um ressonador de fibra ótica com potência de até 6.000W, de vigas e tubos redondos ou quadrados com capacidade máxima de processamento de 12.300mm de comprimento, processamento de tubos redondo de 20 a 590mm, tubos quadrados de 20a 400mm, dotadas de um mandril principal de rotação máxima de 30rpm e aceleração máxima do eixo Y de 60m/min, com capacidade de carga no mandril de 1.200kg, inclui ainda 3 unidades de descarga, unidade de refrigeração a agua para o ressonador e comando numérico (CNC).
8456.11.19	056	Máquinas de corte que opera por laser, para corte de chapas metálicas de espessura superior a 0,5mm, com comando numérico computadorizado, fonte laser fibra de 2.000 a 6.000W, sistema de visão artificial para detecção de porções de chapas, com capacidade de corte de chapas de largura máximo 1.524mm e comprimento máximo de 4.064mm.
8456.11.90	105	Máquinas para gravação a laser para lentes oftálmicas, dotadas de campo de marcação de 65 ou 70mm de diâmetro, tamanho do ponto de 40 a 60 micra ou aproximadamente de 100 micra, precisão de +-30 micra, sistema de fixação do bloco com diâmetro de 43mm, com ou sem automação.
8456.11.90	106	Máquinas de gravação e corte a laser portátil, por tecnologia fibra (Fiber), para trabalho em materiais metálicos diversos e não orgânicos, operando com laser de potencias de 20 a 55W, área de gravação de 200 x 200mm ou 300 x 300mm, velocidade máxima de movimento do laser de 7.000mm/s.
8457.10.00	633	Centros de usinagem horizontal de alta velocidade, para usinagem de peças metálicas, com 5 eixos, sendo curso do eixo x de 4.000mm, eixo y de 1.500mm, eixo z de 1.000mm, curso giratório do eixo a de +/-110 graus e eixo c de 360 graus, com taxa de avanço angular de 7.200 graus/minuto e avanço linear de 50.000mm/minuto, cabeçote de fresamento com velocidade máxima de 33.000rpm e potência de 130kW, 2 magazines de porta ferramentas com 60 posições cada com cone de fixação tipo hsk-f80, controlados por comando numérico computadorizado.
8457.10.00	634	Centros de usinagem vertical tipo portal dupla coluna fixa, com mesa móvel para usinagem de peças metálicas, com 3 eixos contínuos lineares, sendo curso do eixo x de 4.000mm, eixo y de 3.100mm, eixo z de 1.200mm, com precisão de posicionamento de 0,008mm e precisão de repetibilidade de 0,005mm, mesa de trabalho com capacidade de 15.000kg/m2, cabeçote de fresamento com potência de 30kW, rotação máxima de 6.000rpm, torque de 1.050nm, com interface para ferramentas do tipo hsk-a100, sistema de controle de temperatura do cabeçote, sistema para detecção de colisão e controle de vibração, magazine trocador de ferramentas com capacidade para 40 ferramentas, controlado por comando numérico computadorizado.
8457.10.00	635	Centros de usinagem vertical de 3 eixos, com comando numérico computadorizado (CNC) com velocidade de leitura dos dados de 32kHz, motor linear, podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, retificar, com curso em X, Y e Z, iguais a 2.420, 1.400 e 800mm, respectivamente, avanço rápido dos eixos X,Y e Z de 60.000mm/min, tamanho da mesa de 2.300 x 1.350mm com capacidade máxima de carga sobre a mesa de 5.000kg, eixo-árvore com rotação máxima de 36.000rpm/42.000rpm, cone de fixação da ferramenta HSK E40, torre com capacidade de 86 ferramentas, com diâmetro máximo de 20mm e peso máximo de 20kg, precisão bidirecional de posicionamento dos eixos de 0,005mm.
8458.11.99	295	Centros de torneamento e fresamento horizontal, com comando numérico computadorizado (CNC), fuso principal com potência de 29kW, rotação de 7.000rpm e passagem de 42mm e contra-fuso com potência de 19kW, rotação de 7.000rpm e passagem de 42mm, eixo Z com curso de 505mm, avanço de 60m/min e 3 cabeçotes revólver com possibilidade de usinagem simultânea com capacidade mínima de 10 estações cada, com 2 cabeçotes revólver superiores, 1 com cursos X, Y e Z iguais a 70, 70 e 250mm, e 1 com curso X igual a 125mm, com 1 cabeçote inferior com cursos X, Y e Z iguais a 70, 70 e 400mm, respectivamente, com potência de 6,2kW e torque de 11Nm.
8458.11.99	296	Centros de torneamento horizontais de comando numérico (CNC) de 7 ou mais eixos, com 2 torres porta-ferramentas, ambas as torres operando com eixos X, Y e Z para usinagem de peças com diâmetro máximo igual ou superior a 45mm, comprimento máximo igual ou superior a 100mm, dotados por: 2 carros com torre porta ferramentas tipo disco com capacidade de 12 ferramentas cada, estas 2 torres possuem velocidade máxima de rotação igual ou superior a 4.000rpm, fuso principal com velocidade máxima de rotação igual ou superior a 4.000rpm e contra fuso com duplo acionamento longitudinal e transversal (eixos Z e X) com recurso de contra ponto, as duas torres são móveis programáveis pelo CNC do torno com possibilidade de operação das duas torres simultânea e independente, barramento inclinado a 45 graus, com sistema de guias lineares, com armário elétrico, sistema de refrigeração, coletor automático de peças, transportador de cavacos, com ou sem extrator de névoa.
8458.11.99	297	Centros de torneamento multitarefa horizontais para produção de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC) de tela "sensível ao toque", capacidade para realizar operações de torneamento, furação, fresamento e rosqueamento (inclusive fora de centro), cursos dos eixos X,Y,Z iguais a 450, 200 e 960mm respectivamente, todos com incremento mínimo de posicionamento de 0,0001mm, eixo B com curso de 240 graus (de -30graus a 210graus) e eixo C com curso de 360 graus e incremento mínimo de indexação de 0,0001 grau, com capacidade de interpolação simultânea de até 4 eixos (X,Y,Z e C), eixo árvore de fresamento (milling spindle) com motor integral, velocidade de 12.000rpm e potência de 7,5kW (regime 40% ED) e eixo árvore de torneamento (turning spindle) com motor integral, velocidade de 5000rpm e potência de 11kW (regime 40% ED), avanços rápidos nos eixos X,Y,Z com velocidade de 40.000mm/min, trocador automático de ferramentas com magazine e capacidade de 36 posições, para ferramentas de comprimento máximo de 210mm e diâmetro máximo de 90mm, possui controle de compensação térmica automática, guias lineares de rolos nos eixos X,Y,Z e fuso de esferas do eixo X com refrigeração central, acompanhado de tecnologia "Smooth", com programação conversacional "Mazatrol", completos com monitoramento, diagnósticos e programação padrão EIA/ISO.
8458.11.99	298	Centros de torneamento com barramento inclinado de 3.144mm de comprimento entre pontas, para fabricação de peças, para sistemas de extração de petróleo, contendo: comando numérico computadorizado (CNC) com tela "sensível ao toque", cursos dos eixos X, Z de 465, e 3.300mm respectivamente e todos com incremento mínimo de posicionamento de 0,0001mm, avanços rápidos dos eixos X e Z de 20, e 24m/min respectivamente, curso do eixo "C" de 360 graus com incremento mínimo de indexação de 0,0001 grau; eixo árvore de torneamento (turning spindle) com motor integral com torque de 7.000 newton metros, velocidade de 1.000rpm e potência de 45kW (regime 30 min), com diâmetro de volteio "livre" de 1.040mm; torre para 12 ferramentas, com 0,4s de tempo de indexação, padrão VDI-Type, dotada de ferramentas acionadas, com rotação máxima de 3.000rpm, potência de 11kW, torque de 140Nm; máximo diâmetro de usinagem de 910mm; guias lineares de rolos nos eixos X e Z; acompanhado de tecnologia "Smooth"; completas com monitoramento e diagnósticos e programação padrão EIA/ISO.
8460.23.00	068	Máquinas para retifica cilíndrica de haste e porção do corte em ferramentas de corte rotativo, processando um diâmetro máximo da peça de 24mm, comprimento máximo de 350mm, trabalhando através de braço robótico de alimentação, com medição automática com capacidade de 260 peças, sistema com comando numérico computadorizado (CNC), contendo 3 eixos, X, Y e A, com precisão dos eixos lineares de 0,0001mm.
8460.23.00	069	Máquinas retificadoras de canais helicoidais e retos de machos para roscar, diâmetro máximo retificável de 6,0mm, comprimento máximo da peça 210mm, com robô alimentador e posicionador automático das peças, comando numérico computadorizado (CNC) com 7 eixos controlados simultaneamente.
8460.31.00	211	Máquinas-ferramentas para produzir e/ou reafiar ferramentas de corte rotativas em metal duro (HM), aço rápido (HSS) ou diamante policristalino (PCD), com diâmetro máximo igual ou inferior a 400mm, por meio de rebolos abrasivos e/ou eletrodo rotativo, com precisão linear de 0,0001mm, com 5 ou mais eixos com comando numérico computadorizado (CNC), com cursos X, Y e Z iguais ou inferiores a 650 x 350 x 720mm, com eixo (C) de rotação da mesa com giro angular de +/-200 graus e eixo (A) do cabeçote principal com grau infinito, com ou sem sistema de carga e descarga automático de ferramentas e/ou peças, equipados com robô loader, dispositivo de dressagem de rebolos, unidade de refrigeração de óleo refrigerante, trocador de rebolos.
8460.31.00	212	Máquinas automáticas para afiação de facas inseridas em anel/gaiola de facas, usadas na fabricação de chapas de Partículas de Média Densidade (MDP), para anéis/gaiolas com até 60 facas e diâmetro aproximado de 1.400mm, compostas de: carcaça com porta asa dupla para fácil acesso; dispositivo de ajuste da protrusão individual das facas, com cabeçotes de posicionamento; dispositivos para fixação/afrouxamento das facas; dispositivo de afiação móvel, com sistema de refrigeração por emulsão (fluido) e cabeçote para afiação de até 4 facas simultaneamente; sistema de limpeza em 3 etapas da emulsão (fluido) de resfriamento; sistema de acionamento rotativo do anel/gaiola, com roda de posicionamento; dispositivo para auxiliar na entrada/saída do anel/gaiola; sistemas hidráulicos e eletrônicos para os acionamentos e painel de controle com CLP e tela sensível ao toque.
8460.31.00	213	Máquinas automáticas para afiar limpadores em serras circulares, de comando numérico computadorizado, com 12 eixos controlados, com carga e descarga automática de serras circulares e 2 carrinhos.
8460.90.90	137	Combinações de máquinas totalmente integradas e formando corpo único, para usinagem de barras de aço, com controle lógico programável, compostas de: "rack" de alimentação e separação automática de barras, com capacidade para pacotes de dimensão de 600mm e peso de máximo de 6.000kg; estação para descascamento barras acabadas de diâmetro entre 18,0 e 82,55mm, comprimento entre 3.500 e 10.000mm, profundidade do corte entre 0,5 e 4,0mm e rotação do eixo oco entre 200 e 3.200rpm; estação para endireitar e polir, com 2 rolos para transporte das barras, direção de trabalho para direita e esquerda, área de trabalho entre 18,0 e 82,55mm, comprimento dos rolos de alisamento de 580mm, diâmetro de 385mm, velocidade de alinhamento entre 6 e 60m/min; estação de chanfragem e faceamento, para barras diâmetro entre 18,0 e 82,55mm, comprimento entre 3.500 e 10.000mm, velocidade de revolução máxima de 2.000rpm; estação de empacotamento (embalagem) e cintagem, com dispositivo de marcação a laser, capacidade para formar pacotes de peso entre 900 e 3.000kg, diâmetro entre 230 e 600mm; sistemas de controle e monitoramento de processo.
8462.22.00	010	Máquinas para costurar (solda fria) corpos de tambores internos entre 400-500mm de diâmetro em aço inox para máquinas de lavar, com dimensões até 1.700 x 800 x 2.000mm, adequadas para trabalhos de estampagem de junta de fivela de placa de tambor interno de aço inoxidável entre 0,4-0,6mm de espessura e barra de pressão, profundidades do cano de 300 a 490mm, alimentação trifásica de 380V/50Hz, fonte de 15kW, tempo de produção menor que 20s/peça, pressão máxima de 40t, dotadas de: estrutura; molde, sistema hidráulico, componentes pneumáticos e sistema de controle eletrônico.
8462.23.00	054	Máquinas dobradeiras com comando numérico (CNC) com sistema de acionamento híbrido servo/hidráulico para dobrar chapas metálicas, mínimo de 7 eixos controlados, com controlador "AMNC3i" de tela múltiplo toque LCD vertical de 18,5 polegadas, curso do avental de 350mm, com ou sem sensor angular Bi (bending indicator) para medição e correção angular automática durante o processo.
8462.24.00	010	Máquinas automáticas para dobrar painéis metálicos completos, de comando numérico computadorizado (CNC), com capacidade de dobrar para cima e para baixo, chapas de largura máxima de 1.524mm e comprimento máximo de 3.495mm e espessura da chapa compreendida entre 0,5 e 3,2mm, dotadas com braço alimentador e posicionador da peça, com medidor de espessura do painel, com carregador, dotado de mesa pantográfica e descarregador com acúmulo das peças dobradas e dispositivo para virar os painéis em 180 graus.
8462.29.00	337	Caixas de transmissão hidrostática para empilhadeiras, com 2 bombas hidráulicas de deslocamento variável, uma de alta pressão (até 420bar) acoplada por mangueiras a um motor hidráulico também com sistema de deslocamento variável, e outra para acionamento de sistemas hidráulicos do equipamento.
8462.29.00	338	Unidades funcionais para desempeno de barras redondas de aço, para barras com 25 a 120mm de diâmetro, 4 a 12m de comprimento, e empeno máximo de até 5mm/m na entrada, capazes de reduzir o empeno da barra para 2mm/m ou inferior, compostas de: canal de alimentação de barras; Unidade de pré rotação de barras; canal de entrada intermediário de barras; máquina desempenadeira; canal de saída intermeriário de barras; Rolo puxador de barras; canal de descarga de barras; plano inclinado para acomodação das barras; sistema hidráulico; e sistema de lubrificação.
8462.29.00	339	Máquinas laminadoras verticais para fabricação de barris interno de aço inox para máquinas de lavar, tempo de ciclo 25 segundos, dotadas de: fuso de acionamento da máquina-ferramenta com um motor de até 5kW; unidade serrilhada e unidade de laminação de nervuras, realizada pelo par de fusos de esfera; sistema de elevação; conjuntos de rolamento de nervuras; conjunto de rolo recartilhado e cilindro de placa retentora.

8462.42.00	014	Máquinas para puncionar chapas metálicas de comando numérico computadorizado (CNC) com trocador automático de ferramentas tipo torre giratória de 44 ou mais estações, com 2 ou mais auto indexações das ferramentas e estrutura tipo ponte, acionamento por servo motor, capacidade de puncionamento de 20t ou mais, com cabeçote de corte a laser de fibra com potência de 3.000W para processamento de chapas de até 6mm de espessura, com acessórios essenciais para seu funcionamento, com ou sem sistema de automação para carga e descarga de chapas.
8463.30.00	201	Combinações de máquinas para laminação e trefilação multipasse a frio, para a produção de arame liso e nervurado, de 7 passes de deformação (1º por fieira rotativa e os demais por cassetes ou microcassetes), diâmetro do fio de entrada compreendido entre 5,5 a 6,3mm, preparada para sistema de leitura instantâneo de massa do arame com finalidade de eliminar a geração de sucata, com, velocidade máx. de entre 18 e 20m/s, compostas de: desbobinador (pay off) duplo; decapador mecânico com sistema de limpeza mecânica do fio; máquina para laminação e trefiação multipasse de 7 blocos de deformação, sendo o primeiro equipado com fieira rotativa e com sistema de acumulação de fio e os demais blocos para cassetes ou microcassetes, com sistema de lubrificação automática, com controle continuo de velocidade de cada bloco por sensores de movimento e braços de detecção de forma a manter a sincronização de todos os blocos, com ou sem: os cassetes ou microcassetes e o dispositivo de medição de massa; bobinador horizontal para bobina compacta de até 3t; unidade hidráulica; com painel de comando e controle com sistema de plataforma digital de gerenciamento de eficiência global da combinação de máquinas, gerando indicadores de performance, produtividade, indicando tempos de parada, etc, com geração de relatórios.
8463.30.00	202	Máquinas para laminação multipasse a frio, para a produção de arame liso e nervurado, dotadas de: 3 ou 4 monoblocos, diâmetro de entrada entre 5,5 a 10mm, com caixas de fieiras e cassetes com rolos de laminação, contendo dispositivo de alívio de tensões para melhora da ductilidade e qualidade do arame, dispositivo de leitura instantâneo de massa do arame com finalidade de eliminar a geração de sucata, bobinador vertical ou horizontal para bobina compacta de até 3t, velocidade máx. de 16m/s.
8464.20.90	072	Combinações de máquinas para tratamento da superfície de chapas de rochas ornamentais, compostas de: robô carregador e descarregador automático de entrada lateral, para chapas, com sistema de ventosas operando por sucção com bombas à vácuo, dotado de mesa giratória à pente com rolos transportadores motorizados e capacidade de 1.200kg; com proteções fotoelétricas de segurança; 2 plataformas motorizadas rotativas com capacidade de 68ton. para carros porta-chapas; até 8 mesas transportadoras de rolos motorizados para a conexão entre as unidades do circuito com 2 dispositivos de rolos retráteis para transportadores de rolos motorizados; máquina para o polimento de chapas com até 2.200mm de largura composta de 21 mandris distribuídos em 3 vigas móveis porta mandris com 7 mandris por viga, com movimento síncrono e independente, para o processamento simultâneo de chapas de larguras diferentes, com 4 pontos de apoio para o deslizamento transversal com uma velocidade de 0 a 60m/min, 2 cabeças pré-alisadoras equipadas com 5 satélites diamantados por cabeça, com 2 motores de 9kW por mandril, 19 cabeças com sistema anti-choque com 7 abrasivos oscilantes por cabeça com 2 motores de 7,5kW por mandril, sistema de leitura do perfil da chapa e dispositivo de medição da espessura da chapa na entrada da politriz; predisposição para sistema de automação com tecnologia de interconexão e integração com sistema da "Indústria 4.0", controlado por PLC; 21 reguladores eletrônicos de pressão das cabeças de polimento com sistema "smart touch"; unidade com sistema de lubrificação centralizada automática ; 21 sistemas "Soft Start" para evitar choques no acionamento dos mandris; mandril com escova giratória adicional para a lavagem da chapa; grupo com 2 ventiladores de secagem das superfícies superior e inferior da chapa; grupo de quatro ventiladores adicionais com potência superior, para a secagem das chapas na saída da máquina de polimento, completo com cabine anti-ruído; enceratriz para distribuição e aplicação de produto hidrorepelente com 4 mandris com escovas giratórias; unidade para a aplicação automática de filme protetor de polietileno não adesivo com sistema de leitura fotocelular de precisão e distribuição controlada por PLC; robô carregador e descarregador automático de saída, para chapas, com sistema de ventosas operando por sucção com bomba à vácuo; dotado de mesa giratória à pente com rolos transportadores motorizados e capacidade de 1.200kg; com proteções fotoelétricas de segurança; painel elétrico principal e painéis secundários de controle.
8465.10.00	962	Máquinas-ferramentas coladeiras de bordas, automáticas, sem troca de ferramentas, com funções cumulativas de formatar e dar acabamento em painéis de madeira, MDF e aglomerados deixando os mesmos com formato de perfil "J" e/ou perfil inclinado de 45 Graus, podendo ou não variar até 35 Graus, podendo ou não acumular a função de colagem de perfil reto, com espessuras de peças igual ou superior a 15mm e igual ou inferior a 60mm, aplicar bordas com espessura igual ou superior a 0,5mm ou menor a 1,2mm , configuradas com "software" de diagnóstico gráfico do estado da máquina.
8465.10.00	963	Máquinas-ferramentas perfiladeiras duplas automáticas para trabalhos longitudinais em painéis de madeira e MDF, com alimentação por mesa de rolos com velocidade ajustável por inverter, controlado pelo quadro elétrico com Comando Numérico com tela touchscreen, com sistema de posicionamento transversal eletrônico comandado pelo Controle Numérico, com grupo de avanço com motor-redutor com comando do inverter da regulagem continua da velocidade de trabalho através do Controle Numérico, com eixo de transmissão das esteiras inferiores, com velocidade de trabalho até 40m/min, com esteiras inferiores de avanço, com sistema de limpeza por meio de sopradores de ar comprimido, com correias superiores de pressão tracionados, equipado com os grupos: riscador inferior, triturador, de tupia automática anti-lascas, de tupia, com lixador com cinta para bordas retas, grupo fresador com 7.500rpm, eixo com comprimento de 220mm e diâmetro de 50mm, com movimentação eletrônica horizontal e vertical, equipado com cabines afônicas e com "transfer" de 90 graus.
8465.93.10	025	Unidades funcionais contínuas para lixar chapas de fibras ou partículas de madeira, apresentadas em linha de lixamento contendo 2 ou mais unidades, com velocidade máxima de lixamento igual ou menor a 67m/min, largura útil de trabalho compreendido entre 2.440 e 2.850mm, precisão final na espessura da chapa igual ou inferior a 0,075mm, para chapas de espessura máxima de 2,5 a 40 mm, compostas de: 2 ou mais cabeçotes de lixamento; mesa de elevação; medidor de espessura; alinhador de chapas; estação de inspeção por espelhos; cortador de bordas através de serras; sistemas de empilhamento; cortador transversal através de serras; trilhos e carros de transferência; cintadeira semi-automática ; sistema pneumático de extração de pó; ciclo-filtro; mesas e esteiras de transporte de painéis; válvulas rotativas; filtros; motores; painéis elétricos; interface IHM (interface homem máquina) com controlador lógico programável.
8465.94.00	069	Máquinas hidráulicas para a prensagem e curvatura de lâminas de madeira e outros derivados de madeira com pressão vertical total de 100t, e pressão lateral de 80t, dotadas de: cilindros hidráulicos na vertical e horizontal, com mesa superior móvel com campo de trabalho útil de 2.000 x 1.000mm, mesa inferior com campo de trabalho útil de 2.000 x 1.000mm, com comando e gerador de alta frequência central com saída de 30kW para secagem da cola de cura em 2 a 3min.
8466.94.10	021	Eixos excêntricos para prensa de forjaria com capacidade de até 6.500t, com comprimento igual ou superior a de 4.960mm e diâmetro de excêntrico de 1.205mm com excentricidade de 230mm, fabricados em aço SAE 4340.
8474.10.00	154	Separadores ópticos para retirar contaminantes ou retirar contaminantes e classificar cacos de vidro de acordo com a cor, de 2 ou 3 vias, com capacidade de entre 6.000 e 13.000t/h (entrada de vidro quebrado) para processar cacos de vidro com dimensão entre 8 e 50mm, com largura de separação de 1.500mm, com alimentador vibratório, gabinete de remoção de contaminações (cerâmicas, pedras, porcelanas e outros) ou para remoção de contaminações e separação do caco de vidro por cor, com base na cor, forma e transparência do material recebido e gabinete de controle do separador, inclusive para a calibração óptica, avaliações estatísticas e análise de materiais de entrada e saída.
8474.20.90	214	Combinações de máquinas para reciclagem de cabos elétricos e telefônicos e outros fios que não são adequados a máquinas de decapagem de cobre, com capacidade de produção de 1 até 2t/h para cabos, compostas de: 1 pré-triturador com câmara de trituração, com motor de 110kW, rotação do rotor com 140 a 180rpm, lâmina (facas) com dimensões de: 28 x 56 x 195mm, 2 granuladores, triturador com motor de 75kW, rotação do rotor com 300 a 400rpm, lâminas (facas) com dimensões de: 28 x 56 x 195mm, 2 mesas de densidade de ar 1 T600 x 1.200 , 2 mesas de peneiramento Unidade de filtração de ar com capacidade para 25.000m3/h, 1 Sistema de capitação de pó "Airbox" para aspiração, Sistema de caixas de cabos contendo 2 containers de 40 pés, um de 20 Pés e um de 10 pés, 1 sistema elétrico controlado por PLC.
8474.80.10	065	Máquinas automáticas para fabricação de caixa moldada ou moldes em areia verde para fundição com linha de divisão horizontal, aplicados na fundição de peças sem uso de caixas de fundição, com dimensões do molde de 1.140mm de largura, 1.240mm de comprimento e altura ajustável de 150 até 250mm por linha de divisão ou seja superfície de separação de 1.000mm de largura e 1.100mm de comprimento, com velocidade de modelagem de 40s/molde, podendo chegar 60 a 90moldes/h sem colocação de macho, sistema de sopro "up and down sand shooting and squeeze", onde a areia é soprada no molde na parte inferior e superior, com 2 tanques de aeração dotadas de modo de operação pneumática e hidráulica, obtendo assim a dureza entre 70 e 95 controlado pela IHM e CLP, com operação horizontal e precisão de 0,05 a 0.15mm no fechamento , sistema de segurança protegido por barreira de luz e sensores nas portas, sistema de lubrificação automática das guias cilíndricas , unidade hidráulica com pressão ajustável até 25Mpa.
8474.80.90	240	Unidades funcionais representadas por combinação de máquinas utilizadas para produção automatizada de painéis de concreto leve à base de Poliestireno Expandido (EPS), com encaixes macho-fêmea, e tamanhos de até 3 metros de altura, 61cm de largura e 12cm de espessura; com capacidade de produção de 26 a 46 painéis (a depender do tamanho) a cada 22 minutos, capacidade de alimentação de 5m³; compostas de: transportador helicoidal com motor de condução de 11kW; pré-expansor de EPS; sistema misturador com medidor de pó; sistema de injeção automática de argamassa; cabine de controle com sistema computadorizado; máquina de moldagem; desmoldagem e empilhamento; carrinho de tombamento tipo vertical para até 16Mpa de pressão máxima; caldeira com capacidade de 1 tonelada; e carrinhos para transporte da matéria-prima durante as variadas fases do processo de produção de forma automatizada, integrados e conectados em uma única linha de produção de ponta a ponta, controlada por controlador lógico programável (PLC) e sistema de gestão.
8474.80.90	241	Prensas hidráulicas verticais para puncionamento de pérolas de diamante sintético e pó metálico, com capacidade de produção de até 900pç/h, com força de compressão de 400 a 2.500N e com Controlador Lógico Programável.
8474.80.90	242	Combinações de máquinas automatizadas para empilhamento, carregamento e descarregamento dos planos móveis das estantes sobre vagonetas, carregamento e descarregamento dos carros do forno de secagem tipo túnel industrial, com capacidade máxima de 50.000kg/h, velocidade de manipulação de até 362 peças/min, ajuste de espaço entre todos os tijolos de cerâmica, preparação para agrupamento e desagrupamento automático, tanto na largura como no comprimento, compostas de: transportadores automáticos, transportadores de bandejas, esteira de correntes, desviador, compactadores laterais, empurrador, transportadores de pulmão, transportadores de programação e de rolos, grupo pinças para pega do material e painéis de controle elétrico com PLC.
8474.90.00	104	Barras de impacto proprietárias, com insertos de metal duro (carbeto metálico cerâmico), dimensões de 335 x 500 x 80mm a 580 x 3.000 x 180mm, pesando entre 95 e 1.600kg, tolerâncias conforme norma EM ISO 8062-3, dureza mínima de 57HRC, a serem travadas em posição por meio de cunhas para facilitar sua remoção, com ou sem as cunhas, partes próprias para rotores de britador de impacto para rochas.
8475.29.10	070	Máquinas para moldagem à quente, para produção de garrafas de vidro, com 8 ou mais seções, com ou sem base, seções modulares com mecanismos, capacitadas para operar em gotas duplas ou triplas, com sistema de alimentação e distribuição de gota de vidro, transportador com empurrador eletrônico, motores elétricos para acionamento de componentes periféricos, dispositivos intercambiáveis, painéis secundários de interface com o operador, sistema de transferência de garrafas para o forno de recozimento composto de dispositivo de transferência, com ou sem transportador transversal e com ou sem dispositivo enfornador.
8477.10.29	013	Máquinas automáticas para moldagem de materiais ETPU por injeção, horizontais, com capacidade para produção de no máximo ou menor que 8 moldes, controladas por CLP, IHM "touchscreen", com dimensões de platô de 1.680 x 1.045mm, com força de fechamento de 53t.
8477.20.10	400	Combinações de máquinas para produção de mangueiras de irrigação por gotejamento do tipo cilíndrico em polietileno (PE); com velocidade de produção de até 80m/min, compostas de: Extrusora com capacidade de 230kg/h com rosca de 70mm; Extrusora com capacidade de 25kg/h com rosca de 40mm; Co-Extrusora com capacidade de 4kg/h com rosca de 30mm para inserir 2 faixas coloridas de 1mm de largura; Filtro Troca-telas de acionamento hidráulico; cabeçote de extrusão acoplada nas extrusoras; Unidade de inserção de gotejadores com capacidade de 600gotejadores/min com funil reservatório; tanque de vácuo com 6,16m de comprimento em aço; tanque de resfriamento com 5,36m em aço inox com secador integrado; Banheira de resfriamento com 5,36m em aço inox; unidade de perfuração de tubos gotejadores com diâmetro de 16 e 20mm, com capacidade de furar 600gotejadores/min; puxador tipo lagarta com área de contato de 1m para mangueira extrusada com velocidade de 20 a 125m/min; bobinador automático, com 2 estações de trabalho para enrolar tubos gotejadores em formato de bobinas; gabinete elétrico composto por painel de controle geral e sincronismo; cabos elétricos múltiplos para conexão e Câmera para controle da qualidade dos furos com duplo lado e Software Indústria 4.0 com PC para controle de qualidade.
8477.20.10	401	Combinações de máquinas para extrusão de laminado PBL (Plastic Barrier Laminate), com até 7 camadas para produção de bisnagas plásticas, compostas de: 6 extrusoras, sistema de "feed-block" e matriz plana com largura menor ou igual a 800mm, infinitamente ajustável de 0,3 até 1mm, controle de temperatura por zonas, calandra de 3 rolos com diâmetros de 250, 350 e 350mm, largura de face menor ou igual a 700mm e sistema de controle de abertura e controle de pressão automáticos hidráulicos e integrados à operação e reproduzível, com aparelho de medição contínua e armazenável para controle de produção, sistema de acumulador, sistema de resfriamento, sistema de corte de aparas laterais, sistema integrado computadorizado de controle de todos os passos da produção e variação de velocidades automáticos e sistema de rebobinamento do filme integrado.
8477.20.10	402	Extrusoras de dupla rosca corrotante para reciclagem de aparas de filmes plásticos monocamada, laminados, multicamadas de alta barreira com Nylon e Evoh em sua composição, impressos ou lisos, filme Stretch, filme Shrink e filmes Cross-linked que passaram por processo de irradiação, sem pré-tratamento das aparas, para produção de polímeros termoplásticos reciclados em grânulos/pellets padronizados, homogêneos, sem odor e sem degradação através de processamento de baixo cisalhamento em dupla rosca corrotante, com qualidade e pureza próximos à resina virgem (up-cycling), com ou sem adição de aditivos, fibras ou cargas minerais, destinados a reinserção na produção de filmes plásticos flexíveis, como filme stretch, filme shrink, filmes coextrusados 3 a 9 camadas com utilização do grânulo/pellet reciclado na camada central, com capacidade de produção de até 600kg/h com uma variação de +/-5%, a depender das aparas de alimentação; dotadas de: sistema de carregamento e dosagem de aparas com alimentação forçada para a câmara de extrusão principal através de rosca, para aproveitamento de 100% das aparas de alimentação; extrusora com dupla rosca paralela, corrotante, penetrante e autolimpante, com 85mm de diâmetro e relação L/D 52 cada; sistema completo de desgaseificação com 2 chaminés de desgaseificação a vácuo e 1 decantador intermediário a vácuo, de alta eficiência para evitar a desumidificação no processo de aparas higroscópicas; sistema de filtragem contínua de placa dupla; bomba de engrenagem volumétrica; dutos de adaptação; sistema de corte de anel à base de água; refrigerador de grânulos/pellets; silos de armazenamento e balança para pesagem dos grânulos/pellets para armazenamento em big-bags; seção de energia e controle; sistema de refrigeração tipo água-ar para armário de energia.
8477.20.10	403	Combinações de máquinas para fabricação de telhas plásticas no modelo onduladas ou planas, em PP (Polipropileno), com largura máxima de 1.100mm, espessura entre 0,8 e 2mm para ondulada e 1 a 2mm para plana, capacidade de produção de 150 a 200kg/h (variável em função da espessura) velocidade de saída de 2 a 3m/min, compostas de: sistema de alimentação com capacidade para 100 litros e misturador horizontal para 300kg; extrusora monorrosca com diâmetro de 100mm, velocidade de 20 a 70rpm, L/D 33:1, com 5 controladores de temperatura; calandra com 2 cilindros de 300mm de diâmetro e 1.650mm de largura; unidade formadora de ondulação com 2 jogos de 2 rolos e 2 controladores de temperatura; unidade de extração com 4 rolos e controle pneumático; conjunto enrolador com diâmetro máximo de 600mm e largura máxima de 1.100mm; unidade de corte transversal para largura máxima de 1.100mm; mesa receptora com 8 rolos de 75mm de diâmetro com largura de 1.300mm e comprimento de 3.000mm; e painel de comando com controlador lógico programável (PLC).
8477.20.10	404	Combinações de máquinas para reaproveitamento de borras de borracha, através de processo de extrusão, compostas de: esteira automática, para transporte da borra de borracha, facas de corte, unidade hidráulica, extrusora mono rosca de 150mm de diâmetro, comprimento 14L/D, rosca especial para borracha, matriz com furos de 2,4mm, dispositivo de cortes ajustável, resfriamento da câmara de corte por ar, dosador volumétrico, ventoinha de transporte, silo de armazenamento, peneira vibratória, painel elétrico de controle de potência, com controlador lógico programável (CLP) e tela de operação "touch screen".
8477.20.10	405	Extrusoras de dupla-rosca corrotante para produção de compostos de PVC flexível, com capacidade de produção máxima compreendida entre 5 e 30kg/h, com motor elétrico de 7,5kW de potência, velocidade máxima de rosca de 600rpm, razão L/D nominal de 32:1, sistema hidráulico de troca de tela no cabeçote limitador mecânico de torque, roscas com diâmetro nominal de 25mm,unidade de alimentação volumétrica dupla rosca, sistema de exaustão de gases a vácuo, 1 painel elétrico de controle e potência com controlador lógico programável CLP e tela de operação "touchscreen".
8477.20.90	158	Combinações de máquinas para produção de chapas e bobinas, compostas de: extrusora dupla rosca co-rotante com L/D 48 e capacidade produtiva de até 800kg/h; alimentação automática composta de 6 dosadores gravimétricos controlados por célula de carga e interligados via CLP, com painel digital para operação, sendo os dosadores com capacidade de dosagem para diferentes tipos de matérias primas, abrangendo fibras naturais, cargas minerais, material reciclado (aparas) e polímeros diversos, de diferentes densidades em percentuais variáveis de 5 a 40%; silos sobre os dosadores com capacidade de 100 a 700kg, com acionamento por válvula borboleta com abertura e fechamento automático; extrusora com rosca principal composta de elementos de rosca montado sobre eixo ranhurado e com alimentador lateral (side feeder) de dupla rosca para as cargas naturais.

8477.20.90	159	Máquinas co-extrusoras automáticas para produção de perfis de pneus de caminhões e ônibus com diferentes compostos de borracha no mesmo perfil, para a produção de perfis com dimensões máximas iguais a 500 x 30mm, com extrusora superior com diâmetro de rosca igual a 120mm, extrusora intermediária com diâmetro de rosca igual a 200mm e extrusora inferior com diâmetro de rosca igual a 200mm, cabeçote de co-extrusão, sistema de lubrificação das extrusoras, dispositivo hidráulico para troca/manuseio dos conjuntos porta-ferramenta e matriz, um conjunto de ferramental de extrusão, unidade hidráulica, sistema de controle e gerenciamento automatizado com controlador lógico programável (CLP), quadro elétrico e painel de interface IHM (Interface Homem Máquina) "touch-screen".
8477.20.90	160	Máquinas recuperadoras para reciclagem e granulação de Plásticos (POLIETILENOS DO TIPO LDPE, LLDPE, HDPE) com resfriamento por meio de ar, composta de 1 extrusora monorosca de 120mm, com controle de temperatura de 3 zonas, capacidade de reciclar até 120kgh, unidade de corte rotativa, tanque coletor de grão de polietileno com resfriamento, painel de controle.
8477.40.90	071	Unidades funcionais para termoformar recipientes plásticos a partir de chapas de politereftalato de etileno (PET), poliestireno (PS), ácido polilático (PLA), virgem ou reciclado, com altura máxima de 150mm (positiva/negativa), capacidade máxima operacional de 75ciclos/min, compostas de: Desbobinador para chapas com largura máxima de 1.060mm, espessura máxima da chapa compreendida entre 0,1 e 2mm (incluindo seus limites), diâmetro máximo das bobinas igual a 1.300mm; Estação de conformação e corte com força de fechamento de 90.000daN e área de conformação nominal de 970 x 670mm; Estação de empilhamento de recipientes já termoformados, formando pilhas com altura máxima de 500mm; Dispositivo de lubrificação automática; com ou sem estação de puncionamento.
8477.40.90	072	Combinações de Máquinas para fabricação de copos térmicos em EPS de capacidade entre 50 e 500ml, compostas de: máquina automática de termoformar poliestireno expandido (EPS), recebedor automático de material pré-expandido, moldagem a vapor, posição máxima por molde até 10 cavidades, produtos com diâmetro entre 65 e 150mm, altura do produto entre 44 e 220mm, espera para moldes, compostos de isolamento térmico revestida em níquel, sistema de enchimento de pressão para grânulos de EPS, gabinete de controle PLC com painel frontal digital para termoformar, transportar, alinhar, testar estanquidade dos copos e empilhar em pilhas com quantidade pré-definido pelo usuário, capacidade de produção entre 2.500 e 5.000copos/h, consumo de vapor entre 150 e 200kg/h, pressão de 8bar, sistema de resfriamento a água.
8477.59.11	054	Prensas vulcanizadoras hidráulicas para cura de pneus verdes com diâmetros de talão compreendidos entre 16 e 24,5 polegadas, com 2 cavidades independentes para alojamento dos moldes, força de fechamento máxima de cada cavidade igual a 4.400kN, carcaça externa (container) com diâmetro externo máximo de aproximadamente 65 polegadas, sistemas de pressurização interna, dispositivos de carregamento dos pneus verdes e descarregamento dos pneus curados, com ou sem transportadores de rolos para descarga dos pneus curados, com ou sem 1 molde de vulcanização por cavidade, unidade hidráulica, gabinete de controle elétrico e pneumático, gerenciamento automatizado por controlador lógico programável (CLP) e/ou computador industrial, com painel de interface homem-máquina (IHM).
8477.59.90	188	Máquinas granuladoras por sistema de imersão em água refrigerada, capacidade de produção entre 10 a 30kg/h de "pellets" de compostos plásticos, unidade de peletização submersa composta por motor elétrico de 3KW, suporte com 2 ou 3 facas, abraçadeira de fechamento rápido tipo C com parafuso de aperto, trilho com guias de aço cilíndrico para deslizamento, câmara de corte com placa matriz de 4 furos de 3,2mm aquecida por resistência elétrica de 3Kw,sistema de circulação de água composto por motobomba elétrica de 1,5KW, trocador de calor, tanque de água em aço inoxidável, resistência elétrica de 5kw, unidade de secagem composta por centrífuga de secagem acionada motor elétrico de 2,2KW, exaustor de ar com motor elétrico de 0,37KW com ou sem painel elétrico de controle e potência com controlador lógico programável CLP e tela de operação sensível ao toque "touch screen".
8477.59.90	189	Corrugadores para produção de tubos de pe/pp corrugados, com capacidade para produzir tubos com diâmetro interno mínimo de 32mm e diâmetro externo máximo de 280mm, com velocidade de produção máxima de 24m/min, dotados de cabeçote de extrusão, elementos de preaquecimento, unidade de alimentação e adaptador para extrusora; conjunto de matrizes de extrusão e conjunto de 36 ou 48 pares de moldes de alumínio com canais internos de refrigeração, fixação dos blocos por porta blocos com engate rápido, mangueiras de refrigeração e vácuo fixas no porta bloco, sistema de movimentação dos blocos com dois servos motores, sistema de refrigeração por água e painel de controle integrado com tela sensível ao toque e controlador lógico programável (CLP).
8477.59.90	190	Corrugadores modulares básicos de 48 pares de blocos e com módulos para ampliação para 66 ou 84 pares de blocos para produção de tubos corrugados de 20mm (diâmetro interno) até 90mm (diâmetro externo) com velocidade máxima de produção de 30m/min, com sistema de refrigeração a água em circuito fechado troca de calor entre blocos e superfícies laterais, base e topo, sistema de lubrificação automática com monitoramento individual dos pontos de lubrificação; pistão pneumático para recuo do corrugador em caso de falta de energia; painel de operação sensível ao toque de 15 polegadas, com todos os parâmetros do processo, incluindo integração com a extrusora; registro de todos os parâmetros de operação, motorização dos blocos por 2 servos motores com sincronismo automático dos servos motores; ajuste preciso de altura e lateral do corrugador e sistema de manutenção remota.
8477.80.90	841	Máquinas automáticas para corte e dobra de lacres de tampas de polipropileno, dotadas de uma entrada de tampas para o corte e a dobra dos lacres e por um inspetor ótico de visão para o controle de qualidade das tampas com diâmetro de 18 a 63mm e altura de 10 a 25mm.
8477.80.90	842	Equipamentos para controle de espessuras em linhas de extrusão e coextrusão de filme balão, dotados de: anel de ar capaz de controlar o fluxo de ar da parte inferior; e sensor capacitivo de 0,1 micrômetros (6-500 micrômetros) com calibração automática pelo módulo de controle gravimétrico, fundamentados no princípio de dosagem por "perda de peso".
8477.80.90	843	Unidades funcionais para processamento, ativação, funcionalização e modificação de superfícies de materiais, compostas de: gerador de plasma acoplado indutivamente, fonte de energia de 300W, bobinas de cobre revestidas de prata e resfriadas por circulação de água, câmara de quartzo tubular, mesa plana de quartzo com capacidade para amostras de até 70 cm de comprimento, sistema de controle de gás com três controladores de fluxo dedicados, sistema ótico de diagnóstico, linha de ventilação com válvula elétrica, válvula de segurança de alívio de pressão, sistema de controle lógico programável (CLP), computador com "software" pré-instalado; sistema de vácuo com bomba de palhetas rotativas de 2 estágios (24m³/h).
8477.80.90	844	Combinações de máquinas para produção de bolsas tipo "pouch", soldadas nos 3 lados, ou tipo "stand-up pouch", com capacidade de produção de 240bolsas/min em 1 pista ou 480bolsas/min em 2 pistas do tipo "stand-up" com fundo insertado, com ou sem zíper e 960bolsas/min com 4 pistas do tipo "pouch" com 3 soldas laterais sem zíper, com bolsas do tipo "stand-up pouch" com largura min de 60mm e máxima de 250mm, altura mínima de 120mm e máxima de 290mm (em 2 pistas), ou mínimo de 240mm e máximo de 540mm (1 uma pista), bolsas do tipo "pouch" sem fole inferior com largura mínima de 60mm e máxima de 300mm e altura mínima de 200mm e máxima de 600mm, utilizando filmes plásticos laminados, compostas de: balancim pneumático para bobinas de fundo insertado com largura máxima de 300mm, e diâmetro máximo de 600mm, 1 unidade desbobinadora com capacidade de diâmetro de 800mm, dispositivo de corte inferior e superior, dispositivo com 2 unidades de perfuração do fundo de reforço e 2 desbobinadores laterais com balancim pneumático, unidade de tração, 2 desbobinadores com guia de inserção do zíper, unidade de solda e refrigeração do zíper, 3 unidades de controle de tensão, unidade de solda e refrigeração longitudinal com uma ou duas pistas, dispositivo transversal com 7 unidades de solda e 3 unidades de refrigeração, 2 dispositivos de perfuração, unidade de corte, unidade de corte por guilhotina, painel de controle com tela digital, computador industrial e estrutura metálica de tracionamento de embalagem.
8477.80.90	845	Combinações de máquinas para moagem a úmido e lavagem de resíduos pós-consumo (garrafas PET), através de trituração com uso de água e superlavagem a quente, para produção de "flakes" de politereftalato de etileno (PET) de alta qualidade, atendendo as especificações dos equipamentos de descontaminação química, capacidade de produção compreendida de 5.000 a 5.500kg/h, operando em ciclo contínuo e em uma única etapa (moagem e lavagem) possibilitando a remoção em grandes quantidades de impurezas, compostas de: Correia transportadora metálica inclinada de alimentação; Abridor de fardos de 8 eixos com acionamento hidráulico; Correia transportadora com extrator magnético; Mesa aerodinâmica para separação de materiais por densidade; Correia transportadora e doseadora de inclinação dupla; Trommel a seco (peneira rotativa) para eliminação de rótulos a contaminações; Sistema de pré lavagem a quente de garrafas contendo bombas, centrifugas e separadores; Sistema de moagem úmido de garrafas para geração dos "flakes", contendo moinhos, centrifugas e ventiladores; Sistema de filtragem de água contendo decantador, classificador de areia e microfiltro rotante; Equipamento de separação aerodinâmica das poliolefinas (rótulos) dos "flakes"; Sistema de superlavagem a quente e pré secagem dos "flakes", contendo reatores de lavagem a quente com trocador de calor e bombas especiais para químicos e materiais sólidos, centrifugas, peneira vibratória, tanque de reciclagem de água, unidade de dosagem química e ventilador centrífugo; Sistema de separação por flotação dos "flakes" das poliolefinas (rótulos) e tampas, contendo centrifugas, peneira vibratória, tanque de flotação e separador aerodinâmico dos rótulos das tampas; Sistema de enxague a quente dos "flakes", contendo centrifugas, peneiras vibratórias e tanque de reciclagem de água; Sistemas de secagem mecânica e térmica dos "flakes", contendo centrifugas, ventilador e aspirador; Sistema de remoagem a seco dos "flakes", contendo peneira vibratória, rosca transportadora e moinho; Sistema de separação aerodinâmica dos "flakes" das poliolefinas (rótulos), contendo válvulas, separador, aspirador, peneira vibratória, compressor e dispositivos para embalagem dos materiais.
8477.80.90	846	Máquinas de extrusão e calandragem para produção automática e contínua de mantas de borracha, por meio do processamento de compostos de borracha, dotados de: estrutura base, projetada de modo a permitir a movimentação do sistema de extrusão para facilitar a limpeza e manutenção; sistema de extrusão composto de funil de alimentação com detectores de níveis, barril de extrusão, matriz de rolos e parafusos duplos de extrusão com roscas cônicas e circuitos internos para o controle de temperatura; sistema de calandragem composto por 2 rolos com largura nominal de 1.070mm, diâmetro nominal de 508mm, dureza superficial de 540HV e com circuitos internos para o controle de temperatura, sistema para ajuste de folgas e posicionamento dos rolos com precisão nominal de +-0,2mm e sistema de controle de carga; sistema de lubrificação; sistema de transmissão e motores elétricos para os acionamentos e painéis de controle.
8477.80.90	847	Máquinas para o resfriamento e paletização de mantas de borracha, usadas na fabricação de pneus e produtos técnicos de borracha, para mantas de largura igual ou inferior a 800mm e espessura entre 6 e 12mm, dotadas de: transportador de entrada com largura nominal de 900mm; sistema de ajuste de velocidade automático; sistema de corte longitudinal, com facas acionadas pneumaticamente; sistema de aplicação e recirculação de antiaderente, com tanque de imersão de aproximadamente 200l e reservatório de aproximadamente 500l; túnel de resfriamento, com 100 ou mais barras de transporte e 26 ventiladores; sistema de lubrificação automático; sistema de limpeza das barras de transporte com escovas motorizadas; sistema de coleta e transporte pós resfriamento, com pinça automática e esteira transportadora; sistema de coleta de amostras; armazém para paletes; sistema de transporte e alimentação dos paletes automático, com esteiras e elevador; sistema para o empilhamento da manta de borracha sobre o palete, com células de carga e dispositivo de corte transversal e painel elétrico de controle com CLP.
8477.80.90	848	Combinações de máquinas automáticas para pré-expansão para fabricação de produtos em EPS, compostas de: unidade pré-expansora, com tambor e agitador em aço inoxidável, rosca de alimentação com velocidade variável, dispositivo de aquecimento da mistura por vapor/ar, medidor de vazão linear, 2 bombas de vácuo para transporte do material, 4 silos, sistema de peneira, capacidade de produção de até 250kg/h, consumo de vapor de 40kg/h, para produção de microesferas de EPS pré-expandidas, secas, sem grumos e flocos, para aplicação em máquinas termoformadoras.
8477.80.90	849	Combinações de máquinas automáticas para fabricação de tampas em EPS, compostas de: 2 máquinas termoformadoras com 10 cavidades cada, esteira de conversão dupla, sistema automatizado para contagem, empilhamento e sistema basculante de empilhamento, sistema de movimento da placa em Horizontal, altura do produto entre 05 a 50mm, diâmetro do produto entre 65 a 150mm, produtividade entre 2.500 a 5.000tampas/h, por máquina.
8477.80.90	850	Máquinas de paletização automáticas para processamento de tubos de PVC orientado (PVC-O) de diâmetro superior ou igual a 100mm e inferior ou igual a 500mm e tubos de comprimento igual ou superior a 2.000mm e igual ou inferior a 6.000mm, dotadas de braços com capacidade máxima de 650kg e um conjunto de esteiras para transporte dos tubos.
8477.80.90	851	Máquinas automáticas destinadas ao processamento de lâminas de borracha reforçadas com fios de aço, para produção de lonas contínuas utilizadas na fabricação de pneus, aptas ao processamento de lâminas com espessura compreendida entre 1,0 e 2,5mm, diâmetro dos fios de aço compreendido entre 0,75 e 2,0mm, com controlador lógico programável (CLP), compostas de: uma estação dupla de desbobinamento de lâminas de borracha com largura máxima igual a 800mm, com sistema de separação e rebobinamento de tecido de serviço isolante; estação de corte transversal das lâminas para formação de tiras de lona com largura compreendida entre 350 e 1.000mm; estação de emenda das tiras de lona por sobreposição e compressão, capacidade máxima de junção de 17,5tiras/min (variável em função do comprimento da emenda), com dispositivo de compensação de movimento intermitente (pulmão); estação de aplicação de tiras de reforço de borracha longitudinais, com dois desbobinadores de tiras; estação dupla de bobinamento de lonas reforçadas, com aplicação de tecido de serviço isolante.
8477.80.90	852	Máquinas automáticas destinadas ao processamento de lâminas internas de borracha "Inner Liner" utilizadas na construção da parte interna de pneus, operando através do desbobinamento, centralização, sobreposição, corte e rebobinamento de lâminas contínuas de borracha, aptas ao processamento de lâminas com largura máxima de 1.000mm, velocidade de processamento variável entre 3 e 30m/min, com 2 desbobinadores, transportadores/centralizadores (superior e inferior), estação de sobreposição, estação de corte transversal, bobinador, sistema de acionamentos pneumáticos, aptas a utilização de forro de serviço, com controlador lógico programável (CLP) e painel de interface homem-máquina (IHM).
8477.80.90	853	Máquinas rebobinadeiras para produção de filmes plásticos pré-estirado, pré-estirado com faixa de reforço, macroperfurado pré-estirado, macroperfurado com faixa de reforço pré-estirado, em bobinas com e sem tubete (coreless), velocidade máxima de produção de até 900m/min, a depender do tipo de filme, largura máxima da bobina acabada de até 500mm, diâmetro máximo da bobina acabada de 280mm, largura da bobina de alimentação do filme base 500mm, largura do filme de alimentação para a produção de "stretch" com faixas de reforço de 250 a 500mm, espessura do filme da bobina de alimentação variando de 12 à 35 micras, razão máxima de pré-estiro de até 400%, dotadas de: estação com 2 desbobinadores para alimentação da bobina de alimentação e a bobina para produção das faixas de reforço; unidade de corte e calandra para as faixas de reforço; unidade para macroperfuração; unidade de pré-estiramento e rebobinamento com sistema de reforço com dobra lateral do filme, tecnologia para embobinar filme em tubetes com diâmetro de 3 polegadas e sem tubete (coreless), e controle automático de diâmetro da bobina acabada.
8479.20.00	046	Unidades funcionais para extração de óleo de gergelim e outras sementes com capacidade máxima de produção de 600kg/h, compostas de: 1 máquina para prensagem da semente de gergelim, dotada de funil, bandeja e tanque para óleo; 3 tanques de armazenamento com capacidade de 100 litros cada; 2 máquinas para prensagem de gergelim e outras sementes, com diâmetro do parafuso de 120mm, dotadas de funil de alimentação, tanque com filtro e bandeja para óleo; e 1 tanque para refino de óleo com sistema de aquecimento interno por serpentina; com bombas de engrenagem e tubulação.
8479.20.00	047	Unidades funcionais para refino de óleo de gergelim, com capacidade para refinar até 10t/dia, com característica final do óleo: umidade e matéria volátil (%) menor ou igual a 0,05, impurezas insolúveis (%) menor ou igual a 0,05, valor de ácido (calculado por KOH) (mg/g) menor ou igual a 0,20, valor de peróxido (mmo l/kg) menor ou igual a 5,0, compostas de: 2 tanques para refino de óleo com sistema de aquecimento interno por serpentina; tanque para descoloração com sistema de aquecimento interno por serpentina; 2 tanques para saponinas; filtro vibratório de placa vertical; tanque para líquido alcalino; tanque para água quente; separador de óleo; tanque para argila branca; 2 separadores de gás/óleo; tanque para óleo limpo; 2 vasos de pressão para geração de vapor superaquecidos; 2 vasos de pressão para distribuição de vapor de trabalho; 3 filtros de segurança para transferência de óleo; compressor de ar; tanque de óleo residual; tanque para desodorização com sistema de aquecimento e resfriamento interno por serpentina; coletor de ácido graxo; resfriador de óleo com volume de 15m³, temperatura de operação de 250 graus celsius; 2 torres de resfriamento; forno de óleo de condução de calor; tanque de óleo acabado; bombas, válvulas, painel de controle.
8479.30.00	061	Prensas peletizadoras para produção de pellets de madeira de forma vertical, com capacidade de produção aproximada de 1t/h, com matriz de diâmetro interno de 530mm, com dois rolos de compreensão, equipado com imã magnético para controle de entrada de pequenas peças metálicas, com central de lubrificação automática, com motor principal de acionamento de 150 a 160kW.
8479.30.00	062	Prensas peletizadoras verticais de matriz plana com matriz de diâmetro máximo ou menor a 1.500mm, com furos com diâmetro mínimo ou superior a 6 mm para produção de pellets de biomassa, dotadas de cabeçote de prensagem com rolos com diâmetro máximo ou menor a 450mm, com largura máximo ou menor a 240mm, com capacidade de produção máxima ou menor a 10t/h de pellets de madeira, alimentadas por gravidade a partir de rosca misturadora, com potência de motorização máxima ou menor a 630kW, com interface IHM com tela sensível ao toque e controlador lógico programável (CLP).
8479.82.10	351	Misturadores de borracha para processamento de borracha natural, compostos de borracha sintética, cargas e aditivos utilizados na fabricação de pneus e produtos técnicos de borracha, dotados de: estrutura rígida, com canais de refrigeração e serve como guia para o material processado; porta de alimentação, com ângulo de abertura de aproximadamente 45 graus; êmbolo para manutenção e pressionamento do material dentro da câmara de mistura; câmara de mistura, com placas de desgaste internas e com volume de 327dm3; rotores para velocidades de até 60rpm; rolamentos; vedações contra poeira; dispositivo de descarga do material processado; sensores de temperatura; sistema de lubrificação; motores, bombas, cilindros e sistemas hidráulicos e elétricos para os acionamentos.
8479.82.90	287	Equipamentos para peneirar grânulos de processos aquosos, composto por funil de carga, carcaça da tela, rotor e calha de descarga; nível de ruído maior que 80dB(A); com capacidade de operação máxima de 100kg/h e velocidade do rotor de 3 a 3.000rpm; com peças fabricadas em aço Inoxidável (AISI 316L para partes em contato com produto, e AISI 304 para partes externas); com funil de carregamento aberto para carregamento manual do produto; carcaça da tela com rotor e o acionamento da caixa de engrenagens totalmente fechados do inserto da tela, acompanhado de telas de inserção com furos redondos e de fricção; composto de rotores com barras impulsoras em forma redonda e formato quadrado; descarga com acionamento manual via botão.
8479.89.11	209	Máquinas compressoras automáticas mono punção simuladora para fabricação de comprimidos com até 5 camadas, até 3 ingredientes diferentes e proporções variáveis, com diâmetro máximo do comprimido podendo estar entre 25 e 40mm (não-standard) e com altura máxima podendo estar entre 21, 23 e 34mm, com capacidade de máxima igual ou inferior 1.750 comprimidos/h dependendo das camadas, com força máxima de pré-compressão e compressão de igual ou superior a 50kN, controladas por "software" dedicado.
8479.89.12	208	Dosadores gravimétricos para alimentação de mistura de pós e farinhas em extrusora de rosca dupla para extrusão de cereais, capacidade de 300 a 1.000kg, com: estrutura externa em aço pintado e interna de contato com o produto em aço inoxidável AISI 316, controle eletrônico de dosagem, sistema de pesagem, células de carga de alta precisão, controlador de frequência, e painel de controle.

8479.89.99	363	Combinações de máquinas para o tratamento da superfície de chapas de rochas ornamentais, com capacidade de tratamento de 25 ou mais chapas/h, compostas de: 1 plataforma motorizada munido de cavalete para transporte de chapas, com capacidade de carga de até 29.000kg, com dimensões de 3.000 x 2.050mm; 1 robô automático para chapas de alta velocidade para carregamento e descarregamento de chapas, podendo ser configurado para diversas operações, com sensor anti-giramento, dotado de 106 ventosas divididos em dois racks opostos para movimentação simultânea de duas chapas, com capacidade para operar com chapas com medidas mínimas de 1.000 x 1.200mm e medidas máximas de 2.200 x 3.950mm e capacidade de carga de até 1.200kg; 4 mesas transportadoras por correntes motorizadas para transportes das bandejas com sistema de levantamento das bandejas; 1 forno vertical de secagem a vários níveis, com alimentação a gás, para tratamento simultâneo de até 30 chapas, com temperatura máxima interior de 60 graus célsius e capacidade de processamento de chapas com dimensões máximas de 2.200 x 3.600mm e espessura de até 30mm; 1 elevador para inserção e extração das chapas com dimensões máximas 2.200mm x 3.600mm e espessura de até 30mm ao forno, com potência de 22kW; 1 suporte dispensador automático de resina por gravidade; 1 sistema automático estendedor de tela de fibra de vidro empregado no reforço das chapas para bobinas com dimensões de 300 x 2.200mm e capacidade de corte da tela com gramatura de 70g; 3 mesas transportadoras por correntes motorizadas para transportes das bandejas; 1 bomba dosadora de resina epóxida por fluxo de gravidade; 1 câmara de descompressão automático, com sistema vibratório ajustável de acordo com o tipo de resina e rochas objeto do tratamento para impregnação da resina nas chapas com dimensões máximas de 2.200 x 3.600mm e espessura de até 40mm; 1 mesa transportadora por correntes motorizadas para retorno das bandejas porta-chapas com velocidade de movimentação de até 20 m/min; 1 apoio fixo vertical "a pente", com medidas máximas processáveis de 3.600mm de comprimento e 2.200mm de largura e medidas mínimas processáveis de 1.200mm de comprimento e 1.000mm de largura; 1 fornos verticais de secagem e/ou catálise, com alimentação à gás, para tratamento simultâneo de até 40 chapas, com temperatura máxima interior de 50 graus célsius e capacidade de processamento de chapas com dimensões máximas de 2.200 x 3.600mm e espessura de até 30mm; 1 fornos verticais de secagem e/ou catálise, com alimentação à gás, para tratamento simultâneo de até 50 chapas, com temperatura máxima interior de 50 graus célsius e capacidade de processamento de chapas com dimensões máximas de 2.200 x 3.600mm e espessura de até 30mm; 1 elevador de carga/descarga dos tabuleiros no do forno vertical, com potência de 7,5kW, para chapas com dimensões máximas de 2.200 x 3.600mm e espessura de até 30mm e número de andares 40+66; 1 dispositivo de reconhecimento das bandejas por aproximação para rastreabilidade no processo produtivo; 1 sistema compensador de linha para chapas integrado ao forno; até 146 bandejas para chapas com dimensões máximas de 3.600mm de comprimento e 2.200mm de largura; 1 plataforma motorizada de transbordo, com capacidade de 80.000kg, dotado de inverter com duplo trilho.
8479.89.99	364	Unidades para processo de preparação de superfície para nitretação a plasma totalmente construída em aço Inox com diâmetro do cesto de 1.150mm, altura de 800mm, capacidade do cesto de 300kg, 2 tanques separados de fluido de 200L cada, unidade de filtragem tipo M com válvula diferencial, alimentação de 380V/60Hz, capacidade de secagem de 10kW, sistema de bicos direcionáveis, sistema de aquecimento integrado, sistema de reabastecimento automatizado, porta automática com supervisão de segurança.
8479.89.99	365	Estandes de teste com caixa de redução e transdutor de torque de até 13,8kN*m e potências de até 7MW em velocidades de até 6.000rpm em motores verticais quando conectado a uma carga horizontal.
8479.89.99	368	Máquinas automotoras varredeiras, acionadas a gasolina, diesel ou GLP, com assento para condutor, com direção hidráulica e volante com controle de inclinação, com uma escova central cilíndrica de varrição com comprimento de 1.270mm e uma escova de varrição lateral com diâmetro de 660mm; com caçamba para reservatório de lixo com capacidade de 850 L; faixa de limpeza de até 1.680mm; com sistema de retenção de pó com quatro estágios de filtragem e motor de aspiração de 8.500rpm.
8479.89.99	402	Dispositivos destinados a integrar uma linha de montagem ou de solda, denominados dispositivos para posicionamento geométrico, projetado para posicionar geometricamente as peças automotivas a serem montadas ou soldadas, constituídos por uma estrutura metálica de apoio, com fixação das peças através de pinos, atuadores pneumáticos e/ou manuais, com ou sem sensores para detectar o posicionamento das peças.
8479.89.99	403	Máquinas automatizadas, de operação remota, para perfuração e tamponamento de canais de vazamento em fornos industriais, simples ou combinadas, para montagem sobre pedestal, dotadas de: unidade de perfuração e de um canhão de lançamento de massa refratária (tamponador) operados hidraulicamente, estação hidráulica contendo bomba hidráulica, tanque hidráulico, válvulas e acumulador de emergência, sistema de controle elétrico contendo controlador lógico programável (CLP), gabinete de controle motor (MCC), painel de controle local com IHM, controle remoto via rádio, e gabinetes de purga e lubrificação.
8479.89.99	404	Máquinas automatizadas, de operação remota, para perfuração e tamponamento de canais de vazamento em fornos industriais, combinadas, para montagem em trilhos suspensos, dotadas de: uma unidade de perfuração e de um canhão de lançamento de massa refratária (tamponador) operados hidraulicamente, sistema cinemático com carro de movimentação, estação hidráulica contendo bomba hidráulica, tanque hidráulico, válvulas e acumulador de emergência, sistema de controle elétrico contendo controlador lógico programável (CLP), gabinete de controle motor (MCC), painel de controle local com IHM, controle remoto via rádio, e gabinetes de purga e lubrificação.
8479.89.99	407	Desumidificadores de compostos termoplásticos compostos de: tanque de secagem isolado termicamente em aço inox, volume de 4.500L, capacidade de secagem 1.000 a 1.500kg/h, aquecimento por resistências elétricas, painel elétrico de controle e potência com controlador lógico programável CLP e tela de operação "touchscreen".
8479.89.99	435	Combinações de máquinas automáticas, sincronizadas e contínuas acionadas por servo motor, para fabricação de fraldas descartáveis tipo calça (pants) adulto, com 2 tamanhos de produto médio (300ppm) e grande (270ppm) compostas de: Alimentadores de polpa de celulose; Alimentadores de não - tecido; Alimentadores de filme de polietileno; Alimentadores de material elástico tipo "lycra"; Tanques de adesivo com motor e bomba volumétrica; Ventiladores; Ejetora de produto defeituosos; Rolos para formadora da fralda com e sem canais; Prensa tipo rolo; Sistema de dobra longitudinal de fralda; Sistema de dobra painel lateral; Moinho de polpa de celulose ; Cabine acústica; Alimentador de polímero (SAP); Roda formadora com e sem canais; Conjunto de cortes; Monitores para o controle de produção; Conjunto rotacionadores; Aparelho de adesão ultrassônica para selagem das lycras e cintura; Talhas de suspensão e remoção de materiais; Cortador de elástico; Sistema de sinalização visual com monitores e câmeras e PLC.
8479.89.99	451	Gasômetros para armazenamento de biogás bruto, volume total 3.500 metros cúbicos, sistema de membrana dupla para proteção contra condições climáticas adversas, projetado especificamente para ser ancorado em base de concreto com anel no solo, através de chapas e parafusos de aço inoxidável, membrana externa para proteção contra intempéries em tecido poliéster revestido com PVC 1.150g/m2, 6.000N/5cm com proteção UV, membrana interna para armazenagem do biogás em PELD com alta resistência química, sistema de fixação das membranas no piso de concreto com chapas metálicas e selantes, sistema de sopradores centrífugos para insuflamento de ar, válvulas de alívio para controle da pressão da membrana externa, transmissor de pressão para controle dos sopradores centrífugos, medidor laser para medição da posição relativa da membrana interna, janela de inspeção com zíper e janela de visualização com acrílico na membrana externa e válvula de segurança para vácuo/sobrepressão para instalação na linha de biogás, diâmetro 25m e altura de 12,5m com geometria de meia-esfera para maior capacidade de armazenagem.
8479.89.99	452	Gasômetros para armazenamento horizontal de biogás bruto, com sistema de membrana dupla para proteção contra condições climáticas adversas para biodigestores horizontais, ancorado em base de concreto no solo através de tubo de pressão a 6 Bar, membrana externa para proteção contra intempéries em tecido poliéster revestido duplamente com PVC tipo 3 soldadas, pesando 1.150g/m2 resistência a tração de 6.000N/5cm com proteção UV, membrana interna para armazenagem do biogás em tecido poliéster com revestimento duplo em PVC, pesando 920g/m², com resistência à tração de 4.000N/5cm, com Proteção UV robusta, com alta resistência química, sistema de fixação das membranas no piso de concreto com anel no solo e com tubo de pressão de 6BAR, atuando com fusíveis em caso de sobrecarga de pressão para evitar danos ao sistema, 3 sopradores centrífugos para insuflamento de ar de 60Hz padrão ATEX, válvulas de alívio para controle da pressão da membrana externa, transmissor de pressão para controle dos sopradores centrífugos, medidor laser para medição da posição relativa da membrana interna, janela de inspeção com zíper e janela de visualização com acrílico na membrana externa e válvula de segurança para vácuo/sobrepressão para instalação na linha de biogás, dimensões de 90,6metros de comprimento, 47,6m de largura e altura aproximada de 10m.
8479.89.99	453	Sistemas alimentadores e endireitadores de bobinas de chapas metálicas para prensas, com capacidade de alimentar bobinas de até 5t, diâmetro máximo externo da bobina de até 1,830mm, largura de 70 a 400mm e espessura da chapa de 0,6 até 6,0mm, com velocidade máxima de alimentação da linha de 22m/min, dotados de 7 roletes para endireitamento (4 superiores e 3 inferiores) com motor de 11kW de potência, com carro para abastecimento do alimentador, interface homem máquina (IHM) e controlador lógico programável (CLP).
8479.89.99	458	Máquinas para separação de barras metálicas de acordo com o diâmetro, com diâmetro máximo de feixe de barras de 500mm e peso máximo de feixe de barras de 5.000kg, contendo berço de recebimento, sistema de desembaralho, sistema de transmissão elétrica, sistema de singularização, e mesa de rolos de alinhamento montada com 2 sistemas de carga e descarga.
8479.89.99	465	Máquinas automáticas para montagem de arruelas plásticas com até 20mm de diâmetro em parafusos com diâmetro de M12, cumprimentos dos parafusos até 25MM, diâmetros externos até 20mm, velocidade de até 300peças/min, com motor de 1/2HP.
8479.89.99	466	Máquinas de torque fr22:100, automáticas, para auxiliar na fabricação de acoplamentos ou desmonte de ferramenta de complementação, bem como suportes de "liner" e equipamento de cimentação, especificamente adaptadas para conexões premium com (vam e tenaris) podendo registrar torque a partir de 100ft.lbs com faixa de toque máximo de máquina até 250.000ft.lbs e faixa de fixação de 23/8 a 30 polegadas, com cabeça totalmente flutuantes permitindo até 100mm de deslocamento, parcialmente desmontada, e com suas peças para montagem: macaco de elevação hidráulico do cabeçote com 4 x bolas de transferência, macaco de elevação hidráulico "tailstock" com 4 bolas de transferência, macaco de elevação montado em "skid" com 6 bolas de transferência, unidade de potência hidráulica, unidade de controle com escudo de segurança, puxador articulado, macacos de elevação hidráulicos para passagens com cilindros duplos + 6 esferas de transferência, passagem de elevador de 19 pés, caminho de transporte, ferramenta de calibração de empurrar/puxar, sistema de controle de torque AMC, mordente de pinça padrão amc000637, mordente de pinça reduzido amc0000027, kit de filtro amc0010149 , conjunto de subs de calibração amc0000258, chaveta do painel da unidade de potência, chaveta do painel amc0002109 , manual de instruções.
8479.89.99	468	Máquinas automáticas para aplicação de liga de estanho através de nivelamento por jato de ar quente, em placas de circuito impresso, dotadas de tanque com temperatura controlada, transportador de painéis e duas facas de ar comprimido para retirar excesso da liga, capaz de produzir placas de circuito impresso sem a utilização de chumbo (lead-free).
8480.79.10	001	Moldes tipo contêiner para processo de vulcanização de pneus, com operação centrípeta, com fornecimento de calor através de canais internos de circulação, com capacidade para operação por vapor e/ou por mesa quente, com diâmetro externo igual ou superior a 1060mm, mas inferior ou igual a 1550mm, altura igual ou superior 424mm, mas inferior ou igual a 520mm, pressão máxima de operação inferior ou igual a 2,6Mpa, com câmara de vapor, com bocais de entrada e saída de vapor, compostos principalmente de placa superior, placa inferior, placa de desgaste, porta segmentos, guia T, entre outros elementos essenciais para o processo de vulcanização de pneus, não acompanhados de segmentos.
8481.20.90	218	Máquinas de impressão com tecnologia jato de tinta térmico, com velocidade de impressão de até 25 segundos/página A1,resolução máxima de 2.400 x1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, com alimentação por folhas ou rolo de até 914mm de largura, memória de até 2GB, podendo ou não incluir capacidade de digitalização e cópias, com velocidade de digitalização de até 3,81cm/segundos em cores a 200dpi e em tons de cinza de até 11,43cm/segundos a 200dpi, resolução máxima de digitalização/cópia de 600dpi.
8483.40.10	420	Caixas de engrenagens helicoidais de eixos paralelos, próprias para o acionamento de rotores em misturador de borracha, com 2 eixos de entrada com chavetas para acoplamento elástico, 2 eixos de saída com chavetas tangenciais, velocidade de entrada de 1.800rpm, torque nominal de entrada de 9,7kNm, torque máximo de entrada de 17kNm, taxa nominal de redução de engrenamento de 30:1 e sistema de circulação de fluido para lubrificação e troca térmica, utilizadas na produção de mantas de borracha para fabricação de pneus e produtos técnicos de borracha.
8483.40.90	262	Engrenagens helicoidais cônica, termicamente tratada, material 17CrNiMo6 (DIN) ou 18CrNiMo7-6 (EUR), com 53 dentes cementados e temperados com profundidade da camada entre 3,5 e 5mm, dureza superficial entre 58 e 62HRC, e diâmetro externo entre 1.544 e 1.545mm, para uso em equipamentos industriais.
8485.10.00	005	Unidades funcionais de manufatura aditiva por depósito de metal, por fusão a laser, para produção de peças em ligas de titânio, aço inoxidável, alumínio, cobre e outras superligas, compostas de: Cabine de impressão; Sistema de filtragem de pó; Sistema de peneiramento a vácuo; Sistema de remoção de pó; Sistema de resfriamento; dutos para condução de matéria prima entre os módulos.
8485.80.00	004	Máquinas de prototipagem rápida tridimensional a partir de modelos virtuais (Impressora 3D), operando através da solidificação em camadas de areia naturais ou sintéticas à temperatura ambiente, com caixa de trabalho de 1.800 x 1.000 x 700mm, volume de 1.260 litros, taxa de construção de 125litros/h, altura da camada de 0,2 a 0,5mm, precisão dimensional +/-0,5mm, dotadas de: cabine de operação; cabeça de impressão; transportador de rolos para direita e esquerda; 4 contentores de areia; transportador dos contentores; separador de areia; extrator reciclador de areia; controle e comando por controlador lógico programável (CLP), interface homem-máquina com tela sensível ao toque.
8504.40.90	900	Inversores para sistemas fotovoltaicos string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 125kW a 40 graus celsius, com potência máxima de saída de 125kVA a 40 graus celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.40.90	901	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 37,5kW a 40 graus celsius, com potência máxima de saída de 41,3kVA a 40 graus celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.90.40	044	Unidades de condicionamento de potência em corrente contínua (UCPcc), com potência entre 1100 a 1.800W, tensão máxima de entrada VOC de 125Vcc, corrente máxima por entrada ISC entre 12,5 e 14,1Acc, corrente máxima de saída Acc entre 18 e 20Acc, tensão máxima de saída entre 80 e 160Vcc, eficiência máxima de 99,5%, grau de proteção IP68, com 1 ou 2 seguimentos de ponto de máxima potência embarcados com conversão de tensão CC para CC, para regulagem de tensão de entrada de inversores fotovoltaicos sem seguimento do ponto de máxima potência, comunicação com o inversor através da linha de alimentação CC do inversor, redução de tensão de saída em modo de segurança de 1 ou 2Vcc, recebimento de comandos de desligamento rápido e redução da tensão de saída integrados com o inversor fotovoltaico.
8514.19.00	060	Fornos industriais de resistência elétrica (aquecimento indireto) para calcinação, com comprimento maior do que 10m (grande porte), podendo ser apresentados em partes para montagem, divididos em 7 zonas de aquecimento por convecção, interligadas por esteiras, para altas temperaturas e fluxo de ar controlados, cada zona com um ventilador e um exaustor de recirculação de ar, e 2 zonas de resfriamento, com painéis (IHM) de controle automatizados, com parâmetros individualizados para cada um dos produtos, para fabricação de catalizadores automotivos.
8514.19.00	061	Fornos tubulares elétricos industriais de aquecimento por resistências, com temperatura máxima de trabalho de 1.100 graus celsius, de esteira contínua com velocidade de 30 a 300mm/min, com atmosfera controlada por hidrogênio e nitrogênio, para sinterização de pós metálicos e eliminação de cera na fabricação de fio diamantado, com painel elétrico de comando e controlador lógico programável.
8514.19.00	062	Nitretadoras plasma para tratamento termoquímico de peças metálicas, com processos de pós oxidação, capacidade para 1.250kg, diâmetro útil do sino de 700 x 1.200mm, com homogeneidade de temperatura em 3 seções controladas independentemente e adicionalmente controle de temperatura de carga com medição direta de temperatura por termopar em até 4 pontos; tecnologia de gerador adaptada à nitretação à plasma, com corrente contínua, pulsação unipolar e bipolar (MAP), faixa de operação "IPulse" de 300 a 1.200A, 35 a 200kW, voltagem de 0 a 700V, conceito modular e bordas rápidas do pulso; detecção ágil de arco integrada, rápida e precisa, abaixo de <0,3ms; alta reprodutibilidade do processo e resultados; otimização do tempo de execução com aquecimento convectivo e resfriamento por ventiladores interno e externos com 1 ventilador interno para facilitar a transferência de calor por convecção durante aquecimento e resfriamento, com dissipação de energia por flanges refrigeradas a água ou ar soprado pelos 3 ventiladores externos com operação própria para evitar condensação de água; máxima segurança do processo com proteção automatizada, suporte remoto e diagnóstico "online"; integração em linha de produção sem limitação e sem emissões prejudiciais; eficiência energética com defletores operados pneumaticamente na entrada e saída do sistema de aquecimento/resfriamento; escotilha para visualização do processo; suprimento de gás centralizado, controlador de fluxo de massa para N2 e H2, opções para Argônio (sputtering) e CH4 (nitrocarbonetação), sistema separado para inundação rápida da retorta; integração com diversos protocolos de comunicação, sistema de controle local, conectado ao SCADA via LAN, com virtualização da visualização (PC SCADA); ânodo interno refrigerado; bomba de vácuo de operação à seco com intervalos de manutenção prolongados (15.000 horas); controle de pressão por válvula pneumática de atuação proporcional.
8514.19.00	063	Fornos elétricos industriais de aquecimento indireto por resistência, para limpeza de filtros e matrizes que são utilizados no processo de extrusão, à vácuo por elevação térmica, facilitando o processo de pirólise, quebra da estrutura molecular do composto de PVC.
8515.19.00	009	Máquinas automáticas de brasagem de limpadores em serras circulares, de comando numérico computadorizado, com 9 eixos controlados, carregamento e descarregamento automático ou manual das serras circulares, com gerador de alta frequência de 6kW e refrigeração a água.

8515.21.00	227	Máquinas de soldagem de topo por resistência, de fios de aço carbono, com área entre 38 e 300 e 20 e 190mm², inteiramente automáticas, com abertura do dispositivo de aperto na posição frontal ou superior, com remoção automática de rebarbas e com tratamento térmico pós soldagem com controle de temperatura entre 300 e 1.300 graus celsius, com acionamentos hidráulicos controlados por válvulas elétricas, com potência nominal de 80k e 40kVA.
8607.19.90	010	Rodas ferroviárias, semiacabadas, de aço, conforme norma AAR m-107-04 classe "c", com as seguintes dimensões: diâmetro nominal 915mm tolerância de 0,5mm; diâmetro interno da pista de rolamento de 784mm ou 790mm tolerância de 0,2mm; diâmetro da orientação do rebaixo no disco próximo a curva de concordância do cubo 475mm tolerância 0,2mm; diâmetro externo da curvatura de concordância entre a face lateral e a face externa do cubo 275mm tolerância 0,2mm; largura do cubo 200mm tolerância 0,2mm; diâmetro interno do cubo 204mm tolerância 0,3mm; diâmetro de posição do ângulo obtuso da face externa do cubo da roda 328mm tolerância 0,2mm; espessura do disco próximo a pista rolamento 34mm tolerância 0.5mm; espessura do disco próximo ao cubo 32mm tolerância 2mm; largura da pista rolamento considerando friso 139,7mm tolerância 1mm; largura da pista de rolamento 107.142mm; largura do friso 32.557mm; centro na pista de rolamento 72,2mm; altura do friso 25,4 tolerância 1,5mm; orientação da coordenada "x" da curvatura do perfil do friso 29.9mm tolerância 1.5mm; orientação da coordenada "y" da curvatura do perfil do friso 16.5mm tolerância 1,6mm; comprimento do ângulo de concordância entre o friso e a pista de rolamento 11,5mm; diâmetro de orientação das furações para a fixação do disco de freio 605mm tolerância 0,1mm; ângulo de orientação entre

		os furos dos pinos guia para fixação do disco de freio 60graus; ângulo de defasagem entre os furos do pino guia e parafuso para fixação do disco de freio 15 graus; ângulo de orientação entre os furos dos parafusos para fixação do disco de freio 30graus; diâmetro do alojamento da cabeça do bujão do bico injetor 25mm tolerância 1mm; profundidade da área roscada do bico injetor 15mm tolerância 0.5mm; medida da rosca do furo do bico injetor 1/4" bsp.
9015.90.90	102	Sensores combinados de temperatura, umidade e pressão atmosférica de medição profissional e com alta sensibilidade, realiza medições de temperatura na faixa de -40 a 60 graus celsius com precisão de ±0,5 graus celsius, medições de umidade na faixa de 0 a 100% UR com precisão de ±3% UR, medições de pressão na faixa de 10 a 110kPa(100 a 1.100hPa) com precisão de ±1hPa, grau de proteção IP65, utilizados com RK05-01 para proteção e blindagem, temperatura de operação -40 a +80 graus celsius.
9015.90.90	103	Sensores combinados de velocidade e direção do vento com saídas de 4-20mA, alimentação de 12-24VCC, corpo montado em liga de alumínio e fibra de carbono possuindo alta resistência e instalação conveniente, direção do vento medida em 0-360 graus, Velocidade 0,1 m/s, velocidade ±(0,3+0,03V)m/s Direção menor que ±3 graus, palhetas rotativas em poliamida reforçada com fibra de vidro, cabo externo com comprimento de 2 metros, grau de proteção IP65 temperatura de operação -40 a 70 graus Celsius.
9018.19.80	213	"Kits" contendo gabinete frontal, gabinete traseiro com circuito e "display", proteção do "display", tampa do gabinete traseiro, capa protetora, conjunto de 3 parafusos, suporte de inox; para fabricação de oxímetros de pulso com parâmetros de saturação de oxigênio no sangue (SpO2); frequências de pulso (FP); tela LCD de 2,4 polegadas; apresentação gráfica e numérica de SPO2 e FP; atualização de 1 segundo; faixa de medida de SPO2 de 0 a 100%; exatidão de ±3% entre 70 a 79% e ±2% entre 80 a 100%; faixa de medida de FP de 25 a 254bpm; exatidão de ±3bpm.
9018.19.90	143	Eletrodos corticais de cérebro de estimulação e captação do sistema nervoso central, descartáveis, para monitorar os sinais durante a cirurgias, contendo de 3 a 8 de contato ou de 2X4 (8), 2X6 (12), 2X8 (16), 2X10 (20), 4X4 (16), 4X5 (20), 4X8 (32), 6X8 (48), 8X8 (64), 2X6 (12), 2X8 (16), 2X10 (20), 4X4 (16) ou 4X5 (20) de contato com 2 a 4mm de diâmetro, constituídos de silicone e platina, cabos entrelaçados de 250cm de comprimento, com conector de segurança DIN 42802 "touch proof", modelo STRIP, T, ONDA D e GRID.
9018.19.90	144	Braçadeiras reutilizáveis, com manguito interno não removível e material externo em Nylon com fecho em velcro, com tamanho de circunferências de 4 cm a 81 cm, para modelos neonatal, infantil, adultos e obeso, com 1 ou 2 vias; para a fabricação de braçadeiras indicados para aferição de pressão não invasiva de tamanhos l, para uso junto à monitores multiparamétricos.
9018.19.90	145	Braçadeiras reutilizáveis com material em PU com fecho em velcro, de tamanhos entre 5 e67,8cm de circunferência para modelos adultos, infantis, neonatais e para obesos, com aberturalateral para a colocação de manguitos de 1 ou 2 vias; para a fabricação de braçadeiras depressão não invasiva utilizadas para aferição de pressão não invasiva para uso junto à monitoresmultiparamétricos.
9018.19.90	146	Manguitos reutilizáveis em material de TPU e sem látex, de tamanhos para obeso, adulto, infantil e neonatal (variação de 4 a 48,4cm de circunferência dentre os tamanhos), com 1 ou 2 vias; para fabricação de braçadeiras de pressão não invasiva utilizadas para a aferição de pressão arterial, em uso junto à monitores multiparamétricos.
9024.10.10	007	Máquinas de ensaio de tração e compressão eletrodinâmica, com performance dinâmica de até 100Hz, forca dinâmica de 12.000N, com altura mínima de trabalho de 55mm e máxima de 985mm com largura de 460mm.
9024.80.90	086	Equipamentos destinados para ensaios de compressibilidade em material de fricção, com capacidade de carga de 94kN, precisão na aplicação de cargas altas de ±40N e para cargas baixas de ±20N, curso de cilindro de 100 mm, capacidade de pré carga de 157N, capazes de realizar testes com precisão e reprodutibilidade necessária para atender normas e procedimentos globais como SAE J2468 e ISO6310, e controle por força, pressão de freio e área de pastilha.
9027.50.90	262	Sistemas modulares totalmente automatizados e computadorizados de PCR em tempo real com extração, amplificação e detecção do DNA e RNA, com 6 ou 10 canais ópticos com utilização de cartucho.
9031.20.10	037	Aparelhos para teste de solenoides de motores para motores elétricos corrente contínua de partida de motores a diesel, gasolina ou álcool utilizados no final da linha de produção, com painel de controle, ciclo de medição típico de 14 segundos; tensão do solenoide de 0 a 24V; força do solenoide de 0 a 90kg; corrente de acionamento de 0 a 120A ou de 0 a 240A.
9031.20.90	280	Equipamento tipo bancada para testes de transmissões para tratores agrícolas, composto por motor de 120 Kw ; 636 Nm; 4500 rpm, para validar parâmetros de testes automaticamente, tais como: conformidade de bloco hidráulicos e unidade kpa, pressão, vazamento e funcionalidade das embreagens em kpa e cc/min, rotações dos eixos da roda em rpm, funcionalidade da tração dianteira, diferencial, tomada de força em rpm, kpa, movimentação do levante hidráulico, e níveis de limpeza da transmissão em microns.
9031.20.90	281	Bancadas de teste para transmissões CVT de máquinas agrícolas, aplicação autônoma com gabinete elétrico e controlador, acionamento elétrico incluindo sistema hidráulico com potência N máxima de 1.700Nm, 130kW, ciclo de teste de 20 a 25min e rotações de teste de 800 até 2.000min.
9031.20.90	282	Equipamentos de ensaios em lonas e pastilhas de freios de veículos automotores, equipados com motor e servo para velocidade variável entre 0 e 660rpm, unidade de ar-condicionado de circuito fechado refrigerado a água para resfriamento do ar, cabeçote móvel para máximo torque de teste 1.500Nm com célula de carga e braço, sensor de temperatura do disco de freio com telemetria e múltiplos canais (2 rotativos e 2 estacionários), gerador de pressão hidráulica 5 a 80bar usando servo válvula pneumática, ar-condicionado para gabinete de energia, pedal para sangramento do freio e computador de controle com programa.
9031.49.90	646	Sistemas ópticos para inspeção 2 e 3D para detecção, classificação e identificação de defeitos de superfícies e de formas em placas de aço, utilizados em lingotamento contínuo de aciaria, dotados de: sensores com câmera, triangulação laser 3D, unidades de resfriamento dos sensores, gabinetes de controle, terminais PCs, servidores de inspeção com visualização ao vivo, "software" de classificação de defeitos e estruturas mecânica.
9031.49.90	647	Máquinas de medição óptica vertical, por projeção de perfil, para medição estática e dinâmica de vários elementos em peças cilíndricas onde as peças podem ser montadas entre dois centros ou fixadas através de vários acessórios, dotadas de: painel de controle "touch screen", sistema óptico bi-telecêntrico, câmera de alta resolução, cabeçote rotativo de precisão com sensor integrado e protegido, padrão de aferição diária embutido, sistema de troca rápida de acessórios, sensores de temperatura integrados, indicador LED dinâmico do estado geral da peça medida (OK/NOK) e mensagens para o operador, equipado com óptica exclusiva com sistema de inclinação (TILT), especialmente projetada para medir roscas paralelas, trapezoidais, cônicas, redondas, quadradas, parafusos esféricos, parafusos ósseos, implantes dentários etc, com PC e "software".
9031.80.99	436	Combinações de máquinas para lavagem, inspeção de engrenagens e marcação a laser, compostas de: unidade de transporte por correias, unidade de lavagem através de 2 sopradores de ar, unidade de carregamento através de robô de coordenação cartesiana, unidade de medição do diâmetro sobre pinos, batidas e excentricidade com precisão de cinco mícron de milímetro além de classificação da engrenagem em função do valor da média do diâmetro sobre pinos e unidade de marcação a laser.
9031.80.99	437	Máquinas automáticas para teste de durabilidade, integridade carcaça/talão e teste de velocidade de pneus de ônibus e caminhões, para testar pneus com diâmetros compreendidos entre 600 e 1.400mm e largura máxima da seção do pneu igual a 700mm, com aplicação de força radial controlada variável entre 0,2 e 100kN, com duas estações de teste totalmente independentes em termos de cargas aplicadas e aptas a utilização simultânea, capazes de simular rodagem com velocidade máxima maior ou igual 130km/h, com controlador lógico programável (CLP) e "interface" homem máquina computadorizada.
9031.80.99	438	Máquinas automáticas compactas, operando "in line", próprias para monitoramento detecção e separação de defeitos em préformas de politereftalato de etileno (PET) de dimensões de até 50mm de diâmetro externo e de até 180mm de comprimento total, por meio de câmeras de alta definição, e "software" dedicado, capacitada para inspecionar, entre outras, características como contaminação, comprimento e desvios de superfície de vedação, desvio de cor, comprimento do ponto de injeção, injeções incompletas, com capacidade de monitorar de até 72.000preformas/h (de acordo com as dimensões e peso da preforma), dotadas de: sistema de alimentação, orientação e posicionamento de entrada, equipamento de inspeção por análise óptica por meio de até 18 câmeras digitais de alta resolução com respectivas lentes e sistema de iluminação com tecnologia de polarização, controlado ou não por CLP ou computador industrial, sistema de comando com quadro elétrico e monitor com "software" dedicado para processamento das imagens e dados coletados, com ou sem dispositivo de porta dados de Edge, mecanismo para a rejeição automática de produtos defeituosos e sistema de ejeção.
9031.80.99	439	Sensores magnéticos para medição de posicionamento linear ou angular, sem contato de posição giratória aparelho eletrônico gerador de sinais elétricos em frequência proporcional ao angulo de inclinação do mastro da empilhadeira, utilizado no mastro da empilhadeira autopropulsada contrabalançada, tem como função gerar sinais elétricos de acordo com a leitura realizada sobre o angulo de inclinação do mastro da empilhadeira e consequentemente encaminhar os sinais gerados para uma central de processamento.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 588, DE 29 E ABRIL DE 2024

Altera o anexo I da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, incisos II e IV, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Decisão nº 08/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e na Resolução Gecex nº 289, de 21 de dezembro de 2021, e na Resolução Gecex nº 512, de 16 de agosto de 2023, e considerando a deliberação de sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução Gecex nº 323, de 4 de abril de 2022, os Ex-tarifários listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor sete dias após a data de publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANÉXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	Descrição
8443.32.99	077	Máquinas de impressão aplicadoras de jatos de tintas, utilizadas como testadora de máquinas de impressão digital após a limpeza, com uma cabeça de impressão, uma bomba injetora de tintas digitais por meio de programas onde realiza a impressão de imagens de perfis pré-programas ou novos perfis 2D e 3D, maquina automatizada e digital com tela sensível ao toque, com controle digital de parâmetros, com receitas diversas, temperatura de trabalho de até 60 graus, potência de 3kW, voltagem de 230V AC 50-50Hz, capazes de ser conectada a uma máquina automática para processamento de dados.
8471.30.12	005	Aparelhos portáteis MPS-T2 do tipo tablet utilizados para codificação e leitura de diagnósticos no processo de montagem de veículos automóveis realizando as interfaces necessárias entre o veículo e os diversos equipamentos e maquinários da linha de montagem, possui tela de 10,1 polegadas (1920 x 1080) sensível ao toque, processador interno Intel Core-i5, memória RAM 32Gb, SSD 512Gb, carregador externo AC, estação de conexões, cabo e plugue OBDs e abraçadeira de apoio ao volante do veículo.
8471.90.19	025	Antenas UHF circular de 9dBi de alto desempenho, com distância de leitura de até 6-8 metros utilizada em sistemas RFID, usualmente utilizada junto a um leitor externo para identificação e controle de leitura de "tags" instaladas em equipamentos através de tecnologia RFID, polarização circular, com ângulo de captação na horizontal de 60 graus e na vertical de 55 graus, grau de proteção IP65, dimensões 257 × 257 × 33mm, temperatura de operação entre -40 e 80 graus Celsius, material em alumínio e ABS.
8471.90.19	026	Antenas com leitor RFID UHF integrado de alto desempenho, projetadas com baixa dissipação de energia e solução de chip RFID de alta integração, possui características de longa distância de leitura, alta velocidade de identificação, múltiplas interfaces para realizar a leitura de etiquetas com tecnologia RFID de rolos de algodão no momento do enrolamento na colhedora, possui range de 5,5dbi, opera na faixa de frequência de 902~928MHz podendo ser customizada, potência de saída em RF de até 30dBm, com largura de feixe na horizontal de 65±5 graus e na vertical de 70 graus, alimentação de +9~24V, dimensões 130*130*50mm, peso 0,60kg, temperatura de operação entre -20 e +65 graus Celsius.
8517.61.30	002	Aparelhos emissores de sinais de telefonia celular para rede local, com receptor incorporado, do segmento compacto com baixa potência, podendo variar entre 0 e 500mW por transmissor, para bandas do tipo B3 e B7, com capacidade para segmento de rádio de banda dupla, com duplexador de modo FDD, classe de estação base de área local do tipo 1-C, tensão de alimentação de -48VDC, com sistema de resfriamento do equipamento por meio de convecção natural, com antena omnidirecional integrada, frequência podendo variar entre 1.710 e 2.690MHz, podendo receber conexão estendida por meio de sistema cabeado CAT6A ou via de fibra óptica hibrida, com interface externa de porta RJ45.
8517.61.30	003	Aparelhos emissores de sinais de telefonia celular para rede local, com receptor incorporado, do segmento compacto com baixa potência, de 500mW ou inferior por transmissor, para bandas do tipo B1 e B3, com capacidade para segmento de rádio de dupla banda, com duplexador de modo FDD, classe de estação base de área local do tipo 1-C, tensão de alimentação de -48VDC, com sistema de resfriamento do equipamento por meio de convecção natural, com antena omnidirecional integrada, faixas de frequência DL podendo variar entre 1.805 e 2.170MHz, e faixas de frequência UL podendo variar entre 1.710 e 1.980MHz, podendo receber conexão estendida por meio de sistema cabeado CAT6A ou via de fibra óptica hibrida.

8517.61.30	004	Aparelhos emissores de sinais de telefonia celular para rede local, com receptor incorporado, do segmento compacto com baixa potência, de 500mW ou inferior por transmissor, para banda B78, com capacidade para segmento de rádio de banda única, com duplexador de modo TDD, classe de estação base de área local do tipo 1-C, tensão de alimentação de -48VDC, com sistema de resfriamento do equipamento por meio de convecção natural, com antena omnidirecional integrada, faixas de frequência podendo variar entre 3300MHz e 3800MHz, podendo receber conexão estendida por meio de sistema cabeado CAT6A ou via de fibra óptica hibrida, com interface externa de porta RJ45 e porta SFP+.
8517.61.30	005	Aparelhos emissores de sinais de telefonia celular para rede local, com receptor incorporado, do segmento compacto com baixa potência, de 500mW ou inferior por transmissor, para bandas do tipo B1, B3 e B78, com capacidade para segmento de rádio de tripla banda, com duplexadores de modo FDD e TDD, classe de estação base de área local do tipo 1-C, tensão de alimentação de -48VDC, com sistema de resfriamento do equipamento por meio de convecção natural, com antena omnidirecional integrada, faixas de frequência DL podendo variar entre 1.805MHz e 3.800MHz, faixas de frequência UL podendo variar entre 1710MHz e 3.800MHz, podendo receber conexão estendida por meio de sistema cabeado CAT6A ou via de fibra óptica hibrida, com possibilidade de suporte para IoT.
8517.61.30	006	Aparelhos emissores de sinais de telefonia celular para rede local, com receptor incorporado, do segmento compacto com baixa potência, de 500mW ou inferior por transmissor, para banda do tipo B78, com capacidade para segmento de rádio de banda única, com duplexador de modo TDD, tensão de alimentação de -48VDC, com sistema de resfriamento do equipamento por meio de convecção natural, com antena omnidirecional integrada, faixas de frequência podendo variar entre 3300MHz e 3800MHz, podendo receber conexão estendida por meio de sistema cabeado CAT6A ou via de fibra óptica hibrida.
8517.62.59	149	Transceptores ópticos, compostos de: placas de circuito impresso, TOSAs contendo lasers, ROSAs contendo fotodiodos, invólucros, projetado para aplicações de comunicação óptica de 2 km, converte 4 canais de entrada (CH) de dados elétricos de 25Gb/s em 4 sinais ópticos CWDM (luz) e os multiplexa em um único canal para transmissão óptica de 100Gb/s. Inversamente, no lado do receptor, o módulo desmultiplexa opticamente uma entrada de 100Gb/s em sinais de 4 canais CWDM e os converte em dados elétricos de saída de 4 canais. Comprimentos de onda centrais dos 4 canais CWDM são 1271, 1291, 1311 e 1.331nm, contém um conector LC duplex para a interface óptica e um conector de 38 pinos para a interface elétrica. Projetado com fator de forma, conexão óptica/elétrica e interface de diagnóstico digital de acordo com o QSFP28 Multi Contrato de Origem (MSA). O módulo oferece 7 pinos de controle de hardware de baixa velocidade (incluindo os 2-interface serial de fio): ModSelL, SCL, SDA, ResetL, LPMode, ModPrsL e IntL.
8517.62.59	150	Transceptores ópticos plugáveis para transmissão de até 2km de distância, composto por: placas de circuito impresso, TOSAs contendo lasers, ROSAs contendo fotodiodos, invólucros, contém um conector LC duplex para a interface óptica e um conector de 38 pinos para a interface elétrica, para aplicações de fibra monomodo, taxa de transmissão de dados 103,125GB/s, provido de interface serial de dois fios com monitoramento de diagnóstico digital, pacote QSFP28 MSA com conector LC duplex e interface serial de dois fios com monitoramento de diagnóstico digital.
8517.62.59	151	Transceptores ópticso plugáveis, compostos de: placas de circuito impresso, TOSAs contendo lasers, ROSAs contendo fotodiodos, invólucros, contém um conector LC duplex para a interface óptica e um conector de 38 pinos para a interface elétrica, para aplicações de fibra monomodo de 6 km com conector LC, com taxa de bits por faixa é de 106,25 Gbit/s e taxa de dados agregada de 425 Gbit/s, usado em aplicações de rede, como switches Ethernet e roteadores IP.
8517.62.59	152	Transceptores ópticos, compostos de: placas de circuito impresso, TOSAs contendo lasers, ROSAs contendo fotodiodos, invólucros, contém um conector LC duplex para a interface óptica e um conector de 38 pinos para a interface elétrica, para aplicações de fibra monomodo, com alcance máximo de 10km, deslocamento óptico mínimo de 6,3dB, taxa de dados de até 11,2Gb/s por comprimento de onda, conector duplex LC.
8517.62.59	153	Transceptores ópticos, compostos de: placas de circuito impresso, TOSAs contendo lasers, ROSAs contendo fotodiodos, invólucros, contém um conector LC duplex para a interface óptica e um conector de 82 pinos para a interface elétrica, para aplicações de fibra monomodo, com alcance máximo de 10km, deslocamento óptico mínimo de 6,3dB, com 2 conectores duplo CS.
8523.52.10	026	Sensores de radiação solar projetados com base no princípio de célula de silício, alcance espectral de 300~1100nm, alta sensibilidade, baixo consumo energético com entrada de 5V a 12-24 VDC, rango 0-1500W/m2, potência de saída de 0-5V,4-20mA,RS485, tempo de resposta menor ou igual a 5 segundos, produzido em liga de alumínio anodizado, cabo externo de 2,5 metros, grau de proteção IP65, temperatura de operação de -40 a +80 graus Celsius.
8536.50.90	269	Sensores do mastro com tamanhos de mesa entre 350 e 600mm, resolução de medição entre 0,01 e 0,00001 e erro combinado de medição de 1,8 + L/600 micrometros.
8536.50.90	270	Chave de setas compostas por alavancas em polímero de alta resistência com interruptores elétricos tipo microchaves, de tensão não superior a 1.000V próprios para montagem em superfície (SMD).
8536.50.90	271	Interruptores elétricos miniatura para tensão inferior a 1.000 V, em corpo de liga de antimônio e polímero, corpo de fixação roscado com porca, tipo mecânico ("Push Button") com contato unipolar SPST ("Single Pole Single Throw" - um polo e uma direção) ou SPDT ("Single Pole Double Throw"), próprios para montagem em superfície (SMD).
8543.70.99	370	Módulos tratadores de plasma de íon soprado, com CHIP de controle industrial para processamento inteligente, executando funções de limpeza de superfície, ativação de superfície, revestimento de superfície, contendo funções automáticas de detecção e alarme, potência de saída ajustável de 0,6kW/1kW, operando com tensão de entrada de 220VCA 50/60HZ, frequência de trabalho 22,5Khz, largura de tratamento eficaz 30-50mm (rotativo), Gás de entrada maior ou igual a 0,4Mp sem água e óleo, controlado por display LCD com status em tempo real.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 589, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução Gecex nº 284, de 21 de dezembro de 2021.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, com fundamento no disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 10.343, de 8 de maio de 2020, e na Resolução Gecex nº 368, de 20 de julho de 2022, e tendo em vista a deliberação de sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução Gecex nº 284, de 21 de dezembro de 2021, os Ex-tarifários de autopeças listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução Gecex nº 284, de 2021, os Ex-tarifários de autopeças listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução Gecex nº 284, de 2021, os Ex-tarifários de autopeças listados no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANEXO I

NCM	Nº Ex
3926.90.90	128
4016.93.00	053
4016.93.00	066
6909.19.90	001
7326.90.90	025
7616.99.00	019
7616.99.00	018
8402.30.00	051
8409.91.17	002
8409.91.90	084
8409.91.90	088
8409.91.90	119
8409.91.90	117
8413.60.19	002
8414.59.90	087
8421.29.90	110
8483.10.20	010
8483.10.20	008
8483.10.20	006
8483.10.20	005
8483.10.20	004
8483.10.20	003
8483.10.20	001
8483.40.90	010
8483.40.90	005
8483.90.00	029
8483.90.00	017
8501.31.10	046
8511.90.00	073
8512.20.11	054
8512.30.00	008
8512.90.00	067
8708.29.99	009
8708.30.90	156
8708.40.80	033
8708.40.80	031
8708.40.80	021
8708.40.80	034
8708.92.00	068
8708.94.81	002
9032.89.21	008
9032.89.21	028
9401.99.00	010

ANEXO II

NCM	Nº Ex	Descrição
3917.33.00	003	Tubo de envio, composto em plástico PPA-PA11, com cobertura de EPDM+PP, com cabo elétrico embutido, tubo interno com diâmetro externo de 5 mm e diâmetro interno de 3 mm, espessura mínima do revestimento de 1,2 mm, comprimento entre 1755,7 mm e 1781,6 mm, potência entre 32,37 W/m e 33,25 W/m, a temperatura -30 graus Celsius, potência entre 26,06 W/m e 26,77 W/m, a temperatura 20 graus Celsius, de acordo com a exigência de aquecimento EURO 6; aplicado em veículo comercial leve.
3926.30.00	312	Guarnição; contendo polímero (Alcryn+ABS/PVC (70/30)), alma metálica em alumínio ; com comprimento de 1275,13 mm (+/-2 mm), tolerância de curvatura de +/-15 mm; alma metálica com espessura de 2,0 mm (+/- 0,2 mm), abertura principal com 4,3 mm (+/- 0,2 mm).; para fabricação de conjunto vidro automotivo (para-brisa); com função de acabamento estético, fixação e vedação; com aplicação em automóveis.
3926.90.90	201	Selo termoplástico composto de material TPV TIVILON M70DE4, retardamento de chama, diâmetro externo de 32,2 a 40,2 mm (+- 0,5 mm), furo central de 6,0 mm (+-0,2 mm) de diâmetro, peso de 1 g (+- 10%), aplicado no airbag de veículos automóveis.
4011.10.00	021	Pneu de uso temporário sem câmara, construído em carcaça estrutural radial, com largura de 153 mm (+-3mm), diâmetros interno e externo de 16 polegadas e 686 mm (+-3mm) respectivamente, com altura de sua secção/costado correspondente a 90% de sua largura, apresentando forças laterais de 2ª e 4ª ordem de até 188,7 e 314,8 kgf respectivamente, em condição de carga de 530 kgf, e padrão de desenho de rodagem STO11. Nomenclatura (T155/90R16 110M), próprio para veículos automóveis de passageiros.
4016.93.00	104	Anel de vedação; contendo borracha (EPDM etileno-propileno-dieno); com diâmetro externo de 9,05 mm (+/- 0,1 mm), espessura de 1,85 mm (+/- 0,08 mm) e diâmetro interno de 5,35 mm (+/- 0,1 mm); para fabricação de módulo ESC (Eletronic Stability Control ou Controle de Estabilidade Eletrônico); com função de vedar a passagem de fluído; com aplicação em automóveis.
4016.93.00	101	Pestana externa traseira/dianteira, esquerda/direita; composta de borracha vulcanizada não endurecida e não alveolar; com função de estanqueidade; largura externa de aproximadamente 50 mm e largura interna de aproximadamente de 27,5 mm; aplicado em veículos automóveis ou comerciais leves.
4016.93.00	102	Selo de borracha vulcanizada e/ou injetada com diâmetro externo de 31,80 mm a 41,66 mm (+/- 0,61 mm), altura de 10,00 mm a 12,27 mm (+/- 0,50 mm), peso de 0,005 Kg a 0,020 Kg, com resistência para atingir temperatura de até 140 graus Celsius, aplicável em hastes de amortecedores com diâmetros de 11 a 22 mm; com função de vedar a região superior entorno da haste do amortecedor de veículos automotivos leves e pesados e evitar a entrada de impurezas bem como o vazamento de óleo e gás nitrogênio.
4016.93.00	103	Selo de borracha vulcanizada e/ou injetada, diâmetro externo de 30,60 mm a 39 mm (+/- 0,20 mm), altura de 8,80 mm a 11 mm (+/- 1,40 mm), peso de 0,006 Kg a 0,076 Kg, diâmetro externo de mola de 16 mm a 29 mm, com resistência para atingir temperatura de até 140 graus Celsius, aplicável em hastes de amortecedores com diâmetros de 11 mm a 22 mm; com função de vedar a região superior entorno da haste do amortecedor de veículos automotivos leves e pesados e evitar a entrada de impurezas bem como o vazamento de óleo e gás nitrogênio.
6909.19.90	016	Colmeia do tipo filtro sem washcoat (revestimento catalítico), constituída em matriz a base de carbeto de silício e materiais cerâmicos a base de outros óxidos inorgânicos para eliminação de particulados gerados pelos gases de combustão para indústria automotiva.
7009.10.00	016	Espelho retrovisor externo, com partes constituídas em alumínio fundido e plástico de alto brilho (PMMA U470/03) com excelente resistência UV, com controle eletrônico e indicador luminoso de direção, vidro com raio de curvatura nominal entre 28 e 62 graus, área aproximada de 199 cm2 e com refletividade mínima de 45%, com força para rebatimento entre 30 e 120 N e com movimentos entre 7 e 10 graus para os sentidos longitudinais e transversais, aplicado em veículos automotores.
7304.31.10	008	Carcaça; contendo ferro fundido (EN-GJS-500-7, DIN EN 1563), dureza de 150-230 HBW e resistência a tração de 420 a 500 MPa (DIN EN 1563); com comprimento total de 204 mm (+/-0,5 mm), altura de 70,3 mm (+/-0,3 mm), largura de 108 mm (+/-0,3 mm), constituída por uma haste com perfil ondulado com comprimento 56 mm (+0/-3 mm), diâmetro de 37,9 mm (+0/-1,1 mm), perfil ondulado de raio 8 mm (+/-0,1mm) e com comprimento de 50 mm (+/-0,3 mm), com extremidade em forma de caixa cilíndrica com diâmetro externo de 108 mm (+/-0,3 mm) e diâmetro interno de 81,1 mm (+/-0,3 mm), peso de 3,045 kg; para fabricação de terminais de barras de reação; com função de alojar componentes do terminal; com aplicação em veículos comerciais leves, caminhões, ônibus, máquinas agrícolas autopropulsadas, máquinas rodoviárias autopropulsadas.
7306.50.00	026	Tubo de aço revestido; contendo tubo de aço parede dupla com costura, revestimento de liga zinco/alumínio e revestimento final de Poliamida (PA12); com tubo de aço parede dupla com costura com comprimento de 381,0 mm (+/- 2,0 mm) ou 357,0 mm (+/- 2,0 mm) ou 403,0 mm (+/- 2,0 mm) ou 407,0 mm (+/- 2,0 mm) ou 415,0 mm (+/- 2,0 mm), diâmetro externo de 6,35 mm (+/- 0,07 mm), espessura do aço 0,70 mm (+/- 0,07 mm), revestimento de poliamida com espessura mínima de 100 mícron; para fabricação de sistema de tubulação de freio ABS de alta pressão; com função de transportar o fluído; com aplicação em automóveis.
7306.50.00	027	Barra tubular de proteção da porta; contendo aço carbono (22MnB5) laminado a frio com tratamento térmico (+Cr2) de têmpera e revenimento e costura por resistência elétrica ; com tubo de seção circular de aço com comprimento entre 476 mm até 1012 mm, diâmetro externo entre 25,4 mm até 35 mm, espessura entre 1,4 mm até 2,8 mm, com limite mínimo de resistência à tração de 1400 MPa limite de escoamento mínimo de 1080 MPa, empenamento máximo ao longo do comprimento de 1,5 mm/m; para fabricação de conjunto barra de proteção das portas; com função de reforçar a segurança em caso de colisão na porta; com aplicação em automóveis, veículos comerciais leves.
7318.15.00	037	Parafuso de rosca; contendo aço (SWCH16A~18A) com tratamento superficial (MFZn2-h.C), isento de cromo hexavalente; com altura máxima de 23,8 mm, largura máxima de 9,0 mm, comprimento máximo de 9,0 mm e peso máximo de 4,0 g; para fabricação de retrovisor externo; com função de fixação de componentes internos do retrovisor; com aplicação em automóveis.
7318.19.00	006	Subconjunto bujão roscado; contendo aço, anel de vedação em borracha de fluorcarbono; com diâmetro de 27 mm (+/- 0,05 mm), comprimento máximo de 18 mm, altura da cabeça de 10,89 mm a 11,25 mm, rosca M12 x 1,75, cabeça sextavada externa e Torkx interno, tratamento superficial zincado com mínimo de 8 microns; para fabricação de cárter de óleo; com função de vedar e drenar óleo ; com aplicação em automóveis.
7318.22.00	030	Porca de inserção; contendo aço (SWCH10R), tratamento superficial (MFZnNi1-K) isento de cromo hexavalente; com altura máxima de 11 mm, largura máxima de 11 mm, comprimento máximo de 11 mm e peso máximo de 5 g; para fabricação de maçaneta externa; com função de fixação da maçaneta; com aplicação em automóveis.
7318.29.00	046	Colar de travamento; contendo aço (JIS G 3507); com formato cilíndrico de diâmetro externo igual a 16 mm (+0,20 mm / 0,10 mm), furo passante longitudinal de diâmetro interno igual a 8,2 mm (+0,20 / 0,00 mm), comprimento de 65,4 mm (+- 0,1 mm), massa de 76,1 g (+-7,61 g); para fabricação de colunas de direção; com função de assegurar a fixação e a correta inclinação da coluna de direção; com aplicação em automóveis , veículos comerciais leves.
7318.29.00	047	Pino não roscado com flange soldada, de aço médio carbono 40 Cr, de tratamento superficial de têmpera por indução, acabamento superficial zincado, dureza entre entre 65 hs e 80 hs, 501 mm de comprimento e 90 mm de diâmetro, de fixação do braço na lança da máquina escavadeira.
7326.90.90	055	Clipe metálico estampado em aço (SAE 1050BS), resistência mecânica de 870 a 1020 MPa, fabricado por processo de estampagem e submetido por processo de tratamento a quente, contém suporte base de polióxido de metileno injetado, inserido na base do clipe, comprimento até 30,4 mm (+- 0,1 mm), largura até 21,7 mm (+- 0,5 mm), altura de 14,9 mm (+- 0,5 mm), peso de 5,5 g, utilizado na fixação do módulo airbag de cortina de veículos automóveis.
7609.00.00	015	Conector; contendo alumínio (A6663SS-T6); com dimensões externas de 40 x 24 x 13 mm; para fabricação de conjunto mangueira e tubulação do sistema de ar condicionado; com função de unir as mangueiras e tubulações que conduzem o gás refrigerante; com aplicação em automóveis, veículos comerciais leves.
7616.99.00	048	Assento da mola em alumínio (ASTM B-85 383.0) injetado sob pressão, diâmetro externo de 96 mm (+/- 0,25 mm), altura de 40,7 mm (+/- 0,25 mm), com massa de 0,225 kg a 0,245Kg, tensão de escoamento de 152 Mpa mínimo, dureza superficial de 45 HRB e nível de porosidade 2 conforme (ASTM E505); para montagem do conjunto do coxim, parte integrante da suspensão dianteira de veículos automotores.
7616.99.00	049	Anel em alumínio (ASTM B-85 A360.0) injetado sob pressão, medindo 107 mm (+/- 0,25 mm) de diâmetro externo e 12 mm (+/- 0,25 mm) de altura, com massa de 0,125 kg a 0,145 Kg, tensão de escoamento de 165 Mpa mínimo, dureza superficial de 85 a 110 HBW e nível de porosidade 2 conforme (ASTM E505); para montagem do conjunto do coxim, parte integrante da suspensão dianteira de veículos automotores.
8302.10.00	004	Dobradiça para capô de veículos automóveis, com braço móvel e suporte de fixação fabricados em aço laminado a quente, de espessura de 2,8 mm, com superfície protegida com eletrodeposição de zinco, com camada de 5 micrômetros amarelo, bucha de aço com bronze e politetrafluoretileno, ângulo de abertura de 72 graus, esforço máximo para abertura de 15 N.
8302.30.00	051	Trava da cabina com carcaça em liga de aço (S420MC), alavanca e elemento principal de travamento em liga de aço (C45), dimensões máximas de 206 x 177 x 54 mm, peso máximo de 2,5 kg, força mínima suportada de 60 kN, lubrificação em graxa tipo "molikote", com cilindro hidráulico de movimento retilíneo para abertura de trava, chicote elétrico com comprimento mínimo de 300 mm e conector elétrico com até 3 polos, utilizada em caminhões, chassis de ônibus e ônibus.
8408.20.20	009	Motor turbo diesel de ignição por compressão transversal - 2,2L - 16v - 4 cilindros em linha - 2184 cm3 - com sistema de injeção direta - 2000 bar - potência de 197 hp (200 cv) @ 3500 rpm - torque 450 Nm @ 1500 rpm.
8412.21.10	085	Atuadores hidráulicos de dupla ação, de percurso linear, constituídos por um cilindro e um êmbolo móvel conectado a uma haste, de pressão máxima entre 189 bar e 545 bar, temperatura de trabalho entre -30 e 122 graus Celsius, diâmetro externo da camisa compreendida entre 35 mm e 271 mm, diâmetro interno da camisa compreendido entre 25 mm e 220 mm, diâmetro da haste compreendido entre 19 mm e 140 mm, e curso da haste compreendido entre 152 mm e 2290 mm, utilizados em máquinas agrícolas.
8412.90.80	034	Tubo; contendo liga de alumínio forjado com alta resistência a corrosão; com porcentagem de silício entre 0,6% e 1,3% e de magnésio entre 0,6% e 1,2%, com resistência a tração menor ou igual a 160 N/mm2 (ISO 6892), alongamento na fratura maior ou igual a 14% (ISO 6892), dureza entre 35 HB e 50 HB (ISO 6506), comprimento entre 108,5 mm e 115 mm e massa entre 0,156 kg e 0,199 kg; para fabricação de cilindro pneumático; com função de transmitir força da mola interna para o pistão principal do cilindro afim de propiciar acionamento e desacionamento do freio de estacionamento; com aplicação em caminhões, ônibus.
8412.90.80	035	Pistão; contendo liga de alumínio injetado sob pressão; com porcentagem máxima de ferro de 1,3%, com diâmetro externo entre 166,8 mm e 182 mm, diâmetro para montagem de gaxeta entre 160 mm e 175,2 mm, rosca M40X1,5, com massa entre 0,510 kg e 0,711 kg, dureza Brinell entre 50 HBW e 100 HBW (ISO 6506) e temperatura de trabalho entre -60 graus Celsius e 250 graus Celsius; para fabricação de cilindro pneumático; com função de transmitir a força mecânica da mola, quando em condição de estacionamento, e transmitir a pressão pneumática para comprimir a mola, quando em condição de marcha; com aplicação em caminhões, ônibus.
8412.90.80	036	Garfo; contendo aço carbono não ligado de alta resistência; com comprimento de 75mm, furo para encaixe de pino com dureza de 61 (-6) HRC e de diâmetro 16 (+0,070) mm, com distância entre faces de 15 (+0,680/+0,160) mm e massa igual a 0,265 kg; para fabricação de cilindro pneumático; com função de transmitir a força do cilindro pneumático para o ajustador de folga propiciando o acionamento do freio de serviço ou de estacionamento; com aplicação em caminhões, ônibus.
8414.59.90	100	Eletro ventilador radial sem ou com escova, com controlador PWM integrado ou controlador resistor cerâmico ou controlador linear externo, alimentado a corrente contínua com uma única hélice entre 120,0 mm e 150,0 mm de diâmetro externo, consumo de potência entre 210 W e 360 W, faixa de voltagem de 12,0 a 32 V, do tipo usado em caixa de ar-condicionado para climatização de veículos automotivos.
8421.23.00	010	Cesto coletor de partículas montado internamente em injetores de combustível para motores de combustão de ciclo otto, para retenção de micropartículas com malha micrométrica que retém partículas maiores do que 31 micrômetros.
8421.32.00	012	Sistema modular de reação de decomposição de partículas de ureia em gases de escape de motor Diesel; contendo aço inoxidável (AISI 439) de 2 mm de espessura, difusor de mixagem dos gases, manta de isolamento térmico, fixação modular, conector de sensor de temperatura e DP; com comprimento 759,2 mm, largura 359,3 mm, altura 213,5 mm, peso 23,6 kg, conexão flange cônico de 40 graus e diâmetro 360 mm, manta isolante de condutibilidade térmica de 0,12 W/mK a 500 graus Celsius; para fabricação de sistema de pós tratamento de gases de exaustão de motores Diesel; com função de decompor as moléculas de ureia no gás de exaustão para reação de termólise; com aplicação em caminhões, ônibus.
8471.41.00	028	Módulo de controle de configurações, fabricado em material plástico (JDM H22), dotado de Encoder conectado com microcontrolador (ATA6616C) via LIN Bus, ARMC (unidade de controle de apoio de braço) via LIN bus, com tensão nominal de 14 VCC, corrente de operação de 175 mA, dimensões nominais da peça de 207,7 mm x 59,3 mm x 39,73 mm, em conformidade com as diretrizes do protocolo EU rohs (2002/95/ec), própria para controle de configurações de funcionamento das colheitadeiras de cereais autopropelidas.
8481.80.92	080	Válvula eletropneumática, com dimensões aproximadas de 68 mm x 112 mm e diâmetro de 38,5 mm, tensão de trabalho de 24 V, corrente nominal de 69 A, potência nominal de 16,6 W, resistência de 35 ohms (+/- 2 ohms), pressão máxima admissível de 13 bar, pressão de trabalho entre 5,5 até 11 bar, diâmetro de conexão de entrada e saída de 4 mm, temperatura de trabalho entre -40 e 85 graus Celsius, com grau de proteção IP 6K6 e IP 6K9K (para conexões 1, 2 e 6) e / ou IP 6K7 (para conexões 1, 2, 3 e 6) com material predominante em aço; aplicado em veículos comerciais médios e pesados.
8481.80.97	029	Corpo de borboleta para controle da vazão de ar de motor de combustão interna alternativo, de ignição por centelha, corpo externo e válvula fabricados em liga de alumínio, vazão de ar mínima menor ou igual a 1,20 kg/h à pressão de 1000 mbar, com ângulo fechado de 4,5 graus, controlado por módulo de controle eletrônico, acionado por motor de corrente contínua e redução por engrenagem de segmento, com temperatura de operação variando entre -40 graus Celsius a 125 graus Celsius, tensão de operação que pode variar de 6 a 16 volts, sensor de posição de efeito Hall, eixo da borboleta fabricado em aço inox SUS303, próprio para motores de veículos automóveis de passageiros.
8481.90.90	149	Subconjunto carcaça; contendo corpo em plástico (poliftalamida-PPA e polietileno de alta densidade); anel de vedação em aço inoxidável (SAE J405) revestido em borracha vulcanizada não endurecida (ASTM D2000 ou SAE J200); com anel com diâmetro interno de 42 mm (+-0,13 mm), diâmetro externo de 49,50 mm (+-0,13 mm) e espessura de 0,50 mm (+-0,13 mm), carcaça com diâmetro externo 62 mm (+- 0,5 mm), altura de 82,3 mm (+-1,0 mm); para fabricação de conjunto válvula de controle de vazão do combustível; com função de alojar os componentes do conjunto da válvula; com aplicação em automóveis, veículos comerciais leves.
8483.50.10	026	Polia da roda fônica; contendo aço (EN 10111); com acabamento galvanizado, 58 dentes, espessura de 3,1 mm e diâmetro maior aproximado de 212 mm, diâmetro sobre esferas de 174,75 mm (+-0,3 mm); para fabricação de motores diesel; com função de permitir a leitura da rotação do motor; com aplicação em caminhões, ônibus, máquinas agrícolas autopropulsadas, máquinas rodoviárias autopropulsadas.
8501.10.19	058	Mecanismo de acionamento elétrico, dotado de tampa em aço FeP02, carcaça em aço Fep04, eixo em aço C40 e juntas de borracha, para motorredutores de 24V, próprio para o sistema de regulagem dos vidros elétricos; aplicado em veículos comerciais médios e pesados.
8501.31.10	056	Motor elétrico; contendo eixo, carcaça, com escova e sem hélice de ventilação acoplada ao eixo; com corrente contínua (DC), resistência incorporada internamente, filtro EMC, alimentado por conector de 2 vias ou por cabo de duas vias com terminais metálicos, controlado por PWM, potência de 88 W, diâmetro externo de 51 mm, tensão de alimentação de 12 V, faixa de rotação 600 rpm a 6000 rpm; usado na fabricação de caixas de ar adicional; com função de acionamento do sistema; com aplicação em automóveis, veículos comerciais leves, caminhões.
8507.10.90	005	Acumulador elétrico de chumbo e caixa em polipropileno para utilização automotiva regulada por válvula; tensão nominal start/stop 12V, retenção de energia grau C2, resistência de vibração grau V3, nível de resistência E3, microciclo de desempenho grau M3, da Família 5: Até 50 Ah, peso bruto de 11,09 a 15,76 Kg, faixa de trabalho 340 a 550 CCA - 18 Graus Celsius (A), capacidade nominal no regime de 20 horas C20 de 35 a 50Ah.
8512.20.11	055	Farol de trabalho em LED, contendo corpo em plástico, processo de fabricação por injeção de alumínio sob pressão, dotado de lente em vidro para proteção, com tensão entre 12 V e 24 V, potência de 32 W, dimensões aproximadas de 84,9 mm x 179,9 mm x 72 mm, com lúmens efetivos totais de 2200 (+- 300 lúmens), próprio para controle de luminosidade em campo e iluminação diurna e/ou noturna em máquinas agrícolas autopropulsadas
8512.20.11	056	Farol dianteiro com lâmpada LED, com projetor de posicionamento, dotado de funções de posição, pisca, farol alto, farol baixo, DRL com tecnologia LED, lentes em policarbonato com verniz de tecnologia antiembaçante, alojamento em polipropileno antichamas e carga de talco, regulagem de altura acionado manualmente pelo motorista; possui refletores metalizados, opera com tensão de 13,5 V, com largura entre 510 mm a 525 mm, altura entre 290 mm a 310 mm e comprimento entre 470 mm a 485 mm, com peso máximo de até 3,9 kg, aplicado em veículos automóveis de passageiros.

8512.20.11	057	Farol com projeção de luz através de projetor, com motor DC para comutação do farol alto com farol baixo, luzes de posição e de rodagem diurna (DRL) formado por 12 pontos de LEDs brancos com 1 W cada, com refletores em liga de alumínio, guias de luz em (PC), lente externa em policarbonato com acabamento hard coating e bezel interno em PBT com acabamento em Dark Chrome, próprio para veículos automóveis de passageiros.
8512.20.19	027	Luz de cortesia aplicada no teto do interior do veículo; dotada de 1 conector elétrico e material PP+T20%; iluminado com lâmpadas ou LEDs; tensão nominal de 12 volts; dimensões aproximadas de 221,11 mm e largura de 93,86 mm (possibilidade de variação +- 5 mm); aplicado em veículos automóveis ou comerciais leves.
8512.20.22	029	Lâmpada indicativa de direção e posição, contendo corpo constituída em poliamida, fibra de vidro e metacrilato, lentes em acrílico laranja e transparente, com tubo corrugado de diâmetro aproximado de 7,1 mm, potência de 21 W, dimensões de 122 mm x 83 mm, própria para aplicações em máquinas agrícolas autopropulsadas
8512.20.23	025	Caixa de luzes combinadas, com carcaça em policarbonato (PC) e acrilonitrila-butadieno-estireno (ABS) lente em acrílico polimetilmetacrilato (PMMA), refletor em PC, fixadores tipo M8 na parte traseira, torque de aperto entre 7 e 13 Nm, classe de resistência de grau 8.8 com proteção de no mínimo 72 horas contra corrosão, dimensões máximas de 375 x 156 x 141 mm, iluminação em LED (diodo emissor de luz) com potência máxima de 10 W, luzes indicadoras de posição noturna, mudança de faixa, frenagem, marcha ré e luz de neblina, alarme sonoro com som máximo de saída de 80 dB, classe de proteção IPX9K, conector com 7 pinos de contato elétrico, sendo 3 pinos de 2,8 mm e 4 pinos de 1,5 mm, tensão de trabalho de 24 V, utilizada em caminhões, chassis de ônibus e ônibus.
8512.90.00	149	Conector metálico com rasgo para travamento da palheta limpadora de para-brisas; construído em aço com revestimento superficial para resistir à corrosão ambiente; dotado de alojamento para travamento da palheta com dimensões centesimais, com comprimento entre 98 mm e 116 mm, largura de 23 mm, altura de 15 mm e espessura de 1,5 mm.
8525.89.29	005	Câmera, própria para captura de imagens do ambiente traseiro, contendo proteção plástica, cabo de conexão com comprimento nominal de 500 mm, conector de 4 pinos, com tensão de operação de 12 V, dotado de sensor CMOS (semicondutor de óxido metálico complementar), capacidade de fornecer sinal de vídeo digital, com dimensões aproximadas de 94 mm x 82 mm x 75 mm, aplicado em máquinas autopropelidas rodoviárias e da construção civil.
8529.10.90	036	Antena eletrônica, própria para captação de ondas eletromagnéticas e transforma as informações recebidas em bits de comunicação, contendo carcaça em material plástico (X5300WX PC/PBT), com perfil baixo de leitura de ondas, dotada de tecnologia 4G, GPS, WI-FI e LTE Quad Band com 1900 MHz, medidas aproximadas de 151 mm x 134 mm x 25 mm, aplicado em máquinas autopropelidas rodoviárias e da construção civil.
8529.10.90	037	Antena para identificação de posição, contendo carcaça em plástico, cabos em cobre, polietileno, alumínio e PVC, dotado de sistema de posicionamento global (GPS), comunicação de quarta geração (4G LTE CELL), com frequência nominal de 1605,8 MHz, capacidade de operar em temperaturas extremas entre - 40 graus Celsius e - 85 graus Celsius, impedância de 50 Ohms, própria para aplicação em máquinas agrícolas autopropulsadas
8536.50.90	266	Interruptor de arranque do motor, fabricado predominantemente em plástico ABS e PC, com medidas aproximadas de 45,8 mm X 43,49 mm e diâmetro de 42 mm, com conector de 10 vias, temperatura de trabalho entre -40 e 85 graus Celsius, tensão de operação entre 9 V e 16 V, corrente máxima de operação de 100 mA, consumo em modo de espera menor que 1 mA; aplicado em veículo comercial pesado.
8536.50.90	267	Seletor rotativo eletrônico do câmbio; responsável por controlar o acionamento das posições do câmbio no veículo (park, rear, neutral e drive), localizado no console central; possui corpo plástico, knob metálico e motor de passo e indicador PRND com LEDs; tensão de operação igual a bateria do carro (12 V) e 4 V para o indicador PRND; dimensões aproximadas de 110,3 mm x 120,2 mm x 96,7 mm (possibilidade de variação +- 5 mm)); aplicado em veículos automóveis ou comerciais leves.
8536.50.90	268	Painel de controle de porta para acionamento e gerenciamento de funções elétricas de vidro e travas; tensão de trabalho entre 8 V a 16 V; comunicação analógica; conector de até 30 pinos, carcaça e botões em termoplástico, corrente máxima de trabalho de 200 mA, temperatura de trabalho -30 graus Celsius a 80 graus Celsius, aplicado em veículos automóveis de passageiros.
8537.10.90	151	Módulo eletrônico de software embarcado, contendo placa de circuito impresso com componentes eletrônicos, dotado de sistema de comunicação via CAN, com capacidade de operação entre 9 V e 16 V, comprimento de 280 mm e altura de 75 mm, próprio para gerenciamento de integração do sistema de funções disponíveis da cabine (comando de liga/desliga faróis, liga/desliga alerta, direções da ventilação do ar condicionado e bloqueio do diferencial) em conjunto com sistemas de luzes, temperatura e transmissão em máquinas agrícolas autopropulsadas
8537.10.90	152	Módulo da coluna de direção, contendo suportes de alojamento para conectores em plástico, chicotes em cobre e isolamento em borracha, com dimensões aproximadas de 334,15 mm x 310,13 mm x 691,04 mm, tensão nominal de 12 V, próprio para agrupar as conexões dos "switches" dos componentes da direção em máquinas agrícolas autopropulsadas
8537.10.90	153	Central de controle do ar condicionado, carcaça e botões em PC/ABS, de dimensões aproximadas de 122,8 mm x 239,8 mm x 60,8 mm, com conectores de 16 e 32 vias, dotado de display LCD de 52,8 mm por 34,9 mm, temperatura de trabalho de +30 até +60 graus Célsius, tensão de trabalho entre 12 V até 32 V, tensão nominal de 24 V, corrente de trabalho de 400 mA, com classe de proteção IP5K2 no painel frontal, e resistência a chamas de acordo com a norma UL94-H0, com dois botões mistos, de diâmetro de 42,2 mm, de acionamento por pressão e por rotação, e seis botões de ação simples, com iluminação direta; aplicado em veículo comercial pesado.
8537.10.90	154	Módulo de gerenciamento eletrônico, para regulagem e controle do sistema airbag dotado de memória para gravação de EDR (event data recorder), conhecida como "caixa-preta", conforme normativa (NHTSA 49 CFR part 563 EDR), contém 2 conectores com 84 vias, sendo cavidade 1 com 30 pinos e cavidade 2 com 54 pinos; dimensões aproximadas de 42,9 mm x 117,3 mm x 130 mm (altura x largura x comprimento); aplicado em veículos automotores.
8537.10.90	155	Carregador automotivo sem fio de tecnologia de indução eletromagnética, utilizado como acessório veicular; com tensão de entrada máxima de 16 Volts, potência máxima para carregamento de 60 Watts e peso máximo de 0,5 Kg e moldura plástica entorno da base de carregamento indutivo.
8708.22.00	003	Teto solar panorâmico com vidro semi-temperado, laminado fumê, proteção a raios solares, tolerância de construção do vidro de +/- 2mm e com cortina persiana de tecido com acionamento elétrico, para aplicação em automóveis.
8708.29.99	443	Painel interno de porta traseira, constituído em aço estampado (MJAC270D-0D-45/45), dimensões aproximadas de 1045 mm x 1265 mm, peso de 4280 g (+/- 100 g) para veículos automóveis.
8708.29.99	444	Painel externo de porta traseira, constituído em aço estampado (MJAC340H-OC-45/45), com dimensões aproximadas de 1045 mm x 1265 mm, peso de 3840 g (+/- 100 g) para veículos automóveis.
8708.29.99	445	Painel interno de porta dianteira, constituído em aço estampado (MJAC270D-0D-45/45), dimensões aproximadas de 1210 mm x 1269 mm, peso de 6450 g (+/- 100 g) para veículos automóveis.
8708.29.99	446	Painel externo de porta dianteira, constituído em aço estampado (MJAC340H-OC-45/45), com dimensões aproximadas de 1210 mm x 1269 mm, peso de 4730 g (+/- 100 g) para veículos automóveis.
8708.29.99	447	Painel do teto, constituído em aço estampado (MJAC270D-0D-45/45), com dimensões 1850 mm x 1200 mm, peso de 10430 g (+/- 100 g) para veículos automóveis.
8708.29.99	448	Peça decorativa, lado do passageiro; contendo plástico (ABS-PC), película hidrográfica polivinílica com processo de pintura WTP, aplique de decoração 3D estampado com grafismos elaborados simulando superfícies como: madeira, fibra de carbono, alumínio e demais acabamentos; com peso aproximado de 0,139 kg, e dimensões de comprimento 905,9 mm, largura de 72,8 mm, altura 98,5 mm; para fabricação de painel automotivo; com função de acabamento; com aplicação em automóveis.
8708.29.99	449	Reforço longitudinal da carroceria com duas seções em material CR430LA, limites de escoamento de 340 MPa a 420 MPa, limite de resistência (mínima) de 410 MPa e uma seção em material CR780T, limites de escoamento de 420 MPa a 550 MPa e limite de resistência de 780 a 900 MPa.
8708.29.99	450	Difusor do ar-condicionado; com função de direcionar e distribuir uniformemente o ar por todo habitáculo do veículo; composto por polipropileno; com dimensões entre 250 mm a 280 mm de comprimento e 75 mm a 95 mm de largura; aplicado em veículos automóveis ou comerciais leves.
8708.30.90	265	Módulo pedal de freio; composto de carbono, aço, ferro e compostos metálicos; comprimento aproximando entre 270 mm e 330 mm; aplicado em veículos automóveis ou comerciais leves.
8708.40.80	047	Caixa de marchas longitudinal, automatizada, com 6 velocidades além da marcha a ré, com sistema Overdrive, comprimento máximo de 870 mm, instalado no veículo, peso seco de 282 kg, tolerância de mais ou menos 5 kg e torque de 2100 Nm, dotada de módulo eletrônico (ECU) e cilindros pneumáticos retilíneos para acionamento da embreagem, relação de marcha total de 8.16, com ou sem retardador hidrodinâmico, utilizada em caminhões, chassis de ônibus e ônibus.
8708.50.80	059	Conjunto do eixo rígido dianteiro tipo banjo com capacidade máxima de carga vertical de aproximadamente 1200 kg, com diferencial dianteiro, caixa satélite (com ou sem roda livre automática), com 2 engrenagens satélites, 2 engrenagens planetárias e sistema de ajuste de pré-carga do rolamento por anel de ajuste, aplicado em veículos comerciais leves.
8708.50.80	060	Conjunto do eixo rígido traseiro tipo banjo com capacidade máxima de carga vertical de 2000 kg (+/- 200 kg), com medidas aproximadas de 1645 mm comprimento e 275 mm diâmetro do banjo, composto por carcaça, semieixos, componentes de freio tipo tambor e diferencial traseiro com coroa de aproximadamente 258 mm diâmetro, caixa satélite com 4 ou 2 engrenagens satélites e 2 engrenagens planetárias e sistema de ajuste de pré-carga do rolamento por anel de ajuste, aplicado em veículos comerciais leves tipo pick-up com tração 4x4.
8708.50.80	061	Conjunto do eixo rígido dianteiro tipo banjo com capacidade máxima de carga vertical de 1300 kg (+/- 100 kg), com medidas aproximadas de 565 mm comprimento e 225 mm diâmetro do banjo, composto por carcaça, diferencial dianteiro, caixa satélite (com ou sem roda livre automática) com 2 engrenagens satélites, 2 engrenagens planetárias e sistema de ajuste de pré-carga do rolamento por anel de ajuste, aplicado em veículos comerciais leves tipo pick-up com tração 4x4.
8708.50.99	098	Perfil de torção; contendo aço multifásico (DIN EN 10305-3 BTT510FB); com conformação a partir de tubo soldado de diâmetro 90 mm (+/-0,40mm), espessura de 2,80 mm (+/-0,10 mm), comprimento de 1140 mm, limite de escoamento mínimo de 510 MPa, recozido, jateado com abrasivo, clinchado com uma profundidade de 1,8 mm (+/-0,4 mm), distância de separação entre chapas de 0,1 mm, espessura mínima da chapa superior e inferior na região clinchada de 1,3 mm, rigidez torcional de 370 Nm/grau (+/-10%), rugosidade média superficial máxima de 45 micrometros e peso de 6932 g; para fabricação de eixo traseiro; com função de atuar como interface entre os componentes braços laterais e os assentos de mola do eixo traseiro, fornecer a rigidez torcional requerida para o funcionamento do eixo; com aplicação em automóveis.
8708.80.00	173	Biela barra estabilizadora dianteira; composta por aço, borracha e graxa; tem a função de ligação entre barra estabilizadora e a suspensão; dimensões máximas aproximadas 280 mm a 310 mm; aplicado em veículos automóveis ou comerciais leves.
8708.93.00	040	Tubo hidráulico de alta pressão do sistema de embreagem; composto de PA12, PA66 e EPDM com pressão de ruptura de 100 bar; comprimento máximo aproximado de 350 mm e diâmetro interno aproximado de 15,2 mm.
8708.93.00	041	Pedal para embreagem de veículos automóveis de passageiros, com braço fabricado em aço laminado a quente grade SS400 com espessura de 6.0 mm, base de fixação em aço SPHC-P laminado a quente com 1.6 mm de espessura, curso total de 140 mm, pressão necessária para acionamento inicial de 0.7 kgf e pressão necessária para atingir curso máximo de 1.3 kgf, montado com sensor do sistema de ignição.
8708.95.10	001	Conjunto do airbag lateral, com sistema inflador do tipo ACH-2 de estágio único, bolsa com volume nominal entre 50 e 56 litros e dobradura em forma espiral de diâmetro máximo nominal entre 110 e 138 mm, com suportes e parafusos para fixação, com gás podendo conter argônio, oxigênio e hélio, tempo de abertura menor ou igual a 50 milissegundos, pressão máxima nominal entre 500 e 550 kPa, com peso nominal entre 1,5 e 1,95 kg e comprimento nominal entre 2350 e 2750 mm, aplicado em veículos automotores.
8708.99.90	375	Pedal do acelerador, constituído em material plástico com suporte de fixação em metal, dotado de sensor de posição com conector elétrico de 6 pinos, com tensão nominal de 5 V, dimensões aproximadas de 249 mm x 234 mm x 161,2 mm, próprio para máquinas agrícolas autopropulsadas
8708.99.90	376	Conjunto mecânico articulado, contendo eixo central forjado, casquilhos usinados e com tratamento de têmpera, coifas e acabamento (vedação) de EPDM, com comprimento de 175 mm, diâmetro máximo nominal de 122 mm, peso total aproximado de 5,7 kg, próprio para prover a articulação dos braços da suspensão com a manga de eixo em máquinas agrícolas autopropulsadas
8708.99.90	377	Tubo saída radiador; corpo em aço carbono com camada de zinco + EPDM; reforçado com fibra de vidro na estrutura têxtil (GF30); possui 3 suportes de fixação em aço no corpo do tubo; diâmetro interno de 26 mm (+- 0,5mm); aplicado em veículos automóveis ou comerciais leves.
8708.99.90	378	Caixa de transferência, utilizada no trem de força de veículo pesado 4X4, para transferir potência para os eixos dianteiros e traseiros, ora tração no eixo traseiro, ora tração nos eixos dianteiros e traseiros, carcaça em alumínio fundido, torque máximo de entrada em 10.000 Nm e máxima velocidade de entrada de 3500 rotações por minuto relação 1,00 em caixa alta e 2,00 em caixa baixa, dimensões aproximadas de 15 polegadas de largura, 22 polegadas de comprimento e 24 polegadas de altura, para caminhão leve fora de estrada.
9026.10.19	005	Fluxômetro tipo turbina, contendo corpo, tampa e componentes internos fabricados em plástico IXEF, Nylon e PP reforçados com fibra de vidro, rotor em aço inox, eixo em cerâmica alumina e bucha em POM, rolamentos em safira sintética e esferas de encosto de carboneto de tungstênio, vedações em VITON e EPDM, com vazão de trabalho de 2 galões/minuto a 120 galões/minuto, dotado de sensor magnético de efeito Hall, chicote elétrico com conector de 3 pinos selado, sinal de entrada de 9 a 16 VDC e sinal de saída 5 V, frequência de 1 Hz a 5000 Hz, próprio para medição de vazão de calda de produto químico durante a aplicação em pulverizadores autopropulsados
9026.10.29	016	Medidor de quantidade de combustível tipo braço flutuante, dotado de sensor resistivo tipo filme espesso ("thick-film"), com resistência variável de 12 ohms a 320 ohms, conector elétrico de 2 vias integrado à flange de montagem, com tensão de trabalho de 2 V a 8 V, corrente máxima de 800 mA, capacidade de profundidade do tanque de 526,7 mm (posição totalmente vazio até a flange), braço de movimentação com raio de 328,9 mm e ângulo de operação de 105 graus, próprio para fazer a leitura da quantidade de diesel dentro do tanque em máquinas agrícolas autopropulsados
9029.20.10	008	Painel de instrumento, contendo tela de fibra de vidro, dotado de 3 ou 1 conector, com tensão de operação entre 9 VDC e 16 VDC, temperatura de operação de -30 graus Celsius a 70 graus Celsius, temperatura de armazenamento de -40 graus Celsius a 85 graus Celsius, 44 símbolos indicativos, com 12 ou 40 terminais sendo 2 deles para comunicação CAN, próprio para exibição de informações relevantes (luz de direção esquerda/direita, parada de motor, aviso de freio, alerta, bateria, tomada de força, transmissão, bluetooth e temperatura do óleo) do implemento em máquinas agrícolas autopropulsadas
9031.80.99	041	Sensor ultrassônico próprio para instalação em para-choques de veículos automóveis de passageiros, para detecção de obstáculos, comunicação com módulo eletrônico através de barramento LIN, faixa de medição de 30 a 120 cm, podendo operar em temperaturas entre -30 a +80 graus Celsius, frequência de operação podendo ser na versão 55.5 kHz ou 51.2 kHz, com placa de circuito tipo FR-4 e transdutor.
9032.89.29	335	Unidade de gerenciamento de segurança integrado com 1 conector, dimensões de 86 mm de largura, 84 mm de comprimento, 41 mm de altura; com 16 canais CAN, sendo 12 canais para F-CAN e 4 para B-CAN, com funções de conversor de protocolo gateway, filtros de pacotes firewall, para impedir ataques cibernéticos e/ou invasões não autorizados de redes internas e/ou externas ao veículo automotores através de autenticação das unidades de controle e softwares e enviando notificações sobre o monitoramento da segurança do veículo, com peso de até 100 gramas.
9032.89.29	336	Unidade de controle eletrônico (ECU) própria para gerenciamento de funções do módulo de controle de carregamento combinado (CCCM) de veículos comerciais, caminhões, chassis e ônibus elétricos, dotada de placa de circuito impresso montada com componentes eletrônicos, comunicação via CAN e programa dedicado de propriedade do fornecedor, dimensões aproximadas de 155,7 mm x 144,8 mm x 40 mm e peso aproximado de 560 g.
9032.89.90	029	Módulo de processamento de imagem, fabricada de material alumínio ADC12 (EN-AC 46000), dotado de sistema operacional Linux, processador primário e secundário (Zynq MPSoC), em conformidade com os requisitos da diretiva (RoHS), com dimensões nominais de 299,5 mm x 209 mm x 47,3 mm, tensão de operação entre 9 V e 32 V, temperatura de operação entre - 40 graus Celsius e 75 graus Celsius, próprio para processar as imagens capturadas por câmeras de qualidade de grãos instaladas nos elevadores de grãos em colheitadeiras de cereais autopropelidas
9401.20.00	008	Assento mecânico, contendo partes metálicas pintadas com tinta poliéster, botões e manoplas em polipropileno e almofadas em poliuretano moldado, dotado de sensor de presença do operador integrado, cinto de segurança acoplado a estrutura, com base rígida com ajuste horizontal em 170 mm, regulagem de apoio lombar e ajuste de peso entre 40 kg e 150 kg, ajuste do nível de amortecimento e suspensão horizontal, com largura de 680 mm, comprimento entre 495 mm a 509 mm, altura de 728 mm a 731 mm (L X C X A), próprio para acomodar o operador dentro da cabine em máquinas agrícolas autopropulsadas
9401.99.00	156	Subconjunto trava de encosto traseiro do banco automotivo; contendo aço carbono de alta liga, polímero plástico, com ou sem fita de polyester, com uma haste de acionamento manual e mola de retorno; com resistência de 1200 kgf, carga máxima de 4 kgf, altura de 86,2 mm, comprimento de 57,7 mm e furos com 8,2 mm; para fabricação de encosto traseiro do banco automotivo; com função de travar e destravar a posição de viagem do encosto do banco; com aplicação em automóveis.
9401.99.00	157	Encosto de cabeça, conectado na parte superior do encosto do assento, através de pinos conformados e solidários entre si, de fixação e regulagem de altura, conectados ao dispositivo de ajuste de inclinação, injetados internamente ao apoio da cabeça; com comprimento entre 219,9 mm e 450 mm; altura entre 65,0 mm e 190 mm; largura entre 33,2 mm e 230 mm; espessura 6,0 mm e 130 mm, de assento automotivo.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 591, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera o Anexo VI da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 6º, incisos IV e V, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, considerando o disposto na Decisão nº 08/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, e tendo em vista a deliberação de sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Fica excluído no Anexo VI da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, o produto conforme consta do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Fica incluído no Anexo VI da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, o produto conforme consta do Anexo II desta Resolução.

Art. 3º A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços editará norma complementar visando estabelecer os critérios de alocação das quotas estabelecidas aos produtos mencionados no Anexo II.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 06 de maio de 2024.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

ANEXO I

NCM	Nº Ex	Alíquota	Descrição	Quota	Unidade Quota	Início da Vigência	Término da Vigência
8502.31.00	001	0%	- Qualquer grupo eletrogêneo de energia eólica classificado no código 8502.31.00, exceto os de potência inferior ou igual a 7.500 kVA	-	-	01/01/2024	31/12/2024

ANEXO II

NCM	Nº Ex	Alíquota	Descrição	Quota	Unidade Quota	Início da Vigência	Término da Vigência
8502.31.00	-	11,2%	--De energia eólica	-	-		
8502.31.00	002	0%	Grupos eletrogêneos de energia eólica de potência superior a 7.500 kVA	-	-	06/05/2024	31/12/2024
8502.31.00	005	0%	Grupos eletrogêneos de energia eólica de potência igual ou superior a 5.700 kVA e inferior ou igual a 6.800 kVA	145	unidades	06/05/2024	31/12/2024

RESOLUÇÃO GECEX Nº 592, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera a Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que altera a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 6º, incisos IV e V, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, considerando o disposto nas Decisões nºs 27/15 e 09/21 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, e tendo em vista a deliberação de sua 213ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º O preambulo da Resolução Gecex nº 272 de 19 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação.

"O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 6º, incisos IV e V, do Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, e considerando o disposto nas Decisões nºs 31/04, 27/15, 29/15, 30/15 e 9/21, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, e na Resolução nº 16/21, do Grupo Mercado Comum, nos Decretos nº 10.291 e nº 10.343, de 2020, e a deliberação de sua 188ª reunião, ocorrida em 17 de novembro de 2021,".

Art. 2º O Art. 8ª da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

V - Anexo VII - Lista de redução temporária das alíquotas do Imposto de Importação tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus/Covid-19.

.....

VII - Anexo IX - Lista de elevações tarifárias por razões de desequilíbrios comerciais derivados da conjuntura econômica internacional." (NR)

Art. 3º Fica revogado o inciso V do art. 8º da Resolução Gecex nº 272, de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Presidente do Comitê

Ministério da Agricultura e Pecuária

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 678, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Altera a Portaria MAPA nº 665, de 21 de março de 2024, e reconhece nacionalmente como livres de febre aftosa sem vacinação os Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.024307/2024-51, resolve:

Art. 1º A Portaria MAPA nº 665, de 21 de março de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Reconhecer nacionalmente como livres de febre aftosa sem vacinação os Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal." (NR)

"Art. 2º Proibir o armazenamento, a comercialização e o uso de vacinas contra a febre aftosa nos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

....." (NR)

"Art. 3º Fica proibido o ingresso e a incorporação de animais vacinados contra a febre aftosa nos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

....." (NR)

"Art. 4º Fica proibido o ingresso e incorporação de bovinos e bubalinos nos estados, municípios e parte de municípios que compõem as zonas reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como livres de febre aftosa sem vacinação oriundos dos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

....." (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso III do § 2º do art. 2º da Portaria MAPA nº 665, de 21 de março de 2024, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25 de março de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS FÁVARO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 10, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE, observando o disposto nas Portarias Ministeriais nº 561 e 562 de 11 de abril de 2018, considerando o Memorando Circular nº 25/2018/SE - MAPA de 25/04/2018, e embasado na Instrução Normativa nº 22, de 20 de Junho de 2013, que estabelece as normas para habilitação de Médicos Veterinários sem vínculo com a Administração Federal para emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), e no que consta no presente processo 21054.001251/2023-51, resolve:

Art. 1º Habilitar o médico veterinário GEFTHER DA ROCHA SANTOS, CRMV/SE - 01497, para emissão de guia de trânsito animal - GTA de AVES da espécie Gallus gallus domesticus oriundas dos estabelecimentos, sob sua responsabilidade técnica, listados no processo supracitado que estejam registrados na Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - Emdagro/SE, (AGROPECUÁRIA ROCHA).

Art. 2º O médico veterinário habilitado no Art. 1º deverá cumprir o disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA 22 DE 2013, no que refere aos deveres do profissional habilitado, quanto a entrega de relatórios de trânsito e vacinações, planilhas de trânsito, informe mensal de notificação de doenças, bem como comparecer ao serviço oficial sempre que convocado ou participar de treinamentos, prestar contas da numeração de GTA, fornecidas pela Emdagro que se encontrem em seu poder e proceder sua devolução por motivo de cancelamento da Portaria, somente estará habilitado para emissão de GTA "online" após cadastro na EMDAGRO.

Art. 3º O médico veterinário habilitado fica obrigado a notificar ao serviço oficial por qualquer meio de comunicação, a mortalidade de aves acima de 15% do lote e mortalidade por doenças sejam alvo do Programa Nacional de Sanidade Avícola, obedecendo ao prazo de notificação em vigor (Portaria SDA 50 de 2013).

Art. 4º Qualquer alteração nos dados cadastrais relacionados no processo nº 21054.deverá ser feita por escrito, mediante requerimento ao SISA-SE, atentando para o prazo máximo de até 15 (quinze dias) após a efetivação da alteração.

Art. 5º O não atendimento ao disposto no Art. 2º implicará no imediato cancelamento desta portaria, sendo que o interessado ficará impedido de requerer outra portaria em um prazo inferior a UM ANO APÓS A SUSPENSÃO.

Art. 6º É vedada ao médico veterinário habilitado a emissão de guia de trânsito animal para outras espécies de animais ou aves a não ser a descrita no Art. 1º desta Portaria, devendo ser originárias do estabelecimento sob sua responsabilidade técnica descrito no citado artigo da Portaria.

Art. 7º É vedado ao médico veterinário habilitado a emissão de guias de trânsito animal com finalidade interestadual de matrizes de descarte (leves ou pesadas) sem que seja emitido Boletim sanitário e envio de aves, exclusivamente para estabelecimentos de abate sob inspeção.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 36 (trinta e seis meses) desde que não haja sido infringido nenhum artigo e não tenha ocorrido nenhuma mudança contratual, ficando condicionada a apresentação anual da anotação de responsabilidade técnica - ART, fornecida pelo CRMV/Sergipe.

Art. 9º O requerimento de renovação deverá ser protocolado na SFA-SE, no prazo mínimo de 30 dias antes do vencimento da portaria.

Art. 10. Esta portaria poderá ser cancelada a qualquer momento a critério do Serviço Oficial.

JONIELTON OLIVEIRA DANTAS

SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 656, DE 18 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e

CONSIDERANDO ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.005522/2022-85, resolve:

Art. 1º Atualizar a habilitação do Médico Veterinário, BRUNO DA SILVA DE VASCONCELOS não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Suídeos, nos Municípios de Paracambi e Seropédica, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor

Art. 2º Revoga-se a Portaria SFA/RJ nº 110, de 24 de março de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor 7 (sete) dias após a sua publicação.

AGNALDO PINTO DA SILVA

PORTARIAS Nº 657, DE 18 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e na Portaria de pessoal SE/MAPA nº 1.372 de 23 de maio de 2023,publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte e

Considerando tendo em vista o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e

Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.001616/2022-85, resolve:

Art. 1º HABILITAR a médica Veterinária, CAMILA DE SOUZA LIMA PEREIRA, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Equinos, no Município de Italva, situado no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor 7 (sete) após a sua publicação.

AGNALDO PINTO DA SILVA

PORTARIAS Nº 658, DE 18 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA,NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2023 e na Portaria de Pessoal SE/MAPA nº 1.371 de 23 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte e

Considerando tendo em vista o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina o Artigo 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e as alterações publicadas na Portaria nº 593 de 30 de junho de 2023, e

Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº21044.000790/2024-72, resolve:

Art. 1º HABILITAR a médica Veterinária, LUCIANA CLAUSEN DA SILVA, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a colheita de amostras para testes diagnósticos de Mormo de Equídeos, devendo a habilitada observar as normas de dispositivos legais em vigor.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor 7 (sete) após a sua publicação.

AGNALDO PINTO DA SILVA

PORTARIA Nº 659, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e

CONSIDERANDO ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.002726/2015-35, resolve:

Art. 1º Atualizar a habilitação do Médico Veterinário, ANDRÉ LUIZ MENDES NASCIMENTO, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Equídeos, nos Municípios de Araruama, Armação de Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e Tinguá, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor

Art. 2º Revoga-se a Portaria SFA/RJ nº 437, de 20 de julho de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor 7 (sete) dias após a sua publicação.

AGNALDO PINTO DA SILVA

PORTARIA Nº 660, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e

CONSIDERANDO ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.002121/2022-73, resolve:

Art. 1º Atualizar a habilitação do Médico Veterinário, FELIPE BALTAZAR CHAVES, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de animais Silvestres e Equídeos, nos Municípios de Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Rio Claro e Pinheiral, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor

Art. 2º Revoga-se a Portaria SFA/RJ nº 731, de 13 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor 7 (sete) dias após a sua publicação.

AGNALDO PINTO DA SILVA

PORTARIAS Nº 661, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e na Portaria de pessoal SE/MAPA nº 1.372 de 23 de maio de 2023,publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, e

Considerando tendo em vista o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e

Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.000146/2024-02, resolve:

Art. 1º Habilitar a médica Veterinária, LARA FRAGA MELO, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação dE Equídeos, nos Municípios de Casemiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim. situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor 7 (sete) após a sua publicação.

AGNALDO PINTO DA SILVA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.101, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Submete à consulta pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a minuta de Portaria que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo Ministério da Agricultura e Pecuária

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura e Pecuária, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22 e 49, do Anexo I, do Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, na Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.021099/2022-77, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a minuta de Portaria que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na forma do anexo desta Portaria.

§ 1º O prazo referido no caput começa a correr a partir da data da publicação oficial desta Portaria, excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento, nos termos da legislação vigente.

§ 2º A minuta encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura e Pecuária: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacaosocial/consultas-publicas.

Art. 2º Após a análise do texto disponibilizado na página do Ministério da Agricultura e Pecuária, as sugestões, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos, da Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio do link: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Serão consideradas sugestões tecnicamente fundamentadas e analisadas as que forem acompanhadas de arquivo com trabalhos científicos, capítulos de livros ou outras publicações cientificas.

Art. 3º Para ter acesso ao Sistema de Monitoramento de Atos Normativos, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso, do Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio do link:https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 4º Findo o prazo estabelecido no art. 1º desta Portaria, será efetuada a consolidação, análise e resposta das contribuições.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA

ANEXO I

PORTARIA SDA/MAPA Nº XXX, XX DE XXXX DE XXXX

	Estabelece os critérios e requisitos de transição para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura e Pecuária, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22 e 49, do Anexo I, do Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, na Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.021099/2022-77, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 2º Os laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária integram a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

CAPÍTULO I

DA APLICAÇÃO

Art. 3º Os critérios e requisitos constantes nesta Portaria se aplicam a qualquer laboratório, público ou privado, que realize ensaios laboratoriais para as ações de fiscalização do Ministério da Agricultura e Pecuária, demais instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e serviços integrantes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários.

Parágrafo único. O credenciamento destina-se a atender, de forma complementar, às demandas das ações de fiscalização do Ministério da Agricultura e Pecuária em apoio aos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para efeito do disposto nesta Portaria, serão consideradas as seguintes definições:

I - agente: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que realiza ou participa, direta ou indiretamente, dos seguintes processos ao longo das cadeias produtivas do setor agropecuário: a) produção, transporte, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização; b) importação, exportação, trânsito nacional, trânsito internacional e aduaneiro; c) transformação e industrialização; d) diagnóstico, ensino, pesquisa e experimentação; ou e) prestação de serviços e demais processos;

II - amostra oficial: amostra colhida por agente público em ação de fiscalização no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, analisada em laboratório oficial ou credenciada da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

III - amostra para garantia sanitária: amostra colhida por agente privado, habilitado ou autorizado, analisada em laboratório oficial ou credenciado da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, para fins de certificação, trânsito ou demais garantias sanitárias;

IV - auditor líder: servidor do Ministério da Agricultura e Pecuária a quem é atribuída a responsabilidade de organizar, realizar e coordenar as auditorias previstas nos incisos I ao VIII;

V - auditor: servidor do Ministério da Agricultura e Pecuária ou profissional de outras instituições designado para integrar uma equipe auditora, a fim de desempenhar atividades de auditoria definidas pelo auditor líder;

VI - auditoria documental: auditoria realizada por meio da análise de documentos solicitados pela equipe auditora ao laboratório;

VII - auditoria in loco: auditoria realizada presencialmente no laboratório auditado a fim de acompanhar a execução das atividades e análises laboratoriais;

VIII - auditoria mista: auditoria na qual parte da equipe audita de modo presencial e a outra parte remotamente;

IX - auditoria remota: auditoria de caráter excepcional, realizada através de ferramentas de áudio e vídeo para acompanhar a execução das atividades e análises laboratoriais;

X - classe de ensaio: conjunto de determinações analíticas agrupadas segundo características afins;

XI - classe de matriz: conjunto de matrizes agrupadas segundo características afins;

XII - credenciamento: reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo poder público, para execução de ações específicas relacionadas à defesa agropecuária;

XIII - ensaio: determinação analítica, segundo uma técnica e um método, aplicados a uma matriz, associada, quando pertinente, a uma espécie animal ou vegetal;

XIV - escopo de credenciamento: conjunto de um ou mais ensaios realizados por laboratório credenciado e publicados no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura e Pecuária;

XV - escopo de referência: relação de ensaios demandados pelas ações do Ministério da Agricultura e Pecuária, por área de atuação;

XVI - escopo mínimo: conjunto de ensaios, constantes do escopo de referência, por matriz, classe de matriz ou classe de ensaio, conforme o caso, que devem compulsoriamente fazer parte do escopo de credenciamento;

XVII - especialista: servidor do Ministério da Agricultura e Pecuária ou profissional de outras instituições com conhecimentos específicos, convidado a integrar a equipe auditora, a quem é atribuída a função de dar suporte técnico a uma auditoria;

XVIII - laboratório credenciado: laboratório público ou privado, de terceira parte, legalmente constituído como laboratório, homologado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária para realizar ensaios e emitir resultados em atendimento às ações do Ministério da Agricultura e Pecuária;

XIX - matriz: objeto de ensaio ou de análise;

XX - método de ensaio: sequência lógica de operações, ordenadamente dispostas, executadas para determinação de características e propriedades físicas, químicas ou biológicas de uma amostra;

XXI - não conformidade: não atendimento, por parte do laboratório, de um critério ou requisito estabelecido em regulamento aplicado ao credenciamento;

XXII - relatório de ensaio: documento do qual constam os resultados de análise de amostra para garantia sanitária;

XXIII - relatório de ensaio com timbre do Brasão da República: documento do qual constam os resultados de análise de uma amostra oficial;

XXIV - responsável pela direção do laboratório: representante legal do laboratório credenciado, responsável pela interlocução entre o laboratório e a Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, da Secretaria de Defesa Agropecuária, no âmbito do seu credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária;

XXV - responsável pela gestão da qualidade: profissional do quadro efetivo de funcionários do laboratório credenciado, responsável pela gerência e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do laboratório, no âmbito do seu credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária;

XXVI - responsável técnico substituto: profissional de nível superior, do quadro efetivo de funcionários do laboratório, legalmente habilitado, inscrito no conselho de classe pertinente, como nível superior, responsável pelos resultados emitidos e pela assinatura dos relatórios de ensaios, referentes ao escopo de credenciamento sob sua responsabilidade, quando o responsável técnico estiver impossibilitado de fazê-lo;

XXVII - responsável técnico: profissional de nível superior, do quadro efetivo de funcionários do laboratório, legalmente habilitado, inscrito no conselho de classe pertinente, como nível superior, responsável pelos resultados emitidos e pela assinatura dos relatórios de ensaio, referentes ao escopo de credenciamento sob sua responsabilidade; e

XXVIII - técnica: princípio físico, químico ou biológico usado como base para analisar uma amostra.

CAPÍTULO III

DO CREDENCIAMENTO

Art. 5º O credenciamento de laboratórios é um processo de adesão voluntária, unilateral, conforme demanda, interesse e critérios definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§1º O Ministério da Agricultura e Pecuária pode alterar a ordem de priorização do credenciamento de laboratório conforme critérios estabelecidos nesta Portaria.

§2º A seleção de laboratórios para credenciamento ocorrerá por edital público de seleção.

§3º O edital público de seleção definirá os critérios da seleção em complementação aos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 6º O laboratório deve indicar um de seus representantes legais, denominado Responsável pela Direção do Laboratório no âmbito do seu credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária, que será responsável pela interlocução entre o laboratório e a Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, podendo ser o mesmo para mais de um laboratório credenciado, desde que pertencentes à uma mesma empresa ou instituição.

Art. 7º O laboratório deve nomear um profissional, do seu quadro efetivo de funcionários, denominado Responsável pelo Sistema de Gestão da Qualidade no âmbito do seu credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária, que será responsável pela gerência e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do laboratório, podendo ser o mesmo para mais de um laboratório credenciado, desde que pertencentes à uma mesma empresa ou instituição.

Art. 8º O credenciamento somente é concedido para ensaios demandados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, constantes do escopo de referência disponível no sítio eletrônico do órgão, por área de atuação.

Art. 9º O credenciamento deixa de ser válido quando ocorrerem alterações no número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no nome empresarial ou no endereço, com os quais o laboratório foi credenciado.

Parágrafo único. O laboratório deve apresentar como Classificação Nacional de Atividades Econômicas primária as relacionadas ao código 7120, 7500 ou 8640.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Art. 10. Para fins de credenciamento são empregados os seguintes critérios de seleção:

I - existência de emergências ou exigências zoofitossanitárias definidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária;

II - capacidade analítica instalada por região geográfica brasileira; e

III - capacidade instalada nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária.

Parágrafo único. Serão priorizados novos credenciamentos em função da distância do laboratório da região de coleta de amostras, considerados os riscos sanitários associados.

CAPÍTULO V

DO ESCOPO

Art. 11. O laboratório credenciado somente pode realizar ensaios para o Ministério da Agricultura e Pecuária após ter seus dados e escopo publicados no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura e Pecuária.

§1 º A divulgação de que trata o caput dar-se-á após a publicação do credenciamento do laboratório no Diário Oficial da União.

§ 2º O escopo mínimo será publicado no repositório do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 12. Ao identificar falhas que comprometam a qualidade dos resultados emitidos, para as quais não possam ser adotadas ações corretivas imediatas, o laboratório deve solicitar prontamente por Ofício à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários a suspensão dos ensaios comprometidos.

§ 1º Caso o ensaio a ser suspenso faça parte de um escopo mínimo, todos os demais ensaios parte desse escopo mínimo devem ser interrompidos.

§ 2º A descontinuidade de um escopo mínimo implica na interrupção do credenciamento do laboratório e na substituição por outro laboratório credenciado, respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção .

CAPÍTULO VI

DA ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL

Art. 13. Para solicitar alteração de razão social de um laboratório credenciado, o interessado deverá apresentar o pleito, por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível na Portal de Serviços do Governo Federal.

Art. 14. A solicitação de alteração de razão social aplica-se quando ocorrerem alterações:

I - no nome empresarial;

II - no nome do laboratório;

III - nas atividades primárias ou secundárias do seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - nos dados de sociedade do seu contrato social ou documento equivalente; e

V - no objeto do seu contrato social ou documento equivalente.

§ 1º O laboratório que alterar o número de seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou realizar quaisquer alterações de razão social previstas nos incisos I a V do caput, tem prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para regularização de seu credenciamento junto à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 2º O laboratório credenciado que não atender ao prazo estabelecido no § 1º terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 3º O laboratório que alterar o número do seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ deve protocolizar nova solicitação de credenciamento.

§ 4º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não ocorra a regularização do credenciamento junto à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

CAPÍTULO VII

DA ALTERAÇÃO DE ÁREA FÍSICA

Art. 15. Para solicitar alteração de área física de um laboratório credenciado, o interessado deve apresentar pleito, por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível na Portal de Serviços do Governo Federal.

§ 1º É facultada à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários a decisão sobre a aceitação do pleito.

§ 2º Se o pleito for aceito, o laboratório tem um prazo máximo de trinta dias após ter realizado alterações em sua área física para apresentar comprovar a alteração de área física junto Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 3º O laboratório credenciado que não atender aos critérios e requisitos desta Portaria e ao prazo estabelecido no § 2º terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 4º O laboratório credenciado que promover alterações de área física sem o aval da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 5º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os §§ 3º e 4º.

CAPÍTULO VIII

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 16. O laboratório deve nomear Responsável Técnico, do seu quadro de funcionários efetivos, com formação de nível superior e qualificação compatíveis com o escopo de credenciamento, registrado no respectivo conselho de classe da unidade federativa de localização do laboratório, que é responsável por todas as etapas do ensaio, pelos resultados emitidos e pela assinatura dos relatórios de ensaio referentes às amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 1º É compulsória a presença do Responsável Técnico ou de seu substituto no laboratório sempre que estiverem sendo realizados ensaios para as ações do Ministério da Agricultura e Pecuária; e

§ 2º O Responsável Técnico somente pode realizar atividades compatíveis com as atribuições do seu respectivo Conselho de Classe.

Art. 17. O responsável técnico somente pode emitir relatórios de ensaio referentes às amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária após ter seu nome publicado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 18. O responsável técnico responde cível, penal e administrativamente, pela emissão de relatórios de ensaio referentes às amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme escopo de credenciamento sob sua responsabilidade técnica, publicado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Parágrafo único. O responsável técnico responde pelos relatórios de ensaio referentes às amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária e pelos respectivos registros realizados no exercício de suas funções, mesmo depois de destituído da função.

Art. 19. O responsável técnico deve fornecer qualquer informação relacionada ao escopo pelo qual é responsável, sempre que solicitado pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

Art. 20. O nome do responsável técnico e seus respectivos períodos de atuação no laboratório credenciado ficam disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura e Pecuária, mesmo depois de destituído do cargo.

Art. 21. O laboratório pode nomear um ou mais responsáveis técnicos substitutos, aos quais se aplicam o previsto nos arts. 17 a 20 desta Portaria, que exerçam as mesmas atribuições do responsável técnico, quando este estiver impossibilitado de fazê-lo.

Parágrafo único. Caso opte por não nomear responsável técnico substituto, o laboratório deve documentar políticas e procedimentos a serem adotados quando da indisponibilidade do responsável técnico, prevendo:

I - A interrupção da recepção de amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária;

II - A interrupção da realização de ensaios referentes às ações do Ministério da Agricultura e Pecuária; e

III - A comunicação imediata à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

Art. 22. O laboratório credenciado que não atender o previsto nos arts. 17 a 21 desta Portaria terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 23. O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os arts. 17 a 21.

CAPÍTULO IX

DA ALTERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 24. Para solicitar alteração de responsabilidade técnica de um laboratório credenciado, o interessado deve apresentar pleito, por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível na Portal de Serviços do Governo Federal.

§ 1º É facultada à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários a decisão sobre a aceitação do pleito.

§ 2º Se o pleito for aceito, o laboratório tem um prazo máximo de trinta dias para demonstrar a atualização da responsabilidade técnica frente aos organismos de acreditação.

§ 3º O laboratório credenciado que não atender ao prazo estabelecido no § 2º terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 4º O laboratório credenciado que promover alteração de responsável técnico sem o aval da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 5º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os §§ 3º e 4º.

CAPÍTULO X

DA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO

Art. 25. Para solicitar alteração de Responsável pela Direção de um laboratório credenciado, o interessado deverá apresentar pleito, por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível na Portal de Serviços do Governo Federal.

§ 1º É facultada à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários a decisão sobre a aceitação do pleito.

§ 2º Se o pleito for aceito, o laboratório tem um prazo máximo de trinta dias para demonstrar a atualização do responsável pela direção frente aos organismos de reconhecimento ou acreditação.

§ 3º O laboratório credenciado que não atender ao prazo estabelecido no § 2º terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 4º O laboratório credenciado que promover alteração de responsável pela direção sem o aval da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 5º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os §§ 3º e 4º.

CAPÍTULO XI

DA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DA QUALIDADE

Art. 26. Para solicitar alteração de Responsável pela Gestão da Qualidade um laboratório credenciado, o interessado deve apresentar pleito, por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível na Portal de Serviços do Governo Federal.

§ 1º É facultada à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários a decisão sobre a aceitação do pleito.

§ 2º Se o pleito for aceito, o laboratório tem um prazo máximo de trinta dias para demonstrar a atualização do responsável pela gestão da qualidade frente aos organismos de reconhecimento ou acreditação.

§ 3º O laboratório credenciado que não atender ao prazo estabelecido no § 2º terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 4º O laboratório credenciado que promover alteração de responsável pela gestão da qualidade sem o aval da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários terá seu credenciamento interrompido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 5º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os §§ 3º e 4º.

CAPÍTULO XII

DA CONFORMIDADE DOCUMENTAL

Art. 27. A fase de análise da conformidade documental será realizada por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível na Portal de Serviços do Governo Federal e se aplica às seguintes solicitações:

I - Credenciamento de Laboratórios;

II - Alteração de Responsabilidade Técnica;

III - Alteração de Responsável pela Direção;
IV - Alteração de Responsável pela Gestão da Qualidade;
V - Alteração de Razão Social;
VI - Alteração de Área Física;
VII - Cancelamento de Credenciamento; e
VIII - Cancelamento de Área de Atuação.

§ 1º Nessa fase podem ser solicitados ajustes ou correções nos dados e ou nos documentos apresentados pelo laboratório para verificar o cumprimento dos requisitos e critérios estabelecidos nesta Portaria e nas demais legislações e normas relacionadas ao credenciamento.

§ 2º No caso da necessidade de solicitação de ajustes ou correções o laboratório terá até 30 (trinta) dias para o atendimento.

§ 3º Após 30 (trinta) dias, se ainda houver necessidade de ajustes ou correções, estes podem ser solicitados pela última vez ao laboratório, o qual tem até 30 (trinta) dias para atendimento.

§ 4º O prazo máximo será de 60 (sessenta) dias para atendimento da solicitação de ajustes pelo laboratório.

§ 5º Caso os ajustes ou correções não sejam atendidos pelo laboratório dentro dos prazos previstos nos §§ 2º e 3º, a solicitação é indeferida automaticamente pela Plataforma de Serviços.

§ 6º Decorridos os prazos previstos nos §§ 2º e 3º se ainda persistirem pendências ou necessidade de correções a solicitação é indeferida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 7º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os §§ 5º e 6º.

CAPÍTULO XIII

DAS AUDITORIAS E DO MONITORAMENTO

Art. 28. As auditorias dos laboratórios credenciados serão promovidas pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários para verificar o cumprimento dos requisitos e critérios estabelecidos nesta Portaria e legislações, normas e manuais relacionados ao credenciamento.

§ 1º Sempre que aplicáveis, devem ser adotados os critérios de requisitos da ABNT NBR ISO 19011 - Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão.

§ 2º As auditorias são conduzidas por equipes auditoras convocadas pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, sob a liderança de um Auditor Líder designado.

§ 3º As equipes de auditoria de que trata o § 2º terão livre acesso a laboratórios, públicos ou privados, que desenvolvam atividades laboratoriais para a defesa agropecuária, assim como à sua documentação, às amostras e informações de interesse do MAPA.

§ 4º As auditorias e fiscalizações em laboratórios credenciados serão realizadas conforme determinação da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 5º Em prol da saúde pública, da defesa do consumidor, defesa da economia nacional e da Defesa Agropecuária, a equipe auditora terá a prerrogativa de adentrar as instalações laboratoriais, requisitar documentos e registros, apreender amostras e insumos irregulares, registrar infrações e desempenhar outras ações ligadas ao procedimento de auditoria ou fiscalização, independentemente das condições que encontrar no local ou da presença dos responsáveis técnicos ou outros gestores do laboratório.

§6º Somente as auditorias de credenciamento serão comunicadas.

Art. 29. Ficam definidas as seguintes formas de auditoria:
I - auditoria documental;
II - auditoria remota;
III - auditoria mista; e
IV - auditoria in loco.

Parágrafo único. As fases de auditoria documental e in loco são facultativas às solicitações previstas em II e III, e podem ser realizadas conforme complexidade da solicitação e por decisão do Auditor Líder.

Art. 30. Por ocasião da realização das auditorias, o laboratório deve:

I - disponibilizar as informações e documentação relativa ao seu Sistema de Gestão da Qualidade, registros de suas atividades laboratoriais desenvolvidas no âmbito de sua solicitação e demais documentos cadastrais relativos à sua organização ou constituição legal;

II - atender com presteza e colaborar para a plena execução das atividades de auditoria; e

III - tratar com urbanidade a equipe auditora e manter conduta compatível com a moralidade.

Art. 31. As auditorias serão realizadas por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível no Portal de Serviços do Governo Federal e se aplicam às seguintes solicitações:
I - Credenciamento de Laboratórios;
II - Alteração de Área Física; e
III - Cancelamento voluntário do credenciamento.

Art. 32. As auditorias documentais, remotas, mistas e in loco serão organizadas, realizadas e coordenadas por um Auditor Líder, juntamente com os demais auditores e especialistas.

§ 1º No caso de identificação de não conformidades, em auditorias documentais, remotas, mistas ou in loco, o laboratório terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para comprovar a implementação de todas as ações corretivas necessárias à solução das não conformidades evidenciadas.

§ 2º Após decorridos trinta dias, se as não conformidades apontadas como críticas não tiverem sido solucionadas, o laboratório não será credenciado ou terá seu credenciamento interrompido junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 3º Não será permitido que o término do plano de ação para não conformidades ultrapasse 60 (sessenta) dias.

§ 4º Caso as ações corretivas não sejam apresentadas pelo laboratório dentro dos prazos previstos em §§ 1º, 2º e 3º, a solicitação é indeferida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 5º Atendidos os prazos previstos nos §§ 1º e 2º se ainda persistirem pendências ou necessidade de ações corretivas a solicitação é indeferida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 6º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os §§ 4º e 5º.

Art. 33. A auditoria in loco somente será realizada mediante a presença do responsável pelo Sistema de Gestão da Qualidade e de pelo menos um responsável técnico de cada área a ser avaliada.

§1º Na ausência de algum dos representantes previstos no caput a auditoria é considerada encerrada e a solicitação de credenciamento indeferida ou o credenciamento interrompido.

§ 2º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda o § 1º.

Art. 34. Os laboratórios credenciados serão monitorados por meio de:

I - Auditorias documentais, remotas, mistas e ou in loco promovidas pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários;

II - Verificação do cumprimento dos critérios e requisitos estabelecidos nas legislações, normas e manuais afetos ao credenciamento;

III - Avaliação dos relatórios de participação do laboratório em ensaios de proficiência;

IV - Avaliação dos relatórios mensais dos ensaios realizados; e

V - Outras ações definidas pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários em legislações específicas.

§ 1º As auditorias de que trata o inciso I serão realizadas sem comunicação prévia.

§ 2º O relatório de que trata o inciso IV deve ser enviado à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários até o quinto dia útil do mês subsequente.

§ 3º O laboratório credenciado deve, sempre que solicitado, apresentar à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários ou ao auditor líder documentação relativa ao seu Sistema de Gestão da Qualidade, registros de suas atividades laboratoriais desenvolvidas no âmbito do seu credenciamento e demais documentos cadastrais relativos à sua organização ou constituição legal.

Art. 35. É compulsória a participação do laboratório credenciado nos programas de comparação interlaboratorial promovidos ou indicados pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 1º As despesas relativas à participação de que trata o caput serão de responsabilidade do laboratório credenciado.

§ 2º É compulsória a apresentação anual dos relatórios de participação de comparação interlaboratorial pelo laboratório credenciado junto à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 3º Se o laboratório credenciado apresentar um resultado insatisfatório na comparação interlaboratorial, o(s) ensaio(s) relacionado(s) a técnica analítica não serão executados no âmbito do seu credenciamento temporariamente.

§ 4º O laboratório credenciado tem 90 (noventa) dias para providenciar a participação em nova comparação interlaboratorial e encaminhar a comprovação à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 5º Após a execução da comparação interlaboratorial prevista no §4º, o laboratório credenciado deve comprovar que obteve resultado satisfatório à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 6º Se o laboratório credenciado não comunicar o disposto nos §§ 3º e 4º à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, terá seu credenciamento interrompido sumariamente.

§ 7º Se o laboratório não obtiver resultado satisfatório, conforme previsto no §5º, terá seu credenciamento interrompido sumariamente.

§ 8º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda os §§ 6 e 7º.

Art. 36. Todos os registros referentes aos ensaios e às amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária devem estar à disposição da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários sempre que solicitados.

§ 1º Os registros de que trata o caput devem permitir a rastreabilidade de todas as informações necessárias ao estabelecimento de uma linha de auditoria por meio de um Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Informações Laboratoriais.

§ 2º O laboratório deve preservar, por um período mínimo de 5 (cinco) anos, todos os dados relativos a amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária, assim como os registros das observações originais, dados derivados e demais informações referentes aos ensaios nelas realizados.

§ 3º O laboratório pode preservar os dados relativos às amostras, registros das observações originais, dados derivados e demais informações referentes aos ensaios nela realizados de forma digital e legível, desde que todos os dados atendam aos critérios do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, sempre que necessário ou solicitados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 4º O armazenamento de dados, que trata o §3°, deve ser realizado em servidor físico mantido em território nacional.

§ 5º Períodos superiores ao estabelecido no § 2º podem ser definidos em legislação específica.

CAPÍTULO XIV

DAS AMOSTRAS

Art. 37. O laboratório não poderá receber amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária para ensaios não previstos em seu escopo de credenciamento, exceto quando autorizado pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

Parágrafo único. Ensaios laboratoriais com a finalidade de atender exigências de outros países, a fim de subsidiar exportações, exceto quando previsto em acordos comerciais entre países, não necessitam constar do escopo de credenciamento dos laboratórios credenciados, no caso desses ensaios terem que ser realizados em laboratórios credenciados.

Art. 38. As amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária devem ser univocamente registradas e identificadas no laboratório.

§ 1º As amostras que apresentarem divergência de informação que comprometa a rastreabilidade da amostra, entre a documentação e identificação da amostra serão sumariamente rejeitadas.

§ 2º Á exceção do previsto § 1º, o laboratório credenciado que efetuar qualquer ajuste ou alteração não justificado pelo coletor da amostra na documentação para admissibilidade de processamento da amostra terá seu credenciamento interrompido.

§ 3º O laboratório será substituído por outro laboratório credenciado respeitando a ordem de laboratórios homologados no edital público de seleção, caso não atenda o § 2º.

Art. 39. Quaisquer dados relativos a amostras coletadas no âmbito das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária, assim como os registros das observações originais, dados derivados e demais informações referentes aos ensaios nelas realizados, são de propriedade do Ministério da Agricultura e Pecuária e somente podem ser divulgados mediante autorização formal encaminhada pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 1º As amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária são propriedade do Ministério da Agricultura e Pecuária e estarão sujeitas ao recolhimento ou orientação de envio a outro laboratório, conforme definido pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 2º O laboratório credenciado deve registrar o nome e o número de Cadastro de Pessoa Física do responsável pela colheita de amostra para garantia sanitária, por ocasião do seu recebimento.

§ 3º O disposto no §2º visa mitigar a possibilidade de conflito de interesses.

§ 4º As amostras que tiverem alto valor agregado poderão ser devolvidas ao usuário, se ainda houver validade, semestralmente.

§ 5º As amostras oficiais ou para garantia sanitária não poderão ser doadas ou destinadas para consumo de terceiros.

§ 6º As amostras para garantia sanitária deverão ser sinalizadas pelo agente e apresentarem destinatário do Ministério da Agricultura e Pecuária, para recebimento do Relatório de Ensaio.

§ 7º Fica proibido o uso de amostras oficiais ou para garantia sanitária em pesquisas ou qualquer outro uso científico.

§ 8º A divulgação de qualquer informação referente a amostras oficiais ou para garantia sanitária implica na interrupção do credenciamento.

§ 9º A divulgação de qualquer informação sem autorização do Ministério da Agricultura e Pecuária referente a amostras oficiais ou para garantia sanitária implica na penalização administrativa do laboratório credenciado.

§ 10 A responsabilidade administrativa de que trata o §9º, não isenta o laboratório credenciado da responsabilização penal ou cível decorrente do impacto ocasionado à defesa agropecuária.

Art. 40. As amostras que se destinam às análises de contraprova, reteste ou reanálise, que ficarem sob a guarda do laboratório credenciado, quando autorizado em legislação, serão de sua inteira responsabilidade e devem ser mantidas conservadas em condições adequadas, lacradas e invioladas até que seja autorizado seu uso ou descarte.

§1º O laboratório será responsabilizado administrativamente, caso ocorra o comprometimento de uma amostra destinada às análises de contraprova, reteste ou reanálise que está sob sua guarda.

§ 2º A responsabilidade administrativa não isenta o laboratório credenciado da responsabilização penal ou cível.

§ 3º As amostras de contraprova não devem ficar sob a guarda do laboratório credenciado quando houver disposição na legislação.

Art. 41. O laboratório pode se responsabilizar pela amostragem, desde que prevista em legislação específica.

CAPÍTULO XV

DOS MÉTODOS DE ENSAIO

Art. 42. Para a realização dos ensaios em amostras oficiais ou para garantia sanitária, o laboratório deve adotar métodos de ensaios conforme estabelecido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Parágrafo único. A relação de métodos será publicizada no repositório do Ministério da Agricultura e Pecuária.

CAPÍTULO XVI

DO RELATÓRIO DE ENSAIO

Art. 43. O laboratório credenciado deve emitir os resultados obtidos a partir do processamento das amostras oriundas das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio de documento denominado relatório de ensaio, o qual deve informar o número da Portaria de seu credenciamento.

§ 1º Não podem ser emitidos documentos com a denominação de certificado, laudo, boletim pelos laboratórios credenciados, exceto se houver previsão em Lei.

§ 2º O número da Portaria prevista no caput é obrigatório no relatório de ensaio emitido para amostras oficiais e amostras para garantia sanitária oriundas das ações de fiscalização do Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 3º Os relatórios de ensaio emitidos no âmbito do credenciamento devem apresentar exclusivamente os ensaios previstos no escopo de credenciamento do laboratório.

§ 4º Todos os relatórios de ensaio que apresentarem Portaria de credenciamento podem ser alvo de auditoria da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 5º O modelo dos relatórios de ensaio segue padrões definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 6º Quando não for gerado relatório de ensaio, por integração das informações por meio Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Informações Laboratorial os dados devem ser transmitidos por criptografia assinados eletronicamente.

§ 7º Os relatórios de ensaio relativos às amostras oficiais devem sempre ser encaminhados para a área demandante, responsável pela fiscalização no Ministério da Agricultura e Pecuária, e cabe somente ao Ministério da Agricultura e Pecuária o envio dessas informações aos entes fiscalizados.

§ 8º Relatório de Ensaio com timbre do Brasão da República será emitido somente para amostras oficiais colhidas por agente público em ação de fiscalização no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e recebidas e processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária ou laboratórios credenciados.

§ 9º Relatório de Ensaio será emitido Relatório de Ensaio serão emitidos para amostras para garantia sanitária colhidas por agente privado, habilitado ou autorizado, para fins de certificação, trânsito ou demais garantias sanitárias, recebidas e processadas nos laboratórios credenciados.

§ 10. Não serão mais emitidos Relatórios de Ensaio com a denominação de Oficial.

§ 11. O laboratório credenciado deve disponibilizar sistema para a verificação da autenticidade do seu relatório de ensaio.

Art. 44. O laboratório deve interromper imediatamente suas atividades e reter os respectivos relatórios de ensaio quando for identificado trabalho não conforme que interfira, direta ou indiretamente, na qualidade do resultado do ensaio.

Art. 45. É obrigatória a utilização de assinatura eletrônica para a emissão de relatórios de ensaio.

Parágrafo Único. O laboratório deve apresentar certificado válido e atualizado, por Cadastro de Pessoa Física - CPF de cada Responsável Técnico, emitido por autoridades certificadoras credenciadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-BRASIL.

Art. 46. O laboratório credenciado deve informar imediatamente à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários quando o resultado do ensaio ou qualquer outra informação de que disponha revelar a suspeita ou a existência de agente patogênico de notificação obrigatória para o Ministério da Agricultura e Pecuária, praga regulamentada, perigo químico ou biológico que constitua risco para a saúde pública, para a saúde animal ou para a sanidade vegetal.

§ 1º A não comunicação das informações ou a divulgação indevida a terceiros a que se refere o caput implica na interrupção do credenciamento.

§ 2º O laboratório será responsabilizado administrativamente, caso não comunique o disposto no caput.

§ 3º A responsabilidade administrativa não isenta o laboratório credenciado da responsabilização penal ou cível, visto o possível impacto à defesa agropecuária e a saúde pública.

CAPITULO XVII

DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES LABORATORIAIS

Art. 47. O laboratório credenciado deve ter um Sistema de Gerenciamento de Informações Laboratoriais plenamente rastreável até os dados originais, passível de consulta a qualquer momento e que apresente as devidas garantias antifraude e alteração.

Parágrafo Único. O Sistema de Gerenciamento de Informações Laboratoriais deve permitir de forma nativa, ou de forma customizada, a integração com os Sistemas informatizados do Ministério da Agricultura e Pecuária.

CAPÍTULO XVIII

DO CONFLITO DE INTERESSES

Art. 48. O laboratório credenciado não pode, sem a autorização formal da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, subcontratar outro laboratório para realizar, ainda que parcialmente, os ensaios para as amostras oficiais ou para garantia sanitária que servem aos controles do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 49. Em obediência ao relevante interesse público, o laboratório, seus proprietários e suas equipes técnica e administrativa devem estar isentos de envolvimento direto com atividades ligadas à produção ou à comercialização de insumos, produtos, animais e vegetais, alvos das ações de fiscalização do Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 1º O disposto no caput se estende a atividades de representação, serviços de despachante, certificação, consultoria e assistência técnica, bem como à participação em entidades de classe, especialmente associações, federações, cooperativas e sindicatos, e ainda, quando localizados em parques de exposição, jockeys clubes e hípicas.

§ 2º Não configura conflito de interesse a produção de insumos laboratoriais, a produção de materiais de referência, a comercialização de ensaios de proficiência ou os programas de comparação interlaboratorial, a prestação de assistência técnica relacionada à atividade laboratorial, amostragem, coleta e transporte de amostras desde que comunicadas e anuídas quando do credenciamento do laboratório pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

§ 3º Durante o processamento de amostra oficial ou para garantia sanitária, o laboratório credenciado não poderá receber ou processar amostras particulares do mesmo agente ou de suas filiais localizadas na mesma Unidade Federativa.

§ 4º As situações descritas nos §§ 1º e 3º, quando detectadas, serão penalizadas administrativamente.

§ 5º A responsabilidade administrativa de que trata o §4º,não isenta o laboratório credenciado da responsabilização penal ou cível, decorrente do impacto ocasionado à defesa agropecuária e à saúde pública.

CAPÍTULO XIX

DA IDONEIDADE, DA IMPARCIALIDADE E DA CONFIDENCIALIDADE

Art. 50. O laboratório credenciado deve demonstrar mecanismos para garantia da imparcialidade e da confidencialidade dos dados referentes as amostras oficiais ou para garantia sanitária que servem aos controles do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 51. O laboratório não poderá ter sua idoneidade comprometida devido à falsificação, adulteração ou fraude de qualquer dado, informação, etapa ou processo associados à prestação de serviços como laboratório credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 1º O comprometimento da idoneidade do laboratório não se restringe às atividades relacionadas a seu credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 2º As situações descritas no caput, quando detectadas, serão penalizadas administrativamente.

§ 3º A responsabilidade administrativa de que trata o §2º não isenta o laboratório credenciado da responsabilização penal ou cível decorrente do impacto ocasionado à defesa agropecuária.

Art. 52. O laboratório não poderá ter sua idoneidade comprometida devido à divulgação de informações que possam impactar à integridade da Defesa Agropecuária e das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 1º As situações descritas no caput, quando detectadas, serão penalizadas administrativamente.

§ 2º A responsabilidade administrativa de que trata o §1º não isenta o laboratório credenciado da responsabilização penal ou cível decorrente do impacto ocasionado à defesa agropecuária e a saúde pública.

CAPÍTULO XX

DA BIOSSEGURANÇA E DA BIOSSEGURIDADE

Art. 53. O laboratório credenciado deve informar imediatamente à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários quando detectar a existência de agente patogênico de notificação obrigatória para o Ministério da Agricultura e Pecuária, praga regulamentada, perigo químico ou biológico, evento de modificação genética não autorizado pela CTNBio, que não esteja compatível com a estrutura de biossegurança e biosseguridade adequadas.

§ 1º À Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários auxiliará na gestão de risco para controle do agente etiológico, do perigo químico ou biológico.

§ 2º Poderá ser requisitado auxílio de outras autoridades para garantia dos aspectos de biossegurança e biosseguridade.

§ 3º A não comunicação das informações ou a divulgação indevida à terceiros a que se refere o caput implica na interrupção do credenciamento.

§ 4º O laboratório será responsabilizado administrativamente caso não comunique o disposto no caput.

§ 5º A responsabilidade administrativa não isenta o laboratório credenciado da responsabilização penal ou cível, visto o possível impacto à defesa agropecuária e a saúde pública.

CAPÍTULO XXI

DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE, DE ETAPA OU DE PROCESSO

Art. 54. A suspensão temporária da atividade laboratorial ocorre mediante o descumprimento de qualquer critério ou requisito estabelecido nesta Portaria.

§ 1º A suspensão temporária da atividade abrange os ensaios comprometidos pelo descumprimento do critério ou requisito estabelecido nesta Portaria.

§ 2º A suspensão temporária da atividade é aplicada a uma ou a todas as áreas às quais o laboratório é credenciado quando o disposto no § 1º envolver todos os ensaios do escopo de credenciamento de uma área de atuação ou todo o escopo do laboratório.

§ 3º A suspensão temporária da atividade do credenciamento é mantida até que as ações corretivas pertinentes sejam implementadas e consideradas satisfatórias pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

Art. 55. Quando houver prejuízo à qualidade dos resultados dos ensaios, o auditor líder pode adotar, sem a prévia manifestação do laboratório credenciado, a suspensão temporária da atividade laboratorial de uma ou mais áreas de credenciamento ou de todo credenciamento.

CAPÍTULO XXII

DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

Art. 56. O cancelamento do credenciamento ocorre em decorrência do descumprimento de qualquer critério ou requisito estabelecido no edital público de seleção.

Art. 57. Para solicitar o cancelamento voluntário do credenciamento, a pedido do laboratório, o interessado deve apresentar pleito, por meio do Serviço de Credenciamento de Laboratório, no Ministério da Agricultura e Pecuária, disponível na Portal de Serviços do Governo Federal.

Parágrafo único. O cancelamento voluntário é para todo o escopo credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

CAPÍTULO XXIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58. O laboratório deve informar à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários quaisquer alterações em seus dados cadastrais, de forma a manter as informações disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura e Pecuária sempre atualizadas.

Parágrafo único. O laboratório que não informar à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários quaisquer alterações em seus dados cadastrais terá seu credenciamento interrompido.

Art. 59. O laboratório, às suas expensas, deve atender às convocações do Ministério da Agricultura e Pecuária para participar de reuniões e capacitações que se fizerem necessárias.

Art. 60. O laboratório credenciado deve atender às solicitações formais e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários.

CAPÍTULO XXIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. Ficam convalidados os credenciamentos emitidos segundo Instrução Normativa MAPA nº 57, de 11 de dezembro de 2013, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da vigência desta Portaria.

§ 1º Após o prazo disposto no caput, os credenciamentos válidos serão aqueles emitidos segundo critérios e requisitos constantes desta Portaria.

§ 2º Os laboratórios de que trata o caput possuem 90 (noventa) dias para efetuarem as adequações ao escopo mínimo obrigatório junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária e organismo de acreditação.

§ 3º Os laboratórios que não se adequarem ao escopo mínimo obrigatório no prazo estabelecido no § 2º terão seu credenciamento cancelado.

§ 4º Os laboratórios que não processaram, em 2023, a quantidade mínima de 500 amostras oficiais, terão seu credenciamento cancelado em 60 (sessenta) dias.

§ 5º A relação de laboratórios que não atingiram o disposto no § 3º será publicizado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura e Pecuária.

§ 6º O primeiro edital público de seleção para credenciamento de laboratório será divulgado em até 365 dias da vigência desta Portaria.

Art. 62. Os Processos de credenciamento e demais solicitações que não tiverem sido deferidos até a vigência desta Portaria, serão arquivados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Art. 63. Esta Portaria entra em vigor em xxxx.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

RESOLUÇÃO NORMATIVA CTNBIO Nº 40, DE 29 DE ABRIL DE 2024 (*)

Altera a Resolução Normativa CTNBio nº 02, de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre a classificação de riscos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e os níveis de biossegurança a serem aplicados nas atividades e projetos com OGM e seus derivados em contenção.

A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBio, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o disposto nos incisos II, III, IV, XII, XIII, XVI e XX do art. 14 da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, e o constante no Processo SEI nº 01245.003842/2024-99, resolve:

Art. 1º A Resolução Normativa nº 02, de 27 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 18 .....

.....

III - janelas ou laterais e estruturas no teto podem ser abertas para ventilação, devendo possuir mecanismos para impedir a entrada de polinizadores, quando as plantas estiverem em estágio reprodutivo. Quando se tratar de plantas alógamas, anemófilas ou zoófilas, em estágio reprodutivo, a dispersão do pólen deve ser evitada por proteção das estruturas reprodutivas ou por barreiras físicas. Na produção de mudas apenas em estágio vegetativo e sem possibilidade de florescimento, não são requeridas barreiras para pólen ou telas antiafídicas.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor no dia 1º de junho de 2024.

(*) Republicada em razão de inconsistências verificadas no texto original publicado no DOU de 30/04/2024, seção 1, página 19.

LEANDRO VIEIRA ASTARITA
Presidente da Comissão

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER CONCEA/MCTI Nº 39, DE 17 DE ABRIL DE 2024

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA/MCTI, no uso de suas atribuições e de acordo com o inc. II, art. 5º da Lei nº 11.794/2008; e dos arts. 3º e 4º da Resolução Normativa CONCEA/MCTI nº 50/2021, torna público que o CONCEA/MCTI apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01245.004643/2024-06 (818)
CNPJ: 35.414.841/0001-20 - MATRIZ
Razão Social: DEVAX BIOTECNOLOGIA PARA SAÚDE LTDA.
Nome da Instituição: DEVAX
Endereço da Instituição: Rua Placido Rorato, nº 238 - Ipê - CEP: 85.869-669 - Foz do Iguaçu/PR.
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0763.2024

O CONCEA/MCTI, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer Técnico nº 497/2024/SEI-MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa CONCEA/MCTI nº 50/2021.

O CONCEA/MCTI esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA/MCTI, aplicáveis ao objeto do requerimento.

LUISA MARIA GOMES DE MACEDO BRAGA

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

PORTARIA Nº 19, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Revoga o artigo 2º da Portaria PR/CNEN nº 15/2024, a qual altera a denominação na estrutura organizacional do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15, Incisos I e V, do Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2016, e pelos artigos 12 e 13 do Decreto nº 10.829, publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar o Art 2º da Portaria PR/CNEN nº 15/2024, publicada no DOU de 23/04/2024, Seção 1, pág. 14, e BSE de 24/04/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO RONDINELLI JUNIOR

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 1.741, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 11.229, de 7 de outubro de 2022, em conformidade com deliberação da Diretoria Executiva em sua 4ª (quarta) reunião, ocorrida em 26 de março de 2024, e nos termos do Processo nº 01300.002822/2024-99, resolve:

Art. 1º A Portaria CNPq nº 1.594, de 15 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União, de 19 de dezembro de 2023, Seção 1, páginas 10 a 12, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 21. .....

Parágrafo único. O proponente será informado da negativa, dos pareceres pertinentes ao caso, das recomendações solicitadas e da possibilidade de apresentar um único novo pedido de novação, no prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis uma única vez pelo mesmo prazo e mediante justificativa acatada pela área técnica." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO

PORTARIA CNPQ Nº 1.745, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta de dados científicos, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto "Priocharax e outros peixes de pequeno porte da Flona Caxiuanã, Portel (PA)" coordenado pelo Dr. George Mendes Taliaferro Mattox, da instituição Universidade Federal de São Carlos - (UFSCar - Sorocaba), em cooperação com o Dr. Ralf Gerhard Britz, da instituição Senckenberg Natural History Collections, Dresden, Alemanha, conforme Processo CNPq nº 01300.003254/2024-43.

Art. 2º As atividades de coleta de dados científicos estão autorizadas para pesquisador estrangeiro:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Ralf Gerhard Britz	Alemã	Senckenberg Naturhistorische Sammlungen, Dresden, Alemanha.

Art. 3º As atividades de coleta de dados científicos são autorizadas para a localidade de Flona Caxiuanã, Portel (PA), com autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio , SISBIO Nº 89416-2.

Art. 4º Esta autorização terá validade no período de 13 até 22 de maio de 2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 30 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Portaria MCOM nº 7.204, de 18 de outubro de 2022, e considerando o disposto nos autos do Processo nº 53115.011078/2024-12, resolve:

Homologar o Programa de Selos Postais (PSP) de 2025, a ser desenvolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, contendo as emissões dos selos postais comemorativos e especiais, cujos motivos filatélicos foram selecionados na 122ª Reunião da Comissão Filatélica Nacional (CFN) e também foram indicados pela própria ECT.

JUSCELINO FILHO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PRIVADA

DESPACHO Nº 149/2024

O Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações, no uso das suas atribuições, e, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7/11/2013 e Parágrafo único do Art. 203 da Portaria nº 1, de 01/06/2023, publicada no D.O.U. de 05/06/2023, ainda, o que consta no Processo nº 53115.006934/2024-18, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 4936/2024/SEI-MCOM, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 11 de março de 2024, da frequência 830 KHz, (FISTEL n° 08020558934) outorgada à Rádio Guarani do Marajó Ltda., inscrita no CNPJ nº 05.019.948/0001-02, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Soure, estado do Pará.

NELSON ALVES PINTO NETO

DESPACHO Nº 209/2024

O Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações, no uso das suas atribuições, e, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Parágrafo único do Art. 203 da Portaria nº 1, de 01/06/2023, publicada no D.O.U. de 05/06/2023, ainda, o que consta no Processo nº 53115.010806/2024-61, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 7643/2024/SEI-MCOM, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 15 de abril de 2024, da frequência 870 KHz, (FISTEL n° 10030033039) outorgada à Rádio Tabajara de São Benedito Ltda., inscrita no CNPJ nº 10.392.744/0001-52, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Benedito, estado do Ceará.

NELSON ALVES PINTO NETO

DESPACHO Nº 210/2024

O Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações, no uso das suas atribuições, e, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Parágrafo único do Art. 203 da Portaria nº 1, de 01/06/2023, publicada no D.O.U. de 05/06/2023, ainda, o que consta no Processo nº 53115.011528/2024-69, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 7647/2024/SEI-MCOM, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 19 de abril de 2024, da frequência 1450 KHz, (FISTEL n° 10022887547) outorgada à Rádio Cultura de Gurgueia Ltda., inscrita no CNPJ n.º 07.083.025/0001-45, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Bom Jesus, estado do Piauí.

NELSON ALVES PINTO NETO

DESPACHO Nº 211/2024

O Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações, no uso das suas atribuições, e, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Parágrafo único do Art. 203 da Portaria nº 1, de 01/06/2023, publicada no D.O.U. de 05/06/2023, ainda, o que consta no Processo nº 53115.010843/2024-79, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 7650/2024/SEI-MCOM, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 15 de abril de 2024, da frequência 1110 KHz, (FISTEL n° 06008006526) outorgada à Sociedade Emissora Radiovox Ltda., inscrita no CNPJ nº 14.830.103/0001-93 , para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Muritiba, estado da Bahia.

NELSON ALVES PINTO NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 103, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53500.305441/2022-44

Recorrente/Interessado: FEDERAÇÃO NACIONAL DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES E DE INFORMÁTICA, SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELEMARKETING, TELEATENDIMENTO E TELESSERVIÇOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTERJ, CONEXIS BRASIL DIGITAL - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E DE SERVIÇOS MÓVEL CELULAR E PESSOAL, CNPJ nº 25.186.390/0001-67, nº 10.610.398/0001-31 e nº 06.102.961/0001-93

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 22/2024/AC (SEI nº 11695537), integrante deste acórdão:

a) receber o "Pedido de Revisão" (SEI nº 9449336) como "Pedido de Reconsideração";

b) conhecer dos Pedidos de Reconsideração (SEI nº 9424618 e SEI nº 9449336) para, no mérito, negar-lhes provimento;

c) rever, de ofício, a decisão consubstanciada no Acórdão nº 357, de 4 de novembro de 2022, publicado no Diário Oficinal da União de 7 de novembro de 2022, para não mais destinar o Código Não Geográfico "304", em reserva técnica, para a atividade de cobrança; e,

d) revogar o Ato nº 15.314, de 4 de novembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2022.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.142, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53500.011743/2023-35. Confere à KINÉIS SAS, empresa constituída sob as leis da França, o Direito de Exploração, no Brasil, do sistema de satélites não geoestacionários Argos-4A, composto por 5 (cinco) satélites, pelo prazo de 15 (quinze) anos. O representante legal da KINÉIS SAS no Brasil, no que se refere ao sistema de satélites não geoestacionários Argos-4A, é a KINÉIS DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 47.703.140/0001-90, empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 6.157 - Processo nº 53516.000892/2024-81: RADIO MASTER FM LTDA, CNPJ nº 02.357.679/0001-04.

Nº 6.158 - Processo nº 53516.001421/2024-90: AMANDA BLANSKI DE CASTRO, CPF nº ***.219.959-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.189, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Extinguir, por renúncia, a autorização de uso de radiofrequências para o Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), modalidade Transmissão de Programas, a entidade TV CIDADE DE FORTALEZA LTDA, CNPJ 07.152.630/0001-20, FISTEL 50002164159.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2024

Nº 6.096 - Processo nº 53542.001013/2024-11. Expede autorização a MARCELO LIMA PEREIRA, CPF nº ***.839.621-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.097 - Processo nº 53542.001029/2024-23. Expede autorização a ROGERIO ANTONIO PERES, CPF nº ***.403.421-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.098 - Processo nº 53542.001006/2024-19. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a WILSON FRANCISCO ROTTA, CPF nº ***.022.609-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.101 - Processo nº 53542.000991/2024-45. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0051-91, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 6.216, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a NAVMAR APOIO PORTUARIO E MARITIMO LTDA, CNPJ nº 54.414.308/0001-02, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ALEXANDRE ATAÍDE GONÇALVES DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2024

Expede autorização, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, as entidades a seguir relacionadas:

Nº 6.103 - Processo: 53504.003006/2024-18 JOAO DE DEUS SOUZA JUNIOR, CPF nº ***.818.268-**

Nº 6.102 - Processo: 53504.002998/2024-58 ALEX COELHO ALVES, CPF nº ***.350.588-**

Nº 6.100 - Processo: 53504.002972/2024-18- CHARLES DOS SANTOS VARELO, CPF nº ***.358.678-**

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBA
Gerente

ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2024

Expede autorização, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, as entidades a seguir relacionadas:

Nº 6.138 - Processo: 53504.003007/2024-54 MARCELO AUGUSTO SARTORI LOPES, CPF nº ***.334.718-**

Nº 6.140 - Processo: 53504.003026/2024-81 OCKTUS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 07.483.945/0001-50

Nº 6.141 - Processo: 53504.003047/2024-04- VIVIANI AVIOES LTDA, CNPJ nº 54.774.428/0001-10

Nº 6.143 - Processo: 53504.003048/2024-41- CELIO ROSA MONTEIRO, CPF nº ***.629.988-**

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBA
Gerente

ATOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expede autorização, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, as entidades a seguir relacionadas:

Nº 6.159 - Processo: 53504.003057/2024-31 D-OPEN LTDA, CNPJ nº 49.181.288/0001-37

Nº 6.160 - Processo: 53504.003061/2024-08 PP-UGS PARTICIPACOES SPE LTDA, CNPJ nº 54.676.075/0001-16

Nº 6.164 - Processo: 53504.003074/2024-79- ANDRE GUINGER NOBRE, CPF nº ***.679.118-**

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2024

Nº 6.133 - Processo nº 53569.001544/2024-13. Expede autorização à Madeireira Rancho da Cabocla Ltda, CNPJ nº 04139531000110, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.136 - Processo nº 53569.001541/2024-71. Expede autorização à Keybo Kalazy Canhetti Ciesca, CPF nº ***.422.042.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Nº 6.167 - Processo nº 53569.001463/2024-13. Expede autorização à Terra Construcoes e Servicos Ltda, CNPJ nº 13389856000142, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.170 - Processo nº 53569.001257/2024-03. Expede autorização à P. F. Marques, CNPJ nº 49780404000134, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.173 - Processo nº 53569.001261/2024-63. Expede autorização a Jose Ricardo Ferreira, CPF nº ***.339.322.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.177 - Processo nº 53569.001277/2024-76. Expede autorização à Sousa & Lima Navegacao e Apoio Portuario Ltda, CNPJ nº 35634676000111, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.195 - Processo nº 53569.001296/2024-01. Expede autorização à Derik Sabino da Silva Campos, CPF nº ***.023.842.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.198 - Processo nº 53569.001315/2024-91. Expede autorização a Elton de Moraes Cotta, CPF nº ***.520.668.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.199 - Processo nº 53569.001405/2024-81. Expede autorização a Paulo Alvarenga Esquerdo, CPF nº ***.614.802.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.200 - Processo nº 53569.001412/2024-83. Expede autorização a Jose Miranda de Jesus, CPF nº ***.242.972.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.201 - Processo nº 53569.001450/2024-36. Expede autorização à T Norte Cargas e Logistica Ltda, CNPJ nº 44374196000150, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.206 - Processo nº 53569.001478/2024-73. Expede autorização à Acari Transportes e Logistica Ltda, CNPJ nº 52347916000116, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 8 DE ABRIL DE 2024

Nº 4.466 - Processo nº 53500.022577/2024-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Diamantina/MG.

Nº 4.467 - Processo nº 53500.022739/2024-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Unaí/MG.

Nº 4.468 - Processo nº 53500.022745/2024-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Unaí/MG.

Nº 4.469 - Processo nº 53500.022758/2024-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Janaúba/MG.

Nº 4.470 - Processo nº 53500.022767/2024-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Lavras/MG.

Nº 4.471 - Processo nº 53500.022780/2024-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA IRDEB, CNPJ 13.420.609/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Wanderley/BA.

Nº 4.472 - Processo nº 53500.022787/2024-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TIRADENTES LTDA, CNPJ 19.871.375/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santos Dumont/MG.

Nº 4.473 - Processo nº 53500.022797/2024-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA IRDEB, CNPJ 13.420.609/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Xique-Xique/BA.

Nº 4.474 - Processo nº 53500.023277/2024-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Itabira/MG.

Nº 4.475 - Processo nº 53500.023292/2024-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TIRADENTES LTDA, CNPJ 19.871.375/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Mar de Espanha/MG.

Nº 4.476 - Processo nº 53500.023302/2024-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA IRDEB, CNPJ 13.420.609/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Itapetinga/BA.

Nº 4.477 - Processo nº 53500.023304/2024-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA IRDEB, CNPJ 13.420.609/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Mucuri/BA.

Nº 4.478 - Processo nº 53500.023305/2024-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA IRDEB, CNPJ 13.420.609/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Mascote/BA.

Nº 4.479 - Processo nº 53500.023308/2024-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA IRDEB, CNPJ 13.420.609/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Mundo Novo/BA.

Nº 4.480 - Processo nº 53500.023881/2024-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bacabal/MA.

Nº 4.481 - Processo nº 53500.023882/2024-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bom Jesus das Selvas/MA.

Nº 4.482 - Processo nº 53500.023883/2024-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Brejo de Areia/MA.

Nº 4.483 - Processo nº 53500.023884/2024-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cajari/MA.

Nº 4.484 - Processo nº 53500.023886/2024-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cândido Mendes/MA.

Nº 4.485 - Processo nº 53500.023887/2024-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Carutapera/MA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 10 DE ABRIL DE 2024

Nº 4.605 - Processo nº 53500.011358/2024-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, CNPJ 03.173.317/0001-18, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Andradina/MS.

Nº 4.606 - Processo nº 53500.015871/2024-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TELEVISAO EDUCATIVA DE POCOS DE CALDAS, CNPJ 04.455.894/0001-65, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Poços de Caldas/MG.

Nº 4.607 - Processo nº 53500.019412/2024-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lavras/MG.

Nº 4.608 - Processo nº 53500.019414/2024-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serrania/MG.

Nº 4.609 - Processo nº 53500.019686/2024-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Jacobina/BA.

Nº 4.610 - Processo nº 53500.019716/2024-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Jaguarari/BA.

Nº 4.611 - Processo nº 53500.019858/2024-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Bauru/SP.

Nº 4.612 - Processo nº 53500.019861/2024-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ourinhos/SP.

Nº 4.613 - Processo nº 53500.019873/2024-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Penápolis/SP.

Nº 4.614 - Processo nº 53500.020145/2024-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Mata de São João/BA.

Nº 4.615 - Processo nº 53500.020168/2024-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Acreúna/GO.

Nº 4.616 - Processo nº 53500.020172/2024-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aloândia/GO.

Nº 4.617 - Processo nº 53500.020173/2024-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Alto Paraíso de Goiás/GO.

Nº 4.618 - Processo nº 53500.020174/2024-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aporé/GO.

Nº 4.619 - Processo nº 53500.020175/2024-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aruanã/GO.

Nº 4.620 - Processo nº 53500.020176/2024-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bom Jardim de Goiás/GO.

Nº 4.621 - Processo nº 53500.020179/2024-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Britânia/GO.

Nº 4.622 - Processo nº 53500.020180/2024-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Caçu/GO.

Nº 4.623 - Processo nº 53500.020184/2024-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Caldas Novas/GO.

Nº 4.624 - Processo nº 53500.020187/2024-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA DOURADA EIRELI, CNPJ 01.061.837/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Carmo do Rio Verde/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE ABRIL DE 2024

Nº 5.955 - Processo nº 53500.018693/2024-06. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Cianet Provedor Movel Ltda, CNPJ nº 26.763.089/0001-31, associada à autorização para execução do Serviço de Comunicação Multimídia.
Nº 5.956 - Processo nº 53500.015759/2024-06. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SOLIS TOWER TELECOM DO BRASIL CESSAO DE INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ nº 30.536.096/0001-78, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.
Nº 5.957 - Processo nº 53500.015600/2024-83. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SOLIS TOWER TELECOM DO BRASIL CESSAO DE INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ nº 30.536.096/0001-78, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.
Nº 5.958 - Processo nº 53500.017545/2024-66. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ALCON ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 58.062.365/0001-20, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.120, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Autoriza a Embaixada do Japão a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do Senhor Fumio Kishida, Primeiro-Ministro do Japão, nas cidades de Brasília/DF e São Paulo/SP, no período de 02/05/2024 a 04/05/2024.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.183, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Autoriza Py2 Radiosom Instalacoes, Comercio, Importacao e Exportacao Eireli, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Londrina/PR, no período de 09/05/2024 a 27/05/2024.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 301, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 11.453/2023 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
242579 - ESPETÁCULO TEATRAL: VIRGULINO FERREIRA - O LAMPIÃO
D A L MARCELINO LTDA
CNPJ/CPF: 52.332.001/0001-37
Processo: 01400010369202466
Cidade: Maceió - AL;
Valor Aprovado: R$ 997.593,30
Prazo de Captação: 04/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a realização do espetáculo teatral intitulado "VIRGULINO FERREIRA - O LAMPIÃO", com apresentações gratuitas para o público.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
242573 - Ver e Ouvir
MARIA DA CONCEICAO DA SILVA FARIAS
CNPJ/CPF: ***.846.784-**
Processo: 01400010317202490
Cidade: Traipu - AL;
Valor Aprovado: R$ 481.400,56
Prazo de Captação: 04/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto Ver e Ouvir é uma iniciativa que visa oferecer educação musical de qualidade e oportunidades artísticas para jovens, incluindo aqueles de comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Através de ensaios, workshops e apresentações musicais e audiovisuais, o projeto busca promover a inclusão, a diversidade cultural e o desenvolvimento pessoal dos participantes, enquanto contribui para o fortalecimento das comunidades e o acesso à cultura e às artes.

242578 - Música de Câmara - Uma abordagem educacional
ARTESALIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 09.570.274/0001-90
Processo: 01400010324202491
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 429.227,92
Prazo de Captação: 04/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Realizar 3 apresentações com grupo de música de câmara em cidades brasileiras com uma característica especial: interagir com a plateia, explicando as circunstâncias de composição das obras e vida dos autores, unindo cultura e educação musical. Os músicos promoverão, além disso, um encontro com alunos de escola do terceiro setor (palestra educacional) para dividir conhecimentos sobre a História da Música e mostrar o que é a música e os instrumentos musicais.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
242577 - Oficina Reciclando Sonhos
ASSOCIACAO RECICLAZARO
CNPJ/CPF: 03.960.066/0008-98
Processo: 01400010321202458
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 766.854,00
Prazo de Captação: 04/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto "Oficina Reciclando Sonhos" prevê a capacitação de profissionais da cadeia da reciclagem por meio de oficinas /workshops /seminário culturais. As oficinas e apresentações que foram pensadas são ferramentas estratégicas para desenvolver aptidões, empoderar empreendimentos culturais e sociais, enriquecer repertórios e fortalecer vínculos, com os temas de música, audiovisual, artes plásticas, dança e literatura.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
242576 - DVD NOBRE SIMPLICIDADE - CREIO NA MINHA FÉ
RAQUEL SERRA DE FREITAS
CNPJ/CPF: ***.562.683-**
Processo: 01400010320202411
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 518.873,85
Prazo de Captação: 04/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Gravação de um DVD com duração de 90 minutos, denominado "NOBRE SIMPLICIDADE - CREIO NA MINHA FÉ " em SÃO LUÍS - MA com gravação de 20 faixas e participação de 8 cantores locais e 01 atração nacional, o qual terá em seu conteúdo músicas do gênero Samba e Pagode, divulgando a nossa cultura brasileira. O projeto contará com profissionais da área como: músicos, produtor musical, técnico de som, técnico de iluminação. O projeto terá também uma oficina de percussão gratuita para 100 alunos.

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 302, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
237421 - Trilhas sonhantes
Associação Filarmônica Vivace de Marília
CNPJ/CPF: 29.209.935/0001-64
Cidade: Marília - SP;
Valor Complementado: R$ 0,01
Valor total atual: R$ 1.403.234,92.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
2311071 - Festival Amazônia Mapping - 2024
AILA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 20.772.780/0001-03
Cidade: Belém - PA;
Valor Complementado: R$ 353.985,00
Valor total atual: R$ 1.892.445,00.

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 303, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210368 - Caravana Divertida Arte
MESSE PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 00.777.418/0001-00
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/05/2024

221630 - Natal Iluminado
NOSSA PRODUTORA EIRELI
CNPJ/CPF: 36.557.105/0001-93
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 15/05/2024

223126 - Arte Transformando Vidas
ONG JUVENTUDE VIRAÇÃO
CNPJ/CPF: 11.127.240/0001-78

Cidade: Barão de Cocais - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/05/2024

234367 - Vila de Natal
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA PINTO 34424218880
CNPJ/CPF: 15.520.614/0001-71
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/08/2024

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210515 - Programa Kabuki de Cultura
Associação Cultural Quarteto de Cordas de Ribeirão Preto
CNPJ/CPF: 00.701.667/0001-11
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2023 à 31/07/2024

221639 - ORQUESTRA FILARMÔNICA SCAR CONCERTOS E MASTERCLASS 2023
Orquestra Filarmônica de Jaraguá do Sul
CNPJ/CPF: 09.265.469/0001-27
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/12/2024

230294 - Viver Orquestrando II
PROGRAMA VIVER ACOES SOCIAIS
CNPJ/CPF: 18.034.689/0001-30
Cidade: Chapecó - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 30/04/2024

234417 - Plano Anual - Trilha da Harmonia
GUARDIA DO SER
CNPJ/CPF: 05.235.778/0001-01
Cidade: Pirenópolis - GO;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/12/2024

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
233495 - Mangasia - maravilhas dos quadrinhos asiáticos
PHI PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.359.245/0001-38
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/04/2024 à 31/12/2024

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
2317111 - Políticas Públicas e a Proteção da Natureza no Brasil - Convergências e Desafios
INSTITUTO MULTICULTURAL E SOCIOAMBIENTAL HYBRASIL
CNPJ/CPF: 44.584.858/0001-16
Cidade: Esteio - RS;
Prazo de Captação: 18/04/2024 à 30/09/2024

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220740 - A aVANtura de ler
VALERIA OLIVEIRA SANTOS
CNPJ/CPF: ***.478.978-**
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2023 à 31/05/2024

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
220135 - História em Negativos
Fundação Romi
CNPJ/CPF: 56.720.774/0001-41
Cidade: Santa Bárbara D'Oeste - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2023 à 31/08/2024.

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 304, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
2317455 - Conectados
TARGET BRASIL PROJETOS E EVENTOS EIRELI
CNPJ/CPF: 18.508.453/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 26.951,40
Valor total atual: R$ 966.279,30

232811 - Interação, Cultura e Lazer da Escola de Educação Básica Delminda Silveira
ASSOCIACAO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCACAO BASICA DELMINDA SILVEIRA
CNPJ/CPF: 83.680.827/0001-10
Cidade: Mondaí - SC;
Valor Reduzido: R$ 6.374,50
Valor total atual: R$ 159.899,30

232856 - SEMENTES DO FUTURO
LEILA DE ROSSO SIMIONATO - ME
CNPJ/CPF: 23.368.452/0001-26
Cidade: Morro da Fumaça - SC;
Valor Reduzido: R$ 15.359,19
Valor total atual: R$ 477.605,46

232909 - DIFERENTÃO
RODRIGO CARDOSO DE SOUZA LOPES
CNPJ/CPF: 15.799.614/0001-52
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 40.933,03
Valor total atual: R$ 442.657,22

233229 - (A)Gentes do Riso 13
Companhia Zero
CNPJ/CPF: 05.049.061/0001-67
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 5.989,50
Valor total atual: R$ 182.772,92

235155 - Centro Cultural Yves Alves Cultura e Patrimônio Vivos em Tiradentes - Plano Anual - Gestão e Manutenção 2024/2025
CENTRO CULTURAL YVES ALVES
CNPJ/CPF: 02.608.048/0001-02
Cidade: Tiradentes - MG;
Valor Reduzido: R$ 46.777,50
Valor total atual: R$ 1.265.665,50

236506 - Festa Italiana de Guabiruba SC
ASSOCIACAO CULTURAL ITALIANA DE GUABIRUBA
CNPJ/CPF: 45.302.620/0001-13
Cidade: Guabiruba - SC;
Valor Reduzido: R$ 23.958,00
Valor total atual: R$ 347.124,80

236883 - Plano Anual: Temporada 2024 - Companhia Par
CNPJ/CPF: 34.216.233/0001-48
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Reduzido: R$ 48.648,59
Valor total atual: R$ 452.628,54

238536 - Buzios Love
Golden Arte Associação de Representação Artísticas Cultural E ESP
CNPJ/CPF: 17.078.935/0001-93
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 244.080,00
Valor total atual: R$ 2.172.030,00

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
2316674 - Projeto Sílabas e Sons - (2ª Fase)
Aurum Produção e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 04.338.189/0001-88
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Reduzido: R$ 313.224,00
Valor total atual: R$ 5.679.147,63

234877 - Plano Anual Instituto de Memória da Cultura Brasileira 2024
INSTITUTO DE MEMORIA DA CULTURA BRASILEIRA
CNPJ/CPF: 16.742.882/0001-09
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 536.900,00
Valor total atual: R$ 9.574.493,00

237154 - SLAN MÚSICA INSTRUMENTAL - EDIÇÃO II
SOCIEDADE LAJEADENSE DE ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
CNPJ/CPF: 88.070.040/0001-50
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Reduzido: R$ 67.898,26
Valor total atual: R$ 500.365,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
233534 - Plano Anual de Atividades: Fortalecer Leste Paulista
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO
CNPJ/CPF: 05.154.923/0001-11
Cidade: São João da Boa Vista - SP;
Valor Reduzido: R$ 404.392,50
Valor total atual: R$ 1.656.222,00

235162 - Tesouros da Terra
YABA CONSULTORIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 18.520.427/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 24.000,00
Valor total atual: R$ 3.159.600,00

239005 - NuBeco
Associação Move Cultura
CNPJ/CPF: 11.197.128/0001-03
Cidade: Contagem - MG;
Valor Reduzido: R$ 35.640,00
Valor total atual: R$ 1.310.661,00

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
2316920 - Patrimoniará
WEAVE GESTAO DE INVESTIMENTOS EM CULTURA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL LTDA
CNPJ/CPF: 42.706.086/0001-12
Cidade: Rio de Janeiro - SP;
Valor Reduzido: R$ 229.675,50
Valor total atual: R$ 2.028.484,50

234314 - PRIMEIRO ENCONTRO DE TAMBOR DE CRIOULA DA BAIXADA -EM PINHEIRO
TALLENTUS PROMOCAO & EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 14.969.039/0001-26
Cidade: São Luís - MA;
Valor Reduzido: R$ 58.828,27
Valor total atual: R$ 924.264,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
234583 - Rede Prosas de Fortalecimento Cultural
PROSAS TECNOLOGIA SOCIAL LTDA ME
CNPJ/CPF: 20.254.766/0001-00
Cidade: Abadia dos Dourados - MG;
Valor Reduzido: R$ 312.399,45
Valor total atual: R$ 897.311,25.

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 0057/23, de 03/03/2023, publicada no D.O.U. n.º 44 de 06/03/2023, Seção 1, página 5, referente ao projeto "Flúvio e o Mar | Circulação", Pronac: 230821.

Onde se lê: "Flávio e o Mar| Circulação",
Leia-se: "Flúvio e o Mar | Circulação".

Na portaria nº 0252/24, de 11/04/2024, publicada no D.O.U. n.º 71 de 12/04/2024, Seção 1, página 25, referente ao projeto "Flúvio e o Mar | Circulação", Pronac: 230821.

Onde se lê: "Flávio e o Mar| Circulação",
Leia-se: "Flúvio e o Mar | Circulação".

Na portaria nº 0278/24, de 22/04/2024, publicada no D.O.U. n.º 78 de 23/04/2024, Seção 1, página 19, referente ao projeto "Flúvio e o Mar | Circulação", Pronac: 230821.

Onde se lê: "Flávio e o Mar| Circulação",
Leia-se: "Flúvio e o Mar | Circulação".

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 49-E, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, nos termos de seus regulamentos de seleção e normativas de regência.

24-0412 TODA NUDEZ SERÁ CASTIGADA
Processo: 01416.002349/2024-42
Proponente: LEREBY PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.605.295/0001-55
Valor total aprovado: R$ 7.000.116,95
Valor solicitado ao FSA: R$ 7.000.116,95

provado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0413 O CASAL
Processo: 01416.002326/2024-38
Proponente: LEREBY PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.605.295/0001-55
Valor total aprovado: R$ 9.000.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 9.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0428 NA PELE DE CARYBÉ
Processo: 01416.002965/2024-01
Proponente: TAGUAY TAYUSSY BRANDAO SOUZA ME
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 25.238.748/0001-58
Valor total aprovado: R$ 10.000.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 7.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0433 GIGANTE DO MAL CONTRA O CARNAVAL
Processo: 01416.003040/2024-70
Proponente: CACÁ COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 46.598.068/0001-15
Valor total aprovado: R$ 5.960.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 5.600.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0436 UMA HISTÓRIA DO ROCK BRASIL
Processo: 01416.002868/2024-19
Proponente: ROSA AMARELA COMÉRCIO & PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 38.353.341/0001-13
Valor total aprovado: R$ 315.600,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 299.820,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0443 ÁGUA PARA SANGUE
Processo: 01416.002967/2024-92
Proponente: TEM DENDE PRODUÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 15.128.758/0001-87
Valor total aprovado: R$ 12.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 6.375.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0456 LUNA ZOOM
Processo: 01416.002729/2024-87
Proponente: COPA STUDIO PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.551.826/0001-13
Valor total aprovado: R$ 10.853.949,26
Valor solicitado ao FSA: R$ 5.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0457 MÃE TERRA
Processo: 01416.002785/2024-11
Proponente: BPP PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA ME
Cidade/UF: Itacaré / BA
CNPJ: 02.229.175/0001-09
Valor total aprovado: R$ 750.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 750.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0459 PALAVRAS PERMANECEM - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.003309/2024-18
Proponente: AURORA FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.429.784/0001-80
Valor total aprovado: R$ 750.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 750.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 908, realizada em 19/04/2024
24-0460 AS ESCREVIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS
Processo: 01416.002809/2024-32
Proponente: MAPA FILMES DO BRASIL LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 33.139.692/0001-02
Valor total aprovado: R$ 750.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 750.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 298-E, de 22/04/2024
24-0461 CHAPADAS DO BRASIL
Processo: 01416.003108/2024-11
Proponente: MUSEU DA MEMORIA AUDIOVISUAL DO MARANHAO EIRELI
Cidade/UF: São Luís / MA
CNPJ: 28.640.933/0001-62
Valor total aprovado: R$ 2.000.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 299-E, de 22/04/2024
24-0462 JOHNNY & ALAÍDE
Processo: 01416.002937/2024-86
Proponente: REALEJO FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICA LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.476.872/0001-84
Valor total aprovado: R$ 2.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.500.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 300-E, de 22/04/2024
24-0463 EU SOU DO FIM DO MUNDO
Processo: 01416.003543/2024-45
Proponente: BACTÉRIA FILMES LTDA EPP
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 07.587.195/0001-67
Valor total aprovado: R$ 2.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.500.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 301-E, de 22/04/2024
24-0465 GRAFITEIRAS.BR
Processo: 01416.003494/2024-41
Proponente: CASA REDONDA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.228.927/0001-60
Valor total aprovado: R$ 900.020,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 900.020,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 303-E, de 22/04/2024
24-0466 COLIGAY
Processo: 01416.003486/2024-02
Proponente: QUEROSENE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.545.487/0001-04
Valor total aprovado: R$ 5.000.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 5.000.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 304-E, de 22/04/2024
24-0467 RAPUNZEL - 1ª TEMPORADA
Processo: 01416.003460/2024-56
Proponente: DRUZINA CONTENT LTDA
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 13.100.305/0001-17
Valor total aprovado: R$ 5.000.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 5.000.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 305-E-E, de 25/04/2024
24-0468 DOS À DEUX - A JORNADA
Processo: 01416.011597/2023-01
Proponente: MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98
Valor total aprovado: R$ 750.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 750.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 306-E, de 25/04/2024
24-0469 PELE DE RINOCERONTE
Processo: 01416.011763/2023-61
Proponente: LUDWIG MAIA ARTHOUSE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.249.852/0001-30
Valor total aprovado: R$ 200.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 200.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 307-E, de 25/04/2024
Art. 2º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA FCP Nº 93, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, combinado com o art. 1º, ambos do Anexo I, do Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022, e em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, e com o disposto no art. 2º, inciso LXXII, do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, observados os procedimentos determinados na Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Esta portaria certifica que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo nº 01420.102234/2023-15:

Comunidade	Município	Estado
SÍTIO ANTAS	AURORA	CE

Art. 2º Fica autorizado o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 21, sob o n.º 3059, às fls. 083.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES

PORTARIA FCP Nº 97, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, combinado com o art. 1º, ambos do Anexo I, do Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022, e em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, e com o disposto no art. 2º, inciso LXXII, do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, observados os procedimentos determinados na Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Esta portaria certifica que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo nº 01420.102626/2023-76:

Comunidade	Município	Estado
CAITANO	SANTA HELENA DE MINAS	MG

Art. 2º Fica autorizado o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 21, sob o n.º 3063, às fls. 087.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 29 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 3/DGCEA_SEC, de 02 de janeiro de 2024, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 302/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOTEL HILTON ARTESANO, situado no Município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900131/2024-37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 303/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA LOCKS, situado no Município de Nova Maringá, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900070/2024-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 304/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo CONDOMÍNIO AERONÁUTICO HANGAR FLY RESIDENCE, situado no Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco - PE. Processo nº 67614.900065/2024-95. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 305/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DJY, situado no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900210/2024-16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 306/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA INDEPENDENTE, situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67612.901122/2023-92. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 307/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FORCE X GUARUJÁ, situado no Município de Guarujá, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901477/2023-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 308/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA GLOBO, situado no Município de Sapezal, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900431/2023-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 309/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA SANTA CRUZ, situado no Município de Atibaia, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900372/2023-65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 310/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BNDES, situado no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.900542/2023-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 311/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo JOÃO DE DEUS, situado no Município de Russas, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900059/2024-38. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 312/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HELICENTURY, situado no Município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901625/2023-18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 313/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto IMBIRIBEIRA, situado no Município de Recife, no Estado de Pernambuco - PE. Processo nº 67614.900886/2023-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

Ten Cel Av DEVILAN DUTRA PAULON JÚNIOR

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE DESENVOLVIMENTO NUCLEAR E TECNOLÓGICO DA MARINHA

PORTARIA Nº 44/DGDNTM, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Divulga resultado da avaliação de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT).

O DIRETOR-GERAL DE DESENVOLVIMENTO NUCLEAR E TECNOLÓGICO DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo contido no anexo H, da Portaria nº 99/MB/MD/2021, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria nº 51/MB/2020, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do anexo que a esta acompanha, o resultado obtido no cumprimento das metas globais de desempenho institucional, estabelecidas pela Portaria nº 24/DGDNTM/2023, referente ao período avaliativo de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, o qual será utilizado para pagamento da GDACT aos servidores do Comando da Marinha, ocupantes de cargos efetivos do Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia (PCC&T).

Art. 2º Para fim de cálculo de parcela referente à avaliação de desempenho institucional de que trata o art. 1º, o resultado obtido corresponde a oitenta pontos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2024.

C Alte (RM1) LUIZ ROBERTO CAVALCANTI VALICENTE
Assessor-Chefe

ANEXO
RESULTADO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META	RESULTADO ALCANÇADO
Instruir o pessoal que atua na área de Ciência e Tecnologia, por meio de ações de capacitação intra e extra-MB, a fim de obter um alto grau de excelência profissional.	% de servidores efetivos que passaram por capacitação no período.	(Quantidade de servidores das Carreiras de C&T submetidos a ações de capacitação/efetivo de servidores das Carreiras de C&T da OM) x 100 (%).	20%	100%
Desenvolver projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação, e serviços tecnológicos de interesse da MB, visando reduzir a dependência tecnológica, em consonância com a estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação da MB.	% de andamento físico e financeiro de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação, e de serviços tecnológicos.	A) (percentual de conclusão do Projeto vigente no ciclo / percentual de conclusão previsto no Plano de Trabalho do Projeto vigente no ciclo) por número de Projetos avaliados x 100.	A e B > 65% ou A < 65% e B > 65%	100%
		B)(valor previsto no Plano de Trabalho do Projeto vigente no ciclo / valor gasto no Projeto vigente no ciclo) por número de Projetos avaliados.		
Promover o desenvolvimento científico e tecnológico da ICT e o seu reconhecimento na comunidade científica, com o propósito de efetivamente atender à respectiva missão.	% de trabalhos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na forma de: relatórios técnicos de projeto, notas técnicas, patentes, trabalhos científicos (teses, dissertações e artigos), palestras técnicas.	(Número de trabalhos de PD&I produzidos por servidores civis em cargo de NS na carreira de C&T empregados pelas OMPS-C/ICT nas atividades-fim) / (número de servidores civis em cargo de NS na carreira de C&T empregados pelas OMPS-C/ICT nas atividades-fim) x 100%.	10%	100%
Aplicar os conceitos de gestão nas OM, a fim de obter maior produtividade, eficiência e eficácia.	Ferramentas de gestão que permitem o aprimoramento dos processos das OM.	Número de ferramentas de gestão que permitem o aprimoramento dos processos das OM.	3	100%
Implementar medidas que elevem o nível de satisfação profissional, no âmbito da MB.	Instrumentos de incentivo e valorização pela eficiência no trabalho, por meio de ações intra ou extra MB.	Quantidade de instrumentos de incentivo e valorização do pessoal civil na ICT.	3	100%

Média dos resultados alcançados	100%
Pontos correspondentes	80 pontos

PORTARIA Nº 45/DGDNTM, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Estabelece metas globais de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT).

O DIRETOR-GERAL DE DESENVOLVIMENTO NUCLEAR E TECNOLÓGICO DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo anexo H, da Portaria nº 99/MB/MD/2021 e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria nº 51/MB/2020, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do quadro que a esta acompanha, as metas globais de desempenho institucional do Comando da Marinha, para o período de 1º de junho de 2024 a 31 de maio de 2025.

Art. 2º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para o cálculo do valor da GDACT, devida aos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia (PCC&T).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2024.

C Alte (RM1) LUIZ ROBERTO CAVALCANTI VALICENTE
Assessor-Chefe

ANEXO
METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META
Instruir o pessoal que atua na área de Ciência e Tecnologia, por meio de ações de capacitação intra e extra-MB, a fim de obter um alto grau de excelência profissional.	% de servidores efetivos que passaram por capacitação no período.	(Quantidade de servidores das Carreiras de C&T submetidos a ações de capacitação/efetivo de servidores das Carreiras de C&T da OM) x 100 (%).	20%
Desenvolver projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação, e serviços tecnológicos de interesse da MB, visando reduzir a dependência tecnológica, em consonância com a estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação da MB.	% de andamento físico e financeiro de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação, e de serviços tecnológicos.	A) ·(percentual de conclusão do Projeto vigente no ciclo / percentual de conclusão previsto no Plano de Trabalho do Projeto vigente no ciclo) por número de Projetos avaliados x 100.	A e B > 65% ou A < 65% e B > 65%
		B) ·valor previsto no Plano de Trabalho do Projeto vigente no ciclo / valor gasto no Projeto vigente no ciclo) por número de Projetos avaliados.	
Promover o desenvolvimento científico e tecnológico da ICT e o seu reconhecimento na comunidade científica, com o propósito de efetivamente atender à respectiva missão.	% de trabalhos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na forma de: relatórios técnicos de projeto, notas técnicas, patentes, trabalhos científicos (teses, dissertações e artigos), palestras técnicas.	(Número de trabalhos de PD&I produzidos por servidores civis em cargo de NS na carreira de C&T empregados pelas OMPS-C/ICT nas atividades-fim) / (número de servidores civis em cargo de NS na carreira de C&T empregados pelas OMPS-C/ICT nas atividades-fim) x 100%.	10%
Aplicar os conceitos de gestão nas OM, a fim de obter maior produtividade, eficiência e eficácia.	Ferramentas de gestão que permitem o aprimoramento dos processos das OM.	Número de ferramentas de gestão que permitem o aprimoramento dos processos das OM.	3
Implementar medidas que elevem o nível de satisfação profissional, no âmbito da MB.	Instrumentos de incentivo e valorização pela eficiência no trabalho, por meio de ações intra ou extra MB.	Quantidade de instrumentos de incentivo e valorização do pessoal civil na ICT.	3

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 97/DPC, DE 19 DE ABRIL DE 2024

Altera a Portaria nº 30/2024, desta Diretoria, que renovou o credenciamento da Empresa A. REINALDO INSPEÇÕES E TREINAMENTOS LTDA para ministrar curso da NORMAM-104/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso de suas atribuições e com o fundamento no inciso 8.2.5 do MaTDoc, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 5º da Portaria nº 30/2024, desta Diretoria, conforme abaixo:

Onde se lê: "Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e o presente credenciamento tem validade até 29 de julho de 2024."

Leia-se: Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e o presente credenciamento tem validade até 15 de fevereiro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

V Alte CARLOS ANDRÉ CORONHA MACEDO

PORTARIA Nº 98/DPC, DE 19 DE ABRIL DE 2024

Renova o credenciamento da Empresa SHELTER CURSOS EM PROTEÇÃO E SEGURANÇA MARÍTIMA LTDA para ministrar curso da NORMAM-104/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso de suas atribuições e com o fundamento no § 1º, art. 9º do anexo A, da Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Empresa SHELTER CURSOS EM PROTEÇÃO E SEGURANÇA MARÍTIMA LTDA, CNPJ nº 17.648.861/0001-83, situada à Rua México, 3, apartamento 1.201, Centro, Rio de Janeiro-RJ para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), utilizando, para a Unidade de Ensino 10 - "Prática de Combate a Incêndio e de Primeiros Socorros" da Disciplina "Operação de Helideques (OPH)", o Centro de Treinamento da Empresa WATERSERVICE PROJETOS, INSTALAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, localizada à Rua Granada, 171, Vigário Geral, Rio de Janeiro-RJ.

Art. 2º Durante o período do credenciamento, a Empresa estará vinculada à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, conforme previsto no art. 3.1 da NORMAM-104/DPC.

Art. 3º Havendo interesse da Empresa, em estender a validade do credenciamento após o término da vigência estabelecida no art. 5º desta Portaria, até o limite de 36 meses da data da publicação em DOU, deverá, de acordo com o inciso 3.2.10 da NORMAM-104/DPC, apresentar novo contrato de locação com o Centro de Treinamento WATERSERVICE PROJETOS, INSTALAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com prazo de vigência adequado.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 211, de 15 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e o presente credenciamento tem validade até 27 de março de 2025.

V Alte CARLOS ANDRÉ CORONHA MACEDO

PORTARIA Nº 99/DPC, DE 19 DE ABRIL DE 2024

Credencia a FUNDAÇÃO GENTE DO MAR, para ministrar curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso de suas atribuições e com o fundamento na Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, combinada com o contido no art. 14, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Credenciar a FUNDAÇÃO GENTE DO MAR, CNPJ nº 07.743.411/0001-16, para ministrar o Curso Especial de Gerência de Passadiço para Oficiais (EGPO), qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM).

Parágrafo único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º Deverão ser observadas pela FUNDAÇÃO GENTE DO MAR as recomendações e as prescrições da NORMAM-102/DPC (Mod.1). Para aplicação do curso, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no inciso 1.14.7 da referida Norma com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, o curso oferecido poderá ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que foi realizado: PREPOM, extra-PREPOM ou extra-FDPEM.

Art. 3º A realização do curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo único - Ao término do curso autorizado, a FUNDAÇÃO GENTE DO MAR deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e do Certificado correspondente.

Art. 4º Obriga-se a FUNDAÇÃO GENTE DO MAR a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a FUNDAÇÃO GENTE DO MAR à pena de advertência, suspensão ou cancelamento, observado e previsto no inciso 1.14.8 da Norma em lide. Salienta-se que, dependendo da irregularidade, a DPC poderá cassar todos os credenciamentos concedidos à FUNDAÇÃO GENTE DO MAR.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), não podendo ser prorrogado.

V Alte CARLOS ANDRÉ CORONHA MACEDO

PORTARIA Nº 100/DPC, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Reconhece a Empresa BUREAU COLOMBO LTDA, como Entidade Especializada na realização de vistorias, emissão de certificados e outros em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso de suas atribuições e com o fundamento na Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022; e combinado com o inciso X, art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Reconhecer a Empresa BUREAU COLOMBO LTDA, CNPJ nº 33.492.778/0002-03, como Entidade Especializada na realização de vistorias, emissão de certificados e outros em nome da Autoridade Marítima Brasileira, nos termos do documento denominado "Serviços Concedidos" que a esta a acompanha.

Art. 2º Os referidos Serviços do artigo anterior, devem ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para atuarem em nome do Governo Brasileiro - NORMAM-331/DPC, e demais Normas da Autoridade Marítima pertinentes, sob vigência no período de 13 de abril de 2024 a 12 de outubro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 13 de abril de 2024.

V Alte CARLOS ANDRÉ CORONHA MACEDO

ANEXO
SERVIÇOS CONCEDIDOS E LIMITES DA COMPETÊNCIA DELEGADA À BUREAU COLOMBO LTDA, PARA ATUAR EM NOME DA AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA

1. TIPOS DE EMBARCAÇÕES

a) embarcações empregadas na navegação interior que não estejam sujeitas à certificação decorrente da aplicação de Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil; e

b) embarcações empregadas na Hidrovia Paraguai-Paraná, que não estejam sujeitas à certificação decorrente da aplicação de Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil.

2. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

2.1. Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

a) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-202 e NORMAM-211/DPC);
b) Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-202/DPC);
c) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-202/DPC);
d) Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-202/DPC);
e) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-202/DPC e NORMAM-211/DPC);
f) Certificado de Tração Estática (NORMAM-202/DPC); e
g) Certificado de Conformidade para Sistema Anti-incrustante (NORMAM-401/DPC).

2.2. Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada:

a) emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso:

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-202/DPC e NORMAM-211/DPC);
2) Licença Provisória para Iniciar Construção ou Alteração (NORMAM-202/DPC);
3) Notas de Arqueação de Embarcações (NORMAM-202/DPC); e
4) Notas para Marcação de Borda Livre (NORMAM-202/DPC).

b) reavaliar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para aprovação ou endosso:

1) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria) (NORMAM-202/DPC);
2) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto (NORMAM-202/DPC);
3) Registro de Sistema Anti-incrustante (NORMAM-401/DPC); e
4) Relatório de Verificação da Lotação de Passageiros e do Peso Máximo de Carga de Embarcações com AB menor ou igual a vinte. (NORMAM-202/DPC).

Observação: Caso verifique discrepâncias com a documentação relacionada acima, deverá ser solicitado por meio de relatório de análise de planos, ao Responsável Técnico a correção/substituição.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A SER REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2024

02/05/2024 - 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNAS
10h às 13h
Procedimentos para votação do Regimento Interno do CNAS.

MARGARETH ALVES DALLARUVERA
Presidente do Conselho

PAUTA DA 327ª REUNIÃO ORDINÁRIA

06/05/2024 - REUNIÃO DE COMISSÕES
9h às 16h
Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda - Apreciação do Relato do Painel 5 (RDA) - "O Papel do Controle Social no Suas na Gestão dos Benefícios Eventuais" e outros.
10h às 17h
Reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social - Atualização do caderno de avaliação e recomendações de 2015 e outros.
07/05/2024 - REUNIÃO DE COMISSÕES
9h às 16h
Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social - Apresentação da revisão do Caderno de Orientações "Processo eleitoral da sociedade civil nos CAS" e outros.
Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - Apreciação dos Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2025 e outros.
Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social - Revisão do Regimento Interno do CNAS e outros.
Reunião da Comissão de Política da Assistência Social - Proposta de revisão das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e de critérios de elegibilidade do cofinanciamento federal para Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e outros.
14h às 16h
Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda e da Comissão de Política da Assistência Social - Apreciação da minuta de portaria - gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família e atualização de normativos e orientações relativas ao acompanhamento das famílias em situação de não cumprimento das condicionalidades e outros.
16h às 18h
Reunião da Presidência Ampliada do CNAS.
08/05/2024 - 327ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNAS
9h às 10h
Reunião interna de alinhamento do CNAS.
10h às 10h30
Aprovação da ata da 326ª Reunião Ordinária e da pauta da 327ª Reunião Ordinária do CNAS.
10h30 às 12h
Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda
14h às 15h
Apresentação da metodologia das conferências.
Convidado (a): Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, Sr. Daniel Avelino
15h às 16h30
Relato da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social
16h30 às 18h
Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.
09/05/2024 - 327ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNAS
9h às 12h
Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social.
Aprovação do Relatório do GT para realizar estudos, apresentar análises e propostas com relação a parâmetros e critérios para ofertas de assessoramento, defesa e garantia de direitos pelas entidades privadas/organizações da sociedade civil da Assistência Social.
14h às 15h
Relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS.
15h às 16h
Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.
16h às 17h
Relato da reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS.
17h às 18h
Informes da Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS-MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros.
09/05/2024 - REUNIÃO DE COMISSÃO
09h às 18h
Reunião da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2024/2026.
10/05/2024 - ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO
09h às 18h
Assembleia de Eleição da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2024/2026.

MARGARETH ALVES DALLARUVERA
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SESAN/MDS Nº 37, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Estabelece critérios e procedimentos para a pactuação de metas de execução do Programa Fomento Rural, no âmbito da adesão dos estados ao programa.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Anexo I do Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal; no art. 27 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; no parágrafo único do art. 3º do Decreto 9.221, de 6 de dezembro de 2017; e na Portaria MDS nº 951, de 22 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Estabelecer parâmetros e procedimentos para a pactuação de metas de execução com os estados que vierem a aderir ao Programa Fomento Rural, observado o disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria MDS nº 951, de 22 de dezembro de 2023, e conforme orientações contidas nos anexos disponíveis no endereço eletrônico https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/programa-fomento-rural/legislacao, na página correspondente a este normativo, conforme seu título, número e data de assinatura.

Parágrafo único. Os parâmetros e procedimentos de que trata o caput poderão ser atualizados mediante a reedição dos anexos desta Instrução Normativa e a sua disponibilização no endereço eletrônico supracitado, na página correspondente a este normativo, conforme o seu título, número e data de assinatura.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA SECEX Nº 314, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a certificação de pessoa jurídica específica no Programa OEA-Integrado Secex, no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - Programa OEA.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIII do art. 20 do Anexo I ao Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023, e considerando o disposto na Portaria Conjunta RFB/SECINT/ME nº 85, de 19 de agosto de 2021, e na Portaria Secex nº 107, de 19 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Tendo em vista o atendimento aos critérios estabelecidos no Programa de Certificação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), denominado OEA-Integrado Secex, certifico como membro do referido Programa, em caráter precário e com prazo de validade indeterminado, a empresa ARKEMA COATEX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 16.516.586/0001-81.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA PRAZERES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 105, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do art. 13, inciso II, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, na categoria a que se refere o art. 6º, caput, inciso II, da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, a empresa FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA (CNPJ nº 16.701.716/0001-56), conforme processo nº 19687.002056/2024-31, de 29 de março de 2024.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de março de 2024 até 31 de janeiro de 2029.

Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PORTARIA/INPI/PR Nº 17, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas Portaria INPI/PR nº 09, de 06 de março de 2024 e o contido dos autos do processo 52402.000520/2024-79, resolve:

Art. 1º Prorrogar a suspensão dos prazos para apresentação de Pedidos de Registros Divididos, oriundos de exigências técnicas em Desenhos Industriais (BR 32) prevista no art. 1º da PORTARIA/INPI/PR Nº 15, DE 05 DE ABRIL DE 2024, pelo período de 01° de maio de 2024 a 31 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JULIO CESAR CASTELO BRANCO REIS MOREIRA

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 389, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 27.657/DF (2021/0125271-0), do Superior Tribunal de Justiça, referente ao Requerimento de Anistia nº 2001.01.02430, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00466/2024/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 55/2024/CIP/CGGA/CA/ADMV/GM.MDHC/MDHC, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 561, de 18 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 34, Seção 1, pág. 88, de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Restabelecer os efeitos da Portaria nº 1.864, de 5 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 237, Seção 1, pág. 44, de 9 de dezembro de 2002, que declarou anistiado político ANTONIO JOSE MENDES DE ALMEIDA.

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA

Ministério da Educação

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

PORTARIA NORMATIVA IBC Nº 103, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dá nova redação ao inciso I do art. 13 da Portaria Normativa IBC nº 89, de 17 de novembro de 2023, que regulamenta, no âmbito do Instituto Benjamin Constant, a distribuição e o exercício da carga horária dos servidores docentes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do Regimento Interno, com a redação dada pela Portaria MEC nº 310, de 3 de abril de 2018, e de acordo com o que consta no Processo nº 23119.001316.2024-72, resolve:

Art. 1º O inciso I do art. 13 da Portaria Normativa IBC nº 89, de 17 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - servidores docentes submetidos ao regime de 40 (quarenta) horas de trabalho, em tempo integral, com ou sem dedicação exclusiva, devem cumprir carga horária mínima de 14 (quatorze) horas e máxima de 16 (dezesseis) horas dedicadas às aulas e equivalências, sendo o mínimo de 6 (seis) horas cumprindo na Educação Básica (Departamento de Educação - DED ou no Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação - DMR), 2 (duas) horas para participação em reuniões pedagógicas e 8 (oito) horas para atividades dedicadas à pesquisa e extensão". (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO MARCOS FARIAS DA CONCEIÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 20, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a transferência automática de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal, para a manutenção de novas turmas de educação infantil, de que trata a Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso III, da Portaria nº 475, de 16 de março de 2023, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, e no art. 14, inciso I, da Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar público os valores e os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público, que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas e que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, e conforme informações declaradas pelos municípios e pelo Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Novas Turmas de Educação Infantil.

Art. 2º Fica autorizado o FNDE/MEC a realizar o empenho e a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme destinatários e valores especificados na listagem constante no Anexo desta Portaria.

Art. 3º O empenho e a transferência de que trata o art. 2º desta Portaria deverão ser emitidos à conta da Classificação Funcional Programática: 12.365.6051.00OW.0001 - Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional - Plano Interno AFB15I9602N - Manutenção Ed. Infantil - Novas Turmas - PTRES 230467.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, declaradas pelos Municípios e pelo Distrito Federal, em estabelecimentos públicos e /ou conveniados com o Poder Público				Valor do Repasse
				Creche Púb/Conv Parcial	Creche Púb/Conv Integral	Pré-Escola Púb/Conv Parcial	Pré-Escola Púb/Conv Integral	
RJ	Campos dos Goytacazes	29.116.894/0001-61	3301009	0	137	0	0	77.323,94
RN	Jucurutu	08.095.283/0001-04	2406106	0	0	101	0	627.057,08
RS	Sapucaia do Sul	88.185.020/0001-25	4320008	0	0	60	0	372.509,16
SP	Capela do Alto	46.634.077/0001-14	3510302	0	0	21	0	130.378,20
SP	Guariba	48.664.304/0001-80	3518602	38	54	0	0	50.275,72
SP	Holambra	67.172.437/0001-83	3519055	0	35	243	0	1.901.273,05
SP	Igaraçu do Tietê	44.498.467/0001-89	3520004	0	59	32	0	631.572,75
TOTAL				38	285	457	0	3.790.389,90

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS

PORTARIA Nº 727, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Diretor de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria 1476/2022, de 11-08-2022, publicada no DOU em 17-08-2022, Seção 1, fls. 52, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.001188/2023-09 resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 18-05-2024 a 17-05-2025, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado por meio do Edital nº 26/2023 - Reabertura, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 95/2023, de 16-05-2023, publicado no DOU de 18-05-2023, Seção 3, fl(s). 76.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES LISKA

PORTARIA Nº 730, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Diretor de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria 1476/2022, de 11/08/2022, publicada no DOU em 17/08/2022, Seção 1, fls. 52, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.007330/2023-13, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 25-05-2024 a 24-05-2025, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Adjunto A, Nível 1, realizado por meio do Edital nº 180/2022, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 100/2023, de 25-05-2023, publicado no DOU de 26-05-2023, Seção 3, fl(s). 76.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES LISKA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 333, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso das atribuições previstas na Portaria n. 448/2011, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 29/05/2024, o prazo de validade do Concurso Público para Carreira de Magistério Superior promovido por esta Universidade, conforme Edital n. 04/2022, publicado no Diário Oficial da União de 21/07/2022, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria n. 695/2023, no Diário Oficial da União de 29/05/2023.

Campus: Salvador	Unidade Universitária: Faculdade de Farmácia
Departamento: Medicamento	Área de Conhecimento: Farmacognosia / Fitofármacos e Fitoterapia / Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal
Cargo: Professor do Magistério Superior	Classe: A
Denominação: Professor Adjunto A	Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

JEILSON BARRETO ANDRADE

PORTARIA Nº 334, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso das atribuições previstas na Portaria n. 448/2011, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 29/05/2024, o prazo de validade do Concurso Público para Carreira de Magistério Superior promovido por esta Universidade, conforme Edital n. 04/2022, publicado no Diário Oficial da União de 21/07/2022, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria n. 695/2023, no Diário Oficial da União de 29/05/2023.

Campus: Salvador	Unidade Universitária: Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia
Departamento: Anatomia, Patologia e Clínicas Veterinária	Área de Conhecimento: Anatomia dos Animais Domésticos / Anatomia Veterinária
Cargo: Professor do Magistério Superior	Classe: A
Denominação: Professor Adjunto A	Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

JEILSON BARRETO ANDRADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 437/DDP, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.015545/2024-59, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências Exatas e Educação - CEE /CTE/BNU, instituído pelo Edital nº 018/2024/DDP, de 11 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União nº 71, Seção 3, de 12/04/2024.

Campo de conhecimento: Educação/ Didática e Fundamentos da Educação.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

Nº de Vagas: 01 (uma), sendo esta, preferencialmente, reservada para pessoas candidatas negras, conforme prevê a seção 2 do Edital.

Lista Geral:

Classificação	Pessoa Candidata	Média final
1º	Luciane Schulz	9,62
2º	Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin-Franchi	8,37

Lista de pessoas candidatas negras:

NÃO HOUVE PESSOA CANDIDATA APROVADA

CARLA CERDOTE DA SILVA

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

SECRETARIA NACIONAL DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DIRETORIA NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 69, DE 29 DE ABRIL DE 2024

A DIRETORA DA DIRETORIA NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria GM/MDIC nº 118, de 11 de maio de 2023, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comercio e Serviços e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e considerando as disposições da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023, bem como demais informações que constam nos autos do Processo nº 16100.001436/2024-11, resolve:

Art. 1º Fica a CARBON CREDITS CONSULTING S.R.L., com sede em Palazzo Boncompagni, Via Del Monte, nº 10, Bologna, Itália, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social CARBON CREDITS CONSULTING S.R.L., tendo sido destacado o capital de R$ 100.000,00 (cem mil reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá em: "realizar atividades de aquisição, valorização e venda de créditos de carbono no Brasil, pesquisa e identificação de florestas e áreas e projetos de reflorestamento para espécies nativas e comerciais (eucalyptus spp, pinus spp, etc.); investimento diretos em atividades de plantio ou desenvolvimento de áreas degradadas para o desenvolvimento de projtetos de compensação de carbon offsetting úteis para a obtenção de créditos de carbono; certificação das florestas por meio da quantificação da absorção de C02 (para espécies arbóreas e região geográfica, utilizando metodologias científicas adequadas para criar uma curva alométrica AD HOC); pesquisa, desenvolvimento, estudo e consultoria em um projeto de marketing verde para empresas, análise do CARBON FOOT PRINT de empresas, instituições e terceiros por meio do estudo de seu processo de produção e identificação de intervenções com o objetivo de reduzir as emissões de C02 ou obter uma compensação de carbono", nos termos da Ata do Conselho de Administração do dia 6 de março de 2024.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a CARBON CREDITS CONSULTING S.R.L., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE PROGRAMAS E POLÍTICAS DE INCENTIVO AO ESPORTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

DELIBERAÇÃO Nº 1.684, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinária realizadas em 21/11/2023, 08/12/2023 e 10/04/2024.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 4, de 9 de janeiro de 2024, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinária realizadas em 21/11/2023, 08/12/2023 e 10/04/2024.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007, decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

LUDMILA FERREIRA MARTINS COSTA ABADIA

Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.010136/2024-51
Proponente: Associação Desportiva Brasil Futuro
Título: Clínica de Futsal
Registro: 2400336
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.912.100/0001-50
Cidade: Sorocaba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 870.204,23
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7080 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 6071-2
Período de Captação até: 10/04/2026

2 - Processo: 71000.012733/2024-11
Proponente: Associacao dos Amigos da Escola e da Cidadania Fernandes
Título: Rumo a um Sonho
Registro: 2400441
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.185.482/0001-40
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 556.444,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0300 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 77969-5
Período de Captação até: 10/04/2026

3 - Processo: 71000.009781/2024-21
Proponente: Associacao Fenix de Artes Marciais
Título: Fênix - Lutar Transforma Vidas
Registro: 2400307
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 29.848.902/0001-64
Cidade: Itajaí UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 617.979,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0305 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 93645-6
Período de Captação até: 10/04/2026

4 - Processo: 71000.009801/2024-64
Proponente: Associacao Luverdense de Badminton - A.L.B
Título: Escolinha Badminton Apae LRV
Registro: 2400320
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 34.253.509/0001-68
Cidade: Lucas do Rio Verde UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 296.659,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3196 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 55342-5
Período de Captação até: 10/04/2026

5 - Processo: 71000.011184/2024-67
Proponente: Associacao Pedala Brasil de Ciclismo - APBC
Título: Pedala Green III ano VI
Registro: 2400381
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 712.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 62409-8
Período de Captação até: 10/04/2026

6 - Processo: 71000.011183/2024-12
Proponente: Associacao Pedala Brasil de Ciclismo - APBC
Título: Pedala Green II ano VI
Registro: 2400376
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 712.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 62408-X
Período de Captação até: 10/04/2026

7 - Processo: 71000.010857/2024-61
Proponente: Associacao Pedala Brasil de Ciclismo - APBC
Título: Ecobike I ano V
Registro: 2400373
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 526.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 62407-1
Período de Captação até: 10/04/2026

8 - Processo: 71000.010858/2024-14
Proponente: Associacao Pedala Brasil de Ciclismo - APBC
Título: Pedala Green I ano VI
Registro: 2400372
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: Americana UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 712.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 62406-3
Período de Captação até: 10/04/2026

9 - Processo: 71000.011186/2024-56
Proponente: Associacao Regional de Basquetebol
Título: Categorias de Base ARB
Registro: 2400375
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.970.656/0001-37
Cidade: Iracemápolis UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 469.560,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4565 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 18447-0
Período de Captação até: 10/04/2026

10 - Processo: 71000.015619/2024-42
Proponente: Associacao Volei Bauru - AVB
Título: Volei Bauru Adulto Ano 5
Registro: 2400522
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.638.587/0001-08
Cidade: Bauru UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.264.644,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4776 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 7850-6
Período de Captação até: 10/04/2026

11 - Processo: 71000.087818/2023-71
Proponente: Associacao Cultural Recreativa Aguia Negra
Título: Jogando para o Futuro
Registro: 2305006
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 24.092.125/0001-57
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 544.429,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0296 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 98040-4
Período de Captação até: 08/12/2025

12 - Processo: 71000.016503/2024-21
Proponente: Central Única das Favelas do Rio de Janeiro
Título: Complexo Movimento Esportivo e Cultural da Penha
Registro: 2400554
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 06.052.228/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 2.492.749,99
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0472 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 3999-3
Período de Captação até: 10/04/2026

13 - Processo: 71000.084548/2023-47
Proponente: Clube Atletico Real
Título: Voleibol Atletico Real
Registro: 2304607
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 20.713.653/0001-25
Cidade: Volta Redonda UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.055.016,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2922 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 60449-6
Período de Captação até: 22/11/2025

14 - Processo: 71000.007794/2024-66
Proponente: Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Mancha Verde
Título: Escola de Futebol mancha Verde II
Registro: 2400247
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 00.964.741/0001-92
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 837.414,93
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1195 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42345-9
Período de Captação até: 10/04/2026

15 - Processo: 71000.010481/2024-95
Proponente: Instituto Brasil Igualdade Social
Título: Ippon ou 7 metros
Registro: 2400352
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.654.457/0001-21
Cidade: Timóteo UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 560.455,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68890-8
Período de Captação até: 10/04/2026

16 - Processo: 71000.003329/2024-56
Proponente: Instituto Flor do Piqui
Título: Futebol Social
Registro: 2400082
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.535.592/0001-95
Cidade: Crato UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 1.343.679,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0094 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 71779-7
Período de Captação até: 10/04/2026

17 - Processo: 71000.010482/2024-30
Proponente: Instituto Judô Resgatando Vidas
Título: Jovens Judocas
Registro: 2400354
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 44.469.020/0001-81
Cidade: Moreno UF: PE
Valor autorizado para captação: R$ 213.090,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3250 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 44856-7
Período de Captação até: 10/04/2026

18 - Processo: 71000.015405/2024-76
Proponente: Instituto Mano Down
Título: 2ª Corrida Mano Down
Registro: 2400516
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 23.684.121/0001-03
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 413.987,28
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1585 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 33028-0
Período de Captação até: 10/04/2026

19 - Processo: 71000.010488/2024-15
Proponente: Instituto Social do Bela Vista Sul
Título: Escolinha de Futebol de Campo Feminino
Registro: 2400360
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 46.205.777/0001-93
Cidade: Teresina UF: PI
Valor autorizado para captação: R$ 3.372.218,22
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1640 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 99439-1
Período de Captação até: 10/04/2026

20 - Processo: 71000.010492/2024-75
Proponente: Obras Sociais Santo Antônio
Título: OSSA Competições
Registro: 2400342
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 19.557.636.0001-67
Cidade: Barbacena UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 646.329,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0062 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 109008-9
Período de Captação até: 10/04/2026

21 - Processo: 71000.002884/2024-61
Proponente: Prata Esporte Clube de São Domingos do Prata
Título: Prata Esporte Clube - Futebol
Registro: 2400054
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.133.814/0001-16
Cidade: São Domingos do Prata UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 664.102,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2615 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24184-9
Período de Captação até: 10/04/2026

22 - Processo: 71000.011923/2024-11
Proponente: Sociedade Esportiva Palmeiras
Título: Por um Futuro mais Verde - Formação de Atletas Ano III
Registro: 2400421
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 61.750.345/0001-57
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 4.549.188,27
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1199 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39736-9
Período de Captação até: 10/04/2026

23 - Processo: 71000.004877/2024-01
Proponente: Time Brasília de Paracanoagem
Título: Una Sobradinho
Registro: 2400127
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.214.738/0001-57
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 1.725.323,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2727 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 113301-2
Período de Captação até: 10/04/2026.

Ministério da Fazenda

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

1ª CÂMARA

TURMA - PRIMEIRA TURMA ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA DA PRIMEIRA SEÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 13 a 16/05/2024.

Pauta ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (13/05/2024) de julgamento dos recursos da 1ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado; e

3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação.

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

1 - Processo nº: 16561.720103/2019-92 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA

2 - Processo nº: 10283.722122/2019-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

3 - Processo nº: 19515.003959/2007-18 - Recorrente: ATS DO BRASIL - COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILJESSE DE MOURA PESSOA DE VASCONCELOS FILHO

4 - Processo nº: 16327.900046/2013-19 - Recorrente: WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

5 - Processo nº: 19515.723053/2012-72 - Recorrente: NACIONAL MINERIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

6 - Processo nº: 19515.722318/2011-34 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e INGRAM MICRO BRASIL LTDA

7 - Processo nº: 16561.720142/2012-13 - Recorrente: DOW BRASIL SUDESTE INDUSTRIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILJESSE DE MOURA PESSOA DE VASCONCELOS FILHO

8 - Processo nº: 10920.722463/2016-73 - Recorrente: ENERGIA MADEIRAS - INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

9 - Processo nº: 16682.721290/2021-70 - Recorrentes: ALPES DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

10 - Processo nº: 10380.725747/2019-19 - Recorrente: COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

11 - Processo nº: 16327.721221/2019-91 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA

12 - Processo nº: 16561.720043/2021-22 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

13 - Processo nº: 16561.720168/2017-76 - Recorrente: JBS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

14 - Processo nº: 16327.720661/2021-45 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

15 - Processo nº: 10340.720328/2020-09 - Recorrente: BMW DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA

16 - Processo nº: 10314.720471/2019-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INFINITI TECNOLOGIA EM FUNDICAO LTDA

17 - Processo nº: 17227.720279/2020-41 - Recorrentes: FRONERI BRASIL DISTRIBUIDORA DE SORVETES E CONGELADOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILJESSE DE MOURA PESSOA DE VASCONCELOS FILHO

18 - Processo nº: 11516.723450/2013-11 - Recorrente: CANELINHA MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

19 - Processo nº: 10166.727127/2018-78 - Recorrente: SOEBRAS - SOCIEDADE EDUCATIVA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ITAMAR ARTUR MAGALHAES ALVES RUGA

20 - Processo nº: 10872.720118/2018-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RIO RECIBRAS COMERCIO DE METAIS RECICLAVEIS EIRELI

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

21 - Processo nº: 16327.720704/2019-78 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ

22 - Processo nº: 10680.911489/2019-15 - Recorrente: NACIONAL MINERIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10680.914820/2018-60 - Recorrente: NACIONAL MINERIOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR

24 - Processo nº: 10880.900241/2011-15 - Recorrente: INGRAM MICRO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILJESSE DE MOURA PESSOA DE VASCONCELOS FILHO

25 - Processo nº: 16682.904632/2011-13 - Recorrente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 16682.904631/2011-79 - Recorrente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 16682.902890/2011-65 - Recorrente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 16682.902888/2011-96 - Recorrente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária

TURMA - SEGUNDA TURMA ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA DA PRIMEIRA SEÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 14 a 16/05/2024.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos da 2ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação; e

4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
23	16327.721445/2020-36	24
34	13770.720293/2017-22	35 e 36

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

1 - Processo nº: 10320.722772/2017-93 - Recorrente: INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES

2 - Processo nº: 17227.720298/2020-78 - Recorrentes: CENTRO DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS METALICOS MINAS GERAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

3 - Processo nº: 13884.004122/2004-51 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e LATAPACK BALL EMBALAGENS LTDA

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

4 - Processo nº: 10380.726310/2010-64 - Recorrente: INDUSTRIA NAVAL DO CEARA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13603.722430/2016-12 - Recorrente: ELBI ELETRICA INDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

6 - Processo nº: 15746.722225/2021-15 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 17459.720044/2021-15 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 15746.720539/2021-75 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES

9 - Processo nº: 16561.720139/2017-12 - Recorrente: BR PROPERTIES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

10 - Processo nº: 13502.722341/2020-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASKEM S.A

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

11 - Processo nº: 15746.722692/2021-37 - Recorrente: RECIVALE INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

12 - Processo nº: 10166.727284/2015-31 - Recorrente: TRAUMA SURGICAL PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES

13 - Processo nº: 13896.723648/2016-38 - Recorrentes: ANDRITZ HYDRO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

14 - Processo nº: 10314.720702/2019-41 - Recorrente: A D COMERCIO DE BEBIDAS E CONDIMENTOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

15 - Processo nº: 11624.720078/2019-41 - Recorrentes: BAYONNE COSMETICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

16 - Processo nº: 10830.720840/2012-15 - Recorrente: ANK - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

17 - Processo nº: 15956.720012/2018-70 - Recorrente: CASAGRANDE COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

18 - Processo nº: 14033.720010/2012-34 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

19 - Processo nº: 16327.721371/2020-38 - Recorrente: BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

20 - Processo nº: 11052.720026/2016-54 - Recorrente: EDITORA RIO PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 12448.729714/2016-07 - Recorrente: EDITORA RIO PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FREDY JOSE GOMES DE ALBUQUERQUE

22 - Processo nº: 19515.003449/2004-90 - Recorrente: SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 16327.721445/2020-36 - Recorrente: BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

24 - Processo nº: 16327.720273/2021-64 - Recorrente: BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 13:30 HORAS

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

25 - Processo nº: 16327.720700/2013-02 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES

26 - Processo nº: 11831.003622/2003-84 - Recorrente: CIA INICIADORA PREDIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

27 - Processo nº: 11080.720477/2018-16 - Recorrente: A P DE OLIVEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10880.909310/2013-18 - Recorrente: MANSERV MONTAGEM E MANUTENCAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES

29 - Processo nº: 13629.900730/2011-38 - Recorrente: ENGECEL CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

30 - Processo nº: 11080.736215/2019-54 - Recorrente: ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES

31 - Processo nº: 10865.001230/2002-40 - Recorrente: TATU PREMOLDADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

32 - Processo nº: 10980.906230/2012-93 - Recorrente: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO PARANA - CELEPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10980.906231/2012-38 - Recorrente: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO PARANA - CELEPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA

34 - Processo nº: 13770.720293/2017-22 - Recorrente: GSM INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BELTCHER DA SILVA

35 - Processo nº: 10783.720566/2017-00 - Recorrente: GSM INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 13770.720294/2017-77 - Recorrente: GSM INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BELTCHER DA SILVA
Presidente da 2ª Turma Ordinária

2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 13 a 16/05/2024.

Pauta ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (13/05/2024) de julgamento dos recursos da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação; e

4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
1	11080.728884/2018-71	2 a 412
415	10880.912606/2018-12	416 e 417
436	10930.721407/2017-83	437
438	19515.720144/2016-80	439
451	10950.723235/2021-21	452
453	10880.952232/2014-44	454
455	10920.900474/2011-96	456 a 458
470	16682.720867/2021-26	471
473	10805.913460/2021-21	474
475	13819.904268/2019-68	476
477	11080.732780/2018-61	478
480	13369.721305/2020-83	481
483	10660.903333/2019-91	484
485	10882.902409/2010-18	486 a 488

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LUCAS ISSA HALAH

1 - Processo nº: 11080.728884/2018-71 - Recorrente: BRES ITUPEVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

2 - Processo nº: 10166.724590/2017-87 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10166.724591/2017-21 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10283.722852/2018-13 - Recorrente: CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10320.721215/2016-74 - Recorrente: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA - EMAP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10320.722592/2015-40 - Recorrente: EQUATORIAL ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10348.729843/2022-38 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10410.725001/2013-15 - Recorrente: COPERTRADING COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10530.722433/2015-70 - Recorrente: FCC - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10845.721608/2017-40 - Recorrente: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10875.720400/2017-56 - Recorrente: ADECOL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10875.721463/2017-20 - Recorrente: ADECOL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10875.721954/2018-51 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10875.722027/2015-14 - Recorrente: LABORATORIOS PFIZER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10875.722405/2016-32 - Recorrente: CAB METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10923.720001/2017-72 - Recorrente: AUTOMETAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10980.723867/2015-99 - Recorrente: COPEL DISTRIBUICAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 11020.721901/2011-88 - Recorrente: CENTRO REGIONAL DE DIAGNOSTICO VERO-DELLAUDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 11080.727854/2017-67 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 11080.728176/2017-50 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA ELETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 11080.728259/2017-49 - Recorrente: BREITENER JARAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 11080.728275/2017-31 - Recorrente: ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 11080.728281/2017-99 - Recorrente: BREITENER TAMBAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 11080.728302/2017-76 - Recorrente: D. CENTER DISTRIBUIDORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 11080.728304/2017-65 - Recorrente: BALL EMBALAGENS AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 11080.728318/2017-89 - Recorrente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11080.728379/2017-46 - Recorrente: BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 11080.728384/2017-59 - Recorrente: BREITENER JARAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 11080.728388/2017-37 - Recorrente: AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11080.728397/2017-28 - Recorrente: BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11080.728398/2017-72 - Recorrente: ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 11080.728408/2017-70 - Recorrente: AGROPECUARIA MARTINEZ-CONDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11080.728438/2017-86 - Recorrente: D. CENTER DISTRIBUIDORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 11080.728451/2017-35 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 11080.728508/2017-04 - Recorrente: BREITENER TAMBAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 11080.728580/2018-12 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11080.728619/2018-93 - Recorrente: ALELO INSTITUICAO DE PAGAMENTO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11080.728633/2018-97 - Recorrente: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA - DATAPREV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11080.728649/2018-08 - Recorrente: CAPTAR COOPER COOPERATIVA DE TRABALHO DE MULTISERVICOS PROFISSIONAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11080.728754/2018-39 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11080.728882/2018-82 - Recorrente: AVELINO CORREA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11080.729036/2017-07 - Recorrente: BRASKEM S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11080.729088/2017-75 - Recorrente: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVICOS E COMERCIO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11080.729107/2018-44 - Recorrente: ESTACIONAMENTO DO EDIFICIO DO CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER DA GAVEA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11080.729120/2018-01 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11080.729127/2017-34 - Recorrente: EXTERRAN MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11080.729136/2018-14 - Recorrente: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11080.729539/2017-74 - Recorrente: PTAPAR PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11080.729545/2017-21 - Recorrente: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 11080.729584/2017-29 - Recorrente: LIGHT S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11080.729589/2017-51 - Recorrente: COMMIT GAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11080.729611/2017-63 - Recorrente: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 11080.729638/2017-56 - Recorrente: EDRJ113 PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 11080.729645/2017-58 - Recorrente: IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 11080.729660/2017-04 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 11080.729698/2017-79 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11080.729705/2017-32 - Recorrente: VISEL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 11080.729707/2017-21 - Recorrente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 11080.729754/2016-94 - Recorrente: BLUE II SPE - PLANEJAMENTO, PROMOCAO, INCORPORACAO E VENDA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11080.729772/2016-76 - Recorrente: LIDERPRIME - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 11080.729780/2016-12 - Recorrente: CONCESSIONARIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11080.729780/2017-01 - Recorrente: INSTITUTO HERMES PARDINI S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11080.729790/2017-39 - Recorrente: EXPORTADORA DE CAFE GUAXUPE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11080.729794/2016-36 - Recorrente: INFOTEC CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11080.729804/2017-14 - Recorrente: GREAT OIL PERFURACOES NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 11080.729805/2016-88 - Recorrente: BELFORT AUTOMOVEIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11080.729814/2016-79 - Recorrente: CA PROGRAMAS DE COMPUTADOR, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11080.729829/2016-37 - Recorrente: ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11080.729831/2017-97 - Recorrente: NORSKAN OFFSHORE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11080.729837/2017-64 - Recorrente: FSTP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11080.729841/2016-41 - Recorrente: LABORATORIO SABIN DE ANALISES CLINICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11080.729844/2016-85 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11080.729854/2016-11 - Recorrente: ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11080.729862/2016-67 - Recorrente: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11080.729869/2017-60 - Recorrente: NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S/A - NTS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11080.729872/2016-01 - Recorrente: ORANGE BUSINESS SERVICES BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11080.729879/2016-14 - Recorrente: GX TECHNOLOGY SISMICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11080.729954/2016-47 - Recorrente: SKANSKA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11080.729958/2016-25 - Recorrente: JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11080.729972/2017-18 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 11080.729980/2016-75 - Recorrente: BETTANIN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11080.729981/2016-10 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 11080.729989/2017-67 - Recorrente: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 11080.730012/2016-10 - Recorrente: BREITENER TAMBAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11080.730019/2017-12 - Recorrente: IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11080.730041/2016-73 - Recorrente: AMBAR ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 11080.730048/2016-95 - Recorrente: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11080.730088/2016-37 - Recorrente: BRISTOW TAXI AEREO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11080.730129/2016-95 - Recorrente: FERTILIZANTES HERINGER S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11080.730138/2016-86 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11080.730193/2016-76 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 11080.730290/2016-69 - Recorrente: ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 11080.730291/2016-11 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 11080.730297/2016-81 - Recorrente: ITUMBIARA BIOENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11080.730595/2017-51 - Recorrente: B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11080.730619/2017-72 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11080.730638/2017-07 - Recorrente: VOTORANTIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 11080.730649/2017-89 - Recorrente: CONSTRUTORA COESA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11080.730661/2017-93 - Recorrente: BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11080.730686/2017-97 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11080.730726/2017-09 - Recorrente: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 11080.730738/2017-25 - Recorrente: OXITENO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11080.730739/2017-70 - Recorrente: VOTORANTIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11080.730757/2017-51 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11080.730766/2017-42 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11080.730773/2017-44 - Recorrente: AMICO SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11080.730813/2017-58 - Recorrente: ALLIS SOLUCOES INTELIGENTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 11080.730828/2017-16 - Recorrente: BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (BRASIL), S.A. EM LIQUIDACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 11080.730836/2017-62 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11080.730839/2017-04 - Recorrente: SLC AGRICOLA CENTRO OESTE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 11080.730841/2017-75 - Recorrente: FIBRIA CELULOSE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11080.730843/2018-45 - Recorrente: CLARO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11080.730887/2018-75 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11080.730891/2017-52 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11080.730895/2017-31 - Recorrente: SAO CARLOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 11080.730904/2017-93 - Recorrente: EOLICA FORMOSA GERACAO E COMERCIALIZACAO DE ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 11080.730912/2017-30 - Recorrente: KUEHNE+NAGEL SERVICOS LOGISTICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 11080.730922/2017-75 - Recorrente: CONSTRUTORA COESA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 11080.730930/2017-11 - Recorrente: FIRMENICH & CIA. LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11080.730948/2017-13 - Recorrente: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 11080.730978/2018-19 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 11080.730987/2017-11 - Recorrente: AUNDE BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 11080.730999/2018-26 - Recorrente: SOFTLINE INTERNATIONAL BRASIL COMERCIO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 11080.731010/2017-11 - Recorrente: RAMALHO HOLDING LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 11080.731036/2017-69 - Recorrente: BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (BRASIL), S.A. EM LIQUIDACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 11080.731065/2017-21 - Recorrente: CNF - ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS NACIONAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 11080.731065/2018-10 - Recorrente: CLARO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 11080.731109/2017-12 - Recorrente: KUEHNE+NAGEL SERVICOS LOGISTICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 11080.731113/2017-81 - Recorrente: FCB BRASIL PUBLICIDADE E COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 11080.731115/2017-70 - Recorrente: CONESTOGA-ROVERS ENGENHARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11080.731132/2017-15 - Recorrente: BRENNTAG QUIMICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 11080.731151/2017-33 - Recorrente: BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11080.731181/2018-21 - Recorrente: SOFTLINE INTERNATIONAL BRASIL COMERCIO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 11080.731189/2017-14 - Recorrente: SKANSKA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11080.731220/2018-90 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11080.731223/2018-23 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 11080.731224/2018-78 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 11080.731236/2018-01 - Recorrente: KWS SEMENTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11080.731242/2017-79 - Recorrente: VOLCAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 11080.731242/2018-50 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 11080.731243/2017-13 - Recorrente: CEMUSA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 11080.731301/2017-17 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 11080.731303/2017-06 - Recorrente: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 11080.731307/2018-67 - Recorrente: AUTOMETAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 11080.731326/2017-11 - Recorrente: BRASTERRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 11080.731327/2017-57 - Recorrente: YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 11080.731343/2017-40 - Recorrente: D-LINK BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11080.731346/2017-83 - Recorrente: KIRTON VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 11080.731359/2017-52 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 11080.731401/2017-35 - Recorrente: INTERFLOAT HZ ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 11080.731418/2017-92 - Recorrente: BULL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 11080.731431/2017-41 - Recorrente: FXC CORRETORA DE VALORES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 11080.731440/2017-32 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 11080.731476/2017-16 - Recorrente: ROPLANO PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 11080.731489/2017-95 - Recorrente: C & C CASA E CONSTRUCAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 11080.731492/2017-17 - Recorrente: BRADESCO-KIRTON CORRETORA DE CAMBIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 11080.731516/2017-20 - Recorrente: SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 11080.731527/2017-18 - Recorrente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 11080.731531/2017-78 - Recorrente: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 11080.731550/2017-02 - Recorrente: SAO CARLOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 11080.731568/2017-04 - Recorrente: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 11080.731576/2017-42 - Recorrente: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 11080.731605/2017-76 - Recorrente: CAPGEMINI BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 11080.731648/2017-51 - Recorrente: CAPRICORNIO TEXTIL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11080.731660/2017-66 - Recorrente: CHEVRON ORONITE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 11080.731714/2017-93 - Recorrente: AUTO SUECO SAO PAULO - CONCESSIONARIA DE VEICULOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 11080.731717/2017-27 - Recorrente: OXITENO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 11080.731748/2017-88 - Recorrente: CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 11080.731753/2017-91 - Recorrente: INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 11080.731775/2017-51 - Recorrente: LONGPING HIGH-TECH SEMENTES & BIOTECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 11080.731777/2017-40 - Recorrente: QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 11080.731792/2017-98 - Recorrente: SKANSKA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 11080.731811/2017-86 - Recorrente: D-LINK BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 11080.731987/2017-38 - Recorrente: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 11080.731989/2017-27 - Recorrente: TEGULA SA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 11080.732359/2018-51 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 11080.732369/2018-96 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 11080.732386/2017-42 - Recorrente: BRF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 11080.732401/2018-33 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 11080.732412/2017-32 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 11080.732422/2018-59 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 11080.732425/2018-92 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 11080.732463/2017-64 - Recorrente: CONSTRUTORA TEDESCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 11080.732493/2017-71 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 11080.732507/2018-37 - Recorrente: COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 11080.732523/2018-20 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 11080.732597/2018-66 - Recorrente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 11080.732613/2018-11 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 11080.732626/2018-90 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 11080.732637/2018-70 - Recorrente: ARCADIS LOGOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 11080.732657/2018-41 - Recorrente: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 11080.732674/2017-05 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 11080.732684/2018-13 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 11080.732729/2018-50 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 11080.732763/2018-24 - Recorrente: ARCADIS LOGOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 11080.732789/2018-72 - Recorrente: GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SAO PAULO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 11080.732804/2018-82 - Recorrente: ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 11080.732817/2018-51 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 11080.732860/2018-17 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 11080.732915/2018-99 - Recorrente: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 11080.732959/2018-19 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 11080.732965/2018-76 - Recorrente: BROOKFIELD BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 11080.732966/2018-11 - Recorrente: VOITH HYDRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 11080.733004/2018-89 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 11080.733014/2018-14 - Recorrente: A.W. FABER CASTELL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 11080.733111/2018-15 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 11080.733148/2018-35 - Recorrente: BROOKFIELD BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 11080.733230/2018-60 - Recorrente: CONSTRUTORA COESA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 11080.733231/2018-12 - Recorrente: CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 11080.733357/2018-89 - Recorrente: AGENCIA ESTADO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 11080.733456/2018-61 - Recorrente: VOITH HYDRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 11080.733683/2018-96 - Recorrente: BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 11080.733721/2018-19 - Recorrente: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 11080.733728/2018-22 - Recorrente: JSL S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 11080.733735/2018-24 - Recorrente: FCB BRASIL PUBLICIDADE E COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 11080.733771/2018-98 - Recorrente: COMMIT GAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 11080.733889/2018-16 - Recorrente: AUNDE BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 11080.733897/2018-62 - Recorrente: BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 11080.733903/2018-81 - Recorrente: CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 11080.733910/2018-83 - Recorrente: ESTOK COMERCIO E REPRESENTACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 11080.733938/2018-11 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 11080.734014/2018-31 - Recorrente: MERITOR DO BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 11080.734053/2018-39 - Recorrente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 11080.734117/2018-00 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 11080.734120/2018-15 - Recorrente: CAMPARI DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 11080.734166/2018-34 - Recorrente: HOPE RECURSOS HUMANOS - EM RECUPERACAO JUDICIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 11080.734176/2018-70 - Recorrente: BRAY CONTROLS INDUSTRIA DE VALVULAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 11080.734243/2018-56 - Recorrente: BANCO BS2 S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 11080.734321/2018-12 - Recorrente: GOOD BOM SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 11080.734332/2018-01 - Recorrente: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 11080.734363/2018-53 - Recorrente: AGROFEL AGRO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 11080.734374/2018-33 - Recorrente: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 11080.734409/2018-34 - Recorrente: ADECCO RECURSOS HUMANOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 11080.734510/2018-95 - Recorrente: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 11080.734619/2018-22 - Recorrente: BIOGEN BRASIL PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 11080.734626/2018-24 - Recorrente: CONSTRUTORA MARQUISE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 11080.734641/2018-72 - Recorrente: HOPE RECURSOS HUMANOS - EM RECUPERACAO JUDICIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 11080.734644/2018-14 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 11080.734756/2019-48 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 11080.734811/2018-19 - Recorrente: KPMG ASSURANCE SERVICES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 11080.734833/2018-89 - Recorrente: ALGAR TELECOM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 11080.734908/2018-21 - Recorrente: BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 11080.734945/2018-30 - Recorrente: IOS INFORMATICA, ORGANIZACAO E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 11080.734996/2017-81 - Recorrente: REED EXHIBITIONS ALCANTARA MACHADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 11080.735011/2018-15 - Recorrente: BASF SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 11080.735048/2018-43 - Recorrente: J ALVES E OLIVEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 11080.735051/2017-86 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 11080.735060/2017-77 - Recorrente: ENERGEST S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 11080.735073/2017-46 - Recorrente: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 11080.735073/2018-27 - Recorrente: CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 11080.735079/2017-13 - Recorrente: REED EXHIBITIONS ALCANTARA MACHADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 11080.735097/2017-03 - Recorrente: CLARO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 11080.735114/2017-02 - Recorrente: CLARO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 11080.735126/2017-29 - Recorrente: CLARO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 11080.735138/2018-34 - Recorrente: BREITENER JARAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 11080.735167/2017-15 - Recorrente: CLARO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 11080.735239/2018-13 - Recorrente: HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 11080.735287/2018-01 - Recorrente: BRAY CONTROLS INDUSTRIA DE VALVULAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 11080.735313/2018-93 - Recorrente: LAPONIA SUDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 11080.735345/2018-99 - Recorrente: CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 11080.735353/2018-35 - Recorrente: CAPGEMINI BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 11080.735469/2018-74 - Recorrente: SABARA QUIMICOS E INGREDIENTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 11080.735473/2018-32 - Recorrente: MERCK SHARP & DOHME SAUDE ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 11080.735477/2018-11 - Recorrente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 11080.735510/2019-93 - Recorrente: REB EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 11080.735647/2018-67 - Recorrente: ABC DISTRIBUIDORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

267 - Processo nº: 11080.735663/2018-50 - Recorrente: SERPO-SERVICOS DE PORTARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 11080.735667/2018-38 - Recorrente: ELETROFRIO REFRIGERACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 11080.735726/2018-78 - Recorrente: GOOD BOM SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 11080.735761/2018-97 - Recorrente: BRADESPLAN PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 11080.735771/2018-22 - Recorrente: BRASFORT EMPRESA DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 11080.735782/2018-11 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 11080.735805/2018-89 - Recorrente: AGENCIA ESTADO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 11080.735891/2018-20 - Recorrente: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 11080.735959/2018-71 - Recorrente: ADECCO RECURSOS HUMANOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 11080.736080/2018-46 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 11080.736200/2018-13 - Recorrente: GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SAO PAULO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 11080.736210/2018-41 - Recorrente: AUNDE BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 11080.736253/2018-26 - Recorrente: PRODATA MOBILITY BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 11080.736259/2018-01 - Recorrente: BRASANITAS EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 11080.736277/2018-85 - Recorrente: GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 11080.736539/2018-10 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE PERNAMBUCO S.A. - EPESA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 11080.736563/2019-21 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 11080.736564/2019-76 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 11080.736565/2019-11 - Recorrente: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 11080.736597/2018-35 - Recorrente: GLOBOAVES SAO PAULO AGROAVICOLA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 11080.736665/2018-66 - Recorrente: CLINICA DE RINS VALE DO ITAJAI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 11080.736773/2018-39 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 11080.736842/2018-12 - Recorrente: AUTO SUECO SAO PAULO - CONCESSIONARIA DE VEICULOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 11080.736870/2018-21 - Recorrente: BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 11080.736887/2018-89 - Recorrente: BOA VISTA SERVICOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 11080.736966/2018-90 - Recorrente: BOA VISTA SERVICOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 11080.737154/2018-61 - Recorrente: AGROFEL AGRO COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 11080.737243/2018-16 - Recorrente: BANCO BMG S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 11080.737291/2018-04 - Recorrente: LYON ENGENHARIA COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 11080.737456/2018-30 - Recorrente: KPMG ASSURANCE SERVICES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 11080.737518/2018-11 - Recorrente: LYON ENGENHARIA COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 11080.737675/2018-19 - Recorrente: CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 11080.737758/2018-16 - Recorrente: ACEARIA FREDERICO MISSNER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 11080.738098/2018-82 - Recorrente: ADECCO RECURSOS HUMANOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 11080.738121/2018-39 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 11080.738207/2018-61 - Recorrente: ADECCO RECURSOS HUMANOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 11080.738428/2019-11 - Recorrente: ALLIS SOLUCOES INTELIGENTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 11080.738911/2018-14 - Recorrente: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 11080.738962/2018-46 - Recorrente: ELETROFRIO REFRIGERACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 11080.741931/2019-53 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 11080.742025/2019-76 - Recorrente: CAMPARI DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 11080.742034/2019-67 - Recorrente: CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 11080.742035/2019-10 - Recorrente: CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 11080.742045/2019-47 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 11080.742046/2019-91 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 11080.742375/2019-32 - Recorrente: BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 11080.742424/2019-37 - Recorrente: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 12571.720063/2015-85 - Recorrente: CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 13116.720163/2017-11 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 13116.720296/2017-80 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 13896.720767/2017-10 - Recorrente: C&A MODAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 14090.720066/2017-19 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 14090.720334/2017-01 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 14090.720335/2017-47 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 14743.720174/2013-36 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 15251.720103/2014-19 - Recorrente: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 15251.720104/2014-63 - Recorrente: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 15253.720004/2019-21 - Recorrente: ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 15578.720124/2014-51 - Recorrente: COPPER TRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 15983.720175/2015-82 - Recorrente: CAFE BRASILEIRO ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 15983.720199/2015-31 - Recorrente: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 16095.720131/2019-53 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 16327.720239/2020-17 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 16327.720292/2017-12 - Recorrente: BANCO CREDICARD S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 16327.720305/2016-64 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 16327.720788/2014-35 - Recorrente: BANCO ITAULEASING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 16327.720817/2018-92 - Recorrente: BANCO CIFRA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 16327.721087/2019-28 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 16682.720630/2014-16 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 16682.721758/2017-40 - Recorrente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 16692.720075/2019-18 - Recorrente: M. FRAL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 16692.720355/2019-26 - Recorrente: M. FRAL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 16692.729233/2015-71 - Recorrente: GC GUSCAR COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 18220.720094/2021-41 - Recorrente: VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 18220.720095/2021-95 - Recorrente: VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 18220.720513/2020-63 - Recorrente: BRASIL TELECOM CALL CENTER S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 18220.720737/2021-56 - Recorrente: ADECCO RECURSOS HUMANOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 18220.720738/2021-09 - Recorrente: ADECCO RECURSOS HUMANOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 18220.720858/2020-17 - Recorrente: BREITENER JARAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 18220.720859/2020-61 - Recorrente: BREITENER TAMBAQUI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 18220.720869/2020-05 - Recorrente: CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZONIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 18220.720903/2020-33 - Recorrente: FLEXTRONICS DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 18220.720987/2021-96 - Recorrente: ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 18220.721266/2020-12 - Recorrente: C P ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 18220.721276/2020-58 - Recorrente: C P ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 18220.721705/2021-78 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 18220.721728/2021-82 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 18220.721733/2021-95 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 18220.721739/2020-81 - Recorrente: MK ELETRODOMESTICOS MONDIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 18220.721740/2020-14 - Recorrente: MK ELETRODOMESTICOS MONDIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 18220.721744/2021-75 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 18220.722002/2020-86 - Recorrente: EXPRESSO NEPOMUCENO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 18220.722308/2021-13 - Recorrente: CADAM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 18220.722365/2020-11 - Recorrente: BRASIF S/A EXPORTACAO IMPORTACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 18220.722664/2022-18 - Recorrente: ALGAR TI CONSULTORIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 18220.723072/2020-51 - Recorrente: CPFL GERACAO DE ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 18220.723092/2020-22 - Recorrente: CPFL GERACAO DE ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 18220.723658/2020-16 - Recorrente: SEISA SERVICOS INTEGRADOS DE SAUDE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 18220.723796/2021-86 - Recorrente: CSN MINERACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 18220.723890/2020-54 - Recorrente: HEATING E COOLING TECNOLOGIA TERMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 18220.723891/2020-07 - Recorrente: HEATING E COOLING TECNOLOGIA TERMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 18220.723963/2020-16 - Recorrente: CLARO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 18220.724127/2021-21 - Recorrente: DISLUB COMBUSTIVEIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 18220.724179/2021-06 - Recorrente: DL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 18220.724191/2021-11 - Recorrente: DL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 18220.724326/2020-59 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 18220.724488/2020-97 - Recorrente: METRO JORNAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 18220.724489/2020-31 - Recorrente: METRO JORNAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

375 - Processo nº: 18220.724576/2020-99 - Recorrente: AGENCIA ESTADO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 18220.725465/2021-81 - Recorrente: G4S MONITORAMENTO E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 18220.725645/2021-62 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 18220.725646/2021-15 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo nº: 18220.725882/2020-42 - Recorrente: WTORRE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 18220.725883/2020-97 - Recorrente: WTORRE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
381 - Processo nº: 18220.725883/2021-78 - Recorrente: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 18220.726376/2020-71 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo nº: 18220.726377/2020-15 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 18220.726378/2020-60 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 18220.726379/2020-12 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo nº: 18220.726471/2021-55 - Recorrente: INVENTUS POWER ELETRONICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 18220.726478/2021-77 - Recorrente: IPANEMA - SERVICOS DE ASSISTENCIA MEDICO CIRURGICA INFANTIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 18220.726726/2020-07 - Recorrente: KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 18220.727072/2021-10 - Recorrente: LECTRA BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 18220.727107/2021-11 - Recorrente: LEVIAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 18220.727108/2021-57 - Recorrente: LEVIAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 18220.727109/2021-00 - Recorrente: LEVIAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 18220.727233/2021-67 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo nº: 18220.727387/2020-78 - Recorrente: VINICOLA PERINI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 18220.727451/2022-82 - Recorrente: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 18220.727452/2022-27 - Recorrente: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo nº: 18220.727483/2022-88 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 18220.728380/2020-73 - Recorrente: BRASKEM S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 18220.728397/2021-10 - Recorrente: LEVIAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo nº: 18220.728398/2021-56 - Recorrente: LEVIAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 18220.729355/2020-15 - Recorrente: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo nº: 18220.729459/2021-01 - Recorrente: RIO VERDE ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 18220.729460/2021-27 - Recorrente: RIO VERDE ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo nº: 18220.729642/2020-17 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo nº: 18220.729745/2020-87 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 18220.729763/2021-40 - Recorrente: SANCHEZ CANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 18220.729764/2021-94 - Recorrente: SANCHEZ CANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 18220.729765/2020-58 - Recorrente: BTG PACTUAL VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 18220.729766/2020-01 - Recorrente: BTG PACTUAL VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo nº: 18220.729772/2020-50 - Recorrente: BRADESCO SA CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 18220.730087/2020-76 - Recorrente: HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 18220.730676/2021-35 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
413 - Processo nº: 10880.911566/2018-91 - Recorrente: BRES ITUPEVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
414 - Processo nº: 11065.720210/2015-74 - Recorrente: MOSMANN INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
415 - Processo nº: 10880.912606/2018-12 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 10880.912605/2018-78 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo nº: 10880.928459/2018-01 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 10880.946805/2015-81 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
419 - Processo nº: 10880.901351/2016-09 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo nº: 10880.971716/2017-35 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
421 - Processo nº: 10880.971717/2017-80 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo nº: 10880.989213/2017-16 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
423 - Processo nº: 10882.722077/2014-13 - Embargante: SUPERMIX COMERCIO ATACADISTA E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
424 - Processo nº: 10880.924305/2015-99 - Recorrente: REDE D'OR SAO LUIZ S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 11610.000632/2003-62 - Embargante: ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
426 - Processo nº: 10880.904060/2009-35 - Recorrente: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
427 - Processo nº: 16682.904135/2017-19 - Recorrente: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
428 - Processo nº: 11080.732402/2018-88 - Recorrente: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
429 - Processo nº: 15374.001535/2006-21 - Recorrente: GERDAU S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
430 - Processo nº: 12448.725314/2019-67 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
431 - Processo nº: 19515.720161/2016-17 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo nº: 10880.923024/2013-57 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
433 - Processo nº: 10880.978060/2016-09 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 10880.915342/2012-63 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo nº: 10880.920101/2014-06 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
436 - Processo nº: 10930.721407/2017-83 - Recorrente: BELA SEMENTES INDUSTRIA E COMERCIO DE SEMENTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
437 - Processo nº: 10930.721408/2017-28 - Recorrente: BELA SEMENTES INDUSTRIA E COMERCIO DE SEMENTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
438 - Processo nº: 19515.720144/2016-80 - Recorrente: ULTRA MAQUINAS COMERCIAL DE FERRAMENTAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
439 - Processo nº: 19515.720145/2016-24 - Recorrente: ULTRA MAQUINAS COMERCIAL DE FERRAMENTAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
440 - Processo nº: 15578.720030/2011-30 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo nº: 15586.720309/2011-14 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
442 - Processo nº: 10166.756066/2020-71 - Recorrente: BRASITA CIGARROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
443 - Processo nº: 15563.720081/2013-92 - Recorrente: CIA SULAMERICANA DE TABACOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
444 - Processo nº: 15746.720586/2021-19 - Recorrente: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo nº: 15746.720413/2021-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
446 - Processo nº: 16682.721182/2018-00 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
447 - Processo nº: 16682.720108/2020-82 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo nº: 16682.720872/2019-14 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
449 - Processo nº: 10882.723707/2019-81 - Recorrentes: CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
450 - Processo nº: 13896.907197/2019-32 - Recorrente: CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo nº: 10950.723235/2021-21 - Recorrente: J.A.PASQUINI & CIA.LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
452 - Processo nº: 10950.725760/2021-81 - Recorrente: J.A.PASQUINI & CIA.LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
453 - Processo nº: 10880.952232/2014-44 - Recorrente: NUERNBERGMESSE BRASIL - FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
454 - Processo nº: 10880.943853/2014-37 - Recorrente: NUERNBERGMESSE BRASIL - FEIRAS E CONGRESSOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
455 - Processo nº: 10920.900474/2011-96 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
456 - Processo nº: 10920.900473/2011-41 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo nº: 10920.903081/2010-53 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
458 - Processo nº: 10920.908607/2010-91 - Recorrente: SEGURIDADE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
459 - Processo nº: 16682.903718/2013-91 - Recorrente: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
460 - Processo nº: 16682.900294/2013-11 - Recorrente: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
461 - Processo nº: 16682.901490/2015-66 - Recorrente: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
462 - Processo nº: 11080.733146/2018-46 - Recorrente: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
463 - Processo nº: 11080.733023/2018-13 - Recorrente: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
464 - Processo nº: 16682.901489/2015-31 - Recorrente: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
465 - Processo nº: 16682.903719/2013-35 - Recorrente: EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
466 - Processo nº: 16561.720107/2019-71 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
467 - Processo nº: 16561.720156/2017-41 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
468 - Processo nº: 13820.720977/2014-49 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
469 - Processo nº: 19515.721289/2014-36 - Recorrente: FAUSTO LONGUINHO DE SOUZA BAZAR EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA

470 - Processo nº: 16682.720867/2021-26 - Recorrente: SALOBO METAIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
471 - Processo nº: 16682.720865/2021-37 - Recorrente: SALOBO METAIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 13:30 HORAS

Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
472 - Processo nº: 10314.720387/2020-96 - Recorrente: DTC TRADING EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
473 - Processo nº: 10805.913460/2021-21 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
474 - Processo nº: 10805.910036/2021-24 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ISSA HALAH
475 - Processo nº: 13819.904268/2019-68 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
476 - Processo nº: 13819.904269/2019-11 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
477 - Processo nº: 11080.732780/2018-61 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
478 - Processo nº: 11080.736421/2018-83 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
479 - Processo nº: 11610.015845/2002-16 - Recorrente: ABN AMRO BRASIL PARTICIPACOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
480 - Processo nº: 13369.721305/2020-83 - Recorrente: ALOHA CONSTRUTORA & INCORPORADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
481 - Processo nº: 13369.721310/2020-96 - Recorrente: ALOHA CONSTRUTORA & INCORPORADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
482 - Processo nº: 15940.720067/2013-44 - Recorrente: DERNEVAL PINGO ALVES DE BRITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
483 - Processo nº: 10660.903333/2019-91 - Recorrente: EXPRESSO NEPOMUCENO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
484 - Processo nº: 10660.903334/2019-35 - Recorrente: EXPRESSO NEPOMUCENO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
485 - Processo nº: 10882.902409/2010-18 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
486 - Processo nº: 10882.902406/2010-84 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
487 - Processo nº: 10882.902407/2010-29 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
488 - Processo nº: 10882.902408/2010-73 - Recorrente: NR ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO GENERO SERRA
489 - Processo nº: 18220.722001/2020-31 - Recorrente: EXPRESSO NEPOMUCENO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
Presidente da 1ª Turma Ordinária

TURMA - SEGUNDA TURMA ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA DA PRIMEIRA SEÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 14 a 16/05/2024.
Pauta ordinária de julgamento dos recursos da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação; e
4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
1	16366.720579/2017-78	2 a 4
5	16366.720305/2018-60	6 a 8
11	15504.726252/2018-04	12
30	11020.902797/2015-54	31 e 32
33	11080.736706/2018-14	34 e 35

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
1 - Processo nº: 16366.720579/2017-78 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
2 - Processo nº: 16366.720556/2017-63 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 16366.720558/2017-52 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16366.720559/2017-05 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
5 - Processo nº: 16366.720305/2018-60 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
6 - Processo nº: 16366.720307/2018-59 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 16366.720306/2018-12 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 16366.720308/2018-01 - Recorrente: B2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
9 - Processo nº: 10283.726604/2017-61 - Recorrentes: SONY BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONEY SANDRO FREIRE CORREA
10 - Processo nº: 10680.918246/2020-33 - Recorrente: CATERPILLAR GLOBAL MINING EQUIPAMENTOS DE MINERACAO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 15504.726252/2018-04 - Recorrente: CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
12 - Processo nº: 15504.726274/2018-66 - Recorrente: CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MAURICIO NOVAES FERREIRA
13 - Processo nº: 10835.721131/2017-11 - Recorrentes: AGROINDUSTRIAL IRMAOS DALLA COSTA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
14 - Processo nº: 10314.728058/2014-45 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA
15 - Processo nº: 15746.720189/2020-66 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e NESTLE BRASIL LTDA.
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
16 - Processo nº: 16327.721346/2020-54 - Recorrente: ERBE INCORPORADORA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONEY SANDRO FREIRE CORREA
17 - Processo nº: 16048.720142/2014-94 - Recorrente: UNIMED DE TAUBATE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
18 - Processo nº: 13982.000564/2004-10 - Recorrente: ACOTEC INDUSTRIA EM SISTEMAS ESTRUTURAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
19 - Processo nº: 19740.720127/2008-79 - Recorrente: TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 19740.000394/2008-26 - Recorrente: TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONEY SANDRO FREIRE CORREA
21 - Processo nº: 10940.906268/2016-66 - Recorrente: FLORESTAL VALE DO CORISCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 12448.724538/2016-17 - Recorrente: ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MAURICIO NOVAES FERREIRA
23 - Processo nº: 16561.720056/2020-11 - Recorrentes: TELEFONICA BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
24 - Processo nº: 10340.720446/2021-90 - Recorrente: RDC CONCESSOES SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
25 - Processo nº: 16561.720039/2019-40 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO SAADE MONTENEGRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 16561.720043/2019-16 - Recorrente: SOLANGE MARIA SAADE MONTENEGRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONEY SANDRO FREIRE CORREA
27 - Processo nº: 11634.000057/2011-30 - Recorrente: RIO TIBAGI SERVICOS DE OPERACOES E APOIO RODOVIARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): MAURICIO NOVAES FERREIRA
28 - Processo nº: 10920.723295/2016-33 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
29 - Processo nº: 11020.903860/2013-16 - Recorrente: TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11020.902797/2015-54 - Recorrente: TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
31 - Processo nº: 11020.901732/2015-91 - Recorrente: TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11020.904050/2015-31 - Recorrente: TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
33 - Processo nº: 11080.736706/2018-14 - Recorrente: TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
34 - Processo nº: 11080.734291/2018-44 - Recorrente: TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11080.736113/2018-58 - Recorrente: TODESCHINI SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONEY SANDRO FREIRE CORREA
36 - Processo nº: 11080.735372/2021-67 - Recorrente: INDUSTRIA DE CALCADOS MADRA - EM RECUPERACAO JUDICIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 13:30 HORAS

Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
37 - Processo nº: 12571.720156/2017-71 - Recorrente: SIMOES PRODUCOES ARTISTICAS S C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 12571.720191/2017-91 - Recorrente: SIMOES PRODUCOES ARTISTICAS S C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONEY SANDRO FREIRE CORREA
39 - Processo nº: 16327.901749/2014-37 - Recorrente: MULTIBRA FUNDO DE PENSAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10480.727697/2017-14 - Recorrente: FOCO SISTEMA DE RESERVAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10983.911977/2011-52 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL.

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 14 a 17/05/2024.

Pauta ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (17/05/2024) de julgamento dos recursos da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação;

4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023; e

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
4	19515.720354/2016-78	5
24	10920.901840/2017-10	25 e 26
28	18220.726220/2020-90	29 a 31
32	10920.900545/2016-65	33 a 36
48	10925.720134/2019-91	49
73	10880.981991/2016-86	74 e 75

5) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente de Turma para retificação da ata de abril de 2024, relativa aos processos nº: 10283.722476/2021-62, Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIDEOLAR-INNOVA S/A; e 16682.721163/2020-90, Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO - Recorrentes: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL.

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

1 - Processo nº: 15746.720197/2020-11 - Recorrentes: RESTOQUE COMERCIO E CONFECCOES DE ROUPAS S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

2 - Processo nº: 16561.720057/2021-46 - Recorrente: VOTORANTIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

3 - Processo nº: 17459.720019/2021-23 - Recorrentes: GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

4 - Processo nº: 19515.720354/2016-78 - Recorrente: DTH INTERACTIVE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

5 - Processo nº: 19515.720355/2016-12 - Recorrente: DTH INTERACTIVE COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10880.680378/2011-30 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10880.915066/2012-33 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10880.922222/2012-12 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10880.942380/2012-99 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10880.950470/2011-72 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10880.950471/2011-17 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 16306.000176/2009-11 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 16306.000177/2009-58 - Recorrente: ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

14 - Processo nº: 16561.720058/2020-18 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SUZANO S.A.

15 - Processo nº: 19515.721029/2019-75 - Recorrente: SUZANO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

16 - Processo nº: 15956.720233/2013-33 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SAO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

17 - Processo nº: 10480.913160/2011-80 - Recorrente: TV E RADIO JORNAL DO COMMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 19647.003728/2006-10 - Recorrente: TV E RADIO JORNAL DO COMMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

19 - Processo nº: 10380.911715/2009-62 - Embargante: J MACEDO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 14041.001020/2005-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JCK AUTOMOVEIS LTDA

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

21 - Processo nº: 10283.722545/2015-90 - Recorrentes: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10283.722982/2020-71 - Recorrentes: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

23 - Processo nº: 10240.720774/2014-95 - Recorrente: AUTOVEMA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

24 - Processo nº: 10920.901840/2017-10 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

25 - Processo nº: 10920.901839/2017-95 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10920.901842/2017-17 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

27 - Processo nº: 10920.901841/2017-64 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 18220.726220/2020-90 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

29 - Processo nº: 18220.726218/2020-11 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 18220.726219/2020-65 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 18220.726221/2020-34 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

32 - Processo nº: 10920.900545/2016-65 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

33 - Processo nº: 10920.900543/2016-76 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10920.900544/2016-11 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10920.900546/2016-18 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10920.900547/2016-54 - Recorrente: HYOSUNG BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

37 - Processo nº: 16327.720885/2016-90 - Recorrente: ASSURANT SEGURADORA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

38 - Processo nº: 16682.721216/2018-58 - Recorrente: DOMMO ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

39 - Processo nº: 13116.720668/2016-97 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 13116.721223/2016-24 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

41 - Processo nº: 10850.725621/2017-07 - Recorrente: C.M.G. TRANSPORTES RIO PRETO LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

42 - Processo nº: 10768.011088/2001-66 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 15374.903174/2008-11 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

44 - Processo nº: 16327.721050/2021-14 - Recorrente: BANCO CETELEM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

45 - Processo nº: 16682.721154/2020-07 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 16682.721042/2019-12 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

47 - Processo nº: 10600.720008/2021-13 - Recorrentes: BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

48 - Processo nº: 10925.720134/2019-91 - Recorrente: LACTICINIOS TIROL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

49 - Processo nº: 13369.720126/2020-29 - Recorrente: LACTICINIOS TIROL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

50 - Processo nº: 10925.901152/2006-57 - Recorrente: LACTICINIOS TIROL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10925.905605/2013-43 - Recorrente: LACTICINIOS TIROL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13369.720125/2020-84 - Recorrente: LACTICINIOS TIROL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 17830.720007/2020-23 - Recorrente: LACTICINIOS TIROL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

54 - Processo nº: 10880.915029/2009-20 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

55 - Processo nº: 10830.727432/2019-61 - Recorrente: CONSTRUTORA COESA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

56 - Processo nº: 10882.722932/2019-09 - Recorrente: TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

57 - Processo nº: 10480.901682/2011-39 - Recorrente: BBC SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10880.936041/2009-78 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10880.936042/2009-12 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10880.986223/2009-90 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10880.986224/2009-34 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10480.016289/2001-76 - Recorrente: RIOMAR SHOPPING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

63 - Processo nº: 10680.725072/2011-76 - Recorrente: VEMINAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO

64 - Processo nº: 16696.720650/2014-38 - Recorrente: K A FARES SEGURANCA E SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Maio de 2024, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

65 - Processo nº: 10980.728632/2013-21 - Recorrente: RUMO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS

66 - Processo nº: 12448.722158/2018-00 - Recorrentes: RECICLYN COMERCIO E INDUSTRIA DE METAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

67 - Processo nº: 17227.720034/2020-14 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e QUALITY IN TABACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

68 - Processo nº: 16682.721830/2017-39 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BAKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL LIMITADA

Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS

69 - Processo nº: 10283.907673/2009-63 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Maio de 2024, ÀS 13:00 HORAS

Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO
70 - Processo nº: 15563.720072/2015-63 - Recorrente: ARLANXEO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
71 - Processo nº: 13896.723651/2016-51 - Recorrente: N M ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
72 - Processo nº: 10980.726803/2020-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ESTADO DO PARANA
73 - Processo nº: 10880.981991/2016-86 - Recorrente: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
74 - Processo nº: 10880.981992/2016-21 - Recorrente: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.981993/2016-75 - Recorrente: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): IAGARO JUNG MARTINS
76 - Processo nº: 15586.720328/2016-55 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO
77 - Processo nº: 10840.723533/2014-39 - Recorrente: PANIFICADORA KAROLIN EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL.

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RAFAEL TARANTO MALHEIROS
Presidente da 1ª Turma Ordinária

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 14 a 17/05/2024.
Pauta ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (17/05/2024) de julgamento dos recursos da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação; e
4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
4	10882.905074/2012-51	5
14	10920.725870/2018-02	15 e 16
27	18186.727994/2018-68	28
41	19515.720540/2016-15	42
49	10384.720621/2012-41	50

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA / VISTAS
Redator(a): AD HOC: PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
1 - Processo nº: 18470.729288/2020-89 - Recorrente: OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 12448.727359/2015-42 - Recorrente: PARNAIBA GAS NATURAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
3 - Processo nº: 10530.723537/2014-11 - Recorrente: BRASCORTE COMERCIAL DE CARNES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
4 - Processo nº: 10882.905074/2012-51 - Recorrente: CENTURYLINK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
5 - Processo nº: 10882.905076/2012-41 - Recorrente: CENTURYLINK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO OLIVEIRA
6 - Processo nº: 16306.000191/2009-51 - Recorrente: EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: RETORNO DE PAUTA / VISTAS
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
7 - Processo nº: 16561.720095/2019-84 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
8 - Processo nº: 16561.720094/2020-73 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: COMPENSAÇÃO INDEVIDA DO IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR
9 - Processo nº: 16561.720130/2017-01 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
10 - Processo nº: 18220.726231/2020-70 - Recorrente: N. CORREIA CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: AUSÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTOS
11 - Processo nº: 10925.728725/2020-40 - Recorrente: N. CORREIA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
12 - Processo nº: 10920.725872/2018-93 - Recorrente: N. CORREIA CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10920.901803/2017-10 - Recorrente: N. CORREIA CONSTRUCOES E INCORPORACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: MULTAS/PENALIDADES DIVERSAS
14 - Processo nº: 10920.725870/2018-02 - Recorrente: N. CORREIA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
15 - Processo nº: 10920.724088/2018-68 - Recorrente: N. CORREIA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10920.725873/2018-38 - Recorrente: N. CORREIA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
17 - Processo nº: 16682.720931/2021-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALE S.A.
18 - Processo nº: 16682.721054/2021-53 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: IRRF
19 - Processo nº: 11065.721831/2014-94 - Recorrente: AMEHGRA SAUDE SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 11070.721271/2015-80 - Recorrente: AMVICA SAUDE SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10314.722132/2014-10 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: RETORNO DE PAUTA / VISTAS
Redator(a): AD HOC: PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
22 - Processo nº: 16561.720031/2019-83 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A.
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
23 - Processo nº: 10840.722072/2021-14 - Recorrente: CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10840.730523/2021-89 - Recorrente: CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): MARCELO OLIVEIRA
25 - Processo nº: 18471.000695/2006-42 - Recorrente: CORNING COMUNICACOES OPTICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
26 - Processo nº: 10283.724941/2021-08 - Recorrente: TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 18186.727994/2019-68 - Recorrente: TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
28 - Processo nº: 10283.723369/2020-71 - Recorrente: TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
29 - Processo nº: 10283.722972/2019-00 - Recorrente: TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
30 - Processo nº: 10283.722155/2018-62 - Recorrente: TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: RETORNO DE PAUTA / VISTAS
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
31 - Processo nº: 16561.720042/2021-88 - Recorrentes: CITROSUCO S/A AGROINDUSTRIA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: MULTAS/PENALIDADES DIVERSAS
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
32 - Processo nº: 11020.000237/2010-59 - Recorrente: NOVAPELLI INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13971.721295/2015-19 - Recorrente: UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
34 - Processo nº: 13971.004709/2010-29 - Recorrente: UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
35 - Processo nº: 11516.720633/2013-77 - Recorrente: IZE BRASIL COMERCIO DE IMPORTACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 18: RETORNO DE PAUTA / VISTAS
Relator(a): MARCELO OLIVEIRA
36 - Processo nº: 16561.720058/2021-91 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA ANGELICA ECHER FERREIRA FEIJO
37 - Processo nº: 16327.001753/2010-70 - Recorrente: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO PENINSULA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: OMISSÃO DE RECEITAS
38 - Processo nº: 10314.720860/2018-11 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PETRA ENERGIA S/A
39 - Processo nº: 19515.720807/2017-47 - Recorrente: GOIAS REALTY FOMENTO MERCANTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO OLIVEIRA
40 - Processo nº: 10340.720003/2021-07 - Recorrentes: O BOTICARIO FRANCHISING LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 20: MULTAS/PENALIDADES DIVERSAS
41 - Processo nº: 19515.720540/2016-15 - Recorrentes: ELUCID SOLUTIONS S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
42 - Processo nº: 19515.720541/2016-51 - Recorrentes: ELUCID SOLUTIONS S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
43 - Processo nº: 10880.684032/2009-96 - Recorrente: NESTLE WATERS BRASIL - BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10880.946210/2009-88 - Recorrente: NESTLE WATERS BRASIL - BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 22: RETORNO DE PAUTA / VISTAS
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
45 - Processo nº: 16682.720366/2012-59 - Recorrente: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 16682.720367/2012-01 - Recorrente: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO OLIVEIRA
47 - Processo nº: 15746.720358/2021-49 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS SA
48 - Processo nº: 16561.720068/2020-45 - Recorrente: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 23: AUSÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTOS
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
49 - Processo nº: 10384.720621/2012-41 - Recorrente: UNIBRAL COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
50 - Processo nº: 10384.720623/2012-31 - Recorrente: UNIBRAL COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Maio de 2024, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 24: CUSTO, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
51 - Processo nº: 16327.721193/2019-10 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 16327.720983/2018-99 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: OUTROS RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS
53 - Processo nº: 16327.721031/2013-88 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 16327.720399/2013-29 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 26: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
55 - Processo nº: 16327.720082/2018-05 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16327.720696/2017-06 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16327.903403/2014-73 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 16327.904497/2015-89 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 27: MULTAS/PENALIDADES DIVERSAS
59 - Processo nº: 11080.732423/2018-01 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 16327.720767/2017-62 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL.

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
Presidente da 2ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 13 a 16/05/2024.

Pauta ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (13/05/2024) de julgamento dos recursos da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação; e

4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
4	19515.720461/2014-34	5
9	10215.720921/2011-91	10
11	10830.721952/2012-93	12
22	19515.721825/2013-12	23
31	11080.731098/2017-71	32
38	16004.720275/2014-77	39
44	10830.905059/2013-08	45

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
1 - Processo nº: 16561.720091/2020-30 - Recorrentes: BIOSEV BIOENERGIA S.A. e FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 16561.720128/2018-13 - Recorrente: BIOSEV BIOENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
3 - Processo nº: 17459.720056/2021-31 - Recorrente: ELEKTRO REDES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
4 - Processo nº: 19515.720461/2014-34 - Recorrente: PRO SINALIZACAO VIARIA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
5 - Processo nº: 19515.720462/2014-89 - Recorrente: PRO SINALIZACAO VIARIA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
6 - Processo nº: 17459.720049/2021-30 - Recorrente: SBA TORRES BRASIL, LIMITADA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
7 - Processo nº: 17095.721975/2020-18 - Recorrentes: SEEDCORP HO PRODUCAO E COMERCIALIZACAO DE SEMENTES S.A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
8 - Processo nº: 10935.724057/2018-48 - Recorrentes: FUNDACAO ASSIS GURGACZ e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
9 - Processo nº: 10215.720921/2011-91 - Recorrente: AGROINDUSTRIAL SERRA MANSA COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
10 - Processo nº: 10215.720982/2011-59 - Recorrente: AGROINDUSTRIAL SERRA MANSA COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
11 - Processo nº: 10830.721952/2012-93 - Recorrente: CAMBUI CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
12 - Processo nº: 10830.723833/2011-94 - Recorrente: CAMBUI CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
13 - Processo nº: 10410.722356/2018-67 - Recorrente: EUROLOG TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10935.725057/2013-51 - Recorrente: IRMAOS MUFFATO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
15 - Processo nº: 15540.720128/2018-91 - Recorrentes: CONFIDERE - OGB IMOBILIARIA E INCORPORADORA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
16 - Processo nº: 11234.720045/2022-91 - Recorrente: EQUATORIAL MARANHAO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10320.721946/2016-10 - Recorrente: EQUATORIAL MARANHAO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10320.723690/2018-47 - Recorrente: EQUATORIAL MARANHAO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10320.723809/2018-81 - Recorrente: EQUATORIAL MARANHAO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10128.720003/2019-07 - Recorrente: EQUATORIAL MARANHAO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: ACRÉSCIMOS LEGAIS/JUROS DE MORA
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
21 - Processo nº: 15746.720124/2020-11 - Recorrentes: UNIALCO SA ALCOOL E ACUCAR EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: LUCRO PRESUMIDO
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
22 - Processo nº: 19515.721825/2013-12 - Recorrente: DMSS SOFTWARE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
23 - Processo nº: 19515.721826/2013-67 - Recorrente: DMSS SOFTWARE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
24 - Processo nº: 10600.720047/2017-34 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10600.720099/2016-20 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS
TEMA 9: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
26 - Processo nº: 10120.725324/2015-36 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COMERCIAL AUTOMOTIVA J. FERRO LTDA
TEMA 10: PROVA
27 - Processo nº: 18470.721124/2020-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DE PLANTAS INDUSTRIAIS - CDMPI

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: PENALIDADES/DIVERSOS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
28 - Processo nº: 10380.734058/2019-03 - Recorrentes: AVIOES DO FORRO GRAVACOES E EDICOES MUSICAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
29 - Processo nº: 19515.720728/2017-36 - Recorrente: ELLO GOIAS SERVICOS ADMINISTRATIVOS E IMOBILIARIOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
30 - Processo nº: 10469.724434/2019-73 - Recorrente: GUARARAPES CONFECCOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
31 - Processo nº: 11080.731098/2017-71 - Recorrente: INGENICO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
32 - Processo nº: 11080.731668/2017-22 - Recorrente: INGENICO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
33 - Processo nº: 13896.720836/2015-23 - Recorrente: INGENICO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
34 - Processo nº: 10340.720539/2021-14 - Recorrente: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
35 - Processo nº: 16327.720996/2018-68 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 16327.721330/2020-41 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
37 - Processo nº: 10980.721614/2020-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRITANIA ELETRODOMESTICOS SA
Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
38 - Processo nº: 16004.720275/2014-77 - Recorrente: FCM - FABRICACAO, COBERTURA E MONTAGEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
39 - Processo nº: 16004.720276/2014-11 - Recorrente: FCM - FABRICACAO, COBERTURA E MONTAGEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
40 - Processo nº: 10183.900394/2017-15 - Recorrente: ASTER MAQUINAS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10183.901859/2013-13 - Recorrente: ASTER MAQUINAS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10183.902273/2013-76 - Recorrente: ASTER MAQUINAS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10183.725725/2012-17 - Recorrente: ASTER MAQUINAS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FERNANDO AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA
44 - Processo nº: 10830.905059/2013-08 - Recorrente: UNILEVER BRASIL HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
45 - Processo nº: 10830.905058/2013-55 - Recorrente: UNILEVER BRASIL HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11080.729503/2017-91 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: PER/DCOMP
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
47 - Processo nº: 11610.005502/2003-16 - Embargante: MERRILL LYNCH PARTICIPACOES FINANCAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 16692.000127/2008-83 - Embargante: MERRILL LYNCH PARTICIPACOES FINANCAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10070.001065/2002-72 - Recorrente: N M ROTHSCHILD & SONS (BRASIL) LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 16306.000110/2009-13 - Recorrente: ROTHSCHILD & CO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 13:00 HORAS

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
51 - Processo nº: 12448.915450/2012-71 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: DATAMEC SA SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS e FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 13 a 16/05/2024.

Pauta ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (13/05/2024) de julgamento dos recursos da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação; e

4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
12	11080.732554/2018-81	13 a 19
20	11707.720828/2017-01	21
22	18470.725221/2017-70	23
24	10983.905479/2012-51	25 e 26
27	10880.918052/2015-14	28 a 31

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - OMISSÃO DE RECEITAS - 1
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
1 - Processo nº: 17095.720309/2022-24 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: FRIZELO FRIGORIFICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO PIZA DI GIOVANNI
2 - Processo nº: 10882.720848/2011-95 - Recorrente: GRAFICA MEGABOX LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
3 - Processo nº: 19515.721318/2014-60 - Embargante: DELEGADO DE JULGAMENTO e Interessado: LEONOR BARBOZA DE SOUZA BOUTIQUE EIRELI e FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16641.000196/2010-15 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL MARIO QUINTANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
5 - Processo nº: 10380.730495/2011-92 - Recorrente: CLEMENTE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2 - PER/DCOMP - 1
Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
6 - Processo nº: 11080.729739/2017-27 - Recorrente: BARBOSA, MUSSNICH & ARAGAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 16327.903467/2012-11 - Recorrente: VR DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 16682.900283/2013-22 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
9 - Processo nº: 12448.902193/2013-98 - Recorrente: PROCUREMENT NEGOCIOS ELETRONICOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
10 - Processo nº: 13854.000044/2002-19 - Recorrente: COINBRA-FRUTESP S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
11 - Processo nº: 16327.903087/2018-63 - Recorrente: BANCO J. P. MORGAN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3 - REPETITIVOS
Relator(a): RICARDO PIZA DI GIOVANNI
12 - Processo nº: 11080.732554/2018-81 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
13 - Processo nº: 11080.732616/2018-54 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11080.732705/2018-09 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11080.732899/2018-34 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11080.732958/2018-74 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11080.733253/2018-74 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 11080.733275/2018-34 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 11080.733715/2018-53 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALESSANDRO BRUNO MACEDO PINTO
20 - Processo nº: 11707.720828/2017-01 - Recorrente: GIPAR S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
21 - Processo nº: 11707.720829/2017-48 - Recorrente: GIPAR S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALESSANDRO BRUNO MACEDO PINTO
22 - Processo nº: 18470.725221/2017-70 - Recorrente: MVD EVENTOS, ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
23 - Processo nº: 18470.725220/2017-25 - Recorrente: MVD EVENTOS, ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
24 - Processo nº: 10983.905479/2012-51 - Recorrente: KOBRANSOL COBRANCAS COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
25 - Processo nº: 10983.901165/2013-61 - Recorrente: KOBRANSOL COBRANCAS COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10983.905886/2012-69 - Recorrente: KOBRANSOL COBRANCAS COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO PIZA DI GIOVANNI
27 - Processo nº: 10880.918052/2015-14 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
28 - Processo nº: 10880.918051/2015-70 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10880.918053/2015-69 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10880.918054/2015-11 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10880.930969/2013-25 - Recorrente: NEOGAMA BBH PUBLICIDADE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4 - OMISSÃO DE RECEITAS - 2
32 - Processo nº: 10783.725434/2011-71 - Recorrente: COTIA VITORIA SERVICOS E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
33 - Processo nº: 13971.722890/2016-44 - Recorrente: AUTO POSTO BATISTENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13971.722891/2016-99 - Recorrente: AUTO POSTO BATISTENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13971.722892/2016-33 - Recorrente: AUTO POSTO BATISTENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13971.722893/2016-88 - Recorrente: AUTO POSTO BATISTENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5 - PER/DCOMP - 2
Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
37 - Processo nº: 10880.968200/2016-22 - Recorrente: AMCOR FLEXIBLES DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 12448.913863/2014-82 - Recorrente: BEMISA HOLDING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6 - OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
39 - Processo nº: 16327.721347/2012-99 - Recorrente: HIPERCARD SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 16327.720791/2013-78 - Recorrente: ITAUBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
41 - Processo nº: 16561.720052/2014-94 - Recorrente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO PIZA DI GIOVANNI
42 - Processo nº: 16561.720118/2019-51 - Recorrentes: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e FAZENDA NACIONAL
TEMA 7 - PER/DCOMP - 3
Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
43 - Processo nº: 10880.908304/2015-05 - Recorrente: TEL TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10880.908307/2015-31 - Recorrente: TEL TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11080.732043/2017-88 - Recorrente: TEL TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11080.732158/2017-72 - Recorrente: TEL TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8 - MATÉRIAS DIVERSAS - 1
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
47 - Processo nº: 16561.720043/2016-65 - Embargante: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO PIZA DI GIOVANNI
48 - Processo nº: 10872.720283/2015-99 - Recorrentes: PRIME CONSULTORIA E PARTICIPACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9 - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
49 - Processo nº: 16682.720371/2021-52 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
50 - Processo nº: 16327.720273/2011-92 - Recorrente: HAITONG SECURITIES DO BRASIL CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
51 - Processo nº: 16643.720029/2013-17 - Recorrente: OMEGA PARTICIPACOES REPRESENTACOES E ADMINISTRACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 16561.720153/2013-84 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e WHIRLPOOL S.A
TEMA 11 - OMISSÃO DE RECEITAS - 3
Relator(a): RICARDO PIZA DI GIOVANNI
53 - Processo nº: 16561.720071/2019-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
54 - Processo nº: 10530.724626/2017-27 - Recorrente: IRMAOS SOUSA INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12 - PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
55 - Processo nº: 16561.720147/2016-70 - Recorrente: ROBERT BOSCH LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16561.720109/2014-55 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ROBERT BOSCH LIMITADA
TEMA 13 - PENALIDADES DIVERSAS
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
57 - Processo nº: 10530.725230/2017-05 - Recorrente: IRMAOS SOUSA INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
58 - Processo nº: 12448.907120/2013-92 - Recorrente: BARBOSA, MUSSNICH & ARAGAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
59 - Processo nº: 16682.721410/2021-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALE S.A.
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
60 - Processo nº: 10920.722844/2016-52 - Embargante: 101 BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10530.724808/2016-17 - Recorrente: CHURRASCARIA MMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALESSANDRO BRUNO MACEDO PINTO
62 - Processo nº: 12155.000003/2011-20 - Recorrente: SNACKS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14 - OMISSÃO DE RECEITAS - 4
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
63 - Processo nº: 10830.725586/2011-61 - Recorrente: LORIVAL EMIDIO EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15 - PER/DCOMP - 4
Relator(a): ALESSANDRO BRUNO MACEDO PINTO
64 - Processo nº: 10880.927812/2010-70 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10880.973296/2012-17 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 16143.000371/2010-87 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 16 - PER/DCOMP - 5
Relator(a): ALEXANDRE IABRUDI CATUNDA
67 - Processo nº: 10880.949773/2013-12 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
68 - Processo nº: 10830.906265/2018-31 - Recorrente: BRINK'S E-PAGO TECNOLOGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17 - MATÉRIAS DIVERSAS - 2
69 - Processo nº: 10880.956759/2008-08 - Recorrente: BAYER CROPSCIENCE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
70 - Processo nº: 16327.901599/2010-38 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 18 - DEDUÇÕES DO LUCRO REAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
71 - Processo nº: 10530.720454/2014-70 - Recorrente: PORTO VELHO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO MATEUS CICCONE
Presidente da 2ª Turma Ordinária

3ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 14 a 17/05/2024.
Pauta ordinária (14 a 16/05/2024) e extraordinária (17/05/2024) de julgamento dos recursos da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF, em sessões assíncronas, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
3) Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta (Redação dada pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023); e
4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
40	10235.720629/2015-64	41 a 43

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA
1 - Processo nº: 10932.720120/2012-10 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA ADVOGADOS E ASSOCIADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCA ELIZABETH BARRETO
2 - Processo nº: 10830.922720/2009-55 - Recorrente: ALUJET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA
3 - Processo nº: 10909.003222/2010-94 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11128.728166/2014-88 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10880.659109/2012-95 - Recorrente: PROMON S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10880.659110/2012-10 - Recorrente: PROMON S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCA ELIZABETH BARRETO
7 - Processo nº: 16349.000371/2008-56 - Recorrente: ENTHAL TRATAMENTO E CONTROLE DO AR EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11065.720098/2015-71 - Recorrente: CNG3 ADORNOS E ACESSORIOS DE VESTUARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCA ELIZABETH BARRETO
9 - Processo nº: 10209.720217/2012-07 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10209.720328/2012-13 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10209.720359/2012-66 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10215.721324/2012-65 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10280.722623/2012-33 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10711.728332/2012-31 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11128.720063/2012-16 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11128.721740/2012-13 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 12266.721218/2012-10 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 12266.721470/2012-11 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15771.724934/2012-29 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 18336.720723/2012-44 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCA ELIZABETH BARRETO
21 - Processo nº: 10530.902898/2011-89 - Recorrente: RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS BAHIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA
22 - Processo nº: 10980.907909/2015-42 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11080.731484/2018-43 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10865.900964/2015-28 - Recorrente: FAURECIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10875.901675/2015-27 - Recorrente: INDUSTRIA BRASILEIRA DE INFLAVEIS NAUTIKA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11080.737960/2019-11 - Recorrente: INDUSTRIA BRASILEIRA DE INFLAVEIS NAUTIKA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10380.720340/2017-33 - Recorrente: ITAUEIRA AGROPECUARIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10380.721398/2015-32 - Recorrente: ITAUEIRA AGROPECUARIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCA ELIZABETH BARRETO
29 - Processo nº: 10945.002201/2006-39 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS REOLON LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10945.002202/2006-83 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS REOLON LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10945.002246/2006-11 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS REOLON LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10945.002247/2006-58 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS REOLON LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10945.002248/2006-01 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS REOLON LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10945.004529/2007-71 - Recorrente: INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS REOLON LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA
35 - Processo nº: 10882.904618/2010-04 - Recorrente: PEB ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA
36 - Processo nº: 11128.000604/2009-82 - Recorrente: WILLIAMS SERVICOS MARITIMOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11128.004160/2009-54 - Recorrente: WILLIAMS SERVICOS MARITIMOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11128.005275/2009-66 - Recorrente: WILLIAMS SERVICOS MARITIMOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11128.007819/2009-24 - Recorrente: WILLIAMS SERVICOS MARITIMOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
40 - Processo nº: 10235.720629/2015-64 - Recorrente: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10235.720587/2015-61 - Recorrente: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10235.720656/2015-37 - Recorrente: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10235.720685/2015-07 - Recorrente: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13839.905401/2015-31 - Recorrente: POLISOPRO EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13839.905402/2015-86 - Recorrente: POLISOPRO EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
46 - Processo nº: 10882.900460/2012-57 - Recorrente: HENKEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10882.900461/2012-00 - Recorrente: HENKEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10882.900462/2012-46 - Recorrente: HENKEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10882.900463/2012-91 - Recorrente: HENKEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10882.900811/2013-19 - Recorrente: HENKEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10882.900812/2013-55 - Recorrente: HENKEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10882.900813/2013-08 - Recorrente: HENKEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
53 - Processo nº: 10880.917780/2013-47 - Recorrente: TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10880.917781/2013-91 - Recorrente: TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13819.904599/2012-21 - Recorrente: TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13819.904600/2012-18 - Recorrente: TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16327.900848/2017-44 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 16327.900851/2017-68 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 16327.904635/2009-81 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 16327.904646/2009-61 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10865.900425/2006-06 - Recorrente: OBER SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
62 - Processo nº: 16327.900847/2017-08 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 16327.900849/2017-99 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 16327.900850/2017-13 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 16327.901154/2017-24 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 16327.901157/2017-68 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 16327.901842/2018-75 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 16327.902869/2009-94 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 16327.903107/2009-13 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
Presidente da 1ª Turma Extraordinária

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta ordinária de julgamento dos recursos da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF, em sessões assíncronas, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e
3) Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta (Redação dada pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023).

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): KELI CAMPOS DE LIMA
1 - Processo nº: 11891.000534/2008-21 - Recorrente: CLINICA DELFIN GONZALEZ MIRANDA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10380.726014/2010-63 - Recorrente: COMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCA E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13005.900592/2014-77 - Recorrente: COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13005.901018/2014-36 - Recorrente: COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): KELI CAMPOS DE LIMA
5 - Processo nº: 13005.901019/2014-81 - Recorrente: COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11516.000208/2009-81 - Recorrente: INCEMA CONSULTORIA EMPRESARIAL, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11516.000209/2009-26 - Recorrente: INCEMA CONSULTORIA EMPRESARIAL, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11516.000210/2009-51 - Recorrente: INCEMA CONSULTORIA EMPRESARIAL, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): KELI CAMPOS DE LIMA
9 - Processo nº: 13984.720236/2010-61 - Recorrente: INCEMA CONSULTORIA EMPRESARIAL, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13984.720237/2010-14 - Recorrente: INCEMA CONSULTORIA EMPRESARIAL, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13984.720238/2010-51 - Recorrente: INCEMA CONSULTORIA EMPRESARIAL, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10435.720126/2010-28 - Recorrente: LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): KELI CAMPOS DE LIMA
13 - Processo nº: 10850.722087/2011-83 - Recorrente: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES
14 - Processo nº: 10925.722459/2013-12 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10320.001379/2005-29 - Recorrente: BANCO BRADESCO BBI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 16327.913851/2009-18 - Recorrente: BANCO KDB DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES
17 - Processo nº: 15504.002925/2011-52 - Recorrente: BS SERVICOS DE INJECAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10835.720675/2013-32 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS FRANCISCO IKEDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10469.722950/2013-78 - Recorrente: EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10880.684204/2009-21 - Recorrente: EQUANT SERVICES BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES
21 - Processo nº: 10970.720116/2012-97 - Recorrente: MUNICIPIO DE GRUPIARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 19515.720173/2014-80 - Recorrente: SOLVENTEX INDUSTRIA QUIMICA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10660.720155/2014-50 - Recorrente: UNIMED LAVRAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13116.720141/2010-77 - Recorrente: VERA CRUZ AGRO PECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL.

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ANTONIO BORGES
Presidente da 2ª Turma Extraordinária

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento dos recursos da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF, em sessões síncronas não presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
3) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e
4) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação.

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): KELI CAMPOS DE LIMA
1 - Processo nº: 10670.720587/2009-84 - Recorrente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10380.903947/2013-23 - Recorrente: TRES CORACOES ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES
3 - Processo nº: 10480.906253/2009-33 - Recorrente: COREMAL COMERCIO, DISTRIBUICAO, FABRICACAO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11040.722078/2012-71 - Recorrente: ENGENHO CORADINI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10880.925024/2009-13 - Recorrente: UNIAO BRASILEIRA DE VIDROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES
6 - Processo nº: 10980.905875/2019-85 - Recorrente: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10980.905878/2019-19 - Recorrente: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10980.905879/2019-63 - Recorrente: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.905876/2019-20 - Recorrente: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10980.905877/2019-74 - Recorrente: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 19515.002794/2009-11 - Embargante: RAIZEN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10980.002341/2005-08 - Recorrente: RENAULT DO BRASIL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11968.000938/2009-64 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13656.901366/2011-04 - Recorrente: SIACDOBRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ANTONIO BORGES
Presidente da 2ª Turma Extraordinária

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 13 a 16/05/2024.
Pauta ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (13/05/2024) de julgamento dos recursos da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;
3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação; e
4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
11	10935.901769/2016-25	12 a 23
24	10935.901771/2016-02	25 a 33
68	10680.731065/2018-80	69 a 87
91	16682.906116/2012-12	92 a 113
203	11065.902096/2014-18	204 a 216

DIA 13 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
1 - Processo nº: 16682.721268/2017-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VALE S.A.
2 - Processo nº: 11065.722962/2017-31 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
3 - Processo nº: 10980.725481/2012-79 - Recorrente: CNH INDUSTRIAL LATIN AMERICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13888.723792/2015-92 - Recorrente: MASTER - MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10932.720120/2014-73 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: MAXI DISTRIBUIDORA DE METAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10872.720100/2015-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RIO RECIBRAS COMERCIO DE METAIS RECICLAVEIS EIRELI
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
7 - Processo nº: 10650.721605/2013-60 - Recorrente: ANFIBIA - INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11829.720019/2013-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HOT SAT TELECOMUNICACOES LTDA
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
9 - Processo nº: 10320.001954/2009-17 - Recorrentes: LOJAS GABRYELLA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO
10 - Processo nº: 10935.901792/2016-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
11 - Processo nº: 10935.901769/2016-25 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
12 - Processo nº: 10935.901770/2016-50 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10935.901778/2016-16 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10935.901780/2016-95 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10935.901781/2016-30 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10935.901782/2016-84 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10935.901793/2016-64 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10935.901794/2016-17 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10935.901797/2016-42 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10935.901798/2016-97 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10935.901801/2016-72 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10935.901802/2016-17 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10935.901807/2016-40 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
24 - Processo nº: 10935.901771/2016-02 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
25 - Processo nº: 10935.901772/2016-49 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10935.901777/2016-71 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10935.901779/2016-61 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10935.901783/2016-29 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10935.901784/2016-73 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10935.901795/2016-53 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10935.901796/2016-06 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10935.901799/2016-31 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10935.901800/2016-28 - Recorrente: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
34 - Processo nº: 13746.000056/2003-43 - Recorrente: MOHAWK REVESTIMENTOS COCAL DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13746.000145/2003-90 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: MOHAWK REVESTIMENTOS COCAL DO SUL LTDA e FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13746.000152/2003-91 - Recorrente: MOHAWK REVESTIMENTOS COCAL DO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
37 - Processo nº: 10494.000659/2008-71 - Recorrentes: ANDRE D. TECNOLOGIA E SERVICOS e FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10314.721294/2016-01 - Recorrente: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10480.721448/2011-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CAMIL ALIMENTOS S.A.
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
40 - Processo nº: 10314.007416/2007-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA
41 - Processo nº: 10920.000922/2008-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PERFECTA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
42 - Processo nº: 15771.725751/2016-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SARAIVA E SICILIANO S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
43 - Processo nº: 16561.720179/2015-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA
44 - Processo nº: 16561.720246/2016-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
45 - Processo nº: 10715.005713/2010-47 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10715.005257/2010-35 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10715.001650/2011-31 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10715.001651/2011-85 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10715.004530/2010-12 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10715.008870/2010-12 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10715.004028/2010-01 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10715.000273/2011-12 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10715.006591/2010-14 - Recorrente: LATAM AIRLINES GROUP S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10831.001682/2007-23 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10831.001684/2007-12 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10831.001683/2007-78 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
57 - Processo nº: 19647.003715/2010-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIL - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
58 - Processo nº: 10516.720029/2014-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MULTIMEX S/A
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
59 - Processo nº: 10314.720037/2015-62 - Embargante: CROCS BRASIL COMERCIO DE CALCADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10920.001467/2010-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SCHULZ S/A
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
61 - Processo nº: 19515.720077/2019-46 - Recorrente: NOVONOR SERVICOS E PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10580.722512/2016-76 - Recorrente: NOVONOR S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
63 - Processo nº: 15586.721142/2012-90 - Embargante: BRASCOBRA CENTER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11080.724372/2013-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DANA INDUSTRIAS LTDA
65 - Processo nº: 11080.725859/2010-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DANA INDUSTRIAS LTDA
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
66 - Processo nº: 19515.720554/2016-21 - Recorrente: MULTIPLUS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11128.720513/2012-62 - Recorrente: ANTALIS DO BRASIL PRODUTOS PARA A INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10680.731065/2018-80 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
69 - Processo nº: 10680.731212/2018-11 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10680.731306/2018-91 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10680.731311/2018-01 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10680.731327/2018-14 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10680.731332/2018-19 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10680.731384/2018-95 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10680.731386/2018-84 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10680.731387/2018-29 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10680.731388/2018-73 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10680.731389/2018-18 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10680.731390/2018-42 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10680.731395/2018-75 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10680.731551/2018-06 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10680.731552/2018-42 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10680.901781/2018-31 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10680.904582/2018-84 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10680.904584/2018-73 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10680.918408/2018-19 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10680.918409/2018-63 - Embargante: UNAMGEN MINERACAO E METALURGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
88 - Processo nº: 13977.000018/2005-39 - Recorrente: BUTZKE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10380.737546/2022-60 - Recorrente: CASCAVEL COUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 16682.721237/2013-69 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
91 - Processo nº: 16682.906116/2012-12 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 16682.721236/2013-14 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 16682.721238/2013-11 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 16682.721239/2013-58 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 16682.721240/2013-82 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 16682.721241/2013-27 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 16682.906100/2012-00 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16682.906102/2012-91 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16682.906108/2012-68 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 16682.906110/2012-37 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 16682.906119/2012-48 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 16682.906120/2012-72 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 16682.906123/2012-14 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 16682.906132/2012-05 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 16682.906134/2012-96 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 16682.906135/2012-31 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 16682.906136/2012-85 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 16682.906137/2012-20 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 16682.906138/2012-74 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 16682.906148/2012-18 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 16682.906153/2012-12 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 16682.906156/2012-56 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 16682.906157/2012-09 - Embargante: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
114 - Processo nº: 10845.900919/2012-69 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ANGLO AMERICAN FOSFATOS BRASIL LTDA
115 - Processo nº: 10845.900920/2012-93 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ANGLO AMERICAN FOSFATOS BRASIL LTDA
116 - Processo nº: 12585.720157/2012-52 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ANGLO AMERICAN FOSFATOS BRASIL LTDA
117 - Processo nº: 19515.721557/2012-58 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COPEBRAS INDUSTRIA LTDA.
118 - Processo nº: 12585.720156/2012-16 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COPEBRAS LTDA
119 - Processo nº: 12585.720158/2012-05 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COPEBRAS LTDA
120 - Processo nº: 12585.720159/2012-41 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COPEBRAS LTDA

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
121 - Processo nº: 10830.727851/2016-50 - Recorrente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10660.720795/2014-60 - Recorrente: MULTILASER INDUSTRIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10830.727392/2016-12 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A.

124 - Processo nº: 10283.901010/2009-35 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
125 - Processo nº: 15504.725903/2017-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
126 - Processo nº: 11831.002451/00-99 - Recorrente: CAHIVA MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
127 - Processo nº: 10830.724180/2018-37 - Recorrente: AMBEV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10880.924000/2012-34 - Recorrente: CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 16004.720382/2013-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.
Relator(a): TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO
130 - Processo nº: 10835.720416/2011-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
131 - Processo nº: 10835.720417/2011-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
132 - Processo nº: 10835.720418/2011-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
133 - Processo nº: 10835.720419/2011-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
134 - Processo nº: 10835.720420/2011-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
135 - Processo nº: 10835.720421/2011-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
136 - Processo nº: 10835.720422/2011-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
137 - Processo nº: 10835.720423/2011-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
138 - Processo nº: 10835.720424/2011-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA
139 - Processo nº: 10835.720425/2011-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITAPELLI LTDA

DIA 15 de Maio de 2024, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
140 - Processo nº: 16327.720004/2018-01 - Recorrentes: BANCO ITAUCARD S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
141 - Processo nº: 16327.721256/2013-34 - Recorrente: QUANTIA DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA - e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
142 - Processo nº: 16327.721258/2012-42 - Embargante: ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 19515.003992/2003-14 - Recorrente: CHASE MANHATTAN HOLDINGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 16327.000557/2009-44 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
145 - Processo nº: 16327.000025/2008-26 - Recorrente: BRADESCO SEGUROS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
146 - Processo nº: 11080.721473/2016-93 - Recorrente: APLUB CAPITALIZACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
147 - Processo nº: 15983.720003/2016-90 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
148 - Processo nº: 13603.000616/2002-11 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 15169.000131/2015-36 - Recorrentes: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
150 - Processo nº: 10850.901864/2013-16 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10850.902284/2013-46 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10850.902285/2013-91 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10850.902286/2013-35 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10850.902287/2013-80 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10850.902289/2013-79 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10850.902290/2013-01 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10850.902291/2013-48 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10850.902292/2013-92 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10850.902299/2013-12 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10850.902317/2013-58 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10850.902318/2013-01 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10850.902319/2013-47 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10850.902320/2013-71 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10850.902321/2013-16 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10850.902322/2013-61 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10850.902323/2013-13 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10850.902324/2013-50 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10850.902325/2013-02 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10850.902326/2013-49 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10850.903066/2013-29 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
171 - Processo nº: 16682.720407/2014-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BP ENERGY DO BRASIL LTDA
172 - Processo nº: 10872.720070/2015-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
173 - Processo nº: 19396.720072/2015-93 - Recorrente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a) AD HOC: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
174 - Processo nº: 13227.900403/2013-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
175 - Processo nº: 13227.900404/2013-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
176 - Processo nº: 13227.900407/2013-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
177 - Processo nº: 13227.900405/2013-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
178 - Processo nº: 13227.900406/2013-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
179 - Processo nº: 13227.720135/2013-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
180 - Processo nº: 13227.720136/2013-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
181 - Processo nº: 13227.720137/2013-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
182 - Processo nº: 13227.720138/2013-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
183 - Processo nº: 13227.720139/2013-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
184 - Processo nº: 13227.720133/2013-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
185 - Processo nº: 13227.720134/2013-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CANAA INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
186 - Processo nº: 12448.918682/2011-08 - Recorrentes: FERRO GUSA CARAJAS S.A e FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 12448.918687/2011-22 - Recorrentes: FERRO GUSA CARAJAS S.A e FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 12448.918688/2011-77 - Recorrentes: FERRO GUSA CARAJAS S.A e FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 12448.918691/2011-91 - Recorrentes: FERRO GUSA CARAJAS S.A e FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 11080.008337/2005-51 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
191 - Processo nº: 13002.720166/2011-39 - Recorrente: AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Maio de 2024, ÀS 13:00 HORAS

Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
192 - Processo nº: 13811.004672/2003-42 - Recorrente: BRASWEY S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
193 - Processo nº: 10183.720782/2013-82 - Recorrentes: AGROPECUARIA MAGGI LTDA e FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10530.901574/2014-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA
195 - Processo nº: 10530.901575/2014-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA
196 - Processo nº: 12893.000011/2008-27 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
197 - Processo nº: 12893.000012/2008-71 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
198 - Processo nº: 12893.000165/2008-19 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
199 - Processo nº: 12893.000183/2009-81 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
200 - Processo nº: 13851.720068/2006-33 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
201 - Processo nº: 13851.720069/2006-88 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
202 - Processo nº: 13851.720071/2006-57 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
203 - Processo nº: 11065.902096/2014-18 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
204 - Processo nº: 11065.901360/2014-04 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
205 - Processo nº: 11065.902092/2014-30 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
206 - Processo nº: 11065.902093/2014-84 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
207 - Processo nº: 11065.902097/2014-62 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
208 - Processo nº: 11065.902098/2014-15 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
209 - Processo nº: 11065.902099/2014-51 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
210 - Processo nº: 11065.902100/2014-48 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
211 - Processo nº: 11065.902101/2014-92 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
212 - Processo nº: 11065.902102/2014-37 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
213 - Processo nº: 11065.902103/2014-81 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
214 - Processo nº: 11065.902106/2014-15 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
215 - Processo nº: 11065.902107/2014-60 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
216 - Processo nº: 11065.905626/2014-80 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e UNIFERTIL - UNIVERSAL DE FERTILIZANTES LTDA
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
217 - Processo nº: 13851.720072/2006-00 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
218 - Processo nº: 12893.000008/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
Relator(a): ALEXANDRE FREITAS COSTA
219 - Processo nº: 13502.900145/2015-98 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 13502.900146/2015-32 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 56, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2024, na forma do inciso I do § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 3/18, registrada no Processo SEI nº 12004.100012/2020-34, torna público:

Art. 1º Os itens 55 a 59 ficam acrescidos ao campo referente ao Estado do Rio de Janeiro do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 5, de 10 de janeiro de 2020, com as seguintes redações:

"

Unidade Federada: RIO DE JANEIRO				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
55	RJ	05.635.291/0003-70	11.137.814	BAKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
56	RJ	05.635.291/0005-31	77.566.449	BAKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
57	RJ	05.635.291/0010-07	79.474.665	BAKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
58	RJ	05.635.291/0008-84	77.174.338	BAKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
59	RJ	05.635.291/0013-41	86.581.957	BAKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA

";

Art. 2º O item 53 do campo referente ao Estado do Rio de Janeiro do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 5/20 fica revogado.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 10, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Ratifica Convênios ICMS aprovados na 391ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 25.04.2024 e publicados no DOU nos dias 25 e 26.04.2024.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho,

CONSIDERANDO a urgência requerida pelos Srs. Secretários de Fazenda, dos Estados do Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraíba;

CONSIDERANDO que, após consulta realizada por meio do Ofício Circular SEI nº 637/2024/MF, as Unidades Federadas aprovaram, por unanimidade, a ratificação antecipada, declara ratificados os convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 391ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 25 de abril de 2024:

Convênio ICMS nº 15/24 - Convalida procedimentos e altera o prazo para pagamento do imposto previsto nos Convênios ICMS nº 110/07, nº 199/22 e nº 15/23, decorrentes de retificações autorizadas mediante as alterações de prazo de transmissão dos anexos previstos nas cláusulas vigésima terceira do Convênio ICMS nº 110/07, décima oitava do Convênio ICMS nº 199/22 e décima oitava do Convênio ICMS nº 15/23, publicado nos Atos COTEPE/ICMS nº 44/24 e nº 53/24 na referência a março de 2024;

Convênio ICMS nº 16/24 - Autoriza o Estado da Paraíba a conceder remissão e anistia dos créditos tributários relativos ao ICMS decorrentes da utilização equivocada do benefício previsto no Decreto Estadual nº 24.432/03, que dispõe sobre a concessão de Regime Especial de Tributação às indústrias de redes e produtos similares, nas condições que específica;

Convênio ICMS nº 18/24 - Altera o Convênio ICMS nº 79/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) na forma que especifica;

Convênio ICMS nº 19/24 - Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder redução da base de cálculo do ICMS incidente nas prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA RFB Nº 413, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Estende à 1ª Turma Recursal da Delegacia de Julgamento Recursal a competência para processar e julgar os recursos que especifica.

A SECRETÁRIA ESPECIAL ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 1º da Portaria RFB nº 345, de 24 de agosto de 2023, e considerando o disposto no parágrafo único do art. 15 da Portaria RFB nº 309, de 31 de março de 2023, resolve:

Art. 1º Estender à 1ª Turma Recursal da Delegacia de Julgamento Recursal da Receita Federal a competência para processar e julgar os recursos que versem sobre Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF).

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se, exclusivamente, aos processos ainda não distribuídos às Turmas Recursais.

Art. 2º Esta Portaria será publicada no no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 2 de maio de 2024.

ADRIANA GOMES REGO

SECRETARIA-ADJUNTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FORTALEZA/CE/RF03/RFB/ Nº 1, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Gráfica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS/MA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, bem como art. 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e em consonância com o exarado no Despacho Decisório constante do processo 13075.038143/2024-48, DECLARA:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, para atividade de GRÁFICA, conforme inciso V, art. 8º, da IN RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, pelo prazo de 3 (três) anos a partir da publicação no Diário Oficial da União:

I - Registro Especial nº GP-03201/00052;

II - Beneficiário: K DE F C FREITAS LTDA;

III - CNPJ: 07.172.944/0001-95.

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.

§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO PEREIRA FRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FORTALEZA/CE/RF03/RFB Nº 7, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Gráfica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA/CE, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, bem como art. 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e em consonância com o exarado no Despacho Decisório constante do processo 13075.053847/2024-41, declara:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, para atividade de GRÁFICA, conforme inciso V, art. 8º, da IN RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, pelo prazo de 3 (três) anos a partir da publicação no Diário Oficial da União:

I - Registro Especial nº GP-03101/00216;

II - Beneficiário: A C RIBEIRO PEIXOTO GRÁFICA & EDITORA;

III - CNPJ: 22.686.191/0001-20.

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.

§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO REGIS ARCANJO PAULINO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FORTALEZA/CE/RF03/RFB Nº 8, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Gráfica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA/CE, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, bem como art. 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e em consonância com o exarado no Despacho Decisório constante do processo 13075.111869/2023-51, declara:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, para atividade de GRÁFICA, conforme inciso V, art. 8º, da IN RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, pelo prazo de 3 (três) anos a partir da publicação no Diário Oficial da União:

I - Registro Especial nº GP-03101/00217;

II - Beneficiário: CEARENSE FORMULÁRIOS E EDITORA LTDA;

III - CNPJ: 06.207.131/0001-20.

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.

§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO REGIS ARCANJO PAULINO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo Nº 06, de 26 de abril de 2024, publicado na Seção 1, Página 61, Edição 83, do Diário Oficial da União, de 30 de abril de 202024:

Onde se lê: "...Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Gráfica...".

Leia-se: "...Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Importador...".

Onde se lê: "...Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, para atividade de GRÁFICA...".

Leia-se: "...Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009, para atividade de IMPORTADOR...".

Onde se lê: "...Art. 1º I - Registro Especial nº GP-03301/00045...".

Leia-se : "...Art. 1º I - Registro Especial nº IP-03301/00038...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF04 Nº 644, DE 28 DE MARÇO DE 2024

Disciplina o atendimento por meio da Caixa Corporativa de correio eletrônico no âmbito da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 359 e 364 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, e na Instrução Normativa RFB nº 2.088, de 15 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina, no âmbito da 4ª Região Fiscal, o atendimento prestado por meio da Caixa Corporativa (ATENDIMENTO-RF04), com endereço de correio eletrônico atendimentorfb.04@rfb.gov.br.

Art. 2º Estão disponíveis para atendimento por meio da Caixa Corporativa de correio eletrônico os seguintes serviços:

I. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

II. Informação de situação cadastral;

III. Emissão de guias de pagamento não disponíveis no sítio eletrônico da RFB na internet;

IV. Orientações;

V. Abertura de processo digital, recepção de documentos, requerimentos, defesas e recursos cujo protocolo por meio da internet seja facultativo, inexistente ou indisponível, de acordo com a Portaria Suara nº 42, de 3 de outubro de 2023, e não sejam atendidos pelo e-CAC ou outro canal de atendimento a distância, relativamente a:

a) Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física - CAEPF;

b) Cadastro Nacional de Obras - CNO;

c) Certidão Negativa de Débitos;

d) Cópia de documento ou declaração;

e) Imposto sobre a Renda (defesa de declaração incidente em malha);

f) Parcelamento;

g) Matéria previdenciária (cadastro e regularização de débito previdenciário);

h) Retificação de documento de arrecadação (Pedido de Retificação de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - REDARF e Pedido de Retificação de Guia da Previdência Social - RETGPS).

Art. 3º A mensagem encaminhada por meio da Caixa Corporativa de correio eletrônico deverá conter:

I. Fotografia do requerente segurando seu documento de identificação oficial com foto próximo ao rosto, em que o documento apareça completo, com imagem nítida que possibilite reconhecer que o documento da foto é o mesmo apresentado para atendimento. Não sendo possível exibir o documento completo, serão necessárias duas fotos, uma com a frente e outra com o verso do documento de identificação;

II. Documento oficial de identificação do(a) requerente; e

III. Demais documentos necessários para subsidiar o pedido, previstos em legislação específica ou solicitados pelo(a) atendente da Receita Federal.

§ 1º No caso de crianças e adolescentes menores de 18 anos de idade, a fotografia referida no inciso I deverá ser a do seu representante legal (um dos pais, tutor ou guardião), de posse do seu próprio documento de identificação.

§ 2º O serviço mencionado no inciso I do art. 2º poderá ser solicitado diretamente pelo(a) interessado(a) adolescente que tenha 16 ou 17 anos de idade.

Art. 4º Aplicam-se ao recebimento de documentos em cópia simples ou cópia eletrônica digitalizada as regras definidas na Instrução Normativa RFB nº 2.088, de 15 de junho de 2022.

Art. 5º A recepção de documentos para abertura de processo digital e solicitação de juntada obedecerá ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, e na Portaria Suara nº 42, de 2023.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SRRF04 nº 232, de 8 de abril de 2020.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 30 DE ABRIL 2024

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 279, de 18 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 24 de julho 2014, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.238649/2021-06, resolve:

Autorizar o fornecimento de 186.660 (Cento e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelho, para selagem no exterior, à empresa COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº. 46.548.574/0013-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/097, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
Vodka Absolut	Caixas com 12 garrafas de 1000ml	172.800
Vodka Absolut	Caixas com 12 garrafas de 750ml	13.860

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 30 DE ABRIL 2024

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 279, de 18 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 24 de julho 2014, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 13.083.000.877/2022/93, resolve:

Autorizar o fornecimento de 339.600 (trezentos e trinta e nove mil e seiscentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº. 01.135.153/0004-51, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/095, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
CHIVAS	Caixas com 12 garrafas de 1000ml	76.800
BALLANTINES	Caixas com 12 garrafas de 750ml	32.400
BALLANTINES	Caixas com 12 garrafas de 1000ml	36.000
BALLANTINES	Caixas com 12 garrafas de 750ml	57.600
BALLANTINES	Caixas com 12 garrafas de 1000ml	136.800

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DEFIS/DRF/RECIFE Nº 17, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Renova o Registro Especial de Controle de Papel Imune na atividade de gráfica.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria SRRF04 nº 227, de 10 de agosto de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta do processo 13083.042036/2023-34 DECLARA:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) ao seguinte estabelecimento:

CNPJ: 17.340.447/0001-02;

Nome Empresarial: MARICLEYDSON COSTA DA SILVA LTDA.;

Endereço: AVENIDA CORONEL ESTEVAM, 3157, bairro NOSSA SENHORA DE NAZ;

CEP: 59.060-200 NATAL/RN;

Registro: GP-04201/00121;

Atividade: gráfica.

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.

§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.

Art. 3º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JONAS CAMPELO GOMES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 81, parágrafo 5º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 41, inciso III da IN RFB nº 1.863/2018, DECLARA:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, conforme Representação Fiscal acostada ao processo abaixo informado, nos termos do artigo 44, § 2º da IN RFB nº 1.863/2018, INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos, a partir de 22/07/2021.

EL SALI DISTRIBUIDORA E ATACADISTA EIRELI
CNPJ 39.268.541/0001-30
Processo 12466.720089/2022-50

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

MARCUS ANTONIO BRUNO DE ALBUQUERQUE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 80, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, o Consórcio que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, DECLARA:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.100417/2024-21, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro- instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, CONSÓRCIO LIBRA PRM, CNPJ nº 49.055.236/0001-14, na qualidade de contratada para prestação de serviços , até 07/01/2029, respeitados os termos finais de cada bloco constante do anexo do ADE vigente da operadora abaixo indicada, observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora indicante é a pessoa jurídica Petróleo Brasileiro S.A, Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º Compõe o presente Consórcio as empresas: 1- Maersk Supply Service - Apoio Marítimo Ltda, Cnpj nº 09.098.215/0001-61, com o percentual de 75% de participação e 2- Alcatel Submarine Networks Brasil Ltda, Cnpj nº 33.001.878/0001-09, com o percentual de 25% de participação.

Art. 4º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS ANTONIO BRUNO DE ALBUQUERQUE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

PORTARIA ALF/GRU Nº 71, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera a Portaria ALF/GRU nº 3, de 14 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 14, Seção 1, pág. 90 e 91, de 21 de janeiro de 2021.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no exercício das competências previstas nos artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria ALF/GRU nº 3, de 14 de janeiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A.....

.....

IV - o acompanhamento de carga em situações nas quais o embarque precise ser atestado;

V - a verificação física de cargas, sempre que for necessário ao trabalho de fiscalização ou inteligência da Alfândega;

VI - operar ou supervisionar a inspeção não invasiva por equipamentos de Raio-X, indicando ou não a necessidade de verificação física; e

VII- realizar a inspeção em aeronaves e buscas em veículos dentro do sítio aeroportuário.

Art. 2º-B. À SAVIG compete auxiliar a DIBAG no planejamento das atividades relativas à vigilância aduaneira e executar todas as tarefas de vigilância no perímetro aeroportuário.

Art. 9º Ao SERAD compete executar as atividades relacionadas à gestão de riscos para o controle aduaneiro, incluindo a verificação física de carga para identificação de ilícitos.

Art. 11 À SAFIA compete executar as atividades de fiscalização aduaneira, em especial as ações de combate às fraudes aduaneiras, abrangendo a verificação física de carga para detecção de irregularidades.

Art. 12 À SACIT compete executar as atividades relativas ao monitoramento de intervenientes no comércio exterior, ao controle de alfandegamento de locais e recintos e ao controle de carga, pessoas, veículos e de trânsito aduaneiro, incluídos o bloqueio e desbloqueio de cargas em pré-despacho e sua verificação física direta.

Art. 13 .....

.....

I - tratar as cargas do pré-despacho, incluindo as ocorrências do Sistema CCT e as ocorrências de extravio de cargas no pré-despacho e trânsito;

III - tratar o trânsito aduaneiro de cargas e remessas expressas e dispor sobre suas cautelas, incluído as verificações físicas direta de cargas em trânsito, em canal vermelho.

Art. 14.....

.....

IV - vistoriar fisicamente locais e cargas e, se necessário, apreender mercadorias e interditar os locais alfandegados;

Art. 17 .....

.....

II - efetuar e controlar a movimentação física e contábil de mercadorias apreendidas, incluindo o recebimento, a conferência e a separação das cargas para os diferentes canais de destinação e a entrega dos bens leiloados, incorporados ou doados.

VI - organizar leilões e acompanhar as visitas; e

VII - coordenar o depósito de mercadorias apreendidas.

Art. 22 À SATEC compete gerir e executar as atividades relativas à governança de TI, no âmbito da Alfândega, incluindo a visita às instalações de estrutura de TI no aeroporto e às estações e locais de trabalho dos servidores e acompanhamento de suas atividades, visando fornecer e manter a estrutura de tecnologia da alfândega.

"Art. 27 .....

.....

VII - tratar as cargas do pré-despacho, incluindo as ocorrências do Sistema CCT;

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO DE MARCO RODRIGUES DE SOUSA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/STS Nº 4, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da competência que lhe é delegada através da PORTARIA ALF/STS N° 7, DE 28 DE JANEIRO DE 2021, alterada pelas Portarias ALF/STS de n° 115, de 30 de agosto de 2022 e de nº 141, de 24 de julho de 2023, e atribuída pelo §3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, DECLARA:

Art. 1º Inscritos no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.209/2011:

NOME	CPF	PROCESSO
KATIA CAROLINA ATANAZIO DE OLIVEIRA	XXX.156.188-XX	13032.132177/2024-24
LUIS FELIPE GOMES PIEDADE	XXX.947.108-XX	13032.162067/2024-97
RYAN WILLIAM SANTOS LIMA	XXX.258.328-XX	13032.169515/2024-83
KASSIUS ANDRE VAZ VASQUES	XXX.963.318-XX	13032.243508/2024-51
ANDRE VENTURA MANOEL	XXX.001.428-XX	13032.249452/2024-48
GABRIEL RIBEIRO GONCALVES	XXX.886.498-XX	13032.294929/2024-40

Art. 2º Os Ajudantes de Despachantes Aduaneiros inscritos por este Ato Declaratório Executivo deverão inserir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - Sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, respectivamente, de acordo com o ADE-COANA n°16, de 08/06/2012, e alterações.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAROLDO JOSÉ PARRI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 606, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.182246/2024-51, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica BOA HORA 7 GERADORA DE ENERGIA SOLAR LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 46.292.974/0001-97, nos termos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 2º A referida habilitação é específica para o projeto aprovado pela Portaria 2.523/SNTEP/MME, de 17 de agosto de 2023, expedida pelo Ministério das Minas e Energia, que reconheceu o enquadramento no REIDI do projeto de instalação de uma central geradora fotovoltaica, denominado "UFV BOA HORA 7", CEG: UFV.RS.PE.038251-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.332, de 02/08/2022, cuja titularidade foi transferida para a pessoa jurídica indicada no artigo anterior pelo Despacho ANEEL nº 4.616, de 28 de novembro de 2023, a ser executado no Município de Tacaimbó, Estado do Pernambuco, com data estimada de conclusão em 30/12/2025.

Art. 3º No período de até 05 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ERICK DA NOBREGA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 607, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.182378/2024-82, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica BOA HORA 8 GERADORA DE ENERGIA SOLAR LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 46.312.071/0001-20, nos termos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 2º A referida habilitação é específica para o projeto aprovado pela Portaria 2.523/SNTEP/MME, de 17 de agosto de 2023, expedida pelo Ministério das Minas e Energia, que reconheceu o enquadramento no REIDI do projeto de instalação de uma central geradora fotovoltaica, denominado "UFV BOA HORA 8", CEG: UFV.RS.PE.038252-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.333, de 02/08/2022, cuja titularidade foi transferida para a pessoa jurídica indicada no artigo anterior pelo Despacho ANEEL nº 4.616, de 28 de novembro de 2023, a ser executado no Município de Tacaimbó, Estado do Pernambuco, com data estimada de conclusão em 30/12/2025.

Art. 3º No período de até 05 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ERICK DA NOBREGA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 608, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.182416/2024-05, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica BOA HORA 9 GERADORA DE ENERGIA SOLAR LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 46.312.063/0001-84, nos termos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 2º A referida habilitação é específica para o projeto aprovado pela Portaria 2.523/SNTEP/MME, de 17 de agosto de 2023, expedida pelo Ministério das Minas e Energia, que reconheceu o enquadramento no REIDI do projeto de instalação de uma central geradora fotovoltaica, denominado "UFV BOA HORA 9", CEG: UFV.RS.PE.038253-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.334, de 02/08/2022, cuja titularidade foi transferida para a pessoa jurídica indicada no artigo anterior pelo Despacho ANEEL nº 4.616, de 28 de novembro de 2023, a ser executado no Município de Tacaimbó, Estado do Pernambuco, com data estimada de conclusão em 30/12/2025.

Art. 3º No período de até 05 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ERICK DA NOBREGA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 609, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.182462/2024-04, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica BOA HORA 10 GERADORA DE ENERGIA SOLAR LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 51.163.782/0001-10, nos termos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 2º A referida habilitação é específica para o projeto aprovado pela Portaria 2.523/SNTEP/MME, de 17 de agosto de 2023, expedida pelo Ministério das Minas e Energia, que reconheceu o enquadramento no REIDI do projeto de instalação de uma central geradora fotovoltaica, denominado "UFV BOA HORA 10", CEG: UFV.RS.PE.054824-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.335, de 02/08/2022, cuja titularidade foi transferida para a pessoa jurídica indicada no artigo anterior pelo Despacho ANEEL nº 423, de 14 de fevereiro de 2024, a ser executado no Município de Tacaimbó, Estado do Pernambuco, com data estimada de conclusão em 30/12/2025.

Art. 3º No período de até 05 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ERICK DA NOBREGA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 610, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.182473/2024-86, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica BOA HORA 11 GERADORA DE ENERGIA SOLAR LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 51.190.880/0001-47, nos termos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 2º A referida habilitação é específica para o projeto aprovado pela Portaria 2.523/SNTEP/MME, de 17 de agosto de 2023, expedida pelo Ministério das Minas e Energia, que reconheceu o enquadramento no REIDI do projeto de instalação de uma central geradora fotovoltaica, denominado "UFV BOA HORA 11", CEG: UFV.RS.PE.054825-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.336, de 02/08/2022, cuja titularidade foi transferida para a pessoa jurídica indicada no artigo anterior pelo Despacho ANEEL nº 423, de 14 de fevereiro de 2024, a ser executado no Município de Tacaimbó, Estado do Pernambuco, com data estimada de conclusão em 30/12/2025..

Art. 3º No período de até 05 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ERICK DA NOBREGA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 630, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Concede Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE NACIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663, da IN RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo administrativo nº 13031.187948/2024-21, DECLARA:

Art. 1º. COABILITADA a pessoa jurídica AMP SERVICOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA, CNPJ 08.768.815/0001-27, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei Nº11.488/2007, aplicando-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, conforme disposto no art. 655, da Instrução Normativa RFB Nº 2.121/2022.

Art. 2º. A Coabilitação aqui concedida fica vinculada à PORTARIA Nº 680, DE 27 DE MAIO DE 2021, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, que aprovou o projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi: projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba NO1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043160-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.333, de 5 de novembro de 2019, TITULARIDADE: JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A CNPJ 35.581.908/0001-10, nos termos e condições do contrato firmado entre JAÍBA N ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A JAÍBA NE1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A JAÍBA O ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A e CONSÓRCIO SOLAR JAÍBA, CNPJ 52.196.378/0001-06.

Art. 3º. A beneficiária da concessão é integrante do CONSORCIO SOLAR JAIBA, CNPJ 52.196.378/0001-06, sem personalidade jurídica própria, constituído com as pessoas jurídicas: BM CONSTRUTORA LTDA., CNPJ 02.223.159/0001-09, FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ 00.109.427/0001-22, AMP SERVIÇOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA., CNPJ 08.768.815/0001-27. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo à BM CONSTRUTORA 01 (um) voto, à FAN CONSTRUÇÕES 01 (um) voto e à AMP SERVIÇOS 01 (um) voto, sob liderança da BM CONSTRUTORA LTDA., devendo se observar o disposto no § 2º, Art. 648, IN RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 4º. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 5º.

Art. 5º. A presente Coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Regime (Decreto Nº 6.144/2007, art. 10, Inciso II).

Art. 6º. Concluída a participação na execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva Coabilitação.

Art. 7º. A ausência da solicitação de que trata o art. 6º sujeita a pessoa jurídica coabilitada a multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 8º. O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 631, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Concede Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE NACIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663, da IN RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo administrativo nº 13031.188207/2024-67, DECLARA:

Art. 1º. COABILITADA a pessoa jurídica AMP SERVICOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA, CNPJ 08.768.815/0001-27, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei Nº11.488/2007, aplicando-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, conforme disposto no art. 655, da Instrução Normativa RFB Nº 2.121/2022.

Art. 2º. A Coabilitação aqui concedida fica vinculada à PORTARIA Nº 682, DE 27 DE MAIO DE 2021, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, que aprovou o projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi: projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jaíba O, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.043159-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.332, de 5 de novembro de 2019, TITULARIDADE: JAIBA O ENERGIAS RENOVAVEIS S.A., CNPJ 35.500.296/0001-94, nos termos e condições do contrato firmado entre JAÍBA N ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A JAÍBA NE1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A JAÍBA O ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A e CONSÓRCIO SOLAR JAÍBA, CNPJ 52.196.378/0001-06.

Art. 3º. A beneficiária da concessão é integrante do CONSORCIO SOLAR JAIBA, CNPJ 52.196.378/0001-06, sem personalidade jurídica própria, constituído com as pessoas jurídicas: BM CONSTRUTORA LTDA., CNPJ 02.223.159/0001-09, FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ 00.109.427/0001-22, AMP SERVIÇOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA., CNPJ 08.768.815/0001-27. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo à BM CONSTRUTORA 01 (um) voto, à FAN CONSTRUÇÕES 01 (um) voto e à AMP SERVIÇOS 01 (um) voto, sob liderança da BM CONSTRUTORA LTDA., devendo se observar o disposto no § 2º, Art. 648, IN RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022.

Art. 4º. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 5º.

Art. 5º. A presente Coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Regime (Decreto Nº 6.144/2007, art. 10, Inciso II).

Art. 6º. Concluída a participação na execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva Coabilitação.

Art. 7º. A ausência da solicitação de que trata o art. 6º sujeita a pessoa jurídica coabilitada a multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 8º. O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 632, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.083011/2024-87 DECLARA:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 03.092.799/0001-81 e matrícula CEI da obra nº 90.017.07191/71.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de investimentos de geração de energia elétrica denominado EOL Serra da Palmeira XIX, aprovado pela Portaria nº 2099/SPTE/MME, de 23.03.2023, do Ministério de Minas e Energia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº EOL.CV.PB.049836.0.01, localizado no Município de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba, com prazo estimado de execução da obra de 11.09.2023 a 24.12.2025, estimativas de desoneração previstas na portaria e de titularidade da empresa Serra da Palmeira Energia 19 LTDA., inscrita no CNPJ 46.128.981/0001-58, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.478/2023, habilitada ao REIDI através do Ato Declaratório Executivo EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB nº 241, de 25.09.2023 (publicado no DOU de 27.09.2023).

Art. 3º No período de até 05 anos, contados da habilitação do titular ao REIDI, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ANDRÉ LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 633, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.083028/2024-34 DECLARA:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 03.092.799/0001-81 e matrícula CEI da obra nº 90.017.07219/70.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de investimentos de geração de energia elétrica denominado EOL Serra da Palmeira XX, aprovado pela Portaria nº 2106/SPTE/MME, de 23.03.2023, do Ministério de Minas e Energia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº EOL.CV.PB.049837.8.01, localizado no Município de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba, com prazo estimado de execução da obra de 11.09.2023 a 24.12.2025, estimativas de desoneração previstas na portaria e de titularidade da empresa Serra da Palmeira Energia 20 LTDA., inscrita no CNPJ 46.098.586/0001-70, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.479/2023, habilitada ao REIDI através do Ato Declaratório Executivo EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB nº 242, de 25.09.2023 (publicado no DOU de 27.09.2023).

Art. 3º No período de até 05 anos, contados da habilitação do titular ao REIDI, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ANDRÉ LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 634, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Não habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015 e pela Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os art. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos art. 690 a 722 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.033687/2024-20: DECLARA:

Art. 1° NÃO HABILITADA definitivamente, no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE SILVANIA -COOPERSIL, inscrita no CNPJ sob o n° 03.467.317/0001-20, titular de projeto de investimento aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no processo n° 308793.3422213/2023, com período de vigência de 01/09/2023 a 30/08/2025.

Art. 2° Na hipótese de indeferimento do requerimento de habilitação definitiva da pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável, a habilitação provisória perderá seus efeitos retroativamente à data de sua concessão.

Art. 3° A pessoa jurídica interessada não habilitada definitivamente no Programa Mais Leite Saudável deverá observar o disposto no art. 714 da Instrução Normativa n°2.121/2022.

Art. 4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 635, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Não habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015 e pela Instrução Normativa RFB n° 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os art. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos art. 690 a 722 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.034195/2024-51: DECLARA:

Art. 1° NÃO HABILITADA definitivamente, no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica MARINHO INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 14.440.681/0001-13, titular de projeto de investimento aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no processo n° 000014.1982450/2022, com período de vigência de 01/05/2022 a 30/04/2023.

Art. 2° Na hipótese de indeferimento do requerimento de habilitação definitiva da pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável, a habilitação provisória perderá seus efeitos retroativamente à data de sua concessão.

Art. 3° A pessoa jurídica interessada não habilitada definitivamente no Programa Mais Leite Saudável deverá observar o disposto no art. 714 da Instrução Normativa n°2.121/2022.

Art. 4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 636, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Suspensão da Exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação na Aquisição ou Importação de Matérias-Primas, Produtos Intermediários e Materiais de Embalagem à pessoa jurídica preponderantemente exportadora que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nos arts. 606 a 613 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.056620/2024-63, declara:

Art. 1º Habilitada no regime de suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, efetuadas a pessoa jurídica preponderantemente exportadora de que trata o art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e os arts. 606 a 620 da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, a pessoa jurídica AGROSEPAC SERRADOS LTDA., CNPJ 29.116.865/0001-08.

Art. 2º Esta habilitação, emitida para o número do CNPJ do estabelecimento matriz, aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ERICK DA NOBREGA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 638, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos artigos 690 a 722 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.185516/2024-85, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído e regulamentado pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, tendo em vista o disposto no art. 9º A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, à pessoa jurídica: DELEI'T - INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA., CNPJ: 72.383.953/0001-97, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 308793.3757218/2023, conforme Edital de Aprovação, publicado no DOU em 01/03/2024, com período de execução de 15/12/2023 a 15/11/2026.

Art. 2º A beneficiada fica ciente da obrigação de manter o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, durante todo o período de fruição, sob pena de cancelamento da habilitação, conforme determinado no art. 27 do Decreto nº 8.533/2015 e no inciso II do art. 716 da IN RFB nº 2.121/2022.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ERICK DA NOBREGA BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS/SRRF10 Nº 11, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune na atividade de GRÁFICA.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13033.270625/2023-04, DECLARA:

Art. 1º Concede, pelo prazo de 3 (três) anos, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) do seguinte estabelecimento:

CNPJ: 17.355.315/0001-54
Nome Empresarial: SOCIEDADE JORNALISTICA GOULART LTDA
Endereço: RUA GENERAL OSORIO, 719 - SALA 02
Bairro CENTRO

Município: RIO PARDO / RS
CEP: 96.640-000
Registro: GP-10107/00106
Atividade: Gráfica
Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.
§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.
§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINE RUARO TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS/SRRF10 Nº 12, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune na atividade de GRÁFICA.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13033.276753/2023-53, declara:
Art. 1º Concede, pelo prazo de 3 (três) anos, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) do seguinte estabelecimento:
CNPJ: 13.859.472/0001-46
Nome Empresarial: AF DANIELLI INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA
Endereço: RUA CARAZINHO, 231
Bairro: VERA CRUZ
Município: PASSO FUNDO / RS
CEP: 99.040-630
Registro: GP-10106/00134
Atividade: Gráfica
Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.
§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.
§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINE RUARO TEIXEIRA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS/SRRF10 Nº 13, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune na atividade de GRÁFICA.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13033.286314/2023-59, DECLARA:
Art. 1º Concede, pelo prazo de 3 (três) anos, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) do seguinte estabelecimento:
CNPJ: 93.264.299/0001-72
Nome Empresarial: LITOGRAFIA PLUMA LTDA
Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 385 - TERREO
Bairro: SANTO INACIO
Município: FREDERICO WESTPHALEN / RS
CEP: 98.400-000
Registro: GP-10108/00111
Atividade: Gráfica
Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.
§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.
§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINE RUARO TEIXEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.977, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 8.186, de 21 de julho de 2023, e tendo em vista o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, nos artigos 5º e 43 da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.651415/2023-56, resolve :
Art. 1º Homologar as seguinte deliberações da sócia única de LOCKTON RE CORRETORA DE RESEGUROS LTDA, CNPJ nº 09.591.510/0001-55, com sede na cidade de São Paulo, em 1 de dezembro de 2023:
I - eleição do Sr. José Otávio de Albuquerque Sampaio para o cargo de Diretor Técnico Operacional e Diretor Presidente;
II - eleição do Sr. Marcelo Daniel para o cargo de Diretor de Controles Internos; e
III - reeleição do Sr. Eduardo Arruda Câmara Pereira de Lucena para o cargo de Diretor Executivo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.978, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.613492/2024-99, resolve :
Art. 1 º Homologar a eleição de membros do comitê de auditoria de AIG RESSEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 13.525.547/0001-52, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 28 de março de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.979, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.613011/2024-45, resolve :
Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ANGELUS SEGUROS S.A., CNPJ nº 18.133.809/0001-57, com sede na cidade de Maringá - PR, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 25 de março de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.980, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.608707/2024-50, resolve :
Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ nº 14.525.684/0001-50, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 26 de fevereiro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.981, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.611349/2024-62, resolve :
Art. 1º Homologar a eleição de administradores de SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A., CNPJ nº 17.643.407/0001-30, com sede na cidade de Maringá - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.982, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.600554/2024-01, resolve :
Art. 1º Homologar a eleição de administradores de FAIRWAY SEGUROS S.A., CNPJ nº 09.064.453/0001-56, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 16 de dezembro de 2023 e 11 de abril de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.983, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso I do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.651767/2023-10, resolve :
Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ALLIANZ SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.573.796/0001-66, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2023:
I - redução do capital social em R$ 693.040.000,00, passando para R$ 4.568.599.782,12, dividido em 7.522.469.387 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e/
II - reforma do estatuto social.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.984, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso I do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.651541/2023-19, resolve :
Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de BANESTES SEGUROS S.A., CNPJ nº 27.053.230/0001-75, com sede na cidade de Vitória - ES, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 5 de dezembro de 2023 e 7 de dezembro de 2023:

I - grupamento das 14.791.405.093 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$ 86.326.472,89 a ser divido em 743.623 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

II - aumento do capital social em R$ 100.000.030,25, elevando-o para R$ 186.326.503,14, dividido em 1.435.647 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

III - criação e instalação do conselho de administração; e

IV - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.985, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.609479/2024-35, resolve :

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 27.665.207/0001-31, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 19 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.986, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.612854/2024-24, resolve :

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A., CNPJ nº 17.643.407/0001-30, com sede na cidade de Maringá - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.987, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.607134/2024-47, resolve :

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 87.376.109/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.988, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.607132/2024-58, resolve :

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 06.136.920/0001-18, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.989, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.608774/2024-74, resolve :

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de LUIZASEG SEGUROS S.A., CNPJ nº 07.746.953/0001-42, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.990, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.604770/2024-17, resolve :

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ZEMA SEGUROS S.A., CNPJ nº 41.553.492/0001-20, com sede na cidade de Araxá - MG, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.991, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso I do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.600537/2024-65, resolve :

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A., CNPJ nº 33.061.813/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de novembro de 2023:

I - redução do capital social em R$ 700.000.000,00, passando para R$ 2.418.943.294,60, dividido em 5.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.992, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base nos incisos I e V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.600150/2024-17, resolve :

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 33.448.150/0001-11, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2023:

I - eleição de administrador; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.993, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base nos incisos I e V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.600168/2024-19, resolve :

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2023:

I - eleição de administrador; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA AGENTE OPERADOR

CIRCULAR Nº 1.049, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Publica a versão 13 do Manual de Produtos - Loterias CAIXA como instrumento que consolida a regulação das Loterias Federais.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora das Loterias Federais, por delegação do Governo Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 2º, 24º e 25º do Decreto-Lei n.º 204, de 27 de fevereiro de 1967, resolve:

1 Publicar a versão 13 do Manual de Produtos - Loterias CAIXA, que consolida disposições normativas acerca das loterias federais e dispõe sobre as definições, modalidades, canais de comercialização, características, tarifas, distribuição da arrecadação, premiação e sorteios das Loterias de Prognósticos e Loteria Federal de Bilhetes, com as seguintes atualizações: Alteração na Legislação que regulamenta as Loterias CAIXA: Exclusão da Portaria n.º 740 do Ministério da Cidadania, de 19 de janeiro de 2022, que divulga a relação de times participantes da Timemania no biênio 2022-2024 e inclusão da Portaria do Ministério do Esporte n.º 18, de 06 de fevereiro de 2024, que divulga a relação de times participantes da Timemania no biênio 2024-2026; Atualização da tabela de correlação de número com o Time do Coração da Timemania para adequação às disposições da Portaria do Ministério do Esporte n.º 18, de 06 de fevereiro de 2024.

1.1 O Manual de Produtos - Loterias CAIXA encontra-se disponível no site da CAIXA no endereço eletrônico https://www.caixa.gov.br/Downloads/loterias-manual-de-produtos/MANUAL_DE_PRODUTOS_v13.pdf

2 Fica revogada a Circular CAIXA n.º 1.043, de 15 de janeiro de 2024.

3 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO ERMIRIO DE ALMEIDA FREITAS FILHO
Vice-Presidente

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MGI Nº 2.837, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; no art. 76, inciso I, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; no art. 8º da Lei 13.240, de 30 de dezembro de 2015, assim como os elementos que integram o Processo SEI-ME nº 05315.200706/2015-34, deliberado pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP2-2, por meio da Ata de Reunião de 8 de dezembro de 2023, Processo nº 19739.113919/2023-61, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo ao Município de Santana/AP, para fins de regularização fundiária de interesse social, do imóvel da União, classificado como nacional interior, terreno de marinha e acrescido de marinha, localizado no Setor 13, Rua Cláudio Lúcio Monteiro s/n - Bairro Novo Horizonte em Santana/AP, com área de 262.568,07 m² (duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito metros quadrados e sete decímetros quadrados), cadastrado sob o RIP 0615.00106.500-5, registrado sob a Matrícula nº 631, Ficha 03 Livro nº 2-I, no Cartório de Registros de Imóveis "Ofirney Sadala" Comarca de Santana.

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput teve sua área georreferenciada e assim se descreve e caracteriza: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P0, de coordenadas N 9993978,6669 m e E 481437,9364; deste, segue confrontando com RUA CLÁUDIO LÚCIO MONTEIRO, com os seguintes azimute plano e distância: 93°24'5,21'' e 514,29 m; até o vértice P1, de coordenadas N 9993948,1533 m e E 481951,3189 m; deste, segue confrontando com PORTOBRAS, com os seguintes azimute plano e distância: 175°21'32,01'' e 481,76 m; até o vértice P2, de coordenadas N 9993467,9768 m e E 481990,2998 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 271°04'43,08'' e 401,88 m; até o vértice P3, de coordenadas N 9993475,5421 m e E 481588,4888 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 271°04'50,75'' e 156,68 m; até o vértice P4, de coordenadas N 9993478,4973 m e E 481431,8394 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 0°41'54,21'' e 500,21 m; até o vértice P0, de coordenadas N 9993978,6669 m e E 481437,9364 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central-51, Fuso 22S, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização do bairro Novo Horizonte, com execução de programa de regularização fundiária de interesse social, para beneficiar aproximadamente 402 famílias majoritariamente de baixa renda, que ocupam o imóvel predominantemente para fins de moradia.

Art. 3º É fixado o prazo de 4 (quatro) anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que o donatário conclua a titulação dos beneficiários finais ocupantes dos imóveis inseridos na área que trata a presente doação.

§ 1º O prazo de que trata o caput é prorrogável por iguais e sucessivos períodos a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União, a pedido expresso do Outorgado Donatário, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 2º A titulação será concedida preferencialmente em nome da mulher e registrada na Matrícula do imóvel conforme as Leis nº 11.124, de 16 de junho de 2005 e nº 11.977, de 7 de junho de 2009.

Art. 4º É vedada a alienação do imóvel recebido em doação, exceto quando a finalidade for a execução, por parte do donatário, de projeto de assentamento de famílias carentes ou de baixa renda, na forma do art. 26 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e desde que, no caso de alienação onerosa, o produto da venda seja destinado à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Art. 5º Fica o Outorgado Donatário obrigado a:

I - administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel doado, devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim;

II - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas às parcelas do imóvel descrito e caracterizado no art. 1º aos beneficiários do projeto de regularização fundiária, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, § 3º, da Lei nº 9.636, de 1998, possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural, registrando tais transferências junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

III - nos contratos de transferência dispor sobre eventuais encargos e inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos, conforme estabelece o art. 31, § 4°, inciso II (parte final), da Lei n° 9.636/1998, nos contratos de transferência gratuita do domínio pleno ao beneficiário final da Regularização Fundiária de Interesse Social;

IV - manter cadastro municipal atualizado da área a ser doada;

V - proceder ao registro do contrato de doação com encargos, assim como dos títulos firmados com os beneficiários finais, nas matrículas dos imóveis;

VI - providenciar em todo material de divulgação, incluindo a inserção de placas no imóvel, a informação de que a regularização fundiária ocorreu em área da União, com o apoio do Governo Federal, conforme disposto no art. 18 da Portaria nº 2.826, de 31 de janeiro de 2020.

VII - promover a alienação onerosa quando se tratar de famílias que não atendam aos requisitos do art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636/1998, observada a legislação sobre os procedimentos licitatórios. Nestes casos, o produto da venda deve ser destinado à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto de regularização fundiária.

Art. 6º Fica o Outorgado Donatário autorizado a reservar áreas suficientes e necessárias para implantação de equipamentos urbanos e eixos de mobilidade urbana com a execução de serviços de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, arborização, paisagismo e sistema viário

Art. 7º A doação a que se refere o art. 1º não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários, em especial as licenças ambiental e urbanística.

Art. 8º Responderá o Outorgado Donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 9º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 10. A doação tornar-se-á nula, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente do ato especial, sem direito do donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria; se ocorrer o descumprimento das obrigações previstas no art. 5º; ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.560, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 74, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem assim a deliberação/autorização do Grupo Especial de Destinação Supervisionada (GE-DESUP 0), Ata de Reunião realizada em 03 de abril de 2024, bem como os elementos que integram o Processo Administrativo 10154.100106/2019-21, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Onerosa à empresa Amazon Aço Indústria e Comércio Ltda, CNPJ: ***77.207/0001-**, de imóvel da União com área total de 25.233,50 m², (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e três metros quadrados e cinquenta centímetros), situado na Avenida Puraquequara, nº 5.328, Puraquequara, Manaus/AM.

Art. 2º A Cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção de Instalações destinadas ao apoio ao embarque e desembarque de cargas destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 anos, a contar da data da assinatura do contrato de Cessão, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos por interesse mútuo.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º fica a outorgada cessionária obrigada a pagar à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel o valor anual de R$ 12.467,48 (doze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), que serão pagas mensalmente, ficando cada parcela em R$ 1.038,96 (um mil trinta e oito reais e noventa e seis centavos).

§ 1º O valor da retribuição à União será pago em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês e, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato, equivalente a 12 parcelas mensais do valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pela utilização do imóvel poderá ser revisado a qualquer tempo, desde que comprovada existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º Fica a cessionária obrigada a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação e a assinatura do instrumento de cessão onerosa, relativamente à área ocupada sem autorização prévia, se houver.

Art. 5º No caso de a cessionária renunciar a esta cessão, ou ainda que o contrato seja rescindido por quaisquer motivos, fica estabelecido o prazo de 6 (seis) meses para que seja mantida a guarda e manutenção do imóvel.

Parágrafo único. Caso ocorra alguma das hipóteses previstas no caput deste artigo, a cessionária pagará o valor proporcional da retribuição prevista no art. 4º desta portaria, pelo período em que o imóvel remanesceu à sua disposição.

Art. 6º A critério da União, ao final do contrato ou no caso da sua extinção, todas as benfeitorias serão incorporadas ao patrimônio da União, sem direito a qualquer indenização à cessionária.

Parágrafo único. Aquelas benfeitorias ou partes delas, que a União decida por não incorporar ao seu patrimônio deverão ser removidas às expensas da cessionária, sem direito a indenização, devendo o imóvel ser restituído nas condições em que foi recebido em cessão.

Art. 7º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel de que trata o art. 2º desta Portaria.

Art. 8º A destinação de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - findar o prazo determinado no caput do art. 3º;

II - não for cumprida a finalidade da cessão, no prazo estipulado no art. 3º desta Portaria;

III - cessarem as razões que justificaram a cessão de uso;

IV - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria;

V - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou;

VI - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a outorgante cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias vinculadas à finalidade da cessão, conforme projeto de utilização do imóvel.

Art. 9º A presente autorização não exime a cessionária de obter os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e à execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 10. A cessionária deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Amazonas, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.747, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso I e §§ 2º a 5º, e 19 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nos arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 76, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Portaria MGI nº 771, de 17 de março de 2023, e na deliberação/autorização do Grupo Especial de Destinação Supervisionada GE-DESUP-2, Ata de Reunião realizada em 08 de dezembro de 2023, bem como os elementos que integram o Processo Administrativo 04972.005987/2016-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Onerosa em Condições Especiais ao Município de Florianópolis - SC do imóvel de propriedade da União, conceituado como terreno acrescido de marinha e espaço físico em águas públicas com área de 432.898,02 m², localizado na Avenida Beira Mar Norte, entre as Praças Portugal e Sesquicentenário, s/nº, Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A cessão de Cessão de Uso Onerosa em Condições Especiais a que se refere o art. 1º será destinado para fins de Implantação do Parque Urbano Marina Beira Mar.

Art. 3º O prazo da cessão de uso será de 30 (trinta) anos, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da outorgante cedente.

Parágrafo único. O prazo para instalação do empreendimento previsto no art. 2º desta Portaria será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Art. 4º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Durante o prazo previsto no art. 3º fica o outorgado cessionário obrigado a pagar à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o valor anual correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor da receita bruta total auferida pela exploração econômica do empreendimento objeto da presente autorização.

§ 1º A renda bruta auferida pela exploração econômica do empreendimento poderá ser demonstrada por meio do último balanço tornado público pelo outorgado cessionário, por meio de receita declarada na declaração anual de imposto de renda, ou por meio de demonstrativos contábeis assinado por profissional contabilista reconhecido pela Comissão de Valores Mobiliários, que deverá ser apresentada à SPU/SC até o último dia do mês de abril do ano subsequente.

§ 2º O valor da retribuição à União será pago em parcela anual única vencível no último dia útil do mês de agosto do ano subsequente e, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 3º O valor da retribuição pela utilização do imóvel poderá ser revisado a qualquer tempo, desde que comprovada existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 1993.

§ 4º No caso de impossibilidade de comprovação da receita bruta auferida, fica o outorgado cessionário obrigado a pagar anualmente à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor de avaliação da área de uso privativo, com exploração econômica, do empreendimento.

Art. 6º Fica concedido ao outorgado cessionário o prazo de 5 (cinco) anos para o início do pagamento da retribuição devida à União pela utilização do imóvel descrito no art. 1º desta Portaria, com início imediato do pagamento pela retribuição ao término deste prazo ou no exercício fiscal subsequente ao início da exploração econômica do empreendimento, o que vier primeiro.

§1º O prazo concedido está contido no período de vigência do contrato de cessão de uso.

§2º Durante o prazo previsto no caput, fica o outorgado cessionário proibido de explorar economicamente a área de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 7º A destinação de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - findar o prazo determinado no caput do art. 3º;

II - não for cumprida a finalidade da cessão estipulada do art. 2º desta Portaria;

III - cessarem as razões que justificaram a cessão de uso;

IV - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria;

V - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou;

VI - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a outorgante cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 8º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pelo cessionário, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários à destinação de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis ao caso em tela.

Art. 9º Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão de uso e da legislação vigente.

Art. 10. A cessão de uso tornar-se-á nula, independente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do contrato de cessão.

Art. 11. O cessionário deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, no prazo de 30 (trinta) dias, para assinatura do contrato de cessão de uso, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA SPU-BA /MGI Nº 2.769, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 5º, inciso XI da Portaria SPU/ME nº 8.678, de 30 de setembro de 2022, e tendo em vista o disposto no § 1º, do Art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo Art. 2º da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar o Município de Cruz das Almas/BA, inscrito no CNPJ sob o nº **.*06.977/0001-**, a executar obras para pavimentação com instalação de piso intertravado e paisagismo, localizada na Av. Getúlio Vargas s/n, Coplan, Cruz das Almas - Bahia, pátio da antiga estação ferroviária da extinta RFFSA, com área de 13.464,74m², conforme documentos constantes no bojo do processo administrativo eletrônico nº 19739.021675/2024-71.

Art. 2º A autorização de obras a que se refere o Art. 1º tem a finalidade de realização de obras para pavimentação com instalação de piso intertravado e paisagismo, localizada na Av. Getúlio Vargas s/n, Coplan, Cruz das Almas - Bahia, pátio da antiga Estação Ferroviária da extinta RFFSA, com área de 13.464,74m², descrita a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-39°W, de coordenadas N 8.600.253,49m e E 487.346,26m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA DO CIRCUITO LUIZ GONZAGA, com azimute de 126°19'32" por uma distância de 159,17m até o vértice P-02, de coordenadas N 8.600.159,20m e E 487.474,51m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA DO CIRCUITO LUIZ GONZAGA, com azimute de 215°53'11" por uma distância de 26,55m até o vértice P-03, de coordenadas N 8.600.137,69m e E 487.458,94m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 215°46'43" por uma distância de 12,30m até o vértice P-04, de coordenadas N 8.600.127,71m e E 487.451,75m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 213°26'21" por uma distância de 10,15m até o vértice P-05, de coordenadas N 8.600.119,24m e E 487.446,16m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 211°10'42" por uma distância de 7,54m até o vértice P-06, de coordenadas N 8.600.112,79m e E 487.442,26m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 202°43'50" por uma distância de 4,40m até o vértice P-07, de coordenadas N 8.600.108,74m e E 487.440,56m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 198°30'36" por uma distância de 4,33m até o vértice P-08, de coordenadas N 8.600.104,63m e E 487.439,18m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 188°45'22" por uma distância de 2,88m até o vértice P-09, de coordenadas N 8.600.101,79m e E 487.438,75m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 178°27'47" por uma distância de 2,06m até o vértice P-10, de coordenadas N 8.600.099,72m e E 487.438,80m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 169°12'16" por uma distância de 2,98m até o vértice P-11, de coordenadas N 8.600.096,80m e E 487.439,36m; deste segue confrontando com a propriedade de CENTRO PEDAGOGICO, com azimute de 219°48'08" por uma distância de 1,43m até o vértice P-12, de coordenadas N 8.600.095,71m e E 487.438,44m; deste segue confrontando com a propriedade de AV. GETULIO VARGAS , com azimute de 296°56'38" por uma distância de 4,30m até o vértice P-13, de coordenadas N 8.600.097,66m e E 487.434,61m; deste segue confrontando com a propriedade de AV. GETULIO VARGAS , com azimute de 286°01'53" por uma distância de 6,24m até o vértice P-14, de coordenadas N 8.600.099,38m e E 487.428,61m; deste segue confrontando com a propriedade de AV. GETULIO VARGAS , com azimute de 280°35'25" por uma distância de 15,41m até o vértice P-15, de coordenadas N 8.600.102,21m e E 487.413,46m; deste segue confrontando com a propriedade de AV. GETULIO VARGAS , com azimute de 306°50'52" por uma distância de 11,43m até o vértice P-16, de coordenadas N 8.600.109,06m e E 487.404,32m; deste segue confrontando com a propriedade de AV. GETULIO VARGAS , com azimute de 275°21'15" por uma distância de 3,55m até o vértice P-17, de coordenadas N 8.600.109,40m e E 487.400,79m; deste segue confrontando com a propriedade de AV. GETULIO VARGAS , com azimute de 305°10'56" por uma distância de 131,30m até o vértice P-18, de coordenadas N 8.600.185,05m e E 487.293,48m; deste segue confrontando com a propriedade de AV. PRAÇA DA JUVENTUDE, com azimute de 87°43'08" por uma distância de 2,19m até o vértice P-19, de coordenadas N 8.600.185,13m e E 487.295,67m; deste segue confrontando com a propriedade de PRAÇA DA JUVENTUDE, com azimute de 66°40'53" por uma distância de 2,03m até o vértice P-20, de coordenadas N 8.600.185,94m e E 487.297,53m; deste segue confrontando com a propriedade de PRAÇA DA JUVENTUDE, com azimute de 48°01'41" por uma distância de 1,69m até o vértice P-21, de coordenadas N 8.600.187,07m e E 487.298,79m; deste segue confrontando com a propriedade de PRAÇA DA JUVENTUDE, com azimute de 34°47'19" por uma distância de 2,45m até o vértice P-22, de coordenadas N 8.600.189,08m e E 487.300,19m; deste segue confrontando com a propriedade de PRAÇA DA JUVENTUDE, com azimute de 35°18'44" por uma distância de 65,00m até o vértice P-23, de coordenadas N 8.600.242,12m e E 487.337,76m; deste segue confrontando com a propriedade de PRAÇA DA JUVENTUDE, com azimute 36°47'44" por uma distância de 14,20m até o vértice P-1, ponto inicial da descrição deste perímetro de 493,56 m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

§ 1º As obras não deverão alterar as características das áreas de Bem de Uso Comum do Povo.

§ 2º Excluem-se da presente autorização a construção de quiosques, abrigos, lanchonetes e quaisquer outras benfeitorias que importem em uso exclusivo por terceiros, exploração comercial ou incidam sobre áreas de espelho d'água, estruturas que deverão ser regularizadas mediante instrumento de Cessão de Uso.

Art. 3º As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso às áreas de Uso Comum do Povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes; aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Parágrafo único. A execução das obras sem as autorizações previstas neste artigo ou a ocorrência de eventuais irregularidades durante o seu percurso, acarretará o cancelamento desta autorização, sem prejuízo das ações administrativas, civis ou penais aos agentes causadores do descumprimento.

Art. 4º A autorização de obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Parágrafo único. Responderá o Município de Cruz das Almas/BA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes à área de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nela existentes.

Art. 5º Durante o período de execução das obras a que se referem os artigos 1º e 2º, fica o Município de Salvador/BA obrigado a fixar na área em que será realizada a obra, e em local visível ao público, 1 (uma) placa confeccionada de acordo com o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, disponível na Internet <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-de-uso-da-marca-do-governo-federal-obras-2019.pdf>, com os seguintes dizeres: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, NA FORMA DA PORTARIA SPU-BA /MGI Nº 2769, DE 26 DE ABRILDE 2024.

Art. 6º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO ALEXANDRE FREIRE DA SILVA

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA EXECUTIVA

GABINETE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 17 DE ABRIL DE 2024

Estabelece procedimentos para a gestão do processo administrativo eletrônico no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso III, alínea d do Anexo I, do Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer procedimentos para a gestão dos processos administrativos eletrônicos, no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - anexação de processos: união definitiva de um ou mais processos a um outro processo, considerado principal, desde que pertencentes a um mesmo interessado e que tratem do mesmo assunto;

II - assinatura eletrônica: registro realizado eletronicamente por usuário identificado de modo inequívoco, com vistas a firmar documentos por meio de:

a) certificado digital: forma de identificação do usuário emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil); e

b) usuário e senha: forma de identificação do usuário, mediante prévio cadastramento de acesso;

III - autenticação: processo pelo qual se confere autenticidade a documento, independente de sua natureza;

IV - autenticidade: propriedade pela qual se assegura que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, equipamento, sistema, órgão ou entidade;

V - autuação: ato de reunir e ordenar os documentos, visando a formação de processo;

VI - cadastramento de acesso: cadastro de usuários para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

VII - captura digital: conversão de um documento originalmente físico para imagem em formato digital, por meio de equipamento eletrônico (escâner). Ver digitalização e documento digitalizado;

VIII - colaborador: profissionais que exercem suas atividades no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional mediante contrato de terceirização, estágio, consultoria, bolsa de pesquisa ou equivalente;

IX - ciclo vital dos documentos: sucessivas fases por que passam os documentos arquivísticos, desde sua produção até a guarda permanente ou eliminação;

X - código CRC (Cyclic Redundancy Check): código que garante a autenticidade de um documento assinado eletronicamente no SEI, constante em sua declaração de autenticidade;

XI - confiabilidade: credibilidade de um documento arquivístico enquanto afirmação de um fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção;

XII - confidencialidade: propriedade de certos dados ou informações que não podem ser disponibilizadas ou divulgadas sem autorização;

XIII - cópia: resultado da reprodução de um documento, geralmente qualificada por sua função ou processo de duplicação;

XIV - credencial de acesso: permissão dada a usuário específico para atuar em processos categorizados como sigilosos no SEI;

XV - despacho: tipo de documento por meio do qual a autoridade competente dá continuidade a uma ação administrativa ou firma decisões em documentos ou processos, podendo ser informativo, decisório ou de mero acompanhamento;

XVI - digitalização: processo de conversão de um documento para o formato digital, por meio de dispositivo apropriado. Ver captura digital;

XVII - disponibilidade: propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por uma entidade autorizada;

XVIII - documento: unidade de registro de informações, independente do formato, do suporte ou natureza;

XIX - documento arquivístico: conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos;

XX - documento cancelado: documento nato-digital ou digitalizado anulado por não fazer parte do objeto do processo, que tenha sido inserido indevidamente, ou cujo conteúdo passou a ser registrado em suporte físico por conter informação passível de classificação de acordo com os arts. 23 e 24 da Lei nº 12.527, de 2011;

XXI - documento digitalizado: documento eletrônico obtido a partir da conversão de um documento originalmente físico, gerando uma fiel representação em formato digital. Ver captura digital;

XXII - documento externo: documento arquivístico digital de origem externa ao SEI, não produzido diretamente no sistema, independentemente de ser nato-digital ou digitalizado e de ter sido produzido no Ministério ou por ele recebido;

XXIII - documento nato-digital: documento produzido originariamente em meio eletrônico;

XXIV - espécie documental: configuração que assume um documento de acordo com a disposição (forma de registro) e natureza dos atos que lhe deram origem. Exemplos: decreto, resolução, portaria, acórdão, parecer, relatório, ata, certidão, atestado, contrato, convênio, ofício, memorando, edital, alvará, etc;

XXV - formato: conjunto das características físicas de apresentação, de técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento;

XXVI - informação classificada: informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada conforme procedimentos específicos de classificação estabelecidos na legislação vigente. Ver informação sigilosa;

XXVII - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem

XXVIII - informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo;

XIX - integridade: estado dos documentos que se encontram completos e não sofreram nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada nem documentada;

XXX - interessado: pessoa natural ou pessoa jurídica, que faz parte de processo administrativo, ativa ou passivamente;

XXXI - nível de acesso: forma de controle de documentos e de processos eletrônicos no SEI, categorizados em público, restrito ou sigiloso. Essa categorização disponibilizada pelo sistema não diz respeito à classificação da informação prevista na Lei nº 12.527, de 2011;

XXXII - número SEI: código numérico, próprio do SEI, sequencial gerado automaticamente para identificar única e individualmente cada documento dentro do sistema;

XXXIII - Número Único de Protocolo (NUP): código numérico oficial para cadastro, utilizado no controle dos documentos, avulsos ou processos, produzidos ou recebidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

XXXIV - Optical Character Recognition (OCR): técnica de conversão de um documento digital do formato de imagem para o formato textual, de forma a permitir, por exemplo, edição e pesquisa no conteúdo do texto;

XXXV - original: documento produzido pela primeira vez ou em primeiro lugar;

XXXVI - permissão: associação de usuário interno do Sistema Eletrônico de Informações - SEI ao perfil e à unidade na qual ele realizará suas funções;

XXXVII - peticionamento eletrônico: módulo do SEI que permite ao usuário externo, como interessado e partícipe do processo, encaminhar requerimentos, petições e outros documentos ao Ministério, bem como assinar documentos, receber ofícios e notificações;

XXXVIII - Portable Document Format (PDF): formato de arquivo digital para representar documentos de maneira independente do aplicativo, do hardware e do sistema operacional usados para criá-los;

XIX - PDF/A: extensão derivada do PDF, com restrições e adições que tornam o arquivo confiável e adequado para armazenamento e acesso a longo prazo. PDF/Archive - padrão ISO 19005-1:2005. Ver Portable Document Format (PDF).

XL - preservação digital: conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário;

XLI - processo: conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial. Ver documento arquivístico;

XLII - processo eletrônico: conjunto de documentos eletrônicos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial;

XLIII - processo administrativo eletrônico: aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados em meio eletrônico;

XLIV - Processo Eletrônico Nacional (PEN): iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública para a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico;

XLV - Sistema Eletrônico de Informações - SEI: software de processo eletrônico desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e cedido gratuitamente para as instituições públicas;

XLVI - suporte: base física sobre a qual a informação é registrada. Exemplos: papel, disco magnético etc;

XLVII - Termo de Classificação da Informação - TCI: formulário que formaliza a decisão de classificação, desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informação classificada em qualquer grau de sigilo;

XLVIII - tipo de documento: divisão de espécie que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à natureza de conteúdo ou técnica de registro. Exemplo: na espécie ''decreto'', os tipos podem ser ''decreto-lei'' ''decreto legislativo'', na espécie ''relatório'', os tipos podem ser ''relatório de atividades'', ''relatório de fiscalização''; na espécie ''certidão'', os tipos podem ser ''certidão de nascimento'', ''certidão de tempo de serviço'';

XLIX - Tramita.GOV.BR (barramento): módulo integrado ao SEI/MGI que permite que uma unidade envie processos eletrônicos para outro órgão de maneira segura e com confiabilidade de entrega, desde que o destinatário também esteja conectado à solução. Ver Processo Eletrônico Nacional (PEN);

L - tramitação: movimentação do documento desde a sua produção ou recebimento até o cumprimento de sua função administrativa;

LI - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

LII - unidade: designação genérica que corresponde a cada uma das divisões ou subdivisões da estrutura organizacional do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR;

LIII - unidade protocolizadora: no contexto do Tramita.GOV.BR, são unidades que fazem parte do SEI/MIDR habilitadas a enviar processos diretamente para órgãos externos ao Ministério;

LIV - usuário externo: pessoa natural, atuando em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, com a finalidade de acessar ou atuar em processos eletrônicos do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, que não se enquadre como usuário interno; e

LV - usuário interno: servidor, terceirizado, estagiário ou empregado em exercício no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR que tenha acesso, de forma autorizada, para atuar em processos eletrônicos do SEI.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Seção I

Do uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Art. 3º Todos os documentos arquivísticos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional integrarão os processos eletrônicos no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

§ 1º Em caso de indisponibilidade técnica momentânea do sistema, cujo prolongamento possa causar dano relevante à celeridade do processo, os atos poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos em papel, devendo conter a assinatura e a numeração sequencial nas páginas.

§ 2º Superada a excepcionalidade, o processo ou documento deverá ser digitalizado no prazo máximo de 1 dia útil e inserido no Sistema Eletrônico de Informações pela unidade que possuir sua guarda no momento que cessar a excepcionalidade.

Art. 4º O processo administrativo eletrônico inicia-se com um documento nato-digital ou digitalizado.

Seção II

Do Número Único de Protocolo - NUP

Art. 5º Será atribuído um Número Único de Protocolo - NUP para todo processo e documento que se enquadre nos seguintes casos:

I - produzido no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR e que demande análise, informação, tramitação, despacho, parecer ou decisão administrativa; ou

II - produzido no âmbito de outro órgão ou entidade e que não tenha recebido Número Único de Protocolo - NUP na origem.

§ 1º O Número Único de Protocolo - NUP será gerado automaticamente pelo SEI, no caso de processos administrativos eletrônicos e documentos novos, inseridos ou criados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

§ 2º O Número Único de Protocolo - NUP já existente e a data de autuação de processo ou documento inserido no Sistema Eletrônico de Informação - SEI do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR serão informados manualmente, em campos específicos do sistema, quando necessário.

Seção III

Da abertura de processo administrativo eletrônico

Art. 6º Para a abertura de um processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, deverão ser inseridos dados que possibilitem a sua localização, recuperação e tratamento documental, mediante o preenchimento dos campos próprios do Sistema, observados os seguintes requisitos:

I - escolher adequadamente o tipo de processo, o qual poderá ser alterado em caso de incorreção, observadas as orientações publicadas;

II - descrever a especificação de forma objetiva, clara e ortograficamente correta, a qual poderá ser alterada, em caso de incorreção ou incompletude, por qualquer unidade na qual o processo esteja aberto;

III - preencher o(s) interessado(s) e o remetente, de acordo com o padrão descrito no Anexo; e

IV - complementar a descrição do processo, caso necessário, utilizando o campo ''observações desta unidade'', editável e recuperável por meio da pesquisa.

Art. 7º A ordenação dos documentos nos processos administrativos eletrônicos deverá respeitar a sequência cronológica.

Parágrafo único. Documentos resultantes da digitalização de processos físicos não poderão ser reordenados na árvore do processo, a fim de que não seja alterada a numeração de suas folhas originais e a ordem dos volumes, caso possua.

Art. 8º Todos os processos administrativos eletrônicos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI deverão ser classificados com base no Código de Classificação de Documentos de Arquivo, presente no Sistema, ao se tratar de atividades fim, quando houver, e com base no Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública do Conselho Nacional de Arquivos, para as atividades meio.

§ 1º A classificação por assunto será automaticamente inserida conforme a escolha do tipo de processo no ato da abertura do processo e não deverá ser alterada.

§ 2º Na inclusão de documento, a classificação por assunto será facultativa, uma vez que predomina a classificação atribuída ao processo.

Seção IV

Da produção de documentos

Art. 9º Todo documento oficial produzido no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR deverá ser gerado no editor de texto do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Art. 10. A autoria, a autenticidade e a integridade dos documentos e da assinatura, nos processos administrativos eletrônicos, poderão ser obtidas por meio dos padrões de assinatura eletrônica definidos no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Parágrafo Único. Os documentos nato-digitais e assinados eletronicamente na forma do caput são considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 11. A criação de novos modelos de documentos deverá observar as diretrizes estabelecidas:

I - no Manual de Redação da Presidência da República, em conformidade com o disposto no art. 8º da Portaria nº 1, de 11 de janeiro de 1991; ou

II - em legislação específica.

§ 1º A necessidade de criação de modelos de documentos que não se enquadrem nas hipóteses dos incisos I e II deverá ser justificada e submetida à análise e aprovação da Divisão de Documentação e Informação.

§ 2º A solicitação de criação de novos tipos de documentos deverá ser direcionada para a Divisão de Documentação e Informação, por meio de ofício, o qual deverá conter modelo do documento proposto.

§ 3º Não serão criados modelos de documentos e formulários que possam ser gerados apenas editando o texto dos modelos já existentes.

Art. 12. Quando o documento a ser produzido exigir formatação incompatível com o editor de textos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, deverá ser convertido em formato PDF, preferencialmente com tecnologia OCR, e inserido como documento externo.

Art. 13. Os documentos criados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI receberão numeração automática sequencial por setor, recomeçando a numeração a cada exercício.

§ 1º Os documentos oficiais que são destinados à publicação no Diário Oficial da União terão numeração sequencial no órgão, reiniciada a cada ano, e serão numerados automaticamente pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

§ 2º Os documentos de que trata o parágrafo §1º somente deverão ser gerados no momento do envio para publicação, a fim de preservar a sequência numérica e a ordem cronológica.

Seção V

Do recebimento e da digitalização de documentos

Art. 14. Os documentos arquivísticos de origem externa ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR deverão ser recebidos por peticionamento eletrônico, e excepcionalmente recebidos em suporte físico.

Art. 15. Após digitalizados os documentos recebidos em suporte físico deverão ser imediatamente devolvidos ao interessado, com a observância de sua integridade e organização.

§ 1º Os documentos recebidos em suporte físico por correspondência que forem originais ou cópias autenticadas em cartório deverão ser devolvidos ao interessado quando do envio de resposta juntamente com um ofício orientando a utilizar o peticionamento eletrônico.

§ 2º Os documentos recebidos em suporte físico por correspondência que sejam cópias autenticadas administrativamente ou cópia simples podem ser descartados após a digitalização.

§ 3º Quando não possível a devolução do documento original ao remetente, os documentos em suporte físico deverão ser direcionados para a Divisão de Documentação e Informação, para guarda e destinação final, na forma da tabela de temporalidade e destinação de documentos.

Art. 16. Os documentos arquivísticos digitalizados serão incluídos no processo eletrônico existente no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a que ele se referir.

§ 1º Será aberto processo eletrônico novo para cadastro dos documentos arquivísticos digitalizados quando não for identificada relação com processo existente.

§ 2º Existindo processo anterior, mas a inserção imediata do documento não for possível, deverá ser seguido o que estabelecem os §§ 1º e 2º do art. 3º desta Instrução normativa.

Art. 17. Não deverão ser registrados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, exceto se vierem a se tornar peças processuais:

I - envelopes de correspondências, exceto quando necessário para comprovar a data de postagem ou o endereço do remetente;

II - jornais, revistas, livros, folders, propagandas e demais materiais que não são caracterizados como documentos arquivísticos; e

III - correspondências particulares.

§ 1º A retirada de correspondências e objetos de que trata o inciso II no protocolo será de responsabilidade de todas as unidades.

§ 2º É vedado o uso do serviço de protocolo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR para o recebimento ou envio de correspondências particulares.

Art. 18. A digitalização de documentos para inserção no Sistema Eletrônico de Informações - SEI deverá garantir o máximo de fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original, levando em consideração que:

I - devem ser removidos clipes, grampos, post it e dobras de folhas;

II - deve ser utilizada a funcionalidade Reconhecimento Óptico de Caracteres - OCR e fazer os ajustes de brilho e resolução necessários para a qualidade da imagem;

III - os arquivos a serem gerados devem ter formato PDF ou PNG;

IV - documentos em papel de baixa qualidade devem ser digitalizados, preferencialmente, em modo monocromático, resolução mínima de 300 dpi e com a opção excluir brancos ativada;

Art. 19. Processo composto por mais de um volume e documento avulso com mais de duzentas folhas poderão ser divididos em mais de um arquivo eletrônico no momento da digitalização, recomendando-se que cada arquivo não ultrapasse 40 megabytes, com o objetivo de agilizar a visualização no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

§1º Excepcionalmente, para arquivos que não possam ser divididos na forma do caput, o limite para inserção no SEI é de 300 megabytes.

§2º Os arquivos digitalizados resultantes de processos em papel deverão ter sua estrutura original sequencial mantida, sendo que o número do volume e o intervalo de folhas devem constar no campo ''Número/Nome na Árvore'', tal como ''vol. 1 fls. 001 a 100''.

Art. 20. Na primeira folha do documento físico objeto de digitalização deverão ser anotados a lápis, no canto superior direito, o número do Sistema Eletrônico de Informações - SEI atribuído ao documento gerado, seu código de classificação por assunto e o Número Único de Protocolo do respectivo processo, a fim de facilitar a recuperação após o arquivamento.

Art. 21. A inserção de documentos digitalizados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI deverá ser acompanhada da conferência da integridade do documento digitalizado.

§ 1º A conferência prevista no caput deverá registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples.

§ 2º Os documentos resultantes da digitalização de originais serão considerados cópia autenticada administrativamente, e os resultantes da digitalização de cópia autenticada em cartório, de cópia autenticada administrativamente ou de cópia simples terão valor de cópia simples.

§ 3º Para o registro da conferência o servidor público efetivo deve inserir o documento digitalizado como do tipo Externo e formato "Digitalizado nesta Unidade", assinalando a informação do "Tipo de Conferência" realizado, dentre as seguintes opções disponibilizadas pelo sistema:

I - Cópia Autenticada Administrativamente: quando o documento que foi digitalizado for uma cópia autenticada administrativamente por servidor público efetivo;

II - Cópia Autenticada por Cartório: quando o documento que foi digitalizado for uma cópia autenticada em cartório;

III - Cópia Simples: quando o documento que foi digitalizado for uma cópia simples, sem qualquer forma de autenticação; e

IV - Documento Original: quando o documento que foi digitalizado for o original.

Seção VI

Da movimentação e do acompanhamento de processos

Art. 22. Os registros de entrada e saída de processos no âmbito das unidades administrativas deverão ser realizados por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, observando-se a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.

§1º A tramitação de processos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI deverá ser realizada exclusivamente por meio da função ''Enviar Processo'', não sendo permitido o uso de recursos substitutivos como o envio de documento por correio eletrônico.

Art. 23. Em caso de erro na tramitação do processo administrativo eletrônico, a unidade de destino deverá promover imediatamente:

I - o seu adequado direcionamento; ou

II - a sua devolução ao remetente.

Art. 24. Poderão ser criadas no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, unidades de fluxo de trabalho para recebimento e trâmite, correspondentes a atividades que gerem demandas expressivas de movimentação de processos, as quais devem ser vinculadas a uma unidade administrativa formal.

§ 1º As unidades referidas no caput receberão o Número Único de Protocolo da unidade administrativa formal à qual são vinculadas.

§ 2º A autoridade responsável na unidade administrativa deverá formalizar solicitação fundamentada de criação de unidade de fluxo de trabalho à Divisão de Documentação e Informação, por meio de formulário de criação de unidade disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Art. 25. A manutenção do processo aberto em mais de uma unidade somente deverá ocorrer em caso de trabalho colaborativo para manifestação simultânea em expedientes administrativos autônomos entre si, caso em que a tramitação do processo será dispensável.

Parágrafo único. Para acompanhar as atualizações do andamento do processo, deverá ser utilizada preferencialmente a função ''Acompanhamento Especial''.

Art. 26. A expedição de processos e documentos para órgãos externos ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR será feita pela Divisão de Documentação e Informação, por meio do módulo Tramita.GOV.BR (barramento) ou, alternativamente, da disponibilização de acesso externo, quando o órgão destinatário não fizer uso da solução.

§ 1º Em caso de impossibilidade da adoção de um dos procedimentos previstos no caput, a expedição deverá ser realizada em suporte físico, cabendo à unidade solicitante realizar a impressão e demais procedimentos, observando o disposto na Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 7 de outubro de 2015.

§ 2º O pedido de expedição deverá ser realizado por meio de despacho no processo, endereçado à unidade de protocolo.

§ 3º O serviço de protocolo não realizará modificações nos arquivos a serem expedidos.

§ 4º Identificada inconsistência nos procedimentos descritos no § 3º, a unidade de protocolo deverá devolver o processo ao solicitante para correção.

§ 5º A unidade de protocolo deverá inserir, na árvore do processo administrativo eletrônico correspondente o comprovante de entrega e recebimento de cada documento expedido.

Seção VII

Do encerramento do processo administrativo eletrônico e do arquivamento de documentos físicos

Art. 27. O encerramento do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ocorrerá nas seguintes situações:

I - por deferimento ou indeferimento do pleito;

II - pela expressa desistência ou renúncia do interessado;

III - por decisão motivada de autoridade competente;

IV - quando exaurida sua finalidade;

V - quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente; ou

VI - em casos previstos em lei ou normas vigentes.

§ 1º Até que seja disponibilizada funcionalidade de arquivamento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI pelos órgãos competentes, o processo deverá ser concluído na unidade após o cumprimento da ação administrativa pertinente.

§ 2º Caso o processo não seja concluído, o tempo em que permanecer aberto desnecessariamente na unidade será computado como efetivo andamento para fins de estatística no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Art. 28. A reabertura de processo administrativo eletrônico, por expressa anuência da autoridade competente, será realizada quando houver necessidade de retomar ou dar continuidade à ação administrativa.

Art. 29. Os processos eletrônicos serão mantidos até que cumpram os prazos de guarda definidos nas tabelas de temporalidade de documentos de arquivo.

§ 1º A contagem de temporalidade do processo inicia-se quando todas as unidades nas quais o processo esteja aberto indicarem sua conclusão no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

§ 2º A eliminação de processos eletrônicos deverá ser realizada pela Divisão de Documentação e Informação do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR e executada de acordo com os procedimentos definidos na legislação arquivística.

§ 3º Os processos eletrônicos de guarda permanente deverão receber tratamento de preservação, de forma que não haja perda ou corrupção da integridade das informações.

§ 4º As estratégias para preservação de que trata o § 3º serão definidas por meio da política de preservação digital do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, que deverá ser elaborada por um grupo de trabalho multidisciplinar coordenado por um arquivista, de acordo com as orientações do Arquivo Nacional.

Seção VIII

Da exclusão e do cancelamento de documentos e processos

Art. 30. Poderão ser excluídos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI:

I - documentos sem assinatura;

II - documentos assinados, desde que não tenha sido visualizado por outras unidades e que o processo do qual faça parte não tenha sofrido trâmite e conclusão na unidade; e

III - processos, desde que não tenha sido enviado para outra unidade e não possua documentos.

Parágrafo único. Os documentos e processos excluídos deixarão de ser exibidos na árvore de documentos do processo e não poderão ser recuperados.

Art. 31. Documentos já assinados e visualizados por outra unidade poderão ser cancelados, justificadamente, nos seguintes casos:

I - documentos que não façam parte do objeto do processo, inseridos indevidamente;

II - que contenham informações que necessitem serem classificadas em grau de sigilo; ou

III - que contenha erro de digitalização, desde que o novo arquivo possua o mesmo nome na árvore do processo.

§ 1º É vedado o cancelamento de documento declarado nulo, tendo em vista a necessidade de acesso para fins de comprovação da instrução processual.

§ 2º É vedado o cancelamento de documento que tenha servido de fundamentação para a produção de decisões ou manifestações técnicas, inclusive de outras unidades.

§ 3º O documento cancelado continuará a ser apresentado na árvore de documentos do processo, porém se tornará inacessível.

Art. 32. É vedado excluir ou cancelar documento assinado por usuário de outra unidade administrativa.

Seção IX

Do sobrestamento, da anexação e do relacionamento de processos

Art. 33. O processo poderá ser sobrestado, com a finalidade de interromper temporariamente sua contagem de tempo, nos casos previstos no art. 313 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 ou em legislação específica da Pasta.

Parágrafo único. O sobrestamento deverá ser removido quando não mais subsistir o motivo que o justificou ou quando for determinada a retomada da regular tramitação.

Art. 34. Processos mais novos poderão ser anexados em processo mais antigo, de maneira permanente, não sendo mais possível realizar nele nenhuma ação isolada no processo anexado.

Art. 35. O relacionamento de processos será realizado quando houver a necessidade de associar um ou mais processos entre si, com o objetivo de facilitar a busca e complementar informações.

Seção X

Dos controles de prazo

Art. 36. Para contagem e controle de prazos no SEI, a data de início será a data de recebimento da comunicação no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, excluído o dia do recebimento e incluído o do vencimento.

Art. 37. Quando o documento for recebido por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia que foi protocolado, considerando o horário oficial de Brasília.

§ 1º Considera-se realizado o envio ou recebimento eletrônico de documentos no dia e na hora do respectivo registro eletrônico constante do comprovante de protocolo, considerando o horário oficial de Brasília.

§ 2º O prazo será considerado prorrogado até o primeiro dia útil seguinte, quando seu vencimento se der em dia em que não haja expediente ou este for encerrado antes do horário normal.

Seção XI

Da assinatura eletrônica

Art. 38. Os documentos produzidos no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI terão sua autoria e integridade asseguradas mediante a utilização de assinatura eletrônica, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

§ 1º A senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI e o certificado digital são de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

§ 2º É vedada a assinatura de documentos no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI por colaboradores.

§ 3º A autenticidade de documentos gerados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI poderá ser conferida em endereço do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR na Internet, indicado na tarja de assinatura com o uso dos Códigos Verificadores e Código CRC.

Art. 39. A assinatura eletrônica de documentos importa na aceitação das normas sobre o assunto pelo usuário, inclusive no que se refere à responsabilidade por eventual uso indevido nas esferas administrativa, civil e penal.

CAPÍTULO III

DO ACESSO, DOS USUÁRIOS E DOS NÍVEIS DE ACESSO

Seção I

Dos usuários internos e dos perfis de acesso

Art. 40. A permissão de acesso dos usuários internos ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI deverá ser adequada ao seu perfil de uso:

I - administrador, a ser concedida aos servidores da Divisão de Administração e Informação, responsáveis por criar, parametrizar, cadastrar e descadastrar:

a) as unidades administrativas;

b) os usuários internos;

c) os tipos de processo;

d) os tipos de documentos;

e) os padrões oficiais de documentos;

f) as classificações arquivísticas;

g) as hipóteses legais de sigilo de informações; e

h) demais funções de gerenciamento do Sistema;

II - básico, a ser concedida aos servidores e empregados públicos em exercício no Ministério, responsáveis por, no âmbito da unidade administrativa onde desempenham suas funções:

a) criar, instruir e tramitar processos;

b) produzir e assinar documentos

c) incluir cargos para assinaturas de sua unidade;

d) reordenar os documentos na árvore do processo; e

e) desanexar processos anexados em sua unidade, mediante prévia motivação.

III - colaborador, a ser concedida aos demais usuários internos do Ministério, que necessitem realizar todas as atividades do perfil básico, com exceção da assinatura, exclusão e cancelamento de documentos, desanexação de processos, reordenamento de documentos na árvore e inclusão de cargo para assinatura.

§1º Os perfis de acesso poderão ser criados ou alterados, a qualquer tempo, em conformidade com as necessidades do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.

§ 2º Poderá ser atribuído perfil de acesso do tipo básico ao servidor público que, embora não se encontre em exercício no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, tenha sido designado para atuar como presidente ou membro de comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar no âmbito do Ministério.

§ 3º Nos casos em que for necessária a assinatura de usuário com perfil do tipo colaborador, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, deverá ser realizado o mesmo procedimento para assinatura de usuário externo.

§ 4º Para a criação de cadastro de colaborador no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, deverá ser enviado à Divisão de Documentação e Informação, formulário de acesso ao Sistema, disponível no SEI, preenchido e assinado pelo chefe imediato da sua unidade de lotação.

Art. 41. O cadastro do usuário interno deverá ser associado à sua unidade de exercício.

§ 1º Os pedidos de inclusão e exclusão da associação do cadastro de usuários internos a uma unidade de exercício deverá ser realizada mediante o envio, à Divisão de Documentação e Informação, do Formulário de Acesso ao SEI, preenchido e assinado pela chefia imediata.

§ 2º Os pedidos de que tratam o § 1º serão acompanhados de cópia de ato que comprove a lotação do usuário na unidade ou da anuência da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, no caso de servidores, empregados públicos e estagiários, ou da Coordenação-Geral de Suporte Logístico, no caso de colaboradores terceirizados.

§ 3º Excepcionalmente, o usuário interno poderá ser cadastrado em mais de uma unidade, desde que o titular da outra unidade ou seu superior hierárquico autorize a inclusão.

§ 4º Os pedidos de associação do cadastro de usuário interno a mais de uma unidade deverão ser enviados à Divisão de Documentação e Informação pela chefia da unidade, por meio do formulário de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, escolhendo a opção de atualização.

Seção II

Dos usuários externos

Art. 42. Qualquer pessoa que participe ou tenha demanda em processo administrativo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica, poderá ser cadastrada com o perfil de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com a finalidade de:

I - encaminhar requerimentos e documentos via peticionamento eletrônico; e

II - assinar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.

§ 1º Os procedimentos de utilização do peticionamento eletrônico do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR estão disponíveis na página do Sistema Eletrônico de Informações do site do Ministério.

§ 2º A solicitação de cadastro, como usuário externo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, deverá ser feita pelo interessado, mediante o envio do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, disponível no sítio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.

§ 3º A disponibilização de acesso para mero acompanhamento de processos categorizados como públicos ou restritos pode ser realizada diretamente pela unidade responsável, sem a necessidade de cadastro como usuário externo, salvo quando a unidade assim o exigir por questões legais.

Seção III

Dos níveis de acesso de processos e documentos

Art. 43. Todo processo ou documento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI deverá ser categorizado em relação ao nível de acesso a ser permitido, ao seu conteúdo, mediante a marcação de uma das seguintes opções disponibilizadas pelo sistema:

I - público: quando o processo e seus documentos assinados puderem ser visualizados por qualquer pessoa, sem qualquer restrição;

II - restrito: quando o processo e seus documentos puderem ficar disponíveis para visualização apenas pelos usuários das unidades pelas quais o processo tramitar; ou

III - sigiloso: quando apenas usuários com credencial de acesso específica puderem visualizar o processo e seus documentos.

Art. 44. O nível de acesso restrito destina-se à assegurar o sigilo de informações protegidas por Lei ou quando tratar de:

I - documento preparatório ou informação nele contida, utilizado como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, até a edição do ato ou decisão, na forma do art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II - documentos que contenham informação de pessoa natural, cuja restrição de acesso seja necessária à proteção dos seus direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade e não importe em prejuízo à soberania do interesse público de transparência, na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

III - documentos que contenham outras hipóteses de restrição de acesso, previstas em legislações, como sigilo fiscal, bancário, industrial e empresarial, com exceção das informações elencadas no art. 23 da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 1º A restrição de acesso a documento preparatório será temporária e findará logo que haja posicionamento definitivo sobre o objeto do documento ou processo, ou até que seja editado o ato subsidiado pelo documento ou processo restrito, o qual deverá ter o nível de acesso alterado de restrito para público pela unidade detentora do processo.

§ 2º O nível de acesso sigiloso poderá ser atribuído na criação de processos que contenham informações enquadráveis como de acesso restrito e que requeiram controle por meio de credenciamento individual.

§ 3º A criação ou inclusão de documentos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI em que partes das informações devam ter seu sigilo protegido, será acompanhada da criação de certidão, com a ocultação da parte sob sigilo.

Seção IV

Dos documentos classificados

Art. 45. Não devem ser produzidos ou inseridos no SEI documentos e processos classificados em grau de sigilo, conforme os arts. 23 e 24 da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 1º Os documentos e processos de que trata o inciso I do caput devem ser mantidos em suporte físico, observando-se os procedimentos previstos no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

§ 2º O documento já produzido ou inserido no SEI que necessitar ser classificado de acordo com os arts. 23 e 24 da Lei nº 12.527, de 2011, deve ser impresso, assinado de próprio punho pela autoridade responsável, anexado ao respectivo Termo de Classificação da Informação - TCI e cancelado no sistema.

§ 3º O documento que sofrer desclassificação, observados os procedimentos previstos no Decreto nº 7.845, de 2012, terá seu apartado físico digitalizado e inserido no processo eletrônico correspondente.

Seção V

Da restrição de acesso a dados pessoais

Art. 46. Dados de pessoas naturais que possam impactar os direitos de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade do titular deverão ser protegidos, mediante a atribuição de restrição aos documentos em que estiverem inseridos.

§ 1º Dados de pessoas naturais necessários ao controle da governança e à promoção do interesse público não serão objeto de restrição de conteúdo, como os relacionados a:

I - atividades governamentais exercidas por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo programas, projetos, serviços, políticas, ações, decisões e processos administrativos;

II - atividades públicas exercidas por pessoas naturais ativamente envolvidas em programas, projetos, serviços, políticas, ações, decisões e processos administrativos;

III - informações relacionadas às atividades de pessoas naturais que representam os interesses de grupos privados junto a órgãos e entidades públicas;

IV - transferência de recursos públicos, de forma direta ou indireta, a pessoas naturais ou a ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, limitando-se o acesso aos dados biográficos e cadastrais necessários para o efetivo controle social da despesa pública ou da ação governamental;

V - informações relacionadas a concursos públicos, contratações ou processos seletivos que tenham como finalidade o provimento de cargos e funções públicas, bem como o ingresso em instituições federais de ensino superior.

Seção VI

Dos pedidos de vistas

Art. 47. Qualquer pessoa poderá solicitar vista ou cópia de documento ou processo administrativo eletrônico público do Sistema Eletrônico de Informações - SEI , não sendo necessário prévio credenciamento, vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.

§ 1º Os pedidos de que tratam o caput, recebidos por qualquer meio, no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, deverão ser encaminhados imediatamente para a Ouvidoria, para o adequado registro, tratamento e controle.

§ 2º Todos os pedidos de acesso à informação serão cadastrados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR e serão tratados na forma da Portaria MIDR nº 2.771, de 25 de agosto de 2023.

§ 3º Os procedimentos de que tratam os §§ 1º e 2º não se aplicam a pedidos formulados na condição de representante de órgão ou entidade pública.

Art. 48. Quando não for autorizado acesso integral a processo, por conter informações com sigilo protegido por Lei, será assegurado o acesso à certidão dos documentos, com a ocultação da parte sob sigilo.

Art. 49. Poderá ser concedido acesso ou cópia de processos e documentos restritos a:

I - pessoa física ou jurídica, na condição de parte interessada, ou seu representante, independente da edição do ato administrativo ou decisão a ele relativo.

II - representantes de órgãos de controle interno e externo, de defesa do Estado, de função jurisdicional do Estado e do Poder Judiciário, mediante solicitação dirigida à Assessoria Especial de Controle Interno, que procederá à distribuição do processo à unidade responsável para a liberação do link para o acesso externo, na forma da Portaria MIDR nº 1.592, de 3 de maio de 2023.

Parágrafo Único. O acesso de que trata o caput será fornecido pelo prazo de até trinta dias corridos, prorrogáveis a pedido do interessado previamente autorizado, na forma dos incisos I e II.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI MULTIÓRGÃOS

Art. 50. O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR poderá incluir suas unidades vinculadas em sua base única multiórgãos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conforme regras da Resolução nº 116, de 20 de outubro de 2017, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Art. 51. Em caso de adoção da base única multiórgãos, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR terá preferência na escolha dos:

I - nomes e siglas de unidades; e

II - logins de usuários.

Art. 52. A entidade vinculada que utilizar o Sistema Eletrônico de Informações - SEI deverá indicar servidores para atuarem como administradores do Sistema, que terão como atribuições, referentes ao respectivo órgão, criar, parametrizar, cadastrar e descadastrar:

I - as unidades administrativas;

II - os usuários internos;

III - os tipos de processos;

IV - os tipos de documentos;

V - os padrões oficiais de documentos;

VI - as classificações arquivísticas;

VII - as hipóteses legais de sigilo de informações; e

VIII - demais funções de gerenciamento do Sistema.

Art. 53. Esta Instrução Normativa de Gestão de Documentos Eletrônicos se aplica integralmente às entidades vinculadas que utilizarem a base única multiórgãos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 54. Compete à Coordenação-Geral de Suporte Logístico, através da Divisão de Documentação e Informação:

I - estabelecer, manter atualizadas e divulgar as diretrizes, normas, manuais e procedimentos relacionados à gestão e operacionalização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

II - promover e executar a administração geral e de gestão documental do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

III - cadastrar os usuários internos e externos, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

IV - promover ações de capacitação dos usuários internos do Ministério, visando a uniformização de procedimentos de operacionalização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em parceria com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

V - orientar e assistir tecnicamente os usuários internos e externos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

VI - revogar permissão de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou perfil atribuído ao usuário em caso de constatação de utilização indevida do sistema;

VII - receber, analisar e autorizar, quando for o caso, demandas relativas a:

a) implantação de novos módulos no sistema;

b) integração com outros sistemas;

c) realização de auditorias nas bases de dados do sistema; e

d) implantação do sistema no âmbito dos órgãos colegiados e entidades vinculadas à estrutura organizacional do Ministério;

VIII- receber, analisar e encaminhar à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação as ocorrências de problemas técnicos não solucionadas internamente;

IX - reunir sugestões dos usuários, avaliar e propor melhorias no sistema, observando as diretrizes estabelecidas no instrumento de cessão de uso da ferramenta; e

X - representar o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional na Comunidade de Negócios do Processo Eletrônico Nacional - PEN.

Art. 55. Compete à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação:

I - garantir recursos de tecnologia da informação, equipe técnica especializada, recursos materiais e infraestrutura para manutenção e sustentação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI e de seus módulos;

II - instalar, disponibilizar e parametrizar as bases de dados do Sistema Eletrônico de Informações - SEI e seus módulos, mediante diretrizes alinhadas junto à Divisão de Documentação e Informação, prestando suporte tecnológico quanto à sua implantação e manutenção;

III - mediante autorização da Divisão de Documentação e Informação:

a) implementar as atualizações de versões do sistema e de seus módulos, quando disponibilizadas pelos respectivos desenvolvedores;

b) analisar a viabilidade e parametrizar, quando for o caso, a integração de outros sistemas ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

c) realizar auditorias nas bases de dados do sistema; e

d) disponibilizar acesso à base de dados do Sistema Eletrônico de Informações - SEI para o desenvolvimento de novas ferramentas ou módulos relacionados;

IV - garantir suporte tecnológico referente à preservação e à segurança das bases de dados do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

V - monitorar ocorrências de incidentes e problemas técnicos relativos ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI e aplicar soluções;

VI - subsidiar o suporte técnico aos usuários realizado pela Divisão de Documentação e Informação;

VII - analisar e propor, juntamente com a Divisão de Documentação e Informação, as melhorias no sistema, observando as diretrizes estabelecidas no instrumento de cessão de uso da ferramenta;

VIII - analisar e autorizar, quando for o caso, em conjunto com a Divisão de Documentação e Informação, a implantação do sistema no âmbito dos órgãos colegiados e entidades vinculadas à estrutura organizacional do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; e

IX - orientar os servidores e colaboradores do Ministério quanto à permissão de acesso à rede de comunicação local.

Art. 56. Compete aos gestores das unidades administrativas usuárias do Sistema Eletrônico de Informações - SEI:

I - cooperar com o aperfeiçoamento da gestão de documentos e da informação no Ministério, em consonância com as normas arquivísticas;

II - promover a utilização do sistema de acordo com a uniformização de procedimentos estabelecida pela Divisão de Documentação e Informação e solicitar a capacitação dos usuários da unidade, sempre que necessário;

III - revisar, sempre que necessário, o nível de acesso dos documentos e processos de sua responsabilidade, na forma da legislação vigente;

IV - gerenciar as permissões de acesso à sua unidade no sistema e solicitar a desativação de usuários que não mais exerça suas atividades no setor;

V - analisar e decidir sobre pedidos de acesso a processos e documentos de responsabilidade de sua unidade e operacionalizar a disponibilização; e

VI - propor a inserção, atualização ou desativação, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, de novos tipos de processos e de documentos específicos relativos à sua área de atuação.

Art. 57. Compete aos usuários internos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI:

I - zelar pela correta utilização do sistema;

II - consultar diariamente o sistema, a fim de verificar o recebimento de processos administrativos eletrônicos;

III - nos processos que tramitam por sua unidade, observar a correta utilização dos tipos de processo e, quando necessário, alterá-los;

IV - prezar pela adequação dos níveis de acesso, tipos de processos e tipos de documentos, ajustando-os ou comunicando os responsáveis pelo ajuste, sempre que necessário;

V - observar os prazos de retorno e de conclusão dos processos abertos em sua unidade;

VI - observar periodicamente os comunicados divulgados na ferramenta de Novidades do Sistema Eletrônico de Informações - SEI; e

VII - manter o sigilo de sua senha de acesso ao sistema, que é pessoal e intransferível, não sendo oponível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. O uso inadequado do Sistema Eletrônico de Informações ficará sujeito à apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal, na forma da legislação em vigor.

Art. 59. A fim de garantir a segurança e a integridade das informações, não serão permitidas intervenções diretas na base de dados do Sistema.

Art. 60. O conteúdo de processos e documentos categorizados como públicos, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, passará a ficar disponível para consulta pública, sem a necessidade de cadastro ou identificação dos usuários, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 61. As disposições contidas nesta Instrução Normativa não dispensam a observância aos procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo de que trata a Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 2015.

Art. 62. Dúvidas e casos omissos serão dirimidos pela Diretoria de Administração.

Art. 63. Fica revogada a Instrução Normativa nº 36, de 20 de setembro de 2021.

Art. 64. Esta Instrução Normativa entra em vigor 1 (uma) semana após a data da publicação.

VALDER RIBEIRO DE MOURA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.921, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Venha-Ver/RN, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.191, de 27 de junho de 2023, publicada no DOU, de 28 de junho de 2023, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Venha-Ver/RN, no valor de R$10.120,00 (dez mil cento e vinte reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024764/2024-11.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 672, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no Estado do Amazonas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08001.001088/2024-64, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, nos eventos relacionados à segurança do Concurso Público Nacional Unificado, nos Municípios de Tabatinga, Coari, Lábrea, Tefé e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, e nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, no período de 3 a 6 de maio de 2024.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do ente apoiado, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O emprego da Força Nacional de Segurança Pública de que trata esta Portaria ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado do Amazonas, sob coordenação da Polícia Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA MJSP Nº 673, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08001.001088/2024-64, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, nos eventos relacionados à segurança do Concurso Público Nacional Unificado, no Estado do Maranhão, e nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, no período de 3 a 6 de maio de 2024.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do ente apoiado, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O emprego da Força Nacional de Segurança Pública de que trata esta Portaria ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado do Maranhão, sob coordenação da Polícia Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA MJSP Nº 674, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Ituna-Itatá, no Estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08000.026462/2023-63, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Ituna-Itatá, no Estado do Pará, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por noventa dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O emprego da Força Nacional de Segurança Pública de que trata esta Portaria ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado do Pará.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA MJSP Nº 675, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e o Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 11 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e o que consta no Processo Administrativo nº 08071.000344/2024-72, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a autorização de funcionamento no Brasil da entidade CONSELHO BRITÂNICO, organização estrangeira de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Londres, Inglaterra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA MJSP Nº 676, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, a Portaria MJSP nº 644, de 28 de março de 2024, e o contido no Processo Administrativo nº 08001.005490/2023-37, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, em apoio aos órgãos de segurança pública Federal e Estadual, para atuar nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por trinta dias, no período de 1º a 30 de maio de 2024.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.481, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/14382 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFICIO THE SPECIAL RESIDENCE & FLAT, CNPJ nº 03.994.007/0001-64 para atuar em São Paulo.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 1.533, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/10390 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ nº 62.447.032/0009-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 497/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 1.539, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/11088 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ nº 62.447.032/0007-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 487/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 1.595, DE 1º DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/16215 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO VICTORY MARINE RESIDENCE, CNPJ nº 02.608.999/0001-81 para atuar na Paraíba.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 1.789, DE 9 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/16763 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMAB IND METALURGICA LTDA, CNPJ nº 56.996.085/0001-64 para atuar em São Paulo.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 1.792, DE 9 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/17000 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERMERCADO NORDESTAO LTDA, CNPJ nº 08.030.363/0001-81 para atuar no Rio Grande do Norte.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 1.795, DE 9 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/17049 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFÍCIO PITUBA PARQUE CENTER, CNPJ nº 13.501.390/0001-25 para atuar na Bahia.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 1.799, DE 9 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/17175 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTELSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 33.510.634/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 618/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.022, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/20015 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RELIGIAO DE DEUS, CNPJ nº 28.003.945/0001-86 para atuar em São Paulo.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.063, DE 19 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/15028 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0013-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 648/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.118, DE 20 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/19486 - DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AJAX SISTEMAS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.463.367/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 749/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.147, DE 22 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/17063 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUNSET VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.958.568/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 608/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.191, DE 25 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/17144 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CATE-SEG- CENTRO AVANÇADO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 11.227.756/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 664/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

DENISE VARGAS TENORIO
Substituta

ALVARÁ Nº 2.262, DE 27 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/28498 - DPF/SGO/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGRÍCOLA ARAÚJO DO VALE LTDA, CNPJ nº 17.747.103/0002-01 para atuar em Pernambuco.

DENISE VARGAS TENORIO
Substituta

ALVARÁ Nº 2.344, DE 5 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/16988 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0013-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 731/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.534, DE 10 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/16539 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0002-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 606/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.691, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/17205 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 31.546.484/0003-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 952/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.758, DE 17 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/38079 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER PIEDADE, CNPJ nº 13.792.742/0001-49 para atuar na Bahia.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.814, DE 21 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/33465 - DPF/CRU/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER DIFUSORA, CNPJ nº 10.723.700/0001-68 para atuar em Pernambuco.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.852, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/39235 - DPF/SSB/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GATE CONTROLL SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA EPP, CNPJ nº 24.050.564/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1027/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.856, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/40953 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAÇA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 09.942.594/0002-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1042/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.942, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/40626 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MMAGREP ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 03.998.836/0001-15 para atuar em São Paulo.

DENISE VARGAS TENORIO
Substituta

ALVARÁ Nº 2.992, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/39454 - DPF/JVE/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS/IELUSC, CNPJ nº 84.685.163/0001-45 para atuar em Santa Catarina.

DENISE VARGAS TENORIO
Substituta

ALVARÁ Nº 3.056, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/18827 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GAVEA SECURITY SEGURANCA E MONITORAMENTO LTDA, CNPJ nº 52.722.002/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 886/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.057, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/33173 - DPF/NIG/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SENOPEL DO BRASIL SEGURANÇA PATRIMONIAL, CNPJ nº 04.896.176/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 986/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.061, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/40921 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa SIGMUND SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 45.724.134/0002-74, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente QUALISEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.495.870/0001-77:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.063, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/43164 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa THORIUM ACADEMIA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 44.410.362/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1115/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.064, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44407 - DPF/IJI/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa FT SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 85.355.600/0003-97, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

852 (oitocentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.066, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/45152 - DPF/MOC/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa FORTSEG CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.623.946/0001-65, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

14000 (quatorze mil) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Gramas de pólvora

14000 (quatorze mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.071, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/35361 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KADOSH SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 52.112.907/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1091/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.072, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/19290 - DPF/IJI/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa ONSEG SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 83.411.025/0001-05, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3000 (três mil) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.073, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/40202 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARCELORMITTAL BRASIL S/A, CNPJ nº 17.469.701/0104-82 para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1122/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.074, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/43502 - DPF/CRU/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA MERIDIONAL LTDA, CNPJ nº 11.169.987/0001-99, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
17936 (dezessete mil e novecentas e trinta e seis) Espoletas calibre 38
4449 (quatro mil e quatrocentos e quarenta e nove) Gramas de pólvora
17936 (dezessete mil e novecentos e trinta e seis) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.075, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/43766 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa TIGRE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA, CNPJ nº 01.771.692/0001-34, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9 (nove) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.077, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44066 - DPF/NIG/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa FIRMIANO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 19.907.785/0001-09, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0003-60:
6 (seis) Revólveres calibre 38
3 (três) Espingardas de repetição calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
90 (noventa) Munições calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.078, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44220 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa VILA SUL ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.963.936/0002-50, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
13732 (treze mil e setecentas e trinta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.079, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44710 - DPF/CAC/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa FELINE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 50.614.961/0001-64, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.081, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44807 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve: CONCEDER autorização à empresa CEFOR SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.608.821/0001-54, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
326 (trezentas e vinte e seis) Munições calibre .380
700 (setecentas) Munições calibre 12
7083 (sete mil e oitenta e três) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.082, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44836 - DPF/VRA/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa GD SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.672.256/0001-06, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente PRO-SEG - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.242.852/0001-19:
2 (dois) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30 (trinta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.083, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44930 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização, à empresa PAVCAN SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 49.544.037/0001-70, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.084, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/45149 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRASÍLIA SEGURANÇA S/A, CNPJ nº 02.730.521/0001-20, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.085, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/45165 - DPF/JVE/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa AA7 CENTRO DE FORMAÇAO E ESPECIALIZAÇAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 47.638.404/0001-79, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.086, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/45379 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALSA FORT SEGURANCA - LTDA, CNPJ nº 69.130.300/0001-91, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
500 (quinhentas) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.087, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/15057 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PADRÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 09.244.174/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 1131/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHO DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 219/2024 de 25/04/2024, 220/2024 de 25/04/2024, 221/2024 de 26/04/2024, 222/2024 de 26/04/2024, 223/2024 de 29/04/2024 e 224/2024 de 29/04/2024, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.057720/2023-99 Requerente: VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: MATTHIEU PHILIPPE MARIE JAULERRY Data Nascimento: 12/06/1998 Passaporte: 18DF29807 País: FRANÇA Mãe: Juliette Marie Keller Jaulerry Pai: Sebastien Thomas Marie Jaulerry.

Processo: 08228.003823/2024-11 Requerente: SEIS DIMENSOES LEDS COMERCIO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: BIN HOU Data Nascimento: 10/04/1991 Passaporte: EJ3843552 País: CHINA Mãe: YUEJIN ZENG Pai: ZHONGYOU HOU.

Processo: 08228.004610/2024-13 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Anos Imigrante: Greg David Thorson Data Nascimento: 08/08/1980 Passaporte: A28659985 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Susan Rae McMullen Pai: Merlyn Roy Thorson.

Processo: 08228.004808/2024-99 Requerente: BAHIA75 LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: PING CHEN Data Nascimento: 23/04/1990 Passaporte: E96824194 País: CHINA Mãe: JIANGZHEN YAO Pai: GONGAN CHEN.

Processo: 08228.005753/2024-34 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: SATOSHI NAKANO Data Nascimento: 14/05/1981 Passaporte: TT4709806 País: JAPÃO Mãe: Kyoko Nakano Pai: Hiromu Nakano.

Processo: 08228.005754/2024-89 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHIO WATANABE Data Nascimento: 01/02/1980 Passaporte: TT4709806 País: JAPÃO Mãe: Junko Watanabe Pai: Yoshihiko Watanabe.

Processo: 08228.005924/2024-25 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: KEN SATO Data Nascimento: 27/11/1969 Passaporte: TR9906294 País: JAPÃO Mãe: Kazuko Sato Pai: Akira Sato.

Processo: 08228.005952/2024-42 Requerente: C & B GLOBAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: LIGANG HUANG Data Nascimento: 28/02/1975 Passaporte: E39553263 País: CHINA Mãe: Dagen Feng Pai: Lunjin Huang.

Processo: 08228.005954/2024-31 Requerente: KPMG CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: PIYALI CHAUDHURY Data Nascimento: 21/09/1984 Passaporte: Z3895155 País: ÍNDIA Mãe: Shibani Chaudhury Pai: Prabir Chaudhury.

Processo: 08228.006088/2024-12 Requerente: YANG CHUN ELETRONICOS Prazo: 2 Anos Imigrante: ALIN WU Data Nascimento: 04/12/1978 Passaporte: EL0159300 País: CHINA Mãe: GUIXIANG CHEN Pai: SIBIAO WU.

Processo: 08228.006230/2024-13 Requerente: BUNGE ALIMENTOS S/A Prazo: 2 Anos Imigrante: Melissa Torralba Francisco Data Nascimento: 16/05/1977 Passaporte: 544499940 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Perla Navarra Torralba Pai: Manuel Dela Cruz Francisco.

Processo: 08228.006604/2024-92 Requerente: FATOUMATA BINTA BAH Prazo: 02 Anos Imigrante: JUSTINA OKEKE Data Nascimento: 27/01/1987 Passaporte: B50223389 País: NIGÉRIA Mãe: MAUREEN AZUKA OKEKE Pai: CALISTUS EZE OKEKE.

Processo: 08228.006960/2024-14 Requerente: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Abhishek Kumar Data Nascimento: 05/01/1984 Passaporte: S0610339 País: ÍNDIA Mãe: Saroj Kumar Pai: Satish Kumar.

Processo: 08228.006966/2024-83 Requerente: KONWAR RESTAURANTE LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HEMANT RAWAT Data Nascimento: 19/11/1996 Passaporte: Z7360775 País: ÍNDIA Mãe: Maya Devi Pai: Shekar Singh Rawat.

Processo: 08228.006986/2024-54 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 02 Anos Imigrante: KIM PHUONG DULON Data Nascimento: 02/01/1994 Passaporte: 22AK73759 País: FRANÇA Mãe: Dominique Claudine Louise Piver Pai: Patrick Téophile Dulon.

Processo: 08228.007033/2024-11 Requerente: ISMAEL JAMAL EDDIN Prazo: 02 Anos Imigrante: GRETA LIA AGBAYANI GALLEGO Data Nascimento: 27/11/1983 Passaporte: P8499332B País: FILIPINAS Mãe: EDITHA SAWIT CALZADA Pai: GREGORIO AGBAYANI VISITACION.

Processo: 08228.007100/2024-91 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Anos Imigrante: Jane Sarah Gallurth Data Nascimento: 30/06/1968 Passaporte: 127958264 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Kathleen Mary Sanders Pai: Martin Sanders.

Processo: 08228.007181/2024-28 Requerente: FULSTANDIG SHOWS E EVENTOS MC LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ROXANNE STEPHANIE CLEMENTINE PITCHELU Data Nascimento: 10/07/1997 Passaporte: 16DV64904 País: FRANÇA Mãe: Genevieve Christine Barachon Pai: Emmanuel Jacques Pitchelu.

Processo: 08228.007264/2024-17 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: QINGJIAN LI Data Nascimento: 16/09/1977 Passaporte: PE2164333 País: CHINA Mãe: SIYING LI Pai: SHANGXIN LI.

Processo: 08228.007275/2024-13 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Anos Imigrante: Sharon Matear Data Nascimento: 10/05/1977 Passaporte: 530043942 País: REINO UNIDO Mãe: Julie Simmonds Pai: Ian James Simmonds.

Processo: 08228.007312/2024-77 Requerente: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Anos Imigrante: Emily Ann Mckinney Data Nascimento: 26/05/1990 Passaporte: A35926071 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Margaret E Armstrong Pai: Jon William Mckinney.

Processo: 08228.007322/2024-11 Requerente: SEMP TCL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETROELETRONICOS S. A. Prazo: 24 Meses Imigrante: ZHAOQI ZHU Data Nascimento: 06/12/1994 Passaporte: E63501111 País: CHINA Mãe: SHUYU PENG Pai: MOSHENG ZHU.

Processo: 08228.007342/2024-83 Requerente: CHAN YU 23828424821 Prazo: 2 Anos Imigrante: QIANJIN SUN Data Nascimento: 05/03/1973 Passaporte: EK8414602 País: CHINA Mãe: SHENGFEN XU Pai: XINGYA SUN.

Processo: 08228.007347/2024-14 Requerente: GUOHAO YANG Prazo: 2 Anos Imigrante: MINGZHEN HUANG Data Nascimento: 22/09/1991 Passaporte: ED2280248 País: CHINA Mãe: CAIJING LU Pai: ZHAOMING HUANG.

Processo: 08228.007349/2024-11 Requerente: W & Y SIMPLES MODAS EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: MENGSI WANG Data Nascimento: 03/09/1990 Passaporte: EF2288018 País: CHINA Mãe: MINGYU HE Pai: LIWEN WANG.

Processo: 08228.007371/2024-45 Requerente: TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A Prazo: 2 Anos Imigrante: TERESA DEL CARMEN BARRAZA GRANADOS Data Nascimento: 11/11/1988 Passaporte: D04186291 País: EL SALVADOR Mãe: TERESA DE JESUS GRANADOS Pai: ROLANDO GILBERTO BARRAZA GONZALEZ.

Processo: 08228.007505/2024-28 Requerente: YONGHUI GUO SUPERMERCADO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: ZHEQI GUO Data Nascimento: 16/08/2001 Passaporte: EL3132074 País: CHINA Mãe: CHENFANG GUO Pai: YONGFENG GUO.

Processo: 08228.007535/2024-34 Requerente: HOKIM SUPERMERCADO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: WENMIN LIU Data Nascimento: 04/10/1993 Passaporte: EL6125349 País: CHINA Mãe: XIAOYING LIU Pai: JIANYONG YU.

Processo: 08228.007536/2024-89 Requerente: HUANLING ZHAO - BIJUTERIAS E PRESENTES Prazo: 2 Anos Imigrante: ZHENYING HUANG Data Nascimento: 01/11/1983 Passaporte: EK1698439 País: CHINA Mãe: AIFEN LU Pai: ZUHUA HUANG.

Processo: 08228.007538/2024-78 Requerente: XIUQING WANG PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HENGJIAN WANG Data Nascimento: 27/02/1990 Passaporte: EJ7985480 País: CHINA Mãe: YUJIAO ZHANG Pai: YUPIN WANG.

Processo: 08228.007540/2024-47 Requerente: BIJUMASTER COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: YINNA ZHU Data Nascimento: 21/09/1984 Passaporte: EK8459735 País: CHINA Mãe: XINGFANG ZHAO Pai: RONGFU ZHU.

Processo: 08228.007542/2024-36 Requerente: DUANJIAN ZHANG Prazo: 2 Anos Imigrante: DUANDA ZHANG Data Nascimento: 30/11/1978 Passaporte: EG1182109 País: CHINA Mãe: YUJIAO LIN Pai: TIANFU ZHANG.

Processo: 08228.007546/2024-14 Requerente: UP CELL ACESSORIOS PARA CELULARES - EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: SHUIXIAN FANG Data Nascimento: 18/02/1976 Passaporte: EA3785450 País: CHINA Mãe: AIXIANG XU Pai: QIBIN FANG.

Processo: 08228.007555/2024-13 Requerente: BEI ZHANG Prazo: 2 Anos Imigrante: JINGHONG ZHANG Data Nascimento: 04/04/2002 Passaporte: ED4434140 País: CHINA Mãe: MEIFANG CHEN Pai: ZAIZENG ZHANG.

Processo: 08228.007889/2024-89 Requerente: GUANGAN BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: CHUNYU SHAN Data Nascimento: 19/06/1985 Passaporte: E49629335 País: CHINA Mãe: Xiuping Cui Pai: Hui Shan.

Processo: 08228.007894/2024-91 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: THOMAS HENDRIK MUTH Data Nascimento: 15/12/1973 Passaporte: C1WV5M69Z País: ALEMANHA Mãe: Sibylle Muth Pai: Klaus Peter Muth.

Processo: 08228.007928/2024-48 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: KHURAMAN BAYRAMOVA Data Nascimento: 18/11/1981 Passaporte: C02504574 País: AZERBAIJÃO Mãe: GULNAZ BAYRAMOVA Pai: ARIZ BAYRAMOV.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.007144/2024-11 Requerente: CPIC BRASIL FIBRAS DE VIDRO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: HAOJIE DU Data Nascimento: 29/11/1985 Passaporte: EL1052951 País: CHINA.

Processo: 08228.007888/2024-34 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: ALESSANDRO GRIMALDI Data Nascimento: 28/08/1991 Passaporte: YB8322610 País: ITÁLIA Imigrante: NICCOLO MECCA Data Nascimento: 13/05/1995 Passaporte: YB5107961 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.007988/2024-61 Requerente: BAJAJ DO BRASIL COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: AHAMAD HUSEN MULANI Data Nascimento: 15/06/1972 Passaporte: V4670172 País: ÍNDIA Imigrante: KM GOVIND KUSHWAHA Data Nascimento: 01/07/1992 Passaporte: V2995865 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.007989/2024-13 Requerente: BAJAJ DO BRASIL COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: SANKET SACHIN KOSHTI Data Nascimento: 09/09/1996 Passaporte: Y9584101 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.008118/2024-17 Requerente: BYD AUTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Zhiping Xiang Data Nascimento: 27/02/1974 Passaporte: EJ7191129 País: CHINA Imigrante: Zhong Yin Data Nascimento: 28/06/1995 Passaporte: EF3774427 País: CHINA Imigrante: Nian Yan Data Nascimento: 26/08/1995 Passaporte: EL1228721 País: CHINA Imigrante: Langhong Zi Data Nascimento: 12/02/1978 Passaporte: EH2415010 País: CHINA.

Processo: 08228.008131/2024-68 Requerente: BYD AUTO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: DEJUN YANG Data Nascimento: 17/06/1972 Passaporte: EL5784695 País: CHINA Imigrante: JUN XIAO Data Nascimento: 09/11/1989 Passaporte: EA8684416 País: CHINA Imigrante: XINWEN ZHANG Data Nascimento: 12/10/1995 Passaporte: EL5781647 País: CHINA Imigrante: ZHANMING ZHANG Data Nascimento: 14/03/1971 Passaporte: EL5784478 País: CHINA Imigrante: HONGJUN ZHENG Data Nascimento: 22/12/1984 Passaporte: EE1747299 País: CHINA.

Processo: 08228.008184/2024-89 Requerente: BYD AUTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Zhengqing Wu Data Nascimento: 05/12/1972 Passaporte: EL4465324 País: CHINA Imigrante: Xiangfu Jin Data Nascimento: 07/05/1985 Passaporte: EC7038387 País: CHINA Imigrante: Hengji Ye Data Nascimento: 22/10/1977 Passaporte: EL4468352 País: CHINA Imigrante: Hongbin Da Data Nascimento: 11/06/1992 Passaporte: EL4458733 País: CHINA Imigrante: Zhenqiang Huang Data Nascimento: 02/06/1983 Passaporte: EL5783329 País: CHINA Imigrante: Wei Tao Data Nascimento: 03/09/1989 Passaporte: E91623699 País: CHINA Imigrante: Yuanqiang Shu Data Nascimento: 29/03/1996 Passaporte: EJ3208587 País: CHINA Imigrante: Xiaobing Zhang Data Nascimento: 09/06/1986 Passaporte: E82538169 País: CHINA Imigrante: Chaoxiang Fan Data Nascimento: 16/08/1970 Passaporte: EL5784689 País: CHINA Imigrante: Shilong Zhou Data Nascimento: 12/11/1988 Passaporte: EL6333339 País: CHINA.

Processo: 08228.008198/2024-19 Requerente: BYD AUTO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Shaorong Qin Data Nascimento: 03/04/1987 Passaporte: EA9797847 País: CHINA Imigrante: Xiaobing Song Data Nascimento: 06/09/1982 Passaporte: EE6430368 País: CHINA Imigrante: Wenzhong Qi Data Nascimento: 10/05/1983 Passaporte: EB1158380 País: CHINA Imigrante: Chunlai Lu Data Nascimento: 27/04/1979 Passaporte: EL4502481 País: CHINA Imigrante: Changjian Zha Data Nascimento: 10/09/1975 Passaporte: EJ3172362 País: CHINA Imigrante: Zhonglu Cao Data Nascimento: 17/09/1972 Passaporte: EL6342370 País: CHINA Imigrante: Yong Li Data Nascimento: 19/10/1982 Passaporte: EL6333009 País: CHINA Imigrante: Chengying Li Data Nascimento: 04/08/1991 Passaporte: EJ7671459 País: CHINA Imigrante: Jinan Li Data Nascimento: 05/10/1976 Passaporte: EJ8822190 País: CHINA Imigrante: Yulong Luan Data Nascimento: 01/10/1983 Passaporte: E93087463 País: CHINA.

Processo: 08228.008202/2024-22 Requerente: BYD AUTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DAN WU Data Nascimento: 15/01/1982 Passaporte: EL1891679 País: CHINA Imigrante: GUOLONG WAN Data Nascimento: 14/10/1989 Passaporte: EL5067827 País: CHINA Imigrante: JINTAO WANG Data Nascimento: 12/12/1988 Passaporte: EL6924800 País: CHINA Imigrante: XINGHUA DING Data Nascimento: 26/02/1976 Passaporte: EC6269057 País: CHINA Imigrante: KE YANG Data Nascimento: 16/03/1989 Passaporte: EL3854545 País: CHINA Imigrante: XIAOHONG YANG Data Nascimento: 23/03/1975 Passaporte: EL3831413 País: CHINA Imigrante: PEICHENG CHAI Data Nascimento: 28/02/1981 Passaporte: EK3919522 País: CHINA Imigrante: WEIFU DAI Data Nascimento: 01/09/1993 Passaporte: EC0608100 País: CHINA Imigrante: PING YANG Data Nascimento: 26/09/1990 Passaporte: EL1868019 País: CHINA Imigrante: HUAN ZHANG Data Nascimento: 27/09/2000 Passaporte: EL6847351 País: CHINA.

Processo: 08228.008312/2024-94 Requerente: YINSON BOUVARDIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ROSHEN BIN MAIDIN ABDUL KADIR Data Nascimento: 17/05/1980 Passaporte: K4119507D País: CINGAPURA Imigrante: LIM KEE HUAT Data Nascimento: 28/09/1956 Passaporte: K3968341N País: CINGAPURA Imigrante: RASIKA ERANDA KURUWITA ARACHCHIGE Data Nascimento: 14/09/1980 Passaporte: N7858774 País: SRI LANKA Imigrante: MAESA MAUKAR Data Nascimento: 04/03/1987 Passaporte: E0869084 País: INDONÉSIA Imigrante: MIRNA MARIA Data Nascimento: 16/03/1984 Passaporte: C5034592 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.008316/2024-72 Requerente: CRRC BRASIL EQUIPAMENTOS FERROVIARIOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: YI LI Data Nascimento: 07/05/1982 Passaporte: EH2557761 País: CHINA Imigrante: CHENGDI HU Data Nascimento: 18/06/1986 Passaporte: EA7172751 País: CHINA.

Processo: 08228.008355/2024-71 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ARMIN MAJER Data Nascimento: 05/12/1975 Passaporte: AP0206386 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.008357/2024-69 Requerente: PTC DO BRASIL TECNOLOGIA EM PETROLEO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Stian Koppernes Olstad Data Nascimento: 16/10/1975 Passaporte: 31334681 País: NORUEGA.

Processo: 08228.008385/2024-86 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Thomas Alain Marie Bernard Avenard Data Nascimento: 01/10/1986 Passaporte: 18DC65197 País: FRANÇA.

Processo: 08228.008392/2024-88 Requerente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: Guojun Pan Data Nascimento: 02/08/1986 Passaporte: PE2201542 País: CHINA.

Processo: 08228.008403/2024-21 Requerente: SHINWA REPRESENTACAO COMERCIAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 60 Dias Imigrante: KIYOSHI HONDA Data Nascimento: 07/12/1963 Passaporte: TT1680979 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008408/2024-52 Requerente: SHINWA REPRESENTACAO COMERCIAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 60 Dias Imigrante: KAZUMI YAMASHITA Data Nascimento: 04/08/1965 Passaporte: TT1662717 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008411/2024-76 Requerente: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Juan Jesus Núñez Concepción Data Nascimento: 24/12/1965 Passaporte: PAD791824 País: ESPANHA.

Processo: 08228.008414/2024-18 Requerente: SHINWA REPRESENTACAO COMERCIAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 60 Dias Imigrante: HIROYUKI HIGUCHI Data Nascimento: 13/02/1965 Passaporte: TS0835153 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008420/2024-67 Requerente: ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HAO WANG Data Nascimento: 04/02/1993 Passaporte: EM0255184 País: CHINA.

Processo: 08228.008423/2024-17 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: VINCENT FRANCOIS JULIEN BOMBAUD Data Nascimento: 01/10/1986 Passaporte: 20FV19414 País: FRANÇA.

Processo: 08228.008428/2024-23 Requerente: GE POWER CONVERSION BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: GUILLAUME GERMAIN CLAUDE MICHEL LEGRAND Data Nascimento: 28/02/1984 Passaporte: 22IE93129 País: FRANÇA.

Processo: 08228.008429/2024-78 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID HOBELANT Data Nascimento: 05/03/1978 Passaporte: 45416537 País: REPÚBLICA THECA Imigrante: LUKAS HOBELANT Data Nascimento: 10/01/1977 Passaporte: 43138615 País: REPÚBLICA THECA Imigrante: JIRI KARASEK Data Nascimento: 28/05/1971 Passaporte: 45407487 País: REPÚBLICA THECA.

Processo: 08228.008446/2024-13 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ANN RIYA REJI Data Nascimento: 24/01/1997 Passaporte: Z6868155 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.008447/2024-51 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: KANIKA JOSHI Data Nascimento: 24/05/1999 Passaporte: Y8926460 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.008448/2024-11 Requerente: KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA Prazo: 02 Meses Imigrante: MASATAKA OZAKI Data Nascimento: 25/01/1988 Passaporte: TT2512556 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008450/2024-73 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MARK SIMPSON Data Nascimento: 03/12/1967 Passaporte: 546206227 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.008484/2024-68 Requerente: MERCOSUL LINE NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: VLADYSLAV PODZOLOV Data Nascimento: 16/05/1987 Passaporte: FH030887 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.008509/2024-23 Requerente: BYD AUTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Xiantian Zhu Data Nascimento: 17/04/1989 Passaporte: EL1563309 País: CHINA Imigrante: Maolin Gao Data Nascimento: 04/03/1976 Passaporte: EL1585501 País: CHINA Imigrante: Lichang Zhang Data Nascimento: 23/01/1990 Passaporte: EL6594272 País: CHINA Imigrante: Bing Chen Data Nascimento: 19/02/1990 Passaporte: EL5123672 País: CHINA Imigrante: Chengshan Shi Data Nascimento: 20/06/1987 Passaporte: EK9183439 País: CHINA.

Processo: 08228.008524/2024-71 Requerente: BYD AUTO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: HAI DONG Data Nascimento: 08/01/1986 Passaporte: EL9145485 País: CHINA Imigrante: PENG CAO Data Nascimento: 12/11/1986 Passaporte: EL8038574 País: CHINA Imigrante: JIAN HU Data Nascimento: 02/02/1986 Passaporte: EH2482942 País: CHINA Imigrante: QIANG KANG Data Nascimento: 26/03/1985 Passaporte: EK6687903 País: CHINA Imigrante: KAISHENG LI Data Nascimento: 12/03/1987 Passaporte: E51122401 País: CHINA.

Processo: 08228.008597/2024-63 Requerente: YINSON BOUVARDIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ODD ERLING ANDREASSEN Data Nascimento: 27/06/1976 Passaporte: CCC032882 País: NORUEGA.

Processo: 08228.008627/2024-31 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: VALENTIN CLEMENT DIMITRI MERCADIEU Data Nascimento: 08/01/1992 Passaporte: 18AA49170 País: FRANÇA.

Processo: 08228.008631/2024-16 Requerente: ABB AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DOMINIK CHRISTOPH LEITZ Data Nascimento: 29/09/1982 Passaporte: X5318600 País: SUÍÇA.

Processo: 08228.008640/2024-91 Requerente: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: OMAR ALBERTO JIMENEZ GUARIN Data Nascimento: 02/06/1988 Passaporte: PE204052 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.008864/2024-19 Requerente: ICM DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: FREDDY ANTONIO QUEIPO ROMERO Data Nascimento: 18/04/1955 Passaporte: 170501622 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.008886/2024-62 Requerente: YINSON BOUVARDIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: CHANG SER HOW Data Nascimento: 22/03/1987 Passaporte: A55432088 País: MALÁSIA Imigrante: GO AGUNG SUMARGO Data Nascimento: 26/01/1986 Passaporte: K4629405D País: CINGAPURA.

Processo: 08228.008891/2024-75 Requerente: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S.A. Prazo: 13/04/2025 Imigrante: JOSHUA DARNELL ALLEN Data Nascimento: 19/01/2002 Passaporte: A32249214 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: HENDRIK DANIEL TERBLANCHE Data Nascimento: 13/11/1996 Passaporte: M00337789 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: ANSLIN ERROL APPOLIS Data Nascimento: 21/02/1992 Passaporte: M00420134 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: KENDELL JACKSON Data Nascimento: 05/01/2003 Passaporte: 669209751 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: FERNANDO MENDOZA Data Nascimento: 25/07/1993 Passaporte: 590344370 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: IBRAHIM MOHAMED GAAB Data Nascimento: 01/01/1990 Passaporte: A30796035 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: ZAKHELE AMERICAN NGOBESE Data Nascimento: 10/03/1978 Passaporte: A06736772 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: FRANCISCO FELIPE CHAVARIN PERALTA Data Nascimento: 19/10/1991 Passaporte: 670226027 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: JAMAR DONTAE ADAMS Data Nascimento: 03/01/1990 Passaporte: 598696897 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: RUDY ALEXANDER JIMENEZ DUENAS Data Nascimento: 24/02/1998 Passaporte: 592642696 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.010910/2024-23 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: ROBERT GARY TAYLOR II Data Nascimento: 30/12/1980 Passaporte: 673408198 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: DAVID GABRIEL KUSH Data Nascimento: 17/09/1996 Passaporte: 526989943 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: SAWYER LYNN VERSHUM Data Nascimento: 07/01/1996 Passaporte: 645370473 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: HENRY J COOPER III Data Nascimento: 12/06/1969 Passaporte: A21700149 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: LYNN ERIC VERSHUM Data Nascimento: 24/10/1967 Passaporte: A25248320 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: MATTHEW CLAYTON RIDDLE Data Nascimento: 06/01/1982 Passaporte: 578071516 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012502/2024-14 Requerente: PSCORP BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jose Martin Ponce Caballero Data Nascimento: 19/10/1977 Passaporte: N01328127 País: MÉXICO.

Processo: 08228.013368/2024-61 Requerente: SMART MODULAR TECHNOLOGIES INDUSTRIA DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: XINQIANG LI Data Nascimento: 29/04/1987 Passaporte: EM0836390 País: CHINA.

Processo: 08228.013369/2024-13 Requerente: SMART MODULAR TECHNOLOGIES INDUSTRIA DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: WEIKANG DU Data Nascimento: 10/10/1993 Passaporte: ED6112163 País: CHINA.

Processo: 08228.013370/2024-31 Requerente: SMART MODULAR TECHNOLOGIES INDUSTRIA DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: GANG HUANG Data Nascimento: 15/02/1999 Passaporte: EL8374730 País: CHINA.

Processo: 08228.013477/2024-88 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Emilian Stanislaw Ptaszek Data Nascimento: 13/11/1975 Passaporte: FE7017783 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.013479/2024-77 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jacek Staroszczyk Data Nascimento: 15/07/1982 Passaporte: ES4830735 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.013481/2024-46 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Piotr Sebastian Szneider Data Nascimento: 05/08/1980 Passaporte: EK6819404 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.013484/2024-81 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jacek Tokarski Data Nascimento: 11/07/1966 Passaporte: EU0198994 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.013611/2024-41 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Andrzej Robert Ziolkowski Data Nascimento: 02/02/1977 Passaporte: EJ0678127 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.013633/2024-19 Requerente: ICM DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JOSE JORDAN ZETINA HEREDIA Data Nascimento: 23/08/1982 Passaporte: N06479838 País: MÉXICO.

Processo: 08228.013634/2024-55 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Mateusz Kaczmarczyk Data Nascimento: 30/10/1989 Passaporte: FC7945927 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.013641/2024-57 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Pawel Stanislaw Okuniewski Data Nascimento: 18/11/1987 Passaporte: EL 7490162 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.013650/2024-48 Requerente: TRUMPF MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARIO ANTONIO D'ALESSANDRO Data Nascimento: 10/12/1968 Passaporte: C8FJH1597 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013679/2024-21 Requerente: UPTIME INTERNATIONAL DO BRASIL treinamentos LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JAN KARE TORRESDAL Data Nascimento: 06/10/1981 Passaporte: 33532139 País: NORUEGA.

Processo: 08228.013681/2024-15 Requerente: UPTIME INTERNATIONAL DO BRASIL treinamentos LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JARLE RULLESTAD Data Nascimento: 18/02/1970 Passaporte: 32187089 País: NORUEGA.

Processo: 08228.013729/2024-79 Requerente: BIGNARDI - INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS E ARTEFATOS LTDA. Prazo: 30 Dias Imigrante: JOHN ANDREW IRELAND Data Nascimento: 23/03/1964 Passaporte: 131041245 País: REINO UNIDO Imigrante: CRAIG ANTHONY AMBLER Data Nascimento: 31/08/1980 Passaporte: 128728756 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.013794/2024-11 Requerente: VIDROPORTO S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: IVAN DUVNJAK Data Nascimento: 26/05/1982 Passaporte: 298792295 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.013796/2024-93 Requerente: VIDROPORTO S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: DENNIS VOLGER Data Nascimento: 22/01/1979 Passaporte: C25316KPW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013820/2024-94 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: MARCO BONALUMI Data Nascimento: 02/03/1989 Passaporte: YB0198571 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.013822/2024-83 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: RAFFAELE CERIANI Data Nascimento: 26/09/1978 Passaporte: YA6678082 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.013880/2024-15 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: KRISHNAPRASAD NAYAKATH Data Nascimento: 01/06/1986 Passaporte: Z6389934 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.013936/2024-23 Requerente: INGETEAM O&M SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: CESAR ANTONIO FUENTES CASTILLEJOS Data Nascimento: 05/11/1985 Passaporte: N01149089 País: MÉXICO.

Processo: 08228.013938/2024-12 Requerente: INGETEAM O&M SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: VICENTE RIOS TOLEDO Data Nascimento: 14/08/1997 Passaporte: N12422112 País: MÉXICO.

Processo: 08228.013940/2024-91 Requerente: INGETEAM O&M SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JUSET JOACHIN TORRES Data Nascimento: 19/07/1998 Passaporte: N01955711 País: MÉXICO.

Processo: 08228.013959/2024-38 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: KENTA KIKUCHI Data Nascimento: 31/10/1996 Passaporte: TT5644285 País: JAPÃO Imigrante: MASAHIRO IGARASHI Data Nascimento: 28/10/1974 Passaporte: TT4326124 País: JAPÃO.

Processo: 08228.014059/2024-16 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Erik Svenheim Data Nascimento: 30/04/1982 Passaporte: CCF260212 País: NORUEGA.

Processo: 08228.014062/2024-21 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Iven Erga Data Nascimento: 20/06/1993 Passaporte: CCC497292 País: NORUEGA.

Processo: 08228.014070/2024-78 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: John Fredrik Johansen Data Nascimento: 25/02/1994 Passaporte: CFC368568 País: NORUEGA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.013697/2024-11 Requerente: CMM OFFSHORE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Torgeir Vaage Data Nascimento: 30/12/1986 Passaporte: 32886249 País: NORUEGA.

Processo: 08228.013778/2024-11 Requerente: NOURYON PULP AND PERFORMANCE INDUSTRIA QUIMICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JONAS LILJESTROM Data Nascimento: 13/10/1960 Passaporte: AA0458940 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.013988/2024-16 Requerente: PHARMAESTHETICS DO BRASIL - INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: LUCA MUNZ Data Nascimento: 15/02/2001 Passaporte: C8MVJ3YN3 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013992/2024-68 Requerente: PHARMAESTHETICS DO BRASIL - INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: JONAS KARL RIEDEL Data Nascimento: 25/10/1999 Passaporte: CG7HY43XF País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.009486/2024-74 Requerente: BEZ SERVICOS EM ENGENHARIA DE AUTOMACAO E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: YANG DONGBEI Data Nascimento: 12/04/1985 Passaporte: EL4940013 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.058861/2023-29 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 31/12/2025 Imigrante: GIAMBATTISTA DE GENNARO Data Nascimento: 01/06/1965 Passaporte: YB7721616 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.000816/2024-66 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: KASPER HALD PETERSEN Data Nascimento: 08/07/1993 Passaporte: 211953089 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.003006/2024-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 31/12/2024 Imigrante: NORBERT MAREK NOWICKI Data Nascimento: 29/06/1992 Passaporte: FD2540898 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.003091/2024-68 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Norven Villanueva Balao Data Nascimento: 14/12/1979 Passaporte: P8547098B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003094/2024-18 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Oscar Guadalupe Parral Gutierrez Data Nascimento: 04/03/1978 Passaporte: G35952781 País: MÉXICO.

Processo: 08228.003095/2024-46 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Omar Salvador Plascencia Aguilar Data Nascimento: 11/02/1977 Passaporte: G19973875 País: MÉXICO.

Processo: 08228.003100/2024-11 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ramon Casabuena Nobleza Data Nascimento: 20/07/1968 Passaporte: P2696920B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004540/2024-95 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 25/09/2024 Imigrante: Rahmad Hidayat Simatupang Data Nascimento: 28/10/1977 Passaporte: E3203311 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.004543/2024-29 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 25/09/2024 Imigrante: Piter Bin Ratiman Data Nascimento: 24/03/1974 Passaporte: C7157149 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.005229/2024-63 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 25/09/2024 Imigrante: Scott Frederick D Bloomfield Data Nascimento: 21/12/1991 Passaporte: ES631173 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.005809/2024-51 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 25/09/2024 Imigrante: Marijan Hodanic Data Nascimento: 08/02/1978 Passaporte: 013914910 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.007248/2024-24 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/07/2024 Imigrante: GEORGIOS DIAKOGIANNIS Data Nascimento: 14/08/1957 Passaporte: AP6433881 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.007252/2024-92 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: DIMITRIOS VOUNISEAS Data Nascimento: 02/05/1983 Passaporte: AT5796707 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.007356/2024-13 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 05/06/2024 Imigrante: TREVOR ANTHONY DURHAM Data Nascimento: 02/02/1973 Passaporte: BA024772 País: TRINIDAD E TOBAGO.

Processo: 08228.007706/2024-25 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Moses Seun Ayegboyin Data Nascimento: 04/04/1993 Passaporte: B01190986 País: NIGÉRIA.

Processo: 08228.007759/2024-46 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: 24/09/2025 Imigrante: Alfredo Lopez Maximoto Data Nascimento: 22/05/1967 Passaporte: G36283253 País: MÉXICO.

Processo: 08228.007761/2024-15 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/09/2025 Imigrante: DOUGLAS WILLIAM LAING Data Nascimento: 29/04/1976 Passaporte: 529171593 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.007764/2024-59 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: 24/09/2025 Imigrante: Dariusz Andrzej Mrzyglod Data Nascimento: 28/11/1971 Passaporte: EH9705578 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.007776/2024-83 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: 24/09/2025 Imigrante: Tomas Ricardo Bolado Martinez Data Nascimento: 16/10/1969 Passaporte: G42554442 País: MÉXICO.

Processo: 08228.007786/2024-19 Requerente: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: RAUL SEGUNDO OROZCO NORIEGA Data Nascimento: 12/07/1978 Passaporte: 157040137 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.007789/2024-52 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: 24/09/2025 Imigrante: Piotr Marek Zwolinski Data Nascimento: 24/09/1975 Passaporte: ER3398835 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.007808/2024-41 Requerente: HOEGH LNG BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MOHAMMAD GAMMAZ Data Nascimento: 27/04/1984 Passaporte: 311133352 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.007830/2024-91 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2025 Imigrante: LEONARDO GIUSTINO Data Nascimento: 15/11/1975 Passaporte: YB6594777 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.007872/2024-21 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 28/09/2024 Imigrante: PIERRE MARAIS Data Nascimento: 24/07/1973 Passaporte: M00119903 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: MODRIS SKUDRA Data Nascimento: 05/06/1966 Passaporte: LV6374681 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.007907/2024-22 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 24/02/2025 Imigrante: CHRISTOPHER WILLIAM BERRY Data Nascimento: 30/01/1968 Passaporte: AJ260316 País: CANADÁ.

Processo: 08228.007925/2024-12 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Fredrik Sikku Sulle Data Nascimento: 06/04/1968 Passaporte: X1453135 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.007927/2024-11 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 31/12/2025 Imigrante: RADENKO KANKARAS Data Nascimento: 21/08/1994 Passaporte: P76424K25 País: MONTENEGRO.

Processo: 08228.007950/2024-98 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: 24/06/2025 Imigrante: YURII DOROZHKO Data Nascimento: 14/10/1987 Passaporte: FX864978 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.007977/2024-81 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Bjoern Einar Honstad Data Nascimento: 21/11/1966 Passaporte: 32046817 País: NORUEGA.

Processo: 08228.007985/2024-27 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Ronald Ray Aguinaldo Minasalvas Data Nascimento: 27/10/1988 Passaporte: P4620851B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008007/2024-19 Requerente: HOEGH LNG BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: RONALD TEVES CAMACHO Data Nascimento: 10/09/1979 Passaporte: P8994262B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008013/2024-51 Requerente: HOEGH LNG BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JOHN PAUL PANAGUITON CATAGUE Data Nascimento: 17/05/1998 Passaporte: P9914911B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008038/2024-53 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 27/07/2024 Imigrante: Mark Ian Arcilla Escarlan Data Nascimento: 24/07/1983 Passaporte: P2374062B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008061/2024-48 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 16/09/2025 Imigrante: Stanislav Dmytriyev Data Nascimento: 01/12/1986 Passaporte: FG799831 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.008091/2024-54 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 05/02/2026 Imigrante: Andrei Kachnov Data Nascimento: 19/04/1978 Passaporte: 771623359 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.008100/2024-15 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 24/03/2026 Imigrante: Jason Eric Brushett Data Nascimento: 02/06/1974 Passaporte: HM293166 País: CANADÁ.

Processo: 08228.008107/2024-29 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Sri Yanto Qodarbaskoro Data Nascimento: 19/05/1986 Passaporte: X2131248 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.008116/2024-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 22/03/2026 Imigrante: Kenan Vedat Menat Data Nascimento: 05/07/1987 Passaporte: 058706253 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.008123/2024-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 24/03/2026 Imigrante: Mark Jaybee Callo Tesalona Data Nascimento: 28/10/1993 Passaporte: P0054105C País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008130/2024-13 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: PIERO VANELLA Data Nascimento: 31/10/1972 Passaporte: YA8069359 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.008146/2024-26 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 24/03/2026 Imigrante: Rennie Florendo Escultero Data Nascimento: 09/08/1977 Passaporte: P3652944B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008150/2024-94 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: GRANT AUSTIN HOLMES Data Nascimento: 21/07/1962 Passaporte: PE0376411 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.008154/2024-72 Requerente: NOVA OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 03/09/2024 Imigrante: Evgenii Tomishin Data Nascimento: 08/01/1991 Passaporte: 753744144 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.008157/2024-14 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: JULIAN JESUS DE LA CRUZ MIRANDA Data Nascimento: 31/12/1972 Passaporte: N10492880 País: MÉXICO Imigrante: CECILIO DE LOS SANTOS CHABLE Data Nascimento: 22/11/1983 Passaporte: G35304406 País: MÉXICO.

Processo: 08228.008164/2024-16 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Kevin Michael Kelly Data Nascimento: 06/08/1964 Passaporte: 538021383 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.008176/2024-32 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: GIAGKOS IOANNIS MATHIOUDAKIS Data Nascimento: 05/12/2000 Passaporte: AY3041473 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.008177/2024-87 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/07/2024 Imigrante: VASILIJS KONOVALUKS Data Nascimento: 09/11/1960 Passaporte: LZ4118448 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.008187/2024-12 Requerente: NOVA OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 03/09/2024 Imigrante: Dmitrii Makarenko Data Nascimento: 11/07/1996 Passaporte: 755082912 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.008282/2024-16 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 24/02/2025 Imigrante: STEPONAS VENCKUS Data Nascimento: 14/09/1967 Passaporte: 25266703 País: LITUÂNIA.

Processo: 08228.008347/2024-23 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 27/07/2024 Imigrante: William Sambile Bulos Data Nascimento: 18/08/1994 Passaporte: P8664406A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008372/2024-15 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: JOSEPH BERBLIN LESSO II Data Nascimento: 05/05/1951 Passaporte: 663919142 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: JAMES DAVID MONROE Data Nascimento: 09/12/1958 Passaporte: 646952699 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: SHANE RAY GABLE Data Nascimento: 14/11/1976 Passaporte: 550223806 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.008377/2024-31 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 01/02/2026 Imigrante: JAMES ARNOLDO ELAHI DAZA Data Nascimento: 08/10/1979 Passaporte: AT688946 País: COLÔMBIA Imigrante: KYLOR KAY KLUMB Data Nascimento: 17/11/1963 Passaporte: 683312445 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: STANLEY WILLIAMS JR Data Nascimento: 28/09/1984 Passaporte: 591064316 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.008386/2024-21 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 02/01/2026 Imigrante: Gilbert Bilbao Rosco Data Nascimento: 23/01/1974 Passaporte: P5547139A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008397/2024-19 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 30/03/2025 Imigrante: Yowar Rafael Montaño Centeno Data Nascimento: 31/07/1971 Passaporte: 142082926 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.008616/2024-51 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: John Ray Dedel Isip Data Nascimento: 11/07/1991 Passaporte: P7860266B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008626/2024-97 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 02/01/2026 Imigrante: Oliver Noble Ayalin Bayombong Data Nascimento: 03/12/1992 Passaporte: P5657251B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008813/2024-71 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 24/02/2025 Imigrante: KRZYSZTOF ORNOCH Data Nascimento: 12/03/1980 Passaporte: FD7943700 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.008889/2024-12 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 01/02/2026 Imigrante: ROBERTO VALDES VIZCARRA Data Nascimento: 09/06/1988 Passaporte: N12923607 País: MÉXICO.

Processo: 08228.009047/2024-61 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 28/09/2024 Imigrante: DAAN VAN DER LELIJ Data Nascimento: 05/03/1998 Passaporte: NPKC7R8P9 País: HOLANDA.

Processo: 08228.009050/2024-85 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/03/2026 Imigrante: RODERICK FACUN CORPUZ Data Nascimento: 01/05/1981 Passaporte: P6578075B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009061/2024-65 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 24/03/2026 Imigrante: Dandyllon Mendiola Dumilon Data Nascimento: 15/05/1977 Passaporte: P3516223B País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.007792/2024-76 Requerente: SUMIDENSO DO BRASIL INDUSTRIAS ELETRICAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TAKAYUKI SAKAKURA Data Nascimento: 30/01/1964 Passaporte: TT 1.749.824 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008094/2024-98 Requerente: VUTEQ DO BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: JUN TAKADA Data Nascimento: 29/12/1983 Passaporte: MJ 1.117.588 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008103/2024-41 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SHUN UESONO Data Nascimento: 10/09/1990 Passaporte: TT 4.565.082 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008298/2024-29 Requerente: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUYA KITAJIMA Data Nascimento: 04/11/1983 Passaporte: TT2695978 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008523/2024-27 Requerente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: Indeterminado Imigrante: Sylvester Michael Feddes Data Nascimento: 13/11/1977 Passaporte: BKB335D04 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.003315/2024-31 Requerente: DJJP - DENNIS, JOERN, JENS PETERSEN LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato e / ou à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: JENS PETERSEN Data Nascimento: 02/01/1996 Passaporte: C1TLWMKY9 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.006368/2024-12 Requerente: NATUROCA PAISAGISMO LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato e / ou à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: ADRIAN MIKOLAJ PILKA Data Nascimento: 30/08/1973 Passaporte: EH7395489 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.008204/2024-11 Requerente: OPXAL EVENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: ALEXANDRE BRUNO CHARTIER Data Nascimento: 29/08/1989 Passaporte: 18HA13190 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 2º)

Processo: 08228.011040/2024-18 Requerente: MINEIROS ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: BRENDA ESTHER FIEMENA MOFORCHA Data Nascimento: 21/01/2001 Passaporte: AA049237 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013759/2024-85 Requerente: CAMBARA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: FORTEH DIESY AZEH Data Nascimento: 27/12/2000 Passaporte: AA361746 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013760/2024-18 Requerente: CAMBARA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: ATEGHA ALICE EZIAH Data Nascimento: 28/08/1988 Passaporte: AA616266 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013764/2024-98 Requerente: CAMBARA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: MUKUM CLOVIS Data Nascimento: 12/11/1986 Passaporte: AA566986 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013765/2024-32 Requerente: CAMBARA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: ATUD DOUGLASS TENJOH Data Nascimento: 03/03/2003 Passaporte: AA740569 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013766/2024-87 Requerente: BRASILIA FUTEBOL CLUBE - BFC LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: NANGAH QUINDOLINE NGUM Data Nascimento: 30/10/1992 Passaporte: AA486246 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013767/2024-21 Requerente: CAMBARA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: MUKWE ASHLEY ANWEI Data Nascimento: 08/02/2001 Passaporte: AA795794 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013771/2024-91 Requerente: CAMBARA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: OKWARA HILARY CHUKWUNYEAKA Data Nascimento: 29/07/1979 Passaporte: B50733812 País: NIGÉRIA.

Processo: 08228.013777/2024-67 Requerente: SAMAMBAIA FUTEBOL CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: NDUM DANIELA ANYAH Data Nascimento: 21/10/1999 Passaporte: AA806131 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013780/2024-81 Requerente: ARACATUBA FUTEBOL CLUBE LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: FOMBEN BENIN TIKUM Data Nascimento: 23/10/1987 Passaporte: AA241557 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013781/2024-25 Requerente: ARACATUBA FUTEBOL CLUBE LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: SAMA FLORBERT MBAH Data Nascimento: 03/01/1989 Passaporte: AA643324 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013782/2024-71 Requerente: ARACATUBA FUTEBOL CLUBE LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: MBEYEAH TERENCE SEBEB Data Nascimento: 06/12/1985 Passaporte: AA733166 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013806/2024-91 Requerente: ASSOCIACAO ESPORTIVA PARAMAZONAS - ASSEP Prazo: 12 Meses Imigrante: MBINCHO EYOH DIVINE Data Nascimento: 31/01/1998 Passaporte: AA412489 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013808/2024-81 Requerente: GONCALVES, BACETTO E PELC ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YURUI ZHAO Data Nascimento: 15/01/2006 Passaporte: EM3018367 País: CHINA.

Processo: 08228.013947/2024-11 Requerente: PLANALTINA ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: MBAH KELSON MBAH Data Nascimento: 16/04/2002 Passaporte: AA035040 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013949/2024-19 Requerente: BRASILIA FUTEBOL CLUBE - BFC LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: ANYIMA BOLVIN MBAH Data Nascimento: 10/11/1998 Passaporte: AA758942 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013950/2024-27 Requerente: BRASILIA FUTEBOL CLUBE - BFC LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: MBEACHA ANU CHARLES Data Nascimento: 30/10/1998 Passaporte: AA796689 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013951/2024-71 Requerente: BRASILIA FUTEBOL CLUBE - BFC LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: TANNI CLINTON NKAM Data Nascimento: 10/03/1998 Passaporte: AA560478 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013952/2024-16 Requerente: BRASILIA FUTEBOL CLUBE - BFC LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: NDI PHINA AFOR Data Nascimento: 11/11/2002 Passaporte: AA801407 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013954/2024-13 Requerente: ASSOCIACAO OLIMPICA RIOPEDRENSE Prazo: 12 Meses Imigrante: KIVEN ORLANDO FUADIY Data Nascimento: 21/11/1993 Passaporte: 1195100 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.013956/2024-11 Requerente: ASSOCIACAO OLIMPICA RIOPEDRENSE Prazo: 12 Meses Imigrante: MBOCHUKEH NESTOR AYONJIM Data Nascimento: 20/03/1996 Passaporte: 1228615 País: CAMARÕES.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 3º)

Processo: 08228.013989/2024-44 Requerente: SPARTAX JOAO PESSOA FUTEBOL CLUBE Prazo: 2 Anos Imigrante: TCHAGODOMOU SEIDOU Data Nascimento: 07/05/1982 Passaporte: EB703084 País: TOGO.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.004634/2024-64 Requerente: IMILE DELIVERY BRAZIL LIMITADA Prazo: 01 Ano Imigrante: LINGYU HUANG Data Nascimento: 08/04/1996 Passaporte: EL1676199 País: CHINA Mãe: YINGSHUN HUANG Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.005251/2024-11 Requerente: ZHIFU MEI Prazo: 02 Anos Imigrante: MEINU WEN Data Nascimento: 25/03/1978 Passaporte: E61386356 País: CHINA Mãe: MEIXIA LI Pai: YINXI WEN.

Processo: 08228.005398/2024-11 Requerente: DAT ISOLAMENTO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DURGADATTA CHAPAGAIN Data Nascimento: 26/10/1996 Passaporte: 09538713 País: NEPAL Mãe: Jamuna Kumari Chapai Pai: Bhumiraj Chapai.

Processo: 08228.006302/2024-14 Requerente: BUBBLE KILL COMERCIO DE ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: MINJUAN BIN Data Nascimento: 01/06/1993 Passaporte: E82196399 País: CHINA Mãe: MEIFENG WANG Pai: GUISHENG BIN.

Processo: 08228.007433/2024-19 Requerente: SUPERMERCADO FAMILIA TING LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DUANHUA ZHANG Data Nascimento: 17/05/1967 Passaporte: E73435493 País: CHINA Mãe: MEIMEI HE Pai: XIHUO ZHANG.

Processo: 08228.007436/2024-52 Requerente: HAVAI MERCADO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CHENGQIANG LIN Data Nascimento: 12/12/1979 Passaporte: E52412313 País: CHINA Mãe: YING LIN Pai: HUAPING LIN.

Processo: 08228.007441/2024-65 Requerente: GREEN TREE TEXTIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JINFENG ZHENG Data Nascimento: 23/03/1981 Passaporte: EB3709981 País: CHINA Mãe: LECHAI WU Pai: AQIN ZHENG.

Processo: 08228.007444/2024-15 Requerente: CET BRAZIL TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: YONGJIAN JIA Data Nascimento: 10/09/1987 Passaporte: PE2071081 País: CHINA Mãe: HONGXIU WU Pai: GUIZHU JIA.

Processo: 08228.007463/2024-25 Requerente: RICARDO EPIFANIO RUFINO COMERCIO DE ELETRONICOS Prazo: 01 Ano Imigrante: HONGYAN YU Data Nascimento: 03/06/1983 Passaporte: EB2599657 País: CHINA Mãe: SUQING LIU Pai: DANENG YU.

Processo: 08228.007466/2024-69 Requerente: RICARDO EPIFANIO RUFINO COMERCIO DE ELETRONICOS Prazo: 01 Ano Imigrante: ZIYI WANG Data Nascimento: 05/06/2001 Passaporte: EK7662420 País: CHINA Mãe: JIANMEI HU Pai: WANGTAO WANG.

Processo: 08228.007504/2024-83 Requerente: GIRAMODA COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MINGHUA WENG Data Nascimento: 04/06/1985 Passaporte: EK0042205 País: CHINA Mãe: AIHUA LIN Pai: QINGGUI WENG.

Processo: 08228.007610/2024-67 Requerente: ESCOLA BRITANICA DE BRASILIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: HELEN KAYE FROST Data Nascimento: 13/05/1985 Passaporte: 134932975 País: REINO UNIDO Mãe: EILEEN WOOD Pai: ROBERT ALAN WOOD.

Processo: 08228.007638/2024-11 Requerente: AMAZHEN PRESENTES E ACESSORIOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JINDUO CHEN Data Nascimento: 15/04/1959 Passaporte: PPT Nº E78317535 País: CHINA Mãe: ZHENDI LIU Pai: DEYI CHEN.

Processo: 08228.007876/2024-18 Requerente: HENRIQUE AISLAN DE FREITAS 29587047850 Prazo: 02 Anos Imigrante: RONGSHENG ZHAO Data Nascimento: 19/09/1982 Passaporte: EJ4707841 País: CHINA Mãe: HUICI LI Pai: RUYUAN ZHAO.

Processo: 08228.007881/2024-12 Requerente: AEROPORTOS DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Prazo: 31/12/2024 Imigrante: RAUL MOYA GONZÁLEZ Data Nascimento: 10/11/1980 Passaporte: PAP667958 País: ESPANHA Mãe: MARÍA DOLORES GONZÁLEZ GALINDO Pai: GABRIEL MOYA ZARZA.

Processo: 08228.007962/2024-12 Requerente: HENRIQUE AISLAN DE FREITAS 29587047850 Prazo: 02 Anos Imigrante: SHAOFA ZHAO Data Nascimento: 27/07/1983 Passaporte: EK8319549 País: CHINA Mãe: FALAN WANG Pai: SHUXIAN ZHAO.

Processo: 08228.007978/2024-25 Requerente: HENRIQUE AISLAN DE FREITAS 29587047850 Prazo: 02 Anos Imigrante: YIZHE LI Data Nascimento: 16/07/1984 Passaporte: EK0609724 País: CHINA Mãe: AIYU ZHANG Pai: KAIGUI LI.

Processo: 08228.007994/2024-18 Requerente: ENOQUE BIJOUX PRESENTES UNIPESSOAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ZHONGJIAN WANG Data Nascimento: 30/12/1999 Passaporte: ED1675306 País: CHINA Mãe: FENGJUAN CHEN Pai: ZONGSHOU WANG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.007627/2024-14 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Patrick Schenkel Data Nascimento: 06/05/1998 Passaporte: C8MMF3T1L País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.058855/2023-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: TONI DUZEVIC Data Nascimento: 06/05/1985 Passaporte: 62817460 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.058871/2023-64 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: LUKA MAGLIC Data Nascimento: 17/07/1980 Passaporte: 088828726 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.004400/2024-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/06/2024 Imigrante: DANILO MENDOZA DELOS SANTOS Data Nascimento: 15/10/1965 Passaporte: P3543106B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004559/2024-31 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 06/02/2026 Imigrante: Joey Umadhay Villanueva Data Nascimento: 01/02/1978 Passaporte: P7893813B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007597/2024-46 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/06/2024 Imigrante: JULIUS LUZANO PELESCO Data Nascimento: 20/07/1973 Passaporte: P3006769B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007605/2024-54 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/06/2024 Imigrante: DOMINIC CANAMA GALACIO Data Nascimento: 16/07/1989 Passaporte: P8527792A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007653/2024-42 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: DANAVAN ANTHONY FRANCIS Data Nascimento: 17/09/1973 Passaporte: A6131002 País: JAMAICA.

Processo: 08228.007821/2024-16 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 18/07/2024 Imigrante: Jayesh Mansukh Kapadia Data Nascimento: 05/08/1990 Passaporte: Z5822431 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.007823/2024-99 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 18/07/2024 Imigrante: Sarthak Sharma Data Nascimento: 30/11/1995 Passaporte: M7503452 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.007824/2024-33 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 18/07/2024 Imigrante: Jeetlal Ramswarath Dubey Data Nascimento: 01/09/1972 Passaporte: N7311968 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.008340/2024-11 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 07/03/2026 Imigrante: Deniss Kastrovs Data Nascimento: 02/01/1972 Passaporte: LZ4092722 País: LITUÂNIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.005298/2024-77 Requerente: INTREPID PARTICIPACOES S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: YANHUA DIAO Data Nascimento: 26/09/1975 Passaporte: PE1848800 País: CHINA.

Processo: 08228.008127/2024-16 Requerente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Kijong Kim Data Nascimento: 17/11/1971 Passaporte: M12670348 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.008378/2024-84 Requerente: CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: KAIHANG ZHANG Data Nascimento: 26/01/1988 Passaporte: ED4067268 País: CHINA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.002834/2024-82 Requerente: BRDL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES IMOBILIARIAS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: LUCAS ANDREA ROBERT DO OUTEIRO Data Nascimento: 03/09/1999 Passaporte: 17FA20990 País: FRANÇA.

Processo: 08228.004358/2024-34 Requerente: GEORGI SLAVEYKOV ARSENOV Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: GEORGI SLAVEYKOV ARSENOV Data Nascimento: 09/11/1974 Passaporte: 385103165 País: BULGÁRIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.000037/2024-61 Instituição: ORGANIZACAO RELIGIOSA DAS MISSIONARIAS DE CRISTO RESSUSCITADO Prazo: 2 Anos Imigrante: Marta Pranzetti Data Nascimento: 17/08/1998 Passaporte: YB5129076 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.006000/2024-46 Requerente: ALDIRENE PEREIRA DA SILVA Prazo: 2 Anos Imigrante: ALONDRA JESSIKA PACHECO TORREZ Data Nascimento: 09/08/1996 Passaporte: CO2119483 País: NICARÁGUA.

Processo: 08228.006029/2024-28 Instituição: IGREJA EVANGELICA HOLINESS MOGI Prazo: 02 Anos Imigrante: BAN SEOK CHO Data Nascimento: 14/03/1976 Passaporte: M29098108 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.006354/2024-91 Requerente: METTY CHACKO KANASSERY Prazo: 02 Anos Imigrante: METTY CHACKO KANASSERY Data Nascimento: 15/04/1966 Passaporte: B9758098 País: BRASIL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.007406/2024-46 Requerente: VITORIA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAOWEI LI Data Nascimento: 19/12/1981 Passaporte: MA0341244 País: CHINA Mãe: XUZHEN WANG Pai: FUZONG LI.

Processo: 08228.007412/2024-11 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HANNA FRIDA MATSDOTTER BAUER Data Nascimento: 04/07/1978 Passaporte: AA0063645 País: SUÉCIA Mãe: Anna Elna Katharina Bauer Pai: Mats Lennart Andersson.

Processo: 08228.007413/2024-48 Requerente: BRASLANCHES REFEICOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JUNHAO YU Data Nascimento: 16/05/1994 Passaporte: E47063461 País: CHINA Mãe: LINZHU ZHANG Pai: CHENJI YU.

Processo: 08228.007430/2024-85 Requerente: LINDA ROSA MAKE COMERCIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YANQIN LI Data Nascimento: 04/09/1985 Passaporte: EF4888721 País: CHINA Mãe: YOULAN HUANG Pai: WENJUN LI.

Processo: 08228.007432/2024-74 Requerente: THYSSENKRUPP ESTALEIRO BRASIL SUL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PETER NIELSEN Data Nascimento: 11/03/1973 Passaporte: C2CH85TNK País: ALEMANHA Mãe: PIRKKO LIISA NIELSEN Pai: NIELS NIELSEN.

Processo: 08228.007435/2024-16 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ELIZAVETA POLIAKOVA Data Nascimento: 17/02/1996 Passaporte: 550439396 País: RÚSSIA Mãe: TATIANA BORISOVNA POLIAKOVA Pai: KIRILL ALEKSANDROVICH POLYAKOV.

Processo: 08228.007594/2024-11 Requerente: DAVID LUIZ MOREIRA MARINHO Prazo: Indeterminado Imigrante: PASCAL MICHEL KERLEAU Data Nascimento: 12/04/1974 Passaporte: 19AD43793 País: FRANÇA Mãe: ANNE MARIE LE SOMMER Pai: MICHEL MAURICE KERLEAU.

Processo: 08228.007652/2024-14 Requerente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Delphine Ruiz Vazquez Barroso Data Nascimento: 20/05/1980 Passaporte: 21DH34645 País: FRANÇA Mãe: Marie-Claire Noemie Raguillet Pai: Claude Ruiz.

Processo: 08228.007663/2024-88 Requerente: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YOSHIFUMI INOUE Data Nascimento: 26/05/1981 Passaporte: TZ1117551 País: JAPÃO Mãe: SATSUMI INOUE Pai: FUMIO INOUE.

Processo: 08228.007684/2024-11 Requerente: FUTURO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MOHAMAD KHALIL Data Nascimento: 24/07/1972 Passaporte: RL4081162 País: LÍBANO Mãe: Laila Bark Pai: Mortada Khalil.

Processo: 08228.007691/2024-11 Requerente: J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAOZHEN XU Data Nascimento: 23/11/1993 Passaporte: E44832641 País: CHINA Mãe: HUAIQING CHEN Pai: JINSHEN XU.

Processo: 08228.007728/2024-95 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JING GU Data Nascimento: 27/01/1983 Passaporte: EJ4553978 País: CHINA Mãe: Yulan Wang Pai: Zhicheng Gu.

Processo: 08228.007748/2024-66 Requerente: AZURE IMPORTS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: CHUNYU ZHAO Data Nascimento: 14/04/1974 Passaporte: EB8858862 País: CHINA Mãe: WANHUA LUO Pai: JINGTIAN ZHAO.

Processo: 08228.007771/2024-51 Requerente: EXPANSION TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: YI LI Data Nascimento: 19/06/1982 Passaporte: PE2165980 País: CHINA Mãe: LIFEN ZHU Pai: JIANXI LI.

Processo: 08228.007817/2024-31 Requerente: SYMPLA INTERNET SOLUCOES S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: Vladimir Petric Data Nascimento: 08/12/1985 Passaporte: 014679580 País: SÉRVIA Mãe: Gordana Juhas Pai: Ranko Petric.

Processo: 08228.007819/2024-21 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Buntaro Oda Data Nascimento: 22/12/1992 Passaporte: TR3839622 País: JAPÃO Mãe: Naomi Oda Pai: Hiroyuki Oda.

Processo: 08228.007833/2024-24 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Yutaka Ono Data Nascimento: 07/06/1974 Passaporte: TS0303622 País: JAPÃO Mãe: Kumiko Ono Pai: Yoichi Ono.

Processo: 08228.007923/2024-15 Requerente: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: Indeterminado Imigrante: Alberto Jesus Garcia Exposito Data Nascimento: 08/06/1980 Passaporte: PAM802260 País: ESPANHA Mãe: Carmen Exposito Carvajal Pai: Juan de la Cruz Garcia Inchausti.

Processo: 08228.007984/2024-82 Requerente: NICE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E AUTOMACAO EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: VITO PARTIPILO Data Nascimento: 01/06/1989 Passaporte: YB4764435 País: ITÁLIA Mãe: ROSA CASAMASSIMA Pai: GIUSEPPE PARTIPILO.

Processo: 08228.008110/2024-42 Requerente: L'OREAL BRASIL PESQUISA E INOVACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN-MARC MICHEL GYR ASCIONE Data Nascimento: 06/07/1964 Passaporte: 21DK90981 País: FRANÇA Mãe: Marie Therese Tedesco Pai: Jackie Ascione.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.004690/2024-15 Instituição: IGREJA APOSTOLICA ARMENIA DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: ARAMAYIS SOGHBATYAN Data Nascimento: 31/07/1994 Passaporte: at0657383 País: ARMÊNIA Mãe: GOHARIK MURADYAN Pai: DAVIT SOGHBATYAN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 40/2019)

Processo: 08228.007579/2024-64 Requerente: Alain Marc CHAUMET Prazo: Indeterminado Imigrante: Alain Marc CHAUMET Data Nascimento: 12/07/1956 Passaporte: 14DE19402 País: FRANÇA Mãe: Marcelle DALLOIS Pai: Roger CHAUMET.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.007865/2024-21 Requerente: RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: YAO QING Data Nascimento: 26/06/1990 Passaporte: PE2213743 País: CHINA Mãe: JING ZHANG Pai: NING QING.

Processo: 08228.007915/2024-79 Requerente: CONCESSAO SISTEMA RODOVIARIO PONTE SALVADOR ILHA DE ITAPARICA SA Prazo: 2 Anos Imigrante: QIYI WANG Data Nascimento: 24/10/1997 Passaporte: PE1886921 País: CHINA Mãe: Suhong Wang Pai: Shusheng Wang.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.005124/2024-12 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: HENDRIK VENTER GRUNDLINGH Data Nascimento: 05/07/1988 Passaporte: A06632234 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: DORETHEA MARIA VENTER Pai: CECIL ANTHONY DENMAN MILES.

Processo: 08228.005180/2024-49 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: HARISH KUMAR BANKURU Data Nascimento: 20/06/1983 Passaporte: Z5912931 País: ÍNDIA Mãe: Ammadu Bankuru Pai: Simhachalam Bankuru.

Processo: 08228.005504/2024-49 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JIANGLIN NIU Data Nascimento: 28/09/1988 Passaporte: PE2026372 País: CHINA Mãe: HUAYIN MA Pai: SHUYING MA.

Processo: 08228.005508/2024-27 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YONGLIANG LI Data Nascimento: 09/09/1993 Passaporte: PE2026371 País: CHINA Mãe: CHUN LI Pai: XIANQIANG LI.

Processo: 08228.005512/2024-95 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ZHEN LI Data Nascimento: 30/08/1993 Passaporte: PE2026370 País: CHINA Mãe: XIANLING LI Pai: QIANG LI.

Processo: 08228.005800/2024-41 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Dominik Kuric Data Nascimento: 26/01/1996 Passaporte: BE5887552 País: ESLOVÁQUIA Mãe: Erika Kuricová Pai: Dusan Kuric.

Processo: 08228.005801/2024-94 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Soren Ogendahl Data Nascimento: 07/09/1977 Passaporte: 207532879 País: DINAMARCA Mãe: Bodil Ingeborg Øgendahl Pai: Erik Øgendahl.

Processo: 08228.005805/2024-72 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Kenneth Christensen Data Nascimento: 02/10/1988 Passaporte: 214296461 País: DINAMARCA Mãe: Marianne Christensen Pai: Jørgen Christensen.

Processo: 08228.005806/2024-17 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 03/04/2025 Imigrante: Ryan Leslie Johnston Data Nascimento: 21/02/1986 Passaporte: 124869521 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Veronica May Johnston Pai: Ronald Frederick Guimaraes Johnston.

Processo: 08228.005845/2024-14 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Damien Pierre Sylvestre Goyran Data Nascimento: 16/07/1987 Passaporte: 15CR23873 País: FRANÇA Mãe: Carole Martin Pai: Michel Alain Goyran.

Processo: 08228.005939/2024-93 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: GORAN FREDRIK HALVARSSON Data Nascimento: 04/03/1988 Passaporte: AA1353746 País: SUÉCIA Mãe: LISE LOTT CARINA HALVARSSON Pai: GORAN HENRY HALVARSSON.

Processo: 08228.007547/2024-69 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LINTAO HAN Data Nascimento: 19/10/2001 Passaporte: EJ5315494 País: CHINA Mãe: YUQIU YUAN Pai: CHANGZHENG HAN.

Processo: 08228.007551/2024-27 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CHAOJIE DONG Data Nascimento: 06/03/1988 Passaporte: EJ9334849 País: CHINA Mãe: YANXIA LIU Pai: HOUCHUN DONG.

Processo: 08228.007590/2024-24 Requerente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MARCO PAULO ROCHA FERREIRA Data Nascimento: 17/02/1979 Passaporte: CD044640 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE LURDES ROCHA FERREIRA Pai: ALBERTO FRANCISCO.

Processo: 08228.007592/2024-13 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: FRANS JACOB LABUSCHAGNE Data Nascimento: 09/03/1967 Passaporte: A08305254 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: LOUISE MARGARET IRMA LABUSCHAGNE Pai: FREDRICK JOHANNES LABUSCHAGNE.

Processo: 08228.007596/2024-18 Requerente: CIA DE CIMENTO ITAMBE Prazo: 1 Ano Imigrante: YOSSAWEE SANG-NGERN Data Nascimento: 20/08/1975 Passaporte: AC2462514 País: TAILÂNDIA Mãe: LAWAN CHUEATHONG Pai: SANTHIPHAP SANG-NGERN.

Processo: 08228.007606/2024-15 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: JACOBUS ADRIAAN BURGER Data Nascimento: 02/02/1982 Passaporte: A10307899 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: ANNA MARGRITHA ROSTOLL Pai: PIETER WILLEM BURGER.

Processo: 08228.007611/2024-11 Requerente: DAHUA TECHNOLOGY BRASIL COMERCIO E SERVICOS EM SEGURANCA ELETRONICA LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: KAIFU YIN Data Nascimento: 23/11/1979 Passaporte: EE2404598 País: CHINA Mãe: SULIAN ZHANG Pai: BINGLIN YIN.

Processo: 08228.007617/2024-89 Requerente: SIGMA MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: Robin Keith Prentice Data Nascimento: 27/09/1960 Passaporte: M00299727 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: Valerie Green Pai: James Kennedy Prentice.

Processo: 08228.007618/2024-23 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: WILLEM JOHANNES HARMSE Data Nascimento: 15/05/1962 Passaporte: M00160343 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: CATHARINA WILHELHINA HEYMANS Pai: WILLEM JOHANNES HAMRSE.

Processo: 08228.007642/2024-62 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 05/01/2025 Imigrante: RONNY BUCH Data Nascimento: 27/04/1982 Passaporte: CCF229954 País: NORUEGA Mãe: GONNIE SMIT Pai: BERNT MAGNE BUCH.

Processo: 08228.007667/2024-66 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 01 Ano Imigrante: ANDRES DARIO ICOPO ROJAS Data Nascimento: 10/05/1984 Passaporte: AQ907422 País: COLÔMBIA Mãe: GRISELDA ROJAS POLO Pai: JOSE VICENTE ICOPO GONZALEZ.

Processo: 08228.007673/2024-13 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: MARCO BERTOLINI Data Nascimento: 07/12/1995 Passaporte: YA9488401 País: ITÁLIA Mãe: Maria Sonia Giraldo Jimenez Pai: Stefano Bertolini.

Processo: 08228.007685/2024-48 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: DAVOR VULIC Data Nascimento: 09/04/1980 Passaporte: 022944736 País: CROÁCIA Mãe: ANGELINA VULIC Pai: MATE VULIC.

Processo: 08228.007692/2024-41 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: CHRISTIAN HENRI JOSEPH HERTAY Data Nascimento: 22/05/1961 Passaporte: GA9922565 País: BÉLGICA Mãe: MARIE LOUISE PIRARD Pai: RAYMOND HERTAY.

Processo: 08228.007697/2024-72 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Joseph Lee Crowe Data Nascimento: 22/07/1984 Passaporte: 662769623 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Bonnie Crowe Pai: Kevin Lee Crowe.

Processo: 08228.007699/2024-61 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 02/04/2025 Imigrante: Trevor Alexander Baume Data Nascimento: 17/04/2000 Passaporte: 663545619 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Deborah Lee Brending Pai: Alexander Carl Baume.

Processo: 08228.007707/2024-71 Requerente: SANDVIK MINING AND ROCK TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANTTI EEMELI KIVELÄINEN Data Nascimento: 16/06/1994 Passaporte: FP3496605 País: FINLÂNDIA Mãe: Ritva Kaarina Kiveläinen Pai: Risto Kalevi Kiveläinen.

Processo: 08228.007714/2024-71 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jean-David Sabaton Data Nascimento: 28/07/1993 Passaporte: 16AT27830 País: FRANÇA Mãe: Sylvie Jacqueline Farre Pai: Jean-Luc Albert Ferdinand Sabaton.

Processo: 08228.007730/2024-64 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANNE EULENBURG Data Nascimento: 11/08/1978 Passaporte: C808GM583 País: ALEMANHA Mãe: Regina Katharina Eulenburg Pai: Rainer Karl Friedrich Eulenburg.

Processo: 08228.007740/2024-16 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Daniel Charles Gray Data Nascimento: 10/08/1967 Passaporte: HD659019 País: CANADÁ Mãe: Alizaberh Anna Irwin Pai: Bernard Winston Gray.

Processo: 08228.007742/2024-99 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Patrick Khoueiry Data Nascimento: 19/01/1981 Passaporte: 14DC52467 País: FRANÇA Mãe: Odette Abi Char Pai: Mansour Khoueiry.

Processo: 08228.007753/2024-79 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 1 Ano Imigrante: Tomas Montanez Ramirez Data Nascimento: 24/04/1962 Passaporte: PE195496 País: COLÔMBIA Mãe: ANA BERTILDE RAMIREZ Pai: SANTOS MONTANEZ.

Processo: 08228.007755/2024-68 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 05/06/2025 Imigrante: Saimeera Nagarajah Data Nascimento: 10/06/1997 Passaporte: 559929022 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Kamalambikai Nagarajah Pai: Nagarajah Sabaratnam.

Processo: 08228.007756/2024-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 29/05/2025 Imigrante: Liam Brian Murphy Data Nascimento: 17/02/1990 Passaporte: 560608813 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Sheila Patricia Murphy Pai: Brian William Murphy.

Processo: 08228.007760/2024-71 Requerente: MASTER COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: NILS FABIAN BAUMANN Data Nascimento: 21/04/1999 Passaporte: C79VTP6Y6 País: ALEMANHA Mãe: SUSANNE BAUMANN Pai: LARS MIKE BAUMANN.

Processo: 08228.007773/2024-41 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Eric Von Weber Data Nascimento: 27/02/1968 Passaporte: A24785194 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Vickie Lee Weber Pai: Donald Frederick Weber.

Processo: 08228.007775/2024-39 Requerente: FRAMO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Per Tore Lundervik Data Nascimento: 20/03/1971 Passaporte: CCF014142 País: NORUEGA Mãe: Ole Lundervik Pai: Asgerd Lundervik.

Processo: 08228.007785/2024-74 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: MARTHINUS CORNELIUS PRINSLOO Data Nascimento: 29/12/1966 Passaporte: M00347000 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: ANNA MAGRIETHA VAN PRINSLOO Pai: ZACHARIAS CORNELIUS MARTHINUS PRINSLOO.

Processo: 08228.007791/2024-21 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: ALBRECHT HAROLD JACOBS Data Nascimento: 24/12/1970 Passaporte: A04963232 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: JANETTA WILHELMINA COETZEE Pai: ALBERT HAROLD JACOBS.

Processo: 08228.007822/2024-44 Requerente: TREFFEN CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA Prazo: 26/04/2025 Imigrante: SATHIAN SIMTAMA Data Nascimento: 13/12/1978 Passaporte: AC2011488 País: TAILÂNDIA Mãe: Nooshap Simtama Pai: Sangwhian Simtama.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 04/2017)

Processo: 08228.004900/2024-59 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: ARUNDHATI DEY Data Nascimento: 11/04/1997 Passaporte: V8860027 País: ÍNDIA Mãe: BARNALI DEY Pai: ANANTA KUMAR DEY.

Processo: 08228.007451/2024-17 Requerente: VESTERGAARD MARINE, SERVICE DO BRASIL, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: KURT DYBDAL PEDERSEN Data Nascimento: 12/01/1959 Passaporte: 213555056 País: DINAMARCA Mãe: GRETHE DYBDAL NIELSEN Pai: THORKILD LAURITS PEDERSEN.

Processo: 08228.007722/2024-18 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: CESAR AUGUSTO SERRANO ASTUDILLO Data Nascimento: 04/09/1979 Passaporte: 161085571 País: VENEZUELA Mãe: GISELA DEL CARMEN ASTUDILLO GOMEZ Pai: ORANGEL ALBERTO SERRANO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.003092/2024-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 08/03/2025 Imigrante: Fazli Bin Sukiman Data Nascimento: 08/09/1984 Passaporte: A54871216 País: MALÁSIA Mãe: FATIMAH BINTI OSMAN Pai: SUKIMAN BIN AHMAD.

Processo: 08228.007389/2024-47 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 05/06/2024 Imigrante: GERMAN PACHECO CAMARGO Data Nascimento: 23/07/1994 Passaporte: AS979731 País: COLÔMBIA Mãe: MARLENE CAMARGO SALCEDO Pai: GERMAN PACHECO GARCIA.

Processo: 08228.007394/2024-51 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 01/02/2026 Imigrante: GERARDO ZATARAIN RIOS Data Nascimento: 05/09/1989 Passaporte: G38611487 País: MÉXICO Mãe: MARTHA ALICIA RIOS VELARDE Pai: GERARDO ERNESTO ZATARAIN SAUCEDO.

Processo: 08228.007396/2024-49 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 01/02/2026 Imigrante: JOHN PAUL THOM Data Nascimento: 12/06/1980 Passaporte: TB468782 País: TRINIDAD E TOBAGO Mãe: BARBARA THOM Pai: TERRENCE THOM.

Processo: 08228.007754/2024-13 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 04/03/2026 Imigrante: Tarlok Singh Data Nascimento: 23/09/1971 Passaporte: V1080224 País: ÍNDIA Mãe: Mukhtiar Kaur Pai: Bhag Singh.

Processo: 08228.007797/2024-15 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Rakesh Edwin Data Nascimento: 23/08/1993 Passaporte: Z5907694 País: ÍNDIA Mãe: AMALI FABIYOLA Pai: EDWIN.

Processo: 08228.007910/2024-46 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 20/03/2025 Imigrante: John Andrew Kish Data Nascimento: 18/07/1975 Passaporte: 526745775 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Eileen Mary Kish Pai: Brian Kish.

Processo: 08228.007919/2024-57 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ALEXANDRU AXAN Data Nascimento: 26/11/1981 Passaporte: 058335970 País: ROMÊNIA Mãe: ALEXANDRA AXAN Pai: COSTEL AXAN.

Processo: 08228.007922/2024-71 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: IONEL BOBIRNAC Data Nascimento: 11/07/1971 Passaporte: 057243626 País: ROMÊNIA Mãe: ELENA BOBIRNAC Pai: CONSTANTIN BOBIRNAC.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 15/2017)

Processo: 08228.007565/2024-41 Requerente: BALLET MAGNIFICAT! BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: DANA MICHELLE CLARK Data Nascimento: 12/05/1999 Passaporte: 556728234 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: INGRID LOUISE CLARK Pai: JOHN HENRY CLARK.

Processo: 08228.007920/2024-81 Requerente: ANNA GASPARINI Prazo: 1 Ano Imigrante: ANNA GASPARINI Data Nascimento: 08/04/1994 Passaporte: YA9808413 País: ITÁLIA Mãe: FLORA AMADUZZI Pai: STEFANO GASPARINI.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 16/2017)

Processo: 08228.002623/2024-41 Requerente: BAPTISTA JOSE MIRANDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Baptista Jose Miranda Data Nascimento: 26/04/2002 Passaporte: N2716175 País: ANGOLA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 17/2017)

Processo: 08228.005261/2024-49 Requerente: REUTERS NEWS & MEDIA DO BRASIL INFORMACOES LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: STEVEN JAMES GRATTAN Data Nascimento: 29/08/1988 Passaporte: 543033002 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: CAROLINE GRATTAN Pai: ARTHUR GRATTAN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 08228.000531/2024-25 Requerente: Nicholas Michael Vrijenhoek Prazo: 4 Anos Imigrante: Nicholas Michael Vrijenhoek Data Nascimento: 17/06/1980 Passaporte: NS9DKKFB3 País: HOLANDA Mãe: Jenneke Vrijenhoek Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.004899/2024-62 Requerente: ANTONELLA PRIMERANO Prazo: 3 Anos Imigrante: ANTONELLA PRIMERANO Data Nascimento: 14/06/1970 Passaporte: YB8468081 País: ITÁLIA Mãe: ADRIANA CENCI Pai: VITTORE DOMENICO PRIMERANO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 08228.003275/2024-28 Requerente: BERND ERNST DUHNENKAMP Prazo: 2 Anos Imigrante: BERND ERNST DUHNENKAMP Data Nascimento: 05/07/1960 Passaporte: C28MRK7XC País: ALEMANHA Mãe: Liselotte Erna Duhnenkamp Pai: Johann durhkamp.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 4º c/c 2º, Inciso II)

Processo: 08228.004561/2024-19 Requerente: Philipp Bosler Prazo: 2 Anos Imigrante: HEIKO OTTO JOHANN Data Nascimento: 28/10/1954 Passaporte: CZXJ1KHM6 País: ALEMANHA Mãe: EHEFRAU EMMA LANGE Pai: LANDWIRT JOHANN LANGE.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.002169/2024-27 Requerente: fournier maxime tony xavier Prazo: 1 Ano Imigrante: fournier maxime tony xavier Data Nascimento: 19/06/1990 Passaporte: 22EA74638 País: FRANÇA.

Processo: 08228.005747/2024-87 Requerente: NICK VAN DOOREN Prazo: 1 Ano Imigrante: NICK VAN DOOREN Data Nascimento: 07/11/1986 Passaporte: GA5170607 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.005819/2024-96 Requerente: ELENA FOMICHEVA Prazo: 1 Ano Imigrante: ELENA FOMICHEVA Data Nascimento: 01/05/1988 Passaporte: 757452017 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.005866/2024-31 Requerente: ROBERT DOUGLAS WHITIBURN BAILEY Prazo: 01 Ano Imigrante: ROBERT DOUGLAS WHITBURN BAILEY Data Nascimento: 09/03/1995 Passaporte: 121992954 País: GRÃ-BRETANHA.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 4º c/c 3º)

Processo: 08228.012703/2024-11 Requerente: SEVERINO LIMA DE MOURA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANATOLIY EDUARDOVICH ALEKSEEVSKIY Data Nascimento: 21/02/1968 Passaporte: 2352063 País: UNIÃO SOVIÉTICA.

Processo: 08228.013772/2024-34 Requerente: ARENA BEACHSIDE ITAPEMA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DANNY CIRELLA Data Nascimento: 07/05/1984 Passaporte: YB5884245 País: ITÁLIA.

CONCOMITÂNCIA

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante YASUNOBU ONO a exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na CIA IGUACU DE CAFE SOLUVEL. Processo: 08228.007705/2024-81, anteriormente autorizado através do Processo 08228.002290/2024-59.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ALVISE GIANFRANCO UCELLI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor sem designação especial na PIRELLI LTDA. Processo: 08228.007674/2024-68, anteriormente autorizado através do Processo: 08228.021495/2023-52.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ALVISE GIANFRANCO UCELLI exercer a concomitantemente o cargo de Diretor sem designação especial na C.P COMPLEXO AUTOMOTIVO DE TESTES, EVENTOS E ENTRETENIMENTO LTDA. Processo: 08228.007700/2024-58, anteriormente autorizado através do Processo: 08228.021495/2023-52.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante NEUSA MARINA DE ASSUNÇÃO VARELA FERREIRA a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na MERCOSUL LINE TRANSPORTE AQUAVIARIO LTDA. Processo: 08228.001923/2024-11, anteriormente autorizado através do Processo: 08228.041806/2023-16.

SEM EFEITO

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o indeferimento do Processo 08228.004310/2024-26, RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017, Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, Prazo: 2 Anos, Imigrante NARCISO MALBAS GUIAS Data Nascimento: 17/09/1960 Passaporte: P0229983B País: FILIPINAS, publicado no DOU Nº 72, de 15/04/2024, Seção 1, Página 116.

INDEFERIDO

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 08228.058324/2023-89 Requerente: Marina Iakovleva Prazo: 12 Meses Imigrante: Marina Iakovleva Data Nascimento: 13/02/1988 Passaporte: 753180069 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.056085/2023-22 Requerente: Salvatore Attanasio Prazo: 2 Anos Imigrante: Salvatore Attanasio Data Nascimento: 07/03/1957 Passaporte: YB5577728 País: ITÁLIA Mãe: Francesca Castaldo Pai: Luigi Cipoleti.

Processo: 08228.053004/2023-32 Requerente: HERMANN FRIEDRICH BEHRENDT Prazo: 2 Anos Imigrante: Hermann Friedrich Behrendt Data Nascimento: 21/12/1954 Passaporte: C7MVCMK5V País: ALEMANHA Mãe: Alwine Behrendt Pai: Friedrich Helmut Behrendt.

Processo: 08228.058247/2023-67 Requerente: NELLO BENNO ROTH Prazo: Indeterminado Imigrante: Nello Benno Roth Data Nascimento: 01/12/1953 Passaporte: X1904644 País: SUÍÇA Mãe: Antonia Roth (Isenegger) Pai: Ernst Roth.

Processo: 08228.058196/2023-73 Requerente: HANS JURGEN JOSEF SCHADE Prazo: 2 Anos Imigrante: hans jurgen schade Data Nascimento: 29/05/1957 Passaporte: C89J4MNR4 País: ALEMANHA Mãe: ottilie schade Pai: gerhard willi max schade.

Processo: 08228.059116/2023-13 Requerente: Yibing Zhao Prazo: 2 Anos Imigrante: Yibing Zhao Data Nascimento: 03/01/1995 Passaporte: PE1897585 País: CHINA Mãe: Xuemei Huang Pai: Shijan Zhao.

Processo: 08228.057611/2023-71 Requerente: CONGREGACAO SERVOS DA CARIDADE - PROVINCIA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE Prazo: 2 Anos Imigrante: RIGO YUMAR LAGUADO ORTIZ Data Nascimento: 18/03/1994 Passaporte: AV060105 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.058983/2023-15 Requerente: EMMANUEL GEORGES Prazo: Indeterminado Imigrante: EMMANUEL GEORGES Data Nascimento: 17/03/1969 Passaporte: 17AF89131 País: FRANÇA.

Processo: 08228.042128/2023-92 Requerente: EMILY APARECIDA DA SILVA Prazo: Indeterminado Imigrante: Dragan Novakovic Data Nascimento: 11/05/1980 Passaporte: 013964033 País: SÉRVIA.

Processo: 08228.058231/2023-54 Requerente: GLOBANT COMERCIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ABHAY GUPTA Data Nascimento: 27/12/1977 Passaporte: Z5125313 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.059008/2023-24 Requerente: SUCESSO ENTRETERIMENTO EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: MD HABIBUR ALAM Data Nascimento: 12/05/1992 Passaporte: B00053830 País: BANGLADESH Mãe: ASMA MOKUL Pai: MD ROFIQUL ALAM.

Processo: 08228.058553/2023-11 Requerente: MOHAMMED AWAL IBRAHIM Prazo: 2 Anos Imigrante: MOHAMMED AWAL IBRAHIM Data Nascimento: 25/06/1990 Passaporte: G2627239 País: GANA Mãe: KARIM MARIATU Pai: YAKUBU IBRAHIM.

Processo: 08228.057122/2023-11 Requerente: ELLO SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Gervásio Artur Dombo Data Nascimento: 29/01/1999 Passaporte: AB0735248 País: MOÇAMBIQUE Mãe: Alice José Machiana Dombo Pai: Artur Armando dombo.

Processo: 08228.051687/2023-93 Requerente: MOHAMADOU BAILO DIALLO Prazo: 2 Anos Imigrante: Mohamadou Bailo Diallo Data Nascimento: 06/11/1980 Passaporte: o00138534 País: GUINÉ Mãe: Mariama Barry Pai: Mamadou Bailo Diallo.

Processo: 08228.024686/2023-76 Requerente: LUCANE JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: EDOUARD MICHEL - ANGE Data Nascimento: 10/07/1991 Passaporte: R10996312 País: HAITI Mãe: MIZOU ANTOINE Pai: APOLLOS EDOUARD.

Processo: 08228.024347/2023-91 Requerente: ISMAEL CLAUDE Prazo: Indeterminado Imigrante: COSSIER CLAUDE Data Nascimento: 06/04/1982 Passaporte: R11479015 País: HAITI Mãe: JERMENE SAINT LOUIS Pai: ESPA CLAUDE.

Processo: 08228.024186/2023-34 Requerente: ANGELO SAINT FORT Prazo: Indeterminado Imigrante: Louis Jacques Biz Data Nascimento: 11/05/1999 Passaporte: PP5511268 País: HAITI Mãe: Angelaure ulysse Pai: Franckel Louis Jacques.

Processo: 08228.024176/2023-15 Requerente: MARIE SAMENTHA JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: Louiserson Data Nascimento: 11/09/1993 Passaporte: PP4678734 País: HAITI Mãe: Andremene François Pai: Johnny Macedoine.

Processo: 08228.024174/2023-18 Requerente: LAUDA BEAUGE Prazo: Indeterminado Imigrante: Voltius julesse Data Nascimento: 11/02/1967 Passaporte: R11604315 País: HAITI Mãe: Nelita Milien Pai: Voltius Tomas Imigrante: Voltius Gregor Ricardo Data Nascimento: 26/07/1997 Passaporte: R11514005 País: HAITI Mãe: Pauline Boigelin Pai: Voltius Julesse.

Processo: 08228.004480/2024-19 Requerente: ELAD SHIMONY Prazo: 1 Ano Imigrante: ELAD SHIMONY Data Nascimento: 09/02/1988 Passaporte: 31946095 País: ISRAEL.

Processo: 08228.001509/2024-19 Requerente: Logan Hans Stickel Prazo: 1 Ano Imigrante: Logan Hans Stickel Data Nascimento: 04/12/1989 Passaporte: 546119505 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.001035/2024-99 Requerente: MARC GAJA RAMON Prazo: 4 Anos Imigrante: MARC GAJA RAMON Data Nascimento: 25/02/1986 Passaporte: PAD239872 País: ESPANHA Mãe: Maria de Los Angeles Ramon Folguera Pai: Raimon Gaja Jaumeandreu.

Processo: 08228.000402/2024-37 Requerente: LEONEL FELICISSIMO DOS REIS Prazo: Indeterminado Imigrante: LEONEL FELICISSIMO DOS REIS Data Nascimento: 28/12/1946 Passaporte: 888517 País: PORTUGAL Mãe: LUCIANA DE JESUS CAPITÃO Pai: CUSTODIO FELICISSIMO REIS.

Processo: 08228.001000/2024-51 Requerente: WOLFGANG KEIENBURG Prazo: Indeterminado Imigrante: WOLFGANG KEIENBURG Data Nascimento: 27/03/1967 Passaporte: G384843T País: ALEMANHA Mãe: URSULA ELISABETH KEIENBURG Pai: KARL HEINZ KEIENBURG.

Processo: 08228.006104/2024-51 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano Imigrante: Rusty Blake Barnett Data Nascimento: 07/12/1968 Passaporte: A14989564 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Gloria Louise Barnett Pai: Sargent Dale Barnett.

Processo: 08228.006097/2024-97 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano Imigrante: Troy Alan Peterson Data Nascimento: 16/06/1977 Passaporte: 524141431 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Shauna Sue Peterson Pai: Alan Blake Peterson.

Processo: 08228.007906/2024-88 Requerente: TUV RHEINLAND DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TORSTEN LUX Data Nascimento: 06/02/1978 Passaporte: C76K5P6XP País: ALEMANHA Mãe: KARIN LUX Pai: GERHARD DIETMAR LUX.

Processo: 08228.005979/2024-35 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 01 Ano Imigrante: CHRISTIAN TILL BECK WORNER Data Nascimento: 29/04/1977 Passaporte: X2700837 País: SUÍÇA Mãe: MAJA BECK-WORNER Pai: GUSTAV MARTIN BECK-WORNER.

Processo: 08228.000959/2024-78 Requerente: LUDMILA LEE CASTILLO Prazo: 2 Anos Imigrante: Ludmila Lee Castillo Data Nascimento: 30/07/1968 Passaporte: L633663 País: CUBA Mãe: Ana María Castillo Pérez Pai: Edilberto Lee Kim Imigrante: Ludmila Lee Castillo Data Nascimento: 30/07/1968 Passaporte: L633663 País: CUBA Mãe: Ana María Pai: Edilberto.

Processo: 08228.007397/2024-93 Requerente: KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: IAN FEDERICK BAREL CORNEJO Data Nascimento: 26/01/1988 Passaporte: P7957253 País: FILIPINAS Mãe: GILBERTA COTO BAREL Pai: FRED ENCISO CORNEJO.

Processo: 08228.001793/2024-15 Requerente: ALI JAFET JIMENEZ CUELLAR Prazo: Indeterminado Imigrante: ALI JAFET JIMENEZ CUELLAR Data Nascimento: 03/04/1993 Passaporte: g135621 País: HONDURAS Mãe: MARIA DOLORES CUELLAR ZAVALA Pai: FREDY JIMENEZ MONTUFAR.

Processo: 08228.000275/2024-76 Requerente: ZCOM CH COMERCIO DE ACESSORIOS PARA CELULARES EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: QI LIN Data Nascimento: 01/10/1993 Passaporte: E35264833 País: CHINA Mãe: XINGJIAN LIN Pai: SHUCHI CHEN.

Processo: 08228.009903/2024-89 Requerente: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA Prazo: 5 Meses Imigrante: Naser Mohammad Meqbel Meqbel Data Nascimento: 08/02/1973 Passaporte: C3HZ01Z61 País: ALEMANHA Mãe: Rowalda Alnajjar Pai: Mohammad Meqbel.

Processo: 08228.010104/2024-55 Requerente: MARI FUJIWARA Prazo: 2 Anos Imigrante: Mari Fujiwara Data Nascimento: 06/04/1964 Passaporte: TS5290405 País: JAPÃO.

Processo: 08228.009906/2024-12 Requerente: HAMEED ULLAH Prazo: Indeterminado Imigrante: HAMEEED ULLAH Data Nascimento: 01/03/1989 Passaporte: DH6271233 País: PAQUISTÃO.

Processo: 08228.009258/2024-11 Requerente: FACULDADES CATOLICAS Prazo: 1 Ano Imigrante: Zhaoliang Cai Data Nascimento: 21/11/1988 Passaporte: Ek0032087 País: CHINA.

Processo: 08228.000530/2024-81 Requerente: Peter Möller Prazo: 2 Meses Imigrante: Peter Möller Data Nascimento: 10/05/1961 Passaporte: C5PG8W5K7 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.002898/2024-83 Requerente: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO ULTIMA HORA Prazo: 2 Anos Imigrante: JOSE BABASTRO MOA Data Nascimento: 26/10/1972 Passaporte: PAS268277 País: ESPANHA.

Processo: 08228.002887/2024-11 Requerente: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO ULTIMA HORA Prazo: 2 Anos Imigrante: MARIA BECKER Data Nascimento: 09/06/1973 Passaporte: C4WFXOZ65 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003269/2024-71 Requerente: GVA CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: VINCENZO MANNA Data Nascimento: 20/06/1974 Passaporte: YB43256102 País: BRASIL.

Processo: 08228.000710/2024-62 Requerente: SPEAKY.COM BRAZIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NICOLAS LOUIS PAUL HENRI BOEL Data Nascimento: 31/07/1964 Passaporte: en897788 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.004723/2024-19 Requerente: FINN LUNDSTEDT Prazo: Indeterminado Imigrante: FINN LUNDSTEDT Data Nascimento: 06/09/1970 Passaporte: NOR33170162 País: NORUEGA.

Processo: 08228.002875/2024-79 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 22/10/2024 Imigrante: Akshay Ashok Mali Data Nascimento: 10/06/1988 Passaporte: S5127459 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.002850/2024-75 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 22/10/2024 Imigrante: Vinamra Agnihotri Data Nascimento: 06/03/1996 Passaporte: Z6982070 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.000536/2024-58 Requerente: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Prazo: 14/08/2024 Imigrante: STANISLAV KONOVETS Data Nascimento: 11/04/2003 Passaporte: GB628285 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.009268/2024-31 Requerente: MTU MAINTENANCE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ANDRÉ DORING WESSELS Data Nascimento: 28/10/1986 Passaporte: C1ZJ1F3C4 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.002510/2024-44 Requerente: DATILUS SENATUS Prazo: Indeterminado Imigrante: Surin JEAN MARY Data Nascimento: 24/12/1995 Passaporte: R10331011 País: HAITI.

Processo: 08228.002493/2024-45 Requerente: DATILUS SENATUS Prazo: Indeterminado Imigrante: TOUSSAINT CHRISTINA Data Nascimento: 09/11/1999 Passaporte: RM5130926 País: HAITI.

Processo: 08228.000720/2024-14 Requerente: GLADYS PAGIE SAMBA MOUTINOU Prazo: Indeterminado Imigrante: GLADYS PAGIE SAMBA MOUTINOU Data Nascimento: 11/03/1984 Passaporte: OA0488804 País: REPÚBLICA DO CONGO Imigrante: GLADYS PAGIE SAMBA MOUTINOU Data Nascimento: 11/03/1984 Passaporte: OA0488804 País: REPÚBLICA DO CONGO.

Processo: 08228.008650/2024-26 Requerente: MLS SERVICOS OFFSHORE E NAVAIS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: TEEMU JOHANNES SALMINEN Data Nascimento: 24/11/1978 Passaporte: FP2784822 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.003515/2024-94 Requerente: nestor gerardo de freitas fernandez Prazo: Indeterminado Imigrante: nestor gerardo de freitas fernandez Data Nascimento: 31/07/1970 Passaporte: H 177113 País: CUBA Mãe: clotilde fe fernandez diaz Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.003479/2024-69 Requerente: VOLPI NOGUEIRA FABRICACAO DE PECAS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Abdul Ghafar Ibrahimi Data Nascimento: 21/06/1998 Passaporte: 1399-1203-62650 País: PAQUISTÃO Mãe: Amina Mukhilis Pai: Mohammad Nasir Mukhilis.

Processo: 08228.003273/2024-39 Requerente: EVGENII DYBA Prazo: Indeterminado Imigrante: ROMAN ALEXANDROVICH FILIMONOV Data Nascimento: 24/01/1985 Passaporte: 3490494 País: RÚSSIA Mãe: SVETLANA FILIMONOVA Pai: ALEXANDR FILIMONOV.

Processo: 08228.003114/2024-34 Requerente: MOLINA MASCI LTDA Prazo: 3 Anos Imigrante: NIVALDO MANUEL O'FARRIL HERNANDES Data Nascimento: 05/06/1978 Passaporte: L119388 País: CUBA Mãe: MIRTHA VICENTA HERNADEZ TORRES Pai: ROLANDO O'FARRIL LARA.

Processo: 08228.001693/2024-81 Requerente: YUMMY 36 COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: NAUMAN MUSTAFA Data Nascimento: 07/10/1995 Passaporte: EVO873081 País: PAQUISTÃO Mãe: NUZHAT NASREEN Pai: GULAM MUSTAFA.

Processo: 08228.000527/2024-67 Requerente: KHALEL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E COMERCIO EXTERIOR LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: NAJMUL ISLAM RASHED Data Nascimento: 12/11/2003 Passaporte: A07392640 País: BANGLADESH Mãe: JAHANARA BEGUM Pai: NUR MOHAMMAD.

Processo: 08228.000526/2024-12 Requerente: KHALEL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E COMERCIO EXTERIOR LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: RIZVI AHMED Data Nascimento: 24/12/2000 Passaporte: A12845208 País: BANGLADESH Mãe: RINA AKTER Pai: ABUL BASHAR.

Processo: 08228.000525/2024-78 Requerente: KHALEL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E COMERCIO EXTERIOR LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: SALA UDDIN Data Nascimento: 31/12/1988 Passaporte: A06710063 País: BANGLADESH Mãe: THYEA MINEA AKTEAR Pai: ABU THAIR.

Processo: 08228.000524/2024-23 Requerente: KHALEL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS E COMERCIO EXTERIOR LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ABDUL AZIZ Data Nascimento: 01/11/1997 Passaporte: A03595979 País: BANGLADESH Mãe: MOMOTAJ BEGUM Pai: ABU TAHER.

Processo: 08228.000375/2024-19 Requerente: YE QIAOHONG Prazo: 02 Anos Imigrante: LIN CHEN Data Nascimento: 07/05/1981 Passaporte: EJ4381709 País: CHINA Mãe: YEYA ZHOU Pai: ZHIWU CHEN.

Processo: 08228.002239/2024-47 Requerente: LIGA DESPORTIVA ALUMINENSE Prazo: 12 Meses Imigrante: SANDARLINE METGMOTOH FOMBUWING Data Nascimento: 25/05/1994 Passaporte: AA162795 País: CAMARÕES.

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 81, de 26/04/2024, Seção 1, Pág. 106, Processo: 08228.005263/2024-38, onde se lê: Mãe: VALERIE CHRISTELLE MICHELE MAHE, leia-se: Mãe: VALERIE CHRISTELLE MICHELLE MAHE.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 78, de 23/04/2024, Seção 1, Pág. 45, Processo: 08228.012365/2024-18, onde se lê: Data Nascimento: 22/03/1983, leia-se: Data de nascimento: 12/03/1983.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 81, de 26/04/2024, Seção 1, Pág. 106, Processo: 08228.004800/2024-22, onde se lê: Data de Nascimento: 01/09/1990, leia-se: Data de Nascimento: 01/03/1990.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 81, de 26/04/2024, Seção 1, Pág. 103, Processo: 08228.008395/2024-11, onde se lê: Data de Nascimento: 10/10/1997, leia-se: Data de Nascimento: 10/10/1977.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 81, de 26/04/2024, Seção 1, Pág. 107, Processo: 08228.007689/2024-26, onde se lê: Imigrante: TERENCE ROCCO REA, leia-se: Imigrante: TERRENCE ROCCO REA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 81, de 26/04/2024, Seção 1, Pág. 107, Processo: 08228.007687/2024-37, onde se lê: Mãe: IRENE HYNTLEY, leia-se: Mãe:IRENE HUNTLEY.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 78, de 23/04/2024, Seção 1, Pág. 44, Processo: 08228.005975/2024-57, onde se lê: Mãe: CONNIE YVONE CROPP BATES, leia-se: Mãe: CONNIE YVONNE CROPP BATES.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 81, de 26/04/2024, Seção 1, Pág. 107, Processo: 08228.004794/2024-11, onde se lê: Mãe: MODUPE OLU ODUBANJO, leia-se: Mãe: MODUPE O ODUBANJO.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 195, de 11/10/2023, Seção 1, Pág. 59, Processo: 08228.016570/2023-63, onde se lê: Imigrante: YLONES SANOM, leia-se: Imigrante: YLONES SANON.

JONATAS LUIS PABIS

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 12/2024/FIS/CGF

Processo nº 00261.001963/2022-73
Interessado: Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS)

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento no art. 17, inciso I, do Regimento Interno da ANPD, aprovado pela Portaria nº 1, de 8 de março de 2021, examinando os autos do processo em epígrafe, instaurado em face da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.642.138/0001-04, em razão dos indícios de infração à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); e

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Instrução nº 3/2024/FIS/CGF/ANPD (SEI nº 0116664), cujas razões acolho e integro à presente decisão, inclusive como motivação, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/1999 c/c o art. 55 e seguintes do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 1/2021;

CONSIDERANDO que o Despacho Decisório 11 (0116517) deixou de mencionar a medida corretiva subsidiária sugerida no item 8.1.3 do Relatório de Instrução nº 3/2024/CGF/ANPD (0116664), por violação ao art. 49 da LGPD;, decide:

1. Aplicar à SAS as sanções de:

2. ADVERTÊNCIA, por infração ao art. 48 da LGPD, com a imposição das seguintes medidas corretivas, acompanhadas de suas comprovações:

2.1. Envio de comunicação direta e individualizada a cada um dos 413 titulares afetados pela exposição dos dados no sítio eletrônico da SAS.

2.1.1. O teor da comunicação individual poderá ser o mesmo da segunda versão da Nota de Esclarecimento (0050478), desde que: i) sejam incluídos os motivos da demora da comunicação, por não ter sido imediata, consoante art. 48, §1º, V, da LGPD; ii) sejam alteradas as informações eventualmente desatualizadas, como, por exemplo, os dados do encarregado e o que mais a SAS entender necessário.

2.1.2. Deverá ser juntada aos autos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis da data de intimação, comprovação de que a medida corretiva descrita no item 2.1 foi cumprida por meio da apresentação de uma planilha com a lista completa de todos os 413 titulares afetados identificados que foram individualmente comunicados contendo (i) o nome completo do titular; (ii) data de contato; (iii) informação de contato utilizada para a comunicação individual (o número de telefone, se por meio telefônico; o e-mail, se por correio eletrônico; o endereço, se por meio físico etc.); e iv) o envio do inteiro teor de 40 comunicações realizadas por e-mail ou por meio físico, a fim de que seja possível que a CGF valide, por amostragem, a comunicação feita ao titular.

2.2. Atualização do comunicado no sítio eletrônico da SAS, conforme segunda versão juntada aos autos (0050478), incluídas as alterações mencionadas no item 2.1.1, na página em que os usuários se cadastram no Programa PE Livre Acesso (https://www.sdscjpvd.pe.gov.br/seses/pe-livre-acesso-intermunicipal/ ou correspondente), bem como na página específica relacionada à LGPD (https://www.sas.pe.gov.br/lgpd/ ou correspondente), por pelo menos mais 90 (noventa) dias corridos a contar da data da intimação da decisão deste PAS.

2.2.1. Deverá ser juntada aos autos comprovação de que a medida corretiva do item 2.2 foi cumprida por meio da apresentação de, pelo menos, 9 (nove) capturas de tela do sítio eletrônico da SAS contendo o comunicado e com visualização clara da data da captura sendo que cada captura deve ser feita no intervalo mínimo de 9 (nove) dias entre cada uma.

2.2.2. A comprovação de cumprimento da medida corretiva deverá ser juntada aos autos em até 5 (cinco) dias úteis do final de cada período de 30 (trinta) dias, independentemente de nova intimação para tanto.

3. ADVERTÊNCIA, por violação ao art. 49 da LGPD, com a imposição da seguinte medida corretiva, acompanhada de sua comprovação:

3.1. Envio de comprovação da implementação, na estrutura dos sistemas, de medidas técnicas (e administrativas, se aplicável) que já tenham sido realizadas, incluindo aquelas referentes i) à existência de mecanismos de monitoramento de tráfego à base de dados, ii) à guarda de registros de acesso à referida base de dados, e iii) ao acesso restrito ao link que contém a base de dados em discussão, a fim de atestar que sua consulta somente pode ser realizada mediante uso de senha, com nova etapa de identificação, bem como com limitação de acesso para pessoa em nível gerencial (consoante relatado pela própria autuada na CIS [0042386]); bem como outras medidas que a SAS entenda serem cabíveis.

3.1.1. A comprovação dos elementos supracitados no item 3.1 pode ser realizada através de declaração assinada pelo Secretário da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS).

3.1.2. A fim de se comprovar o cumprimento da medida corretiva, determina-se à SAS que junte aos autos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis da data de intimação da decisão deste PAS, comprovação de implementação das providências indicadas nesta medida corretiva, que poderá ser realizada por meio da declaração mencionada no item 3.1.1.

3.2 Subsidiariamente à medida imposta no item 3.1 e subitens, em virtude da violação ao art. 49 da LGPD, admitir-se-á a apresentação de um cronograma para a implementação das medidas do item 3.1. deste Despacho Decisório, com a especificação das etapas a serem adotadas.

3.2.1 A fim de se comprovar o cumprimento desta medida corretiva, a SAS deve juntar aos autos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis da data de intimação deste Despacho Decisório, documento (e.g. planilha, documento escrito de forma digital, apresentação de slides etc.) em que conste i) a previsão de todas as etapas do cronograma e ii) a forma por meio da qual se comprovará o cumprimento de cada uma das etapas.

3.2.2 O prazo de cumprimento de todas as etapas previstas no cronograma não deverá ultrapassar 110 (cento e dez) dias úteis, contados da data de intimação deste Despacho Decisório.

4. Tornar sem efeito o Despacho Decisório nº 11/2024 (0116517).

5. Pela intimação da autuada, para cumprimento das sanções e medidas corretivas e/ou apresentação de recurso, em até 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão, em consonância com o art. 56 da Lei nº 9.784/99 c/c o art. 58 do Regulamento de Fiscalização.

6. Aguarde-se o trânsito em julgado. Após, em caso de não cumprimento desta decisão, encaminhe-se este Processo Administrativo Sancionador para a Controladoria-Geral do estado de Pernambuco, nos termos do art. 55-J, XXII, da LGPD, para que sejam tomadas as medidas administrativas necessárias em relação aos agentes públicos que deram causa ao descumprimento do disposto na legislação de proteção de dados pessoais.

FABRÍCIO GUIMARÃES MADRUGA LOPES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS SG DE 30 DE ABRIL DE 2024

Nº 461 - Ato de Concentração nº 08700.002455/2024-60. Requerentes: Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. e Coqueiro Par Participações Ltda. Advogados: Luis Nagalli, Julia Haddad Niemeyer e Felipe de Amorim Couto. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 462 - Ato de Concentração nº 08700.002544/2024-14. Requerentes: Marilan Alimentos S.A. e Top Cau Indústria e Comércio de Chocolates Ltda. Advogados: Marcel Santos, Renata Arcoverde, José Antônio Miguel Neto e Ronaldo Machado Assumpção Filho. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 465 - Ato de Concentração nº 08700.000882/2024-11.
Requerentes: União Química Farmacêutica Nacional S.A.; Novartis AG e Novartis Pharma AG.
Advogados: Renata Fonseca Zuccolo Giannella e Raul Cabral.

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer Técnico nº 2/2024/CGAA1/SGA1/SG/CADE (1380051) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente Ato de Concentração.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHOS SG DE 30 DE ABRIL DE 2024

Nº 468 - Ato de Concentração nº 08700.002536/2024-60. Requerentes: Marquespan Indústria de Alimentos Ltda., Trigo & Cia. Ltda., Trigolog Transportes Ltda., Trigo & Cia. Comércio Atacadista de Produtos Ltda., Trigo & Cia. Comércio Atacadista de Produtos Triângulo Mineiro Ltda. e TAC Patrimonial Ltda. Advogado: Paolo Zupo Mazzucato. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 469 - Ato de Concentração nº 08700.002799/2024-79. Requerentes: Marques Empreendimento Imobiliário Ltda. e SP IRA 01 Ltda. Advogados: Ricardo Franco Botelho, Mylena Augusto de Matos, Aurélio Marchini Santos e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHO SG Nº 473, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Ato de Concentração nº 08700.005990/2023-91. Requerentes: FIP ECO REAL II e BTG Holding ("Grupo BTG Pactual"), VITA ("Grupo Vita") e H. Hemo ("Grupo H. Hemo"). Advogados: Adriana Giannini, Eduardo Molan Gaban, Luiz Eduardo Salles, Victor Santos Rufino e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 11/2024/CGAA2/SGA1/SG (SEI 1381005) à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

PAUTA DA 229ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2024

Dia: 08/04/2024
Horário: 10 horas

Nos termos do art. 60, parágrafo único c/c arts. 75, §1º e 76, §4º do Regimento Interno do Cade, e com fundamento no Despacho da Presidência nº 48 (1380454), a Sessão de Julgamento será realizada por meio remoto, com transmissão em tempo real pelo sítio eletrônico www.cade.gov.br e pelo canal do Cade no YouTube (https://bit.ly/39SsiVg).

Eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de WhatsApp +55 (61) 99939-6256 até 24 horas antes do início da sessão virtual. No mesmo prazo o advogado deverá enviar o arquivo de mídia à Secretaria do Plenário, em conformidade com o art. 81, §§ 5º e 6º do Regimento Interno.

Com relação aos requerimentos de ordem, nos termos do art. 81, § 5º do Regimento Interno, fica garantido o acesso de advogado constituído nos autos, para participação ativa a qualquer momento, durante o julgamento. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria do Plenário, pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de WhatsApp +55 (61) 99939-6256, que informará sobre o procedimento a ser adotado.

O advogado deverá se responsabilizar pela qualidade do arquivo de mídia encaminhado, bem como pela adequação do ambiente escolhido para participação na sessão em tempo real.

A sustentação oral ou o requerimento de ordem também poderão ser realizados por meio de equipamento eletrônico disponível nas instalações do Cade.

1. Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração 08.700.005463/2019-09

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica ex officio.

Representadas: Govesa Motors Veículos, Peças e Serviços Ltda., Kuruma Veículos S.A., Moitinho Automóveis Ltda.

Advogados: Marcus Vinicius Marcilio Cardoso, Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard, Thales de Melo e Lemos, Bernardo Gomes Leão, Roberto Moreno de Melo e outros.

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

Voto Vista: José Levi Mello do Amaral Júnior

2. Processo Administrativo nº 08700.001805/2017-41

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica ex officio.

Representado: Afrânio Manhães Barreto.

Advogados: Ana Claudia Beppu Dos Santos Oliveira, Beatriz Faustino Franca Mori, Elinor Cristofaro Cotait, Enrico Spini Romanielo, Fernando Stival, Francisco Amaral De Almeida Sampaio e Gabriela Miranda Naves.

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

3. Processo Administrativo nº 08700.005915/2022-40

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica ex officio.

Representados: Auto Posto Pacaembu LTDA; Auto Posto Beija Flor (Franciene Soares Rocha); Auto Center Pacaembu; Central Auto Posto Ltda; Auto Posto Melo Borges Eireli; Auto Posto Capelinha Eireli; Posto Brasil LTDA; Auto Service Joia Comercio de Combustíveis Eireli (Kurujão 93); Auto Posto K92 Eireli (Kurujão 92); Costa e Lourenço Comercio de Combustíveis Ltda (Kurujão 83); Posto Nossa Senhora Aparecida LTDA (Posto Nossa Senhora Aparecida); Posto Via Azul LTDA; Posto Mirante Prime LTDA (Posto Mirante Prime); Posto Boa Vista Ltda; Auto Posto Nippon Ltda; Posto Milani Gasparoto Comércio de Combustíveis e Loja de Conveniência (Posto Milani); Posto Palmeira Imperial Ltda (Posto Milani); Posto e Conveniência Talismã LTDA (Posto Milani); Auto Posto Zumpano 8 LTDA (Grupo Forte); Auto Posto Zumpano 9 LTDA (Grupo Forte); Auto Posto Zumpano 10 LTDA (Auto Posto Zumpano 10); Auto Posto Zumpano 11 LTDA; Cinquentão Comércio de Combustíveis LTDA; Cinquentão Comércio de Combustíveis LTDA; Cinquentão Comércio de Combustíveis LTDA; Grupo Cinquentão Comércio de Combustíveis LTDA (Posto Apolo); Posto Automan LTDA; Posto Automan LTDA (Posto Automan 1); Alaim Rocha Júnior; Antonio Campos Rocha Junior; Caio Marcio Pereira Borges; Carlos Alberto da Silva Brandão; Danilo Alfredo Santos Mendonça e Silva; Flavio Duarte de Freitas Madeira; Francisco Carlos Moreira da Silva; Janier Cesar Gasparoto; Jeremias de Sousa Nunes; Raphael Duarte de Freitas Madeira; Raphael Zumpano de Oliveira; Roberto Balsanufo Costa e Silva; Ronaldo Boscollo.

Advogados: Arthur Villamil Martins, André Aparecido Alves Siqueira, Jose Francisco Rodrigues Filho, Ana Beatriz Andrade Melo Fernandez, Ana Paula Alves Monteiro; Arthur Villamil, Cínthia Carolina Silva, Matheus de Carlo Souza e Sousa, Claudio Julio Fontoura, Daniela de Melo Inacio, Garcia Rezende Pereira, Edmar Antônio Alves Filho, Anne Thalita Goncalves de Sousa, Ilda Maria de Oliveira Almeida, Jose Fernando de Oliveira; José Francisco Rodrigues Filho, Mauro Sérgio Ramos Pereira, Natalia Queiroz Samartino, Nayara Passos Alves, Paulo Sérgio de Albuquerque Coelho Filho, Raphael Andrade Melo Fernandez, Renato Aleixo Lellis de Oliveira e outros. Relator: Carlos Jacques Vieira Gomes

4. Pedido de Reapreciação do Processo Administrativo nº 08700.004974/2015-71

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica ex officio.

Representados: Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 23ª Região - CRECI/PI; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 18ª Região - CRECI/AM-RR; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 3ª Região - CRECI-RS, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 6ª Região - CRECI-PR, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 11ª Região - CRECI-SC, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 1ª Região - CRECI-RJ, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 13ª Região - CRECI-ES, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 2ª Região - CRECI-SP, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 15ª Região - CRECI-CE, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 20ª Região - CRECI-MA, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 25ª Região - CRECI-TO, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 16ª Região - CRECI-SE, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 7ª Região - CRECI-PE, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 9ª Região - CRECI-BA, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 22ª Região - CRECI-AL, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 17ª Região - CRECI-RN, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 21ª Região - CRECI-PB, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 8ª Região - CRECI-DF, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 14ª Região - CRECI-MS, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 19ª Região - CRECI-MT; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 12ª Região - CRECI-PA/AP; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 24ª Região - CRECI-RO e dos seguintes sindicatos: Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado da Paraíba; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Mato Grosso do Sul; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Corretores de Imóveis de Petrópolis; Sindicato dos Corretores de Imóveis da Região dos Lagos; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Município do Rio de Janeiro; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Rondônia; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado de Goiás; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado do Mato Grosso do Sul; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado da Paraíba; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado de Rondônia.

Advogados: Pedro Dutra, Leonardo Machado Sobrinho, Eduardo Coelho Leal Jardim, Eduardo de Avelar Lamy, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco Lamy, Glauco Teixeira Gomes, Lorena Ibrahim Barbosa Cunha, Roberto Santos Cunha, Erica da Silva Santos Spagnol, Daniel Santos Guimaraes, Luiza Boscato Raimundo, Eduardo de Brida Alves, Ana Paula Chedid de Oliveira, Julio Cesar Cavalcante Aires e outros.

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Tribunal

JERUZA HUCKEMBECK PARDO
Secretária do Plenário
Substituta

ASSESSORIA DE GABINETE 4

DESPACHO DECISÓRIO Nº 9/GAB4/CADE, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 08700.006146/2019-00
Representante: Associação Nacional das Universidades Particulares
Advogados(as): João Paulo Bachur e Mônica Tiemy Fujimoto e outros
Representado: Conselho Federal de Medicina Veterinária
Advogados(as): Cylston Marns Valenno e Armando Rodrigues Alves e outros
Relator(a): Conselheiro Victor Oliveira Fernandes

Tendo em vista as informações trazidas aos autos pelo INEP (SEI 1333556), pelo MEC (SEI 1362934) e pela ANUP (SEI 1326770), em resposta às diligências adicionais requeridas pelo douto representante do Ministério Público junto ao CADE (SEI 1306945), notifico as partes para que, querendo, apresentarem nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do artigo 159, caput, do Regimento Interno do CADE (RICADE).

Em seguida, encaminham-se os autos à Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE e ao Ministério Público Federal para apresentação de manifestações complementares, no prazo de 20 (dias) cada, nos termos do art. 159, § 2º, do RICADE.

Submeto o presente despacho à homologação do Tribunal, ad referendum.

VICTOR OLIVEIRA FERNANDES
Relator

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.297, de 23 de abril de 2024, constante no Processo nº 48500.007441/2022-41, publicada no DOU nº 83, de 30 de abril de 2024, seção 1, p. 111,

Onde se lê: "(...) alterando o valor da penalidade para R$ 292.366,99 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos), a valores de abril de 2023.",

Leia-se: "(...) alterando o valor da penalidade para R$ 366.708,74 (trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e oito reais e setenta e quatro centavos), a valores de abril de 2023.".

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória nº 3.218, de 4 de julho de 2023, constante no Processo nº 48500.009390/2022-92, publicada no DOU nº 128, de 7 de julho de 2023, seção 1, p. 94, v. 161. Retificar os Anexos I e II, homologar a nova de base de dados e as novas receitas de referência utilizadas no cálculo da TUSDg, conforme os critérios estabelecidos pelos Submódulos 7.4 e 9.4 do PRORET. A íntegra da Resolução Homologatória consta dos autos e está disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

Onde se lê:

ANEXO I

TARIFAS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO - TUSDg - DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIDORA	REDE UNIFICADA - RU	CENTRAL GERADORA			TUSDg - REFERÊNCIA R$/kW (mês)
		NÚCLEO DO CEG	TIPO	NOME	
...					
CEMIG-D	30	40686	UFV	BELVEDERE 1	10,296
CEMIG-D	30	40687	UFV	BELVEDERE 2	10,296
CEMIG-D	30	40688	UFV	BELVEDERE 3	10,296
CEMIG-D	30	50784	UFV	JUSANTE 1	6,591
CEMIG-D	30	50785	UFV	JUSANTE 2	6,591
CEMIG-D	30	50786	UFV	JUSANTE 3	6,591
CEMIG-D	30	50787	UFV	JUSANTE 4	6,591
CEMIG-D	30	50788	UFV	JUSANTE 5	6,591

CEMIG-D	30	50789	UFV	JUSANTE 6	6,591
CEMIG-D	30	32996	UFV	RQL 01	7,038
CEMIG-D	30	33969	UFV	RQL 02	7,038
...					
EQUATORIAL GOIAS	30	28355	UHE	SERRA DO FACAO	4,383

Leia-se:

ANEXO I

TARIFAS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO - TUSDg - DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIDORA	REDE UNIFICADA - RU	CENTRAL GERADORA			TUSDg - REFERÊNCIA R$/kW (mês)
		NÚCLEO DO CEG	TIPO	NOME	
...					
CEMIG-D	30	40686	UFV	BELVEDERE 1	7,541
CEMIG-D	30	40687	UFV	BELVEDERE 2	7,541
CEMIG-D	30	40688	UFV	BELVEDERE 3	7,541
CEMIG-D	30	50784	UFV	JUSANTE 1	6,441
CEMIG-D	30	50785	UFV	JUSANTE 2	6,441
CEMIG-D	30	50786	UzzzFV	JUSANTE 3	6,441
CEMIG-D	30	50787	UFV	JUSANTE 4	6,441
CEMIG-D	30	50788	UFV	JUSANTE 5	6,441
CEMIG-D	30	50789	UFV	JUSANTE 6	6,441
CEMIG-D	30	50790	UFV	JUSANTE 7	6,441
CEMIG-D	30	32996	UFV	RQL 01	6,887
CEMIG-D	30	33969	UFV	RQL 02	6,887
...					
EQUATORIAL GOIAS	30	28355	UHE	SERRA DO FACAO	4,23

Onde se lê:

ANEXO II

TUSDg DE REFERÊNCIA PARA NOVAS CENTRAIS GERADORAS NÃO LISTADAS NO ANEXO I, E PARA ACESSO EM CARATER TEMPORÁRIO

DISTRIBUIDORA	TUSDg - REFERÊNCIA R$/kW (mês)
...	
CEMIG-D	5,646
...	
EQUATORIAL GOIAS	6,639

Leia-se:

ANEXO II

TUSDg DE REFERÊNCIA PARA NOVAS CENTRAIS GERADORAS NÃO LISTADAS NO ANEXO I, E PARA ACESSO EM CARATER TEMPORÁRIO

DISTRIBUIDORA	TUSDg - REFERÊNCIA R$/kW (mês)
...	
CEMIG-D	5,466
...	
EQUATORIAL GOIAS	6,632

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória nº 3.279, de 17 de outubro de 2023, constante no Processo nº 48500.006883/2022-71, publicada no DOU nº 200, de 20 de outubro de 2023, seção 1, p. 55, v. 161. Retificar as tarifas da UHE SERRA DO FACAO e do NOVO GERADOR, modalidade geração do subgrupo A2 na Tabela 1 do Anexo. A íntegra da Resolução Homologatória consta dos autos e está disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

Onde se lê:

TABELA 1 - TARIFAS DE APLICAÇÃO E BASE ECONÔMICA PARA O GRUPO A (EQTL GO)

SUBGRUPO	MODALIDADE	ACESSANTE	POSTO	TARIFAS DE APLICAÇÃO			BASE ECONÔMICA		
				TUSD		TE	TUSD		TE
				R$/kW	R$/MWh	R$/MWh	R$/kW	R$/MWh	R$/MWh
A2 (88 a 138 kV)	Geração	...							
		UHE SERRA DO FACAO	NA	4,40	0,00	0,00	4,28	0,00	0,00
		...							
		NOVO GERADOR	NA	6,38	0,00	0,00	6,38	0,00	0,00

Leia-se:

TABELA 1 - TARIFAS DE APLICAÇÃO E BASE ECONÔMICA PARA O GRUPO A (EQTL GO)

SUBGRUPO	MODALIDADE	ACESSANTE	POSTO	TARIFAS DE APLICAÇÃO			BASE ECONÔMICA		
				TUSD		TE	TUSD		TE
				R$/kW	R$/MWh	R$/MWh	R$/kW	R$/MWh	R$/MWh
A2 (88 a 138 kV)	Geração	...							
		UHE SERRA DO FACAO	NA	4,40	0,00	0,00	4,13	0,00	0,00
		...							
		NOVO GERADOR	NA	6,37	0,00	0,00	6,47	0,00	0,00

SECRETARIA DE INOVAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 991, DE 3 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.004885/2023-14. Interessado: Enel Distribuição São Paulo - Enel São Paulo -- CNPJ: 61.695.227/0001-93,

Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 625.564,12 (seiscentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e doze centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-00390-1045/2016; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Secretário

DESPACHO Nº 1.311, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.004926/2023-64. Interessado: Cemig Distribuição S.A - CNPJ: 48500.004926/2023-64,

Decisão: (i) reconhecer o total de R$ R$ 45.104.182,56 (quarenta e cinco milhões, cento e quatro mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-04950-0013/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Secretário

DESPACHO Nº 1.312, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Processo n.º: 48500.004916/2023-29. Interessado: Cemig Distribuição S.A CNPJ: 06.981.180/0001-16,

Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 7.984.333,10 (sete milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e dez centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-04950-0021/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Secretário

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 4.540, de 23 de novembro de 2023, publicado no DOU nº 246, de 28 de dezembro de 2023, seção 1, v. 161, p. 158,

Onde se lê: "Interessado: Companhia Energética de Pernambuco CNPJ: 10.835.932/0001-08, Decisão: (i) reconhecer o total de R$ R$ 562.094,05 (quinhentos e sessenta e dois mil e noventa e quatro reais e cinco centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-00043-0064/2017;",

Leia-se: "Interessado: Proponente Companhia Energética de Pernambuco - Neoenergia Pernambuco e cooperada Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Neoenergia Coelba, Decisão: (i) reconhecer os investimentos referentes à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-00043-0064/2017, para a empresa proponente Companhia Energética de Pernambuco - Neoenergia Pernambuco , CNPJ nº 10.835.932/0001-08 no valor de R$ 255.336,93 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos) e para a cooperada Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Neoenergia Coelba, CNPJ nº 15.139.629/0001-94, no valor de R$ 306.757,12 (trezentos e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e doze centavos);"

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.309, DE 23 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.000220/2024-12. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A. (CNPJ nº 23.274.194/0001-19).

Decisão: negar o pedido de estabelecimento de parcelas adicionais de Receita Anual Permitida referentes à operação e manutenção de instalações transferidas ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 62/2001. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.317, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.000244/2024-63. Interessada: Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CNPJ nº 92.715.812/0001-31).

Decisão: negar o pedido de estabelecimento de parcelas adicionais de Receita Anual Permitida referentes à operação e manutenção de instalações recebidas pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 55/2001. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.347, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Processos nº: 48500.005555/2023-38, 48500.005554/2023-93 e 48500.005553/2023-49. Interessada: Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T.

Decisão: Autorizar a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, Contrato de Concessão nº 55/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.348, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.000223/2024-48. Interessada: Argo VI Transmissão de Energia S.A. (CNPJ nº 20.514.555/0001-69).

Decisão: estabelecer parcelas de (i) adicionais de Receita Anual Permitida; e (ii) ajuste referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão recebidas pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E DE AGENTES COMERCIALIZADORES DE ENERGIA

DESPACHO Nº 1.365, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo: 48500.007794/2022-41. Interessado: Nexa Energy Comercializadora de Energia Ltda., CNPJ no 46.373.655/0001-06,

Decisão: Registrar a alteração de razão social para Nexa Energy Comercializadora de Energia Ltda. e endereço da sede da empresa para Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, CEP: 04571-010, no município de São Paulo, estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br.

GERALDO FARIA DE SOUZA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA GERAÇÃO

DESPACHOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 1º de maio de 2024.

Nº 1.367 - Processo nº: 48500.004307/2022-99. Interessados: VENTOS DE SÃO ZACARIAS 03 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Zacarias 03. Unidades Geradoras: UG4 a UG8 de 5.700,00 kW cada. Localização: Município de Simões, no estado do Piauí.

Nº 1.368 - Processo nº: 48500.003899/2017-64. Interessados: POWERTECH ENGENHARIA SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE GERADORES DE ENERGIA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Sucundurí - Powertech. Unidades Geradoras: UG1 a UG3 de 187,00 kW cada. Localização: Município de Apuí, no estado do Amazonas.

Nº 1.369 - Processo nº: 48500.004285/2022-67. Interessados: Ventos de São Zacarias 05 Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Zacarias 05. Unidades Geradoras: UG2 a UG8, de 5.700,00 kW cada. Localização: Município de Simões, no estado do Piauí.

Nº 1.370 - Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Plaschio Plasticos Chiacchio LTDA. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Plaschio Plásticos Chiacchio. Unidades Geradoras: UG1 de 1.700,00 kW. Localização: Município de Vitória da Conquista, no estado de Bahia.

Nº 1.371 - Processo nº: 48500.005864/2020-65. Interessados: Ventos de São Vítor 10 Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de São Vitor 10. Unidades Geradoras: UG6 e UG7, de 6.200,00 kW cada. Localização: Municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, no estado da Bahia.
As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

LUIZ GUSTAVO NASCENTES BAENA
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHO Nº 1.351, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.005750/2015-58 Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional.

Decisão: Fixar, para os consumidores interligados ao SIN, a bandeira tarifária Verde com vigência no mês de maio de 2024, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

DESPACHO Nº 1.363, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica e Consumidores do Sistema Interligado Nacional.

Decisão: Estabelecer os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras) para fins da liquidação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, nas contas correntes vinculadas às operações do mercado de curto prazo, referente à contabilização do mês de competência de março de 2024, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.359, DE 29 ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.000504/2015-18.

Decisão: (i) homologar, nos anexos I e II, a Diferença Mensal de Receita - DMR apurada na aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica e os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético a serem repassados às distribuidoras pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e (ii) não homologar as competências do anexo III. Período: março de 2024 e residuais. A íntegra deste Despacho e seus anexos estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

DESPACHO Nº 1.364, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.005217/2020-53.

Decisão: (i) homologar, no Anexo I, os valores dos custos diretos do ramal de conexão, kit de instalação interna e do padrão de entrada instalados pelas distribuidoras e os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados às distribuidoras pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (ii) divulgar no Anexo II a relação de unidades consumidoras nas quais o reembolso não foi aprovado devido ao não atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução Normativa nº 950, de 2021. Período: 1º trimestre de 2024 e residuais. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 44/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
868.145/2022-MINERADORA CONCRELUZ LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
968.004/1994-COMICAN - COMPANHIA DE MINERACAO CANDIOTA-OF. N°15139/2024/SEFIS-MS/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.082/2018-I. F. PORATO EIRELI- Registro de Licença N° 7/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 01/08/2028
868.049/2016-OUROCAL MINERACAO LTDA- Registro de Licença N° 1/2017 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 13/07/2028
Fase de Requerimento de Lavra
Não conhece requerimento protocolizado(1057)
868.082/2005-WAL MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2113)
868.030/2022-IONY JOAQUIM DOS SANTOS-OF. N°15002/2024/SEOUT-MS/ANM.

LUIS CLÁUDIO DE SOUSA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 45/2024

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.057/2023 - MINERADORA CONCRELUZ LTDA-Registro de Licença n° 409/2024 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento 09/05/2043.

LUIS CLÁUDIO DE SOUSA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO
Relação nº 73/2024

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 02 anos, com vigência a partir dessa publicação:(322)
3856/2024-840.042/2024-MINERADORA SAO JORGE LTDA.

WERTHER LARRAZABAL DA SILVA JÚNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 74/2024

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.200/2003-IMOBILIARIA CASTRO LIMA LTDA.- Registro de Licença N° 400333/2004 - Vencimento em 03/04/2026
840.007/2021-BRILHANTE MINERACAO EIRELI- Registro de Licença N° 008/2021 - Vencimento em 08/03/2026
840.091/2017-M. A. DA SILVA MELO SERVICOS DE EXPLORACAO E EXTRACAO DE AREIA EIRELI- Registro de Licença N° 024/2017 - Vencimento em INDETERMINADO.

WERTHER LARRAZABAL DA SILVA JÚNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 75/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.096/2022-MARCIA ADRIANA LIMA MUNIZ- Cessionário:MINERADORA BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 40.521.052/0001-28- Alvará n°5563/2022.

WERTHER LARRAZABAL DA SILVA JÚNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 76/2024

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
840.048/2002-GMIX FABRICACAO E COMERCIO DE CAL EIRELI- Arrendatário:PEDRO TOMAZ MINERAÇÃO LTDA ME- CNPJ 48.949.700/0001-53 - Termino do arrendamento: 15/02/2028.

WERTHER LARRAZABAL DA SILVA JÚNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 77/2024

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
840.202/2013-ÁGUA VANESSA LTDA ME- MARCA VANESSA (sem gás) referente à FONTE SUELY embalagem de 20 litros- RECIFE/PE.

WERTHER LARRAZABAL DA SILVA JÚNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 78/2024

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
840.864/2011-NAPAS MINERACAO LTDA.

WERTHER LARRAZABAL DA SILVA JÚNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 36/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
886.083/2023-MADECON ENGENHARIA E PARTICIPACOES LTDA.

ANTÔNIO TEOTÔNIO DE SOUZA NETO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 48/2024

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
886.103/2023-FRANCISCO DAMASCENO VASCONCELOS JUNIOR-OF. N°15235/2024/UARB-RO/ANM.

ANTÔNIO TEOTÔNIO DE SOUZA NETO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 49/2024

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização - prazo 3 anos(2760)
886.219/2012 - IRMAOS QUINTELA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - RIO BRANCO/AC - Guia n° 194/2024 - Substância(s): AREIA - Volume(s): 50.000 TONELADAS.

ANTÔNIO TEOTÔNIO DE SOUZA NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 83/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.456/2018-ARMODIO DIAS-AI N°491/2024/DIFIS-SC/ANM
815.035/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-AI N°493/2024/DIFIS-SC/ANM
815.337/2018-FIRENZE PARTICIPACOES,CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA-AI N°494/2024/DIFIS-SC/ANM
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
815.999/2011-CALWER MINERACAO LTDA- AI N°663/2024/DIFIS-SC/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.079/2023-AUGUSTO BENACI FILHO-Saibro-Itajaí/SANTA CATARINA
815.078/2023-AUGUSTO BENACI FILHO-Saibro-Itajaí/SANTA CATARINA
815.072/2023-AUGUSTO BENACI FILHO-Saibro-Itajaí/SANTA CATARINA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
815.291/2019-CONTESTADO AGUA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°436/2009
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.984/2010-ALVO MINÉRIOS CERÂMICOS ESPECIAIS LTDA-OF. N°15063/2024/DIOUT-SC/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.184/2023-EDUARDO PEREIRA O DUDU-OF. N°15179/2024/DIOUT-SC/ANM.

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 84/2024

Fase de Requerimento de Lavra
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, II, alínea "e" da Portaria ANM Nº 1.056, de 30 de junho de 2022 - DOU de 01 de julho de 2022, com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2611)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 190/2024, de 30 DE ABRIL DE 2024 - Processo nº 815.298/2016 - Titular SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA - Substância(s) BASALTO - Município(s) de MARACAJÁ/SC.

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 85/2024

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização - prazo 3 anos(2760)
815.293/1993 - TERRAPLENAGEM AZZA LTDA. - BRUSQUE/SC, NOVA TRENTO/SC - Guia n° 195/2024 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Substância(s): Brita (Granito) - Volume(s): 50.000 toneladas/ano.

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAPÁ

DESPACHO
Relação nº 15/2024

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
858.092/2017-EDSON CARDOSO MONTEIRO- Registro de Licença N° 12/2018 - Vencimento em 05/03/2025
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.012/2024-TMNH PARTICIPACOES LTDA-OF. N°13429/2024.

ARMANDO FERREIRA DO AMARAL FILHO
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 24/2024

Fase de Requerimento de Lavra
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, II, alínea "e" da Portaria ANM Nº 1.056, de 30 de junho de 2022 - DOU de 01 de julho de 2022, com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2611)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 192/2024, de 30 DE ABRIL DE 2024 - Processo nº 890.564/1993 - Titular STONER MINERACAO LTDA - Substância(s) GRANITO - Município(s) de VILA PAVÃO/ES
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 191/2024, de 30 DE ABRIL DE 2024 - Processo nº 890.151/1993 - Titular CERAMICA BOAPABA LTDA - Substância(s) ARGILA, GRANITO - Município(s) de COLATINA/ES
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 193/2024, de 30 DE ABRIL DE 2024 - Processo nº 896.548/1998 - Titular MINERACAO FLORESTA AZUL LTDA - Substância(s) GRANITO - Município(s) de CASTELO/ES.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 156/2024

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
850.034/2008-CASABRANCA MINERACAO LTDA-EPP-ÁGUA MINERAL.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 157/2024

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
850.034/2008-CASABRANCA MINERACAO LTDA-EPP- Marca: ÁGUA VIDA - Embalagem de 20 L - Fontes: Aparecida - Nazaré- BENEVIDES/PA
850.034/2008-CASABRANCA MINERACAO LTDA-EPP- Marca: ÁGUA MARAJÓ - Embalagem de 20 L - Fontes: Aparecida - Nazaré- BENEVIDES/PA
850.457/2016-TERRANA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA LTDA- Marca: TERRANA - Embalagem de 20 L - Fonte: Nossa Senhora de Nazaré II- ANANINDEUA/PA
850.457/2016-TERRANA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA LTDA- Marca: TERRANA - Embalagem de 1,5 L - Fonte: Nossa Senhora de Nazaré II- ANANINDEUA/PA
850.457/2016-TERRANA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA LTDA- Marca: TERRANA - Embalagem de 500 mL sem gás - Fonte: Nossa Senhora de Nazaré II- ANANINDEUA/PA
850.457/2016-TERRANA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA LTDA- Marca: TERRANA - Embalagem de 500 mL com gás - Fonte: Nossa Senhora de Nazaré II- ANANINDEUA/PA
850.457/2016-TERRANA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA LTDA- Marca: TERRANA - Embalagem de 300 mL sem gás - Fonte: Nossa Senhora de Nazaré II- ANANINDEUA/PA
850.457/2016-TERRANA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA LTDA- Marca: TERRANA - Embalagem de 300 mL com gás - Fonte: Nossa Senhora de Nazaré II- ANANINDEUA/PA
850.056/2017-MARABA AGUAS - EXPLORACAO MINERAL LTDA- Marca: FONTE D'ÁGUA - Embalagem de 20 L - Fonte: Taboca- MARITUBA/PA
850.056/2017-MARABA AGUAS - EXPLORACAO MINERAL LTDA- Marca: FONTE D'ÁGUA - Embalagem de 20 L - Fonte: Acariquara- MARITUBA/PA.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 158/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326) 851.000/2018-PRIME MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°4.068/2019.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 159/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
850.643/2019-REDE COMÉRCIO DE BRITA LTDA-GRANITO-REDENÇÃO/PA.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS GEOTÉCNICOS EM BARRAGENS DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 22/2024

Fase de Concessão de Lavra
Reitera exigências - BARRAGENS (2366)
BARRAGEM SÍTIO HORII-EMPRESA DE MINERACAO HORII LTDA-007.723/1962-OF. N°10183/2024/COGRGBM/ANM- No prazo de 60 dias
Prorroga prazo para cumprimento de exigência -- Prazos estabelecidos em ofício:(2368)
BARRAGEM SUL (ARRENDATÁRIO: VETRIA MINERAÇÃO S.A.) - MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL-004.084/1958-OF. N°15058/2024/COGRGBM/ANM.

ELIEZER SENNA GONÇALVES JÚNIOR
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 496, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o que consta no processo administrativo ANP nº 48610.238965/2023-16, e as deliberações tomadas na 1.136ª Reunião de Diretoria, realizada em 25 de abril de 2024, considerando a proposta tarifária encaminhada pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS à ANP e submetida aos comentários e sugestões dos agentes da indústria e da sociedade por meio da Consulta Pública nº 17/2023, e o disposto na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2014, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, e na Resolução ANP nº 11, de 16 de março de 2016, resolve:

1. Aprovar a proposta tarifária apresentada pela NTS.
2. Divulgar as Notas Técnicas nº 10/2023/SIM-CAT/SIM/ANP-RJ SEI (3629645) e nº 10/2024/SIM-CAT/SIM/ANP-RJ SEI (3941084) que apresentam, respectivamente, a análise inicial da adequação da Proposta Tarifária apresentada pela NTS, e a análise final desta mesma Proposta Tarifária, revista após os comentários recebidos durante o período da Consulta Pública ANP nº 17/2023.
3. Disponibilizar as Notas Técnicas acima descritas e as planilhas de cálculo tarifário no sítio eletrônico http://www.anp.gov.br
4. Informar que o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte será conduzido de maneira indireta pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS sob supervisão da Superintendência de Infraestrutura e Movimentação - SIM.

RODOLFO HENRIQUE SABOIA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 497, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, em cumprimento à Resolução ANP nº 918, de 10 de março de 2023, que regulamenta o cumprimento da obrigação de investimentos decorrente da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural (cláusula de PD&I), tendo em vista o que consta no processo nº 48610.235816/2023-03, e com base nas deliberações tomadas na 1.136ª Reunião de Diretoria, realizada em 25 de abril de 2024, torna pública a seguinte DECISÃO:

1. Conceder autorização para a empresa Shell Brasil Petróleo LTDA, CNPJ 10.456.016/0001-67, nos termos da Resolução ANP Nº 918/2023, utilizar recursos decorrentes da cláusula de PD&I na realização dos investimentos previstos no plano de trabalho do projeto caracterizado a seguir:

Nº do Projeto	Título	Executor	Valor Autorizado
23855-0	Centro de Bioenergia - Implantação de infraestrutura para o desenvolvimento de soluções tecnológicas de segunda geração	SENAI ISI/Biotecnologia	R$ 31.434.695,29

2. A presente autorização é concedida com base em valores estimados, cabendo à empresa petrolífera verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.
3. Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 498, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, em cumprimento à Resolução ANP nº 918, de 10 de março de 2023, que regulamenta o cumprimento da obrigação de investimentos decorrente da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural (cláusula de PD&I), tendo em vista o que consta no processo nº 48610.216483/2023-13, e com base na Resolução de Diretoria nº 269, de 26 de abril de 2024, torna pública a seguinte DECISÃO:

1. Conceder autorização para a empresa EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA., CNPJ 04.033.958/0001-30, nos termos da Resolução ANP Nº 918/2023, utilizar recursos decorrentes da cláusula de PD&I na realização dos investimentos previstos no plano de trabalho do projeto caracterizado a seguir:

Nº do Projeto	Título	Executor	Valor Autorizado
23446-8	Projeto de Infraestrutura de Centro de Pesquisa - Polímeros - ExxonMobil	ExxonMobil Exploração Brasil LTDA	R$ 16.860.665,49

2. A presente autorização é concedida com base em valores estimados, cabendo à empresa petrolífera verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.
3. Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

PORTARIA ANP Nº 238, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Altera o Anexo I da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, que estabelece o Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.231045/2023-77 e as deliberações tomadas na 1.136ª Reunião de Diretoria, realizada em 25 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º O Anexo I a que se refere o art. 1º da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 21. Das decisões tomadas pela Diretoria Colegiada em única instância caberá pedido de reconsideração uma única vez, distribuindo-se o processo a novo relator, por sorteio.

§ 1º Aplicam-se ao pedido de reconsideração, no que couber, as regras referentes ao recurso.

§ 2º O sorteio do novo relator será conduzido pela SGE, garantido o acesso aos assessores de Diretoria." (NR)

"Art. 53 .....
.....
XXXV - .....
a) Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento no Rio de Janeiro (NRJ);
b) Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento em São Paulo (NSP);
c) Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento no Distrito Federal (NDF);
d) Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento em Salvador (NSA);
e) Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento em Manaus (NMA);
f) Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento em Belo Horizonte (NBH); e
g) Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento em Porto Alegre (NPA).
....." (NR)

"Art. 68 .....
.....
§ 3º-A Em caso de justificada impossibilidade de participação na Reunião de Diretoria, o Diretor-Relator poderá delegar aos Assessores de Diretoria ou ao Chefe de Gabinete, a avaliação quanto à urgência e relevância de matérias encaminhadas pela unidade responsável pela condução do processo, devidamente motivadas, que exijam pronta deliberação por parte da Diretoria Colegiada.

§ 3º-B Havendo comprovada urgência e relevância que exijam pronta deliberação por parte da Diretoria Colegiada, o Diretor-Geral, ou o seu substituto, assumirá transitoriamente a sua relatoria.
....." (NR)

"Art. 86 .....
.....
XIV - articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como organizações não-governamentais, para o trato de matérias e informações de interesse comum, relacionadas à sua respectiva área de competência;
XV - exercer outras competências que lhe forem delegadas pela Diretoria Colegiada; e
XVI - gerir os dados e informações relativos à sua respectiva área de atuação, promovendo a transparência ativa, dentro dos limites normativos existentes, em especial no tocante à proteção de dados pessoais." (NR)

"Art. 104 .....
I - .....
.....
e) saúde e qualidade de vida;
f) planejamento de pessoal, estruturas internas das unidades e dimensionamento da força de trabalho; e
g) Programa de Estágio da ANP.
.....
IV - .....
.....
m) nomeação dos servidores indicados para composição da Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD e Comitê Gestor de Capacitação - CGC;
n) aprovação de ações de capacitação conforme estabelecido em regulamentação específica; e
o) celebração do Termo de Compromisso de Estágio - TCE , incluindo a designação de servidores para a assinatura do referido termo e seus respectivos aditivos." (NR)

"Art. 106 .....
.....
VI - planejar e fiscalizar a execução de serviços técnicos de geologia, geofísica e geoquímica, nas bacias sedimentares brasileiras, e gerenciar a aplicação dos recursos financeiros destinados a este fim;
VII - cooperar com as diversas unidades integrantes da estrutura organizacional da ANP, no que se refere aos estudos de geologia e geofísica, e de potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras para subsidiar decisões estratégicas; e
VIII - realizar estudos geocientíficos para subsidiar a tomada de decisão sobre a outorga de autorização para a realização da atividade de estocagem subterrânea de gás natural em áreas não produtoras e não contratadas." (NR)

"Art. 109 .....
.....
II - .....
.....
b) os Planos de Avaliação de Descobertas (PAD) e suas revisões, desde que não implique na prorrogação da Fase de Exploração;
.....
e) os Relatórios Finais de Avaliação de Descobertas (RFAD) e os programas e relatórios de descomissionamento de instalações na fase de exploração;
.....
h) os Planos de Trabalho Exploratórios (PTE) e suas revisões;
i) o aprofundamento de poço exploratório como o equivalente a um novo poço para fins de cumprimento do PEM;
j) a suspensão ou a prorrogação de prazos dos contratos de concessão na Fase de Exploração facultada em resolução ANP ou em resolução de diretoria, desde que não seja necessária a assinatura de termo aditivo; e
k) o objetivo principal dos poços para fins de cumprimento do PEM, nos casos em que o contrato não especifica objetivo exploratório mínimo.
III - .....
.....
e) os volumes de queima de gás natural durante a Fase de Exploração; e
....." (NR)

"Art. 110 .....
.....
IV - .....
.....
c) a construção e a operação de dutos de escoamento de hidrocarbonetos, dentre outros fluidos, bem como de dutos de transferência integrantes da área sob contrato;
.....
V - propor regulamentação relativa às atividades de produção de petróleo e de gás natural, e de estocagem de gás natural;
.....
XI - propor a autorização e fiscalizar o exercício da atividade e o acesso de terceiros às instalações de estocagem subterrânea de gás natural;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050200081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XII - propor regulamentação e fiscalizar o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados aos gasodutos de escoamento da produção, bem como instruir processos de resolução de controvérsias sobre o tema; e

XIII - propor regulamentação e executar a fiscalização dos requisitos para a disponibilização, pelos proprietários ou operadores de instalações de escoamento e estocagem subterrânea de gás natural, de informações aos usuários interessados." (NR)

"Art. 114-A .....

.....

VI - deliberar, em primeira instância, sobre os documentos de segurança operacional das instalações que executam atividades de exploração e produção e os programas e relatórios de descomissionamento das instalações na fase de produção." (NR)

"Art. 116 .....

I - propor a regulamentação e executar a fiscalização das atividades de refino de petróleo, processamento de gás natural, formulação de combustíveis, produção de biocombustíveis, solventes e combustíveis em centrais petroquímicas;

II - .....

a) as atividades de formulação de combustíveis, produção de biocombustíveis, solventes e combustíveis em centrais petroquímicas;

b) a alteração de capacidade e a transferência de titularidade de refinarias de petróleo e unidades de processamento de gás natural;

III - analisar e submeter à aprovação da Diretoria Colegiada solicitações para autorização de novas refinarias de petróleo e novas unidades de processamento de gás natural;

IV - fiscalizar a segurança operacional das instalações, investigar incidentes e disseminar as melhores práticas operacionais para o exercício das atividades reguladas, tendo como vetor de atuação a proteção da vida humana e do meio ambiente;

V - analisar e instruir o processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à construção de refinarias e de unidades de processamento de gás natural; e

VI - analisar e instruir o processo relacionado ao requerimento para enquadramento de projeto de infraestrutura de produção de biometano no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, quanto à adequação do pleito, da conformidade do projeto e dos documentos apresentados, para encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia." (NR)

"Art. 117 .....

I - propor a regulamentação das atividades de:

a) armazenamento e movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis em terminais;

b) armazenamento e movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis no modal dutoviário e aquaviário; e

c) acondicionamento de gás natural para transporte alternativo ao dutoviário;

II - .....

a) terminais;

b) oleodutos e gasodutos, bem como suas instalações complementares e interconexões; e

c) unidades de compressão, liquefação e regaseificação de gás natural;

III - .....

a) acondicionamento para transporte de gás natural por meio de modais alternativos ao dutoviário;

.....

b-A) operações de transbordo entre embarcações (ship to ship);

.....

III-A - propor a autorização e fiscalizar o agente autoprodutor e autoimportador de gás natural;

III-B - anuir com os pedidos de importação e de exportação de gás natural, registrados no SISCOMEX;

.....

IV-A - propor a realização de processo seletivo público para escolha do projeto mais vantajoso para construção de gasoduto de transporte quando houver mais de um transportador interessado na construção;

V - fiscalizar terminais, oleodutos e gasodutos, destinados à movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis;

V-A - fiscalizar o exercício das atividades elencadas no inciso III;

V-B - fiscalizar o cumprimento de padrões e parâmetros para a operação e manutenção eficientes do sistema de transporte gás natural;

V-C - analisar informações relativas a incidentes operacionais ocorridos nos terminais, oleodutos e gasodutos, destinados à movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, e promover a investigação de incidentes relevantes;

.....

VIII - fiscalizar o cumprimento dos critérios estabelecidos para o acesso de terceiros à capacidade das instalações de transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis;

VIII-A - propor a definição da Preferência do Proprietário para oleodutos, terminais aquaviários e terminais de GNL;

.....

X - propor a realização, de maneira direta ou indireta, de processo de chamada pública para estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural;

X-A - promover, de maneira direta ou indireta, o processo de oferta, alocação e contratação de capacidade de transporte em gasodutos, incluindo a aprovação de seu regulamento e dos contratos de transporte;

XI - aprovar as tarifas de transporte de gás natural propostas pelo transportador para gasodutos;

.....

XII-A - propor a definição da receita máxima permitida de transporte, bem como o reajuste e os períodos de revisão periódica e extraordinária;

XIII - aprovar as minutas de contratos de serviço de transporte de gás natural a serem celebrados entre transportadores e carregadores;

.....

XVI - analisar e instruir o processo com vistas à declaração de utilidade pública para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à construção de terminais, oleodutos e gasodutos de transporte e de transferência, incluindo suas instalações acessórias;

XVII - analisar o conteúdo mínimo dos contratos de comercialização de gás natural e registrar esses contratos;

.....

XIX - verificar o atendimento aos critérios de autonomia e independência dos transportadores de gás natural, bem como propor a certificação de independência e autonomia do transportador;

XIX-A - propor o credenciamento de entidades para fim de certificação de independência e autonomia do transportador e fiscalizar sua atuação;

XIX-B - propor a autorização para cisão, fusão, transformação, incorporação, redução de capital ou transferência de controle societário da empresa autorizatária a transportar gás natural;

XIX-C - promover a organização da malha de transporte em sistemas de transporte de gás natural, com os serviços sendo oferecidos no regime de contratação de capacidade por entrada e saída;

XIX-D - propor a aprovação dos planos coordenados de desenvolvimento do sistema de transporte de gás natural, bem como fiscalizar a sua execução;

XIX-E - propor a aprovação da constituição de gestor de área de mercado de capacidade e fiscalizar a sua atividade na coordenação da operação dos transportadores na respectiva área de mercado de capacidade;

XIX-F - propor a aprovação dos códigos comuns de rede elaborados por transportadores e carregadores;

XIX-G - propor a aprovação da estrutura de governança de Conselho de Usuários constituído pelos carregadores do sistema de transporte de gás natural para monitoramento do desempenho, da eficiência operacional e de investimentos dos transportadores;

XX - aprovar os mecanismos de repasse de receita entre os transportadores de gás natural interconectados;

XXI - acompanhar o funcionamento do mercado de gás natural e adotar medidas de estímulo à eficiência e à competitividade e de redução de concentração, tais como medidas de desconcentração de oferta e de cessão compulsória de capacidade de transporte;

XXII - propor a aprovação de plano de contingência para o suprimento de gás natural elaborado pelos transportadores, em conjunto com os carregadores, consoante com as diretrizes do CNPE, bem como acompanhar a sua execução e homologar o início e o fim das situações de contingência; e

XXIII - participar dos processos de resolução de conflitos em caso de controvérsias envolvendo as infraestruturas e atividades reguladas pela unidade organizacional." (NR)

"Art. 123 .....

.....

X - apoiar as demais unidades organizacionais no aperfeiçoamento dos métodos e metodologias de obtenção, controle e qualidade dos dados e informações obtidos, produzidos e disponibilizados pela ANP;

XI - .....

.....

e) comportamento dos preços nos mercados nacional e internacional;

f) tributação dos derivados de petróleo e biocombustíveis; e

XII - auxiliar os processos de resolução de conflitos em caso de controvérsias envolvendo as infraestruturas e atividades reguladas pela ANP no que tange aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo I da Portaria ANP nº 265, de 2020:

I - o inciso X do art. 110;

II - os incisos VI, IX, XII, XIV e XV do art. 117; e

III - o inciso VIII do art. 118.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO ANP Nº 968, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Estabelece as especificações dos óleos diesel destinados a veículos ou equipamentos dotados de motores do ciclo Diesel e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em território nacional.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 45 da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, considerando o que consta do Processo nº 48610.221724/2021-76 e as deliberações tomadas na 1.136ª Reunião de Diretoria, realizada em 25 de abril de 2024, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as especificações dos óleos diesel destinados a veículos ou equipamentos dotados de motores do ciclo Diesel e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em território nacional.

§ 1º É vedada a comercialização dos óleos diesel de que trata o caput que não se enquadrem nas especificações estabelecidas no Anexo.

§ 2º Os óleos diesel de que tratam esta Resolução não se aplicam ao uso em motores de embarcações, tanto na propulsão como em motores auxiliares.

Art. 2º Os óleos diesel a que se refere esta Resolução classificam-se em:

I - óleo diesel A: combustível constituído por hidrocarbonetos, produzido a partir de derivados de petróleo ou outras matérias-primas não renováveis, destinado a veículos ou equipamentos dotados de motores do ciclo Diesel, que atenda às especificações estabelecidas no Anexo;

II - óleos diesel A S10, C S10 e B S10: combustíveis com teor de enxofre máximo de 10 mg/kg;

III - óleos diesel A S500 e B S500: combustíveis com teor de enxofre máximo de 500 mg/kg;

IV - óleo diesel B: óleo diesel A, C ou suas misturas, adicionado de biodiesel nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que atenda às especificações estabelecidas no Anexo; e

V - óleo diesel C: combustível obtido a partir de processos, tal como o coprocessamento, que envolvam a utilização de matérias-primas renováveis e não renováveis concomitantemente, e que atenda às especificações estabelecidas no Anexo.

§ 1º A utilização de óleo diesel A produzido por processo diverso daqueles utilizados por produtores de derivados de petróleo e gás natural, ou ainda a partir de matéria-prima distinta de derivados de petróleo, dependerá de autorização prévia da ANP.

§ 2º No caso previsto no § 1º, a ANP poderá exigir o atendimento a outras características, não previstas no Anexo para o óleo diesel A, de modo a garantir a adequação do produto ao uso a que se destina.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DA QUALIDADE DOS ÓLEOS DIESEL

Art. 3º A realização da mistura do óleo diesel A ou C e biodiesel, para composição do óleo diesel B, é de responsabilidade dos distribuidores de combustíveis líquidos e dos refinadores de petróleo.

§ 1º O óleo diesel B comercializado no país deverá conter biodiesel em teor determinado pela legislação vigente, sendo admitida variação de 0,5 ponto percentual.

§ 2º O biodiesel a ser adicionado ao óleo diesel deverá atender à especificação estabelecida na Resolução ANP nº 920, de 4 de abril de 2023.

Art. 4º As análises das características físico-químicas dos óleos diesel indicadas nas Tabelas 1, 2 e 4 do Anexo deverão ser realizadas em amostra representativa do produto, obtida segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 14883: Petróleo, Derivados e Biocombustíveis - Amostragem Manual; ou

II - ASTM D4057: Standard Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Art. 5º As análises das características físico-químicas indicadas nas Tabelas 1 e 4 do Anexo deverão ser realizadas de acordo com a versão mais recente dos métodos de ensaio citados nas referidas Tabelas.

Art. 6º Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos nas Tabelas 1 e 4 do Anexo, deverão ser utilizados somente como guia para a aceitação das determinações em duplicata do ensaio, não devendo ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

Art. 7º Os requisitos de preenchimento e as informações que devem estar contidas no certificado da qualidade e no boletim de conformidade, de que tratam as Seções I e II, deverão atender às regras estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020.

Seção I

Do Certificado da Qualidade

Art. 8º O produtor de óleo diesel A ou C deve analisar amostra representativa, obtida nos termos do art. 4º, do volume de óleo diesel a ser comercializado e emitir o certificado da qualidade do produto, cujos resultados das análises das características físico-químicas devem atender integralmente aos limites estabelecidos nas Tabelas de especificações do Anexo.

Art. 9º O produtor de óleo diesel A ou C deve manter uma amostra-testemunha representativa do volume certificado em local protegido de calor e da incidência direta de luz solar, de modo a garantir a manutenção de suas propriedades físico-químicas.

§ 1º A amostra-testemunha deve ser armazenada em recipiente inerte de vidro âmbar ou de metal, sem costuras internas, de 1L de capacidade, fechado com batoque e tampa plástica.

§ 2º O recipiente de que trata o § 1º deve conter lacre de numeração controlada, ou ser mantido em embalagem com lacre e numeração controlada, de modo que deixe evidências claras na hipótese de violação.

§ 3º A amostra-testemunha deve ficar à disposição da ANP pelo prazo de dois meses, a contar da data da comercialização do produto.

§ 4º O certificado da qualidade deve conter o número do lacre de que se trata o § 2º e ser rastreável à amostra-testemunha e aos boletins de análise, quando houver.

Art. 10. No caso de importação de óleo diesel, o importador deverá observar as regras de controle da qualidade estabelecidas pela Resolução ANP nº 680, de 5 de junho de 2017, sendo responsável pela qualidade do produto importado a ser comercializado em território nacional.

Parágrafo único. No caso da amostra-testemunha do óleo diesel importado, o importador deverá atender ao disposto no art. 9º.

Seção II

Do Boletim de Conformidade

Art. 11. Nos casos em que o óleo diesel A ou C for armazenado nas instalações de terminal, os proprietários do produto devem proceder ao seguinte controle da qualidade:

I - coletar amostra representativa da mistura resultante, obtida nos termos do art. 4º, de cada tanque de óleo diesel A ou C a ser comercializado; e

II - analisar a amostra coletada e emitir o boletim de conformidade do óleo diesel A ou C com os resultados das análises, referentes às mesmas características físico-químicas definidas para o óleo diesel B, estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 2020.

Parágrafo único. Os procedimentos de que tratam o caput deverão também ser realizados sempre que houver adição de novo lote certificado ao produto que estiver sendo comercializado.

Art. 12. Os agentes econômicos responsáveis por realizar a mistura do óleo diesel A ou C e biodiesel, para composição do óleo diesel B, conforme disposto no art. 3º, devem emitir boletim de conformidade contendo as informações exigidas na Resolução ANP nº 828, de 2020, sendo os resultados das características físico-químicas obtidos a partir da análise de amostra representativa do volume de óleo diesel B a ser comercializado:

I - coletada do tanque ou do caminhão-tanque; ou

II - constituída a partir da mistura de amostras representativas do tanque de óleo diesel A ou C, e do tanque de biodiesel, devendo o teor de biodiesel estar de acordo com o estabelecido pela legislação vigente.

§ 1º As amostras representativas de que tratam o caput devem ser coletadas nos termos do art. 4º.

§ 2º No caso de comercialização de óleo diesel B entre distribuidores de combustíveis líquidos, na modalidade por conta e ordem, fica dispensada a realização de nova análise por parte do distribuidor adquirente, devendo ser utilizado o boletim de conformidade entregue pelo distribuidor que forneceu o produto.

Art. 13. O transportador-revendedor-retalhista deve emitir boletim de conformidade contendo as informações exigidas na Resolução ANP nº 828, de 2020, sendo os resultados das características físico-químicas obtidos a partir da análise de amostra representativa do volume de óleo diesel B a ser comercializado, coletada nos termos do art. 4º.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão do boletim de conformidade e a análise da amostra de que trata o caput no caso em que o óleo diesel B não for armazenado antes da sua entrega ao adquirente, devendo ser utilizado o boletim de conformidade entregue pelo distribuidor de combustível líquido.

Seção III

Da Especificação

Art. 14. Os agentes econômicos autorizados a realizar a mistura do óleo diesel A ou C e biodiesel, conforme o disposto no art. 3º, devem coletar amostras representativas de óleo diesel B e analisar a característica estabilidade à oxidação, pelo menos uma vez por mês, de acordo com uma das seguintes normas, em sua versão mais recente:

I - EN 15751 - Automotive fuels - Fatty acid methyl ester (FAME) fuel and blends with diesel fuel - Determination of oxidation stability by accelerated oxidation method;

II - EN 16091 - Liquid petroleum products - Middle distillates and fatty acid methyl ester (FAME) fuels and blends - Determination of oxidation stability by rapid small scale oxidation test (RSSOT); ou

III - ASTM D7545 - Standard Test Method for Oxidation Stability of Middle Distillate Fuels-Rapid Small Scale Oxidation Test (RSSOT).

§ 1º As amostras representativas de óleo diesel B devem ser coletadas conforme dispõem os incisos I e II do caput e o § 1º do art. 12.

§ 2º Os resultados das análises de estabilidade à oxidação devem ser:

I - registrados em boletim de análise; e

II - enviados à ANP mensalmente, nos termos da Resolução ANP nº 828, de 2020.

Art. 15. É de responsabilidade do produtor de óleo diesel A ou do importador, adicionar ou contratar serviço de adição, conforme o caso, de corante vermelho ao óleo diesel S500 antes de o produto ser entregue ao distribuidor de combustíveis líquidos.

§ 1º O corante deve ser adicionado ao óleo diesel S500 na concentração de 20 mg/L e especificado de acordo com a Tabela 3 do Anexo.

§ 2º No caso de produto proveniente de importação, a adição de corante deverá ser realizada por empresa de inspeção da qualidade credenciada na ANP, contratada pelo importador.

§ 3º No caso de produto movimentado via terminal, havendo impossibilidade da adição de corante a montante do ponto de transferência de custódia para o distribuidor de combustíveis líquidos, a adição deverá ser realizada pelo operador do terminal após a transferência de custódia.

§ 4º A adição de que trata o § 3º deverá ser acompanhada por empresa de inspeção da qualidade credenciada pela ANP, contratada pelo produtor ou importador, sendo de responsabilidade desses agentes econômicos a garantia da adição de corante ao óleo diesel S500.

§ 5º No caso do produtor de óleo diesel A, no que se refere ao acompanhamento da adição do corante ao óleo diesel S500 de que trata o § 4º, esse agente econômico poderá optar por acompanhar a operação por meio de seu representante.

§ 6º É proibida a adição de corante no óleo diesel S10.

Art. 16. Caso identificadas evidências de não atendimento à característica aspecto do óleo diesel, constante da Tabela 1 do Anexo, desde que o produto esteja homogêneo, deverão ser realizadas as seguintes análises complementares:

I - teor de água e contaminação total, se for verificada turbidez na amostra; ou

II - contaminação total, se for verificada a presença de material particulado na amostra.

§ 1º O óleo diesel será considerado fora de especificação para a característica aspecto caso pelo menos uma das análises complementares indicadas nos incisos I e II apresente resultado fora dos limites estabelecidos no Anexo.

§ 2º No caso do inciso I, a amostra será considerada conforme para a característica aspecto somente se os resultados das duas análises complementares estiverem dentro dos limites estabelecidos no Anexo.

§ 3º No que se refere ao inciso I, caso a primeira análise complementar realizada apresente resultado não conforme, fica dispensada a realização da segunda análise, sendo a amostra considerada fora de especificação para a característica aspecto.

§ 4º O caput não se aplica no caso de a amostra apresentar mais de uma fase líquida, devendo o produto ser considerado heterogêneo e, portanto, fora de especificação para a característica aspecto.

Art. 17. No caso da característica enxofre total, será admitida variação de até 5 mg/kg acima do limite constante da Tabela 1 do Anexo, apenas para o óleo diesel B S10, exclusivamente nos segmentos de distribuição e revenda de combustíveis líquidos, para fins de autuação por não conformidade.

Art. 18. A realização da análise da característica lubricidade no óleo diesel A ou C, constante da Tabela 1 do Anexo, é obrigatória nos casos em que a aplicação do que prevê o art. 2º da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, conduzir à dispensa da adição ou a limite do teor de biodiesel igual ou inferior a 2% em volume.

§ 1º Para os teores de biodiesel acima de 2% em volume, fica facultada a análise de que trata o caput, permanecendo o produtor e o importador desses produtos responsáveis pelo atendimento à especificação quanto a essa característica.

§ 2º Para realizar a análise da característica lubricidade, deve-se utilizar:

I - amostra de óleo diesel A ou C adicionada de biodiesel no teor a ser praticado; e

II - amostra de óleo diesel A ou C, no caso da dispensa de adição do teor de biodiesel.

Art. 19. Os resultados das análises da característica estabilidade à oxidação dos óleos diesel A S10, A S500 e C S10, constante da Tabela 1 do Anexo, deverão ser enviados à ANP mensalmente, nos termos da Resolução ANP nº 828, de 2020, não sendo obrigatório constarem do certificado da qualidade.

Art. 20. O produtor ou importador de óleo diesel e o distribuidor de combustíveis líquidos devem garantir, no momento e na temperatura do carregamento ou bombeio do combustível, o atendimento ao limite especificado para a característica condutividade elétrica constante da Tabela 1 do Anexo.

Seção IV

Das Boas Práticas de Manuseio, Transporte e Armazenamento de Óleos Diesel

Art. 21. Os agentes econômicos autorizados pela ANP que comercializam ou movimentam os óleos diesel A, B e C devem realizar, no mínimo, uma vez por semana, a drenagem do fundo dos tanques destinados ao armazenamento desses produtos, conforme o caso:

I - tanque de óleo diesel A ou C: produtor de óleo diesel A ou C e distribuidor de combustíveis líquidos; e

II - tanque de óleo diesel B: distribuidor de combustíveis líquidos, transportador-revendedor-retalhista e posto de revenda de combustíveis.

§ 1º No caso dos postos de revenda de combustíveis, a periodicidade de que trata o caput poderá ser ampliada para quinze dias, devendo, nesse caso, ser realizada diariamente a medição do nível de água nos tanques.

§ 2º Caso, na medição diária de que trata o § 1º, seja identificada presença de água livre, deverá ser realizada imediatamente a drenagem do fundo do tanque.

§ 3º Uma amostra de cada produto armazenado, coletada do dreno do fundo de cada tanque, deve ser avaliada visualmente com relação à presença de água livre, partículas sólidas e impurezas, após a drenagem periódica a que se referem o caput e o § 1º.

§ 4º Caso seja detectada a presença de água livre, partículas sólidas e impurezas, que não sejam possíveis eliminar no processo de drenagem, o agente regulado deverá efetuar a limpeza dos tanques.

§ 5º As drenagens dos fundos dos tanques, as avaliações dos produtos e eventuais limpezas de tanque devem ser objeto de registro assinado por funcionário responsável pela realização desses procedimentos e mantido à disposição da ANP pelo prazo de um ano, contado a partir da data do registro.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização dos óleos diesel A e C, realizadas por produtor e por importador, e às operações de comercialização de óleo diesel B, realizadas por distribuidor de combustíveis líquidos e por transportador-revendedor-retalhista, deverão indicar:

I - o código e a descrição do produto estabelecidos pela ANP, conforme tabela de códigos do Sistema de Informação de Movimentação de Produtos - SIMP disponível no sítio eletrônico da ANP na internet (www.gov.br/anp); e

II - o número do boletim de conformidade ou do certificado da qualidade, conforme o caso, correspondente ao produto.

§ 1º O certificado da qualidade ou boletim de conformidade deverá acompanhar o DANFE ou a documentação fiscal.

§ 2º A indicação do número do boletim de conformidade de que trata o inciso II fica dispensada na hipótese prevista no § 2º do art. 12 e no parágrafo único do art. 13.

Art. 23. A ANP, com o concurso dos agentes econômicos afetados, elaborará plano e cronograma de descontinuidade do óleo diesel S500 e do óleo diesel S1800 de uso não rodoviário, de que trata a Resolução ANP nº 905, de 18 de novembro de 2022, no prazo de até seis meses a contar da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 24. Quando houver inclusão de um novo município, referente à comercialização obrigatória de óleo diesel S10, a aplicação de autuação por não conformidade das características de teor de enxofre, massa específica, destilação 95% de volume recuperado, número de cetano e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos somente poderá ocorrer após os seguintes prazos, contados a partir da data de inclusão do novo município:

I - trinta dias, na produção;

II - sessenta dias, na distribuição; e

III - noventa dias, na revenda.

Art. 25. Quando houver alteração da legislação que estabelece o teor de biodiesel, a aplicação de autuação por não conformidade do novo teor de biodiesel, nos óleos diesel B S10 e B S500, somente poderá ocorrer após os seguintes prazos, contados a partir da sua entrada em vigor:

I - trinta dias, na distribuição para a Região Norte;

II - quinze dias, na distribuição para as demais regiões do país;

III - sessenta dias, na revenda para a Região Norte; e

IV - trinta dias, na revenda para as demais regiões do país.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. A Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 21. .....

Parágrafo único. Os resultados das análises elencadas no caput deverão atender à especificação definida na Resolução ANP nº 968, de 30 de abril de 2024."(NR)

"Art. 21-A. No caso de óleo diesel A ou C armazenado nas instalações de terminal, conforme dispõe a Resolução ANP nº 968, de 30 de abril de 2024, os proprietários do produto nos tanques do terminal deverão emitir boletim de conformidade com as informações exigidas no art. 5º, o qual deverá conter, no mínimo, os resultados das análises de que tratam os incisos I a VI do caput do art. 21." (NR)

"Art. 37-A. Os resultados das análises da característica estabilidade à oxidação, em mg/100mL, dos óleos diesel A S10, C S10 e A S500 deverão ser enviados à ANP por meio do sistema informatizado disponível em seu sítio eletrônico na internet (www.gov.br/anp), até o dia dez do mês subsequente ao de comercialização do produto." (NR)

"Art. 39-A. Os agentes econômicos autorizados a realizar a mistura de óleo diesel A ou C e biodiesel deverão informar à ANP em formato eletrônico, conforme indicado no sítio eletrônico na Internet (www.gov.br/anp), até o dia dez do mês subsequente ao de comercialização do produto, os resultados das análises de estabilidade à oxidação do:

I - biodiesel, nos termos do art. 8º da Resolução ANP nº 920 de 4 de abril de 2023; e

II - óleo diesel B, nos termos do art. 14 da Resolução ANP nº 968, de 30 de abril de 2024."(NR)

Art. 27. A Resolução ANP nº 857, de 28 de outubro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 16. Para fins de acompanhamento e controle do cumprimento do percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel A ou C ou às misturas de A e C, a ANP realizará análises de balanço volumétrico, por meio das informações enviadas no Módulo de Remessa de Dados do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (i-SIMP).

..... ." (NR)

Art. 28. A Resolução ANP nº 909, de 18 de novembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12-A. Caso identificadas evidências de não atendimento à característica aspecto do óleo diesel, desde que o produto esteja homogêneo, deverão ser realizadas as seguintes análises complementares:

I - teor de água, para o óleo diesel BX a B30 (S1800), se for verificada turbidez na amostra;

II - teor de água e contaminação total, para os óleos diesel BX a B30 (S10 e S500), se for verificada turbidez na amostra; e

III - contaminação total, para os óleos diesel BX a B30 (S10 e S500), se for verificada a presença de material particulado na amostra.

§ 1º O óleo diesel será considerado fora de especificação para a característica aspecto caso pelo menos uma das análises complementares indicadas nos incisos I, II e III apresente resultado fora dos limites estabelecidos no Anexo.

§ 2º No caso do inciso II, a amostra será considerada conforme, para a característica aspecto, somente se os resultados das duas análises complementares estiverem dentro dos limites estabelecidos no Anexo.

§ 3º No que se refere ao inciso II, caso a primeira análise complementar realizada apresente resultado não conforme, fica dispensada a realização da segunda análise, sendo a amostra considerada fora de especificação para a característica aspecto.

§ 4º O caput não se aplica no caso de a amostra apresentar mais de uma fase líquida, devendo o produto ser considerado heterogêneo e, portanto, fora de especificação para a característica aspecto." (NR)

"Art. 13. No caso da característica teor de biodiesel, constante da Tabela I do Anexo, para efeito de autuação por não conformidade, será admitida variação de mais ou menos:

I - 0,5 ponto percentual, para misturas de óleo diesel com teor de biodiesel inferior a 20%; e

II - 1,0 ponto percentual, para óleo diesel B20 a B30."(NR)

Art. 29. O Anexo da Resolução ANP nº 909, de 18 de novembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO

(a que se referem o caput do art. 2º, o inciso IV do art. 3º e os artigos 6º, 10, 11, §§ 1º e 2º do art. 12-A e o art. 13 da Resolução ANP nº 909, de 18 de novembro de 2022)

.....

Tabela I - .....

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE			MÉTODO (1)	
		S10	S500	S1800 não rodoviário	ABNT NBR	ASTM/EN/ISO
Aspecto	.....	Homogêneo, límpido e isento de material particulado			.....	.....
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
Destilação / 10% vol., máx. (9)	.....	-	-	.....	.....	..... D7345 (13)
Destilação / 50% vol. (9)		-	-	.....		
Destilação / 85% vol. (9)		-	.....	.....		
Destilação / 90% vol. (9)		-	-	.....		
Destilação / 95% vol. (9)		.....	-	.....		
Ponto de entupimento de filtro a frio, máx.	.....	.....			.....	..... EN 116
.....	.....	.....			.....	.....
Teor de água, máx.	.....	250	250	500	-	.....
Água e sedimentos, máx.	.....	-	-	0,05	-	.....
Estabilidade à Oxidação	.....	.....			.....	..... D7545 EN 16091
Contaminação total, máx.	.....	24	24	-	-	.....
.....	.....	.....			.....	.....

" (NR)

"Tabela II - .....

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIMITE MÁXIMO, °C											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
GO - DF - MT - ES - RJ	12	12	12	10	5	5	5	8	8	10	12	12
SP - MG - MS	12	12	12	7	3	3	3	3	5	9	9	12
Sul	10	10	7	7	0	-1	-2	-1	0	7	7	10
Norte	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19
Nordeste	19	19	19	19	16	16	16	16	19	19	19	19

" (NR)

"Notas:

.....

(3) O corante vermelho deverá ser especificado conforme a Resolução ANP nº 968, de 30 de abril de 2024.

.....

(9) Para óleo diesel BX a B20, devem ser utilizados os métodos NBR 9619, ASTM D86 e ASTM D7345. O método ASTM D1160 deve ser utilizado para óleo diesel B21 a B30, sendo, nesse caso, o limite "anotar" para a temperatura de cinquenta por cento recuperados (T50) do óleo diesel B S1800.

.....

(13) Os resultados obtidos pela norma ASTM D7345 devem ser convertidos para valores equivalentes à ASTM D86, de acordo com as regras de conversão estabelecidas na norma." (NR)

Art. 30. A Resolução ANP nº 938, de 5 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.1º .....

.....

§ 2º .....

.....

VIII - óleo diesel A ou C e misturas de A e C." (NR)

"Art.8º .....

.....

§ 2º Quando ocorrer inclusão de filial relacionada ao exercício da atividade de TRR, deverão ser encaminhados à ANP os documentos referentes ao novo estabelecimento, indicados nos incisos II a VI e VIII do art. 4º, assim como a comprovação, nos casos em que o referido estabelecimento comercializar óleo diesel B, de que este possui instalação de armazenamento, própria ou arrendada, autorizada pela ANP, com capacidade mínima de armazenamento de 45m³.

....." (NR)

Art. 31. A Resolução ANP nº 939, de 5 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º .....

I - combustíveis: gasolinas automotivas, óleos diesel, diesel verde, querosene de aviação, querosene de aviação alternativo, querosene de aviação C, gasolina de aviação, etanol hidratado combustível, mistura óleo diesel/biodiesel, em conformidade com as especificações estabelecidas pela ANP, e biodiesel ou mistura óleo diesel/biodiesel diversa da especificada pela ANP, nos termos da Resolução ANP nº 910, de 18 de novembro de 2022;

....." (NR)

Art. 32. A Resolução ANP nº 949, de 5 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Regulamenta a obrigatoriedade de manutenção de estoques semanais médios de gasolina A, de óleo diesel S10 e de óleo diesel A S500 por parte dos produtores de derivados de petróleo e distribuidores de combustíveis." (NR)

"Art. 1º .....

.....

II - óleo diesel S10; e

.....

Parágrafo único. O volume de óleo diesel S10 deve ser calculado como a soma do volume de óleo diesel A S10, óleo diesel C S10 e das misturas de óleo diesel A e C, em qualquer proporção, com teor de enxofre máximo de 10mg/kg." (NR)

"Art. 2º .....

.....

III - CP: volume equivalente de gasolina A, óleo diesel S10, óleo diesel A S500 e óleo diesel A S1800, em metros cúbicos, comercializado entre produtor de derivados de petróleo e distribuidores, de acordo com os dados de movimentação de produtos enviados por meio do aplicativo do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - I-Simp disponível no sítio da ANP na Internet (https://csa.anp.gov.br/informacoes/simp), nos termos da Resolução ANP nº 729, de 11 de maio de 2018, no mês corrente do ano anterior, por unidade federativa, observada a coluna B da Tabela 1 do Anexo, que discrimina as unidades federativas que serão consideradas para a totalização do volume comercializado;

IV - CD: volume equivalente de gasolina A, óleo diesel S10, óleo diesel A S500 e óleo diesel A S1800, em metros cúbicos, comercializado pelo distribuidor, sem considerar as vendas entre congêneres, de acordo com os dados de movimentação de produtos enviados por meio do aplicativo do I-Simp disponível no sítio da ANP na Internet, nos termos da Resolução ANP nº 729, de 2018, no mês corrente do ano anterior, por unidade federativa, observada a coluna B da Tabela 2 do Anexo, que discrimina as unidades federativas que serão consideradas para a totalização do volume comercializado;

.....

VII - E2ªfeira a domingo: somatório dos estoques físicos diários de fechamento, em metros cúbicos, de gasolina A, óleo diesel S10 e óleo diesel A S500, individualizados, apurado de segunda-feira a domingo de cada semana do mês corrente do ano atual;

....." (NR)

"Art. 3º Os produtores de derivados de petróleo (refinarias, formuladores ou centrais petroquímicas autorizados a produzir gasolina A, óleo diesel S10 e óleo diesel A S500), individualizados, devem assegurar estoques semanais médios (EsmP) de gasolina A, de óleo diesel S10 e de óleo diesel A S500, iguais ou superiores ao estoque mínimo requerido (EmínimoP).

..... " (NR)

"Art. 6º Os distribuidores de combustíveis, individualizados, devem assegurar estoques semanais médios (EsmD) de gasolina A, de óleo diesel S10 e de óleo diesel A S500, iguais ou superiores ao estoque mínimo requerido (EmínimoD).

....." (NR)

Art. 33. A Resolução ANP nº 950, de 5 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

III - combustíveis líquidos: gasolina automotiva A ou C, óleo diesel A ou C, misturas de óleos diesel A e C, óleo diesel B, óleo diesel marítimo A ou B, óleo combustível, óleo combustível marítimo, querosene iluminante, óleo combustível para turbina elétrica (OCTE), etanol combustível, biodiesel (B100) ou óleo diesel BX de acordo com os termos do art. 1º, incisos I a IV, da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015, e outros combustíveis líquidos especificados ou autorizados pela ANP, exceto combustíveis de aviação;

..... " (NR)

"Art. 12. A aquisição de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo e de óleo combustível para turbina elétrica (OCTE) pelo distribuidor de combustíveis líquidos deverá ser realizada junto ao produtor de derivados de petróleo, sob o regime de contrato de fornecimento ou sob o regime de pedido mensal."

....." (NR)

"Art. 13. A aquisição de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo ou de OCTE pelo distribuidor, nos termos do art. 12, somente será permitida em locais de entrega onde o distribuidor possuir estabelecimento autorizado pela ANP, observadas as condições logísticas do produtor, em cada ponto de entrega." (NR)

"Art. 15. O contrato de fornecimento de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo e de OCTE celebrado entre o produtor de derivados de petróleo e o distribuidor, e suas alterações, deverão ser encaminhados pelo produtor à ANP, com vistas à homologação, no mínimo sessenta dias antes do início de sua vigência.

.....

§ 2º O produtor não poderá dar início ao fornecimento de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo e de OCTE após a homologação de que trata o caput, salvo o disposto no § 4º.

.....

§ 6º Após a homologação dos contratos de fornecimento de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo e de OCTE, qualquer alteração de suas condições deverá ser submetida à nova homologação da ANP, que se pronunciará conclusivamente em até trinta dias, salvo o disposto nos §§ 7º e 8º.

....." (NR)

"Art. 16. O pedido mensal de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo e de OCTE, em cada local de entrega do produtor de derivados de petróleo, para o mês seguinte, deverá ser submetido pelo distribuidor ao produtor por meio de correio eletrônico ou outro sistema informatizado, observados os limites estabelecidos no § 6º

.....

§ 2º Até o terceiro dia útil de cada mês, a fim de ajustar previamente o pedido dos distribuidores à oferta de produto no produtor de derivados de petróleo, o distribuidor deverá submeter ao produtor, o pedido mensal de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo e de OCTE, por tipo, em cada local de entrega do produtor de derivados de petróleo, para o mês seguinte.

.....

§ 11 .....

I - o adicional de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C e de óleo diesel marítimo será de até trinta por cento do pedido mensal aprovado, por produto, e para o OCTE não existirá limite de adicional; e

II - o corte de gasolina A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel marítimo e de OCTE poderá ser até o volume integral do pedido mensal.

....." (NR)

"Art. 21. .....

.....

III - a comercialização com o TRR de gasolina automotiva A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de biodiesel (B100) e de mistura biodiesel/óleo diesel não especificada ou não autorizada pela ANP;

IV - a comercialização com o revendedor varejista de combustíveis automotivos de gasolina automotiva A, de óleo diesel A ou C, de misturas de óleos diesel A e C, de óleo diesel não rodoviário, de óleo combustível, de óleo combustível marítimo, de OCTE, de etanol anidro combustível, de biodiesel (B100) e de mistura biodiesel/óleo diesel não especificada ou não autorizada pela ANP; e

....." (NR)

Art. 34. A Resolução ANP nº 954, de 5 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - aos produtores de derivados de petróleo e aos formuladores de combustíveis que possuem, no mínimo, cinco por cento de participação, direta ou indireta, no volume produzido, em nível nacional, por produto, de:

a) gasolina automotiva A;

b) óleo diesel, compreendendo óleo diesel marítimo A ou B, óleo diesel A ou C e misturas de óleos diesel A e C;

c) óleo combustível, compreendendo óleo combustível, óleo combustível marítimo e óleo combustível para turbina elétrica (OCTE);

d) gás liquefeito de petróleo (GLP); e

e) querosene de aviação (QAV);

II - aos distribuidores de combustíveis líquidos, de GLP e de combustíveis de aviação que possuem, no mínimo, cinco por cento de participação no volume comercializado, em pelo menos uma unidade federativa, por produto, de:

a) gasolina automotiva C;

b) óleo diesel, compreendendo óleo diesel B e óleo diesel marítimo A ou B;

c) óleo combustível, compreendendo óleo combustível, óleo combustível marítimo e OCTE;

d) GLP; e

e) QAV; e

....." (NR)

"Art. 4º .....

§ 1º .....

.....

b) óleo diesel, compreendendo óleo diesel marítimo A ou B, óleo diesel A ou C e misturas de óleos diesel A e C;

c) óleo combustível, compreendendo óleo combustível, óleo combustível marítimo e OCTE;

....." (NR)

Art. 35. A Resolução ANP nº 956, de 5 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 13. .....

.....

X - .....

.....

c) óleo diesel A ou C ou misturas de A e C;

....." (NR)

Art. 36. A Resolução ANP nº 959, de 5 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 17. .....

§ 1º A mistura de biodiesel com óleo diesel A ou C ou com misturas de A e C, somente poderá ser realizada por distribuidores de combustíveis líquidos e refinarias autorizados pela ANP.

....." (NR)

Art. 37. Passam a vigorar a partir de 29 de outubro de 2024:

I - os limites estabelecidos na Tabela 1 do Anexo referentes às seguintes características:

a) contaminação total e índice de acidez para os óleos diesel A S10, C S10, A S500, B S10 e B S500;

b) estabilidade à oxidação (mg/100mL) para o óleo diesel A S500; e

c) teor de água para os óleos diesel A S500 e B S500;

II - os arts. 13, 28 e 29; e

III - o estabelecido no art. 16 somente em relação aos óleos diesel A S500 e B S500.

Parágrafo único. Até 28 de outubro de 2024, devem ser atendidos os limites estabelecidos na Tabela 4 do Anexo para as características água e sedimentos e aquelas listadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I.

Art. 38. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 50, de 31 de dezembro de 2013;

II - a Resolução ANP nº 13, de 6 de março de 2015;

III - o inciso IV do caput do art. 37 e o art. 46 da Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020;

IV - o art. 30 da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021;

V - o art. 12 da Resolução ANP nº 909, de 18 de novembro de 2022; e

VI - o parágrafo único do art. 1º da Resolução ANP nº 920, de 4 de abril de 2023.

Art. 39. Esta Resolução entra em vigor em 31 de julho de 2024.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o § 1º do art. 1º, os incisos I, IV e V do caput e o § 2º do art. 2º, os arts. 4º, 5º, 6º e 8º, o § 1º do art. 15, os §§ 1º e 2º do art. 16, os arts. 17, 18, 19 e 20 e o inciso I e o § 1º do art. 37 Resolução ANP nº 968, de 30 de abril de 2024)

Especificações do óleo diesel de destinados a veículos ou equipamentos dotados de motores do ciclo Diesel.

Tabela 1 - Especificações dos óleos diesel A, C e B.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE				MÉTODO (1)	
						ABNT NBR	ASTM/EN
		A e C (2)		B			
		S10	S500	S10	S500		
Aspecto	-	Homogêneo, límpido e isento de material particulado				14954	D4176
Cor	-	(3)	(3)(4)	(3)	Vermelho	14954	-
Cor ASTM (5)	-	3,0		3,0	-	14483	D1500 D6045
Teor de biodiesel	% volume	(6)		(7)		15568	D7371 EN 14078 (8)
Massa Específica a 20ºC	kg/m³	815,0 a 850,0	815,0 a 865,0	(9)		7148 14065	D1298 D4052
Enxofre total, máx.	mg/kg	10	500	10	500	14533 (10)	D2622 D5453 (11) D7220 D7212 (10) D4294 (12) D7039
Ponto de fulgor, mín.	ºC	38,0				7974 14598	D56 D93 D3828 D7094
Viscosidade a 40°C	mm²/s	2,0 a 4,5				10441	D445 (13) D7042 D7279 D7945
Destilação							
85% vol., recuperados, máx.	ºC	-	360,0	-	370,0	9619	D86 D7345 (14)
95% vol., recuperados, máx.		370,0	-	370,0	-		
Ponto de entupimento de filtro a frio, máx.	ºC	(15)				14747	D6371 EN 116
Estabilidade à oxidação, máx.	mg/100mL	2,5		-		-	D2274 D5304
Número de cetano, mín. (16) (17)	-	48	42	48	42	-	D613 (18) D6890 (19) D7668 (19) D8183 (19) EN 5165 EN 15195 EN 16715 EN 17155
Resíduo de carbono Ramsbottom no resíduo dos 10% finais da destilação, máx.	% massa	0,25				14318	D524
Cinzas, máx.	% massa	0,010				9842	D482
Corrosividade ao cobre, 3h a 50 ºC, máx.	-	1				14359	D130
Índice de acidez	mgKOH/g	0,25	Anotar	0,30	Anotar	14248	D674 D974 (20)
Teor de água, máx.	mg/kg	200		250		-	D6304 EN ISO12937
Contaminação Total, máx.	mg/kg	24				-	EN 12662
Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, máx.	% massa	8,0	-	-		-	D5186 D6591 EN 12916
Lubricidade, máx. (21)	µm	460				-	ISO 12156-1 D6079 (22) D7688
Condutividade elétrica, mín. (23)	pS/m	25				-	D2624 D4308

Tabela 2 - Ponto de Entupimento de Filtro a Frio

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIMITE MÁXIMO, °C											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
GO - DF - MT - ES - RJ	12	12	12	10	5	5	5	8	8	10	12	12
SP - MG - MS	12	12	12	7	3	3	3	3	5	9	9	12
Sul	10	10	7	7	0	-1	-2	-1	0	7	7	10
Norte	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19
Nordeste	19	19	19	19	16	16	16	16	19	19	19	19

Tabela 3 - Especificação do corante vermelho para o óleo diesel S500

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO	MÉTODO
Aspecto	Líquido	Visual
Color Index	Solvente Red	
Cor	Vermelho intenso	Visual
Massa específica a 20°C, kg/m³	990 a 1020	Picnômetro
Absorbância, 520 a 540nm	0,6 - 0,7	(24)

Tabela 4 - Especificações do óleo diesel A e B vigentes até o dia 28 de outubro de 2024, observado o disposto no § 1º do art. 37

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE				MÉTODO	
		A		B		ABNT NBR	ASTM/EN
		S10	S500	S10	S500		
Estabilidade à oxidação, máx.	mg/100mL	2,5	-	-	-	-	D2274 D5304
Índice de acidez	mgKOH/g	Anotar	-	Anotar	-	14248	D664 D974 (21)
Contaminação total, máx. (25)	mg/kg	24	-	24	-	-	EN 12662
Teor de água	mg/kg	200	500	250	500	-	D6304 EN ISO12937
Água e sedimentos, máx. (25)	% volume	-	0,05	-	0,05	-	D2709

Notas:

(1) Os métodos listados referem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da ASTM International (ASTM), do Comité Européen de Normalisation (CEN), e da International Organization for Standardization (ISO).

(2) O óleo diesel C se aplica ao diesel com teor de enxofre, máximo, de 10 mg/kg.

(3) Incolor a amarelada, para os óleos diesel A e C sem corante, podendo apresentar-se ligeiramente alterada para as tonalidades marrom e alaranjada para o óleo diesel B S10, devido à coloração do biodiesel.

(4) Para fins de emissão do certificado da qualidade do óleo diesel A S500, considerar a cor do produto sem adição de corante.

(5) Limite requerido antes da adição do corante.

(6) Deve ser medido quando houver dúvida quanto à ocorrência de contaminação, considerando-se o limite máximo de 0,5% em volume.

(7) O limite refere-se ao teor de biodiesel estabelecido pela legislação vigente.

(8) Em caso de disputa, a norma EN 14078 deve ser aplicada para confirmação do teor de biodiesel.

(9) A faixa dos limites de especificação da massa específica (ME a 20°C) do óleo diesel B está disponível na página da internet da ANP (https://www.gov.br/anp/pt-br), calculada a partir das seguintes equações:

$ME_{MÍN}$ a 20°C = ($ME_{mín(biodiesel)}$ x $t_{biodiesel}$) + ($ME_{mín(diesel\ A)}$ x $t_{diesel\ A}$)

$ME_{MÁX}$ a 20°C = ($ME_{máx(biodiesel)}$ x $t_{biodiesel}$) + ($ME_{máx(diesel\ A)}$ x $t_{diesel\ A}$)

onde:

$ME_{mín(biodiesel)}$ - massa específica a 20°C do biodiesel, do limite mínimo, constante da Resolução ANP nº 920, de 2023;

$ME_{mín(diesel\ A)}$ - massa específica a 20°C do diesel A ou C, do limite mínimo, constante da Tabela 1;

$ME_{máx(biodiesel)}$ - massa específica a 20°C do biodiesel, do limite máximo, constante da Resolução ANP nº 920, de 2023;

$ME_{máx(diesel\ A)}$ - massa específica a 20°C do diesel A ou C, do limite máximo, constante da Tabela 1;

$t_{biodiesel}$ - teor de biodiesel, constante da Tabela 1, para composição do óleo diesel B; e

$t_{diesel\ A}$ - teor de óleo diesel A ou C para composição do óleo diesel B.

(10) Aplicável apenas para os óleos diesel A S10 e C S10.

(11) Em caso de disputa, a norma ASTM D5453 deverá ser aplicada para confirmação do resultado do teor de enxofre.

(12) Aplicável apenas para o óleo diesel A S500.

(13) Em caso de disputa, a norma ASTM D445 deverá ser aplicada para confirmação do resultado da viscosidade cinemática.

(14) Os resultados obtidos pela norma ASTM D7345 devem ser convertidos para valores equivalentes à ASTM D86, de acordo com as regras de conversão estabelecidas na norma.

(15) Limites conforme Tabela 2.

(16) Para o óleo diesel A, fica permitida a determinação do índice de cetano calculado pelo método ASTM D4737, alternativamente ao número de cetano, desde que o produto não contenha aditivo melhorador de cetano e o resultado seja mínimo de 45.

(17) Quando for utilizado aditivo melhorador de cetano, deve ser informado no certificado da qualidade.

(18) Em caso de disputa, a norma ASTM D613 deverá ser aplicada para confirmação do resultado do número de cetano.

(19) Os resultados de número de cetano derivado (DCN, sigla em inglês), reportado pelas normas ASTM D6890 e D7668, e de número de cetano indicado (ICN, sigla em inglês), reportado pela norma ASTM D8183, devem ser considerados como resultados de número de cetano.

(20) Em caso de disputa, a norma ASTM D974 deverá ser aplicada para confirmação do resultado do índice de acidez.

(21) Observar o disposto no art. 18.

(22) Em caso de disputa, a norma ASTM D6079 deverá ser aplicada para confirmação do resultado da lubricidade.

(23) A condutividade elétrica deverá ser determinada em amostra composta constituída da mistura de aditivo antiestático, quando couber, e do produto a ser comercializado, óleo diesel A S10, óleo diesel C S10, óleo diesel A S500 ou óleo diesel B (S10 e S500), sendo os óleos diesel A S500 e B S500 adicionados de corante.

(24) A Absorbância deve ser reportada com varredura espectral completa em toda faixa especificada (520nm a 540nm), sendo a média das absorbâncias obtidas nas leituras de duas soluções volumétricas de 20mg/L do corante em tolueno P.A (solução padrão), medidas na mesma temperatura e em célula de caminho ótico de 1cm.

(25) Aplicável na importação, antes da liberação do produto para comercialização.

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 250, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso II do art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.235471/2023-80, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da TIETÊ AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 51.843.514/0001-40, com capacidade de produção de 750 m³/d de etanol hidratado e 500 m³/d de etanol anidro, localizada na Rodovia Antônio Celidônio Ruette, km 03, Fazenda Cachoeira, Paraíso - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 209, de 12/04/2024, publicada no DOU de 15 de abril de 2024.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNNO LOBACK ATALLA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 246, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 950, de 05 de outubro de 2023, e considerando o que consta no Processo nº 48610.210053/2024-61, resolve:

Autorizar a empresa FLEXPETRO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 08.892.436/0008-10, a exercer a atividade de filial de distribuidora de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação. (AEA Filial).

DIOGO VALERIO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 247, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 959, de 5 de outubro de 2023, e considerando o que consta no Processo nº 48610.210913/2024-66, resolve:

Autorizar a empresa M CASSAB COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA a exercer a atividade de agente de comércio exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo.

CNPJ
49.698.723/0001-03
49.698.723/0011-77
49.698.723/0031-10
49.698.723/0042-73

DIOGO VALERIO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 248, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 959, de 5 de outubro de 2023, e considerando o que consta no Processo nº 48610.210248/2024-19, resolve:

Autorizar a empresa REFINARIA DE MATARIPE S.A. a exercer a atividade de agente de comércio exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 891, de 1 de dezembro de 2022.

CNPJ
41.777.706/0001-41
41.777.706/0002-22
41.777.706/0003-03
41.777.706/0004-94
41.777.706/0005-75
41.777.706/0006-56
41.777.706/0007-37
41.777.706/0008-18
41.777.706/0011-13
41.777.706/0012-02

DIOGO VALERIO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 249, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 959, de 5 de outubro de 2023, e considerando o que consta no Processo nº 48610.208451/2024-17, resolve:

Autorizar a empresa BRAZIL OIL COMPANY LTDA - CNPJ nº 52.621.203/0001-07, a exercer a atividade de agente de comércio exterior.

DIOGO VALERIO

DESPACHO SDL-ANP Nº 494, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 948 de 5 de outubro de 2023, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0246416	ALDEBRAND COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	10.221.721/0001-85	48610.208991/2024-09
PR/MG0246415	AUTO POSTO BRASIL PETRO FRUTAL LTDA	52.198.530/0001-90	48610.200929/2024-61
PR/SP0246409	AUTO POSTO CARAVELLA LTDA	54.576.187/0001-03	48610.210520/2024-52
PR/MG0246412	AUTO POSTO DIAMOND CEDRENSE LTDA	48.160.372/0001-01	48610.207409/2024-89
PR/PR0246414	AUTO POSTO GALASSI LTDA	54.045.507/0001-90	48610.211052/2024-33
PR/GO0246433	AUTO POSTO VILLAGE LTDA	46.693.752/0001-86	48610.210956/2024-41
PR/MA0246434	CASTRO COMBUSTIVEIS LTDA	37.946.699/0002-78	48610.211145/2024-68
PR/PI0246413	LJP COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	43.819.172/0001-02	48610.209579/2024-06
PR/PR0246437	MAHLE REDE DE POSTOS LTDA	06.124.016/0008-69	48610.210746/2024-53
PR/BA0246435	MM COMERCIO DE PETROLEO LTDA	43.940.750/0001-56	48610.209630/2024-71
PR/BA0246410	MODELO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	49.497.793/0001-95	48610.210254/2024-68
PR/MG0246438	NOVA VILA BRETAS COMBUSTIVEIS LTDA	51.832.295/0001-01	48610.210999/2024-27
PR/MG0246439	POSTO ATP LTDA	29.773.852/0001-01	48610.210984/2024-69
PR/SP0246411	POSTO MONTE CARLO RODOVIA ANHANGUERA LTDA	38.258.876/0001-05	48610.210640/2024-50
PR/BA0246436	POSTO NR I LTDA	51.648.037/0002-42	48610.205281/2024-19
PR/PA0246432	RIO BONITO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA	45.344.722/0001-00	48610.207842/2024-14

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 495, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 958, de 5 de outubro de 2023, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2020 Versão Corrigida: 2021, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPCE0434175	A Z COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	53.647.881/0001-01	48610.210937/2024-15
GLPPA0434198	AC COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA	43.462.617/0001-31	48610.210376/2024-54
GLPSC0434194	ADRIANA CYPRIANO	50.075.684/0001-69	48610.210213/2024-71
GLPBA0434179	AL BRUNO REVENDEDOR DE GAS LTDA	37.937.423/0001-42	48610.210950/2024-74
GLPSP0434208	ALMEIDA FUCIOLO DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	53.465.614/0001-05	48610.211016/2024-70
GLPPR0434232	ATACADO TRES IRMAOS LTDA	54.112.407/0001-30	48610.211106/2024-61
GLPRS0434153	ATUAL GAS COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA	43.368.594/0003-62	48610.210896/2024-67
GLPRJ0434173	BATISTAS & FERNANDES COMERCIO DE GAS LTDA	53.319.219/0001-14	48610.210931/2024-48
GLPSP0434239	BENTO ALVES BARROSO	04.508.748/0001-50	48610.211117/2024-41
GLPPE0434190	CAIO VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS LTDA	50.717.137/0001-30	48610.208818/2024-01
GLPPR0434249	COMERCIO XAMAGAS LTDA	22.740.477/0004-99	48610.211177/2024-63
GLPRS0434196	DOM DIOGO COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	52.528.009/0001-73	48610.210993/2024-50
GLPPE0434171	DOTOGAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	50.132.161/0001-07	48610.209011/2024-87
GLPGO0434244	DX GAS E AGUA LTDA	53.284.623/0001-08	48610.211135/2024-22
GLPPE0434149	ELIZETE SOARES DE OLIVEIRA RUBINA GAS LTDA	46.412.009/0003-72	48610.210400/2024-55
GLPMT0434214	FABIO ADVERSI SILVA LTDA	52.267.965/0001-49	48610.211088/2024-17
GLPSP0434202	FLAVIO LS ROCHA COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA	52.284.730/0001-65	48610.210995/2024-49
GLPDF0434177	FORTE GAS LTDA	54.459.592/0001-33	48610.208932/2024-22
GLPRR0434212	G GAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	53.317.268/0001-18	48610.211050/2024-44
GLPPA0434210	G PAZ DO NASCIMENTO	54.129.021/0001-30	48610.211047/2024-21
GLPMG0434151	ITA GAS UNIPESSOAL LTDA	52.314.225/0001-16	48610.210868/2024-40
GLPRJ0434165	J.A.P. PINHEIRO COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	10.314.983/0001-94	48610.210922/2024-57
GLPSP0434184	JUNDIAI COMERCIO DE GAS LTDA	52.676.449/0001-78	48610.210957/2024-96
GLPAC0434237	L S MORAES LTDA	49.952.391/0001-33	48610.211115/2024-51
GLPMG0434246	LUERCI PEDROSO DE PAULA	52.176.410/0001-91	48610.211143/2024-79
GLPMT0434242	MADUREIRA GAS LTDA	51.948.249/0001-64	48610.211131/2024-44
GLPSP0434182	MAOF COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA	16.977.326/0001-03	48610.210955/2024-05
GLPMG0434217	MARIA DA SOLIDADE FERREIRA UNIPESSOAL LTDA	54.024.373/0001-21	48610.211095/2024-19
GLPMS0434226	MAX GAS LTDA	35.056.588/0001-80	48610.210912/2024-11
GLPSP0434158	NAELY FINATI LISSER	52.045.054/0001-77	48610.210921/2024-11
GLPES0434206	NV GAS LTDA	18.266.012/0001-28	48610.209522/2024-07
GLPRS0434200	PADARIA E CONFEITARIA KLEIN & RECH LTDA.	53.826.060/0001-24	48610.208477/2024-65
GLPAL0434204	PAULO SERGIO JANUARIO DA SILVA	23.116.121/0001-07	48610.211006/2024-34
GLPRO0434188	Q.L COMERCIO DE GAS LTDA	54.266.284/0001-91	48610.210959/2024-85
GLPSP0434156	SANTO ANTONIO COMERCIO DE GLP LTDA	52.891.912/0001-02	48610.210910/2024-22
GLPMS0434186	TORK OIL CIDADE MORENA LTDA	13.596.885/0003-47	48610.210715/2024-01
GLPRS0434169	W. DUDA LTDA	53.997.103/0001-34	48610.209543/2024-14
GLPPI0434192	Y L MOURA LTDA	53.185.008/0001-36	48610.210601/2024-52
GLPAP0434235	YARED E MOURA LTDA	14.419.508/0002-14	48610.210623/2024-12

JARDEL FARIAS DUQUE

RETIFICAÇÃO

No Despacho SDL-ANP Nº 482 de 26 de abril de 2024, publicado no DOU de 29 de abril de 2024, seção 1, página 236:

Onde se lê: " (...) somente em relação aos CNPJ nº 08.783.686/0001-46 e 08.783.686/0004-90 (...)"

Leia-se: " (...) somente em relação aos CNPJ nº 10.531.422/0001-47 e 10.531.422/0004-90 (...)".

RETIFICAÇÃO

No Despacho SDL-ANP Nº 485, de 26 de abril de 2024, publicado no DOU de 29 de abril de 2024, seção 1, página 236:

Onde se lê: " (...) e o que consta do processo nº 48610.203981/2024-79 (...)"

Leia-se: " (...) e o que consta do processo nº 48610.203994/2024-48 (...)".

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO SIM-ANP Nº 500, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.226508/2023-89, resolve:

Aprovar a minuta do Contrato Master e seus anexos, incluindo as minutas dos contratos de transporte de entrada e de saída e o regulamento para o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte 2023 para a contratação do serviço de transporte firme na Rede de Transporte de Gás Natural da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, devendo esta transportadora:

(i) Publicar o aviso de início do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte nas mídias sociais e página na internet da transportadora, além de, preferencialmente, publicá-lo também em 1 (um) jornal de circulação nacional e/ou veículo de mídia especializado;

(ii) Deixar disponível em seu sítio na Internet tal minuta para o público.

Disponibilizar a minuta do contrato master acima descrito no sítio eletrônico http://www.anp.gov.br

Aprovar a proposta de cronograma apresentada pela NTS.

Aprovar a realização do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte que será conduzido de maneira indireta pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, sob supervisão da ANP.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

Ministério de Portos e Aeroportos

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 14.353, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013649/2024-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD RR0156 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.372 DE 16 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014121/2024-60, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD RO0101 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.388, DE 17 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013668/2024-48, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo de uso privativo CIAD MA0031 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1812/SIA de 14 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2016, Seção 1, página 68.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.419, DE 23 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.007619/2024-76, resolve:

Art. 1º Atualizar a inscrição do Aeródromo de Uso Privativo CIAD SP0202 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 935/SIA de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2014, Seção 1, página 5.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.432, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014977/2024-35, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD PA0404 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.433, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015157/2024-61, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD MT1035 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.438, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015398/2024-18, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Fazenda Santapazienza;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0557;

III - município (UF): Itatiba (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 04' 06'' S / 046° 49' 36'' W

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3188/SIA de 27 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 02 de dezembro de 2015, Seção 1, página 3.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 14.439, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, com as alterações promovidas pela Resolução nº 723, de 30 de agosto de 2023, e considerando o que consta do processo nº 00066.001491/2023-46, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária D P GOMES LTDA., CNPJ nº 46.761.187/0001-47, com sede social em Cruzeiro do Sul (AC), detentora do Certificado de Operador Aéreo - 2024-04-00OL-02-00, emitido em 22 de abril de 2024.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA REGIONAL DE RECIFE

DELIBERAÇÃO Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024

Processo nº 50300.017976/2023-18. Operador penalizado: ANTONIO VICENTE FERREIRA NETO, CPF ***.891.514-**. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA, pelo cometimento da infração tipificada no art. 23, XLIII da Resolução 1.274/2014-Antaq, por prestar o serviço de transporte de passageiros, sem autorização da ANTAQ, na navegação de travessia interestadual entre Acaú/PB e Carne de Vaca/PE, com a embarcação MARI MAR - Inscrição nº 2010220641.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 74, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e os autos do Processo nº 50300.008920/2023-64, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 2.075-ANTAQ, de 23 de junho de 2023, de titularidade da empresa I. S. ROCHA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 47.252.191/0001-42, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração de esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: gov.br/antaq.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 75, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e os autos do Processo nº 50300.006295/2024-05, resolve:

Art. 1º Expedir Termo de Autorização nº 2181-ANTAQ, em favor do microempreendedor individual 54.028.272 WANILSON BEZERRA MONTEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 54.028.272/0001-29 para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Oiapoque, na linha AQ 138 001 - Oiapoque - Centro (rampa Mercado e Cayamã) (AP)/Saint-Georges - Rampa Flutuante (Guiana Francesa), com fulcro na Resolução nº 3.285, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A íntegra do Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: gov.br/antaq.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 76, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e os autos do Processo nº 50300.006295/2024-05, resolve:

Art. 1º Expedir Termo de Autorização nº 2182-ANTAQ, em favor do microempreendedor individual 54.028.272 WANILSON BEZERRA MONTEIRO, inscrito no CNPJ sob nº 54.028.272/0001-29 para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Oiapoque, na linha AQ 138 002 - Oiapoque - Vila Vitória (AP)/Saint-Georges - Rampa Flutuante (Guiana Francesa), com fulcro na Resolução nº 3.285, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A íntegra do Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: gov.br/antaq.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 77, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e os autos do Processo nº 50300.006263/2024-00, resolve:

Art. 1º Expedir Termo de Autorização nº 2183-ANTAQ, em favor do microempreendedor individual 54.305.626 DOMINGOS BRAGA XAVIER, inscrito no CNPJ sob o nº 54.305.626/0001-35 para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Oiapoque, na linha AQ 138 001 - Oiapoque - Centro (rampas Mercado e Cayamã) (AP) / Saint-Georges - rampa Flutuante (Guiana Francesa), com fulcro na Resolução nº 3.285, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A íntegra do Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: gov.br/antaq.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 78, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e os autos do Processo nº 50300.006263/2024-00, resolve:

Art. 1º Expedir Termo de Autorização nº 2184-ANTAQ, em favor do microempreendedor individual 54.305.626 DOMINGOS BRAGA XAVIER, inscrito no CNPJ sob o nº 54.305.626/0001-35 para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Oiapoque, na linha AQ 138 002 - Oiapoque - Vila Vitória (AP) / Saint-Georges - rampa Flutuante (Guiana Francesa), com fulcro na Resolução nº 3.285, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A íntegra do Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: gov.br/antaq.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 164, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.341866/2020-55, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 29 de março de 2022, Seção 1, págs. 132/198, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. O filiado poderá solicitar, a qualquer momento, a inclusão, alteração, ratificação ou exclusão das informações divergentes, extemporâneas ou insuficientes do CNIS, prestando as informações referentes à atualização desejada e apresentando documentos comprobatórios, conforme critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, observadas as formas de filiação, independentemente de requerimento de benefício.

§ 1º Quando não houver, no requerimento eletrônico no Meu INSS (https://meu.inss.gov.br), campos adicionais para registro de todas as informações necessárias para a atualização desejada no CNIS, o segurado ou seu representante legal deverá anexar ao requerimento a solicitação contendo tais informações, podendo para esse fim utilizar o respectivo formulário correspondente à atualização desejada ("Requerimento de Atualização do CNIS - RAC", constante no Anexo I), dispensado nas situações de atualização que não demandem a sua manifestação escrita, vinculadas ao requerimento de benefícios.

§ 2º A exclusão de informações de atividade, vínculos e remunerações incorretas no CNIS deverá ser efetivada mediante declaração expressa do filiado, podendo utilizar um dos seguintes modelos simplificados de Requerimentos de Atualização do CNIS - RAC:

I - Anexo I-B - 2.2 - Acerto de Vínculos e Remunerações Empregado e Empregado Doméstico;

II - Anexo I-C - 2.3 - Acerto de remunerações - Trabalhador Avulso;

III - Anexo I-D - 2.4 - Acerto de Remunerações - CI Prestador de Serviço; e

IV - Anexo I-E - 2.5 - Reconhecimento de Filiação e Atualização de Atividade, após pesquisas realizadas pelo INSS nos sistemas corporativos.

§ 3º Quando constar no requerimento eletrônico as informações necessárias para análise e tomada de decisão pelo INSS, não será exigida do segurado a solicitação/declaração/RAC previstos nos §§ 1º e 2º, conforme o caso." (NR)

"Art. 92 .....

.....

§ 6º Para fins de inclusão e atualização da atividade na forma deste artigo, o segurado deverá prestar as informações referentes à ocupação e ao (s) período (s) da (s) atividade (s) exercida (s), podendo utilizar o modelo simplificado de RAC, constante no Anexo I-E - 2.5 - Reconhecimento de Filiação e Atualização de Atividade, observado o disposto no art. 12." (NR)

"Art. 93 .....

I - do segurado contribuinte individual e do segurado anteriormente denominado trabalhador autônomo e equiparado ao trabalhador autônomo: declaração de exercício de atividade assinada pelo próprio filiado ou por seu procurador ou representante legal, constando a data fim da atividade que, conforme o caso, poderá ser retroativa à última contribuição ou remuneração constante do CNIS; para esse fim poderá ser utilizado o modelo simplificado de RAC, constante no Anexo I-E - 2.5 - Reconhecimento de Filiação e Atualização de Atividade, observado o disposto no art. 12;

....." (NR)

"Art. 574 .....

.....

§ 3º Em se tratando de requerimento de atualização de CNIS, ainda que no âmbito de requerimento de benefício, o INSS deverá analisar todos os pedidos relativos à inclusão, alteração, ratificação ou exclusão das informações divergentes, extemporâneas ou insuficientes do CNIS, observado o disposto no art. 12.

....." (NR)

"Art. 576-A. A conclusão do processo não prejudica a apresentação de novo requerimento pelo interessado a partir da ciência da decisão, ressalvado o caso previsto no art. 346." (NR)

Art. 2º O Anexo I da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2022, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º Passam a compor a Instrução Normativa nº 128, de 2022, os seguintes modelos simplificados:

I - Anexo I-A - 2.1 - Acerto de Dados de Identificação da Pessoa Física;

II - Anexo I-B - 2.2 - Acerto de Vínculos e Remunerações - Empregado e Empregado Doméstico;

III - Anexo I-C - 2.3 - Acerto de Remunerações - Trabalhador Avulso;

IV - Anexo I-D - 2.4 - Acerto de Remunerações - CI Prestador de Serviço;

V - Anexo I-E - 2.5 - Reconhecimento de Filiação e Atualização de Atividade; e

VI - Anexo I-F - 2.6 - Acerto de Contribuições.

Parágrafo único. Para as situações que exijam o preenchimento do Requerimento de Atualização do CNIS - RAC Completo (Anexo I), poderão ser utilizados os modelos simplificados previstos no caput, conforme situação específica.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050200088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ANEXO I
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DO CNIS – RAC COMPLETO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
Nome civil:
CPF nº:
Número (s) de Inscrição (ões) NIT/PIS/Pasep/NIS:
Data de nascimento:
Nome da mãe:

2. TIPO DE ATUALIZAÇÃO	
2.1. ACERTO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA Ao escolher a opção “Incluir” ou “Alterar”, informe na coluna “CAMPO A SER ATUALIZADO” o dado correto para atualização. Ao escolher a opção “Excluir” informe na coluna “CAMPO A SER ATUALIZADO” o dado a ser excluído.	
AÇÃO	**CAMPO A SER ATUALIZADO**
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	1. Nome social (se houver):
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	2. Nome civil:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	3. Nome da mãe:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	4. Nome do pai:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	5. Data de nascimento:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	6. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Não Informado/declarado
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	7. Estado civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Separado(a) Judicialmente ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado (a)
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	8. Grau de instrução: ( ) Analfabeto ( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo ( ) Especialização
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	9. Cor/Raça: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena ( ) Não Declarada
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	10. Nacionalidade: ( ) Brasileira ( ) Brasileiro Nascido no Exterior ( ) Naturalizado Brasileiro ( ) Estrangeiro
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	11. Município de nascimento/UF:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	12. País de origem

( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	13. Chegada ao País (estrangeiro):
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	14. Endereço principal: CEP: _____ Tipo de Logradouro (Rua/Avenida): _____ Logradouro: _____ Nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____UF: _____ Município: _____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	15. Endereço secundário: CEP: _____ Tipo de Logradouro (Rua/Avenida): _____ Logradouro: _____ Nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____UF: _____ Município: _____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	16. Telefones: Fixo: (DDD: ____) Nº_____ Celular: (DDD: _____) Nº_____ Principal: (DDD: _____) Nº _____ Secundário: (DDD: _____) Nº _____ E-mail: _____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	17. CPF nº:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	18. Nº CTPS: _____ Nº Série: _____ Data de Emissão: ____/____/____ UF: _____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	19. Nº Carteira de Identidade (RG): _____ Data de Emissão: ___/___/____ UF: _____Órgão Emissor: _____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	20. Nº Título de eleitor: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	21. Certidão de nascimento: Nº Termo: _____ Livro: _____ Folha: _____ UF:_____ Município: _____ Cartório: _____ Data do Evento:____/____/_____ Data do Registro: ____/____/_____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	22. Certidão de casamento: Nº Termo _____ Livro: _____ Folha: _____ UF: ____ Município: _____ Cartório: _____ Data do Evento:____/____/_____ Data do Registro: ____/____/_____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	23. Nº Carteira de marítimo: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	24. Nº CNH: _____ Categoria: _____ Data Primeira Habilitação: ____/____/_____ Data de Emissão: _____/_____/_____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	25. Nº Passaporte: _____ Série: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	26. Nº Documento estrangeiro: _____ País Emissor: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____

2.2. ACERTO DE VÍNCULOS E REMUNERAÇÕES - EMPREGADO E EMPREGADO DOMÉSTICO

2.2.1. INCLUIR VÍNCULO E REMUNERAÇÃO

( ) Tipo de Filiado:	( ) Empregado	( ) Empregado Doméstico
Nome ou Razão Social do Empregador:		
Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador:		
Data de Admissão:		
Data de Rescisão:		
Motivo da Rescisão:		
Tipo de Contrato:	( ) Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, vinculado à ocorrência de um fato ( ) Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ( ) Contrato de Trabalho por Tempo Determinado ( ) Contrato Temporário de Trabalho ( ) Aluno Aprendiz ( ) Menor Aprendiz ( ) Mandato Eletivo	
Regime Jurídico (Trabalho): ( ) CLT		( ) Estatutário / Regime Jurídico Único – RJU
Regime Previdenciário:	( ) RGPS	( ) RPPS
Natureza da Ocupação:	( ) Urbana	( ) Rural
Ocupação (CBO):		

Competência (Mês/Ano)	Remuneração (R$)	Competência (Mês/Ano)	Remuneração (R$)	Competência (Mês/Ano)	Remuneração (R$)
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	
___ / ___ /_____		___ / ___ /_____		___ / ___ /_____	

Observação:_____

2.2.2. ALTERAR VÍNCULO

Nome ou Razão Social do Empregador:

Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador:

Dados	**De**	**Para**
Data de Admissão:	___ /___ /_____	___ /___ /_____
Data de Rescisão:	___ /___ /_____	___ /___ /_____
Motivo da Rescisão:		
Tipo de Contrato:		
Regime Jurídico (Trabalho):		
Regime Previdenciário:		
Natureza do Vínculo:		
Ocupação (CBO):		

Observação:_____

2.2.3. ALTERAR REMUNERAÇÃO DO VÍNCULO

ATENÇÃO: Empregado preencher o nº CNPJ/CEI/CAEPF/CNO do estabelecimento
Empregado Doméstico preencher o CPF do empregador

Tipo de Remuneração:	( ) Normal ( ) Trabalhador Cedido ( ) Dirigente Sindical	( ) Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo ( ) Reclamatória Trabalhista

Observação:_____

2.2.4. COMPROVAR VÍNCULO EXTEMPORÂNEO

Nome ou Razão Social do Empregador	Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador	Data de Admissão (Dia/Mês/Ano)	Data de Rescisão (Dia/Mês/Ano)
		__ /__ /____	__ /__ /____
		__ /__ /____	__ /__ /____
		__ /__ /____	__ /__ /____
		__ /__ /____	__ /__ /____
		__ /__ /____	__ /__ /____

		__/__/____	__/__/____

Observação:_____

2.2.5. EXCLUIR VÍNCULO

Nome ou Razão Social do Empregador	Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador	Data de Admissão (Dia/Mês/Ano)	Data de Rescisão (Dia/Mês/Ano)
		__/__/____	__/__/____
		__/__/____	__/__/____
		__/__/____	__/__/____
		__/__/____	__/__/____
		__/__/____	__/__/____
		__/__/____	__/__/____
		__/__/____	__/__/____

Observação:_____

2.3. ACERTO DE REMUNERAÇÕES - TRABALHADOR AVULSO
Informe os dados para atualização.

2.3.1. INCLUIR REMUNERAÇÕES DO TRABALHADOR AVULSO

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário
Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:		
Nº CNPJ do Estabelecimento:		

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				

*Natureza: 1 - Urbana; 2 - Rural

Observação:_____

2.3.2. ALTERAR REMUNERAÇÕES DO TRABALHADOR AVULSO

DE:

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário
Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:		
Nº CNPJ do Estabelecimento:		

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				
____/_____				

____ / _____				
____ / _____				

*Natureza: 1 - Urbana; 2 - Rural

PARA:

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário

Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:

Nº CNPJ do Estabelecimento:

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				

*Natureza: 1 - Urbana; 2 - Rural

2.3.3. EXCLUIR REMUNERAÇÕES DO TRABALHADOR AVULSO

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário

Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:

Nº CNPJ do Estabelecimento:

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				

*Natureza: 1 - Urbana; 2 - Rural

Observação:_____
_____
_____

2.4 ACERTO DE REMUNERAÇÕES - CI PRESTADOR DE SERVIÇO
Informe os dados para atualização

2.4.1. INCLUIR, ALTERAR OU EXCLUIR REMUNERAÇÕES DE CI PRESTADOR DE SERVIÇO A PARTIR DE ABRIL/2003

Ação	Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ (Contratante/cooperativa/estabelecimento)	Ocupação (CBO)	Valor (R$) CNIS x Valor (R$) da remuneração recebida **De → Para**
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			

Observação:_____
_____

2.5. RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE ATIVIDADE

Ao escolher a opção "Incluir" ou "Alterar" informe os dados corretos para atualização.
Ao escolher a opção "Excluir" informe os dados a serem excluídos.

Ação	NIT	* Tipo de Filiado	Ocupação	Data de Início	Data-Fim
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__/__/____	__/__/____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__/__/____	__/__/____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__/__/____	__/__/____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__/__/____	__/__/____

***Tipo de Filiado: 1 - Empregado Doméstico; 2 - Contribuinte Individual; 3 - Segurado Especial; 4 - Facultativo**

Observação:_____

2.6. ACERTO DE CONTRIBUIÇÕES
(CONTRIBUINTE INDIVIDUAL, FACULTATIVO E SEGURADO ESPECIAL)
Informe os dados para atualização.

2.6.1. INCLUIR OU EXCLUIR CONTRIBUIÇÃO (exceto GPS/DARF)

Ação	Competência (Mês/Ano)	NIT/PIS/Pasep/NIS	Código	Valor (R$) autenticado	Valor (R$) de contribuição	Data do Pagamento (Dia/Mês/Ano)
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					__/__/____

Observação:_____

2.6.2. ALTERAR CONTRIBUIÇÃO

NIT/PIS/Pasep/NIS	Competência (Mês/Ano) De → Para	Data de Autenticação (Dia/Mês/Ano) De → Para		Valor (R$) da contribuição De → Para	Valor (R$) autenticado De → Para	Alterar Código de Pagamento De → Para
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050200094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→

Observação:_____

2.6.3. DESMEMBRAR CONTRIBUIÇÃO

Guia a desmembrar (Mês/Ano)	NIT PIS/Pasep NIS	Valor (R$) autenticado (incluindo juros e multa)	Código	Data de Pagamento (Dia/Mês/Ano)	Período referente ao desmembramento (Mês/Ano a Mês/Ano)
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___

Observação:_____

2.6.4. TRANSFERIR CONTRIBUIÇÕES

Do NIT/PIS/Pasep/NIS: _____
Para o NIT/PIS/Pasep/NIS: _____

Competência (Mês/Ano)	Data de Autenticação (Dia/Mês/Ano)	Valor (R$) da contribuição	Valor (R$) autenticado	Código de Pagamento
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			

Observação:_____

1. Declaro, para os devidos fins, que exerço/exerci atividade de filiação obrigatória, referente às contribuições constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, vinculadas ao NIT conforme acima referenciado, na atividade e período conforme acima relacionados.

2. Declaro, ainda, serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Atenção: Junte ao requerimento os comprovantes dos dados a serem atualizados.

Local: _____ Data: _____/_____/_____	Assinatura: _____

ANEXO I-A
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DO CNIS – RAC
2.1 - ACERTO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
Nome civil:
CPF nº:
Número (s) de Inscrição (ões) NIT/PIS/Pasep/NIS:
Data de nascimento:
Nome da mãe:

2. TIPO DE ATUALIZAÇÃO

2.1. ACERTO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA

Ao escolher a opção "Incluir" ou "Alterar", informe na coluna "CAMPO A SER ATUALIZADO" o dado correto para atualização. Ao escolher a opção "Excluir" informe na coluna "CAMPO A SER ATUALIZADO" o dado a ser excluído.

AÇÃO	CAMPO A SER ATUALIZADO
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	1. Nome social (se houver):
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	2. Nome civil:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	3. Nome da mãe:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	4. Nome do pai:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	5. Data de nascimento:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	6. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Não Informado/declarado
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	7. Estado civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Separado(a) Judicialmente
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	8. Grau de instrução: ( ) Analfabeto ( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo ( ) Especialização
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	9. Cor/Raça: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena ( ) Não Declarada
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	10. Nacionalidade: ( ) Brasileira ( ) Brasileiro Nascido no Exterior ( ) Naturalizado Brasileiro ( ) Estrangeiro
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	11. Município de nascimento/UF:
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	12. País de origem
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	13. Chegada ao País (estrangeiro):
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	14. Endereço principal: CEP: _____ Tipo de Logradouro (Rua/Avenida): _____ Logradouro: _____ Nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____UF: _____ Município: _____

( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	15. Endereço secundário: CEP: _____ Tipo de Logradouro (Rua/Avenida): _____ Logradouro: _____ Nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____UF: _____ Município: _____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	16. Telefones: Fixo: (DDD: ____) Nº_____ Celular: (DDD: _____) Nº_____ Principal: (DDD: _____) Nº _____ Secundário: (DDD: _____) Nº _____ E-mail: _____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	17. CPF nº:	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	18. Nº CTPS: _____ Nº Série: _____ Data de Emissão: ____/____/____ UF: _____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	19. Nº Carteira de Identidade (RG): _____ Data de Emissão: ___/___/____ UF: _____Órgão Emissor: _____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	20. Nº Título de eleitor: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	21. Certidão de nascimento: Nº Termo: _____ Livro: _____ Folha: _____ UF:_____ Município: _____ Cartório: _____ Data do Evento:____/____/_____ Data do Registro: ____/____/_____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	22. Certidão de casamento: Nº Termo _____ Livro: _____ Folha: _____ UF: ____ Município: _____ Cartório: _____ Data do Evento:____/____/_____ Data do Registro: ____/____/_____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	23. Nº Carteira de marítimo: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	24. Nº CNH: _____ Categoria: _____ Data Primeira Habilitação: ____/____/_____ Data de Emissão: _____/_____/_____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	25. Nº Passaporte: _____ Série: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____	
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	26. Nº Documento estrangeiro: _____ País Emissor: _____ Data de Emissão: _____/_____/_____	

Declaro serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro:
Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Atenção: Junte ao requerimento os comprovantes dos dados a serem atualizados.

Local: _____ Data: _____/_____/_____	Assinatura: _____

ANEXO I-B
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DO CNIS – RAC
2.2 - ACERTO DE VÍNCULOS E REMUNERAÇÕES - EMPREGADO E EMPREGADO DOMÉSTICO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
Nome civil:
CPF nº:

Número (s) de Inscrição (ões) NIT/PIS/Pasep/NIS:
Data de nascimento:
Nome da mãe:

2. TIPO DE ATUALIZAÇÃO
2.2. ACERTO DE VÍNCULOS E REMUNERAÇÕES - EMPREGADO E EMPREGADO DOMÉSTICO
2.2.1. INCLUIR VÍNCULO E REMUNERAÇÃO
Tipo de Filiado: ( ) Empregado ( ) Empregado Doméstico
Nome ou Razão Social do Empregador:
Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador:
Data de Admissão:
Data de Rescisão:
Motivo da Rescisão:
Tipo de Contrato: ( ) Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, vinculado à ocorrência de um fato ( ) Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ( ) Contrato de Trabalho por Tempo Determinado ( ) Contrato Temporário de Trabalho ( ) Aluno Aprendiz ( ) Menor Aprendiz ( ) Mandato Eletivo
Regime Jurídico (Trabalho): ( ) CLT ( ) Estatutário / Regime Jurídico Único – RJU
Regime Previdenciário: ( ) RGPS ( ) RPPS
Natureza da Ocupação: ( ) Urbana ( ) Rural
Ocupação (CBO):

Competência (Mês/Ano)	Remuneração (R$)	Competência (Mês/Ano)	Remuneração (R$)	Competência (Mês/Ano)	Remuneração (R$)
___ / ___ / ____		___ / ___ / ____		___ / ___ / ____	
___ / ___ / ____		___ / ___ / ____		___ / ___ / ____	
___ / ___ / ____		___ / ___ / ____		___ / ___ / ____	

Observação:_____
_____

2.2.2. ALTERAR VÍNCULO
Nome ou Razão Social do Empregador:
Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador:

Dados	De	Para
Data de Admissão:	___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
Data de Rescisão:	___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
Motivo da Rescisão:		
Tipo de Contrato:		
Regime Jurídico (Trabalho):		
Regime Previdenciário:		
Natureza do Vínculo:		
Ocupação (CBO):		

Observação:_____
_____

2.2.3. ALTERAR REMUNERAÇÃO DO VÍNCULO
ATENÇÃO: Empregado preencher o nº CNPJ/CEI/CAEPF/CNO do estabelecimento
Empregado Doméstico preencher o nº CPF do empregador

Tipo de Remuneração: ( ) Normal ( ) Trabalho Cedido ( ) Dirigente Sindical ( ) Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo ( ) Reclamatória Trabalhista

Razão Social do Empregador	Nº CNPJ/CEI/CAEPF/CNO/ CPF do Empregador	Data de Admissão	Competência (Mês/Ano)	De (R$)	Para (R$)
		___ / ___ / ____			

		___ / ___ / ____			
		___ / ___ / ____			
		___ / ___ / ____			
		___ / ___ / ____			
		___ / ___ / ____			
		___ / ___ / ____			
		___ / ___ / ____			

Observação:_____
_____

2.2.4. COMPROVAR VÍNCULO EXTEMPORÂNEO

Nome ou Razão Social do Empregador	Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador	Data de Admissão (Dia/Mês/Ano)	Data de Rescisão (Dia/Mês/Ano)
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____

Observação:_____

2.2.5. EXCLUIR VÍNCULO

Nome ou Razão Social do Empregador	Nº CNPJ/CEI/CPF do Empregador	Data de Admissão (Dia/Mês/Ano)	Data de Rescisão (Dia/Mês/Ano)
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____
		___ / ___ / ____	___ / ___ / ____

Declaro serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, conforme descrito abaixo.

"Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante."

Local: _____ Data: _____/_____/_____	Assinatura: _____

ANEXO I-C
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DO CNIS – RAC
2.3 - ACERTO DE REMUNERAÇÕES - TRABALHADOR AVULSO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
Nome civil:
CPF nº:
Número(s) de Inscrição(ões) NIT/PIS/Pasep/NIS:
Data de nascimento:
Nome da mãe:

2. TIPO DE ATUALIZAÇÃO

2.3. ACERTO DE REMUNERAÇÕES – TRABALHADOR AVULSO
Informe os dados para atualização.

2.3.1. INCLUIR REMUNERAÇÕES DO TRABALHADOR AVULSO

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário

Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:

Nº CNPJ do Estabelecimento:

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				

*Natureza: 1 – Urbana; 2 – Rural

Observação:_____
_____

2.3.2. ALTERAR REMUNERAÇÕES DO TRABALHADOR AVULSO

DE:

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário

Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:

Nº CNPJ do Estabelecimento:

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				

*Natureza: 1 – Urbana; 2 – Rural

PARA:

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário

Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:

Nº CNPJ do Estabelecimento:

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				
____ / _____				

Observação:_____
_____

2.3.3. EXCLUIR REMUNERAÇÕES DO TRABALHADOR AVULSO

Tipo:	( ) Portuário	( ) Não Portuário
Nº CNPJ do OGMO/Sindicato:		
Nº CNPJ do Estabelecimento:		

Competência (Mês/Ano)	Nº CNPJ do Tomador	Natureza*	Ocupação (CBO)	Remuneração (R$)
____/ _____				
____/ _____				
____/ _____				
____/ _____				
____/ _____				
____/ _____				

*Natureza: 1 - Urbana; 2 - Rural

Observação:_____
_____
_____

Declaro serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Atenção: Junte ao requerimento os comprovantes dos dados a serem atualizados.

Local: _____ Data: _____/_____/_____	Assinatura: _____

ANEXO I-D
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DO CNIS – RAC
2.4 - ACERTO DE REMUNERAÇÕES - CI PRESTADOR DE SERVIÇO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
Nome civil:
CPF nº:
Número (s) de Inscrição (ões) NIT/PIS/Pasep/NIS:
Data de nascimento:
Nome da mãe:

2. TIPO DE ATUALIZAÇÃO
2.4. ACERTO DE REMUNERAÇÕES Informe os dados para atualização.

2.4.1. INCLUIR, ALTERAR OU EXCLUIR REMUNERAÇÕES DE CI PRESTADOR DE SERVIÇO A PARTIR DE ABRIL/2003

Ação	Competência (Mês/Ano)	Razão Social (Contratante/cooperativa/estabelecimento)	Ocupação (CBO)	Valor (R$) CNIS x Val remuneração recebida De → Para
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir	____ / _____			

Observação:_____
_____

Declaro serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Atenção: Junte ao requerimento os comprovantes dos dados a serem atualizados.

Local: _____ Data: _____/_____/_____	Assinatura: _____

ANEXO I-E
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DO CNIS – RAC
2.5 - RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE ATIVIDADE

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
Nome civil:
CPF nº:
Número (s) de Inscrição (ões) NIT/PIS/Pasep/NIS:
Data de nascimento:
Nome da mãe:

2. TIPO DE ATUALIZAÇÃO

2.5. RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE ATIVIDADE

Ao escolher a opção “Incluir” ou “Alterar” informe os dados corretos para atualização.
Ao escolher a opção “Excluir” informe os dados a serem excluídos.

Ação	**NIT**	*** Tipo de Filiado**	**Ocupação**	**Data de Início**	**Data-Fim**
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__ /__ /____	__ /__ /____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__ /__ /____	__ /__ /____

( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__/__/____	__/__/____
( ) Incluir ( ) Alterar ( ) Excluir				__/__/____	__/__/____

***Tipo de Filiado: 1 - Empregado Doméstico; 2 - Contribuinte Individual; 3 - Segurado Especial; 4 - Facultativo**

Observação:_____

Declaro, para os devidos fins, que exerço/exerci atividade de filiação obrigatória, referente às contribuições constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, vinculadas ao NIT conforme acima referenciado, na atividade e período conforme acima relacionados.

Declaro, ainda, serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Atenção: Junte ao requerimento os comprovantes dos dados a serem atualizados.

Local: _____ Data: _____/_____/_____	Assinatura: _____

ANEXO I-F
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DO CNIS – RAC
2.6 - ACERTO DE CONTRIBUIÇÕES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
Nome civil:
CPF nº:
Número (s) de Inscrição (ões) NIT/PIS/Pasep/NIS:
Data de nascimento:
Nome da mãe:

2. TIPO DE ATUALIZAÇÃO

2.6. ACERTO DE CONTRIBUIÇÕES
(CONTRIBUINTE INDIVIDUAL, FACULTATIVO E SEGURADO ESPECIAL)
Informe os dados para atualização.

2.6.1. INCLUIR OU EXCLUIR CONTRIBUIÇÃO (exceto GPS/DARF)

Ação	Competência (Mês/Ano)	NIT/PIS/Pasep/NIS	Código	Valor (R$) autenticado	Valor (R$) de contribuição	Data de Pagamento (Dia/Mês/Ano)
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					___/___/_____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					___/___/_____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					___/___/_____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					___/___/_____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					___/___/_____
( ) Incluir ( ) Excluir	___/_____					___/___/_____

Observação:_____

2.6.2. ALTERAR CONTRIBUIÇÃO

NIT/PIS/Pasep/NIS	Competência (Mês/Ano) De → Para	Data de Autenticação (Dia/Mês/Ano) De → Para		Valor (R$) da contribuição De → Para	Valor (R$) autenticado De → Para	Alterar Código de Pagamento De → Para
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→
	→	→		→	→	→

Observação:_____

2.6.3. DESMEMBRAR CONTRIBUIÇÃO

Guia a desmembrar (Mês/Ano)	NIT PIS/Pasep NIS	Valor (R$) autenticado (incluindo juros e multa)	Código	Data de Pagamento (Dia/Mês/Ano)	Período referente ao desmembramento (Mês/Ano a Mês/Ano)
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___
____ / _____				___ /__ /_____	___ /___ a ___ /___

Observação:_____

2.6.4. TRANSFERIR CONTRIBUIÇÕES

Do NIT/PIS/Pasep/NIS: _____
Para o NIT/PIS/Pasep/NIS: _____

Competência (Mês/Ano)	Data de Autenticação (Dia/Mês/Ano)	Valor (R$) da contribuição	Valor (R$) autenticado	Código de Pagamento
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			
____ / _____	___ /___ /_____			

Observação:_____

Declaro serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Atenção: Junte ao requerimento os comprovantes dos dados a serem atualizados.

Local: _____ Data: _____/_____/_____	Assinatura: _____

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.678, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das competências que lhe conferem o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e o inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.441628/2022-19, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do INSS, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria PRES/INSS nº 1.532, de 8 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, instituído com fundamento no disposto no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, é vinculado ao Ministério da Previdência Social - MPS.

Parágrafo único. O INSS seguirá as diretrizes gerais previdenciárias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS.

Art. 2º Ao INSS compete operacionalizar:

I - o reconhecimento do direito, a manutenção e o pagamento de benefícios e os serviços previdenciários do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive do seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal, conforme disposto no Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015;

II - o reconhecimento do direito, a manutenção, o pagamento de benefícios assistenciais e dos Encargos Previdenciários da União - EPU previstos na legislação; e

III - o reconhecimento do direito e a manutenção das aposentadorias e das pensões do Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPU, no âmbito das autarquias e das fundações públicas, nos termos do disposto no Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021.

Art. 3º No exercício das competências de que trata o art. 2º, o INSS poderá firmar parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, nos termos do disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023.

Parágrafo único. As atividades a serem executadas em regime de parceria não poderão incluir as atividades de competência privativa da carreira do Seguro Social, de que trata o inciso I do art. 5º-B da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004.

Art. 4º O INSS tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

a) Gabinete - GABPRE;

b) Assessoria de Comunicação Social - ASCOM; e

c) Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação - DIGOV;

II - órgãos seccionais:

a) Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP;

b) Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL;

c) Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI;

d) Procuradoria Federal Especializada - PFE;

e) Auditoria-Geral - AUDGER; e

f) Corregedoria-Geral - CORREG;

III - órgão específico singular: Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN; e

IV - unidades descentralizadas:

a) Superintendências Regionais - SR;

b) Gerências-Executivas - GEX;

c) Agências da Previdência Social - APS;

d) Procuradorias Regionais;

e) Procuradorias Seccionais;

f) Auditorias Regionais; e

g) Corregedorias Regionais.

Parágrafo único. Compõem a Administração Central do INSS os órgãos constantes dos incisos I, II e III.

Art. 5º O INSS é dirigido por um Presidente e cinco Diretores.

Parágrafo único. As decisões relacionadas ao alinhamento estratégico, ao planejamento institucional, à definição de políticas, estratégias, programas e projetos voltados à gestão de riscos, ao aperfeiçoamento dos controles internos e demais mecanismos de governança corporativa são deliberadas pelo Comitê Estratégico de Governança, nos termos dos normativos aplicáveis.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE TITULARES E SUBSTITUTOS

Art. 6º As nomeações para os cargos em comissão e as designações para as funções de confiança integrantes da Estrutura Regimental do INSS serão efetuadas de acordo com a legislação.

§ 1º O Procurador-Geral da PFE será indicado pelo Advogado-Geral da União, na forma estabelecida no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

§ 2º O Auditor-Geral será indicado na forma estabelecida no § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, observado o período definido no art. 9º da Portaria CGU nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017.

§ 3º O Corregedor-Geral terá sua indicação submetida previamente à apreciação do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, na forma estabelecida no § 1º do art. 8º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, observado o período definido no art. 17 da Portaria CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.

§ 4º O Ouvidor terá sua indicação submetida previamente à apreciação da Controladoria-Geral da União - CGU, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 11 do Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018.

§ 5º Os Diretores, o Chefe de Gabinete, o Assessor de Comunicação Social, os Assessores da Presidência, os Gerentes de Projetos da Presidência e os Superintendentes Regionais serão nomeados ou designados por indicação do Presidente.

§ 6º Os cargos em comissão e as funções de confiança dos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, do órgão específico singular e dos órgãos seccionais serão indicados pela autoridade máxima da respectiva unidade.

§ 7º Os cargos em comissão e as funções de confiança das unidades descentralizadas serão indicados pela autoridade máxima da respectiva unidade e, quando for o caso, homologados pelo Superintendente Regional da correspondente circunscrição.

§ 8º Os cargos em comissão e as funções de confiança de natureza jurídica, no âmbito da PFE, serão ocupados por membros da Procuradoria-Geral Federal - PGF, da Advocacia-Geral da União - AGU ou da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, ouvido previamente o Procurador-Geral.

§ 9º Somente servidores efetivos do INSS poderão ser nomeados para os cargos em comissão ou designados para as funções de confiança das unidades descentralizadas.

§ 10. O disposto no § 9º não se aplica ao cargo em comissão de Chefe da Assessoria de Comunicação Social - ACS das SR.

Art. 7º O provimento de cargo em comissão ou função de confiança integrantes da Estrutura Regimental do INSS observará:

I - os critérios gerais e específicos estabelecidos no Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021; e

II - o mérito profissional, bem como as competências requeridas, nos termos do disposto em ato do Presidente.

Art. 8º Nos afastamentos e impedimentos regulamentares serão substituídos, mediante designação pela autoridade competente, e por indicação de seus titulares:

I - o Presidente, por Diretor;

II - os Diretores, por Coordenador-Geral ou por Coordenador da respectiva Diretoria, de subordinação direta ao Diretor;

III - o Procurador-Geral, pelo Subprocurador-Geral e, na ausência deste, por um Coordenador-Geral da PFE;

IV - o Auditor-Geral, por um Coordenador-Geral da AUDGER;

V - o Corregedor-Geral, por um Coordenador ou, na impossibilidade, por um Chefe de Divisão da CORREG;

VI - os Coordenadores-Gerais, por um Coordenador;

VII - o Chefe de Gabinete, por um Assessor da Presidência ou Coordenador;

VIII - o Chefe da Assessoria da Comunicação Social, por um Coordenador;

IX - o Ouvidor, por um Coordenador;

X - os Superintendentes Regionais, por um Coordenador ou por um Gerente-Executivo vinculado à SR; e

XI - os Gerentes-Executivos, por um Chefe de Serviço da Gerência-Executiva - GEX ou por um Gerente de APS vinculado à GEX.

§ 1º Os demais ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança previstos neste regimento serão substituídos por titular da mesma unidade administrativa, de cargo em comissão ou função de confiança de nível hierárquico imediatamente subordinado ou, em caso de inexistência, por servidor designado por ato da autoridade competente.

§ 2º Os ocupantes de função comissionada executiva de categoria de direção de projetos - código 3, serão substituídos por servidor designado por ato da autoridade competente, nos termos do § 5º do art. 3º do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS E UNIDADES E DAS ATRIBUIÇÕES DOS SEUS TITULARES

Seção I

Das Competências Comuns dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente, Seccionais e Específico Singular

Art. 9º Aos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, aos órgãos seccionais e ao órgão específico singular, observadas suas respectivas áreas de atuação, compete:

I - submeter ao Presidente proposta de:

a) diretrizes para a elaboração do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Ação;

b) planos, programas e projetos de interesse estratégico; e

c) atos normativos voltados ao aprimoramento da governança, da gestão e dos processos de trabalho;

II - oficiar ao Presidente sobre:

a) aspectos relacionados aos processos do contencioso técnico-administrativo de interesse institucional;

b) auditorias preventivas, avaliativas, serviços de consultoria e seus resultados;

c) ações estratégicas de gestão interna;

d) riscos institucionais de nível crítico e as medidas mitigadoras; e

e) processos de convênios e acordos firmados de amplitude nacional;

III - fornecer à DIGOV informações necessárias para a elaboração e acompanhamento do planejamento institucional, ao monitoramento e avaliação de resultados e à elaboração do relatório de prestação de contas anual, observados os prazos legais;

IV - propor convênios, acordos e contratos de interesse da sua área de atuação;

V - supervisionar:

a) a gestão dos contratos, acordos e convênios firmados na sua área de competência; e

b) o Plano Plurianual - PPA, o Planejamento Estratégico e o Plano de Ação;

VI - sistematizar e difundir orientações para a geração de informações institucionais, conforme diretrizes definidas pela ASCOM e pela DIGOV;

VII - subsidiar a ASCOM de informações técnicas tempestivas para a manutenção das páginas do INSS na Intranet e Internet, nas redes sociais e na geração de informações institucionais para os meios de comunicação e para a sociedade;

VIII - coordenar e supervisionar o atendimento das demandas oriundas das Procuradorias Regionais e das Procuradorias Seccionais, das Auditorias Regionais e das Corregedorias Regionais;

IX - responder às solicitações, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo e da auditoria interna;

X - promover a resolubilidade e a tempestividade do atendimento das demandas de ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;

XI - elaborar estudos de mapeamento de processos de trabalho, seguindo diretrizes metodológicas da Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPLAN da DIGOV;

XII - propor, normatizar, coordenar e supervisionar a execução do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, em articulação com a DGP; e

XIII - fazer cumprir as deliberações do Presidente.

Art. 10. Às unidades administrativas subordinadas aos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, aos órgãos seccionais e ao órgão específico singular, compete, também, dentro de sua área de atuação e respeitada a respectiva hierarquia funcional:

I - propor, subsidiar, elaborar, implementar, organizar, coordenar, monitorar e avaliar políticas, programas, planos, projetos, metodologias e fluxos de trabalho;

II - propor, elaborar, revisar, organizar e consolidar atos administrativos infralegais;

III - orientar e uniformizar o entendimento quanto à aplicação de normas, fluxos e procedimentos;

IV - identificar a necessidade, propor e subsidiar ações educacionais e de desenvolvimento de pessoas, em articulação com a Coordenação-Geral de Educação, Desenvolvimento e Carreiras - CGEDUC da DGP;

V - submeter proposta de convênios, acordos, contratos e parcerias com órgãos e entidades;

VI - monitorar e responder informações de demandas judiciais, extrajudiciais, de órgãos de controle, de auditoria interna e corregedoria;

VII - promover a resolubilidade e a tempestividade do atendimento das demandas de ouvidoria e SIC;

VIII - propor, subsidiar, planejar, coordenar e supervisionar as ações relativas ao cumprimento das metas físicas e financeiras da Lei Orçamentária Anual - LOA;

IX - coordenar, supervisionar e realizar as ações para cumprimento das metas estabelecidas no Plano Anual de Ação;

X - administrar os sistemas corporativos e os seus respectivos acessos, respeitada as normas de segurança do INSS;

XI - gerenciar dados e informações;

XII - executar a política de segurança da informação;

XIII - propor, instituir e monitorar métricas de mensuração de resultados e aperfeiçoamento dos controles internos;

XIV - subsidiar:

a) as unidades hierárquicas superiores nos assuntos de sua competência; e

b) a ASCOM de informações técnicas tempestivas para a manutenção das páginas do INSS na Intranet e Internet, nas redes sociais e na geração de informações institucionais para os meios de comunicação e para a sociedade;

XV - exercer outras atribuições definidas pelas unidades hierárquicas superiores.

Art. 11. Aos Serviços Técnico Administrativos do Gabinete, das Diretorias, da AUDGER e da CORREG, compete:

I - receber, selecionar, protocolar, classificar, registrar, controlar, tramitar e expedir correspondências, expedientes, processos e demais documentos;

II - levantar a necessidade de material permanente e de consumo;

III - solicitar reparos e manutenções de material permanente e instalações;

IV - catalogar e manter arquivo referente a publicações de interesse do serviço;

V - providenciar impressões, digitalizações, cópias reprográficas ou digitais;

VI - viabilizar as convocações dos servidores da unidade;

VII - gerenciar o respectivo acervo documental;

VIII - acompanhar a execução do PGD;

IX - supervisionar e consolidar informações relacionadas à gestão de pessoas; e

X - monitorar as demandas provenientes da ouvidoria e do SIC.

Seção II

Das Competências Comuns das Unidades Descentralizadas

Art. 12. Às unidades descentralizadas, observadas suas respectivas áreas de atuação, e respeitada a hierarquia funcional compete:

I - fornecer informações necessárias para a elaboração e acompanhamento do planejamento institucional, ao monitoramento e avaliação de resultados, observando-se os prazos legais;

II - propor:

a) convênios, acordos, contratos e parcerias de interesse da sua área de atuação;

b) melhoria bem como a elaboração de atos administrativos infralegais; e

c) métricas de mensuração de resultados e aperfeiçoamento dos controles internos;

III - supervisionar:

a) a gestão dos contratos, acordos e convênios firmados na sua área de competência; e

b) o PPA e o Planejamento Estratégico;

IV - sistematizar e difundir orientações para a geração de informações institucionais, conforme diretrizes definidas pela ASCOM e DIGOV;

V - subsidiar:

a) a ASCOM de informações técnicas tempestivas para a manutenção das páginas do INSS na Intranet e Internet, nas redes sociais e na geração de informações institucionais para os meios de comunicação e para a sociedade; e

b) as unidades hierárquicas superiores nos assuntos de sua competência;

VI - gerenciar, supervisionar e responder às demandas oriundas das Procuradorias Regionais e das Procuradorias Seccionais, das Auditorias Regionais e das Corregedorias Regionais;

VII - responder às solicitações, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo e auditoria interna;

VIII - promover a resolubilidade e a tempestividade no atendimento das demandas de ouvidoria e SIC;

IX - propor, subsidiar e avaliar políticas, programas, planos, projetos, metodologias e fluxos de trabalho;

X - orientar quanto à aplicação de normas, fluxos e procedimentos;

XI - identificar a necessidade, propor e subsidiar ações educacionais e desenvolvimento de pessoas;

XII - subsidiar e monitorar o atendimento a demandas judiciais, extrajudiciais, de órgãos de controle e auditoria interna;

XIII - subsidiar e supervisionar as ações relativas ao cumprimento das metas físicas e financeiras da LOA;

XIV - supervisionar e realizar as ações para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ação;

XV - gerenciar:

a) o funcionamento dos sistemas corporativos e seus acessos, respeitada as normas de segurança do INSS; e

b) os dados bem como as informações;

XVI - exercer outras atribuições definidas pelas unidades hierárquicas superiores; e

XVII - fazer cumprir as deliberações do Presidente.

Seção III

Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 13. Ao Gabinete - GABPRE compete:

I - assistir o Presidente em sua representação política e social e ocupar-se da análise prévia, do preparo, disponibilização e articulação do seu expediente administrativo;

II - coordenar:

a) o planejamento e a elaboração da pauta de despachos e de audiências do Presidente;

b) o levantamento, a consolidação e o encaminhamento de informações solicitadas ao INSS por órgãos e entidades da administração pública;

c) o fluxo de comunicações oficiais do Presidente; e

d) a elaboração de atos normativos, acordos, convênios e demais atos de atribuição do Presidente;

III - gerenciar e dar publicidade à agenda de compromissos do Presidente;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as relações institucionais do INSS, incluídas as relações parlamentares e internacionais; e

V - supervisionar, acompanhar e coordenar as atividades de assessoramento ao Presidente.

Art. 14. À Divisão de Gerenciamento de Convocações - DGC compete organizar, gerenciar, avaliar, orientar e supervisionar as atividades de gerenciamento de diárias e passagens.

Art. 15. Ao Serviço de Gerenciamento de Diárias e Passagens - SGDP compete:

I - efetuar a emissão de passagens aéreas para servidores, convidados e colaboradores eventuais, nos deslocamentos no interesse do serviço, inclusive para servidores removidos e dependentes;

II - prestar suporte aos usuários do sistema informatizado de concessão de diárias e passagens, mediante esclarecimentos de dúvidas operacionais;

III - atender demandas de consultas relativas ao deslocamento no interesse do serviço do servidor, convidado e colaborador eventual, sobre:

a) concessão de diárias;

b) adicional de deslocamento;

c) restituição de bilhetes de passagens; e

d) prestação de contas;

IV - efetuar o reembolso dos bilhetes aéreos emitidos e não utilizados; e

V - analisar e atestar as faturas para pagamento da empresa contratada para emissão de passagens aéreas.

Art. 16. À Coordenação de Normas e Procedimentos do Gabinete - CNPG compete:

I - assessorar o GABPRE nas atribuições de sua competência, prestando suporte técnico e institucional;

II - avaliar as propostas de atos normativos, decisórios, enunciativos, constitutivos e de comunicação oficial de competência do Presidente;

III - coordenar e supervisionar os órgãos e unidades do INSS na elaboração de normas, procedimentos, ajustes ou instrumentos congêneres, em especial os assinados pelo Presidente; e

IV - aprovar bem como institucionalizar propostas de atos normativos e constitutivos de orientação de procedimentos, de forma a garantir a padronização e uniformização na elaboração de normas, ajustes e demais atos administrativos.

Art. 17. À Divisão de Normas e Acordos - DNAC compete:

I - analisar as propostas de atos normativos, decisórios, enunciativos, constitutivos e de comunicação oficial de competência do Presidente quanto às regras para elaboração, articulação, redação ou alteração, bem como sua instrução processual, encaminhando-as para aprovação da CNPG, ressalvadas as hipóteses de competência da PFE;

II - propor a elaboração de atos normativos ou constitutivos de uniformização de procedimentos relativos à elaboração de atos e normas; e

III - apoiar a CNPG nas suas atribuições.

Art. 18. À Assessoria de Comunicação Social - ASCOM compete:

I - coordenar, supervisionar, normatizar e executar as atividades internas de comunicação social, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social do MPS e com a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República;

II - atender e responder aos questionamentos e solicitações dos meios de comunicação;

III - planejar bem como executar as atividades de relações públicas e de cerimonial;

IV - coordenar, em conjunto com as unidades descentralizadas da ASCOM, planos, projetos, programas e campanhas de fortalecimento da imagem do INSS, em âmbito interno e externo;

V - supervisionar e orientar tecnicamente a execução das atividades das Assessorias de Comunicação Social nas SR - ACS e das Seções de Comunicação Social - SECOM nas GEX;

VI - planejar e desenvolver a comunicação social do INSS, de forma integrada, para o público interno e externo;

VII - padronizar, difundir e supervisionar o uso adequado da identidade visual do INSS e dos materiais gráficos, audiovisuais e eletrônicos destinados à divulgação interna e externa;

VIII - coordenar e gerir as atividades de publicidade legal do INSS; e

IX - coordenar e executar as ações de promoção da transparência ativa do INSS, em articulação com a Ouvidoria, observados os ditames da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. É competência exclusiva da ASCOM e de suas unidades descentralizadas o relacionamento com os veículos de imprensa, em consonância com as diretrizes e orientações estabelecidas pela ASCOM e pelo MPS.

Art. 19. À Divisão de Comunicação Administrativa - DIVCA compete:

I - sistematizar e difundir os atos e normas produzidos pelos órgãos que compõem a Administração Central;

II - orientar os usuários da Administração Central quanto à publicação e pesquisa de atos e normas no portal do INSS na Intranet;

III - definir, gerenciar e supervisionar o fluxo de divulgação e a padronização dos atos e normas oriundos das áreas da Administração Central; e

IV - supervisionar e orientar as ACS e as SECOM quanto à publicação e padronização dos atos e normas no portal único do INSS na Intranet.

Art. 20. Ao Serviço de Publicidade Legal - SEPL compete:

I - gerenciar e orientar a divulgação de atos, normas e demais matérias do INSS no Diário Oficial da União - DOU; e

II - supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos afetos à sua área de atuação, em consonância com a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLCO.

Art. 21. À Coordenação de Comunicação Institucional - CCI compete:

I - coordenar, supervisionar e difundir a padronização e aplicação da identidade visual do INSS;

II - formular, organizar e manter as páginas e produtos do Instituto na Internet e na Intranet, redes sociais e novas mídias digitais, em consonância com os demais setores do INSS e unidades descentralizadas da ASCOM e MPS;

III - definir critérios para a organização de eventos e de cerimonial;

IV - promover a disponibilização de informações de interesse público, em articulação com a Ouvidoria;

V - definir critérios e produzir conteúdo para a confecção de materiais de divulgação institucional; e

VI - planejar e executar ações de comunicação institucional, eventos e cerimonial no âmbito da Administração Central.

Art. 22. À Coordenação de Relacionamento com a Imprensa - CRI compete:

I - coordenar e executar as atividades de jornalismo e relacionamento do INSS com a mídia nacional e internacional, promovendo uma comunicação efetiva com a sociedade; e

II - orientar as ACS e as SECOM para interlocução com os veículos de imprensa, em entrevistas e visitas às unidades de atendimento do INSS.

Art. 23. À Ouvidoria - OUVID compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades relacionadas à ouvidoria e ao SIC;

II - monitorar o desempenho das unidades do INSS em relação às atividades de ouvidoria e ao SIC;

III - supervisionar e analisar a qualidade das respostas emitidas no âmbito da OUVID e do SIC;

IV - atender às postulações encaminhadas pela Ouvidoria-Geral da União e comunicar a sua solução;

V - promover a interlocução com outros órgãos do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo, buscando o aprimoramento do atendimento ao cidadão;

VI - coordenar e supervisionar a elaboração do Plano de Dados Abertos e monitorar sua implantação;

VII - coordenar, supervisionar e avaliar, em articulação com a ASCOM e a CGPLAN, projetos e ações de transparência ativa, nos termos do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e

VIII - aprovar e divulgar relatórios gerenciais e informações destinados ao aprimoramento da governança, da gestão e da prestação dos serviços ao cidadão.

Art. 24. À Coordenação do Serviço de Informação ao Cidadão - CSIC compete:

I - planejar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas ao SIC, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 2012;

II - recepcionar, tratar e responder às solicitações de acesso à informação, em articulação com as áreas competentes;

III - elaborar e analisar relatórios gerenciais das solicitações de acesso à informação recebidas pelo INSS;

IV - avaliar a qualidade das informações encaminhadas pelas áreas para subsidiar as respostas às solicitações;

V - propor, desenvolver e monitorar projetos e ações de transparência ativa, nos termos do Decreto nº 7.724, de 2012; e

VI - elaborar e monitorar o Plano de Dados Abertos, em articulação com as unidades do INSS.

Art. 25. À Coordenação de Demandas de Ouvidoria - CDOUV compete:

I - planejar, organizar, coordenar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de ouvidoria;

II - recepcionar, tratar e encaminhar as manifestações da Ouvidoria Interna do Servidor;

III - avaliar a qualidade do tratamento dado às manifestações e das respostas emitidas pela OUVID;

IV - monitorar a adoção dos procedimentos necessários à resolução tempestiva das manifestações de ouvidoria; e

V - coordenar a elaboração de relatórios gerenciais das atividades e de pesquisas de nível de satisfação da OUVID.

Art. 26. Ao Serviço de Gerenciamento da Central Especializada de Ouvidoria - SGCO compete:

I - recepcionar, tratar e encaminhar as manifestações da Ouvidoria do Cidadão;

II - efetuar os procedimentos necessários à resolução das manifestações da Ouvidoria do Cidadão;

III - monitorar a produtividade, a qualidade e o desempenho de servidores e colaboradores da Central Especializada de Ouvidoria; e

IV - elaborar relatórios gerenciais das atividades e de pesquisas de nível de satisfação da OUVID.

Art. 27. À Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação - DIGOV compete:

I - assessorar o Presidente nos assuntos de governança, planejamento e inovação;

II - coordenar e supervisionar:

a) a execução das atividades relativas ao PPA, em conformidade com as diretrizes do órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, o planejamento estratégico institucional e o plano anual de ação do INSS;

b) as atividades relativas aos estudos socioeconômicos, ao processo de organização institucional, à adequação da estrutura regimental e ao desenvolvimento organizacional;

c) o estabelecimento de diretrizes de governança, gestão de riscos, integridade institucional e controle interno;

d) a aplicação interna da Lei nº 12.527, de 2011; e

e) os processos de desenvolvimento e inovação institucional;

III - coordenar, formular, implementar e supervisionar as atividades de planejamento estratégico institucional e o gerenciamento de projetos prioritários, em articulação com as outras unidades organizacionais;

IV - formular, coordenar e implementar planos, programas, projetos e normas destinados:

a) à gestão de riscos, à gestão de continuidade de negócios e aos controles internos, com vistas aos seus alinhamentos às diretrizes estratégicas;

b) aos mecanismos e aos processos de análise de conformidade;

c) ao atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo e de auditoria interna; e

d) ao monitoramento e à avaliação do desenvolvimento organizacional do INSS;

V - coordenar a:

a) elaboração do relatório de prestação de contas anual do INSS;

b) sistematização dos indicadores de gestão propostos pelas outras unidades organizacionais do INSS e propor o aperfeiçoamento dos indicadores relativos à sua área de atuação; e

c) execução das atividades relativas:

1. ao Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg; e

2. à Ouvidoria, previstas no art. 13 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017;

VI - formular e divulgar os relatórios semestrais sobre as atividades do INSS de que trata o inciso VI do art. 17 do Anexo I do Decreto nº 10.995, de 2022; e

VII - promover a orientação às unidades organizacionais quanto à aplicação das normas administrativas relacionadas aos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Governança e Gerenciamento de Riscos - CGGOV compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades voltadas à governança, à inovação, à gestão de riscos, à integridade e à ética;

II - promover e recomendar ações de governança;

III - propor melhorias e aprimoramentos na gestão de riscos e nos controles internos da gestão;

IV - supervisionar as atividades de monitoramento do atendimento das demandas oriundas de órgãos de controle e de auditoria interna;

V - promover a interlocução da alta administração e das unidades do INSS com os órgãos de controle interno e externo;

VI - propor, monitorar e supervisionar o Programa de Integridade do INSS, com vistas ao seu aperfeiçoamento na prevenção, na detecção e no combate à ocorrência de atos lesivos;

VII - assessorar e monitorar o Comitê Estratégico de Governança do INSS, bem como os comitês temáticos;

VIII - supervisionar e monitorar as ações relacionadas ao Sistema de Governança do INSS, na forma da legislação vigente;

IX - planejar, coordenar e supervisionar programas e projetos associados às políticas de gestão de riscos, de continuidade de negócios, de contingência e de integridade; e

X - atuar:

a) como instância consultiva sobre assuntos relacionados a riscos, relacionamento com órgãos de controle, controles internos da gestão, continuidade de negócios, integridade e governança pública; e

b) na condição de Unidade Setorial de integridade e gestão de riscos, nos termos do Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023.

Art. 29. À Coordenação de Governança - CGOVE compete:

I - planejar e propor diretrizes, metodologias, certificações, sistemas e demais instrumentos voltados ao aprimoramento da governança;

II - monitorar o Sistema de Governança do INSS, na forma da legislação vigente;

III - monitorar e prestar suporte técnico e operacional aos comitês temáticos do sistema de governança; e

IV - fomentar, formular e monitorar ações destinadas à inovação e à melhoria contínua da governança.

Art. 30. À Coordenação de Integridade e Gerenciamento de Riscos - COIGR compete:

I - promover ações relacionadas à elaboração, à implementação e ao monitoramento do Programa de Integridade e do Sistema de Gestão de Riscos, em articulação com as unidades do INSS;

II - elaborar, controlar, revisar e avaliar o Plano de Integridade;

III - coordenar, supervisionar e avaliar a implementação da gestão de riscos e de planos de contingência e de continuidade de negócios do INSS;

IV - formular e propor metodologias e ferramentas de gestão de riscos;

V - prestar consultoria às unidades do INSS no que concerne às áreas de gestão de riscos e integridade; e

VI - promover e disseminar o conhecimento em assuntos relativos à gestão de riscos e integridade.

Art. 31. À Coordenação de Acompanhamento de Demandas de Controle - COADC compete:

I - organizar e coordenar as respostas às demandas oriundas da Auditoria Interna do INSS, da CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU, destinadas ao Presidente e aos órgãos e unidades da Administração Central;

II - supervisionar o atendimento das recomendações, deliberações e demais diligências provenientes da auditoria interna e dos órgãos de controle interno e externo, relacionadas aos trabalhos de auditoria;

III - promover a interlocução interna e externa nos assuntos relacionados às demandas dos órgãos de controle e da auditoria interna;

IV - orientar as unidades do INSS no que concerne às atividades de monitoramento, atendimento e cumprimento das demandas oriundas dos órgãos de controle e de auditoria interna;

V - formular e propor fluxos, procedimentos e ferramentas de monitoramento das demandas dos órgãos de controle e da auditoria interna; e

VI - elaborar relatórios gerenciais sobre o atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle e de auditoria interna.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPLAN compete:

I - coordenar:

a) a execução das atividades relacionadas ao planejamento governamental, observadas as diretrizes do Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - Siop;

b) a orientação das unidades organizacionais quanto à aplicação das normas administrativas relacionadas aos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal;

c) em articulação com as áreas técnicas, a sistematização e padronização de procedimentos e instrumentos de gestão estratégica institucional; e

d) a elaboração do relatório:

1. semestral sobre as atividades do INSS de que trata o inciso VI do art. 17 do Anexo I do Decreto nº 10.995, de 2022; e

2. de prestação de contas anual;

II - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao/aos:

a) gerenciamento de processos e projetos e de planejamento estratégico institucional;

b) Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg; e

c) estudos socioeconômicos, à adequação da estrutura organizacional e regimental e ao desenvolvimento organizacional;

III - fomentar, orientar e coordenar a sistematização de indicadores de gestão propostos pelas áreas do INSS; e

IV - supervisionar o desempenho dos órgãos e das unidades do INSS, bem como elaborar relatórios de avaliação de resultados.

Art. 33. À Coordenação de Planejamento - COPLAN compete:

I - propor:

a) diretrizes metodológicas para elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Anual de Ação do INSS; e

b) ferramentas gerenciais de suporte às ações de planejamento;

II - prestar orientação técnica às unidades administrativas referente à elaboração e revisão do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Ação do INSS;

III - desenvolver estudos visando ao aprimoramento dos programas e metas, em conjunto com as áreas técnicas;

IV - monitorar e avaliar a execução das ações e metas do PPA, do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Ação; e

V - supervisionar estrategicamente a elaboração da proposta orçamentária anual.

Art. 34. À Coordenação de Gerenciamento de Projetos e Processos - COPROJ compete:

I - propor, padronizar e disseminar metodologias, instrumentos e ferramentas de gerenciamento de projetos e processos;

II - orientar e avaliar a aplicação das metodologias de gerenciamento de projetos e processos;

III - supervisionar a execução:

a) dos projetos estratégicos, em articulação com as áreas de negócio e em consonância com as diretrizes estratégicas; e

b) do mapeamento de processos estratégicos, em articulação com as áreas de negócio;

IV - gerenciar o portfólio de projetos e processos.

Art. 35. À Coordenação de Apoio à Gestão - COGES compete:

I - propor e disponibilizar metodologias e ferramentas de monitoramento e melhoria da gestão estratégica;

II - desenvolver estudos sobre a localização de unidades administrativas até o nível de GEX;

III - elaborar:

a) propostas de adequação da estrutura organizacional e regimental, em articulação com os órgãos e unidades envolvidos; e

b) relatório semestral sobre as atividades do INSS de que trata o inciso VI do art. 17 do Anexo I do Decreto nº 10.995, de 2022;

IV - gerenciar as atividades relacionadas ao Siorg;

V - orientar as unidades organizacionais quanto à aplicação das normas administrativas relacionadas aos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal;

VI - sistematizar e propor o aperfeiçoamento dos indicadores de gestão definidos pelas áreas técnicas; e

VII - consolidar o relatório de prestação de contas anual, em articulação com as áreas envolvidas.

Art. 36. À Coordenação-Geral de Conformidade - CGCONF compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades de controle e conformidade, proteção de dados pessoais e prevenção à fraude;

II - avaliar e submeter propostas de normas e manuais para a gestão de conformidade e da proteção de dados pessoais;

III - propor o aprimoramento de fluxos e processos de trabalho, visando sua aderência às normas e aos objetivos institucionais;

IV - desenvolver e propor métodos e procedimentos de:

a) prevenção de inconformidades; e

b) prevenção e detecção de indícios de fraude;

V - planejar, coordenar e orientar as atividades de disseminação da cultura de conformidade.

Art. 37. À Coordenação de Avaliação e Análise de Conformidade - CAAC compete:

I - formular e propor normas e manuais para a gestão de conformidade;

II - avaliar a conformidade dos processos de trabalho em relação aos normativos aplicáveis e apresentar recomendações para o seu aprimoramento;

III - orientar e apoiar os gestores na gestão de conformidade; e

IV - propor métodos bem como mecanismos de detecção e prevenção de fraudes.

Art. 38. À Coordenação de Proteção de Dados Pessoais - COPDP compete:

I - propor, implantar e avaliar a Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, nos termos da legislação vigente;

II - orientar:

a) a elaboração e aprovar os Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais bem como monitorar a implantação das medidas mitigadoras propostas pelas áreas do Instituto; e

b) as unidades e colaboradores a respeito de boas práticas de proteção de dados pessoais;

III - receber:

a) reclamações e comunicações dos titulares dos dados pessoais e adotar providências; e

b) comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e articular a adoção das providências junto às áreas envolvidas;

IV - promover e elaborar estudos sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade;

V - disponibilizar à ANPD, a qualquer momento, informe das operações de tratamento de dados pessoais, com a emissão de parecer técnico; e

VI - promover ações de cooperação com as entidades públicas ou privadas relacionadas à proteção de dados pessoais.

Seção IV

Dos Órgãos Seccionais

Art. 39. À Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP compete:

I - planejar, coordenar, normatizar e supervisionar a execução das atividades de:

a) gestão de pessoas;

b) planos de carreira;

c) recrutamento e seleção;

d) avaliação de desempenho;

e) desenvolvimento;

f) saúde e qualidade de vida no trabalho;

g) capacitação e ações de educação corporativa; e

h) administração de pessoal;

II - orientar as unidades organizacionais quanto à aplicação das normas sobre gestão de pessoas;

III - aprovar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, e atuar junto à rede de escolas de governo do Poder Executivo Federal para sua implementação, nos termos do disposto no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019;

IV - planejar, propor, coordenar, controlar, orientar, normatizar, supervisionar e avaliar:

a) a política interna de educação e desenvolvimento alinhada ao planejamento estratégico do INSS e às diretrizes do PDP e da educação corporativa; e

b) as ações:

1. para a educação e desenvolvimento, a valorização da carreira do Seguro Social, a realização de concursos públicos, a movimentação de pessoal e a avaliação de desempenho dos servidores;

2. desenvolvidas no âmbito do Programa de Educação Previdenciária - PEP para o público externo, virtuais e presenciais, incluídas as ações de orientação e de acolhimento dos cidadãos nas APS;

3. de saúde e qualidade de vida no trabalho, que contribuam para implementação do programa de saúde do servidor, e as ações de acessibilidade e respeito ao meio ambiente; e

4. de inovação, gestão do conhecimento e valorização do servidor;

V - coordenar, normatizar e supervisionar, em conformidade com as políticas estabelecidas pelo RPPU, a execução das atividades de reconhecimento de direitos, de manutenção e de pagamentos dos benefícios de aposentadorias dos servidores públicos das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo Federal, e de pensões por morte aos seus dependentes.

Parágrafo único. Incumbe ao Diretor de Gestão de Pessoas decidir os recursos interpostos contra decisões administrativas proferidas pelos Superintendentes Regionais, em matérias afetas à legislação de pessoal.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes, execução e da tomada de decisão relacionada à/ao:

a) saúde e qualidade de vida do servidor no trabalho;

b) segurança no trabalho;

c) clima organizacional;

d) sustentabilidade socioambiental;

e) relação de trabalho e o seu gerenciamento;

f) movimentação de pessoas;

g) programa de gestão e desempenho - PGD;

h) programa de estágio;

i) gerenciamento de frequência;

j) administração de pessoal; e

k) política de gestão de pessoas;

II - coordenar e orientar a aplicação de normas e procedimentos de cadastro e pagamento funcional, concessão e manutenção de benefícios, demandas judiciais e de controle internos e externos, relativos a servidores ativos;

III - promover a descentralização das ações de gestão de pessoas, em articulação com as SR e GEX;

IV - coordenar e supervisionar:

a) as ações de gestão de pessoas nas unidades descentralizadas, em articulação com as SR; e

b) a execução das atividades relacionadas ao PGD;

V - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração e pagamento de pessoal, em conformidade com a legislação vigente e as normas emanadas pelo órgão central;

VI - subsidiar a DGP no reconhecimento das despesas de pessoal de exercícios anteriores;

VII - coordenar as ações de gestão de pessoas no âmbito da Administração Central; e

VIII - assessorar a DGP, prestando apoio técnico e auxiliando nas ações de gestão de pessoas.

Parágrafo único. Incumbe ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas:

I - autorizar o pagamento das despesas de pessoal de exercícios anteriores, no âmbito da Administração Central, no limite de sua competência; e

II - decidir os recursos interpostos contra decisões administrativas proferidas pelo Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da Administração Central, em matérias afetas à legislação de Pessoal.

Art. 41. À Divisão de Gerenciamento de Relações com o Trabalho - DGRT compete:

I - gerenciar e supervisionar as relações de trabalho;

II - gerenciar, supervisionar, orientar e executar as atividades relacionadas ao controle de frequência;

III - gerenciar, monitorar e orientar as atividades relacionadas ao PGD; e

IV - subsidiar os estudos de mapeamento de processos de trabalho relativos às áreas de competência da CGGP, em articulação com a COPROJ.

Art. 42. À Divisão de Gerenciamento e Produção de Informações - DGPI compete:

I - extrair, converter e tratar dados de Pessoal do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, relativos a cadastro pessoal, funcional e financeiro, e dados de tabelas auxiliares disponíveis no Siape;

II - criar, atualizar e gerenciar tabelas hospedadas em bancos de dados de gestão de pessoas;

III - subsidiar demandas por informações de pessoal em lote, com dados do Siape de cadastro pessoal, funcional e financeiro; e

IV - atuar, no âmbito da gestão de pessoas, junto à DTI, em rotinas de controle de acessos e de saneamento previstas em norma de controle de acesso lógico Institucional.

Art. 43. À Divisão de Gestão de Pessoas da Administração Central - DGPAC compete executar as atividades de administração do pessoal em atividade da Administração Central relacionadas à/ao:

I - análise, instrução e decisão de requerimentos administrativos de servidores e estagiários;

II - expedição e registro de atos administrativos de gestão de pessoas;

III - gerenciamento da frequência, da lotação e do exercício de servidores e estagiários;

IV - atualização dos sistemas de administração de pessoal;

V - execução de atividades referentes:

a) ao cadastro e pagamento funcional, concessão e manutenção de benefícios; e

b) à estágio probatório, progressão funcional e avaliação de desempenho dos servidores;

VI - fornecimento de subsídios à PFE na defesa do INSS;

VII - adoção das providências para cumprimento de decisões judiciais nas ações ajuizadas no âmbito da sua competência;

VIII - prestação de informação e orientação aos estagiários e servidores, inclusive inativos e dependentes;

IX - emissão de atos relativos à posse de servidores nomeados para cargos de provimento efetivo e cargo em comissão;

X - alteração, acompanhamento e supervisão da lotação de servidores cedidos e requisitados e gerenciamento suas informações funcionais; e

XI - instrução, análise e acompanhamento, na sua área de competência, dos processos relativos à remoção, cessão, requisição, movimentação para compor força de trabalho na modalidade indicação consensual, licença para mandato classista, licença para tratar de interesses particulares, exercício provisório, recondução e anistia.

Art. 44. À Divisão de Gerenciamento de Cargos e Funções - DGCAF compete:

I - supervisionar a gestão de contratos e convênios com as empresas responsáveis pela mediação de estágio;

II - elaborar minutas de atos de nomeação, designação, exoneração e dispensa de cargos em comissão e funções de confiança, no âmbito de sua competência;

III - gerenciar e controlar a:

a) distribuição dos cargos em comissão e funções de confiança nos sistemas corporativos; e

b) distribuição e alteração de vagas de estágio no âmbito das unidades pagadoras e sistemas corporativos;

IV - manter o controle das alterações e prestar informações relativas ao quadro de cargos em comissão e funções de confiança; e

V - atualizar os gestores no Sistema de Dados Corporativos - SDC.

Art. 45. À Coordenação de Legislação e Movimentação de Pessoas - COLEMP compete, no âmbito de atuação da CGGP:

I - assessorar a CGGP quanto à aplicação da legislação de pessoal;

II - manifestar-se quanto à/aos:

a) aplicação da legislação e demais normas de pessoal emanadas dos órgãos competentes; e

b) afastamentos que impliquem na movimentação da força de trabalho;

III - coordenar a elaboração e consolidação de atos normativos disciplinando a aplicação da legislação de pessoal;

IV - coordenar e supervisionar a execução dos processos relativos à remoção, cessão, requisição, movimentação para compor força de trabalho na modalidade indicação consensual, licença para mandato classista, licença para tratar de interesses particulares, exercício provisório, recondução, reversão de aposentadoria e anistia; e

V - supervisionar a atualização do Manual de Consolidação de Normas e Procedimentos de Gestão de Pessoas.

Art. 46. À Divisão de Movimentação de Pessoas - DMPES compete:

I - analisar e acompanhar processos relacionados à remoção, cessão, requisição, movimentação para compor força de trabalho na modalidade indicação consensual, licença para mandato classista, licença para tratar de interesses particulares, exercício provisório, recondução, reversão de aposentadoria e anistia; e

II - gerenciar, orientar e supervisionar os processos de movimentação de pessoas.

Art. 47. À Divisão de Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - DILAG compete, no âmbito da CGGP:

I - orientar e uniformizar a aplicação da legislação de pessoal;

II - manifestar-se sobre proposta de ato de competência do Diretor de Gestão de Pessoas, elaborado pelas respectivas áreas técnicas, que visem orientar a aplicação da legislação de pessoal;

III - analisar e instruir os recursos interpostos por servidores contra decisões administrativas proferidas:

a) pelos Superintendentes Regionais, em matérias afetas à legislação de Pessoal, com vistas a subsidiar a tomada de decisão do Diretor de Gestão de Pessoas; e

b) pela DGPAC, com vistas a subsidiar a tomada de decisão do Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas;

IV - efetuar a atualização do Manual de Consolidação de Normas e Procedimentos de Gestão de Pessoas; e

V - realizar estudos de temas específicos, em matéria de pessoal, para subsidiar a tomada de decisões por parte da Coordenação-Geral.

Art. 48. À Coordenação de Gerenciamento Funcional - COGEF compete:

I - coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas ao cumprimento de demandas judiciais e ao atendimento de demandas de órgãos de controle interno e externo e de auditoria interna no âmbito da CGGP;

II - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa às despesas com pessoal, de forma articulada com as suas áreas técnicas;

III - analisar, supervisionar e avaliar as alterações e inovações promovidas pelo órgão gestor nos sistemas corporativos de gestão de pessoas, seus módulos e aplicativos;

IV - supervisionar a execução das medidas implementadas para efetivação da folha de pagamento de pessoal; e

V - coordenar, monitorar e supervisionar ações relativas ao:

a) atendimento da gestão de pessoas aos servidores, aos estagiários, aos inativos e pensionistas e aos dependentes, de forma articulada com a Coordenação de Atendimento do RPPU - COAT-RPPU; e

b) Assentamento Funcional Digital - AFD, de forma articulada com as unidades de gestão de pessoas.

Art. 49. À Divisão de Administração de Cadastro e Pagamento - DACP compete:

I - orientar as unidades de gestão de pessoas quanto aos procedimentos e rotinas para o cadastro e geração da folha de pagamento funcional;

II - prestar suporte técnico, gerenciar acessos e supervisionar alterações e inovações promovidas nos sistemas corporativos de gestão de pessoas;

III - prestar suporte técnico para efetivação da geração da folha de pagamento de pessoal e cadastro funcional;

IV - gerenciar o cadastro e distribuição de vagas de cargos efetivos nos sistemas corporativos de gestão de pessoas;

V - gerenciar e prestar suporte técnico à adequação das estruturas de cargos e unidades organizacionais nos sistemas corporativos de gestão de pessoas;

VI - analisar os processos administrativos de jornada de trabalho e reconhecimento das despesas de pessoal de exercícios anteriores;

VII - elaborar e monitorar o pagamento do reembolso aos órgãos e entidades relativos à convênios, contratos, cessões e composição de força de trabalho; e

VIII - subsidiar a formulação da projeção orçamentária relativa à folha de pagamento de pessoal.

Art. 50. À Divisão de Administração de Demandas Judiciais - DADJ compete:

I - gerenciar e orientar o cadastro, cumprimento e acompanhamento das demandas judiciais, no âmbito da CGGP;

II - viabilizar, efetuar o cadastro e gerenciar o cumprimento e acompanhamento das ações judiciais de âmbito nacional;

III - analisar, consolidar e encaminhar os subsídios de fato, afetos à sua área de atuação, requeridos pelos órgãos de representação judicial do INSS, de forma articulada com as áreas técnicas; e

IV - acompanhar os processos de autorização de ações judiciais, com a finalidade de dar cumprimento às decisões proferidas.

Art. 51. À Divisão de Acompanhamento de Demandas de Controle - DADC compete, no âmbito da CGGP, gerenciar:

I - monitorar e orientar as unidades de gestão de pessoas quanto ao cumprimento de demandas dos órgãos de controle interno e externo e de auditoria interna;

II - orientar e prestar as informações requeridas, de forma articulada com as áreas técnicas, visando ao atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo e da auditoria interna; e

III - supervisionar, viabilizar e efetuar o cadastro, o cumprimento e o acompanhamento das demandas dos órgãos de controle interno e externo e de auditoria interna, de âmbito nacional.

Art. 52. À Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho - CSQVT compete:

I - coordenar, analisar e supervisionar planos, programas, projetos e ações na área de saúde e qualidade de vida no trabalho relacionados à/ao:

a) gestão do clima organizacional;

b) responsabilidade socioambiental;

c) promoção à saúde, à segurança e à vigilância nos ambientes e processos de trabalho;

d) prevenção do adoecimento e redução dos fatores de risco no trabalho;

e) fortalecimento das relações socioprofissionais;

f) gerenciamento de conflitos;

g) prevenção do assédio;

h) promoção da diversidade, inclusão e acessibilidade, em parceria com a Divisão de Educação Corporativa e Valorização do Servidor - DECORP; e

i) suporte ao servidor no planejamento e preparação para a aposentadoria;

II - supervisionar a oferta e realização das perícias oficiais em saúde;

III - planejar, coordenar e formular diagnóstico de saúde dos servidores, de forma articulada com as unidades descentralizadas;

IV - dar suporte às Comissões Internas de Saúde do Servidor Público - CISSP; e

V - executar as atividades de saúde e qualidade de vida no trabalho elencadas nos arts. 278 e 279, no âmbito da Administração Central.

Art. 53. À Coordenação-Geral de Educação, Desenvolvimento e Carreiras - CGEDUC compete:

I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e orientar a formulação de normas, diretrizes, execução e tomadas de decisão relacionadas à/ao:

a) educação, formação, aperfeiçoamento, atualização, valorização e desenvolvimento dos servidores, dos parceiros e da sociedade;

b) desenvolvimento e planos de cargos e carreiras;

c) dimensionamento da força de trabalho;

d) recrutamento e seleção;

e) avaliação de desempenho e estágio probatório;

f) educação previdenciária; e

g) política de educação e desenvolvimento;

II - supervisionar e orientar as unidades organizacionais quanto à aplicação das normas e dos procedimentos sobre educação e desenvolvimento;

III - promover ações de promoção e fortalecimento de atividades de desenvolvimento, de forma articulada com o Sistema de Escolas de Governo da União;

IV - planejar, coordenar e supervisionar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de métodos, técnicas e tecnologias educacionais;

V - promover a:

a) gestão do conhecimento e dos ambientes virtuais de aprendizagem; e

b) descentralização das ações educacionais, em articulação com as SR;

VI - promover e supervisionar o processo de gestão por competências;

VII - supervisionar a distribuição e a utilização dos orçamentos relativos às ações de desenvolvimento; e

VIII - analisar e instruir os processos administrativos sobre temáticas de sua área de atuação, com vistas a subsidiar a tomada de decisão pela DGP, de forma articulada com as áreas técnicas.

Art. 54. Ao Serviço de Apoio à Capacitação - SECAP compete, no âmbito da CGEDUC:

I - efetuar o apoio logístico para a realização e manutenção das ações educacionais;

II - administrar materiais de apoio para a realização de ações educacionais;

III - executar a convocação de servidores para participação em eventos educacionais;

IV - coletar, registrar, classificar, analisar e fornecer dados referentes às ações de desenvolvimento; e

V - supervisionar a distribuição e a utilização dos orçamentos relativos às ações de desenvolvimento.

Art. 55. À Divisão de Educação Previdenciária - DEPREV compete:

I - gerenciar, elaborar, executar e avaliar ações e projetos do PEP, em parceria com as unidades descentralizadas;

II - gerir os sistemas, a plataforma de aprendizagem virtual e os insumos relacionados à educação previdenciária;

III - atuar em ações voltadas à disseminação do conhecimento previdenciário, em parceria com as áreas técnicas;

IV - propor e elaborar convênios, acordos, contratos e parcerias com entidades externas e áreas internas para ações voltadas à educação previdenciária, em âmbito nacional; e

V - promover a adesão e formação de colaboradores.

Art. 56. À Divisão de Educação Corporativa e Valorização do Servidor - DECORP compete:

I - realizar estudos e pesquisas sobre ferramentas e tecnologias educacionais;

II - analisar, propor e subsidiar o desenvolvimento e aquisição de recursos tecnológicos voltados às ações educacionais e à valorização dos servidores;

III - analisar e elaborar propostas de melhorias de recursos tecnológicos para o funcionamento dos sistemas educacionais;

IV - desenvolver metodologias e instrumentos para utilização nos programas e ações educacionais;

V - prestar apoio técnico à área educacional quanto a recursos tecnológicos e metodologias para ações educacionais;

VI - articular com as áreas técnicas para desenvolvimento de ações voltadas à gestão do conhecimento e valorização de pessoas;

VII - propor, executar e supervisionar as ações de incentivo e valorização dos servidores; e

VIII - auxiliar a área educacional do INSS no que se refere a tecnologias assistivas que visem à promoção da acessibilidade comunicacional, metodológica, instrumental, atitudinal e tecnológica no âmbito das ações educacionais promovidas pela instituição.

Art. 57. À Coordenação de Desenvolvimento de Carreiras - CODEC compete:

I - promover, coordenar, organizar e supervisionar:

a) o desenvolvimento de cargos e carreiras;

b) a avaliação de desempenho e estágio probatório dos servidores;

c) os processos de recrutamento e seleção;

d) a estruturação de carreiras;

e) o dimensionamento da força de trabalho; e

f) o mapeamento de competências;

II - planejar, gerenciar e supervisionar os processos:

a) de realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo;

b) seletivos de remoção e de provimento de cargo em comissão ou função de confiança;

c) de desenvolvimento de carreiras e de avaliação de desempenho dos servidores;

d) de gestão por competências; e

e) de cursos de formação;

III - instruir os recursos interpostos contra decisões administrativas proferidas, com vistas a subsidiar a tomada de decisão pelo Diretor de Gestão de Pessoas, de forma articulada com as áreas técnicas.

Art. 58. À Divisão de Avaliação de Cargos e Carreiras - DACC compete:

I - realizar estudos e elaborar proposta de normas e diretrizes para estruturação e desenvolvimento de carreiras;

II - analisar e elaborar proposta da sistemática de desenvolvimento dos servidores no cargo e carreira;

III - gerenciar, avaliar e supervisionar a sistemática de avaliação de desempenho;

IV - analisar e emitir manifestação quanto à compatibilidade de cargos e atividades;

V - elaborar, gerenciar e supervisionar o:

a) mapeamento de competências; e

b) dimensionamento da força de trabalho, em parceria com as áreas técnicas.

Art. 59. À Divisão de Recrutamento e Seleção - DRESE compete:

I - planejar, acompanhar e subsidiar a realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo do INSS;

II - elaborar e acompanhar os atos de nomeações em cargo efetivo;

III - planejar, executar e acompanhar a realização de processos seletivos:

a) de remoção interna e de provimento de cargos em comissão e funções de confiança; e

b) para movimentação coletiva de composição de força de trabalho, nos termos da legislação vigente;

IV - subsidiar as demandas judiciais e extrajudiciais sobre temáticas de sua área de atuação;

V - realizar:

a) processo seletivo de bolsa de estudos para participação em cursos de graduação, pós-graduação e mestrado, bem como realizar processo seletivo para composição de banco de mentores, em conjunto com a área de educação; e

b) estudos e propor melhorias da sistemática de avaliação de estágio probatório.

Art. 60. À Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento do INSS - CFAI compete:

I - planejar, coordenar, promover e analisar os:

a) projetos e ações educacionais e de desenvolvimento, em suas diversas modalidades, de forma articulada com as áreas da Administração Central e das SR; e

b) procedimentos para o levantamento de necessidades de desenvolvimento;

II - elaborar, propor, monitorar e avaliar o PDP, em conjunto com as unidades descentralizadas de gestão de pessoas;

III - analisar e aprovar os planejamentos educacionais, em conjunto com as áreas de interesse;

IV - coordenar e supervisionar:

a) os ambientes virtuais de aprendizagem;

b) a gestão da biblioteca física e virtual da Administração Central, bem como da composição do banco de mentores; e

c) a gestão e acompanhamento das bolsas de estudos em cursos de graduação e pós-graduação;

V - subsidiar pedagogicamente os cursos de formação;

VI - planejar, coordenar e promover ações de desenvolvimento para estagiários; e

VII - supervisionar e orientar o reembolso de bolsas de estudo.

Art. 61. À Divisão de Educação Presencial - DIVEP compete:

I - elaborar, gerenciar, orientar e supervisionar as:

a) diretrizes e requisitos técnicos para programas, projetos, ações e fluxos de educação e desenvolvimento, nas modalidades presencial ou híbrida, em âmbito nacional, nas SR e suas unidades vinculadas; e

b) ações de educação e de desenvolvimento, em conjunto com as unidades descentralizadas de gestão de pessoas;

II - elaborar a divulgação de ações de desenvolvimento, de forma articulada com a área de comunicação social;

III - preparar, executar, supervisionar e avaliar as ações de educação presencial propostas pela Administração Central;

IV - analisar e manifestar-se quanto aos planejamentos educacionais elaborados pelas SR;

V - analisar e instruir os processos referentes à solicitação de pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC, relativas a ações de desenvolvimentos realizadas em âmbito nacional e da Administração Central;

VI - realizar a manutenção das bolsas de estudo no âmbito da Administração Central; e

VII - subsidiar os processos de solicitação de pagamento de GECC, quando demandado pelas unidades descentralizadas.

Art. 62. À Divisão de Educação a Distância - DIVEAD compete:

I - elaborar, gerenciar, orientar e supervisionar as:

a) diretrizes e requisitos técnicos para programas, projetos, ações e fluxos de educação e desenvolvimento, nas modalidades a distância ou híbrida, no âmbito nacional e regional; e

b) ações de educação e de desenvolvimento, em conjunto com as unidades descentralizadas de gestão de pessoas;

II - divulgar ações de desenvolvimento, de forma articulada com a área de comunicação social;

III - elaborar propostas de melhoria de ferramentas, instrumentos, metodologias e recursos educacionais tecnológicos, de forma articulada com a área de educação corporativa;

IV - gerenciar os ambientes virtuais de aprendizagem, em parceria com a área de tecnologia e informação;

V - elaborar, analisar e avaliar proposta de atualização dos cursos da Escola Virtual de Aprendizagem;

VI - analisar e manifestar-se quanto aos planejamentos educacionais elaborados pelas SR;

VII - analisar e instruir os processos referentes à solicitação de pagamento de GECC, relativas a ações de desenvolvimentos realizadas em âmbito nacional e da Administração Central;

VIII - realizar a manutenção das bolsas de estudo no âmbito da Administração Central; e

IX - subsidiar os processos de solicitação de pagamento de GECC, quando demandado pelas unidades descentralizadas.

Art. 63. Ao Serviço de Legislação Educacional - SELED compete, no âmbito das competências da CFAI:

I - dirimir dúvidas decorrentes da aplicação da legislação educacional;

II - orientar e promover a uniformização de procedimentos;

III - elaborar e manter atualizados atos normativos disciplinando a aplicação da legislação educacional;

IV - instruir os recursos interpostos contra decisões administrativas proferidas, com vistas a subsidiar a tomada de decisão pelo Diretor de Gestão de Pessoas;

V - analisar e instruir os processos referentes às solicitações de licenças, afastamentos e contratações;

VI - extrair, converter e tratar dados de pessoal do Siape, relativos a cadastro pessoal, funcional e financeiro, e dados de tabelas auxiliares disponíveis no Siape, conforme abrangência de sua atuação; e

VII - subsidiar demandas por informações de pessoal individuais e em lote, com dados do Siape de cadastro pessoal, funcional e financeiro, conforme abrangência de sua atuação.

Art. 64. À Coordenação-Geral de Centralização do Regime Próprio de Previdência Social da União - CGC-RPPU compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar as tomadas de decisão relacionadas à:

a) centralização das aposentadorias e pensões das entidades da Administração Pública Federal indireta, no que se refere às autarquias e fundações; e

b) concessão, compensação previdenciária e manutenção de benefícios de aposentados e pensionistas da Administração Pública Federal indireta, no que se refere às autarquias e fundações;

II - coordenar as orientações, normas e procedimentos relativos ao cadastro e pagamento funcional, concessão e manutenção de benefícios, atendimento de demandas judiciais, de controle interno e externo e de auditoria interna, observadas as diretrizes da DGP e do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec;

III - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as ações da Divisão de Atendimento do RPPU - DIAT-RPPU;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração e pagamento de pessoal, em conformidade com a legislação vigente e as normas emanadas pelo órgão central do Sipec;

V - subsidiar a DGP no reconhecimento das despesas de pessoal de exercícios anteriores relacionadas ao pagamento de aposentados e pensionistas; e

VI - instruir os recursos interpostos contra decisões administrativas proferidas com vistas a subsidiar a tomada de decisão do Diretor de Gestão de Pessoas nos processos de sua abrangência.

Art. 65. À Divisão de Atendimento do RPPU - DIAT-RPPU compete:

I - gerenciar, organizar e monitorar os requerimentos de:

a) reconhecimento de direito;

b) manutenção;

c) cadastro;

d) demandas judiciais;

e) demandas de órgãos de controle interno e externo;

f) apuração de indícios de irregularidade em benefícios do RPPU, em que o INSS figure como parte ou interessado; e

g) compensação previdenciária;

II - gerenciar e supervisionar a produção da força de trabalho;

III - executar as atividades de:

a) reconhecimento inicial e revisão de direitos;

b) recursos administrativos de benefícios; e

c) atendimento de demandas judiciais e de órgãos de controle;

IV - analisar e gerenciar as informações de benefícios e de dados cadastrais.

Art. 66. Ao Serviço de Cadastro e Pagamento do RPPU - SCPG-RPPU compete:

I - gerenciar, monitorar, orientar e executar as atividades de manutenção de direitos e de consignação em benefícios;

II - supervisionar o desempenho dos agentes prestadores de serviços de pagamento de benefícios e de consignação de créditos; e

III - gerenciar o acesso aos sistemas corporativos.

Art. 67. Ao Serviço de Benefícios do RPPU - SBEN-RPPU compete:

I - gerenciar, monitorar e orientar quanto ao acesso e à operacionalização dos sistemas corporativos;

II - analisar e gerenciar as informações de benefícios e de dados cadastrais; e

III - promover a uniformização da aplicação das normas e procedimentos.

Art. 68. À Coordenação de Atendimento do RPPU - COAT-RPPU compete:

I - formular e padronizar normas, políticas e procedimentos de atendimento e funcionamento dos canais de atendimento;

II - estabelecer canais de relacionamento com as unidades de gestão de pessoas das entidades centralizadas;

III - coordenar, organizar e monitorar:

a) a gestão e qualidade do atendimento;

b) os serviços de suporte, manutenção e modernização dos canais de atendimento aos usuários;

c) a avaliação dos níveis de satisfação dos usuários dos serviços oferecidos;

d) o desempenho dos canais de atendimento e de seus gestores;

e) a gestão das parcerias e dos convênios;

f) a formalização e a gestão de acordos, termos de cooperação técnica e convênios; e

g) a proposição de planos e projetos relativos à rede de atendimento dos entes centralizados;

IV - articular com a área de comunicação social a divulgação dos serviços e canais de atendimento aos usuários;

V - planejar, normatizar, implantar e monitorar o plano de trabalho de integração das entidades de origem;

VI - desenvolver ações integradas que promovam processos automatizados de alimentação, qualificação e disponibilização de dados; e

VII - apoiar as ações de atendimento presencial e remoto.

Art. 69. À Coordenação de Benefícios do RPPU - COBEN-RPPU compete:

I - coordenar, organizar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades relacionadas ao reconhecimento de direitos e manutenção dos benefícios de aposentados e pensionistas das autarquias e fundações da Administração Pública Federal indireta;

II - formular e coordenar a implementação de orientações, normas e procedimentos relativos à concessão, manutenção de benefícios, demandas judiciais e de órgãos de controle interno e externo;

III - orientar e supervisionar as ações de pagamento e manutenção de benefícios às entidades e setores descentralizados;

IV - coordenar, organizar, normatizar e supervisionar as atividades de gestão de pagamento e manutenção de benefícios de aposentados e pensionistas das entidades da Administração Pública Federal indireta, no que se refere às autarquias e fundações;

V - coordenar e organizar as ações de correção dos atos praticados na manutenção do direito a benefícios com falhas ou indícios de irregularidades;

VI - supervisionar e avaliar as alterações e inovações promovidas pelo órgão central do Sipec para adequação dos procedimentos adotados na concessão e manutenção de benefícios de aposentados e pensionistas;

VII - formular atos normativos disciplinando a aplicação da legislação;

VIII - dar suporte à DIAT-RPPU quanto aos procedimentos e rotinas para o cadastro funcional nos sistemas oficiais, seus módulos e aplicativos;

IX - instruir os recursos interpostos por servidores contra decisões administrativas proferidas em matérias afetas à concessão de aposentadorias e pensões, com vistas a subsidiar a tomada de decisão da autoridade responsável pelo seu julgamento; e

X - dirimir dúvidas decorrentes da aplicação da legislação de pessoal.

Art. 70. À Coordenação de Gestão da Informação e Integração do RPPU - COGII-RPPU compete:

I - coordenar, organizar, orientar, supervisionar e avaliar o planejamento e a execução da estratégia de integração e recepção da folha de pagamento e as ações de tecnologia da informação e comunicações no processo de centralização;

II - sugerir e formular o portfólio de serviços de ferramentas tecnológicas de suporte para a operação das tarefas inerentes à centralização;

III - coordenar a organização sistêmica para recepção da folha de pagamento dos entes envolvidos;

IV - formular e supervisionar as regras para interoperabilidade com órgãos do RPPU;

V - implantar e supervisionar as rotinas de alimentação dos sistemas de cadastro com informações oriundas da Administração Pública Federal indireta;

VI - elaborar mecanismos complementares para automatização dos serviços inerentes à centralização do RPPU;

VII - promover o acompanhamento estatístico e gerencial da execução dos projetos e atividades relativos às áreas de informações de segurados e de benefícios do RPPU;

VIII - aperfeiçoar padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade do reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos, recurso, consignação e compensação previdenciária do RPPU; e

IX - desenvolver análises e pesquisas sobre séries históricas e a tendência de oscilações e anomalias de benefícios previdenciários do RPPU.

Art. 71. À Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL compete:

I - planejar, coordenar, normatizar, monitorar, supervisionar e avaliar a execução das atividades de gestão:

a) de licitações, contratos e logística, administração de bens e serviços gerais, incluído o armazenamento e o desfazimento de material;

b) de patrimônio, referentes à aquisição, utilização, regularização, destinação, manutenção, incorporação, disponibilização e administração econômica e financeira dos móveis e imóveis sob gestão do INSS;

c) de obras e serviços de engenharia e manutenção predial;

d) de informação e documentação, referentes ao gerenciamento de documentos arquivísticos, administração do acervo museológico e preservação da informação e da documentação;

e) orçamentária, em articulação com a DIGOV;

f) financeira e contábil;

g) dos processos de celebração de parcerias, em colaboração com as demais unidades organizacionais; e

h) realizadas pelas SR;

II - formular e submeter proposta de:

a) planos de geração de receitas próprias;

b) orçamento anual para o exercício subsequente;

c) diretrizes gerais, inclusive metas globais quantitativas e qualitativas quanto à utilização, manutenção e gestão de patrimônio e despesas operacionais; e

d) política de gestão de documentação e informação;

III - gerenciar as informações sobre pagamentos de benefícios e a análise comparativa do fluxo físico de financeiro:

a) do RGPS, em articulação com a DIRBEN; e

b) do RPPU, em articulação com a DGP;

IV - exercer a gestão contábil do INSS, Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS e do RPPU;

V - orientar os planos relativos aos ativos imobiliários;

VI - controlar os atos e fatos decorrentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial; e

VII - subsidiar a DIRBEN nos critérios de localização, alteração e instalação das unidades de atendimento.

§ 1º Incumbe ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, no que se refere às atividades de licitações e contratos dos certames:

I - centralizados e nacionais:

a) instituir equipe de planejamento de contratação, com a indicação das unidades requisitantes;

b) autorizar:

1. a abertura de processo licitatório; e

2. as contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

c) constituir comissões, designar pregoeiros, leiloeiros, agentes de contratação e suas respectivas equipes de apoio;

d) adjudicar, homologar, anular, revogar, decidir recursos e julgar irregularidades em certames licitatórios;

e) firmar e rescindir contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

f) designar gestores e fiscais de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, com a indicação das unidades requisitantes, aplicar sanção administrativa a licitantes ou contratados, emitir atestado de capacidade técnica e demais atos necessários à gestão contratual; e

g) emitir ato autorizativo e despacho decisório de despesas;

II - no âmbito da Administração Central:

a) determinar a instauração e constituir comissões de processo de tomada de contas especial nos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, nos órgãos seccionais e no órgão específico singular;

b) designar leiloeiros, assinar escrituras, liberar hipoteca e demais atos relativos à situação e regularização dominial, de utilização e de ocupação dos imóveis, inclusive quanto aos imóveis funcionais localizados no Distrito Federal;

c) outorgar procuração, com poderes específicos, para as instituições financeiras representarem o INSS no ato de celebração das escrituras, bem como nos demais atos necessários à administração e manutenção dos contratos;

d) decidir recursos e penalidades aplicadas em contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres; e

e) ratificar os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, autorizados conforme o inciso VII do parágrafo único do art. 107.

§ 2º Incumbe ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, em conjunto com o Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, ordenar despesas e autorizar pagamentos do RPPU.

Art. 72. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRLOG compete:

I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e orientar a formulação de normas e diretrizes, a execução e a tomada de decisão relacionadas às atividades de logística, documentação e informação, licitações, contratos e patrimônio mobiliário;

II - orientar e supervisionar a aplicação dos recursos orçamentários referentes às contratações no âmbito da área de logística, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC; e

III - monitorar e analisar as despesas operacionais das unidades descentralizadas.

Art. 73. À Divisão de Gestão de Documentação e Informação - DGDIN compete:

I - elaborar, organizar, monitorar e avaliar a gestão de documentação e informação;

II - gerenciar, supervisionar, orientar e promover:

a) a avaliação de documentos; e

b) a preservação do acervo museológico;

III - gerenciar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades dos Centros de Documentação Previdenciária - Cedocprev;

IV - definir requisitos, metadados, formatos, padrões e regras para a produção de documentos e informações arquivísticas, em articulação com a DTI, quando couber;

V - gerenciar e orientar a classificação, avaliação, seleção, arquivamento, descrição, guarda e grau de sigilo de documentos para fins de transferência, recolhimento e preservação;

VI - propor a constituição e presidir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;

VII - elaborar e propor a atualização da política de gestão de documentação e informação; e

VIII - administrar o Espaço Cultural Eloy Chaves da Administração Central.

Art. 74. À Coordenação de Acompanhamento de Logística - CALOG compete:

I - planejar, coordenar, organizar, monitorar e supervisionar as atividades de logística relativas à gestão de despesas operacionais, suprimentos, patrimônio mobiliário e transporte; e

II - elaborar e emitir análise técnica de procedimentos de logística relativos à gestão de despesas operacionais, suprimentos, patrimônio mobiliário e transporte.

Art. 75. À Divisão de Despesas Operacionais e Suprimentos - DDOS compete:

I - gerenciar, orientar e controlar a gestão de despesas operacionais, de suprimentos, de patrimônio mobiliário e de transporte;

II - monitorar as despesas operacionais das unidades descentralizadas;

III - realizar estudos para subsidiar a CALOG no monitoramento das despesas operacionais; e

IV - administrar, orientar e supervisionar a utilização e registro de informações em sistemas corporativos.

Art. 76. À Coordenação de Normatização de Procedimentos de Licitações e Contratos - CNPLC compete:

I - coordenar, organizar, supervisionar a uniformização das atividades de licitações e contratos;

II - elaborar e emitir análise técnica de procedimentos relativos às atividades de licitações e contratos; e

III - planejar, coordenar e propor ações, atos normativos, enunciativos e de comunicação, para orientar e uniformizar procedimentos relativos à licitação e contratos.

Art. 77. À Divisão de Uniformização de Procedimentos de Licitações e Contratos - DUPLC compete:

I - orientar e monitorar os procedimentos de licitações e contratos;

II - elaborar propostas de ações, atos normativos, enunciativos e de comunicação, para orientar e uniformizar procedimentos relativos à licitação e contratos;

III - analisar e se manifestar sobre assuntos técnicos de área; e

IV - gerenciar o acesso de usuários nos sistemas corporativos.

Art. 78. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas e diretrizes, a execução e a tomada de decisão relacionadas a orçamento, finanças e contabilidade, no âmbito do INSS e do FRGPS;

II - coordenar e supervisionar:

a) o processo de programação orçamentária e financeira, no âmbito do INSS e do FRGPS;

b) as atividades de Tomada de Contas Especial, em âmbito nacional; e

c) as atividades relacionadas ao Sistema de Custos do Governo Federal;

III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual do INSS, buscando sua compatibilização com o PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o Plano Anual de Ação, em articulação com a CGPLAN;

IV - apresentar à DIROFL, para avaliação:

a) proposta de estudos para a compatibilização do Plano Anual de Ação com o PPA, com a LDO, com a LOA, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com decretos e portarias de ajustes da execução orçamentária e financeira; e

b) consolidação de proposta orçamentária anual, a partir da manifestação das unidades competentes e das SR;

V - elaborar proposta de conciliação dos valores inerentes aos contratos vigentes, às novas contratações, termos aditivos ou apostilamentos aos limites orçamentários estabelecidos na forma da legislação, inclusive os gastos relacionados com deslocamento de servidores, em articulação com as áreas envolvidas;

VI - coordenar e avaliar os resultados da recuperação de créditos relativos às solicitações aos agentes pagadores de devolução dos valores creditados após o óbito do titular do benefício;

VII - coordenar e monitorar as atividades relacionadas:

a) às receitas próprias do INSS e do FRGPS;

b) à prestação de contas da receita oriunda da folha de pagamento de benefícios administrados pelo INSS;

c) às obrigações tributárias no âmbito do INSS e do FRGPS;

d) ao controle do parque acionário administrado pelo INSS;

e) ao ateste da disponibilidade orçamentária das despesas do INSS, permitida a delegação;

f) ao acerto de contas do provisionamento dos benefícios administrados pelo INSS; e

g) à emissão das propostas da folha de pagamento de benefícios administrados pelo INSS;

VIII - proceder à homologação da disponibilidade orçamentária referente a demandas judiciais.

Parágrafo único. Incumbe ao Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

I - autorizar pagamentos:

a) decorrentes de processos relacionados ao acerto de contas dos benefícios administrados pelo INSS;

b) de processos de restituição de receita própria relacionada à prestação de contas dos benefícios administrados pelo INSS; e

c) relacionados à folha de benefícios administrados pelo INSS;

II - ordenar despesas e autorizar pagamentos do RPPU, em conjunto com o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística;

III - representar o INSS para a prática dos atos necessários à obtenção de certidões relativas ao pagamento de tributos e contribuições, inclusive do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, bem como para a retificação de documentos de arrecadação de receitas; e

IV - representar o INSS e o FRGPS perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na condição de preposto.

Art. 79. À Divisão de Análise e Acompanhamento de Demandas - DIAAD compete:

I - receber, selecionar, protocolar, classificar, registrar, controlar, tramitar, supervisionar, analisar e expedir correspondências, expedientes, processos e demais documentos, no âmbito da CGOFC, e acompanhar sua tramitação perante as unidades do INSS;

II - efetuar o credenciamento dos ordenadores de despesas e dos gestores financeiros das unidades gestoras da Administração Central e das SR junto às instituições financeiras credenciadas, para fins de movimentação de contas bancárias;

III - analisar os processos judiciais, verificar a disponibilidade orçamentária para os seus atendimentos e proceder à homologação da ação dos casos específicos direcionados à CGOFC;

IV - providenciar a publicação oficial e centralizada das autorizações de pagamentos das despesas liquidadas e de outros atos que tenham relevância para os trabalhos da CGOFC; e

V - promover a:

a) análise, com vistas a subsidiar a manifestação do Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de processos que versem sobre temas relacionados à área; e

b) resolubilidade no tratamento das demandas de ouvidoria e do SIC direcionadas à CGOFC.

Art. 80. À Divisão de Tomada de Contas Especial - DTCE compete:

I - propor, gerenciar, controlar, orientar, monitorar e avaliar as demandas, processos, acórdãos, recomendações e decisões pertinentes à Tomada de Contas Especial;

II - analisar e orientar quanto aos procedimentos realizados em processos concluídos, em andamento ou passíveis de Tomada de Contas Especial;

III - analisar e emitir relatório acerca dos procedimentos efetuados nos processos de tomada de contas especial concluídos;

IV - elaborar, propor, monitorar e avaliar o aprimoramento das rotinas e procedimentos que precedem a Tomada de Contas Especial, em articulação com as demais áreas do INSS; e

V - gerenciar, monitorar, supervisionar e orientar a manutenção do cadastro de tomadores de contas, bem como as atividades das Comissões de Tomadas de Contas Especial, em âmbito nacional.

Art. 81. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOF compete:

I - planejar, coordenar, avaliar, orientar e supervisionar as atividades relativas à execução orçamentária, financeira e contábil das folhas de pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas, dos EPU, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, do FRGPS e das despesas operacionais do INSS;

II - subsidiar a elaboração da programação orçamentária e financeira do INSS, bem como de ações asseguradas no orçamento anual do INSS, do FRGPS e de outros órgãos com execução financeira a cargo do INSS;

III - analisar, elaborar e propor atos enunciativos e de comunicação para subsidiar a solicitação de suplementação orçamentária, bem como para elaboração do Projeto de LDO e Projeto de LOA;

IV - realizar o tratamento de propostas de pagamento; e

V - monitorar, controlar, executar e avaliar as atividades relacionadas à disponibilidade orçamentária das despesas do INSS e do FRGPS, no âmbito da Administração Central.

Parágrafo único. Incumbe ao Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira atuar como gestor financeiro e orçamentário, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 82. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira do INSS - DEOF-INSS compete, no âmbito da Administração Central:

I - gerenciar, desenvolver e supervisionar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira das despesas; e

II - executar as atividades decorrentes das obrigações tributárias principais e acessórias relativas às despesas.

Art. 83. À Divisão de Execução das Folhas de Pagamento do INSS - DEFOP-INSS compete:

I - gerenciar, desenvolver e supervisionar as atividades relacionadas à execução orçamentária, financeira e das Folhas de Pagamento de Pessoal do INSS, dos EPU, e da LOAS; e

II - executar as atividades decorrentes das obrigações tributárias principais e acessórias relativas à folha de pagamento de pessoal da Administração Central e de benefícios administrados pelo INSS.

Art. 84. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira do FRGPS - DEOF-FRGPS compete:

I - gerenciar, desenvolver e supervisionar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira das Folhas de Pagamento do FRGPS; e

II - executar as atividades decorrentes das obrigações tributárias principais e acessórias relativas à folha de pagamento do FRGPS.

Art. 85. À Divisão de Execução das Folhas de Pagamento de Inativos - DEFOPI compete:

I - gerenciar e desenvolver as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de inativos e pensionistas e demais despesas relacionadas; e

II - executar as atividades decorrentes das obrigações tributárias principais e acessórias relativas às despesas da folha de pagamento de inativos e pensionistas.

Art. 86. À Coordenação de Contabilidade - CCONT compete:

I - planejar, coordenar, organizar, monitorar, supervisionar e analisar os registros dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e as atividades relacionadas ao Sistema de Contabilidade, no âmbito do INSS e do FRGPS;

II - coordenar e supervisionar:

a) a elaboração dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e as demonstrações das variações patrimoniais do INSS e do FRGPS;

b) a atualização do rol de responsáveis;

c) o cadastramento de usuários das unidades gestoras dos órgãos e unidades do INSS e do FRGPS, em âmbito nacional; e

d) as atividades relacionadas à prestação de contas de convênios e congêneres celebrados com o INSS;

III - executar:

a) o cadastramento de usuários nas unidades gestoras do INSS e do FRGPS, no âmbito da Administração Central; e

b) as atividades relativas à inclusão, exclusão e alteração das unidades gestoras do INSS e do FRGPS no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi;

IV - coordenar as atividades de inclusão, suspensão e exclusão de nomes de responsáveis pelo pagamento de débitos no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

V - monitorar e supervisionar as atividades relacionadas à gestão de custos;

VI - realizar a conformidade contábil no âmbito das unidades gestoras sob sua responsabilidade;

VII - prestar assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais, bem como dos relatórios que compõem a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme as orientações do TCU; e

VIII - coordenar, supervisionar e avaliar atividades relativas a tributos, alíquotas e códigos de recolhimentos.

Art. 87. À Divisão de Análise Contábil da Despesa - DACD compete:

I - gerenciar, controlar, orientar, monitorar, avaliar, elaborar e executar, no âmbito do INSS e do FRGPS:

a) o registro da execução da despesa, de acordo com as normas contábeis aplicadas ao Setor Público;

b) os procedimentos contábeis inerentes à gestão orçamentária e financeira; e

c) a consistência das demonstrações contábeis no tocante ao aspecto da despesa;

II - orientar e monitorar atividades relativas a tributos, alíquotas e códigos de recolhimentos.

Art. 88. À Divisão de Análise Contábil do Patrimônio - DACOP compete:

I - gerenciar, elaborar, controlar, executar, orientar, monitorar e avaliar, no âmbito do INSS e do FRGPS, no tocante ao aspecto patrimonial:

a) a padronização das atividades quanto ao registro dos atos e fatos contábeis;

b) a consistência das demonstrações contábeis;

c) a escrituração de créditos a receber, inscritos ou não em Dívida Ativa; e

d) os registros dos créditos administrativos apurados e em apuração;

II - monitorar e divulgar as atualizações do Plano de Contas da Administração Pública, da Tabela de Eventos, do Manual do Siafi e dos inventários inerentes ao patrimônio.

Art. 89. À Divisão de Análise das Demonstrações e Custos - DADEC compete:

I - analisar os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e as demonstrações das variações patrimoniais do INSS e do FRGPS;

II - monitorar e supervisionar a conformidade contábil das Unidades Gestoras do INSS e do FRGPS;

III - planejar, executar e controlar o levantamento, o tratamento, a análise e o conhecimento gerado a partir de dados institucionais relacionados aos custos e às despesas do INSS e do FRGPS;

IV - definir e elaborar relatórios gerenciais que subsidiem o processo de avaliação dos custos no âmbito do INSS e do FRGPS; e

V - elaborar estudos e propor medidas e melhorias na área de custos e qualidade do gasto público com vistas a promover a busca pela eficiência no âmbito do INSS e do FRGPS.

Art. 90. À Divisão de Acompanhamento Contábil da Administração Central - DIACAC compete:

I - registrar, orientar, avaliar e supervisionar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do INSS e do FRGPS, no âmbito das unidades da Administração Central; e

II - executar, no âmbito da sua área de atuação:

a) a atualização do rol de responsáveis;

b) a análise dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e das demonstrações das variações patrimoniais do INSS e do FRGPS;

c) o registro, controle e acompanhamento dos valores relacionados aos contratos de prestação de serviços;

d) a conciliação e conformidade contábil das Unidades Gestoras;

e) o registro e conciliação dos inventários de materiais de consumo, permanente e bens imóveis e demais contas inventariadas;

f) a análise e reclassificação contábil de despesa e receita;

g) a conciliação das contas e o registro de contratos, de passivo anterior, de créditos e demais contas patrimoniais;

h) as atividades relacionadas ao registro, controle e baixa de garantias contratuais;

i) as atividades de inclusão, suspensão e exclusão de nomes de responsáveis pelo pagamento de débitos no CADIN; e

j) os procedimentos pertinentes às obrigações tributárias principais e acessórias.

Art. 91. Ao Serviço de Acompanhamento de Demandas de Contabilidade - SADEC compete:

I - gerenciar, elaborar, controlar, executar, orientar, monitorar e avaliar, no âmbito do INSS e do FRGPS:

a) a padronização das atividades de registro dos atos e fatos contábeis da receita;

b) o ingresso das receitas próprias; e

c) a consistência das demonstrações contábeis no tocante ao aspecto da receita;

II - executar e acompanhar a classificação e contabilização da receita segundo as naturezas orçamentárias do INSS e do FRGPS;

III - realizar o acompanhamento e a atualização cadastral das Unidades Gestoras do INSS e do FRGPS, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; e

IV - realizar e acompanhar as demandas do portal e-CAC junto à Receita Federal do Brasil.

Art. 92. À Coordenação de Orçamento e Finanças - COFIN compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas e diretrizes, a execução e a tomada de decisão relacionadas a orçamento e finanças, no âmbito do INSS e do FRGPS;

II - supervisionar o processo de programação orçamentária e financeira, no âmbito do INSS e do FRGPS;

III - avaliar e supervisionar o desempenho da execução orçamentária e financeira no âmbito do INSS e do FRGPS;

IV - coordenar e supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do INSS, buscando sua compatibilização com o PPA, com a LDO e com o Plano Anual de Ação;

V - coordenar:

a) a programação financeira; e

b) a elaboração do cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo Federal para o exercício, bem como disponibilizar o respectivo demonstrativo com o limite utilizado;

VI - subsidiar a CGOFC na proposição de padrões, sistemas e métodos de trabalho voltados ao aprimoramento dos sistemas de execução orçamentária e financeira.

Art. 93. À Divisão de Programação Orçamentária - DPO compete:

I - gerenciar, controlar, orientar, monitorar e executar as atividades, no âmbito do INSS e do FRGPS, relacionadas à/ao:

a) programação e reprogramação das ações orçamentárias asseguradas no orçamento anual, inclusive de outros órgãos, com execução orçamentária a cargo do INSS;

b) elaboração de proposta orçamentária e dos créditos adicionais, visando atender à programação anual das ações orçamentárias, bem como subsidiar outros órgãos que tenham ações com execução a cargo do INSS;

c) movimentação de créditos orçamentários; e

d) desempenho da execução orçamentária;

II - subsidiar as unidades gestoras do INSS e do FRGPS na análise das solicitações de disponibilidade orçamentária;

III - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais;

IV - elaborar, monitorar e revisar a proposta da LOA e do PPA, em articulação com a CGPLAN; e

V - elaborar, propor e analisar atos enunciativos e de comunicação para subsidiar a solicitação de suplementação orçamentária, a fim de atender às despesas do INSS e do FRGPS.

Art. 94. À Divisão de Programação Financeira - DPFIN compete:

I - gerenciar, controlar, orientar, monitorar e executar as atividades, no âmbito do INSS e do FRGPS, relacionadas à/ao:

a) programação financeira, inclusive de outros órgãos com execução financeira a cargo do INSS;

b) alocação e movimentação dos recursos financeiros; e

c) desempenho da execução financeira, solicitando ao órgão setorial de programação financeira as alterações que se fizerem necessárias;

II - subsidiar as unidades gestoras do INSS e do FRGPS na análise das solicitações de disponibilidade financeira;

III - elaborar, analisar e disponibilizar o fluxo de caixa do FRGPS e demonstrativos gerenciais;

IV - elaborar, propor e monitorar o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo Federal para o exercício, bem como disponibilizar o respectivo demonstrativo com o limite utilizado; e

V - analisar, elaborar e propor atos enunciativos e de comunicação para subsidiar a solicitação de expansão de limite financeiro, a fim de atender às despesas do INSS e do FRGPS.

Art. 95. À Coordenação de Informação e Suporte à Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil - COIS-OFC compete:

I - coordenar, planejar, avaliar, executar, orientar e supervisionar a disseminação de dados gerenciais relacionados à gestão orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do INSS, do FRGPS e do RPPU;

II - formular, coordenar e supervisionar ações visando garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade das informações;

III - fornecer suporte técnico-operacional e zelar pela integridade das informações e das bases de dados relativas ao sistema de acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e contábil do INSS;

IV - monitorar os pagamentos de precatórios, requisições de pequeno valor e honorários periciais realizados pelas justiças federal e estaduais; e

V - elaborar e divulgar informações gerenciais acerca dos resultados alcançados na recuperação de créditos relativos às solicitações aos agentes pagadores de devolução dos valores creditados após o óbito do titular do benefício.

Art. 96. À Divisão de Execução e Controle da Escrituração Fiscal - DECEF compete:

I - registrar, avaliar, supervisionar e executar as escriturações relacionadas aos tributos federais sujeitos à Escrituração Fiscal Digital (EFD-Reinf) provenientes das despesas entre o INSS e fornecedores de materiais e serviços com ou sem mão de obra especializada no portal da Receita Federal do Brasil;

II - monitorar e controlar os prazos de entrega das obrigações acessórias fiscais, garantindo a entrega tempestiva e correta das informações aos órgãos competentes;

III - manter o registro eletrônico de todas as transmissões e pagamentos dos tributos relacionados à retenção de impostos sujeitos à EFD-Reinf; e

IV - subsidiar a COIS-OFC com informações gerenciais acerca dos resultados alcançados com as escriturações relacionadas aos tributos federais sujeitos à EFD-Reinf provenientes das despesas entre o INSS e fornecedores de materiais e serviços com ou sem mão de obra especializada no portal da Receita Federal do Brasil.

Art. 97. À Divisão de Controle Financeiro de Pagamento de Benefícios - DECFIB compete gerenciar, elaborar, controlar, executar, orientar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas aos benefícios administrados pelo INSS, quanto à/ao:

I - emissão das propostas:

a) da folha de pagamento; e

b) de repasse de valores;

II - acerto de contas do provisionamento;

III - projetos e atividades inerentes ao controle financeiro do pagamento de benefícios; e

IV - prestação de contas da receita oriunda da folha de pagamento.

Art. 98. À Divisão de Controle e Acompanhamento Financeiro - DICAF compete:

I - gerenciar, controlar, executar, orientar, monitorar e avaliar as atividades de recuperação de créditos relativos às solicitações aos agentes pagadores de devolução dos valores creditados após o óbito do titular do benefício;

II - subsidiar a COIS-OFC com informações gerenciais acerca dos resultados alcançados na recuperação de créditos relativos às solicitações, aos agentes pagadores, de devolução dos valores creditados após o óbito do titular do benefício;

III - promover a revisão de procedimentos e normas, em alinhamento com as áreas afins da Administração Central, das SR e das GEX, baseadas nas informações geradas pela execução dos processos de recuperação de crédito; e

IV - acompanhar e orientar os procedimentos de execução relacionados à cobrança administrativa desempenhados pelas áreas de benefícios das GEX.

Art. 99. À Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário - CGEPI compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes, a execução e a tomada de decisão relacionadas às áreas de engenharia e de gestão do patrimônio imobiliário;

II - orientar e supervisionar a aplicação de recursos orçamentários referentes a obras, serviços de engenharia, gerenciamento imobiliário e patrimônio imobiliário sob a gestão do INSS, em articulação com a CGOFC;

III - solicitar e aprovar laudos, projetos-padrão de engenharia e pareceres técnicos de engenharia e patrimônio imobiliário, conforme normas e regulamentos estabelecidos;

IV - propor e analisar propostas das SR acerca:

a) da alienação, aquisição, permuta, regularização, incorporação, classificação de uso e baixa de bens imóveis;

b) do Plano de Obras e Serviços de Engenharia do INSS;

c) de autorizações superiores, diretrizes e orientações gerais relativas à sua área de atuação; e

d) da edição e atualização de atos normativos e de comunicação;

V - indicar servidores, no âmbito da Administração Central, para:

a) supervisionar, realizar a fiscalização técnica e receber obras e serviços de engenharia;

b) representar o INSS em assembleias e demais convenções de condomínios de imóveis sob a gestão da DIROFL;

c) compor equipes de planejamento de contratações relacionadas à área de atuação; e

d) representar o INSS como assistente técnico em demandas judiciais e administrativas;

VI - aprovar, no âmbito da Administração Central, laudos técnicos de avaliação que envolvam imóveis sob a gestão da DIROFL.

Art. 100. À Coordenação de Engenharia - CENG compete:

I - organizar, monitorar, supervisionar e analisar as ações e os resultados das áreas de obras, projetos e demais serviços de engenharia;

II - subsidiar e analisar novas contratações e termos aditivos relativos a obras, projetos e demais serviços de engenharia;

III - planejar, coordenar a elaboração e supervisionar o Plano de Obras e Serviços de Engenharia, em conjunto com as SR e com base nos critérios estabelecidos pela CGEPI;

IV - formular e aprovar pareceres técnicos da área de engenharia, conforme normas e regulamentos estabelecidos; e

V - elaborar e emitir análise técnica de procedimentos relativos à área de engenharia.

Art. 101. À Divisão de Manutenção e Engenharia de Avaliação - DIMEA compete:

I - gerenciar, organizar e monitorar as atividades relacionadas à engenharia de manutenção e de avaliação;

II - elaborar:

a) laudos de avaliação, pareceres técnicos e estudos relacionados à engenharia de manutenção e de avaliação; e

b) artefatos técnicos de contratação, no âmbito da Administração Central e das contratações nacionais centralizadas, em conjunto com a área de licitações e contratos;

III - analisar e se manifestar sobre novas contratações e termos aditivos, conforme os limites de alçadas e rotinas estabelecidas em normativos internos; e

IV - atuar na fiscalização técnica de contratos, no âmbito da Administração Central, relacionados à sua área de atuação.

Art. 102. À Divisão de Projetos e Obras - DIPRO compete:

I - elaborar:

a) proposta e monitorar o Plano de Obras e Serviços de Engenharia, em conjunto com as SR, com base nos critérios estabelecidos pela CGEPI; e

b) artefatos técnicos de contratação, no âmbito da Administração Central e das contratações nacionais centralizadas, em conjunto com a área de licitações e contratos;

II - analisar e se manifestar sobre novas contratações e termos aditivos, relativos a obras, projetos e demais serviços de engenharia não continuados, conforme os limites de alçadas e rotinas estabelecidas em regulamentos e normativos internos;

III - atuar na fiscalização técnica de contratos e demais ações, no âmbito da Administração Central, relacionados à sua área de atuação;

IV - gerenciar as atividades relacionadas a obras, projetos e demais serviços de engenharia não continuados; e

V - elaborar e realizar análises, estudos, artefatos e pareceres técnicos relacionados a obras, projetos e demais serviços de engenharia não continuados.

Art. 103. À Coordenação de Patrimônio e Gerenciamento Imobiliário - CPGI compete:

I - organizar, monitorar, supervisionar e analisar o planejamento, as ações e os resultados das áreas de patrimônio imobiliário e gerenciamento imobiliário;

II - analisar e se manifestar sobre novas contratações e termos aditivos, relativos a patrimônio imobiliário, operações imobiliárias e operações de gerenciamento imobiliário;

III - formular e aprovar pareceres técnicos da área patrimônio imobiliário e gerenciamento imobiliário, conforme normas e regulamentos estabelecidos; e

IV - elaborar e emitir análise técnica de procedimentos relativos às áreas de patrimônio imobiliário e gerenciamento imobiliário.

Art. 104. Ao Serviço de Caracterização e Cadastro Imobiliário - SECCI compete:

I - organizar, monitorar, supervisionar e analisar as atividades e procedimentos relacionados à classificação de uso, identificação, registro, inventário, características e disponibilidade de documentação, relacionadas à caracterização e cadastro imobiliário dos imóveis sob a gestão do INSS;

II - orientar e monitorar a consolidação de inventário dos bens imóveis sob a responsabilidade das SR; e

III - analisar e consolidar o inventário de bens imóveis, no âmbito da Administração Central, em articulação com a CGOFC.

Art. 105. Ao Serviço de Gerenciamento de Ocupação Imobiliária - SEGOI compete:

I - organizar, monitorar e analisar as atividades e procedimentos relacionados à ocupação imobiliária, identificação e cadastro de ocupantes, análise vocacional imobiliária e operações imobiliárias para utilização de imóveis de terceiros; e

II - administrar os imóveis sob a gestão da DIROFL, em articulação com a área de gestão de pessoas e de licitações e contratos da Administração Central.

Art. 106. À Divisão de Incorporação, Destinação e Regularização Imobiliária - DIDERI compete organizar, monitorar e analisar as atividades e procedimentos relacionados à (s):

I - locação, cessão e compartilhamento de imóveis próprios;

II - permutas, reversão de doações, alienação e incorporação, regularização documental e dominial; e

III - demais atividades relacionadas à incorporação, destinação e regularização imobiliária.

Art. 107. À Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLCO compete:

I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e orientar a execução e a tomada de decisão das atividades de logística, licitações, contratos e patrimônio, necessárias ao funcionamento da Administração Central;

II - planejar e demandar contratações relacionadas à sua área de competência;

III - coordenar e supervisionar os processos de contratação:

a) de demandas nacionais; e

b) os decorrentes da centralização de licitações das SR, observada a consolidação de demandas realizada pela CGRLOG;

IV - subsidiar a DIROFL na deliberação sobre a centralização de licitações das SR.

Parágrafo único. Incumbe ao Coordenador-Geral de Licitações e Contratos, no âmbito da Administração Central:

I - autorizar:

a) o desfazimento de bens móveis, materiais e serviços e realizar a transferência de veículos oficiais;

b) a concessão de suprimento de fundos;

c) as contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

d) a locação de bens imóveis próprios ou de terceiros; e

e) a abertura de processo licitatório;

II - receber doações de bens e serviços;

III - designar:

a) assistente técnico do INSS em processo judicial; e

b) gestores e fiscais de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, com a indicação das unidades requisitantes, aplicar sanção administrativa a licitantes ou contratados, emitir atestados de capacidade técnica e demais atos necessários à gestão contratual;

IV - julgar o processo de apuração de dano ou extravio de bens;

V - adjudicar, homologar, anular, revogar, decidir recursos e julgar irregularidades em certames licitatórios;

VI - firmar e rescindir contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

VII - emitir ato autorizativo e despacho decisório de despesas;

VIII - reconhecer despesas de exercícios anteriores da sua área de atuação;

IX - adjudicar o objeto e homologar os procedimentos;

X - instituir equipe de planejamento de contratação;

XI - constituir comissões, designar pregoeiros, leiloeiros, agentes de contratação e suas respectivas equipes de apoio; e

XII - decidir recursos de processos de ressarcimento ou de indenizações provenientes dos processos administrados pelas unidades vinculadas.

Art. 108. À Divisão de Gestão de Materiais - DGMAT, no âmbito da Administração Central compete:

I - efetuar o recadastramento de materiais permanentes e os inventários de materiais permanentes e de consumo;

II - instruir processos e realizar procedimentos para recuperação, desfazimento e alienação de materiais;

III - propor a concessão de suprimentos de fundos;

IV - instaurar e instruir processo de reconhecimento de dívida de despesas relacionadas à respectiva área de atuação;

V - gerenciar estoques e demandas;

VI - gerenciar, orientar e executar atividades inerentes ao controle, armazenamento e distribuição de material permanente e de consumo;

VII - instaurar processos de contratação de aquisições e de serviços de material e auxiliar as equipes de planejamento na fase preparatória; e

VIII - executar atividades de gestão e fiscalização técnica e/ou administrativa de aquisições ou serviços de material.

Art. 109. À Divisão de Administração Predial - DIVAP compete, no âmbito da Administração Central:

I - realizar a administração predial e de transportes;

II - administrar imóveis de uso da Administração Central;

III - supervisionar as condições de uso e identidade visual dos veículos e comunicar unidades competentes da necessidade de manutenção e de desfazimento;

IV - instaurar processos de contratação de serviços de sua área de atuação e auxiliar equipes de planejamento na fase preparatória;

V - gerenciar:

a) o sistema de gestão de transportes e os respectivos deslocamentos cadastrados;

b) a frota de veículos próprios; e

c) as atividades de protocolo;

VI - propor concessão de suprimentos de fundos;

VII - instaurar e instruir processo de Reconhecimento de Dívida de despesas relacionadas à respectiva área de atuação; e

VIII - executar atividades de gestão e fiscalização técnica de serviços de sua área de atuação.

Art. 110. Ao Setor de Protocolo - SEPROT compete, no âmbito da Administração Central:

I - gerenciar o recebimento, a autuação, a distribuição e o envio de documentos, correspondência e malotes; e

II - atender ao público externo bem como informar sobre a tramitação de documentos protocolados.

Art. 111. À Divisão de Acompanhamento de Processos de Contratação - DAPC compete:

I - supervisionar e monitorar a execução de Atas de Registro de Preços em âmbito nacional;

II - gerenciar as demandas de contratação das unidades descentralizadas passíveis de centralização; e

III - no âmbito da Administração Central:

a) monitorar os processos de contratações públicas junto às áreas demandantes; e

b) subsidiar e propor alterações na ordem de prioridade das contratações.

Art. 112. À Coordenação de Gestão de Contratações - COGC compete:

I - coordenar, organizar e supervisionar as atividades e processos de contratação;

II - monitorar o planejamento de licitações e contratos;

III - propor a designação de gestores e fiscais de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

IV - formular e submeter proposta de aplicação de penalidades e de emissão de atestados de capacidade técnica;

V - apurar indícios de irregularidades praticadas por licitantes em certames e comunicar autoridade competente; e

VI - autorizar a instauração do procedimento de apuração de ressarcimento ou indenização provenientes de licitações, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres e emitir a respectiva decisão.

Art. 113. À Divisão de Revisão e Gestão de Pagamentos - DRGP compete:

I - gerenciar e controlar os documentos relativos à liquidação de pagamentos;

II - supervisionar o saldo financeiro de contratos celebrados pela CGLCO e pela DIROFL;

III - formalizar e instruir os processos de pagamentos de exercícios anteriores;

IV - analisar e supervisionar periodicamente os contratos vigentes administrados pela CGLCO e emitir relatórios aos gestores e fiscais; e

V - efetuar a revisão final dos processos de contratação para fins de arquivamento.

Art. 114. À Divisão de Licitações - DLIC compete:

I - instruir processos de contratação e executar licitações e contratações diretas de responsabilidade da CGLCO;

II - analisar e subsidiar as unidades da Administração Central na elaboração do planejamento de contratação anual;

III - auxiliar equipes de planejamento na fase preparatória dos processos de contratação;

IV - solicitar:

a) autorização superior para abertura de licitações; e

b) classificação contábil de despesas e atestes orçamentários;

V - comunicar indícios de irregularidades ocorridas nos certames; e

VI - prospectar, elaborar e gerenciar atas de registros de preços.

Art. 115. À Divisão de Logística - DLOG compete:

I - instaurar processos de contratação de serviços, atuar na fase preparatória de planejamento e instruir procedimentos afetos à execução contratual;

II - gerenciar e executar as atividades de gestão e fiscalização técnica e administrativa relacionadas aos contratos de serviços demandados no âmbito da CGLCO;

III - comunicar e fornecer subsídios à Divisão de Controle de Contratos para apuração de descumprimentos contratuais;

IV - analisar e subsidiar a elaboração do Planejamento de Contratação Anual;

V - fornecer subsídios para emissão de atestado de capacidade técnica;

VI - supervisionar a execução de Atas de Registro de Preços relativas a serviços; e

VII - instaurar e instruir processo de Reconhecimento de Dívida de despesas relacionadas à respectiva área de atuação.

Art. 116. À Divisão de Controle de Contratos - DCCONTR compete:

I - orientar os gestores e fiscais nas atividades de gestão de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

II - elaborar e executar procedimentos para celebração de contratos;

III - gerenciar e controlar a vigência de contratos;

IV - solicitar à área demandante a designação de gestores e fiscais de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

V - instruir os autos para alterações contratuais, mediante termos aditivos ou apostilamentos;

VI - analisar descumprimentos contratuais relatados pela Gestão ou Fiscalização e instruir procedimento de aplicação de sanções, com respectiva valoração, quando pecuniárias;

VII - controlar e executar procedimentos relativos às garantias contratuais, com subsídios de gestores de contrato;

VIII - realizar procedimentos para instrução de Processo Administrativo de Apuração e Cobrança; e

IX - instaurar e instruir processos de ressarcimento ou indenização provenientes da execução contratual.

Art. 117. À Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI compete:

I - planejar, coordenar, normatizar e supervisionar os processos e projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede de dados estruturada com e sem fio, infraestrutura tecnológica, serviços de atendimento de informática e as demais atividades de tecnologia da informação e comunicação;

II - exercer as funções de:

a) órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, na análise e proposições de mecanismos, processos e atos normativos, em articulação com o órgão central; e

b) unidade de planejamento, monitoramento e avaliação da estratégia de tecnologia da informação e da comunicação;

III - promover:

a) a prospecção de novas tecnologias, observadas necessidades atuais ou futuras do INSS; e

b) o compartilhamento de dados, por meio de tecnologias de comunicação entre sistemas, mediante prévia autorização da área gestora;

IV - coordenar:

a) a execução da política de segurança de tecnologia da informação e da comunicação, de acordo com os atos normativos do Governo federal, e propor suas alterações; e

b) as atividades de ciência de dados e de análises estruturadas;

V - coordenar e supervisionar as atividades de tecnologia da informação e da comunicação nas unidades descentralizadas; e

VI - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos de hospedagem, implantação, utilização e modernização dos sistemas corporativos e da rede de dados, em articulação com as demais unidades organizacionais.

Art. 118. À Coordenação de Governança e Planejamento de Tecnologia da Informação - COGPL compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e revisar o modelo de governança de tecnologia da informação e comunicação;

II - monitorar os riscos inerentes aos processos de tecnologia da informação;

III - coordenar a estratégia de tecnologia da informação e comunicação;

IV - orientar, subsidiar e monitorar a prospecção de novas tecnologias, observadas necessidades atuais ou futuras do INSS, em articulação com as demais unidades organizacionais;

V - coordenar e supervisionar:

a) as respostas às solicitações e aos apontamentos dos órgãos de controle e da auditoria interna, em apoio às demais unidades organizacionais; e

b) o portfólio de serviços e soluções de tecnologia da informação e comunicação;

VI - coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes, processos e padrões de tecnologia da informação e comunicação, em articulação com as demais unidades organizacionais;

VII - estabelecer e monitorar os indicadores estratégicos de resultado e de desempenho relacionados à tecnologia da informação e comunicação, em articulação com a CGPLAN;

VIII - coordenar, monitorar e avaliar:

a) a execução dos planos de tecnologia da informação e comunicação; e

b) as demandas de tecnologia da informação e comunicação;

IX - planejar e monitorar os projetos estratégicos de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação.

Art. 119. À Divisão de Planejamento e Projetos de Tecnologia da Informação - DPP compete:

I - elaborar, executar, supervisionar e avaliar programas e projetos de tecnologia da informação e comunicação, em articulação com a CGPLAN;

II - elaborar, supervisionar e avaliar o plano estratégico e demais planos de tecnologia da informação e comunicação, em articulação com as demais unidades organizacionais;

III - elaborar e gerenciar os programas e projetos de tecnologia da informação e comunicação, fornecendo suporte técnico e metodológico, em articulação com as demais unidades organizacionais, conforme diretrizes da CGPLAN;

IV - monitorar e controlar a execução de portfólios, programas e projetos de tecnologia da informação e comunicação relacionados ao alcance das diretrizes e objetivos estratégicos da DTI, em articulação com a CGPLAN; e

V - apoiar a elaboração e supervisionar a execução das atividades referentes à gestão e governança de tecnologia da informação e comunicação.

Art. 120. À Divisão de Suporte a Contratações de Tecnologia da Informação - DSC compete:

I - supervisionar e controlar as demandas de contratação de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito da Diretoria;

II - analisar, supervisionar, orientar tecnicamente e apoiar a elaboração dos artefatos da etapa de planejamento das contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação;

III - compor a equipe de planejamento da contratação;

IV - orientar tecnicamente e supervisionar o processo de gestão de contratos de tecnologia da informação e comunicação, entre o INSS e fornecedores; e

V - propor normas, processos e padrões relacionados à gestão de contratos de tecnologia da informação e comunicação, em articulação com as demais unidades organizacionais.

Art. 121. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Segurança - CGTIS compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a formulação de normas, diretrizes e projetos de infraestrutura tecnológica, monitoramento, segurança da informação, arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, ciência de dados e de análises estruturadas, em articulação com as demais unidades organizacionais;

II - planejar, coordenar e promover a prospecção de produtos e soluções de tecnologia da informação e comunicação, infraestrutura e segurança da informação, observadas as necessidades atuais ou futuras do INSS;

III - planejar, coordenar, monitorar e avaliar a estratégia de tecnologia da informação e da comunicação, dentro do seu âmbito de atuação, em articulação com a COGPL;

IV - apoiar as demais unidades organizacionais nas demandas relativas à infraestrutura tecnológica, monitoramento, segurança de tecnologia da informação e comunicação, projetos de arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, ciência de dados e de análises estruturadas;

V - coordenar e supervisionar:

a) os projetos estratégicos de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação, nas áreas de infraestrutura tecnológica, monitoramento, segurança de tecnologia da informação e comunicação, arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, ciência de dados e análises estruturadas; e

b) a execução da política de segurança de tecnologia da informação e comunicação;

VI - monitorar o alinhamento das iniciativas vinculadas à infraestrutura tecnológica, monitoramento, segurança da informação, arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, ciência de dados e análises estruturadas com as diretrizes estratégicas do INSS, assegurando consonância e coesão.

Art. 122. À Coordenação de Ciência de Dados - CCD compete:

I - planejar, implantar, organizar, monitorar, coordenar e executar projetos e soluções de ciência de dados e de análises estruturadas, em articulação com as demais unidades do INSS;

II - orientar tecnicamente e executar a prospecção de produtos e soluções de ciência de dados e de análises estruturadas, observadas as necessidades atuais ou futuras do Instituto;

III - planejar, formular, propor e apoiar a elaboração dos planos de modernização de tecnologia da informação e comunicação, nas áreas de ciência de dados e de análises estruturadas, em articulação com as demais unidades organizacionais;

IV - orientar, supervisionar e executar a fiscalização de contratos relacionados à sua área de atuação, em articulação com as demais unidades organizacionais;

V - gerenciar e executar o atendimento a demandas nas áreas de ciência de dados e de análises estruturadas;

VI - promover o uso de tecnologias voltadas para ciência de dados e análises estruturadas;

VII - executar a curadoria digital de dados e informações, em articulação com as demais unidades organizacionais; e

VIII - gerenciar acessos e configuração das soluções de dados.

Art. 123. À Coordenação de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - CADS compete:

I - planejar, implantar, organizar, monitorar, coordenar e executar planos, projetos e ações de arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, em articulação com as demais unidades organizacionais;

II - orientar tecnicamente e executar a prospecção de produtos e soluções de tecnologia da informação e comunicação nas áreas de arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, observadas as necessidades atuais ou futuras do INSS, em articulação com as demais unidades organizacionais;

III - planejar, formular, propor e apoiar a elaboração dos planos de modernização de tecnologia da informação e comunicação, nas áreas de arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, em articulação com as demais unidades organizacionais;

IV - orientar e executar a fiscalização de contratos relacionados a sua área de atuação, em articulação com as demais unidades organizacionais, em seu âmbito de atuação;

V - gerenciar e:

a) supervisionar contratos de tecnologia da informação e comunicação, entre o INSS e fornecedores, em seu âmbito de atuação; e

b) executar o atendimento a demandas nas áreas de arquitetura, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação;

VI - monitorar e controlar o Portfólio de Sistemas de Informação do INSS.

Art. 124. À Coordenação de Infraestrutura e Monitoramento de Tecnologia da Informação - COIM compete:

I - coordenar, organizar e monitorar as atividades de infraestrutura tecnológica, de monitoramento e segurança da informação; e

II - formular, propor e apoiar a elaboração dos planos de modernização de tecnologia da informação e comunicação, nas áreas de infraestrutura tecnológica, monitoramento e segurança da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais.

Art. 125. À Divisão de Operações de Tecnologia da Informação - DIOP compete:

I - gerenciar e:

a) executar planos, programas, projetos e ações relativos à tecnologia da informação e comunicação do INSS nas áreas de infraestrutura tecnológica, inclusive comunicação de dados e telefonia, monitoramento, suporte técnico e sustentação de aplicações internas, em articulação com as demais unidades organizacionais;

b) prestar serviços de atendimento de informática, no âmbito da Administração Central; e

c) supervisionar os contratos de tecnologia da informação e comunicação, entre o INSS e fornecedores, em seu âmbito de atuação;

II - orientar tecnicamente e:

a) supervisionar as demais unidades organizacionais em atividades de tecnologia da informação e comunicação relacionadas à sua área de atuação; e

b) executar a prospecção de produtos e soluções de tecnologia da informação e comunicação, em seu âmbito de atuação;

III - monitorar a disponibilidade da infraestrutura tecnológica adotada pelo INSS;

IV - efetuar a avaliação técnica de viabilidade dos projetos de sistemas da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais; e

V - orientar e executar a fiscalização de contratos, em articulação com as demais unidades organizacionais.

Art. 126. À Divisão de Segurança em Tecnologia da Informação - DSEG compete:

I - gerenciar e:

a) executar planos, programas, projetos e ações relativos à tecnologia da informação e comunicação do INSS na área de segurança da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais e fornecedores;

b) executar o atendimento a demandas de segurança em tecnologia da informação;

c) supervisionar os contratos de tecnologia da informação e comunicação, entre o INSS e fornecedores;

II - orientar tecnicamente e:

a) supervisionar as demais unidades organizacionais, em atividades de segurança em tecnologia da informação e comunicação;

b) executar a prospecção de produtos e soluções de segurança em tecnologia da informação e comunicação;

III - monitorar o gerenciamento da segurança da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais;

IV - efetuar a avaliação técnica de viabilidade dos projetos de sistemas da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais, em seu âmbito de atuação; e

V - orientar e executar a fiscalização de contratos, em articulação com as demais unidades organizacionais.

Art. 127. À Divisão de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos - DTIR compete:

I - gerenciar e:

a) executar planos, programas, projetos e ações relativos à tecnologia da informação e comunicação do INSS na área de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos, em articulação com as demais unidades organizacionais e fornecedores;

b) executar o atendimento a demandas de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos; e

c) supervisionar a execução das fases do gerenciamento de incidentes, em articulação com as demais unidades organizacionais.

II - orientar tecnicamente e:

a) supervisionar as demais unidades organizacionais, em atividades de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos; e

b) executar a prospecção de produtos e soluções de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos.

Art. 128. À Coordenação-Geral de Sistemas e Automação - CGAUT compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes e execução as ações de desenvolvimento para melhoria contínua e inovação de:

a) sistemas de atendimento e benefícios;

b) serviços digitais;

c) automação de serviços e benefícios; e

d) integração de sistemas;

II - planejar, organizar e monitorar as ações de suporte aos sistemas de atendimento e benefícios.

Art. 129. À Coordenação de Sistemas de Atendimento e Automação - CSAA compete:

I - coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes e a execução das atividades de suporte, sustentação, melhoria, integração e automação dos sistemas de atendimento;

II - realizar estudos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas, visando ao estabelecimento de critérios para o fluxo automático e novos fluxos de atendimento; e

III - supervisionar a execução de cronogramas para desenvolvimento de sistemas geridos no âmbito da coordenação.

Art. 130. À Divisão de Integração de Sistemas - DINTEG compete:

I - gerenciar, supervisionar, testar e homologar as implantações de novas integrações sistêmicas junto aos usuários e aos desenvolvedores;

II - criar mecanismos para melhor usabilidade das integrações sistêmicas pelos usuários; e

III - gerenciar e monitorar a disponibilidade das integrações já existentes e atuar junto às áreas competentes.

Art. 131. À Divisão de Suporte aos Sistemas de Atendimento - DISSA compete:

I - monitorar a disponibilidade dos sistemas de atendimento;

II - gerenciar e apoiar o monitoramento da rede de atendimento; e

III - efetuar suporte técnico ao Serviço de Gerenciamento dos Sistemas do Atendimento e Benefício das SR.

Art. 132. À Divisão de Automação - DIAUT compete:

I - gerenciar, supervisionar, testar e homologar as ações de automação dos benefícios e serviços previdenciários e assistenciais; e

II - elaborar e promover melhorias nos fluxos automatizados de análise e concessão de benefícios.

Art. 133. À Coordenação de Sistemas de Benefícios - CSBEN compete:

I - coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes e execução das atividades de suporte, sustentação, melhoria, integração e automação dos sistemas de benefícios;

II - realizar estudos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas corporativos de benefícios e automação de fluxos de trabalho; e

III - supervisionar a execução de cronogramas para desenvolvimento de sistemas geridos no âmbito da coordenação.

Art. 134. À Divisão de Modernização de Sistemas de Benefícios - DMSB compete:

I - elaborar, gerenciar e propor ações de melhorias dos sistemas corporativos de benefícios integrados;

II - elaborar e promover atualizações nos sistemas corporativos de benefícios integrados, para correção de inconsistências; e

III - efetuar suporte de orientação às unidades descentralizadas sobre ações e procedimentos relacionados aos sistemas de benefícios integrados.

Art. 135. À Divisão de Sistemas de Benefícios - DISB compete:

I - elaborar, gerenciar e propor ações de melhorias dos sistemas corporativos de benefícios legados;

II - elaborar e promover atualizações nos sistemas corporativos de benefícios legados, para correção de inconsistências; e

III - efetuar suporte de orientações às unidades descentralizadas sobre ações e procedimentos relacionados aos sistemas de benefícios legados.

Art. 136. À Coordenação de Serviços Digitais e Inovação - CSDI compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades de desenvolvimento e aprimoramento dos serviços digitais, bem como sua disponibilização nos canais de atendimento;

II - gerenciar, supervisionar e analisar a experiência dos usuários no consumo dos serviços digitais disponibilizados nos sistemas ou plataformas digitais, garantindo a utilização de linguagem simples;

III - coordenar:

a) a atividade e realizar estudos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas destinados ao:

1. público externo, tanto para entidades parceiras quanto para o cidadão/usuário, para consumo de benefícios e serviços operacionalizados pelo INSS; e

2. controle e disponibilização de catálogo de serviços nos canais de atendimento;

b) as atividades de criação e testagem de soluções inovadoras para aperfeiçoamento dos serviços digitais;

IV - supervisionar a execução de cronogramas para desenvolvimento de sistemas geridos no âmbito da coordenação.

Art. 137. À Divisão de Atendimento Digital - DADIG compete:

I - promover e manter melhorias nas plataformas digitais de atendimento ao cidadão;

II - promover a usabilidade e integridade da plataforma digital disponibilizada ao público externo para acesso às informações e requerimentos de benefícios e serviços; e

III - elaborar e promover atualizações no sistema de organização do atendimento presencial, com a finalidade de promover maior eficiência operacional.

Art. 138. À Divisão de Gerenciamento de Serviços - DGSERV compete:

I - gerenciar e operacionalizar o catálogo de serviços e promover melhorias no sistema de oferta de serviços nos canais de atendimento; e

II - elaborar e promover atualizações nos sistemas destinados às/ao:

a) entidades parceiras, para requerimento de benefícios e serviços digitais do INSS; e

b) gerenciamento da produtividade, em consonância com as necessidades das áreas de negócio envolvidas.

Art. 139. À Divisão de Inovação em Atendimento - DINOVA compete:

I - gerenciar, projetar, supervisionar e testar novas soluções tecnológicas para que sejam inseridas nas rotinas e sistemas de atendimento e de benefícios do INSS;

II - gerenciar e:

a) prospectar ações de inovação que agreguem valor aos processos de negócio do INSS e atendimento ao cidadão; e

b) apoiar as áreas de negócio no desenvolvimento de inovações afetas aos serviços digitais, de forma articulada;

III - analisar a viabilidade de implementação de métodos de inovação introduzidos em outros serviços públicos; e

IV - elaborar e promover melhorias no programa de atendimento virtual do INSS.

Art. 140. À Procuradoria Federal Especializada - PFE, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - exercer:

a) as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do INSS, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

b) a orientação técnica das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias Seccionais Federais, observadas as normas estabelecidas em ato do Procurador-Geral Federal, quanto à representação judicial e extrajudicial do INSS, quando envolver matéria específica de atividade fim da entidade, em articulação com os órgãos da Procuradoria-Geral Federal, quando não houver orientação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral Federal sobre o assunto;

II - fixar a orientação jurídica para o INSS e auxiliar na elaboração e edição de atos normativos e interpretativos do INSS, em articulação com os órgãos competentes da entidade, em consonância com os entendimentos estabelecidos pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal sobre o assunto;

III - assistir os órgãos do INSS no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados;

IV - definir as teses jurídicas a serem observadas pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais quanto à representação judicial e extrajudicial do INSS, quando envolver matéria específica de atividade fim da entidade, salvo quando houver orientação ou entendimento jurídico diverso firmado pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União;

V - intermediar a prestação de subsídios necessários à representação judicial e extrajudicial do INSS, incluindo a designação de prepostos e assistentes técnicos, quando for o caso;

VI - deliberar acerca do ajuizamento de ações civis públicas, ações de improbidade, ações populares e outras ações referentes à atividade-fim do INSS, ou de intervenção do INSS nas mesmas, observadas as diretrizes fixadas pela direção da autarquia previdenciária;

VII - manifestar-se sobre o pedido de representação de autoridades ou titulares de cargo efetivo do INSS, conforme art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

VIII - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do INSS, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

IX - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus respectivos membros;

X - submeter propostas de pareceres normativos e súmulas, observadas as competências da Consultoria Jurídica do Ministério ao qual o INSS estiver vinculado e da Advocacia-Geral da União;

XI - apresentar à Presidência do INSS, quando necessário, propostas de alteração na estrutura organizacional da PFE, ouvida previamente a PGF, quando envolver alteração de órgão de lotação e/ou de exercício de Procurador Federal;

XII - assessorar e representar extrajudicialmente o INSS e seus dirigentes e servidores nos procedimentos instaurados no âmbito do TCU e perante outros órgãos e entidades públicas, inclusive no tocante ao cumprimento de suas decisões, ressalvadas as competências dos demais órgãos de execução e direção da PGF; e

XIII - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. Incumbe aos Coordenadores-Gerais da PFE aprovar os pareceres, notas, cotas, informações e despachos elaborados no âmbito de suas unidades subordinadas, encaminhando-os para a aprovação do Procurador-Geral, quando não houver delegação de competência.

Art. 141. À Subprocuradoria-Geral - SUBPROC compete auxiliar o Procurador-Geral na coordenação do exercício das competências regimentais previstas no art. 140.

Art. 142. À Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos e Gestão - CGAEG compete:

I - coordenar:

a) a consultoria e prestar o assessoramento jurídico voltados aos assuntos estratégicos e de especial relevância para a autarquia previdenciária;

b) os projetos estratégicos internos e propor ajustes estruturais, sempre que necessários ao aprimoramento dos serviços a cargo da PFE;

c) a interlocução da PFE com suas unidades descentralizadas, orientando e acompanhando a atuação destas;

d) a atuação da PFE junto aos órgãos de controle externo;

e) a utilização dos sistemas corporativos do INSS de interesse da PFE e da PGF; e

f) o gerenciamento da administração de dados, com vistas à integridade, qualidade, segurança e disponibilidade das informações dos sistemas corporativos da PFE;

II - acompanhar os projetos institucionais de interesse da PFE, em articulação com a PGF e/ou outros órgãos;

III - auxiliar as demais Coordenações-Gerais na logística necessária para a comunicação entre a autarquia previdenciária e os órgãos da PGF atuantes da sua representação judicial;

IV - gerir os serviços administrativos da PFE, no âmbito da Administração Central;

V - realizar a interlocução da PFE com os órgãos da PGF incumbidos da gestão e de projetos institucionais estratégicos;

VI - articular-se com as Assessorias de Comunicação Social do INSS e da AGU para a divulgação de informações que digam respeito à atuação da PFE, bem como coordenar a divulgação no âmbito interno;

VII - decidir quanto à viabilidade de ajuizamento e de intervenção em ações de improbidade administrativa, e outras ações que envolvam a recuperação de créditos do INSS, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

VIII - supervisionar a execução do PGD no âmbito da PFE e de suas unidades descentralizadas; e

IX - participar do planejamento financeiro e acompanhar a execução orçamentária das ações envolvendo a atuação da PFE, com vistas a assegurar a previsão dos valores necessários à sua realização.

Art. 143. À Coordenação de Assuntos Estratégicos - CAEST compete:

I - assessorar e acompanhar os projetos nos quais esteja envolvida a PFE, bem como coordenar a execução daqueles indicados pelo Coordenador-Geral de Assuntos Estratégicos que se desenvolvam no âmbito interno;

II - prestar consultoria jurídica voltada aos assuntos estratégicos e de especial relevância para a autarquia previdenciária;

III - coordenar:

a) os projetos institucionais de interesse da PFE, em articulação com a PGF e/ou outros órgãos; e

b) a implantação bem como o monitoramento de ferramentas próprias da PFE para a gestão da distribuição e da execução dos trabalhos e o controle de produtividade;

IV - elaborar propostas de aprimoramento dos fluxos e rotinas de prestação da consultoria e do assessoramento jurídicos; e

V - acompanhar os indicadores estratégicos de gestão da Advocacia-Geral da União - AGU e da PGF, e propor ajustes internos para a melhoria do desempenho da PFE, quando necessário.

Art. 144. À Divisão de Integridade e Ações de Controle - DIAC compete:

I - assessorar:

a) o INSS no atendimento de demandas oriundas do TCU, da CGU e de outros órgãos de controle; e

b) as áreas técnicas competentes do INSS nas atividades de cobrança administrativa de créditos de qualquer natureza de titularidade da autarquia previdenciária;

II - atuar na representação extrajudicial do INSS e de seus servidores, quando solicitada, consoante às normas estabelecidas pela AGU e pela PGF;

III - acompanhar os processos de interesse da PFE junto aos órgãos de controle interno e externo;

IV - analisar previamente, com vistas a subsidiar a decisão a cargo do Coordenador-Geral de Assuntos Estratégicos e Gestão, a viabilidade de ajuizamento e de intervenção em ações de improbidade administrativa, e outras ações que envolvam a recuperação de créditos do INSS, observadas as normas estabelecidas pela PGF;

V - promover a interlocução necessária para a prestação das informações e dos esclarecimentos solicitados pelos demais órgãos de execução da PGF, no que atine à apuração de liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza do INSS, para a sua inscrição em dívida ativa e cobrança judicial;

VI - planejar, coordenar e orientar as ações de integridade e transparência no âmbito interno da PFE; e

VII - atender às demandas oriundas da DIGOV, quando relacionadas à integridade, à recuperação de créditos e às ações de controle.

Art. 145. Ao Serviço de Gerenciamento Estratégico - SEGEST compete:

I - analisar, periodicamente, o desempenho das unidades da PFE por meio dos indicadores estratégicos de gestão da AGU e da PGF, bem como das ferramentas mantidas pela própria PFE, e produzir informações gerenciais estratégicas para subsidiar a atuação da CGAEG;

II - gerenciar as ferramentas próprias da PFE para a gestão da distribuição e da execução dos trabalhos e o controle de produtividade; e

III - auxiliar a CAEST no exercício de suas atribuições e desempenhar outras atividades por ela atribuídas.

Art. 146. À Coordenação de Administração da Procuradoria - CAPRO compete:

I - coordenar:

a) no âmbito da Administração Central:

1. o suporte técnico-administrativo necessário à realização das atividades a cargo da PFE;

2. o controle de férias, licenças e demais afastamentos legais de procuradores e servidores em exercício na PFE, nos termos das escalas organizadas pelas chefias de cada setor; e

3. a concessão de diárias e passagens na abrangência da PFE, observadas as normas do INSS;

b) a análise, com vistas a subsidiar a manifestação do Coordenador-Geral de Assuntos Estratégicos e Gestão, de processos que versem sobre temas relacionados à gestão administrativa e de pessoal da PFE;

II - orientar as unidades descentralizadas da PFE acerca de rotinas administrativas e intermediar demandas de natureza administrativa entre aquelas e a PFE;

III - organizar e manter atualizados os cadastros de lotação e de exercício de procuradores e servidores em exercício na PFE e em suas unidades descentralizadas;

IV - no âmbito da Administração Central:

a) coordenar e manter os registros de frequência de procuradores e servidores em exercício na PFE, e emitir o seu respectivo Boletim Mensal de Frequência;

b) zelar pelas instalações físicas e pelo material permanente disponibilizado ao uso da PFE, solicitando a realização de substituições e reparos, quando necessários;

c) monitorar a necessidade de material permanente e de consumo para as atividades a cargo da PFE e solicitá-los aos setores competentes da autarquia previdenciária, observando-se o fluxo e a periodicidade para tanto estabelecidos; e

d) acompanhar a execução do Programa de Gestão e Desempenho da PFE;

V - gerenciar as vagas de estágio das unidades da PFE, em articulação com a DGP;

VI - providenciar a publicação oficial dos atos expedidos pela PFE e promover a divulgação interna destes e de outros que tenham relevância para os trabalhos;

VII - catalogar e manter arquivo referente a publicações de interesse do serviço; e

VIII - exercer outras atividades de natureza administrativa que venham a ser atribuídas pela CGAEG.

Art. 147. À Divisão de Administração - DIVAD compete atuar, sob as diretrizes e supervisão da CAPRO, nas competências elencadas no art. 146, bem como exercer outras atividades de natureza administrativa que venham a ser solicitadas pela respectiva Coordenação.

Art. 148. À Divisão de Protocolo e Gestão Documental - DPGD compete:

I - receber, cadastrar, triar e distribuir processos administrativos, documentos e outros expedientes, consoante às competências de cada unidade da PFE;

II - encaminhar:

a) as demandas provenientes da ouvidoria e SIC às áreas competentes da PFE; e

b) os processos administrativos, documentos e outros expedientes para o setor competente do INSS, após a atuação da PFE;

III - providenciar a extração de cópias reprográficas de processos administrativos, documentos e outros expedientes;

IV - expedir ofícios e outros expedientes a órgãos externos; e

V - gerenciar o acervo documental.

Art. 149. À Coordenação de Sistemas e Gerenciamento de Dados da Procuradoria - COSIS compete:

I - coordenar:

a) a execução das atividades relativas a sistemas de informação e à administração de dados virtuais no ambiente da PFE; e

b) o gerenciamento da administração de dados, com vistas à integridade, qualidade, segurança e disponibilidade das informações dos sistemas corporativos da PFE;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050200115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - auxiliar na identificação das necessidades da PFE relacionadas a sistemas de informação e gerir as respectivas demandas;

III - subsidiar a CGAEG com análises e pareceres técnicos sobre temas relativos à tecnologia da informação, inovação e comunicações;

IV - analisar, recomendar e definir padrões, procedimentos e processos de atividades relacionadas à área de sistemas de informação em uso na PFE, em articulação com a DTI do INSS e com a área responsável na PGF;

V - assessorar na proposição de soluções de melhorias relacionadas às redes de comunicação de dados, tais como renovação do parque de equipamentos e atualização e renovação de software da PFE;

VI - coordenar e monitorar a administração dos bancos de dados existentes na rede de dados corporativa da PFE; e

VII - assegurar a disponibilização das informações estratégicas de forma estruturada e sistematizada para o apoio à tomada de decisão de gestão.

Art. 150. À Divisão de Sistemas - DSIS compete:

I - acompanhar:

a) o desenvolvimento de novos sistemas corporativos, bem como dos sistemas já em funcionamento na PFE, e propor à COSIS as modificações necessárias à sua atualização e o seu aperfeiçoamento; e

b) os projetos e atividades de informatização das unidades descentralizadas da PFE;

II - avaliar a infraestrutura tecnológica à disposição da PFE e apresentar à COSIS propostas para modernização e padronização dos recursos de informática e suprimento de suas deficiências quantitativas;

III - gerenciar o acesso aos sistemas de informações, internos e externos, sua utilização e propor melhorias nos sistemas que auxiliem a representação judicial do INSS, em articulação com a DTI e com as áreas responsáveis da AGU e da PGF;

IV - orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de suporte técnico e de manutenção de equipamentos de informática realizadas pelas áreas técnicas responsáveis;

V - auxiliar no suporte aos usuários quanto à utilização dos recursos de tecnologia da informação; e

VI - participar da interlocução entre os órgãos e suas unidades técnicas responsáveis para garantir que as demandas de tecnologia da PFE sejam atendidas.

Art. 151. À Coordenação-Geral de Matéria de Licitações e Patrimônio - CGMLP compete:

I - coordenar a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central, em questões afetas à matéria de licitações e patrimônio;

II - orientar e uniformizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos a serem prestadas pelas unidades descentralizadas da PFE, relativas à matéria de licitações e patrimônio;

III - orientar o cumprimento de sentenças e ordens judiciais direcionadas à Administração Central, relativas à matéria de licitações e patrimônio, conforme o pronunciamento sobre a sua força executória a ser proferido pelo órgão de execução da PGF;

IV - realizar ou orientar a realização de estudos de temas jurídicos específicos em matéria de licitações e patrimônio, para subsidiar a tomada de decisões por parte das autoridades do INSS;

V - propor ao Procurador-Geral:

a) orientações jurídicas, com vistas à uniformização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de licitações e patrimônio; e

b) medidas que visem à prevenção de litígios, em matéria de licitações e patrimônio;

VI - dirimir dúvida ou controvérsia jurídica devidamente identificada, em matéria de licitações e patrimônio, por solicitação dos órgãos da Administração Central, visando à fixação de orientação jurídica ao INSS;

VII - manifestar-se previamente:

a) na edição de atos normativos e interpretativos relacionados à matéria de licitações e patrimônio, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração; e

b) nos processos de licitações e celebração de contratos, a serem firmados por órgãos da Administração Central, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

VIII - acompanhar as tentativas de conciliação no âmbito da sede da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal - CCAF, relacionadas a sua área de atuação, e elaborar manifestação jurídica sobre a vantajosidade e legalidade dos termos das conciliações realizadas;

IX - exercer a representação extrajudicial do INSS, de seus gestores e ex-gestores, na defesa do interesse público, em colaboração com a DIAC, quando a atuação que a ensejar estiver relacionada à matéria de licitações e patrimônio, observadas as normas estabelecidas pela PGF; e

X - colaborar com as demais Coordenações-Gerais da PFE na representação administrativa e judicial do INSS, quando a atuação estiver relacionada com a matéria de licitações e patrimônio.

Art. 152. À Coordenação de Matéria de Licitações e Patrimônio - COMLP compete:

I - prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central em matéria de licitações e patrimônio;

II - assistir o Coordenador-Geral nas atividades de orientação e uniformização da consultoria e do assessoramento jurídicos a serem prestados pelas unidades descentralizadas da PFE, em matéria de licitações e patrimônio;

III - identificar e propor ao Coordenador-Geral a fixação de orientações jurídicas em matéria de licitações e patrimônio;

IV - propor ao Coordenador-Geral medidas que visem à prevenção de litígios, em matéria de licitações e patrimônio; e

V - manifestar-se previamente na edição de atos normativos e interpretativos do INSS, relacionados à matéria de licitações e patrimônio, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração.

Art. 153. À Divisão de Matéria de Licitações - DMLIC compete:

I - prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central em matéria de licitações;

II - assistir o Coordenador de Matéria de Licitações e Patrimônio nas atividades de orientação e uniformização da consultoria e do assessoramento jurídicos a serem prestados pelas unidades descentralizadas da PFE, em matéria de licitações;

III - elaborar:

a) minutas de orientações jurídicas em matéria de licitações; e

b) manifestações jurídicas nos processos de licitações e celebração de contratos, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração.

Art. 154. À Coordenação-Geral de Matéria de Pessoal, Parcerias e Residual - CGMPR compete:

I - coordenar a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central em questões afetas à matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas;

II - orientar e uniformizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos a serem prestadas pelas unidades descentralizadas da PFE, relativas à matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas;

III - orientar o cumprimento de sentenças e ordens judiciais direcionadas à Administração Central relativas à matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas, conforme o pronunciamento sobre a sua força executória, a ser proferido pelo órgão de execução da PGF;

IV - realizar ou orientar a realização de estudos de temas jurídicos específicos em matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas, para subsidiar a tomada de decisões por parte das autoridades do INSS;

V - propor ao Procurador-Geral:

a) orientações jurídicas, com vistas à uniformização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas; e

b) medidas que visem à prevenção de litígios, em matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas;

VI - dirimir dúvida ou controvérsia jurídica devidamente identificada, em matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas, por solicitação dos órgãos da Administração Central, visando à fixação de orientação jurídica ao INSS;

VII - manifestar-se previamente:

a) na edição de atos normativos e interpretativos do INSS, relacionados à matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

b) na celebração de acordos de cooperação técnica, convênios, termos de execução descentralizada e ajustes diversos, a serem firmados por órgãos da Administração Central, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração; e

c) ao julgamento de processos administrativos disciplinares, analisando os aspectos legais e formais da apuração;

VIII - acompanhar as tentativas de conciliação no âmbito da sede da CCAF, relacionadas a sua área de atuação, e elaborar manifestação jurídica sobre a vantajosidade e legalidade dos termos das conciliações realizadas;

IX - exercer a representação extrajudicial do INSS, de seus gestores e ex-gestores, na defesa do interesse público, em colaboração com a DIAC, quando a atuação que a ensejar estiver relacionada à matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal; e

X - colaborar com as demais Coordenações-Gerais da PFE na representação administrativa e judicial do INSS, quando a atuação estiver relacionada com a matéria de pessoal, parcerias e outras matérias administrativas.

Art. 155. À Coordenação de Matéria de Pessoal - COMPES compete:

I - prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central em matéria de pessoal;

II - assistir o Coordenador-Geral nas atividades de orientação e uniformização da consultoria e do assessoramento jurídicos a serem prestados pelas unidades descentralizadas da PFE, em matéria de pessoal;

III - identificar e propor ao Coordenador-Geral a fixação de orientações jurídicas em matéria de pessoal;

IV - propor ao Coordenador-Geral medidas que visem à prevenção de litígios, em matéria de pessoal;

V - analisar e elaborar manifestação jurídica:

a) acerca da edição de atos normativos e interpretativos do INSS, relacionados à matéria de pessoal, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração; e

b) prévia ao julgamento de processos administrativos disciplinares, analisando os aspectos legais e formais da apuração;

VI - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMPR, quando necessário.

Art. 156. À Coordenação de Matéria de Parcerias e Residual - COMAP compete:

I - em matéria de parcerias:

a) prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central;

b) assistir o Coordenador-Geral nas atividades de orientação e uniformização da consultoria e do assessoramento jurídicos a serem prestados pelas unidades descentralizadas da PFE;

c) identificar e propor ao Coordenador-Geral a fixação de orientações jurídicas;

d) propor ao Coordenador-Geral medidas que visem à prevenção de litígios; e

e) manifestar-se previamente na edição de atos normativos e interpretativos, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

II - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMPR, quando necessário.

Art. 157. À Divisão de Matéria de Parcerias e Residual - DMAPR compete:

I - em matérias administrativas residuais:

a) não incluídas no rol de atribuições das demais Coordenações e Divisões, prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central do INSS;

b) assistir o Coordenador de Matéria de Parcerias e Residual nas atividades de orientação e uniformização da consultoria e do assessoramento jurídicos a serem prestados pelas unidades descentralizadas da PFE;

c) identificar e propor ao Coordenador de Matéria de Parcerias e Residual a fixação de orientações jurídicas;

d) propor ao Coordenador de Matéria de Parcerias e Residual medidas que visem à prevenção de litígios; e

e) manifestar-se previamente na edição de atos normativos e interpretativos do INSS, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

II - atuar em colaboração com as demais unidades da CGMPR, quando necessário.

Art. 158. À Coordenação-Geral de Matéria de Benefícios - CGMAB compete:

I - em matéria de benefícios do RGPS e do RPPU:

a) coordenar a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central; e

b) orientar e uniformizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos a serem prestadas pelas unidades descentralizadas da PFE;

II - manifestar-se quanto às teses jurídicas a serem utilizadas pelos órgãos jurídicos responsáveis pela representação judicial do INSS nas ações judiciais, ressalvada a competência do Departamento de Contencioso Previdenciário da PGF;

III - em matéria de benefícios:

a) orientar o cumprimento de sentenças e ordens judiciais direcionadas à Administração Central, conforme o pronunciamento sobre a sua força executória a ser proferido pelo órgão de execução da PGF;

b) realizar estudos de temas jurídicos específicos, para subsidiar a tomada de decisões por parte das autoridades do INSS;

c) propor ao Procurador-Geral:

1. orientações jurídicas, com vistas à uniformização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; e

2. medidas que visem à prevenção de litígios;

d) manifestar-se previamente sobre a edição de atos normativos, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração; e

e) colaborar com as demais Coordenações-Gerais da PFE na representação administrativa e judicial do INSS;

IV - acompanhar as tentativas de conciliação no âmbito da sede da CCAF, relacionadas a sua área de atuação, e elaborar manifestação jurídica sobre a vantajosidade e legalidade dos termos das conciliações realizadas; e

V - coordenar as orientações de cálculos e pagamentos judiciais em matéria previdenciária.

Art. 159. À Coordenação de Consultoria em Benefícios do RGPS - CCBEN-RGPS compete:

I - em matéria de benefícios do RGPS:

a) coordenar a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central;

b) assistir o Coordenador-Geral nas atividades de orientação e uniformização da consultoria e do assessoramento jurídicos a serem prestados pelas unidades descentralizadas da PFE; e

c) identificar e propor ao Coordenador-Geral a fixação de orientações jurídicas;

II - manifestar-se previamente sobre a edição de atos normativos e interpretativos relacionados à matéria de benefícios, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

III - disponibilizar as manifestações jurídicas relevantes da consultoria de benefícios do RGPS; e

IV - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMAB, quando necessário.

Art. 160. À Divisão de Assessoramento Consultivo de Benefícios - DACOB compete:

I - em matéria de benefícios do RGPS:

a) prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central;

b) assistir o Coordenador de Consultoria em Benefícios do RGPS nas atividades de orientação e uniformização da consultoria e do assessoramento jurídicos a serem prestados pelas unidades descentralizadas da PFE;

c) identificar e propor ao Coordenador de Consultoria em Benefícios do RGPS a fixação de orientações jurídicas; e

d) analisar previamente a edição de atos normativos e interpretativos do INSS, averiguando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

II - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMAB, quando necessário.

Art. 161. À Coordenação de Prevenção de Litígios e Orientação Judicial - CPLOJ compete:

I - em matéria de benefícios do RGPS:

a) prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central do INSS, relacionados ao contencioso judicial;

b) coordenar a atividade de orientação e uniformização de entendimentos jurídicos aos órgãos de representação judicial do INSS;

c) manifestar-se sobre a autorização para o reconhecimento da procedência do pedido, a abstenção de contestação e de recurso e a desistência de recurso já interposto na atuação judicial do INSS;

d) assistir o Coordenador-Geral na orientação e uniformização das teses jurídicas e estratégias para atuação no contencioso judicial; e

e) acompanhar, quando solicitado, as tentativas de conciliação no âmbito da sede da CCAF;

II - coordenar as atividades relacionadas à prevenção de litígios em matéria de benefícios;

III - disponibilizar as manifestações jurídicas relevantes da sua área de atuação; e

IV - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMAB, quando necessário.

Art. 162. À Divisão de Orientação Judicial - DOJU compete:

I - em matéria de benefícios do RGPS:

a) emitir manifestações jurídicas relacionadas às teses a serem adotadas pelos órgãos de representação judicial do INSS; e

b) assistir o Coordenador nas atividades de orientação e uniformização das teses jurídicas para atuação dos órgãos de execução da PGF no contencioso judicial;

II - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMAB, quando necessário.

Art. 163. À Divisão de Cálculos e Pagamentos Judiciais - DCPJ compete:

I - em matéria de cálculos judiciais previdenciários e respectivos pagamentos:

a) orientar os servidores nas atividades, nos processos em que o INSS participe como parte ou interessado, visando à padronização dos procedimentos;

b) subsidiar o desenvolvimento, validar e gerenciar os sistemas e procedimentos, em articulação com a DTI e com a área responsável na PGF;

c) planejar, acompanhar e desenvolver estudos visando à capacitação e alinhamento técnico dos servidores atuantes nas atividades de elaboração e análise, em articulação com a PGF e com a DGP;

d) acompanhar e avaliar a eficácia das diretrizes que envolvam elaboração e análise, propondo medidas corretivas e recomendações para o aperfeiçoamento das operações realizadas; e

e) solucionar eventuais divergências suscitadas pelos órgãos de execução da PGF;

II - definir diretrizes e estratégias, em articulação com as áreas de benefícios, visando à uniformização de procedimentos de cálculos judiciais previdenciários;

III - orientar, em cada exercício financeiro, a programação de pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV relacionados às ações de acidente de trabalho, mediante a supervisão da CGOFC;

IV - acompanhar o pagamento de Precatórios, RPVs, Perícias e outras despesas judiciais de interesse do INSS;

V - atuar em conjunto com outras estruturas administrativas do INSS e da PGF/AGU responsáveis pela elaboração de cálculos em processos que tratem exclusivamente de concessão, manutenção ou revisão de benefícios; e

VI - promover a extração de relatórios e dados gerenciais inerentes ao desempenho das unidades de execução da PGF relativos aos cálculos judiciais previdenciários, visando à uniformização e ao aperfeiçoamento de suas atividades.

Art. 164. Ao Serviço de Acompanhamento de Ordens Judiciais - SAOJ compete:

I - em matéria de benefícios:

a) acompanhar e contribuir para a padronização das atividades de cumprimento de demandas judiciais junto às áreas técnicas responsáveis no INSS;

b) auxiliar na identificação de eventuais inconsistências e falhas de ferramentas necessárias ao cumprimento das decisões judiciais, diligenciando junto às áreas técnicas responsáveis para a solução da situação; e

c) promover a extração de relatórios e dados gerenciais inerentes ao desempenho das unidades responsáveis pelo atendimento de demandas judiciais no INSS, visando à uniformização e o aperfeiçoamento das atividades;

II - opinar:

a) na criação de mecanismos para atuação, acompanhamento e avaliação das unidades de atendimento de demandas judiciais; e

b) sobre a criação e extinção de unidades de atendimento de demandas judiciais;

III - auxiliar a CGMAB na adoção de medidas junto ao Poder Judiciário, à PGF e demais órgãos e entidades, inerentes ao cumprimento de demandas judiciais; e

IV - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMAB, quando necessário.

Art. 165. À Coordenação de Ações Prioritárias - CAP compete:

I - prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Procurador-Geral e aos órgãos da Administração Central nas questões afetas às ações prioritárias;

II - coordenar e orientar a atuação nas ações civis públicas, ações populares e demais ações judiciais relevantes, assim definidas pelo Coordenador-Geral;

III - desenvolver, em conjunto com a área responsável da PGF, as estratégias de defesa judicial do INSS nas ações prioritárias;

IV - assessorar o Presidente, Diretores, Procurador-Geral, Auditor-Geral, Corregedor-Geral e Coordenadores-Gerais a prestar informações em mandados de segurança, a partir de subsídios encaminhados pelas respectivas autoridades;

V - orientar, se necessário, o cumprimento de decisões proferidas em processos judiciais relevantes, conforme o pronunciamento sobre a sua força executória, a ser proferido pelo órgão de execução da PGF responsável pela representação judicial e extrajudicial do INSS;

VI - divulgar e disponibilizar as manifestações jurídicas relevantes da sua área de atuação; e

VII - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMAB, quando necessário.

Art. 166. À Coordenação de Consultoria e Orientação ao Contencioso de RPPU - CCOC-RPPU compete:

I - em matéria de benefícios do RPPU:

a) prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da Administração Central;

b) coordenar a atividade de orientação e uniformização de entendimentos jurídicos aos órgãos de representação judicial do INSS;

c) manifestar-se sobre a autorização para o reconhecimento da procedência do pedido, a abstenção de contestação e de recurso e a desistência de recurso já interposto na atuação judicial do INSS;

d) assistir o Coordenador-Geral na orientação e uniformização das teses jurídicas e estratégias para atuação no contencioso judicial; e

e) acompanhar, quando solicitado, as tentativas de conciliação no âmbito da sede da CCAF;

II - divulgar e disponibilizar as manifestações jurídicas relevantes da sua área de atuação; e

III - atuar em colaboração com as demais Coordenações e Divisões da CGMAB, quando necessário.

Art. 167. À Auditoria-Geral - AUDGER compete:

I - avaliar os:

a) controles internos da gestão quanto à eficácia, eficiência, efetividade e economicidade; e

b) processos de governança, de gerenciamento de riscos e o efetivo funcionamento dos controles internos da gestão;

II - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do INSS e as tomadas de contas especiais;

III - supervisionar, orientar e avaliar a execução de auditorias pelas Auditorias Regionais e Coordenações-Gerais;

IV - acompanhar o cumprimento das recomendações de auditoria interna e de órgãos de controle;

V - estabelecer diretrizes de funcionamento e promover a padronização e a racionalização dos procedimentos administrativos e operacionais no âmbito da AUDGER e de suas projeções regionais;

VI - elaborar normas, procedimentos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, no âmbito de sua competência;

VII - submeter ao Presidente proposta de:

a) plano de auditoria interna e suas alterações;

b) Estatuto da AUDGER e suas alterações; e

c) estruturação e localização de suas unidades subordinadas, inclusive Auditorias Regionais;

VIII - comunicar ao Presidente o relatório anual de atividades de auditoria interna;

IX - apurar denúncias recebidas pela AUDGER, observados os critérios de materialidade, criticidade e relevância; e

X - encaminhar à CORREG solicitação de apuração de responsabilidade, quando evidenciada irregularidade passível de exame sob o aspecto disciplinar.

Art. 168. À Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios - CGABEN compete atuar no âmbito de benefícios e serviços previdenciários e assistenciais, desempenhando as seguintes atividades:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de auditoria interna governamental;

II - subsidiar a:

a) AUDGER na elaboração do parecer sobre a prestação de contas anual do INSS; e

b) Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Auditoria - CGPLAV na elaboração do plano de auditoria interna, do relatório anual de atividades de auditoria interna e de relatórios periódicos sob a responsabilidade desta;

III - autorizar a:

a) realização dos serviços de auditoria e de apuração; e

b) colaboração de especialistas externos à unidade de auditoria na execução dos trabalhos de avaliação e consultoria.

Parágrafo único. Os processos transversais e temas multidisciplinares poderão ser auditados de forma compartilhada pelas Coordenações-Gerais de Auditoria, conforme definição do Auditor-Geral.

Art. 169. À Divisão de Prospecção e Análise de Dados da Auditoria - DPAD compete:

I - obter, sistematizar e gerir dados e informações estratégicas para as atividades da AUDGER;

II - orientar e executar cruzamentos e rotinas automatizadas com dados para subsidiar trabalhos de auditoria e atividades de planejamento e gestão da AUDGER;

III - supervisionar o funcionamento da infraestrutura de tecnologia da informação para análise de dados de interesse da AUDGER e gerenciar os equipamentos servidores sob a responsabilidade desta;

IV - gerenciar a concessão e revogação de perfil de gestão de acesso aos sistemas corporativos de interesse da atividade de auditoria interna governamental; e

V - assessorar a AUDGER em assuntos relacionados à área de tecnologia da informação, em articulação com a DTI.

Art. 170. À Coordenação de Auditoria em Benefícios - CABEN compete:

I - gerenciar e supervisionar:

a) os serviços de auditoria e de apuração cuja realização esteja sob a responsabilidade das Divisões subordinadas e das Auditorias Regionais; e

b) as atividades de monitoramento das recomendações decorrentes dos serviços de auditoria e de apuração sob responsabilidade das Divisões de Auditoria subordinadas e das Auditorias Regionais, bem como das atividades de quantificação e registro de benefícios decorrentes de sua implementação;

II - solicitar à CGABEN autorização para a colaboração de especialista externo, quando necessário para o desenvolvimento de trabalho de auditoria sob a responsabilidade de suas Divisões de Auditoria; e

III - subsidiar e auxiliar na execução das atividades sob sua competência.

Art. 171. À Divisão de Auditoria em Benefícios - DABEN compete:

I - realizar os serviços de auditoria e de apuração sob sua responsabilidade, mediante prévia autorização pela instância competente;

II - orientar e supervisionar a realização dos serviços de auditoria e de apuração realizados pelas Auditorias Regionais e pelas equipes de auditoria sob sua subordinação; e

III - subsidiar a elaboração do parecer sobre a prestação de contas anual do INSS.

Art. 172. À Divisão de Monitoramento de Auditoria e Demandas Especiais em Benefícios - DMADE-BEN compete:

I - executar atividades de monitoramento das recomendações decorrentes dos serviços de auditoria e de apuração, sob responsabilidade da CABEN, e de contabilização de benefícios decorrentes de sua implementação;

II - orientar e supervisionar as atividades de monitoramento das recomendações decorrentes dos serviços de auditoria e de apuração, sob responsabilidade das Auditorias Regionais, e de contabilização de benefícios decorrentes de sua implementação;

III - elaborar relatórios gerenciais a partir do levantamento e da consolidação de informações relativas ao atendimento das determinações e recomendações emitidas pela AUDGER e órgãos de controle; e

IV - subsidiar a elaboração do parecer sobre a prestação de contas anual do INSS.

Art. 173. À Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna - CGAGIN compete atuar no âmbito das áreas-meio e processos de suporte do INSS, desempenhando as seguintes atividades:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de auditoria interna governamental;

II - subsidiar a:

a) AUDGER na elaboração do parecer sobre a prestação de contas anual do INSS; e

b) CGPLAV na elaboração do plano de auditoria interna, do relatório anual de atividades de auditoria interna e de relatórios periódicos sob a responsabilidade desta;

III - autorizar a:

a) realização dos serviços de auditoria e de apuração; e

b) colaboração de especialistas externos à unidade de auditoria na execução dos trabalhos de avaliação e consultoria;

IV - coordenar o exame e a emissão de parecer sobre os procedimentos de tomada de contas especial.

Parágrafo único. Os processos transversais e temas multidisciplinares poderão ser auditados de forma compartilhada pelas Coordenações-Gerais de Auditoria, conforme definição do Auditor-Geral.

Art. 174. À Coordenação de Auditoria em Gestão Interna - CAGIN compete:

I - gerenciar e supervisionar:

a) os serviços de auditoria e de apuração cuja realização esteja sob a responsabilidade das Divisões de Auditoria subordinadas e das Auditorias Regionais; e

b) as atividades de monitoramento das recomendações decorrentes dos serviços de auditoria e de apuração, sob responsabilidade das Divisões subordinadas e das Auditorias Regionais, e de quantificação e registro de benefícios decorrentes de sua implementação;

II - solicitar à CGAGIN autorização para a colaboração de especialista externo quando necessário para o desenvolvimento de trabalho de auditoria sob a responsabilidade de suas Divisões de Auditoria;

III - gerenciar o exame e a emissão de parecer sobre os procedimentos de tomada de contas especial; e

IV - subsidiar e auxiliar na execução das atividades sob sua competência.

Art. 175. À Divisão de Auditoria em Gestão Interna - DAGIN compete:

I - realizar os serviços de auditoria e de apuração sob sua responsabilidade, mediante prévia autorização pela instância competente;

II - orientar e supervisionar a realização dos serviços de auditoria e de apuração realizados pelas Auditorias Regionais e pelas equipes de auditoria sob sua subordinação; e

III - subsidiar a elaboração do parecer sobre a prestação de contas anual do INSS.

Art. 176. À Divisão de Monitoramento de Auditoria e Demandas Especiais em Gestão Interna - DMADE-GI compete:

I - executar atividades de monitoramento das recomendações decorrentes dos serviços de auditoria e de apuração, sob responsabilidade da CAGIN, e de contabilização de benefícios decorrentes de sua implementação;

II - orientar e supervisionar as atividades de monitoramento das recomendações decorrentes dos serviços de auditoria e de apuração, sob responsabilidade das Auditorias Regionais, e de contabilização de benefícios decorrentes de sua implementação;

III - elaborar relatórios gerenciais a partir do levantamento e da consolidação de informações relativas ao atendimento das determinações e recomendações emitidas pela AUDGER e órgãos de controle;

IV - examinar e emitir relatório nos procedimentos de Tomada de Contas Especial encaminhados à AUDGER, conforme as diretrizes emitidas pelos órgãos de controle interno e externo; e

V - subsidiar a elaboração do parecer sobre a prestação de contas anual do INSS.

Art. 177. À Divisão de Auditoria Preventiva e de Prospecção em Gestão Interna - DIAPP compete:

I - realizar o acompanhamento e gestão de atividades voltadas à auditoria preventiva;

II - obter e efetuar cruzamento de dados para subsidiar as atividades de auditoria em gestão interna; e

III - subsidiar a elaboração do parecer sobre a prestação de contas anual do INSS.

Art. 178. À Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Auditoria - CGPLAV compete:

I - dirigir e supervisionar:

a) a elaboração da proposta:

1. de plano de auditoria interna e de relatório anual de atividades de auditoria interna; e

2. do Plano de Negócio da AUDGER e submeter ao Auditor-Geral para apreciação, bem como promover sua execução;

b) a normatização e a uniformização dos fluxos e procedimentos no âmbito da AUDGER e submeter ao Auditor-Geral proposta de aprovação ou atualização de manuais ou atos normativos afetos;

c) as atividades de planejamento e acompanhamento orçamentário no âmbito da AUDGER; e

d) o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ da AUDGER, autorizar a realização de avaliações periódicas e submeter ao Auditor-Geral propostas de:

1. medidas e projetos vinculados ao plano de ação integrante do PGMQ; e

2. realização de avaliação externa, a ser conduzida por profissional ou organização qualificada e independente, externa à estrutura do INSS;

II - assessorar a AUDGER no:

a) planejamento de ações que propiciem a consecução dos propósitos inerentes às suas diretrizes e metas institucionais; e

b) desenvolvimento de metodologias e instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação dos seus programas, projetos, ações e demais atividades;

III - promover, em articulação com a DGP, ações voltadas à gestão do conhecimento e ao desenvolvimento de competências na AUDGER;

IV - supervisionar a gestão dos sistemas informatizados utilizados pela AUDGER para suporte à atividade de auditoria interna governamental; e

V - prestar suporte técnico às Coordenações-Gerais de Auditoria na realização dos serviços de consultoria voltados a facilitações e treinamentos.

Art. 179. À Coordenação de Planejamento e Qualidade da Auditoria - CPLAQ compete:

I - coordenar e supervisionar:

a) a elaboração:

1. da proposta de plano de auditoria interna e de relatório anual de atividades de auditoria interna; e

2. dos normativos para padronização e uniformização dos fluxos e procedimentos no âmbito da AUDGER;

b) o PGMQ, da AUDGER e gerenciar o seu plano de ação;

c) a elaboração e acompanhamento de planos, ações e projetos de gestão de pessoas no âmbito da AUDGER; e

d) as atividades de planejamento e acompanhamento orçamentário no âmbito da AUDGER;

II - subsidiar a CGPLAV no planejamento das atividades de médio e longo prazo da AUDGER; e

III - gerenciar os sistemas informatizados utilizados pela AUDGER para suporte à atividade de auditoria interna governamental.

Art. 180. À Divisão de Padronização e Desenvolvimento da Auditoria - DPDA compete, no âmbito da AUDGER:

I - levantar e consolidar dados e informações visando à elaboração da proposta de plano de auditoria interna, do relatório anual de atividades de auditoria interna e de relatórios gerenciais;

II - executar as atividades voltadas à normatização e uniformização dos fluxos e procedimentos, mediante a proposição, atualização e disseminação de atos normativos e comunicações;

III - elaborar e executar planos e ações de gestão de pessoas, em articulação com a DGP;

IV - planejar e realizar o acompanhamento orçamentário;

V - auxiliar, no que couber, a Divisão de Avaliação e Qualidade da Auditoria - DAVAQ na realização das atividades voltadas às avaliações previstas no PGMQ da AUDGER, bem como na produção de informações gerenciais; e

VI - subsidiar e auxiliar a CPLAQ e a CGPLAV na execução das atividades sob suas competências.

Art. 181. À Divisão de Avaliação e Qualidade da Auditoria - DAVAQ compete:

I - no âmbito do PGMQ da AUDGER:

a) executar as:

1. rotinas de monitoramento e coordenar as atividades afetas cuja execução esteja sob a responsabilidade das Auditorias Regionais e Coordenações-Gerais de Auditoria; e

2. atividades voltadas às avaliações periódicas, mediante autorização do Coordenador-Geral de Planejamento e Avaliação da Auditoria;

b) subsidiar, no que couber, as atividades de avaliação externa realizadas por profissional ou organização qualificada e independente, externa à estrutura do INSS;

c) propor, aferir e monitorar os indicadores de desempenho da atividade de auditoria interna;

d) consolidar os resultados das avaliações realizadas e elaborar propostas de ações e de projetos para compor plano de ação voltado à gestão e melhoria da qualidade das atividades da AUDGER; e

e) elaborar relatórios gerenciais com dados e informações sobre as avaliações que compõem o PGMQ, incluindo os indicadores de desempenho e a execução de seu plano de ação;

II - subsidiar a DPDA com dados e informações para a elaboração do relatório anual de atividades de auditoria interna e de relatórios gerenciais com informações dos resultados do programa de gestão de melhoria da qualidade e das demais atividades sob a responsabilidade da unidade; e

III - subsidiar e auxiliar a CPLAQ e a CGPLAV na execução das atividades sob suas competências, incluindo as atividades voltadas ao gerenciamento do plano de ação do PGMQ e à gestão dos sistemas informatizados utilizados pela AUDGER para suporte à atividade de auditoria interna governamental.

Art. 182. À Corregedoria-Geral - CORREG compete:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de correição;

II - proceder ao juízo de admissibilidade das denúncias, representações e demais meios de notícias de infrações disciplinares e de atos lesivos à Administração Pública;

III - instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e de denúncias, de sindicâncias, incluídas as patrimoniais, de processos administrativos disciplinares e de demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas na autarquia;

IV - celebrar Termo de Ajustamento de Conduta;

V - realizar investigação preliminar sumária;

VI - julgar os procedimentos investigativos e processos correcionais, nos limites de sua competência;

VII - encaminhar ao Presidente, para julgamento, os processos administrativos disciplinares que possam implicar a aplicação de penalidades de sua competência;

VIII - avocar, de ofício ou por meio de proposta, sindicâncias, processos administrativos disciplinares e outros procedimentos correcionais em curso no INSS e determinar o reexame daqueles já concluídos ou, conforme a hipótese, propor ao Presidente a avocação ou o reexame do feito; e

IX - exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Art. 183. À Coordenação de Gestão Correcional - COGCOR compete:

I - definir, padronizar e sistematizar os procedimentos voltados às atividades correcionais;

II - planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades correcionais;

III - orientar e exercer o suporte e controle técnico das atividades correcionais;

IV - formular e propor medidas que visem prevenir, inibir, diminuir e reprimir práticas de irregularidades funcionais;

V - coordenar e organizar os recursos humanos e financeiros destinados à atuação correcional; e

VI - elaborar, propor e promover medidas de combate à fraude e à corrupção, em articulação com a DIGOV.

Art. 184. À Divisão de Orientação e Normatização - DION compete:

I - elaborar e propor normas, manuais e roteiros destinados a regular as atividades correcionais;

II - analisar consultas e manifestar sobre matérias relacionadas à área correcional; e

III - prestar orientação aos órgãos e unidades do INSS, em matéria correcional.

Art. 185. À Divisão de Administração - DIAD compete orientar, executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de sistemas, de processos e comunicação administrativa.

Art. 186. À Divisão de Análise e Julgamento - DAJ compete:

I - emitir pareceres opinativos no julgamento de processos disciplinares; e

II - analisar recursos interpostos em face das decisões proferidas no julgamento de processos administrativos disciplinares.

Art. 187. À Divisão de Procedimentos Disciplinares - DPD compete:

I - orientar e supervisionar as Corregedorias Regionais quanto à emissão de juízo de admissibilidade nos processos decorrentes de denúncias e representações com indícios de irregularidades;

II - no âmbito da CORREG:

a) emitir juízo de admissibilidade nos processos decorrentes de denúncias e representações com indícios de irregularidades;

b) promover a instrução da investigação preliminar sumária; e

c) analisar, propor e elaborar a proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta;

III - analisar e monitorar denúncias encaminhadas pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, objeto de atuação correcional.

Art. 188. À Divisão de Controle e Informações - DCI compete:

I - coletar, gerenciar e organizar dados e informações referentes às atividades correcionais;

II - produzir e disponibilizar relatórios gerenciais;

III - subsidiar as unidades correcionais com dados estruturados;

IV - sistematizar dados sobre irregularidades e fraudes cometidas no âmbito do INSS, que foram objeto de apuração correcional; e

V - analisar e supervisionar o atendimento das recomendações constantes dos relatórios dos órgãos de controle interno e externo e da auditoria interna.

Seção V

Do Órgão Específico Singular

Art. 189. À Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN compete:

I - formular e editar atos normativos relativos aos benefícios e aos serviços previdenciários vinculados ao RGPS e aos demais benefícios e serviços que o Instituto operacionaliza;

II - coordenar, uniformizar, supervisionar e formular planos, programas e metas das atividades sobre os procedimentos:

a) de cadastro de dados pessoais dos beneficiários, de recolhimentos e de contribuições previdenciárias e dos demais assuntos relativos ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;

b) para o reconhecimento de direito aos benefícios previdenciários do RGPS, assistenciais e ao seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal - SDPA;

c) de compensação previdenciária e de consignação em benefícios operacionalizados pelo INSS;

d) para a implementação dos acordos internacionais de previdência, convênios e instrumentos congêneres com empresas, entidades representativas e órgãos públicos;

e) para a manutenção e o pagamento dos benefícios operacionalizados pelo INSS;

f) de prestação de serviço social;

g) de habilitação e reabilitação profissional;

h) de revisão de benefícios operacionalizados pelo INSS;

i) de apuração de indícios de irregularidades detectados em benefícios operacionalizados pelo INSS;

j) de conformidade e ações preventivas no âmbito do controle interno na área de benefícios; e

k) de cobrança administrativa de valores indevidos pagos em benefícios operacionalizados pelo INSS;

III - planejar, propor, coordenar, normatizar, supervisionar, uniformizar e avaliar as ações:

a) de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e de relacionamento com os usuários;

b) de atendimento presencial e remoto aos usuários dos serviços e de autoatendimento;

c) para localização, alteração, instalação e extinção das APS;

d) para utilização e modernização dos sistemas corporativos de atendimento, em articulação com a DTI;

e) referentes ao atendimento do público externo, das entidades e dos sindicatos relativos a benefícios e serviços previdenciários;

f) para atendimento de determinações judiciais;

g) para operacionalização dos acordos de cooperação técnica de desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários e dos acordos de cooperação técnica para operacionalização de empréstimo consignado, cartão de crédito com reserva de margem consignado e cartão de benefícios; e

h) para o desenvolvimento de planos, programas, procedimentos e metas das atividades para o atendimento e para a análise de benefícios;

IV - coordenar:

a) a padronização dos procedimentos de atendimento e funcionamento das unidades de atendimento; e

b) a gestão da operacionalização de parcerias e dos convênios e acordos relacionados com o atendimento ao usuário;

V - elaborar e supervisionar estudos técnicos e ações para a gestão, a classificação, a adequação e a diversificação da topologia e da tipologia da rede de atendimento;

VI - supervisionar os serviços de modernização, suporte e manutenção da rede de atendimento do INSS, em articulação com a DTI;

VII - monitorar o desempenho da rede de atendimento e de seus gestores, em articulação com a DIGOV;

VIII - adotar instrumentos para visibilidade e transparência dos serviços, dos canais de atendimento e dos critérios de acesso aos benefícios e serviços operacionalizados pelo INSS;

IX - gerir e expandir canais de interação com o usuário para atendimento presencial e remoto;

X - definir as regras e os requisitos dos sistemas informatizados de atendimento e benefício e de automação, em articulação com a DTI; e

XI - representar o INSS nas negociações dos acordos internacionais, na sua área de atuação, em articulação com o MPS, e gerir as ações de negociação dos ajustes administrativos para definição dos procedimentos de operacionalização na área de benefícios.

Art. 190. À Coordenação de Serviços Previdenciários - COSERP compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades e procedimentos de reabilitação profissional e de serviço social nas unidades descentralizadas, inclusive quando efetuadas por executores indiretos;

II - coordenar, organizar, planejar e supervisionar ações, programas e projetos que visem à ampliação do atendimento aos benefícios abrangidos pelo serviço social e reabilitação profissional; e

III - elaborar e propor critérios e parâmetros para a execução das atividades de reabilitação profissional e de serviço social.

Art. 191. À Divisão de Serviço Social - DSS compete:

I - gerenciar, elaborar, orientar, supervisionar e avaliar:

a) os procedimentos operacionais e técnicos relativos às atividades em matéria de serviço social; e

b) as ações, programas e projetos que fomentem a ampliação do atendimento aos benefícios abrangidos pelo serviço social;

II - orientar tecnicamente e supervisionar a execução das atividades desenvolvidas pelas unidades do serviço social nas SR;

III - gerenciar, analisar, consolidar e supervisionar dados estatísticos referentes às atividades do serviço social;

IV - atuar em parceria com outros órgãos, a partir do estabelecimento de acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres, no que compete o trabalho do serviço social;

V - elaborar e analisar relatórios dos dados do serviço social, em conjunto com as unidades descentralizadas;

VI - planejar e gerenciar ações técnicas, em conjunto com a unidade do serviço social das SR; e

VII - articular e coordenar as ações de avaliação social remota, otimizando a realização do atendimento em mais de uma SR.

Art. 192. À Divisão de Reabilitação Profissional - DRP compete:

I - gerenciar, elaborar, orientar, supervisionar e avaliar:

a) os procedimentos operacionais e técnicos relativos às atividades em matéria de reabilitação profissional; e

b) as ações, programas e projetos que fomentem a ampliação do atendimento aos benefícios abrangidos pela reabilitação profissional;

II - avaliar os resultados dos programas de reabilitação profissional e propor medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento;

III - gerenciar, analisar, consolidar e supervisionar dados estatísticos relativos à reabilitação profissional; e

IV - articular e coordenar as ações de reabilitação profissional remota, otimizando a realização do atendimento em mais de uma SR.

Art. 193. À Coordenação-Geral de Reconhecimento de Direitos - CGRD compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução das regras de negócio relacionadas ao reconhecimento de direitos, em:

a) reconhecimento inicial de direitos;

b) revisão de direitos;

c) recurso de benefícios;

d) acordos internacionais;

e) compensação previdenciária; e

f) seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal;

II - promover a orientação e a uniformização de entendimentos e procedimentos;

III - supervisionar as ações de negociação dos acordos internacionais e coordenar as tratativas de ajuste administrativo para definir procedimentos de operacionalização;

IV - elaborar e propor a celebração de acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres;

V - planejar e implementar ações para a melhoria da qualidade, correção e aprimoramento do reconhecimento de direitos;

VI - subsidiar a Coordenação-Geral de Educação, Desenvolvimento e Carreiras e a Assessoria de Comunicação Social a elaboração de materiais de divulgação; e

VII - coordenar e supervisionar especificações das regras de negócio à área competente e prestar subsídios necessários na definição de rotinas de automação.

Art. 194. À Divisão de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - DSDPA compete:

I - gerenciar, elaborar, orientar e supervisionar os procedimentos operacionais para a comprovação da atividade de pescador artesanal e demais requisitos necessários ao reconhecimento do direito ao Seguro-Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal;

II - definir as regras relativas ao Seguro-Desemprego, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes; e

III - promover melhorias na operacionalização do Seguro-Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal, em articulação com os demais órgãos externos.

Art. 195. À Divisão de Revisão de Direitos - DREVD compete:

I - gerenciar, elaborar, orientar e supervisionar:

a) ações de revisão e correção dos atos praticados no reconhecimento inicial e na manutenção do direito; e

b) os procedimentos operacionais das unidades descentralizadas e responder consultas;

II - uniformizar as atividades relacionadas à revisão de direitos;

III - atender as demandas judiciais advindas da Procuradoria Federal Especializada, que envolvam a área;

IV - gerenciar, elaborar, orientar, supervisionar e avaliar as ações e projetos relativos ao processo de supervisão técnica, visando ao aprimoramento da qualidade do reconhecimento do direito na análise de benefícios;

V - coordenar e supervisionar as ações de revisão e correção dos atos praticados no reconhecimento de direitos; e

VI - definir as regras relativas à revisão de direitos, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes.

Art. 196. À Divisão de Compensação Previdenciária - DCOMP compete:

I - gerenciar e supervisionar o fluxo de compensação previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS e o RGPS;

II - gerenciar, elaborar, orientar e supervisionar os procedimentos operacionais das unidades descentralizadas e responder consultas;

III - gerenciar, elaborar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades inerentes à compensação previdenciária;

IV - definir as regras relativas a Compensação Previdenciária, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes;

V - gerir, supervisionar e orientar a utilização dos sistemas de compensação previdenciária; e

VI - supervisionar e orientar o gerenciamento das informações dos sistemas de compensação previdenciária.

Art. 197. À Divisão de Recursos - DREC compete:

I - elaborar e propor:

a) o intercâmbio e a articulação com o Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS; e

b) estudos fundamentados visando à uniformização, em tese, da jurisprudência administrativa previdenciária no âmbito do CRPS;

II - definir as regras relativas aos Recursos, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes.

Art. 198. À Coordenação de Acordos Internacionais de Benefícios - CAINT compete:

I - organizar, monitorar, supervisionar e analisar os acordos internacionais firmados com vistas ao reconhecimento do direito e ao pagamento de benefícios no exterior aos cidadãos por eles abrangidos;

II - coordenar, supervisionar e avaliar o desempenho das unidades vinculadas;

III - coordenar e analisar as atividades das Agências da Previdência Social Atendimento de Acordos Internacionais - APSAI, que atuam como organismos de ligação;

IV - planejar e realizar ações preventivas voltadas à melhoria das atividades executadas pelos organismos de ligação;

V - participar nas negociações de acordos internacionais;

VI - realizar ajustes e procedimentos administrativos para a implementação dos acordos internacionais;

VII - promover a articulação com órgãos externos e as áreas internas visando à proposição de adequações de normas e procedimentos operacionais no âmbito dos acordos internacionais;

VIII - propor melhorias nos sistemas corporativos que impactam nas atividades dos acordos internacionais;

IX - emitir os pagamentos dos benefícios previdenciários no exterior; e

X - supervisionar a gestão dos sistemas a cargo de suas divisões.

Art. 199. À Divisão de Reconhecimento de Direitos a Benefícios Internacionais - DRDIN compete:

I - gerenciar, elaborar, orientar e supervisionar os procedimentos operacionais das APSAI relativos ao reconhecimento de direitos e responder consultas;

II - gerir, supervisionar e orientar a utilização dos sistemas de benefícios, na sua área de atuação; e

III - gerir e supervisionar os sistemas de troca de informações eletrônicas entre os países acordantes.

Art. 200. À Divisão de Manutenção e Pagamento de Benefícios Internacionais - DIMPIN compete:

I - gerenciar, elaborar, orientar e supervisionar as atividades e os procedimentos operacionais das APSAI inerentes à manutenção dos benefícios com remessa de pagamento para o exterior e responder consultas;

II - propor melhorias e adequações ao sistema de pagamento de acordos internacionais;

III - gerenciar:

a) a folha de pagamentos de benefícios com remessa para o exterior; e

b) a troca de informações de óbitos entre os países acordantes;

IV - gerenciar e administrar a recuperação de créditos relativos aos pagamentos indevidos aos beneficiários; e

V - realizar e supervisionar as demandas de atualização de benefícios decorrentes de acordos internacionais com as informações advindas dos organismos de ligação.

Art. 201. À Coordenação de Reconhecimento Inicial de Direitos - CRIDIR compete:
I - planejar, coordenar, organizar e supervisionar as ações e atividades de reconhecimento inicial de direitos;
II - planejar, organizar, monitorar, supervisionar e analisar as ações relacionadas ao atendimento das demandas judiciais advindas da PFE, que envolvam a área;
III - coordenar e supervisionar os procedimentos operacionais das unidades descentralizadas e responder consultas;
IV - definir as regras relativas ao reconhecimento inicial de direitos, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes; e
V - coordenar:
a) a orientação para a utilização dos sistemas de benefícios na sua área; e
b) o gerenciamento das informações dos sistemas de benefícios na sua área.
Art. 202. À Divisão de Reconhecimento Inicial de Direitos - DRIDIR compete gerenciar, elaborar, orientar e supervisionar:
I - os procedimentos operacionais das unidades descentralizadas e responder consultas; e
II - e avaliar as atividades inerentes ao reconhecimento inicial de direitos.
Art. 203. À Divisão de Ações Prioritárias em Reconhecimento Inicial de Direitos - DAPRID compete atender as demandas judiciais e prestar subsídios à PFE, em matéria de sua competência.
Art. 204. À Divisão de Reconhecimento Inicial de Benefícios Assistenciais - DBAS compete:
I - gerenciar, elaborar, orientar e supervisionar os procedimentos operacionais das unidades descentralizadas e responder consultas; e
II - gerenciar, elaborar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades inerentes ao reconhecimento inicial de benefícios assistenciais.
Art. 205. À Coordenação-Geral de Administração de Informações do Segurado - CGAIS compete:
I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução de atividades relativas à validação dos dados cadastrais de pessoa física, dos vínculos e remunerações dos trabalhadores e das contribuições efetuadas pelos contribuintes individuais e facultativos da Previdência Social;
II - planejar, organizar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades relativas às contribuições previdenciárias, conforme diretrizes do INSS e, quando for o caso, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, em razão da competência legal da Receita Federal para arrecadar, cobrar e fiscalizar o recolhimento das contribuições previdenciárias e obrigações acessórias;
III - coordenar os cadastros utilizados para o reconhecimento de direitos;
IV - orientar e uniformizar procedimentos relativos à validação dos dados cadastrais, vínculos, remunerações e contribuições dos segurados da Previdência Social;
V - coordenar e propor melhorias no cadastro de nascimentos, casamentos e óbitos;
VI - monitorar as rotinas de alimentação dos sistemas de cadastro quanto às informações previdenciárias, disponibilizando-as para os sistemas de benefícios e de gerenciamento de informações;
VII - elaborar e propor o aperfeiçoamento dos:
a) meios de informação dos vínculos e remunerações e de recolhimento das contribuições previdenciárias, em articulação com o MPS, a Secretaria Especial da RFB e os demais órgãos competentes; e
b) cadastros de pessoa física e de vínculos, remunerações e contribuições que compõem o CNIS, em articulação com os demais órgãos competentes;
VIII - desenvolver:
a) melhorias e aprimoramento das bases de dados cadastrais, vínculos, remunerações e contribuições dos segurados da Previdência Social, a partir das informações oriundas dos cadastros de órgãos parceiros, com vistas ao reconhecimento inicial do direito aos benefícios previdenciários, assistenciais e ao Seguro-Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal - SDPA;
b) ações integradas que promovam processos automatizados de alimentação, qualificação e disponibilização de dados; e
c) estudos direcionados ao aperfeiçoamento dos mecanismos de:
1. atualização dos benefícios, mediante a utilização dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e outras bases da administração pública, em colaboração com a Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios - CGPAG; e
2. reconhecimento de direitos aos benefícios, mediante a utilização dos dados do CNIS, em colaboração com a CGRD;
IX - promover integração de bases de dados de governo ao CNIS e disciplinar suas aplicações para o reconhecimento de direitos.
Art. 206. À Coordenação de Integração de Dados - COID compete:
I - coordenar, organizar, monitorar, supervisionar e analisar as tratativas para o compartilhamento de dados constantes nas bases, sistemas e repositórios de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, em cooperação com a Secretaria de Previdência do MPS, atuando até a fase de recepção dos dados por parte da empresa de Tecnologia da Informação contratada pelo INSS, visando à incorporação ao CNIS;
II - coordenar e avaliar proposta de compartilhamento de dados, visando à sua incorporação ao CNIS;
III - coordenar e supervisionar:
a) a elaboração de documentos de formalização de demandas, levando em conta assuntos relacionados à sua área de atuação; e
b) as rotinas de alimentação dos sistemas com informações oriundas de outros órgãos ou entidades;
IV - comunicar à Coordenação de Informações Sociais sobre a disponibilidade de novos dados para incorporação ao CNIS;
V - propor e coordenar o acompanhamento dos mecanismos complementares à qualificação cadastral, de vínculos, remunerações e atividades, que possibilitem o aprimoramento dos processos de reconhecimento e manutenção de direitos;
VI - apreciar e se manifestar quanto às solicitações de compartilhamento e acesso aos dados do CNIS; e
VII - coordenar:
a) a análise da documentação técnica e a especificação dos requisitos e campos necessários, de forma que a solicitação de compartilhamento de informações abranja todos os dados de interesse, viabilizando à sua incorporação ao CNIS;
b) as ações para a ampliação das informações sociais contidas no CNIS; e
c) a manutenção dos dados incorporados ao CNIS, visando garantir o seu uso no reconhecimento inicial do direito aos benefícios previdenciários, assistenciais e ao seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal.
Art. 207. À Divisão de Integração de Cadastro - DICAD compete:
I - articular e promover as tratativas para compartilhamento de dados constantes nas bases, sistemas e repositórios de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, atuando até a fase de recepção dos dados por parte da empresa de tecnologia da informação contratada pelo INSS, visando à sua incorporação ao CNIS;
II - elaborar e apresentar propostas de pedido de compartilhamento de dados, visando à sua incorporação ao CNIS, seguindo as diretrizes e exigências do órgão ou entidade gestora da base, sistema e repositório;
III - elaborar:
a) documentos de formalização de demanda, levando em conta assuntos relacionados à sua área de atuação; e
b) questionamentos técnicos e negociais junto aos órgãos ou entidades gestoras das bases, sistemas ou repositórios, em caso de dúvidas acerca da documentação técnica apresentada, antes de dar sequência às tratativas visando à recepção dos dados e arquivos;
IV - analisar a documentação técnica e especificar os requisitos e campos necessários, em conjunto com a área de negócio competente, observada a pertinência temática;
V - propor, elaborar, encaminhar e supervisionar demandas de cadastramento à empresa de tecnologia da informação, para que efetue:
a) análise e estudo dos dados constantes de amostra fornecida por órgãos ou entidades gestoras de bases, sistemas ou repositórios, visando, entre outros objetivos, mensurar a qualidade das informações, quando for o caso; e
b) recepção de dados e arquivos, assegurando uma infraestrutura de armazenamento e tratamento das informações recebidas;
VI - supervisionar o resultado da análise e do estudo realizado na amostra de dados e, caso haja necessidade, reunir-se com o órgão ou entidade gestora da base, sistema ou repositório, para sanar as dúvidas;
VII - elaborar, implementar e supervisionar as rotinas de alimentação dos sistemas de cadastro quanto às informações oriundas de outros órgãos ou entidades; e
VIII - gerenciar e supervisionar a transmissão de dados e arquivos, até a efetiva conclusão.
Art. 208. À Divisão de Manutenção de Cadastro - DMCAD compete:
I - gerenciar e supervisionar a:
a) manutenção dos dados incorporados ao CNIS, visando garantir o seu uso no reconhecimento inicial do direito aos benefícios previdenciários, assistenciais e ao Seguro-Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal; e
b) lista de endereços webs considerados suspeitos ou perigosos, relativa aos eventos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial;
II - supervisionar o funcionamento dos sistemas, atuando na interlocução com a empresa de tecnologia da informação e/ou órgãos e entidades externas, quando forem identificadas inconsistências, instabilidades ou indisponibilidades, inclusive no que tange às interfaces de programação de aplicação - APIs;
III - gerenciar e atuar na interlocução com:
a) o órgão ou a entidade gestora da base, sistema ou repositório, ou com o prestador de serviço de tecnologia da informação, quando identificado qualquer alteração ou modificação que afete a forma de acesso e tratamento ou o envio da carga, para que efetue as correções, ajustes ou envio dos dados necessários; e
b) a empresa de tecnologia da informação quando identificado que o CNIS não recebeu a carga de dados, conforme rotina e periodicidade previamente estabelecidas;
IV - atuar na interlocução com a empresa de tecnologia da informação no tratamento dos eventos retidos na lista de endereços webs considerados suspeitos ou perigosos, e na incorporação dos dados ao CNIS;
V - propor e supervisionar os mecanismos complementares à qualificação cadastral, de vínculos, remunerações e atividades, que possibilitem o aprimoramento dos processos de reconhecimento e manutenção de direitos; e
VI - apreciar e se manifestar nos pedidos de compartilhamento e/ou acesso aos dados do CNIS.
Art. 209. À Coordenação de Informações Sociais - CIS compete:
I - coordenar, organizar, monitorar, supervisionar e analisar as ações relativas à incorporação dos dados ao CNIS, tais como:
a) especificação dos campos e das regras negociais;
b) cadastramento de demandas; e
c) homologação sistêmica, com a área negocial competente;
II - coordenar, supervisionar e encaminhar as demandas de órgãos de controle externos e internos e de auditoria interna, monitorando os prazos de atendimento;
III - coordenar e supervisionar as:
a) atividades relativas ao eSocial;
b) rotinas de alimentação dos sistemas com informações relativas à inscrição, manutenção e comprovação da atividade rural; e
c) consultas técnicas formuladas pelas Divisões e sanar divergências de entendimento normativo, em articulação com a Secretaria de Previdência Social do MPS e a PFE;
IV - apreciar e se manifestar quanto às solicitações de compartilhamento e acesso aos dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC.
Art. 210. À Divisão de Cadastro do Contribuinte Individual - DCCI compete:
I - gerenciar e monitorar:
a) a inscrição do contribuinte individual, facultativo, empregado doméstico e microempreendedor individual;
b) a apuração dos valores devidos pelos contribuintes individuais, facultativos e empregados domésticos em períodos de débito;
c) a emissão da declaração de regularidade de situação do contribuinte individual;
d) o cadastro do empregador doméstico; e
e) os dados cadastrais referentes a débitos automáticos em conta do contribuinte individual, facultativo e doméstico;
II - gerenciar e supervisionar os processos referentes à identificação do cidadão, com vista ao reconhecimento do direito aos benefícios previdenciários, assistenciais e ao Seguro-Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal;
III - orientar e uniformizar procedimentos relativos ao reconhecimento da filiação obrigatória e retroação da data da inscrição;
IV - gerenciar, propor regras e monitorar a qualidade das inclusões, alterações e exclusões dos dados cadastrais e contribuições do contribuinte individual, facultativo, empregado doméstico e microempreendedor individual;
V - promover a unificação das inscrições existentes nas bases do CNIS e adotar chave única para identificação do cidadão; e
VI - supervisionar e controlar, nos sistemas, a qualidade das rotinas de inclusão, alteração e exclusão de informações relativas às atividades e contribuições previdenciárias do segurado contribuinte individual, facultativo e microempreendedor individual.
Art. 211. À Divisão de Vínculos e Remunerações - DVR compete:
I - promover o aperfeiçoamento no sistema referente a vínculos e remunerações de empregado e de empregado doméstico, a partir da publicação da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, a períodos de remuneração de trabalhador avulso e outras relações previdenciárias;
II - gerenciar e controlar a disponibilização do Cadastro de Pessoas Jurídicas no CNIS;
III - gerenciar, propor regras e monitorar a qualidade das inclusões, alterações e exclusões de vínculos e remunerações no CNIS; e
IV - gerenciar e supervisionar os mecanismos de processamento das informações prestadas pelos órgãos externos que influenciam nas informações relativas a vínculos e remunerações no CNIS.
Art. 212. À Divisão de Cadastro do Segurado Especial - DCSE compete:
I - gerenciar e controlar o cadastro do segurado especial e a atualização dos dados da atividade rural;
II - elaborar, implementar e supervisionar as rotinas de alimentação dos sistemas de cadastro quanto às informações relativas à inscrição, manutenção e comprovação da atividade rural;
III - promover o aperfeiçoamento no CNIS visando adequar o cadastro do segurado especial, conforme estabelecido pela Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019; e
IV - gerenciar e supervisionar as incorporações de bases que possuam informações de segurados especiais no CNIS.
Art. 213. À Divisão de Cadastro de Informações Civis - DCIC compete:
I - elaborar, implementar e supervisionar as rotinas de alimentação dos sistemas de cadastro com informações oriundas:
a) do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC;
b) do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos;
c) do Sistema de Informação sobre Mortalidade;
d) de Registros Civis e dados relacionados; e
e) de sistemas que venham a substituí-los;
II - recepcionar, avaliar, manifestando-se e encaminhar às solicitações de compartilhamento e acesso aos dados do SIRC;
III - elaborar e propor mecanismos complementares de mensuração da qualificação dos registros constantes no SIRC, ou sistema que venha a substituí-lo, visando ao aprimoramento dos processos de reconhecimento e manutenção de direitos; e

IV - propor, implantar e supervisionar mecanismos de disponibilização de dados constantes nas bases de registros civis operacionalizados pelo INSS.

Art. 214. À Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios - CGPAG compete:

I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução das atividades de:

a) manutenção de direitos;

b) pagamento de benefícios;

c) acordos de cooperação técnica para desconto de mensalidades associativas em benefícios previdenciários;

d) consignações em benefícios decorrentes de operações de crédito; e

e) relacionamento com agentes pagadores de benefícios;

II - promover a orientação e a uniformização de entendimentos e procedimentos;

III - coordenar:

a) ações de correção dos atos praticados na manutenção de direitos decorrentes de falhas ou de indícios de irregularidade, em observância às diretrizes firmadas pela Coordenação-Geral de Monitoramento e Cobrança Administrativa de Benefícios - CGMOB;

b) a validação mensal da folha de pagamentos de benefícios;

c) execução de:

1. ações preventivas para o controle dos pagamentos de benefícios; e

2. de contratos junto aos prestadores de serviços de pagamentos de benefícios administrados pelo INSS;

d) a formalização e a gestão de acordos de cooperação técnica para:

1. consignações de créditos junto aos prestadores de serviços de pagamentos de benefícios e instituições financeiras; e

2. desconto de mensalidades associativas em benefícios previdenciários;

IV - planejar e coordenar a implementação de ações para a melhoria da qualidade, correção e aprimoramento do pagamento de benefícios;

V - subsidiar a CGEDUC e a ASCOM na elaboração de material de divulgação; e

VI - aplicar penalidades às instituições financeiras e acordantes.

Art. 215. À Coordenação de Pagamentos e Gestão de Benefícios - CPGB compete:

I - coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes e a execução das atividades oriundas da manutenção de direitos, consignações em benefícios e agentes pagadores;

II - analisar as manifestações, o fornecimento de subsídios técnicos e de aplicação de penalidades às instituições e acordantes, oriundos das áreas técnicas; e

III - coordenar, supervisionar e encaminhar as demandas de auditoria de órgãos de controle externos e internos, monitorando os prazos de atendimento.

Art. 216. À Divisão de Manutenção de Direitos - DMAND compete:

I - avaliar e validar mensalmente os cálculos relativos aos pagamentos de benefícios;

II - gerenciar o recadastramento dos benefícios pela rede bancária;

III - gerenciar e:

a) realizar o batimento da folha de pagamento de benefícios com as informações relativas a óbitos; e

b) supervisionar a recuperação de créditos relativos aos pagamentos indevidos aos beneficiários;

IV - gerenciar, elaborar, avaliar, orientar e supervisionar as atividades e os procedimentos operacionais inerentes à manutenção de direitos e ao pagamento de benefícios, executados pelas unidades descentralizadas; e

V - definir as regras relativas à Manutenção de Direitos, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes.

Art. 217. À Divisão de Consignação em Benefícios - DCBEN compete:

I - acompanhar o cumprimento e adotar procedimentos que visem ao repasse dos valores decorrentes:

a) dos contratos firmados com as entidades fechadas de previdência complementar; e

b) dos acordos de cooperação técnica relativos às operações de crédito consignado e aos descontos de mensalidade associativa nos benefícios;

II - formalizar e manter os contratos com as entidades fechadas de previdência complementar, os acordos de cooperação técnica sobre consignações de crédito e sobre desconto associativo, entre INSS, a Dataprev e instituições;

III - promover a articulação com órgãos externos e demais áreas que visem propor alterações de normas e procedimentos nas operações de crédito consignado e desconto associativo;

IV - propor:

a) atualização e adequação de normativos referentes ao crédito consignado, desconto associativo e complementação de pagamentos por entidade fechada de previdência complementar; e

b) à CGPAG a aplicação de sanções administrativas às instituições financeiras e entidades associativas acordantes, conforme previsto nos acordos formalizados no seu âmbito e nas normas vigentes.

Art. 218. À Divisão de Agentes Pagadores - DAGPG compete:

I - gerenciar, avaliar e executar as atividades relacionadas:

a) à gestão dos contratos junto aos prestadores de serviços de pagamentos de benefícios;

b) à implantação e gestão do cadastro dos órgãos pagadores de benefícios e microrregiões; e

c) ao cadastro de agentes contratados para pagamento de benefícios e consignação de créditos bancários;

II - gerenciar, avaliar e supervisionar as atividades relacionadas ao desempenho dos agentes prestadores de serviços de pagamento de benefícios quanto ao não cumprimento de normas e rotinas contratuais, em âmbito nacional;

III - elaborar e propor comunicação à DIROFL quanto ao descumprimento de normas e rotinas contratuais pelos agentes pagadores; e

IV - definir as regras relativas aos agentes pagadores, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes.

Art. 219. À Coordenação-Geral de Monitoramento e Cobrança Administrativa de Benefícios - CGMOB compete:

I - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução de procedimentos relacionados à prevenção, correção e repressão às desconformidades legais em matéria de benefícios e a alterações no CNIS;

II - coordenar, monitorar e supervisionar os procedimentos operacionais de:

a) recepção e tratamento das demandas referentes à apuração de indício de irregularidades e fraudes;

b) cobrança administrativa perante as unidades descentralizadas nos sistemas informatizados; e

c) análise das apurações instauradas;

III - coordenar, subsidiar e supervisionar o desenvolvimento das soluções e dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes; e

IV - gerenciar a realização do cadastro e a instauração das apurações de indícios de irregularidades oriundas das demandas dos órgãos de controle.

Art. 220. À Coordenação de Conformidade e Ações Preventivas - CCAP compete:

I - coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes e a execução das atividades inerentes à conformidade dos benefícios e de alterações no CNIS, bem como voltadas às ações preventivas, no âmbito do controle interno;

II - formular, analisar e coordenar ações de prevenção, revisão e correção de conformidade em benefícios, cuja apuração indique irregularidades, falhas ou inconsistências;

III - definir as regras relativas à Conformidade e Ações Preventivas, subsidiar o desenvolvimento e supervisionar a implantação dos sistemas informatizados, em articulação com as áreas competentes; e

IV - coordenar, supervisionar e encaminhar os subsídios referentes às demandas de órgãos de controle externos e internos, no que tange às ações de conformidade e prevenção de riscos, monitorando os prazos de atendimento.

Art. 221. À Coordenação de Ações Corretivas e Cobrança Administrativa de Benefícios - CACB compete:

I - coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes e execução de medidas voltadas:

a) ao monitoramento, detecção, apuração de irregularidade nos requerimentos, na concessão e manutenção de benefícios previdenciários e assistenciais, certidão de tempo de contribuição e de alterações no CNIS; e

b) à cobrança administrativa em benefícios;

II - coordenar, avaliar e supervisionar a execução de ações corretivas das disfunções detectadas, das apurações de indícios de irregularidade e falhas apontadas pelos órgãos de controle interno e externo, auditoria interna e outras áreas do INSS, junto às Superintendências Regionais - SRs;

III - coordenar, orientar, monitorar e supervisionar as apurações indícios de irregularidades e cobrança administrativa em matéria de benefícios no âmbito nacional;

IV - coordenar e supervisionar:

a) as ações dos Serviços de Monitoramento de Benefícios e Cobrança Administrativa das SRs; e

b) o cadastramento de demandas para apuração de indícios de irregularidades em matéria de benefícios e seus respectivos itens de monitoramento, em conjunto com as SRs;

V - estabelecer e coordenar:

a) o fluxo de priorização das demandas com indícios de irregularidades, em conjunto os Serviços de Monitoramento de Benefícios e Cobrança Administrativa das SRs; e

b) subsidiariamente, a forma de operacionalização das apurações de indícios de irregularidades no âmbito das SRs, com o objetivo de sanar particularidades locais de apuração;

VI - promover o direcionamento das apurações de indícios de irregularidades, em articulação com os demais órgãos externos e entidades envolvidas.

Art. 222. À Coordenação-Geral de Relacionamento com o Cidadão - CGREC compete:

I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução:

a) do atendimento prestado aos usuários do INSS; e

b) das atividades de reconhecimento e manutenção de direitos dos benefícios previdenciários e assistenciais, de cadastro de dados pessoais dos beneficiários, recolhimentos e de contribuições previdenciárias, atendimento de demandas judiciais, compensação previdenciária e apuração de indícios de irregularidades detectados e cobrança administrativa de valores indevidos pagos em benefícios operacionalizados pelo INSS;

II - planejar e coordenar os acordos e instrumentos congêneres relacionados com o atendimento prestado aos usuários do INSS; e

III - coordenar o suporte na formalização de acordos e instrumentos congêneres para compartilhamento de dados em articulação com as áreas competentes interessadas.

Art. 223. À Coordenação de Relacionamento com o Cidadão - CRC compete:

I - coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes e a execução das atividades relacionadas ao funcionamento e à prestação de serviços:

a) das APS;

b) das Centrais de Teleatendimento;

c) dos acordos e instrumentos congêneres relacionados com o atendimento prestado aos usuários do INSS; e

d) dos fluxos relacionados ao atendimento ao cidadão;

II - coordenar o suporte na formalização de acordos e instrumentos congêneres para compartilhamento de dados, em articulação com as áreas competentes interessadas.

Art. 224. À Divisão de Gerenciamento das Agências da Previdência Social - DGAPS compete:

I - gerenciar, monitorar, supervisionar e avaliar as APS, em relação à sua localização, funcionamento, gerenciamento e qualidade;

II - propor, elaborar e divulgar orientações para a manutenção e padronização dos serviços e procedimentos prestados no âmbito das APS;

III - gerenciar, elaborar, propor e avaliar métodos e padrões de mensuração da produtividade e qualidade dos serviços prestados nas APS;

IV - gerenciar, propor, subsidiar e supervisionar a elaboração de planos e a implantação de projetos relacionados à lotação de servidores, à rede de atendimento, à modernização tecnológica e à atualização dos sistemas corporativos de atendimento; e

V - gerenciar as ações para cumprimento das metas estabelecidas, de forma articulada com as SRs.

Art. 225. À Divisão de Melhoria do Atendimento - DIMAT compete:

I - planejar, gerenciar, avaliar e aplicar ações de melhoria contínua da qualidade do atendimento prestado aos usuários do INSS;

II - planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas e diretrizes para a oferta de serviços a serem disponibilizados nos canais de atendimento, alinhada às demais áreas de negócio;

III - avaliar e manifestar-se nas propostas de localização, alteração, instalação e extinção de APS encaminhadas pelas áreas das SR, GEX e órgãos externos para subsidiar a tomada de decisão pela DIRBEN;

IV - elaborar, demandar, avaliar e validar serviços a serem incluídos, alterados ou excluídos relacionados ao atendimento;

V - gerenciar e operacionalizar as informações relativas a:

a) dias não trabalhados;

b) unidades orgânicas do INSS;

c) conversão de códigos de unidades orgânicas do INSS;

d) zona de influência de unidades orgânicas do INSS; e

e) endereços de perícia médica;

VI - gerenciar, supervisionar e avaliar:

a) as atualizações quanto aos dados das unidades orgânicas do INSS e aos dias não trabalhados, de competência das SR e das GEX; e

b) a padronização do atendimento, dos serviços disponibilizados pelos canais de atendimento e do funcionamento das APS.

Art. 226. À Coordenação de Administração de Resultados - CADR compete planejar, organizar, coordenar, supervisionar e promover a formulação de normas, diretrizes para execução das atividades de gestão e fluxo operacionais das demandas de:

I - cadastro de dados pessoais dos beneficiários, de recolhimentos e de contribuições previdenciárias e dos demais assuntos relativos ao CNIS;

II - reconhecimento e manutenção de direitos dos benefícios previdenciários e assistenciais;

III - compensação previdenciária;

IV - apuração de indícios de irregularidades detectados e cobrança administrativa de valores indevidos pagos em benefícios operacionalizados pelo INSS; e

V - atendimento de demandas judiciais em matéria de benefícios operacionalizados pelo INSS.

Art. 227. À Divisão de Organização das Centrais de Análise - DOCA compete:

I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar, padronizar e orientar a formulação de normas e diretrizes para a execução, alinhadas às demais áreas de negócio, das atividades de gestão e fluxo operacionais das atividades de:

a) cadastro de dados pessoais dos beneficiários, de recolhimentos e de contribuições previdenciárias e dos demais assuntos relativos ao CNIS;
b) reconhecimento e manutenção de direitos dos benefícios previdenciários e assistenciais;
c) compensação previdenciária;
d) apuração de indícios de irregularidades detectados e cobrança administrativa de valores indevidos pagos em benefícios operacionalizados pelo INSS; e
e) atendimento de demandas judiciais em matéria de benefícios operacionalizados pelo INSS;
II - elaborar, demandar, avaliar e validar serviços a serem incluídos, alterados ou excluídos relacionados às atividades de gestão e fluxo operacional relacionadas aos serviços vinculados a sua competência.
Art. 228. À Divisão de Gerenciamento da Produção das Centrais de Análise - DPCEN compete:
I - gerenciar, supervisionar e avaliar a produção das atividades de:
a) cadastro de dados pessoais dos beneficiários, de recolhimentos e de contribuições previdenciárias e dos demais assuntos relativos ao CNIS;
b) reconhecimento e manutenção de direitos dos benefícios previdenciários e assistenciais;
c) compensação previdenciária;
d) apuração de indícios de irregularidades detectados e cobrança administrativa de valores indevidos pagos em benefícios operacionalizados pelo INSS; e
e) atendimento de demandas judiciais em matéria de benefícios operacionalizados pelo INSS;
II - propor, supervisionar e avaliar métodos de mensuração e acompanhamento da produtividade das atividades relacionadas no inciso I;
III - planejar, coordenar, supervisionar, gerenciar, orientar, avaliar e executar ações, projetos e programas que proporcionem a melhoria da produção das atividades relacionadas no inciso I; e
IV - elaborar estudos técnicos acerca do dimensionamento da força de trabalho relativos às atividades relacionadas no inciso I.
Art. 229. À Coordenação-Geral de Suporte ao Atendimento - CGSAT compete:
I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução do atendimento prestado aos usuários do INSS por intermédio dos acordos de cooperação técnica e das Centrais de Teleatendimento; e
II - coordenar e supervisionar ações relativas à/aos:
a) prestação de informações gerenciais;
b) sistemas compostos pelas bases dos dados da área de benefícios e atendimento;
c) gestão de atos normativos da área de benefícios; e
d) formalização de acordos e instrumentos congêneres para compartilhamento de dados, em articulação com as áreas competentes.
Art. 230. À Divisão de Gerenciamento das Centrais de Teleatendimento - DGCT compete:
I - relativamente às centrais de teleatendimento:
a) planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução;
b) planejar, gerenciar, avaliar e aplicar ações de melhoria contínua da qualidade do atendimento prestado;
c) elaborar, demandar, avaliar e validar serviços a serem incluídos, alterados ou excluídos;
d) gerenciar, elaborar, propor e avaliar a qualidade da execução dos serviços e das informações prestadas;
e) gerenciar, monitorar e controlar o seu funcionamento; e
f) gerenciar, supervisionar e avaliar, com ênfase na padronização de fluxos e procedimentos de atendimento;
II - gerenciar e orientar gestores de contrato quanto à fiscalização dos contratos das centrais de teleatendimento, com relação aos fluxos e procedimentos de atendimento;
III - fornecer:
a) subsídios a PFE a fim de embasar os pareceres dos gestores ou fiscais quanto às demandas de processos inerentes aos contratos; e
b) informações e realização de cálculos de reequilíbrio, repactuação, encontro de contas, confecção de planilha de custos e prorrogação contratual e faturas para envio à área competente.
Art. 231. À Divisão de Gerenciamento de Acordos de Cooperação - DGACO compete:
I - relativamente ao atendimento prestado aos usuários do INSS:
a) planejar, gerenciar, avaliar e executar ações que proporcionem a melhoria contínua da qualidade do atendimento, por meio de acordos e instrumentos congêneres;
b) planejar, organizar, coordenar e orientar a formulação de normas, diretrizes e a execução dos acordos e instrumentos congêneres;
c) gerenciar, supervisionar, fiscalizar e avaliar os acordos de cooperação técnica de abrangência nacional firmados pelo INSS; e
d) supervisionar e orientar as ações de formalização, acompanhamento, manutenção e monitoramento dos acordos de cooperação técnica firmados no âmbito das SR e GEX e outros estabelecidos pelo INSS;
II - prestar suporte na formalização de acordos e instrumentos congêneres para compartilhamento de dados, em articulação com as áreas competentes interessadas.
Art. 232. À Divisão de Gerenciamento de Informações - DGINF compete:
I - monitorar e avaliar os sistemas de informações gerenciais compostos pelas bases dos dados da área de benefícios e de atendimento, e propor ações de melhoria e atualizações;
II - realizar o acompanhamento estatístico e gerencial da execução dos projetos e atividades, consolidando as informações;
III - aperfeiçoar padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade dos serviços e benefícios de:
a) reconhecimento de direitos;
b) manutenção de benefícios;
c) administração de informações ao segurado;
d) monitoramento de benefícios e cobrança;
e) serviço social; e
f) reabilitação profissional;
IV - desenvolver análises e pesquisas sobre séries históricas e a tendência de oscilações e anomalias, relacionadas aos serviços e benefícios;
V - gerenciar, orientar e supervisionar a utilização dos sistemas de informações gerenciais de benefícios;
VI - monitorar a disponibilização de acessos aos sistemas de informações gerenciais para servidores internos, bem como os acessos para externos; e
VII - avaliar, elaborar e disponibilizar as informações solicitadas por áreas internas e órgãos externos à autarquia, observando o disposto nas normas vigentes de acesso e segurança da informação.
Art. 233. À Divisão de Gestão de Atos Normativos de Benefícios - DGAN compete:
I - gerenciar e:
a) auxiliar as áreas técnicas nas ações de elaboração, alteração, consolidação e revogação de atos normativos infralegais relacionados à operacionalização dos serviços e à análise de benefícios;
b) promover ações para otimizar a padronização quanto à forma de elaboração dos atos normativos infralegais, em atendimento aos padrões de estrutura e redação estabelecidos na legislação vigente;
II - analisar previamente as propostas de atos normativos de competência da DIRBEN quanto às regras de elaboração, indicando possíveis conflitos entre o ato proposto e outros normativos vigentes, ressalvadas as competências da PFE;
III - gerenciar a elaboração de materiais de suporte, como guias, manuais, tutoriais e demais instrumentos relacionados à operacionalização dos serviços e à análise de benefícios, em articulação com as áreas técnicas; e
IV - administrar e atualizar a ferramenta institucional de disponibilização dos atos normativos internos, guias, manuais, tutoriais e demais instrumentos relacionados à operacionalização dos serviços e à análise de benefícios, em articulação com a ASCOM.
Seção VI
Das Unidades Descentralizadas
Art. 234. Compete às Superintendências Regionais - SR, subordinadas ao Presidente, no âmbito de sua abrangência:
I - organizar, coordenar, supervisionar e avaliar a gestão das GEX;
II - submeter ao Presidente o Plano de Ação da SR, em conformidade com as diretrizes do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Ação do INSS e em articulação com a DIGOV;
III - acompanhar:
a) o Planejamento Estratégico e o Plano Anual de Ação; e
b) a execução do Programa de Gestão e Desempenho - PGD;
IV - prover o suporte ao funcionamento das atividades da Perícia Médica Federal, das Auditoria Regionais, das Corregedorias Regionais, das Procuradorias Regionais e Seccionais e de outros órgãos que colaborem no desempenho das atividades do INSS;
V - observadas as diretrizes da:
a) DIROFL, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades de:
1. orçamento, finanças e contabilidade;
2. logística;
3. licitações e contratos;
4. documentação e informação; e
5. engenharia e patrimônio imobiliário;
b) DGP, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de gestão de pessoas relacionadas à/às:
1. administração de pessoal;
2. avaliação de desempenho;
3. ações educacionais, de desenvolvimento, e de educação previdenciária;
4. saúde e qualidade de vida no trabalho; e
5. responsabilidade socioambiental;
c) DIGOV, coordenar, supervisionar e monitorar projetos e atividades relacionadas à/ao:
1. à governança;
2. à gestão de riscos;
3. à integridade;
4. à conformidade;
5. à proteção de dados pessoais;
6. ao planejamento institucional; e
7. aos órgãos de controle e auditoria interna;
d) DTI, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à:
1. operacionalização dos serviços de atendimento das demandas de informática;
2. política de segurança da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais; e
3. execução das normas, processos, políticas, recomendações e padrões de tecnologia da informação e comunicação;
e) DIRBEN, coordenar, supervisionar e monitorar as atividades executadas pelas unidades vinculadas, relacionadas à/ao:
1. administração de informações ao segurado;
2. reconhecimento de direitos;
3. manutenção de benefícios;
4. monitoramento de benefícios e cobrança administrativa;
5. serviço social;
6. reabilitação profissional; e
7. suporte técnico especializado;
f) ASCOM, apoiar e executar as ações de comunicação social e de representação política e social do INSS;
g) Ouvidoria, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao atendimento de demandas de ouvidoria e do SIC;
VI - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações destinadas a promover a efetiva e tempestiva prestação dos serviços disponibilizados pelos canais remotos, unidades de atendimento e entidades parceiras;
VII - promover o controle social, em especial por meio da manutenção dos Conselhos de Previdência Social; e
VIII - constituir cadastro de servidores para atuar em processos de tomada de contas especial, de acordo com as diretrizes da DIROFL.
§ 1º O reconhecimento de direitos abrange os serviços relacionados ao reconhecimento inicial de direitos, seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal, revisão de direitos, recurso de benefícios, acordos internacionais e compensação previdenciária.
§ 2º Incumbe ao Superintendente Regional:
I - de acordo com as diretrizes da DIROFL:
a) em relação a processo de tomada de contas especial:
1. designar tomador de contas ou comissão para atuar nos processos; e
2. determinar a instauração do processo de tomada de contas especial;
b) em relação às licitações, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres:
1. autorizar a abertura de processo licitatório e o desfazimento de bens móveis e materiais;
2. decidir recursos relativos à aplicação de sanção;
3. emitir ato autorizativo e despacho decisório de despesas;
4. ratificar os atos de dispensa e inexigibilidade de licitações, quando couber; e
5. reconhecer despesas de exercícios anteriores, em conjunto com o Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística e a chefia da área cujas atribuições se correlacionam com o objeto principal da despesa a ser reconhecida;
II - determinar que se proceda à cobrança administrativa, sempre que ocorrer dano que resulte em prejuízo ao erário, inclusive de agente público;
III - propor a alienação, a permuta, a alteração da classificação de uso e a aquisição de bens imóveis;
IV - homologar laudos de avaliação de imóveis, com subsídio da Divisão de Engenharia e Patrimônio Imobiliário;
V - representar o INSS:
a) em procedimentos administrativos e judiciais envolvendo patrimônio mobiliário e imobiliário, com poderes de decisão acerca de cobrança e débitos, inclusive quanto a parcelamentos e financiamentos; e
b) para a prática dos atos necessários à obtenção de certidões relativas ao pagamento de tributos e contribuições, inclusive do FGTS, bem como para retificar documentos de arrecadação de receitas;
VI - ordenar despesas nas Unidades Gestoras do INSS e FRGPS;
VII - aprovar a programação anual de capacitação das GEX;
VIII - autorizar a execução de projetos de capacitação das GEX; e
IX - decidir recursos interpostos contra decisões administrativas proferidas no âmbito da Coordenação de Gestão de Pessoas - COGP da SR, em matérias afetas à legislação de pessoal.
Art. 235. Ao Setor Técnico Administrativo - STADM compete:
I - receber, selecionar, protocolar, classificar, registrar, controlar, tramitar e expedir correspondências, expedientes, processos e demais documentos;
II - levantar a necessidade de material permanente e de consumo;
III - gerenciar o:
a) registro, as solicitações e as movimentações de material permanente; e
b) respectivo acervo documental e arquivo corrente;
IV - solicitar reparos e manutenção em material permanente e instalações;
V - catalogar e manter arquivo referente a publicações de interesse do serviço;

VI - providenciar impressões, digitalizações, cópias reprográficas ou digitais; e
VII - efetuar as convocações dos servidores da unidade.
Art. 236. À Assessoria de Comunicação Social - ACS compete:
I - gerenciar e executar, em sua circunscrição, observadas as diretrizes e orientações estabelecidas pela ASCOM, as atividades de:
a) comunicação social, publicidade legal, relações públicas e identidade visual do INSS; e
b) jornalismo e relacionamento com a mídia, rádio, TV e jornais;
II - gerenciar planos, projetos, programas e campanhas, visando ao fortalecimento da imagem da autarquia junto ao público interno e externo, em conjunto com as demais áreas;
III - acompanhar os produtos, as ações e os projetos elaborados pelas Seções de Comunicação Social das GEX, em articulação com as demais áreas do Instituto;
IV - planejar e desenvolver a comunicação interna, enfatizando a missão, visão, valores e objetivos da Instituição;
V - difundir e acompanhar o uso adequado da identidade visual do INSS, materiais gráficos, audiovisuais e de web produzidos no âmbito do Instituto, em consonância com as regras, normas e diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Comunicação Institucional - CCI, destinados à divulgação interna e externa; e
VI - orientar os usuários da SR quanto à publicação e pesquisa de atos e normas no portal do INSS na Intranet.
Art. 237. Ao Serviço de Governança e Planejamento - SEGPLAN compete:
I - monitorar, no âmbito da SR e suas unidades vinculadas:
a) os resultados das ações e projetos descentralizados do Plano de Ação do INSS;
b) a resolubilidade no tratamento das demandas de ouvidoria e do SIC;
c) o atendimento às demandas oriundas dos órgãos de controle e de auditoria interna; e
d) as ações referentes à proteção de dados pessoais e privacidade;
II - apoiar metodologicamente;
a) a elaboração de projetos regionais, utilizando ferramenta sistêmica disponibilizada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPLAN; e
b) o mapeamento de processos de trabalho, atuando junto à Coordenação de Gerenciamento de Projetos e Processos - COPROJ;
III - consolidar e monitorar o Plano de Ação Regional, em articulação com as áreas de negócio, observadas as diretrizes do Superintendente Regional e do planejamento estratégico do INSS; e
IV - acompanhar a implementação e monitorar políticas, programas, planos e ações, em consonância com as diretrizes da DIGOV, relacionados às áreas de gestão de riscos, integridade e conformidade.
Art. 238. Ao Serviço de Tecnologia da Informação - SETI compete:
I - gerenciar a operacionalização dos serviços de atendimento das demandas de informática nas unidades vinculadas;
II - executar os serviços de atendimento das demandas de informática, no âmbito da SR; e
III - apoiar o gerenciamento da:
a) política de segurança da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais; e
b) execução das normas, processos, políticas, recomendações e padrões de tecnologia da informação e comunicação estabelecidos pela DTI.
Art. 239. Ao Serviço de Gerenciamento de Sistemas de Atendimento e Benefícios - SEGSIS compete:
I - cadastrar, alterar e excluir os gestores de acesso aos sistemas, para as unidades vinculadas tecnicamente às áreas de atendimento e benefícios;
II - comunicar:
a) à Coordenação de Gestão de Relacionamento com o Cidadão - COREC e à DIRBEN, tempestivamente, sobre as indisponibilidades e inconsistências dos sistemas; e
b) no âmbito da SR e demais unidades descentralizadas, os relatórios das versões, guias e manuais dos sistemas;
III - sugerir melhorias para os sistemas de atendimento e de benefícios, conforme necessidades identificadas;
IV - auxiliar a COREC e a Coordenação de Gestão de Benefícios - COBEN, nas questões relacionadas ao suporte de sistemas;
V - colaborar na especificação e na homologação de sistemas de atendimento e benefícios; e
VI - orientar sobre os procedimentos a serem adotados com relação às inconsistências dos sistemas.
Art. 240. À Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística - COFL compete:
I - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades de logística, licitações e contratos, patrimônio mobiliário e imobiliário, engenharia, orçamento, finanças, contabilidade, documentação e informação da SR e de suas unidades vinculadas;
II - coordenar:
a) a aquisição, utilização, manutenção e desfazimento de material permanente e de consumo; e
b) as atividades inerentes à tomada de contas especial;
III - coordenar, monitorar, supervisionar e avaliar a gestão das despesas operacionais, em consonância com a programação orçamentária e observadas as diretrizes da DIROFL;
IV - subsidiar a COREC nas análises regionais relacionadas à localização, alteração e instalação das unidades de atendimento do INSS;
V - prover o suporte logístico, orçamentário e financeiro para o funcionamento das:
a) atividades da Perícia Médica Federal, em sua área de abrangência; e
b) Auditorias Regionais, das Corregedorias Regionais, das Procuradorias Regionais e Seccionais e de outros órgãos que colaborem no desempenho das atividades do INSS.
Parágrafo único. Incumbe ao Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística:
I - constituir comissões;
II - autorizar a transferência de veículos oficiais;
III - em relação às licitações, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, observadas as diretrizes da DIROFL:
a) instituir equipe de planejamento de contratação, com a indicação das unidades requisitantes;
b) autorizar:
1. as contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e
2. a instauração do procedimento de apuração de irregularidades contratuais e aplicar sanção administrativa;
c) constituir comissões, designar pregoeiros, leiloeiros, agentes de contratação e suas respectivas equipes de apoio;
d) assinar edital, adjudicar, homologar, anular, revogar, decidir recursos e julgar irregularidades em certames licitatórios;
e) firmar e rescindir contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;
f) designar gestores e fiscais de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, com a indicação das unidades requisitantes, emitir atestado de capacidade técnica e demais atos necessários à gestão contratual;
g) decidir recursos de processos de ressarcimento ou de indenizações; e
IV - em relação à gestão do patrimônio e gerenciamento imobiliário:
a) assinar escrituras, liberar hipoteca e demais atos relativos à situação e regularização dominial, à utilização, destinação, incorporação, baixa, e ocupação de imóveis e às operações imobiliárias;
b) autorizar a locação de bens imóveis próprios ou de terceiros, bem como proceder à adjudicação do objeto, observado o estabelecido em normas e regulamentos;
c) outorgar procuração com poderes específicos para as instituições financeiras representarem o INSS no ato de celebração das escrituras, bem como nos demais atos necessários à administração e manutenção dos contratos imobiliários; e
d) adjudicar o objeto, bem como homologar os procedimentos relativos à alienação de bens imóveis.
Art. 241. Ao Setor de Demandas Judiciais e de Controle em Orçamento, Finanças e Logística - SEJUC-OFL compete:
I - compilar, elaborar, fornecer subsídios e responder a demandas judiciais, de órgãos de controle interno e externo e de auditoria interna, bem como demandas de outros órgãos ou instituições externas;
II - acompanhar as demandas de ouvidoria; e
III - solicitar a:
a) designação de assistente técnico para acompanhar as ações judiciais; e
b) propositura de ações ou outras providencias judiciais, sempre que necessário.
Art. 242. Ao Setor de Gestão Documental - LOG-DOC compete:
I - acompanhar os arquivos setoriais quanto à observância de normas gerais do trabalho arquivístico;
II - auxiliar os arquivos setoriais na execução dos procedimentos de transferência de locais de arquivamento de acervos;
III - planejar e aferir quanto à infraestrutura adequada para guarda e armazenamento documental, mediante auxílio da área de engenharia e arquitetura, quando necessário;
IV - administrar os Cedocprev;
V - propor e acompanhar a aplicação do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade no âmbito do Cedocprev;
VI - armazenar e digitalizar processos e documentos;
VII - identificar conjuntos documentais passíveis de eliminação, desde que estejam destituídos de valor administrativo, fiscal, histórico ou científico, e atuar em processos para sua eliminação;
VIII - elaborar projeto de organização de acervo que esteja sob risco de perda de informação; e
IX - identificar e manter o acesso e preservação dos documentos que mereçam guarda permanente por seus valores histórico e científico.
Art. 243. À Divisão de Logística, Licitações e Contratos - DLLC compete:
I - gerenciar, monitorar e avaliar as atividades de logística e de licitações e contratos;
II - gerenciar e operacionalizar as atividades junto aos sistemas estruturantes e institucionais;
III - propor à COFL a:
a) constituição de comissões; e a instituição de equipe de planejamento de contratação; e
b) designação de:
1. gestores e fiscais de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, com a indicação das unidades requisitantes;
2. servidor para representar o INSS como assistente técnico em demandas judiciais e administrativas relacionadas à área de atuação; e
3. pregoeiros, leiloeiros, agentes de contratação e suas respectivas equipes de apoio;
IV - coordenar, supervisionar e orientar a elaboração de projeto básico, plano de trabalho e termo de referência na sua área de atuação;
V - planejar e orientar quanto à infraestrutura adequada para guarda e armazenamento dos documentos;
VI - analisar as solicitações de suprimento de fundos;
VII - orientar e prestar suporte técnico às unidades descentralizadas nas atividades de logística; e
VIII - autorizar a instauração do procedimento de apuração de ressarcimento ou indenização provenientes de licitações, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, e emitir respectiva decisão.
Art. 244. Ao Serviço de Licitações - SERLIC compete:
I - instruir e gerenciar processos de contratação;
II - executar licitações e contratações diretas;
III - compor a equipe de planejamento da contratação e atuar na elaboração de Estudo Técnico Preliminar - ETP, Termo de Referência - TR ou Projeto Básico e pesquisa de preços para novas contratações;
IV - elaborar e gerenciar atas de registro de preços; e
V - atuar na elaboração do planejamento de contratação anual.
Art. 245. Ao Setor de Apuração e Cobrança - LOG-APUR compete:
I - analisar indícios de irregularidades de licitação e descumprimentos contratuais relatados pelo responsável pelo certame e pela gestão ou fiscalização de contrato;
II - instruir procedimentos de aplicação de sanções, com a respectiva valoração, quando pecuniárias;
III - propor instauração de procedimentos administrativos, aplicação de penalidades e rescisões contratuais;
IV - executar e controlar procedimentos relativos às garantias contratuais;
V - instaurar e instruir processos administrativos de apuração de irregularidades em licitações, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres; e
VI - executar procedimentos de cobrança de multas, ressarcimentos e indenizações.
Art. 246. Ao Setor de Contratos de Limpeza e Conservação - LOG-LIMP compete:
I - instaurar processos de contratação e atuar na fase preparatória de planejamento de contratos de limpeza, conservação e higienização;
II - emitir documentos de formalização de demanda, quando necessário, no caso de impossibilidade de prorrogação ou rescisão contratual;
III - executar:
a) os procedimentos necessários para celebração dos contratos pela autoridade competente; e
b) as atividades de gestão e fiscalização técnica e administrativa;
IV - gerenciar, monitorar e orientar as atividades de fiscalização setorial;
V - fornecer subsídios para emissão de atestados de capacidade técnica;
VI - instaurar, instruir e executar processos de reconhecimento de despesas não contratuais;
VII - aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os serviços contratados, mediante subsídios da área técnica, caso seja necessário; e
VIII - instaurar e instruir processos de ressarcimento ou indenização provenientes da execução contratual.
Art. 247. Ao Setor de Contratos de Vigilância - LOG-VIG compete:
I - instaurar processos de contratação e atuar na fase preparatória de planejamento de contratos de vigilância;
II - emitir documentos de formalização de demanda, quando necessário, no caso de impossibilidade de prorrogação ou rescisão contratual;
III - executar:
a) os procedimentos necessários para celebração dos contratos pela autoridade competente; e
b) as atividades de gestão e fiscalização técnica e administrativa;
IV - gerenciar, monitorar e orientar as atividades de fiscalização setorial;
V - fornecer subsídios para emissão de atestados de capacidade técnica;
VI - instaurar, instruir e executar processos de reconhecimento de despesas não contratuais;
VII - aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os serviços contratados, mediante subsídios da área técnica, caso seja necessário; e

VIII - instaurar e instruir processos de ressarcimento ou indenização provenientes da execução contratual.

Art. 248. Ao Setor de Contratos Imobiliários e de Engenharia - LOG-EPI compete:

I - gerenciar, orientar e executar atividades de gestão e fiscalização administrativa relacionadas aos contratos, acordos e termos de cessão, compartilhamento, locação de imóveis próprios ou de terceiros, serviços de engenharia e obras, dentre outros relacionados à matéria de engenharia, patrimônio e gerenciamento imobiliário;

II - realizar os procedimentos para pagamento das despesas referentes a taxas, condomínios, aluguéis, dentre outras, relativas a imóveis e engenharia, mediante subsídios da área técnica;

III - executar e elaborar os atos preparatórios à instrução processual, mediante subsídios da área de engenharia e patrimônio imobiliário, caso necessário;

IV - emitir documentos de formalização de demanda, quando necessário, no caso de impossibilidade de prorrogação ou rescisão contratual;

V - executar os procedimentos necessários para celebração dos contratos pela autoridade competente;

VI - gerenciar, monitorar e orientar as atividades de fiscalização setorial, em articulação com a área de engenharia e patrimônio imobiliário, se necessário;

VII - fornecer subsídios para emissão de atestados de capacidade técnica;

VIII - instaurar, instruir e executar processos de reconhecimento de despesas não contratuais;

IX - aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os serviços contratados, mediante subsídios da área técnica, caso seja necessário; e

X - instaurar e instruir processos de ressarcimento ou indenização provenientes da execução contratual.

Art. 249. Ao Setor de Contratos de Concessionárias e Telefonia - LOG-CONC compete:

I - instaurar processos de contratação e atuar na fase preparatória de planejamento de contratos de serviços de concessionárias e telefonia;

II - emitir documentos de formalização de demanda, quando necessário, no caso de impossibilidade de prorrogação ou rescisão contratual;

III - executar:

a) os procedimentos necessários para celebração dos contratos pela autoridade competente; e

b) as atividades de gestão e fiscalização técnica e administrativa;

IV - gerenciar, monitorar e orientar as atividades de fiscalização setorial;

V - fornecer subsídios para emissão de atestados de capacidade técnica;

VI - instaurar, instruir e executar processos de reconhecimento de despesas não contratuais;

VII - aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os serviços contratados, mediante subsídios da área técnica, caso seja necessário; e

VIII - instaurar e instruir processos de ressarcimento ou indenização provenientes da execução contratual.

Art. 250. Ao Setor de Contratos Diversos - LOG-DIV compete:

I - instaurar processos de contratação e atuar na fase preparatória de planejamento de contratos de serviços diversos, observadas as competências das unidades requisitantes, tais como:

a) apoio administrativo;

b) reprografia;

c) fretamento de embarcações;

d) estiva; e

e) órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção;

II - emitir documentos de formalização de demanda, quando necessário, no caso de impossibilidade de prorrogação ou rescisão contratual, ressalvadas as competências das unidades requisitantes;

III - executar:

a) os procedimentos necessários para celebração dos contratos pela autoridade competente; e

b) as atividades de gestão e fiscalização técnica e administrativa, quando cabível;

IV - gerenciar, monitorar e orientar as atividades de fiscalização setorial, em articulação com as respectivas áreas técnicas;

V - fornecer subsídios para emissão de atestados de capacidade técnica;

VI - instaurar, instruir e executar processos de reconhecimento de despesas não contratuais;

VII - aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os serviços contratados, mediante subsídios da área técnica, caso seja necessário; e

VIII - instaurar e instruir processos de ressarcimento ou indenização provenientes da execução contratual.

Art. 251. Ao Setor de Suprimentos e Transporte - LOG-SUT compete:

I - instaurar processos de contratação e atuar na fase preparatória de planejamento de contratos de aquisições e serviços de material e de transporte, observadas as competências das unidades requisitantes;

II - emitir documentos de formalização de demanda, quando necessário, no caso de impossibilidade de prorrogação ou rescisão contratual;

III - executar:

a) os procedimentos necessários para celebração dos contratos pela autoridade competente; e

b) as atividades de gestão e fiscalização técnica e administrativa;

IV - gerenciar, monitorar e orientar as atividades de fiscalização setorial;

V - fornecer subsídios para emissão de atestados de capacidade técnica;

VI - instaurar, instruir e executar processos de reconhecimento de despesas não contratuais;

VII - aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os serviços contratados, mediante subsídios da área técnica, caso seja necessário;

VIII - confeccionar e propor estudos de racionalização relacionados aos contratos de aquisições ou serviços de material;

IX - controlar, armazenar e distribuir bens;

X - gerenciar estoques e demandas;

XI - orientar e executar atividades inerentes ao patrimônio mobiliário;

XII - promover o acompanhamento, recebimento e armazenamento de materiais, realizando os registros de entrada e saída dos referidos bens;

XIII - acompanhar os níveis de estoque e propor ações, no caso de impossibilidade de prorrogação ou rescisão contratual;

XIV - proceder ao recadastramento de materiais permanentes e aos inventários de materiais permanentes e de consumo;

XV - propor e instruir processos e procedimentos para recuperação, desfazimento e alienação de materiais;

XVI - gerir sistema de gestão de transportes, bem como os respectivos deslocamentos cadastrados;

XVII - propor a concessão de suprimentos de fundos;

XVIII - supervisionar as condições de uso e da identidade visual dos veículos e comunicar às unidades competentes da necessidade de manutenção e de desfazimento;

XIX - formalizar o processo para a realização do licenciamento anual dos veículos próprios;

XX - analisar as multas dos veículos próprios e instruir processo para pagamento;

XXI - manter controle físico, contábil e financeiro de materiais; e

XXII - instaurar e instruir processos de:

a) apuração de dano ou extravio de bens; e

b) ressarcimento ou indenização provenientes da execução contratual.

Art. 252. À Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DIOFC compete:

I - gerenciar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas:

a) ao orçamento, finanças e contabilidade do INSS e FRGPS, realizadas no âmbito dos Setores Especializados sob sua responsabilidade;

b) à elaboração de proposta orçamentária;

c) à movimentação e detalhamento de créditos orçamentários e recursos financeiros entre a Administração Central e a SR;

d) à atualização do rol de responsáveis da SR, no âmbito das unidades gestoras;

e) aos procedimentos pertinentes às obrigações tributárias principais e acessórias;

f) ao recebimento, registro, controle e liberação de cauções;

g) à Tomada de Contas Especial;

h) às atividades de ateste, empenho, pendências, apropriação e comprovação de pagamentos; e

i) à conformidade de registro de gestão;

II - solicitar à DIROFL o credenciamento dos ordenadores e dos gestores financeiros das unidades gestoras;

III - gerenciar, monitorar e analisar o balanço orçamentário, financeiro e patrimonial e as demonstrações das variações patrimoniais do INSS e do FRGPS;

IV - executar o cadastramento de usuários nas unidades gestoras;

V - providenciar, perante os municípios, a escrituração contábil do recolhimento do Imposto sobre Serviço, para fins de emissão de guia do recolhimento da retenção;

VI - atender solicitações sobre pagamentos, inclusive recolhimento de tributos, taxas e contribuições; e

VII - exercer a gestão contábil do INSS e do FRGPS.

Parágrafo único. Incumbe ao Chefe da Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

I - atuar como gestor financeiro e orçamentário das unidades gestoras do INSS e FRGPS; e

II - indicar representante do INSS para atuar como assistente técnico em demandas judiciais e administrativas.

Art. 253. Ao Serviço de Contabilidade - SERCONT compete, no âmbito da SR:

I - gerenciar, acompanhar e avaliar:

a) os registros dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

b) a atualização de rol de responsáveis;

c) a análise dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e as demonstrações das variações patrimoniais;

d) o registro e conciliação contábeis dos contratos de prestação de serviços, fornecimento de bens e locações e seus termos aditivos ou apostilamentos subsequentes;

e) o registro e conciliação dos inventários de materiais de consumo, permanente e bens imóveis e demais contas inventariadas;

f) a análise e reclassificação contábil de despesa e receita;

g) a análise, registro e conciliações contábeis de reconhecimento de passivo anterior, proveniente de despesas de exercícios anteriores;

h) as atividades relacionadas aos registros contábeis das garantias contratuais;

i) as atividades de inclusão, suspensão e exclusão de nomes de responsáveis pelo pagamento de débitos no CADIN; e

j) os procedimentos pertinentes às obrigações tributárias principais e acessórias;

II - executar as atividades relativas aos procedimentos de conformidade contábil, emissão do Relatório de Inconsistências Contábeis e Declaração de Contador; e

III - emitir relatórios gerenciais para suporte ao Ordenador de Despesas.

Art. 254. Ao Setor de Contabilidade - SCON compete, no âmbito da SR:

I - registrar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

II - executar:

a) a atualização de rol de responsáveis;

b) a análise dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e as demonstrações das variações patrimoniais;

c) o registro e conciliação contábeis dos contratos de prestação de serviços, fornecimento de bens e locações e seus termos aditivos ou apostilamentos subsequentes;

d) os registros e conciliação contábeis dos inventários de materiais de consumo, permanente e bens imóveis e demais contas inventariadas;

e) a análise e a reclassificação contábil de despesa e receita;

f) a análise, registro e conciliações contábeis de reconhecimento de passivo anterior, proveniente de despesas de exercícios anteriores;

g) as atividades relacionadas aos registros contábeis das garantias contratuais;

h) as atividades de inclusão, suspensão e exclusão de nomes de responsáveis pelo pagamento de débitos no CADIN;

i) os procedimentos pertinentes às obrigações tributárias principais e acessórias; e

j) a notificação ao agente arrecadador sobre a autenticidade de guias de recolhimento, para regularização;

III - orientar sobre dúvidas tributárias, alíquotas e códigos de recolhimento.

Art. 255. Ao Setor de Despesas sem Mão de Obra - OFC-SMO compete:

I - executar as atividades de análise, empenho, liquidação e pagamento das despesas sem mão de obra, conforme normativos da DIROFL;

II - gerenciar, orientar, avaliar e efetuar a execução orçamentária e financeira das despesas definidas em normativos internos;

III - promover a emissão de empenho de passivo anterior; e

IV - controlar, executar, baixar e indicar a existência de saldo dos empenhos inscritos em Restos a Pagar das despesas realizadas pelo setor.

Art. 256. Ao Setor de Despesas com Mão de Obra - OFC-CMO compete:

I - executar as atividades de análise, empenho, liquidação e pagamento das despesas com mão de obra, conforme normativos da DIROFL;

II - gerenciar, orientar, avaliar e efetuar a execução orçamentária e financeira das despesas definidas em normativos internos;

III - promover a emissão de empenho de passivo anterior; e

IV - controlar, executar, baixar e indicar a existência de saldo dos empenhos inscritos em Restos a Pagar das despesas realizadas pelo setor.

Art. 257. Ao Setor de Despesas de Pessoal - OFC-PESS compete:

I - executar as atividades de análise, empenho, liquidação e pagamento das despesas de pessoal, conforme normativos da DIROFL;

II - gerenciar, orientar, avaliar e efetuar a execução orçamentária e financeira das despesas definidas em normativos internos;

III - promover a emissão de empenho de passivo anterior; e

IV - controlar, executar, baixar e indicar a existência de saldo dos empenhos inscritos em Restos a Pagar das despesas realizadas pelo setor.

Art. 258. Ao Setor de Despesas de Benefícios - OFC-BENEF compete:

I - executar as atividades de análise, empenho, liquidação e pagamento das despesas de benefícios, conforme normativos da DIROFL;

II - gerenciar, orientar, avaliar e efetuar a execução orçamentária e financeira das despesas definidas em normativos internos;

III - promover a emissão de empenho de passivo anterior; e

IV - controlar, executar, baixar e indicar a existência de saldo dos empenhos inscritos em Restos a Pagar das despesas realizadas pelo setor.

Art. 259. Ao Setor de Despesas de Procuradoria - OFC-PROC compete:

I - executar as atividades de análise, empenho, liquidação e pagamento das despesas de procuradoria, definidas em normativos da DIROFL;

II - gerenciar, orientar, avaliar e efetuar a execução orçamentária e financeira das despesas definidas em normativos internos;

III - promover a emissão de empenho de passivo anterior; e

IV - controlar, executar, baixar e indicar a existência de saldo dos empenhos inscritos em Restos a Pagar das despesas realizadas pelo setor.

Art. 260. Ao Setor de Tomada de Contas Especial - OFC-TCE compete:

I - gerenciar, orientar e avaliar os processos de tomada de contas provenientes das comissões ou do tomador de contas;

II - monitorar os processos de Tomada de Contas Especial inseridos em sistema corporativo pelas comissões temporárias; e

III - atender a demandas internas ou externas oriundas de Tomada de Contas Especial decorrentes das diversas áreas.

Art. 261. À Divisão de Engenharia e Patrimônio Imobiliário - DENGPAI compete:

I - gerenciar, monitorar, avaliar e executar:

a) o Plano de Obras e Serviços de Engenharia e demais planos e programas relacionados à área de engenharia, patrimônio imobiliário e gerenciamento imobiliário;

b) a instrução de procedimentos relacionados à caracterização, cadastro, identificação, classificação de uso, registro, regularização, ocupação, incorporação, destinação, cadastro de ocupantes, operações imobiliárias, dentre outras atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário e gerenciamento imobiliário de imóveis sob a gestão do INSS; e

c) as atividades relacionadas à engenharia de manutenção e avaliação de imóveis e a obras, projetos e demais serviços de engenharia;

II - orientar e prestar suporte técnico às GEX nas atividades de engenharia, patrimônio imobiliário e gerenciamento imobiliário;

III - instruir os procedimentos técnicos relacionados à locação de bens imóveis de terceiros e a terceiros;

IV - solicitar e aprovar análises, laudos, estudos, artefatos e pareceres técnicos; e

V - realizar análise técnica de procedimentos a serem submetidos à deliberação da COFL ou da SR.

Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Divisão de Engenharia e Patrimônio Imobiliário:

I - indicar servidor para:

a) compor equipe de planejamento de contratações;

b) realizar fiscalização técnica e receber obras e serviços de engenharia; e

c) representar o INSS como assistente técnico em demandas judiciais e administrativas relacionadas à área de atuação;

II - aprovar projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência.

Art. 262. Ao Setor de Serviços de Engenharia de Manutenção - ENG-MAN compete:

I - executar:

a) atividades técnicas de engenharia de manutenção, mediante subsídios das áreas demandantes; e

b) vistoria de imóveis próprios e de terceiros de uso do INSS, quanto à sua conservação e manutenção, e de equipamentos necessários ao seu funcionamento, relacionados à área de engenharia;

II - elaborar e analisar laudos, estudos e pareceres técnicos;

III - elaborar artefatos técnicos de contratação, em conjunto com a área de Logística, Licitações e Contratos; e

IV - prestar suporte técnico às áreas de Logística, Licitações e Contratos na elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Art. 263. Ao Setor de Fiscalização Técnica de Serviços de Engenharia de Manutenção - ENG-FTMAN compete:

I - executar as atividades técnicas relacionadas a contratos de engenharia de manutenção;

II - analisar proposta de contratações, prorrogações e termos aditivos, ou reajustes;

III - realizar fiscalização técnica; e

IV - subsidiar tecnicamente os gestores de contratos e demais áreas acerca da apuração de indícios de irregularidades.

Art. 264. Ao Setor de Obras e Serviços de Engenharia não Continuados - ENG-PRO compete:

I - executar:

a) as atividades técnicas de engenharia relativas a obras, projetos e demais serviços de engenharia não continuados, mediante subsídios das áreas demandantes;

b) a vistoria de imóveis próprios e de terceiros, de uso ou com pretensão de uso pelo INSS, quanto à verificação da necessidade de obras, adaptações, e de equipamentos necessários ao seu funcionamento, relacionados à área de engenharia; e

c) o Plano de Obras e Serviços de Engenharia;

II - elaborar e realizar análises, laudos, estudos e pareceres técnicos;

III - elaborar artefatos técnicos de contratação, em conjunto com a área de logística, licitações e contratos; e

IV - prestar suporte técnico às áreas de logística, licitações e contratos na elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Art. 265. Ao Setor de Fiscalização Técnica de Obras e Serviços de Engenharia não Continuados - ENG-FTPRO compete:

I - executar as atividades técnicas relacionadas a contratos de obras e serviços de engenharia não continuados;

II - analisar proposta de contratações, prorrogações e termos aditivos, ou reajustes;

III - realizar a fiscalização técnica; e

IV - subsidiar tecnicamente os gestores de contratos e demais áreas acerca da apuração de indícios de irregularidades.

Art. 266. Ao Setor de Engenharia de Avaliação - ENG-AVAL compete:

I - elaborar:

a) prospecções de mercado e laudos de avaliação de imóveis próprios e de terceiros de uso ou com pretensão de uso pelo INSS; e

b) artefatos técnicos de contratação, em conjunto com a área de Logística, Licitações e Contratos;

II - analisar:

a) a conformidade técnica de laudos de avaliação de imóveis próprios e de terceiros, de uso ou com pretensão de uso pelo INSS, elaborados por terceiros; e

b) as propostas de contratações, prorrogações e termos aditivos, ou reajustes;

III - prestar suporte técnico às áreas de logística, licitações e contratos na elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

IV - realizar a fiscalização técnica; e

V - subsidiar tecnicamente os gestores de contratos e demais áreas acerca da apuração de indícios de irregularidades.

Art. 267. Ao Setor de Caracterização e Gerenciamento de Ocupação Imobiliária - PAI-OCUP compete:

I - realizar a análise vocacional dos imóveis do INSS e do FRGPS para subsidiar início de procedimentos de alteração de classificação de uso, de substituição de imóveis locados e outras operações imobiliárias de racionalização de ocupação e economia de recursos públicos;

II - instruir processos de classificação de uso, de incorporação e de baixa patrimonial de imóveis, inclusive nas providências junto à área de contabilidade;

III - subsidiar e atuar na instrução técnica de processos referentes a operações de locação, compartilhamento, cessão e acordos que envolvam imóveis de terceiros para utilização do INSS;

IV - subsidiar a gestão de contratos e de acordos quanto aos aspectos técnicos relacionados à locação, cessão e compartilhamento de imóveis;

V - prestar suporte técnico às áreas de logística, licitações e contratos na elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

VI - solicitar vistorias técnicas e laudos de avaliação para subsídio das atividades da sua área de atuação;

VII - analisar e subsidiar a realização de pagamentos de despesas relativas a condomínios e taxas diversas de imóveis próprios e de terceiros utilizados ou sob gestão do INSS; e

VIII - elaborar e realizar análises, estudos e pareceres técnicos.

Art. 268. Ao Setor de Cadastro, Incorporação, Destinação e Regularização Imobiliária - PAI-REG compete:

I - instruir, analisar e avaliar os processos de:

a) incorporação e destinação de imóveis, decorrentes de alienação, transferência, aquisição, locação, permuta, cessão e compartilhamento de imóveis do INSS e do FRGPS para terceiros; e

b) regularização de imóveis;

II - atuar:

a) na regularização de situação dominial de imóvel;

b) nas atividades relacionadas aos processos de financiamento e parcelamento imobiliário; e

c) na lavratura de minutas de escritura de operações imobiliárias e no registro de escrituras celebradas no Registro Geral de Imóveis;

III - solicitar publicações oficiais, vistorias técnicas e laudos de avaliação para subsídio das atividades da sua área de atuação;

IV - gerenciar, acompanhar, controlar e consolidar o inventário e demais informações dos imóveis do INSS e do FRGPS;

V - instaurar e instruir processo de cobrança, inclusive judicial, de taxas de ocupação, quando caracterizada a ocupação irregular dos imóveis sob gestão do INSS;

VI - elaborar artefatos técnicos de contratação, em conjunto com a área de logística, licitações e contratos; e

VII - elaborar e realizar análises, estudos e pareceres técnicos.

Art. 269. À Coordenação de Gestão de Pessoas - COGP compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades de gestão de pessoas da SR e suas unidades vinculadas, relacionadas à/ao:

a) administração de pessoas;

b) saúde e qualidade de vida no trabalho;

c) desenvolvimento de carreiras;

d) educação previdenciária;

e) educação e desenvolvimento de servidores e colaboradores;

f) gestão do conhecimento; e

g) responsabilidade socioambiental;

II - coordenar e organizar as ações de gestão de pessoas nas unidades vinculadas;

III - orientar e acompanhar quanto ao cumprimento das normas, procedimentos e orientações da DGP;

IV - dirimir dúvidas decorrentes da legislação de pessoal, em articulação com a DGP, quando necessário;

V - coordenar, supervisionar e monitorar:

a) o cumprimento das ações judiciais;

b) a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e das diretrizes de promoção à saúde e acessibilidade, prevenção de doenças, segurança e vigilância dos ambientes e dos processos de trabalho e sensibilização para responsabilidade socioambiental;

c) os projetos e ações educacionais e de desenvolvimento, em suas diversas modalidades;

d) a gestão por competências; e

e) as ações e demandas de desenvolvimento da carreira;

VI - analisar e fornecer subsídios nos processos de movimentação de pessoas;

VII - subsidiar:

a) nas decisões relativas aos recursos administrativos; e

b) o Superintendente Regional quanto à distribuição de vagas de estágio;

VIII - analisar e:

a) subsidiar o reconhecimento das despesas de pessoal de exercícios anteriores, para autorização do pagamento;

b) submeter ao Superintendente Regional o Plano de Desenvolvimento de Pessoas;

IX - supervisionar, monitorar e operacionalizar as atividades relativas à avaliação de desempenho dos servidores;

X - analisar e formular manifestação a respeito de conflitos de atribuições e de competências e submeter à análise superior;

XI - coordenar, supervisionar, monitorar e implementar as avaliações de estágio probatório e de desempenho;

XII - coordenar e promover ações para formação de equipes de colaboradores do PEP, em conjunto com a DEPREV; e

XIII - gerenciar, analisar, confeccionar e disponibilizar informações relativas ao cadastro e à folha de pessoal.

Parágrafo único. Incumbe ao Coordenador de Gestão de Pessoas dar posse a servidores nomeados para cargos de provimento efetivo e em comissão, no âmbito de sua abrangência.

Art. 270. Ao Setor de Demandas Judiciais e de Controle em Gestão de Pessoas - SEJUC-PES compete:

I - expedir atos administrativos e efetuar registros administrativos de gestão de pessoas;

II - acompanhar e realizar o atendimento de demandas originárias de órgãos de controle interno e externo;

III - acompanhar:

a) o preenchimento e analisar as declarações de acumulação de cargos; e

b) os requerimentos referentes às Autorizações de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física;

IV - atender às demandas originárias da Auditoria e Corregedoria do INSS, em parceria com os demais setores de gestão de pessoas;

V - subsidiar:

a) os órgãos de representação judicial do INSS com a prestação de informações referentes à matéria de pessoal; e

b) o processo de autorização das ações judiciais cadastradas nos sistemas oficiais de pessoal com a finalidade de cumprimento;

VI - verificar e analisar as ações judiciais cadastradas e executar as medidas para viabilizar o seu cumprimento;

VII - adotar medidas para o cadastro, cumprimento e acompanhamento de decisões judiciais nos sistemas oficiais de pessoal, seus módulos e aplicativos; e

VIII - elaborar planilhas de cálculos para fins diversos.

Art. 271. À Divisão de Gestão de Pessoas - DIGEP compete:

I - gerenciar, monitorar, supervisionar e prestar suporte técnico e operacional às unidades vinculadas, nas atividades relacionadas à/ao:

a) folha de pagamento e cadastro;

b) frequência e ao PGD;

c) gestão de estágio supervisionado;

d) movimentação e gestão funcional;

e) assentamento funcional e tempo de serviço; e

f) saúde e qualidade de vida no trabalho;

II - subsidiar:

a) dúvidas decorrentes da legislação de pessoal; e

b) demandas por informações de pessoal individuais e em lote, com dados do Siape de cadastro pessoal, funcional e financeiro, conforme abrangência de sua atuação.

III - acompanhar a:
a) implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e das diretrizes de promoção à saúde e acessibilidade, prevenção de doenças, segurança e vigilância dos ambientes e dos processos de trabalho e sensibilização para responsabilidade socioambiental; e
b) resolubilidade das demandas oriundas da Ouvidoria do Servidor;
IV - acompanhar e monitorar as ações de implementação de atendimento da gestão de pessoas aos servidores, inativos, dependentes, pensionistas e estagiários; e
V - extrair, converter e tratar dados de pessoal do Siape, relativos a cadastro pessoal, funcional e financeiro, e dados de tabelas auxiliares disponíveis no Siape, conforme abrangência de sua atuação.
Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas executar a homologação de pequena monta.
Art. 272. Ao Setor de Gestão Documental e Tempo de Serviço - SGDT compete:
I - gerenciar o assentamento funcional;
II - executar procedimentos relativos à contagem de tempo de serviço e simulações de aposentadoria;
III - recepcionar, instruir e encaminhar à unidade competente os processos de:
a) auxílio-funeral dos inativos e pensionistas do INSS; e
b) aposentadorias e pensões dos servidores do INSS;
IV - recepcionar e encaminhar à unidade competente as solicitações de regularização de rejeição bancária de crédito de inativos e pensionistas;
V - analisar, instruir e implantar requerimentos de:
a) licença prêmio por assiduidade;
b) abono de permanência;
c) anuênio;
d) averbação de tempo de serviço; e
e) adicional por tempo de serviço;
VI - instaurar e analisar processos de cobrança administrativa e de reposição ao erário;
VII - instaurar, analisar e dar encaminhamento a processos de exercícios anteriores;
VIII - emitir:
a) Certidão de Tempo de Contribuição - CTC;
b) declaração funcional a servidores para órgãos externos para requerer CTC; e
c) Perfil Profissiográfico Previdenciário;
IX - expedir e executar os atos administrativos de gestão de pessoas inerentes a sua área de atuação, excetuando-se as disposições específicas em contrário.
Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Setor de Gestão Documental e Tempo de Serviço:
I - emitir ato decisório quanto à/ao:
a) licença prêmio por assiduidade;
b) abono de permanência;
c) anuênio;
d) averbação de tempo de serviço; e
e) adicional por tempo de serviço;
II - realizar o reconhecimento de dívida.
Art. 273. Ao Serviço de Gestão de Pessoas - SEGEP compete:
I - organizar, monitorar e avaliar a execução das atividades das unidades vinculadas, relacionadas à:
a) folha de pagamento e cadastro;
b) frequência e ao PGD;
c) gestão de estágio supervisionado; e
d) movimentação e gestão funcional;
II - prestar suporte técnico e operacional às unidades vinculadas, nas atividades elencadas no inciso I;
III - fomentar e implementar ações de gestão do conhecimento;
IV - subsidiar o Setor de Demandas Judiciais e Controle em Gestão de Pessoas nas demandas judiciais e de órgãos de controle, em articulação com as unidades vinculadas; e
V - encaminhar à unidade competente as solicitações de:
a) regularização de rejeições bancárias de créditos; e
b) bloqueios de pagamento.
Art. 274. Ao Setor de Folha de Pagamento e Cadastro - SEFC compete:
I - analisar e implantar requerimentos de:
a) auxílio-transporte;
b) auxílio-alimentação;
c) licenças paternidade e gestante;
d) auxílio-natalidade;
e) auxílio pré-escolar; e
f) auxílio de caráter indenizatório de assistência à saúde suplementar;
II - acompanhar e manter atualizada a base cadastral de servidores ativos e de seus dependentes;
III - operacionalizar a alteração, interrupção, transferência e cancelamento de férias, quando autorizado pela administração;
IV - realizar:
a) ajustes em folha de pagamento;
b) os procedimentos necessários para pedido de regularização de rejeições bancárias de créditos; e
c) ajustes e acertos financeiros relativos à gratificação natalina;
V - efetuar e acompanhar a progressão funcional dos servidores;
VI - cadastrar e atualizar pedidos de pensão alimentícia;
VII - atender e encaminhar assuntos relacionados a planos de saúde copatrocinados de servidores ativos;
VIII - consignar e gerar guias de recolhimento para débitos judiciais;
IX - analisar e dar encaminhamento a requerimentos de:
a) adicional de insalubridade;
b) serviço extraordinário;
c) pagamento de resíduos e auxílio-funeral, em caso de óbitos de servidores ativos que não gerem pensão; e
d) indenização de transporte e auxílio-moradia;
X - efetuar a extração, validação, conferência e envio aos demandantes das informações da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e Relação Anual de Informações Sociais;
XI - instaurar e analisar processo de cobrança administrativa e de reposição ao erário;
XII - instaurar, analisar e dar encaminhamento a processos de exercícios anteriores; e
XIII - expedir e executar os atos administrativos de gestão de pessoas inerentes a sua área de atuação, excetuando-se as disposições específicas em contrário.
Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Setor de Folha de Pagamento e Cadastro:
I - emitir ato decisório quanto à/ao:
a) auxílio-transporte;
b) auxílio-alimentação;
c) licenças paternidade e gestante;
d) auxílio-natalidade;
e) auxílio pré-escolar; e
f) auxílio de caráter indenizatório de assistência à saúde suplementar;
II - realizar o reconhecimento de dívida.
Art. 275. Ao Setor de Estágio Supervisionado - SESU compete:
I - acompanhar e executar a seleção e recrutamento de estagiários;
II - acompanhar, avaliar e executar:
a) as etapas de contratação e prorrogação de estágio; e
b) o cadastro, a manutenção e a rescisão dos contratos de estágio, dos dados cadastrais, financeiros e de frequência;
III - manter atualizados os controles de quantitativo e distribuição de vagas;
IV - emitir declarações de estágio;
V - efetuar procedimentos para regularização de rejeições bancárias de créditos de estagiários;
VI - acompanhar e registrar faltas, horas não compensadas e recesso a ser usufruído;
VII - propor e acompanhar ações de desenvolvimento de estagiários;
VIII - instaurar e analisar processo de cobrança administrativa e reposição ao erário;
IX - instaurar, analisar e dar encaminhamento a processos de exercícios anteriores; e
X - expedir e executar atos administrativos de gestão de pessoas inerentes à sua área de atuação, excetuando-se as disposições específicas em contrário.
Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Setor de Estágio Supervisionado realizar o reconhecimento de dívida.
Art. 276. Ao Setor de Movimentação e Gestão Funcional - SEMF compete:
I - instruir, analisar, acompanhar e executar requerimentos de:
a) remoção, cessão, requisição e movimentação de servidores e empregados públicos para composição de força de trabalho, exercício provisório, recondução e anistia;
b) alteração de jornada de trabalho de servidores;
c) licenças e afastamentos de servidores;
d) ajuda de custo e transporte de mobiliário;
e) exonerações e vacâncias;
f) substituição;
g) nomeação/designação e exoneração/dispensa de cargos comissionados e funções de confiança; e
h) readaptação, recondução e reintegração;
II - realizar a manutenção do cadastro dos servidores cedidos, requisitados e movimentados;
III - atender às demandas de órgãos cedentes e cessionários;
IV - acompanhar e emitir guias para recolhimento de Plano de Seguridade Social nos casos de servidores licenciados;
V - efetuar:
a) a aplicação de penalidades administrativas; e
b) o provimento de cargos efetivos e temporários;
VI - acompanhar publicações de nomeação/exoneração de cargos em comissão e designação/dispensa de funções de confiança no DOU e Boletim de Serviço Eletrônico;
VII - manter atualizado o cadastro de funções;
VIII - instruir e acompanhar os processos de atos de admissão de servidores efetivos e temporários para encaminhamento aos órgãos de controle;
IX - registrar apostilamentos;
X - emitir declaração de situação funcional de servidor ativo e ex-servidor;
XI - instaurar e analisar processos de cobrança administrativa e reposição ao erário;
XII - instaurar, analisar e dar encaminhamento a processos de exercícios anteriores; e
XIII - expedir e executar os atos administrativos de gestão de pessoas inerentes à sua área de atuação, excetuando-se as disposições específicas em contrário.
Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Setor de Movimentação e Gestão Funcional realizar o reconhecimento de dívida.
Art. 277. Ao Setor de Administração de Frequência e Programa de Gestão e Desempenho - SEFPG compete:
I - acompanhar e avaliar a homologação da frequência;
II - acompanhar, avaliar e prestar subsídios relativos ao PGD;
III - acompanhar, analisar e executar a gestão do cadastro e da frequência dos servidores, cedidos, requisitados, temporários e empregados públicos;
IV - emitir declaração de frequência aos órgãos cedentes;
V - instruir processo administrativo de abandono de cargo e inassiduidade habitual para encaminhamento à Corregedoria;
VI - instaurar e analisar processo de cobrança administrativa e reposição ao erário;
VII - instaurar, analisar e dar encaminhamento a processos de exercícios anteriores; e
VIII - expedir e executar os atos administrativos de gestão de pessoas inerentes à sua área de atuação, excetuando-se as disposições específicas em contrário.
Parágrafo único. Incumbe ao Chefe do SEFPG realizar o reconhecimento de dívida.
Art. 278. Ao Serviço de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho - SSQVT compete:
I - planejar, gerenciar, supervisionar e avaliar:
a) a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal no INSS, a partir de diretrizes e ações de promoção à saúde, segurança e vigilância dos ambientes e dos processos de trabalho em âmbito regional, bem como a prevenção de doenças e redução dos fatores de risco no trabalho; e
b) as ações de responsabilidade socioambiental;
II - promover e realizar estudos e pesquisas relativas à saúde e qualidade de vida no trabalho e à responsabilidade socioambiental;
III - gerenciar, acompanhar e avaliar as unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS;
IV - implementar projetos e ações de abordagem biopsicossocial e encaminhamentos intersetoriais referentes às demandas socioprofissionais e de saúde dos servidores;
V - subsidiar os gestores nas ações de fortalecimento e desenvolvimento das equipes de trabalho; e
VI - promover a resolubilidade das demandas oriundas da Ouvidoria do Servidor, em parceria com as áreas afins.
Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Serviço de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho instituir equipe multiprofissional.
Art. 279. Ao Setor de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho - SEQVT compete:
I - executar e monitorar programas, projetos e ações de promoção à saúde, segurança e vigilância dos ambientes e dos processos de trabalho em âmbito regional, bem como a prevenção de doenças e redução dos fatores de risco no trabalho;
II - acompanhar, analisar, registrar e dar encaminhamento aos atestados médicos de servidores, empregados e contratados das unidades SIASS sob sua gestão;
III - subsidiar processos de readaptação de servidores;
IV - produzir relatórios técnicos da área;
V - realizar acolhimento, atendimento e visita técnica no contexto de saúde ocupacional dos servidores;
VI - identificar, dar suporte e atuar em mediação de conflito;
VII - supervisionar, avaliar e executar processo de contratação de exames médicos periódicos;
VIII - supervisionar e dar suporte em ações da CISSP;
IX - prestar orientação e suporte técnico a gestores e equipes em demandas de saúde e qualidade de vida no trabalho;
X - orientar e executar agendamento de perícia oficial em saúde para os casos de horário especial à servidor com deficiência ou cônjuge, filho ou dependente com deficiência;
XI - dar suporte:
a) às unidades do SIASS; e
b) ao atendimento das demandas dos servidores com deficiência para garantia da inclusão e da acessibilidade;
XII - planejar e realizar ações de promoção da diversidade, da acessibilidade e da inclusão de todos no ambiente de trabalho.
Art. 280. À Divisão de Educação e Desenvolvimento - DIEDE compete:
I - gerenciar, monitorar e supervisionar as etapas de planejamento e execução das ações descentralizadas de educação e desenvolvimento;

II - planejar, organizar, implementar e acompanhar programas, projetos e ações:

a) de educação e de desenvolvimento, em suas diversas modalidades; e

b) do PEP, em consonância com a DEPREV;

III - analisar e instruir os processos de solicitação de pagamento de GECC;

IV - prestar suporte técnico e pedagógico nas ações de desenvolvimento e reuniões técnicas;

V - acompanhar, atualizar e gerir cursos nos ambientes virtuais de aprendizagem das ações descentralizadas;

VI - acompanhar e efetuar o cadastro e atualização das informações de ações educacionais;

VII - prestar suporte e executar as ações de educação corporativa, gestão do conhecimento e valorização do servidor;

VIII - planejar e acompanhar estratégias para a divulgação, interna e externa, de assuntos de interesse da educação previdenciária, em articulação com a área de comunicação social;

IX - planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução física e orçamentária das ações educacionais e de desenvolvimento; e

X - executar a manutenção das bolsas de estudo no âmbito da respectiva SR.

Art. 281. Ao Setor de Educação e Desenvolvimento - SEDES compete:

I - executar:

a) as atividades relacionadas à educação interna e externa, nas modalidades presencial ou a distância; e

b) o cadastro e atualização das informações de ações de educação interna e externa e desenvolvimento;

II - auxiliar em campanhas, certificações e premiações relacionadas à valorização do servidor;

III - dar suporte administrativo e logístico:

a) à execução das ações de desenvolvimento prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP;

b) às reuniões técnicas;

c) às ações de educação previdenciária; e

d) aos cursos de disseminadores;

IV - divulgar as ações de desenvolvimento para servidores, empregados, contratos temporários e estagiários;

V - instruir e analisar requerimentos de:

a) cursos externos;

b) licenças e afastamentos para participação em programa de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;

c) gratificação por encargo de curso ou concurso e efetuar pagamento;

d) horário especial de estudante; e

e) afastamentos e licenças para capacitação de servidores;

VI - instruir, analisar, acompanhar e realizar o levantamento das necessidades de capacitação;

VII - administrar os materiais do PEP e educação e desenvolvimento dos servidores;

VIII - acompanhar os processos seletivos internos;

IX - instaurar e analisar processos de cobrança administrativa e de reposição ao erário; e

X - instaurar, analisar e dar encaminhamento a processos de exercícios anteriores.

Parágrafo único. Incumbe ao Chefe de Setor de Educação e Desenvolvimento realizar o reconhecimento de dívida.

Art. 282. À Coordenação de Gestão de Benefícios - COBEN compete:

I - coordenar, monitorar e supervisionar a execução, pelas unidades vinculadas, com foco na gestão da qualidade, das atividades relacionadas à/ao:

a) administração de informações do segurado;

b) reconhecimento de direitos;

c) manutenção de benefícios;

d) monitoramento de benefícios e cobrança administrativa;

e) serviço social;

f) reabilitação profissional; e

g) suporte técnico especializado;

II - monitorar e supervisionar a execução das ações emanadas pela DIRBEN junto às respectivas GEX, buscando o efetivo cumprimento das diretrizes definidas;

III - diagnosticar a necessidade de uniformização de procedimentos relativos à área de benefícios e atuar junto às unidades de sua abrangência para correção de distorções;

IV - propor:

a) à DIRBEN a uniformização de entendimentos e procedimentos, conforme necessidades identificadas; e

b) a realização de reuniões técnicas e ações de capacitação, em articulação com a Coordenação de Gestão de Relacionamento com o Cidadão - COREC, conforme necessidades diagnosticadas;

V - controlar a disponibilização e autorizar a utilização do orçamento descentralizado para execução das ações relativas à área de benefícios, promovendo o repasse, conforme as demandas das GEX; e

VI - supervisionar e monitorar a atividade de supervisão técnica em benefícios, conforme diretrizes definidas pela DIRBEN.

Parágrafo único. O reconhecimento de direitos abrange os serviços relacionados ao reconhecimento inicial de direitos, seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal, revisão de direitos, recurso de benefícios, acordos internacionais e compensação previdenciária.

Art. 283. Ao Serviço de Administração de Informações do Segurado - SERAINF compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar as ações dos Setores de Administração de Informações do Segurado das GEX de sua abrangência;

II - orientar quanto aos procedimentos relativos:

a) à validação dos dados cadastrais, vínculos, remunerações e contribuições dos segurados da Previdência Social; e

b) às inclusões, alterações e exclusões de informações constantes no CNIS;

III - monitorar as ações de acompanhamento do lançamento dos dados do SIRC, realizadas pelos Setores de Administração de Informações do Segurado das GEX;

IV - propor:

a) ações de padronização de procedimentos referentes à matéria de cadastro; e

b) a realização de reuniões técnicas e ações de capacitação no âmbito de suas atividades, conforme necessidades diagnosticadas;

V - prestar suporte técnico às áreas da SR e ao Serviço de Gerenciamento de Benefícios - SGBEN das GEX vinculadas:

a) em matéria de cadastro; e

b) quanto à interpretação e validação de dados existentes nas bases governamentais disponíveis e incorporadas ao CNIS.

Art. 284. Ao Serviço de Reconhecimento de Direitos - SRD compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar as ações de reconhecimento de direitos, com foco na gestão da qualidade, relacionadas às atividades de execução em matéria de:

a) reconhecimento inicial de direitos;

b) seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal;

c) revisão de direitos;

d) recursos de benefícios;

e) compensação previdenciária; e

f) acordos internacionais;

II - propor ações de padronização de procedimentos e uniformização de entendimento referentes ao reconhecimento de direitos; e

III - orientar e prestar suporte técnico, em matéria de benefícios, às áreas da SR e ao SGBEN das GEX vinculadas.

Art. 285. Ao Serviço de Manutenção - SERMAN compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar:

a) as atividades de manutenção de direitos relacionadas à contratos e convênios para pagamentos, consignações e relacionamento com agentes pagadores de benefícios; e

b) a validação mensal da folha de pagamentos de benefícios;

II - propor:

a) a realização de ações preventivas e corretivas para o controle dos pagamentos de benefícios; e

b) ações de padronização de procedimentos e a uniformização de entendimento referentes à manutenção de direitos;

III - acompanhar a implementação e os resultados das ações para a melhoria da qualidade, correção e aprimoramento do pagamento e atualização de benefícios;

IV - orientar e prestar suporte técnico, em matéria de manutenção de direitos, às áreas da SR e aos SGBEN das GEX vinculadas; e

V - operacionalizar os serviços descentralizados pela Administração Central para atualização de benefícios.

Art. 286. Ao Serviço de Monitoramento e Cobrança Administrativa de Benefícios - SERMOB compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar as atividades relacionadas:

a) aos procedimentos para operacionalização das apurações de indícios de irregularidades e cobrança administrativa de benefícios;

b) à priorização do atendimento das demandas externas e internas de apuração de indícios de irregularidade e cobrança administrativa de benefícios;

c) ao tratamento de demandas internas de apuração de indícios de irregularidade de benefícios originárias das áreas de benefícios e de denúncias de ouvidoria, por meio da aplicação de metodologia de admissibilidade;

d) às ações:

1. preventivas e corretivas das disfunções detectadas, das apurações de indícios de irregularidade apontados pelos órgãos de controle interno e externo e pela auditoria interna e da cobrança administrativa de benefícios; e

2. oriundas de demandas externas de apuração de indícios de irregularidade de benefícios, articulando a adoção de ações de atendimento com os próprios demandantes e com as outras áreas de benefício e de atendimento no âmbito de sua instância;

II - propor a padronização de procedimentos e uniformização de entendimento de sua área;

III - orientar e prestar suporte técnico em matéria de monitoramento de benefícios e cobrança administrativa às áreas da SR e aos SGBEN das GEX vinculadas; e

IV - propor e gerenciar, em articulação com o Serviço de Centralização da Análise de Monitoramento e Cobrança Administrativa de Benefícios - CEAB-MOB, ações de prevenção, revisão e correção das atividades de apuração de indícios de irregularidade e cobrança administrativa de benefícios.

Art. 287. Ao Serviço Social - SERSOC compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar a execução das atividades técnicas do serviço social, bem como a gestão das escalas de seus profissionais nas unidades de atendimento, observando as particularidades regionais;

II - em matéria de serviço social:

a) orientar e prestar suporte técnico às áreas da SR e aos SGBEN das GEX vinculadas; e

b) propor:

1. ações de padronização de procedimentos e de uniformização de entendimento;

2. ações, programas e projetos que fomentem a ampliação das modalidades de atendimento remoto aos benefícios abrangidos;

3. a realização e participação em eventos internos e externos; e

4. parcerias, acordos e instrumentos congêneres, para ampliação da avaliação social e desenvolvimento de suas atividades;

III - divulgar e representar interna e externamente o Serviço Social, em articulação com a ASCOM.

Art. 288. Ao Serviço de Reabilitação Profissional - SEREAB compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar a execução das atividades técnicas da reabilitação profissional, bem como a gestão das escalas de seus profissionais nas unidades de atendimento, observando as particularidades regionais;

II - em matéria de reabilitação profissional:

a) orientar e prestar suporte técnico às áreas da SR e aos SGBEN das GEX vinculadas; e

b) propor:

1. ações de padronização de procedimentos e de uniformização de entendimento;

2. a realização e participação em eventos internos e externos;

3. parcerias, acordos e instrumentos congêneres, para o desenvolvimento de suas atividades; e

4. ações, programas e projetos que fomentem a ampliação das modalidades de atendimento remoto dos benefícios abrangidos;

III - divulgar e representar interna e externamente a reabilitação profissional, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social - ACS.

Art. 289. À Coordenação de Gestão de Relacionamento com o Cidadão - COREC compete:

I - coordenar, monitorar e supervisionar:

a) a gestão das demandas regionais de requerimentos, em relação aos fluxos operacionais e à produtividade;

b) os serviços prestados pelas unidades de atendimento e entidades parceiras, visando manter a qualidade do atendimento;

c) as ações de:

1. parceria na modalidade de Acordo de Cooperação Técnica; e

2. inclusão e alteração de informações no Sistema de Dados Corporativos - SDC;

II - orientar e dirimir dúvidas quanto às normas e aos fluxos operacionais das atividades desenvolvidas pela Divisão de Gerenciamento das Centrais de Análise - DGCEA;

III - analisar os resultados obtidos com a aplicação de padrões, sistemas, métodos de avaliação de produtividade, resolubilidade e qualidade do atendimento e serviços prestados, elaborando relatórios sobre o desempenho das GEX;

IV - avaliar e propor melhorias nos:

a) sistemas de atendimento e benefícios, em articulação com a COBEN;

b) programas de gestão e desempenho e nos fluxos operacionais relacionados ao atendimento nas APS, ao reconhecimento de direitos, à manutenção de benefícios, ao atendimento de demandas judiciais, ao monitoramento e à cobrança administrativa de benefícios; e

c) serviços relacionados ao atendimento;

V - propor:

a) reuniões técnicas e ações de capacitação, em articulação com a COBEN, conforme necessidades diagnosticadas;

b) estudos técnicos:

1. acerca do dimensionamento da força de trabalho para a análise de reconhecimento de direitos, manutenção de benefícios, monitoramento e cobrança administrativa de benefícios e atendimento de demandas judiciais; e

2. quanto à localização, alteração de vinculação, instalação e extinção de unidades de atendimento.

Art. 290. À Divisão de Gerenciamento das Centrais de Análise - DGCEA compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar a atuação dos Serviços de Centralização da Análise no âmbito da SR, quanto à gestão das demandas regionais de requerimentos, com ênfase na otimização da alocação da força de trabalho e da produtividade, em matéria de:

a) reconhecimento de direitos;

b) manutenção de benefícios;

c) atendimento de demandas judiciais; e

d) monitoramento de benefícios e cobrança administrativa;

II - monitorar a aplicação das diretrizes estabelecidas pela DIRBEN quanto à gestão das demandas regionais de requerimentos, em articulação com as GEX;

III - consolidar os relatórios gerenciais de acompanhamento da demanda e capacidade de atendimento dos Serviços de Centralização da Análise;

IV - propor à COREC, em articulação com a COBEN, a implementação de ações específicas, a partir de estudos estruturados da demanda, com o objetivo de:

a) otimizar e equilibrar a capacidade de atendimento dos Serviços de Centralização da Análise; e

b) garantir a qualidade dos serviços prestados, por meio de ações de supervisão técnica.

Art. 291. Ao Serviço de Centralização da Análise de Reconhecimento de Direitos - CEAB-RD compete:

I - executar as ações definidas pela Divisão de Gerenciamento das Centrais de Análise - DGCEA quanto à gestão das demandas regionais de requerimentos em matéria de reconhecimento de direitos, englobando:

a) reconhecimento inicial;

b) seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal;

c) recurso de benefícios;

d) revisão de direitos; e

e) compensação previdenciária;

II - orientar as GEX quanto aos fluxos operacionais normatizados;

III - monitorar e avaliar o desempenho das Seções de Análise de Reconhecimento de Direitos - SARD, em conjunto com as GEX;

IV - em articulação com as GEX:

a) implementar ações específicas com o objetivo de melhorar a capacidade de atendimento e produtividade das SARD; e

b) verificar intercorrências nos fluxos operacionais, na demanda e na produtividade das SARD e implantar ações de melhoria;

V - elaborar relatórios periódicos das ações e resultados obtidos pelas SARD, conforme demandado pela DGCEA.

Art. 292. Ao Serviço de Centralização da Análise de Manutenção de Benefícios - CEAB-MAN compete:

I - executar as ações definidas pela DGCEA quanto à gestão das demandas regionais de requerimentos em matéria de manutenção de benefícios e atualização de dados cadastrais;

II - orientar as GEX quanto aos fluxos operacionais normatizados;

III - monitorar e avaliar o desempenho das Seções de Análise de Manutenção de Benefícios - SAMB, em conjunto com as GEX;

IV - em articulação com as GEX:

a) implementar ações específicas com o objetivo de melhorar a capacidade de atendimento e produtividade das SAMB; e

b) verificar intercorrências nos fluxos operacionais, na demanda e na produtividade das SAMB e implantar ações de melhoria;

V - elaborar relatórios periódicos das ações e resultados obtidos pelas SAMB, conforme demandado pela DGCEA.

Art. 293. Ao Serviço de Centralização do Atendimento de Demandas Judiciais de Benefícios - CEAB-DJ compete:

I - executar as ações definidas pela DGCEA quanto à gestão das demandas regionais de requerimentos em matéria de demanda judicial na qual o INSS figure como parte;

II - orientar as GEX quanto aos fluxos operacionais normatizados;

III - monitorar e avaliar o desempenho das Seções de Atendimento de Demandas Judiciais - SADJ, em conjunto com as GEX;

IV - em articulação com as GEX:

a) implementar ações específicas com o objetivo de melhorar a capacidade de atendimento e produtividade das SADJ; e

b) verificar intercorrências nos fluxos operacionais, na demanda e na produtividade das SADJ e implantar ações de melhoria;

V - elaborar relatório periódico das ações e resultados obtidos pelas SADJ, conforme demandado pela DGCEA.

Art. 294. Ao Serviço de Centralização da Análise de Monitoramento e Cobrança Administrativa de Benefícios - CEAB-MOB compete:

I - executar as ações definidas pela DGCEA quanto à gestão das demandas regionais de requerimentos em matéria de monitoramento e cobrança administrativa de benefícios;

II - orientar as GEX quanto aos fluxos operacionais normatizados;

III - monitorar e avaliar o desempenho das Seções de Análise de Monitoramento e Cobrança Administrativa de Benefícios - SAMC, em conjunto com as GEX;

IV - em articulação com as GEX:

a) implementar ações específicas com o objetivo de melhorar a capacidade de atendimento e produtividade das SAMC; e

b) verificar intercorrências nos fluxos operacionais, na demanda e na produtividade das SAMC e implantar ações de melhoria;

V - elaborar relatório periódico das ações e resultados obtidos pelas SAMC, conforme demandado pela DGCEA.

Art. 295. Ao Serviço de Gerenciamento do Atendimento nas APS - SEGAPS compete:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e monitorar ações que visem à melhoria dos padrões de qualidade no atendimento, conforme diretrizes estabelecidas pela DIRBEN;

II - propor ações de melhoria do atendimento dos serviços prestados pelas unidades de atendimento, conforme necessidades identificadas;

III - sugerir a localização, a alteração de vinculação, a instalação e a extinção de unidades de atendimento, a partir de critérios técnicos estabelecidos;

IV - gerenciar e orientar a execução da supervisão das unidades de atendimento, em conjunto com as GEX, visando aferir a qualidade no atendimento;

V - disponibilizar e consolidar, em âmbito regional, as informações relativas ao desempenho das GEX, em relação à qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados pelas respectivas unidades de atendimento; e

VI - subsidiar o atendimento às demandas internas e externas relacionadas à área de relacionamento com o cidadão.

Art. 296. Ao Serviço de Gerenciamento de Acordos de Cooperação Técnica - SEGACT compete:

I - propor, organizar, gerenciar e monitorar ações voltadas à melhoria da qualidade do atendimento prestado aos usuários do INSS por meio de acordos de cooperação técnica firmados com entidades parceiras, de acordo com as diretrizes da CGSAT;

II - formalizar, gerenciar, fiscalizar e avaliar os acordos de cooperação técnica que tenham como objetos o requerimento dos serviços disponibilizados pelo INSS;

III - supervisionar e avaliar os acordos de cooperação técnica firmados pelas GEX com os objetos de requerimento de serviços administrados pelo INSS;

IV - prestar suporte técnico às entidades parceiras;

V - fornecer à CGSAT as informações necessárias para publicidade e transparência quanto aos acordos firmados e o resultado de supervisões realizadas;

VI - orientar os Setores de Apoio Técnico ao Relacionamento com o Cidadão na formalização, supervisão e monitoramento dos acordos de cooperação;

VII - consolidar e analisar as informações decorrentes do monitoramento e fiscalização das entidades, encaminhadas pelas GEX, e orientar ações de tratamento, quando necessário;

VIII - colaborar com a DGACO nas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e gestão de ações relacionadas à sua área de atuação; e

IX - compilar e atualizar informações referentes à expansão da rede de atendimento por meio de acordos de cooperação.

Art. 297. À Seção de Gerenciamento das Unidades Móveis Flutuantes - SEGUMF, vinculada à Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste, compete:

I - viabilizar e executar as convocações dos servidores vinculados ao projeto PREVBarco;

II - desenvolver:

a) planos e projetos visando ao fortalecimento do atendimento das unidades móveis flutuantes atuantes na região norte do país; e

b) cronograma anual, enfatizado em análises estratégicas e atipicidades de cada município;

III - supervisionar qualidade do atendimento e o desempenho de servidores designados para atuar nas missões itinerantes;

IV - emitir relatórios de cunho estratégico;

V - implementar ações voltadas à melhoria do desempenho individual e coletivo dos servidores designados para as missões;

VI - conforme necessidades diagnosticadas:

a) propor e promover reuniões técnicas; e

b) supervisionar missões.

Art. 298. Às Gerências-Executivas - GEX, subordinadas às Superintendências Regionais - SR, compete, no âmbito de sua abrangência:

I - organizar, gerenciar, supervisionar e avaliar a gestão das APS;

II - acompanhar o Planejamento Estratégico e o Plano Anual de Ação, em sua área de competência;

III - organizar, coordenar, supervisionar e monitorar as atividades executadas pelas unidades vinculadas, observadas as diretrizes da DIRBEN e as orientações da SR, relacionadas à/ao:

a) administração de informações ao segurado;

b) reconhecimento de direitos;

c) manutenção de benefícios;

d) monitoramento de benefícios e cobrança administrativa;

e) serviço social;

f) reabilitação profissional; e

g) suporte técnico especializado;

IV - emitir, sempre que solicitado, relatórios de desempenho de suas unidades à SR;

V - planejar, gerenciar, supervisionar e avaliar as ações destinadas a promover a efetiva e tempestiva prestação dos serviços disponibilizados pelos canais remotos, unidades de atendimento e entidades parceiras;

VI - interpor recursos e oferecer contrarrazões às Juntas de Recursos e Câmaras de Julgamento do CRPS, em relação aos assuntos de sua competência;

VII - operacionalizar projetos e atividades relacionados à governança, gestão de riscos, integridade, conformidade, proteção de dados pessoais e atendimento de demandas de órgãos de controle e de auditoria interna;

VIII - promover:

a) o atendimento das demandas de ouvidoria, em articulação com a Ouvidoria;

b) as ações do Programa de educação Previdenciária - PEP, conforme diretrizes da DGP, em articulação com a SR; e

c) o controle social, em especial por meio da manutenção dos Conselhos de Previdência Social, onde não houver sede da SR;

IX - quanto às atividades de contratos, logística, documentação e informação, patrimônio imobiliário, engenharia e finanças:

a) fiscalizar setorialmente a prestação dos serviços contratados;

b) recepcionar, protocolar e encaminhar à SR requerimentos, ofícios, processos, petições e demais documentos;

c) levantar e consolidar demandas da GEX e unidades vinculadas e direcionar à SR;

d) gerenciar o envio e recebimento de malote e correspondências;

e) receber materiais e atestar o recebimento;

f) distribuir materiais no âmbito da GEX e unidades vinculadas;

g) realizar inventário de material permanente;

h) administrar o arquivo corrente; e

i) validar documentos de pagamento de benefícios, oriundos das suas unidades;

X - prestar apoio logístico e administrativo à execução das atividades de perícia médica e ao funcionamento das unidades de corregedoria, auditoria e procuradoria instaladas em sua área de abrangência;

XI - subsidiar as atividades de gestão de pessoas relacionadas à:

a) administração de pessoal;

b) saúde e qualidade de vida do servidor no trabalho; e

c) educação e desenvolvimento do servidor;

XII - apoiar as ações de capacitação autorizadas pelas SR; e

XIII - apoiar e executar as atividades de comunicação social e de representação política e social do INSS, observadas as diretrizes da ASCOM e orientações da ACS da Superintendência Regional.

§ 1º O reconhecimento de direitos abrange os serviços relacionados ao reconhecimento inicial de direitos, seguro-desemprego ao pescador profissional artesanal, revisão de direitos, recurso de benefícios, acordos internacionais e compensação previdenciária.

§ 2º Incumbe ao Gerente-Executivo:

I - determinar que se proceda à cobrança administrativa, inclusive de agente público, em todas as áreas e unidades vinculadas, sempre que ocorrer dano que resulte em prejuízo ao erário; e

II - firmar e rescindir acordos, convênios ou instrumentos congêneres com empresas, prefeituras municipais ou outros agentes públicos e comunitários, objetivando a melhoria do atendimento à população.

Art. 299. À Seção de Comunicação Social - SECOM compete:

I - executar as atividades de comunicação social, publicidade legal, relações públicas, cerimonial, eventos e identidade visual do INSS, em consonância com as diretrizes e orientações estabelecidas pela Assessoria Comunicação Social da SR e, quando for o caso, pela Coordenação de Comunicação Institucional - CCI;

II - desenvolver:

a) planos, projetos, programas e campanhas, visando ao fortalecimento da imagem da autarquia junto ao público interno e externo, em conjunto com as demais áreas; e

b) a comunicação interna, enfatizando a missão, visão, valores e objetivos da Instituição;

III - subsidiar, elaborar e implementar os produtos, ações e projetos de Comunicação Social , em articulação com as demais áreas do Instituto; e

IV - executar as atividades de jornalismo e relacionamento do INSS com a mídia, em consonância com as diretrizes e orientações da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

Art. 300. Ao Setor de Demandas de Tecnologia da Informação - SDTI compete operacionalizar:

I - os serviços de atendimento de demandas de informática;

II - a política de segurança da informação, em articulação com as demais unidades organizacionais; e

III - normas, processos, políticas, recomendações e padrões de tecnologia da informação e comunicação estabelecidos pela DTI.

Art. 301. À Seção de Análise de Manutenção de Benefícios - SAMB compete:
I - proceder a atualização das bases dos dados cadastrais e a manutenção dos benefícios administrados pelo INSS;
II - elaborar relatórios periódicos das ações e resultados obtidos;
III - supervisionar o desempenho dos servidores designados para atuar em sua área de competência, em articulação com a APS a qual o servidor está lotado;
IV - emitir relatórios de acompanhamento da produtividade e disponibilizá-los ao Gerente da APS a qual o servidor designado esteja lotado;
V - implementar ações voltadas à melhoria do desempenho individual e coletivo dos servidores designados para execução dos serviços de sua competência; e
VI - propor e promover reuniões técnicas, conforme necessidades diagnosticadas.
Art. 302. À Seção de Análise de Reconhecimento de Direitos - SARD compete:
I - proceder ao reconhecimento inicial, ao recurso e à revisão de direitos aos benefícios administrados pelo INSS, bem como à operacionalização da compensação previdenciária e à emissão de certidões de tempo de contribuição;
II - elaborar relatórios periódicos das ações e resultados obtidos;
III - supervisionar o desempenho dos servidores designados para atuar em sua área de competência, em articulação com a APS a qual o servidor está lotado;
IV - emitir relatórios de acompanhamento da produtividade e disponibilizá-los ao Gerente da APS a qual o servidor designado esteja lotado;
V - implementar ações voltadas à melhoria do desempenho individual e coletivo dos servidores designados para execução dos serviços de sua competência; e
VI - propor e promover reuniões técnicas conforme necessidades diagnosticadas.
Art. 303. À Seção de Atendimento de Demandas Judiciais - SADJ compete:
I - proceder, nas ações em que o INSS figure como parte ou interessado, ao atendimento das determinações judiciais sobre benefícios previdenciários, assistenciais e acidentários administrados pelo INSS, CTC, atualização de informações de dados cadastrais, vínculos, remunerações, contribuições e atividade no CNIS;
II - elaborar relatórios periódicos das ações e resultados obtidos;
III - acompanhar e avaliar o desempenho dos servidores em sua área de competência;
IV - implementar ações voltadas à melhoria do desempenho individual e coletivo dos servidores designados para execução das atividades de sua competência; e
V - propor e promover reuniões técnicas, conforme necessidades diagnosticadas.
Art. 304. À Seção de Análise de Monitoramento e Cobrança Administrativa de Benefícios - SAMC compete:
I - proceder as atividades de monitoramento e cobrança administrativa de benefícios administrados pelo INSS;
II - elaborar relatórios periódicos das ações e resultados obtidos;
III - supervisionar o desempenho dos servidores designados para atuar em sua área de competência, em articulação com a APS a qual o servidor está lotado;
IV - emitir relatórios de acompanhamento da produtividade e disponibilizá-los ao Gerente da APS da qual o servidor designado;
V - implementar ações voltadas à melhoria do desempenho individual e coletivo dos servidores designados para execução dos serviços de sua competência; e
VI - propor e promover reuniões técnicas, conforme necessidades diagnosticadas.
Art. 305. Ao Serviço de Gerenciamento de Benefícios - SGBEN compete:
I - coordenar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades, no âmbito da GEX e unidades vinculadas, com ênfase na qualidade, de:
a) administração de informações ao segurado;
b) reconhecimento de direitos;
c) manutenção de benefícios;
d) monitoramento de benefícios e cobrança administrativa;
e) serviço social;
f) reabilitação profissional; e
g) suporte técnico especializado;
II - gerenciar a prestação de suporte técnico às unidades de atendimento e seções de análise vinculadas à GEX, conforme diretrizes estabelecidas pela DIRBEN, nas áreas de:
a) reconhecimento de direitos;
b) manutenção de benefícios;
c) administração de informações ao segurado; e
d) monitoramento de benefícios e cobrança administrativa;
III - organizar fluxos de trabalho, orientar e supervisionar os servidores que realizam as atividades de suporte técnico na forma do inciso II, conforme atribuições definidas neste regimento interno;
IV - realizar a prestação do suporte técnico especializado, em âmbito regional, conforme atribuições definidas pela Coordenação de Benefícios - COBEN;
V - executar demandas relacionadas às matérias previstas no inciso I;
VI - propor ações de capacitação, em articulação com a COBEN, por meio dos respectivos serviços especializados, conforme necessidades diagnosticadas;
VII - propor e promover ações voltadas à melhoria da qualidade dos processos e fluxos de trabalho, em articulação com a COBEN, relacionados às áreas especializadas citadas no inciso I;
VIII - subsidiar a GEX no atendimento às demandas internas e externas relacionadas às áreas especializadas citadas no inciso I;
IX - monitorar a qualidade e desempenho dos serviços prestados pelas equipes vinculadas ao SGBEN;
X - subsidiar o Serviço de Gerenciamento de Relacionamento com o Cidadão - SGREC nas matérias previstas no inciso I, em especial, aquelas relacionadas ao tratamento de reclamações ou representações;
XI - propor ao SGREC a realização de parcerias e acordos de cooperação técnica, nas matérias previstas no inciso I;
XII - formalizar consultas à PFE devidamente fundamentadas;
XIII - promover a divulgação de ações temáticas e resultados obtidos nas matérias previstas no inciso I, interna e externamente, em parceria com a Divisão de Educação e Desenvolvimento - DIEDE e a ACS/SECOM;
XIV - autorizar o pagamento dos recursos materiais necessários para o deslocamento dos segurados em serviços previdenciários; e
XV - acompanhar as metas e objetivos institucionais, conforme previsto no Plano Anual de Ação, bem como aqueles definidos pela COBEN.
Parágrafo único. O reconhecimento de direitos abrange os serviços relacionados ao reconhecimento inicial e revisão de direitos, recursos de benefícios, acordos internacionais e compensação previdenciária.
Art. 306. Ao Setor de Administração de Informações do Segurado - SAIS compete:
I - realizar as atividades de suporte técnico em matéria de administração de informações do segurado;
II - prestar suporte à operacionalização dos sistemas da área de cadastro, bem como gerenciar os respectivos acessos;
III - supervisionar o lançamento de dados no SIRC pelas serventias de registros civis da abrangência e prestar o suporte à operacionalização do sistema;
IV - propor:
a) ao SGBEN e ao SERAINF ações para padronização de procedimentos referentes à área de administração de informações do segurado; e
b) ações educacionais, em conjunto com o SERAINF, e em articulação com a DIEDE;
V - responder às demandas internas e externas em matéria de administração de informações do segurado, encaminhadas à GEX, observando os prazos estabelecidos.
Art. 307. Ao Setor de Suporte Técnico ao Reconhecimento de Direitos - SEST-RD compete:
I - realizar tempestivamente as atividades de suporte técnico, no âmbito da GEX, em matéria de reconhecimento de direitos, em articulação com as Seções de Análise;
II - cadastrar consultas técnicas que demandem necessidade de suporte técnico especializado, conforme fluxo definido pela COBEN;
III - acompanhar as revisões de ofício decorrentes de supervisão técnica, bem como de demanda do SGBEN, conforme fluxos estabelecidos em ato específico;
IV - promover pontos de controle e reuniões técnicas para alinhamentos sobre assuntos em matéria de benefícios, conforme necessidades diagnosticadas; e
V - propor ações de capacitação, em articulação com o SGBEN e com a DIEDE.
Art. 308. Ao Setor de Suporte Técnico à Manutenção de Benefícios - SEST-MAN compete:
I - realizar tempestivamente as atividades de suporte técnico, no âmbito da GEX, em matéria de manutenção de benefícios e atualização cadastral, em articulação com as Seções de Análise;
II - cadastrar consultas técnicas que demandem necessidade de suporte técnico especializado, conforme fluxo definido pela COBEN;
III - acompanhar as revisões de ofício decorrentes de supervisão técnica, bem como de demanda do SGBEN, conforme fluxos estabelecidos em ato próprio;
IV - promover pontos de controle e reuniões técnicas para alinhamentos sobre assuntos em matéria de benefícios, conforme necessidades diagnosticadas; e
V - propor ações de capacitação, em articulação com o SGBEN e com a DIEDE.
Art. 309. Ao Serviço de Gerenciamento de Relacionamento com o Cidadão - SGREC compete:
I - supervisionar as APS, garantindo o seu funcionamento, gerenciamento e qualidade, conforme métodos e padrões definidos pela DIRBEN e pela COREC da SR a qual se vincula;
II - supervisionar e realizar ações, projetos e programas que garantam a oferta, presencial ou remota, a continuidade e a melhoria da prestação de serviços nas APS de sua abrangência;
III - demandar às áreas técnicas responsáveis medidas necessárias para a continuidade e melhoria da prestação de serviços nas APS de sua abrangência;
IV - orientar a adequação das APS de sua abrangência quanto às diretrizes de manutenção, melhoria e padronização dos serviços e procedimentos prestados;
V - propor:
a) ao Gerente-Executivo a elaboração de estudos técnicos para localização, instalação, desativação e tipologia de unidades de atendimento; e
b) à COREC a inclusão, alteração e exclusão de serviços relacionados ao atendimento;
VI - subsidiar a GEX no atendimento às demandas internas e externas relacionadas à área de relacionamento com o cidadão;
VII - analisar os resultados obtidos com aplicação dos padrões, sistemas, métodos de avaliação de produtividade e qualidade da prestação de serviços nas APS de sua abrangência;
VIII - gerenciar, fiscalizar e monitorar os acordos de cooperação técnica, no âmbito de sua abrangência;
IX - realizar inclusões, alterações e exclusões de dados no SDC relativos à sua área de atuação; e
X - propor e promover, em articulação com a DIEDE, ações de educação previdenciária de interesse da sociedade.
Art. 310. Ao Setor de Apoio Técnico ao Relacionamento com o Cidadão - SAREC compete:
I - supervisionar as APS, garantindo o seu funcionamento, gerenciamento e qualidade, conforme métodos e padrões definidos pela DIRBEN e COREC da SR a qual se vincula;
II - supervisionar e realizar ações, projetos e programas que garantam a oferta, presencial ou remota, a continuidade e a melhoria da prestação de serviços nas APS de sua abrangência;
III - demandar às áreas técnicas responsáveis as medidas necessárias para a continuidade e melhoria da prestação de serviços nas APS de sua abrangência;
IV - orientar a adequação das APS de sua abrangência quanto às diretrizes de manutenção, melhoria e padronização dos serviços e procedimentos prestados;
V - formalizar e acompanhar os acordos de cooperação técnica, no âmbito de sua abrangência com objeto relacionado ao atendimento;
VI - promover a divulgação dos acordos de cooperação técnica celebrados, em articulação com a assessoria de comunicação; e
VII - prestar o suporte às entidades conveniadas, quanto à operacionalização dos sistemas corporativos disponibilizados.
Art. 311. Às Agências da Previdência Social - APS compete:
I - prestar:
a) orientações e informações aos cidadãos sobre direitos, obrigações e serviços gerenciados pelo INSS;
b) apoio logístico e administrativo às atividades da perícia médica federal;
c) as informações requisitadas pela Procuradoria para subsidiar a defesa do INSS em juízo; e
d) os serviços de Reabilitação Profissional e Serviço Social, nas modalidades presencial e remota;
II - atualizar as bases dos dados cadastrais, com vista a facilitar ao cidadão o acesso aos canais remotos de atendimento;
III - realizar justificação administrativa ordinária e judicial;
IV - atender às postulações oriundas dos canais de manifestação dos usuários dos serviços do INSS;
V - propor à GEX, por meio do Setor de Apoio Técnico ao Relacionamento com o Cidadão - SAREC, a celebração de acordo de cooperação técnica;
VI - quanto às atividades de gerenciamento de contratos, logística, documentação e informação, patrimônio imobiliário, engenharia e finanças:
a) recepcionar, protocolar e encaminhar à GEX requerimentos, ofícios, processos, petições e demais documentos;
b) levantar demandas da unidade e direcionar à GEX;
c) cadastrar e encaminhar documentos de pagamento de despesas referentes ao deslocamento de beneficiários da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada e de repasses de valores descontados de benefícios por decisão judicial;
d) gerenciar o envio e recebimento de malote e correspondências;
e) receber materiais e atestar o recebimento;
f) realizar inventário de material permanente; e
g) administrar o arquivo corrente;
VII - executar as atividades de orientação, informação e conscientização da sociedade, inclusive aquelas decorrentes das parcerias locais, de acordo com as diretrizes estabelecidas no PEP; e
VIII - apoiar as ações educacionais e de saúde e qualidade de vida do servidor no trabalho.
§ 1º As APS de competências específicas serão instituídas por meio de ato do Presidente, observado o interesse da administração.
§ 2º Incumbe ao Gerente de APS:
I - acompanhar o desempenho da unidade;
II -acompanhar e avaliar o desempenho dos servidores designados para executar as atividades nas Seções de Análise, em articulação com a GEX;
III - orientar os servidores lotados na APS, incluídos os que exercerem atividade nas Seções de Análise, no âmbito da GEX;

IV - acompanhar a qualidade das análises realizadas pelos servidores lotados na APS, por meio das ações de supervisão técnica conforme diretrizes definidas pela DIRBEN e orientações da GEX; e

V - desempenhar o encargo de fiscal setorial dos contratos de serviços.

Art. 312. Às Procuradorias Regionais - PROR, subordinadas diretamente ao Procurador-Geral, compete:

I - prestar consultoria e assessoramento jurídicos às respectivas SR, bem como às GEX a estas vinculadas, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993;

II - coordenar a atuação das Procuradorias Seccionais da PFE sediadas em sua respectiva área de competência territorial;

III - manter articulação com as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, nos assuntos relacionados à representação judicial do INSS;

IV - orientar, quando necessário, o cumprimento de decisões judiciais, conforme o pronunciamento sobre a sua força executória, a ser proferido pelo órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial do INSS;

V - manifestar-se sobre o pedido de representação de autoridades ou titulares de cargo efetivo do INSS, em âmbito regional, conforme art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995;

VI - auxiliar as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do INSS, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

VII - assessorar e representar extrajudicialmente o INSS e seus dirigentes e servidores, em âmbito regional, inclusive no tocante ao cumprimento de suas decisões, ressalvadas as competências da Direção Central da PFE e dos demais órgãos de execução e de direção da PGF;

VIII - atuar em colaboração com as demais Procuradorias Regionais sempre que necessário e/ou determinado pela Direção Central da PFE;

IX - gerir os respectivos serviços administrativos;

X - coordenar e acompanhar a execução do PGD na Procuradoria Regional e nas Procuradorias Seccionais vinculadas;

XI - acompanhar a execução orçamentária das ações da PFE em âmbito regional e nas Procuradorias Seccionais vinculadas; e

XII - representar a PFE em âmbito regional perante órgãos externos.

Parágrafo único. As Procuradorias Regionais exercerão suas atribuições regimentais nas áreas de competência territorial definidas em ato do Procurador-Geral.

Art. 313. À Subprocuradoria Regional - SUBREG compete auxiliar o Procurador Regional no exercício das competências regimentais previstas no art. 309.

Art. 314. Ao Serviço de Consultoria e Assessoramento Jurídico em Matéria de Benefícios - SECAJ-MB compete:

I - exercer, em âmbito regional, no que couber, as competências fixadas por este Regimento à CGMAB, em articulação com esta; e

II - desempenhar outras atividades relacionadas à atividade-fim do INSS, por determinação da respectiva Procuradoria Regional.

Art. 315. Ao Serviço de Consultoria e Assessoramento Jurídico em Matéria Administrativa - SECAJ-MA compete:

I - exercer, em âmbito regional, no que couber, as competências fixadas por este Regimento à CGMLP e à CGMPR, em articulação com estas; e

II - desempenhar outras atividades relacionadas às atividades-meio do INSS, por determinação da respectiva Procuradoria Regional.

Art. 316. Ao Setor de Apoio Administrativo - SEAADM compete prestar o auxílio técnico-administrativo necessário às atividades a cargo das Procuradorias Regionais da PFE, sob a coordenação destas.

Art. 317. Às Procuradorias Seccionais - PROS, subordinadas técnica e administrativamente às Procuradorias Regionais, compete:

I - prestar consultoria e assessoramento jurídicos às GEX de sua área de abrangência, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993;

II - manter articulação com as respectivas Procuradorias Federais ou Procuradorias Seccionais Federais, nos assuntos relacionados à representação judicial do INSS em âmbito local;

III - orientar, quando necessário, o cumprimento de decisões judiciais, conforme o pronunciamento sobre a sua força executória, a ser proferido pelo órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial do INSS;

IV - manifestar-se sobre o pedido de representação de autoridades ou titulares de cargo efetivo do INSS, em âmbito local, conforme art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995;

V - auxiliar as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do INSS, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

VI - assessorar e representar extrajudicialmente o INSS e seus dirigentes e servidores, em âmbito local, inclusive no tocante ao cumprimento de suas decisões, ressalvadas as competências da Direção Central da PFE e dos demais órgãos de execução e de direção da PGF;

VII - atuar em colaboração com as demais Procuradorias Seccionais, sempre que necessário e/ou determinado pela respectiva Procuradoria Regional da PFE;

VIII - gerir os respectivos serviços administrativos; e

IX - representar a PFE em âmbito local perante órgãos externos.

Parágrafo único. A descentralização de recursos orçamentários para as Procuradorias Seccionais será gerenciada pela respectiva Procuradoria Regional da PFE.

Art. 318. Ao Setor de Consultoria e Assessoramento Jurídico - SCAJ compete:

I - exercer, em âmbito local, no que couberem, as atribuições incumbidas por este Regimento aos Serviços de Consultoria e Assessoramento Jurídico da respectiva Procuradoria Regional, em articulação com esta; e

II - auxiliar o Procurador Seccional no exercício das competências regimentais previstas no art. 317.

Art. 319. Ao Setor de Apoio Administrativo - SAADM compete prestar o auxílio técnico-administrativo necessário às atividades a cargo das Procuradorias Seccionais da PFE, sob a coordenação destas.

Art. 320. Às Auditorias Regionais - AUD, subordinadas à Auditoria-Geral - AUDGER, compete:

I - no âmbito das atividades de auditoria interna governamental:

a) planejar, gerenciar e supervisionar:

1. os serviços de auditoria e de apuração sob a responsabilidade das Divisões de Auditoria subordinadas; e

2. as atividades de monitoramento das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria sob responsabilidade das Divisões de Auditoria subordinadas e de quantificação e registro de benefícios decorrentes de sua implementação;

b) solicitar à Coordenação-Geral de Auditoria responsável, conforme o tema, a colaboração de especialista externo quando necessário para o desenvolvimento de trabalho de auditoria; e

c) subsidiar com dados e informações as Coordenações-Gerais da AUDGER na elaboração do plano de auditoria interna, do relatório anual de atividades de auditoria interna e de outros relatórios gerenciais;

II - elaborar relatório, quando evidenciada irregularidade passível de responsabilização disciplinar, e submeter à AUDGER, com sugestão de encaminhamento à CORREG para análise; e

III - gerenciar acessos e perfis aos sistemas corporativos de interesse da atividade de auditoria interna governamental para servidores no âmbito da Auditoria Regional e unidades subordinadas.

Art. 321. À Divisão de Auditoria em Benefícios - AUDBEN compete:

I - no âmbito das atividades de auditoria interna governamental:

a) executar os serviços de auditoria e de apuração; e

b) monitorar as recomendações emitidas em decorrência dos trabalhos executados, bem como quantificar e registrar os benefícios decorrentes de sua implementação;

II - observar as diretrizes técnicas emanadas pelas Auditorias Regionais e prestar suporte técnico e operacional a estas.

Art. 322. À Divisão de Auditoria em Gestão Interna - AUDGI compete:

I - no âmbito das atividades de auditoria interna governamental:

a) executar os serviços de auditoria e de apuração; e

b) monitorar as recomendações emitidas em decorrência dos trabalhos executados, bem como quantificar e registrar os benefícios decorrentes de sua implementação;

II - observar as diretrizes técnicas emanadas pelas Auditorias Regionais e prestar suporte técnico e operacional a estas.

Art. 323. Ao Serviço de Suporte - SESUP compete:

I - auxiliar a Auditoria Regional e suas unidades no planejamento, execução e controle de atividades e rotinas administrativas, incluindo as voltadas ao/à:

a) levantamento, registro e atualização de dados e informações sobre o quadro de pessoal;

b) acompanhamento dos servidores em trabalho remoto, em suas diferentes modalidades;

c) alocação da força de trabalho; e

d) acompanhamento das capacitações realizadas e do cumprimento da carga horária mínima individual pelos servidores;

II - executar, subsidiar e prestar suporte técnico à Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Auditoria - CGPLAV, com relação às:

a) rotinas, ações e projetos voltados à gestão e melhoria da qualidade das atividades da AUDGER; e

b) atividades e rotinas de que trata o inciso I;

III - auxiliar a Auditoria Regional no controle local de acessos e perfis junto aos sistemas corporativos de interesse da atividade de auditoria interna governamental;

IV - receber, selecionar, protocolar, autuar, classificar, registrar, controlar, tramitar e expedir correspondências, expedientes, processos e demais documentos;

V - levantar a necessidade de material permanente e de consumo;

VI - gerenciar o:

a) registro, as solicitações e as movimentações referentes a material permanente; e

b) acervo documental físico da Auditoria Regional e de suas representações;

VII - solicitar reparos em material permanente, instalações e formalizar a devolução de materiais e equipamentos quando inservíveis;

VIII - catalogar e manter arquivo referente a publicações de interesse da Auditoria Regional;

IX - providenciar impressões, digitalizações e cópias reprográficas ou digitais de documentos; e

X - acompanhar demandas e outras atribuições de interesse da Auditoria Regional ou estabelecidas pela AUDGER, inclusive por meio da CGPLAV.

Art. 324. Às Corregedorias Regionais - CORR, subordinadas técnica e hierarquicamente à CORREG, compete, no âmbito da sua abrangência:

I - coordenar a apuração de possíveis irregularidades na conduta e desempenho funcional dos servidores e dirigentes nas unidades descentralizadas;

II - proceder ao juízo de admissibilidade das denúncias, representações e demais meios de notícias de infrações disciplinares e de atos lesivos à Administração Pública;

III - realizar investigação preliminar sumária;

IV - promover a instauração de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares;

V - celebrar Termo de Ajustamento de Conduta;

VI - planejar, coordenar, organizar e monitorar as atividades desenvolvidas no curso das investigações preliminares sumárias, sindicâncias e processos administrativos disciplinares;

VII - solicitar ou requisitar informações, processos e documentos necessários ao exame de matéria na área de sua competência;

VIII - solicitar, requisitar ou realizar diligências necessárias ao exame de matéria na sua área de competência;

IX - julgar processos administrativos disciplinares e sindicâncias, nos limites estabelecidos em norma específica; e

X - monitorar a atualização de dados referentes a procedimentos, sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

Art. 325. À Seção de Análise Correcional - SEACOR compete, no âmbito da sua abrangência:

I - receber e analisar as denúncias de possíveis irregularidades praticadas com reflexo na atividade correcional;

II - proceder a análise e elaborar despachos e pareceres da matéria correcional encaminhada à Corregedoria Regional;

III - providenciar, solicitar ou requisitar informações, diligências, processos e documentos necessários ao exame de matéria submetida a sua análise; e

IV - propor a instauração ou arquivamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares em sede de juízo de admissibilidade.

Art. 326. Ao Setor de Apoio à Gestão - SEAGES compete:

I - executar as atividades relacionadas à:

a) administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais; e

b) digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos;

II - manter dados atualizados referentes a procedimentos, sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 327. Ao Presidente incumbe:

I - exercer:

a) a direção superior e o comando hierárquico do Instituto; e

b) o poder disciplinar nos termos da legislação;

II - representar o INSS, no país e no exterior, ou indicar representante ou suplente, nos casos permitidos em lei;

III - julgar processos administrativos disciplinares de servidores vinculados ao INSS e aplicar-lhes penalidades, inclusive nas hipóteses de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

IV - encaminhar ao:

a) MPS propostas de instrumentos legais, documentos e relatórios para submissão ao CNPS; e

b) Ministro de Estado da Previdência Social as propostas de estrutura organizacional do INSS;

V - aprovar os relatórios semestrais de que trata a alínea "a" do inciso VII do art. 32 e remetê-los ao Ministro de Estado do Trabalho e Previdência e ao CNPS, sem prejuízo do encaminhamento de outros relatórios e informações por eles solicitados;

VI - remeter a prestação de contas do INSS ao Ministro de Estado da Previdência Social para encaminhamento ao TCU;

VII - celebrar e rescindir contratos, convênios, acordos ou instrumentos congêneres e ajustes e ordenar despesas;

VIII - alterar as competências das Coordenações-Gerais e níveis inferiores e das unidades descentralizadas;

IX - ratificar os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, autorizados conforme item 2 da alínea "b" do inciso I do § 1º do art. 71;

X - decidir sobre:

a) o Plano Anual de Ação do INSS, a proposta orçamentária anual e as suas alterações;

b) a alienação e a aquisição de bens imóveis;

c) a contratação de auditorias externas para análise e emissão de parecer sobre demonstrativos econômico-financeiros e contábeis e sobre pagamento de benefícios, com submissão dos resultados obtidos à apreciação do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência e ao CNPS;

d) a localização, a alteração, a instalação e a extinção de unidades descentralizadas; e

e) a criação de comissões de ética;

XI - solicitar à CCAF o deslinde de controvérsia de natureza jurídica entre órgãos e entidades da Administração Federal, ou a entre a Administração Pública Federal e a Administração Pública dos Estados ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. A incumbência que trata o inciso XI poderá ser subdelegada aos Superintendentes Regionais, para atuação junto às Câmaras Locais de Conciliação da Administração Federal nos Estados.

Art. 328. Aos Diretores, ao Procurador-Geral, ao Chefe de Gabinete, ao Chefe da Assessoria de Comunicação Social, ao Auditor-Geral, ao Corregedor-Geral, aos Superintendentes Regionais, aos Gerentes-Executivos, aos Gerentes de APS, aos Auditores Regionais, aos Corregedores Regionais, aos Procuradores Regionais e aos Procuradores Seccionais incumbe planejar, organizar, executar, coordenar, monitorar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às suas unidades e exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Presidente.

Art. 329. Aos Diretores, ao Procurador-Geral, ao Auditor-Geral, ao Corregedor-Geral, ao Chefe da Assessoria de Comunicação Social, aos Coordenadores-Gerais, aos Superintendentes Regionais, aos Coordenadores das SR e os Chefes de Divisão de Logística, Licitações e Contratos e de Engenharia e Patrimônio Imobiliário das SR incumbe aprovar estudos técnicos preliminares, projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência do INSS, do FRGPS, dos demais benefícios e serviços operacionalizados pelo INSS e do RPPU, em suas áreas de atuação.

Art. 330. Aos Diretores, Procurador-Geral, ao Auditor-Geral, ao Corregedor-Geral e aos Superintendentes Regionais incumbe, em suas áreas de atuação:

I - ordenar despesas e autorizar pagamentos do INSS, do FRGPS e dos demais benefícios e serviços operacionalizados pelo INSS;

II - firmar e rescindir contratos, convênios, ajustes, acordos ou instrumentos congêneres do INSS, do FRGPS, dos demais benefícios e serviços operacionalizados pelo INSS e do RPPU; e

III - receber doações de bens e serviços.

Art. 331. Aos gestores das unidades descentralizadas e aos servidores ou comissões designadas por autoridade competente incumbe atuar nas providências de liquidação de despesas do INSS, do FRGPS e dos demais benefícios e serviços operacionalizados pelo INSS e do RPPU, em suas áreas de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 332. O detalhamento das competências e atribuições não constantes deste Regimento Interno, desde que não haja controvérsia, poderá ser regulamentado por ato dos dirigentes máximos da Administração Central, em suas respectivas áreas.

Art. 333. Para os fins deste Regimento Interno, entende-se por:

I - planejar: atividade consistente em definir objetivos, desenvolver premissas sobre condições futuras, identificar meios para alcançar os objetivos e metas e definir os planos de ação necessários;

II - formular, elaborar e confeccionar: atividades que, conforme o nível hierárquico, consistem em preparar, ordenar, formar, reunir o necessário para preparar ou para construir alguma coisa;

III - organizar: atividade consistente em dividir o trabalho, agrupar atividades em uma estrutura lógica, designar as pessoas para sua execução, alocar os recursos necessários e coordenar os esforços;

IV - executar e efetuar: atividades que consistem em fazer, concretizar, efetivar, levar até ao fim, cumprir um projeto, tarefa, processo, plano ou ações;

V - coordenar e gerenciar: atividades que, conforme o nível hierárquico, consistem em administrar e conduzir os esforços em direção a um propósito comum, liderar, comunicar, incentivar, gerir conflitos, reconhecer e recompensar;

VI - analisar: atividade consistente em exame detalhado sobre determinada matéria, assunto, processo ou tarefa, observando todos os pormenores que formam cada parte da totalidade;

VII - monitorar: atividades que, conforme o nível hierárquico, consistem em definir padrões de desempenho, comparar o desempenho com os padrões e tomar a ação corretiva para assegurar o alcance dos objetivos desejados;

VIII - orientar: atividade consistente em determinar ou mostrar a direção, o caminho a seguir, definir e comunicar os preceitos que devem ser cumpridos;

IX - promover: atividade consistente em evidenciar ou fomentar algo, impulsionar, incentivar ou estimular, fazer com que algo avance; e

X - supervisionar: atividades que consistem em orientar ou inspecionar em plano superior, com poder e responsabilidade para dirigir ou controlar um trabalho ou uma atividade.

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.694, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera a classificação patrimonial e contábil de imóvel vinculado à Superintendência Regional Sudeste I, na área da Gerência-Executiva São Paulo.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e considerando o constante do Processo Administrativo nº 35014.443730/2023-21, resolve:

Art. 1º Desafetar a destinação de uso especial para dominical, passando à categoria de bem não operacional e não vinculado às atividades operacionais do INSS, o imóvel situado na Rua Martins Fontes nº 109/119, Bairro Consolação, São Paulo/SP, inscrito no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPIweb sob o nº 10036-21, vinculado à Superintendência Regional Sudeste I - SRSE-I, na zona de abrangência da Gerência-Executiva São Paulo.

Art. 2º A SRSE-I deverá instruir os procedimentos para a alteração patrimonial e contábil nos sistemas corporativos: Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e Sistema Integrado de Administração Financeira, e, após, proceder à solicitação para a alteração da listagem dos imóveis operacionais e não operacionais que constituem o patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Portaria Conjunta DGPA/PRES/INSS nº 13, de 30 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 300, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000120/2024-39, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria John Deere, CNPB nº 2005.0047-74, administrado pelo Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, CNPJ nº 02.866.728/0001-26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

PORTARIA PREVIC Nº 311, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Institui a política de alçadas para os requerimentos de operações submetidos à análise e autorização da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC), no uso das atribuições conferidas pelo inciso I do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e considerando o disposto no §2º do art. 171 da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 44011.005995/2023-46, resolve:

Art. 1º Nos requerimentos de operações submetidos à análise e autorização da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) deve ser observada a política de alçadas disposta nesta Portaria.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, entende-se por:

I - política de alçadas: a definição de competência para revisão, a partir de critérios que considerem o impacto, o risco ou a relevância da operação licenciável;

II - convenente: o patrocinador ou o instituidor de plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar.

Art. 3º A política de alçadas contempla as seguintes operações de licenciamento:

I - operações relacionadas a entidade:

a) constituição de EFPC;

b) alteração de estatuto;

c) fusão, incorporação ou cisão de EFPC;

d) encerramento de EFPC;

e) operações estruturais relacionadas que envolvam exclusivamente operações com EFPC; e

f) habilitação de dirigente.

II - operações relacionadas a plano de benefícios:

a) implantação de plano de benefícios;

b) alteração de regulamento;

c) aprovação de convênio de adesão;

d) alteração de convênio de adesão;

e) saldamento ou alteração de regulamento que repercuta no resultado do plano de benefícios;

f) transferência de gerenciamento de plano de benefícios;

g) fusão, incorporação ou cisão de plano de benefícios;

h) migração de participantes e assistidos entre planos de benefícios;

i) retirada de patrocínio;

j) rescisão unilateral de convênio de adesão;

k) destinação de reserva especial que envolva reversão de valores;

l) encerramento de plano de benefícios;

m) operações estruturais relacionadas que envolvam exclusivamente operações com plano de benefícios; e

n) certificação de modelo de regulamento de plano de benefícios ou de convênio de adesão.

Parágrafo único. Os requerimentos de reconhecimento de instituição certificadora ou dos respectivos certificados serão submetidos à revisão e à decisão do Diretor de Licenciamento.

Critérios

Art. 4º Para definição das alçadas são considerados os seguintes critérios:

I - operações relacionadas a entidade:

a) segmento da entidade, nos termos do art. 3º da Resolução Previc nº 23, de 2023; e

b) natureza do convenente predominante da entidade: patrocinador público, patrocinador privado ou instituidor.

II - operações relacionadas a plano de benefícios:

a) natureza dos convenentes: patrocinador público, patrocinador privado ou instituidor;

b) existência de risco mutualista; e

c) fator de porte, definido pelo maior valor entre o quartil apurado da quantidade de participantes e assistidos e o quartil apurado das provisões matemáticas do plano de benefícios.

Alçadas

Art. 5º As alçadas de revisão são atribuídas aos requerimentos na fase de instrução, conforme a seguir:

I - Alçada A: Diretor de Licenciamento;

II - Alçada B: Coordenador-Geral; e

III - Alçada C: Coordenador.

§1º A alçada de decisão é exclusiva do Diretor de Licenciamento.

§2º Os requerimentos de operações relacionadas a entidade serão classificados nas alçadas de revisão conforme definido no Anexo I.

§3º Os requerimentos de operações relacionadas a plano de benefícios serão classificados nas alçadas de revisão conforme definido no Anexo II.

§4º A classificação de um requerimento em uma alçada implica sua revisão pelos níveis hierárquicos inferiores, quando houver.

§5º No caso de requerimentos de operações estruturais relacionadas que envolvam ao mesmo tempo operações com entidade e operações com plano de benefícios ou de operações envolvendo mais de uma EFPC ou mais de um plano de benefícios, é considerada a operação de maior alçada.

§6º A revisão do Diretor de Licenciamento nos requerimentos de alçada A é dispensada quando a análise resultar em exigências para correção de documento ou de procedimento ou para solicitar esclarecimentos.

§7º Independentemente da alçada atribuída ao requerimento, a alçada de revisão pode ser elevada por recomendação do Coordenação-Geral da área responsável pela análise ou do Diretor de Licenciamento.

Art. 6º Os requerimentos de que tratam as alíneas "c" a "e" do inciso I do art. 3º e as alíneas "e" a "m" do inciso II do art. 3º com alçada de revisão A, bem como aqueles afetados pelos eventos de que trata o inciso II do art. 168 da Resolução Previc nº 23, de 2023, devem ser submetidos à ciência da Diretoria Colegiada da Previc previamente à decisão do Diretor de Licenciamento.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 2 de maio de 2024.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

ANEXO I

ALÇADAS DOS REQUERIMENTOS DE OPERAÇÕES RELACIONADAS A ENTIDADE

CRITÉRIOS		ALÇADA
Segmento da EFPC	Convenente Predominante	
1	Patrocinador Público	A
	Patrocinador Privado	A
	Instituidor	B
2	Patrocinador Público	A
	Patrocinador Privado	A
	Instituidor	B
3	Patrocinador Público	B
	Patrocinador Privado	B
	Instituidor	C
4	Patrocinador Público	B
	Patrocinador Privado	C
	Instituidor	C

ANEXO II

ALÇADAS DOS REQUERIMENTOS DE OPERAÇÕES RELACIONADAS A PLANO DE BENEFÍCIOS

CRITÉRIOS			ALÇADA
Convenentes	Risco Mutualista	População/Provisões Matemáticas (quartil)	
Patrocinador Público	Sim	4	A
		3	A
		2	B
		1	B
	Não	4	A
		3	B
		2	B
		1	B
Patrocinador Privado/ Instituidor	Sim	4	A
		3	B
		2	C
		1	C
	Não	4	B
		3	C
		2	C
		1	C

PORTARIA PREVIC Nº 315, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.009572/2023-03, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios MartinsPrev - CNPB nº 1998.0011-56, administrado pelo MULTIPENSIONS BRADESCO - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, CNPJ nº 02.866.728/0001-26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

PORTARIA PREVIC Nº 316, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.009620/2023-55, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios ApexPrev - CNPB nº 2013.0004-56, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil, CNPJ nº 00.544.659/0001-09

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

PORTARIA PREVIC Nº 313, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.010672/2023-74, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios da Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA, CNPB nº 2004.0002-11, administrado pelo Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, CNPJ nº 02.866.728/0001-26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

PORTARIA PREVIC Nº 314, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.010673/2023-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Suplementar Marisol Previdência, CNPB nº 1996.0015-74, administrado pelo Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, CNPJ nº 02.866.728/0001-26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

PORTARIA Nº 525, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 1º da Portaria 436, de 24 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1º Criar o consulado honorário em Rennes, República Francesa, com jurisdição sobre os departamentos de Côtes-d´Armor, Finistère, Ille-et-Vilaine e Morbihan, subordinado ao consulado-geral em Paris.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES

Ministério da Saúde

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA GM/MS Nº 3.499, DE 18 DE ABRIL DE 2024

Altera a gestão, qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Nova, UPA II), e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do município de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 174, de 6 de fevereiro de 2013, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do estado do Rio de Janeiro e do município de Cabo Frio (RJ);

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV - Do Componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) e o Conjunto de Serviços de Urgência 24 Horas, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053, de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Deliberação CIB - RJ nº 8.122 de 21 de novembro de 2023, que pactua a gestão das unidades de pronto atendimento (UPA24h) habilitadas do estado do Rio de Janeiro; e

Considerando a documentação apresentada pelo município de Cabo Frio (RJ) na Proposta SAIPS nº 163463 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 123/2024, constantes do NUP-SEI 25000.115702/2022-31, resolve:

Art. 1º Fica alterada a gestão do recurso financeiro de habilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Nova, UPA II), do Município de Cabo Frio (RJ), conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Nova, UPA II), localizada no Município de Cabo Frio (RJ), conforme Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação, conforme a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Rio de Janeiro e Município de Cabo Frio, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Cabo Frio, IBGE: 330070, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO I

HABILITAÇÃO - ALTERAÇÃO DE GESTÃO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO (ATUAL)	GESTÃO (NOVA)	AMAZÔNIA LEGAL	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	VALOR DE CUSTEIO (ANUAL R$)
RJ	330070	CABO FRIO	7003692	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA II	ESTADUAL	MUNICIPAL	NÃO	GM/MS Nº 174, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013	2.100.000,00

ANEXO II

QUALIFICAÇÃO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	AMAZÔNIA LEGAL	OPÇÃO DA QUALIFICAÇÃO	CÓDIGO DE INCENTIVO	VALOR A SER INCORPORADO (ANUAL R$)
RJ	330070	CABO FRIO	7003692	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA II	MUNICIPAL	163463	NÃO	V	82.02 - QUALIFICAÇÃO UPA 24h NOVA - OPÇÃO V	1.500.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.634, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Habilita Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC) e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Município de Lajeado no Estado do Rio Grande do Sul.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 664, de 12 de abril de 2012, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053, de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Deliberação CIB/RS nº 287, de 02 de setembro de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Sul; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Lajeado/RS na Proposta SAIPS nº 184091 e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática -- CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.043561/2024-18, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC) - Tipo II, o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, serão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 579.171,08 (quinhentos e setenta e nove mil cento e setenta e um reais e oito centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Município de Lajeado no Estado do Rio Grande do Sul.

I - o recurso referente à habilitação de 05 leitos agudos de AVC do estabelecimento descrito no Anexo, totaliza um montante anual R$ 574.875,00 (quinhentos e setenta e quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais); e

II - o recurso referente ao custeio do medicamento para realizar a trombólise do estabelecimento descrito no Anexo, totaliza um montante anual R$ 4.296,08 (quatro mil duzentos e noventa e seis reais e oito centavos).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Lajeado, IBGE 431140, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL
RS	431140	LAJEADO	HOSPITAL BRUNO BORN	2252287	MUNICIPAL	184091	16.16 - CENTRO DE ATENDIMENTO DE URGENCIA TIPO II AOS PACIENTES COM AVC	R$ 579.171,08

PORTARIA GM/MS Nº 3.646, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Habilita a Central de Regulação das Urgências (CRU) de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), destinada ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU 192), transfere Unidades Móveis entre CRUs e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Estado de São Paulo.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 958, de 17 de julho de 2023, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os valores do incentivo financeiro de custeio para manutenção das unidades móveis e Centrais de Regulação das Urgências efetivamente implantadas do SAMU 192;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.631, de 23 de outubro de 2023, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -Grupo de Atenção Especializada referente ao reajuste dos valores de habilitação e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053, de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Teto MAC); e

Considerando o Parecer Técnico nº 112/2024 da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, NUP-SEI nº 25000.022545/2024-83, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Central de Regulação da Urgências (CRU) de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 655.200,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Estado de São Paulo.

Art. 3º Ficam transferidas as Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), reguladas pela Central de Regulação das Urgências (CRU) de Ourinhos (SP) para a Central de Regulação das Urgências de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Rio Pardo, IBGE 354640, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2024.

NISIA TRINDADE LIMA

ANEXO I

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	CNES	DESCRIÇÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CRU	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR CUSTEIO (ANUAL R$)
SP	354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	MUNICIPAL	4421620	CRU	198806	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	NÃO	82.45 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGENCIAS SAMU 192	655.200,00

ANEXO II

RELAÇÃO DAS UNIDADES VINCULADAS A CRU OURINHOS (CNES: 7299796), QUE FORAM TRANSFERIDAS PARA CRU SANTA CRUZ DO RIO PARDO (CNES: 4421620) E MUNICÍPIOS COBERTOS

IBGE	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO	CNES	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	USB	7303645	Nº 1.631, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023	Nº 1.631, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023
		USB	7303726		
		USA	7303742		
355460	TIMBURI	USB	7459033		
352090	IPAUSSU	USB	7661096		
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	USB	7632363		
351015	CANITAR	COBERTO	-	-	-
355720	CHAVANTES	COBERTO	-		-
353380	ÓLEO	COBERTO	-	-	-
354320	RIBEIRÃO DO SUL	COBERTO	-	-	-
355050	SÃO PEDRO DO TURVO	COBERTO	-	-	-
351519	ESPÍRITO SANTO DO TURVO	COBERTO	-	-	-

PORTARIA GM/MS Nº 3.647, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Serrinha, e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) no Município de Araci no Estado da Bahia.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 958, de 17 de julho de 2023, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os valores do incentivo financeiro de custeio para manutenção das unidades móveis e Centrais de Regulação das Urgências efetivamente implantadas do SAMU 192;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.631, de 23 de outubro de 2023, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -Grupo de Atenção Especializada referente ao reajuste dos valores de habilitação e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.997, de 24 de novembro de 2023, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para tratar da habilitação, da homologação e do financiamento dos serviços da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053, de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a Proposta SAIPS 191177 e a correspondente avaliação e aprovação pela Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, por meio do Parecer Técnico nº 254/2024, constantes no NUP-SEI nº 25000.048781/2024-20, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no município de Araci (BA), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Serrinha, conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 137.186,40 (cento e trinta e sete mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Município de Araci no Estado da Bahia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Araci/BA, IBGE: 290210, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao incentivo financeiro de que trata esta Portaria, pode ser aplicado no custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade, desde que garantida a manutenção das unidades habilitadas e qualificadas.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001 - SAMU 192.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	IBGE	DESCRIÇÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CNES	GESTÃO	AMAZONIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR ANUAL DE CUSTEIO
BA	ARACI	290210	USB	191177	0373354	MUNICIPAL	NÃO	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	137.186,40

PORTARIA GM/MS Nº 3.651, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Estabelece recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Município de Ariquemes no Estado de Rondônia, referente ao incentivo financeiro de Transporte Sanitário Adaptado.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando o Anexo XIII - Aprova a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência - PNAISPD, da Portaria de Consolidação GM/M nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando o Anexo VI - que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolidação as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.526 de 11 de outubro de 2023, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria SAES/MS nº 1.148, de 21 de dezembro de 2023, que atualiza o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053 de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Resolução Nº 012/2024/SESAU-CIB, de 08 de fevereiro de 2024; e

Considerando a documentação apresentada pelo município de Ariquemes/RO na Proposta SAIPS nº 195022 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGSPD/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.038069/2024-12, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Município de Ariquemes no Estado de Rondônia.

Parágrafo único. O recurso de que trata o caput refere-se ao incentivo financeiro de custeio para o Transporte Sanitário Adaptado vinculado ao estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria, cuja transferência poderá ser interrompida em casos de irregularidades constatadas ou suspensão e desabilitação do estabelecimento.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, ao Fundo Municipal de Saúde de Ariquemes (RO), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	NÚMERO DA PROPOSTA SAIPS	TIPO DE HABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO VINCULADO AO TRANSPORTE SANITÁRIO ADAPTADO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	CUSTEIO ANUAL
RO	110002	ARIQUEMES	CENTRO DE REABILITAÇÃO BELMIRA DE ARAÚJO	5924375	MUNICIPAL	195022	CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER III (AUDITIVA, FÍSICA E VISUAL)	82.86 - TRANSPORTE SANITÁRIO ADAPTADO I	R$ 48.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.657, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera a gestão de estabelecimentos e da transferência de recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), dos Municípios de Joinville e Lages para o Estado de Santa Catarina.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.001, de 21 de julho de 2023, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de Santa Catarina e Municípios; e

Considerando Ofício nº 148/2024 de 31 de janeiro de 2024, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, bem como a aprovação no âmbito da Resolução CIB/SC nº 483, de 24 de agosto de 2023, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Santa Catarina, constante no NUP-SEI nº 25000.064765/2023-01, resolve:

Art. 1º Fica alterada, de Municipal para Estadual, a gestão dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica alterada a transferência de recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, do montante de R$ 4.990.759,33 (quatro milhões, novecentos e noventa mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos), incorporado ao limite financeiro de média e Alta Complexidade MAC dos Municípios de Joinville e Lages, para o Estado de Santa Catarina, conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º A alteração de gestão, objeto desta Portaria, não acarretará impacto financeiro a este Ministério da Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário permanece onerando o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TOTAL
SC	420910	JOINVILLE	HOSPITAL INFANTIL DR JESER AMARANTE FARIA	6048692	ESTADUAL	R$ 1.538.956,87
SC	420930	LAGES	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS	2504332	ESTADUAL	R$ 3.451.802,46

PORTARIA GM/MS Nº 3.659, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências de Florianópolis (Grande) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) no Município de Tijucas no Estado de Santa Catarina.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 958, de 17 de julho de 2023, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os valores do incentivo financeiro de custeio para manutenção das unidades móveis e Centrais de Regulação das Urgências efetivamente implantadas do SAMU 192;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.631, de 23 de outubro de 2023, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -Grupo de Atenção Especializada referente ao reajuste dos valores de habilitação e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.997, de 24 de novembro de 2023, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para tratar da habilitação, da homologação e do financiamento dos serviços da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053, de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a Proposta SAIPS 187637 e a correspondente avaliação e aprovação pela Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, por meio do Parecer Técnico nº 197/2024, constantes no NUP-SEI nº 25000.123707/2020-76, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Florianópolis (Grande), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 137.186,40 (cento e trinta e sete mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Município de Tijucas no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Tijucas/SC, IBGE: 421800, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao incentivo financeiro de que trata esta Portaria, pode ser aplicado no custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade, desde que garantida a manutenção das unidades habilitadas e qualificadas.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001 - SAMU 192.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	IBGE	DESCRIÇÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CNES	GESTÃO	AMAZONIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR ANUAL DE CUSTEIO
SC	TIJUCAS	421800	USB	187637	6991521	MUNICIPAL	NÃO	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	137.186,40

PORTARIA GM/MS Nº 3.662, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Habilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, Enteral e Parenteral e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado da Bahia.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto Financeiro em Terapia Nutricional a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando o Capítulo IX - da Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), por meio da Resolução CIB nº 035/2023, de 23 de março de 2023; e

Considerando a documentação apresentada na Proposta SAIPS nº 170013 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.025387/2024-13, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Terapia Nutricional Enteral e Parenteral, o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 6.834,52 (seis mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado da Bahia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual da Bahia, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto dessa Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO HABILITAÇÃO
BA	292740	SALVADOR	MATERNIDADE TSYLLA BALBINO	0004170	ESTADUAL	170013	23.01 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TERAPIA NUTRICIONAL 23.04 - ENTERAL E PARENTERAL

PORTARIA GM/MS Nº 3.663, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Autoriza o repasse referente ao incremento financeiro emergencial de custeio de resposta às emergências em saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e considerando a Portaria GM/MS nº 3.160, de 9 de fevereiro de 2024, que alterou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para regulamentar o incremento financeiro de que trata o art. 8º, inciso II, no caso de custeio de resposta a emergências em saúde pública no âmbito da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde e da Vigilância em Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse financeiro emergencial do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, na forma do Anexo, para o custeio de respostas às emergências em saúde pública.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias às transferências dos recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 3º O repasse de eventuais parcelas subsequentes, ficará condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Inciso II, do §2º do Art. 8-C, da Portaria 3.160/2024, pelo ente beneficiário.

Art. 4º O ente beneficiário deverá comprovar a aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, nos termos do art. 660 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 2017.

Art. 5º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.5123.20AL - Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

VALORES DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS

UF	GESTÃO MUNICIPAL	IBGE	Total
MG	Jacinto	313470	R$ 30.840,00
MG	Perdões	314990	R$ 30.750,00
MG	São Sebastião do Rio Verde	316490	R$ 5.252,00
PR	Imbituva	411010	R$ 47.905,00
PR	Pato Branco	411850	R$ 304.405,00
PR	Santa Helena	412350	R$ 45.051,00
PR	Umuarama	412810	R$ 177.953,00
RJ	Belford Roxo	330045	R$ 871.278,00
SC	Tijucas	421800	R$ 114.807,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.682, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilita Unidade de Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Hemodiálise e nos Estágios 4 e 5 (Pré-dialítico).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.675, de 7 de junho de 2018, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a O CIB-PI nº 109/2024, que aprova habilitação do serviço ambulatorial especializada em DRC com Hemodiálise e nos estágios pré-dialítico 4 e 5 na Nefroclinica Sul (CNES 4381068), de 9 de abril de 2024; e

Considerando a documentação apresentada na Proposta SAIPS nº 200165 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.060958/2024-66, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade de Atenção Especializada em Doença Renal Crônica (DRC) com Hemodiálise e nos Estágios 4 e 5 (Pré-dialítico), o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual estimado de R$ 1.764.233,67 (um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil duzentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos), a ser disponibilizado por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC ao Estado do Piauí.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do recurso financeiro ao Fundo Estadual do Piauí, após a apuração da produção na Base de Dados dos Sistemas de Informações do SUS, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	IBGE MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO
PI	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	NEFROCLINICA SUL	4381068	ESTADUAL	200165	15.04- ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM DRC COM HEMODIÁLISE 15.06- ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM DRC NOS ESTÁGIOS 4 E 5 PRÉ-DIALÍTICO

PORTARIA GM/MS Nº 3.685, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado, em parcela única, ao Município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS, nº 828 de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017/, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053 de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Resolução CIB/RJ nº 8.627, de 11 de abril de 2024, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio de Janeiro; e

Considerando o Ofício nº 00186/SMSDC - GAB/2024, de 18 de abril de 2024, da Secretaria de Municipal de Saúde de Duque de Caxias/RJ, constante no NUP - SEI nº 25000.061286/2024-14, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser disponibilizado ao Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, em parcela única.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Duque de Caxias, IBGE 330170, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

PORTARIA GM/MS Nº 3.686, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Município de Goiânia no Estado do Goiás.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.053, de 8 de janeiro de 2024, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando o Ofício nº 39/2024 SECGER, de 09 de janeiro de 2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia/GO; e

Considerando a Resolução CIB/GO n.º 080/2024, de 09 de abril de 2024, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiânia, constante no NUP - SEI n.º 25000.004338/2024-47, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 77.808.867,46 (setenta e sete milhões, oitocentos e oito mil oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Município de Goiânia, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. O recurso estabelecido no caput refere-se ao custeio do Hospital e Maternidade Municipal Célia Câmara, CNES 0024074.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, ao Fundo Municipal de Saúde de Goiânia, IBGE 520870, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5118.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2024.

NÍSIA TRINDADE LIMA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria GM/MS nº 3.477, de 3 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 65, de 4 de abril de 2024, Seção 1, página 159, ONDE SE LÊ:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	PROPOSTA SAIPS	AMAZÔNIA LEGAL	EMAD I	EMAD II	EMAP	VALOR ANUAL EMAD I	VALOR ANUAL EMAD II	VALOR ANUAL EMAP	VALOR ANUAL TOTAL
DF	530010	BRASÍLIA	MUNICIPAL	192959	NÃO	1	0	0	RS 780.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	RS 780.000,00

LEIA-SE:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	PROPOSTA SAIPS	AMAZÔNIA LEGAL	EMAD I	EMAD II	EMAP	VALOR ANUAL EMAD I	VALOR ANUAL EMAD II	VALOR ANUAL EMAP	VALOR ANUAL TOTAL
DF	530000	BRASÍLIA	ESTADUAL	192959	NÃO	1	0	0	RS 780.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	RS 780.000,00

RETIFICAÇÃO

No art. 5º da Portaria GM/MS nº 3.525, de 12 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 73, de 16 de abril de 2024, Seção 1, página 59, onde se lê: "Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação", leia-se: "Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2024."

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA SAES/SECTICS Nº 5, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Fibrose Cística.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem os parâmetros sobre a fibrose cística no Brasil e as diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 889/2024 e o Relatório de Recomendação nº 892 - Março de 2024, da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e a avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SECTICS/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SECTICS/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Fibrose Cística.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da fibrose cística, os critérios de diagnóstico e tratamento e os mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais (efeitos ou eventos adversos) relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da fibrose cística.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme suas competências e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no Anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 25, de 27 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 245, de 29 de dezembro de 2021, seção 1, página 172 e 173

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO MASSUDA
Secretário de Atenção Especializada à Saúde

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA SAPS/MS Nº 23, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Divulga a lista dos nomes e respectivos Registros Únicos de médicos intercambistas (perfil II) do 32º ciclo do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, do Anexo I, Seção II do Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, Registro Único para o exercício da medicina - RMS, exclusivamente no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O Registro Único para o exercício da medicina - RMS expedido aos médicos intercambistas tem validade a partir da data de início das atividades, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	CPF	NOME	RMS	UF	DSEI	Início das Atividades
25000.109066/2014-07	XXX.804.732-XX	ROBERTH MILTON OLIVERA AMARILDO	1305867	AM	ALTO RIO NEGRO	20/11/2023
25000.171566/2023-41	XXX.597.801-XX	ELLOISA MENDES BERQUO	1306142	AM	ALTO RIO NEGRO	08/04/2024
25000.012389/2024-42	XXX.977.041-XX	SANDRO LEAO MARTINS FILHO	1306155	AM	ALTO RIO NEGRO	08/04/2024
25000.058916/2017-36	XXX.746.343-XX	LEANDRO DOS SANTOS PEREIRA	1305866	AM	ALTO SOLIMOES	21/11/2023
25000.171647/2023-41	XXX.406.092-XX	FABRICIO BRASIL ADAM	1306143	AM	ALTO SOLIMOES	08/04/2024
25000.172358/2023-69	XXX.046.864-XX	IZANDRO ALLYSSON BESERRA LUCENA	1306144	AM	ALTO SOLIMOES	08/04/2024
25000.011988/2024-49	XXX.497.701-XX	KAMYLA ESSE CARNEIRO	1306148	AM	ALTO SOLIMOES	08/04/2024
25000.171516/2023-63	XXX.733.522-XX	EDSON CABRAL DA PAIXAO	1306141	AM	JAVARI	08/04/2024
25000.012303/2024-81	XXX.820.825-XX	JOABE BERNARDINO SANTOS SENA	1306145	AM	JAVARI	08/04/2024
25000.172493/2023-12	XXX.448.625-XX	JULLIANA FEITOZA BARRETO	1306147	AM	JAVARI	08/04/2024
25000.173038/2023-26	XXX.787.111-XX	LEONARDO SILVEIRA SANTOS	1306149	AM	JAVARI	08/04/2024

25000.011930/2024-03	XXX.781.402-XX	JOAO ANTONIO RODRIGUES BRONZEADO	1306146	AM	MANAUS	08/04/2024
25000.173042/2023-94	XXX.751.255-XX	LEVI SANTOS DA SILVA	1306152	AM	MEDIO PURUS	08/04/2024
25000.173147/2023-43	XXX.004.256-XX	NATHAN OLIVEIRA SOUSA	1306154	AM	MEDIO PURUS	08/04/2024
25000.173506/2023-62	XXX.528.408-XX	VERONICA GERMANO GRESPAN	1306150	AM	MEDIO PURUS	08/04/2024
25000.217301/2013-24	XXX.971.251-XX	EARL GEORGE GREAVES STREET	1305865	AM	MEDIO SOLIMOES	21/11/2023
25000.012197/2024-36	XXX.123.983-XX	FYLIPE AGUIAR MOURA	1306162	AM	MEDIO SOLIMOES	08/04/2024
25000.173052/2023-20	XXX.416.902-XX	MARCIO ANTONIO DE ABREU BRASIL	1306153	AM	MEDIO SOLIMOES	08/04/2024
25000.012567/2024-35	XXX.393.232-XX	WELITON SOBRINHO GUIMARAES	1306151	AM	MEDIO SOLIMOES	08/04/2024
25000.012286/2024-82	XXX.724.985-XX	GILVAN SALES DO NASCIMENTO	2905908	BA	BAHIA	08/04/2024
25000.011342/2024-61	XXX.853.665-XX	JOANNES MAGNUS BORGES PINHEIRO	2905909	BA	BAHIA	08/04/2024
25000.040648/2014-53	XXX.227.201-XX	ANGEL MANUEL SANTIESTEBAN GONZALEZ	5005602	MS	MATO GROSSO DO SUL	21/11/2023
25000.027431/2014-58	XXX.018.639-XX	BEATRIZ IRIA SIEVERS AMPESSAN	5005668	MS	MATO GROSSO DO SUL	06/02/2024
25000.035912/2014-37	XXX.697.331-XX	JORGE EDUARDO GARCIA VELIZ	5005669	MS	MATO GROSSO DO SUL	06/02/2024
25000.073291/2014-90	XXX.534.391-XX	REINA RUIZ BARRERA	5005667	MS	MATO GROSSO DO SUL	06/02/2024
25000.012070/2024-17	XXX.046.281-XX	ADLER BARUJA DE MELO	5005703	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012110/2024-21	XXX.514.122-XX	ANA PAULA KAROLKIEVICZ	5005704	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012127/2024-88	XXX.028.901-XX	ANDREIA DOS SANTOS FERNANDES VERGARA	5005705	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.171283/2023-07	XXX.089.831-XX	ANNA PAULA ROSA LINO	5005706	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.171369/2023-21	XXX.218.921-XX	CASSILA CARINE MIRANDA NUNES	5005707	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012152/2024-61	XXX.856.764-XX	CLAUDIO WILLIAM DE OLIVEIRA	5005708	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.171438/2023-05	XXX.660.733-XX	DANIEL SILVA MARQUES	5005709	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012161/2024-52	XXX.059.001-XX	DEBORAH CRYSTIE ADAMES GARZON	5005710	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.171735/2023-42	XXX.283.411-XX	FLAVIANY RODRIGUES BERTIEL	5005711	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012189/2024-90	XXX.310.961-XX	FRANCISLEI BRUM OJEDA FILHO	5005712	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012273/2024-11	XXX.857.161-XX	GABRIEL DA CUNHA DIAS MERLO	5005713	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.173034/2023-48	XXX.436.281-XX	LAURA DAMACENO SOUSA FERREIRA DA SILVA	5005722	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012275/2024-01	XXX.678.431-XX	ROMULO MARTIN ESCOBAR DELEON	5005714	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012307/2024-60	XXX.407.371-XX	ROSANGELA NOGUEIRA DE ARAUJO SILVA	5005715	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.173498/2023-54	XXX.314.161-XX	THALITA HIRATA PARDO	5005723	MS	MATO GROSSO DO SUL	08/04/2024
25000.012121/2024-19	XXX.916.541-XX	ANDREA DE ALMEIDA SILVA	5105715	MT	ARAGUAIA	08/04/2024
25000.173087/2023-69	XXX.555.171-XX	MIGUEL PEREIRA DE SOUZA NETO	5105753	MT	ARAGUAIA	08/04/2024
25000.011973/2024-81	XXX.278.841-XX	JULIA GABRIELE SANTOS FREITAS	5105726	MT	CUIABA	08/04/2024
25000.173092/2023-71	XXX.025.211-XX	MILLENA GABRIELI ANDRADE E SILVA	5105734	MT	CUIABA	08/04/2024
25000.012209/2024-22	XXX.652.351-XX	RAISSA BEZERRA DANTAS REICH	5105728	MT	CUIABA	08/04/2024
25000.012244/2024-41	XXX.924.831-XX	REBECA DE LIMA	5105729	MT	CUIABA	08/04/2024
25000.012534/2024-95	XXX.766.454-XX	VERONICA JORGE DA SILVA SANTOS	5105732	MT	CUIABA	08/04/2024
25000.059080/2017-97	XXX.855.491-XX	MARCIO SANTOS SILVA	5105607	MT	KAIAPO MATO GROSSO	21/11/2023
25000.012005/2024-91	XXX.668.751-XX	LILLIAM ALLINE DA COSTA	5105727	MT	KAIAPO MATO GROSSO	08/04/2024
25000.073608/2014-98	XXX.475.921-XX	ALFREDO MARRERO ALFONSO	5105606	MT	XAVANTE	21/11/2023
25000.107553/2016-99	XXX.984.721-XX	FAUSTO SOUSA DOS ANJOS	5105608	MT	XAVANTE	21/11/2023
25000.171277/2023-41	XXX.146.386-XX	ALMELINO RODRIGUES DE SOUZA NETO	5105714	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.171389/2023-01	XXX.234.891-XX	CHRISTIANE PINTO DE ARRUDA	5105717	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.171502/2023-40	XXX.861.802-XX	DARCY GOMES FARIA NETO	5105733	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.171536/2023-34	XXX.769.171-XX	ELDER JONNY PEREIRA LIMA	5105719	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.012201/2024-66	XXX.286.021-XX	GABRIEL LUCAS FERRAZ DE SOUSA	5105720	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.171749/2023-66	XXX.623.731-XX	GESSICA NAYARA DA SILVA MOTTA	5105721	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.012295/2024-73	XXX.187.661-XX	JEFFERSON QUINTINO DA SILVA	5105722	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.172449/2023-02	XXX.487.862-XX	JESSICA ARAUJO DA ROCHA COELHO	5105723	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.172476/2023-77	XXX.399.311-XX	JESSICA CAROLINE KRUPCK DE LIMA	5105724	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.011933/2024-39	XXX.931.261-XX	JORDANA SOUZA ATAIDES	5105725	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.173133/2023-20	XXX.440.131-XX	NATHALIA ALVES DE FREITAS DINIZ	5105735	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.012261/2024-89	XXX.121.651-XX	RODRIGO GOMES DE ARAUJO	5105736	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.012338/2024-11	XXX.800.522-XX	SAMARA PEREIRA	5105730	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.173734/2023-32	XXX.426.961-XX	SANDY KYARA OLIVEIRA	5105737	MT	XAVANTE	08/04/2024
25000.171214/2023-95	XXX.866.731-XX	ADRIANA GALVAO GOMES	5105713	MT	XINGU	08/04/2024
25000.171330/2023-12	XXX.778.573-XX	BRENO ALVES LUZ	5105716	MT	XINGU	08/04/2024
25000.171427/2023-17	XXX.611.321-XX	DAIANE CAROLINE DOS SANTOS RODRIGUES	5105718	MT	XINGU	08/04/2024
25000.012431/2024-25	XXX.154.181-XX	THAIS FERNANDA ALCANTARA SOUZA	5105731	MT	XINGU	08/04/2024
25000.107075/2016-17	XXX.193.372-XX	ANDERSON LUIS DOS SANTOS TORRES	1105634	RO	PORTO VELHO	06/02/2024
25000.012100/2024-95	XXX.965.312-XX	ALEXIA IARA ELIAS LIMA	1105647	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.012183/2024-12	XXX.693.442-XX	FABIO DE SOUZA OLIVEIRA	1105658	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.012015/2024-27	XXX.514.782-XX	LINNEKER HERBERT SANTANA PARADA	1105648	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.012131/2024-46	XXX.486.842-XX	MIZAEL DA SILVA	1105649	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.045219/2014-72	XXX.197.311-XX	MAIDELIN RAMOS CASTILLO	1405647	RR	LESTE RR	21/11/2023
25000.171654/2023-42	XXX.373.803-XX	FILIPE SOUSA DA SILVA	1405732	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.012116/2024-06	XXX.035.673-XX	MARYLIA GABRIELLA SOUZA MORAIS	1405725	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.012124/2024-44	XXX.032.134-XX	MELQUIZEDECK FERNANDO SANTOS	1405738	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.012163/2024-41	XXX.082.271-XX	PABLO JUAREZ FERNANDES DURO	1405726	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.173349/2023-95	XXX.563.093-XX	ROMULO TEIXEIRA FERRAZ	1405727	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.012319/2024-94	XXX.046.014-XX	ROSELY DE PAULA ALVES	1405737	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.012423/2024-89	XXX.354.185-XX	TAMIRES PAIVA MEIRA	1405729	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.012583/2024-28	XXX.908.081-XX	WESLEY JOSE DA SILVA	1405731	RR	LESTE RR	08/04/2024
25000.012147/2024-59	XXX.363.945-XX	CHRYSTIAN WILLIAM NOVAIS DA SILVA DE FRANCA	1405718	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.171548/2023-69	XXX.502.134-XX	ELIANE FREIRE DA SILVA	1405719	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.012174/2024-21	XXX.124.544-XX	EMANUEL EVERTON DOS SANTOS SILVA	1405720	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.171634/2023-71	XXX.489.992-XX	EVERALDO FERREIRA DE SOUZA	1405721	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.171640/2023-29	XXX.879.233-XX	FABIO RIVELINO RODRIGUES FERNANDES JUNIOR	1405722	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.011980/2024-82	XXX.576.772-XX	JULIANA BEZERRA GUIMARAES	1405723	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.011997/2024-30	XXX.811.232-XX	KELLY CRISTINA SILVA MAMI	1405724	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.012035/2024-06	XXX.948.632-XX	LUCINDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	1405739	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.012052/2024-35	XXX.450.011-XX	MAIARA PEREIRA DOS SANTOS SILVA	1405733	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.012084/2024-31	XXX.993.554-XX	MARILIA FRANCELINA DA SILVA	1405734	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.012359/2024-36	XXX.932.951-XX	SAMYLA RENATA DE OLIVEIRA MILHOMEM	1405728	RR	YANOMAMI	08/04/2024
25000.012484/2024-46	XXX.836.933-XX	UDSON FRANCISCO SANTANA GOMES	1405730	RR	YANOMAMI	08/04/2024

PORTARIA SAPS/MS Nº 24, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas (perfil II) do 31º ciclo do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, do Anexo I, Seção II do Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, Registro Único para o exercício da medicina - RMS, exclusivamente no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O Registro Único para o exercício da medicina - RMS expedido aos médicos intercambistas tem validade a partir da data de início das atividades, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	CPF	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO	INÍCIO DAS ATIVIDADES
25000.175897/2023-50	XXX.310.812-XX	ADAO LENON DA SILVA BARRETO	1205619	AC	RIO BRANCO	08/04/2024
25000.169913/2023-75	XXX.270.952-XX	GARDIANE SILVA DA COSTA	1205620	AC	RIO BRANCO	08/04/2024
25000.167415/2023-98	XXX.456.152-XX	CRISTIANNE SILVA DE ALMEIDA	1205618	AC	SENA MADUREIRA	08/04/2024
25000.167490/2023-59	XXX.490.824-XX	ALANE KELLY DA SILVA OLIVEIRA MELO	2705608	AL	CAMPO ALEGRE	08/04/2024
25000.167460/2023-42	XXX.768.194-XX	GLICIA GABRIELA DA SILVA BARROS	2705613	AL	DELMIRO GOUVEIA	08/04/2024
25000.173046/2023-72	XXX.107.814-XX	LUIZ DANIEL BARBOZA PAES	2705617	AL	DOIS RIACHOS	08/04/2024
25000.167513/2023-25	XXX.569.894-XX	CELIA ELOA PEREIRA WANDERLEY	2705610	AL	OURO BRANCO	08/04/2024
25000.167506/2023-23	XXX.963.984-XX	DOUGLAS WEVERTON CIRIACO BEZERRA	2705612	AL	OURO BRANCO	08/04/2024
25000.167522/2023-16	XXX.423.854-XX	CARLA CAROLINE DE LIMA ROZENDO	2705609	AL	PARICONHA	08/04/2024
25000.167727/2023-00	XXX.465.534-XX	SOLANGE RIBEIRO DE MELO	2705615	AL	PARICONHA	08/04/2024
25000.167763/2023-65	XXX.219.767-XX	CAIO DE SOUZA TAMIOZZO	2705616	AL	SAO JOSE DA TAPERA	08/04/2024
25000.167750/2023-96	XXX.862.964-XX	DENISON MONTEIRO NOBRE	2705611	AL	SAO JOSE DA TAPERA	08/04/2024
25000.167736/2023-92	XXX.655.734-XX	IARA DOS SANTOS	2705614	AL	TEOTONIO VILELA	08/04/2024
25000.144087/2023-51	XXX.834.252-XX	FRANCIELE JUSTINIANO TEIXEIRA	1305945	AM	ANAMA	20/02/2024
25000.167779/2023-78	XXX.610.722-XX	MAIARA NUNES BATALHA	1306133	AM	ANAMA	08/04/2024
25000.167791/2023-82	XXX.022.511-XX	BEATRIZ DOS SANTOS MANFRE	1306124	AM	APUI	08/04/2024
25000.167829/2023-17	XXX.169.022-XX	EDVAN SOARES GONCALVES	1306128	AM	APUI	08/04/2024
25000.167848/2023-43	XXX.743.071-XX	CLAUDIA DEISE ARROYO VILLARROEL	1306126	AM	BARCELOS	08/04/2024
25000.180382/2023-71	XXX.019.802-XX	JUNIOR RODRIGUES BATISTA	1306115	AM	BERURI	08/01/2024
25000.167861/2023-01	XXX.194.202-XX	SARAH OLIVEIRA DE SOUZA	1306138	AM	CAAPIRANGA	08/04/2024
25000.167704/2023-97	XXX.590.422-XX	ANDRESSA GADELHA ROCHA	1306123	AM	CAREIRO	08/04/2024
25000.167885/2023-51	XXX.358.802-XX	IRISMAR BARBOSA DO NASCIMENTO	1306130	AM	CAREIRO	08/04/2024
25000.167898/2023-21	XXX.941.082-XX	PATRICK DOS SANTOS OLIVEIRA	1306161	AM	CAREIRO	08/04/2024
25000.167910/2023-05	XXX.018.582-XX	TIAGO LUIZ ALVES YAWANAWA	1306139	AM	GUAJARA	08/04/2024
25000.167981/2023-08	XXX.966.002-XX	LUANA ESMYTH DE MELO MOURAO	1306132	AM	IPIXUNA	08/04/2024
25000.080366/2015-70	XXX.548.092-XX	ANTENOR ALEXANDRE PORTO NETO	1306119	AM	MANACAPURU	04/03/2024
25000.168008/2023-06	XXX.988.694-XX	DIANA DUSE HONORATO DE FARIAS	1306127	AM	MANAQUIRI	08/04/2024
25000.168032/2023-37	XXX.302.102-XX	MAURINO PEREIRA DE ALMEIDA	1306160	AM	MARAA	08/04/2024
25000.199929/2015-01	XXX.923.611-XX	OSDANY OLAZABAL AROSTEGUI	1306120	AM	MAUES	04/03/2024
25000.137185/2023-32	XXX.795.602-XX	ENNIO ROBERTO DOS SANTOS NUNES	1305941	AM	NHAMUNDA	04/12/2023
25000.168097/2023-82	XXX.446.989-XX	EDUARDO FICAGNA	1306158	AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	08/04/2024
25000.168257/2023-93	XXX.042.119-XX	MUNIRA CHURK LAGO	1306135	AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	08/04/2024
25000.168268/2023-73	XXX.623.492-XX	UISLEI INACIO DE MELO	1306140	AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	08/04/2024
25000.168274/2023-21	XXX.164.222-XX	IVOLEIA LEITE GOMES	1306131	AM	TONANTINS	08/04/2024
25000.168280/2023-88	XXX.238.502-XX	MARIA OLIVANIA PINTO ARAUJO	1306134	AM	TONANTINS	08/04/2024
25000.168320/2023-91	XXX.593.152-XX	ROGERIO MOREIRA DE OLIVEIRA	1306137	AM	TONANTINS	08/04/2024
25000.168333/2023-61	XXX.935.689-XX	CARLOS EDUARDO KLAPOUCH	1306125	AM	UARINI	08/04/2024
25000.141381/2023-10	XXX.834.002-XX	DIOGO RODRIGUES MARTINS	1605663	AP	FERREIRA GOMES	15/01/2024
25000.168362/2023-22	XXX.879.962-XX	LAYRA MONYCK SOUZA FORTUNATO	1605665	AP	LARANJAL DO JARI	08/04/2024
25000.168401/2023-91	XXX.591.142-XX	CARLA UANE DE OLIVEIRA ATAIDE	1605664	AP	OIAPOQUE	08/04/2024
25000.143080/2023-12	XXX.794.552-XX	LUCIELE CARDOSO LEAL JUNIOR	1605666	AP	TARTARUGALZINHO	08/04/2024
25000.167933/2023-10	XXX.979.082-XX	AURIETE FERREIRA LIMA	2905910	BA	ALAGOINHAS	08/04/2024
25000.168416/2023-50	XXX.891.435-XX	GEORLANDIA SANTOS DE AZEVEDO MAGNO	2905869	BA	ALAGOINHAS	08/04/2024
25000.168446/2023-66	XXX.647.405-XX	MAKEYLLA ARAUJO DOS SANTOS	2905888	BA	APORA	08/04/2024
25000.168459/2023-35	XXX.532.654-XX	MARIA ISABEL LIMA DA SILVA	2905889	BA	APORA	08/04/2024
25000.168425/2023-41	XXX.342.802-XX	NALVILENE MOTA XIMENES	2905893	BA	APORA	08/04/2024
25000.175891/2023-82	XXX.428.735-XX	CARLOS ALBERTO DE MATOS FERREIRA	2905911	BA	BELMONTE	08/04/2024
25000.168482/2023-20	XXX.025.258-XX	BRENDA DE SOUZA SANTOS	2905858	BA	BROTAS DE MACAUBAS	08/04/2024
25000.183428/2023-12	XXX.668.305-XX	ROSEMAGNO PEREIRA	2905926	BA	BRUMADO	08/04/2024
25000.012098/2024-54	XXX.561.805-XX	MARIO CHAVES MACHADO	2905930	BA	BUERAREMA	08/04/2024
25000.168534/2023-68	XXX.108.245-XX	ADAMILLY ROSA DE JESUS	2905854	BA	CAMACAN	08/04/2024
25000.168558/2023-17	XXX.919.965-XX	ANDRE TORRES ROCHA	2905856	BA	CAMACAN	08/04/2024
25000.168512/2023-06	XXX.798.495-XX	FABRICIO SANTIAGO DOS SANTOS	2905913	BA	CAMACAN	08/04/2024
25000.075588/2014-90	XXX.832.201-XX	ADRIANA CASTILLO FERNANDEZ	2905846	BA	CAMACARI	05/03/2024
25000.169130/2023-91	XXX.746.925-XX	ANA CLAUDIA MARTINS SOUZA	2905855	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169125/2023-89	XXX.289.845-XX	BRUNA COUTO DE AZEVEDO	2905859	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169177/2023-55	XXX.164.935-XX	CAMILA RAIRA FERNANDES SANTOS	2905860	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.168605/2023-22	XXX.207.736-XX	DAYANNA RODRIGUES CHAVES	2905862	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169182/2023-68	XXX.471.495-XX	DEYVID JOSE SILVA PORCINO	2905864	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169159/2023-73	XXX.672.265-XX	ERICA STEFANELLI CABRAL	2905866	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169145/2023-50	XXX.637.165-XX	HELRIJESUS ALVES LIMA	2905872	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169104/2023-63	XXX.497.725-XX	JEAN BACK SANTOS DA SILVA	2905874	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169176/2023-19	XXX.356.222-XX	KEILA OLIVEIRA DA SILVA	2905882	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169166/2023-75	XXX.085.192-XX	LORAYNE DE SOUZA TOLEDO GUSMAN	2905885	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.168617/2023-57	XXX.907.362-XX	PRASSANTH ALI BALLIVIAN BARROSO	2905897	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.168631/2023-51	XXX.437.201-XX	YANKA LOPES GRUBERT	2905907	BA	CAMACARI	08/04/2024
25000.169194/2023-92	XXX.139.575-XX	LAZARO OLIVEIRA ALVES	2905883	BA	CAMAMU	08/04/2024
25000.169195/2023-37	XXX.259.351-XX	DEBORA DANIANE VIANA CALISTO	2905863	BA	CHORROCHO	08/04/2024
25000.166663/2016-92	XXX.663.265-XX	ELEN RAMOS DOS REIS	2905851	BA	CIPO	04/03/2024
25000.169196/2023-81	XXX.718.175-XX	MATHEUS CARDOSO ABREU	2905891	BA	CIPO	08/04/2024
25000.182916/2023-02	XXX.316.965-XX	MANUELLA LEAL FRAIFE	2905917	BA	COARACI	08/04/2024
25000.169212/2023-36	XXX.940.105-XX	NAYARA RIBEIRO DUTRA	2905921	BA	CORACAO DE MARIA	08/04/2024
25000.169214/2023-25	XXX.512.265-XX	PAULA OLIVEIRA PEDREIRA	2905924	BA	CORACAO DE MARIA	08/04/2024
25000.169289/2023-14	XXX.006.415-XX	JOSE LUIZ SANTOS ALMEIDA JUNIOR	2905878	BA	GUAJERU	08/04/2024
25000.169215/2023-70	XXX.822.275-XX	ELIAS MACIEL FERREIRA JUNIOR	2905865	BA	HELIOPOLIS	08/04/2024
25000.169220/2023-82	XXX.436.785-XX	ATHOS OLIVEIRA DE ANDRADE	2905857	BA	IBICUI	08/04/2024
25000.169219/2023-58	XXX.062.215-XX	JEMIMA FIRMO DE CARVALHO CEO	2905875	BA	IBICUI	08/04/2024
25000.167908/2023-28	XXX.530.225-XX	ROSELI DOS REIS FERNANDES MENDONCA DE OLIVEIRA	2905901	BA	IBIRATAIA	08/04/2024
25000.169226/2023-50	XXX.495.051-XX	GIOVANNI TEIXEIRA BASTOS	2905870	BA	ITABELA	08/04/2024
25000.169221/2023-27	XXX.810.085-XX	JESSICA SANTANA MIRANDA	2905877	BA	ITABELA	08/04/2024
25000.170552/2023-18	XXX.391.428-XX	IVAN JUNIOR DE FARIA SILVA	2905915	BA	ITABUNA	08/04/2024
25000.169231/2023-62	XXX.443.142-XX	FLORISBERTO MARQUES DE OLIVEIRA	2905867	BA	ITANHEM	08/04/2024
25000.169228/2023-49	XXX.445.845-XX	MIRIA SOARES BARRETO	2905892	BA	ITANHEM	08/04/2024
25000.074527/2014-13	XXX.546.441-XX	AYLIN GARCIA CORRALES	2905848	BA	ITAPEBI	04/03/2024
25000.183118/2016-61	XXX.989.491-XX	EDELKIS MENDOZA LOPEZ	2905850	BA	ITAPETINGA	05/03/2024
25000.169234/2023-04	XXX.352.415-XX	JULIAN VIEIRA SENA	2905880	BA	ITAPICURU	08/04/2024
25000.169250/2023-99	XXX.588.175-XX	JULIANA OLIVEIRA LIMA	2905916	BA	JACOBINA	08/04/2024
25000.169242/2023-42	XXX.478.575-XX	MENARRAES SILVA SOUZA	2902392	BA	JACOBINA	08/04/2024

25000.169258/2023-55	XXX.000.285-XX	TALITA LANDULPHO MEDRADO CONDE	2905903	BA	JAGUARIPE	08/04/2024
25000.152674/2023-14	XXX.541.075-XX	EMANUELA ALVES BASTOS DOS SANTOS	2905845	BA	JUSSARI	08/01/2024
25000.169261/2023-79	XXX.778.162-XX	VANESSA SIBELY VERONICA SANTOS DA SILVA	2905906	BA	JUSSARI	08/04/2024
25000.167551/2023-88	XXX.740.405-XX	KAHINARA DA CUNHA SILVA	2905881	BA	MANSIDAO	08/04/2024
25000.167563/2023-11	XXX.502.355-XX	CINDY AMARANTE DE MATOS	2905861	BA	MASCOTE	08/04/2024
25000.172204/2023-77	XXX.786.475-XX	VITOR MENEZES DOURADO	2905928	BA	MORRO DO CHAPEU	08/04/2024
25000.167819/2023-81	XXX.225.545-XX	RAPHAEL SOUSA DOS SANTOS	2905898	BA	MULUNGU DO MORRO	08/04/2024
25000.167601/2023-27	XXX.610.955-XX	SAMILE DO NASCIMENTO BOAVENTURA	2905902	BA	NILO PECANHA	08/04/2024
25000.173492/2023-87	XXX.834.005-XX	SILAS DE OLIVEIRA NEVES DE FARIAS	2905927	BA	NOVA ITARANA	08/04/2024
25000.178036/2023-23	XXX.553.185-XX	RAIZA MEDEIROS LUZ	2905834	BA	NOVA SOURE	26/12/2023
25000.141198/2023-14	XXX.754.851-XX	KAROLINA SEIXAS BARRETO DOURADO	2905711	BA	NOVA SOURE	11/01/2024
25000.167573/2023-48	XXX.149.785-XX	LIVIA PINHEIRO SANTOS	2905884	BA	NOVA VICOSA	08/04/2024
25000.040644/2014-75	XXX.784.441-XX	ANGEL JUNIS PEREZ FLORES	2905847	BA	NOVO HORIZONTE	05/03/2024
25000.167800/2023-35	XXX.570.452-XX	JESSICA ANDRADE DA SILVA	2905876	BA	NOVO HORIZONTE	08/04/2024
25000.167792/2023-27	XXX.547.116-XX	IANNE COSTA LIMA	2905873	BA	OLINDINA	08/04/2024
25000.167860/2023-58	XXX.014.715-XX	TIAGO SANTOS CANARIO DE MATOS	2905905	BA	PARIPIRANGA	08/04/2024
25000.167870/2023-93	XXX.515.645-XX	LUCAS SANTOS DE PINHO	2905886	BA	PIRITIBA	08/04/2024
25000.169772/2023-91	XXX.665.835-XX	NADILA AMORIM TAVARES	2905918	BA	POCOES	08/04/2024
25000.167890/2023-64	XXX.715.105-XX	PALOMA MARTINS OLIVEIRA	2905895	BA	POTIRAGUA	08/04/2024
25000.167880/2023-29	XXX.530.472-XX	THYAGO SANTOS DA SILVA	2905904	BA	POTIRAGUA	08/04/2024
25000.167896/2023-31	XXX.444.945-XX	GEORGEA BARRETO FERREIRA	2905868	BA	RIO REAL	08/04/2024
25000.167913/2023-31	XXX.713.445-XX	LUIZ FERNANDO CAMPOS RODRIGUES	2905887	BA	RIO REAL	08/04/2024
25000.167924/2023-11	XXX.531.295-XX	ROMULO LINO DA CONCEICAO	2905900	BA	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.175485/2023-10	XXX.080.331-XX	FABIO INACIO COUTO	2905912	BA	SANTO AMARO	08/04/2024
25000.168194/2023-75	XXX.536.524-XX	NATALIA GOMES CAVALCANTI	2905919	BA	SENTO SE	08/04/2024
25000.167901/2023-14	XXX.925.615-XX	JOYCE VERISSIMO FROTA OLIVEIRA	2905879	BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	08/04/2024
25000.168101/2023-11	XXX.914.692-XX	GISELLE BENTES RABELO MENDES	2905871	BA	VALENCA	08/04/2024
25000.168108/2023-24	XXX.028.786-XX	MARIANA MAURICIO CASE	2905890	BA	VALENCA	08/04/2024
25000.168110/2023-01	XXX.292.062-XX	ELLICA ARIANY STOCCO CARVALHO	2305770	CE	AMONTADA	08/04/2024
25000.168570/2023-21	XXX.846.981-XX	KELLY PEREIRA DE OLIVEIRA	2305777	CE	AQUIRAZ	08/04/2024
25000.168161/2023-25	XXX.418.202-XX	GENY DEL BIANCHI	2305772	CE	ARACATI	08/04/2024
25000.168130/2023-74	XXX.380.482-XX	ADGICLEIA DOS SANTOS GUIMARAES	2305764	CE	BARROQUINHA	08/04/2024
25000.168142/2023-07	XXX.211.442-XX	ITAMAR ARAUJO SILVA	2305774	CE	CHOROZINHO	08/04/2024
25000.143414/2023-58	XXX.901.801-XX	LUIZ ALBERTO TRINDADE LEMOS	2305756	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	19/01/2024
25000.175027/2023-81	XXX.037.503-XX	JAILTON DE SOUSA CARVALHO	2305786	CE	FORTALEZA	08/04/2024
25000.168156/2023-12	XXX.875.284-XX	BENITO DE PAULA ARAUJO	2305768	CE	ICAPUI	08/04/2024
25000.168160/2023-81	XXX.830.641-XX	THAYNARA CRISTINA SENNA DA SILVA	2305781	CE	ICAPUI	08/04/2024
25000.168163/2023-14	XXX.031.461-XX	JOSE VIDAL ORELLANA TAPIA	2305775	CE	INDEPENDENCIA	08/04/2024
25000.168166/2023-58	XXX.502.622-XX	AMANDA PRISCILA CAMPOS DE ANDRADE	2305766	CE	ITAICABA	08/04/2024
25000.168169/2023-91	XXX.674.953-XX	KASSIA REJANE ARARUNA BEZERRA	2305776	CE	ITAPAJE	08/04/2024
25000.168175/2023-49	XXX.141.973-XX	MARCOS VINICIUS RODRIGUES PONTES	2305778	CE	ITAPAJE	08/04/2024
25000.168176/2023-93	XXX.807.663-XX	VICTOR YURI TEIXEIRA DE SOUSA	2305782	CE	ITAPAJE	08/04/2024
25000.168561/2023-31	XXX.820.613-XX	AMANDA LIMA VIEIRA	2305765	CE	ITAREMA	08/04/2024
25000.168591/2023-47	XXX.423.088-XX	FABIOLA BARRIGA ZAMORA	2305771	CE	ITAREMA	08/04/2024
25000.168633/2023-40	XXX.360.453-XX	EDUARDO XIMENES REVERDOSA	2305769	CE	NOVO ORIENTE	08/04/2024
25000.168602/2023-99	XXX.722.833-XX	WEYNNE REGINA MENEZES ARRAIS	2305784	CE	NOVO ORIENTE	08/04/2024
25000.168625/2023-01	XXX.403.792-XX	RODRIGO FERRARI LIMA	2305779	CE	PACATUBA	08/04/2024
25000.128285/2016-49	XXX.430.361-XX	FERNANDO NARANJO AYALA	2305758	CE	PENTECOSTE	05/03/2024
25000.174784/2023-37	XXX.578.063-XX	DANIEL MACIEL DIAS	2305785	CE	QUIXERE	08/04/2024
25000.168639/2023-17	XXX.571.633-XX	ANTONIO CLENILTON DIAS DE LIMA	2305767	CE	SANTA QUITERIA	08/04/2024
25000.168581/2023-10	XXX.089.053-XX	VIVIAN RODRIGUES NEVES	2305783	CE	SANTANA DO ACARAU	08/04/2024
25000.220374/2013-01	XXX.206.781-XX	JUAN CARLOS COCA MACHADO	2305759	CE	TAUA	05/03/2024
25000.168674/2023-36	XXX.573.033-XX	HINGRIDHY KELLY VASCONCELOS DA SILVA	2305773	CE	URUOCA	08/04/2024
25000.081532/2015-55	XXX.400.901-XX	JUNIOR ALVES DE OLIVEIRA	5305597	DF	BRASILIA	08/01/2024
25000.171355/2023-16	XXX.407.521-XX	ALINE DOS SANTOS PEREIRA DA COSTA	5305598	DF	BRASILIA	08/04/2024
25000.170787/2023-00	XXX.285.203-XX	CAMILA ATALIA CHAGAS DE OLIVEIRA	5305599	DF	BRASILIA	08/04/2024
25000.168679/2023-69	XXX.595.092-XX	THAYNE COSTA SOUSA	3205725	ES	ALEGRE	08/04/2024
25000.168699/2023-30	XXX.933.391-XX	LUCAS GONZALEZ PAVAO	3205715	ES	APIACA	08/04/2024
25000.168686/2023-61	XXX.510.637-XX	MARYANA MIRANDA DOS SANTOS	3205720	ES	ATILIO VIVACQUA	08/04/2024
25000.137178/2023-31	XXX.984.507-XX	MIRIA BARESI FLORENCIO LOPES	3205685	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	15/01/2024
25000.422991/2017-65	XXX.055.121-XX	YANARA CUESTA PEREZ	3205691	ES	CARIACICA	05/03/2024
25000.168696/2023-04	XXX.758.187-XX	ELIZANDRA VIEIRA MEDEIROS DOS SANTOS CASTRO	3205707	ES	CARIACICA	08/04/2024
25000.168789/2023-21	XXX.042.781-XX	RONALDO MENDES DA SILVA	3205723	ES	CARIACICA	08/04/2024
25000.168794/2023-33	XXX.121.777-XX	FLAVIO ABUD DIAS JUNIOR	3205709	ES	CASTELO	08/04/2024
25000.087020/2017-64	XXX.893.481-XX	MARIA DE LOURDES QUIRANTES MENENDEZ	3205689	ES	COLATINA	05/03/2024
25000.167810/2023-71	XXX.325.425-XX	RODRIGO GOUVEA OLIVEIRA HERINGER	3205731	ES	COLATINA	08/04/2024
25000.168840/2023-02	XXX.973.177-XX	BARBARA COCO CALDEIRA	3205703	ES	CONCEICAO DA BARRA	08/04/2024
25000.168845/2023-27	XXX.748.872-XX	ADRIELI MIRIAN TAVARES LENZ	3205698	ES	GUACUI	08/04/2024
25000.168806/2023-20	XXX.421.449-XX	JIANCARLO FILLER GOEHL	3205712	ES	IBITIRAMA	08/04/2024
25000.168812/2023-87	XXX.604.467-XX	SAULO MORAES OLIVEIRA JUNIOR	3205724	ES	LARANJA DA TERRA	08/04/2024
25000.168854/2023-18	XXX.393.472-XX	ALINE TAVEIRA GOMES	3205702	ES	LINHARES	08/04/2024
25000.173392/2023-51	XXX.989.602-XX	ROSIVAN CUNHA BASTOS	3205733	ES	MUNIZ FREIRE	08/04/2024
25000.168857/2023-51	XXX.904.877-XX	CRISTIANA MARIA MONTEIRO LOBATO	3205705	ES	MUQUI	08/04/2024
25000.168866/2023-42	XXX.296.647-XX	JESSICA PEREIRA MENDES	3205711	ES	PEDRO CANARIO	08/04/2024
25000.168876/2023-88	XXX.893.751-XX	LANA JULIA NASCIMENTO FELIPE	3205714	ES	SAO JOSE DO CALCADO	08/04/2024
25000.168882/2023-35	XXX.230.111-XX	DAFNE LAUPINAITIS KALMUS	3205706	ES	SERRA	08/04/2024
25000.168888/2023-11	XXX.515.812-XX	MARIA DA GLORIA SILVA SAAVEDRA	3205719	ES	SERRA	08/04/2024
25000.137761/2023-41	XXX.296.417-XX	ESDRA FIGUEIRA CAZAROTI	3205630	ES	VILA VALERIO	15/01/2024
25000.168936/2023-62	XXX.017.637-XX	CONRADO PERRONI	3205704	ES	VILA VELHA	08/04/2024
25000.168693/2023-62	XXX.175.095-XX	HIRUANA LIMA DE SOUZA	3205710	ES	VILA VELHA	08/04/2024
25000.173244/2023-36	XXX.141.843-XX	LARA PASSOS ALMEIDA	3205729	ES	VILA VELHA	08/04/2024
25000.173233/2023-56	XXX.145.592-XX	MATEUS CARDOSO DE ABREU	3205730	ES	VILA VELHA	08/04/2024
25000.170223/2023-69	XXX.725.661-XX	RONALDO OLIVEIRA FRANCA	3205732	ES	VILA VELHA	08/04/2024
25000.422964/2017-92	XXX.057.951-XX	DAYENNYS MADRIGAL ZUNIGA	3205687	ES	VITORIA	05/03/2024
25000.079075/2014-58	XXX.500.891-XX	KEYLA MONTALVO SANTANA	3205688	ES	VITORIA	05/03/2024
25000.078652/2014-94	XXX.599.321-XX	YUSNIER VILLAVICENCIO ALVAREZ	3205692	ES	VITORIA	05/03/2024
25000.061744/2014-35	XXX.549.031-XX	DAYANNYS ROSALES RODRIGUEZ	3205694	ES	VITORIA	07/03/2024

25000.183780/2016-11	XXX.004.911-XX	YUSMARA AGUIRRE CARMENATE	3205695	ES	VITORIA	07/03/2024
25000.169476/2023-90	XXX.853.337-XX	ALANA BARREIROS MARTINS	3205699	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169466/2023-54	XXX.853.327-XX	ALEXIA BARREIROS MARTINS	3205700	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169480/2023-58	XXX.343.697-XX	ALINE GAVE CARVALHO	3205701	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.168946/2023-06	XXX.846.826-XX	ERNANE ASSIS COUTINHO	3205708	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169411/2023-44	XXX.886.736-XX	KARINA KNUP LESSA BAHIA	3205713	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169442/2023-03	XXX.536.642-XX	MAGNA IRIS DE LIMA NICACIO	3205716	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169450/2023-41	XXX.003.616-XX	MARCELA FERREIRA DE SOUZA	3205717	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169503/2023-24	XXX.583.752-XX	MARIA DA CONCEICAO DE ARAUJO ROQUE	3205718	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169497/2023-13	XXX.509.132-XX	POLIANA SILVA ALVES COSTA	3205721	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169488/2023-14	XXX.696.322-XX	RITIELE THALIA CAMPERO GONCALVES	3205722	ES	VITORIA	08/04/2024
25000.169544/2023-11	XXX.738.678-XX	BRUNO AUGUSTO FIGUEIREDO VASCONCELOS	5205693	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	08/04/2024
25000.169533/2023-31	XXX.550.311-XX	BRUNO TEIXEIRA CHAVES	5205694	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	08/04/2024
25000.169513/2023-60	XXX.837.282-XX	KARLA NOVAES ANDRADE	5205697	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	08/04/2024
25000.169525/2023-94	XXX.870.761-XX	NILTON PEIXOTO NABARRO	5205699	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	08/04/2024
25000.170150/2023-13	XXX.931.571-XX	HELLYERM PEREIRA COSTA	5205706	GO	BRAZABRANTES	08/04/2024
25000.169550/2023-78	XXX.856.151-XX	TAYRONE SOARES GENARI	5205700	GO	BURITI ALEGRE	08/04/2024
25000.141296/2023-43	XXX.461.331-XX	LORRANE CRISTINE TRIGUEIRO SILVA	5205684	GO	CRISTALINA	08/01/2024
25000.142617/2023-27	XXX.027.381-XX	ARIELLY LOPES RIBEIRO	5205619	GO	GOIANIRA	09/01/2024
25000.168106/2023-35	XXX.733.291-XX	RODRIGO DA SILVA LUZ	5205710	GO	MUNDO NOVO	08/04/2024
25000.169582/2023-73	XXX.455.351-XX	LUCIANA PIRES NAVARRO LOURENCO	5205698	GO	NOVA GLORIA	08/04/2024
25000.174374/2023-96	XXX.836.801-XX	GUSTAVO SILQUEIRA REIS	5205705	GO	NOVO GAMA	08/04/2024
25000.196997/2013/XX	XXX.612.201-XX	SILVIA HIDALGO GONZALEZ	5205691	GO	NOVO PLANALTO	05/03/2024
25000.012141/2024-81	XXX.196.471-XX	MORQUILAYRA TAUANY MARTINS	5205709	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	08/04/2024
25000.169561/2023-58	XXX.751.931-XX	ALLAN ANDERSON MORAIS	5205692	GO	PIRACANJUBA	08/04/2024
25000.169576/2023-16	XXX.993.121-XX	JOAO VICTOR DA COSTA DUARTE BORGES	5205696	GO	PLANALTINA	08/04/2024
25000.175481/2023-31	XXX.982.641-XX	MADALENA VIANA FERREIRA	5205708	GO	PLANALTINA	08/04/2024
25000.177626/2023-39	XXX.801.631-XX	FREDERICO HASSAN MACEDO SALIM	5205704	GO	RIO VERDE	08/04/2024
25000.174982/2023-09	XXX.061.931-XX	KELLY MORGANNA VILELA XAVIER	5205707	GO	RIO VERDE	08/04/2024
25000.138876/2023-53	XXX.075.541-XX	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA	5205621	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	22/12/2023
25000.138524/2023-06	XXX.654.331-XX	GEOVANE MENDES MARQUES	5205633	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	22/12/2023
25000.169581/2023-29	XXX.592.291-XX	THALIS ANDRE OLIVEIRA DA SILVA CHAVES	5205701	GO	SAO DOMINGOS	08/04/2024
25000.171411/2023-12	XXX.892.841-XX	BRUNA RIBEIRO WALLAUER	5205702	GO	SENADOR CANEDO	08/04/2024
25000.168539/2023-91	XXX.793.791-XX	DANILO DA SILVA CHAGAS	5205703	GO	SENADOR CANEDO	08/04/2024
25000.169588/2023-41	XXX.346.531-XX	FABIANA MACEDO MANFRIN GENARI	5205695	GO	SENADOR CANEDO	08/04/2024
25000.168182/2023-41	XXX.940.373-XX	EDUARDO ARTHUR TAJRA FEITOSA	2105812	MA	ALCANTARA	08/04/2024
25000.168006/2023-17	XXX.869.293-XX	FRANCISCO JESUALDO DE JESUS SILVA JUNIOR	2105818	MA	ALCANTARA	08/04/2024
25000.168084/2023-11	XXX.363.673-XX	ANA CAMILA CARVALHO DE SOUZA	2105806	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	08/04/2024
25000.168047/2023-03	XXX.054.313-XX	ANDRE DO LAGO ALVES	2105839	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	08/04/2024
25000.168031/2023-92	XXX.167.513-XX	AURICELIA COSTA DE VASCONCELOS	2105807	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	08/04/2024
25000.168073/2023-23	XXX.675.923-XX	BRENDA RABELO FONSECA	2105808	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	08/04/2024
25000.137468/2023-84	XXX.797.613-XX	JOSE VITOR SILVA DO NASCIMENTO	2105795	MA	ARAGUANA	27/12/2023
25000.168199/2023-06	XXX.786.473-XX	LUCIANA FREITAS DE MORAES	2105828	MA	BELAGUA	08/04/2024
25000.137382/2023-51	XXX.728.183-XX	LEILANY MARTINS DE ARAUJO	2105797	MA	BENEDITO LEITE	09/01/2024
25000.168392/2023-39	XXX.151.953-XX	ADRIANE ELVIRA COSTA FERREIRA	2105804	MA	BURITI	08/04/2024
25000.168382/2023-01	XXX.878.773-XX	JOYCE DE ABREU SILVA	2105825	MA	BURITI	08/04/2024
25000.168403/2023-81	XXX.178.973-XX	THIAGO JATAHY DE LIMA	2105837	MA	BURITI BRAVO	08/04/2024
25000.138783/2023-29	XXX.809.843-XX	GERSILLANNE MARTINHA DE CARVALHO BARROS	2105800	MA	CANTANHEDE	31/01/2024
25000.168190/2023-97	XXX.315.253-XX	FABRICIO DA SILVA VIANA	2105814	MA	CHAPADINHA	08/04/2024
25000.168427/2023-30	XXX.878.683-XX	FERNANDA DA SILVA ROCHA	2105815	MA	ESTREITO	08/04/2024
25000.168450/2023-24	XXX.037.521-XX	GEAN CARLOS DE LIMA JUNIOR	2105820	MA	ESTREITO	08/04/2024
25000.168442/2023-88	XXX.684.023-XX	REJANE DA SILVA FONSECA	2105833	MA	ESTREITO	08/04/2024
25000.168464/2023-48	XXX.597.393-XX	RENATA SILVA MOTA	2105834	MA	ESTREITO	08/04/2024
25000.012134/2024-80	XXX.798.703-XX	ARQUIELSON MENDES DA SILVA	2105840	MA	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	08/04/2024
25000.168214/2023-16	XXX.626.273-XX	HITALLO RAMON REIS DE SOUSA RODRIGUES	2105822	MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	08/04/2024
25000.168213/2023-63	XXX.683.193-XX	GISLANNY BARBOSA GOMES	2105821	MA	GUIMARAES	08/04/2024
25000.168186/2023-29	XXX.622.583-XX	CLENILSON RODRIGUES DOS SANTOS LOPES	2105811	MA	ITAPECURU MIRIM	08/04/2024
25000.172376/2023-41	XXX.540.252-XX	JADSON MOREIRA GRANJEIRO	2105842	MA	ITAPECURU MIRIM	08/04/2024
25000.168224/2023-43	XXX.955.873-XX	RONIEL JARDIM PEREIRA	2105835	MA	ITAPECURU MIRIM	08/04/2024
25000.168218/2023-96	XXX.006.482-XX	JACKSON FERNANDO SOUZA SILVA	2105824	MA	JUNCO DO MARANHAO	08/04/2024
25000.145486/2023-30	XXX.300.453-XX	RICARDO LIMA GONCALVES	2105798	MA	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	15/01/2024
25000.168202/2023-83	XXX.872.633-XX	EMILIANA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA	2105813	MA	PARNARAMA	08/04/2024
25000.168210/2023-20	XXX.674.863-XX	GABRIEL WILLIAN AGUIAR FERNANDES SILVA SOUSA	2105819	MA	PERI MIRIM	08/04/2024
25000.168225/2023-98	XXX.220.283-XX	TIAGO PINHEIRO COSTA	2105838	MA	PERI MIRIM	08/04/2024
25000.168223/2023-07	XXX.365.643-XX	LUIZ MARIO LOBATO PINHO	2105829	MA	PINHEIRO	08/04/2024
25000.168180/2023-51	XXX.390.793-XX	CAMILA ALMEIDA SOUSA	2105809	MA	PRESIDENTE SARNEY	08/04/2024
25000.168183/2023-95	XXX.393.451-XX	CIBELE ALENCAR TAVARES	2105810	MA	PRESIDENTE VARGAS	08/04/2024
25000.168185/2023-84	XXX.055.883-XX	THIAGO DE JESUS TOCANTINS OLIVEIRA	2105836	MA	RAPOSA	08/04/2024
25000.168207/2023-14	XXX.664.153-XX	FRANCISCO DAS CHAGAS MESQUITA SANTOS JUNIOR	2105817	MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	08/04/2024
25000.168222/2023-54	XXX.840.123-XX	KAROLYNNA DE FATIMA BRAGA PESSOA	2105827	MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	08/04/2024
25000.168187/2023-73	XXX.714.493-XX	FILIPE ANDRE TOCANTINS OLIVEIRA	2105816	MA	SAO LUIS	08/04/2024
25000.141340/2023-15	XXX.285.881-XX	LOURRANE MATOS TEIXEIRA	2105744	MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	08/01/2024
25000.137665/2023-01	XXX.816.833-XX	DANYLO ANTONIO PANTOJA VIANA	2105682	MA	TIMBIRAS	21/12/2023
25000.145985/2023-27	XXX.373.253-XX	BRUNA HISSA ARAUJO	2105801	MA	TRIZIDELA DO VALE	31/01/2024
25000.168221/2023-18	XXX.123.171-XX	KAELITON VINICIUS SILVA SOUSA	2105826	MA	TRIZIDELA DO VALE	08/04/2024
25000.169427/2023-57	XXX.842.483-XX	MAZAYKAN BENTO CARVALHO GUAJAJARA	2105830	MA	TRIZIDELA DO VALE	08/04/2024
25000.169277/2023-81	XXX.234.998-XX	RAYNON MARINHO DE SOUSA	2105832	MA	TRIZIDELA DO VALE	08/04/2024
25000.169566/2023-81	XXX.201.212-XX	ALFREDO HURTADO CABAO	2105805	MA	VITORIA DO MEARIM	08/04/2024
25000.137944/2023-67	XXX.692.093-XX	ANDERSON SOEIRO TEIXEIRA	2105799	MA	ZE DOCA	15/01/2024
25000.140185/2023-10	XXX.475.546-XX	GUILHERME DE MOURA DAYRELL	3106251	MG	ABAETE	29/12/2023
25000.169737/2023-71	XXX.411.272-XX	JHON LENNON OLIVERA CONTRERAS	3106368	MG	ABAETE	08/04/2024
25000.169807/2023-91	XXX.323.796-XX	CLARA DE ASSIS DE GATZINOA	3106316	MG	AIMORES	08/04/2024
25000.169844/2023-08	XXX.299.726-XX	JOSELIA RABELLO TEIXEIRA	3106375	MG	AIMORES	08/04/2024
25000.141968/2023-11	XXX.496.612-XX	EDEVALDO COELHO SOARES	3106246	MG	ALMENARA	02/01/2024
25000.177774/2023-53	XXX.389.402-XX	EUZILANE MARINHO	3106248	MG	ALVINOPOLIS	04/01/2024
25000.137734/2023-79	XXX.518.153-XX	DARLLEN SILVA DO NASCIMENTO	3106245	MG	ARAPONGA	27/12/2023
25000.138567/2023-83	XXX.890.772-XX	MARCO ANTONIO OLIVEIRA GONCALVES	3106252	MG	BALDIM	28/12/2023
25000.170994/2023-56	XXX.695.026-XX	RENAN ALVARENGA SILVA	3106447	MG	BARAO DE COCAIS	08/04/2024
25000.087843/2017-90	XXX.059.951-XX	DANILO FONSECA ACOSTA	3106276	MG	BELA VISTA DE MINAS	05/03/2024
25000.168233/2023-34	XXX.386.436-XX	ANTOINE SILVEIRA MARTINS	3106298	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.172016/2023-49	XXX.978.532-XX	CARLA SUAREZ LOPES	3106312	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.171684/2023-59	XXX.737.401-XX	CARLOS EDUARDO PEREIRA	3106314	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.168226/2023-32	XXX.171.088-XX	DANILO DE ANDRADE MORTIAN	3106321	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.171955/2023-76	XXX.969.261-XX	ELIAQUE ANIZELLI DOS SANTOS	3106333	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.171875/2023-11	XXX.589.721-XX	ELIZANDRA CACERES DO NASCIMENTO	3106335	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.168240/2023-36	XXX.505.751-XX	GABRIELA NASCIMENTO DE AGUIAR	3106350	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.168495/2023-07	XXX.820.451-XX	GESSICA VIVIANE FERREIRA E SILVA	3106353	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.168232/2023-90	XXX.422.096-XX	IASMIN RODRIGUES RANGEL	3106360	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.168239/2023-10	XXX.153.292-XX	INDIARA ESTOFE SOUZA	3106361	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.171727/2023-04	XXX.861.222-XX	JOSE ANDRES JUSTINIANO GORAYEB	3106372	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170522/2023-01	XXX.463.236-XX	JOSE CARLOS ZEFERINO	3106373	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.171547/2023-14	XXX.017.226-XX	JULIANA MARIA DE ANDRADE MENDES PINTO	3106379	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.171005/2023-41	XXX.156.634-XX	MARCONI GODOI FERNANDES FILHO	3106410	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170848/2023-21	XXX.635.266-XX	MARIANA CASTRO SOUZA	3106416	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170924/2023-06	XXX.953.926-XX	MITCHELL THOMAS MOURA GONZAGA	3106429	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024

25000.168230/2023-09	XXX.570.422-XX	PAOLLA MYCKAELLA XAVIER SANCHES	3106439	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170491/2023-81	XXX.299.496-XX	PAULO VITOR OLIVEIRA FERREIRA	3106497	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170454/2023-72	XXX.590.072-XX	PRISCILA CRISTINA SAVENHAGO BORGES	3106441	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.171907/2023-88	XXX.044.841-XX	PRISCILA ZORIO CARNEIRO	3106443	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170870/2023-71	XXX.766.796-XX	RODRIGO ANTONIO MAGALHAES CANEDO	3106451	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170798/2023-81	XXX.708.956-XX	RODRIGO MIGUEL DURAES DE OLIVEIRA	3106452	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.170900/2023-49	XXX.188.646-XX	URSULA FABIANA OLAZABAL	3106463	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.168237/2023-12	XXX.979.872-XX	VANDERLEI VERISSIMO SOARES	3106465	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.167781/2023-47	XXX.753.251-XX	ADEVANIL SANTOS RODRIGUES	3106282	MG	BETIM	08/04/2024
25000.167895/2023-97	XXX.400.276-XX	ANGELA MARIA ROCHA DA HORA	3106296	MG	BETIM	08/04/2024
25000.167866/2023-25	XXX.725.212-XX	ANTONIO GLEIDSON MATOS DA COSTA	3106299	MG	BETIM	08/04/2024
25000.168712/2023-51	XXX.514.012-XX	CAIO GIORGE ALVES CARDOSO	3106310	MG	BETIM	08/04/2024
25000.168467/2023-81	XXX.455.322-XX	DAMARYS VENCIONECK DE SOUZA	3106318	MG	BETIM	08/04/2024
25000.167943/2023-47	XXX.833.456-XX	DHANIELLE MOREIRA RAMOS	3106326	MG	BETIM	08/04/2024
25000.168725/2023-20	XXX.495.922-XX	DIEGO FRANCISCO CALIXTO ANDRADE	3106329	MG	BETIM	08/04/2024
25000.168541/2023-60	XXX.843.314-XX	DIOGO DE OLIVEIRA CARDOSO	3106330	MG	BETIM	08/04/2024
25000.167822/2023-03	XXX.990.612-XX	EVILLYN LIANDRA ALVES DOS SANTOS LIMA	3106339	MG	BETIM	08/04/2024
25000.167921/2023-87	XXX.708.816-XX	LARISSA MORAIS RASTOLDO	3106388	MG	BETIM	08/04/2024
25000.167960/2023-84	XXX.503.502-XX	PATRICIA CRISTINA DOS SANTOS	3106440	MG	BETIM	08/04/2024
25000.168718/2023-28	XXX.437.475-XX	WELITON WILLIAN MACHADO	3106469	MG	BETIM	08/04/2024
25000.168020/2023-11	XXX.108.386-XX	ELIANA APARECIDA GUALBERTO	3106332	MG	BOCAINA DE MINAS	08/04/2024
25000.168037/2023-60	XXX.999.246-XX	EDSON PORCARO JUNIOR	3106480	MG	BOCAIUVA	08/04/2024
25000.168062/2023-43	XXX.082.966-XX	MARIANA DA SILVA BRAGA	3106417	MG	BOM DESPACHO	08/04/2024
25000.168419/2023-93	XXX.788.932-XX	WLLIANY AMARAL FIGUEIREDO	3106473	MG	BOM DESPACHO	08/04/2024
25000.176164/2023-32	XXX.465.416-XX	ITAMAR JEMIMA MAYTA HUANCA	3106363	MG	BOM SUCESSO	08/04/2024
25000.169952/2023-72	XXX.357.905-XX	FRANCIELE OLIVEIRA DE SOUSA	3106346	MG	BRASILANDIA DE MINAS	08/04/2024
25000.168476/2023-72	XXX.064.176-XX	GIULIANO JOSE SOARES RIBEIRO	3106483	MG	BRUMADINHO	08/04/2024
25000.168523/2023-88	XXX.971.316-XX	MARIA CAROLINA DE FREITAS	3106415	MG	BRUMADINHO	08/04/2024
25000.168501/2023-18	XXX.772.186-XX	MONALIZA ANDREIA DE ARAUJO	3106431	MG	BRUMADINHO	08/04/2024
25000.174822/2023-51	XXX.122.321-XX	GUILHERME RODRIGUES BARRETO	3106484	MG	BUENO BRANDAO	08/04/2024
25000.168571/2023-76	XXX.247.096-XX	WANDERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	3106467	MG	BUENO BRANDAO	08/04/2024
25000.168594/2023-81	XXX.505.071-XX	FABIO THIERES GOMES COSTA	3106341	MG	CABECEIRA GRANDE	08/04/2024
25000.168611/2023-80	XXX.642.383-XX	DHESSE SANTANA BORGES	3106327	MG	CAETE	08/04/2024
25000.168678/2023-14	XXX.039.166-XX	NAYARA CAROLINA DE SOUSA VIANA	3106436	MG	CANA VERDE	08/04/2024
25000.071825/2015-24	XXX.086.061-XX	PERLA YAMILA GONZALEZ ORIHUELA	3105737	MG	CAPARAO	04/12/2023
25000.168778/2023-41	XXX.619.186-XX	FRANKLIN WILLIAM CAIRES PEREIRA	3106481	MG	CAPITAO ENEAS	08/04/2024
25000.183342/2023-81	XXX.310.266-XX	RAMON FERREIRA DA COSTA	3106498	MG	CAREACU	08/04/2024
25000.170020/2023-72	XXX.918.712-XX	OLINTO OLIVEIRA CRISOSTOMO	3106438	MG	CARMESIA	08/04/2024
25000.168810/2023-98	XXX.365.751-XX	MARIANNA CAROLINA OLIVEIRA SANTOS	3106420	MG	CARMO DO PARANAIBA	08/04/2024
25000.138554/2023-12	XXX.883.498-XX	JULIA DE PAULA VALIM MAIA	3106211	MG	CARNEIRINHO	08/01/2024
25000.014585/2017-22	XXX.156.231-XX	LOURDES MARIA HECHAVARRIA CASERO	3106277	MG	CASA GRANDE	05/03/2024
25000.168826/2023-09	XXX.459.102-XX	ALESSANDRE MATEUS DANTAS	3106285	MG	CATAGUASES	08/04/2024
25000.168890/2023-81	XXX.697.202-XX	MITHELLY DORADO ORTIZ	3106430	MG	CATAGUASES	08/04/2024
25000.168855/2023-62	XXX.604.352-XX	SILVIA PACHECO SOARES	3106456	MG	CATAGUASES	08/04/2024
25000.146404/2023-74	XXX.617.156-XX	SYMMEYA GARCIA DANTAS DUTRA	3106265	MG	COLUNA	29/01/2024
25000.142361/2023-58	XXX.667.771-XX	ALINE DOS ANJOS FARIAS	3106244	MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	29/12/2023
25000.168903/2023-12	XXX.559.726-XX	FILIPE CLAUDIO COELHO	3106344	MG	CONEGO MARINHO	08/04/2024
25000.162309/2014-27	XXX.831.911-XX	YOHANIA AGUERO ADELIT	3106275	MG	CONGONHAS DO NORTE	05/03/2024
25000.168940/2023-21	XXX.081.326-XX	ARNON MOISES FERRAZ DIAS	3106300	MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	08/04/2024
25000.168985/2023-03	XXX.146.322-XX	HENRIQUE ENGELHARDT DO PRADO	3106357	MG	CONSELHEIRO PENA	08/04/2024
25000.168958/2023-22	XXX.161.652-XX	ULISSES ENGELHARDT DO PRADO	3106462	MG	CONSELHEIRO PENA	08/04/2024
25000.140875/2023-79	XXX.297.366-XX	DIOGO ANDRE RIBEIRO GOMES	3105862	MG	CONTAGEM	26/02/2024
25000.172036/2023-10	XXX.515.228-XX	ALEJANDRO MANUEL LOPEZ CONCEPCION	3106283	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.169547/2023-54	XXX.249.051-XX	ALESSANDRA DE FREITAS FONTANIVE	3106284	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170378/2023-03	XXX.654.892-XX	ALESSANDRO COSTA ARAGAO	3106286	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171328/2023-35	XXX.867.441-XX	ALFREDO MAIA DE SANTANA	3106289	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170793/2023-59	XXX.047.432-XX	ANA PAULA SANTANA DE LIMA	3106293	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171353/2023-19	XXX.738.842-XX	ANDERSON PEREIRA DE LIMA	3106294	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.169527/2023-83	XXX.933.319-XX	BRUNA VANESSA DE LIMA	3106309	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.174401/2023-21	XXX.850.591-XX	CAROLINE ALDANA ANTUNES	3106478	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.174365/2023-03	XXX.866.971-XX	CONSTANZA NICOLE SCHABIB DIAZ	3106479	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170412/2023-31	XXX.231.152-XX	DANIELLY NAYARA POLLA SOARES	3106320	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170395/2023-32	XXX.716.682-XX	DEISIANE MARTINS NICACIO	3106324	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171723/2023-18	XXX.163.391-XX	EDITH BIANCA FERREIRA DIAZ	3106331	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171292/2023-90	XXX.444.566-XX	ELISA KRISTINA DE CASTRO	3106334	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170357/2023-80	XXX.990.169-XX	HELOISA REGINA GILIO	3106356	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.169403/2023-06	XXX.680.835-XX	INGRED BIANCA CARVALHO DE OLIVEIRA	3106362	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.174967/2023-52	XXX.384.583-XX	JACYARA DA SILVA SOUSA	3106487	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.175079/2023-57	XXX.072.008-XX	JOAO PEDRO ARAGAO GONCALVES	3106489	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.172045/2023-19	XXX.228.632-XX	JOSE LUIS GONZALES ROMERO	3106374	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171952/2023-32	XXX.765.962-XX	JUAN DANIEL MEJIA ALIPACHI	3106376	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171708/2023-70	XXX.459.592-XX	JULIANA DA COSTA BRITO	3106377	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171968/2023-45	XXX.782.822-XX	KEEMOY RIOS DAZA	3106383	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171995/2023-18	XXX.981.142-XX	KITTY CRISTINA HURTADO CORDOVA	3106384	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171307/2023-10	XXX.954.299-XX	LARISSE BERNARDI SIMPLICIO	3106389	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171978/2023-81	XXX.104.321-XX	LEONARDO DANIEL NORIEGA CAMPOS	3106393	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.169565/2023-36	XXX.313.362-XX	LUCAS WINICIUS CARVALHO COSTA	3106400	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.169421/2023-80	XXX.613.052-XX	MARCIO JULIO DOS SANTOS MARTINES	3106409	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170984/2023-11	XXX.692.282-XX	MARGARHET VANESA OLIVERA CONTRERAS	3106413	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.169443/2023-40	XXX.300.862-XX	MAURICELIO HURTADO GOMES	3106425	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.169995/2023-58	XXX.589.821-XX	NATALIA NAGELA AJALA	3106434	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171924/2023-15	XXX.637.131-XX	NATHALIA VICTORIA CUEVAS DIAS	3106435	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170327/2023-73	XXX.742.051-XX	RAFAEL ANTUNES ZANINI	3106444	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170002/2023-91	XXX.149.675-XX	ROUSIANE CAMPOS DE SANTANA	3106454	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171366/2023-98	XXX.868.231-XX	STEFANI COCA PENA	3106458	MG	CONTAGEM	08/04/2024

25000.174354/2023-15	XXX.010.651-XX	VINICIUS HONORATO BARREIROS	3106501	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.170766/2023-86	XXX.847.252-XX	WESTTER THIAGO OLIVEIRA FERNANDES	3106471	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.172007/2023-58	XXX.954.176-XX	YESICA ALEJANDRA ZAMBRANO URIBE	3106474	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171984/2023-38	XXX.465.006-XX	ZADAJA ALEXAIDA TOLEDO DE CASTILLO	3106476	MG	CONTAGEM	08/04/2024
25000.171037/2023-47	XXX.834.626-XX	MURILO YKEDA AMARAL NASCIMENTO	3106432	MG	CRISTAIS	08/04/2024
25000.143718/2023-15	XXX.967.906-XX	SABRINA DE PAIVA SIQUEIRA	3106258	MG	DESTERRO DO MELO	27/12/2023
25000.167965/2023-15	XXX.064.926-XX	ABDURAZZAG ABUAGELA ELMUDI	3106280	MG	DIAMANTINA	08/04/2024
25000.170957/2023-48	XXX.536.982-XX	LEONARDO DA SILVA MEDEIROS	3106392	MG	DORES DE CAMPOS	08/04/2024
25000.170867/2023-57	XXX.452.079-XX	BRUNA FRANCIELE GURSKE VELASCO	3106308	MG	ESMERALDAS	08/04/2024
25000.170841/2023-17	XXX.704.361-XX	FABIO HENRY PALERMO	3106340	MG	ESPERA FELIZ	08/04/2024
25000.172067/2023-71	XXX.747.385-XX	CARLA BARBOSA DO NASCIMENTO	3106311	MG	ESPINOSA	08/04/2024
25000.170808/2023-89	XXX.840.026-XX	LORENA LORRANY SOARES PEREIRA	3106397	MG	ESPINOSA	08/04/2024
25000.167330/2023-18	XXX.811.462-XX	EVERTON BRUNO CLAUDINO	3106338	MG	FREI INOCENCIO	08/04/2024
25000.168016/2023-44	XXX.830.081-XX	MAIRA FREDESVINDA ALMEIDA TAMAYO	3106406	MG	IBERTIOGA	08/04/2024
25000.169359/2023-26	XXX.984.281-XX	CARLOS EDUARDO DA SILVA RAMOS	3106313	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.169088/2023-17	XXX.448.452-XX	JHONATAN ROSSANEZ BORGES RODRIGUES	3106369	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.169606/2023-94	XXX.136.643-XX	LUIS CARLOS SILVA JUNIOR	3106402	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.169619/2023-63	XXX.855.762-XX	MARA DE SOUZA PENHA	3106407	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.169613/2023-96	XXX.070.324-XX	RAYAN ARTHUR PEREIRA	3106446	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.169074/2023-95	XXX.143.531-XX	RHANYANE RHANYELE BESSA DE ALMEIDA	3106448	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.169627/2023-18	XXX.879.683-XX	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SIMOES	3106466	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.169630/2023-23	XXX.659.286-XX	GABRIEL MARTINS BORGES	3106349	MG	IGUATAMA	08/04/2024
25000.169872/2023-17	XXX.355.318-XX	ELLEN MENDONCA RODRIGUES	3106336	MG	ILICINEA	08/04/2024
25000.417083/2017-50	XXX.748.051-XX	RICHARD CARVAJAL CASTRO	3106272	MG	INCONFIDENTES	05/03/2024
25000.169882/2023-52	XXX.214.676-XX	FERNANDA ALVES VIANA	3106343	MG	INDAIABIRA	08/04/2024
25000.146930/2023-34	XXX.873.135-XX	TATIANE FERNANDES ESCOLASTICO	3106259	MG	INGAI	27/12/2023
25000.172292/2023-15	XXX.950.822-XX	MARCOS RIBEIRO	3106412	MG	IPABA	08/04/2024
25000.168630/2023-14	XXX.242.616-XX	GABRIEL BATISTA SILVEIRA	3106348	MG	ITUIUTABA	08/04/2024
25000.139608/2023-59	XXX.115.225-XX	LORENA RIOS MENDES	3106263	MG	ITUTINGA	19/01/2024
25000.169893/2023-32	XXX.135.891-XX	CAROLINE CRISTINA DE OLIVEIRA SOARES	3106315	MG	JANUARIA	08/04/2024
25000.169904/2023-84	XXX.068.305-XX	KASSIO HUAN SILVA FERRAZ	3106382	MG	JANUARIA	08/04/2024
25000.215596/2013-02	XXX.982.041-XX	JAVIER BARRERA LARA	3106268	MG	JENIPAPO DE MINAS	05/03/2024
25000.169958/2023-40	XXX.144.852-XX	FRANKCELIO CHRISPIM LIMEIRA	3106347	MG	JOAO PINHEIRO	08/04/2024
25000.169967/2023-31	XXX.295.586-XX	LUCAS ALVES DA SILVA	3106398	MG	JUATUBA	08/04/2024
25000.222631/2013-31	XXX.215.741-XX	JULIO CESAR DIAZ GONZALEZ	3106269	MG	JUIZ DE FORA	05/03/2024
25000.169929/2023-88	XXX.143.176-XX	MARIANA ROBERTA PEREIRA DE SOUZA	3106418	MG	LAGOA FORMOSA	08/04/2024
25000.169923/2023-19	XXX.290.261-XX	DEJIVAN LOPES ROSAS	3106325	MG	LAGOA GRANDE	08/04/2024
25000.405130/2017-12	XXX.923.351-XX	NILKA RAMOS PRADA	3106271	MG	LAGOA SANTA	05/03/2024
25000.170294/2023-61	XXX.923.156-XX	JULIANA FERREIRA MARCENAL DO BOMFIM	3106378	MG	LAGOA SANTA	08/04/2024
25000.170436/2023-91	XXX.438.692-XX	ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA	3106288	MG	LEOPOLDINA	08/04/2024
25000.170489/2023-10	XXX.507.432-XX	ANGELIMAR DESIREE FONSECA	3106297	MG	LEOPOLDINA	08/04/2024
25000.170504/2023-11	XXX.802.676-XX	LENNIO ROBERTO SANTOS MEDEIROS	3106391	MG	MACHACALIS	08/04/2024
25000.142481/2023-55	XXX.132.976-XX	IAGO AILTON DE SOUSA DAS CHAGAS	3106139	MG	MANHUACU	22/12/2023
25000.086953/2017-34	XXX.898.951-XX	ELENA BORGES ORTIZ	3106260	MG	MANHUACU	05/01/2024
25000.170725/2023-90	XXX.281.132-XX	BOAZ ALBERTO VOLPONE JACINTO	3106303	MG	MARIA DA FE	08/04/2024
25000.170740/2023-38	XXX.034.776-XX	FELIPE FABIANO VICENCIO	3106342	MG	MARIANA	08/04/2024
25000.172327/2023-16	XXX.991.876-XX	MARCOS ALBERTO DE SOUZA BARRETO	3106411	MG	MARIO CAMPOS	08/04/2024
25000.172341/2023-10	XXX.213.388-XX	DAYANE SOARES SANTOS	3106323	MG	MATEUS LEME	08/04/2024
25000.172480/2023-35	XXX.348.526-XX	GUILHERME LOPES GIORDANI COSTA	3106355	MG	MATEUS LEME	08/04/2024
25000.172389/2023-10	XXX.793.332-XX	KALIANE SODRE DA SILVA	3106380	MG	MATEUS LEME	08/04/2024
25000.169940/2023-48	XXX.896.148-XX	WELIGTON AMORIM MOREIRA	3106468	MG	MATUTINA	08/04/2024
25000.142597/2023-94	XXX.678.466-XX	ARIANE DE ASSIS MERCES	3105993	MG	MESQUITA	08/04/2024
25000.138132/2023-39	XXX.870.518-XX	MURILO BROLEZE DE TOLEDO	3106257	MG	MONTE SIAO	27/12/2023
25000.042624/2017-81	XXX.216.661-XX	YAILYN CASTRO BELLO	3106273	MG	MONTES CLAROS	05/03/2024
25000.047365/2024-12	XXX.982.781-XX	YANETSY GARCIA ALONSO	3106279	MG	MONTES CLAROS	11/03/2024
25000.173153/2023-09	XXX.673.576-XX	DIEGO ANTUNES DOS SANTOS	3106328	MG	MONTES CLAROS	08/04/2024
25000.173219/2023-52	XXX.923.866-XX	JANETE GOMES ALMEIDA	3106364	MG	MONTES CLAROS	08/04/2024
25000.172550/2023-55	XXX.747.926-XX	PRISCILA RODRIGUES ALVES	3106442	MG	MONTES CLAROS	08/04/2024
25000.172857/2023-56	XXX.926.486-XX	ROSINETE FERREIRA DE AQUINO	3106453	MG	MONTES CLAROS	08/04/2024
25000.137356/2023-23	XXX.266.406-XX	GABRIELLE CHRISTINE ALMEIDA	3106250	MG	NOVA PONTE	05/01/2024
25000.183491/2023-41	XXX.013.266-XX	WAGNER BERNARDES DA CUNHA	3106502	MG	NOVA PONTE	08/04/2024
25000.173279/2023-75	XXX.828.302-XX	BRUNA BRANER	3106304	MG	OURO PRETO	08/04/2024
25000.173291/2023-80	XXX.935.606-XX	GRAZIELE VIEIRA VAZANTE	3106354	MG	PARA DE MINAS	08/04/2024
25000.194023/2013-20	XXX.717.161-XX	DIEGO MANUEL OLIVA REYES	3106266	MG	PARACATU	07/03/2024
25000.173431/2023-10	XXX.329.482-XX	BARBARA SOARES RAPOSO	3106301	MG	PARACATU	08/04/2024
25000.173327/2023-25	XXX.586.771-XX	LINDA LORENA DE SOUZA KUSSLER	3106396	MG	PARACATU	08/04/2024
25000.173415/2023-27	XXX.458.551-XX	ROBERTO DE PAULA SOUZA	3106449	MG	PARACATU	08/04/2024
25000.173436/2023-42	XXX.650.112-XX	WILMER ALEJANDRO FLORES MOCCO	3106472	MG	PECANHA	08/04/2024
25000.137730/2023-91	XXX.310.736-XX	MARCELLA FERRAZ FIGUEIREDO	3106261	MG	PEDRA AZUL	08/01/2024
25000.173519/2023-31	XXX.355.755-XX	MAURILIO OLIVEIRA MACHADO	3106426	MG	PEDRA AZUL	08/04/2024
25000.176268/2023-47	XXX.217.422-XX	MARCELO DA SILVA FREIRE	3106408	MG	PIEDADE DOS GERAIS	08/04/2024
25000.173776/2023-73	XXX.438.551-XX	TATIANA MOURA DA SILVA	3106460	MG	PIRAJUBA	08/04/2024
25000.173820/2023-45	XXX.859.882-XX	THAIS PEREIRA DA SILVA	3106461	MG	PIRANGA	08/04/2024
25000.176082/2023-98	XXX.900.786-XX	DANIELE DA SILVA SANTOS	3106319	MG	PIRANGUCU	08/04/2024
25000.176069/2023-39	XXX.674.876-XX	FLAVIANA RODRIGUES DA SILVA ARAUJO	3106345	MG	PIRANGUCU	08/04/2024
25000.176106/2023-17	XXX.358.636-XX	WESLEY JOSE DOS SANTOS	3106470	MG	PIRAPORA	08/04/2024
25000.176123/2023-46	XXX.904.416-XX	ADAM CLAYTON PINTO	3106281	MG	PITANGUI	08/04/2024
25000.140556/2023-63	XXX.591.726-XX	MARINA STOPA COUTO	3106255	MG	PONTE NOVA	27/12/2023
25000.044751/2014-72	XXX.226.341-XX	JULIO CESAR VALDIVIA ALFARO	3106270	MG	PONTE NOVA	05/03/2024
25000.126089/2023-69	XXX.041.415-XX	DANITILA PINHEIRO NOGUEIRA	3106114	MG	POUSO ALEGRE	07/12/2023
25000.176173/2023-23	XXX.473.756-XX	MATEUS PAZELLI MARQUES PEREIRA	3106423	MG	RIO CASCA	08/04/2024
25000.173676/2023-47	XXX.216.571-XX	SILMARA SOUZA DOS SANTOS	3106455	MG	RIO CASCA	08/04/2024
25000.038137/2014-71	XXX.952.041-XX	YAQUELIN MARTINEZ SABORIT	3106278	MG	RIO MANSO	05/03/2024
25000.176215/2023-26	XXX.025.802-XX	ERNESTO MIYARES DESPAIGNE	3106337	MG	SABARA	08/04/2024
25000.172309/2023-26	XXX.954.852-XX	ANA KELY SENE TELES	3106292	MG	SANTA BARBARA	08/04/2024
25000.137017/2023-47	XXX.466.982-XX	EMERSON ALVARO DA SILVA	3106247	MG	SANTA LUZIA	03/01/2024
25000.173626/2023-60	XXX.742.082-XX	BRUNA DAIANE ORTIZ BATISTA	3106307	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173834/2023-69	XXX.001.481-XX	GEFFERSON AUGUSTO ALVES PEDRA	3106352	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173553/2023-14	XXX.408.972-XX	JESSICA THAYANA SOUZA AMARO	3106367	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173566/2023-85	XXX.778.242-XX	KALYNNA SIQUEIRA RAMOS	3106381	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173593/2023-58	XXX.586.721-XX	LAIS SANTOS OLIVEIRA	3106386	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173610/2023-57	XXX.300.725-XX	LEONARDO MACEDO DA LUZ RIBEIRO	3106394	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173751/2023-70	XXX.398.601-XX	LUCAS DUTRA BARBOSA	3106399	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173542/2023-26	XXX.648.751-XX	MIRNA ESTELA CABRERA CUEVAS	3106428	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.176228/2023-03	XXX.174.322-XX	PAMELA CRISTINA MONTEIRO DE OLIVEIRA	3106496	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173696/2023-18	XXX.834.042-XX	RAFAELA SOARES	3106445	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.173803/2023-16	XXX.188.342-XX	SIRLENE APARECIDA DA SILVA	3106457	MG	SANTA LUZIA	08/04/2024
25000.168064/2023-32	XXX.582.901-XX	ANDREIA CRISTINA PERNAS GONCALVES	3106295	MG	SANTA MARIA DO SUACUI	08/04/2024
25000.173529/2023-77	XXX.760.716-XX	JESSICA ALVES DE MELO	3106366	MG	SANTA MARIA DO SUACUI	08/04/2024
25000.168036/2023-15	XXX.644.566-XX	SUELEN LEANDRA ALVARENGA	3106459	MG	SANTA MARIA DO SUACUI	08/04/2024
25000.138371/2023-99	XXX.825.405-XX	EVERTON DA SILVA FREITAS	3106249	MG	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	02/01/2024
25000.168470/2023-03	XXX.696.052-XX	LUIZ JORGE PEDROSO DE ANDRADE	3106404	MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	08/04/2024
25000.168457/2023-46	XXX.922.702-XX	LUSMAR GOMES FERREIRA ANDRADE	3106405	MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	08/04/2024
25000.168485/2023-63	XXX.465.596-XX	CRISTINA APARECIDA VELOSO SILVA	3106317	MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	08/04/2024
25000.143262/2023-93	XXX.522.196-XX	MATHEUS RABELO SANTOS	3106256	MG	SAO GOTARDO	06/12/2023

25000.168490/2023-76	XXX.225.526-XX	LEONARDO NETTO LYCARIAO	3106395	MG	SAO JOAO DEL REI	08/04/2024
25000.168511/2023-53	XXX.597.946-XX	MARLENE BEATRIZ DE OLIVEIRA	3106421	MG	SAO JOAO DEL REI	08/04/2024
25000.170531/2023-94	XXX.477.876-XX	YGOR AUGUSTO REIS SILVA	3106475	MG	SAO JOAO DEL REI	08/04/2024
25000.184146/2016-03	XXX.764.771-XX	ILEN ARENCIBIA HERNANDEZ	3106267	MG	SENADOR CORTES	05/03/2024
25000.168588/2023-23	XXX.494.495-XX	LARRANA SOUZA ROCHA	3106390	MG	SERRA DOS AIMORES	08/04/2024
25000.138832/2023-23	XXX.370.191-XX	MARCUS TADEU FERNANDES GOMES DA SILVA	3106253	MG	TAPIRA	28/12/2023
25000.168610/2023-35	XXX.506.751-XX	ALZIRA APARECIDA BARROS ASSUNCAO	3106291	MG	TEOFILO OTONI	08/04/2024
25000.170697/2023-19	XXX.597.857-XX	NELI VITAL DOS SANTOS	3106437	MG	TEOFILO OTONI	08/04/2024
25000.168838/2023-25	XXX.594.151-XX	MATHEUS TOMAZ GARCIA SANTOS	3106424	MG	TIRADENTES	08/04/2024
25000.168928/2023-16	XXX.759.052-XX	BRUNA BRITO DA SILVA	3106305	MG	UBA	08/04/2024
25000.168914/2023-01	XXX.048.296-XX	RODOLFO VIOL SIQUEIRA	3106450	MG	UBA	08/04/2024
25000.169957/2023-03	XXX.637.731-XX	MARIANE SOARES TENORIO	3106419	MG	UBERABA	08/04/2024
25000.169382/2023-11	XXX.893.526-XX	ALEX DOS SANTOS SILVA	3106287	MG	UBERLANDIA	08/04/2024
25000.169979/2023-65	XXX.828.243-XX	ALLISON YURI GONCALVES SILVA	3106290	MG	UBERLANDIA	08/04/2024
25000.168666/2023-90	XXX.967.021-XX	BRUNA CAROLINE FLORENCIO	3106306	MG	UBERLANDIA	08/04/2024
25000.169976/2023-21	XXX.749.376-XX	DAYANE DURAES ANDRADE	3106322	MG	UBERLANDIA	08/04/2024
25000.168171/2023-61	XXX.506.756-XX	THAIS FINOTTI NUNES	3106499	MG	UBERLANDIA	08/04/2024
25000.168962/2023-91	XXX.970.146-XX	MAYCON BRENO VIANA DE OLIVEIRA	3106427	MG	URUCUIA	08/04/2024
25000.168975/2023-60	XXX.257.421-XX	BIANCA CRISTHIANE FRANCO CANDIA TORRACA	5005672	MS	CAARAPO	08/04/2024
25000.170771/2023-99	XXX.419.669-XX	ALVARO FERNANDO COPANSKI GOIS	5005717	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.170156/2023-82	XXX.253.001-XX	ANANIAS FREITAS MENEZES	5005718	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169298/2023-05	XXX.568.331-XX	ANGELO HAYATO KONARI	5005671	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169007/2023-71	XXX.907.001-XX	BRUNNA MARCELLA DIAS SANTANA	5005673	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169422/2023-24	XXX.654.561-XX	DIEGO ROBERTO PIANEZZOLA	5005676	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169323/2023-42	XXX.441.871-XX	DYONES ARLECSSON MATOSO VERON	5005677	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.168993/2023-41	XXX.277.527-XX	ELAINE LEANDRO DA ROCHA DIAS	5005681	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169412/2023-99	XXX.152.471-XX	FRANKLIN LUIS MORAIS DA SILVEIRA	5005683	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169369/2023-61	XXX.266.651-XX	GERSON MACIEL DE SOUSA	5005685	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169380/2023-21	XXX.851.761-XX	GIOVANA RIO BRANCO RODRIGUES	5005686	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169015/2023-17	XXX.785.681-XX	IRACEMA MOREIRA DOS SANTOS	5005688	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169344/2023-68	XXX.545.171-XX	JEFFERSON GARCIA DA ROSA	5005689	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.171381/2023-36	XXX.733.331-XX	JESSIKA IVANA DA SILVA ALMEIDA	5005721	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169467/2023-07	XXX.724.101-XX	LARISSA THAIS DE ANDRADE ARAUJO	5005692	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169022/2023-19	XXX.925.301-XX	LETICIA ARCE LIMA	5005693	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169456/2023-19	XXX.657.771-XX	RAFAELA MARTINS	5005696	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169490/2023-93	XXX.562.281-XX	ROBERTO LEITE DE OLIVEIRA	5005698	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169285/2023-28	XXX.255.111-XX	SIMONE DE BRITTO DUARTE	5005699	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169395/2023-90	XXX.224.621-XX	THALITA PATRICIA ALVES FERREIRA BATISTA	5005700	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169436/2023-48	XXX.412.831-XX	VIVIANE YUMI SONODA	5005702	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.169517/2023-48	XXX.194.431-XX	ADRIELI DA SILVA FERREIRA	5005670	MS	CHAPADAO DO SUL	08/04/2024
25000.169542/2023-21	XXX.535.871-XX	DARA STAUT RODRIGUES	5005675	MS	CORGUINHO	08/04/2024
25000.169526/2023-39	XXX.497.361-XX	EDUARDO QUEIROZ SOBREIRA	5005680	MS	CORGUINHO	08/04/2024
25000.169579/2023-50	XXX.688.949-XX	JHONATAN GONCALVES PERIN	5005690	MS	ELDORADO	08/04/2024
25000.169599/2023-21	XXX.080.171-XX	GIOVANNA SERVANTES BEGA	5005687	MS	GLORIA DE DOURADOS	08/04/2024
25000.169616/2023-20	XXX.998.809-XX	EDMAR FIGUEIRA	5005678	MS	NAVIRAI	08/04/2024
25000.169610/2023-52	XXX.702.721-XX	MARJORIE PEREIRA PACHECO	5005694	MS	NAVIRAI	08/04/2024
25000.169637/2023-45	XXX.510.301-XX	CLAUDIA REGINA VIEIRA DOS SANTOS	5005674	MS	NIOAQUE	08/04/2024
25000.169649/2023-70	XXX.369.041-XX	RAISSA GUERREIRO CAETANO	5005697	MS	NIOAQUE	08/04/2024
25000.169670/2023-75	XXX.906.041-XX	GABRIEL SOARES DE CARVALHO FARAGE	5005684	MS	PORTO MURTINHO	08/04/2024
25000.169661/2023-84	XXX.032.571-XX	THIFANY VARGAS BARBOSA	5005701	MS	PORTO MURTINHO	08/04/2024
25000.169699/2023-57	XXX.319.291-XX	EDUARDA CARVALHO DE MORAES GOUVEIA	5005679	MS	RIO BRILHANTE	08/04/2024
25000.169871/2023-72	XXX.525.071-XX	MERIELLEN FERNANDES	5005695	MS	RIO BRILHANTE	08/04/2024
25000.169896/2023-76	XXX.256.631-XX	BARBARA GUARNIERI RESENDE DE FREITAS	5005720	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	08/04/2024
25000.171397/2023-49	XXX.151.811-XX	ANGELA BENITES	5005719	MS	SAO GABRIEL DO OESTE	08/04/2024
25000.169909/2023-15	XXX.345.536-XX	FLAVIO ANTONIO FERREIRA BARBOSA	5005682	MS	SIDROLANDIA	08/04/2024
25000.169924/2023-55	XXX.901.851-XX	JULIANA PEREIRA GUIMARAES TURCI DE SOUZA	5005691	MS	TRES LAGOAS	08/04/2024
25000.170158/2023-71	XXX.321.081-XX	ANDERSON DIAS DOS SANTOS	5105686	MT	CAMPO VERDE	08/04/2024
25000.170159/2023-16	XXX.106.501-XX	VANESSA DE SOUZA OLIVEIRA	5105712	MT	CAMPO VERDE	08/04/2024
25000.169980/2023-90	XXX.060.561-XX	AMANDA GEOVANA MENDES CAMPOS	5105682	MT	CARLINDA	08/04/2024
25000.169977/2023-76	XXX.412.671-XX	ILANNA CHRYS SOARES OLIVEIRA	5105748	MT	CARLINDA	08/04/2024
25000.170145/2023-01	XXX.694.931-XX	KAMILA THAILY CORREA SILVA	5105702	MT	CUIABA	08/04/2024
25000.171334/2023-92	XXX.008.051-XX	NATACHA FONTANA	5105704	MT	CUIABA	08/04/2024
25000.170001/2023-46	XXX.325.761-XX	RAFAEL FERREIRA SOUSA	5105709	MT	ITIQUIRA	08/04/2024
25000.170732/2023-91	XXX.921.621-XX	BRUNO RAFAEL DOS SANTOS	5105691	MT	JUARA	08/04/2024
25000.170135/2023-67	XXX.649.371-XX	DEBORAH SANTOS RUEDELL	5105695	MT	JUARA	08/04/2024
25000.170712/2023-11	XXX.382.271-XX	NATILA BRUNA COELHO	5105707	MT	JUINA	08/04/2024
25000.170755/2023-04	XXX.641.391-XX	AMANDA THAYNA CELI	5105683	MT	MARCELANDIA	08/04/2024
25000.170719/2023-32	XXX.300.491-XX	BRUNNER KELVEN SILVA FIGUEIREDO	5105690	MT	MIRASSOL D'OESTE	08/04/2024
25000.182212/2023-21	XXX.891.991-XX	EDIVAL OLIVEIRA ROCHA	5105746	MT	NOVA MARILANDIA	08/04/2024
25000.170148/2023-36	XXX.432.851-XX	NATHALIA KAROLYNA ROCHA MARTINS	5105706	MT	PEDRA PRETA	08/04/2024
25000.170822/2023-82	XXX.062.961-XX	JHONATAN PACLHA TENORIO	5105701	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	08/04/2024
25000.168601/2023-44	XXX.684.591-XX	NELIANA APARECIDA PAES MATOS	5105708	MT	POCONE	08/04/2024
25000.170149/2023-81	XXX.358.361-XX	GABRIELY MILENE DE ALMEIDA	5105696	MT	PORTO DOS GAUCHOS	08/04/2024
25000.168578/2023-98	XXX.053.691-XX	ARILCE DO NASCIMENTO DE ALMEIDA	5105688	MT	RONDONOPOLIS	08/04/2024
25000.178040/2023-91	XXX.656.541-XX	ILMA MARIA DE CAMPOS MAGALHAES	5105675	MT	ROSARIO OESTE	09/01/2024
25000.187139/2023-84	XXX.314.081-XX	MARIANA MACEDO	5105703	MT	SAO JOSE DO POVO	08/04/2024
25000.170151/2023-50	XXX.491.351-XX	SLAYNNE HEYD FANAIA DE ALMEIDA	5105711	MT	SAO JOSE DO XINGU	08/04/2024
25000.012410/2024-18	XXX.662.831-XX	SILMARA KARINY SANTOS GARCIA VIEIRA	5105752	MT	TANGARA DA SERRA	08/04/2024
25000.168646/2023-19	XXX.561.654-XX	ANA MARIA DA SILVA CAMELO	5105684	MT	VARZEA GRANDE	08/04/2024
25000.168623/2023-12	XXX.541.171-XX	JENNIFER BEUMER	5105698	MT	VARZEA GRANDE	08/04/2024
25000.168676/2023-25	XXX.701.111-XX	NATANAEL DA COSTA ARRUDA	5105705	MT	VARZEA GRANDE	08/04/2024
25000.168905/2023-10	XXX.195.481-XX	ANTONIO MARCOS ROMERO CASACURTA	1506160	PA	ABAETETUBA	08/04/2024
25000.168849/2023-13	XXX.719.261-XX	MARCOS ANTONIO ROMERO CASACURTA	1506179	PA	ABAETETUBA	08/04/2024
25000.188370/2013-13	XXX.332.101-XX	MAYLIN RODRIGUEZ GARCIA	1506156	PA	AFUA	05/03/2024
25000.168941/2023-75	XXX.007.351-XX	JULLYA SILVA DOS SANTOS	1506174	PA	AGUA AZUL DO NORTE	08/04/2024

25000.168921/2023-02	XXX.076.472-XX	LUANA DE JESUS COSTA	1506177	PA	AGUA AZUL DO NORTE	08/04/2024
25000.142451/2023-49	XXX.369.443-XX	DANIEL ALVES CABRAL	1506151	PA	BELEM	17/01/2024
25000.169385/2023-54	XXX.752.492-XX	ALINE DE OLIVEIRA PEREIRA	1506159	PA	BELEM	08/04/2024
25000.169454/2023-20	XXX.550.942-XX	EMILIA SEVILHA DE FARIA	1506163	PA	BELEM	08/04/2024
25000.168953/2023-08	XXX.983.071-XX	GABRIEL PEREIRA FREIRE GARCIA	1506168	PA	BELEM	08/04/2024
25000.169434/2023-59	XXX.320.982-XX	GABRIELLE ALMEIDA DE OLIVEIRA	1506170	PA	BELEM	08/04/2024
25000.169372/2023-85	XXX.005.512-XX	GUSTAVO SOUZA LUZ GONCALVES	1506172	PA	BELEM	08/04/2024
25000.169408/2023-21	XXX.745.002-XX	LEANDRO LIMA DOS SANTOS FILHO	1506175	PA	BELEM	08/04/2024
25000.138755/2023-10	XXX.244.112-XX	LEVI TAVARES DENNY	1506176	PA	BELEM	08/04/2024
25000.168965/2023-24	XXX.564.502-XX	MARCO AURELIO DE AQUINO MORAES	1506178	PA	BELEM	08/04/2024
25000.169468/2023-43	XXX.681.322-XX	WAGNER FARIA DE SOUZA	1506188	PA	BELEM	08/04/2024
25000.169514/2023-12	XXX.943.522-XX	EVAILDES PENHA FREITAS	1506165	PA	BRASIL NOVO	08/04/2024
25000.137675/2023-39	XXX.999.822-XX	ERISTAIANA SANTOS VASCONCELOS	1506164	PA	BREU BRANCO	08/04/2024
25000.113897/2016-37	XXX.221.981-XX	JOSE CARLOS LEYVA MANO	1506155	PA	CACHOEIRA DO ARARI	05/03/2024
25000.108461/2015-45	XXX.651.871-XX	NOEVIA BRANA MUSA	1506157	PA	CACHOEIRA DO ARARI	05/03/2024
25000.169538/2023-63	XXX.898.093-XX	FABIANO MENDONCA CALIXTO	1506193	PA	CAPITAO POCO	08/04/2024
25000.140279/2023-99	XXX.562.792-XX	JESSICA ELIZA FERNANDES MARIANO	1506149	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	04/12/2023
25000.040684/2017-60	XXX.021.361-XX	ANYERS PEREZ GONGORA	1506153	PA	IPIXUNA DO PARA	05/03/2024
25000.169748/2023-51	XXX.955.312-XX	FABIANA DE VITO	1506166	PA	IRITUIA	08/04/2024
25000.169568/2023-70	XXX.951.321-XX	JOAQUIM PAULA GOMES	1506173	PA	IRITUIA	08/04/2024
25000.169784/2023-15	XXX.405.959-XX	SHEILA MARINDIA KNOP STEN	1506184	PA	IRITUIA	08/04/2024
25000.169604/2023-03	XXX.462.182-XX	SIDY GOIS DA FONSECA	1506185	PA	IRITUIA	08/04/2024
25000.169832/2023-75	XXX.886.675-XX	TAMIRES MUNIZ DE SOUZA	1506186	PA	MARABA	08/04/2024
25000.169814/2023-93	XXX.512.712-XX	YASMYN BENTHIEN DE OLIVEIRA	1506189	PA	MARABA	08/04/2024
25000.175573/2023-11	XXX.548.982-XX	GLAUCE BIANE CUNHA BACELAR	1506171	PA	MOCAJUBA	08/04/2024
25000.169862/2023-81	XXX.247.781-XX	DANILO ALVES FERNANDES	1506161	PA	MOJU	08/04/2024
25000.169869/2023-01	XXX.623.202-XX	RAFAELA COSTA PEREIRA	1506182	PA	NOVO PROGRESSO	08/04/2024
25000.142392/2023-17	XXX.394.939-XX	ALINE LOPES RODRIGUES DOS SANTOS	1506150	PA	OBIDOS	15/01/2024
25000.169907/2023-18	XXX.772.712-XX	DIELE PINTO DE AMORIM	1506162	PA	PARAUAPEBAS	08/04/2024
25000.169972/2023-43	XXX.920.459-XX	NATHALIA ARAGAO DO VALE	1506181	PA	PARAUAPEBAS	08/04/2024
25000.169920/2023-77	XXX.996.402-XX	SARA RAMOS DE SOUSA	1506183	PA	PARAUAPEBAS	08/04/2024
25000.217961/2013-13	XXX.710.281-XX	ERNESTO BRINONES RECIO	1506154	PA	PORTEL	04/03/2024
25000.137860/2023-23	XXX.756.942-XX	ANDERSON JAVIER BASTIDA DO NASCIMENTO	1506148	PA	PORTO DE MOZ	02/01/2024
25000.170160/2023-41	XXX.494.861-XX	DANIELA FONSECA QUEIROZ	1506192	PA	REDENCAO	08/04/2024
25000.143984/2023-48	XXX.715.312-XX	ALYNE SILVA TRINDADE	1506146	PA	SAO FRANCISCO DO PARA	03/01/2024
25000.169997/2023-47	XXX.675.542-XX	FERNANDO RAMOS DA SILVA	1506167	PA	SAO FRANCISCO DO PARA	08/04/2024
25000.170012/2023-26	XXX.530.901-XX	GABRIELLA BENIGNO DE ARAUJO PEREIRA	1506169	PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	08/04/2024
25000.170021/2023-17	XXX.947.735-XX	MARCOS SALVADOR DE SOUZA	1506180	PA	TERRA SANTA	08/04/2024
25000.170029/2023-83	XXX.356.222-XX	TANAYNY RODRIGUES DA SILVA	1506187	PA	TUCUMA	08/04/2024
25000.170038/2023-74	XXX.683.924-XX	IGOR DE FREITAS ALVES	2505609	PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	08/04/2024
25000.435164/2017-31	XXX.849.194-XX	ERIKA MARIA DE FIGUEIREDO ALMEIDA SILVA	2505606	PB	CUBATI	11/03/2024
25000.170064/2023-01	XXX.459.992-XX	HERMESON MORAES DE ARAUJO	2505608	PB	FREI MARTINHO	08/04/2024
25000.174962/2023-20	XXX.580.312-XX	SAIMO ANDERSON DA SILVA PAIVA	2505613	PB	PILAR	08/04/2024
25000.170076/2023-27	XXX.227.044-XX	FELIPE MENEZES LIMA	2505607	PB	SAO JOAO DO TIGRE	08/04/2024
25000.170263/2023-19	XXX.205.304-XX	JOSE NATHAN BRASIL MEDEIROS	2505611	PB	SOSSEGO	08/04/2024
25000.140547/2023-72	XXX.394.824-XX	MARINA SILVA PERAZZO	2605843	PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	15/01/2024
25000.170293/2023-17	XXX.572.134-XX	FELIPE RIBEIRO DE SOUZA LIMA	2605896	PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	08/04/2024
25000.170317/2023-38	XXX.351.174-XX	POLLYANA MARIA BADEGA VITALINO	2605968	PE	AGUAS BELAS	08/04/2024
25000.170330/2023-97	XXX.408.791-XX	ANA PAULA DA SILVA LEOPOLD	2605856	PE	AMARAJI	08/04/2024
25000.170370/2023-39	XXX.028.714-XX	BRENDA ALLAYKIANNE MACEDO OLIVEIRA E SILVA	2605866	PE	BETANIA	08/04/2024
25000.170351/2023-11	XXX.183.374-XX	JAMILLE BARBOSA SOARES PEREIRA	2605923	PE	BETANIA	08/04/2024
25000.171297/2023-12	XXX.320.974-XX	ANDERSON WILLANMY DE LUCENA ARAUJO	2605858	PE	BEZERROS	08/04/2024
25000.171270/2023-20	XXX.880.664-XX	BARBARA DE LUCENA ARAUJO	2605864	PE	BEZERROS	08/04/2024
25000.170384/2023-52	XXX.663.424-XX	ALLENDE GUSTAVO DA SILVA LIMA	2605852	PE	BOM CONSELHO	08/04/2024
25000.170400/2023-15	XXX.419.452-XX	SIMON LUCAS BEZERRA DE SOUZA	2605988	PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	08/04/2024
25000.170479/2023-76	XXX.749.501-XX	ANTONIO CARLOS MUNIZ DA ROCHA	2605861	PE	CABROBO	08/04/2024
25000.170452/2023-83	XXX.975.024-XX	HILQUIAS PEREIRA DA SILVA	2605918	PE	CABROBO	08/04/2024
25000.170441/2023-01	XXX.099.735-XX	JOANNE EVELY OLIVEIRA FONSECA	2605927	PE	CABROBO	08/04/2024
25000.170497/2023-58	XXX.813.042-XX	LASANDRYE QUEIROZ SUSSUARANA	2605941	PE	CABROBO	08/04/2024
25000.170761/2023-53	XXX.722.294-XX	GABRIELLY NASCIMENTO ROCHA	2605906	PE	CARNAIBA	08/04/2024
25000.170794/2023-01	XXX.160.214-XX	ERYKA MARIA DE SOUZA NUNES DA SILVA	2605890	PE	CUSTODIA	08/04/2024
25000.170778/2023-19	XXX.006.814-XX	HILDO ANTONIO DE SIQUEIRA FILHO	2605917	PE	CUSTODIA	08/04/2024
25000.178050/2023-27	XXX.632.394-XX	CRISTIANE MEIRE SOUZA DA SILVA	2605842	PE	GARANHUNS	09/01/2024
25000.168531/2023-24	XXX.611.834-XX	ANA ALICE ALVES FERREIRA	2605855	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.170999/2023-89	XXX.872.344-XX	ANTONIO ROCHA OLIVEIRA DE LIMA	2605862	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.170815/2023-81	XXX.393.162-XX	FERNANDO TADEU DE LIMA	2605901	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.170983/2023-76	XXX.708.692-XX	JOHNATHAN MOREIRA FELIX	2605930	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.170964/2023-40	XXX.444.614-XX	LYGIA DANIELA MELO CARRASCO	2605952	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.170856/2023-77	XXX.009.944-XX	MARCOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA	2605956	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.170879/2023-81	XXX.467.664-XX	MARIA CAROLINA DE MOURA MANICOBA NOVAES FERRAZ	2605958	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.168480/2023-31	XXX.601.112-XX	MARIA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA	2605961	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.192450/2023-45	XXX.830.424-XX	ROBERTA DE LIMA TELES FURTADO	2605979	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.168508/2023-30	XXX.529.524-XX	ROGERIA SUELY MOURA VIEIRA	2605981	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.170833/2023-62	XXX.288.601-XX	SIU MING TEIXEIRA SAKAI	2605990	PE	GARANHUNS	08/04/2024
25000.168745/2023-09	XXX.361.961-XX	AMON GLORIA DA CUNHA	2605854	PE	IGARASSU	08/04/2024
25000.170568/2023-12	XXX.228.872-XX	KARITHA ESTACIO DE ARAUJO FERREIRA	2605936	PE	IGARASSU	08/04/2024
25000.170532/2023-39	XXX.714.612-XX	KAROLINE DA SILVA FROTA	2605937	PE	IGARASSU	08/04/2024
25000.168626/2023-48	XXX.947.961-XX	LARA LIVIA SOARES PORTIL	2605939	PE	IGARASSU	08/04/2024
25000.139104/2023-39	XXX.754.904-XX	JULIANO DOS SANTOS PESSOA DE MOURA	2606009	PE	ITAIBA	08/04/2024
25000.168612/2023-24	XXX.436.444-XX	CAMILA ARAUJO FORTUNATO	2605871	PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	08/04/2024
25000.168598/2023-69	XXX.288.212-XX	LUCELIA LIMA DOS SANTOS	2605948	PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	08/04/2024
25000.171314/2023-11	XXX.763.212-XX	CLISJANE FINICELLI ARAUJO	2605876	PE	LAGOA DO ITAENGA	08/04/2024
25000.142592/2023-61	XXX.885.074-XX	INATHYENE DE SOUZA MARIANO	2605841	PE	LAGOA DO OURO	02/01/2024
25000.168759/2023-14	XXX.377.652-XX	GEYCIANE SILVA DE AQUINO	2605907	PE	LIMOEIRO	08/04/2024
25000.168755/2023-36	XXX.189.074-XX	GISELLY DANIELLY ARRUDA DE LIMA	2605908	PE	LIMOEIRO	08/04/2024
25000.168770/2023-84	XXX.402.382-XX	MARGARET JOSE CASTILLO GONZALEZ	2605957	PE	LIMOEIRO	08/04/2024
25000.168791/2023-08	XXX.781.852-XX	PABLO CABRAL DE LIMA	2605966	PE	MACAPARANA	08/04/2024
25000.168782/2023-17	XXX.419.914-XX	REBECCA QUEIROZ TOSCANO DE CARVALHO	2605976	PE	MACAPARANA	08/04/2024
25000.160887/2016-91	XXX.340.191-XX	YANISLEY RODRIGUEZ DE LA CRUZ	2605846	PE	PARANATAMA	05/03/2024
25000.168798/2023-11	XXX.506.524-XX	GLEYDSON NUNES DE MELO	2605909	PE	PARANATAMA	08/04/2024
25000.170737/2023-14	XXX.616.401-XX	ELIANDRO JUNIOR DE JESUS	2605887	PE	PAULISTA	08/04/2024
25000.170519/2023-80	XXX.518.283-XX	ELIAS SIMPLICIO DA CRUZ	2605888	PE	PAULISTA	08/04/2024
25000.169175/2023-66	XXX.444.734-XX	AISLAN EUGENIO NERIS MUDO	2605850	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169035/2023-98	XXX.691.541-XX	ALANA MEDEIROS FREITAS	2605851	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170829/2023-02	XXX.513.191-XX	AMARIS SABRINA COSTA NOGUEIRA	2605853	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169149/2023-38	XXX.474.734-XX	ANA PAULA SOARES DOS SANTOS	2605857	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171619/2023-23	XXX.623.491-XX	ANDRE LUIS FREITAS BARRETO	2605859	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169854/2023-35	XXX.782.425-XX	ANE CAROLINA COSTA HOLANDA	2605860	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169732/2023-49	XXX.007.275-XX	ARTHUR CARDOSO RIOS	2605863	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169696/2023-13	XXX.662.441-XX	BIANCA ROJAS DOS SANTOS	2605865	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170675/2023-41	XXX.405.708-XX	BRUNA GONCALVES ISE	2605867	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170698/2023-55	XXX.262.429-XX	BRUNA LOUREIRO DE LIMA	2605868	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169559/2023-89	XXX.960.702-XX	BRUNO SA VELOZO	2605869	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169146/2023-02	XXX.018.904-XX	BRUNO SILVA ALEXANDRINO	2605870	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171190/2023-74	XXX.506.882-XX	CAMILA FERREIRA DOS SANTOS	2605872	PE	RECIFE	08/04/2024

25000.169079/2023-18	XXX.078.151-XX	CELSO JORGE SANTIAGO TORRES FILHO	2605873	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.168978/2023-01	XXX.702.122-XX	CLESIA PATRICIA NEVES	2605875	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171039/2023-36	XXX.726.878-XX	CRISTINA MIEKO KATO	2605877	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170685/2023-86	XXX.538.702-XX	DAIANY DE MACEDO PLAKITKEN	2605878	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.168997/2023-20	XXX.365.286-XX	DANIEL BALIZA DA CUNHA	2605879	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169708/2023-18	XXX.799.721-XX	DANIELA ARCIPRETTI MOURA	2605880	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169160/2023-06	XXX.030.494-XX	DANILO RENATO VIEIRA DA CUNHA	2605881	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.168875/2023-33	XXX.492.732-XX	DAYANNE CAMELO GODOI COELHO	2605882	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171018/2023-11	XXX.141.598-XX	DAYCE STEPHANIE RIBEIRO DE CAMARGO	2605883	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171024/2023-78	XXX.618.414-XX	DELIANDS DEYS DA SILVA GOMES	2605884	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169039/2023-76	XXX.091.121-XX	DIACUY BRICHTA DUARTE	2605885	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170997/2023-90	XXX.075.871-XX	EDUARDO ARAUJO	2605886	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170928/2023-86	XXX.623.002-XX	EVELYN SAMPAIO BOLFE	2605892	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170257/2023-53	XXX.598.812-XX	EVERTON DE ALMEIDA RODRIGUES	2605893	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169765/2023-99	XXX.990.182-XX	FABIANY CRISTINE DE ARAUJO ROCHA	2605894	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.168972/2023-26	XXX.382.359-XX	FABIO ZANROSSO	2605895	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169153/2023-04	XXX.842.424-XX	FERNANDA ISABELLA SILVA LIMA	2605898	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170669/2023-93	XXX.114.615-XX	FERNANDA TAIRINE OLIVEIRA SOUZA	2605899	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169499/2023-02	XXX.276.952-XX	FERNANDO SALES CASTRO JUNIOR	2605900	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.143114/2023-79	XXX.868.400-XX	FERNANDO VALANDRO SOARES	2605902	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169621/2023-32	XXX.878.402-XX	FRANCISCO DAS CHAGAS MAIA DE SOUZA	2605903	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170721/2023-10	XXX.959.451-XX	FRANCO BEVILACQUA	2605904	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170727/2023-89	XXX.376.724-XX	GABRIELA DA ROCHA	2605905	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170665/2023-13	XXX.395.932-XX	GRACIANI FRANCA DA SILVA	2605910	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170795/2023-48	XXX.790.098-XX	HANNA KARINA DOS SANTOS	2605911	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170142/2023-69	XXX.727.714-XX	HELCKSON DE SA FEITOSA FILHO	2605912	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171017/2023-76	XXX.839.712-XX	HELIO FURUNO DA SILVA	2605913	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169675/2023-06	XXX.654.322-XX	HENRIQUE CARVALHO LORENA	2605914	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170953/2023-60	XXX.611.951-XX	HIAGO HENOS DIAS E DIAS	2605915	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171050/2023-04	XXX.792.274-XX	HILDA DE MOURA LEAL	2605916	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169008/2023-15	XXX.529.321-XX	IARA BEATRIZ GARCIA HAGN	2605919	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170323/2023-95	XXX.548.928-XX	ISRAEL CHRISTIAN NINA VILLARROEL	2605920	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170966/2023-39	XXX.562.821-XX	ITALO FERREIRA BARBOSA NETO	2605921	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169583/2023-18	XXX.635.902-XX	JANETE RODRIGUES DA SILVA	2605924	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171321/2023-13	XXX.203.554-XX	JEFFERSON CAVALCANTE PEIXOTO SILVA	2605925	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171354/2023-63	XXX.248.302-XX	JESSYCA ALVES CARNEIRO	2605926	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170826/2023-61	XXX.509.492-XX	JOAO ALLYSSON RODRIGUES DA SILVA	2605928	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.168842/2023-93	XXX.967.232-XX	JOENE HALAN DA SILVA GUEDES	2605929	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169068/2023-38	XXX.071.254-XX	JOSE MACELO PETUBA	2605932	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170659/2023-58	XXX.410.292-XX	JULLYANA ALEXANDRE BARBOSA	2605933	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169868/2023-59	XXX.010.762-XX	KAIRO RAMOM VIDAL BARROS	2605934	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171188/2023-03	XXX.058.871-XX	KARINE RODRIGUES LOPES	2605935	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.182641/2023-07	XXX.279.799-XX	KARLA POGIAN GIL	2606006	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169843/2023-55	XXX.081.981-XX	KEILLA COSTA DE LIMA CARVALHO	2605938	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170950/2023-26	XXX.736.861-XX	LARISSA COELHO COSTA	2605940	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169656/2023-71	XXX.397.000-XX	LIANE MORGENTALE DISCONZI	2605943	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170742/2023-27	XXX.167.381-XX	LORENZA RODRIGUES DUARTE	2605944	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169050/2023-36	XXX.254.771-XX	LORIANA FERREIRA DA FONSECA	2605945	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170933/2023-99	XXX.271.196-XX	LUA SANTOS LOPES	2605946	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170738/2023-69	XXX.562.371-XX	LUCAS ALBERI DE SOUSA MARCOLAN	2605947	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.168931/2023-30	XXX.318.501-XX	LUCIANO MENEGUCCI	2605949	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170754/2023-51	XXX.623.273-XX	LUIS CARLOS DA SILVA SOUSA	2605950	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171004/2023-05	XXX.505.471-XX	LUIZ GUSTAVO FERREIRA GONCALVES	2605951	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169121/2023-09	XXX.184.351-XX	LUZ NICOLE SA LANDIVAR	2606007	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169718/2023-45	XXX.836.192-XX	MALVINA CLEUZINETE DE FREITAS TAVARES PAMPLONA	2605953	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170418/2023-17	XXX.549.142-XX	MARCELO DE MELO GOULART	2605954	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170786/2023-57	XXX.776.644-XX	MARIA CLARA SILVA RIBEIRO RODRIGUES	2605959	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171063/2023-75	XXX.689.811-XX	MARIA JANAINA HENRIQUE SILVA	2605960	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171065/2023-64	XXX.931.721-XX	MAURICIO BENETTI CARVALHO	2605962	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170633/2023-18	XXX.089.602-XX	MICHEL OLIVEIRA SILVA	2605964	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169128/2023-12	XXX.412.793-XX	NATHALIA CRISTINA ALVES DOS SANTOS	2605965	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169134/2023-70	XXX.017.164-XX	PEDRO ROCHAEL SIQUEIRA PERAZZO	2605967	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171185/2023-61	XXX.973.155-XX	PRISCILA BATISTA FERREIRA	2605969	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.183172/2023-35	XXX.902.332-XX	PRISCILA COLOMBO FREITAS	2606008	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171027/2023-10	XXX.570.027-XX	PRISCILA SOARES AGUIAR	2605970	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170975/2023-20	XXX.908.633-XX	RAILSON DE SOUSA FERREIRA	2605971	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170667/2023-02	XXX.827.624-XX	RAPHAELA GONCALVES SOUTO QUIDUTE	2605972	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171091/2023-92	XXX.636.581-XX	RAQUEL MAYARA FRITSCH	2605973	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170646/2023-89	XXX.275.502-XX	RAQUELE ALMEIDA SILVA	2605974	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171053/2023-30	XXX.174.611-XX	RAQUELI CAVALCANTE ARAUJO	2605975	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169174/2023-11	XXX.100.374-XX	REGINA KELLY DAVID BEZERRA	2605983	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171326/2023-46	XXX.614.832-XX	RENATA VALERIA LOPES MOREIRA DE ANDRADE FARIAS	2605977	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170769/2023-10	XXX.578.685-XX	RICARDO JOSE BEZERRA FILHO	2605978	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169023/2023-63	XXX.653.112-XX	RODRIGO OTAVIO DOS SANTOS TOSO	2605980	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169075/2023-30	XXX.070.601-XX	ROSIMEIRE ANANIAS SILVA	2605982	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169803/2023-11	XXX.064.521-XX	SAMANTHA STEPHANIE DE AZEVEDO CAMPOS	2605984	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.168859/2023-41	XXX.367.272-XX	SAMARA ANGELO DA SILVA GUEDES	2605985	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169158/2023-29	XXX.013.684-XX	SILVIA DOS SANTOS CAVALCANTE	2605986	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170834/2023-15	XXX.378.196-XX	SIMONE DE SOUZA PINTO	2605989	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170229/2023-36	XXX.788.992-XX	SUZY MENDES DE FREITAS	2605991	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170905/2023-71	XXX.509.068-XX	TABATA OLIVEIRA POLOI	2605992	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170385/2023-05	XXX.572.302-XX	THIAGO EMIDIO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	2605993	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.170707/2023-16	XXX.338.202-XX	THIELLE DE SOUSA BARBOSA	2605994	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169700/2023-43	XXX.382.472-XX	TIAGO SERQUEIRA SILVA	2605995	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169162/2023-97	XXX.085.204-XX	VANESSA STEPHANYE DE ANDRADE FLORENCIO DEO	2605996	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171061/2023-86	XXX.539.873-XX	VICTORIA OSORIO DE LIMA	2605997	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169744/2023-73	XXX.697.746-XX	WALLACE AVELINO DE OLIVEIRA	2605998	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171112/2023-70	XXX.797.072-XX	WASHINGTON LUIZ ROCHA AIACHE	2605999	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.169600/2023-17	XXX.801.982-XX	WILYANNE OLIVEIRA DERZE	2606000	PE	RECIFE	08/04/2024
25000.171192/2023-63	XXX.318.192-XX	ADRIANA FERREIRA DE SOUZA SILVA MACEDO	2605849	PE	SALGADINHO	08/04/2024
25000.171195/2023-05	XXX.040.509-XX	MARCO ANTONIO SOARES PEREIRA JUNIOR	2605955	PE	SANTA FILOMENA	08/04/2024
25000.171198/2023-31	XXX.445.314-XX	SILVIO ROMERO QUARESMA CHAVES	2605987	PE	SAO BENTO DO UNA	08/04/2024
25000.138449/2023-75	XXX.613.184-XX	NADYJAETE CLESIA FERREIRA	2605844	PE	SAO CAITANO	15/01/2024
25000.171291/2023-45	XXX.611.044-XX	IVAN ALVES DA CRUZ FILHO	2605922	PE	SAO JOSE DO BELMONTE	08/04/2024
25000.171305/2023-21	XXX.905.504-XX	LEANDRO CASTRO BARBALHO CARNEIRO	2605942	PE	SERRA TALHADA	08/04/2024
25000.124683/2023-15	XXX.487.763-XX	EXPEDITO WAGNE FERNANDES DA SILVA	2605796	PE	SERTANIA	04/12/2023
25000.435456/2017-74	XXX.126.422-XX	MARIA SOLANGE COIMBRA ALVES FLOR	2605845	PE	SERTANIA	05/03/2024
25000.171227/2023-64	XXX.952.676-XX	CLARA DAMASCENO LACERDA	2605874	PE	SERTANIA	08/04/2024
25000.171254/2023-37	XXX.287.834-XX	FELIPE SOUTO DE LIMA	2605897	PE	SERTANIA	08/04/2024
25000.171219/2023-18	XXX.063.764-XX	MAURICIO ROMAO TORRES	2605963	PE	SERTANIA	08/04/2024
25000.142171/2023-31	XXX.779.664-XX	ALEXSANDRO MARTINS	2605797	PE	SURUBIM	15/01/2024
25000.169334/2023-22	XXX.657.074-XX	ERYKA KARLA LACERDA MAGALHAES	2605889	PE	TRINDADE	08/04/2024

25000.169405/2023-97	XXX.126.885-XX	JUAN AUGUSTO FONSECA SILVA	2205659	PI	ACAUA	08/04/2024
25000.169415/2023-22	XXX.516.042-XX	ADRIANA DOURADO CRISOSTOMO	2205652	PI	AVELINO LOPES	08/04/2024
25000.169473/2023-56	XXX.600.551-XX	ALESSANDRA CRISTINE OLIVEIRA	2205653	PI	COCAL	08/04/2024
25000.169487/2023-70	XXX.120.843-XX	CANDIDO LACANN DIAS CRUZ	2205655	PI	COCAL	08/04/2024
25000.169430/2023-71	XXX.939.853-XX	CLAUDIA KARINE DE NORONHA COELHO	2205656	PI	COCAL	08/04/2024
25000.169502/2023-80	XXX.517.241-XX	CAMILA OLIVEIRA DOS PASSOS	2205654	PI	ESPERANTINA	08/04/2024
25000.169597/2023-31	XXX.717.821-XX	DARYO BELIZARIO SILVA	2205657	PI	GUADALUPE	08/04/2024
25000.169612/2023-41	XXX.596.621-XX	SIRLENE BORGES DA SILVA	2205660	PI	GUADALUPE	08/04/2024
25000.169605/2023-40	XXX.345.903-XX	JESSYKA LYA DA SILVA MOTA	2205661	PI	JOAQUIM PIRES	08/04/2024
25000.005484/2017-61	XXX.696.341-XX	JORGE LUIS SILVA NAPOLES	2205651	PI	PEDRO II	05/03/2024
25000.169641/2023-11	XXX.370.623-XX	VIVIANE BISPO DA SILVA	2200596	PI	SOCORRO DO PIAUI	08/04/2024
25000.169646/2023-36	XXX.359.183-XX	DIEGO ANDRADE RODRIGUES	2205658	PI	VARZEA BRANCA	08/04/2024
25000.169750/2023-21	XXX.286.459-XX	LETICIA HARUMI IBARRA ENJOJI	4106119	PR	ABATIA	08/04/2024
25000.169780/2023-37	XXX.533.322-XX	MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA RODRIGUES	4106133	PR	ALMIRANTE TAMANDARE	08/04/2024
25000.169771/2023-46	XXX.248.266-XX	MARILIA SILVA DE ANDRADE	4106140	PR	ALMIRANTE TAMANDARE	08/04/2024
25000.169760/2023-66	XXX.935.632-XX	OSWALDO ADRIANO MAGNESI SANTOS	4106155	PR	ALMIRANTE TAMANDARE	08/04/2024
25000.169794/2023-51	XXX.110.699-XX	ELVIRA SANCHES RALLO	4106082	PR	ALTONIA	08/04/2024
25000.169787/2023-59	XXX.787.539-XX	FRANCKLIN GIMENES RODRIGUES	4106087	PR	ALTONIA	08/04/2024
25000.169859/2023-68	XXX.229.601-XX	ELISANIA PATRICIA MARIA DE SOUSA	4106080	PR	APUCARANA	08/04/2024
25000.169852/2023-46	XXX.771.091-XX	ESTELA OLIMPIA FIORESE MARTINI	4106084	PR	APUCARANA	08/04/2024
25000.171089/2023-13	XXX.700.472-XX	JULIANA TOME XAVIER	4106110	PR	APUCARANA	08/04/2024
25000.169885/2023-96	XXX.626.781-XX	MAICON LAZARI DA SILVA	4106130	PR	APUCARANA	08/04/2024
25000.169860/2023-92	XXX.780.009-XX	SOLANGE APARECIDA SILVERIO	4106176	PR	APUCARANA	08/04/2024
25000.169847/2023-33	XXX.215.889-XX	ZAQUEU PEDRO DA SILVA	4106199	PR	APUCARANA	08/04/2024
25000.169889/2023-74	XXX.569.429-XX	JULIANA GABRIELE MORENO	4106109	PR	ARAPONGAS	08/04/2024
25000.217695/2013-11	XXX.981.281-XX	LUIS MANUEL RODRIGUEZ PEREZ	4106035	PR	ARAUCARIA	05/03/2024
25000.404741/2017-43	XXX.769.871-XX	YANIUSKA GUTIERREZ BISSET	4106036	PR	ARAUCARIA	05/03/2024
25000.169931/2023-57	XXX.650.589-XX	ANA CLARA PILOT DUARTE	4106050	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.170009/2023-11	XXX.244.209-XX	CLODINEI BON	4106066	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.169918/2023-06	XXX.111.501-XX	GABRIEL DE MOURA SILVA	4106088	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.169900/2023-04	XXX.733.909-XX	HELOISA DIAS SIQUEIRA	4106208	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.170017/2023-59	XXX.981.719-XX	LUCIENE MARQUES ZOTELLI	4106128	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.169970/2023-54	XXX.167.111-XX	MARCIA OLIVEIRA RODRIGUES MORAES	4106132	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.169939/2023-13	XXX.225.452-XX	MARIA APARECIDA DE SOUZA MAGALHAES	4106134	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.169966/2023-96	XXX.692.561-XX	PAULO HENRIQUE DIAS DOS SANTOS MORAES RODRIGUES	4106160	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.169956/2023-51	XXX.556.751-XX	ROSEMEIRE APARECIDA FRANCA	4106169	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.170015/2023-60	XXX.297.029-XX	SILVANA MOURA PEREIRA	4106173	PR	ARAUCARIA	08/04/2024
25000.170023/2023-14	XXX.828.729-XX	DAIANE APARECIDA SLONGO	4106068	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	08/04/2024
25000.170057/2023-09	XXX.634.569-XX	ALEX DE SANTI STAEL	4106046	PR	BOM SUCESSO DO SUL	08/04/2024
25000.170060/2023-14	XXX.643.742-XX	IGOR HENRIQUE TURRA RAMIRES	4106098	PR	BRAGANEY	08/04/2024
25000.170063/2023-58	XXX.810.739-XX	RAYANA MAYARA LOBO	4106166	PR	CAMBE	08/04/2024
25000.170088/2023-51	XXX.012.381-XX	SIMONE LETICIA CARVALHO DANTAS	4106174	PR	CAMBIRA	08/04/2024
25000.170090/2023-21	XXX.148.559-XX	JESSICA DIAS GASPAROTO	4106105	PR	CAMPINA DA LAGOA	08/04/2024
25000.170100/2023-28	XXX.714.061-XX	AMANDA EVEN REGO NERES	4106048	PR	CAMPO DO TENENTE	08/04/2024
25000.170093/2023-64	XXX.431.291-XX	DEMETRIUS ANTONIO BERNARDO CASSIN	4106071	PR	CAPANEMA	08/04/2024
25000.172585/2023-94	XXX.085.927-XX	WALDECI SOARES JARDIM JUNIOR	4106194	PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	08/04/2024
25000.170404/2023-95	XXX.351.299-XX	MARIANGELA SILVA NUNES	4106139	PR	CARAMBEI	08/04/2024
25000.170097/2023-42	XXX.123.172-XX	TEREZA STHEPHANY APARECIDA STOCO	4106180	PR	CARAMBEI	08/04/2024
25000.170417/2023-64	XXX.010.899-XX	LAIS DE FATIMA SILVEIRA	4106112	PR	CARLOPOLIS	08/04/2024
25000.170411/2023-97	XXX.340.229-XX	THAIS MASCOTTO DOS SANTOS	4106184	PR	CARLOPOLIS	08/04/2024
25000.170420/2023-88	XXX.833.749-XX	JEFERSON LUIZ MESSIAS	4106104	PR	CATANDUVAS	08/04/2024
25000.170427/2023-08	XXX.825.271-XX	PAULO ROBERTO COUTO MONTEIRO	4106161	PR	CENTENARIO DO SUL	08/04/2024
25000.170450/2023-94	XXX.432.728-XX	THIAGO ADAM RIBEIRO	4106187	PR	CERRO AZUL	08/04/2024
25000.170690/2023-99	XXX.063.999-XX	ADEMILSON DE OLIVEIRA JUNIOR	4106043	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170480/2023-09	XXX.140.929-XX	ANA CARLA BUENO DA SILVA	4106202	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170457/2023-14	XXX.131.301-XX	FELIPE CAMARGO DE FREITAS FIGUEIREDO	4106086	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170494/2023-14	XXX.733.239-XX	GABRIELA SANCHES RIBEIRO	4106089	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170587/2023-49	XXX.448.921-XX	JACKELINE ERNANDES DA SILVA MOREIRA	4106102	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170704/2023-74	XXX.441.939-XX	MICHELE APARECIDA DE PAIVA	4106146	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170752/2023-62	XXX.069.469-XX	MILENA LUSTOSA DE FREITAS	4106149	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170672/2023-15	XXX.091.989-XX	THAIS DE OLIVEIRA COSTA	4106182	PR	CIANORTE	08/04/2024
25000.170763/2023-42	XXX.579.499-XX	PAULO SERGIO GOMES	4106162	PR	COLORADO	08/04/2024
25000.170819/2023-69	XXX.078.691-XX	VILMAR DA SILVA	4106212	PR	DOIS VIZINHOS	08/04/2024
25000.170838/2023-95	XXX.506.049-XX	GIULIANA FREGADOLLI POSO NESTORIO	4106095	PR	DOUTOR CAMARGO	08/04/2024
25000.170862/2023-24	XXX.613.049-XX	BRUNA GONCALVES MACIEL	4106059	PR	FAXINAL	08/04/2024
25000.170888/2023-72	XXX.150.699-XX	ALESSANDRO RODRIGO ZANATO	4106045	PR	FAZENDA RIO GRANDE	08/04/2024
25000.170909/2023-50	XXX.602.245-XX	LUCIANA KELLY SANTANA DE SOUZA QUEIROZ	4106127	PR	FAZENDA RIO GRANDE	08/04/2024
25000.170956/2023-01	XXX.188.972-XX	LUCAS GONCALVES RABEL	4106124	PR	GUARANIACU	08/04/2024
25000.171020/2023-90	XXX.346.449-XX	CINTHIA CORDEIRO BELO	4106204	PR	GUARAPUAVA	08/04/2024
25000.002108/2024-43	XXX.426.702-XX	MARISTELA SILVA FREITAS SANTOS	4106141	PR	GUARAPUAVA	08/04/2024
25000.169999/2023-36	XXX.034.079-XX	BRENO BELINATI PAIVA	4106057	PR	IBIPORA	08/04/2024
25000.171031/2023-70	XXX.408.949-XX	IZABELA THAIZ CAVALCANTE ROSA	4106101	PR	IBIPORA	08/04/2024
25000.169983/2023-23	XXX.688.755-XX	BARBARA CRISTINA CHAVES SANTOS	4106055	PR	IRATI	08/04/2024
25000.178456/2023-18	XXX.078.202-XX	SILVANA MARIA TREVIZANE DELLARMELINA BESSA	4106029	PR	JAGUARIAIVA	04/12/2023
25000.170003/2023-35	XXX.498.239-XX	GIOVANE FARIAS AITA	4106094	PR	JARDIM ALEGRE	08/04/2024
25000.169991/2023-70	XXX.076.279-XX	SABRINA RIBEIRO DA SILVA SOUZA	4106170	PR	JARDIM ALEGRE	08/04/2024
25000.169994/2023-11	XXX.046.859-XX	ADRIANE CRISTINA HOFFMANN TONEL	4106044	PR	JOAQUIM TAVORA	08/04/2024
25000.170016/2023-12	XXX.598.529-XX	CAROLINA SILVESTRINI	4106063	PR	LAPA	08/04/2024
25000.170022/2023-61	XXX.333.149-XX	MARIA FERNANDA VINHOLES MERHY VALENTE	4106136	PR	LAPA	08/04/2024
25000.170008/2023-68	XXX.742.409-XX	RODRIGO VASCONCELOS EULALIO	4106168	PR	LAPA	08/04/2024
25000.170014/2023-15	XXX.932.321-XX	PABLO RIBEIRO DIONISIO	4106156	PR	MALLET	08/04/2024
25000.170052/2023-78	XXX.881.829-XX	LUCAS MATHEUS FORQUIM	4106126	PR	MANDIRITUBA	08/04/2024
25000.170040/2023-43	XXX.543.300-XX	LUIS EDUARDO YOUNIS	4106129	PR	MANDIRITUBA	08/04/2024
25000.170036/2023-85	XXX.964.362-XX	MEIRELURDES SILVA MELO GODOIS	4106144	PR	MANDIRITUBA	08/04/2024
25000.170037/2023-20	XXX.296.749-XX	ELAINE DENISE SCHMITZ	4106077	PR	MANFRINOPOLIS	08/04/2024
25000.172331/2023-76	XXX.960.229-XX	JHONATAN BUFALO FARAONI	4106106	PR	MANOEL RIBAS	08/04/2024
25000.125474/2023-99	XXX.328.598-XX	MARCO ANTONIO DE AZEVEDO	4106028	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	07/12/2023
25000.172342/2023-56	XXX.320.819-XX	DAIANA ZUBKO LUCAS	4106067	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	08/04/2024
25000.172576/2023-01	XXX.132.969-XX	EDUARDO GIARETA DO PRADO	4106075	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	08/04/2024
25000.172352/2023-91	XXX.404.259-XX	PATRICIA FONTANELLA	4106158	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	08/04/2024
25000.172360/2023-38	XXX.787.369-XX	THAIENE PINHEIRO STURM	4106181	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	08/04/2024
25000.012089/2024-63	XXX.667.777-XX	ALESSANDRA FICK KIL PANTALEAO	4106201	PR	MARINGA	08/04/2024
25000.170496/2023-11	XXX.986.931-XX	HIGORT MARINO BENITES FERNANDEZ	4106215	PR	MARINGA	08/04/2024
25000.172405/2023-74	XXX.853.099-XX	WOLNEY PERES DA ROCHA	4106197	PR	MARINGA	08/04/2024
25000.172419/2023-98	XXX.537.559-XX	PEDRO HENRIQUE DO LAGO MARTINS	4106164	PR	MATELANDIA	08/04/2024
25000.012281/2024-50	XXX.120.429-XX	GABRIELA LETICIA ZIGLIOLI	4106207	PR	MISSAL	08/04/2024
25000.172552/2023-44	XXX.852.079-XX	DRIELLI KARINE DE OLIVEIRA	4106074	PR	NOVA AURORA	08/04/2024
25000.172713/2023-08	XXX.784.419-XX	TIAGO NIENKOETTER	4106188	PR	NOVA AURORA	08/04/2024
25000.173526/2023-33	XXX.421.819-XX	ABIMAEL FERNANDES VIEIRA JUNIOR	4106200	PR	NOVA ESPERANCA	08/04/2024
25000.172719/2023-77	XXX.955.511-XX	GERALDO FERNANDES TAKAITI KURODA	4106092	PR	ORTIGUEIRA	08/04/2024
25000.172734/2023-15	XXX.233.922-XX	LENILSON DA SILVA AGUIAR	4106116	PR	ORTIGUEIRA	08/04/2024
25000.172730/2023-37	XXX.018.832-XX	SAYMOM BRITO LEANDRO	4106172	PR	ORTIGUEIRA	08/04/2024
25000.172748/2023-39	XXX.307.229-XX	LARISSA MARISE WATTE OENNING	4106114	PR	OURO VERDE DO OESTE	08/04/2024
25000.172749/2023-83	XXX.252.689-XX	LARISSA CECILIA PINTO MOURA	4106113	PR	PALMAS	08/04/2024
25000.172758/2023-74	XXX.071.699-XX	MARIA EDUARDA DARCIN DA SILVA	4106135	PR	PALMEIRA	08/04/2024

25000.172797/2023-71	XXX.658.058-XX	MUNIQUE BACELAR	4106151	PR	PARANACITY	08/04/2024
25000.173145/2023-54	XXX.994.051-XX	ANA CAROLLINA RIZZO UEMURA	4106049	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173201/2023-51	XXX.045.399-XX	ANDRE DE SOUZA CHAVES	4106052	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173137/2023-16	XXX.717.609-XX	ANNE CECILIA PAVANI	4106054	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173243/2023-91	XXX.571.921-XX	CARLOS ANDRES PAZ GUTIERREZ	4106062	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173179/2023-49	XXX.524.199-XX	ELIANE ZANOLLA	4106078	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173213/2023-85	XXX.463.612-XX	EWERTON DE SOUZA ALVES	4106085	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173128/2023-17	XXX.488.879-XX	ISABELLE CRISTINA CHAVES TOLEDO	4106100	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173208/2023-72	XXX.492.613-XX	JOAO VITOR SILVA MANICA	4106107	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173172/2023-27	XXX.340.582-XX	TAINARA OLIVEIRA DE QUEIROS	4106177	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.172811/2023-37	XXX.765.699-XX	THAIS LETICIA ZANETTE	4106183	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173159/2023-78	XXX.047.282-XX	THALITA SIMPLICIO MOREIRA	4106185	PR	PARANAGUA	08/04/2024
25000.173256/2023-61	XXX.408.129-XX	GEZANIA DANIELI BERCHEMBROCK SCHULTZ	4106093	PR	PIEN	08/04/2024
25000.192464/2016-04	XXX.230.281-XX	DANILO YANIER DE LA CRUZ HIDALGO	4106034	PR	PINHAO	04/03/2024
25000.173282/2023-99	XXX.471.388-XX	NAIME MACIMINO DE ASSIS	4106153	PR	PINHAO	08/04/2024
25000.173271/2023-17	XXX.871.661-XX	SOFIA VERONICA LESME KADAR	4106175	PR	PINHAO	08/04/2024
25000.173306/2023-18	XXX.982.359-XX	ELISA MARIA DE OLIVEIRA	4106079	PR	PIRAI DO SUL	08/04/2024
25000.173383/2023-60	XXX.560.291-XX	GAMIR HERSON SUAZNABAR QUISPE	4106091	PR	PIRAI DO SUL	08/04/2024
25000.173407/2023-81	XXX.210.959-XX	CARLA SARTORI FURLAN	4106061	PR	PIRAQUARA	08/04/2024
25000.173396/2023-39	XXX.603.152-XX	TATIANE TEODORO	4106179	PR	PIRAQUARA	08/04/2024
25000.173412/2023-93	XXX.191.089-XX	PAMELA BERTOLI FREITAS	4106157	PR	PITANGA	08/04/2024
25000.177171/2023-51	XXX.636.211-XX	FABIANO PREUSSLER	4106206	PR	PONTA GROSSA	08/04/2024
25000.173423/2023-73	XXX.341.709-XX	RAFAELLA BARROS FREITAS	4106165	PR	PONTA GROSSA	08/04/2024
25000.174406/2023-53	XXX.486.514-XX	SAULO OLIVEIRA DANTAS	4106210	PR	PONTA GROSSA	08/04/2024
25000.173418/2023-61	XXX.873.719-XX	VIVIANE PARTOSKI LEIGMAN	4106193	PR	PONTA GROSSA	08/04/2024
25000.173599/2023-25	XXX.139.981-XX	MARCEL VINICIUS CALANDRINI DO O	4106131	PR	PONTAL DO PARANA	08/04/2024
25000.143849/2023-01	XXX.518.259-XX	LYGIA MARIA SANTOS DRUMOND	4106031	PR	PRANCHITA	26/12/2023
25000.173652/2023-98	XXX.487.941-XX	JAQUELINE DA SILVA BRANQUINHO	4106103	PR	PRUDENTOPOLIS	08/04/2024
25000.173659/2023-18	XXX.789.729-XX	RAYSSA JACOB DE SENE	4106167	PR	QUATIGUA	08/04/2024
25000.173679/2023-81	XXX.813.501-XX	LOHANNA LARISSA MOREIRA DUARTE	4106121	PR	QUATRO BARRAS	08/04/2024
25000.173673/2023-11	XXX.810.739-XX	NATACHA LIMA PEREIRA	4106154	PR	QUATRO BARRAS	08/04/2024
25000.137623/2023-62	XXX.288.065-XX	MARCELA KRELING CAVALCANTE	4106032	PR	QUEDAS DO IGUACU	08/01/2024
25000.173690/2023-41	XXX.179.391-XX	BRUNA CRISTINA DA COSTA	4106058	PR	REBOUCAS	08/04/2024
25000.173692/2023-30	XXX.121.798-XX	DAIANE COSTA TORRENTE	4106069	PR	RESERVA	08/04/2024
25000.173613/2023-91	XXX.137.151-XX	MATHEUS PHELIPP SARTARELO COSTA	4106142	PR	RESERVA	08/04/2024
25000.173716/2023-51	XXX.688.279-XX	VANESSA CRISTINA LOPES ZONATTO	4106189	PR	RESERVA DO IGUACU	08/04/2024
25000.173719/2023-94	XXX.874.039-XX	DAYANE PARTOSKI LEIGMAN	4106070	PR	RIO AZUL	08/04/2024
25000.171049/2023-71	XXX.578.819-XX	MARIANA DE MORAES BARBOSA	4106137	PR	RIO NEGRO	08/04/2024
25000.171066/2023-17	XXX.534.712-XX	MICHEL MONTEIRO LIZZO	4106145	PR	RIO NEGRO	08/04/2024
25000.171056/2023-73	XXX.261.890-XX	TANIA DE SOUZA ARAUJO	4106178	PR	RIO NEGRO	08/04/2024
25000.173627/2023-12	XXX.933.499-XX	WELINGTON CARLOS DA SILVA	4106196	PR	RIO NEGRO	08/04/2024
25000.171094/2023-26	XXX.520.379-XX	LUCAS HENRIQUE AGUIAR	4106125	PR	RONDON	08/04/2024
25000.171100/2023-45	XXX.210.029-XX	PAULO CEZAR DE MORAIS	4106159	PR	SALTO DO LONTRA	08/04/2024
25000.172450/2023-29	XXX.216.879-XX	ALI MOHAMAD TAHA	4106047	PR	SANTA HELENA	08/04/2024
25000.172463/2023-06	XXX.196.269-XX	CAMILA FRANCIELI MASCARELLO BOSSINI	4106060	PR	SANTA HELENA	08/04/2024
25000.172475/2023-22	XXX.398.711-XX	THAYSA PEREIRA	4106186	PR	SANTA HELENA	08/04/2024
25000.171260/2023-94	XXX.914.067-XX	LEONARDO DE SOUZA BERRIEL	4106117	PR	SANTA IZABEL DO OESTE	08/04/2024
25000.171303/2023-31	XXX.151.419-XX	MARIANE SILVA MARUSIAK	4106138	PR	SAO CARLOS DO IVAI	08/04/2024
25000.171274/2023-16	XXX.994.129-XX	HANAN RAMI HANDAOUS	4106096	PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	08/04/2024
25000.171312/2023-22	XXX.143.349-XX	ANA PAULA LOOP	4106051	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171405/2023-57	XXX.119.841-XX	CLEIMAR KRAEMER	4106065	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171374/2023-34	XXX.792.594-XX	HUGO AUGUSTO GOMES FREIRE	4106097	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171325/2023-00	XXX.081.179-XX	KAUANNE MACHADO FOGACA DE SOUZA	4106111	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171419/2023-71	XXX.060.429-XX	LUAN ALEXANDRE DE SOUZA LIMA	4106122	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171388/2023-58	XXX.672.402-XX	MIGUEL MUNIZ DE SOUZA NETO	4106147	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171364/2023-07	XXX.919.827-XX	SILSA MARIA CORDOBA JULIO	4106211	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171380/2023-91	XXX.054.511-XX	YGOR GUEDES SAMPAIO	4106198	PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	08/04/2024
25000.171479/2023-93	XXX.055.169-XX	CLAUDIA DENISE BACH HERMOSILLA	4106064	PR	SAO MATEUS DO SUL	08/04/2024
25000.171521/2023-76	XXX.944.542-XX	DHEINIANE ANELIZE DA SILVA	4106072	PR	SAO MATEUS DO SUL	08/04/2024
25000.171534/2023-45	XXX.999.451-XX	ELAINE CRISTINA PASCOSKI	4106076	PR	SAO MATEUS DO SUL	08/04/2024
25000.171940/2023-16	XXX.355.468-XX	VIVIAN JUCHIMIUK MARQUES	4106192	PR	SARANDI	08/04/2024
25000.004900/2024-32	XXX.117.501-XX	VICTOR DE ALMEIDA FONSECA	4106190	PR	SENGES	08/04/2024
25000.171966/2023-56	XXX.182.829-XX	MILENA LARISSA LAZZAROTTI GARCIA	4106148	PR	TAMARANA	08/04/2024
25000.187370/2023-78	XXX.151.091-XX	SARA CAROLINE FERREIRA DE LIMA	4106171	PR	TAPIRA	08/04/2024
25000.171998/2023-51	XXX.825.802-XX	ANDRE LUIZ REIS PINTO DA SILVA	4106053	PR	TEIXEIRA SOARES	08/04/2024
25000.042357/2017-42	XXX.169.781-XX	AMARELYS ROQUELINA GONZALEZ CAUSILLO	4106037	PR	TELEMACO BORBA	29/02/2024
25000.172040/2023-88	XXX.082.359-XX	DOUGLAS VALENTIM JUNIOR	4106073	PR	TELEMACO BORBA	08/04/2024
25000.172058/2023-80	XXX.391.149-XX	EMANUELLE MAISE LEMKE	4106083	PR	TELEMACO BORBA	08/04/2024
25000.172033/2023-86	XXX.392.549-XX	ISABELA SPELTZ	4106099	PR	TELEMACO BORBA	08/04/2024
25000.172092/2023-54	XXX.563.556-XX	LETHYCIA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA	4106118	PR	TELEMACO BORBA	08/04/2024
25000.172086/2023-05	XXX.084.479-XX	MIRELLY DA SILVA NUNES	4106150	PR	TELEMACO BORBA	08/04/2024
25000.172015/2023-02	XXX.640.189-XX	VINICIUS OLIVEIRA CARDOZO DE SA	4106191	PR	TELEMACO BORBA	08/04/2024
25000.172095/2023-98	XXX.866.029-XX	GABRIELA VANZELA	4106090	PR	TOLEDO	08/04/2024
25000.172101/2023-15	XXX.549.079-XX	LEIDY MICHELINY CASTILHOS STORARI DIAS	4106115	PR	TOLEDO	08/04/2024
25000.172108/2023-29	XXX.039.249-XX	LUANA RAIZER DA SILVA	4106123	PR	TOLEDO	08/04/2024
25000.172271/2023-91	XXX.942.699-XX	MAYRON RENAN BARBOSA	4106143	PR	TOLEDO	08/04/2024
25000.172273/2023-81	XXX.058.189-XX	WANDERSON WRUK	4106195	PR	TOLEDO	08/04/2024
25000.175009/2023-07	XXX.906.352-XX	CHARISTON LUIZ PINGUELO RANGEL JUNIOR	4106203	PR	UMUARAMA	08/04/2024
25000.172275/2023-70	XXX.371.249-XX	BRAYAN DE OLIVEIRA FREITAS	4106056	PR	VENTANIA	08/04/2024
25000.114303/2016-13	XXX.107.021-XX	YELENIS CALAS SEMANAT	4106039	PR	WENCESLAU BRAZ	05/03/2024
25000.172278/2023-11	XXX.830.409-XX	JORGE LUIZ AGUIAR FIALHO	4106108	PR	WENCESLAU BRAZ	08/04/2024
25000.172306/2023-92	XXX.287.012-XX	MURILO HENRIQUE RODRIGUES	4106152	PR	WENCESLAU BRAZ	08/04/2024
25000.172297/2023-30	XXX.431.119-XX	PEDRO FRANCISCO GOMES FILHO	4106163	PR	WENCESLAU BRAZ	08/04/2024
25000.141359/2023-61	XXX.502.359-XX	FERNANDA KAROLINA DOMICIANO NEVES	4105779	PR	XAMBRE	26/12/2023
25000.172320/2023-96	XXX.705.744-XX	GUILHERME FLORIANO LUIZ SILVA RIBEIRO	3306260	RJ	ANGRA DOS REIS	08/04/2024
25000.172334/2023-18	XXX.787.396-XX	IGOR CHELINI PEREIRA HELUEY	3306264	RJ	ANGRA DOS REIS	08/04/2024

25000.172329/2023-05	XXX.350.001-XX	JESSICA SOUZA COELHO	3306347	RJ	ANGRA DOS REIS	08/04/2024
25000.172359/2023-11	XXX.793.001-XX	ANA PAULA FERREIRA VILELA	3306229	RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	08/04/2024
25000.172365/2023-61	XXX.141.122-XX	ARTUR LOPES DE SOUZA	3306232	RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	08/04/2024
25000.172344/2023-45	XXX.188.957-XX	ROBERTA DE SOUZA SANTANNA	3306312	RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	08/04/2024
25000.172445/2023-16	XXX.076.961-XX	JULCINEIA BENEDITA CAMPOS WARPECHOWSKI	3306270	RJ	ARRAIAL DO CABO	08/04/2024
25000.172387/2023-21	XXX.015.845-XX	LUDMILLA MOREIRA BASTOS	3306283	RJ	ARRAIAL DO CABO	08/04/2024
25000.172430/2023-58	XXX.769.148-XX	MELINA MORAES DE ALMEIDA	3306291	RJ	ARRAIAL DO CABO	08/04/2024
25000.172440/2023-93	XXX.675.021-XX	SAMEQUE CAROLINY MAGRES DE OLIVEIRA	3306316	RJ	ARRAIAL DO CABO	08/04/2024
25000.172403/2023-85	XXX.418.201-XX	STEPHANIE BRITO MASCARENHAS	3306318	RJ	ARRAIAL DO CABO	08/04/2024
25000.138366/2023-86	XXX.985.697-XX	MYLENE ESTERQUE DOS SANTOS PIRES DE SOUZA	3306201	RJ	BELFORD ROXO	02/01/2024
25000.172519/2023-14	XXX.370.366-XX	ANANDA QUEIROZ FREITAS	3306231	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172650/2023-81	XXX.100.702-XX	AURELIA DI PAULA VARGAS NAVA	3306233	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172660/2023-17	XXX.603.992-XX	AYRTON SENNA DA SILVA NASCIMENTO SAADY	3306234	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172473/2023-33	XXX.884.431-XX	KAMILLE LACERDA LYRA CAMARGO	3306274	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172665/2023-40	XXX.123.552-XX	MAYCON TRINDADE SALUSTRIANO DA SILVA	3306290	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172492/2023-60	XXX.167.762-XX	NESLANDIA DE CASTRO SOUZA	3306297	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172646/2023-13	XXX.445.952-XX	PAMELLA TEIXEIRA DE SA	3306299	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172466/2023-31	XXX.953.372-XX	RAFAEL ROSEMBERGER BARBOSA	3306306	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172657/2023-01	XXX.962.722-XX	TARCISIO DE SOUZA VERAS	3306320	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.172654/2023-60	XXX.325.242-XX	WALAS GONCALVES BELEZA	3306327	RJ	BELFORD ROXO	08/04/2024
25000.193344/2016-50	XXX.200.341-XX	CYNTHIA GUERRA CANTERO	3306211	RJ	CABO FRIO	05/03/2024
25000.041553/2017-08	XXX.169.791-XX	YENISBEL TORRES LOPEZ	3306222	RJ	CABO FRIO	05/03/2024
25000.172727/2023-13	XXX.421.061-XX	DAIANA LETICIA SILVA COLMAN	3306246	RJ	CABO FRIO	08/04/2024
25000.172695/2023-56	XXX.744.892-XX	DAIANE BICALHO SILVA	3306247	RJ	CABO FRIO	08/04/2024
25000.172681/2023-32	XXX.579.512-XX	EMANUELLY CRISTINA ROCHA PEREIRA	3306255	RJ	CABO FRIO	08/04/2024
25000.168403/2023-81	XXX.362.751-XX	THIAGO ROTONDARO CORSINI MOURAO MASCARENHAS	3306322	RJ	CABO FRIO	08/04/2024
25000.172182/2023-45	XXX.692.677-XX	MILDO CESAR NUNEZ GONZALEZ	3306292	RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	08/04/2024
25000.172184/2023-34	XXX.093.892-XX	JOAO VITOR MACHADO DA SILVA	3306268	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	08/04/2024
25000.168099/2023-71	XXX.294.937-XX	MICHELE LIMA LEITE	3306205	RJ	CARAPEBUS	04/12/2023
25000.416587/2017-52	XXX.893.351-XX	IVAN RACIEL RAMIREZ ENOA	3306215	RJ	CARAPEBUS	01/03/2024
25000.172185/2023-89	XXX.102.831-XX	HIGINO GOMES DUARTE NETO	3306262	RJ	CARAPEBUS	08/04/2024
25000.140261/2023-97	XXX.815.355-XX	MARILIA ALMEIDA ASSUNCAO	3306202	RJ	CORDEIRO	09/01/2024
25000.172186/2023-23	XXX.218.872-XX	LUCIANA CLAROS PALU	3306282	RJ	CORDEIRO	08/04/2024
25000.138147/2023-05	XXX.154.047-XX	CARLOS ALBERTO SENRA DE OLIVEIRA JUNIOR	3306207	RJ	DUQUE DE CAXIAS	15/01/2024
25000.193427/2013/XX	XXX.844.271-XX	GLADYS SANTANA SARRIA	3306213	RJ	DUQUE DE CAXIAS	04/03/2024
25000.193520/2013-19	XXX.588.741-XX	ISAEL QUESADA REYES	3306214	RJ	DUQUE DE CAXIAS	04/03/2024
25000.172189/2023-67	XXX.865.982-XX	MARCOS DIEGO PICOLLI	3306341	RJ	DUQUE DE CAXIAS	08/04/2024
25000.172188/2023-12	XXX.991.901-XX	MURIELLY SANTANA TRINDADE	3306293	RJ	DUQUE DE CAXIAS	08/04/2024
25000.147016/2023-19	XXX.017.147-XX	TENILLE PEREIRA CORREIA DE ARAUJO	3306204	RJ	ITABORAI	08/01/2024
25000.140676/2023-61	XXX.693.332-XX	MARLON DHIONES BAYER	3306225	RJ	ITABORAI	11/03/2024
25000.168596/2023-70	XXX.701.742-XX	LAIS LIMA DE SOUSA	3306339	RJ	ITABORAI	08/04/2024
25000.172197/2023-11	XXX.096.111-XX	ANA CAROLINA MOREIRA OTONI	3306228	RJ	ITAGUAI	08/04/2024
25000.172196/2023-69	XXX.801.461-XX	IVANA LANE PARLANDRINO VIANA	3306265	RJ	ITAGUAI	08/04/2024
25000.172194/2023-70	XXX.200.697-XX	LISLEY ANNY ALMEIDA ROSS	3306340	RJ	ITAGUAI	08/04/2024
25000.172193/2023-25	XXX.578.012-XX	MATHEUS REIS PRAZERES MASCARENHAS	3306289	RJ	ITAGUAI	08/04/2024
25000.172142/2023-01	XXX.000.951-XX	PAULO VICTOR ELIAS SOBRINHO	3306302	RJ	ITALVA	08/04/2024
25000.140370/2023-12	XXX.089.392-XX	JESSICA PLUMA DE SOUZA	3306199	RJ	JAPERI	05/01/2024
25000.137752/2023-51	XXX.888.181-XX	LEONARDO FERREIRA RODRIGUES	3306208	RJ	JAPERI	15/01/2024
25000.143077/2023-07	XXX.323.560-XX	VINICIUS PRESTES BENEDETTI	3306206	RJ	MACAE	15/01/2024
25000.172211/2023-79	XXX.342.772-XX	RODRIGO FOURGIOTIS RODRIGUES	3306313	RJ	MAGE	08/04/2024
25000.408036/2017-15	XXX.073.831-XX	YADIRA MARIA BASTERRECHEA MATAMOROS	3306219	RJ	MANGARATIBA	05/03/2024
25000.172214/2023-11	XXX.245.457-XX	BRUNO DE CARVALHO SOARES	3306238	RJ	MANGARATIBA	08/04/2024
25000.172221/2023-12	XXX.157.431-XX	MARIA FERNANDA DE MATTOS	3306287	RJ	MANGARATIBA	08/04/2024
25000.172232/2023-94	XXX.821.951-XX	DEBORA RODRIGUES MAROSTICA	3306250	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.172362/2023-27	XXX.411.741-XX	JESSICA FERREIRA	3306266	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.171023/2023-23	XXX.177.321-XX	JHEINI KELY MOURA PEREIRA	3306338	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.172236/2023-72	XXX.694.806-XX	JONATHAN BRAGA DE OLIVEIRA	3306269	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.172383/2023-42	XXX.632.752-XX	JUNIOR CESAR VICENTE	3306272	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.172369/2023-49	XXX.305.871-XX	KAIJSER CRISTINE DE OLIVEIRA CORSO VICENTE	3306273	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.172398/2023-19	XXX.050.865-XX	RAFAELA TORRES CAMPOS	3306307	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.172247/2023-52	XXX.602.228-XX	RICARDO TEIXEIRA DOS SANTOS	3306311	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.172354/2023-81	XXX.906.411-XX	SANDRA MARIA MACEDO E MACIEL	3306317	RJ	MARICA	08/04/2024
25000.073714/2014-71	XXX.545.171-XX	MAYLET CACERES CONDE	3306218	RJ	MESQUITA	04/03/2024
25000.172459/2023-30	XXX.663.027-XX	CINARA PEREIRA AMANTE	3306244	RJ	MIGUEL PEREIRA	08/04/2024
25000.128111/2016-86	XXX.223.951-XX	YUDILEYDIS DANGER DURIVES	3306224	RJ	NOVA FRIBURGO	05/03/2024
25000.172514/2023-91	XXX.212.682-XX	NATACHA NOBRE BARBOZA	3306294	RJ	PARAIBA DO SUL	08/04/2024
25000.172530/2023-84	XXX.205.137-XX	PAULA DIAS LAZAR VIEIRA	3306300	RJ	PARATI	08/04/2024
25000.174343/2023-35	XXX.919.868-XX	GLENDALI GEORGIA MARCELINO DE SOUZA	3306337	RJ	PARATY	08/04/2024
25000.086315/2017-13	XXX.893.911-XX	YARLETTY RIGAL SIMON	3306221	RJ	PETROPOLIS	05/03/2024
25000.172567/2023-11	XXX.555.282-XX	DHYULYANO JUNIOR DE ASSIS	3306252	RJ	PETROPOLIS	08/04/2024
25000.172614/2023-18	XXX.559.822-XX	EDER MARTINS GIMENES	3306254	RJ	PETROPOLIS	08/04/2024
25000.172619/2023-41	XXX.552.182-XX	LEILA FRANCISCA CAYRES	3306278	RJ	PETROPOLIS	08/04/2024
25000.172632/2023-08	XXX.589.845-XX	PRISCILA LIMA SILVA	3306303	RJ	PETROPOLIS	08/04/2024
25000.172892/2023-75	XXX.011.415-XX	RAIANE PAULA SILVA FERREIRA	3306308	RJ	PETROPOLIS	08/04/2024
25000.172604/2023-82	XXX.241.241-XX	TAHIZA RICARDO SARAIVA	3306319	RJ	PETROPOLIS	08/04/2024
25000.172898/2023-42	XXX.949.961-XX	CARLA DANIELA SAAVEDRA ECHEVERRIA	3306242	RJ	PORCIUNCULA	08/04/2024
25000.172910/2023-19	XXX.886.912-XX	RENATA BOTELHO DA COSTA VEIGA	3306310	RJ	QUATIS	08/04/2024
25000.042484/2017-41	XXX.959.181-XX	LIAN RUIZ FERNANDEZ	3306216	RJ	QUEIMADOS	04/03/2024
25000.172930/2023-90	XXX.475.462-XX	BRUNA CAMPOS MOLIN	3306236	RJ	QUEIMADOS	08/04/2024
25000.173025/2023-57	XXX.292.341-XX	ANAHID ANDREA VACAFLOR ARREDONDO	3306230	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.173009/2023-64	XXX.646.502-XX	BRUNO RODRIGO DE SOUSA FURTADO	3306240	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.173013/2023-22	XXX.482.592-XX	DOUGLAS DAMINELLI SILVA	3306253	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.173006/2023-21	XXX.304.332-XX	ESDRAS RAFAEL FERNANDES LYRA	3306256	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.189955/2023-22	XXX.582.002-XX	FERNANDA RODRIGUES DE LIMA	3306336	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.172966/2023-73	XXX.946.802-XX	MARIA CINARA RUE NOBRE	3306286	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.172933/2023-23	XXX.974.002-XX	NOLY SOSSA CARDENAS	3306298	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.172959/2023-71	XXX.807.662-XX	RONI JOSE MARIN	3306314	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.172937/2023-10	XXX.793.981-XX	THALLYSON LORRAN RABELO DE SOUSA	3306321	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.172946/2023-01	XXX.263.411-XX	WELLINGTON AIRTON ANESI	3306328	RJ	RIO DAS OSTRAS	08/04/2024
25000.141511/2023-14	XXX.817.874-XX	JOAO MATEUS PEREIRA DA SILVA ELIAS	3306200	RJ	RIO DE JANEIRO	26/12/2023
25000.214597/2013-21	XXX.063.871-XX	ANGELA MERCEDES CHACON REBOLLAR	3306210	RJ	RIO DE JANEIRO	05/03/2024
25000.173715/2023-14	XXX.550.552-XX	ADRIANO ALVES DE REZENDE	3306226	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173033/2023-01	XXX.487.053-XX	AFONSO RODRIGUES JUNIOR	3306227	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173923/2023-13	XXX.282.904-XX	BRUNA ALVES MELO DE LIMA	3306235	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173940/2023-42	XXX.010.281-XX	BRUNA HECK DA SILVA	3306237	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173930/2023-15	XXX.000.810-XX	BRUNO JOSE SPIANDORELLO	3306239	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.171509/2023-61	XXX.236.485-XX	CAMILLA ELAYNE SILVA RIBEIRO	3306241	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.036094/2024-61	XXX.455.572-XX	CAROLINE MATEUS DOS SANTOS	3306345	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173565/2023-31	XXX.300.235-XX	CLAUDIA ROCHA DE VASCONCELOS	3306245	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173927/2023-93	XXX.221.596-XX	DANIELLA ROBERTO SOUSA RIBEIRO	3306248	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.171430/2023-31	XXX.480.861-XX	DANYEL DA SILVA JUNIOR	3306249	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173918/2023-01	XXX.277.584-XX	DENNY ERICH ROQUE DE LIMA	3306251	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173934/2023-95	XXX.606.572-XX	FELIPE ALMEIDA DOS SANTOS	3306257	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173523/2023-08	XXX.478.041-XX	GILSELIA RODRIGUES DE ALMEIDA	3306258	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.171487/2023-30	XXX.386.681-XX	GIVAGO SANTANA LEAL E SILVA	3306259	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024

25000.173817/2023-21	XXX.080.682-XX	HERNANDO BELARMINO DA SILVA	3306261	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173765/2023-93	XXX.388.002-XX	IARA IACHEL LIMA MORAIS	3306263	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173917/2023-58	XXX.153.131-XX	JOAO CARLOS GLORIA DA SILVA	3306267	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173879/2023-33	XXX.758.631-XX	KETELIN LARISSA CORVETTO	3306275	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173730/2023-54	XXX.097.856-XX	LARESSA BELCHIOR L ASTORINA	3306276	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173841/2023-61	XXX.993.456-XX	LAYON GONCALVES ARAUJO	3306277	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173933/2023-41	XXX.972.201-XX	LEONTINA APARECIDA RODRIGUES	3306279	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173941/2023-97	XXX.182.369-XX	LOHANA GALDINO AYOUB	3306280	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173910/2023-36	XXX.097.629-XX	LUANA TREVISANI DE ALMEIDA	3306281	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173876/2023-08	XXX.889.071-XX	LUIS RONDON DE ALMEIDA CORREA JUNIOR	3306284	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173656/2023-76	XXX.218.535-XX	MARCELO FRANCISCO CERQUEIRA BUENO	3306285	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.168457/2023-46	XXX.098.601-XX	MARIA LUIZA DIAS DOS SANTOS DE ARAUJO	3306288	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173887/2023-80	XXX.930.318-XX	NATALIA DE ASSIS REZENDE	3306295	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173937/2023-29	XXX.760.212-XX	NAYLA CAMILA DORNELA	3306296	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173689/2023-16	XXX.080.885-XX	PAULO SERGIO SILVANY DE SOUZA FILHO	3306301	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.171451/2023-56	XXX.133.036-XX	RAFAEL ASSIS AMARAL	3306304	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173913/2023-70	XXX.288.991-XX	RAFAEL RATIER PEREIRA	3306305	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173590/2023-14	XXX.298.712-XX	RAIMUNDA VIANA MEIRELES	3306309	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173865/2023-10	XXX.620.122-XX	VAGNER ARRUDA OLIVEIRA	3306323	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173539/2023-11	XXX.474.732-XX	VITOR DE MORAIS XIMENEZ	3306324	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173504/2023-73	XXX.437.993-XX	WAGNO DE SOUSA MACHADO	3306326	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173677/2023-91	XXX.937.002-XX	WILLY ROBSON AMERICO RIBEIRO FILHO	3306329	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.172059/2023-24	XXX.652.302-XX	LUIS FERNANDO SORIA DURAN	3306346	RJ	SAO JOAO DA BARRA	08/04/2024
25000.138814/2023-41	XXX.224.871-XX	NATALIA ALBERTINA WERNECK DE VASCONCELOS	3306203	RJ	SUMIDOURO	09/01/2024
25000.040982/2017-50	XXX.949.071-XX	DAIMET DRIGGS TAMAYO	3306212	RJ	TANGUA	04/03/2024
25000.174932/2023-13	XXX.840.491-XX	RUDINEI SANTOS LIMA	3306315	RJ	TERESOPOLIS	08/04/2024
25000.174947/2023-81	XXX.875.749-XX	CASSIA GREICE LANZONI	3306243	RJ	TRES RIOS	08/04/2024
25000.175674/2023-92	XXX.630.014-XX	IVANEIDE MARIA DE SOUZA MARTINS	2405627	RN	BOM JESUS	08/04/2024
25000.175716/2023-95	XXX.358.532-XX	CLAYTON DE ALMEIDA AMANCIO	2405625	RN	JOAO CAMARA	08/04/2024
25000.175731/2023-33	XXX.763.962-XX	LUA FELYPE MENEZES VIEIRA	2405628	RN	MONTANHAS	08/04/2024
25000.168216/2023-05	XXX.766.724-XX	ITALO AUGUSTO COSTA MEDEIROS DE OLIVEIRA	2405633	RN	NATAL	08/04/2024
25000.175706/2023-50	XXX.826.174-XX	LUDMILLA MATIAS MEDEIROS	2405629	RN	NATAL	08/04/2024
25000.168765/2023-71	XXX.321.064-XX	MARIA CAROLINA DE ARAUJO	2405634	RN	PARAU	08/04/2024
25000.175738/2023-55	XXX.170.041-XX	VICTOR ARRUDA DE MOURA	2405631	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	08/04/2024
25000.175748/2023-91	XXX.457.324-XX	ALYSON SOARES SANTANA	2405623	RN	SAO PAULO DO POTENGI	08/04/2024
25000.175755/2023-92	XXX.317.234-XX	ISADORA ELENA MARQUES DE PAIVA	2405626	RN	SAO PAULO DO POTENGI	08/04/2024
25000.144944/2023-13	XXX.369.184-XX	ANA CAROLINA SOARES SILVA	2405622	RN	SAO PEDRO	08/04/2024
25000.175761/2023-40	XXX.450.822-XX	ANNY MARIE MARTINS DA SILVA	2405624	RN	TAIPU	08/04/2024
25000.175776/2023-16	XXX.986.972-XX	JOSIAS ROA CUEVAS	1105640	RO	ALVORADA D'OESTE	08/04/2024
25000.175783/2023-18	XXX.222.392-XX	WAGNER DA SILVA ALVES	1105646	RO	BURITIS	08/04/2024
25000.012253/2024-32	XXX.570.112-XX	RHAYRE CHRYSTINA BOTELHO CAHU	1105656	RO	CANDEIAS DO JAMARI	08/04/2024
25000.174958/2023-61	XXX.653.902-XX	ADRIANA DA SILVA SOUZA	1105650	RO	CEREJEIRAS	08/04/2024
25000.170068/2023-81	XXX.829.612-XX	JONHENE SOUSA RODRIGUES	1105655	RO	COSTA MARQUES	08/04/2024
25000.175814/2023-22	XXX.944.238-XX	JACKELINE ATANAELA DE OLIVEIRA FACCAS	1105638	RO	GUAJARA-MIRIM	08/04/2024
25000.175802/2023-06	XXX.480.642-XX	JOSE CARLOS SANTANA SARAIVA	1105639	RO	GUAJARA-MIRIM	08/04/2024
25000.175793/2023-45	XXX.883.842-XX	RAISA MENDES DE MIRANDA	1105642	RO	GUAJARA-MIRIM	08/04/2024
25000.170058/2023-45	XXX.445.802-XX	ISADORA DIAS RAMOS	1105653	RO	JI-PARANA	08/04/2024
25000.012291/2024-95	XXX.656.982-XX	ROSAINA JORGE DE OLIVEIRA	1105657	RO	MACHADINHO D'OESTE	08/04/2024
25000.139877/2023-15	XXX.633.272-XX	FABIOLA CAROLINA DE SOUZA RODRIGUES	1105633	RO	NOVA MAMORE	29/12/2023
25000.175852/2023-85	XXX.410.452-XX	ANA KIMBERLY RAMOS RODRIGUES	1105636	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.175828/2023-46	XXX.928.722-XX	CLAUDENIZIA DA SILVA CUNHA	1105637	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.171407/2023-46	XXX.587.772-XX	CRISTIANE SURIANI	1105651	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.175818/2023-19	XXX.524.312-XX	FERNANDA LINS FERNANDES	1105652	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.175889/2023-11	XXX.101.942-XX	JACQUELINE GOMES SIMOES	1105654	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.175881/2023-47	XXX.941.842-XX	LARISSA DO NASCIMENTO SOUZA	1105641	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.175874/2023-45	XXX.711.232-XX	REJANE MARIA BOUEZ RIBEIRO MENDES	1105643	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.175836/2023-92	XXX.560.662-XX	UILZEMBERG SANTOS DE ALMEIDA	1105645	RO	PORTO VELHO	08/04/2024
25000.175898/2023-02	XXX.381.932-XX	SIMONE DA SILVA FERNANDES	1105644	RO	THEOBROMA	08/04/2024
25000.063038/2014-28	XXX.218.901-XX	JOSE ALEXIS BRIZUELA ARMAS	1405713	RR	CANTA	04/03/2024
25000.080868/2014-10	XXX.919.031-XX	HENNY RAFAEL GUZMAN RIVAS	1405712	RR	CANTA	05/03/2024
25000.176788/2023-50	XXX.664.572-XX	LIANA GOMES CARDOSO	1405716	RR	CANTA	08/04/2024
25000.176772/2023-47	XXX.101.972-XX	RENATO RODRIGUES RAMOS	1405717	RR	CANTA	08/04/2024
25000.176817/2023-83	XXX.386.022-XX	GISELE KELLY ALVES TORREIAS	1405715	RR	RORAINOPOLIS	08/04/2024
25000.177650/2023-78	XXX.206.256-XX	ALEX ALEIXO BORGES	4306170	RS	ALEGRETE	08/04/2024
25000.174349/2023-11	XXX.234.012-XX	GLEICIANE MARIA FRARE	4306196	RS	AMARAL FERRADOR	08/04/2024
25000.137343/2023-54	XXX.808.621-XX	IURI RICARDO LAURICIO	4306131	RS	BARRA DO GUARITA	27/12/2023
25000.139830/2023-51	XXX.293.541-XX	NATHANA RIBEIRO DOS ANJOS	4306144	RS	BOM RETIRO DO SUL	19/01/2024
25000.176946/2023-71	XXX.189.101-XX	MURILO CHAGAS FAQUES	4306222	RS	BRAGA	08/04/2024
25000.137947/2023-09	XXX.069.530-XX	MARCELO LEMOS DALLA NORA	4306133	RS	CACHOEIRA DO SUL	26/12/2023
25000.176953/2023-73	XXX.596.802-XX	TIAGO ALVES	4306231	RS	CACHOEIRA DO SUL	08/04/2024
25000.176967/2023-97	XXX.205.022-XX	KAROLAINE RODRIGUES MENDES DA LUZ	4306206	RS	CACHOEIRINHA	08/04/2024
25000.178041/2023-36	XXX.676.882-XX	JOAO VICTOR PINHEIRO MAIA	4306132	RS	CAMPINAS DO SUL	15/12/2023
25000.133537/2016-51	XXX.479.731-XX	YUNAISY AVILA EXPOSITO	4306161	RS	CAMPO BOM	05/03/2024
25000.177011/2023-11	XXX.046.250-XX	ANA PAULA NEUBARTH FERNANDES	4306174	RS	CAMPO BOM	08/04/2024
25000.176983/2023-80	XXX.797.930-XX	CAROLINE DE OLIVEIRA	4306179	RS	CAMPO BOM	08/04/2024
25000.177028/2023-60	XXX.391.742-XX	MARCIA CARDOSO DE OLIVEIRA	4306215	RS	CAMPO BOM	08/04/2024
25000.177041/2023-19	XXX.891.200-XX	PAULO KLEIN DA ROSA	4306226	RS	CAMPO BOM	08/04/2024
25000.173091/2023-27	XXX.350.820-XX	DIEGO RODRIGUES PINTO	4306186	RS	CANDIOTA	08/04/2024
25000.172896/2023-53	XXX.767.880-XX	DIEGO NUNES SABIN	4306184	RS	CANGUCU	08/04/2024
25000.077584/2014-46	XXX.919.971-XX	ANA YAJAIRA GIL BETANCOURT	4306149	RS	CANOAS	05/03/2024
25000.132219/2016-73	XXX.478.681-XX	KATHERYNE MANRESA JINORIA	4306157	RS	CANOAS	05/03/2024
25000.173102/2023-79	XXX.434.782-XX	MATEUS REINALDO NIZIO	4306220	RS	CAPAO DA CANOA	08/04/2024
25000.173127/2023-72	XXX.476.992-XX	KARINE DE ALMEIDA MARCHI	4306205	RS	CRUZ ALTA	08/04/2024
25000.177178/2023-73	XXX.917.540-XX	CARLA OLIVEIRA DE SOUZA	4306178	RS	DILERMANDO DE AGUIAR	08/04/2024
25000.177183/2023-86	XXX.453.160-XX	NATHANA SISTHERENN	4306224	RS	EREBANGO	08/04/2024

25000.177188/2023-17	XXX.939.342-XX	ADRINEILA PACHECO AMARAL	4306168	RS	ERVAL GRANDE	08/04/2024
25000.177165/2023-02	XXX.512.981-XX	LAYSA REZENDE DE MORAIS	4306209	RS	ESTEIO	08/04/2024
25000.177194/2023-66	XXX.238.781-XX	GABRIELA EMILIANO MENDONCA CARDOSO	4306245	RS	ESTRELA	08/04/2024
25000.177197/2023-08	XXX.382.801-XX	LUANA CRISTINA BARROS VALADARES	4306211	RS	FONTOURA XAVIER	08/04/2024
25000.177212/2023-18	XXX.867.100-XX	EDILSON JUNIOR PIZOLOTTO	4306188	RS	FREDERICO WESTPHALEN	08/04/2024
25000.177202/2023-74	XXX.749.650-XX	MARCOS GUILHERME DE CARLI	4306216	RS	FREDERICO WESTPHALEN	08/04/2024
25000.177209/2023-96	XXX.259.991-XX	PATRICK CAMPOS ATHAYDE	4306225	RS	FREDERICO WESTPHALEN	08/04/2024
25000.177205/2023-16	XXX.110.852-XX	PRICILLA QUEIROZ DOS SANTOS DE SOUZA	4306227	RS	FREDERICO WESTPHALEN	08/04/2024
25000.177214/2023-07	XXX.573.530-XX	NATALIA PAESE MORELLO	4306223	RS	GETULIO VARGAS	08/04/2024
25000.177623/2023-03	XXX.824.013-XX	ISABELLA NOLETO DURAND	4306198	RS	GUAIBA	08/04/2024
25000.172900/2023-83	XXX.569.810-XX	DEISE DIAS CASTRO BARRETO	4306183	RS	JAGUARAO	08/04/2024
25000.177638/2023-63	XXX.493.881-XX	THAIS BARBOSA STEIN	4306249	RS	MANOEL VIANA	08/04/2024
25000.113474/2016-17	XXX.051.971-XX	BLANCA ROSA CASTANEDA ACEVEDO	4306150	RS	NOVO HAMBURGO	04/03/2024
25000.217365/2013-25	XXX.006.411-XX	ISORA ROBAINA ACOSTA	4306155	RS	NOVO HAMBURGO	04/03/2024
25000.221472/2013-58	XXX.215.951-XX	YAMILA DELGADO HERNANDEZ	4306160	RS	NOVO HAMBURGO	04/03/2024
25000.073500/2014-03	XXX.576.511-XX	ALBERTO OSMANI FERNANDEZ GARCIA	4306146	RS	NOVO HAMBURGO	05/03/2024
25000.177806/2023-11	XXX.489.949-XX	ALINE DIRSCHNABEL	4306173	RS	NOVO HAMBURGO	08/04/2024
25000.177858/2023-97	XXX.894.040-XX	FELIPI DALLABONA	4306193	RS	NOVO HAMBURGO	08/04/2024
25000.177894/2023-51	XXX.317.418-XX	VERONICA APARECIDA MATIAS DE SOUSA	4306234	RS	NOVO HAMBURGO	08/04/2024
25000.177645/2023-65	XXX.057.372-XX	ALEXANDER ANTELO FORTEZA	4306171	RS	OSORIO	08/04/2024
25000.177785/2023-33	XXX.295.732-XX	VANESSA LEITE TEIXEIRA	4306233	RS	OSORIO	08/04/2024
25000.145270/2023-74	XXX.401.132-XX	SATIRO RENAN SANTOS ALMEIDA	4306145	RS	PALMARES DO SUL	16/01/2024
25000.177771/2023-10	XXX.531.290-XX	HUMBERTO CURRY	4306246	RS	PALMEIRA DAS MISSOES	08/04/2024
25000.085292/2017-20	XXX.188.801-XX	ALEXEY SOLENZAL OMCHINA	4306148	RS	PASSO FUNDO	05/03/2024
25000.086088/2017-26	XXX.219.591-XX	YUNISADAY GUTIERREZ MACIAS	4306162	RS	PASSO FUNDO	05/03/2024
25000.177663/2023-47	XXX.902.661-XX	CAMILA COSTA LEITE DE SOUZA BENITES	4306177	RS	PASSO FUNDO	08/04/2024
25000.177760/2023-30	XXX.659.810-XX	DEBORA PEREIRA MIRANDA	4306182	RS	PASSO FUNDO	08/04/2024
25000.177678/2023-13	XXX.758.060-XX	DOUGLAS WINK	4306187	RS	PASSO FUNDO	08/04/2024
25000.177748/2023-25	XXX.591.690-XX	EMANUELLE CAROLINA DE ALMEIDA QUARESMA	4306190	RS	PASSO FUNDO	08/04/2024
25000.177713/2023-96	XXX.665.749-XX	JHANEFFER KAMILLY PICOLI GUILHERME	4306201	RS	PASSO FUNDO	08/04/2024
25000.177654/2023-56	XXX.039.462-XX	LUCIANA MARQUES DA SILVA	4306212	RS	PASSO FUNDO	08/04/2024
25000.177644/2023-11	XXX.613.753-XX	WALLYSON SILVA MACEDO	4306236	RS	PASSO FUNDO	08/04/2024
25000.177629/2023-72	XXX.517.844-XX	ALEXANDRINA SHIRLEY FERREIRA GOMES	4306172	RS	PAVERAMA	08/04/2024
25000.177640/2023-32	XXX.453.213-XX	JOAO HENRIQUE FURTADO ORSANO JUNIOR	4306202	RS	PAVERAMA	08/04/2024
25000.061672/2014-26	XXX.488.181-XX	DAYANA DAYMEL LLORENTE PALMA	4306153	RS	PELOTAS	05/03/2024
25000.173255/2023-16	XXX.669.210-XX	IZAIR DA CRUZ LANGE	4306199	RS	PELOTAS	08/04/2024
25000.172792/2023-49	XXX.131.031-XX	ANA VITORIA RIOS SELES	4306175	RS	PONTAO	08/04/2024
25000.124925/2023-71	XXX.479.211-XX	PATRICIA MARIANA DE SOUZA	4306048	RS	PORTO ALEGRE	04/12/2023
25000.131756/2016-04	XXX.340.161-XX	EDUARDO ALONSO ROMO	4306163	RS	PORTO ALEGRE	05/03/2024
25000.172817/2023-12	XXX.914.320-XX	EVELYN KRAMER	4306241	RS	PORTO ALEGRE	08/04/2024
25000.172813/2023-26	XXX.300.591-XX	MARILICE WINCKLER DE OLIVEIRA	4306218	RS	PORTO ALEGRE	08/04/2024
25000.172820/2023-28	XXX.745.361-XX	MARLON CASTILHO BATISTAO FILHO	4306219	RS	PORTO ALEGRE	08/04/2024
25000.172825/2023-51	XXX.794.482-XX	URURAY DE LIMA LOUZADA PIRES	4306232	RS	PORTO ALEGRE	08/04/2024
25000.172862/2023-69	XXX.089.007-XX	GABRIELLE DE MORAES CATEYSSON DE CAMPOS FIALHO	4306195	RS	RIO GRANDE	08/04/2024
25000.172872/2023-02	XXX.935.771-XX	KAYLLA SAMIA MENDONCA REIS	4306207	RS	RIO GRANDE	08/04/2024
25000.172868/2023-36	XXX.085.271-XX	LUCIO MARIO DA SILVA JUNIOR	4306213	RS	RIO GRANDE	08/04/2024
25000.172843/2023-32	XXX.749.294-XX	MAURICIO POLICARPO DA SILVA JUNIOR	4306221	RS	RIO GRANDE	08/04/2024
25000.069161/2014-52	XXX.518.921-XX	MARICEL RODRIGUEZ SANCHEZ	4306158	RS	RIO PARDO	05/03/2024
25000.173109/2023-91	XXX.046.770-XX	VIVIANE MEDEIROS DE PAULA	4306235	RS	ROSARIO DO SUL	08/04/2024
25000.140037/2023-03	XXX.149.845-XX	DENIZE MENEZES DE ALMEIDA	4306007	RS	SANTA BARBARA DO SUL	05/12/2023
25000.070199/2014-78	XXX.599.301-XX	YUSMARA IGLESIAS CARABALLO	4305852	RS	SANTA CRUZ DO SUL	28/12/2023
25000.173140/2023-21	XXX.435.164-XX	JESANA CARNEIRO REGO PAPA	4306200	RS	SANTA CRUZ DO SUL	08/04/2024
25000.173164/2023-81	XXX.481.751-XX	MAJARA INDIRA TORREZ DE HURTADO	4306214	RS	SANTA CRUZ DO SUL	08/04/2024
25000.173200/2023-14	XXX.979.292-XX	MARIANNE BARRIOS MONTERO	4306217	RS	SANTA CRUZ DO SUL	08/04/2024
25000.173174/2023-16	XXX.159.651-XX	YOENNY CARDOSA VALLADARES	4306238	RS	SANTA CRUZ DO SUL	08/04/2024
25000.126479/2016-18	XXX.304.511-XX	ALBERTO RAFAEL LEZCANO GUERRA	4306147	RS	SANTA MARIA	05/03/2024
25000.173191/2023-53	XXX.388.601-XX	FERNANDA CRISTINA VIEIRA ARANTES	4306243	RS	SANTA MARIA	08/04/2024
25000.019949/2024-90	XXX.814.930-XX	CAROLINA PILGER MELLER	4306251	RS	SANTA ROSA	08/04/2024
25000.172903/2023-17	XXX.800.382-XX	JOSE LUIS VAQUERA	4306203	RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	08/04/2024
25000.173212/2023-31	XXX.524.420-XX	NATALIA ATHAYDE VIONE	4306247	RS	SANTO ANGELO	08/04/2024
25000.173237/2023-34	XXX.044.922-XX	LEANDRO VIEIRA DIAS	4306210	RS	SAO BORJA	08/04/2024
25000.139695/2023-44	XXX.382.972-XX	ADRIANI DA COSTA OLIVEIRA NILACA	4306141	RS	SAO LEOPOLDO	15/01/2024
25000.091841/2023-43	XXX.468.872-XX	WILLIAN DE OLIVEIRA SANTIAGO	4306140	RS	SAO LOURENCO DO SUL	04/12/2023
25000.173265/2023-51	XXX.024.142-XX	FABIO MOREIRA PONTES	4306192	RS	SAO MARCOS	08/04/2024
25000.173276/2023-31	XXX.705.042-XX	WENDER DA SILVA COELHO	4306237	RS	SAO SEPE	08/04/2024
25000.142354/2023-56	XXX.490.220-XX	JONATHAN BARBOSA MACHADO	4306252	RS	SAPUCAIA DO SUL	08/04/2024
25000.143840/2023-91	XXX.511.741-XX	SABRINA PES SIQUEIRA	4306230	RS	SINIMBU	08/04/2024
25000.140727/2023-54	XXX.853.052-XX	JHENIFFER ALVES FERREIRA DOS SANTOS	4306029	RS	TAQUARUCU DO SUL	28/12/2023
25000.177635/2023-20	XXX.736.530-XX	ALDRIAN KEVIN SOARES FAGUNDES	4306169	RS	TRAMANDAI	08/04/2024
25000.173386/2023-01	XXX.690.000-XX	DAIANA SCHEMES DE ALMEIDA	4306181	RS	TRAMANDAI	08/04/2024
25000.173333/2023-82	XXX.407.642-XX	RENATA TEIXEIRA ANTONY	4306229	RS	TRAMANDAI	08/04/2024
25000.173586/2023-56	XXX.223.822-XX	DIEGO OLIVEIRA DA SILVA	4306185	RS	TRINDADE DO SUL	08/04/2024
25000.420425/2017-19	XXX.941.451-XX	DANAY VIGO RODRIGUEZ	4306152	RS	TUPANDI	05/03/2024
25000.177633/2023-31	XXX.391.806-XX	JULIO CESAR MOYSES VIEIRA	4306204	RS	URUGUAIANA	08/04/2024
25000.173606/2023-99	XXX.423.552-XX	INDARA SILVA CATAO	4306197	RS	VENANCIO AIRES	08/04/2024
25000.128271/2016-25	XXX.330.761-XX	ERICK MICHEL PADRINO ARMAS	4306154	RS	VIAMAO	05/03/2024
25000.086039/2017-93	XXX.195.931-XX	MIRIAILIS LOPEZ RIVERO	4306159	RS	VIAMAO	05/03/2024
25000.173631/2023-72	XXX.815.813-XX	LANARA JESCA BATISTA CARVALHO SAMPAIO	4306208	RS	VILA FLORES	08/04/2024
25000.173711/2023-28	XXX.864.539-XX	ELOISA MARTINEZ GALVAO	4205873	SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	08/04/2024
25000.173694/2023-29	XXX.144.202-XX	INES BONIFACIO CRUZ	4205882	SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	08/04/2024
25000.173688/2023-71	XXX.944.309-XX	WELINGTON LUIGUI VASATA	4205922	SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	08/04/2024
25000.177262/2023-97	XXX.786.862-XX	IULA VICTORIA CASTRO FERREIRA	4205885	SC	BARRA VELHA	08/04/2024
25000.177256/2023-30	XXX.512.469-XX	BRUNA BOLETTI ESPINDOLA	4205863	SC	BIGUACU	08/04/2024
25000.173743/2023-23	XXX.409.809-XX	VALERIA LINHARES SALVATI	4205920	SC	BIGUACU	08/04/2024
25000.173778/2023-62	XXX.051.699-XX	JAINE ELI BRESSANINI	4205887	SC	BLUMENAU	08/04/2024
25000.173829/2023-56	XXX.029.491-XX	SANDRA PEINADO JULIO	4205914	SC	BLUMENAU	08/04/2024
25000.174060/2023-93	XXX.412.901-XX	YURUHANI JAYARA RAMOS INFANTE	4205923	SC	BLUMENAU	08/04/2024
25000.176295/2023-10	XXX.673.910-XX	CARLOS ROGERIO DIAS VIANA	4205866	SC	BOTUVERA	08/04/2024
25000.174092/2023-99	XXX.779.899-XX	RAFAEL GEAN OLIVEIRA DA SILVA	4205911	SC	BRUSQUE	08/04/2024
25000.174089/2023-75	XXX.116.098-XX	RAISSA BERNARDES FRANCO	4205912	SC	BRUSQUE	08/04/2024
25000.174105/2023-20	XXX.183.132-XX	THAIS VIEIRA SANTOS	4205918	SC	BRUSQUE	08/04/2024
25000.142093/2023-74	XXX.858.171-XX	KEMELLA TAYSA NOGUEIRA FRERES	4205893	SC	CAMPO BELO DO SUL	08/04/2024
25000.177233/2023-25	XXX.911.052-XX	ISMELIS DEL CARMEN BRITO BRAVO	4205884	SC	CHAPECO	08/04/2024
25000.416953/2017-73	XXX.235.871-XX	OSIRIS WILKIN GONZALEZ	4205853	SC	CONCORDIA	05/03/2024
25000.177251/2023-15	XXX.556.231-XX	CAROLINA RODRIGUES DE SOUZA	4205867	SC	CONCORDIA	08/04/2024
25000.177249/2023-38	XXX.546.982-XX	GUSTAVO TURCHATO RAMIREZ	4205881	SC	CONCORDIA	08/04/2024
25000.177236/2023-69	XXX.113.302-XX	IZONARA BATISTA CARVALHO	4205886	SC	CONCORDIA	08/04/2024
25000.177237/2023-11	XXX.828.665-XX	JULIANA DE ALMEIDA PASSOS	4205892	SC	CONCORDIA	08/04/2024
25000.177253/2023-04	XXX.124.721-XX	PEDRO HENRIQUE PATRICIO CARREIRO SOUSA	4205909	SC	CONCORDIA	08/04/2024
25000.177287/2023-91	XXX.416.506-XX	MARINE BARBOSA NASCIMENTO	4205904	SC	GUABIRUBA	08/04/2024
25000.141407/2023-11	XXX.072.569-XX	HELOISA MARCELINO PEREIRA PINTO	4205846	SC	GUARAMIRIM	08/01/2024
25000.177288/2023-35	XXX.993.799-XX	LISANDRO EZEQUIEL TABBIA	4205900	SC	GUARAMIRIM	08/04/2024
25000.174407/2023-06	XXX.675.402-XX	ALINE SILVA VON HEIMBURG	4205925	SC	ITAJAI	08/04/2024
25000.171083/2023-46	XXX.836.421-XX	LISANDRA SANTOS DA SILVA	4205932	SC	ITAJAI	08/04/2024
25000.007539/2017-77	XXX.638.771-XX	MAITE TAVERA SANCHEZ	4205852	SC	JARAGUA DO SUL	04/03/2024

25000.034080/2014-31	XXX.045.571-XX	YADELMIS PELAEZ ABREU	4205854	SC	JARAGUA DO SUL	04/03/2024
25000.177309/2023-12	XXX.362.159-XX	ALI HALID WAHAB	4205862	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177301/2023-56	XXX.991.462-XX	DIOGO VALLI LISBOA	4205871	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177337/2023-30	XXX.659.865-XX	ESTEFANE LARISSE DA ROCHA SODRE	4205927	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177303/2023-45	XXX.829.442-XX	FRANCIELLY DUARTE DOS REIS	4205875	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177322/2023-71	XXX.529.471-XX	JESSICA BORGES DA SILVA	4205889	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177390/2023-31	XXX.688.782-XX	JOANNYS JOSEFINA RODRIGUEZ GONZALEZ	4205890	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177306/2023-89	XXX.362.149-XX	LEONARDO WAHAB	4205896	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177311/2023-91	XXX.622.053-XX	LICIA MARIA MELO CARVALHO	4205899	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177332/2023-15	XXX.729.300-XX	MARIANGELA ESCOBAR GONCALVES	4205903	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177312/2023-36	XXX.801.219-XX	NAYLLA SISNANDES DA SILVA KILIM	4205906	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177369/2023-35	XXX.605.662-XX	PEDRO LUIS CHAPARRO CABEZA	4205910	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177296/2023-81	XXX.797.394-XX	TACIANA VASCONCELOS MENDES GOUVEIA	4205916	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177292/2023-01	XXX.567.925-XX	VALDINAR MESQUITA	4205919	SC	JARAGUA DO SUL	08/04/2024
25000.177402/2023-27	XXX.829.419-XX	GRACIELI KAUFMANN	4205877	SC	JOINVILLE	08/04/2024
25000.177270/2023-33	XXX.371.431-XX	JESSICA SANTOS OLIVEIRA	4205929	SC	JOINVILLE	08/04/2024
25000.177411/2023-18	XXX.733.438-XX	MAYARA MORAES MACHADO	4205905	SC	JOINVILLE	08/04/2024
25000.141196/2023-17	XXX.508.158-XX	OLIVIA GISELI TRINDADE	4205907	SC	JOINVILLE	08/04/2024
25000.177420/2023-17	XXX.911.970-XX	SABRINA PANOSSO ZEILMANN	4205913	SC	JOINVILLE	08/04/2024
25000.2188+7/2013-80	XXX.102.301-XX	EDIT MORALES FLORES	4205849	SC	LAGES	05/03/2024
25000.085867/2017-12	XXX.213.491-XX	YULIERKIS BATISTA AGUILAR	4205855	SC	LAGES	05/03/2024
25000.177483/2023-65	XXX.745.201-XX	ADEMIR JOSE DA SILVA CHAVES	4205861	SC	LAGES	08/04/2024
25000.177498/2023-23	XXX.285.259-XX	CRISTIANE ANTUNES DE OLIVEIRA	4205870	SC	LAGES	08/04/2024
25000.177286/2023-46	XXX.460.936-XX	GUSTAVO MANUEL CHAVEZ BOLIVAR	4205880	SC	LAGES	08/04/2024
25000.177264/2023-86	XXX.486.431-XX	JANINE MATOS RODRIGUES DAMASCENO	4205888	SC	LAGES	08/04/2024
25000.175492/2023-11	XXX.024.282-XX	KETHRYN DONADON	4205931	SC	LAGES	08/04/2024
25000.012153/2024-14	XXX.574.093-XX	NATALIA PEREIRA CAMPOS	4205933	SC	LAGES	08/04/2024
25000.177455/2023-48	XXX.141.439-XX	NAYANA IARA PINTO VENANCIO DA SILVA	4205936	SC	LAGES	08/04/2024
25000.142662/2023-81	XXX.463.709-XX	PATRICIA PINHEIRO PACHECO	4205937	SC	LAGES	08/04/2024
25000.143540/2023-11	XXX.038.911-XX	YUSLENDY MARCELINO DE JACQUES	4205847	SC	LUIZ ALVES	19/01/2024
25000.173564/2023-96	XXX.744.299-XX	ABYNAEL SALATIEL SALBEGO FIGUEIRO	4205860	SC	MAFRA	08/04/2024
25000.177520/2023-35	XXX.181.301-XX	LEVI MENDES DOS SANTOS	4205898	SC	MAFRA	08/04/2024
25000.173602/2023-19	XXX.877.811-XX	LENIZA COUTINHO VELASQUES	4205895	SC	MAJOR VIEIRA	08/04/2024
25000.173668/2023-09	XXX.380.412-XX	GUNTHER BODEMER NETTO	4205879	SC	MONTE CARLO	08/04/2024
25000.177507/2023-86	XXX.938.912-XX	TELLYSON ALEXANDRE GONCALVES FERREIRA	4205917	SC	NOVA TRENTO	08/04/2024
25000.173766/2023-38	XXX.771.940-XX	GABRIELLA FUCKS GROFF	4205876	SC	OTACILIO COSTA	08/04/2024
25000.174072/2023-18	XXX.535.709-XX	GUILHERME PEREIRA	4205878	SC	OTACILIO COSTA	08/04/2024
25000.176354/2023-50	XXX.097.102-XX	BEATRIZ PACHECO CESAR DA SILVA	4205848	SC	PALHOCA	07/02/2024
25000.177257/2023-84	XXX.078.811-XX	ISABELA CAROLINE ROCHA E SILVA	4205883	SC	PALHOCA	08/04/2024
25000.177259/2023-73	XXX.030.061-XX	MARCELLA BRASIL FURTADO	4205902	SC	PALHOCA	08/04/2024
25000.177255/2023-95	XXX.117.862-XX	NAY JUSSARA SOARES DE SOUZA	4205935	SC	PALHOCA	08/04/2024
25000.174315/2023-18	XXX.196.986-XX	FELIPE RIBEIRO BARBOSA	4205874	SC	PENHA	08/04/2024
25000.174399/2023-90	XXX.248.019-XX	BRUNA SIMOES DA CRUZ	4205864	SC	PORTO UNIAO	08/04/2024
25000.174339/2023-77	XXX.005.272-XX	CARINE DE SOUZA NERI	4205865	SC	PORTO UNIAO	08/04/2024
25000.174545/2023-87	XXX.994.919-XX	VINICIUS PEREIRA BRANCO	4205921	SC	PORTO UNIAO	08/04/2024
25000.174552/2023-89	XXX.484.421-XX	LETICIA ASSIS CARVALHO	4205897	SC	RANCHO QUEIMADO	08/04/2024
25000.175391/2023-41	XXX.347.119-XX	CLARA MARIA FIAMONCINI	4205869	SC	RIO DOS CEDROS	08/04/2024
25000.142930/2023-65	XXX.400.701-XX	KLEBER DOS ANJOS FARIAS	4205845	SC	SAO BENTO DO SUL	28/12/2023
25000.215032/2013-61	XXX.092.111-XX	LIUBIT CHIBAS PINEDA	4205851	SC	SAO LOURENCO DO OESTE	05/03/2024
25000.175401/2023-48	XXX.069.347-XX	PAMELA DE MEDEIROS RENO	4205908	SC	SAO LOURENCO DO OESTE	08/04/2024
25000.176258/2023-10	XXX.688.706-XX	CHARLLES JUNIO CANDIDO NUNES	4205868	SC	SEARA	08/04/2024
25000.171074/2023-55	XXX.934.589-XX	ELIZABETH DE SOUZA ARAUJO	4205926	SC	TIJUCAS	08/04/2024
25000.176359/2023-82	XXX.199.012-XX	LUCIANA CHAGAS DOS SANTOS	4205901	SC	URUBICI	08/04/2024
25000.176550/2023-24	XXX.876.861-XX	LEA CHRISTINA BANDEIRA LIMA AGUIAR	4205894	SC	VIDEIRA	08/04/2024
25000.176560/2023-60	XXX.372.992-XX	SHIRLANDIA ALVES RODRIGUEZ	4205915	SC	XANXERE	08/04/2024
25000.176570/2023-03	XXX.007.189-XX	SELMA PEREIRA DE OLIVEIRA MENDES	2805622	SE	PROPRIA	08/04/2024
25000.176573/2023-39	XXX.777.485-XX	GABRIEL NUNES CLEMENTINO DE CARVALHO DIAS	2805621	SE	UMBAUBA	08/04/2024
25000.176607/2023-95	XXX.863.492-XX	DALTON HOLLEN DIAS ANICETO DE LIMA	3506971	SP	AMPARO	08/04/2024
25000.176597/2023-98	XXX.202.218-XX	NATHALIA FIUMARA	3507077	SP	AMPARO	08/04/2024
25000.176586/2023-16	XXX.255.269-XX	STEPHANY ZAMORA PEREIRA	3507105	SP	AMPARO	08/04/2024
25000.176617/2023-21	XXX.131.818-XX	THIAGO VICTOR SILVA PEREIRA	3507114	SP	AMPARO	08/04/2024
25000.069425/2014-78	XXX.848.481-XX	LILIAN ESTHER ESPINOSA PEREZ	3506891	SP	ANDRADINA	05/03/2024
25000.176756/2023-54	XXX.926.878-XX	FRANCIELEN DE ALMEIDA MERQUIDES	3506995	SP	ANDRADINA	08/04/2024
25000.176775/2023-81	XXX.062.921-XX	TAIS SCHIASSO MARTINS	3507107	SP	ANDRADINA	08/04/2024
25000.176761/2023-67	XXX.877.868-XX	THAIS NOGUEIRA MORAES	3507110	SP	ANDRADINA	08/04/2024
25000.176785/2023-16	XXX.373.538-XX	ANA CAROLINE DUARTE CISTERNA	3506936	SP	ANGATUBA	08/04/2024
25000.176778/2023-14	XXX.148.978-XX	GABRIELA DE CARVALHO BEDUSCHI	3506998	SP	ANGATUBA	08/04/2024
25000.176793/2023-62	XXX.726.808-XX	MARIA CAROLINA PANCIONI	3507063	SP	ANGATUBA	08/04/2024
25000.176798/2023-95	XXX.329.768-XX	MARIA FERNANDA DE SOUZA AMERICO	3507067	SP	ANGATUBA	08/04/2024
25000.176804/2023-12	XXX.919.418-XX	GIOVANI REIGOTA DO ROSARIO ROSA	3507001	SP	APIAI	08/04/2024
25000.176826/2023-74	XXX.531.532-XX	ELIANE DE MORAES COSTA	3506982	SP	ARACOIABA DA SERRA	08/04/2024
25000.176819/2023-72	XXX.853.881-XX	LUCAS KUROIWA SALES	3507055	SP	ARACOIABA DA SERRA	08/04/2024
25000.176834/2023-11	XXX.020.463-XX	SILVIA FERNANDES MARQUES DE MELO	3507101	SP	ARARAQUARA	08/04/2024
25000.174340/2023-00	XXX.830.808-XX	MARCELA JACKELINE DE SIQUEIRA	3507169	SP	ARUJA	08/04/2024
25000.133295/2016-04	XXX.521.781-XX	ROSA BLANCA GARCIA VARGAS	3506870	SP	ATIBAIA	12/01/2024
25000.176861/2023-93	XXX.473.261-XX	ISABELA APARECIDA ASSIS OLIVEIRA	3507016	SP	BAURU	08/04/2024
25000.174319/2023-04	XXX.079.528-XX	LARISSA OLIVATTO DE ALMEIDA	3507046	SP	BAURU	08/04/2024
25000.174420/2023-57	XXX.052.579-XX	BRUNO MENUSSI BELANI	3506953	SP	BOA ESPERANCA DO SUL	08/04/2024
25000.036742/2014-16	XXX.784.091-XX	MARIA ESMERALDA SANABRIA LABRADA	3506894	SP	BURITAMA	05/03/2024
25000.174377/2023-20	XXX.812.328-XX	NATALIA SOUZA QUIDEROLI	3507076	SP	BURITAMA	08/04/2024
25000.174383/2023-87	XXX.124.908-XX	EVELYN CAROLINE PASSOS SANTOS	3506985	SP	CABREUVA	08/04/2024
25000.174388/2023-18	XXX.549.781-XX	HELOISA SALES RODRIGUES	3507011	SP	CACAPAVA	08/04/2024
25000.174390/2023-89	XXX.520.398-XX	VALERIA EMILIA AGOSTINHO	3507115	SP	CACAPAVA	08/04/2024
25000.174411/2023-66	XXX.484.108-XX	PAULA NEGRAO DOMINGUEZ	3507083	SP	CACHOEIRA PAULISTA	08/04/2024
25000.042671/2017-25	XXX.010.241-XX	DEANNE HERNANDEZ DIAZ	3506883	SP	CAFELANDIA	05/03/2024

25000.174826/2023-30	XXX.345.278-XX	HYSIS KASSIA ORTIZ VELLO DE OLIVEIRA	3507014	SP	CAFELANDIA	08/04/2024
25000.138715/2023-60	XXX.335.898-XX	LETICIA VITORIA DA SILVA	3506703	SP	CAIEIRAS	08/01/2024
25000.194020/2016-39	XXX.112.341-XX	ZONALI SALGADO MACHIN	3506915	SP	CAMPINAS	05/03/2024
25000.174830/2023-06	XXX.865.702-XX	ALEXANDRINA FEITOZA BARDALES	3506931	SP	CAMPINAS	08/04/2024
25000.174839/2023-17	XXX.192.862-XX	MISLEIDY KAWAMURA RIVAS	3507074	SP	CAMPINAS	08/04/2024
25000.174916/2023-21	XXX.479.381-XX	RONI ELIAS SERVIN MARQUES	3507095	SP	CAMPINAS	08/04/2024
25000.174889/2023-96	XXX.500.402-XX	TIAGO AUGUSTO PRUDENCIO NUNES	3507172	SP	CAMPINAS	08/04/2024
25000.174935/2023-57	XXX.106.026-XX	MARCO TULIO PARREIRAS DE BARROS	3507062	SP	CARAGUATATUBA	08/04/2024
25000.067359.2014-00	XXX.812.831-XX	DAYANA LEON SANTIAGO	3506881	SP	CARAPICUIBA	05/03/2024
25000.404856/2017-38	XXX.831.351-XX	YOIRA CUTINO RODRIGUEZ	3506907	SP	CARAPICUIBA	05/03/2024
25000.167941/2023-58	XXX.904.141-XX	JAQUELINE LEAL VINHAL	3507159	SP	CARDOSO	08/04/2024
25000.167803/2023-79	XXX.863.166-XX	VALERIANE FERREIRA BRAGA SILVA	3507173	SP	CARDOSO	08/04/2024
25000.174853/2023-11	XXX.768.761-XX	CAMILA REZZIERI	3506956	SP	CERQUEIRA CESAR	08/04/2024
25000.174861/2023-59	XXX.941.778-XX	JACKELINE KELLY MAGALHAES DE SOUZA	3507019	SP	COSMOPOLIS	08/04/2024
25000.174866/2023-81	XXX.940.838-XX	JULLIANE KETLY MAGALHAES DE SOUZA	3507039	SP	COSMOPOLIS	08/04/2024
25000.175086/2023-59	XXX.292.696-XX	THAMILLA BANDEIRA ALVES	3507113	SP	DESCALVADO	08/04/2024
25000.174875/2023-72	XXX.143.941-XX	ARISAI RACHEL GONZALEZ QUINTANILLA	3506944	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.174948/2023-26	XXX.564.252-XX	DOUGLAS DE ARAUJO GOMES	3506980	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.174943/2023-01	XXX.511.176-XX	FABIANO FIDELES DE OLIVEIRA	3506987	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.174955/2023-28	XXX.083.931-XX	FERNANDO JAVIER NOGALES CORDOVA	3506993	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.174960/2023-31	XXX.207.522-XX	FRANCISCO EDUARDO GUEVARA MOROS	3506996	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.174957/2023-17	XXX.484.972-XX	JESUS BRIAN CHAVEZ PEREZ	3507028	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.174953/2023-39	XXX.525.518-XX	YOSSELIN PACO SARAVIA	3507128	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.173989/2023-03	XXX.773.492-XX	ALEXON NASCIMENTO SEVERINO DA SILVA	3506932	SP	DIVINOLANDIA	08/04/2024
25000.139844/2023-75	XXX.966.428-XX	NATHANNA INGRA PINHO HOLLWEG ARANO	3506847	SP	EMBU DAS ARTES	26/12/2023
25000.184095/2016-10	XXX.026.621-XX	DAYLEN VIGO CALDERIN	3506882	SP	EMBU DAS ARTES	04/03/2024
25000.048201/2014-22	XXX.226.651-XX	YUMILA GAINZA PORTES	3506909	SP	EMBU DAS ARTES	04/03/2024
25000.182119/2015-15	XXX.923.711-XX	ANAIKU OLIVERO SOLER	3506876	SP	EMBU DAS ARTES	05/03/2024
25000.175867/2023-43	XXX.895.678-XX	ADRIANA SPADINE PINHATARO	3506928	SP	EMBU DAS ARTES	08/04/2024
25000.174658/2023-82	XXX.811.128-XX	TEREZA VIEIRA DA COSTA LACERDA	3507108	SP	EMBU DAS ARTES	08/04/2024
25000.174674/2023-75	XXX.789.832-XX	FABIANA VILCHES BERTOLO MACIEL	3506986	SP	EMBU-GUACU	08/04/2024
25000.174667/2023-73	XXX.943.012-XX	JOSE BRANDAO HASSEN JUNIOR	3507036	SP	EMBU-GUACU	08/04/2024
25000.175541/2023-16	XXX.647.728-XX	JUDITH TAPIA ALVAREZ	3507038	SP	EMBU-GUACU	08/04/2024
25000.173991/2023-74	XXX.269.881-XX	JENIFFER DA SILVA LIMA	3507025	SP	ENGENHEIRO COELHO	08/04/2024
25000.167956/2023-16	XXX.158.528-XX	HERBERT GODOY GOMES	3507156	SP	FERNANDOPOLIS	08/04/2024
25000.042876/2017-19	XXX.011.171-XX	GEIDYS CARIDAD POZO MONTESINO	3506887	SP	FRANCISCO MORATO	05/03/2024
25000.178043/2023-25	XXX.167.133-XX	GLEIDIOMAR PEREIRA DE SOUSA	3506861	SP	FRANCO DA ROCHA	08/01/2024
25000.119483/2016-11	XXX.479.631-XX	YURIANY FARINAS LEON	3506912	SP	FRANCO DA ROCHA	04/03/2024
25000.173994/2023-16	XXX.046.882-XX	BIANCA AMORIM DO NASCIMENTO E SILVA	3506948	SP	FRANCO DA ROCHA	08/04/2024
25000.173996/2023-05	XXX.357.468-XX	PRISCILA APARECIDA RIBEIRO MOREIRA	3507085	SP	FRANCO DA ROCHA	08/04/2024
25000.174223/2023-38	XXX.030.433-XX	YAN GENE SEREJO DE CASTRO	3507126	SP	FRANCO DA ROCHA	08/04/2024
25000.173998/2023-96	XXX.912.698-XX	WILSON BENTO PUGINA DE PONTES	3507125	SP	GLICERIO	08/04/2024
25000.000567/2017-63	XXX.106.551-XX	YUSNEISI GONZALEZ QUINTA	3506918	SP	GUARUJA	05/03/2024
25000.174001/2023-15	XXX.401.691-XX	LORRAYNE PEREIRA DA SILVA BONISSONI	3507052	SP	GUARUJA	08/04/2024
25000.174003/2023-12	XXX.312.328-XX	JOARI APARECIDO DE DEUS DOURADO	3507033	SP	GUARULHOS	08/04/2024
25000.161740/2014-56	XXX.973.841-XX	DIGNA FELIX BATISTA ALARCON	3506885	SP	HORTOLANDIA	05/03/2024
25000.174007/2023-92	XXX.908.698-XX	MONICA PATRICIA ANDRADE DA SILVA	3507075	SP	IBIUNA	08/04/2024
25000.174010/2023-14	XXX.959.678-XX	VINICIUS LAUREANO SILVA	3507118	SP	IGUAPE	08/04/2024
25000.174358/2023-01	XXX.279.362-XX	FERNANDO DOS SANTOS ALMEIDA	3506992	SP	ILHA COMPRIDA	08/04/2024
25000.174747/2023-29	XXX.372.638-XX	RAFAEL DA SILVA TINONIN	3507170	SP	ILHA COMPRIDA	08/04/2024
25000.114338/2016-44	XXX.161.781-XX	YOELVYS RODRIGUEZ OLALDE	3506906	SP	INDAIATUBA	05/03/2024
25000.174015/2023-39	XXX.808.818-XX	ANDRE MARTINI CARPI	3506938	SP	INDAIATUBA	08/04/2024
25000.174029/2023-52	XXX.529.848-XX	DAIANE DE CASTRO	3506969	SP	INDAIATUBA	08/04/2024
25000.174020/2023-41	XXX.587.291-XX	LIELEN FURTADO DIAS	3507051	SP	INDAIATUBA	08/04/2024
25000.174017/2023-28	XXX.789.318-XX	LUCAS GABRIEL DE LIMA TEIXEIRA	3507054	SP	INDAIATUBA	08/04/2024
25000.174037/2023-07	XXX.574.188-XX	MAURICIO COSTA TEIXEIRA JUNIOR	3507069	SP	INDAIATUBA	08/04/2024
25000.174023/2023-85	XXX.754.161-XX	NAYANE LOPES DE JESUS TEIXEIRA	3507079	SP	INDAIATUBA	08/04/2024
25000.174041/2023-67	XXX.482.501-XX	VANIA PORTILHO RODRIGUES	3507116	SP	INDAIATUBA	08/04/2024
25000.174066/2023-61	XXX.952.838-XX	APARECIDO DONIZETI DA SILVA	3506943	SP	ITABERA	08/04/2024
25000.174059/2023-69	XXX.396.566-XX	CAMILA CRISTINA CARVALHO	3506955	SP	ITABERA	08/04/2024
25000.174077/2023-41	XXX.871.069-XX	BRUNA PIAS	3506952	SP	ITANHAEM	08/04/2024
25000.140105/2023-26	XXX.102.726-XX	MARIANA PEREIRA MARQUES	3506323	SP	ITAOCA	07/12/2023
25000.174084/2023-42	XXX.609.528-XX	DANILO PAIVA CARVALHO ARAGAO ARAUJO	3506976	SP	ITAPECERICA DA SERRA	08/04/2024
25000.146219/2023-80	XXX.537.738-XX	SIRON ISMAEL DE MORAES	3506863	SP	ITAPETININGA	08/01/2024
25000.175864/2023-18	XXX.218.349-XX	JACKELINE FERREIRA BATISTA	3507018	SP	ITAPEVI	08/04/2024
25000.175851/2023-31	XXX.613.928-XX	JAILSON MAXIMO AMANCIO	3507021	SP	ITAPEVI	08/04/2024
25000.068353/2014-41	XXX.792.881-XX	VLADIMIR MARTINEZ AGUILA	3506899	SP	ITARARE	05/03/2024
25000.174100/2023-05	XXX.713.071-XX	MAYCON DOUGLAS MAGLIO FERNANDES DA SILVA	3507070	SP	ITATIBA	08/04/2024
25000.174093/2023-33	XXX.380.898-XX	RAFAEL MARSON GELSCHLEITER	3507088	SP	ITATIBA	08/04/2024
25000.174112/2023-21	XXX.564.901-XX	SIMONE LEITE DE MAGALHAES	3507103	SP	ITATIBA	08/04/2024
25000.201149/2015-20	XXX.293.851-XX	DACIA ARANDA RODRIGUEZ	3506879	SP	JACAREI	05/03/2024
25000.407818/2017-37	XXX.942.981-XX	YOEL REPILADO REYES	3506905	SP	JANDIRA	05/03/2024
25000.174236/2023-15	XXX.028.472-XX	AMANDA CRISTINA SOUZA DA SILVA	3506934	SP	JANDIRA	08/04/2024
25000.174375/2023-31	XXX.976.581-XX	ANNA GABRIELLA BASTOS	3506941	SP	JANDIRA	08/04/2024
25000.174125/2023-09	XXX.292.298-XX	MARIA EMILIA CAVALARI DIAS	3507066	SP	JARDINOPOLIS	08/04/2024
25000.174133/2023-47	XXX.696.893-XX	YUNA KAELLY MELO LOPES	3507129	SP	JOANOPOLIS	08/04/2024
25000.174201/2023-78	XXX.579.820-XX	HENRIQUE TORRES	3507012	SP	JUNDIAI	08/04/2024
25000.174176/2023-22	XXX.120.541-XX	MILENA KADAR AQUINO	3507073	SP	JUNDIAI	08/04/2024
25000.174146/2023-16	XXX.720.603-XX	SIDNEY ALVAREZ FILHO	3507100	SP	JUNDIAI	08/04/2024
25000.174166/2023-97	XXX.180.841-XX	WANDEMARCIA DAS NEVES	3507121	SP	JUNDIAI	08/04/2024
25000.141206/2023-14	XXX.764.576-XX	KAROLINE EMILY MIRANDA SILVA	3506846	SP	LORENA	04/12/2023
25000.174219/2023-70	XXX.137.278-XX	CARLOS AUGUSTO GONCALVES JUNIOR	3506958	SP	MAGDA	08/04/2024
25000.407853/2017-56	XXX.035.931-XX	YOAN MARCO MILANES FALCON	3506904	SP	MAIRINQUE	05/03/2024
25000.174257/2023-22	XXX.572.181-XX	JOICE MARINA GUEVARA MARTINS	3507034	SP	MATAO	08/04/2024
25000.174252/2023-08	XXX.977.378-XX	KAROLINE DE OLIVEIRA PROENCA	3507040	SP	MATAO	08/04/2024
25000.174757/2023-64	XXX.782.268-XX	VINICIUS ROZALES MARTINS	3507176	SP	MENDONCA	08/04/2024
25000.174259/2023-11	XXX.626.528-XX	BARBARA PRISCILA DOESCHER FURLAN	3506946	SP	MIGUELOPOLIS	08/04/2024
25000.174261/2023-91	XXX.314.801-XX	BETSY YUVENY VIGUERAS TORRES	3506947	SP	MIGUELOPOLIS	08/04/2024
25000.174263/2023-80	XXX.314.851-XX	CARLOS ENRIQUE RIVERO BASTERRECHEA	3506959	SP	MIGUELOPOLIS	08/04/2024
25000.174260/2023-46	XXX.426.972-XX	IGOR HENRIQUE DA SILVA COSTA	3507015	SP	MIGUELOPOLIS	08/04/2024
25000.139472/2023-87	XXX.832.078-XX	DEBORAH GODOY MARTINS SIMOES	3506845	SP	MINEIROS DO TIETE	05/01/2024
25000.174269/2023-57	XXX.581.718-XX	PRISCILA AMANDA GOMES MARTINS STEPANAVISCIUS	3507084	SP	MIRASSOL	08/04/2024
25000.174717/2023-12	XXX.760.068-XX	CRISTIANE SANTOS	3506967	SP	MOGI DAS CRUZES	08/04/2024
25000.174276/2023-59	XXX.652.908-XX	GABRIELA ORELLANA CAMPOS	3506999	SP	MOGI DAS CRUZES	08/04/2024
25000.174278/2023-48	XXX.793.782-XX	GIOVANNE DOS ANJOS FARAVOLA	3507152	SP	MOGI DAS CRUZES	08/04/2024
25000.174349/2023-11	XXX.718.848-XX	GLAUCIA RUBIA VENANCIO DOS SANTOS	3507003	SP	MOGI DAS CRUZES	08/04/2024
25000.174476/2023-10	XXX.237.688-XX	LEOPOLDO AUGUSTO NASCIMENTO DOS SANTOS	3507050	SP	MOGI DAS CRUZES	08/04/2024
25000.182814/2023-89	XXX.187.498-XX	LUCAS DE MENESES CARDOSO	3507134	SP	MOGI DAS CRUZES	08/04/2024
25000.174300/2023-50	XXX.194.138-XX	ALEX CAMBUI DE MATOS NEIVA	3506929	SP	MONTE MOR	08/04/2024
25000.174308/2023-16	XXX.004.371-XX	BIANCA CACAO DE ARRUDA	3506949	SP	NOVO HORIZONTE	08/04/2024
25000.182552/2016-23	XXX.835.861-XX	ANA MARIA GONZALEZ SANTOS	3506875	SP	OSASCO	05/03/2024
25000.067839/2014-62	XXX.852.991-XX	MARLA RODRIGUEZ RUIZ	3506896	SP	OSASCO	05/03/2024
25000.175792/2023-09	XXX.328.828-XX	JESHUA NICOLAS CALDERON TELLEZ	3507026	SP	OSASCO	08/04/2024
25000.174416/2023-99	XXX.029.168-XX	JESUS HURTADO DERZI	3507029	SP	OSASCO	08/04/2024
25000.174331/2023-19	XXX.804.548-XX	THAIS ALVES E SILVA	3507109	SP	OSASCO	08/04/2024

25000.174361/2023-17	XXX.481.628-XX	JONATHA CHRYS BALLET DAS NEVES	3507035	SP	PARAIBUNA	08/04/2024
25000.174370/2023-16	XXX.276.778-XX	LEANDRO ZEQUINE POLARINI	3507048	SP	PARANAPUA	08/04/2024
25000.175870/2023-67	XXX.323.666-XX	MARCIA ELIZIA MACHADO	3507061	SP	PAULO DE FARIA	08/04/2024
25000.174397/2023-09	XXX.282.381-XX	ANDERSON LUIS BERENYI BENITEZ	3506937	SP	PEDRO DE TOLEDO	08/04/2024
25000.125091/2023-11	XXX.366.382-XX	RUSLAN MAGALHAES DA MOTA	3506647	SP	PENAPOLIS	12/12/2023
25000.174421/2023-00	XXX.971.878-XX	ALEX LOURENCO NOZABIELI	3506930	SP	PENAPOLIS	08/04/2024
25000.174443/2023-61	XXX.217.809-XX	ANTONIO HENRIQUE PELLICIOLI	3506942	SP	PENAPOLIS	08/04/2024
25000.174408/2023-42	XXX.277.551-XX	JANINA CUENCA CHIMENDES	3507023	SP	PENAPOLIS	08/04/2024
25000.174454/2023-41	XXX.494.272-XX	LUAN DE MELO ROCHA	3507053	SP	PIEDADE	08/04/2024
25000.174464/2023-87	XXX.852.323-XX	RENATA MENDES DE SOUSA	3507091	SP	PIEDADE	08/04/2024
25000.145056/2023-18	XXX.837.688-XX	RAILSON RIBEIRO MENDES	3506839	SP	PIRACAIA	22/12/2023
25000.174498/2023-71	XXX.112.646-XX	DANIELLY WEMILLE FERNANDES ARAUJO	3506975	SP	PIRACICABA	08/04/2024
25000.174511/2023-92	XXX.263.688-XX	NATHELY CHRISTINE FELINTRO DA SILVA	3507078	SP	PIRACICABA	08/04/2024
25000.174504/2023-91	XXX.095.208-XX	SELMA CRUZ MOSTAJO VALDIVIESO	3507098	SP	PIRACICABA	08/04/2024
25000.174516/2023-15	XXX.156.568-XX	THALITA ZAMBROTA	3507112	SP	PIRACICABA	08/04/2024
25000.174539/2023-20	XXX.638.277-XX	ELIZANDRA CUNHA MEDINA BRITO	3506983	SP	PITANGUEIRAS	08/04/2024
25000.174533/2023-52	XXX.444.005-XX	MARCELO FERREIRA DOS SANTOS	3507060	SP	PITANGUEIRAS	08/04/2024
25000.174613/2023-16	XXX.843.042-XX	DAYANE PEREIRA FERNANDES	3506978	SP	PRAIA GRANDE	08/04/2024
25000.174614/2023-52	XXX.832.292-XX	GEYCE MORAES SOUSA	3507000	SP	PRAIA GRANDE	08/04/2024
25000.174616/2023-41	XXX.901.128-XX	HERONILDO JOAO DA SILVA AVELINO	3507013	SP	PRAIA GRANDE	08/04/2024
25000.004951/2024-64	XXX.469.757-XX	LEONARDO MELO ALVARENGA	3507049	SP	PRAIA GRANDE	08/04/2024
25000.139585/2023-82	XXX.958.442-XX	CASSIA CAMPOS COSTA	3506844	SP	PRESIDENTE VENCESLAU	05/01/2024
25000.177820/2023-14	XXX.343.838-XX	IVAN EURICO VENTURIN JUNIOR	3506704	SP	PRESIDENTE VENCESLAU	05/01/2024
25000.174619/2023-85	XXX.302.316-XX	CRISTIANE FREITAS SANTOS	3506966	SP	RIBEIRAO GRANDE	08/04/2024
25000.174404/2023-64	XXX.875.882-XX	ISADORA AMARO CABRERA	3507138	SP	RIBEIRAO PIRES	08/04/2024
25000.175796/2023-89	XXX.860.352-XX	WILDEN JOSE SILVA ACOSTA	3507124	SP	RIBEIRAO PIRES	08/04/2024
25000.174362/2023-61	XXX.658.818-XX	ZOILA JUSTINIANO BANEGAS	3507130	SP	RIBEIRAO PIRES	08/04/2024
25000.174371/2023-52	XXX.592.901-XX	ELIANE VANZELI DE ALMEIDA	3507149	SP	RIBEIRAO PRETO	08/04/2024
25000.175886/2023-70	XXX.096.691-XX	JESSICA DE CASSIA GOMES E CUNHA	3507027	SP	RIBEIRAO PRETO	08/04/2024
25000.174623/2023-43	XXX.079.442-XX	SONNY ANDERSON NUNES MERCEDES	3507104	SP	RUBIACEA	08/04/2024
25000.192889/2016-49	XXX.184.611-XX	ANAYAMI BORGES GAINZA	3506877	SP	SANTO ANDRE	04/03/2024
25000.128791/2016-38	XXX.306.631-XX	LEONELIS HERRERA PEREZ	3506890	SP	SANTO ANDRE	04/03/2024
25000.042859/2017-73	XXX.202.071-XX	LOUDELIS RODRIGUEZ CESPEDES	3506892	SP	SANTO ANDRE	04/03/2024
25000.066041/2014-01	XXX.803.761-XX	YENSY SOSA LAMORUT	3506902	SP	SANTO ANDRE	05/03/2024
25000.174630/2023-45	XXX.359.689-XX	BRENDA SILVA	3506950	SP	SANTO ANDRE	08/04/2024
25000.174629/2023-11	XXX.261.438-XX	BRUNA MARTINS MACHADO	3506951	SP	SANTO ANDRE	08/04/2024
25000.174634/2023-23	XXX.481.908-XX	CRISTIANO MAGALHAES DE SOUZA	3506968	SP	SANTO ANDRE	08/04/2024
25000.174650/2023-16	XXX.530.168-XX	DAIANNY COSTA SILVA	3506970	SP	SANTO ANDRE	08/04/2024
25000.174652/2023-13	XXX.273.972-XX	DIKSIE NUALA SOUSA VILELA	3506979	SP	SANTO ANDRE	08/04/2024
25000.174639/2023-56	XXX.004.218-XX	JOAO VICTOR SILVA	3507032	SP	SANTO ANDRE	08/04/2024
25000.174632/2023-34	XXX.546.571-XX	RENATA ROCHA SANTOS	3507092	SP	SANTO ANDRE	08/04/2024
25000.174701/2023-18	XXX.626.238-XX	RAFAEL NASCIMENTO DE SOUSA CRUZ	3507089	SP	SANTOS	08/04/2024
25000.420332/2017-94	XXX.941.161-XX	CARLOS RAFAEL HERNANDEZ PEREZ	3506878	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	05/03/2024
25000.087332/2017-78	XXX.059.011-XX	LAIDYS JEREZ BROWN	3506889	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	05/03/2024
25000.034421/2014-79	XXX.125.281-XX	ALBERTO MARIO ARIAS NARANJO	3506874	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	02/04/2024
25000.174505/2023-35	XXX.761.891-XX	FERNANDO JAVIER QUEIROLO LA FUENTE	3506994	SP	SAO CAETANO DO SUL	08/04/2024
25000.174449/2023-39	XXX.657.868-XX	THALITA DE OLIVEIRA GAVASI	3507111	SP	SAO CAETANO DO SUL	08/04/2024
25000.174869/2023-15	XXX.799.201-XX	AMANDA MARTINS ALMEIDA OLIVEIRA	3506935	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.174396/2023-56	XXX.963.878-XX	ANDREIA APARECIDA MIRANDA	3506939	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.175412/2023-28	XXX.968.631-XX	GUSTAVO RAMON LESME NIZ	3507009	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.174402/2023-75	XXX.522.478-XX	KAROLINNA DE SOUZA ARAUJO	3507042	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.174907/2023-30	XXX.895.901-XX	LUCAS MARTINS DE LIMA	3507165	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.175396/2023-73	XXX.356.931-XX	MARIA ELISABETH FERMINO BORGES	3507065	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.174409/2023-97	XXX.248.261-XX	MICHELLE BONAMIGO SASSI	3507072	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.175404/2023-81	XXX.868.544-XX	RICARDO BELIDO VEIGA	3507093	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.174424/2023-35	XXX.407.378-XX	RICARDO FRANCO ALVES	3507094	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.175395/2023-29	XXX.300.606-XX	SAMUEL BARBOSA CLARINDO	3507097	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.174777/2023-35	XXX.688.486-XX	VITORIA ALBUQUERQUE SILVA	3507120	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.175398/2023-62	XXX.009.582-XX	WASINGNTHAN RODRIGO TOMAZINI	3507122	SP	SAO CARLOS	08/04/2024
25000.140030/2023-83	XXX.326.678-XX	MARIANA CRUZ DE PAULA	3506862	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	09/01/2024
25000.146392/2023-88	XXX.489.454-XX	SUEILA NAYALA XAVIER ARAUJO	3506868	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	15/01/2024
25000.176027/2023-06	XXX.740.538-XX	JAQUELINE CAMPOS RODRIGUES	3507024	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	08/04/2024
25000.176016/2023-18	XXX.358.772-XX	KEVEN WESLLEY MATOS DE AGUIAR	3507045	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	08/04/2024
25000.175417/2023-51	XXX.032.988-XX	PATRICIA SENRA DE BRANCO	3507081	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	08/04/2024
25000.175420/2023-74	XXX.272.098-XX	ROSEMEIRE RAYMUNDO GOMES	3507096	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	08/04/2024
25000.176036/2023-99	XXX.662.293-XX	VINICIUS MAYER FUCILINI	3507119	SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	08/04/2024
25000.175415/2023-61	XXX.282.471-XX	ATARA LUMA FERREIRA DE ARAUJO	3506945	SP	SAO LOURENCO DA SERRA	08/04/2024
25000.223971/2013-80	XXX.982.901-XX	RAQUEL CASTRO BISTORTE	3506898	SP	SAO PAULO	05/03/2024
25000.028754/2014-69	XXX.662.547-XX	VERONIKA GOMEZ MORALES	3506917	SP	SAO PAULO	05/03/2024
25000.193047/2016-12	XXX.088.041-XX	YAMILYS PINDER GONZALEZ	3506901	SP	SAO PAULO	05/03/2024
25000.175858/2023-52	XXX.518.648-XX	CAROLINE NAYARA ROSA	3507144	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175916/2023-48	XXX.067.767-XX	CHRISTIANO LEAO MUNIZ	3506962	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175511/2023-18	XXX.430.831-XX	CLEVER ROMERO ESCUDERO	3506963	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175906/2023-11	XXX.368.359-XX	DAVID BISPO DA SILVA	3506977	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.174435/2023-15	XXX.254.802-XX	ELVA NATHALIA CASTILLO VERA	3506984	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.174931/2023-79	XXX.398.365-XX	GUILHERME DA CRUZ ARAUJO	3507005	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175873/2023-09	XXX.845.461-XX	JHEINYFFER CRISTINY SILVA	3507030	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.177263/2023-31	XXX.150.732-XX	JUSSARA MEHANA	3507161	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175884/2023-81	XXX.526.819-XX	KAROLINE FREITAS MARTINS	3507041	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175853/2023-20	XXX.945.651-XX	LEANDRO MARTINS CURIEL	3507047	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.174381/2023-98	XXX.219.915-XX	LUCIA ARAUJO DE OLIVEIRA	3507057	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175811/2023-99	XXX.560.848-XX	MARIANGELES DAZA PENA	3507068	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.174684/2023-19	XXX.579.503-XX	PAMMELA NOLETO LOPES	3507080	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.174414/2023-08	XXX.535.868-XX	SERGIO JAMES APARICIO HINOJOSA	3507099	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.175909/2023-46	XXX.350.241-XX	WESLEY GUSTAVO DE PAULO	3507123	SP	SAO PAULO	08/04/2024

25000.175782/2023-65	XXX.401.108-XX	FELIPE ANTUNES PRESTES	3506990	SP	SAO ROQUE	08/04/2024
25000.175790/2023-10	XXX.372.661-XX	GUSTAVO DE PAULA ARRUDA	3507007	SP	SAO ROQUE	08/04/2024
25000.175753/2023-01	XXX.282.122-XX	PAULA HELENA GALVAO MENDES	3507082	SP	SAO ROQUE	08/04/2024
25000.175766/2023-72	XXX.328.061-XX	DANIELLY HOFFMEISTER MAMEDE	3506974	SP	SAO SEBASTIAO	08/04/2024
25000.175759/2023-71	XXX.958.238-XX	MARIA DE JESUS LOURENCO CAMARGO	3507064	SP	SAO SEBASTIAO	08/04/2024
25000.175800/2023-17	XXX.852.818-XX	MICHAEL ALVES DE LIMA	3507071	SP	SAO SEBASTIAO	08/04/2024
25000.175773/2023-74	XXX.278.421-XX	YELLEM CLISSIA CARVALHO DE SOUSA	3507127	SP	SERRANA	08/04/2024
25000.175835/2023-48	XXX.851.238-XX	ANDREY TAVARES MAZINI	3506940	SP	SOROCABA	08/04/2024
25000.175815/2023-77	XXX.097.818-XX	FELIPE ALEXANDRE VIEIRA BAGATIN	3506989	SP	SOROCABA	08/04/2024
25000.175817/2023-66	XXX.431.258-XX	RAFAEL HILARIO DE MORAES SOARES	3507087	SP	SOROCABA	08/04/2024
25000.175778/2023-05	XXX.165.518-XX	TAIS MACHADO CHRIGUER	3507106	SP	SOROCABA	08/04/2024
25000.143869/2023-73	XXX.832.248-XX	LAYLA MARINO COELHO	3506860	SP	SUMARE	08/01/2024
25000.073474/2014-13	XXX.698.871-XX	MAYRA LUCIA ALVAREZ PACHECO	3506897	SP	SUMARE	05/03/2024
25000.075107/2014-46	XXX.661.001-XX	YUDELQUIS OLIVA DIAZ	3506908	SP	SUMARE	05/03/2024
25000.040494/2017-42	XXX.201.681-XX	YUNEISI GONZALEZ SANCHEZ	3506911	SP	SUMARE	05/03/2024
25000.075178/2014-49	XXX.822.891-XX	YURIZANDER RIOS ALEMANIS	3506913	SP	SUMARE	05/03/2024
25000.137992/2023-55	XXX.936.798-XX	GEIVA MARIA ARAUJO SILVA LEITE	3506840	SP	SUZANO	26/12/2023
25000180382/2+023-71	XXX.485.278-XX	JESSICA FLORENCIO DE SOUZA TEIXEIRA	3506872	SP	SUZANO	29/01/2024
25000.147193/2023-97	XXX.282.268-XX	CAIO VINICIUS COPPINI	3506954	SP	TABOAO DA SERRA	08/04/2024
25000.175845/2023-83	XXX.083.471-XX	IURIS MORAIS CARDOSO	3507017	SP	TABOAO DA SERRA	08/04/2024
25000.143547/2023-24	XXX.460.468-XX	RAFAEL ALVES DE ALMEIDA	3506197	SP	TAGUAI	12/01/2024
25000.174350/2023-37	XXX.525.888-XX	GUSTAVO GASPAR CESTARI	3507008	SP	TANABI	08/04/2024
25000.143902/2023-65	XXX.596.048-XX	FLAVIO FREITAS CARDOSO	3506867	SP	TAQUARITINGA	15/01/2024
25000.175559/2023-18	XXX.965.398-XX	CRISTIANE DA SILVA MESTRINER	3506965	SP	TAQUARITUBA	08/04/2024
25000.169156/2014-49	XXX.929.971-XX	MARIA ALICIA COMENDADOR NUNEZ	3506893	SP	TATUI	05/03/2024
25000.175577/2023-08	XXX.581.496-XX	GABRIEL DE MOURA MELGACO	3506997	SP	TATUI	08/04/2024
25000.175573/2023-11	XXX.546.422-XX	GLAIDINA ALEXANDRE DA COSTA	3507002	SP	TATUI	08/04/2024
25000.175569/2023-53	XXX.362.328-XX	JUAN PEDRO DOMINGUES DOS SANTOS	3507037	SP	TATUI	08/04/2024
25000.175599/2023-60	XXX.288.648-XX	DAMARIS CABRAL PAULAUSKAS	3506972	SP	TAUBATE	08/04/2024
25000.175609/2023-67	XXX.487.491-XX	EDUARDA MOLINARI	3506981	SP	TIETE	08/04/2024
25000.174323/2023-64	XXX.820.298-XX	RAFAELLA DE PAULA VIZOTTO	3507090	SP	VIRADOURO	08/04/2024
25000.175626/2023-02	XXX.172.251-XX	ALLINNE SOUSA ANDRADE	1705631	TO	BABACULANDIA	08/04/2024
25000.175696/2023-52	XXX.025.361-XX	GUSTAVO DE CAMPOS LIMA	1705634	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	08/04/2024
25000.175724/2023-31	XXX.615.751-XX	AMANDA BEZERRA DANTAS REICH	1705637	TO	GOIATINS	08/04/2024
25000.168076/2023-67	XXX.407.291-XX	HARON MOREIRA ALVES	1705638	TO	GUARAI	08/04/2024
25000.170578/2023-58	XXX.208.091-XX	JONNISON DE ALMEIDA CASTRO	1705639	TO	LUZINOPOLIS	08/04/2024
25000.174393/2023-12	XXX.155.998-XX	LUCIANE MICHELLE BATISTELA DOUAKI	1705640	TO	PORTO NACIONAL	08/04/2024
25000.175758/2023-26	XXX.019.311-XX	DIEGO SOUSA SOARES	1705633	TO	RIACHINHO	08/04/2024
25000.175772/2023-20	XXX.777.131-XX	RAYSSA LAYANA DE FREITAS PEREIRA	1705636	TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	08/04/2024
25000.175673/2023-48	XXX.595.181-XX	DANIELA BARROS DA SILVA LUZ	1705632	TO	WANDERLANDIA	08/04/2024
25000.175656/2023-19	XXX.326.071-XX	LORRANY AMORIM DE ABREU	1705635	TO	XAMBIOA	08/04/2024

PORTARIA SAPS/MS Nº 26, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Divulga a lista dos nomes e respectivos Registros Únicos de médicos intercambistas (perfil II) do 34º ciclo do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, do Anexo I, Seção II do Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, Registros Únicos para o exercício da medicina - RMS, exclusivamente no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O Registro Único para o exercício da medicina - RMS expedido aos médicos intercambistas tem validade a partir da data de início das atividades, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	CPF	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO	INÍCIO DAS ATIVIDADES
25000.174094/2023-88	XXX.043.865-XX	HARUAN CORREIA CACIQUE PIRES	2905914	BA	LAJEDAO	08/04/2024
25000.174800/2023-91	XXX.876.372-XX	LUCIANO JUNIOR VITORIA FIGUEIRA	3205727	ES	VILA VELHA	08/04/2024
25000.175114/2023-38	XXX.624.151-XX	VICTOR HUGO CAMPOS NUNEZ	5005724	MS	CAMPO GRANDE	08/04/2024
25000.174144/2023-27	XXX.790.098-XX	JUAN JOSE MURILLO SUAREZ	2606001	PE	ILHA DE ITAMARACA	08/04/2024
25000.174405/2023-17	XXX.097.152-XX	LUCAS NASCIMENTO FRANCO	2606002	PE	ILHA DE ITAMARACA	08/04/2024
25000.193762/2013-XX	XXX.704.341-XX	EDNA ROSA ATHERTON REINOSO	3305682	RJ	RIO DE JANEIRO	25/10/2023
25000.173562/2023-05	XXX.874.341-XX	CLEBER VINICIUS MORAES DA SILVA	3306333	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.173729/2023-20	XXX.048.075-XX	FERNANDO BRANDAO SANDES	3306334	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.174918/2023-10	XXX.824.542-XX	ROBERVAL DE OLIVEIRA SANTOS	3306344	RJ	RIO DE JANEIRO	08/04/2024
25000.171524/2023-18	XXX.829.072-XX	DIEGO SILVA RAPOSO ALBUQUERQUE	4306250	RS	PELOTAS	08/04/2024
25000.174298/2023-19	XXX.537.580-XX	JULIANO SARTORI	4306239	RS	SANTA CRUZ DO SUL	08/04/2024
25000.174108/2023-63	XXX.298.861-XX	ISABELA TAIS BERNARDES SANTOS	3507181	SP	FRANCO DA ROCHA	08/04/2024
25000.174368/2023-39	XXX.644.423-XX	LAIANDRO DE LARA LOPES DIAS	3507178	SP	FRANCO DA ROCHA	08/04/2024
25000.168179/2023-27	XXX.930.968-XX	VINICIUS DE AVILA ACENCIO	3507179	SP	ITIRAPINA	08/04/2024
25000.125893/2019-44	XXX.655.651-XX	GISLEY LIBORIO	3505858	SP	MIRANDOPOLIS	27/10/2023

PORTARIA SAPS/MS Nº 27, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Divulga a lista dos nomes e respectivos Registros Únicos de médicos intercambistas (perfil II) do 33º ciclo do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, do Anexo I, Seção II do Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, Registros Únicos para o exercício da medicina - RMS, exclusivamente no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O Registro Único para o exercício da medicina - RMS expedido aos médicos intercambistas tem validade a partir da data de início das atividades, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	CPF	CPF_	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO	INÍCIO DAS ATIVIDADES
25000.195066/2013-22	XXX.561.341-XX	6556134120	GABRIEL BENAVIDES PEREZ	2905649	BA	TEIXEIRA DE FREITAS	26/10/2023
25000.167539/2023-73	XXX.988.097-XX	15998809700	THIELLY GUERRA DE CARVALHO	3205734	ES	VILA VELHA	08/04/2024
25000.218502/2013-49	XXX.006.011-XX	6600601167	VICTOR MANUEL NUNEZ PEREZ	3105665	MG	BARBACENA	27/10/2023

25000.167769/2023-32	XXX.864.041-XX	70786404116	RUBEN ANGEL BERAZAIN SALAZAR	3106504	MG	BELO HORIZONTE	08/04/2024
25000.172543/2023-53	XXX.299.386-XX	4629938680	MARINA AXER OLIVEIRA E SILVA	3106503	MG	IBIRITE	08/04/2024
25000.006456/2017-61	XXX.624.541-XX	8162454101	ROBERT CUZA DOMINGUEZ	1505852	PA	BRAGANCA	25/10/2023
25000.168593/2023-36	XXX.572.243-XX	557224314	PRISCILA LAENE DOMINGUES DA COSTA	3306343	RJ	ANGRA DOS REIS	08/04/2024
25000.167845/2023-18	XXX.997.659-XX	9399765954	VITORIA SCALABRIM	3306332	RJ	BARRA MANSA	08/04/2024
25000.167899/2023-75	XXX.550.262-XX	98855026291	ALINE ROSEMBERGER BARBOSA	3306330	RJ	DUQUE DE CAXIAS	08/04/2024
25000.167914/2023-85	XXX.003.947-XX	1400394732	MANOEL SERAFIM PALMEIRA	3306331	RJ	MAGE	08/04/2024
25000.168103/2023-00	XXX.879.314-XX	10187931437	DEBORA PERCIANA DE SOUZA CAVALCANTI	2405632	RN	NATAL	08/04/2024
25000.078111/2014-66	XXX.920.131-XX	6792013196	LUIS MARCELO OLIVERA SEGREDO	4305796	RS	PELOTAS	24/10/2023
25000.168113/2023-37	XXX.885.408-XX	36288540838	SIDNEI PIERO DE OLIVEIRA AGUIAR	3507131	SP	ITAPETININGA	08/04/2024
25000.049848/2016-33	XXX.388.661-XX	7638866100	YANET MIJENES ENRIQUEZ	3505857	SP	SAO PAULO	27/10/2023
25000.173098/2023-49	XXX.429.033-XX	25242903368	MORETE NUBIA NUNES RODRIGUES	3507177	SP	SUZANO	08/04/2024

PORTARIA SAPS/MS Nº 28, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Divulga a lista dos nomes e respectivos Registros Únicos de médicos intercambistas (perfil II e III) do 28º ciclo do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, do Anexo I, Seção II do Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, Registros Únicos para o exercício da medicina - RMS, exclusivamente no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O Registro Único para o exercício da medicina - RMS expedido aos médicos intercambistas tem validade a partir da data de início das atividades, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PROCESSO	CPF	NOME COMPLETO	RMS	UF	MUNICÍPIO	INÍCIO DAS ATIVIDADES
25000.182885/2023-81	XXX.067.692-XX	LUCRECIA MAGNO NUNES	1205621	AC	TARAUACA	08/04/2024
25000.090656/2023-31	XXX.066.383-XX	MARTA CANDICE DE SA CARVALHO	1305753	AM	BARCELOS	03/01/2024
25000.178553/2023-01	XXX.546.852-XX	ARIEL LIMA CRUZALEGUI ANTINORI	1306156	AM	BARCELOS	08/04/2024
25000.157887/2019-56	XXX.428.261-XX	BRUNA ROYER RODRIGUES	1305853	AM	MANAUS	26/09/2023
25000.125752/2023-16	XXX.339.092-XX	JANETE FIGUEREDO MORAIS	1306114	AM	MANAUS	26/12/2023
25000.100492/2023-68	XXX.513.688-XX	LUCAS ARAUJO BORGES DE CARVALHO	1306113	AM	MANAUS	26/12/2023
25000.124703/2023-58	XXX.243.722-XX	JHEANNY OLIVEIRA MELO MARTINS TERRA	1306047	AM	MANAUS	03/01/2024
25000.108675/2023-21	XXX.619.584-XX	WILKSON FERREIRA BARROS	1306093	AM	MANAUS	03/01/2024
25000.125954/2023-50	XXX.801.032-XX	DAIANA ROSSI MIRANDA DE OLIVEIRA	1306116	AM	MANAUS	10/01/2024
25000.183312/2023-75	XXX.932.831-XX	RACHEL SOARES GENARI	1306122	AM	MANAUS	08/04/2024
25000.178489/2023-50	XXX.818.769-XX	ALEX SANDER DE LIMA GASPERIN	1306121	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	08/04/2024
25000.183098/2023-57	XXX.182.015-XX	MOACI MAGALHAES FREITAS	2905853	BA	ANDORINHA	08/04/2024
25000.182666/2023-01	XXX.627.243-XX	LEONARDO RODRIGUES RAFAEL	2305763	CE	BOA VIAGEM	08/04/2024
25000.182606/2023-80	XXX.352.087-XX	JOAO LUIS GABURO DAL COL	3205697	ES	SOORETAMA	08/04/2024
25000.178717/2023-91	XXX.463.883-XX	DIDACIO COELHO FERREIRA DOS SANTOS	2105803	MA	RIACHAO	08/04/2024
25000.141251/2023-79	XXX.656.173-XX	KASSIO TRABULSI DA COSTA	2105796	MA	VIANA	10/01/2024
25000.182180/2023-64	XXX.083.626-XX	EDILBERTO INACIO DE ANDRADE	3106477	MG	SAO TIAGO	08/04/2024
25000.178466/2023-45	XXX.259.981-XX	ADRIELLE MOREIRA DE SOUSA	5105679	MT	NOVA MUTUM	08/04/2024
25000.101395/2023-92	XXX.172.371-XX	LARYSSA KETLEN ALVES PEDRA	5105677	MT	TANGARA DA SERRA	11/01/2024
25000.183118/2023-90	XXX.428.113-XX	NAYARA SANTOS BONFIM MELO	1506158	PA	PARAUAPEBAS	08/04/2024
25000.183481/2023-13	XXX.371.351-XX	THAIS MARCELLI RIBEIRO PALUDO LOCATELLI	4106042	PR	REALEZA	08/04/2024
25000.182266/2023-97	XXX.690.965-XX	FLORENTINO GONCALVES DA CRUZ FILHO	4106041	PR	WENCESLAU BRAZ	08/04/2024
25000.183349/2023-01	XXX.123.337-XX	RENATA VIEIRA DA SILVA CHAVES	3306335	RJ	NOVA FRIBURGO	08/04/2024
25000.091370/2023-73	XXX.256.342-XX	ANDERSON OLIVEIRA AYRES	1405706	RR	BOA VISTA	04/12/2023
25000.178034/2023-34	XXX.105.792-XX	MARLOI BRITO TOBIAS	1405710	RR	BOA VISTA	04/12/2023
25000.101060/2023-74	XXX.696.712-XX	PEDRO RAMOS TERRA JUNIOR	1405709	RR	BOA VISTA	26/12/2023
25000.089647/2023-06	XXX.143.292-XX	MARILZA BARBOSA SANTOS	1405711	RR	BOA VISTA	15/01/2024
25000.183036/2023-45	XXX.699.622-XX	MARIA DOS REIS TRINDADE CARVALHO	1405735	RR	BOA VISTA	08/04/2024
25000.183128/2023-25	XXX.762.672-XX	PAULO HENRIQUE LEMOS MONTIJO	1405736	RR	BOA VISTA	08/04/2024
25000.183509/2023-12	XXX.693.933-XX	WANDEGLESSON DE CARVALHO SILVA	1405714	RR	BOA VISTA	08/04/2024
25000.177566/2023-54	XXX.405.920-XX	NICOLE MENDES	4306130	RS	CAXIAS DO SUL	04/12/2023
25000.177538/2023-37	XXX.115.260-XX	LUCAS ANTONIO PREZZI	4306143	RS	CAXIAS DO SUL	15/01/2024
25000.182908/2023-58	XXX.786.031-XX	MAGNO RANYELLE PINTO DE OLIVEIRA	4306240	RS	PEDRO OSORIO	08/04/2024
25000.100878/2023-70	XXX.580.030-XX	MAYRA GEORGINA ACOSTA LANDO	4306129	RS	PORTO ALEGRE	27/12/2023
25000.183115/2023-56	XXX.118.801-XX	NATALIA EDUARDA FARIA MIRANDA	4306167	RS	PORTO ALEGRE	08/04/2024
25000.090011/2023-07	XXX.710.870-XX	JORDANA BATTISTELLI SOARES	4306137	RS	SANTA BARBARA DO SUL	03/01/2024
25000.091738/2023-01	XXX.135.140-XX	NEUTON EBERSOL BRUM	4306139	RS	SAO JOSE DO NORTE	08/01/2024
25000.101386/2023-00	XXX.379.840-XX	KAUANA PETIM FLORES	4306138	RS	TAQUARA	08/01/2024
25000.125050/2023-24	XXX.172.960-XX	LETICIA BALLESTER PERSIANI	4306136	RS	URUGUAIANA	04/12/2024
25000.182582/2023-69	XXX.583.111-XX	IZADORA DO CARMO MARREIRO	4306166	RS	VALE REAL	08/04/2024
25000.176140/2023-83	XXX.510.222-XX	ALOMA DIANA SOUZA DE OLIVEIRA	4306142	RS	VIAMAO	15/01/2024
25000.182626/2023-51	XXX.210.991-XX	KARINE PESSOA DA COSTA	4205859	SC	AGUAS MORNAS	08/04/2024
25000.183336/2023-24	XXX.788.081-XX	RAIANY CASSIA DA SILVA	4205924	SC	ILHOTA	08/04/2024
25000.183462/2023-89	XXX.078.191-XX	THAIENY FERREIRA SHIUTTI ROMAO	3507137	SP	ARIRANHA	08/04/2024
25000.183052/2023-38	XXX.910.918-XX	MARINA QUIO VIEIRA	3506922	SP	BARRA BONITA	08/04/2024
25000.178498/2023-41	XXX.655.478-XX	ALEXANDRE SABINO DOS SANTOS	3506920	SP	CAMPINAS	08/04/2024
25000.090713/2023-82	XXX.777.918-XX	ROBERTO DA SILVA LOBO	3506869	SP	CARAPICUIBA	16/01/2024
25000.183123/2023-01	XXX.298.331-XX	NOELY ALVES DA SILVA FERRAZ	3506924	SP	DIADEMA	08/04/2024
25000.178559/2023-70	XXX.186.998-XX	CAMILA GOES DA SILVA	3507132	SP	GUARUJA	08/04/2024
25000.178822/2023-21	XXX.515.632-XX	DIENETH E SILVA MENDONCA	3507133	SP	GUARUJA	08/04/2024
25000.182938/2023-64	XXX.990.718-XX	MARCELA FIGUEIREDO GUIMARAES DE OLIVEIRA	3506921	SP	GUARUJA	08/04/2024
25000.183452/2023-43	XXX.256.408-XX	TAMIRYS PINHEIRO POMIM	3506925	SP	SANTA BARBARA D'OESTE	08/04/2024
25000.099409/2023-09	XXX.998.058-XX	ANTONIO CAMARGO DE SOUZA	3505659	SP	SAO PAULO	04/09/2023
25000.116461/2023-29	XXX.821.598-XX	GISELDA SALLUCA	3506841	SP	SAO PAULO	04/12/2023
25000.125629/2023-97	XXX.015.568-XX	MARIA EDINALVA DA SILVA	3506701	SP	SAO PAULO	04/12/2023
25000.125320/2023-05	XXX.182.022-XX	GISMONEA VERISSIMO PEREIRA	3506699	SP	SAO PAULO	08/12/2023
25000.176180/2023-25	XXX.988.498-XX	ANGELO BASSI NETO	3506842	SP	SAO PAULO	26/12/2023
25000.176201/2023-11	XXX.435.328-XX	CAROLINA APARECIDA MELO COSTA	3506843	SP	SAO PAULO	26/12/2023
25000.108219/2023-81	XXX.652.098-XX	RAFAELA CHRISTINA PESSOTO SALOMAO	3506848	SP	SAO PAULO	04/01/2024
25000.101387/2023-46	XXX.095.658-XX	LAIS MOREIRA DA SILVA QUEIROS	3506864	SP	SAO PAULO	08/01/2024
25000.183074/2023-06	XXX.579.752-XX	MARYLHA FRANCIELLE DE OLIVEIRA FRANCA	3506923	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.183105/2023-11	XXX.275.787-XX	NAHIANE PINHEIRO COSTA DE NEGREIROS	3507135	SP	SAO PAULO	08/04/2024
25000.183395/2023-01	XXX.085.778-XX	RHENNAN HERNANDES ALVES	3507136	SP	VARGEM GRANDE DO SUL	08/04/2024
25000.182651/2023-34	XXX.079.561-XX	KRISTIELLI RODRIGUES GARCIA DE OLIVEIRA	1705629	TO	ARAGUANA	08/04/2024
25000.182658/2023-56	XXX.454.291-XX	LAYNNARA FERNANDA FERRI DO NASCIMENTO	1705630	TO	BERNARDO SAYAO	08/04/2024

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.892, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora IBBCA 2008 GESTÃO EM SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, em reunião ordinária de 29 de abril de 2024, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.006517/2023-01, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de direção fiscal na operadora IBBCA 2008 GESTÃO EM SAÚDE LTDA, registro ANS nº 41.705-0 e CNPJ nº 09.298.037/0001-12.

Art. 2º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO AQUINO LOPES
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.893, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, em reunião ordinária de 29 de abril de 2024, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.007375/2024-72, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA, Registro ANS nº 34.574-1. e CNPJ nº 49.797.293/0001-79, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa (RN) nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA, com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO AQUINO LOPES
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.894, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da MED LIFE OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, em reunião ordinária de 29 de abril de 2024, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.010492/2024-13, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a MED LIFE OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA, registro ANS nº 42.188-0 e CNPJ nº 33.605.392/0001-71, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa (RN) nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da MED LIFE OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA, com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO AQUINO LOPES
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.895, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da NOVA ODONTO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, em reunião ordinária de 29 de abril de 2024, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.023501/2023-55, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a NOVA ODONTO LTDA, registro ANS nº 42.266-5 e CNPJ nº 39.473.593/0001-49, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa (RN) nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da NOVA ODONTO LTDA, com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO AQUINO LOPES
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.896, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora PREVINA ODONTOLOGIA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 29 de abril de 2024, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.019384/2023-25, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica restabelecida a comercialização de planos ou produtos da operadora PREVINA ODONTOLOGIA LTDA, registro ANS nº 40.363-6 e CNPJ nº 03.073.235/0001-00, revogando-se o disposto no art. 2º da Resolução Operacional - RO nº 2.825, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 06/07/2023.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO AQUINO LOPES
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.897, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial de carências aos beneficiários da operadora UNIMED DE TAUBATÉ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, e na forma do disposto no art. 12 da Resolução Normativa (RN) nº 438, de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde constantes no processo administrativo nº 33910.034901/2022-13, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 dias para que os beneficiários da operadora UNIMED DE TAUBATÉ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, registro ANS nº 36.328-6 e CNPJ nº 45.171.402/0001-97, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta RO, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora UNIMED DE TAUBATÉ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO pode exercer a portabilidade especial de carências, sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 meses ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada neste artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 dias pode exercer a portabilidade especial de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário perante a operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópias dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 meses.

§ 4º O beneficiário da UNIMED DE TAUBATÉ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO exercerá a portabilidade especial de carências observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 438, de 2018;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta RO;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos arts. 5º e 15º da RN nº 557, de 2022, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos do mesmo normativo.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto nos arts. 18 e 19 da RN nº 438, de 2018;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso do beneficiário da UNIMED DE TAUBATÉ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO estar internado a portabilidade especial de carências poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO AQUINO LOPES
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO N° 63, DE 30 DEABRIL DE 2024

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 204, § 5°, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ao art. 17 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em e conforme deliberado em reunião realizada por meio o Circuito Deliberativo CD 461/2024 de 22 de abril de 2024, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: DESCARPACK DESCARTÁVEIS DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 01.057.428/0001-33
Expediente do recurso: 0318311/24-1
Processo Datavisa n.: 25351.029495/2024-85

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

No Anexo XII da Instrução Normativa - IN nº 75, de 8 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 195, de 9 de outubro de 2020, seção 1, pág. 113 a 124,
Onde se lê:
"

Tipografia e alinhamento	**Formatação Padrão**	**Formatação Reduzida**
Tipografia dos subtítulos: "Porções por embalagem:" e "Porção: Xg ou ml (medida caseira)"	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 8 pt.Alinhamento: centralizado	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 6 pt.Alinhamento: centralizado.
Tipografia dos títulos das colunas: "100g", "Xg ou ml" e "%VD*"	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 8 pt.Alinhamento horizontal e vertical: centralizado.	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 6 pt.Alinhamento horizontal e vertical: centralizado.

"
Leia-se
"

Tipografia e alinhamento	**Formatação Padrão**	**Formatação Reduzida**
Tipografia dos subtítulos: "Porções por embalagem:" e "Porção: X g ou ml (medida caseira)"	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 8 pt. Alinhamento: centralizado	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 6 pt. Alinhamento: centralizado.
Tipografia dos títulos das colunas: "100 g", "X g ou ml" e "%VD*"	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 8 pt. Alinhamento horizontal e vertical: centralizado.	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 6 pt. Alinhamento horizontal e vertical: centralizado.

"
No Anexo XIII da Instrução Normativa - IN nº 75, de 8 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 195, de 9 de outubro de 2020, seção 1, pág. 113 a 124,
Onde se lê:
"

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL

Porções por embalagem: 000 • Porção: 000 g (medida caseira)

Por 100 g (**00 g**, %VD*): Valor energético 000 kcal (**00 kcal**, 0%) • Carboidratos 00 g (**00 g**, 0%), dos quais Açúcares totais 00 g (**00 g**), Açúcares adicionados 00 g (**00 g**, 0%) • Proteínas 00 g (**00 g**, 0%) • Gorduras totais 00 g (**00 g**, 0%), das quais Gorduras saturadas 00 g (**00 g**, 0%), Gorduras trans 00 g (**00 g**, 0%) • Fibras alimentares 00 g (**00 g**, 0%) • Sódio 00 mg (**00 g**, 0%).

*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.

"
Leia-se:
"

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL

Porções por embalagem: 000 • Porção: 000 g (medida caseira)

Por 100 g (**00 g**, %VD*): Valor energético 000 kcal (**00 kcal**, 0%) • Carboidratos 00 g (**00 g**, 0%), dos quais: Açúcares totais 00 g (**00 g**), Açúcares adicionados 00 g (**00 g**, 0%) • Proteínas 00 g (**00 g**, 0%) • Gorduras totais 00 g (**00 g**, 0%), das quais: Gorduras saturadas 00 g (**00 g**, 0%), Gorduras trans 00 g (**00 g**, 0%) • Fibras alimentares 00 g (**00 g**, 0%) • Sódio 00 mg (**00 mg**, 0%).

*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.

"
No Anexo XIV da Instrução Normativa - IN nº 75, de 8 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 195, de 9 de outubro de 2020, seção 1, pág. 113 a 124,
Onde se lê:
"

Parâmetros de formatação	**Requisitos para formatação**
Tipografia dos subtítulos: "Porções por embalagem:" e "Porção: Xg ou ml (medida caseira)"	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 6 pt.Alinhamento: à esquerda.

"
Leia-se
"

Parâmetros de formatação	**Requisitos para formatação**
Tipografia dos subtítulos: "Porções por embalagem:" e "Porção: X g ou ml (medida caseira)"	Estilo: regular, combinação de caixa alta e baixa. Corpo: 6 pt. Alinhamento: à esquerda.

"

RETIFICAÇÃO

Na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 836, de 13 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 239, de 18 de dezembro de 2023, Seção 1, pág. 163 - 172,
Onde se lê:
"Art. 122. Quando o produto para fins de uso autólogo for liberado, para utilização a fresco, ou quando o armazenamento ocorrer em dispositivo que garanta a ausência de contaminação cruzada, não é obrigatória a realização de testes NAT, conforme o disposto nos incisos I, II e III do art. 108 desta Resolução."
Leia-se:
"Art. 122. Quando o produto, para fins de uso autólogo, for liberado para utilização a fresco ou quando o armazenamento ocorrer em dispositivo que garanta a ausência de contaminação cruzada, não é obrigatória a realização de testes NAT, conforme o disposto nos incisos I, II e III do art. 110 desta Resolução."

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.649, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; resolve:
Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): OPDIVO (LOTE: ASW3556);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0560331/24-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comunicado da empresa detentora do registro do medicamento Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda, inscrita sob CNPJ 56.998.982/0001-07, informando que não reconhece o lote ASW3556 (validade 10/2026). como original, se tratando, portanto, de falsificação. A embalagem do medicamento está em idioma turco, com ausência do selo de segurança e volume inferior a 2 mL. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.
.....

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.655, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:
Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 03.978.166/0001-75
Produto - Apresentação (Lote): NIBISNU - 100 MG PO LIOF SOL INJ IV CT 5 FA VD AMB + DIL 5 FA VD TRANS X 3 ML (LOTE: H220446);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0166918/24-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comunicado de recolhimento voluntário iniciado pela empresa, em razão da constatação de desvio de qualidade no diluente que acompanha o produto, o que fere os artigos 4º , 8 º, 17 º da RDC 658/2022. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei nº 6.360/1976 e na RDC nº 625/2022.
.....
2. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): BIOMAG - 10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30 (LOTES: TODOS); VENVANSE - 30 MG CAP DURA CT FR PLAS OPC X 28 (LOTES: TODOS); RITALINA - 30 MG CAP DURA LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 30 (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0547230/24-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Propaganda
Motivação: Comprovação da divulgação irregular, por meio do link https://redefarmanacional.com, contendo anúncio de venda de medicamentos sem receita médica em descumprimento do parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 6.360/1976.
.....
3. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): NANOLAB CBD POMADA (LOTES: TODOS); NANOLAB BALANCED (LOTES: TODOS); NANO CBD HIDROSSOLUVEL (LOTES: TODOS); NANO CBD FULL SPECTRUM (LOTES: TODOS); NANO CBD MELATONIN (LOTES: TODOS); NANO CBD CURCUMIN (LOTES: TODOS); NANO CBD (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0547912/24-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Propaganda
Motivação: Comprovação da divulgação irregular do medicamento, por meio do link https://nanolabnutrition.com , contendo propaganda irregular de medicamento a base de cannabis, em descumprimento do parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 6.360/1976.
.....
4. Empresa: GREEN MOUNTAIN PARTICIPACOES LTDA. - CNPJ: 46.573.529/0001-03
Produto - Apresentação (Lote): PRODUTOS DE CANNABIS (LOTES: TODOS);

Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0460926/24-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Propaganda
Motivação: Comprovação da divulgação irregular de produtos, por meio do sítio eletrônico https://www.cannabisesaude.com.br/, contendo indicação do canabidiol para o tratamento de diversas doenças e enfermidades, em desacordo com o art. 59 da Lei nº 6.360/1976 e do o art. 12 da Resolução RDC nº 327/2019.
.....
5. Empresa: MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 17.875.154/0001-20
Produto - Apresentação (Lote):
PRESSOMEDE - 10 MG COM CT BL AL AL X 500 (EMB HOSP)(LOTES: O20928; O20930; O21157; O21223; O21224; O21252; O22360; O22361 O22362; O22409; O22719; O22720; O22807; O22808; O23303; O23408; O23410; O23745; O23763; O24056 O30288; O30289; O30290; O30546; O30547)
PRESSOMEDE - 10 MG COM CT BL AL AL X 30 (LOTES: O20558; O20977; O24055);
PRESSOMEDE - 20 MG COM CT BL AL AL X 30 (LOTES: O13779; O20668; O22399; O23172; O23703);
PRESSOMEDE - 20 MG COM CT BL AL AL X 500 (EMB HOSP) (LOTES: O13780; O13781; O20070; O20071; O20136; O20669; O20676; O20719; O20720; O20756; O20757; O20998; O21025);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0482061/24-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comunicado de recolhimento voluntário iniciado pela empresa, em razão de resultado fora da especificação para o teste de teor abaixo da especificação e resultados acima da especificação para substâncias relacionadas, durante estudo de estabilidade de acompanhamento, o que fere o Art. 4º da RDC 658/2022. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei nº 6.360/1976 e na RDC nº 625/2022.
.....
6. Empresa: VERDEMED FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 27.218.747/0001-77
Produto - Apresentação (Lote):
CANABIDIOL VERDEMED 23,75 MG/ML - 23,75 MG/ML SOL CT FR VD AMB X 10 ML + SER DOS (LOTES: 136-1022-AC; 137-1022-AC; 138-1022-AC);
CANABIDIOL VERDEMED 50 MG/ML - 50 MG/ML SOL CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOS (LOTES: 139-1222-AC; 140-1222-AC; 141-1222-AC);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0510980/24-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Recolhimento voluntário devido ao descumprimento dos seguintes itens das normas de Boas Práticas de Fabricação, observados em inspeção realizada no fabricante internacional Transpharm Canadá Inc. o/a Toronto Institute of Pharmaceutical Technology, no período de 25 a 28 de março de 2024: art. 5º e art. 18 da IN 134/2022; art. 10, inciso VII do art. 11, art. 20, inciso V do Art. 34, art. 40, art. 77, art. 84, art. 85, art. 91, art. 97, art. 106 da IN 138/2022; inciso XV do art. 8, inciso VIII e inciso IV do § 2º do Art. 12, art. 15, art. 63, art. 86, art. 112, art. 116, art. 118, incisos VI, X e XI do art. 148, art. 164, art. 167, art. 170, art. 181, inciso II do art. 185, art. 189, art. 190, art. 197, art. 215, § 1º do art. 224, art. 253, art. 261, art. 267, inciso II do art. 283, art. 299, art. 362 da RDC 658/2022.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.650, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

JOSE DION FREITAS LTDA / 28.280.724/0004-06
25351.216516/2024-09 / 5090898
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539007242
---
irmãos mattar e cia ltda / 25.102.146/0261-35
25351.203376/2024-09 / 5090961
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0497756242
---
barbosa e lima drogaria ltda / 54.369.257/0001-44
25351.216470/2024-10 / 5090884
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0538955244

ALEXSANDRA DA SILVA MATIAS CABRAL - ME / 46.737.152/0001-72
25351.204515/2024-11 / 5091049
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500073244

LCA DANTAS LTDA / 52.522.089/0001-50
25351.215341/2024-12 / 5090836
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0536398241
---
nina presentes, importação e exportação ltda / 45.354.899/0001-89
25351.180104/2024-15 / 4068218
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0458667242

FARMACIA PAGUE MUITO MENOS LTDA / 53.077.513/0001-67
25351.202442/2024-15 / 5090731
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0495359246

A. CORREA DA SILVA LTDA / 53.813.774/0001-06
25351.215609/2024-16 / 5090871
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0536792241

DROGARIA OLIVEIRA E FILHAS LTDA / 54.753.770/0001-34
25351.204295/2024-18 / 5091018
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0499841247

FARMACIA POPULAR HORIZONTE LTDA / 53.404.454/0001-94
25351.204134/2024-24 / 5090992
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0499667247

DROGARIA PAGUE POUCO PLANALTO LTDA / 46.839.439/0001-03
25351.214760/2024-29 / 5090805
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0535599242

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3357-65
25351.216558/2024-31 / 5090913
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539050245

E T R DE OLIVEIRA LTDA / 42.705.190/0001-92
25351.203384/2024-47 / 5090975
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0497786249

F&V FARMA LTDA / 52.654.147/0001-07
25351.202741/2024-50 / 5090780
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0495801241

DAIANA AZAMBUJA DA SILVA LTDA / 53.623.691/0001-46
25351.202685/2024-53 / 5090776
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0495752240

AM DROGARIAS LTDA / 53.483.993/0001-66
25351.204266/2024-56 / 5091004
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0499811241
---
igor da silva nascimento / 49.337.409/0001-97
25351.215504/2024-59 / 5090840
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0536630241

FARMACIA DO TRABALAHADOR ANGICANO LTDA / 44.759.947/0003-18
25351.215534/2024-65 / 5090853
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0536622248

AJ2 FARMACIA LTDA / 54.314.178/0001-36
25351.215557/2024-70 / 5090867
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0536660247

RBK PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 53.968.998/0001-89
25351.216575/2024-79 / 5090944
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539069248

SMART FARMA SLZ LTDA / 54.193.911/0001-01
25351.204493/2024-81 / 5091035
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500051241

M B A COSTA LTDA / 53.982.076/0001-26
25351.202979/2024-85 / 5090927
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0496176242

FARMACIA CONTEMPORANEA LTDA / 53.905.585/0001-55
25351.204484/2024-91 / 5091021
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500042241

BETANIA PHARMA LTDA / 54.420.032/0001-75
25351.203402/2024-91 / 5090989
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0497813246

FARMACIA DO TRABALHADOR TURU LTDA / 53.406.206/0001-82
25351.202769/2024-97 / 5090793
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0495854247
---
j. b. neto ME / 53.565.203/0001-91
25351.215070/2024-97 / 5090819
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0536042241

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.651, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

HHUB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME / 12.376.978/0001-31
25351.341514/2018-09 / 8167806
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0230712240

BIOSONDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 47.945.810/0001-84
25351.647924/2023-10 / 8279741
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EMBALAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
FABRICAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
REEMBALAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0561481245

OTTIMA TECNOLOGIA EM SAÚDE LTDA / 43.678.854/0001-34
25351.000160/2022-13 / 8249391
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0473034247

DISMA DISTRIBUIDORA LTDA / 08.752.509/0001-00
25351.535611/2015-17 / 3065673
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 0561416249

JAURA CORREA DA CUNHA LTDA / 15.031.764/0001-11
25351.148598/2012-18 / 0833859
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0560187246

INTERNACIONAL PHARMACEUTICAL IMMUNOLOGY DO BRASIL SA / 00.662.956/0001-59
25351.225419/2014-27 / 7166071
COMÉRCIO: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS ESTÉREIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0382836243

BIONOX INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 05.847.752/0001-06
25023.028370/2010-30 / 3045363
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0473055244

DISMA DISTRIBUIDORA LTDA / 08.752.509/0001-00
25351.535600/2015-34 / 2083035
DISTRIBUIR: PROD. DE HIGIENE
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0559091249

RAZERA & PROETTE LTDA / 96.174.834/0001-92
25351.223241/2002-46 / 0244843
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0560173245

JL DA ROCHA SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALAR / 23.673.923/0001-00
25351.280025/2019-46 / 8181379
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0230745245

DROGARIA PINHEIRO LTDA / 07.243.216/0001-27
25351.333604/2008-46 / 0547687
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0559371241

FARMACIA IBITIRA LTDA / 41.967.378/0001-46
25351.063784/2021-61 / 7834380
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0559709242

DROGARIA E PERFUMARIA SIQUEIRA MOSSEN LTDA / 40.369.549/0001-72
25351.315815/2021-74 / 7798624
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0559869240

CRECIIL COMERCIO FARMA HOSPITALAR LTDA / 13.413.977/0001-82
25351.434394/2011-76 / 1089486
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 0559048246

JC MEDICAMENTOS LTDA / 37.207.826/0001-36
25351.056872/2014-87 / 7101521
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0560269242

FARMACIA VITA FARMA LTDA. / 07.182.432/0001-00
25351.749522/2013-87 / 7074768
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0560179243

DROGARIA AL LTDA / 51.129.608/0001-51
25351.565605/2023-97 / 5005550
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0559751249

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.652, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MSA MEDICAMENTOS E COMERCIO LTDA / 46.758.644/0001-44
25351.204233/2024-14 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0499778243
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA OLIVEIRA HALFELD LTDA / 26.086.082/0001-22
25351.214725/2024-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0535531249
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.33303-6, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9782/99.

PRECO CERTO DROGARIA LTDA / 50.011.939/0001-20
25351.216483/2024-99 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0538969245
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém a razão social e o CNPJ da empresa, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.653, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

COMERCIAL INSUMEDI LTDA / 42.527.401/0001-44
25351.130010/2022-33 / 8245858
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0386251240
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
ão há previsão para a ampliação solicitada, visto que a ampliação e redução de classe de produtos somente é permitida entre cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes e entre medicamentos e insumos farmacêuticos, conforme art. 22, parágrafo único da RDC 16/2014.

COMBO LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 19.834.604/0001-61
25351.295627/2023-84 / 1293821
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0981609236
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1174683/23-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Não houve protocolização de Relatório de Inspeção autorizando o transporte de insumos farmacêuticos, nem o peticionamento da redução de classe.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.654, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DANIELE NIJENHUIS SARCEDAS / 35.710.453/0001-96
25351.904487/2024-28 / 1310558
LABORATÓRIOS OU INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: MEDICAMENTO
70309 - AE - CONCESSÃO - LABORATÓRIOS OU INSTITUIÇÕES DE PESQUISA (EXCETO INDÚSTRIA E FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO) / 0030411246

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.656, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AG~ENCIA NACIONAL DE VIGILÃNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

COMBO LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 19.834.604/0001-61
25351.295738/2023-91 / 1293848
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 0981611231
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1174682/23-3, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Não houve protocolização de Relatório de Inspeção autorizando o transporte de insumos farmacêuticos sujeitos ao controle especial, nem o peticionamento da redução de classe.

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

1.1 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46213.006192/2019-81	216314291	Lima & Albuquerque Transportes e Logistica Ltda	PE
2	46213.006193/2019-26	216354803	Lima & Albuquerque Transportes e Logistica Ltda	PE
3	46213.006202/2019-89	216309263	Limeira Logistica e Armazens Gerais Ltda	PE
4	46213.006203/2019-23	216349966	Limeira Logistica e Armazens Gerais Ltda	PE
5	46213.006220/2019-61	216360650	Localfrio S.A. Armazens Gerais Frigorificos.	PE
6	46213.006221/2019-13	216320453	Localfrio S.A. Armazens Gerais Frigorificos.	PE
7	46213.006232/2019-95	216360919	Lourinaldo Francisco Pinheiro	PE
8	46213.006233/2019-30	216320739	Lourinaldo Francisco Pinheiro	PE
9	46213.006240/2019-31	216309557	LSL Transportes Ltda.	PE
10	46213.006241/2019-86	216350255	LSL Transportes Ltda.	PE
11	46213.007122/2019-41	216310776	M. D. E. Transportes Ltda	PE
12	46213.007123/2019-95	216351421	M. D. E. Transportes Ltda	PE
13	46213.006620/2019-76	216314542	M. J. Presentes Ltda - Me	PE
14	46213.006621/2019-11	216355079	M. J. Presentes Ltda - Me	PE
15	46213.006522/2019-39	216316464	Marcelo Giampietro Transporte de Cargas	PE
16	46213.006523/2019-83	216356822	Marcelo Giampietro Transporte de Cargas	PE
17	46213.006526/2019-17	216320801	Marcelo Martins de Lima	PE
18	46213.006527/2019-61	216360986	Marcelo Martins de Lima	PE
19	46213.006536/2019-52	216320283	Marcos Antonio Lima da Costa	PE
20	46213.006541/2019-65	216359295	Marcos Aurelio Rodrigues da Silva	PE
21	46213.006542/2019-18	216317398	Marcos de Barros Correia	PE
22	46213.006546/2019-98	216322111	Marcos Joaquim de Matos	PE
23	46213.006547/2019-32	216362270	Marcos Joaquim de Matos	PE
24	46213.006548/2019-87	216312795	Marcos Joaquim de Matos Junior	PE
25	46213.006549/2019-21	216353416	Marcos Joaquim de Matos Junior	PE
26	46213.006551/2019-09	216357322	Marcos Nogueira Silva Transportes de Cargas	PE
27	46213.007022/2019-14	216320704	Marcos Venicius de Lemos	PE
28	46213.007023/2019-69	216360889	Marcos Venicius de Lemos	PE
29	46213.006624/2019-54	216308593	Maria Cristiane de Melo	PE
30	46213.006625/2019-07	216349273	Maria Cristiane de Melo	PE
31	46213.006628/2019-32	216321557	Maria das Gracas Estevam Silva de Oliveira	PE
32	46213.006629/2019-87	216361729	Maria das Gracas Estevam Silva de Oliveira	PE
33	46213.006562/2019-81	216316375	Maria Jose de Melo	PE
34	46213.006563/2019-25	216356733	Maria Jose de Melo	PE
35	46213.006564/2019-70	216322154	Maria Jose dos Santos	PE
36	46213.006565/2019-14	216362318	Maria Jose dos Santos	PE
37	46213.006577/2019-49	216349702	Mario Henrique de Mattos e Silva	PE
38	46213.006580/2019-62	216318068	Marlene Pereira de Souza	PE
39	46213.006592/2019-97	216312981	Matheus Guincho Ltda	PE
40	46213.006593/2019-31	216353602	Matheus Guincho Ltda	PE
41	46213.006596/2019-75	216314771	Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda	PE
42	46213.006597/2019-10	216355290	Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda	PE
43	46213.006598/2019-64	216322219	Mauricio Jose de Franca	PE
44	46213.006599/2019-17	216362377	Mauricio Jose de Franca	PE
45	46213.006600/2019-03	216319226	Maurino Severino de Arruda	PE
46	46213.006601/2019-40	216359431	Maurino Severino de Arruda	PE
47	46213.006618/2019-05	216311802	Megameta Distribuidora de Alimentos Ltda	PE
48	46213.006619/2019-41	216352452	Megameta Distribuidora de Alimentos Ltda	PE
49	46213.007084/2019-26	216308801	Mercofricon S/A	PE
50	46213.007085/2019-71	216349486	Mercofricon S/A	PE
51	46213.007114/2019-02	216321981	Modular Transportes Ltda	PE
52	46213.007115/2019-49	216362148	Modular Transportes Ltda	PE
53	46213.007118/2019-82	216321859	Monica Melo Santos	PE
54	46213.007119/2019-27	216362016	Monica Melo Santos	PE
55	46213.007129/2019-62	216350212	Motoliner Amazonas Ltda	PE
56	46213.007137/2019-17	216357551	Ms Log Transportes Ltda	PE
57	46213.007180/2019-74	216309361	N&N Pecas e Servicos Eireli	PE
58	46213.007181/2019-19	216350069	N&N Pecas e Servicos Eireli	PE
59	46213.007073/2019-46	216357586	Nascimento & Santos Transportes Ltda	PE
60	46213.007074/2019-91	216315697	Natal Transportes e Logistica Ltda - Epp	PE
61	46213.007075/2019-35	216356164	Natal Transportes e Logistica Ltda - Epp	PE
62	46213.007164/2019-81	216315620	Ne Sul Transportes de Cargas Ltda	PE
63	46213.007165/2019-26	216356113	Ne Sul Transportes de Cargas Ltda	PE
64	46213.007198/2019-76	216308470	Notaro Alimentos Ltda	PE
65	46213.007199/2019-11	216349150	Notaro Alimentos Ltda	PE
66	46213.007204/2019-95	216308305	Novethal Transporte de Cargas Ltda	PE
67	46213.007205/2019-30	216348960	Novethal Transporte de Cargas Ltda	PE
68	46213.007210/2019-42	216312868	O. Jose Guedes	PE
69	46213.007259/2019-03	216311969	Oliveira Reboque e Transportes de Veiculos Ltda	PE
70	46213.007260/2019-20	216352606	Oliveira Reboque e Transportes de Veiculos Ltda	PE
71	46213.007273/2019-07	216322243	Ozias Santana de Lima	PE
72	46213.007274/2019-43	216362407	Ozias Santana de Lima	PE
73	46213.007289/2019-10	216314852	Palmacoco Industria de Conservas Eireli	PE
74	46213.007290/2019-36	216355371	Palmacoco Industria de Conservas Eireli	PE
75	46213.007309/2019-44	216310440	Paulo Express Transportes Servicos de Logistica Ltda	PE
76	46213.007310/2019-79	216351120	Paulo Express Transportes Servicos de Logistica Ltda	PE
77	46213.007699/2019-52	216310512	Pedro Henrique Correia Freire	PE
78	46213.007700/2019-49	216351197	Pedro Henrique Correia Freire	PE
79	46213.007721/2019-64	216315417	Pituzada Transportes Ltda	PE
80	46213.007722/2019-17	216355940	Pituzada Transportes Ltda	PE
81	46213.007633/2019-62	216312094	Prevencao de Equipamentos Contra Incendio Eireli	PE
82	46213.007634/2019-15	216352746	Prevencao de Equipamentos Contra Incendio Eireli	PE
83	46213.007649/2019-75	216308933	Quick Logistica Ltda	PE
84	46213.007650/2019-08	216349621	Quick Logistica Ltda	PE
85	46213.007661/2019-80	216314585	R S Rosendo de Lima Transporte	PE
86	46213.007662/2019-24	216355109	R S Rosendo de Lima Transporte	PE
87	46213.007653/2019-33	216310113	R. J. Mendonca Gomes - Material de Construcao	PE
88	46213.007654/2019-88	216350808	R. J. Mendonca Gomes - Material de Construcao	PE
89	46213.008252/2019-09	216316057	Real Comercio Atacadista e Distribuidor de Alimentos Ltda	PE
90	46213.008253/2019-45	216356458	Real Comercio Atacadista e Distribuidor de Alimentos Ltda	PE
91	46213.008256/2019-89	216315905	Real Locacoes de Maquinas, Transportes e Servicos Ltda	PE
92	46213.008257/2019-23	216356334	Real Locacoes de Maquinas, Transportes e Servicos Ltda	PE
93	46213.008269/2019-58	216318769	Recifelog Transporte e Logistica Ltda	PE
94	46213.008270/2019-82	216358973	Recifelog Transporte e Logistica Ltda	PE
95	46213.008281/2019-62	216319382	Reinaldo Melo dos Santos	PE
96	46213.008282/2019-15	216359597	Reinaldo Melo dos Santos	PE
97	46213.007545/2019-61	216317240	Ribas Transportes Ltda	PE
98	46213.007546/2019-13	216357578	Ribas Transportes Ltda	PE
99	46213.007561/2019-53	216309590	Rm Representacoes Logistica e Transportes Ltda	PE
100	46213.007562/2019-06	216350301	Rm Representacoes Logistica e Transportes Ltda	PE
101	46213.007566/2019-86	216358337	Robert Alexander Santos Transportes	PE
102	46213.007601/2019-67	216308330	Rodoborges Express e Logistica Integrada Ltda	PE
103	46213.007602/2019-10	216348994	Rodoborges Express e Logistica Integrada Ltda	PE
104	46213.007607/2019-34	216320844	Rodomilli Transportes Rodoviarios - Eireli	PE
105	46213.007608/2019-89	216361028	Rodomilli Transportes Rodoviarios - Eireli	PE
106	46213.007331/2019-94	216321689	Rodoviario Monte Sereno Ltda	PE
107	46213.007332/2019-39	216361842	Rodoviario Monte Sereno Ltda	PE
108	46213.007333/2019-83	216309310	Rodoviario Teixeira Ltda	PE
109	46213.007334/2019-28	216350018	Rodoviario Teixeira Ltda	PE
110	46213.007339/2019-51	216315239	Rodrigues & Sales Transportes e Servicos Ltda	PE

111	46213.007340/2019-85	216355770	Rodrigues & Sales Transportes e Servicos Ltda	PE
112	46213.007345/2019-16	216321662	Romero Tadeu Xavier Barros Filho	PE
113	46213.007346/2019-52	216361826	Romero Tadeu Xavier Barros Filho	PE
114	46213.007367/2019-78	216318688	Rui Tavares de Oliveira	PE
115	46213.007369/2019-67	216310032	Ruplast Industria e Comercio Ltda	PE
116	46213.007370/2019-91	216350735	Ruplast Industria e Comercio Ltda	PE
117	46213.007377/2019-11	216316197	S M de Lima Transportes	PE
118	46213.007378/2019-58	216356580	S M de Lima Transportes	PE
119	46213.007383/2019-61	216318882	Saba Transportes Ltda	PE
120	46213.007384/2019-13	216359091	Saba Transportes Ltda	PE
121	46213.007425/2019-63	216308071	Sc Tecnologia Agricola Ltda	PE
122	46213.007426/2019-16	216348722	Sc Tecnologia Agricola Ltda	PE
123	46213.007431/2019-11	216315115	Sebastiao Severino De Mendonca	PE
124	46213.007432/2019-65	216355664	Sebastiao Severino De Mendonca	PE
125	46213.007433/2019-18	216311306	Seek Way Transportes Ltda	PE
126	46213.007434/2019-54	216351952	Seek Way Transportes Ltda	PE
127	46213.007441/2019-56	216319714	Sergio De Oliveira Lucena	PE
128	46213.007442/2019-09	216359929	Sergio De Oliveira Lucena	PE
129	46213.007445/2019-34	216360340	Sergio Luiz Henriques	PE
130	46213.007446/2019-89	216320143	Sergio Luiz Henriques	PE
131	46213.007451/2019-91	216320674	Sergio Vasconcelos Lira	PE
132	46213.007452/2019-36	216360854	Sergio Vasconcelos Lira	PE
133	46213.008347/2019-14	216313864	Severino Flavio De Lira Carneiro	PE
134	46213.008348/2019-69	216354391	Severino Flavio De Lira Carneiro	PE
135	46213.008363/2019-15	216310181	Silvana F. De Lima Flores	PE
136	46213.008364/2019-51	216350875	Silvana F. De Lima Flores	PE
137	46213.008365/2019-04	216316715	Silvestre Logistica Ltda	PE
138	46213.008366/2019-41	216357071	Silvestre Logistica Ltda	PE
139	46213.008381/2019-99	216309280	Sm Recife Logistica E Armazenagem Ltda	PE
140	46213.008382/2019-33	216349982	Sm Recife Logistica E Armazenagem Ltda	PE
141	46213.008387/2019-66	216314691	Souza E Araujo Transportes Ltda	PE
142	46213.008388/2019-19	216355222	Souza E Araujo Transportes Ltda	PE
143	46213.008395/2019-11	216309867	Symbolus Transportes E Logistica Ltda	PE
144	46213.008396/2019-57	216350573	Symbolus Transportes E Logistica Ltda	PE
145	46213.008403/2019-11	216307953	Tatuzao Transportes Rodoviario Ltda	PE
146	46213.008404/2019-65	216348609	Tatuzao Transportes Rodoviario Ltda	PE
147	46213.008405/2019-18	216308739	Tavares E Nunes Construcoes Ltda	PE
148	46213.008423/2019-91	216311063	Terra Brasil Logistica Eireli	PE
149	46213.008503/2019-47	216317681	Tma Nordeste Transporte Lotacao E Logistica Ltda	PE
150	46213.008504/2019-91	216358027	Tma Nordeste Transporte Lotacao E Logistica Ltda	PE
151	46213.008507/2019-25	216322227	Tnt Mercurio Cargas E Encomendas Expressas Ltda	PE
152	46213.008508/2019-70	216362385	Tnt Mercurio Cargas E Encomendas Expressas Ltda	PE
153	46213.008527/2019-04	216308917	Trans Kothe Transportes Rodoviarios S/A	PE
154	46213.008528/2019-41	216349605	Trans Kothe Transportes Rodoviarios S/A	PE
155	46213.008531/2019-64	216310733	Transagil Transportes De Carga Ltda	PE
156	46213.008532/2019-17	216351391	Transagil Transportes de Carga Ltda	PE
157	46213.008541/2019-08	216316898	Transcarvalho Ltda	PE
158	46213.008542/2019-44	216357241	Transcarvalho Ltda	PE
159	46213.008543/2019-99	216307961	Transcolinas Transportadora Sete Colinas Ltda	PE
160	46213.008544/2019-33	216348617	Transcolinas Transportadora Sete Colinas Ltda	PE
161	46213.008545/2019-88	216319358	Transcompras-Transportes e Compras Comerciais Ltda	PE
162	46213.008546/2019-22	216359562	Transcompras-Transportes e Compras Comerciais Ltda	PE
163	46213.008555/2019-13	216319536	Transfausto Limitada	PE
164	46213.008556/2019-68	216359741	Transfausto Limitada	PE
165	46213.008561/2019-71	216318173	Transgoiana - Transportadora Goiana Eireli	PE
166	46213.008562/2019-15	216358566	Transgoiana - Transportadora Goiana Eireli	PE
167	46213.008565/2019-59	216310997	Translasil Cargas Ltda - Me	PE
168	46213.008566/2019-01	216351651	Translasil Cargas Ltda - Me	PE
169	46213.008585/2019-20	216314135	Translos Ltda	PE
170	46213.008586/2019-74	216354650	Translos Ltda	PE
171	46213.008605/2019-62	216308569	Transpanorama Transportes Ltda.	PE
172	46213.008606/2019-15	216349249	Transpanorama Transportes Ltda.	PE
173	46213.008613/2019-17	216311438	Transportadora Bitury Ltda	PE
174	46213.008614/2019-53	216352088	Transportadora Bitury Ltda	PE
175	46213.008619/2019-86	216316588	Transportadora e Locadora Martins Ltda	PE
176	46213.008620/2019-19	216356946	Transportadora e Locadora Martins Ltda	PE
177	46213.008633/2019-80	216319315	Transportadora Jolivan Ltda	PE
178	46213.008634/2019-24	216359520	Transportadora Jolivan Ltda	PE
179	46213.008635/2019-79	216319323	Transportadora Jolivan Ltda	PE
180	46213.008636/2019-13	216359538	Transportadora Jolivan Ltda	PE
181	46213.008657/2019-39	216309719	Transportadora Rally Ltda	PE
182	46213.008658/2019-83	216350425	Transportadora Rally Ltda	PE
183	46213.008835/2019-21	216322162	Transportes Biano Ltda.	PE
184	46213.008836/2019-76	216362326	Transportes Biano Ltda.	PE
185	46213.008839/2019-18	216310415	Transportes de Cargas e Comercio Lafontaine Ltda	PE
186	46213.008840/2019-34	216351090	Transportes de Cargas e Comercio Lafontaine Ltda	PE
187	46213.008843/2019-78	216318653	Transportes Nacional Ltda	PE
188	46213.008844/2019-12	216358876	Transportes Nacional Ltda	PE
189	46213.008845/2019-67	216318661	Transportes Nacional Ltda	PE
190	46213.008846/2019-10	216358884	Transportes Nacional Ltda	PE
191	46213.008847/2019-56	216308585	Transportes Realeza Ltda	PE
192	46213.008848/2019-09	216349265	Transportes Realeza Ltda	PE
193	46213.008849/2019-45	216319439	Transul Servicos, Locacao e Transporte Ltda	PE
194	46213.008850/2019-70	216359643	Transul Servicos, Locacao e Transporte Ltda	PE
195	46213.008855/2019-01	216312019	Tres Ennes Transportes Ltda	PE
196	46213.008856/2019-47	216352657	Tres Ennes Transportes Ltda	PE
197	46213.008859/2019-81	216310601	Trevo Distribuidora de Material para Construcao Ltda	PE
198	46213.008873/2019-84	216309981	Tutto Limp Distribuidora Ltda	PE
199	46213.008874/2019-29	216350689	Tutto Limp Distribuidora Ltda	PE
200	46213.008877/2019-62	216309336	Ultracarga Transportadora Ltda	PE
201	46213.008878/2019-15	216350034	Ultracarga Transportadora Ltda	PE
202	46213.008884/2019-64	216350603	Unilog - Universo Logistica Ltda	PE
203	46213.008885/2019-17	216321794	Urbano Agroindustrial Ltda	PE
204	46213.008886/2019-53	216361958	Urbano Agroindustrial Ltda	PE
205	46213.008893/2019-55	216312191	Vaex Varella Express Logistica e Transportes Ltde	PE
206	46213.008894/2019-08	216352843	Vaex Varella Express Logistica E Transportes Ltda	PE
207	46213.008897/2019-33	216312728	Valdeci Joaquim de Oliveira	PE
208	46213.008898/2019-88	216353343	Valdeci Joaquim de Oliveira	PE
209	46213.008899/2019-22	216319609	Valdecy Honorio da Silva	PE
210	46213.008900/2019-19	216359813	Valdecy Honorio da Silva	PE
211	46213.008909/2019-20	216308836	Vale Rio Transporte Rodoviario de Cargas Ltda	PE
212	46213.008910/2019-54	216349524	Vale Rio Transporte Rodoviario de Cargas Ltda	PE
213	46213.008911/2019-07	216310407	Valmir Silva de Holanda Vasconcelos - Transportes	PE
214	46213.008912/2019-43	216351081	Valmir Silva de Holanda Vasconcelos - Transportes	PE
215	46213.008933/2019-69	216312060	Vialar Transporte Ltda	PE
216	46213.008934/2019-11	216352711	Vialar Transporte Ltda	PE
217	46213.008949/2019-71	216313805	Viver Transportes de Cargas, Servicos e Logistica Ltda	PE
218	46213.008950/2019-04	216354331	Viver Transportes de Cargas, Servicos e Logistica Ltda	PE
219	46213.008961/2019-86	216308259	W L da Silva Pereira Eireli	PE
220	46213.008962/2019-21	216348919	W L da Silva Pereira Eireli	PE
221	46213.008963/2019-75	216322359	Wagner Veloso Martins	PE
222	46213.008964/2019-10	216362504	Wagner Veloso Martins	PE
223	46213.008967/2019-53	216320151	Washington Correia Da Silva	PE
224	46213.008968/2019-06	216360358	Washington Correia Da Silva	PE
225	46213.008975/2019-08	216309654	Wilson Dalto Nogueira	PE
226	46213.008976/2019-44	216350361	Wilson Dalto Nogueira	PE
227	46213.008983/2019-46	216319684	Zaqueu Candido Gonzaga	PE
228	46213.008984/2019-91	216359899	Zaqueu Candido Gonzaga	PE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SECRETARIA DE QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E RENDA

DESPACHO DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 19965.200610/2024-17.

O Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, torna público o resultado da distribuição de recursos para o Bloco de Gestão e Manutenção da Rede de Unidades do Sistema Nacional de Emprego, realizada conforme critérios estabelecidos nas Resoluções Codefat nº 994/2024, nº 996/2024 e nº 721/2013, para os entes parceiros do Sine elegíveis às transferências automáticas de recursos comuns do FAT no exercício de 2024.

A distribuição dos recursos obedeceu os seguintes critérios:(i)metade dos recursos destinados ao custeio foram distribuídos igualitariamente; (ii) 10% dos recursos foram distribuídos proporcionalmente, apenas para os entes que geraram economia de recursos do FAT via colocação de segurados no mercado de trabalho em percentual superior à média nacional; (iii) 25% dos recursos foram distribuídos conforme a metodologia definida na resolução 721/2013; e (iv) 15% dos recursos com base no ISEG, definido na resolução 994/2024.

Ente parceiro do Sine	Custeio	Investimento	Total
Acre	R$ 585.081,54	R$ 492.843,67	R$ 1.077.925,21
Alagoas	R$ 614.998,25	R$ 518.044,02	R$ 1.133.042,27
Amapá	R$ 602.513,32	R$ 507.527,33	R$ 1.110.040,65
Amazonas	R$ 573.684,33	R$ 483.243,22	R$ 1.056.927,55
Bahia	R$ 1.764.318,54	R$ 1.486.174,42	R$ 3.250.492,96
Ceara	R$ 1.985.468,23	R$ 1.672.459,97	R$ 3.657.928,20
Distrito Federal	R$ 2.047.017,03	R$ 1.724.305,61	R$ 3.771.322,64
Espírito Santo	R$ 759.927,06	R$ 640.124,86	R$ 1.400.051,92
Goiás	R$ 1.326.705,27	R$ 1.117.550,71	R$ 2.444.255,98
Maranhão	R$ 697.288,82	R$ 587.361,51	R$ 1.284.650,33
Mato Grosso	R$ 1.445.724,61	R$ 1.217.806,70	R$ 2.663.531,31
Mato Grosso do Sul	R$ 1.518.909,66	R$ 1.279.454,16	R$ 2.798.363,82
Minas Gerais	R$ 3.035.363,44	R$ 2.556.839,61	R$ 5.592.203,05
Pará	R$ 1.534.113,64	R$ 1.292.261,23	R$ 2.826.374,87
Paraíba	R$ 695.934,38	R$ 586.220,60	R$ 1.282.154,98
Paraná	R$ 6.773.710,81	R$ 5.705.837,99	R$ 12.479.548,80
Pernambuco	R$ 940.873,31	R$ 792.545,01	R$ 1.733.418,32
Piauí	R$ 597.908,94	R$ 503.648,83	R$ 1.101.557,77
Rio Grande do Norte	R$ 611.371,62	R$ 514.989,12	R$ 1.126.360,74
Rio Grande do Sul	R$ 3.220.126,83	R$ 2.712.475,12	R$ 5.932.601,95
Rondônia	R$ 598.388,25	R$ 504.052,58	R$ 1.102.440,83
Roraima	R$ 527.635,41	R$ 444.453,90	R$ 972.089,31
Santa Catarina	R$ 817.540,42	R$ 688.655,50	R$ 1.506.195,92
Tocantins	R$ 642.126,72	R$ 540.895,70	R$ 1.183.022,42
Ananindeua - PA	R$ 489.571,16	R$ 412.390,46	R$ 901.961,62
Arapiraca - AL	R$ 489.571,16	R$ 412.390,46	R$ 901.961,62
Campina Grande - PB	R$ 565.650,59	R$ 476.476,01	R$ 1.042.126,60
Campinas - SP	R$ 578.846,04	R$ 487.591,19	R$ 1.066.437,23
Campo Grande - MS	R$ 590.745,62	R$ 497.614,81	R$ 1.088.360,43
Feira de Santana - BA	R$ 522.174,00	R$ 439.853,48	R$ 962.027,48
Guarulhos - SP	R$ 514.373,61	R$ 433.282,82	R$ 947.656,43
Jaboatão dos Guararapes - PE	R$ 509.199,56	R$ 428.924,45	R$ 938.124,01
Joao Pessoa - PB	R$ 547.089,23	R$ 460.840,83	R$ 1.007.930,06
Joinville - SC	R$ 551.154,09	R$ 464.264,87	R$ 1.015.418,96
Manaus - AM	R$ 598.107,57	R$ 503.816,15	R$ 1.101.923,72
Maringá - PR	R$ 604.292,79	R$ 509.026,27	R$ 1.113.319,06
Mauá - SP	R$ 531.308,54	R$ 447.547,96	R$ 978.856,50
Natal - RN	R$ 599.653,60	R$ 505.118,44	R$ 1.104.772,04
Ponta Grossa - PR	R$ 648.761,06	R$ 546.484,14	R$ 1.195.245,20
Russas - CE	R$ 489.571,16	R$ 412.390,46	R$ 901.961,62
Santo André - SP	R$ 520.953,13	R$ 438.825,07	R$ 959.778,20
São Bernardo do Campo - SP	R$ 580.665,93	R$ 489.124,18	R$ 1.069.790,11
São Carlos - SP	R$ 551.864,41	R$ 464.863,21	R$ 1.016.727,62
São Joao de Meriti - RJ	R$ 505.248,56	R$ 425.596,33	R$ 930.844,89
Serra - ES	R$ 518.726,92	R$ 436.949,83	R$ 955.676,75
Sorocaba-SP	R$ 489.571,16	R$ 412.390,46	R$ 901.961,62
Uberaba - MG	R$ 546.791,01	R$ 460.589,63	R$ 1.007.380,64
Vila Velha - ES	R$ 538.209,65	R$ 453.361,12	R$ 991.570,77
Total	R$ 42.298.947,90	R$ 35.630.535,60	R$ 86.588.315,00

A plataforma TranfereGov.br estará aberta para envio do Plano de Ações e Serviços, conforme modelo estabelecido na Portaria SPPE 8057/2019, até o dia 17 de maio de 2024.

MAGNO LAVIGNE
Coordenador Nacional do Sine

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 169, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso X do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e com o inciso IV do art. 29, e inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1108057-12.2023.4.01.3400, processo administrativo nº 00424.046161/2024-44, e considerando o que consta no processo nº 50500.115681/2020-07, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, CNPJ nº 80.227.796/0001-59, por inobservância ao disposto nos artigos 230 e 231, da Resolução ANTT nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL

DECISÃO SUPAS Nº 170, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso X do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e com o inciso IV do art. 29, e inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1108057-12.2023.4.01.3400, processo administrativo nº 00424.046161/2024-44, e considerando o que consta no processo nº 50500.115675/2020-41, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, CNPJ nº 80.227.796/0001-59, por inobservância ao disposto nos artigos 230 e 231, da Resolução ANTT nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL

DECISÃO SUPAS Nº 171, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso X do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e com o inciso IV do art. 29, e inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1108057-12.2023.4.01.3400, processo administrativo nº 00424.046161/2024-44, e considerando o que consta no processo nº 50500.115677/2020-31, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, CNPJ nº 80.227.796/0001-59, por inobservância ao disposto nos artigos 230 e 231, da Resolução ANTT nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL

DECISÃO SUPAS Nº 172, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso X do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e com o inciso IV do art. 29, e inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1108057-12.2023.4.01.3400, processo administrativo nº 00424.046161/2024-44, e considerando o que consta no processo nº 50500.115682/2020-43, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, CNPJ nº 80.227.796/0001-59, por inobservância ao disposto nos artigos 230 e 231, da Resolução ANTT nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL

DECISÃO SUPAS Nº 173, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso X do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e com o inciso IV do art. 29, e inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1005720-08.2024.4.01.3400, processo administrativo nº 00424.016232/2024-84, e considerando o que consta no processo nº 50500.248781/2023-53, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela VIAÇÃO REDIL LTDA., CNPJ nº 50.614.331/0001-90, por inobservância ao disposto nos artigos 230 e 231, da Resolução ANTT nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 113, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 022, de 30 de abril de 2024, e no que consta do processo nº 50500.209259/2023-56, delibera:

Art. 1º Aprovar, nos termos da Resolução nº 5.956, de 2 de dezembro de 2021, em cumprimento à Portaria Sufer nº 237, de 20 de dezembro de 2021, e ao anexo 9 do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Vale S/A. para a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), o Projeto Executivo para implantação da Obra de Arte Especial (OAE) Ponte sobre o Rio Araguaia, localizada no trecho entre o km 226+786,857 m e o km 228+400,987 m da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), cuja obrigação de execução foi estabelecida para a Vale S/A., no âmbito do processo de prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Concessão.

Parágrafo único. A Vale S/A. deverá remeter à ANTT, previamente ao efetivo início das obras, cópias da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos técnicos responsáveis pela execução da obra.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 114, DE 30 DE ABRIL DE 2024

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 023, de 30 de abril de 2024, e no que consta do processo nº 50500.193759/2023-69, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente ao Edital nº 003/2013, entre a ANTT e a Concessionária Nova Rota do Oeste S/A., nos moldes da minuta final anexa aos autos, com o objetivo de atender ao disposto na subcláusula 4.4 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - Plano de Ação.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 956, DE 29 DE ABRIL DE 2024

ICP nº 08192.081290/2024-61

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, por sua 2ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor - 2ª Prodecon, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal e artigos 81 e 82 da Lei n. 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - CDC);

CONSIDERANDO serem direitos básicos dos consumidores a efetiva reparação e a prevenção de danos (artigo 6.º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO a variedade de nomenclaturas para os Dispositivos Eletrônicos para Fumar - DEFs, tais como cigarros eletrônicos, vaper, pod, e-cigarette, e-ciggy, e-pipe, e-cigar, heat not burn, entre outros;

CONSIDERANDO que a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa n. 46, de 28 de agosto de 20091, proibia a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico;

CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa manteve a proibição dos DEFs, por meio da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC2 n. 855, de 23 de abril de 2024, que: "Proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de dispositivos eletrônicos";

CONSIDERANDO que a Anvisa orienta3: "Na hipótese de ser identificada infração sanitária decorrente do descumprimento da legislação, a norma prevê ainda que a Vigilância Sanitária municipal, estadual ou a Anvisa, conforme competência de cada esfera, fará a imediata comunicação ao órgão do Ministério Público da respectiva localidade, para fins de eventual instauração do procedimento de apuração cível e criminaldo fato.";

CONSIDERANDO a crescente incidência do uso de cigarros eletrônicos na sociedade brasileira, notadamente entre o público jovem, a despeito da proibição vigente;

CONSIDERANDO que praticamente todos os Dispositivos Eletrônicos para Fumar vendidos no Brasil entraram no território nacional de forma criminosa, através da prática do delito de contrabando tipificado no artigo 334-A do Código Penal: "Importar ou exportar mercadoria proibida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.";

CONSIDERANDO que os DEFs vendidos no Brasil não foram submetidos a estudos toxicológicos e testes científicos;

CONSIDERANDO este cenário de total descontrole estatal, nota-se que parte dos DEFs introduzidos no mercado brasileiro são falsificações de marcas conhecidas;

CONSIDERANDO o risco claro à saúde dos consumidores;

CONSIDERANDO o Código de Defesa do Consumidor - Lei n. 8.078/90 que dispõe em seu artigo 8º: "Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.";

CONSIDERANDO que a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do Distrito Federal colocou como meta desacelerar a "epidemia" do uso de cigarros eletrônicos no Brasil;

CONSIDERANDO a informação de que diversas lojas de conveniência dos postos de combustíveis do Distrito Federal estão comercializando DEFs, resolve:

Com suporte nas Leis n. 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n. 75/93, instaurar Inquérito Civil Público a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto investigar, identificar e responsabilizar na seara cível as pessoas naturais e/ou pessoas jurídicas que comercializam, nas lojas de conveniência dos postos de combustíveis do Distrito Federal, Dispositivos Eletrônicos para Fumar - DEFs, colocando em risco a saúde dos consumidores.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 285/DG/SEC/MPM, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PGJM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Considerando a necessidade de modificar a estrutura organizacional do Ministério Público Militar definida na Portaria nº 07/PGJM, de 20 de janeiro de 2022, resolve:

Alterar a estrutura organizacional do Ministério Público Militar na forma ora descrita, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União.

			SITUAÇÃO ATUAL		
Cargo/ Função	DENOMINAÇÃO	CÓD	Cargo/ Função	DENOMINAÇÃO	CÓD
	Ministério Público Militar			Ministério Público Militar	
	Procuradoria-Geral de Justiça Militar			Procuradoria-Geral de Justiça Militar	
	Secretaria de Cerimonial			Secretaria de Cerimonial	
0	Assessor Técnico Nível II	CC-2	1	Assessor Técnico Nível II	CC-2
1	Chefe de Seção de Organização de Eventos Institucionais	CC-1	0	Chefe de Seção de Organização de Eventos Institucionais	CC-1
	Secretaria do Gabinete do Diretor-Geral			Secretaria do Gabinete do Diretor-Geral	
1	Assessor Técnico Nível II	CC-2	0	Assessor Técnico Nível II	CC-2
0	Assistente Técnico Nível I	FC-3	1	Assistente Técnico Nível I	FC-3
	Departamento de Gestão de Pessoas			Departamento de Gestão de Pessoas	
0	Seção de Diárias e Passagens	CC-1	1	Seção de Diárias e Passagens	CC-1
1	Setor de Diárias e Passagens	FC-3	0	Setor de Diárias e Passagens	FC-3

RUBENS PEREIRA DE PRADO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 16, DE 24 DE ABRIL DE 2024

(Sessão Ordinária do Plenário)
Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Bruno Dantas (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (participação de forma telepresencial), Augusto Nardes (participação de forma telepresencial), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (participação de forma telepresencial), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus; do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Jorge Oliveira, por causa justificada, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em missão oficial, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 15, referente à sessão realizada em 17 de abril de 2024.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Convocação, nos termos do art. 28, inciso VII do Regimento Interno do TCU, de sessão extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril, terça-feira, às 14h30, em razão do feriado do Dia do Trabalhador, dia 1º de maio, que ocorrerá numa quarta-feira. Informação de que, após alinhamento com os respectivos Presidentes, a sessão da Primeira Câmara ocorrerá às 11h e a sessão da Segunda Câmara será realizada às 10h, do mesmo dia.

Do Ministro Antonio Anastasia:

Proposta para abertura de prazo de prazo de quinze dias para apresentação de emendas e sugestões relativas a projeto normativo para alteração de diversos artigos da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014, objeto do processo TC-044.598/2020-3. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-018.739/2015-6, TC-021.345/2016-3 e TC-039.777/2019-7, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
- TC-020.540/2022-1, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes; e
- TC-007.643/2023-3 e TC-042.934/2021-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 777 a 796.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 797 a 823, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORA IS

Na apreciação do processo TC-025.875/2020-5, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Carlos Eduardo Barros Gomes realizou sustentação oral em nome de Kleber Alves de Andrade. O Ministro Jhonatan de Jesus apresentou voto divergente, incluído no Anexo II desta Ata, e a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva se manifestou oralmente, em consonância com o art. 109 do Regimento Interno. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 812, sendo vencedora a proposta apresentada pelo redator, Ministro Jhonatan de Jesus, na qual foi acompanhado pelos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo. Vencidos os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler.

Na apreciação do processo TC-032.477/2017-1, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Pedro Augusto Schelbauer de Oliveira e a Dra. Priscilla de Souza Pestana Campanha realizaram sustentação oral em nome de Roberto Gonçalves e Luiz Alberto Gaspar Domingues, respectivamente. O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalvanti foi convocado para votar, com fundamento no art. 55, inc. II, letra "b", do Regimento Interno, em função do quórum mínimo exigido. Acórdão nº 808.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-027.028/2018-6 (Ata nº 46/2023-Plenário) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 813, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator, Ministro Aroldo Cedraz, após acolher as sugestões apresentadas pelo revisor, Ministro Jhonatan de Jesus.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 777/2024 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o apostilamento do Acórdão 510/2024-TCU-Plenário, na forma abaixo especificada, para correção de erro material, conforme pareceres emitidos nos autos, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão:

Onde se lê: "9.3. para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, com fulcro nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.442/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU:"

Leia-se: "9.3. para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida à Autoridade Portuária de Santos, com fulcro nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.442/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU:"

Onde se lê: "9.4. para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, com fulcro nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.442/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU:"

Leia-se: "9.4. para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida à Autoridade Portuária de Santos, com fulcro nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.442/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU:"

1. Processo TC-047.113/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 042.840/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Antonio Jose da Silva Neto (791.677.568-91); Boskalis do Brasil Dragagem e Servicos Maritimos Ltda. (10.787.103/0001-05); Carlos Alberto Guimaraes Simon (236.271.746-15); Dragabras Serviços de Dragagem Ltda (08.202.938/0001-04); Fernando Fortes Melro Filho (787.303.504-25); Gabriel Nogueira Eufrasio (229.465.433-15); Hilario Seguin Dias Gurjao (261.711.568-25); Marcos Antonio Adami Vayego (043.301.838-03).

1.3. Órgão/Entidade: Autoridade Portuaria de Santos S.a; Ministério de Portos e Aeroportos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Secretaria-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos; Secretaria-executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

1.7. Representação legal: Marcelo Reinecken de Araújo (14874/OAB-DF), Rafael de Paula Gomes (26345/OAB-DF), Vinicius Andreus Rodrigues Batista (68442/OAB-DF), Maria Vitoria Morais Antunes (67159/OAB-DF), Maria Clara de Carvalho Honorio Costa (60718/OAB-DF), Renata Cristina Rabelo Gomes (215.582/OAB-SP), Renata Andrea Joner Parry (26963/OAB-DF), Luiz Gabriel Noda, Giulia Pradines Coelho Guarita Sabino (57374/OAB-DF), Davi Nunes Souza, Ana Beatriz Vanzoff Robalinho Cavalcanti (41987/OAB-DF), Maria Eduarda Lemos Faleiro e outros, representando Dragabras Serviços de Dragagem Ltda; Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra (35253/OAB-DF), Felipe Matheus Ramos Danin e outros, representando Carlos Alberto Guimaraes Simon; Edilberto Nerry

Petry (37288/OAB-DF), representando Antonio Jose da Silva Neto; Edilberto Nerry Petry (37.288/OAB-DF), representando Hilario Seguin Dias Gurjao; Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra (35253/OAB-DF), Felipe Matheus Ramos Danin e outros, representando Marcos Antonio Adami Vayego.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 778/2024 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 43, inciso I, 53 e 55 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, 103, § 1º, e 105 da Resolução-TCU 259/2014 quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da denúncia e determinar o arquivamento do processo, dando-se ciência ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.755/2023-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Fundacao Rede Ferroviaria de Seguridade Social Refer.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 779/2024 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos, que tratam do monitoramento dos subitens 9.1.7 e 9.1.8 do Acórdão 2820/2020-TCU-Plenário;

Considerando que, por meio da decisão ora monitorada, o Tribunal determinou que os Municípios de Campos Sales/CE e Fortaleza/CE fossem comunicados acerca da necessidade de imediata recomposição à conta específica do Fundef, com recursos próprios daqueles municípios, de valores relativos a precatórios do Fundef indevidamente utilizados ou com regular aplicação não demonstrada, sob pena de instauração de processo de tomada de contas especial;

Considerando que, devidamente cientificado, o Município de Campos Sales/CE não adotou as medidas necessária à recomposição do Fundef, em descumprimento ao subitem 9.1.7 do Acórdão 2820/2020-TCU-Plenário;

Considerando que os pareceres da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos e do Ministério Público concluíram que não há necessidade de recomposição dos cofres do Fundef pelo Município de Fortaleza/CE, objeto do subitem 9.1.8 do Acórdão 2820/2020-TCU-Plenário.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com base no art. 47 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, alínea "a", e art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, em relação ao Acórdão 2820/2020-Plenário, em considerar não mais aplicável o cumprimento do subitem 9.1.8 e não cumprido o subitem 9.1.7, converter este processo em tomada de contas especial e realizar a citação solidária dos responsáveis arrolados na instrução da unidade técnica, observados os indícios de irregularidade e os valores devidos, a seguir indicados:

Responsáveis Solidários: Município de Campos Sales/CE e Moésio Loiola de Melo (prefeito do município, gestão 2017-2020);

Indício de Irregularidade: despesas realizadas com recursos de precatórios do Fundef em finalidades desvinculadas e/ou sem comprovação de vinculação com gastos de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), configurando afronta ao art. 60 do ADCT da CF/1988 (atual art. 212-A da CF/1988) c/c o art. 21 da Lei 11.494/2007 (atual art. 25 da Lei 14.113/2020) e art. 70 da Lei 9.394/1996, bem como aos itens 9.2.3 e 9.4.2 do Acórdão 1.824/2017-TCU-Plenário;

Valores que compõem o débito:

Valor (R$)	Data de Origem	Natureza (débito/crédito)
(2.857.102,63)	12/7/2017	C
700.000,00	13/7/2017	D
130.000,00	24/7/2017	D
150.000,00	25/7/2017	D
75.000,00	27/7/2017	D
200.000,00	29/8/2017	D
220.000,00	20/9/2017	D
200.000,00	3/10/2017	D
200.000,00	18/10/2017	D
200.000,00	19/10/2017	D
51.000,00	25/10/2017	D
340.000,00	26/10/2017	D
240.000,00	1/11/2017	D
150.000,00	4/12/2017	D
220.000,00	8/12/2017	D
500.000,00	13/12/2017	D
100.000,00	13/12/2017	D
193.000,00	27/12/2017	D
250.000,00	10/1/2018	D
148.010,00	1/2/2018	D
235.000,00	5/6/2018	D
138.000,00	17/7/2018	D
21.000,00	5/9/2018	D

1. Processo TC-015.151/2021-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campos Sales - CE; Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 780/2024 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que não houve juntada de documentos novos;

Considerando que os argumentos e teses jurídicas apresentados pela empresa representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração;

Considerando que, mesmo se superada a etapa da admissibilidade, não houve a nulidade da citação, dado que as notificações para apresentação de defesa foram efetuadas no endereço da empresa e de dois dos seus representantes legais e que, diante do insucesso nas tentativas, realizou-se a citação por edital;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso e determinar o seu arquivamento, após comunicação ao recorrente do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade de peças 518, 519 e 520.

1. Processo TC-014.766/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 031.702/2022-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 031.704/2022-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 031.701/2022-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 036.891/2023-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.439/2009-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Caio Mucio da Rocha Pascoal (308.023.424-34); Cláudio Henrique Pessoa Porpino (378.917.404-10); Hsa Empreendimentos e Construções Ltda (05.902.525/0001-36); Isabel Cristina Costa de Medeiros (156.923.614-34); João Alves de Carvalho Bastos (526.172.704-91); Marcos Fernando de Garcia Maia (025.762.364-72); Maria Geruza Silva de Araújo (490.442.494-87); Maria Jailene Franco de Carvalho (008.308.414-23); Maria Solange Ferreira da Silva (406.328.904-44); Maria do Socorro Veloso de Andrade Galvão (082.517.382-53); Raniere de Medeiros Barbosa (392.411.574-53); Sueldo Florencio de Medeiros Costa (222.595.544-15); Walter Fernandes de Miranda Neto (026.706.004-17).

1.3. Recorrente: Hsa Empreendimentos e Construções Ltda (05.902.525/0001-36).

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal do Natal - RN.

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.8. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.9. Representação legal: Brenda Jordana Lobato Araújo Teixeira (14389/OAB-RN), representando Walter Fernandes de Miranda Neto; Andreia Cunha Fausto de Medeiros (7266/OAB-RN), representando Maria do Socorro Veloso de Andrade Galvão; Larissa Brandao Teixeira (8.034/OAB-RN), representando Maria Geruza Silva de Araújo; Kennedy Lafaiete Fernandes Diogenes (5786/OAB-RN) e Shaolyn Cirino Barbosa de Moura (13323/OAB-RN), representando Raniere de Medeiros Barbosa; Gianfilipe Dantas Cecchi (12442/OAB-RN), representando Cláudio Henrique Pessoa Porpino; Caio Graco Pereira de Paula (1244/OAB-RN), representando Marcos Fernando de Garcia Maia; Maria Luiza Lira Formiga (11481/OAB-RN) e Werner Matoso Lettieri Leal Damásio (7749/OAB-RN), representando Maria Jailene Franco de Carvalho; Thyago José de Souza Lima (21550/OAB-PB), representando Hsa Empreendimentos e Construções Ltda; André Augusto de Castro (3898/OAB-RN) e Marcello Rocha Lopes, representando João Alves de Carvalho Bastos; Jaiane Rodrigues de Farias (12446/OAB-RN), representando Isabel Cristina Costa de Medeiros; Cristiane de Figueiredo Pinheiro (9327/OAB-RN), representando Meiriane Barata Moura; Thiago Costa Marreiros, Armando Roberto Holanda Leite (532/OAB-RN) e outros, representando Sueldo Florencio de Medeiros Costa.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 781/2024 - TCU - Plenário

Considerando que, por meio do Acórdão 3.576/2020-2ª Câmara, de relatoria da Ministra Ana Arraes, esta Corte julgou irregulares as contas do sr. Giodilson Pinheiro Borges, com aplicação de débito correspondente à integralidade dos valores geridos e de multa, no valor de R$ 186.000,00;

Considerando que, por meio do Acórdão 111/2023, o Plenário deste Tribunal deu provimento a recurso de revisão interposto pelo sr. Giodilson Pinheiro Borges para tornar insubsistente o Acórdão 3.576/2020-2ª Câmara e, adicionalmente, julgou regulares as contas deste responsável, dando-lhe quitação;

Considerando, ainda, que o Acórdão 111/2023-Plenário julgou irregulares as contas do sr. João da Silva Costa, aplicando-lhe multa no valor de R$ 30.000,00;

Considerando que a pessoa jurídica do município não sofreu sucumbência alguma em face do acórdão ora recorrido, uma vez que tal deliberação se limitou a julgar as contas do ex-prefeito municipal;

Considerando, também, que o mencionado acórdão não fez nenhuma alusão ao município, nem mesmo lhe fez determinações, verificando-se, assim, que a municipalidade, como ente da Administração Pública, carece de legitimidade e de interesse recursal;

Considerando que o interesse de agir na via recursal faz-se a partir do gravame que decorra do ato impugnado, ou seja, da conclusão sobre a possibilidade de se alcançar pronunciamento mais satisfatório sob o ângulo jurídico;

Considerando que os argumentos ora apresentados em recurso de revisão não se encaixam nas hipóteses que permitem o seu conhecimento, nos termos dos arts. 32 e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 288 do RITCU;

Considerando a manifestação da Serur, ratificada pelo MP/TCU, que, em exame de admissibilidade, recomendou o não conhecimento do recurso por falta de legitimidade e de interesse recursal (peças 466-468 e 470);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento, pelo relator, dos pareceres uniformes constantes dos autos e com fundamento nos arts. 32 e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", 277 e 288, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do presente recurso de revisão, por falta de legitimidade e de interesse recursal, nos termos abaixo:

1. Processo TC-028.328/2019-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 015.399/2023-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Recorrente: Prefeitura Municipal de Mazagão/AP (05.986.427/0001-24)

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Mazagão/AP

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

1.8. Representação legal: Marcelo da Silva Leite (OAB/AP 999), Jaciara do Nascimento Guerreiro (OAB/AP 3.829) e outros

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. dar ciência da presente decisão à recorrente, enviando-lhe cópia da instrução técnica inserta à peça 466.

ACÓRDÃO Nº 782/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico SRP 90004/2024, sob a responsabilidade do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) / Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), cujo objeto é Registro de Preços para eventual aquisição de insumos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) - Traumato-ortopedia, tendo por objetivo o atendimento das necessidades da Unidade Traumato-ortopedia do HUGV, por um período de doze meses,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações), às peças 28 e 29;

Considerando que, com relação aos pressupostos para a eventual adoção de medida cautelar, verifica-se que: está configurado o perigo da demora; está configurado o perigo da demora reverso; e não há a plausibilidade jurídica das alegações do denunciante;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, no que se refere aos autos abaixo relacionados, com base nos arts. 143, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno do Tribunal, c/c o art. 103, § 1º, 104, § 1º, e 108 da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar pleiteado, levantar o sigilo que recai sobre as peças do processo, arquivar os presentes autos e informar ao denunciante e ao Hospital Universitário Getúlio Vargas-AM - Ufam - Ebserh o teor desta deliberação, nos termos dos pareceres juntados aos autos:

1. Processo TC-002.912/2024-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Hospital Universitário Getúlio Vargas-am - Ufam - Ebserh.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Alan Soares Eleuterio (96954/OAB-MG) e Thiago Lopes Cardoso Campos (53265/OAB-DF), representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 783/2024 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM em:

1. Processo TC-006.736/2024-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Manaus

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Nazareno Ramos de Castro, representando Cooperativa dos Produtores Rurais de Borba - Coopbor.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

1.8.2. considerar prejudicada a continuidade do exame da denúncia por este Tribunal, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto;

1.8.3. comunicar os fatos ao Grupamento de Apoio de Manaus/Comando da Aeronáutica e ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) para adoção das providências internas de suas alçadas e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal;

1.8.4. encaminhar cópias da denúncia tarjada, da instrução à peça 5 e deste acórdão ao denunciante, ao Grupamento de Apoio de Manaus/Comando da Aeronáutica e ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR);

1.8.5. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

1.8.6. arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, I, c/c o art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 784/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de representação promovida pelo Subprocurador-Geral do MPTCU, Lucas Rocha Furtado, com o objetivo de avaliar a cadeia decisória nas tomadas de decisões na Presidência da República, com o fim de identificar o grau de autonomia para prática de atos que resultaram em possíveis ilícitos pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do então Presidente Jair Bolsonaro.

Considerando que o representante menciona a ocorrência de dois ilícitos criminais, a seguir mencionados:

a) negociação, atribuída ao Sr. Mauro Cid, de relógio da marca Rolex recebido em uma viagem oficial do ex-Presidente, fato analisado pela Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPMI) do 8 de janeiro, objeto da Representação TC 023.084/2023-5, consoante comprovado por matéria jornalística (https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/04/cpi-do-8-de-janeiro-analisa-e-mails-de-mauro-cid-negociando-venda-de-rolex-recebido-em-viagem-oficial.ghtml), peças 1, p. 2, e 2); e

b) inserção de informação falsa em cartões de vacinação de sua esposa, de sua filha e do ex-Presidente Jair Bolsonaro, ilícito motivador da prisão do Sr. Mauro Cid, colacionando trechos de matérias jornalísticas do fato (peça 1, p. 2-6).

Considerando que o Subprocurador-Geral do MPTCU possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso VII do art. 237 do RITCU;

Considerando que a peça inicial não está acompanhada de indício de irregularidade ou ilegalidade atribuído ao responsável representado, tenente-coronel Mauro Cid;

Considerando que a Portaria-Segecex nº 12, de 27 de junho de 2016, prevê expressamente:

10. O exame de admissibilidade do processo de denúncia ou representação compreende a verificação do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos (art. 235 do RI/TCU e art. 103, §1º, da Resolução - TCU 259/2015):

I - Legitimidade e qualificação do autor;

II - Matéria de competência do Tribunal;

III - Existência de interesse público no trato da suposta irregularidade ou ilegalidade;

IV - Suficiência de indícios concernentes à alegada irregularidade ou ilegalidade; e

V - Redação em linguagem clara e objetiva. (Grifo nosso)

Considerando que, a Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança) se manifestou expressamente no sentido de "quanto à inserção de dados falsos em cartões de vacinação, constata-se que a matéria foi objeto de investigação pela Polícia Federal, não havendo quaisquer indícios de mácula na atuação daquele órgão investigativo, que identificou outros participantes nos ilícitos, consoante pode se inferir do Acórdão 1237/2023-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, mediante o qual este TCU, ao apreciar a representação destinada a avaliar possível irregularidade na manutenção da remuneração dos assessores do ex-presidente Jair Bolsonaro que foram presos na operação da Polícia Federal que investiga inserção de dados falsos de vacinação contra Covid-19 no sistema do Ministério da Saúde (TC 015.216/2023-3), não conheceu da representação, por não atender os requisitos de admissibilidade, determinando o arquivamento dos autos";

Considerando que, no que concerne ao recebimento de presentes pela Presidência da República e eventuais negociações ilegais destes bens, tal tema está sendo tratado no âmbito do TC 005.338/2023-9 (ainda não apreciado pelo TCU), ao qual foram apensados diversos processos, versando sobre recebimento de presentes recebidos pelo ex-Presidente da República (TC 006.789/2023-4, TC 023.109/2023-8 e TC 031.773/2023-0), bem como o TC 023.084/2023-5, mencionado pelo representante como exemplo das ilegalidades;

Considerando a proposta de encaminhamento uniforme da unidade técnica no sentido de não conhecer da presente representação e o arquivamento deste processo, por não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014 (peças 6 a 8);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno c/c art. 103, caput e § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer desta representação, dar conhecimento ao representante desta decisão e arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres uniformes emitidos às peças 6 a 8.

1. Processo TC-032.106/2023-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade jurisdicionada: Presidência da República.

1.2. Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 785/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de representação do Senador da República Rogério Simonetti Marinho a respeito de potencial desvio de finalidade em contratação conduzida pelo Ministério da Saúde para a realização do evento "Em Prosa - 1º Encontro de Mobilização da Promoção da Saúde no Brasil", ocorrido em Brasília nos dias 4 a 6 de outubro de 2023.

Considerando que a presente representação atende aos requisitos de admissibilidade aplicáveis;

Considerando que, a partir das alegações do representante, foi identificada a seguinte irregularidade: potencial risco de desvio de finalidade no evento "Em Prosa - 1º Encontro de Mobilização da Promoção da Saúde no Brasil";

Considerando que o objeto da presente representação é idêntico ao do processo TC 036.896/2023-3, atualmente em fase preliminar de diligência junto ao Ministério da Saúde;

Considerando a conexão entre os presentes autos e o aludido processo;

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) pronunciou-se pelo conhecimento e apensamento definitivo desta representação ao TC 036.896/2023-3, com fulcro no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, posto que há relação de conexão entre eles e se mostra conveniente a tramitação conjunta;

Considerando que o Ministério Público de Contas (MPTCU), em face do que restou apurado nestes autos, manifestou-se de acordo com a proposta de apensamento definitivo do presente processo ao TC 036.896/2023-3, com fundamento no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, visto que há relação de conexão entre eles;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III; e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, bem como nos pareceres emitidos dos autos (peças 6, 7 e 9), em conhecer da presente representação, determinar o apensamento definitivo do presente feito ao processo TC 036.896/2023-3, com fulcro no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, posto que há relação de conexão entre eles e se mostra conveniente a tramitação conjunta, e enviar de cópia deste Acórdão e da instrução de peça 6 ao Ministério da Saúde e ao Senador da República Rogério Simonetti Marinho.

1. Processo TC-037.182/2023-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Rogério Simonetti Marinho, senador da República.

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 786/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de solicitação de acesso aos autos da denúncia objeto do TC 040.302/2023-7, formulada pelo próprio denunciante, mediante a Manifestação da Ouvidoria 371.401 (peças 1 e 3).

Considerando que o referido processo, de minha relatoria, trata de possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá/Norte do Pará - DSEI/AMP na condução do Pregão Eletrônico SRP 10/2023.

Considerando que, consoante o Acórdão 825/2020-TCU-Plenário, o papel do denunciante é o de fornecer os elementos para que este Tribunal dê início à sua ação de controle externo, e, uma vez iniciado o processo, o TCU assume total controle sobre a condução das investigações, não existindo, para o denunciante, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista, a não ser que seja admitido como interessado;

Considerando que, ante o entendimento pacificado deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 2.632/2008 e 139/2007, ambos do Plenário, na condição de autor da denúncia apurada no âmbito do TC 040.302/2023-7, o solicitante não é automaticamente parte nesse processo; não sendo, em função disso, legitimado a obter acesso a esses autos;

Considerando que o solicitante também não é autoridade com prerrogativa constitucional ou legal para compulsar o aludido processo, não tendo, igualmente, logrado demonstrar razão legítima para intervir no feito, como interessado;

Considerando que, nos termos do art. 94 da Resolução TCU 259/2014, a solicitação de acesso aos autos formulada por pessoa não qualificada como parte ou como representante legal de parte será recebida e tratada como solicitação de acesso a informações para esclarecimento de interesse particular, coletivo ou geral, de que trata o art. 59, inciso V, desse normativo;

Considerando que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução TCU 249/2012, o direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo, que, no caso de processo de controle externo, será o acórdão do TCU ou o despacho do relator com decisão de mérito;

Considerando que, este Tribunal ainda não se manifestou, no mérito, relativamente ao TC 040.302/2023-7, encontrando-se esse feito atualmente em fase de saneamento;

Considerando, por fim, que o TC 040.302/2023-7 é classificado como sigiloso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 4º, § 1º, e 17, incisos I e III, da Resolução TCU 249/2012 e nos arts. 59, inciso V, 65, inciso III, e 94 da Resolução TCU 259/2014, de acordo com o parecer da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações - AudContratações (peça 4), em:

a) indeferir a presente solicitação, facultando ao solicitante, caso queira, o acesso ao TC 040.302/2023-7 após a manifestação de mérito desta Corte de Contas sobre esse processo, à exceção das peças ainda classificadas como sigilosas que não tenham sido juntadas ao processo por ele;

b) comunicar esta decisão ao solicitante e à Ouvidoria deste Tribunal;

c) apensar os presentes autos ao TC 040.302/2023-7.

1. Processo TC-007.364/2024-5 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Solicitante: identidade preservada, art. 55, caput, da Lei 8.443/1992.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 787/2024 - TCU - Plenário

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90002/2024, sob a responsabilidade do Hospital Universitário Grande Dourados-MS - UFGD - Ebserh, de valor estimado R$ 634.058,96, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de manutenção, conservação e jardinagem de áreas verdes de domínio do Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados.

Considerando que a prospera argumentação da entidade promotora do certame, ao esclarecer, fundamentada no Acórdão 1.977/2013-TCU-Plenário, pelo qual este Tribunal firmou entendimento quanto ao elemento determinante para definir o cabimento da empreitada por preço global ou por preço unitário, qual seja, na capacidade da Administração definir a dimensão do objeto da contratação com nível de precisão adequado, justificando sua opção pela adoção do regime de execução de empreitada por preço unitário;

considerando que foram procedidas diligências pertinentes quanto às propostas da empresa representante e da empresa vencedora da disputa, que ensejaram medidas distintas da administração conforme a devida demonstração, ou não, das condições objetivas que motivaram as referidas diligências;

considerando, ainda, que o representante, ao se recusar a negociar os preços que estavam acima do valor de referência (orçados), que, ressalte-se, constavam em 13 itens (3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17 e 19) do total de 20, não deu outra opção ao pregoeiro que não sua desclassificação em razão da irregularidade constatada, cuja correção foi proporcionada pela entidade e rejeitada pela licitante, possivelmente devido ao entendimento errôneo que seu preço final seria suficiente, independente das irregularidades apontadas;

considerando, por fim, que os atestados apresentados pela licitante declarada vencedora são pertinentes quanto ao âmbito da atividade econômica da empresa, e se mostraram suficientes no atendimento quanto à sua qualificação técnica;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de medida cautelar, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão;

d) informar ao Hospital Universitário Grande Dourados-MS - UFGD - Ebserh e ao representante do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-006.071/2024-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Hospital Universitário Grande Dourados-ms - Ufgd - Ebserh.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
1.5. Representação legal: Hugo Cagnin Conforte (27601/OAB-MS), representando Augusto Depieri Correa Ferreira.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 788/2024 - TCU - Plenário
Trata-se de recurso de revisão interposto por José Arlindo Silva Sousa em face do Acórdão 3.354/2019-TCU-1ª Câmara (peça 36), por meio do qual esta Corte de Contas rejeitou as alegações de defesa do recorrente e julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e multa.
Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;
Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;
Considerando, in casu, que os documentos trazidos aos autos não possuem o condão de produzir eficácia sobre a irregularidade que ocasionou a condenação imposta pelo Tribunal, uma vez que representam fatos já conhecidos e analisados, dos quais decorreram a irregularidade imputada ao recorrente;
Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;
Considerando não caracterizada a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, conforme evidenciado na manifestação do Ministério Público junto ao TCU;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) não conhecer do recurso de revisão interposto por José Arlindo Silva Sousa, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU; e
b) dar ciência desta decisão ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.
1. Processo TC-016.665/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 026.060/2020-5 (SOLICITAÇÃO); 020.902/2019-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.901/2019-4 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Filadelfo Mendes Neto (104.598.553-87); José Arlindo Silva Sousa (148.168.733-68).
1.3. Recorrente: José Arlindo Silva Sousa (148.168.733-68).
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pinheiro/MA.
1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.8. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
1.9. Representação legal: Ruan Victor Chaves Soares (OAB/MA 21.577) e outros.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 789/2024 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU;
b) com fundamento no art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, considerando que os fatos noticiados apresentam baixo risco, materialidade e relevância, levar as questões ao conhecimento do Ministério da Previdência Social, para a adoção das providências de sua alçada, se for o caso, com cópia para o respectivo órgão de controle interno;
c) levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992, à exceção das peças que contiverem informações pessoais e daquelas que permitam a identificação do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;
d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao denunciante; e
e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.
1. Processo TC-033.902/2023-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Órgão: Ministério da Previdência Social.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 790/2024 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 2.373/2022-TCU-Plenário (peça 3), com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) considerar não implementada a recomendação constante do item 9.4;
b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à 5ª Diretoria da AudContratações; e
c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.
1. Processo TC-028.829/2022-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessada: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
1.2. Órgão: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 791/2024 - TCU - Plenário
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
b) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, ante a perda do seu objeto;
c) dar ciência ao Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo - Coren/ES, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 90001/2024, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
c.1) previsão, no item 5.2 do termo de referência, da vedação à subcontratação, sem justificativas nos estudos técnicos preliminares da contratação, considerando a natureza do objeto e a alegação da unidade jurisdicionada de que seria possível a subcontratação de partes acessórias do objeto, em desconformidade com o art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 3.144/2011-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz, e 1.235/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Augusto Sherman;
c.2) ausência de justificativas adequadas no estudo técnico preliminar da contratação quanto à inviabilidade técnica ou econômica do não parcelamento do objeto, contrariando a Súmula TCU 247 e os arts. 18, § 1º, inciso VIII, e 47, inciso II, da Lei 14.133/2021;
d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo e à representante; e
e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.
1. Processo TC-005.570/2024-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 792/2024 - TCU - Plenário
VISTOS e relacionados estes autos de denúncia contra o Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (CRP-MG), diante da suposta ocorrência das seguintes práticas: criação de empregos em comissão sem previsão legal, pagamento de verbas rescisórias a empregados ocupantes de cargos em comissão quando dispensados sem justa causa, existência de plano de carreira para comissionados e pagamento de parcelas de remuneração não previstas em lei;
Considerando o exame técnico empreendido pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal após adoção de diligências ao CRP/MG, consubstanciado nas peças 15-17, das quais constam as seguintes conclusões:
i) resta evidenciado que não existe no âmbito daquele conselho profissional o pagamento de parcelas de jetons e de horas extras para comissionados e que, nos últimos cinco anos, não houve desligamento de empregados em comissão e, portanto, não ocorreu o pagamento de verbas rescisórias a tais agentes públicos;
ii) a entidade possui norma que "dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e a Norma de Pessoal para Cargos de Livre Provimento do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região - Minas Gerais" (Resolução CRP04-MG 001/2021), disciplinando, dentro dos limites legais, as regras definidoras dos procedimentos para criação, extinção, remuneração, designação, contratação, substituição e dispensa de cargos de livre provimento (Anexo III da Resolução, peça 14, p. 57-63);
iii) o quadro de empregados da entidade evidencia que o conselho possui 8 pessoas ocupando cargo em comissão de um total de 55 empregados, o que perfaz a proporção de 14,5%, abaixo, portanto, do total previsto de 10 cargos de livre provimento, conforme dispõe o item 8.1 do Anexo III da Resolução CRP04-MG 001/2021;
iv) é oportuno e conveniente que o CRP/MG desenvolva e implante política de incentivos para que seus empregados com vínculo efetivo se disponham a ocupar cargos em comissão, para que a entidade tenha o mínimo estabelecido no seu normativo interno dos empregos em comissão preenchidos por ocupantes de emprego efetivo, em consonância com o Acórdão 341/2004-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues; e
v) segundo a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 4.575/2014-TCU-1ª Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira) e 6.391/2023-TCU-1ª Câmara (relator Ministro Jhonatan de Jesus), o empregado público contratado para exercício de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, não tem direito às verbas rescisórias, mesmo que contratado sob o regime da CLT, uma vez que a contratação para cargo em comissão é considerada precária, sem garantias, e o cargo é de livre nomeação e exoneração, conforme o artigo 37, II, da Constituição Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:
a) conhecer da presente denúncia, por cumprir os requisitos de admissibilidade, nos termos dos artigos 234 e 235, do Regimento Interno do TCU e dos artigos 103, § 1º, e 106, da Resolução TCU 259/2014, para considerá-la parcialmente procedente;
b) encaminhar, nos termos do art. 106, § 4º, inciso II, e § 6º, da Resolução-TCU 259/2014, cópias do presente Acórdão e da instrução à peça 15 ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região para que, com o acompanhamento do Conselho Federal de Psicologia, em face dos fatos narrados na denúncia, providencie os procedimentos pertinentes para:
b.1) definir e normalizar, em consonância com a jurisprudência do TCU, e com a devida fundamentação legal, a questão do pagamento de verbas rescisórias aos seus empregados que ocupam cargos em comissão, quando do respectivo desligamento;
b.2) desenvolver e implantar política de incentivos para que seus empregados com vínculo efetivo se disponham a ocupar cargos em comissão, com vistas a que a entidade tenha o mínimo estabelecido no seu normativo interno dos empregos em comissão preenchidos por ocupantes de emprego efetivo;
c) alertar o Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região e o Conselho Federal de Psicologia de que:
c.1) deverão promover o registro sintético das medidas tomadas em seus relatórios de gestão ou o encaminhamento dessas medidas à respectivas Unidades Apresentadoras de Contas (UAC), com o devido armazenamento em base de dados disponível ao TCU, dando cópia do expediente aos respectivos órgãos de controle interno, bem como de notificação à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) do TCU, no prazo de 60 dias, informando acerca das medidas adotadas pelas entidades, nos termos do art. 106, § 4º, inciso II, e § 6º, da Resolução-TCU 259/2014;
c.2) os registros sintéticos das providências adotadas devem ser publicados na seção "Transparência e Prestação de Contas" do sítio oficial das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) ou Unidades Apresentadoras de Contas (UACs), sendo que tais registros devem ser encaminhados à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) do TCU, mediante o Sistema Conecta, conforme previsto no art. 9º, § 4º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 2020, e no art. 7º, da Decisão Normativa-TCU 198/2022;
d) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região e à denunciante;
e) informar o trâmite deste processo e a prolação do presente Acórdão à Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança);
f) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal da denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e
g) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, II, do Regimento Interno/TCU.
1. Processo TC-002.008/2023-8 (DENÚNCIA)
1.1. Entidade: Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG).
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 793/2024 - TCU - Plenário
VISTOS e relacionados estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), sistema de registro mantido pelo Ministério da Saúde (MS), dos quais constaria a realização alegadamente fraudulenta de diversos plantões médicos em nome da denunciante em variados lugares do País;
Considerando que a denunciante alega que estão registrados no aludido sistema diversos plantões médicos que não teriam sido prestados por ela, na medida em que seriam em lugares consideravelmente distantes um do outro, abarcando, inclusive, o período de afastamento por motivo de saúde (peça 6);
Considerando que a argumentação da denunciante é no sentido de que (i) alguém poderia ter prestado o serviço em seu nome e com seus dados; e/ou (ii) alguém poderia ter recebido em seu nome por serviços jamais prestados;
Considerando que as alegações são embasadas em dados do relatório geral do CNES, consistindo este sistema em apenas um cadastro nacional sobre estabelecimentos de saúde, e não um comprovante irrefutável da prestação de serviços;
Considerando, portanto, que os elementos carreados aos autos não configuram indícios suficientes de irregularidades submetidas à competência do Tribunal (como o possível recebimento de remuneração sem a prestação dos serviços correspondentes); e

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde às peças 11-12,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como denúncia, por não atender ao requisito de admissibilidade que trata da suficiência de indícios concernentes à alegada irregularidade ou ilegalidade, previsto no caput do art. 235 do RI/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) encaminhar cópias deste Acórdão e da peça 1 ao Ministério da Saúde para adoção das medidas pertinentes;

c) comunicar a prolação do presente Acórdão à denunciante;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal da denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, II, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-002.790/2024-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão: Gabinete do Ministro da Saúde.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 794/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 2024/002, sob a responsabilidade do Banco da Amazônia S.A. (Basa), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de gestão de privacidade e proteção de dados pessoais, na modalidade Software como Serviço (Software as a Service - SaaS);

Considerando que a denunciante alega que a licitação foi direcionada para uma solução tecnológica específica que obrigatoriamente contenha módulo de descoberta de dados e de mapeamento de dados, sem justificativas técnicas adequadas ou comparação econômica com outras soluções disponíveis no mercado, em violação ao princípio da competitividade;

Considerando que o Ministro-Relator determinou realização de oitiva prévia da unidade jurisdicionada em especial acerca das seguintes constatações: não exigência no edital de que os licitantes observassem requisitos obrigatórios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e nas regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e possível deficiência na elaboração do orçamento estimado da licitação, evidenciada pela diferença substancial entre os valores das propostas dos licitantes, que variaram de R$ 6.355.900,00 a R$ 145.980.000,00 (diferença de 2.196,76%), levando-se em conta apenas as propostas não desclassificadas, assim como entre o valor da melhor proposta após negociação (R$ 4.908.951,29) e o valor do orçamento estimado (R$ 15.391.679,95), o que corresponde à diferença de 213,54% (peça 16);

Considerando as respostas apresentadas pelo Basa, das quais se extrai que o único requisito afeto à LGPD não contemplado na solução tecnológica objeto da licitação refere-se ao art. 20 da LGPD, que trata das decisões automatizadas;

Considerando, contudo, que a entidade optou por adotar solução modular, possibilitando-lhe, em havendo necessidade futura, avaliar a viabilidade de acrescentar módulo específico para atender ao art. 20 da LGPD, o que se insere no leque de discricionariedade da unidade jurisdicionada, evidenciando, assim, a improcedência da denúncia neste particular;

Considerando que, quanto à suposta deficiência na estimativa do orçamento do certame, as evidências juntadas aos autos às peças 21 a 31, assim como à peça 38, corroboram as justificativas apresentadas pelo Basa no sentido de que foram feitas pesquisas junto a instituições públicas e privadas com o intuito de se obter valor de referência para a licitação;

Considerando, ainda, que, com base nas aludidas pesquisas, nota-se a grande variação de preços, fato que demonstra a complexidade do objeto e afasta a caracterização de erro grosseiro dos responsáveis pelo certame, bem como demonstra a improcedência da denúncia neste quesito;

Considerando que oito empresas participaram do certame (peça 3), do que se pode inferir que os requisitos do edital não comprometeram a competitividade; e

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 40-41,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

c) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Banco da Amazônia S.A. e à denunciante;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal da denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-005.473/2024-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 795/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 56695/2023, sob a responsabilidade do Município de Jataí (GO), cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura aeroportuária, sendo o remanescente da obra de construção do Aeroporto Regional de Jataí, contemplando a pista de pouso e decolagem, taxiway, pátio de aeronaves, estacionamento de veículos, auxílios à navegação, equipamentos e serviços complementares;

Considerando que a denunciante se insurge contra: i) permissão de participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP); ii) falhas na planilha orçamentária; iii) ausência de designação de responsável pela complementação, revisão e aprovação dos projetos, iv) exigência de comprovação da qualificação técnica para itens que não possuem peso que justifique a exigência no certame; e v) possibilidade de participação de empresa em recuperação judicial;

Considerando que a Lei 8.666/1993, que regia o certame, não prevê restrição à participação de ME ou EPP em razão do valor total a ser contratado, não sendo cabível, portanto, estabelecer tal restrição em edital;

Considerando que as alegadas falhas na planilha orçamentária poderiam ser contornadas mediante aditivo contratual com base no art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/1993;

Considerando que a complementação, revisão e aprovação de projetos seriam de responsabilidade do Município de Jataí (peça 6, p. 4);

Considerando que a exigência de comprovação de experiência anterior, para fins de qualificação técnico-operacional, na prestação de serviços que não são, simultaneamente, de maior relevância técnica e valor significativo do objeto viola o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e a Súmula TCU 263, sendo cabível, neste caso, expedir ciência preventiva à unidade jurisdicionada;

Considerando, ainda, que se coaduna com a jurisprudência do Tribunal permitir a participação de empresa em recuperação judicial, exigindo-se da pessoa jurídica nesta condição a apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente;

Considerando que o certame restou fracassado (peças 4 e 15); e

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 16-18,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para considerá-la parcialmente procedente;

b) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar;

c) dar ciência ao Município de Jataí (GO), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada na Concorrência 56695/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

c.1) exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes para itens que não são, simultaneamente, de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, contrariando o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência deste Tribunal, consubstanciada na Súmula TCU 263;

d) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Município de Jataí (GO) e à denunciante;

e) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal da denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e

f) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-006.723/2024-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Jataí (GO).

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 796/2024 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 5/2024, sob a responsabilidade da Nuclep/Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., cujo objeto é a contratação de sociedade empresária para fornecimento de mão de obra complementar e temporária para suprir a demanda de serviços oriundos de obras de captação eventual e futura (empresa de trabalho temporário);

Considerando que a representante se insurge, em suma, contra exigência supostamente indevida de registro do licitante junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (Certificado de Registro de Empresa de Trabalho), conforme o item 4.2 do edital condutor do Pregão Eletrônico 5/2024, com caráter potencialmente restritivo à competição;

Considerando que é cabível a exigência contida no item 4.2 do edital condutor do Pregão Eletrônico 5/2024, uma vez que o funcionamento da empresa de trabalho temporário está condicionado ao prévio registro na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SRT/MTE), conforme o estabelecido no vigente art. 4º da Lei 6.019/1974, alterado pela Lei 13.429/2017;

Considerando, ademais, que o Decreto 10.854/2021, o qual regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais, ratifica a aludida exigência, estabelecendo que a empresa de trabalho temporário é a "pessoa jurídica, devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Previdência, responsável pela colocação de trabalhadores temporários à disposição de outras empresas, tomadoras de serviços ou clientes que deles necessite temporariamente" (art. 43, I) - grifos acrescidos;

Considerando, portanto, que a exigência encontra respaldo em legislação vigente;

Considerando que sete empresas participaram do certame, tendo sido declarada vencedora a que apresentou proposta negociada ao valor de R$ 25.200.000,00, abaixo, portanto, do valor estimado pela unidade jurisdicionada (R$ 25.851.178,91), refletindo, assim, que a licitação preservou seu caráter competitivo; e

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 12-13,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

c) comunicar a prolação do presente Acórdão à Nuclep/Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. e à representante; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-007.337/2024-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representante: BK Consultoria e Serviços Ltda. (CNPJ: 03.022.122/0001-77).

1.6. Representação legal: Priscilla Paiva Takieddine (325728/OAB-SP), representando BK Consultoria e Serviços Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 797/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.772/2020-6.

1.1. Apensos: 028.500/2022-9; 028.508/2022-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Elisa Maria Costa (304.573.006-04).

3.3. Recorrente: Elisa Maria Costa (304.573.006-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Governador Valadares - MG.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Jayson Keyby Pinho Castro (101005/OAB-MG), representando Elisa Maria Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia recurso de revisão interposto por Elisa Maria Costa, em face do Acórdão 3.383/2022-TCU-1ª Câmara, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas da recorrente, condenou-a à reparação do dano e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso de revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de:

9.1.1. alterar a tabela de composição do débito contida no item 9.3. do Acórdão 3.383/2022-TCU-1ª Câmara, que passa a figurar com a seguinte composição:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)	Débito/Crédito
15/1/2016	136.902,00	Débito
15/1/2016	373.000,00	Débito
15/1/2016	109.000,00	Débito
18/1/2016	58.000,00	Débito
1/2/2016	70.000,00	Crédito
19/2/2016	20.000,00	Crédito
26/2/2016	50.000,00	Crédito
1/3/2016	2.500,00	Crédito
3/3/2016	30.000,00	Crédito
31/3/2016	60.000,00	Crédito
7/4/2016	490.981,16	Débito
7/4/2016	218.018,84	Débito
28/4/2016	60.000,00	Crédito
31/5/2016	60.000,00	Crédito
21/6/2016	250,00	Débito
5/7/2016	20.000,00	Crédito
12/7/2016	60.000,00	Crédito

9.1.2. promover a redução da multa aplicada em desfavor de Elisa Maria Costa por meio do Acórdão 3.383/2022-TCU-1ª Câmara, que passa a figurar sob o valor de R$ 135.000,00;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0797-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 798/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.328/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Confederação Brasileira do Desporto Escolar; Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

8. Representação legal: Arthur Cezar Azevedo Borba (346A/OAB-SE), representando Confederação Brasileira do Desporto Escolar.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de levantamento, com o objetivo de conhecer a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), seu funcionamento, bem como mapear os riscos presentes nos processos de trabalho que demandem futuras fiscalizações.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, por ter cumprido seus objetivos;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, para a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), ao Ministério do Esporte (ME), à Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0798-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 799/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.973/2020-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.

3. Interessados: Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional.

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pelo Ministério Público Federal, formulada pelo Dr. Humberto Jacques de Medeiros, então Procurador-Geral da República em exercício, acerca da classificação de determinadas verbas de pessoal para fins de inclusão no cômputo da despesa total com pessoal, com vistas a verificar o cumprimento do limite estabelecido pelo art. 20 da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para o Ministério Público da União (MPU).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 264, inciso II, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente consulta;

9.2. revogar, com fulcro no art. 276, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, a medida cautelar adotada em 8/11/2020, referendada, em caráter excepcional, pelo Acórdão 3.015/2020-TCU-Plenário;

9.3. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso XXV, e 264 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e os arts. 99 e 100 da Resolução-TCU 259/2014, responder ao consulente que:

9.3.1. em termos orçamentários, contábeis e fiscais na esfera da União, despesas como "licença-prêmio convertida em pecúnia", "férias não gozadas", "abono constitucional de férias", "abono pecuniário de férias" e "abono permanência" devem ser computadas no total das despesas com pessoal para todos os fins da Lei Complementar 101/2000, por não terem o objetivo de promover a recomposição patrimonial do servidor em face de eventuais gastos assumidos ou realizados por ele no desempenho de suas atribuições funcionais;

9.3.2. as despesas de natureza indenizatória que não possuam a natureza típica de recomposição patrimonial devem ser computadas no total das despesas com pessoal para todos os fins da Lei Complementar 101/2000;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao consulente, à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Advocacia-Geral da União e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-lhes que o inteiro teor da referida decisão poderá ser consultado no Portal do TCU (www.tcu.gov.br/acordaos)

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0799-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 800/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 037.065/2023-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Responsáveis: não há.

4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN) a esta Corte de Contas para realização de auditoria com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o cancelamento de 2,9 milhões de pessoas do pagamento do Bolsa Família;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, art. 232, inciso III, do Regimento Interno e art. 4º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, com relação ao Requerimento de Auditoria 372/2023-CFFC, e em cumprimento ao subitem do subitem 9.3.2 do Acórdão 2.716/2023-TCU-Plenário, que:

9.1.1. com o desenvolvimento do novo marco legal do Programa Bolsa Família (PBF), sancionado pela Lei 14.601/2023, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) iniciou trabalhos para a retomada das ações de qualificação cadastral, com a execução de quatro processos principais: Averiguação Cadastral de Renda, Averiguação Cadastral Unipessoal e Revisão Cadastral, previstas na Instrução Normativa Conjunta SAGICAD/SENARC/SNAS/MDS 3/2023; e Atualização Cadastral por Povoamento CNIS, prevista na Instrução Normativa SAGICAD/MDS 1/2023; que tiveram como efeito o cancelamento de benefícios em situação irregular, e continuarão neste ano de 2024, conforme Instrução Normativa Conjunta SAGICAD/SENARC/SNAS/MDS 5, de 4/1/2024, e Portaria MDS 864, de 2/3/2023; e

9.1.2. houve cancelamento de 4,1 milhões de benefícios do PBF em 2023, dos quais 3,4 milhões decorreram das ações de qualificação cadastral;

9.1.3. houve ingresso de aproximadamente 2,9 milhões de famílias no PBF em 2023;

9.1.4. segue em tramitação neste Tribunal o exame do TC 014.769/2023-9, que trata de auditoria operacional para avaliar a focalização e a equidade do Programa Bolsa Família e que, tão logo seja apreciado, ser-lhe-á dado conhecimento dos resultados e das medidas adotadas pelo Tribunal;

9.1.5. em atendimento parcial à presente solicitação, já foram encaminhadas à CFFC os resultados constantes dos Acórdãos 2.725/2022 e 2.342/2023, ambos do Plenário, acompanhados dos correspondentes relatórios e votos, que se referem a fiscalizações realizadas no Programa Auxílio Brasil (PAB) e no Cadastro Único, objetos dos processos TC 007.871/2022-8 e TC 000.888/2023-0;

9.2. considerar parcialmente atendida a presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 17, § 2º, inciso II, da Resolução TCU 215/2008;

9.3. estender ao processo TC 014.769/2023-9 os atributos para tratamento de SCN definidos no art. 5º da Resolução TCU 215/2008, uma vez reconhecida conexão parcial do seu objeto com o da presente solicitação, com base no art. 14, inciso III, da mesma resolução;

9.4. juntar cópia desta deliberação ao TC 014.769/2023-9, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução TCU 215/2008;

9.5. prorrogar por 90 (noventa) dias o atendimento integral desta Solicitação do Congresso Nacional, conforme art. 15, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Resolução TCU 215/2008; e

9.6. notificar a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados acerca desta deliberação, na forma prevista nos arts. 15, § 3º, e 19 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0800-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 801/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 042.894/2021-2.

1.1. Apenso: 005.307/2023-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Solicitação do Congresso Nacional).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Flavio dos Santos Cerqueira (035.538.017-00); Janaina Moraes Braga (023.286.197-89); Joao Alves Grangeiro Neto (151.161.151-00); Luís Carlos Moreno de Andrade (962.277.377-04); Renata Dias Ferreira Quintanilha (051.952.287-79); Rodrigo Luiz Lima de Souza (073.369.407-14).

3.2. Recorrente: Luís Carlos Moreno de Andrade (962.277.377-04).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Eduardo Rodrigues Lopes (OAB/DF 29.283), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 51.623), Ana Paula Macedo Terra (OAB/RJ 121.153), Tatiana da Costa Almeida Rodrigues (OAB/RJ 126.457) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Luís Carlos Moreno de Andrade em face do Acórdão 64/2024-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar o embargante acerca desta deliberação.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0801-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 802/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.395/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Advancis Max Equipamentos Eletrônicos Ltda. (07.018.110/0001-20); ES Equipamentos Eletrônicos Ltda. (40.653.318/0001-96).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Andre Bachman (220992/OAB-SP), Tatiana Contrera Cintra (332330/OAB-SP) e outros, representando Advancis Max Equipamentos Eletrônicos Ltda; André Luiz Porcionato (245603/OAB-SP), representando ES Equipamentos Eletrônicos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela então Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), atual Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações), em cumprimento ao subitem 1.7.1. do Acórdão 440/2022-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. conhecer da representação, com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. declarar a inidoneidade das empresas Advancis Max Equipamentos Eletrônicos Ltda. e ES Equipamentos Eletrônicos Ltda. (Eversafe), com amparo no art. 46 da Lei 8.443/1992, pelo prazo de 3 (três) anos, para participar de licitações na administração pública federal, bem como em certames promovidos na esfera estadual e municipal cujos objetos sejam custeados com recursos federais repassados por força de convênios ou instrumentos congêneres;

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0802-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 803/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.765/2024-2.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação encaminhada pelo Deputado Federal Júlio Lopes (PP/RJ) relatando possível divergência entre o disposto no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 e a Instrução Normativa Seges/MGI 2, de 7 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do expediente do Deputado Federal Júlio Lopes como representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. cientificar o representante e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos desta deliberação;

9.3. arquivar este processo.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0803-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 804/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.631/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Justiça Federal - Seção Judiciária/RS - TRF-4 (05.442.380/0001-38); Karine da Silva Cordeiro (954.952.820-00); Magna Engenharia Ltda. (33.980.905/0001-24); STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (88.849.773/0001-98).

3.2. Responsáveis: Magna Engenharia Ltda. (33.980.905/0001-24); Rogério Ortiz Porto (119.176.280-72); Rosi Guedes Bernardes (381.707.100-06).

3.3. Recorrente: Rosi Guedes Bernardes (381.707.100-06).

4. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Petróleo, Gás Natural e Mineração (AudPetróleo).

8. Representação legal: Paola Aires Correa Lima (13907/OAB-DF), Isadora França Neves (54.478/OAB-DF) e outros, representando STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A.; Eduardo Rodrigues Lopes (29283/OAB-DF), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51623/OAB-DF), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22885) e outros, representando Magna Engenharia Ltda; Camila Tagliani Carneiro (53540/OAB-RS), representando Rogério Ortiz Porto; Mara Luiza Tamiozzo (80970/OAB-RS), Luciana Teixeira Esteves (47995/OAB-RS), Ademir Canali Ferreira (OAB/RS 6965) e outros, representando Rosi Guedes Bernardes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Sra. Rosi Guedes Bernardes ao Acórdão 614/2024-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou pedidos de reexame contra o Acórdão 85/2023-Plenário, que apreciou representação noticiando possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios conduzidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, destinados a elaboração de projeto, plano básico ambiental, fiscalização e construção das obras da barragem do Arroio Taquarembó, com recursos oriundos do Convênio 93/2007 (Siafi 615661), celebrado com o então Ministério da Integração Nacional,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração interpostos pela Sra. Rosi Guedes Bernardes, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência à embargante desta deliberação.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0804-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 805/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.331/2017-2.

1.1. Apenso: 010.095/2022-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Revisão).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Rui Fernandes Ribeiro Filho (106.981.163-72).

3.3. Recorrente: Rui Fernandes Ribeiro Filho (106.981.163-72).

4. Entidade: Município de Arari - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Adriana Santos Matos (18101/OAB-MA) e Gilson Alves Barros (7649/OAB-MA), representando Rui Fernandes Ribeiro Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Rui Fernandes Ribeiro Filho ao Acórdão 2.354/2023-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo sr. Rui Fernandes Ribeiro Filho, dada a intempestividade;

9.2. alertar o recorrente de que novos ingressos de embargos declaratórios, com o intuito manifestamente protelatório, podem redundar na multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, na forma do art. 298 do Regimento Interno do Tribunal;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao interessado.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0805-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 806/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.796/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, discutidos e relatados estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Federal Acácio Favacho, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, requer que este Tribunal realize auditoria na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com o objetivo de apurar possíveis irregularidades nas ações e medidas adotadas pela referida agência para garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade do serviço público de energia elétrica prestado pela concessionária Equatorial Energia - Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) no Estado do Amapá,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação do Congresso Nacional, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992; 232, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal e art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. informar ao Exmo. Sr. Deputado Federal Acácio Favacho, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e autor do Requerimento 21/2023-CDU, que:

9.2.1. o Contrato de Concessão 01/2021-ANEEL, firmado entre a Aneel e a distribuidora Equatorial Energia - CEA em 24/11/2021, dispõe que, nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses de sua vigência, a fiscalização da agência reguladora terá caráter orientativo;

9.2.2. em 20/12/2021, foi aberto pela Aneel o Processo de Fiscalização 48500.006380/2021-14 (disponível no site da agência para consulta), que tem por objeto o acompanhamento do desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Equatorial Energia - CEA, em que estão sendo fiscalizados, por meio de indicadores e obras/ações apresentadas, os seguintes temas: atendimento presencial e telefônico, ativos da distribuidora, base de dados geográfica da distribuição, geração distribuída, indicadores de continuidade, nível de tensão, perdas não técnicas, tratamento das reclamações, segurança do trabalho, serviços comerciais, entre outros temas pontuais;

9.2.3. a distribuidora apresentou à Aneel, em resposta a demanda do ente regulador, um plano de monitoramento, contendo cronograma de ações e obras a serem implementadas, visando a regularizar os problemas identificados em diagnóstico da agência, contemplando aspectos técnicos e comerciais, sendo que as ações e os resultados desse plano são acompanhados pela Aneel por meio de relatórios que são encaminhados trimestralmente pela empresa Equatorial Energia - CEA, no bojo do aludido Processo de Fiscalização;

9.2.4. o Relatório de Fiscalização 7/2023-SFT/Aneel apresenta os resultados de ação fiscalizadora empreendida na Equatorial Energia - CEA, concernentes à análise do relatório referente ao 3º trimestre de 2023 (último período disponível, até o fechamento da fiscalização empreendida na Aneel). O documento registra a implementação adequada do plano por parte da concessionária, com 99% dos temas concluídos, entre dez aspectos de natureza comercial e operacional, incluindo os citados no Requerimento 21/2023-CDU, originalmente endereçado pelo regulador à distribuidora;

9.2.5. no que tange à definição das tarifas de energia elétrica praticadas aos consumidores pela Equatorial Energia - CEA, em sua área de concessão, o cálculo tarifário elaborado pela Aneel possui como diretriz, à luz das cláusulas contratuais disciplinadoras da matéria, assim como ocorre para todas as demais distribuidoras, o art. 15, inciso IV, da Lei 9.427/1996, o qual estabelece que "as tarifas máximas do serviço público de energia elétrica serão fixados em ato específico da Aneel, que autorize a aplicação dos novos valores, resultantes de revisão ou reajuste, nas condições do respectivo contrato". Dessa forma, a legislação de regência atribui à Aneel a competência para a homologação das novas tarifas em estrita observância às leis e demais atos normativos referentes ao assunto, em cumprimento às condições estabelecidas nos contratos de concessão firmados entre a União e as concessionárias;

9.2.6. o parágrafo primeiro do art. 6º da Lei 8.987/1995 estabelece o conceito de prestação de um serviço adequado, que, para ser alcançado, requer a observância de, entre outros princípios, o da modicidade tarifária, mas, por força do art. 13 da mesma lei, a prestação adequada do serviço também pressupõe o estabelecimento de tarifas em patamares suficientes que garantam receita compatível com os custos incorridos pela concessionária na aquisição dos insumos necessários. Nesse sentido, os reposicionamentos tarifários variam de acordo com as características específicas da concessionária, tais como: compra de energia, contratos de transporte, encargos setoriais, custos com investimentos e operação e manutenção das redes de distribuição. O detalhamento da variação desses custos, que não necessariamente acompanham os indicadores inflacionários, pode ser consultado de forma pormenorizada nas notas técnicas de análise emitidas pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da Aneel, sendo certo que, na página da agência na internet, são disponibilizados todos os documentos e planilhas que serviram de parâmetro para os cálculos das revisões tarifárias;

9.2.7. a Aneel possui sistemática própria de monitoramento e fiscalização da qualidade do serviço de distribuição, baseado no modelo de regulação responsiva. Além disso, a fiscalização da qualidade é orientada pela Resolução Normativa-Aneel 1.000/2021, que, por sua vez, remete às disposições do Módulo 8 das Regras e Procedimentos de Distribuição (Prodist);

9.2.8. no que concerne a quedas, oscilações e cortes repentinos do fornecimento de energia, causando prejuízos materiais aos consumidores, a fiscalização realizada pela Aneel se baseia em uma visão estratégica, com enfoque na prevenção, na utilização de inteligência analítica e de técnicas de fiscalização baseadas em evidências, cujo objetivo é orientar as concessionárias na adequada prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente nos aspectos relacionados ao atendimento comercial e indicadores de desempenho, técnicos e comercial;

9.2.9. em um contexto de regulação responsiva, as ações de fiscalização são planejadas conforme a resposta dos agentes aos comandos regulatórios, sendo composta pela execução de quatro etapas, a saber: monitoramento, análise, acompanhamento e ação fiscalizadora, em que são considerados os indicadores regulados, as reclamações feitas à distribuidora, as reclamações feitas à Aneel, as demandas internas e externas, além do cumprimento das regulamentações vigentes. Continuamente, são monitorados os seguintes temas: alteração cadastral, atendimento ao consumidor, ressarcimento de danos

elétricos, faturamento, cobranças por irregularidades, geração distribuída, religação, ligação nova com e sem obra, qualidade do produto (nível de tensão) e qualidade do fornecimento (continuidade);

9.2.10. de acordo com o Relatório de Fiscalização 7/2023-SFT/Aneel, o tema "continuidade da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica" é constituído por doze ações, das quais onze estavam concluídas até o fechamento daquele trabalho, o que representa uma evolução positiva de 91,7% das ações concluídas, sendo certo que, de acordo com informações prestadas pela distribuidora, a ação ainda pendente de conclusão, que diz respeito ao processo de certificação ISO 9001 para apuração dos indicadores de continuidade, estava programada para ser implementada em novembro/2023, em razão da agenda da certificadora;

9.2.11. em relação aos indicadores DEC e FEC que medem, respectivamente, a duração e a frequência de interrupção do fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora, de acordo com o Relatório de Fiscalização 7/2023-SFT/Aneel, 83% dos conjuntos elétricos atendiam o limite regulatório, no caso do DEC, e 75% dos conjuntos elétricos atendiam o limite regulatório, no caso do FEC;

9.2.12. no que concerne ao atendimento dos serviços comerciais, tais como cadastro de população de baixa renda, pedidos de ligações novas e de desligamentos, reclamações diversas dos clientes, troca de titularidade, danos elétricos, entre outros, temas estes de grande impacto direto aos consumidores, o relatório mais recente apresentado pela distribuidora, referente ao 3º trimestre de 2023, consigna que, em outubro de 2023, 99,94% das notas abertas para atender às demandas dos consumidores estavam com sua evolução dentro do prazo de atendimento;

9.2.13. no que tange à fiscalização das obras que são executadas pela distribuidora, especialmente no que concerne ao cumprimento dos prazos acordados, os investimentos que incluem obras de expansão, melhoria e renovação são de gestão da distribuidora, comprometendo-se com a prestação do serviço adequado, conforme a cláusula segunda do Contrato de Concessão 01/2021- ANEEL, cuja qualidade do fornecimento de energia elétrica é fiscalizada pela Aneel. No caso específico dos vinte e quatro primeiros meses do contrato de concessão da Equatorial Energia - CEA, a fiscalização acompanha as obras e ações apresentadas;

9.3. informar ao Exmo. Sr. Deputado Federal Acácio Favacho o teor desta decisão, encaminhando-lhe cópia da presente instrução;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);

9.5. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal e 17, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0806-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 807/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.246/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação:

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Município de Itapajé - CE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Advocacia Geral da União (AGU) dando conta de celebração de suposto acordo entre o Município de Itapajé/CE e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, visando à utilização de recursos oriundos de precatório de ação judicial de complementação do Fundef, em desacordo com as condições estabelecidas pela jurisprudência do TCU,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276, § 1º, do RITCU, referendar, até o pronunciamento deste Tribunal a respeito do mérito da representação, a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 52 destes autos, transcrito no relatório que acompanha este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado despacho;

9.2. dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Itapajé/CE e à AGU; e

9.3. retornar os presentes autos à AudEducação para adoção das providências cabíveis e prosseguimento do feito.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0807-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 808/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.477/2017-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).

3. Recorrentes: Luiz Alberto Gaspar Domingues (370.529.007-00); Francisco Pais (360.502.887-04); Roberto Gonçalves (759.408.508-63).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Márcio Monteiro Reis (OAB/RJ 93.815); Márcio Cavalcanti (OAB/RJ 110.541); Felipe Henrique Braz Guilherme (OAB/PR 69.406); e Bruno Guimaraes Bianchi (OAB/PR 86.310).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Roberto Gonçalves, Francisco Pais e Luiz Alberto Gaspar Domingues contra o Acórdão 2.929/2021-TCU-Plenário, que aplicou multa de R$ 67.854,38 aos três responsáveis e inabilitou o primeiro por oito anos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame, consoante art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar provimento ao recurso de Roberto Gonçalves e dar provimento parcial aos recursos de Francisco Pais e Luiz Alberto Gaspar Domingues, de modo a retificar o subitem 9.5. do acórdão recorrido, que passa a ter a seguinte redação:

9.5. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, a Francisco Pais, Luiz Alberto Gaspar Domingues, Roberto Gonçalves e Renato de Souza Duque multas individuais nos valores de R$ 10.000,00, R$ 20.000,00, R$ 67.854,38 e R$ 67.854,38, respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da multa fixada no subitem 9.5 do Acórdão 2.929/2021-TCU-Plenário em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.3. notificar os recorrentes da presente decisão.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0808-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 809/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.554/2013-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Auditoria).

3. Recorrente: Autopista Regis Bittencourt S/A (09.336.431/0001-06).

4. Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34406/OAB-DF), representando a Autopista Regis Bittencourt S/A.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido estes autos de auditoria em que, nesta fase processual, é apreciado pedido de reexame contra o Acordão 2.685/2021-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e à ANTT.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0809-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 810/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.869/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessado: não há.

4. Unidades Jurisdicionadas: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação de Pernambuco, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Pará, Bahia, Piauí, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Acompanhamento do 2º ciclo do projeto Sinapse (Sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação), referente ao período de 1/8/2022 a 31/3/2024, com o objetivo de atualizar a descrição do projeto e apresentar os resultados alcançados até o momento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência ao Ministério da Educação (MEC), considerando as competências definidas no art. 39, incisos I, III e V, da Lei 14.113/2020 e com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que os entes federativos arrolados no Anexo I deste relatório possuem a conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb com a titularidade em desacordo com a legislação do Fundo, pois, nos termos do art. 69, caput, e § 5º, da Lei 9.394/1994 c/c art. 21º, § 7º, da Lei 14.113/2020, essa conta deve ser de titularidade do órgão responsável pela educação, devendo ser atendidos todos os requisitos constantes do art. 2º, § 1º, da Portaria-FNDE 807/2022;

9.2. informar os tribunais de contas brasileiros deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, do Relatório de Acompanhamento e seu Anexo I, para a adoção das medidas que considerarem pertinentes, no âmbito da competência daquelas Cortes de Contas, estabelecida no art. 30, inciso II, da Lei 14.113/2020, de modo a corrigir e evitar que os entes federativos arrolados no Anexo I deste relatório mantenham a conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb com a titularidade em desacordo com a legislação do Fundo, pois, nos termos do art. 69, caput, e § 5º, da Lei 9.394/1994 c/c art. 21º, § 7º, da Lei 14.113/2020, essa conta deve ser de titularidade do órgão responsável pela educação, devendo ser atendidos todos os requisitos constantes do art. 2º, § 1º, da Portaria-FNDE 807/2022;

9.3. comunicar este Acórdão aos órgãos e entidades abaixo relacionados, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, do Relatório de Acompanhamento e seu Anexo I:

9.3.1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

9.3.2. Ministério Público Federal; e

9.3.3. Controladoria-Geral da União;

9.4. autorizar à AudEducação que autue novo processo com o objetivo de dar prosseguimento à fiscalização, em atendimento à deliberação que aprovou a proposta de fiscalização originária (TC-035.811/2020-0 - peça 4); e

9.5. arquivar estes autos, em consonância com o item 67 do Manual de Acompanhamento do TCU.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0810-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 811/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.882/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD).

3.2. Responsáveis: não há.

4. Unidade jurisdicionada: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN) para que este Tribunal acompanhe e verifique a legalidade da execução orçamentária da União em relação ao bloqueio de R$ 116 milhões da Capes no ano de 2023 e, caso haja indícios de ilegalidade, que o TCU solicite a liberação imediata dos valores bloqueados,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução-TCU 215/2008;
9.2. informar à Exma. Sra. Deputada Federal Bia Kicis, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CD/CFFC), que o Tribunal de Contas da União não realizou ação de controle que trate do recente bloqueio de R$ 116 milhões destinados à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
9.3. encaminhar à solicitante, em complemento às informações acima descritas, cópia desta deliberação e das peças 11 e 14;
9.4. considerar a solicitação de informações integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0811-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 812/2024 - TCU - Plenário
1. Processo TC 025.875/2020-5
2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: José Mendes Ferreira (035.046.623-87); Kleber Alves de Andrade (254.699.243-00).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Redator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Carlos Eduardo Barros Gomes (10.303/OAB-MA), Aidil Lucena Carvalho (12.584/OAB-MA) e outros, representando Kleber Alves de Andrade.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Kleber Alves de Andrade e José Mendes Ferreira, na condição de prefeitos do município de São Domingos do Maranhão/MA (gestões de 2009 a 2016 e 2017 a 2020, respectivamente), em razão da impugnação total das despesas realizadas no âmbito do Contrato de Repasse 337271-03/2010, que teve por objeto a construção de três campos de futebol na municipalidade;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:
9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Kleber Alves de Andrade, dando-lhe quitação, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas de José Mendes Ferreira, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 83.571,57 (oitenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 10/7/2012 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;
9.3. aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) prestações mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio dos processos para cobrança judicial;
9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;
9.7. alertar José Mendes Ferreira de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.8. informar acerca do teor desta deliberação a Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis, a Caixa Econômica Federal e os responsáveis.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0812-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus (Redator).
13.2. Ministros com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Benjamin Zymler.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 813/2024 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 027.028/2018-6.
1.1. Apensos: 024.305/2018-9; 029.758/2018-1; 006.187/2019-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Relatório de Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (04.903.587/0001-08); Ministério da Infraestrutura (extinto); Ministério de Portos e Aeroportos.
3.2. Recorrente: Companhia Docas de Imbituba (84.208.123/0001-02).
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Companhia Docas de Imbituba; Ministério da Infraestrutura (extinto); Ministério de Portos e Aeroportos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).
8. Representação legal: Michael Gleidson Araujo Cunha (OAB-DF 31.917) e Alexandre Dalfior de Figueiredo, representando Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ana Carolina Souza do Bomfim, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Luis Inacio Lucena Adams (OAB-RJ 29.512), Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra (OAB-DF 35.253) e outros, representando Companhia Docas de Imbituba.
9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos em que são apreciados pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 1.351/2020-TCU-Plenário (Min. Bruno Dantas);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 250, inciso V, do RITCU, em promover diligência junto:
9.1. à Agência Nacional de Transportes Aquaviários para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ratifique ou retifique as informações prestadas por meio do Ofício 435/2018/DG-ANTAQ relativamente aos lançamentos contábeis realizados pela Companhia Docas de Imbituba, apresentando documentos e justificativas que lastreiem sua manifestação;
9.2. à Companhia Docas de Imbituba para que, no prazo de 15 (quinze) dias, relativamente aos anos de 1994 a 2012, encaminhe ao Tribunal os balancetes e demais registros contábeis relacionados especificamente à conta "Fundo de Amortização" bem como a todas as outras que tenham servido de contrapartida à escrituração daquela conta contábil.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0813-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus (Revisor).
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 814/2024 - TCU - Plenário
1. Processo TC 019.042/2013-2
1.1. Apenso: 029.095/2011-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Maria de Lourdes Araújo Silva Santos (268.328.441-15).
3.1. Responsáveis: Édson Chigueru Taki (396.863.459-49); Jaldo de Souza Santos (002.840.841-15); Jaldo de Souza Santos Filho (330.236.971-91); José Rogério de Medeiros (376.122.121-53); Lérida Maria dos Santos Vieira (450.617.344-91); Pharmasantos Ltda. (01.726.883/0001-84); Walter da Silva Jorge João (028.909.682-00).
4. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Farmácia.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca); Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: Geovani Nogueira Cardoso (OAB-GO 11.163) e Maria de Lourdes Araújo Silva Santos, representando Jaldo de Souza Santos Filho; Luiz José Ferreira (OAB-MT 8.212), representando Édson Chigueru Taki; Délio Fortes Lins e Silva Júnior (OAB-DF 16.649), Larissa Lopes Bezerra (OAB-DF 44.550) e outros, representando José Rogério de Medeiros; Geovani Nogueira Cardoso (OAB-GO 11.163) e Munir Calixto Júnior (OAB-GO 11.325), representando Maria de Lourdes Araújo Silva Santos; Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima (OAB-DF 12.907), representando a Eurexpress Travel Viagens e Turismo Ltda.; Guilherme Gonçalves Martin (OAB-DF 42.989), Bruno Silva Campos (OAB-DF 17.509) e outros, representando Lérida Maria dos Santos Vieira; Neide das Graças Lemes Santos, representando Jaldo de Souza Santos.
9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Maria de Lourdes Araújo Silva Santos contra o Acórdão 43/2016-TCU-Plenário,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. informar à recorrente que a dívida só poderá ser cobrada dos herdeiros após realizada a partilha e até o limite do patrimônio transferido.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0814-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 815/2024 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 012.179/2016-7.
1.1. Apensos: 010.453/2014-8; 023.341/2016-5; 034.239/2018-9; 024.855/2017-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de Declaração (monitoramento)
3. Representante/Interessados/Responsáveis:
3.1. Representante: Procurador Júlio Marcelo.
3.2. Interessados: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20); Companhia Siderúrgica Nacional (privatizada) (33.042.730/0001-04); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (09.263.130/0001-91).
3.3. Responsáveis: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (33.657.248/0001-89); Bndes Participações S.A. (00.383.281/0001-09); Ftl - Ferrovia Transnordestina Logística S.A (17.234.244/0001-31); Transnordestina Logistica S.A. (02.281.836/0001-37).
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério da Infraestrutura (extinto); Ministério dos Transportes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Valec Engenharia Construcoes e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).
8. Representação Legal: Ana Paula Tabosa Martins (15.443/OAB-CE), Ana Paula Rabello Faria (42980/OAB-DF) e outros, representando FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.; Raquel Bezerra Muniz de Andrade Caldas (25742/OAB-BA), representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Amanda Nogueira Bonfim, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Ana Paula Tabosa Martins (15.443/OAB-CE), Karinne Fernanda Nunes Moura (52520/OAB-DF) e outros, representando Transnordestina Logística S.A.; Mauricio Santo Matar (322216/OAB-SP e 49103/OAB-DF), Isabela Felix de Sousa Ferreira (28481/OAB-GO) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (filial RJ); Humberto de Souza Leite, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Grazielle Fernandes Pettene, Denilson Ribeiro de Sena Nunes (96320/OAB-RJ) e outros, representando Bndes Participações S.a.; Daniela Mineko Noda (221.951/OAB-SP) e Giselle Christina Neves de Oliveira (99.294/OAB-MG), representando Companhia Siderúrgica Nacional (privatizada); Augusto Cesar Carvalho Barbosa de Souza e Anderson Moreno Luz, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Péricles Tadeu Costa Bezerra, Antônio Afonso da Silva e outros, representando Ministério da Infraestrutura (extinto).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam dos embargos de declaração opostos pela Infra S.A. em face do subitem 9.3 do Acórdão 467/2024-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar conhecimento deste acórdão e dos esclarecimentos constantes do voto que o fundamenta à Infra S.A., à Casa Civil, ao Ministério da Infraestrutura, ao Ministério dos Transportes, à Agência Nacional de Transportes Terrestres.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0815-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 816/2024 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 014.606/2023-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (00.394.460/0058-87).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional para avaliação dos serviços digitais do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), especialmente a utilização da Plataforma de Governança Territorial (PGT) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU e no art. 4º da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de 90 (noventa) dias:
9.1.1. formalize e coloque em prática política de controle de acessos, para disciplinar as formas de acesso, os mecanismos de concessão de autorização de acessos, de verificação periódica de usuários, dentre outras boas práticas estabelecidas nos normativos que tratam do tema, de acordo com o art. 46 da Lei 13.709/2018 e o Guia de Privacidade, Proteção de Dados Individuais e Segurança da Informação (Framework PPSI) da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
9.1.2. implante controle de acesso efetivo, por meio do login único do gov.br, no sistema Sala da Cidadania, enquanto não forem implementados os serviços correspondentes e a completa substituição desse sistema no âmbito da Plataforma de Governança Territorial (PGT), em consonância com as boas práticas estabelecidas no Guia do Framework PPSI (controles 5 e 6: Gestão de Contas e do Controle de Acesso), editado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e na Portaria Incra 1.460/2022;
9.1.3. adote medidas com vistas a obter os documentos ou informações oficiais necessárias à prestação dos serviços públicos digitais, abstendo-se de exigir dos requerentes a juntada de documentos expedidos por outros órgãos ou entidades do governo federal, a exemplo do extrato do CNPJ da Receita Federal do Brasil e do extrato do CNIS do Instituto Nacional do Seguro Social, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei 13.726/2018 e no art. 24, inciso IV, da Lei 14.129/2021;
9.1.4. nos relatórios e nas notificações geradas pela PGT destinados ao público externo, substitua o CPF completo pelo número de matrícula SIAPE ou adote o CPF descaracterizado, por meio de técnica de anonimização do dado, restringindo a disponibilização externa dos dados de CPF de seus servidores e colaboradores apenas nos documentos em que essa informação for imprescindível, nos termos do art. 5º, incisos I e II, da LGPD (Lei 13.709/2018), observando os princípios da necessidade, segurança e prevenção, nos termos do art. 6º, incisos III, VII e VIII, da mesma lei;
9.1.5. ultime as negociações com a Receita Federal do Brasil e o Instituto Nacional do Seguro Social no sentido de viabilizar a disponibilização de APIs necessárias, ou solução análoga, à completa interoperabilidade de acordo com as necessidades da PGT, para dar efetivo cumprimento aos artigos 3º, incisos X e XIV, 20, § 2º, 38, inciso I, 39 e 41 da Lei 14.129/2021, bem como ao art. 3º, §3º, da Lei 13.726/2018.
9.2. recomendar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que:
9.2.1. priorize o desenvolvimento dos serviços hoje oferecidos pelo sistema Sala da Cidadania na PGT, para que passem a observar as disposições da Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021);
9.2.2. priorize o desenvolvimento e a implementação do serviço digital de Ingresso de Famílias na PGT, para atender de forma célere, eficiente, transparente e efetiva os editais em curso sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária;
9.2.3. revise a Instrução Normativa Incra 99/2019 para que sejam empregadas as funcionalidades automatizadas na PGT, evitando exigir nova inserção de documentos e declarações já contidas nas validações da plataforma;
9.2.4. regulamente a obrigatoriedade de utilização da PGT para a execução dos serviços de emissão de contrato de concessão de uso, solicitação de títulos e regularização de ocupantes em assentamentos, bem como todos os serviços que vierem a ser homologados na plataforma, para evitar a utilização simultânea de diversos sistemas para realização de idênticos serviços;
9.2.5. priorize, nos contratos firmados para desenvolvimento dos serviços digitais, aqueles serviços necessários à completa substituição dos sistemas legados, especialmente o Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (Sipra);
9.2.6. elabore planejamento estratégico para divulgação e orientação de utilização dos serviços digitais da PGT ao público externo;
9.2.7. teste, previamente, ou por ocasião da implementação, os serviços digitais junto ao público interno e externo, como forma de colher subsídios à melhoria das funcionalidades dos serviços desenvolvidos, utilizando-se de técnicas como a análise de UX Design;
9.3. encaminhar cópia do Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0816-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 817/2024 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 030.375/2020-7.
1.1. Apenso: 002.279/2020-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Fazenda (00.394.460/0001-41).
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA); Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia; Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Petróleo, Gás Natural e Mineração (AudPetróleo).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do relatório de acompanhamento destinado a identificar riscos e oportunidades de melhoria na condução da política pública do Novo Mercado de Gás;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. enviar cópia do presente relatório ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional de Política Energética, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério da Economia e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a fim de subsidiá-los em suas funções institucionais de definição de diretrizes, implementação de políticas, estudos, regulação e proposições legislativas para o setor de gás natural e, em especial, para que tomem conhecimento e adotem as providências que entenderem necessárias em relação à grave deficiência de pessoal da ANP; e
9.2. encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0817-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 818/2024 - TCU - Plenário
1. Processo nº TC 005.597/2024-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de proposta de fiscalização encaminhada pela Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI), na modalidade Levantamento, integrado com aspectos de conformidade, com o objetivo de avaliar a transparência de portais de um conjunto de organizações federais no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) - Ciclo 2024;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. autorizar a realização da fiscalização proposta;
9.2. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo de Governança, Inovação e Transformação Digital do Estado (SecexEstado) para as providências cabíveis.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0818-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 819/2024 - TCU - Plenário
1. Processo TC 011.017/2018-0.
1.1. Apenso: TC 003.688/2013-5
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: João Carlos Grilo Carletti (740.938.867-68); Luiz Manoel de Figueiredo Jordão (499.763.117-53); Dimensional Engenharia Ltda. (00.299.904/0001-60).
3.2. Recorrente: Dimensional Engenharia Ltda (00.299.904/0001-60).
4. Órgãos/Entidades: Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal; Instituto Estadual do Ambiente (Inea) do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).
8. Representação legal: Cristiana Muraro Fracari (48.254/OAB-DF) e Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/OAB-DF), representando Dimensional Engenharia Ltda.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de agravo interposto por Dimensional Engenharia Ltda. contra decisão em que afastei preliminar de prescrição suscitada pela ora agravante;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 289 do Regimento Interno e no art. 11 da Resolução-TCU 344, de 11/10/2022:
9.1. conhecer do agravo interposto por Dimensional Engenharia Ltda., para, no mérito, dar-lhe provimento;
9.2. tornar insubsistente a decisão agravada;
9.3. reconhecer a prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva;
9.4. dar conhecimento desta deliberação ao recorrente e aos demais responsáveis;
9.5. arquivar o processo.
10. Ata n° 16/2024 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0819-16/24-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.
ACÓRDÃO Nº 820/2024 - TCU - Plenário
1. Processo TC 040.058/2023-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - ApexBrasil.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação formulada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, nos termos de requerimento apresentado pelo Excelentíssimo Senhor

Deputado Federal Marcel van Hatten e aprovado por aquele colegiado, com o fito de que seja realizada fiscalização com o escopo de verificar a regularidade de atos de gestão da ApexBrasil desde 1º/1/2023;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e no art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução - TCU 215/2008;

9.2. informar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. a análise de todos os elementos constantes nesta solicitação será realizada nos autos do TC 015.993/2023-0 e que o atendimento integral desta presente solicitação ocorrerá após apreciação definitiva pelo Tribunal do processo TC 015.993/2023-0;

9.2.2. ser-lhe-á dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser adotada no TC 015.993/2023-0;

9.3. sobrestar, com fundamento no art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, a apreciação do presente processo até o julgamento de mérito do TC 015.993/2023-0;

9.4. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução-TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução ao processo TC 015.993/2023-0, uma vez reconhecida a conexão integral do respectivo objeto com o da presente solicitação;

9.5. juntar desta deliberação ao processo TC 015.993/2023-0, conforme o art. 14, inciso V, da Resolução-TCU 215/2008;

9.6. dar conhecimento desta deliberação à Câmara dos Deputados e à ApexBrasil.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0820-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 821/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.759/2022-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento (Relatório de Auditoria).

3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

4. Órgão/Entidade: Infra S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento das deliberações constantes no Acórdão 2.973/2021-Plenário (TC 016.063/2019-8), que tratou de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras/2019, na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) com o objetivo de fiscalizar as obras de construção do Lote 4F, localizado no segmento entre Ilhéus-BA e Caetité-BA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar em cumprimento a determinação constante do item 9.1 do Acórdão 2.973/2021-Plenário;

9.2. assinar prazo de 180 dias para que a Infra S.A. conclua o atendimento ao item 9.1 do Acórdão 2.973/2021-Plenário;

9.3. determinar à Infra S.A., com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 60 dias, em caso de decisões judiciais que impeçam a continuidade dos processos administrativos a seguir listados, a instauração e/ou o envio das correspondentes tomadas de contas especiais, adote as medidas necessárias na busca de reverter referidas decisões, informando ao Tribunal, no mesmo prazo, quais medidas foram tomadas e qual é a situação atualizada de cada um dos processos:

9.3.1. Processo 51402.237812/2019-35 (lote 1F);

9.3.2. Processo 51402.237813/2019-81 (lote 2F);

9.3.3. Processo 51402.237814/2019-24 (lote 3F);

9.3.4. Processo 51402.237797/2019-25 (lote 4F); e

9.3.5. Processo 51402.237815/2019-79 (lote 5F);

9.4. restituir os autos à AudPortoFerrovia para prosseguimento do monitoramento das medidas em cumprimento do Acórdão 2.973/2021-Plenário; e

9.5. dar ciência deste Acórdão à Infra S.A.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0821-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 822/2024 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.833/2023-0.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Recorrente: Valec Engenharia Construcoes e Ferrovias S/A (42.150.664/0001-87).

4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia Construcoes e Ferrovias S/A.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

8. Representação legal: Marcelo Budal Cabral (OAB/GO 29.719), David Augusto Bandeira dos Santos (OAB/DF 38.305) e outros, representando Valec Engenharia Construcoes e Ferrovias S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Infra S.A. em face do Acórdão 2.744/2023-TCU-Plenário, mediante o qual o Tribunal apreciou auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras/2023, na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) com o objetivo de fiscalizar as obras de construção do Lote 5F, localizado no segmento entre Caetité/BA e Barreiras/BA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Infra S.A., com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, no sentido de prestar os esclarecimentos constantes da proposta de deliberação que integra a presente decisão, mantendo-se inalterado o acórdão embargado;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0822-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 823/2024 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.610/2014-1.

1.1. Apensos: 034.643/2014-1; 003.350/2017-7; 001.856/2022-7; 028.692/2016-0; 030.285/2016-0; 003.471/2018-7; 012.439/2017-7; 005.428/2018-1.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Digifile Tecnologia Em Documentos Eireli (05.631.257/0001-65); Fábio Salgado Pacheco (617.897.710-72); Luiz Alcides Capoani (306.831.730-49).

4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Karine Castro Fortes (OAB/RS 84.304), representando Luiz Alcides Capoani; Cláudio Pacheco Prates Lamachia (OAB/RS 22.356), Leonardo Lamachia (OAB/RS 47.477) e outros, representando Digifile Tecnologia Em Documentos Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial resultante da conversão do processo de denúncia TC 009.147/2013-6, conforme Acórdão 1.331/2014-TCU-Plenário, referente a possível superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado e de falta de serventia de parte dos serviços executados praticado em contrato firmado entre o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (Crea-RS) e a empresa Digifile Tecnologia em Documentos Eireli para prestação de serviços de digitalização e indexação de documentos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa e razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Fábio Salgado Pacheco;

9.2. julgar regulares as contas do Sr. Fábio Salgado Pacheco, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação plena;

9.3. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Luiz Alcides Capoani referentes à parcela de débito decorrente da falta de serventia de parte dos serviços de digitalização executados e pagos no âmbito do contrato decorrente da Concorrência 1/2010 promovida pelo CREA/RS

9.4. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Luiz Alcides Capoani e pela empresa Digifile Tecnologia em Documentos Eireli referentes ao superfaturamento por preços excessivos frente ao mercado praticado no âmbito do contrato decorrente da Concorrência 1/2010;

9.5. julgar irregulares as contas do Sr. Luiz Alcides Capoani e da empresa Digifile Tecnologia em Documentos Eireli, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do CREA-RS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei:

Data	Débito
1º/12/2012	492.636,50
13/3/2013	73.980,56
29/5/2013	54.737,06
25/6/2013	60.283,29
10/7/2013	406.376,53
19/7/2013	84.782,94
21/8/2013	92.991,17
10/9/2013	191.774,08
8/10/2013	99.380,00
8/11/2013	39.370,38

9.6. aplicar, individualmente, à empresa Digifile Tecnologia em Documentos Eireli e ao Sr. Luiz Alcides Capoani a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores especificados a seguir, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R$)
Luiz Alcides Capoani	100.000,00
Digifile Tecnologia em Documentos Eireli	100.000,00

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, em caso de não atendimento das notificações a serem endereçadas aos responsáveis, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.9. enviar cópia deste Acórdão aos responsáveis, ao CREA-RS e ao CAU-RS, para ciência.

10. Ata n° 16/2024 - Plenário.

11. Data da Sessão: 24/4/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0823-16/24-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 4 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 30 de abril de 2024.

Min. BRUNO DANTAS
Presidente do Tribunal

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 1, de 18/01/2023-Plenário, publicada no D.O.U. de 27/01/2023, Seção I, p. 139

Onde se lê: ATA Nº 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2023

(Sessão Ordinária do Plenário)

.....

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

- Submete à homologação os seguintes normativos assinados ad referendum do Plenário: Instrução Normativa-TCU nº 91, de 22 dezembro de 2022; Resolução-TCU nº 350, de 23 de dezembro de 2022; Decisão Normativa-TCU nº 201, de 28 de dezembro de 2022; Resolução-TCU nº 351, de 29 de dezembro de 2022; e Resolução-TCU nº 352, de 9 de janeiro de 2023. Por sugestão do Ministro Benjamin Zymler, acolhida pela Presidência e aprovada pelo Plenário, houve alteração no caput do art. 1º e inclusão do inciso I no art. 5 da Instrução Normativa-TCU nº 91, de 22 dezembro de 2022. Aprovada. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Leia-se: ATA Nº 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2023

(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Presidente)

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

.....

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

- Submete à homologação os seguintes normativos assinados ad referendum do Plenário: Instrução Normativa-TCU nº 91, de 22 dezembro de 2022; Resolução-TCU nº 350, de 23 de dezembro de 2022; Decisão Normativa-TCU nº 201, de 28 de dezembro de 2022; Resolução-TCU nº 351, de 29 de dezembro de 2022; e Resolução-TCU nº 352, de 9 de janeiro de 2023. Por sugestão do Ministro Benjamin Zymler, acolhida pela Presidência e aprovada pelo Plenário, mediante a Instrução Normativa-TCU nº 92, de 18 dezembro de 2023, houve alteração no caput do art. 1º e inclusão do inciso I no art. 5 da Instrução Normativa-TCU nº 91, de 22 dezembro de 2022. Aprovada. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

.....

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

DESPACHO

Processo Administrativo SEI n.º 0006157-37.2022.6.12.8000. Interessada: PREDIAL CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 13.676.569/0001-13 (Advogados: Gabriel Gallo Silva - OAB/MS 19.100 e Haroldo Picoli Júnior - OAB/MS 11.615).

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul torna público que foi proferido o Despacho nº 10499 / 2024 - TRE/PRE/DG/SAF/GABSAF com o seguinte teor: "Vistos. Ciente da Informação 4852, prestada pela Seção de Análise Contábil, a qual refere que após a autorização para o recolhimento da multa cautelar no valor de R$ 27.906,59, a Seção de Finanças, ao liquidar da Nota Fiscal nº 269/2022 cujo valor era R$ 139.532,93, deduziu o valor da retenção cautelar autorizada, valor que permaneceu no empenho 2021NE000602, juntamente com outros saldos. Ressalta que "Em 30/06/2023, através da NS 3308, esse valor foi bloqueado dos empenhos inscritos em RPNP a Liquidar, conforme Decreto 93.872/86 e Lei 14.116/20 (LDO 2021). Em 31/12/2023, através da RO 1439, esse valor foi cancelado de restos a pagar bloqueados conforme Decreto nº 93.872/1986, que não foram executados pelo Decreto 11.813/2023, modalidade 90". Dessa forma, consoante a informação da SACONT "todo o saldo do empenho 2021NE000602, no qual estava inserido o valor de R$ 27.906,59, retido cautelarmente através da decisão nº 397/2022 nos autos 0006309-22.2021.6.12.8000, foi cancelado automaticamente pelo SIAFI". Assim, considerando o cumprimento da retenção determinada na Decisão AJDG nº 504/2023, que aplicou penalidade de MULTA à empresa PREDIAL CONSTRUÇÕES, no valor de R$ 38.319,04 (trinta e oito mil trezentos e dezenove reais e quatro centavos), bem como o fato da retenção ter se dado na quantia de R$ 27.906,59 (vinte e sete mil novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), remetam-se os autos à Seção de Contratos para prosseguimento da cobrança da empresa quanto a diferença de valor não retida". Despacho proferido em 22/04/2024 por Sérgio Roberto da Silva, Secretário de Administração e Finanças.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 380, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Cria a Câmara da Mulher Biomédica, no âmbito do Conselho Federal de Biomedicina

O Plenário do Conselho Federal de Biomedicina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 6.684 de 03 de setembro de 1979, de acordo com o que foi decidido na 192ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 30 de abril de 2024, realizada de forma remota e; CONSIDERANDO que é dever do CFBM zelar pelo bem da profissão, promovendo e garantindo o crescimento da biomedicina de forma igualitária, respeitando os princípios constitucionais de igualdade, respeito e livre exercício da atividade profissional; CONSIDERANDO que é atribuição do CFBM, conforme previsto no art. 10, incisos II, VII e XII, da Lei nº 6.684/79, exercer função normativa, conhecer e dirimir dúvidas suscitadas pelos Regionais e promover a exação da profissão, presando pelo bom nome daqueles que a exercem; resolve:

Art. 1º. Criar a Câmara da Mulher Biomédica, no âmbito do Conselho Federal de Biomedicina que se regerá nos termos da presente Resolução. Art. 2º. Nomear a Biomédica Janaína Naumann para exercer a função de coordenadora Nacional que exercerá as funções por um mandato de 4 (quatro) anos, a contar da publicação da presente Resolução. Parágrafo único. Caberá à coordenação nacional da CMBM: a) nomear 6 (seis) componentes, dentre profissionais biomédicos, devidamente registrados nos seus respectivos CRBMs, para exercerem as funções regimentais; b) elaborar o regimento interno que deverá conter o planejamento de ações a serem desenvolvidas em âmbito nacional; c) prestar contas ao plenário do CFBM de todas as ações desenvolvidas; Art. 3º. À Câmara da Mulher Biomédica tem caráter de câmara técnica especializada, com a incumbência de subsidiar a tomada de decisão do plenário do Conselho Federal de Biomedicina, nos assuntos referentes às profissionais e usuárias dos serviços atinentes a área da biomedicina. Parágrafo único. A referida câmara técnica é um órgão colegiado de assessoria técnica, consultiva e deliberativa, do plenário e da diretoria do CFBM, nos assuntos de sua competência. Art. 4º. Caberá ao Diretor Tesoureiro do CFBM promover as adequações orçamentárias para fins de dotação específica, mediante portaria conjunta com a Presidência, cuja coordenação da CMBM será a ordenadora de despesas, cabendo-lhe à devida prestação de contas anualmente de suas atividades e recursos empregados para a devida execução. Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 748, DE 22 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Manual de Emissão de Passagens Aéreas e Terrestres, no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 726, de 15 de setembro de 2023;

CONSIDERANDO o disposto no art. 21, XII, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 726/2023, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, IV, da Lei nº 5.905/73, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que é devida aos Conselheiros, empregados públicos, assessores e aos colaboradores do Conselho Federal de Enfermagem a concessão de passagens para o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas;

CONSIDERANDO que o exercício de mandatos de Conselheiro Federal possui natureza honorífica, conforme os arts. 9º e 14 da Lei nº 5.905/73;

CONSIDERANDO o Anexo III do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelo Decreto nº 6.576, de 25 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº 4, de 11 de julho de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre o ressarcimento de gastos com bagagens despachadas em viagens a serviço, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

CONSIDERANDO tudo o que consta no Processo Administrativo Cofen nº 00196.001697/2024-71 e a Deliberação na 563ª Reunião Ordinária de Plenário do Cofen; resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Emissão de Passagens Aéreas e Terrestres, no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem.

Parágrafo único. O Manual de Emissão de Passagens Áreas e Terrestres de que trata esta Resolução estará disponível no sítio de internet do Cofen (www.cofen.gov.br), ficando dispensada sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua de publicação no DOU revogando a Resolução Cofen nº 590/2018.

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
Primeira Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

PORTARIA Nº 201, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Altera o Quadro de Cargos em Comissão criados pela Portaria nº 54, de 13 de janeiro de 2017, publicada em 1º de fevereiro de 2017.

O presidente do COFFITO, no exercício regular de suas atribuições legais e regimentais previstas no art. 59 da Resolução-COFFITO nº 413/2012;

CONSIDERANDO a necessidade de redimensionamento do quantitativo de cargos de livre provimento; e

CONSIDERANDO a necessidade de criação e adequação de cargos de livre provimento; resolve:

Art. 1º Criar:

I. 02 (dois) cargos em comissão de Assistente;

II. 03 (três) cargos em comissão de Chefe.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ROBERTO MATTAR CEPEDA

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 29 DE ABRIL DE 2024

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR PAe Nº 000001.31/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 18.627/2023) APELANTE/INTERDITADO: Dr. Thiago Marra Netto - CRM/SP nº 182.522 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/interditado. Por unanimidade, foi mantida decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a INTERDIÇÃO CAUTELAR TOTAL do exercício profissional, nos termos do Código de Processo Ético-Profissional (Resolução CFM n° 2.306/2022), visando a proteção da Sociedade, bem como a imposição do Procedimento Administrativo pelo CREMESP, nos termos da Resolução CFM n° 2.164/2017, para apurar possível doença incapacitante ao exercício da medicina por parte do apelante/interditado, com base no inciso I das Disposições Gerais do Código de Ética Médica, que preceitua: "I - O médico portador de doença incapacitante para o exercício profissional, apurada pelo Conselho Regional de Medicina em procedimento administrativo com perícia médica, terá seu registro suspenso enquanto perdurar sua incapacidade", tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de março de 2024. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR PAe Nº 000003.31/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 18.942-1155/2023) APELANTE/INTERDITADO: Dr. Paulo Augusto Berchielli - CRM/SP nº 51.592 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/interditado. Por unanimidade, foi mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a INTERDIÇÃO CAUTELAR TOTAL do exercício profissional, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de março de 2024. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABECA, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

ACÓRDÃO DE 29 DE ABRIL DE 2024

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000336.13/2023-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 000022/2019) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Élcio da Silveira Machado - CRM/MG nº 57.587.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para lhe aplicar a "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1° (imprudência), 14, 18 (c/c Resolução CFM nº 1.982/2012), 35, 100, 101 e 102 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 14, 18, 35, 100, 101 e 102 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de fevereiro de 2024. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000689.13/2023-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá (PEP nº 000013/2019) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Detimar Paz Sarmento - CRM/AP nº 259 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imperícia, imprudência e negligência), 18 (c/c Resolução CFM n° 1.802/2006) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1°, 18 e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de fevereiro de 2024. (data do julgamento) NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000693.13/2023-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (PEP nº 000026/2020) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Wesley Noryuki Murakami da Silva - CRM/DF nº 17032 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para lhe aplicar a "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO

OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 17 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração aos artigos 1º, 14 e 35 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de fevereiro de 2024. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000005.13/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000059/2018) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Paulo Mageste Lessa - CRM/ES nº 10.991 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 14, 18 (c/c Resolução CFM nº 1974/2011, artigo 3º), 115 e 116 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 18, 114 e 115 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 21 de fevereiro de 2024. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000033.13/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013480/2017) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Adauto Simões Neto - CRM/SP nº 74.822 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência e imprudência), 7º, 8º e 9º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 7º, 8º e 9º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de fevereiro de 2024. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000047.13/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 014307/2018) 3º APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Marcelo Herreros - CRM-SP nº 122.952 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciante e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciados. Por unanimidade, foram confirmadas as culpabilidades dos denunciados e reformada, com relação à 1ª apelante/denunciada, a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a", para lhe aplicar a "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1° e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18); mantendo, com relação ao 2º apelante/denunciado, a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1° do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18); reformando, com relação ao 3º apelante/denunciado, a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a", para lhe aplicar a "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei 3268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18); e reformando, com relação à apelada/denunciada, a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a", para lhe aplicar a "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de março de 2024. (data do julgamento) MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Presidente da Sessão; NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000076.13/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012220/2015) APELANTE/DENUNCIADA: Dra. Luana Avelino Morais - CRM/SP nº 125.931 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a por infração aos artigos 1º (negligência e imprudência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de março de 2024. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000103.13/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (PEP nº 000019/2020) APELADO/DENUNCIADO: Dr. Edmilson Lucio da Silva - CRM/DF nº 3.802 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante. Por unanimidade, foi confirmada a culpabilidade do apelado/denunciado e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 21 de março de 2024. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000116.13/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000106/2020) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Lucas Leandro Fustinoni Lourenço - CRM/PR nº 30.155 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (Resolução CFM nº 1.974/2011 e complementares), 68, 75, 112 e 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 4 de abril de 2024. (data do julgamento) MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Presidente da Sessão; ARMANDO BOCCHI BARLEM, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000120.13/2024-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013.598/2017) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Edilson Soares Junior - CRM/SP nº 107.640 Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 05 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imperícia e imprudência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 5 de abril de 2024. (data do julgamento) VENANCIO GUMES LOPES, Presidente da Sessão; MAX WAGNER DE LIMA, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO CRCDF Nº 244, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024

Abertura de Crédito Adicional Suplementar Ao Orçamento de 2024 do CRCDF.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - CRCDF, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO a informação da Seção de Contabilidade e Orçamento do Regional; CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária, foi verificada a necessidade de se proceder reforço a dotação orçamentária, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Conselho Regional do Distrito Federal para o exercício financeiro 2024, no valor de R$ 1.286.116,00 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil e cento e dezesseis reais), nas seguintes dotações; SUPLEMENTA: 6 CONTROLES DO ORÇAMENTO - EXECUÇÃO; 6.3 EXECUÇÃO DA DESPESA; 6.3.1 DESPESA CORRENTENTES; 6.3.1.3 USO DE BENS E SERVIÇOS; 6.3.1.3.01 Material de Consumo R$ 19.500,00; 6.3.1.3.02 Serviços R$ 521.116,00; 6.3.1.4 FINANCEIRAS; 6.3.1.4.01 Financeiras R$ 40.000,00; 6.3.1.6 TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS; 6.3.1.6.01 Tributárias e Contributivas R$ 5.000,00; 6.3.1.9.01 OUTRAS DESPESAS CORRENTES; 6.3.1.9.01 Outras Despesas Correntes R$ 30.000,00; 6.3.2 DESPESAS CAPITAL; 6.3.2.1 INVESTIMENTOS; 6.3.2.1.03 Equipamentos e Materiais Permanentes R$ 670.500,00; TOTAL R$ 1.286.116,00.

Art. 2º - Para a abertura do presente Crédito Adicional será utilizado recursos advindos do Superávit Financeiro do exercício de 2023, em conformidade com o item I do § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64, conforme dotação descriminada abaixo. SUPERÁVIT FINANCEIRO: 6 CONTROLES DO ORÇAMENTO - EXECUÇÃO; 6.2 EXECUÇÃO DA RECEITA; 6.2.3 PREVISÃO ADICIONAL; 6.2.3.1 PREVISÃO ADICIONAL; 6.2.3.1.01 Superávit Financeiro R$ 1.286.116,00; TOTAL R$ 1.286.116,00.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CONTADOR DARLAN DE LIMA BARBOSA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCDF Nº 243, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023

Aprova O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF) Para O Biênio 2024/2025.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, referente ao biênio 2024/2025, em atendimento ao disposto na Portaria nº 778, de 04/04/2019, alterada pela Portaria nº 18.152, de 04/08/2020, ambas da Secretaria de Governo Digital, que dispõem sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (SISP);

Art. 2º O PDTI do CRCDF está disponível no sítio https://www.crcdf.org.br/pdti/

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor em XX de XXXX de 2022.

ALBERTO MILHOMEM BARBOSA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

PORTARIA CREFITO-3 Nº 74, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo de Eleição Direta para os mandatos de Conselheiros do CREFITO-3, quadriênio 2025-2029, e designação de sorteio público aleatório, visando à formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO (CREFITO-3), no uso de suas atribuições contidas na Lei nº 6.316/1975, em cumprimento à Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências, e em observância ao Acórdão nº 429, de 10 de agosto de 2021, e:

CONSIDERANDO a aproximação do término do mandato da atual gestão e a realização das eleições para o quadriênio 2025-2029;

CONSIDERANDO a necessidade de deflagrar o processo para a eleição dos Conselheiros integrantes do CREFITO-3, na forma do art. 3º da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO a possibilidade de deflagração do processo eleitoral com prazo máximo de anterioridade de 10 (dez) meses do último dia de mandato dos Conselhos Regionais, conforme art. 1º do Anexo da Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020;

CONSIDERANDO que cabe ao Presidente do Conselho Regional instaurar o processo eleitoral em questão, por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial da União, devendo proceder à designação de dia, hora e local para a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na cidade-sede do Crefito-3 e região metropolitana, visando à formação da Comissão Eleitoral local e eventual cadastro de reserva, conforme preconizado no art. 7º da Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020 e Acórdão COFFITO nº 429 de 10 de agosto de 2021, decide:

Art. 1º - Instaurar o processo para a eleição dos Conselheiros efetivos e Suplentes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (CREFITO-3), para o mandato referente ao quadriênio 2025-2029, na forma prevista no Art. 3º da Lei Federal nº 6.316/1975.

Art. 2º - O processo eleitoral será regido pela Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020.

Art. 3º - O sorteio público aleatório para a formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva, entre os profissionais residentes na cidade-sede do Crefito-3 e na região metropolitana, será realizado no dia 17 de maio de 2024, às 10 horas, no auditório da sede desta Autarquia Federal, localizado na Rua Cincinato Braga, nº 277, Bela Vista, São Paulo/SP.

§1º - Que, para fins de sorteio da Comissão Eleitoral, a listagem dos profissionais deverá contemplar todos aqueles profissionais com domicílio na região metropolitana da cidade-sede do CREFITO, na forma do que estabelecer a legislação local quanto à extensão da região metropolitana.

§2º - A listagem desses profissionais será divulgada no sítio eletrônico deste Conselho Profissional, com antecedência mínima de 3 (três dias) da data do sorteio, conforme prevê a Resolução COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020.

§3º - Determinar, em interpretação sistemática com o que dispõe o art. 5º da Resolução COFFITO nº 519/2020, que somente devam constar da listagem de profissionais para o sorteio dos membros da Comissão Eleitoral aqueles profissionais que não possuam débitos de qualquer natureza com o respectivo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Art. 4º - O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional deverá ser oficiado no primeiro dia útil subsequente a instauração do presente processo eleitoral.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAPHAEL MARTINS FERRIS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 8ª REGIÃO

PORTARIA CRN-8 Nº 12, DE 22 DE ABRIL DE 2024

Delega a competência para deferimento ou indeferimento, nos requerimentos de Pessoa Jurídica.

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas - 8ª Região, no uso de suas atribuições legais, que lhe concedem a Lei Federal 6583/78, em seus artigos 10 e 11, o Decreto Federal 84.444/80, em seu artigo 13, incisos III, IV, XIX, XXI e XXII, e considerando:

a) O disposto no artigo 11 e seguintes da Lei nº 9.784/99, quanto à delegação e avocação de competências;

b) O disposto no artigo 11 e seguintes do Decreto-Lei nº 200/67 e no disposto em seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 83.937/79, referente à delegação de competências na Administração Pública Federal;

c) O disposto no artigo 6, inciso XI e artigo 16, incisos I, II, III e XVII, da Resolução CFN nº 356/04, alterada pela resolução CFN nº 460/09;

d) O disposto no artigo 7 da Resolução CFN nº 702/21;

e) A Resolução CFN nº 527 de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Fiscalização (PNF) e sobre a estrutura, o funcionamento e as atribuições dos setores de fiscalização no âmbito do Sistema CFN/CRN e dá outras providências;

f) A necessidade de que os procedimentos administrativos referentes aos requerimentos formulados por Pessoas Jurídica sejam agilizados e, para que, dessa forma, as pessoas jurídicas se regularizem junto ao Regional;

g) Que toda análise, anotação e conferência de documentos relativos à solicitação de pessoa jurídica já vem sendo realizada por funcionário competente, membro da equipe de fiscais do Setor de Fiscalização do Regional; resolve:

Artigo 1º. Delegar competência ao Setor de Pessoa Jurídica e Setor de Fiscalização o deferimento ou indeferimento, nos requerimentos de Pessoa Jurídica.

Artigo 2º. Todos os requerimentos analisados com deferimento ou os cancelamentos de Registro/Cadastro de pessoa jurídica, deverão levados ao conhecimento do Plenário, para aprovação Ad Referendum.

Artigo 3º. Todo e qualquer pedido de reconsideração da decisão tomada, em especial os requerimentos indeferidos, deverão ser repassados para apreciação do Comissão de Fiscalização.

Artigo 4º. O prazo da delegação, conferida nos termos do artigo primeiro, é indeterminado.

Parágrafo Único. A delegação de competência prevista nesta Portaria não envolve perda, pelo Conselho Diretor, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente e a qualquer tempo, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação, na forma do parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº 89.937/79.

Artigo 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria CRN-8 nº 044/2023.

CILENE DA SILVA GOMES RIBEIRO
Presidente do Conselho

O jornalismo brasileiro nasceu
com a Gazeta do Rio de Janeiro,
jornal impresso nos prelos
da Impressão Régia,
hoje Imprensa Nacional.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial